

JOAQUIM GONÇALVES DA COSTA

SOBERANIA ALIMENTAR

dimensões material,
prático-política e utópica



LABORATÓRIO DE
Políticas Públicas

SOBERANIA ALIMENTAR

*dimensões material,
prático-política e utópica*

SOBERANIA ALIMENTAR

*dimensões material,
prático-política e utópica*

JOAQUIM GONÇALVES DA COSTA



Rio de Janeiro
LPP/UERJ
2021

Copyright © 2021 Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (LPP/UERJ)

Coordenador: *Emir Sader*

Comitê Gestor: *André Lázaro, Gaudêncio Frigotto e Zacarias Gama*

Coordenador Executivo: *Felipe Queiroz*

Bolsista Técnica PROATEC/SR-2: *Carla Navarro*

Bolsistas de Extensão: *Jhennifer Neves e Ruan Lima*

Pesquisadores Associados: *Cláudia Gonçalves de Lima, Hélder Molina, Laura Tavares, Letícia Chahaira, Luciano Cerqueira, Marcelo Verly, Rafael Bastos de Oliveira e Roberto Arruda*

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / NPROTEC

C837 Costa, Joaquim Gonçalves da
 Soberania alimentar: dimensões material,
 prático -político e utópica / Joaquim Gonçalves da
 Costa. - 1. ed. - Rio de Janeiro : UERJ, LPP, 2021.
 766 p.

 ISBN 978-65-88286-06-7

 1. Alimentos – Qualidade. 2. Política alimentar.
 3. Hábitos alimentares. 4. Promoção da saúde –
 aspectos sociais I. Título.

CDU 614.31

Bibliotecária: Thais Ferreira Vieira CRB-7/5302

Editor Executivo: *Felipe Queiroz*

Revisão: *Thayssa Martins*

Projeto Gráfico e Diagramação: *Caroline Silva*

Laboratório de Políticas Públicas (LPP-UERJ)

Rua São Francisco Xavier, 524/12.111-Bloco-F/sala 08

Maracanã – CEP 20550-013 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Tel.: 55 21 2334 0969 / e-mail: uerj.lpp@gmail.com

<<http://www.lpp.uerj.br/>>

A meus pais, Pedro G. de Oliveira e Ana C. de Oliveira (*in memoriam*), pelo que cultivaram na vida e na terra. Ao mestre e amigo Gaudêncio Frigotto, com quem tomei muitas lições de humanidade, de conhecimento e de comprometimento com as causas que de fato importam para um mundo melhor.

Comida de Verdade garante a Soberania Alimentar, protege o patrimônio natural e genético; reconhece a memória, a estética, os sabores, os fazeres e os falares, a identidade, os ritos envolvidos, as tecnologias autóctones e suas inovações. É aquela que considera a água alimento. É produzida em condições dignas de trabalho.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Comer é um ato político. Comida de Verdade é aquela que reconhece o protagonismo da mulher, respeita os princípios da integralidade, universalidade e equidade. Não mata nem por veneno nem por conflito. É aquela que erradica a fome e promove a alimentação saudável, conserva a natureza, promove saúde e paz entre os povos.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Os profetas estão sempre à mercê dos acontecimentos. No entanto, eu me aventuraria a concluir este livro com a previsão de que, pelo menos, a metade das doenças humanas desaparecerá se nossos suprimentos alimentares passarem a ser produzidos em solos verdadeiramente férteis e consumidos em estado natural.

Sir Albert Howard

[...] vivemos atualmente num mundo que é um organismo vivo, unitário, onde todas as partes estão indissolivelmente ligadas, o que significa que, desde que uma dessas partes sofra de fome e esteja ameaçada de morrer e apodrecer na miséria, todo organismo está ameaçado pela mesma infecção.

Josué de Castro

A pesquisa agrícola tem feito dos fazendeiros, não produtores de um alimento de melhor qualidade, mas sim hábeis saqueadores dos recursos naturais.

Sir Albert Howard

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. [...] Para que serve a utopia? Serve para isso; para que eu não deixe de caminhar.

Eduardo Galeano

LISTA DE SIGLAS/ABREVIACÕES

ABAg	Associação Brasileira do Agronegócio
ACD	Auditoria Cidadã da Dívida
ADN	Ácido desoxirribonucleico
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASA	Articulação do Semiárido Brasileiro
BM	Banco Mundial
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BSE	Encefalopatia espongiforme bovina
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
CECANES	Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos
CF	Constituição Federal
CFN	Conselho Federal de Nutrição
CIA	Agência Central de Inteligência norte-americana
CIAN	Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição
CIAPO	Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
CIDE	Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico
CMA	Cúpula Mundial sobre a Alimentação
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNA-Brasil	Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil
CNAPO	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CNSA	Conferência Nacional de Segurança Alimentar
CNSAN	Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentação

COEPE	Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPR	Cédula de Produto Rural
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSA	Comitê de Segurança Alimentar Mundial
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
DHAA	Direito humano à alimentação adequada
DHAAS	Direito humano à alimentação adequada e saudável
EAN	Educação alimentar e nutricional
EC	Emenda Constitucional
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
EPA	Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FBB	Fundação Banco do Brasil
FBSAN	Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMSA	Fórum Mundial pela Soberania Alimentar
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IA	Insegurança alimentar
IAN	Insegurança alimentar e nutricional
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDA	Ingestão diária aceitável de agrotóxicos
IDH	Índice de desenvolvimento humano
IES	Instituições de ensino superior
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INPC	Índice Nacional de Preços
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPSA	Iniciativa pela Soberania Alimentar
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis

MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPAq	Ministério da Pesca e Aquicultura
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MS	Ministério da Saúde
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOSAN	Lei Orgânica para a Segurança Alimentar e Nutricional
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OGM	Organismo geneticamente modificado
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Política Agrícola Comum
PAM	Plano Alimentar Mundial
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
PBF	Programa Bolsa Família
PBSM	Plano Brasil sem Miséria
PENSA	Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial
PIB	Produto interno bruto
PIDESC	Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNB	Política Nacional de Biossegurança
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PPA	Plano Plurianual
PPFH	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PRONARA	Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSF	Programa Saúde da Família
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
RAIS	<i>Relação anual de informações sociais</i>
RAS	Redes de Atenção à Saúde
RBA	Rede Brasil Atual
SA	Soberania alimentar
SAN	Segurança alimentar e nutricional
SAPS	Serviços de Alimentação e Previdência Social
SDH	Secretaria dos Direitos Humanos
SIOP	Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento do Governo
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SNAP	Programa de Assistência Nutricional Suplementar
SOFI	<i>O estado da insegurança alimentar e nutricional</i>
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SSAN	Soberania e segurança alimentar e nutricional
STAN	Serviço Técnico de Alimentação Nacional
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCRAC	Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta
TRO	Terapia de reidratação oral
UE	União Europeia
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ÚNICA	União Nacional da Indústria Canavieira
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
WFS	Cúpula Mundial da Alimentação
ZEEs	Zoneamentos Ecológicos Econômicos

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS/ABREVIACÕES	viii
PREFÁCIO	17
INTRODUÇÃO	28
1. GÊNESE HISTÓRICA DOS CONCEITOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E SOBERANIA ALIMENTAR: ELEMENTOS SUBJACENTES À CONSTRUÇÃO DO DEBATE	42
1.1. Sobre o problema da fome e o pioneirismo de Josué de Castro	44
1.2. Para além da fome: outros problemas incidem na discussão do alimento e da soberania alimentar	60
1.3. O sistema agroalimentar mundial	63
1.3.1. O sistema agroalimentar: crises e sintomas	82
1.3.2. O sistema agroalimentar e os “riscos” das manipulações: dominação e redução do “patrimônio genético”	88
1.3.2.1. Elementos teóricos	90
1.3.2.2. A biotecnologia e a engenharia genética como técnicas e estratégias de controle e dominação do campesinato	94
1.3.2.3. Sobre os riscos e incertezas	108
1.4. Forças sistêmicas persuasivas e as alterações nos hábitos alimentares	120
1.5. A produção de alimentos, “diplomacia estatal” e “agropoder”	129
1.6. Segurança alimentar e soberania alimentar: histórico, conteúdo material-político e o que está subjacente a cada debate	132
1.6.1. Segurança alimentar (e nutricional): a constituição e o conteúdo histórico do conceito	132
1.6.2. Segurança alimentar e nutricional no Brasil: entre a carga semântica, o debate (político) e as políticas públicas	145
1.6.3. Soberania alimentar: a constituição e o conteúdo histórico do conceito	180

2. PRODUÇÃO NO CAMPO E CONCEPÇÕES DE POLÍTICAS: AGRONEGÓCIO, CAMPESINATO E AS CONDIÇÕES MATERIAIS NA/PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS	207
2.1 Questão agrária: elementos do agronegócio e do campesinato e suas contradições	208
2.1.1 Agronegócio (<i>agribusiness</i>): bases reais e a racionalidade do capitalismo no Campo	208
2.1.2 Agronegócio no Brasil e dominação econômica, ideológica e política	228
2.1.3 O campesinato: conceito, dimensão política e o Campo do campesinato	242
2.1.3.1 Campesinato: o conceito e as questões acerca do processo de desenvolvimento do Campo	242
2.1.3.2 A dimensão política na constituição e na definição do campesinato contemporâneo	268
2.1.3.3 O Campo do campesinato e a resignificação a partir de sua multidimensionalidade: apontamentos para um projeto de Campo interessado nos trabalhadores	274
2.2 Os sentidos do trabalho no Campo: princípios e fins do trabalho no agronegócio e na unidade camponesa	285
2.3 Limites e possibilidades de uma economia política do campesinato e as determinações sistêmicas sobre a sua ação interventora	290
2.4 Questão agrária atual: (cor)relação de forças, constituição de territórios e impactos socioterritoriais	318
2.4.1 A constituição dos territórios materiais, conceito, categorias explicativas e o lugar das lutas sociais	319
2.4.2 Lei geral da contradição, (cor)relações de forças e impactos socioterritoriais	334
2.5 Fundamentos ontológicos e filosóficos e soberania alimentar	351
3. ESTADO E POLÍTICA PÚBLICA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR	382
3.1 Concepção de Estado: elementos fundamentais	383
3.2 A formação e conformação do Estado brasileiro	410
3.3 As CNSANs: limites, contradições e espaços da disputa das políticas de segurança alimentar e nutricional e de soberania alimentar	436
3.3.1 A base material e a reforma agrária (popular)	446
3.3.2 Ações e políticas públicas: emergenciais e estruturantes	449

3.3.3 Financiamento, dotação vinculada de orçamento	452
3.3.4 “Estado regulador” com poder de implementação de políticas públicas na perspectiva da segurança alimentar e nutricional	457
3.3.5 Sistema de funcionamento e execução de políticas: pactos de gestão, ações nas diferentes esferas da administração pública	462
3.3.6 Geração de trabalho e renda e segurança alimentar	466
3.3.7 Participação social e controle social: condições de exigibilidade, monitoramento e avaliação	468
3.3.8 Educação e cultura: patrimônio alimentar, conhecimentos tradicionais, educação alimentar etc.	472
3.3.9 Segurança alimentar e nutricional e “soberania alimentar” e a relação com a biotecnologia, transgenia e biossegurança	481
3.3.10 Segurança alimentar e nutricional e “soberania alimentar” e a relação com a biodiversidade, sustentabilidade e agroecologia	483
3.3.11 Controle dos recursos naturais: os recursos naturais como patrimônio natural da humanidade	487
3.3.12 DHAAS	489
3.3.13 Sujeitos histórico-sociais “responsáveis”	492
3.3.14 A relação entre alimento, saúde e nutrição: questões centrais para o debate da segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar	494
3.3.15 Comida de verdade no Campo e na cidade	503
3.3.16 Intersetorialidade	507
3.3.17 Política internacional	511
3.4 As políticas públicas implementadas: dados, alcance, limites e potencialidades	528
3.5 Sobre as políticas de segurança alimentar e nutricional: dimensionamento e alcance à luz da base teórica	539
3.6 A necessidade de conhecer as agendas políticas e os programas adotados e de avançar nas condições objetivas de monitorização e controle social	546
3.7 Na unidade dos contrários: as relações materiais, de forças, “transição em potência” e soberania alimentar	556

4. SOBERANIA ALIMENTAR: A CENTRALIDADE ESTRATÉGICA DA AGROECOLOGIA E DA FORMAÇÃO HUMANA EMANCIPADORA	587
4.1 Agroecologia: princípios, fundamentos e a sua relação com a soberania alimentar	591
4.2 Questões ontológicas relacionadas ao valor e à necessidade de uma nova racionalidade para cálculo de “eficiência e produtividade”: “ <i>quantum</i> ” e valores ressignificados	603
4.3 A necessidade da transição agroecológica e níveis fundamentais desses processos de transição	614
4.4 A produção de alimentos em sistemas e agroecossistemas sustentáveis	630
4.5 Soberania alimentar e formação humana emancipadora	637
4.6 Formação humana emancipadora: relação trabalho-educação, educação politécnica/tecnológica e desenvolvimento omnilateral	650
4.7 Soberania alimentar, agroecologia e a relação com a formação humana emancipadora, educação politécnica/tecnológica e educação omnilateral	662
4.8 A relação entre soberania alimentar, agroecologia, agricultura camponesa e educação politécnica/tecnológica	681
4.8.1 Formação humana emancipadora e politecnia a partir das discussões da agroecologia	683
4.8.2 Formação humana emancipadora e politecnia a partir das discussões e dimensões da soberania alimentar	692
4.8.2.1 Soberania alimentar e a ideia do universal, da totalidade concreta e a utopia	695
4.8.2.2 A questão da mediação, transição e (cor)relação entre o presente histórico e o futuro	701
4.8.2.3 Formação humana emancipadora: movimento dialético no interior das condições estruturantes, conjunturais e emergenciais	707
CONCLUSÃO	711
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	732

PREFÁCIO

“Essen ist politisch! Insekten schützen, Klima retten und Bauernhöfe unterstützen” (“Comer é um ato político! Proteger os insetos, salvar o clima e apoiar os camponeses”, tradução nossa). Esse tem sido o lema do maior protesto de agricultores, consumidores e ambientalistas em frente ao Portão de Brandemburgo em Berlim. Em 2020, comemorando os dez anos dessa maior manifestação social contra o modelo de agricultura industrial, trinta mil pessoas, em sua maioria jovens, estiveram nas ruas da capital alemã em um inverno europeu não muito frio e com pouca neve. A urgência das pautas por uma agricultura que produza comida de verdade adquiriu uma nova dimensão com as mudanças climáticas, o aquecimento global e as reações da natureza nas suas mais diferentes formas contra a intervenção destrutiva da humanidade sobre a biodiversidade.

Como anunciado por Karl Marx no século XIX, no modo de produção capitalista as forças produtivas se convertem em forças destrutivas. Atualmente, constatamos isso numa dimensão nunca antes vista. Provavelmente só haverá condições de sobrevivência humana nesse planeta se a forma de produzir, industrializar e comercializar alimentos for profundamente modificada. Assim, a agroecologia já não é mais uma causa menor ou um mercado composto por nichos de produtores e consumidores. Ela passou a ser assumida e recomendada aos governos de todos os países pelas maiores organizações internacionais responsáveis pela formulação de políticas públicas. A soberania alimentar será o maior desafio da atual e das próximas gerações, priorizando a produção local, regional e sustentável, num contexto em que a globalização perde força e a autonomia dos povos ganha maior importância.

É uma grande honra poder contribuir na publicação deste livro. Eu conheço Joaquim Gonçalves da Costa como colega da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) há mais de dez anos e também sei da

sua trajetória como militante de muitas causas e movimentos sociais da nossa região. Antes de ingressar na UFFS, Joaquim já era uma referência para os educadores de Cantuquiriguaçu, sendo Secretário Municipal de Educação do Município de Porto Barreiro e um intelectual orgânico das lutas camponesas. O seu objeto de pesquisa, portanto, foi sendo preparado ao longo de sua vida; sua relação com os camponeses “vem de berço”, pois essa é a cultura da sua família e da sua comunidade. Essa foi, certamente, sua primeira experiência de socialização, numa região que atualmente se destaca internacionalmente na luta pela terra. Esse camponês, que se torna intelectual, carrega consigo o aprendizado dessa luta e os anseios de um povo que resiste à monetização dos recursos naturais e à mercantilização da vida.

Esse lugar do pesquisador é importante destacar, tanto como ponto de partida da sua crítica social, como também pela dialética que se instaura entre o seu pertencimento e a constante necessidade de distanciamento da realidade. Em vez disso, se constituir em obstáculo serviu ao autor para visualizar perspectivas que somente quem vivenciou a dureza do árduo trabalho camponês consegue perceber e problematizar. Ao concluir o doutorado, provavelmente, o autor verifica que decidiu o que irá estudar para toda a sua vida, embora o tema já venha impregnado de impressões anteriores, agora profundamente refletidas e rigorosamente sistematizadas.

Como estudioso dedicado e, como poucos, muito disciplinado na escrita, Joaquim produziu em sua tese de doutorado, realizada no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ), um verdadeiro tratado sobre o tema da soberania alimentar. Segundo seus relatos, foram exatamente dois anos dedicados intensivamente à pesquisa e à escrita, após um ano e dois meses envolvido com disciplinas e demais atividades, numa espécie de “autoexílio”. Apesar de toda essa sua extensa e qualificada produção, Joaquim concluiu a tese antes do prazo e, no convite aos membros da banca, no dia 23 de maio de 2018, fez questão de deixar também isso registrado:

Entendo ser importante registrar esse aspecto, por ser uma opção política (de terminar antes do prazo), baseada em várias razões, dentre as

quais destacam-se valorização, respeito e otimização do tempo de afastamento que me foi concedido pela UFFS. Espero que eu possa voltar para a universidade com as condições objetivas para contribuir com os demais companheiros e companheiras em diversas pautas.

Isso exige muito esforço diário, atenção e dedicação ao tempo de escrita.

Eu tive a feliz oportunidade de participar como membro da banca examinadora da sua tese de doutorado no dia 4 de julho de 2018, realizada na UERJ, coincidentemente no dia do seu aniversário. O trabalho apresentado é de um valor extraordinário, de maneira que foi necessário muito cuidado ao reduzir o texto apresentado para o formato de publicação em livro, para não comprometer a integralidade e a envergadura da obra produzida.

O orientador deste trabalho é o professor Gaudêncio Frigotto, com décadas de experiência dedicadas à educação brasileira e que muito nos inspira como intelectual engajado e comprometido. Foi através de Frigotto que muitos de nós nos aproximamos do conceito de trabalho como princípio educativo. Certamente, tanto eu como Joaquim fomos influenciados pelos seus inúmeros escritos publicados e suas valiosas conferências. Fomos também incentivados pela sua trajetória de filho de agricultor do sul deste país, que saiu cedo da roça para estudar e segue buscando compreender a complexidade da vida e da educação do povo do Campo.

O presente livro é uma obra completa. Ela surgiu num contexto de luta e servirá à luta dos povos pelo seu direito à alimentação e à qualidade de vida, sem comprometer as condições de produção e vida de futuras gerações. Numa sequência de quatro capítulos, todos devidamente interconectados e apresentados de forma didática aos leitores, o livro oferece o percurso que o autor seguiu para desenvolver suas ideias, até atingir suas conclusões, que estão dialeticamente apresentadas como se elas já estivessem presentes no início.

A particularidade de integrar considerações, que só poderiam ser tecidas ao final, já no decorrer dos capítulos, é coerente com a metodologia adotada pelo autor, que distingue corretamente entre o percurso da pesquisa e sua forma de apresentação. Por isso, cabe aqui um destaque ao rigor e à coerência metodológica adotada em todo o texto, integrando

devidamente as partes entre si sem perder sua relação com o todo, numa perspectiva de constante retorno do particular ao universal, após já ter percorrido o caminho inverso. Com isso, ele facilita a compreensão dos leitores que, ao estarem atentos a esse detalhe, podem se concentrar nas profundezas da sua interpretação, sem perder de vista a jornada traçada, que já foi finalizada e permanece sistematizada ao final.

As diversas sínteses, que se alternam em aproximações sucessivas ao objeto de pesquisa e o seu devido distanciamento, permitem comparar seu esforço com o de autores clássicos do pensamento filosófico e social, como Karel Kosik, em sua obra *A dialética do concreto*, e a Karl Marx, em sua obra *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*, referenciais teóricos centrais para sua abordagem. A busca pela totalidade concreta dos fenômenos discutidos e a compreensão da condição humana como histórica, paradoxal e contraditória proporcionam a este livro sua originalidade, sem perder a conexão com o conhecimento acumulado e mais apropriado ao tema, que o autor manifesta ter procurado de forma intensa e cuidadosa, percebendo que, como leitor atento em sua atividade de dissertar, a ele está dando continuidade de forma inovadora.

No primeiro capítulo, o autor identifica a “Gênese histórica dos conceitos de segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar: elementos subjacentes à construção do debate”. Trata-se de analisar e demonstrar o conteúdo histórico-material e político que dá substância e conteúdo semântico a cada um dos conceitos utilizados neste livro. Além disso, tendo como pressuposto as contradições materiais, o capítulo demonstra como cada um desses conceitos acumula capacidade explicativa, bem como os princípios e diretrizes que embasam a forma de enfrentamento material à questão alimentar e os interesses que estão em disputa na luta de classes.

Partindo das contribuições de Josué de Castro, perpassando a análise do sistema agroalimentar e suas contradições, é possível verificar como essas questões estão inseridas na geopolítica econômico-comercial e como a questão da segurança alimentar é constituída como parte integrante e estratégia fundamental do processo de reprodução das relações do capital. Também numa perspectiva de geopolítica classista, se analisa como a soberania alimentar se inscreve na ordem da ruptura e da superação dessas relações.

Para além das questões da fome e desnutrição, outros aspectos compõem as razões e adversidades a serem consideradas na base teórico-explicativa da soberania alimentar. Considerando as necessidades de enfrentamento do problema da fome, o capítulo demonstra algumas estratégias de enfrentamento e faz uma reconstituição histórica, com ênfases ao contexto histórico, à matriz e base material, aos sujeitos sociais envolvidos e aos espaços e locais políticos, nos quais ocorrem os debates e embates acerca dos temas, e como esses vão adquirindo sentido político, fator material e capacidade explicativa para a compreensão dos processos de desenvolvimento e projetos de classes contraditórios.

Nesse momento, não se analisa mais aprofundadamente as políticas públicas, mesmo que tenham sido adiantadas algumas percepções sobre elas. É priorizada aqui a identificação dos aspectos fundamentais subjacentes ao debate, a partir dos quais é possível perceber que a constituição das políticas de segurança alimentar e nutricional, além de estar na ordem da reforma e dos arranjos necessários para a manutenção e consolidação do sistema, não garante a sua proposta e a realização da soberania alimentar.

A proposição dessa última pelos movimentos sociais de base popular visa demarcar o processo de disputa, uma oposição ao debate e às colocações políticas desenvolvidas e discutidas durante a Cúpula Mundial da Alimentação em Roma no ano de 1996. O autor não descarta os significativos avanços que as contradições materiais e a participação social oportunizaram através das políticas de segurança alimentar e nutricional. Mas ele destaca, sobretudo, que, na materialidade, o movimento histórico se constituiu não só no terreno do debate e das políticas públicas, mas na definitiva impossibilidade de conciliação entre a implementação dos processos hegemônicos e a perspectiva de garantia da soberania alimentar.

Outro aspecto importante para compreender a problemática do tema é o próprio conceito de soberania. Nesse capítulo se inicia o debate, mas ele será aprofundado mais à frente. Pressupõe-se que o conceito de soberania, em sua dimensão político-territorial, está baseado na ideia de nação e não é suficiente para contemplar a intencionalidade e os valores advogados pela soberania alimentar. Ao reconhecer que os movimentos sociais partem do pressuposto da soberania da nação, em condições de garantir a alimentação adequada aos povos, o autor entende que esse

aspecto deveria ser fortalecido apenas na sua forma de mediação, considerando que, na relação de forças da base material, se tenha condições objetivas favoráveis à classe trabalhadora e aos povos de modo geral para colocar o Estado numa função de “força material”, visando à concretização dos interesses dos povos.

No segundo capítulo, “Produção no Campo e concepções de políticas: agronegócio, campesinato e as condições materiais na/para a produção de alimentos”, o debate central é acerca da questão agrária e as principais contradições no Campo resultantes do avanço das forças do imperialismo e sua relação com a questão agrária e, por conseguinte, do processo de reprodução do capital, bem como suas consequências na base material, envolvendo principalmente a natureza e o território. Além disso, ele analisa o tensionamento dessas contradições pela luta de classes e, a partir disso, o lugar do campesinato e a sua tarefa histórica na produção de alimentos e na luta de classes. Sob a perspectiva da totalidade concreta, tanto os processos de produção quanto as políticas que subsidiam a produção são tomadas como expressão e resultados das contradições analisadas (materiais e de classe). Portanto, é na correlação de forças que elas são definidas e constituem as relações econômicas e sociais que, objetivamente, definem as bases materiais e os territórios, bem como as perspectivas de desenvolvimento para o Campo.

Nesse capítulo se discute a construção e a revisão das teorias que analisam e explicitam as singularidades do capitalismo brasileiro e seus determinantes. A discussão apresentada contempla o entendimento dos processos econômico-materiais e políticos que constituem a dependência e a dominação imperialista, materializando, desse modo, o processo de “desenvolvimento desigual e combinado”. A partir desses aspectos, se analisam as origens da estrutura fundiária e a monocultura como fundamento econômico-social e político, demonstrando que o campesinato e as pequenas propriedades rurais se formam como um rebento e um fruto das contradições, e não como um projeto de sociedade ou, por consequência, de um projeto de desenvolvimento e de nação.

Em linhas gerais, o segundo capítulo analisa os limites e as potencialidades para a implementação e materialização da soberania alimentar. Ao considerar os territórios em sua materialidade, ele demonstra que a produção realizada pelo agronegócio, por centralizar-se na produção de

commodities, além de não garantir a produção de alimentos em quantidade e qualidade suficientes, inviabiliza processos autônomos de produção de alimento com qualidade. E, além disso: ele vem colocando em risco as condições objetivas e materiais da vida, através do uso intensivo de tecnologias que violentam a natureza e os seres humanos. Considerando a totalidade e as suas contradições, como expressão da particularidade, o capítulo discute a organicidade e as potencialidades da ação interventora do campesinato nos âmbitos da produção, do conhecimento e da política para a implementação e materialização da soberania alimentar.

Ao partir desses aspectos e relacionando-os com as dimensões que compõem a soberania alimentar, a seção identifica a pertinência do campesinato nesse processo, tanto na eficiência da produção de alimentos quanto na forma (mais harmoniosa, em interação e interdependente) como se relaciona com a natureza. Assim, o sentido do trabalho na unidade de produção camponesa se diferencia substancialmente do agronegócio. Por isso, parte do capítulo é dedicada à discussão e à indicação de elementos do “lugar” do Campo no projeto de classe e de sociedade, compreendendo que ele deverá ser construído pelo interesse social, considerando a sua multidimensionalidade potencial, para além dos determinantes econômicos.

O último item desse capítulo se destaca pela sua qualidade analítica de caráter mais geral e teórica. No item “Fundamentos ontológicos e filosóficos e soberania alimentar” são tematizadas as condições objetivas de produção de alimentos na perspectiva da soberania alimentar. Nesse momento, o autor elenca algumas questões fundamentais para se pensar, além do tópico referido, as condições humanas de produção e reprodução da existência, assim como as possibilidades de negação e transcendência das mediações de segunda ordem (conforme definição conceitual no subitem 1.6.3 e desenvolvimento no item 2.5). Da mesma forma, o texto apresenta as potencialidades que podem contribuir para um projeto societário que tenha centralidade na mediação de primeira ordem. Ilustra muito bem essa questão o terceiro parágrafo desse item, ao mencionar que “a crise estrutural do capital afeta o conjunto da humanidade e assim impõe a necessidade histórica de se fazer algumas mudanças fundamentais na maneira pelo qual o metabolismo social é controlado”.

Ou seja, as condições objetivas exigem da humanidade uma tomada de posição, tendo em vista que o sistema do capital não possui limites de expansão e avanço e, por isso, acaba se convertendo numa processualidade incontrolável e extremamente destrutiva. Considerando a interface fundante desta pesquisa, que aproxima soberania alimentar e formação humana, o debate realizado nesse item contribui fundamentalmente para refletir a sua correspondência necessária do ponto de vista onto-filosófico, identificando um precedente fundamental para se pensar a composição epistemológica e política de uma proposta de formação humana.

No terceiro capítulo “Estado e política pública: limites e possibilidades para a implementação da soberania alimentar” o autor desenvolve uma discussão baseada em três grandes pilares: 1) uma teoria geral de Estado e do Estado brasileiro; 2) a análise do debate documentado nos relatórios finais das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, que expressa elementos da luta social construída no âmbito da contradição e da disputa no plano político; 3) uma elaboração filosófica e política, na tentativa de contribuir com o debate e a atuação diante dos processos de transição e seus desafios concretos.

Nesse aspecto, as diferenças entre segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar são consideradas substanciais. O autor identifica que as bases materiais, os fundamentos e os princípios dessas abordagens são diferentes e estão situados em oposição. Seguindo esse raciocínio, ele conclui que a diversidade advinda dessas bases se encontra e se relaciona de forma não harmoniosa nas políticas públicas, porque, no âmbito do Estado capitalista, o controle social por parte dos trabalhadores é extremamente fraco. E, pela ausência das condições de suprir necessidades básicas, como é o caso do acesso ao alimento, eles se submetem às políticas inclusivas, compensadoras e reformistas do sistema.

No último item desse capítulo, “Na unidade dos contrários: as relações materiais, de forças, ‘transição em potência’ e soberania alimentar”, o autor debate, de maneira mais teórica, filosófica e política algumas das suas inquietações acerca do problema da soberania alimentar diante da tarefa de sua implementação, por um lado, e, por outro, das ainda frágeis condições objetivas e materiais. Ele considera, por exemplo, as experiências iniciais no Campo, que visam à produção de alimentos mais saudáveis e ecologicamente coerentes. A soberania alimentar, devido à sua

radicalidade revolucionária, leva o autor a refletir e ponderar elementos para elucidar e identificar aspectos fundamentais de uma “transição em potência”, para não cair em mero discurso ou em um possível idealismo.

Sabemos que essa tarefa não é nada fácil. Como elaborar uma saída diante de um problema histórico tão pertinente e um conceito tão revolucionário? E, dada a materialidade social, apesar das reveladas contradições, como se colocar frente ao conjunto de leis objetivas sistêmicas que cada vez mais destroem e dominam as possibilidades e as potencialidades que são essenciais para o problema em debate, nas suas diferentes dimensões? E, isso, como destacado anteriormente, ocorre em ritmo acelerado, aumentando sua urgência por parte da humanidade.

A partir dessas questões, o autor procurou desenvolver uma reflexão baseada na ideia de Mészáros acerca da “montanha que devemos conquistar”. Desse horizonte, tomadas as contradições de um modo de produção cada vez mais em crise e cada vez mais violento, ele reflete acerca das condições objetivas relacionais da soberania alimentar, através da luta dos contrários, da práxis entre o “velho” e o “novo”. Além desses aspectos, ele também discute algumas questões relacionadas à temporalidade e às mediações necessárias para a implementação de um projeto de soberania alimentar.

No quarto capítulo, “Soberania alimentar: a centralidade estratégica da agroecologia e da formação humana emancipadora”, o autor procura demonstrar que a efetiva soberania alimentar implica a luta histórica de superação das relações sociais capitalistas e pressupõe construir uma outra forma de relação com a natureza, com a produção de alimentos e com a maneira de ver e cuidar da vida. Nesse processo, ele também destaca como essencial uma formação científica e humana centrada na produção como valor de uso e correspondente ao processo de coevolução humano-natureza. Desse modo, a agroecologia, em suas múltiplas dimensões, é entendida como mediação prática e transformadora, como forma e fator material de garantia das condições ideais para a produção e garantia dos alimentos em quantidade e qualidade suficientes.

Além disso, em seu processo de realização, a agroecologia constitui-se em negação e superação dos processos implementados pelo sistema agroalimentar hegemônico de mercado e em grande escala. Suas bases e potencialidades se situam na direção da superação da visão unidimensional,

geneticista, agrônoma e edafologista. Ou seja, dessa mediação danosa, violenta, que está centrada na produção de resultados (lucros, acúmulo de capital), e não em bases materiais vivas da produção. Os processos materiais e as bases científicas da agroecologia são considerados organicamente vinculados para a constituição de processos sociais que a articulem com a formação humana politécnica/tecnológica.

Nesse sentido, esta adquire centralidade na discussão final do texto, como matriz científica, tecnológica, produtiva, portadora de “novos e outros valores” e base para a vida, bem como é considerada essencial para a reconstituição metabólica do homem-natureza. Com isso, entende-se também que a soberania alimentar, desde os seus germes e práticas em constituição, traz, em seu conteúdo político-material e histórico, princípios, valores e diretrizes que a conformam como matriz formadora, podendo referenciar socialmente processos de formação humana. Em sua reflexão final, o autor vincula a agroecologia com uma perspectiva de contraposição às mediações de segunda ordem (relações capitalistas), que pode potencializar as bases sociais, materiais, culturais e científicas (multiestratégicas) que contribuam com o desenvolvimento das diferentes dimensões do ser humano e em direção a uma práxis revolucionária.

Como manifestamos por ocasião da sua defesa, a presente tese é, em nosso entendimento, o melhor texto que pudemos ler sobre soberania alimentar escrito em língua portuguesa. O tema delimitado é extremamente atual, num contexto de crise do sistema agroalimentar na sociedade capitalista. As contradições apontadas pelo texto estão sendo ainda mais evidenciadas após sua conclusão, em decorrência da pandemia do coronavírus, especialmente sua crítica à destruição ambiental em curso, sua relação com a saúde e os desafios para o conhecimento científico, menos fragmentado e mais interdisciplinar. Os países serão cada vez mais desafiados a construir opções de abastecimento de alimentos para conter a insegurança alimentar, aprofundada pelos problemas de abastecimento, de dependência energética e das mudanças climáticas.

A urgência das propostas anunciadas pelo autor aumenta a relevância e a atualidade do tema. É necessário desvelar as contradições do capitalismo para que um movimento de superação se instaure, sem repetir as experiências destrutivas do passado, que viam na agricultura camponesa

o atraso e na industrialização o progresso da humanidade. O movimento anunciado nesta tese retoma o que há de mais profundo na crítica social: a origem da desigualdade social e as possibilidades de sua superação. Ao delimitar os problemas da desigualdade social ao contexto do Campo, o autor reflete fundamentalmente sobre “o que”, “para que”, “quem”, “como” e “para quem” se produz alimentos.

Ao mesmo tempo em que discute a temática abordada de forma atual e contextualizada, o texto se aprofunda no objeto de estudo, tentando encontrar as causas e as origens dos problemas anunciados, que acompanham a humanidade na produção de alimentos, em especial no modo de produção capitalista. Para isso, ele utiliza os referenciais teóricos do materialismo histórico e do materialismo dialético, que também lhe servem de método, ao qual o autor mantém uma coerência reflexiva e de desenvolvimento da escrita ao longo de todo o texto. Trata-se de uma leitura obrigatória a todos que desejam se apropriar do debate atual acerca da importância dos povos produzirem seu próprio alimento, de forma regional, saudável e sustentável.

Antônio Inácio Andrioli,
julho de 2020

INTRODUÇÃO

Este livro busca analisar e discutir a soberania alimentar a partir do seu conteúdo histórico e de como essa perspectiva foi sendo constituída no embate e no debate desenvolvidos pelos movimentos sociais de base popular. Inscreve-se, portanto, no campo dos interesses das investigações entre movimentos sociais de base popular, Estado, políticas públicas e a formação humana. Preocupa-se e dialoga com os interesses do campesinato inserido na defesa e na construção dos princípios, valores e teses da soberania alimentar, relacionando-a à questão agrária, às políticas públicas, à agroecologia e à formação humana, como elementos fundamentais para a construção de um projeto societário e de classe. Registra-se, no entanto, que não foi e não é uma tarefa fácil fazer esse debate, frente aos imensos desafios que nos cercam e que nos instigam a pensar e agir, e, além disso, delinear a utopia dessa nossa tarefa histórica.

A condição para compreender a soberania alimentar é, sobretudo, tomá-la em sua totalidade e multidimensionalidade ancorada na relação dialética e nas contradições objetivas que compõem o seu “*status presente*” e a tessitura das condições do seu devir histórico. Como destaca Barata-Moura, “*Para problemas complexos não há respostas simples. O sertão é denso. Porque as “complicações” não procedem da mioleira de quem responde. Pulsam no miolo da própria realidade em processo que se interroga*”. (BARATA-MOURA, 2015, p. 1, destaques nossos)

A problemática deste livro situa-se em um contexto de aprofundamento e tensionamento das contradições econômico-materiais e sociais no/do modo de produção capitalista e do processo imperialista e de mundialização do capital, através de suas relações de trabalho em suas condições destrutivas humano-ambientais mais agudas. Dessa maneira, se impõe como tema teórico e socialmente necessário na/para a luta de classes. Portanto, é provedor de sentido político-material na disputa de

projeto societário e de classe, nas concepções de políticas públicas, de direitos, e de provimento da alimentação e de formação humana mediadora desse embate.

A questão-problema que instigou o processo de elaboração teórica e de pesquisa foi a insurreição objetiva e subjetiva do constructo histórico inquietante, que demandou responder: quais são as grandes dimensões que compõem a totalidade concreta da soberania alimentar, e dentro dessas dimensões, quais são os limites – frente à (des)ordem do sistema agroalimentar – e as potencialidades intrínsecas às contradições que são, ou podem se tornar, imperativos para processos de mediações e travessia em direção à sua realização material nos termos de sua dimensão utópica?

As condições que encontramos exigem e compõem uma perspectiva teórico-metodológica que abriga uma ampliação, ressignificação e reposicionamento do problema da fome e do alimento para além dos princípios, políticas, diretrizes e significados trazidos pelo conceito de segurança alimentar e nutricional, haja vista que a concretude desse caminho tem reforçado a problemática referida acima e ampliado os limites em todos os processos, condições objetivas e mediações para a garantia do alimento com qualidade biológica e nutricional e como direito humano, livre de qualquer tipo de condicionamento, seja ele natural, político, econômico, social ou cultural.

Tal como o “ser social”, a análise é a busca da apreensão do movimento do real e se concretiza apenas no marco da relacionalidade instituída pelas múltiplas determinações. É o ato de pensar dialeticamente inserido no conteúdo da cultura de um tempo histórico e arejado por este. Assim, explícito que a relevância de uma análise sobre o conceito de segurança alimentar e nutricional que traga, em seu bojo, melhores condições e maior atenção à ideação sobre a soberania alimentar é parte integrante desse processo, dado que o problema acerca do alimento não se restringe aos estremecimentos de superfície (produção, acesso e consumo numa ordem ou desordem), como visa demonstrar o debate da segurança alimentar e nutricional. Considera-se pertinente e necessário que o conceito mencionado (seus processos, debates e políticas) deve compor o caminho da análise; faz parte, integra a questão e deve ser analisado, debatido¹.

1. Teoricamente, o que inspira esse posicionamento é o que destaca Barata-Moura (2015b, p. 8):

Porém, é claramente insuficiente para explicar a relação binômica alimento-fome, bem como as múltiplas dimensões e determinações objetivas imbricadas, que incidem nas condições materiais que envolvem toda a objetividade, componente do conceito de soberania alimentar.

Considerando as elaborações e o conteúdo histórico que compõem os debates da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar, parto da hipótese de que as políticas públicas exaradas no decorrer do período histórico principal analisado², não garantem (e/ou são insuficientes para garantir) a primeira e, portanto, ficam distantes da realização da segunda, se ponderados sua radicalidade e seu horizonte revolucionário. Além disso, considerando a materialidade em seu todo e em suas contradições inerentes, as condições objetivadas nesse processo imbricado entre segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar demarcam que a primeira, da maneira como tem sido implementada, está na ordem de manter e garantir – de forma ampliada – os processos de reprodução das relações do capital, enquanto a segunda se inscreve e se fundamenta na constituição da ruptura e superação do modo de produção capitalista. Ao cabo desse entendimento, a soberania alimentar é fruto e será resultante da práxis dos trabalhadores e trabalhadoras que demarcam a sua empiria na ação material transformadora, e constitui-se em processo fundante, construída e alimentada nas contradições objetivas que movem e são incorporadas na/pela luta de classes.

A tese central que defendo, portanto, é de que a efetivação integral dos processos permanentes da perspectiva da soberania alimentar está

“A crítica é um *exame*: um fazer passar pelos crivos da racionalidade, e do discernimento, tudo aquilo que *imediatamente* se nos apresenta – ou nos é na bandeja oferecido – como uma datidade *inquestionável*.” Ou seja, o que quer se demonstrar é que a crítica direcionada à segurança alimentar e nutricional não é apenas um contrapor mecanicista e/ou abstrato, mas que o primado explicativo da soberania alimentar traz consigo a capacidade de superação objetiva do processo e do discurso reinantes, na conformação do entendimento acerca da primeira aludida.

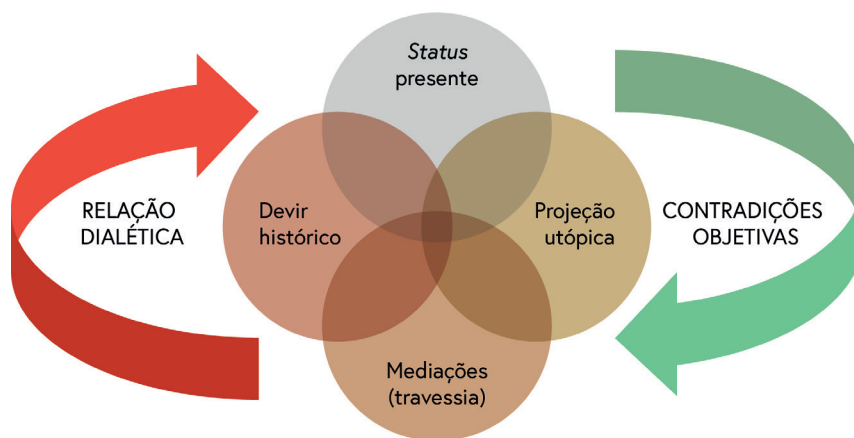
2. O período ao qual me refiro compreende, fundamentalmente, o início da década de 1990 até o final do ano de 2015. Sem, contudo, deixar de considerar e trazer elementos históricos, econômicos e políticos importantes, antecedentes e outros que demarcam a nossa atualidade, por lançarem luz à análise. Ganha centralidade esse período por duas razões fundamentais: a primeira, pela realização do debate, no Brasil, das cinco Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (1994 a 2015) e, a segunda, pela composição e acúmulo do debate a partir do momento da apresentação ao mundo do conceito de soberania alimentar no ano de 1996. Essas razões e aspectos serão evidenciados ao longo do livro.

imbricada – a partir de elementos que visem à ruptura, mediação e superação – com a constituição, desde já, de um novo e outro processo de civilização, organização e relação social. A sua base material e social está na realização da “contra-hegemonia”, no processo de transição e travessia e, portanto, em uma outra hegemonia. Contudo, considerando essa dimensão utópica, a análise que constitui esta elaboração está ancorada nas contradições materiais e sociais (de classes) e como estas se materializam na geopolítica³. Busca expressar o conteúdo material, tanto dos limites quanto das potencialidades imbricadas na construção desse devir histórico, que estabelecem processos materiais e de ideação concernentes à soberania alimentar⁴.

3. Não podemos justificar ou apenas analisar a realidade dada. Precisamos nos ocupar com as utopias, porque as possibilidades não são menos reais do que a realidade. (ALTVATER, 2010) Robert Musil põe: “[...] uma vontade de construção e um utopismo consciente, que não teme a realidade, mas trata-a como tarefa e invenção [...]. É a realidade que desperta as possibilidades; e nada seria tão errado quanto negar isso”. (MUSIL, 1978 *apud* ALTVATER, 2010, p. 332) É nesse sentido que partimos do entendimento de que “[...] *seria imperfeita a análise científica do mundo tornado real se também não explorássemos e efetivássemos, por meio da práxis, as potencialidades nele contidas*. ‘O efetivamente possível inicia com o germe, que contém o que está por vir’, formula Ernest Bloch. (1973, [...]) Este não vem sobre nós de fora. Na prática explicita-se como uma possibilidade em vias de se tornar realidade, de acordo com um plano utópico de construção”. (ALTVATER, 2010, p. 332, destaques nossos) Ver: Bloch, 2005 e 2006.

4. Em relação à práxis que fundamenta a soberania alimentar, bem como a sua inserção no interior da luta de classes, quer-se demonstrar que não podemos contar com alternativas apresentadas pelas classes dominantes, sobretudo, pelos seus objetivos limitados de projeto social. Inscreve-se pertinente a defesa de Lefebvre (1966) quando explicita a visão de Marx acerca dos limites das classes dominantes (em especial a burguesia e seus intelectuais) na compreensão do processo histórico. De acordo com Lefebvre: “São os limites de uma época – de uma classe – mais que o egoísmo deliberado ou uma ‘mentira de classe’ que explicam os limites das ideias; não existem ‘verdades’ de classe; há apenas a ‘verdade’, o ‘conhecimento objetivo’, que o pensamento humano atinge por tentativas, por ‘aproximações sucessivas’. E o grau desta aproximação é definido pelo tempo e pelo lugar, pela classe dominante, pelos seus limites sociais. A verdade e o conhecimento objetivo continuarão incompletos, ‘abstratos’ e ‘unilaterais’, enquanto uma classe, historicamente, não tiver senão objetivos limitados, aspirações e fins restritos”. (LEFEBVRE, 1966, p. 45)

Figura 1 – Soberania alimentar: totalidade concreta e multidimensionalidade



Subscrevem a problemática em discussão e análise, bem como a tese defendida, os seguintes objetivos: 1) compreender as diferenças substanciais que sustentam o debate e dão o conteúdo histórico, material e político da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar; 2) analisar a base material para a produção de alimentos a partir da questão agrária e suas contradições objetivas e sociais; 3) debater os elementos de participação e controle social e analisar os limites e potencialidades das políticas públicas implementadas de provimento da alimentação; 4) compreender a centralidade estratégica da agroecologia e da formação humana para a materialização da soberania alimentar; 5) analisar a relação entre soberania alimentar, agroecologia, agricultura camponesa e educação politécnica/tecnológica; e, além disso, 6) contribuir com o arcabouço teórico, sobretudo, a partir da totalidade e com um conjunto categorial analítico e de conteúdo que subsidiem análises e processos de mediação e elaboração das políticas públicas e de diretrizes de formação humana omnilateral.

A opção em fazer uma análise mais de totalidade se deu por várias razões. É a demarcação de que estudos dessa natureza não podem ser tomados de maneira arbitrária, mas, sobretudo, devem corresponder devidamente ao que exige o objeto e ao movimento do real que o compõe e no qual se insere (incluindo a sua historicidade). Ou seja, nós pensamos a partir do real e de dentro do real, na constituição e devida concretude.

do “ser” onde vivemos, reproduzimos nossa existência e vamos sendo. (BARATA-MOURA, 2015b)

A primeira razão tem a ver com o tempo histórico e originalidade do conceito de soberania alimentar. Como veremos no decorrer do livro, este aparece de maneira oficial há vinte e quatro anos, em 1996⁵. E, como período histórico, constitui-se em um tempo recente, exige uma análise radical e de conjunto, dado que há a necessidade de compreender, que, a partir do seu conteúdo material e histórico, possamos desenvolver tanto as condições objetivas quanto analíticas para, cada vez, mais afirmar, apreender o seu conteúdo histórico explicativo e não ir destituindo, nas elaborações, o seu sentido fundamental⁶.

É um conceito que irrompe numa condição histórica de fome, de destruição das condições materiais (ideais) para a produção de alimentos biologicamente e nutricionalmente superiores, da concentração da terra e sua utilização para a produção de *commodities*⁷, de transição nutricional, de problemas de saúde causados pelo alimento, do envenenamento do alimento, da água e do solo, da destruição da biodiversidade e da diversidade genética, entre outros aspectos, mas, sobretudo, pelo fato

5. Enquanto apresentação do conceito ao mundo, esse é o ano e momento histórico referentes. No entanto, entendemos que as elaborações de Josué de Castro – que veremos posteriormente – já traziam elementos que fundamentam essa perspectiva. Além disso, experiências na América Central (México) nos anos de 1980 já tratavam da denominação, porém, é a Via Campesina que vai constituindo o conceito em sua radicalidade e o apresentando à sociedade em seus debates e pautas.

6. Esse entendimento e preocupação é consequência, ou reivindicação, resultante da análise, a partir do acesso a elaborações que utilizam e/ou aplicam o conceito de soberania alimentar não na rigorosidade que seu conteúdo histórico-político e explicativo exige. Daí a percepção de que, ao invés de elevarmos ao seu mais “alto patamar” conceitual, o fragilizamos. Portanto, assume-se o entendimento de que a radicalidade do conceito e de sua utilização ganha sentido e tem a ver com o que destaca Zemelman: “É a partir deste desafio que se torna imperioso recuperar a combatividade do pensamento e da capacidade de dizer e de fazer transcender os limites do que nos circunda”. (ZEMELMAN, 2014, p. 8)

7. Plural de *commodity* (original do inglês), que significa mercadoria. Termo usado para descrever produtos com baixo valor agregado, ou seja, artigos de comércio ou bens que não sofrem processos de alteração ou que são poucos diferenciados. O presente termo também é sinônimo de matéria-prima. As *commodities* podem ser divididas em quatro categorias: 1) *commodities* minerais (exemplos: petróleo, minério de ferro, ouro etc.); 2) *commodities* financeiras (as moedas, por exemplo: dólar, real, euro etc.); 3) *commodities* ambientais (exemplos: água, energia, madeira etc.); e 4) *commodities* agrícolas (exemplos: soja, laranja, milho etc.). O preço das *commodities* é negociado na Bolsa de Valores Internacionais e mercados de futuro.

das pautas e soluções dessas problemáticas, apresentadas pelo modo de produção do capital (através das políticas de segurança alimentar e nutricional), serem estratégicas, pretensiosas e definitivamente insuficientes até mesmo para amenizar esses problemas sociais e materiais. Desse modo, o processo de constituição das ideias inerentes à multidimensionalidade da soberania alimentar ganhou dinâmica a partir das contradições materiais e sociais e que apontam (ao meu entendimento) uma demanda de fundamentação.

Defendo, no entanto, que se faz necessário tecer uma linha divisória clara⁸ a que se prestam, o que expressam e representam primordialmente cada um dos conceitos (imbricados, apesar do imbricamento entre ambos, no Brasil em especial, ser bem substancial e de caráter explicativo bem pertinente) de segurança alimentar e nutricional e de soberania alimentar. Ou seja, é condição necessária a busca dos supostos e pressupostos (ontológicos, filosóficos, epistemológicos e políticos) que suportam e embasam – inclusive na sua dinâmica contraditória interna – as razões fundamentais cujos “concreto pensado” e inteligibilidade se coloquem como questão central, e, portanto, o que importa que se pergunte⁹ em cada um dos temas.

As condições de apreensão do movimento do real nesse contexto e as resolutivas surgem e estão engendradas desde dentro dessa problemática, e que, pelo conteúdo histórico-material, define o horizonte a que se pode chegar no tear dessas contradições objetivas expressas por esses conceitos. Forjada na luta e no enfrentamento de classes, portanto, produto da práxis dos trabalhadores como já mencionado, é uma aposta revolucionária num horizonte a longo prazo, e que na atualidade aparece quase como impossível – dado o avanço da dominação do capital e do “destravamento” cotidiano de forças dominantes destruidoras –, fato que registra a pertinência da dimensão utópica ao tratar da soberania alimentar. Assim, coloca-se na contra-hegemonia da prática e do discurso mobilizador da sensação dos nossos limites e do entendimento de que as

8. Sob a dialética (e as interconexões de entorno da contradição principal) e não a dualidade independente, binária ou monodal (esta última, nos termos leibniziano).

9. Busca-se o estabelecimento correto dos problemas. O acesso aos debates e escritos referentes à problemática demonstram que há uma “espécie de confusão” no tratamento dos temas de segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar, fundamentalmente, quando se diz respeito às análises das políticas públicas.

pessoas são limitadas (um discurso moral da finitude e da impotência), e da nossa falta de condições de enfrentamento aos limites e aos problemas do presente e do modo de produção do capital, e, portanto, impulsiona através da práxis a construção de uma outra/nova hegemonia. Logo, é a indicação de que não podemos nos curvar mediante as tentativas de limitação da potência de criação e de construção das condições humanas – objetivamente – pelos limites sistêmicos e do presente.

A segunda razão é a busca de corresponder e contribuir com análises e reflexões que possam servir para que a sociedade de modo geral – mas principalmente os trabalhadores, os movimentos e organizações sociais – coloque em prática e construa as condições objetivas e subjetivas para a materialização dos valores e princípios advogados na perspectiva da soberania alimentar.

Isso posto, busca-se também inserir como um problema de pesquisa estratégico e de longo prazo. Ou seja, é a constituição de uma grande plataforma que dará as bases para o desenvolvimento de outras pesquisas nas suas diversas dimensões e com recortes mais específicos. É o ato expressivo da precisão de madrugar, já que terminantes resolutivas e de superação não “caem do céu”; muito pelo contrário, engendram-se, nascem e maturam no imbricamento interno e contraditório da problemática e que, porém, lhes define o horizonte e as condições de alçar à ideação e/ou à “projeção”, sem afastar-se da linha objetiva que está inserida no próprio enredamento e imbricamento das coisas.

A terceira razão tem a ver com a totalidade (concreta, mediata e imediata) e a multidimensionalidade do objeto em análise. Esse aspecto me fez pensar analogamente às propriedades do som de uma nota musical. De acordo com a teoria musical, o som tem quatro propriedades indissociáveis: altura, intensidade, duração e timbre. Ao tocar uma nota musical, essas propriedades são expressas concomitantemente, e não há como separar. Ou seja, o som de toda e qualquer nota musical, ao ser tocada, será a composição da totalidade dessas propriedades e dimensões. É a materialização dessa condição *sine qua non* no tempo e no espaço que expressa a unidade do diverso, bem como a “unidade dos contrários”. Ao meu juízo, o conceito de soberania alimentar entoa e expressa essa característica, e só poderá ser compreendido considerando a sua totalidade (concreta), mesmo que consciente de que, em seu horizonte

prático, serão necessárias mediações, transições e relações dialógicas (por vezes específicas-particulares) de um fazer e devir históricos, que se prolongam numa temporalidade e historicidade necessárias¹⁰.

Com esta analogia quer-se demonstrar que a dimensão empírica do conceito de soberania alimentar, mesmo na particularidade – em seus requisitos internos necessários, tanto de escala territorial quanto nos recortes de suas dimensões e problemáticas imbricadas –, atingirá sua radicalidade quando aplicada na sua relação com a totalidade concreta e à luz desse entendimento, para não ficarmos encapsulados numa redoma, numa “mônada”, num constructo isolado e abstrato. Como já mencionado, a compreensão e a materialização da intencionalidade prescrita se darão no interior contraditório da substancialização das múltiplas determinações e no decorrer do desenvolvimento destas, bem como na apreensão das demais dialéticas subjacentes e adjacentes desse processo, impulsionadas sempre mais pela nossa práxis.

De igual modo ancorada nos anseios da Via Campesina¹¹ – quando assume o conceito de soberania alimentar, que posiciona a concepção e perspectiva dessa sobre as bases de cinco dimensões fundamentais, a alimentar, a energética, a genética, a hídrica e a territorial –, a presente elaboração ganha sentido político-social ao querer demonstrar as condições objetivas e as forças materiais para concreção dessas dimensões

10. Tem a ver com o entendimento do filósofo Karel Kosik acerca do monismo materialista. Segundo o autor, “O monismo materialista, que concebe a *realidade como complexo constituído e formado pela estrutura econômica* e, portanto, por um conjunto de relações sociais que os homens estabelecem na *produção* e no relacionamento com os *meios de produção*, pode constituir a base de uma coerente teoria das classes e ser o critério objetivo para a distinção entre mutações estruturais – que mudam o caráter da ordem social – e mutações derivadas, secundárias, que modificam a ordem social, sem porém mudar essencialmente o seu caráter”. (KOSIK, 1969, p. 105)

11. Organização internacional composta por movimentos e organizações sociais de base popular do Campo, de pequenos e médios agricultores, mulheres camponesas, trabalhadores do Campo, comunidades indígenas e comunidades tradicionais. Visa organizar e coordenar, em nível internacional, as lutas sociais desses movimentos, articulando-as. É um movimento autônomo e pluralista. Teve sua origem em abril de 1992 em Manágua, Nicarágua, quando lideranças e dirigentes camponeses da América Central, da América do Norte e da Europa decidiram se reunir e debater problemas gerais a que estão sendo submetidos os povos do Campo. Esse primeiro momento ocorreu no contexto da realização do Congresso da União Nacional de Agricultores e Pecuaristas. A organização está formada por estruturas nacionais e regionais cuja autonomia é cuidadosamente respeitada e presente em oito regiões: Europa do Leste, Europa do Oeste, Nordeste e Sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América do Norte, Caribe,

fundamentais, bem como apontar as mediações práticas para a realização da soberania alimentar com todas essas dimensões imbricadas. É partindo dessas prerrogativas que a materialização das cinco dimensões fundamentais pressupõe as mediações práticas (para a transição e travessia) da reforma agrária (popular) à revolução agrária (para a constituição da base material ideal para a sua realização plena), das políticas públicas, da agroecologia e da formação humana. Todas essas mediações sendo constituídas pelas bases sociais através da luta social, do controle social (práxis social) – do monitoramento à luz de sua dimensão “utópica”.

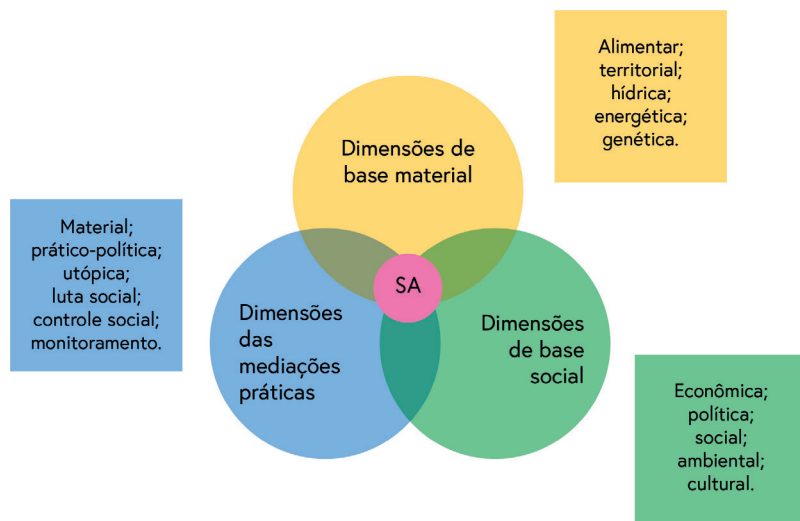
Esse processo construído pela práxis social, portanto, é a constituição do sentido – de maneira imbricada com as dimensões anteriormente citadas – das outras cinco dimensões vinculadas (a social; a econômica; a política; a ambiental; a cultural) que compõem a conceituação de soberania alimentar trazida pelos coletivos que participaram dos debates das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), que assumem, no interior da temporalidade e nos processos de transição, a “face” das relações econômicas, sociais-humanas, de trabalho, em determinado marco histórico e estágio de desenvolvimento¹².

Essas relações imbricadas e tensionadas expressam o método de análise numa tentativa permanente de interseccionar as relações materiais e políticas que se constituem nesse processo, formalizando uma interconexão entre três “elos” multidimensionais, como veremos na Figura 2.

América Central, América do Sul e África. A primeira Conferência da Via Campesina ocorreu no ano seguinte, em 1993, no mês de maio, na cidade de Mons na Bélgica, onde se conferiu o caráter de organização internacional e ocorreu a definição das estruturas, das grandes linhas de discussões e pautas que deveriam ser unificadas. De lá para cá já ocorreram diversas conferências e grandes temas passaram a ser debatidos no mundo, tais como: soberania alimentar, reforma agrária, conflitos relacionados à terra, tecnologias, políticas de créditos, entre outros. A Via Campesina está em expansão, o que a caracteriza como uma organização politicamente complexa e pluricultural, e já abarca uma grande cobertura geográfica no mundo.

12. Esses elementos e questões serão discutidos no item em que abordaremos com mais especificidade a gênese histórica do conceito de soberania alimentar, no capítulo I. Além disso, as dimensões mencionadas pela Via Campesina e as dimensões vinculadas trazidas no debate das CNSANs são prescritivas de toda a análise deste livro. Portanto, não serão analisadas separadamente.

Figura 2 – Elos multidimensionais



Quanto ao escopo e à exposição deste livro, considerando que trabalhamos com a perspectiva da totalidade concreta, da multidimensionalidade e da intersecção e conexão entre as dimensões, vale destacar que não foi uma tarefa simples. Talvez o leitor sinta esses dilemas em entendimentos reiterados que se configuram a partir da moção dialética do movimento do pensamento, portanto, da exposição, de um curso espiral que ganha mais corpo e complexidade com o desenvolvimento da análise.

A organização em quatro capítulos é fruto, fundamentalmente, do entendimento e da percepção de que, como a soberania alimentar é um projeto (um dever) fruto da práxis da classe trabalhadora – em especial dos trabalhadores do Campo¹³ – dentro dessa totalidade concreta, dar-se-á o devido valor às mediações práticas necessárias para o processo de transição e travessia. A categoria de “mediação” instituída no seio das contradições objetivas na qual se aplicam as demais (totalidade, contradição, particularidade, universalidade, singularidade, práxis), ganha relevância no processo de análise em alguns momentos.

É nesse sentido que se inscreve imprescindível a realização, em todas as suas potencialidades projetadas, da reforma agrária popular (também

13. Utilizarei a categoria Campo – o território, o rural – com a inicial maiúscula, concordando, inclusive, com o acúmulo das discussões que têm por base as elaborações de teóricos e dos movimentos sociais de base popular do Campo, dando força explicativa e força material à referida categoria.

como uma mediação para a revolução agrária); da política pública (como fator material, de indução dos processo); da agroecologia (como forma de produção, base de uma agricultura camponesa ecologicamente “sustentável”, como forma “ideal” para a produção de alimentos com qualidade biológica e nutricional etc.); e da formação humana (como processos mais amplos, constituídos pela educação politécnica/tecnológica omnilateral), que o escopo, o conteúdo material (projetado) da soberania alimentar, exige para a construção e para a sua materialização em estágio mais avançado.

Não como recorte, mas, sobretudo pelo sentido e pela capacidade explicativa da condição histórica vivenciada no Brasil – fundamentalmente a partir do ano de 2003 –, ganha relevo o debate mais intenso acerca da segurança alimentar e nutricional no seio das políticas e do Estado, e a compreensão mais articulada com parte da sociedade civil, através dos movimentos e organizações sociais de base trabalhista-popular.

A dedicação em analisar a experiência brasileira (que compõe um recorte, mais especificamente acerca da concepção e das políticas de segurança alimentar e nutricional) é motivada pela sua relevância no cenário internacional em se tratando de políticas de combate à fome e à miséria. Não ocultando ou falseando os seus limites, conduzimos uma análise que busca também demonstrar as potencialidades a partir das práticas consideradas exitosas (por organismos internacionais e Estados-nação), tanto no âmbito do debate e do embate (social, político e teórico), quanto nos processos de implementação de ações, programas e políticas articuladas, que, em boa medida, significaram avanços nas condições de corresponder à multidimensionalidade conferida à segurança alimentar e nutricional e à soberania alimentar.

É por essa razão que trazemos os debates da gênese e constituição histórica desses conceitos imbricados. E, devido às exigências “histórico-materiais”, em determinados momentos da análise, damos o real entendimento diferenciado, da perspectiva mais geral de segurança alimentar pelo mundo e da noção e perspectiva construídas aqui no Brasil. Como já mencionado, no momento em que a Via Campesina assume o conceito de soberania alimentar e apresenta ao mundo (constituindo significados), também no Brasil, pela demanda e impulsão da sociedade civil organizada (de base popular), havia se iniciado o debate acerca da

segurança alimentar e nutricional. Desse modo, enquanto valores proclamados, as bases sociais articulam, germinam, interseccionam entendimentos, que, por essa razão, incidem numa concepção e perspectiva de segurança alimentar e nutricional aqui no Brasil bastante avançada. Porém, como veremos, no acúmulo do debate e na implementação das políticas (com significativa distância do proposto), o conceito de soberania alimentar vai ganhando centralidade nesses espaços de debates realizados através das CNSANs.

É basicamente sobre essas premissas e bases materiais que assentamos, quando necessário, a análise num recorte de tempo, no período histórico na qual ocorreram, no Brasil, as cinco CNSANs, a saber entre os anos de 1994 a 2015. Assim, servimo-nos documentalmente, para embasar essa particularidade, dos relatórios finais das referidas conferências.

Em linhas gerais, considerando a complexidade do objeto em análise, buscou-se corresponder aos ditames contraditórios do movimento do real. Como não é tarefa fácil pensar dialeticamente, apreender as pulsações da materialidade, presumimos que algum êxito obtivemos. Nesse sentido, a conformação objetiva da exposição exigiu que transitássemos por características analíticas de natureza e de intensidade diferenciadas, porém, sem esquecer dos princípios da relacionalidade que a totalidade concreta exige¹⁴.

A compreensão do objeto pressupõe diferentes áreas e campos de conhecimentos, mas, no presente livro, ganha relevo uma perspectiva mais filosófica. Ao demarcar isso, colhe-se o ensejo para destacar que poderá, em algumas análises que necessitam de um conhecimento mais especializado (de outras áreas), ter havido limites na aplicação de categorias e conceitos.

Por fim, destacamos que não foi uma tarefa fácil, mas construímos este trabalho com grande responsabilidade. É tarefa árdua, porém inadiável! É, como intelectual, se colocar sob infinitos riscos, em analisar um projeto de intensa radicalidade em tempos tão adversos. É a materialização do medo e da insegurança da travessia que separa, medeia e une, que dá sustentação ao conteúdo do presente, germes de novas práticas, e de sua relação com a utopia, com a esperança de que as condições materiais

14. Acerca dos capítulos, antecipamos algumas questões fundamentais. Contudo, tomamos a providência de elaborarmos uma introdução retomando esses aspectos em cada seção.

garantam a sua historicidade. Contudo, é pertinente insurgir contra as determinantes da autodestruição da humanidade! Discutir, analisar, compreender... os problemas da fome, das outras questões objetivas-materiais negativas que envolvem o tipo e a qualidade do alimento cultuado e cultivado, é uma atitude orgânica ao mais fundamental e básico da vida. É fortalecer a vitalidade dos germes do novo.

1. GÊNESE HISTÓRICA DOS CONCEITOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E SOBERANIA ALIMENTAR: ELEMENTOS SUBJACENTES À CONSTRUÇÃO DO DEBATE

O presente capítulo parte das contribuições de Josué de Castro para compreender o problema da fome no mundo, bem como destaca que, para além da fome e da desnutrição, que foram conceitos fundamentais de sua análise, outros aspectos – na atualidade – compõem os problemas e o conteúdo histórico-material do conceito de soberania alimentar.

Considerando as necessidades de enfrentamento do problema da fome, o presente capítulo demonstra as discussões teóricas e estratégias utilizadas para isso, e faz uma reconstituição histórica, trazendo, em sua análise, o contexto histórico, a matriz política, a base material socioeconômica, os trabalhadores e sujeitos sociais envolvidos e “responsáveis”. A partir da totalidade e das contradições objetivas no seu interior, demonstra os espaços e locais onde ocorreram e ocorrem os debates e embates acerca dos temas, e como esses vão ganhando sentido político, conteúdo histórico, fator material e, por consequência, capacidade explicativa desse movimento real em contradição, ajudando a compreender perspectivas e processos de desenvolvimento e projetos de sociedade contraditórios como expressão da luta e consciência de classe¹⁵.

Incorre em necessidade, na análise, o adiantamento de algumas percepções apreendidas no foro político que, em certa medida, expressam a materialidade e o que está subjacente ao debate no que diz respeito a alguns elementos fundamentais da temática em análise. É possível perceber, por exemplo, que o debate e a constituição das políticas de segurança alimentar e nutricional estão na ordem da reforma e dos arranjos necessários para a manutenção e fortalecimento do modo de produção do capital. É a partir dessa condição que podemos entender a sua

15. Ao percorrer da análise e dessa reconstituição histórica dos debates e embates, serão trazidas questões políticas, políticas públicas e normativas que expressam esse processo. Porém, sem um aprofundamento, tendo em vista que essa tarefa de análise mais rigorosa será desenvolvida no capítulo 3, que tratará das perspectivas teóricas acerca do Estado e das políticas públicas, evidenciando limites e possibilidades.

pertinência e presença nas superestruturas estatais (nacionais e internacionais) como parte integrante da geopolítica econômica.

Por outro lado, a proposição da soberania alimentar feita pelos movimentos sociais de base popular (fundamentalmente os ligados ao Campo e à luta por terra/território no mundo) visa demarcar o processo e as estratégias de disputa, bem como uma oposição clara ao debate e às proposições políticas discutidas e desenvolvidas durante e a partir da Cúpula Mundial da Alimentação em Roma no ano de 1996. Não deixando de considerar os significativos avanços que as contradições materiais e a participação social oportunizaram através das políticas de segurança alimentar e nutricional – no Brasil, por exemplo –, destaca-se que o movimento histórico constituiu, não só no terreno do debate e das políticas, mas sobretudo na materialidade, a definitiva impossibilidade de conciliação entre a implementação dos processos hegemônicos do modo de produção e a possibilidade de constituição e garantia da soberania alimentar.

Dadas essas bases – como já indicado –, entende-se que as proposições da soberania alimentar se inscrevem na “ordem”/condição da ruptura e na constituição de um outro projeto civilizatório, enquanto a segurança alimentar e nutricional tem suas bases na ordem das reformas que modificam as relações sociais de produção, nos limites e nos interesses inscritos pela ordem do capital.

Outro aspecto fundante para compreender a problemática do tema é a noção adotada por soberania¹⁶. Parte-se do pressuposto de que a noção de soberania calcada na centralidade político-territorial, na ideia de nação, não é suficiente para expressar e contemplar o conteúdo material e político da soberania alimentar. Embora os próprios movimentos sociais partam do pressuposto da “soberania da nação” ter as condições de garantir a alimentação adequada ao seu povo, a defesa feita neste livro é que esse aspecto deve ser reconhecido e fortalecido apenas como *mediação* numa condição objetiva favorável. Ou seja, ao levarmos em consideração que, na correlação de forças da base material, haja as condições objetivas favoráveis aos interesses da classe trabalhadora e aos povos de modo geral, para colocarem o Estado como *força material indutora* para a concretização dos interesses dos trabalhadores pobres e povos tradicionais.

16. O conceito de soberania (política) é tensionado em alguns momentos neste livro, como veremos no capítulo 2 ao discutir “território” e as estratégias de reprodução do capital no Campo, e no capítulo 3, ao discutir concepções de Estado e as políticas públicas.

1.1. SOBRE O PROBLEMA DA FOME E O PIONEIRISMO DE JOSUÉ DE CASTRO

Se considerarmos o processo de constituição histórica, as razões e raízes que levaram os movimentos sociais de base popular a *cunhare*m o conceito de soberania alimentar e o cravarem como fundamental em suas pautas, práticas e lutas, em grande parte está o problema da fome como síntese material e explicativa. É importante refletir sobre esses aspectos, tendo em vista que a fome, em seu significado, sobretudo a partir de meados do século XX, adquire conteúdo histórico – sendo rigorosamente percebido – que expressa o modo como se realizam as relações sociais e de classe, e em que medida seus efeitos e razões – humanas e sociais – são fortemente ocultados e ignorados, por vezes “amenizados” através do discurso oficial e razoável, “ordenador” da realidade, bem como os reais problemas e sofrimentos vivenciados pelas pessoas e pela sociedade de modo geral.

Setenta e quatro anos se passaram desde que Josué de Castro escreveu a obra *Geografia da fome*¹⁷, e sessenta e nove anos se passaram da publicação de sua obra *Geopolítica da fome*¹⁸. Muitas mudanças ocorreram, sobretudo pelo extraordinário avanço do desenvolvimento científico e tecnológico, e, no entanto, o *drama da fome* continua a desafiar a nossa cultura e práxis contemporânea. A denúncia desenvolvida por Josué de Castro e a demonstração dos dados através dos seus estudos continuam atuais quando cotejadas com a materialidade, pois vemos que não modificaram substancialmente em quantidade, e, além disso, são fundamentais para a compreensão e demonstração, em termos qualitativos, de outras dimensões e elementos – oriundos do processo de desenvolvimento do sistema – que compõem o problema da fome na atualidade. Em 1951, destacava o autor:

A história da humanidade tem sido, desde o princípio, a história de sua luta pela obtenção do pão-nosso-de-cada-dia. Parece, pois, difícil explicar e ainda mais difícil compreender o fato singular de que o homem – este animal pretensiosamente superior, que tantas batalhas venceu

17. Julho de 1946.

18. Dezembro de 1951.

contra as forças da natureza, que acabou por se proclamar seu mestre e senhor – não tenha até agora obtido uma vitória decisiva nesta luta por sua própria subsistência. Basta ver que, depois deste longo período de algumas centenas de milhares de anos de batalha, hoje se verifica, sob critério de observação científica, que cerca de dois terços da população do mundo vivem num estado permanente de fome (1)¹⁹; que cerca de um bilhão e meio de seres humanos não encontram recursos para escapar às garras da mais terrível de todas as calamidades sociais. (CASTRO, 1965a, p. 45)

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Agricultura e Alimentação (FAO), entre 850 a 900 milhões de pessoas passam fome no mundo atualmente. De acordo com alguns estudiosos, esse número pode chegar a um bilhão. Essa condição antípoda, antagônica em que vive nossa sociedade contemporânea é a expressão do conjunto de transformações que ganhou centralidade no modo de produção, somado ao conjunto de prioridades colocadas na pauta para a resolução dos problemas sistêmicos, embasadas em valores econômicos, éticos, políticos, culturais, que, ao invés de suprimir, fortalecem processos de concentração de riqueza, expropriação e, fundamentalmente, a transformação do alimento em mercadoria. Sob a determinação da crise estrutural do capital, apresenta-se aos nossos olhos uma verdadeira barbárie, que fortalece a tese de colocar em prática uma destruição em massa dos integrantes da classe trabalhadora. Ou seja, como alertou Josué de Castro, a fome é uma tragédia universal. Essa tragédia se manifesta cindida em duas escalas fundamentais: a *fome crônica* e a *fome oculta*.

Desse modo, vemos que as teses defendidas e as indicações feitas por Josué de Castro estão fortemente presentes na atualidade, como se constata em dados recentes.

Tomada a fome crônica como referência, é suficiente dizer que, de acordo com Ziegler (2013), para o ano de 2012 e mundialmente falando, a cada cinco segundos, uma criança com menos de dez anos de idade morreu de fome. Desdobrando tais dados – e atenta-se: considerando

19. Nota de rodapé de Josué de Castro informando que são dados/informações retiradas de: F.A.O., World Food Survey, 1946. Na atualidade os números já são outros, como veremos adiante, portanto, não computam dois terços da população mundial.

somente crianças com menos de 10 anos de idade, bem como somente o ano de 2012 –, tem-se o seguinte: são 720 crianças mortas de fome por hora, o que significa 17,2 mil crianças mortas por dia, implicando na destruição de 6,3 milhões delas, em todo o mundo, apenas em 2012. Tomando dados mais amplos, o mesmo autor informa que 57 mil pessoas morreram em 2012, por dia, de fome. Desdobrando os dados, tem-se: 1,7 milhões por mês e 20,8 milhões de pessoas destruídas pela fome ao redor do mundo, no ano de 2012. Eis o caráter destrutivo do mecanismo da fome crônica, colocada em andamento pelo complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares, sob determinação da crise estrutural do capital. (MACEDO, 2015, p. 316-317)

Esse processo de destruição em massa dos seres humanos – considerando as elaborações de Ziegler²⁰ – é o retrato e a expressão dos mecanismos em funcionamento do sistema agroalimentar. São consequências das diversas epidemias causadas pela fome e da degradação e transformação dos hábitos alimentares²¹. Em certa medida, todas as intervenções feitas por países desenvolvidos com vista a sanar algumas questões inerentes à fome tiveram por trás os interesses econômico-comerciais. Essas estratégias atravessaram desde programas educativos até políticas e intervenções econômicas. “Isso levou, muitos técnicos, mesmo a ONU, a encararem o problema sob um ângulo errado, aplicando programas de ajuda alimentar com base em padrões alimentares dos EUA e Europa Ocidental [...]”. (ADAS, 1988, p. 95) Há, portanto, um complexo da fome e de degradação humana e ambiental em pleno funcionamento e fortalecimento.

20. Vale destacar que Ziegler foi assessor da FAO. E, seguindo suas reflexões, vemos que os dados destacados por Macedo (2015, p. 316-317), que envolvem os efeitos da *fome crônica*, foram coletados a partir de pesquisas – de vários pesquisadores – que visam construir e sistematizar os dados estatísticos da/para a FAO.

21. É importante destacar que várias ações de combate a algumas mazelas desse sistema sempre foram paliativas e engajadas numa espécie de sociedade voluntária, apesar de alguns exemplos serem oriundos de organismos internacionais, como a UNICEF. Exemplo disso foi o programa de Terapia de Reidratação Oral (TRO), com o objetivo de diminuir o alto índice de mortalidade infantil. No período de sua implantação (década de 1970), cerca de três milhões de crianças morriam por ano no mundo, e ainda nos dias atuais, como vimos anteriormente, milhões morrem por ano. Vale destacar que as primeiras utilizações da composição datam de 1940, a partir de estudos desenvolvidos na Índia e Bangladesh – para tratamento de cólera. Apesar da eficiência, a autorização para a utilização da TRO, por agentes de saúde e de familiares, só foi concedida em 1971.

A crise estrutural do capital é cultivada e posta em movimento pela mundialização do capital, através das ações edificadas produtivas, financeiras e comerciais²². A falta de alimento e as mudanças e destruição dos hábitos alimentares são imposições objetivas e culturais que o sistema do complexo-sistema agroalimentar²³ cotidianamente desenvolve e alimenta.

Tomando a questão da *fome oculta*, alguns dados nos dão conta da profundidade do problema. Esse mecanismo epidêmico – que segundo Josué de Castro (1965a), se reveste de estratégias para passar despercebido perante os olhos da maioria das pessoas (por trás de um quadro de saúde aparentemente saudável, ou seja, sendo o quadro percebido só por especialistas) – acomete uma grande porcentagem da população mundial (com um perfil de fome), mesmo que esses indivíduos não percebam. Considerando esses elementos, mais uma vez Macedo (2015) nos traz informações importantes lapidadas por Ziegler (2013), a partir do relatório da UNICEF²⁴, que faz alguns comparativos no interior da década de 2000.

[...] a carência de vitamina A, que pode causar cegueira, afeta cerca de 40 milhões de crianças ao redor do mundo. Dessas, a cada ano 13 milhões perdem sua capacidade de enxergar. O autor também alerta que, em virtude da deficiência de ácido fólico, essencial para a formação fetal, estima-se em “(...) 200 mil por ano os recém-nascidos mutilados pela ausência desse micronutriente”. (Ziegler, 2013, p. 57). Ainda: as estatísticas levantadas pelo autor demonstram que quase um bilhão de pessoas sofrem de carência natural de iodo. “Quando esta não é compensada, sobrevivem ao bócio graves transtornos de crescimento e distúrbios mentais (cretinismo). Para as mulheres grávidas (e, pois, para os fetos), a falta de iodo é fatal” (Ziegler, 2013, p. 58). Registra ainda que a carência de zinco provoca problemas nas faculdades cerebrais e motoras, além de diarreias, geralmente mortais em crianças de pouca idade. Estima-se que tal carência cause a morte de aproximadamente

22. Retomando Mészáros (2011), há um aprofundamento da impossibilidade, ou esgotamento das possibilidades, da organização social do capital, controle e/ou superação desses graves problemas. Pois, ao responder aos imperativos que compõem a sua natureza sistêmica interna, a produção e a reprodução social humanas não se darão por outros mecanismos, senão aqueles que materializam negatividades fortemente destrutivas.

23. Esse conceito é chave para nossa análise. Contudo, será lapidado em notas posteriores, sendo demonstrado como o trataremos analiticamente nesta obra.

24. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/files/davos_micronutrient.pdf>.

400 mil pessoas por ano. Ademais, segundo um relatório da Unicef (2004), estima-se que ela pode causar entre 40% e 60% de redução da capacidade mental, proporcionando sequelas vitalícias. Ainda mostra que aproximadamente 500 milhões de mulheres sofrem de anemia e que 60 mil morrem no parto todos os anos, em decorrência da carência de ferro. (MACEDO, 2015, p. 317)

Ainda no sentido de demonstrar a gravidade do problema, vemos que a realidade brasileira também manifesta um quadro bastante complicado, ao considerarmos essas questões anteriormente destacadas. Trabalhando com o pressuposto do processo de degradação dos hábitos alimentares e seu conjunto de doenças alinhadas, vemos que, em 2011 somente, 834 mil seres humanos morreram vítimas de doenças crônicas não transmissíveis. Seguindo os dados do Ministério da Saúde (2014), esse número expressa o índice de 72,7% do número de óbitos que ocorreram no país em 2011. E, seguindo as informações colhidas no mesmo portal que se referem a dados mundiais, as doenças crônicas degenerativas computam 63% dos óbitos ao redor do mundo²⁵.

É nesse sentido que ganha relevância toda a discussão e análise do pioneiro Josué de Castro, como destacado por Pearl S. Buck²⁶, “um conhecedor dos problemas práticos, um homem do mundo [...], porque conhece o mundo e suas populações [...]” (BUCK, 1965, p. 9) bem como sua atualidade, somada com outras análises mais recentes, que apontam pequenas variações nos dados e manutenção do problema fundamental. De modo geral, vemos que tanto a abordagem quanto as alternativas frente ao problema da fome, desenvolvidas por Josué de Castro, colidem com o discurso hegemônico estruturado para a época, em referência ao qual Castro destacou que a expressão “geografia da fome”, empregada pela primeira vez, “deve ter soado aos ouvidos de muita gente como uma chocante combinação de palavras”. De acordo com o pensamento hegemônico, a obra poderia não ser correspondente à materialidade, ou seja, seria uma mera peça retórica, e que não seria análise e/ou tratativa das “grandezas humanas”, mas de “suas misérias”. (CASTRO, 1965a, p. 25)

25. Portal da Saúde, Ministério da Saúde, dados sintetizados de 2014. Informações cotejadas também com as elaborações de Macedo. (2015, p. 318)

26. Prêmio Nobel de Literatura, no prefácio da edição norte-americana da obra de Josué de Castro *Geopolítica da fome*.

Desse modo, vemos que os grandes problemas para a humanidade, para se tornarem problemas da humanidade, devem ser “arrancados” do contorno da dominação e transformados em matriz de debate pelas bases sociais que sofrem os prejuízos pela imposição das relações objetivas que o criaram.

Quanto à fome, foram necessárias duas terríveis guerras mundiais e uma tremenda revolução social – a revolução russa – nas quais pereceram dezessete milhões de criaturas, dos quais doze milhões de fome, para que a civilização ocidental acordasse do seu cômodo sonho e se apercesse de que a fome é uma realidade demasiado gritante e extensa, para ser tapada com uma peneira aos olhos do mundo.

Ao lado dos preconceitos morais, os interesses econômicos das minorias dominantes também trabalharam para escamotear o fenômeno da fome do panorama espiritual moderno. (CASTRO, 2008, 13)

Na obra *Geopolítica da fome*, já em seu primeiro capítulo, além de destacar que “a fome permaneceu como um dos tabus da nossa civilização – uma espécie de tema proibido²⁷ [...]”, classifica o tema da fome como assunto “delicado e perigoso por suas implicações políticas e sociais”, tendo em vista que tentar compreender esse fenômeno significa buscar respostas de algumas questões centrais, fortemente escamoteadas pelo poder dominante no decorrer da história²⁸. Pergunta ele: “Será a calamidade da fome um fenômeno natural, inerente à própria vida, uma contingência irremovível como a morte? Ou será a fome uma praga social criada pelo próprio homem?”. (CASTRO, 1965a, p. 45)

27. De acordo com Josué de Castro, naquele período havia uma chocante exiguidade de produções acerca do tema da fome se comparado a outros problemas, para ele da mesma envergadura, tais como a guerra e as epidemias, ou até mesmo a outros temas de menor relevância. Diz ele: “[...] a menos estudada e debatida, a menos conhecida em suas causas e efeitos, é exatamente a fome. Para cada estudo sobre os problemas da fome aparecem mais de mil publicações acerca dos problemas da guerra. A proporção é de menos de um por mil. No entanto, como demonstraremos com abundância de fatos no decorrer deste livro, o desgaste humano produzido pela fome é bem maior do que das guerras das epidemias em conjunto (3). Estragos mais extensos em número de vítimas e tremendamente mais graves em suas consequências biológicas e sociais. [...]”. (CASTRO, 1965a, p. 46) A referência (3) destacada por Josué de Castro é Waldorf, 1878.

28. Tomando a centralidade do conceito de soberania alimentar, ao debater a fome, coloca-se em questão os elementos fundantes do modo de produção no Campo, fortemente valorizados na atualidade.

Como sabemos, a denúncia e a análise rigorosa desenvolvidas por Josué de Castro demonstram justamente que a fome é uma criação humana, não sendo apenas um grave problema biológico perambulante (em forma des-humana) em todos os recantos da sociedade – adquirido pelos “incapazes” –, como se esforça a defender o discurso dominante. Tampouco advém apenas de adversidades de condições naturais. “A fome e a guerra não obedecem a qualquer lei natural. São, na realidade, criações humanas”. (CASTRO, 1965a, p. 60) É, pois, um sério problema, econômico, político e social. “É a expressão biológica de uma doença social. É fruto de conjunturas econômicas defeituosas, como afirmou o cientista Josué de Castro”. (ADAS, 1988, p. 6) Defendendo a tese de que tanto a fome como a guerra são frutos das formas e mecanismos que o homem vai desenvolvendo em seu percurso histórico, e, por isso, se tornam cada vez mais presentes com a “evolução da cultura”. Para ilustrar, Josué de Castro invoca elaborações do campo da antropologia e da paleontologia. Destaca ele:

[...] os antropologistas já apresentaram abundante documentação provando que, entre os achados paleontológicos dos grupos humanos mais primitivos, não se encontram instrumentos e nem sinais da existência da guerra organizada; tampouco se evidenciam, nos esqueletos fossilizados desses grupos primitivos, sinais de carências alimentares. Já nos grupos mais adiantados, esqueletos trazem, gravadas, as marcas de várias carências alimentares – sinais biológicos da fome. *Conclui-se daí que a fome e a guerra só surgiram depois que o homem alcançou um grau de cultura em que começou a acumular reservas e a estabelecer fronteiras defensivas de suas riquezas acumuladas, isto é, quando começaram as dificuldades criadas pelo homem quanto à distribuição das riquezas produzidas.* (CASTRO, 1965a, p. 60-61, destaques nossos)

Ao destacar algumas discussões acerca da busca da paz, Pearl S. Buck coloca em evidência a obra de Josué de Castro, considerando o que tornaria a obtenção da paz um objetivo prático e realizável. Diz ele: “Esta deve ser uma notícia desagradável para aqueles que preferem a guerra à paz, mas é uma gloriosa notícia para a maioria da humanidade”. (BUCK, 1965, p. 9) Josué de Castro também desenvolve a crítica a algumas

elaboraões de Malthus (malthusianismo/neomalthusianismo)²⁹ – demonstrando que a própria história se encarregou de desmentir e/ou colocar por terra as previsões desenvolvidas por Malthus – e Darwin (darwinismo social), que, em certa medida, são autores tomados como referências pelo discurso dominante para justificar o problema da fome³⁰, bem como orientar as medidas interventoras tanto econômicas quanto políticas. Sobre essa questão, as palavras de Singer nos ajudam.

É verdade, naturalmente, que o crescimento populacional implica necessariamente um ônus para qualquer economia, se não por outras razões, ao menos porque os seres humanos vêm a este mundo primeiro como consumidores e só mais tarde como produtores. Mas seria loucura parar neste ponto de análise. (SINGER, 1970, p. 19)

Ao contrário do entendimento desenvolvido por Malthus e defendido pelos neomalthusianos em torno da fome, os quais acusam “a natureza de provocar essa calamidade [...] dando ao homem a capacidade de reproduzir-se de maneira intempestiva e provocando, em consequência a superpopulação da Terra” (CASTRO, 1965a, p. 61), as elaborações

29. Thomas Robert Malthus (1766-1834), economista inglês, apresenta suas teses já no fim do século XVIII, defendendo que o aumento da população do mundo constituiria um grave perigo para o suposto “equilíbrio econômico”. “Malthus engendrou a hipótese de que as populações crescem em progressão geométrica e a produção de alimentos em progressão aritmética, resultando daí o impasse de uma produção irremediavelmente insuficiente para as necessidades da população”. (CASTRO, 1965a, p. 61) Além disso, como sabemos, entre as diversas preocupações de Malthus, estavam as observações feitas por ele, das consequências que o processo de industrialização estava causando, sobretudo na substituição da força humana pela máquina, fenômeno pelo qual vaticinou que seria necessário parar a “fabricação da máquina humana”, para evitar a concorrência com as novas máquinas que nasciam com o industrialismo.

30. Destaca Buck (1965, p. 10) que, assim como “a teoria da sobrevivência do mais forte apresentada por Darwin, a teoria da superpopulação como a causa da fome foi apoiada por todos aqueles que gozam e tiram proveito do colonialismo e da guerra, assim como pelos que vivem na atitude indolente de apenas cuidar de sua própria vida”. Outro aspecto é que, com o avanço nos debates acerca da fome (desnaturalizada), vemos que outra questão aparece, a questão da terra poder ou não fornecer alimentos suficientes para a população em crescimento. “Acreditam os neomalthusianos que tal seja impossível e consideram que o único caminho para a sobrevivência da civilização ocidental seja o controle da natalidade, rigorosamente imposto, se necessário [...]”. (BUCK, 1965, p. 14) Segundo Sorre (1965, p. 20-21) “A velha fórmula de Malthus já não é aceitável, mas a inquietação que a inspira ainda perdura. [...] Os neomalthusianos oferecem soluções pessimistas ao problema da alimentação”.

desenvolvidas por Josué de Castro consideram outros aspectos para entender o fenômeno da fome. Destacava ele que a teoria de Malthus sofria de certa ausência de base científica e se encontrava limitada, com vários indicativos de erros,

[...] ao considerar o crescimento da população como uma variável independente, como um fenômeno isolado no quadro das realidades sociais, quando na verdade, esse crescimento está na mais estrita dependência dos fatores políticos e econômicos. A sua ideia de que há uma lei natural de crescimento das populações foi logo contestada por Marx, quando este demonstrou que existem apenas tendências ou ciclos demográficos históricos, que mudam de um período a outro, de acordo com os tipos de organização social. Fourier, Proudhon, Engels e Kautsky, também denunciaram o artificialismo da doutrina malthusiana. (CASTRO, 1965a, p. 61)

Josué de Castro demonstra, portanto, em oposição às elaborações de Malthus, que, de modo geral, o índice de natalidade é mais alto entre os que se alimentam mal, sendo o inverso verdadeiro, ou seja, o índice de natalidade é mais baixo entre os “bem alimentados”³¹, chegando a números abaixo do que se considera “nível de equilíbrio” mesmo sabendo que, nesse meio, o índice de mortalidade, em média, é bem menor, fator que tendencialmente elevaria os números populacionais. Destaca Castro:

[...] não é a superpopulação que cria e mantém a fome em certas áreas no mundo, mas que é a fome que origina a superpopulação. Esta afirmativa é, sem dúvida, paradoxal em sua aparência, desde que, sendo a fome causa de morte e degradação, parece pouco propícia para provocar o excessivo crescimento demográfico. Mas, na realidade, é o que se passa. [...] E que, quanto mais a fome assola estas áreas, mais cresce o seu efetivo humano. [...] isto se explica pela influência da fome aumentando o coeficiente de fertilidade e os índices de natalidade dos grupos mais miseráveis, sujeitos à sua ação permanente. [...]

31. Segundo Buck (1965, p. 15), até mesmo conclusões de cunho fisiológico comprovam o inverso do que defendia Malthus. “O índice de natalidade decresce à medida que aumenta o consumo de alimento ricos em proteínas [...]”, provocando também alta porcentagem de esterilidade.

O controle dos nascimentos e a consequente redução do crescimento das populações do mundo dentro de sua atual organização econômica só servirão, a nosso ver, para diminuir ainda mais a produção de alimentos e, portanto, para agravar ainda mais o fenômeno da fome. (CASTRO, 1965a, p. 75-76)

Entre vários aspectos, vemos que as alternativas apresentadas pelo sistema para a resolução do problema da fome são insuficientes e, de modo geral, equivocadas. Com isso, busca-se demonstrar que é a partir de outras bases sociais, formativas e econômicas que se pode vislumbrar com mais efetividade o desenvolvimento das condições objetivas para essa questão.

Como sobreviver, eis o tema central, e é alentador verificar-se que na alimentação adequada, e não na bomba atômica, reside a resposta adequada. A superpopulação é o resultado da fome e não a causa desta, e não há país inteiramente livre dos efeitos daninhos da fome. A palavra de ordem deve ser a de uma organização adequada de suprimentos alimentares do mundo e a do desenvolvimento de vastas áreas cultiváveis [...]. (BUCK, 1965, p. 9)

Lord John Boyd Orr³² (1965) destaca que a obra *Geopolítica da fome* poderia ser intitulada de “Fome e política”, dada a pertinência dos temas e debates trazidos pelo autor. A rigorosidade da análise, segundo ele, faz surgir ou coloca em nossa frente “perspectivas políticas de primeira grandeza. [...] pouco conveniente, entre os povos bem alimentados [...] fome que nunca foi assunto muito popular em matéria de política”. (ORR, 1965, p. 13)

Considerando esses aspectos, vemos que as elaborações desenvolvidas por Josué de Castro, além de colocarem a problemática da fome na ordem do dia como um dos mais pertinentes temas a serem debatidos, trazem novas conotações e entendimento conceitual. Embora eu tenha tido os argumentos que definem a fome (e são autógrafos de Josué de Castro), trago o comentário de Orr, que teve a tarefa de prefaciar a obra anteriormente destacada, mas que nos dá uma visão geral e genuína.

32. Prêmio Nobel da Paz; escreve o prefácio da edição inglesa da obra de Josué de Castro *Geopolítica da Fome*.

A palavra “fome” usada pelo autor precisa ser bem definida. No passado, empregava-se a palavra “fome” para exprimir a falta de alimentos para a satisfação do apetite e o número de mortos pela fome restringia-se então aos indivíduos esqueléticos que morriam por completa inanição. O autor, porém, *usa essa palavra no seu sentido moderno, no sentido da falta de quaisquer dos quarenta ou mais elementos nutritivos indispensáveis à manutenção da saúde*. A falta de qualquer deles, ocasiona morte prematura, embora não acarrete, necessariamente, a inanição por falta absoluta de alimento. A carência total de alimento, tal como se verifica nas épocas de fome em massa, sempre constituiu uma causa importante de mortalidade. Mesmo nos últimos tempos a fome tem matado mais gente do que a própria guerra. Mas *o número dos que assim morrem ainda é pequeno, em comparação com os que vivem num regime alimentar inadequado para manter a saúde e que, por isso mesmo, sofrem, em maior ou menor grau, de doenças da nutrição*. Dando-se à palavra “fome” essa acepção, de acordo com as estimativas feitas antes da guerra, dois terços da população do mundo vivem em regime de fome. (ORR, 1965, p. 14, destaques nossos)

Outro aspecto importante a destacar é que a forte presença da fome no seio da sociedade recoloca a questão central de “se pensar”, pisando no terreno da história, e de tratar com o homem real, com a materialidade que expressa e se constitui em/de processos em convulsão, apesar de o esforço do discurso dominante e os processos de formação humana darem centralidade ao que o projeto iluminista elaborou como um homem ideal, superior e racionalista. Embora se faça a alusão de que o projeto societário moderno conseguiu elaborar uma série de mecanismos que possibilitaram um salto nas condições objetivas de reprodução da existência humana, o tão sonhado “reino da liberdade humana” – se não no terreno do idealismo – se apresenta ainda num horizonte distante, dadas as amarras “do reino da necessidade” em que está inserida e limitada a maior parte das pessoas que compõem a humanidade. As forças primárias, desprezíveis pelo racionalismo, continuam a movimentar ou, pelo menos, aguçar as contradições sociais. Sendo a razão moderna considerada produto social, elaborou os disfarces e os “pseudomecanismos” para negar e mascarar as forças primárias da natureza em seus instintos.

É nesse sentido que Josué de Castro destaca que a civilização moderna, que elaborou uma concepção de homem idealizado e soberano, acabou desenvolvendo um rigoroso preconceito frente às formas vitais, instintivas, da natureza de modo geral e da vida humana, transformando, por exemplo, quando se trata de termos sociais, o sexo e a fome em temas tabus, tendo em vista que expressam o que há de mais animalesco e, portanto, não deveriam ser considerados na definição do homem moderno.

Desde o fim do século XVIII, a chamada cultura ocidental, com seus enciclopedistas e filósofos idealistas, concebera um conceito de homem e de sua conduta no mundo, que se fez quase um anjo. Um ser que, vindo do canibalismo primitivo, se havia elevado nas asas da cultura, até o mais puro intelectualismo, isento de impulsos bestiais. (CASTRO, 1965a, p. 48)

Fez-se, portanto, uma opção “civilizatória”³³ – por todo o século XIX – em não colocar, no centro dos debates, assuntos escabrosos, como o sexo e a fome. Quanto ao tabu da fome, destaca-se que, com o processo do imperialismo econômico, as razões de não discutir e colocar no terreno do enfrentamento são muito mais fortes do que os preconceitos da ordem moral. Há, inclusive, a hipótese de que o não enfrentamento da fome sugere, no “íntimo” da racionalidade moderna, as estratégias de ocultar que a fome expressa as consequências da concentração da riqueza, da expropriação do fruto do trabalho humano. E, também, as opções do não enfrentamento estão ligadas às estratégias de dominação e de extermínio, tal qual se fez e se faz com a guerra e outras formas, comandadas por racionalidades estatais e sistemas de governos “calibrados” com esse entendimento. O escamoteamento “do exame e de intervenções” do/no problema da fome do panorama intelectual moderno assentava-se no escuso mundo dos interesses privados da economia e da necessidade de minorias economicamente privilegiadas.

33. Castro destaca, por exemplo, o papel de Sigmund Freud, ao colocar em questão um conjunto de convicções que compunham o pensamento hegemônico da época – utilizando um raciocínio análogo ao repertório linguístico das ciências médicas –, rompendo o “abcesso” intrínseco da/na civilização moderna, “num gesto inconveniente e provincial, rompeu o silêncio opressor”, ao destacar que o sexo é uma força que atinge, determina em certo (alto) grau a consciência e, por fim, seus atos, “No meio do fingido espanto da ciência oficial e da moral dos seus contemporâneos...”. (CASTRO, 1965a, p. 48)

É que o imperialismo econômico e ao comércio internacional, controlados por aquelas minorias obcecadas pela ambição do lucro, muito interessava que *a produção, a distribuição e o consumo de produtos alimentares continuassem a processar-se indefinidamente como puros fenômenos econômicos, dirigidos no sentido de seus exclusivos interesses financeiros e não como fenômenos do mais alto interesse social, para o bem-estar da coletividade*. (CASTRO, 1965a, p. 49, destaques nossos³⁴)

Vemos, portanto, que o processo de constituição da modernidade, nos aspectos políticos, econômicos e sociais, que, desde o século XVI, capitaneou um alto poder de desenvolvimento e de revolucionar as relações de produção, não pôde tomar em suas mãos, o problema da fome, devido a sua própria natureza sistêmica³⁵. O pensamento ocidental desse período – produto-produtor –, servindo aos interesses dominantes (que se materializam em processos desiguais e combinados), fez-se cúmplice e contribuiu – através dos processos de formação humana –, silenciando-se, para a ocultação, frente à sociedade, da mais radical verdade vivenciada por enormes contingentes de grupos humanos, que cotidianamente se debatiam no interior das imposições objetivas do sistema, vendo, cada vez mais, o adentramento desses seres no círculo vicioso no qual o imperativo central de seus atos ancorava-se e ancorava-se na fome.

A própria ciência e a própria técnica ocidentais, certamente envaidecidas com suas brilhantes conquistas no domínio das forças da natureza, não se sentiam à vontade para confessar abertamente o seu quase absoluto fracasso em melhorar as condições de vida dessas massas esfomeadas e, com seu reticente silêncio sobre o assunto, faziam-se,

34. A ideia expressa na parte grifada, além de ser um dos aspectos debatidos neste livro, exprime, em certa medida, a ideia central que instiga o debate – e compõe o conteúdo histórico – entre segurança alimentar e soberania alimentar.

35. Castro destacava que, na realidade social, as ideias se propagam mais facilmente quando adquirem uma expressão mais geral sobreposta a alguma necessidade histórica indiscutível, consensual de um determinado momento histórico. O problema da fome, no entanto, não ocupa lugar central e consensual na racionalidade e nas estratégias hegemônicas. Diz ele que “uma grande parte do mundo ainda não se convenceu inteiramente da necessidade de acabar de vez com a fome”. (CASTRO, 1965a, p. 70)

consciente ou inconscientemente, cúmplices dessa mesma conspiração mental. (CASTRO, 1965a, p. 50)

Seguindo esses pressupostos, no espírito do aparente esplendor inferre-se a tragédia. A fome é parte constituinte da economia colonial e, no momento histórico atual, do processo do “desenvolvimento desigual e combinado”. É resultante da prática devastadora de relações econômico-sociais potencializadas pelo latifúndio e pela monocultura, para citar alguns exemplos. Dá o conteúdo histórico e o sentido para os destaques feitos por Josué de Castro de que a fome é uma praga fabricada pelo homem³⁶, e de que “toda terra ocupada pelo homem tem sido por ele transformada em terra de fome”. (CASTRO, 1965a, p. 74) Não há razões para aceitar que a fome seja uma imposição da natureza, como defendiam as velhas teorias do determinismo geográfico³⁷. Opondo-se a isso, por essa concepção não representar a verdade dos fatos, Josué de Castro insiste que o “homem, com sua técnica criadora e inventiva, consegue escapar à coerção e aos limites impostos pela natureza, libertando-se dos determinismos geográficos, que transforma em possibilismos sociais”. (CASTRO, 1965a, p. 75) No entanto, como os fatores de natureza econômica incidem diretamente no arcabouço científico-explicativo, jurídico, político, e compõem a hegemonia, os processos de formação humana, apesar das contradições materiais (manifestas) na cultura do tempo, tendem a expressar o conjunto de valores desse processo advindos.

Sobre outro patamar, que tem por base as elaborações de Josué de Castro, as condições teóricas hoje possibilitam a crítica ao sistema, e as estratégias de superação do problema da fome estão colocadas no seu devido lugar. Ou seja, estão “à disposição de toda a sociedade”, embora apropriadas por uma minoria, que, em suas lutas de urgência, publicitam e constroem uma agenda de debate e dão os indicativos da formação humana necessária para o enfrentamento do problema³⁸. Foi e continua a ser importante o posicionamento de Josué de Castro frente a doutrinas e discursos que se esforçam em diminuir a humanidade e frente a práticas

36. Vale também para o sentido da alimentação e o que se entende por alimento.

37. Segundo essa perspectiva, o meio natural seria determinante, enquanto o homem não passaria de uma peça passiva, sem força criadora, sem vontade de reagir aos limites impostos pela lógica da natureza, ou seja, é apenas coadjuvante do jogo da natureza.

38. Faremos esse debate no último capítulo.

reveladas que causam os malefícios do colonialismo e do imperialismo. Como bem destaca ele ao referir-se, em seu livro *Geopolítica da fome*, que “O objetivo deste livro é estudar o terrível fenômeno da erosão que a fome está provocando no homem e na civilização”. (CASTRO, 1965a, p. 69) Além disso, salienta:

O nosso objetivo é analisar o fenômeno da fome coletiva – da fome que atinge endêmica ou epidemicamente grandes massas humanas. Não só a fome total, a verdadeira inanição, [...] fenômeno em geral limitado às áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais frequente e mais grave, em suas consequências numéricas, da chamada fome oculta, na qual, pela falta de determinados princípios nutritivos indispensáveis à vida, grupos inteiros de população se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. (CASTRO, 1965a, p. 72)

Esses aspectos, de certo modo, assentam algumas dimensões a serem investigadas e debatidas, que caracterizam o sistema agroalimentar na atualidade, tendo em vista que a compreensão do fenômeno se dará levando em consideração o quanto e o que se produz. As relações que permeiam todas as formas de produção de alimentos é que demarcam o porquê das contingências sociais e humanas entre a quantidade e qualidade, bem como suas consequências, que incidem no entendimento do que se busca construir acerca da soberania alimentar. Surge, portanto, a necessidade histórica de os homens se defrontarem, tensionarem e buscarem alternativas para o problema, como bem destaca Josué de Castro: “O caminho da sobrevivência ainda está ao alcance do homem e repousa na confiança que devemos depositar em nossas próprias forças” (CASTRO, 1965a, p. 437), sobretudo porque as contradições na materialidade, somadas aos posicionamentos políticos de classe, imputarão condições adversas com potencialidades de transformação³⁹.

A própria fome, nesta afirmativa será o condutor e a mola fundamental de uma revolução social adequada para afastar progressivamente

39. Mais elementos na discussão, parte integrante do capítulo 3 que trará a contradição e a mediação como categorias analíticas centrais, considerando a unidade e luta dos contrários e a transição em potência.

o mundo da beira desse abismo que ameaça devorar a civilização [...]. Somos, pois, otimistas e vemos nas fricções e agitações sociais dos nossos dias sinais de novos tempos, quando será finalmente alcançada a difícil vitória sobre a fome, vitória capital para a estabilidade social dos grupos humanos. Mas, se em nossos prognósticos acerca do futuro da humanidade nos sentimos cheios de otimismo, muito mais reservado é esse otimismo quando se trata do bem-estar e da tranquilidade da geração atual e das mais próximas. (CASTRO, 1965a, p. 70)

As possibilidades de travessia sob esse entendimento precisam dos elementos fortes da luta social, nem tanto pela elevação do nível de consciência desenvolvido nos meandros das relações de produção e de trabalho, mas com peso fundamental nas condições objetivadas em que o ser humano trabalhador, além de ser expropriado, encontra à sua frente uma blindagem para acessar as condições necessárias de reprodução biológica em primeiro lugar. É nesse sentido que Josué de Castro destaca que visava contribuir – embora de maneira singela – para “*a construção do plano de ressurgimento de nossa civilização, através da revalorização fisiológica do homem*” (CASTRO, 1965a, p. 71, destaques nossos), e, sendo a fome um espectro da capacidade humana de acumular reservas e estabelecer fronteiras, essa potencialidade mobilizadora deve marchar em direção à destruição e à superação das objetivações materiais e sociais que garantem os privilégios de classe (dominante).

O processo de travessia, portanto, se dá ou se dará no efeito combinado de fatores determinantes (não mecânicos) do desenvolvimento das forças produtivas imbricados com as lutas sociais motivadas, tanto pelo amadurecimento da consciência de classe, quanto pela força mobilizadora oriunda dos estados de necessidade extrema e das disputas entre projetos societários, já condizentes com uma leitura de mundo calcada na compreensão do movimento do real e suas contradições.

Sobre o grande problema com que Josué de Castro se confrontou e o qual buscou compreender, e mediante a instigação para se pensar os meios de transformação a partir da compreensão da materialidade social, vemos que há alguns indicativos deixados por ele, por exemplo: uma crença nos frutos da revolução social; uma potencialidade construtiva da cooperação humana; e o necessário rigor na compreensão e na

investigação, tanto do problema da fome, quanto da produção das condições objetivas de produção e distribuição de alimentos, mostrando com que intensidade e em que extensão esses aspectos se manifestam nas diferentes coletividades humanas e organizações sociais.

1.2. PARA ALÉM DA FOME: OUTROS PROBLEMAS INCIDEM NA DISCUSSÃO DO ALIMENTO E DA SOBERANIA ALIMENTAR

Como já anunciado, há um grande contingente de seres humanos passando fome no mundo. Nessa análise consideramos, portanto, todas as características e tipificações da fome, já desenvolvidas por Josué de Castro, e ampliamos por outras discussões mais recentes. Porém, ao pensar acerca da soberania alimentar, além da fome – pela ausência ou carência de certos subsídios nutricionais e fisiológicos –, outras dimensões adentram e compõem a discussão, tendo em vista os processos materiais de produção e reprodução dos gêneros alimentícios que são consumidos pela população, que colocam na “ordem do dia” a necessária discussão, por exemplo, sobre as questões de qualidade nutricional do alimento, bem como da saúde de maneira geral.

Se Josué de Castro coloca em debate a questão da fome em sentido amplo, e as alternativas de superação do problema até então concebidas (e fundamentalmente a fome – com todos os seus flagelos, incluindo a morte), pela ausência ou má distribuição dos alimentos, a soberania alimentar incorpora esses aspectos em seu arcabouço histórico-material explicativo e destaca, por exemplo, entre várias dimensões, o fato de grande quantidade das mortes e problemas com a saúde ter ligação “umbilical” com a qualidade do alimento que as pessoas acabam consumindo, e que são oriundos da lógica e da natureza do sistema agroalimentar hegemônico, tais como os processos de artificialização da/na produção dos alimentos.

Se trabalharmos no terreno da ilustração, no encontro com a morte devido à fome, até o processo de industrialização, poderemos “lançar mão” do entendimento de que a causa fundamental incorria, especialmente, pela falta e/ou pela carência da alimentação. Nos dias atuais, além dessas possibilidades, dados os processos de violência que vem sofrendo

a natureza através da mecanização e quimização dos processos de produção agrícola, o encontro com os danos à saúde e com a própria morte tem sido marcado com o consumo de determinados tipos de alimentos. É nesse sentido que Stedile e Carvalho (2012) destacam que, para entendermos a pertinência do debate, da natureza das políticas e, sobretudo, a natureza dos conceitos, se faz necessário entender um conjunto de outras dimensões. Ou seja, fundamentalmente, a natureza do problema da fome e como esta vem sendo construída e “alimentada”.

A fome e a desnutrição que atingem milhões de seres humanos, sempre foram, ao longo da história da humanidade, um dos problemas socioeconômicos mais graves da organização das sociedades. Sua ocorrência tem sido formalmente explicada por diversos fatores: a) baixo conhecimento de técnicas de produção de alimentos mais produtivas; b) disputa e perda dos territórios mais férteis, aptos para a produção de alimentos; c) ocorrência de fenômenos naturais que destroem colheitas e fontes naturais de alimentos; d) epidemias que atingem grande parte da população e impedem a produção de alimentos; e e) ocorrência de guerras generalizadas que não apenas mobilizam os trabalhadores, mas também inutilizam as áreas agricultáveis para a produção de alimentos. (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 715)

Os principais elementos que constituem a soberania alimentar são compostos intermediários, processos em mediação que buscam redimensionar e transformar as bases e as relações estruturais na produção de alimentos.

E, considerando esse entendimento, deve-se ponderá-la na perspectiva da superação do modo de produção, haja vista que: 1) no sistema agroalimentar hegemônico, a produção de gêneros alimentícios não é, de maneira geral, para alimentar humanos; 2) as condições materiais e as ocupações territoriais produtivas não materializam e não expressam um ideário de produção de alimentos; 3) as ciências da alimentação e da agricultura, hegemonicamente, expressam o conteúdo histórico-objetivo do modo de produção (não são, portanto, instrumentos para dar respostas e resoluções frente aos problemas da fome e para conduzir à alimentação de qualidade; são, sobretudo, ferramentas e instrumentos

que criam mecanismos para a valorização do capital); 4) o alimento é mercadoria e, destarte, incorpora cada vez mais relações de trabalho (exploração) e tecnologia tanto nos processos de produção, como em seu próprio “*corpus*” (sua composição física), efetivando um grande sistema de controle exógeno; 5) gigantescos investimentos em *marketing* com vista à “supra” valorização dos produtos industrializados (através dos meios de comunicação e embalagens) e desvalorização dos produtos *in natura*, bem como a destruição sistemática dos hábitos alimentares; 6) cada vez mais esses processos de industrialização buscam homogeneizar os gostos, a produção, a oferta e os acessos; 7) reservas alimentares naturais, como a grande riqueza marinha e a possibilidade de cultivo de seres vivos em águas doces e salgadas, ainda são bloqueadas à população, tendo em vista que há a concentração do poder do capital, e, também em certa medida, há ainda a necessidade de avançar no conhecimento das possibilidades de exploração e da qualidade dos alimentos daí advindos, fora da lógica mercadológica; entre outros aspectos.

E, considerando a crise estrutural do modo de produção – como vários autores já anunciaram e continuam a destacar – e a perspectiva da luta de classes em questão, o complexo destrutivo da força de trabalho global que se tem observado, o problema da fome e da produção de alimentos devem ser colocados no debate de maneira rigorosa e com profunda radicalidade, porque os danos da perversidade lógica incidem, de maneira prática e sistemática, sobre os trabalhadores do Campo e da cidade. A *fome crônica* e a *fome oculta* fragilizam o trabalhador e o colocam nas condições ideais para que uma série de doenças possam se desenvolver, como nos alerta Macedo,

[...] dentre elas (Angelis, 1999; Castro, 1965, 1965^a; Ziegler, 2013) a anemia, por falta de ferro; a cegueira, por carência de vitamina A; o beribéri, decorrente de pouca ingestão de vitamina B; o escorbuto, por falta de vitamina C e, em crianças, tal carência causa raquitismo; o bócio, pela ausência de iodo; entre outros micronutrientes, tais como o ácido fólico e o zinco. (MACEDO, 2015, p. 314)

O que se tem, no entanto, é que, enquanto o alimento for produzido como mercadoria e tratado como objeto de lucro, a “insegurança

alimentar e nutricional” integrará a vida social, atingindo grande número de pessoas. O abastecimento da indústria e o comércio de alimentos estão no cerne do principal objetivo da produção de alimentos sob os imperativos da lógica de mercado (quimização e industrialização). No mesmo processo, enriquece e fortalece a indústria farmacêutica (no tratamento de doenças) e das tecnologias de quimização da agricultura.

É nesse sentido que, tendo em vista o momento histórico e a totalidade concreta em movimento e em funcionamento, entendemos que os processos de formação humana e luta social é que poderão garantir as condições para que a soberania alimentar seja socialmente referenciada e inscrita como estratégia de um processo transformador em direção à república do trabalho, a outro processo civilizatório.

1.3. O SISTEMA AGROALIMENTAR MUNDIAL

A afirmação da soberania alimentar pressupõe a negação e superação do atual complexo-sistema agroalimentar. Os debates e construção teórica acerca do sistema agroalimentar trazem conceitos e interpretações que nos ajudam a compreender a sua evolução, bem como suas principais características atuais.

Desse modo, nesta obra trabalharemos prioritariamente com o conceito de sistema agroalimentar (SAGE, 2011; PAULA, 2017; PEREZ-CASSARINO, 2012), pois devemos tomar atenção sobre a multiplicidade de interconexões e interligações entre o que consumimos como alimento e como isso afeta os recursos da terra. Frente aos grandes desafios de nossa época de crises climática, agrária e alimentar, o sistema agroalimentar contribui para estas crises, ao mesmo tempo em que se torna um setor vulnerável devido a essas mesmas crises (SAGE, 2011). Assim, cotejamos e incorporamos, por vezes, o entendimento e/ou abordagem teórico-metodológica dos regimes alimentares (FRIEDMANN, 1987; MCMICHAEL, 2017) e impérios alimentares (PLOEG, 2008), tendo em vista que são complementares e fundamentais para a análise. Vale destacar que McMichael trabalha com o conceito de “regime alimentar” e não “sistema agroalimentar” como dou ênfase nesta obra. Contudo, cotejando os sentidos, nota-se que a expressão fundamental

é a mesma em ambos os conceitos. De acordo com McMichael, “Regime Alimentar: estruturação político-econômica de comércio internacional de produtos alimentícios que atende as dietas diferenciadas por classe social e projeta poder hegemônico”. (MCMICHAEL, 2016, p. 215) Girardi no prefácio à edição brasileira da obra de McMichael, destaca que

Regime Alimentar é o principal instrumento analítico que o autor utiliza na sua argumentação. Esse conceito compreende o “modo como a cadeia alimentar interliga e transforma as diversas culturas mundiais por meio da mercantilização”; “não se trata apenas do alimento em si, mas da política das relações alimentares” e suas ligações com a ordem mundial e períodos de acumulação definidos. Segundo as postulações de Friedmann (1993) retomadas por McMichael, “o conceito de regime alimentar define uma ordem mundial capitalista regida pelas regras que estruturam a produção e o consumo de alimentos em escala mundial”. *Em suma, regime alimentar refere-se à forma como os alimentos são utilizados em escala global para o processo de acumulação.* (2016, p. 1, destaques nossos)

De acordo com McMichael:

O Conceito de “regime alimentar” foi um resultado de seu tempo: política nacional de regulação em declínio e “globalização em alta”. *A análise de regime alimentar combinou o conceito de sistema-mundo de Immanuel Wallerstein (1974) com o de regulação da acumulação de capital de Michel Aglietta (1979), situando a ascensão e o declínio das agriculturas domésticas no âmbito da história geopolítica do capitalismo. Não se tratava apenas do alimento em si, mas da política das relações alimentares. Segundo uma definição inicial, o regime alimentar associava “as relações internacionais de produção e consumo de alimentos a fórmulas de acumulação que distinguiam de modo genérico os períodos da transformação capitalista desde 1870”* (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989, p. 95). (MCMICHEL, 2016, p. 13-14, destaques nossos)

O conceito de “regime alimentar” foi formulado por Harriet Friedmann (1987), tendo como base uma pesquisa que realizou acerca da “ordem alimentar internacional” após a Segunda Guerra Mundial, quando foi possível perceber e “demonstrar graficamente a ascensão e o declínio do programa norte-americano de ajuda alimentar como arma geopolítica durante a Guerra Fria [...]”. (MCMICHAEL, 2016, p. 16) Com isso, a abordagem teórico-metodológica dos regimes alimentares trabalha com três períodos históricos que “tipificam” e constituem substancialmente esses regimes alimentares. O primeiro regime alimentar estava centrado na Grã-Bretanha (1870-1930) e assentado na relação entre as colônias e as nações da Europa, segundo a qual as colônias enviavam produtos tropicais, grãos básicos e produtos pecuários para o abastecimento das classes industriais europeias emergentes. Uma das práticas, também por parte da Grã-Bretanha, foi a terceirização, para as colônias, da produção de gêneros de primeira necessidade, explorando fronteiras do solo virgem do “Novo Mundo” (MCMICHAEL, 2016). O segundo regime alimentar esteve centrado nos Estados Unidos (décadas de 1950-1970). De acordo com McMichael:

[...] redirecionou os fluxos de alimentos (excedentes) dos Estados Unidos para seu império informal de Estados pós-coloniais estratégicos no perímetro da Guerra Fria. Os excedentes alimentares eram resultantes de políticas agrícolas subsidiadas, impulsionando um programa de apoio a alimentos de baixo custo que subsidiava o trabalho assalariado em nações selecionadas do Terceiro Mundo, garantindo lealdade anti-comunista e mercados imperiais. Estados desenvolvimentistas internacionalizaram o modelo norte-americano de agroindustrialização nacional, adotando as tecnologias da Revolução Verde e instituindo a reforma agrária para refrear a inquietação dos camponeses e estender as relações de mercado no campo. Enquanto isso, o agronegócio esmerava-se em criar vínculos transnacionais entre setores agrícolas nacionais [...]. (MCMICHAEL, 2016, p. 19)

O terceiro regime alimentar é denominado de corporativo (1980-2000) e

[...] aprofundou esse processo, incorporando novas regiões às cadeias de proteína animal (por exemplo, Brasil e China), integrando cadeias de suprimento diferenciadas a uma “revolução do supermercado” (Reardon *et al.*, 2003) e subdividindo os alimentos em duas categorias – itens de qualidade e itens padronizados –, para suprir dietas de classe bifurcadas. O *dumping* de excedentes de alimentos subsidiados pelo hemisfério norte (como grãos, leite em pó e partes proteicas de animais) intensificou-se sob as regras de liberalização da OMC, desalojando agricultores “ineficientes”, gerou grande contingente de desalojados vivendo em favelas e estimulou um movimento de protesto global de agricultores, pescadores e criadores de animais e trabalhadores sem terra. (MCMICHAEL, 2016, p. 19-20)

Esse grande movimento de protesto global referido pelo autor é o movimento pela soberania alimentar.

Em relação aos “impérios alimentares”, de acordo com Ploeg:

Por todo o mundo estamos testemunhando a emergência de um novo e poderoso modo de ordenamento que implica uma reestruturação generalizada do mundo social e do mundo natural. Tal como Hardt e Negri (2002), Howe (2002), Chomsky (2005), Stiglitz (2002, 2003) e outros, me refiro a esse modo de ordenamento e às formas de governança a ele associadas como “Império”. Em termos político-econômicos, a emergência do Império é fortemente associada ao aumento súbito da mobilidade de maiores fluxos de capital por todo globo. Os elementos centrais do Império como forma de governança são o controle e a apropriação. De acordo com Hardt e Negri, o Império é “um aparelho descentralizado e desterritorializados de governação que incorpora progressivamente todo o domínio global dentro de suas fronteiras abertas em expansão (2000, p. xii)”. Consequentemente, a criação de controlabilidade é central para o Império como modo de ordenamento. Isso requer frequentemente um reordenamento generalizado do social e do natural. [...] o Império se materializa numa *conquista* continuada que se apropria de espaços locais que antes eram relativamente autônomos e auto-governados (ou “espaços auto-governados”, como coloca Friedmann, 2006, p. 464) e os reúne para assegurar a

controlabilidade e a explorabilidade. Ao fazê-lo, o Império elimina o local, o transformando em um “não-lugar”. A única relevância do local é que ele representa um conjunto de coordenadas – um entre muitos outros conjuntos – em que se aplicam normas generalizadas. [...] O Império é uma estrutura composta por esquemas reguladores de natureza política e econômica que são impostos à sociedade e à natureza. Nessa estrutura e através dela, o Estado e o mercado se tornaram cada vez mais interligados. (PLOEG, 2008, p. 255-279)

Considerando o momento histórico atual, a análise do sistema agroalimentar (“corporativo”), sob a perspectiva da totalidade, possibilita compreender como ocorre a articulação das diferentes dimensões imbricadas e como as atividades e ações locais se inserem numa dinâmica sob o imperativo das demandas globais, acenando, nesse processo, as suas contradições materiais e sociais que compõem a “ordem” sistêmica alimentar atual. Como destaca Paula:

[...] o aspecto mais desafiador na *análise das estruturas globais inerentes ao sistema agroalimentar se refere às suas próprias contradições na medida em que sua complexidade produtiva e tecnológica que conecta diferentes mercados e sociedade não evita situações de fome e subnutrição*. Ou seja, sintomas de insegurança alimentar persistem, não mais local ou conjunturalmente, mas como manifestações da mesma dinâmica que caracteriza esse sistema. (PAULA, 2017, p. 21, destaques nossos)

A centralidade de análise dada a esse item está na tentativa de demonstrar que a “ordem” agroalimentar global⁴⁰, com seus imperativos econômico-políticos, impõe uma dinâmica que influencia – sobre vários aspectos – na direção e no sentido de transformações, tanto das estruturas agroindustriais no interior das nações, quanto no direcionamento político desses processos. Nesse sentido, na perspectiva de totalidade,

40. É importante destacar que, do ponto de vista conceitual, a literatura privilegia um sentido de “ordem” sistêmica. Contudo, nas condições materiais e políticas, poderíamos muito bem trabalhar com a ideia de uma “desordem” agroalimentar global. A “ordem” dos princípios hegemônicos incide na “desordem” dos processos que atingem as relações sociais, como destaca Paula (2017, p. 17): “A sinergia entre os mundos real e fictício redefiniu, assim, a dinâmica do sistema agroalimentar, intensificando instabilidades no mercado de alimentos e agravando situações de insegurança alimentar”.

Por sistema agroalimentar podemos entender o conjunto de atividades que se integram visando ao cumprimento da função da alimentação humana. A forma mais adequada para a compreensão dos sistemas agroalimentares é entendê-las de maneira articulada, observando as interconexões entre os diferentes setores que o estruturam. Neste sentido, não é possível isolar ou desagregar uma etapa da outra para compreender como se dá o processo alimentar, mas é necessário observar as inter-relações que são desde a etapa básica da produção agrícola ou pecuária até a venda e distribuição dos produtos (SOLER, 2009). (PEREZ-CASSARINO, 2012, p. 74)

O pressuposto é que, para compreender o sistema agroalimentar, devemos levar em consideração que há estreita relação entre transnacionais, ou grandes corporações multinacionais que compõem a cadeia de interconexões e integração da produção de alimento, e o fenômeno da fome – ou seja, a fome e outros problemas interligados são resultantes do mesmo processo –, dada a lei básica do modo de produção e reprodução do capital incidindo na efetivação do “desenvolvimento desigual e combinado”⁴¹. Como verificaremos, com o predomínio da empresa multinacional sendo o ator/fator fundante da economia, todos os processos de produção econômica adquirem o caráter mercantil e mercadológico.

[...] no contexto do capitalismo industrial, a alimentação assume uma expressão mercantil por excelência, e como tal um ato monetizado. Se por um lado tal metamorfose promoveu o alimento à condição de mercadoria, por outro o colocou no interior das relações sociais de produção em toda a extensão da economia. Além de aspectos tecnológicos, produtivos e comerciais, a crescente complexidade do sistema agroalimentar alcança a esfera global, envolvendo relações entre Estados-nação, estratégias competitivas de produtores e setores produtivos, e se tornando um campo específico de conflitos comerciais. (PAULA, 2017, p. 16)

41. Acerca do “desenvolvimento desigual e combinado”, veremos mais elementos no próximo capítulo, “Produção no Campo e concepções de políticas: agronegócio, campesinato e as condições materiais na/para a produção de alimentos”.

As condições objetivadas nesse regime de funcionamento estabelecem o conjunto de “imposições”, numa relação binômica de dominação-dependência, para as estruturas produtivas locais se engajarem e se inserirem em cadeias produtivas que as incorporam aos mercados globais. O resultado desse processo é o imbricamento das tendências de internacionalização dos capitais que chegam por “motivações objetivas” da produção nos recantos mais longínquos, bem como da homogeneização e universalização de produtos que chegam ao consumo.

Nas extremidades das extensas cadeias de abastecimento alimentar, produtores e consumidores conscientizam-se cada vez mais do alcance global do sistema alimentar no século XXI (Patel, 2007). Os produtores, desde que firmam contratos com grandes empresas como migrantes ou trabalhadores da terra até pequenos agricultores espoliados em nome da eficiência do sistema alimentar global, sabem muito bem como seu trabalho, seus recursos e seus habitats suprem consumidores em toda parte. Estes últimos, abastecidos de hambúrgueres a bifes ao longo da cadeia alimentar global, cada vez mais se deparam com as disparidades entre um produto de procedência conhecida e outro de procedência desconhecida (Bové; Dufour, 2001). O modo como a cadeia alimentar interliga e transforma as diversas culturas mundiais é o tema do projeto de regime alimentar. (MCMICHAEL, 2016, p. 13)

E, nesse mesmo sentido, também já denunciava Gliessman ao discutir “auto-suficiência e biorregionalismo” sob a perspectiva da agroecologia, de que:

Os sistemas alimentares locais estão rapidamente conectando-se a um sistema alimentar global gigantesco. Ainda que esta tendência traga benefícios tem, também, muitas consequências negativas para a sustentabilidade da agricultura. Um dos problemas principais é que a produção e a distribuição global de alimentos requerem grandes quantidades de energia para transporte. Talvez mais significativo, porém, seja o fato de que um sistema alimentar global pode ajudar criar condições que exacerbam o problema da desigualdade e corroem agroecossistemas tradicionais sustentáveis em todo o mundo. (GLIESSMAN, 2001, p. 606)

É devido a esses aspectos que temos a superprodução de gêneros agrícolas, de alimentos, convivendo com a miséria e a fome em diversos lugares, e que há décadas vêm sendo denunciadas.

As empresas globais (transnacionais), é preciso dizer, agravaram de três maneiras o problema da fome mundial. Em primeiro lugar, contribuíram para a concentração da renda e a eliminação dos empregos. Em segundo, através do controle crescente da terra arável nos países pobres [...]. Por último, o controle da ideologia pelas companhias através da publicidade contribuiu para mudar de forma infeliz os hábitos dietéticos dos pobres. (BARNET; MÜLLER, 1974, p. 182)

A centralidade que adquirem os grandes investimentos com vista ao mercado de alimentos, em escala global – acompanhada de vários outros aspectos, tais como: a flexibilização das relações de trabalho e sistemas de produção, capital especulativo – causa o processo de desestruturação dos sistemas locais de produção e possibilita o avanço dos grandes grupos corporativos, dominando governos e organizações locais⁴². É a materialização do regime econômico e, por consequência, alimentar corporativo, no qual as funções dos Estados-nação são correspondentes a esses interesses e, portanto, reduzidas à de “gestores” de políticas públicas e à de colocarem a “máquina” e a “racionalidade” estatais como suportes e apoiadores para a ação do capital empresarial e financeiro. É com base nesses pilares e precedentes que temos, hoje, das cem maiores economias do mundo – ao se comparar a receita bruta das empresas com o produto interno bruto (PIB) dos países –, em torno de 52 são Estados-nação e em torno de 48 são empresas multinacionais (grandes corporações).

Com esses dados, enxergamos que a “soberania dos povos” é mera peça retórica, e o que há, de fato, é a “soberania do mercado”, transformando todas as pessoas em potencial para o consumo. Inclusive, no que diz respeito à alimentação (produção e acesso), passa a ser cada vez mais regulada

42. De acordo com Paula (2017, p. 15), “[...] as relações socioeconômicas e mercantis estabelecidas em torno do alimento, passaram a repercutir, cada vez mais, tendências mundiais de comércio e investimento moldados por um aparato regulatório inacabado, assim como a propagação de padrões de consumo estimulada pela integração dos mercados e pelo protagonismo das grandes corporações multinacionais. As implicações desse processo vieram à tona mais visivelmente no início deste século, no contexto da crise alimentar que agravou severamente o quadro de insegurança alimentar e nutricional em escala mundial”.

por essa lógica⁴³. Ou seja, produz-se, fundamentalmente, o que é correspondente a esses critérios, e as possibilidades do consumo pelas pessoas estão dependentes desses interesses. Temos, portanto, com o desenvolvimento de monocultivo para o mercado global, a diminuição cada vez mais de algumas potencialidades que seriam fatores de autossuficiência alimentar e, por outro lado, o aumento da dívida, interna e externa, das nações.

A evolução desse modelo, com produção altamente concentrada e centralizada, enfraquece e destrói sistemas diversificados e descentralizados de produção, chegando a interferir nos elementos básicos, como a produção de alimentos para a subsistência, que, em algum ou outro lugar, ainda se fez ou se faz presente. Cada vez mais, vemos que, no processo de integração, está a materialização das desigualdades regionais e a retirada das condições materiais e culturais para o desenvolvimento e/ou fortalecimento de alternativas em construção. Desse modo,

Se em uma sociedade tradicional e culturalmente mais fechada esse processo era estritamente localizado, em uma sociedade moderna e contemporânea, já não há delimitação de espaço nem de tempo. *Os alimentos tornam-se mercadorias e, como tais, são tratados, buscando a sua durabilidade, sua desterritorialização, apropriando-se do seu caráter “natural” e substituindo-o. A técnica e a ciência a favor da industrialização da natureza e dos modelos econômicos e políticos tornam-se interventoras, mediadoras, e compõem vários elos que distanciam o consumidor daquilo que consome, o produtor daquilo que produz*, transformando-os ambos, consumidores e produtores, num sistema abstrato e com mútuo desconhecimento. (TRICHES; SCHENEIDER, 2015, p. 8, destaques nossos)

Os controles corporativos, além de estabelecerem metas e procedimentos, arquitetam e difundem as “lógicas” que devem ser seguidas por todos os níveis da atividade produtiva dos alimentos⁴⁴. Há, nessa lógica, a

43. Tendência ascendente em fortalecer, cada vez mais, o movimento de deslocamento e distanciamento entre a produção do alimento e o seu consumo.

44. Dada as múltiplas dimensões da soberania alimentar, somadas ao caráter interdisciplinar da perspectiva analítica dos regimes alimentares, estes expõem sobremaneira o tensionamento entre o local e o global nas disputas de poder, de condições objetivas internas ao sistema agroalimentar e, por essa razão, incidentes aos sistemas locais de produção. Esse processo é constituído e constituinte de geometrias de poder que incidem na ocupação do território e nos

predominância da compreensão de que é o mercado que deve controlar e definir os preços da comida. A forma estrutural para isso é a determinação e definição da função de organismos multilaterais, como o caso da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do “acordo sobre a agricultura”, no âmbito da FAO.

Além desses aspectos econômico-políticos, somam-se outros mecanismos de controle que expressam a perversidade desse processo na esfera produtiva, como a aplicação de diferentes mecanismos que possibilitam e potencializam o controle do patrimônio genético e a expropriação do conhecimento desenvolvido e socializado por milênios pelos camponeses e povos tradicionais. “Esta lógica se apoia em um saber técnico-científico produzido de forma centralizada e hierárquica e isolado de outras formas de construção do conhecimento e na privatização deste saber, mediante a concessão de patentes [...]”. (PEREZ-CASSARINO, 2012, p. 33) A dinâmica de reprodução do referido sistema agroalimentar articula a escala de uma agricultura global e local, e atinge, portanto, uma escala “microcelular”, extremamente pertinente para o todo do processo, desenvolvida pela biotecnologia, bioengenharia e a engenharia genética. Além do desenvolvimento de tecnologias correspondentes, destravam formas de controle dos trabalhadores e outras que adentram as formas operacionais estatais, bem como o arcabouço jurídico nos Estados-nações⁴⁵.

Dada a complexidade do sistema agroalimentar – sobretudo nas suas estratégias em produzir para aumentar seus lucros –, no que tange à produção e à distribuição de alimentos, as pessoas, de modo geral, consumidores, acabam por conhecer apenas os elementos terminais dessa cadeia produtiva. Ou seja, hegemonicamente, se conhece o local de distribuição e os produtos, já industrializados⁴⁶. Dessa forma, o supermercado (como

ajustes espaciais interessados nesse processo de disputa que ensejam nas relações de forças que se manifestam entre as classes sociais. O capítulo seguinte trará a discussão – permeando a maioria dos itens – que demonstrará esses aspectos e como isso ocorre no Campo.

45. Elementos dessa problemática serão trabalhados adiante, no item 1.3.2, “O sistema agroalimentar e os ‘riscos’ das manipulações: dominação e redução do ‘patrimônio genético’”.

46. Partindo desses elementos é que temos hoje a política por parte das grandes empresas alimentícias em colocar, no mercado, através de seus produtos, a possibilidade de rastreamento do movimento, das transações, desde a origem até o local de venda desse produto. É uma estratégia de resposta, ou reação do mercado, frente aos questionamentos e proposições acerca das possibilidades de encurtamento dos circuitos e maior aproximação entre produção e consumo e, sobretudo, da indicação do fortalecimento da produção local. Essa política de rastreamento, ao meu entendimento, nada mais é do que colocar à disposição do

elemento representativo dessa lógica) torna-se o espaço físico e simbólico onde o alimento ganha concretude para o cidadão e, a partir deste espaço, se cria o imaginário que estimula as demandas e (re)molda hábitos de consumo. (PEREZ-CASSARINO, 2012, p. 33) Vemos, portanto, que, “Em termos de vinculação entre produção e consumo, as cadeias transnacionais de produção criaram um aumento de divergências entre a demanda de alimentos e a produção local”. (TRICHES; SCHNEIDER, 2015, p. 8) Desse modo, compromete as frágeis formas e autonomias locais e, fundamentalmente, as coloca sob os desígnios e controles do mercado, no qual as questões relacionadas à alimentação passam a ser em condições políticas e econômicas com alto grau de desigualdade.

O grande interesse das transnacionais de alimentos em se instalarem nos países do Terceiro Mundo não é somente uma estratégia para controlar a produção, a comercialização e a monopolização das técnicas agrícolas e dos insumos (defensivos agrícolas, fertilizantes e sementes selecionadas). Três outros fatores, abundantes e baratos, as atraem: a mão-de-obra⁴⁷ [...], as matérias-primas e a terra⁴⁸. (ADAS, 1988, p. 59)

Esse processo de desenvolvimento econômico desigual e combinado constitui a lógica das relações e da cultura como expressão monetária, financeira, de todas as formas de reprodução, e o consumo como o ápice da realização e satisfação humana. As relações que objetivam essa lógica formatam o modelo de comportamento, e a ação humana passa a ser com base numa escala de valores nascidos desse processo. O poder das transnacionais incide tão fortemente no campo sociocultural e alimentar que, em um olhar de comparação, vê-se que algumas de suas orientações

consumidor apenas a impressão de que este está mais próximo da origem do alimento, mantendo, assim, a dinâmica do processo baseada na falsa “soberania do consumidor”.

47. De acordo com Adas, um trabalhador rural mexicano, por exemplo, custa em média um sétimo do salário pago a um trabalhador rural da Califórnia.

48. De modo geral, nos países capitalistas pobres ou em desenvolvimento, a terra tem sido usada como reserva de valor, mesmo frente à grande quantidade de pessoas famintas. A terra não é entendida como uma base, um “bem” em cuja natureza repousa a função social, é, antes de tudo, transformada em bem para a especulação. “A terra é um investimento para proteger o dinheiro contra a desvalorização, podendo o proprietário dela dispor quando lhe for conveniente, ou quando tiver necessidade de capital financeiro para investir em outros negócios. [...] É uma mercadoria de compra e venda cuja comercialização somente visa obter lucro, independentemente da existência de homens sem terra”. (ADAS, 1988, p. 58)

e decisões causam mais impactos sobre a sociedade e sobre as pessoas que muitas decisões e políticas governamentais. É o espírito do geral que se realiza e está implícito no espírito particular. Há, portanto, o exercício de poderosa influência sobre hábitos de alimentação e nas mais diferentes dimensões da vida social.

Em um mundo de contradições e contrassensos o deslocamento entre produção e o consumo de alimentos soma-se às contradições mais evidentes. Por um lado, as décadas finais do século XX assistiram à formação de um sistema agroalimentar que logrou sua internacionalização e hoje influencia a produção, a distribuição e o consumo de alimentos, chegando ao estágio de ditar dietas alimentares para amplos estratos da população [...]. (TRICHES; SCHNEIDER, 2015, p. 3)

É nesse sentido que Melhem Adas destaca que é “comum ouvir dos executivos das transnacionais que *‘as empresas globais são agentes de mudança social, econômica e cultural’*. Espalham por todos os cantos do mundo a ideologia do consumo [...]”. (ADAS, 1988, p. 61, destaques nossos) Transforma-se, portanto, o poder do consumo em princípio fundante do *ethos* contemporâneo. No que tange à alimentação, devido à sobrecarga ideológica e aos receituários em dietas, por exemplo, temos consumidores confusos, sem clareza da qualidade dos alimentos, e que acolhem, em sua maioria sem críticas, o que está disponível pelo sistema⁴⁹. O que há é uma tendência de padronização de uma dieta alimentar global com base no aumento de produtos processados. Isso caracteriza um processo de controle e manipulação de elementos e valores nutricionais dos alimentos que corrobora com as leis básicas e estratégias de reprodução e fortalecimento do sistema agroalimentar, portanto, para o regime alimentar corporativo atual.

Poderemos verificar a materialização dessa lógica, já demonstrada por Melhem Adas em seus escritos no fim da década de 1980.

49. Na atualidade, o que se tem visto é que o sistema hegemônico desenvolve estratégias e receituários de modos de vida, segundo os quais os indivíduos se colocam passivos e fazem “escolhas”. O processo de globalização do fenômeno alimentar institui um processo de individualização das ações alimentares. É nesse sentido que, no processo de consumo, rodeadas de alimentos e saturadas de informações, as pessoas demonstram confusões ao eleger os produtos alimentares. Desconfiança e confusão demarcam a identidade e a definição do ato de se alimentar no interior do processo moderno. (MÉNDEZ; ESPEJO, 2014)

A revista Terceiro Mundo, nº 78, no artigo com o título bastante sugestivo “Sorvetes para famintos”, mostra a penetração de transnacionais de alimentos na África, continente onde a fome atinge proporções catastróficas: “Novos mercados para sorvetes, salsichas e comidas congeladas fabricados na Inglaterra estão sendo abertos pela Unilever [empresa transnacional que, juntamente com a Nestlé, controla 25% da produção total das transnacionais de alimentos que operam no exterior] no interior da Libéria e Serra Leoa. Atualmente, a empresa mantém freezers nas pequenas aldeias que possuem luz elétrica, para receberem os produtos congelados diretamente de Liverpool e Londres”. (ADAS, 1988, p. 60)

Perante a racionalidade do modo de produção do capital, a maneira de controle dos processos que tem em vista a produção de alimentos, hegemonicamente, não foge à regra dos processos de produção de qualquer outra mercadoria. De posse do poder econômico, as grandes corporações acabam utilizando as melhores terras e condições favoráveis para expropriação de trabalho nos diversos países pobres ou em desenvolvimento, e, dessa maneira, a produção dos alimentos é destinada a atender a demanda – prioritariamente – da população de poder aquisitivo maior e com vista à exportação aos países e regiões mais desenvolvidas, dado que essas mediações acabam por materializar preços melhores e, por consequência, o maior lucro. No interior dessa estratégia estão, por exemplo, a hierarquização das prioridades da produção e o seu destino, em que se verifica que diversos tipos de alimentação, ricos em diferentes nutrientes, que poderiam ser usados na alimentação humana, são colocados no mercado com vista a atender às “necessidades” dos consumidores de poder aquisitivo mais elevado, servindo para a alimentação dos seus animais.

Vê-se, pois, que há uma enorme contradição. Enquanto *milhões de crianças morrem de fome [...]*, gatos e cachorros são fartamente alimentados nos países do mundo desenvolvido. *Como disse Susan George, em seu magnífico livro O mercado da fome, “qualquer vira-lata rico ou um gato mimado é melhor cliente para a agroindústria do que um ser humano pobre”.* (ADAS, 1988, p. 61, destaques nossos)

Ainda no intuito das demonstrações dessa lógica, no mercado mundial, em torno de 50% da produção de grãos, e aproximadamente 34% dos produtos capturados pela pesca e transformados, destinam-se à alimentação de gado.

As vacas europeias alimentam-se com o pescado do Peru e a soja do Brasil, enquanto nesses países latino-americanos pescadores e trabalhadores rurais padecem fome e desnutrição, e nós europeus não sabemos o que fazer com o excedente da indústria de laticínios. É a escola do mundo virado de ponta-cabeça, como diria Eduardo Galeano. Há uma ligação clara e concreta – embora não linear – entre a fome e a desnutrição no mundo e a alimentação excessivamente carnívora das populações ricas do Norte; e entre esta e a deterioração ecológica acelerada. (RIECHMANN, 2002, p. 205)

As desigualdades e assimetrias geradas nesse processo não são compreendidas em suas causas materiais e, portanto, não são apreendidas no arcabouço organizacional político e social. Desse modo, o discurso hegemônico se encarrega de respaldar essa lógica como sendo uma forma determinada, automática, espontânea, irreversível e, destarte, determinista. Está subjacente a isso o mascaramento de dinâmicas históricas de dominação de classe que se materializam na atualidade, dessa maneira aprofundando cada vez mais as diferenças sociais.

No âmbito da questão alimentar, portanto, o atualmente proclamado direito humano à alimentação adequada (DHAA), além de continuar sendo violado, tem trazido apenas algumas intervenções reformadoras e parciais, e continua subalterno ao funcionamento e ao determinismo das leis que regem o mercado. Mesmo havendo seu reconhecimento pela FAO, e medidas legais em alguns países, como o Brasil, que aprovou uma peça legal em 2010⁵⁰, ao buscar colocar na prática esse direito reconhecido, demonstra-se que há a necessidade de uma ruptura epistemológica e nos fundamentos organizacionais dos processos político-econômicos do sistema agroalimentar.

50. Trata-se da Emenda Constitucional (EC) nº 64, de 4/2/10, que altera o artigo 6º da Constituição Federal (CF) para introduzir a alimentação como um direito social, assim como os demais: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados.

Esse indicativo de intervenção e/ou regulação estatais tem ocupado importante espaço nas pautas internacionais na tentativa de organizar protocolos que interfiram de maneira equilibrada nesse processo, tendo em vista que, até pouco tempo, a produção, a distribuição e o transporte dos alimentos dependiam – e continuam a depender – essencialmente e exclusivamente do mercado. Temos, de um lado, alimentos como arroz, leite e trigo – só para exemplificar alguns –, inseridos como meros produtos e mercadorias, como já vimos, e por outro, a Bolsa (de Valores) de matérias-primas agrícolas de Chicago (*Chicago Commodity Stock Exchange – Chicago Board of Trade*), mercado de futuros, definindo e fixando preços/valores diários dos principais alimentos. Sendo parte do sistema, temos, portanto, grandes corporações (sociedades) transcontinentais de “agroalimentação” e finanças que dominam as ações dessa Bolsa⁵¹. Desse suporte em funcionamento, já podemos concluir o que disso advém. Os preços elaborados e fixados diariamente são resultantes e correspondentes das artimanhas e especulações que endossam estratégias de endividamento, contratos a prazos com empresas subalternas, sistemicamente falando, e, fundamentalmente, uma organização piramidal, tanto nas cadeias de distribuição quanto na produção de derivados.

É a partir da apreensão dessa materialidade (a forma em funcionamento e suas contradições) e do crescente número de pessoas (vítimas) que passam fome e sofrem de subnutrição – que se inserem no “terreno” das intenções da racionalidade estatal no mundo – que não se pode deixar a distribuição da alimentação do mundo às regras de mercado calcadas na “livre” concorrência e ao jogo da demanda e da oferta em seu sentido clássico. Como já indicado em itens anteriores, há a conotação, portanto, de que a propagação da necessária “segurança alimentar e nutricional” representa o núcleo desse entendimento – tema que iremos abordar mais adiante com melhores detalhes.

De posse do entendimento de que o movimento da realidade se dá pelo tensionamento das contradições é que temos as condições analíticas que demonstram que o movimento antagônico, desse sistema decorrente, institui, nessa totalidade, práticas que também reconfiguram o sistema agroalimentar, como veio a chamar Friedmann (2005) de um processo

51. A exemplo da Nestlé, Unilever, Mondelez, Danone, Coca-Cola, Associated British Food (ABF).

de “esverdeamento” do capitalismo. É a partir desses aspectos e de uma coleção de situações conjunturais⁵², que colocam essa agricultura globalizada de alimentos em tensão pelas várias frentes, formas e experiências locais, que, dia após dia, apesar das dificuldades, vem se posicionando perante a sociedade como alternativa.

Esses elementos é que dão as condições históricas ao debate, que vem sendo travado, sobre a necessária constituição da soberania alimentar, a qual pressupõe a garantia de os trabalhadores terem as condições objetivas para poderem definir estratégias de produção e de consumo dos alimentos, mesmo sabendo que, ainda, nos dias atuais, esses processos têm sido cotidianamente comprometidos pelo expresso domínio das grandes corporações na mediação dos elos e cadeias que compõem o sistema agroalimentar. Além de práticas que, pela sua natureza, resistem à lógica hegemônica, os trabalhadores e movimentos sociais têm se manifestado não só pelo reconhecimento e resgate dos sistemas familiares de produção de alimento, mas, em um processo de mediação e travessia, lutado por outras práticas de “relações comerciais”, como, também, desenvolvido ações e processos com força material de transformação social. É no subjacente ao hegemônico, globalizado, desigual e combinado, de “pensamento único” que estão as efervescentes contradições, dadas as maneiras como essas imposições tentam se reproduzir.

No entanto, não são poucos os questionamentos e as críticas a essa visão de sociedade e essa forma de se pensar o desenvolvimento, seja no âmbito mais geral do processo de globalização hegemônico, seja no âmbito das preocupações em torno da qualidade da alimentação, não são poucas as vozes que apontam para a necessidade de novos caminhos [...]. (PEREZ-CASSARINO, 2012, p. 33)

52. O sistema agroalimentar “agroindustrializado”, que tem como um dos critérios a distância, materializa o aumento dos custos de produção e, além disso, a produção em massa padroniza os processos e os produtos. Apesar da força e da dominação que representam esse processo, é a partir dessas questões que um conjunto de movimentos e pequenos agricultores (de produção orgânica e agroecológica) tem as condições objetivas de colocar os seus produtos como alternativas – dado o critério da diferencialidade, como tipo de produto, tendo as bases e as relações sociais mais democráticas, além da qualidade. É a partir desses elementos que a condição histórica estabelece e afirma essas práticas e esses sujeitos sociais coletivos como agentes de transformação, com uma função bastante pertinente na reordenação das cadeias de abastecimento dos alimentos, a qual se inscreve como ações que fazem o movimento ao “contrário” se comparado à lógica sistêmica do modelo hegemônico, tensionando-o.

É incontestável que o tema da alimentação (nas suas diferentes dimensões) ganha grande espaço nos debates e embates nesses últimos anos. As elaborações teóricas e análises de políticas relacionadas ao tema têm a cada dia aumentado⁵³. No limiar das crises econômicas do sistema, a questão da alimentação tem ocupado bastante atenção, como vimos, por exemplo, nos anos de 2008 e 2009, nos quais os relatórios apresentados pela FAO constataram o aumento significativo no número de pessoas com fome e subnutrição, que chega à casa de um bilhão de pessoas⁵⁴ em pleno século XXI.

O sistema agroalimentar, que se desenvolve sobre as leis objetivas sistêmicas e que, por essa razão, apresenta as contradições materiais e sociais, evidencia, a partir dessa complexidade, que há uma desconexão dessa cadeia de abastecimento com a produção e, sobretudo, com as formas de desenvolvimento (locais). As mudanças que ocorrem na relação entre produção e consumo

[...] moldam e são moldadas por diferentes modelos de desenvolvimento dentro do sistema capitalista que podem priorizar tanto a acumulação econômica, quanto o bem-estar social. Dessa forma, importa evidenciar que há uma hegemonia do Sistema Agroalimentar global que levou ao distanciamento entre quem produz e quem consome com drásticas consequências para ambos. *Isto gerou movimentos de crítica e contestação, que propõem novas relações de reaproximações entre estas esferas, dinamizando cadeias curtas de abastecimento alimentar.* (TRICHES; SCHNEIDER, 2015, p. 3-4, destaques nossos)

Os processos contestadores (tanto nas pautas políticas quanto nas práticas de produção e sociais e, de certa forma, através de uma série de

53. Dada a importância da temática, a ampliação dos debates e das análises se mostra estratégica e fundamental, mas também revela uma inversão elementar, na qual aquilo que deveria ser um ato/fato humano vital, e um conhecimento desinteressado, torna-se um fato social e que, por essa razão, torna-se passível de análise sociológica.

54. Numa perspectiva histórica, a partir dos dados da FAO-2009, vemos que esse dado representou elevação nos números acerca da fome em termos proporcionais ao total da população. Em números absolutos, essa tendência já havia sido apontada. Demonstra, portanto, tendencialmente, que, sem o processo de intervenção estatal, ou seja, se a regulação continuar a se dar prioritariamente pela lógica de mercado, a realidade da fome e da falta de acesso aos alimentos cada vez mais pode piorar.

experiências) frente ao sistema agroalimentar trazem o elemento novo de que tal sistema não pode ser compreendido se considerar apenas a dimensão produtiva e de transformação do alimento, e, de igual forma, que o mundo rural seja explicado centrado apenas nas condições econômicas. O tensionamento dessa “engrenagem” também passa pela revisão da forma do consumo. E, nesse aspecto, a efetivação desse horizonte se dará por uma nova cultura.

[...] para entender estas mudanças é necessário que se concilie os estudos do consumo e da produção, considerando que ambos fazem parte de um processo dinâmico de transformações. Defendemos o argumento que a cultura de produção e a cultura de consumo não são “purificadas”, não são categorias separadas da vida social, mas uma constitui a outra (Goodman e Depois, 2002) [...]. (TRICHES; SCHNEIDER, 2015, p. 4)

A relação dialética entre a produção de alimentos e a constituição do consumidor real (aquele que efetivamente consome) tem possibilitado vislumbrar algumas alternativas – que, em certa medida, incitam a instituição e a institucionalização de novos parâmetros para um novo “sistema agroalimentar”, no qual se busquem novas dinâmicas e políticas de segurança no consumo – e, sobretudo, indica a necessidade de uma revalorização do local, do circuito curto e, portanto, da qualidade dos alimentos. São noções e apontamentos que têm contribuído para a constituição de novas relações entre o Campo e o urbano. É nesse sentido que Triches e Schneider destacam que é importante “[...] compreender este que é ao mesmo tempo cotidiano, mas também complexo ato de se alimentar, como determinante e determinado pela sociedade e como central nos rumos que se pretende para o desenvolvimento”. (SCHNEIDER, 2015, p. 7) Ou seja, será através de uma compreensão mais abrangente sobre a função da alimentação que teremos as condições teórico-conceituais de pensar os processos de desenvolvimento para o Campo, mesmo que partindo do estado atual, demarcado pelos sistemas agroalimentares, bem como as tendências e novas configurações.

Vemos que a lógica hegemônica prepara a “identidade do consumidor” e luta para mantê-la em condição dependente, haja visto que não

é interessante nem estratégico para o sistema hegemônico que se tenha um consumidor consciente e propositivo, sobretudo se esses posicionamentos forem constituídos a partir da compreensão sob a perspectiva histórica em processo. Em outras palavras, na racionalidade sistêmica, o consumidor é para consumir, e não para constituir correlações entre os processos mediatos que compõem o ato de se alimentar.

Considerando a perversidade da lógica (ainda hegemônica), mas também as contradições, que têm sido tensionadas no sentido de superação desse processo, é que se destacam alguns elementos que deveremos levar em consideração: 1) há, portanto, uma unidimensionalização de valores e incidência dessa questão na cultura local, seja nos hábitos alimentares, seja em outras dimensões da vida social; 2) as transformações objetivas, em suas contradições materiais, bem como o feito do sistema em transformar o alimento e o ato de se alimentar em mercadoria, são questão política e econômica, que provoca reações e mudanças na relação produção-consumo e, por consequência, exige melhores condições teórico-metodológicas e processos de formação humana que possam apreender essas questões; 3) tendencialmente, quando se trata de compreender a questão em torno da alimentação, temos, no terreno da análise, uma separação entre produção e consumo. É neste sentido que se chama a atenção para a necessidade de demarcar um exame que envolva a totalidade concreta, tendo em vista que a problemática da questão alimentar (que envolve o alimento, nas suas dimensões materiais e culturais) não é suficientemente compreendida e apreendida apenas pela análise de produção e consumo, ainda que isso faça parte da questão.

As possibilidades de garantia de soberania alimentar estão diretamente ligadas às condições objetivas e socioculturais de os trabalhadores definirem as estratégias no âmbito da produção, do armazenamento, do consumo e da circulação, além do corolário necessário que envolva as políticas públicas e de formação humana. Como demonstrado, na atualidade, essas, dimensões encontram-se fortemente controladas e, portanto, comprometidas, devido a esse extraordinário poder de dominação desenvolvido pelas grandes corporações sobre os diversos “elos” que compõem o sistema agroalimentar.

1.3.1. O sistema agroalimentar: crises e sintomas

O presente item antecipa elementos de algumas questões centrais que serão trabalhadas ao longo desta obra. Concordando com Ploeg, independentemente da “sua localização temporal e espacial, *a agricultura articula-se com a natureza, a sociedade e as perspectivas e interesses daqueles que estão diretamente envolvidos nela*”.⁵⁵ (PLOEG, 2008, p. 26, destaques nossos) Nesse sentido, a partir do entendimento do autor, no imbricamento desses eixos e processos, se houver alguma desarticulação “mais ou menos crônica” com um desses eixos, há a instalação de crise. Dados esses fatos e as características fundamentais de como vem ocorrendo o processo de reprodução do capitalismo no Campo, estamos frente a uma “crise agrária”⁵⁶.

A ideia “clássica” de crise agrária centra-se nas inter-relações entre a organização da produção agrícola e os interesses e perspectivas daqueles diretamente envolvidas nela. Este é o tipo de crise que, ao longo da história, tem impulsionado lutas massivas de camponeses e, muitas vezes, a reforma agrária. Contudo, o ser humano testemunhou também (especialmente em tempos recentes) crises agrárias relacionadas com a forma como as práticas agrícolas e de subsistência se inter-relacionam com a natureza. Quando a agricultura se organiza e se desenvolve através da destruição sistemática dos ecossistemas em que se baseia e/ou contamina cada vez mais o ambiente circundante, estamos perante uma crise “agro-ambiental”. (PLOEG, 2008, p. 27)

As bases materiais, econômicas e de mercado nas quais assenta-se o sistema agroalimentar, somadas à inserção do alimento e da agricultura nos objetivos de acumulação, conduzem a diferentes crises estruturais e conjunturais combinadas, tais como: crise alimentar, crise energética, crise agrária e crise “agroambiental”. Veremos ao longo do livro, análises que complementarão o anunciado neste item acerca dos sintomas

55. Acerca desse último “eixo” num esquema constante em seu livro, Ploeg chama de “atores envolvidos”.

56. O autor denomina isso de “a crise vindoura”. Obviamente, ao considerar o processo de reprodução do capital e os sintomas que estão aparecendo, concluímos que essa tendência se materializará num futuro próximo.

e crises, tendo em vista que a evolução do sistema agroalimentar esteve e está intimamente ligada aos imperativos da reprodução do capital, a partir do crescimento e acumulação do sistema econômico hegemônico, e que, portanto, necessariamente, conduzirá à intensificação dos processos objetivos que levarão, cada vez mais sistematicamente, a essas crises⁵⁷.

É importante destacar que a origem do conceito de segurança alimentar e nutricional está intimamente ligada e tem a sua raiz histórica em contextos de crises – sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial –, quando, pela falta de alimentos na Europa, as autoridades e organizações políticas mundiais começaram a se preocupar com a resolução do problema da fome, bem como buscaram alternativas político-econômicas para que se garantisse quantidade e qualidade de alimentos em casos de crises.

Retomando a perspectiva e abordagem teórico-metodológica dos “regimes alimentares” (do conceito de “regime alimentar”), vemos que os momentos de transição de um regime a outro são também marcados por crises. Porém, as alternativas resolutivas são “intrassistêmicas”. Encontram-se no escopo da busca de corrigir os “desajustes” para manter e fortalecer as condições de interesse do movimento de acumulação⁵⁸. A partir das elaborações de Friedmann (2009), Paula (2017, p. 33) destaca:

57. É importante demarcar que a soberania alimentar coloca em seu horizonte e ideário a superação dessas condições objetivas causadoras dessas crises. Por essa razão, são colocadas em centralidade e em relevo as consequências negativas dessa ordem, pois estas são os fatores materiais que contribuíram para o surgimento do conceito e das pautas de soberania alimentar, com o objetivo de construir processos de superação. É importante chamar a atenção do leitor desta obra para esse entendimento, para que identifique, no decorrer das discussões, a presença dessa intencionalidade.

58. Considerando a perspectiva de totalidade, podemos compreender melhor esse processo com a contribuição de McMichael (2016, p. 102) ao destacar que “Uma análise do regime alimentar permite identificar que o surgimento de uma crise agrária no Sul global resultou de sua decisão no Norte, sob a forma de um regime de ajuda alimentar mercantilista. E essa decisão é reveladora, pois expõe um ponto cego ecológico nas narrativas do capital – em dois sentidos. Primeiro, a projeção de Kautsky sobre crise agrária era econômica, assim descartando as ‘externalidades’ ecológicas que perseveraram na década de 1930, dando sentido ao conceito de ‘domínio de valor’, pelo qual agricultores movidos pela formatação de preço exauriram os ecossistemas. Segundo, a solução para o esgotamento da terra era a introdução indiscriminada de formas de ‘domínio biofísico’ (Weis, 2007) por meio de programas de *commodities* do *New Deal* norte-americano que instituíram a ‘petroagricultura’ (Walker, 2005) intensiva em energia, mascarando condições ecológicas subjacentes (e problemáticas). E esse modelo de conduta agroindustrial foi universalizado”.

Esse conceito define a ordem alimentar em cada período, seus elementos estruturantes e os momentos de *transição de um regime a outro, entremeada por crises e intervenções de novas ou pretéritas forças dominantes no interior do processo de acumulação capitalista em nível mundial* [...]. Como afirma McMichael (2009) o sistema alimentar mundial é colocado numa perspectiva histórica, através da qual as transformações e crises alimentares são interpretadas à luz do papel crucial da agricultura e da alimentação no processo de acumulação de capital ao longo do tempo. Essa interpretação está inserida num escopo analítico mais amplo sobre o regime de acumulação que articula formas de competição, relações específicas entre capital e trabalho, regimes monetários e financeiros, e um padrão de inserção das economias nacionais no sistema mundial. (BOYER, 2013, destaques nossos)

Esses processos, dada a evidente crise estrutural do modo de produção do capital, incidem na conjunção de diferentes crises combinadas, atingindo diversos setores da produção, incluindo a alimentação. O uso intensivo de insumos químicos, fundamentalmente os fertilizantes⁵⁹ e agrotóxicos⁶⁰ – com aumento progressivo das doses (por hectare) – incide na redução da diversidade microbiana do solo, tendo em vista

59. Dominam o setor – fundamentalmente no Brasil, para o agronegócio – as multinacionais: a norueguesa Hydro/Yara, a Bunge/Fosfertil e a norte-americana Cargill/Mosaic. “O Brasil é um país fortemente dependente do mercado mundial de fertilizantes, pois para suprir as necessidades do mercado nacional, em 2010, foi necessário importar 62,3% do volume consumido”. (OLIVEIRA, 2016, p. 470) As culturas que mais fazem uso dos fertilizantes, segundo o autor, são a soja, a cana-de-açúcar e o milho.

60. De acordo com Oliveira (2016, p. 474-475), “No setor de agrotóxicos, no Brasil, há o domínio de mercado pela Bayer e Basf (alemãs), Cofco (Chinesa/suíça ex-Syngenta), DuPont e Dow Chemical que acertaram a fusão e criando a gigante de US\$ 130 bilhões, criando três negócios nas áreas de agricultura, commodities e produtos químicos, e a Monsanto (norte-americanas) e ChemChina (chinesa/israelense), que juntas, formam oligopólios privados de multinacionais estrangeiras na economia nacional. *O consumo mundial de agrotóxicos é de cerca de 2,5 milhões de toneladas e, o Brasil responde por mais de 300 mil toneladas (primeiro consumidor mundial)*. Segundo o Sindag (sindicato das indústrias do setor) os herbicidas (38%) dominaram as vendas no Brasil em 2009, seguido pelos inseticidas (30%) e fungicidas (27%), que somaram juntos 95% dos US\$ 6,266 bilhões de dólares faturados pelo setor”. (Destaques nossos) Mais informações acerca do uso de agrotóxicos no Brasil, ver Bombardi (2016), que, pela utilização do recurso cartográfico, nos permite visualizar as áreas em que se concentram os índices maiores de utilização de agrotóxicos e as diferentes consequências desse processo inerentes, como intoxicações”.

que esse processo causa o desaparecimento de micro-organismos que são fundamentais na revitalização do solo e de sua fertilidade. (MARQUES FILHO, 2016) Isso demonstra que, além de uma crise de produção ambiental, a crise alimentar não pode ser vista apenas pela diminuição da produção de gêneros alimentícios, mas, também, pelas condições violentas em que são produzidos, incidindo diretamente na sua qualidade nutricional e biológica.

A conclusão lógica desse processo combina degradação dos solos e dos recursos hídricos, e passa a conduzir a anulação da “produtividade” resultante das inovações tecnológicas desse modelo.

Segundo o *World Population Data* de 2010, a cada 24 horas 219 mil pessoas a mais devem-se alimentar. Nos 40 anos sucessivos à II Grande Guerra, a idade de Ouro do capitalismo, as sucessivas inovações tecnológicas permitiram aumentos na produção de grãos a taxas superiores ao aumento da população. Em 1950, o mundo produziu 250 quilos de grãos *per capita*. Em 1984, 339 quilos de grãos *per capita*, um pico jamais ultrapassado desde então [...].

Desde meados dos anos 1980, não obstante o quase contínuo crescimento total da produção de grãos, a curva da produção *per capita* começa a declinar até atingir 304 quilos de grão *per capita* em 2004, 9% a menos que sua média histórica, sendo que na África subsaariana ela caiu de 140-160 quilos *per capita* entre 1960 e 1981 para menos de 120 quilos *per capita* em 2004, algo próximo do limiar da morte por fome. De onde o fracasso da meta de redução da fome no mundo, estabelecida em 1996, na Cúpula Mundial da Alimentação (WFS) da FAO em Roma [...]. (MARQUES FILHO, 2016, p. 166-167⁶¹)

O movimento do real, expresso na materialidade social, foi sistematicamente demonstrando a ineficiência desses acordos e das proposições políticas. Tanto é que, em 2002, chefes de Estado e de governo admitiram

61. Chama-se atenção para o entendimento de que a produção de grãos simplesmente não expressa, na íntegra, a produção de alimentos, se tomarmos a estrutura produtiva das *commodities* no Campo. Contudo, os dados trazidos por Marques Filho expressam sobremaneira a crise sistêmica, ou seja, a sua insustentabilidade e a sua incapacidade como real tendência, quando se trata da produção de alimentos e nos demais aspectos. Adiante no livro, esses aspectos serão lapidados na interação entre os itens discutidos.

que as metas, colocadas em 1996, de reduzir pela metade, até 2015, o número de pessoas subalimentadas não seriam alcançadas⁶².

Tendo em vista que, a partir de 1996, os dados e números gerais da fome e da subnutrição demonstraram que havia o aumento de pessoas e das situações de fome, em 2009⁶³, o Plano Alimentar Mundial (PAM) da FAO indica “um alerta vermelho”, sobretudo ao pensar no longo prazo – em 2050 –, nas condições de alimentar e nutrir a população mundial. A crise alimentar existente tende a piorar. De acordo com FAO (2009)⁶⁴:

[...] a produção de alimentos (sem contar a produção usada para biocombustíveis) deve crescer 70%. A produção anual de cereais necessitará atingir 3 bilhões de toneladas, das 2,1 bilhões atuais e a produção de carne necessitará crescer 200 milhões de toneladas para atingir 470 milhões de toneladas. (FAO, 2009 *apud* MARQUES FILHO, 2016, p. 168)

Vemos, no entanto, que:

Finalmente, existe a relação com a sociedade em geral, que se caracteriza, essencialmente, pela discussão sobre a quantidade e qualidade dos alimentos, embora essa não seja a única característica relevante. A atual proliferação de escândalos alimentares (sobretudo a BSE ou doenças das vacas loucas, e os protestos públicos após o refreamento de doenças animais como a febre aftosa, a gripe aviária, a peste suína e a febre catarral maligna) são a expressão das crises que estão emergindo no eixo que liga a agricultura à sociedade em geral. (PLOEG, 2008, p. 27)

De crises esporádicas e, em certa medida, isoladas (de setores específicos), temos, objetivamente, um contexto histórico que, pela lógica em

62. Em novembro de 2009, na realização da Terceira Cúpula Mundial da Alimentação (WFS) – na qual se reuniram mais de 60 países –, firmaram-se compromissos para buscar iniciativas para os primeiros passos que visaram diminuir o número de pessoas que sofrem fome, insegurança alimentar e subnutrição.

63. No período de 12 anos entre 1997 e 2009, foi visível o aumento da fome no mundo. De acordo com os dados da FAO, Marques Filho (2016, p. 168) destaca que “No mesmo ano de 2009, o número de pessoas padecendo de fome ultrapassou 1 bilhão (1.020.000.000)”.

64. Dados presentes no PAM. De acordo com Marques Filho (2016), “Cf. FAO – *How to Feed the World in 2050*”.

exercício, a cada momento ganha maturação, um desfecho material de crises combinadas, interseccionadas e caracterizadas pela soma de todos esses fatores que compõem os eixos com os quais se relaciona a agricultura (sociedade, natureza, seres sociais envolvidos), que se articulam com a produção agrícola. Ou seja, uma crise agrária inevitável. De acordo com Ploeg (2008, p. 27):

Atualmente, e pela primeira vez na história, está se aproximando uma crise que: a- diz respeito aos três eixos mencionados [...]; se relaciona com a qualidade dos alimentos e com a segurança da distribuição de alimentos, com a sustentabilidade da produção agrícola, e está associada à negação generalizada das aspirações de emancipação daqueles que estão envolvidos na produção primária; b- é, pela primeira vez, uma crise global, isto é, seus efeitos são sentidos em todo o mundo; c- e, finalmente, essa crise agrária internacionalizada e multifacetada representa, cada vez mais, um nó Górdio, no sentido em que o alívio de um determinado aspecto, em um dado momento e lugar, apenas agrava a crise em outro lugar e em outros momentos e/ou a transfere para outras dimensões.

As crises combinadas (internacional e multidimensional) (PLOEG, 2008) são a expressão de nosso tempo e colocam em evidência diferentes contradições. Como estamos vendo, a questão alimentar, nessa lógica, tem relação direta com as condições de desenvolvimento de uma nação (e dos povos de modo geral), tendo em vista que é uma necessidade básica. Porém, a tomada de decisão pelo poder político em debater e conceber propostas “resolutivas” acerca da questão alimentar, tanto para os processos produtivos – para garantir a reprodução da força de trabalho –, quanto para a produção e reprodução da existência de modo geral, está pautada na busca de uma “convivência social numa relação saudável” correspondente “aos ditames do sistema”. Para os processos de transformação social e superação da ordem hegemônica⁶⁵ e

65. De acordo com Ploeg (2008), “[...] a ascensão do Império como princípio orientador que cada vez mais governa a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos, está contribuindo para o avanço do que parece ser uma crise agrária inevitável. Isso também acontece porque o Império atua através de uma exploração ecológica e socioeconômica descuidada, se não mesmo através da degradação da natureza, dos agricultores, dos alimentos

a constituição de outra hegemonia, deve ser fortalecida a práxis da classe trabalhadora, que, como vemos, aos poucos vem compondo a perspectiva da soberania alimentar.

1.3.2. O sistema agroalimentar e os "riscos" das manipulações: dominação e redução do "patrimônio genético"

Discutir soberania alimentar (ou a segurança alimentar e nutricional) sem fazer o debate acerca do desenvolvimento da ciência e das tecnologias sob a égide do capital, que incide na dominação e controle dos recursos naturais, sementes, patrimônio genético, danos à diversidade genética e à biodiversidade, bem como das consequências sobre a força de trabalho, expropriação de conhecimento tradicional (milenarmente acumulado e socializado) etc., expressa uma discussão insuficiente, incompleta, senão falha.

Eduardo Galeano, ao fazer a crítica de que as gigantes da indústria química, petroleira, automobilística, entre outras, pagaram grande parte dos gastos da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Brasil, no Rio de Janeiro, no ano de 1992 (ECO 92), demonstra que as pseudopreocupações são determinadas pela manutenção dos processos de acumulação. Insere-se inscrito nesse processo, como destaca o autor, o entendimento de que “entre o capital e o trabalho, a [ecologia é neutra]”⁶⁶, ou está presumida e à disposição desses controles:

e da cultura. A industrialização implica a destruição do capital ecológico, social e cultural. Além disso, as próprias formas de produção e organização que são introduzidas acabam por ser extremamente frágeis e dificilmente adequadas para confrontar as condições intrínsecas à globalização e à liberalização. Assim emergem contradições novas e imanescentes”.

66. De acordo com o autor, a “militância ecológica não pode divorciar-se da luta social”, ou seja, “A ecologia neutra, que mais parece com a jardinagem, torna-se cúmplice da injustiça de um mundo, onde comida sadia, água limpa, o ar puro e o silêncio não são direitos de todos, mas sim privilégios dos poucos que podem pagar por eles”. (GALEANO, 2014, p. 328) O autor ainda destaca as consequências desse processo, como o elevado número de mortes nas lutas pela terra e pela ecologia, a expulsão dos camponeses do Campo e o inchamento das cidades (com todas as consequências de miséria e pobreza), portanto, a conformação de uma catástrofe ecológica – uma ecologia neutra. Essa “[...] catástrofe que não se pode entender nem alterar dentro dos limites da ecologia surda ante o clamor social e cega ante o compromisso político”. (GALEANO, 2014, p. 329)

No grande *baile de máscaras do fim do milênio, até a indústria química se veste de verde*. A angústia ecológica perturba o sono dos maiores laboratórios do mundo que, para ajudarem a natureza, estão inventando novos cultivos biotecnológicos. Mas, esses desvelos científicos não se propõem a encontrar plantas mais resistentes às pragas sem ajuda química, mas sim buscam novas plantas capazes de resistir aos praguicidas e herbicidas que esses mesmos laboratórios produzem. Das dez maiores empresas do mundo produtoras de sementes, seis fabricam pesticidas (Sandoz-Ciba, Geigy, Dekalb, Pfizer, Upjohn, Shell, ICI). A indústria química não tem tendências masoquistas (GALEANO, 2014, p. 328, destaques nossos)

Entendemos que, dado o momento histórico e o lugar que essa tecnologia ocupa no mundo da produção – por exemplo, a aplicação das biotecnologias na agricultura –, é um tema de relevância altíssima, mesmo situado no escopo das correlações de forças, que, em última instância, delineiam o seu sentido e, fundamentalmente, a sua aplicação⁶⁷.

Nunca antes a introdução de uma tecnologia foi acompanhada por um debate tão abrangente sobre as suas consequências. *Por um lado*, as plantas transgênicas são vistas como uma panaceia para muitos problemas contemporâneos: fome, má nutrição, o meio ambiente. *Por outro*, encontramos avaliações totalmente opostas: a difusão de plantas transgênicas entendida como uma ameaça à conservação e ao controle de recursos genéticos e como tal ao equilíbrio do ecossistema e à segurança alimentar de milhões de pequenos produtores; uma ameaça, também, à qualidade alimentar dos consumidores afluentes; e um golpe final do sistema de direitos exclusivos à sobrevivência do conhecimento tradicional e dos recursos genéticos como patrimônio comum (FONTE, 2005, p. 1, destaques nossos)

67. Como destaca Carvalho (2003, p. 8-9), “Quase num susto para a maioria das pessoas que alimentava a crença de que o Estado estava a serviço de todos nós, percebeu-se, como fato consumado, que esse Estado havia sido explicitamente privatizado. Nesse processo de desmascaramento do caráter do Estado, a ciência e a tecnologia mostraram-se desnudas e nas mãos das grandes empresas capitalistas multinacionais. E num piscar de olhos da História, a biotecnologia, em especial a manipulação genética, foi privatizada. E com ela a geração e comercialização das sementes híbridas e transgênicas”.

O presente item analisa o papel desempenhado pela biotecnologia moderna e a engenharia genética nas estratégias de acumulação do capital no Campo e o que isso representa – fundamentalmente como linha limítrofe – frente à implementação do projeto societário inscrito na – e do qual faz parte a – soberania alimentar⁶⁸.

1.3.2.1. Elementos teóricos

A biotecnologia moderna é uma área de conhecimento e uma forma de intervenção sobre seres vivos numa relação imbricada – com intercâmbio substancial – entre ciência e tecnologia para desenvolver processos e produtos biológicos⁶⁹. Integra esse processo estratégico – articulando também um conjunto de conhecimentos – a engenharia genética, que desenvolve técnicas de manipulação e recombinação de genes⁷⁰. É uma tecnologia inovadora por “potencializar” métodos de produção tradicionais, mas, sobretudo, por desenvolver “novos” produtos, como o caso dos organismos geneticamente modificados (OGMs), conhecidos como transgênicos, que vêm sendo utilizados na agricultura e nos alimentos⁷¹.

68. Para esse debate, é importante trazer o entendimento de Marx, de que “a ciência só pode desempenhar o seu genuíno papel na República do Trabalho”. (MARX, 2011) Porém, sob a égide do capital, a ciência é um elemento substancial e tem contribuído no desenvolvimento de estratégias para a dominação da natureza e da classe trabalhadora no Campo. De acordo com Grace *apud* Riechmann (2002, p. 53), “Uma definição simplista da biotecnologia poderia ser ‘mercantilização da biologia celular’. [...] Marcar gols ideológicos é algo que acontece mesmo em debates científicos, e quando há divergência na interpretação de dados é razoável que nos perguntemos quem paga pela pesquisa”. São questões e problemas estruturais e, dessa forma, grandes linhas limítrofes para o projeto que coloque em perspectiva os interesses da classe trabalhadora.

69. Considerando o entendimento da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) da Organização das Nações Unidas (ONU), publicado por esta, biotecnologia é “qualquer aplicação tecnológica que utiliza sistemas biológicos, organismos vivos, ou seres derivados, para fabricar ou modificar produtos ou processos para utilização específica”. (AGROBIOBRASIL, *s/d*)

70. “Em 1972, 1973 chega o desenvolvimento das primeiras experiências de engenharia genética bem-sucedidas”. (RIECHMANN, 2002, p. 54)

71. Não cabe, no escopo deste item, fazer um debate detalhado do processo de desenvolvimento das biotecnologias modernas. Mas é importante destacar que, a partir da metade do século XX, os avanços no conhecimento, na técnica e na tecnologia que envolviam a biologia molecular possibilitaram um grande salto sobre as técnicas até então disponíveis. Com isso, foi possível a compreensão das estruturas moleculares e, portanto, da “herança” nos seres vivos. De acordo com Riechmann (2002, p. 54), aparecem, então, “novas biotecnologias

A literatura destaca que houve um “salto qualitativo”. Porém, este vem acompanhado de altos riscos – que veremos adiante –, que incidem no meio ambiente, nos alimentos, entre outros fatores. Ou seja, é um salto significativo, mas que traz, em si, uma “descontinuidade importante”⁷².

Neste sentido, vemos que:

Embora os seres humanos tenham modificado ativamente a natureza ao longo de milênios, *nunca antes dispusemos de ferramentas para “redesenhar” a natureza com tanta rapidez e tão profundamente como permitem as biotecnologias modernas*. Sendo assim, afirmar – como repete maçantemente a propaganda das transnacionais do setor que dão voz a seus interesses – que não precisamos nos preocupar porque não há diferença entre cruzar duas variedades de trigo e inserir num tomate genes de um peixe, já que “todos somos transgênicos” e “comemos genes desde sempre”, é querer confundir as pessoas. (RIECHMANN, 2002, p. 55)

baseadas em técnicas originais, por exemplo, a ‘revolução do ADN recombinante’ [...]. Trata-se de técnicas como as seguintes: a- Mutagênese artificial, mediante alteração de genomas por irradiação ou meios químicos; b- Clonagem molecular de microorganismos, plantas e animais; c- Fusão celular, usada na produção de células capazes de gerar anticorpos que reconhecem determinadas moléculas (tecnologias dos hibridomas e anticorpos monoclonais); d- Cultivos de células e tecidos *in vitro*; e- ‘Bioengenharia’, e novos métodos de processamento biológico: fermentações industriais...; f- Técnicas de ADN recombinante ou ‘engenharia genética’, que permitem transferir material genético de um organismo vivo para outro mediante ‘recorte e colagem’, surgindo assim genomas (e organismos) artificiais que a natureza nunca teria conseguido produzir”.

72. A afirmação de que há uma “descontinuidade importante” se dá por algumas razões. Primeira, porque há afirmações, sobretudo no discurso hegemônico, de que há uma continuidade entre as biotecnologias tradicionais e as novas tecnologias de ADN recombinantes (RIECHMANN, 2002), já que, desde que o homem passou a fazer agricultura e pecuária, passou a fazer também “processos” de melhoramento e, por certo, que podem ser considerados processos biotecnológicos. Contudo, isso não é bem assim, tendo em vista que, com a engenharia genética, foi possível desenvolver processos e técnicas que nunca estiveram ao alcance do homem até então. E, segunda, porque, nos métodos tradicionais, era possível o melhoramento de espécies por ser possível fazer combinação entre espécies que a própria natureza aceita, no interior e respeitando as barreiras biológicas. Com as biotecnologias modernas, é possível passar por cima das barreiras biológicas, incidindo em processos “violentos” e forçados artificialmente. Nesse sentido, não há continuidade, como buscam defender os “tecnocentistas” dessa tecnologia, mas descontinuidade, por fundar um processo que rompe com os critérios, bases e alcance dos processos tradicionais. (RIECHMANN, 2002)

Concretamente, é notável que há riscos nas manipulações, e, além disso, a tecnologia de recombinação de genes é radicalmente diferente das biotecnologias tradicionais, que, segundo Riechmann (2002), assentam-se em três razões básicas.

1) Os “biotecnólogos” das culturas camponesas tradicionais só podiam fazer cruzamentos de variedades ou espécies aparentadas; não podiam isolar material genético de um organismo qualquer e inseri-lo em outro. *Hoje, concretamente, foram derrubadas as barreiras ao intercâmbio artificial de material genético entre dois organismos escolhidos ao acaso.* A manipulação genética passa por cima das barreiras biológicas que separam as espécies, deixa de lado os mecanismos naturais de evolução e intervém nas interações gênicas naturais, até agora inacessíveis ao ser humano: trata-se de novidades históricas de primeira ordem. [...]

2) A tecnologia do ADN recombinante, ao permitir a introdução de genes estranhos num organismo, tem efeitos imprevisíveis sobre a sua fisiologia e sua bioquímica. No entanto, com frequência esses efeitos são nocivos (por exemplo, o desencadeamento de processos cancerosos).

3) As transferências de genes ocorrem por meio de *vetores* que apresentam quatro características de risco: a) Esses *vetores* derivam de “parasitas genéticos” como vírus, plasmídeos e outros elementos genéticos móveis, ADN parasitário com capacidade de invadir as células e inserir-se no genoma delas. Na manipulação genética de plantas, o vetor mais usado, deriva de um plasmídeo – indutor de tumores em vegetais – contido na bactéria *Agrobacterium tumefaciens* (ou bactéria da galha da coroa). Nos animais, os vetores mais comuns têm por base retrovírus; b) Os vetores são projetados para quebrar as barreiras entre as espécies, de maneira que possam transportar genes entre uma grande diversidade de espécies. A amplidão do leque de organismos hospedeiros resulta na possibilidade de muitos tipos de seres vivos serem infectados, e nesse percurso os vetores podem recolher genes de vírus de todas as espécies criando assim novos agentes patogênicos; c) Esses vetores costumam conter genes “marcadores” de resistência de antibióticos, que podem se transferir para outros organismos (entre outros, bactérias patogênicas). Isto provavelmente acelerará o aparecimento de resistências aos antibióticos, um problema de saúde

pública que hoje já gera muita preocupação. [...]; d) Cada vez mais, os vetores são configurados para que desativem os mecanismos de defesa pelos quais as células invadidas degradam o ADN estranho. (RIECHMANN, 2002, p. 55-57)

Esses aspectos incidem na “ordem” do discurso e nos debates “tensionados” acerca da temática⁷³. Mesmo verificada a diferença entre os processos tradicionais e os desenvolvidos pela biotecnologia moderna, os “tecnoentusiastas” defendem que as mudanças procedidas pelas técnicas de ADN recombinantes são, por sua “natureza”, mais previsíveis do que as anteriores, dadas as possibilidades do controle dos processos e a “precisão” da tecnologia. De acordo com um grupo de especialistas nacionais em biotecnologia da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1986, os riscos associados à aplicação dos OGMs devem ser avaliados da mesma forma que os riscos associados aos organismos naturais. (RIECHMANN, 2002) Contudo, vemos que, na atualidade, há uma significativa literatura e significativos estudos e resultados – em nível internacional – a partir de procedimentos de pesquisas independentes que, cada vez mais, demonstram os riscos e as incertezas sobre os produtos e insumos resultantes da biotecnologia moderna.

73. De acordo com Fonte (2005, p. 1-2), “Controvérsias neste campo não se dividem facilmente entre um eixo Norte/Sul ou entre expertos e leigos. Existe uma divisão política transatlântica entre os EUA (Estados Unidos) e a EU (União Europeia); uma divisão científica entre visões reducionistas e mais holísticas da ciência; e uma divisão institucional entre aqueles que acreditam que a privatização do conhecimento trará progresso científico e tecnológico e aqueles que defendem um ‘domínio público’ e um sistema de acesso livre e compartilhado de produção de ideias como infraestrutura imprescindível para uma sociedade de conhecimento mais diversificada e democrática”. Uma indicação importante também é referida por Bernstein: “Os Organismos Geneticamente Modificados (OGM) são universalmente condenados pela Soberania Alimentar, mas podemos encontrar uma perspectiva mais flexível no trabalho inovador e minucioso desenvolvido por Jack Kloppenburg. Ao explorar o conceito de ‘Soberania da Semente’ como uma possibilidade programática na forma de um bem comum ‘protegido’ *versus* outro ‘livre’, ele aponta um público mais amplo do que os agricultores, especialmente cientistas progressistas do campo da botânica (que lançaram ideias sobre inovação, troca e multiplicação de sementes de ‘livre acesso’). Ele aconselha, ainda, repensar as posições de repúdio em relação às técnicas e produtos da biotecnologia... a incapacidade de diferenciar a biotecnologia da biotecnologia corporativa levou, com frequência, ao empobrecimento do debate em meio ao binário de utopias e distopias. (KLOPPENBURG, 2010a, p. 381) A abordagem de Kloppenburg sugere uma perspectiva das tecnologias agrícolas que transcende o binário de ‘tradicional’ e ‘moderno’, ele próprio herdado dos altamente criticados paradigmas da ‘modernização’”. (BERNSTEIN, 2015, p. 317-318)

1.3.2.2. A biotecnologia e a engenharia genética como técnicas e estratégias de controle e dominação do campesinato

Considerando a questão alimentar e o sistema agroalimentar como viemos discutindo, estes aspectos se tornam questões centrais. De acordo com Wilkinson:

[...] as biotecnologias, entendidas como conjunto de técnicas que permitem a manipulação de organismos vivos para fins produtivos, estão tendo impacto fundamental na estrutura do sistema alimentar. Pelo lado da oferta, elas são responsáveis por estabelecer novas relações tanto entre os diferentes setores alimentares como na organização internacional do sistema alimentar como um todo. Ao mesmo tempo, oferecem técnicas potencialmente geradoras de respostas mais flexíveis a padrões de demanda crescentemente influenciados por critérios científicos de nutrição, seja no nível da indústria de processamento, seja na forma da produção agrícola. (WILKINSON, 1989, p. 7)

Torna-se evidente que se inserem como estratégicas no processo de reprodução e acumulação do capital e que, por essa razão, intercambiam e articulam diversas áreas da produção e, portanto, do conhecimento e dos produtos.

A grande indústria de sementes e de agrotóxicos, de agronegócios e farmacêuticas, cada vez mais globalizadas, baseiam-se no roubo e na privatização dos recursos genéticos e do conhecimento coletivo dos camponeses e dos indígenas adquiridos através dos séculos. Nas tendências atuais, o processo de concentração empresarial em nível global, as indústrias de processamento de alimentos e os grandes supermercados vão se apropriar finalmente de todos esses ramos industriais e, portanto, de toda a cadeia de fornecimento de alimentos e medicamentos, controlando desde o “germoplasma” até os produtos finais de consumo, conseguindo um controle sem precedentes em setores básicos para a sobrevivência de todo mundo. Esse controle se verá aumentado pelos sistemas de patentes e pelos efeitos de novas tecnologias. (RIBEIRO, 2003, p. 71, destaques nossos)

Ao tomarmos as grandes corporações privadas e estatais – o próprio Estado capitalista – que atuam nas áreas de sementes, alimentos, insumos agrícolas etc., vemos que defendem que as manipulações através das biotecnologias sejam feitas para atribuir vantagem ao objeto modificado e ao produto. Desse modo, implicitamente, buscam defender que há positividade nos processos de intervenção, tanto aos relacionados à agricultura (com maior eficiência na produtividade) quanto à alimentação (com “melhor qualidade”), entre outros, por, supostamente, corresponderem às demandas frente às necessidades sociais. Além disso, buscam estabelecer o entendimento de que os “benefícios” (econômicos, sociais, ambientais etc.) estariam garantidos à sociedade como um todo.

Os grandes avanços (“controlados”) das pesquisas e dos produtos agrícolas, além de uma dominação objetiva econômica e técnica, embasam uma ideologia que justifica e “naturaliza” a privatização dos recursos genéticos. Esse arcabouço ideológico busca demonstrar que há um acordo tácito e uma aceitação social de que os resultados são bons e que o material genético resultante desse processo estará disponível a toda a humanidade. Assim sendo, o entendimento presumido conclui que os “novos” produtos também poderiam ou podem ser utilizados para a superação de problemas sociais e estarem a serviço e em benefício dos pobres.

Porém, a realidade tem demonstrado o contrário, tendo em vista que o “melhor” e mais “avançado da ciência” nessas áreas, a partir desses processos e sob a égide do capital, nunca será livremente disponível. O acesso aos produtos se dará a partir da inserção dos produtores na lógica do sistema. Vemos, então, que além de serem insumos – por exemplo, agrícolas –, são também as formas de controle e dominação exercidas pelas grandes corporações, que perpassam diferentes escalaridades, atingindo, inclusive, e principalmente, os pequenos agricultores. Como destaca Andrioli (2017, p. 4), integrante da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), na sessão de encerramento de seu mandato⁷⁴:

[...] afirmo, como especialista em agricultura familiar nessa comissão, que os agricultores não são beneficiados com essa tecnologia. Pelo

74. Parte do conteúdo do texto proferido por Antônio Inácio Andrioli – consta nas atas da CTNBio, publicadas em reportagem pela RBA (Rede Brasil Atual) – por ocasião do encerramento de mandato (como membro titular e representante da agricultura familiar) na referida comissão técnica.

contrário, eles se tornam cada vez mais dependentes e ameaçados na condição de produtores, o que aumenta o êxodo rural, a concentração de terra, a pobreza e a fome. Com isso, os territórios rurais e, portanto, o país está sendo prejudicado, o que ameaça o futuro desta nação que pretendemos soberana⁷⁵.

Na agricultura, o ponto fundamental e de partida é o controle das sementes⁷⁶. Como destaca Mooney (2003, p. 192), “As sementes, afinal, são o primeiro e o último elo da cadeia alimentar – o meio de produção e o produto final para o consumo”. Ou, ainda, como destacam Pessanha e Wilkinson (2005, p. 19), “[...]: a semente é um produto vivo e auto-reprodutível, encontrado na natureza e manipulado por técnicas humanas, que para se tornar uma mercadoria precisa ser passível de apropriação privada”. Para esse feito, a biotecnologia moderna, em sua historicidade, pode ser comparada e entendida como a “mão invisível” que captura, expropria, destrói e modifica seres vivos, materiais e produtos, bem como conhecimentos (acumulado por milênios) que foram socializados e materializados em organismos naturais, cultivados e intercambiados entre os povos, que constituem a diversidade genética, atualmente atacada⁷⁷. Como destacam Pessanha e Wilkinson:

Um outro aspecto fundamental é a questão geopolítica envolvida no intercâmbio de recursos genéticos vegetais. A diversidade genética não

75. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasaude/carta-de-antonio-andrioli-sobre-ctnbio/>>.

76. A corporações norte-americanas Monsanto, Dow e Pioneer, juntamente com a Bayer (alemã) e a ChemChina (estatal chinesa que comprou a Syngenta), dominam o fornecimento e a pesquisa de sementes dentro do agronegócio mundial e brasileiro.

77. A literatura acessada indica que a técnica genética moderna não traz significativos avanços em relação às formas (biotecnologias) tradicionais de “melhoramento”, seleção e ampliação de variedades. A questão central – do ponto de vista político – é que o modo camponês de produzir, aliado à natureza e à biodiversidade, não tem, ou tem pouco, incentivo e condição. Além disso, é atacado e desvalorizado, tanto pelas políticas públicas quanto pela ciência. Entende-se, portanto, que, sob essa lógica, a biotecnologia moderna e a engenharia genética, por serem colocadas em prática por financiamentos público-privados e em atendimento aos interesses do capital, se contrapõem ao modo camponês de produzir e de lidar com os recursos naturais. Nesse contexto, de fato os camponeses acabam produzindo menos do que poderiam produzir por não terem políticas públicas que os incentivem na produção, armazenamento, transporte e comercialização dos alimentos. Nesse sentido, nenhum produto novo ou semente nova (boa ou má) pode mudar o quadro.

se distribuiu homogeneamente em termos geográficos, já que se concentra, na maior parte, em áreas tropicais, situadas nos países pobres e em desenvolvimento. (PESSANHA; WILKINSON, 2005, p. 17)

Esses limitantes naturais (geográficos) fazem com que os conteúdos das normas jurídicas possam compensar esses limites e dar as condições político-formais para que os principais interessados – com condições objetivas e de forças – possam acessar as bases genéticas que lhes interessam. O que vemos, então, é que as bases e processos fundantes dessas estratégias levam à diminuição da diversidade genética e à erosão genética⁷⁸. Convergem em preocupações e receios, fundamentalmente nos países em desenvolvimento, tendo em vista que são neles que se encontram ainda maior diversidade genética⁷⁹.

Em tese, o melhorista pode utilizar livremente um reservatório genético público para a criação de novas variedades; concretamente, entretanto, se observa que a criação de variedades repousa sobre uma base genética cada vez mais estreita. Há uma tendência, verificada historicamente, à seleção de variedades a partir de um pequeno número de

78. De acordo com Velho (1991) *apud* Pessanha e Wilkinson (2005, p. 16), “A expressão erosão genética se refere à perda geral da diversidade genética, resultante da extinção de diferentes variedades. À medida que a erosão genética ocorre, menos opções de escolha genética são deixadas aos melhoristas, elevando, portanto, o grau de uniformidade genética, o que, por sua vez, aumenta a vulnerabilidade das culturas às forças ambientais, tais como adversidades climáticas, doenças e pragas. Esse aumento de vulnerabilidade ocorre porque variedades com composição genética similar (base genética estreita) tendem a reagir da mesma maneira às forças ambientais. No longo prazo, a redução da diversidade genética acaba ameaçando a adaptabilidade e, portanto, a sobrevivência das variedades de plantas remanescentes, pois não se pode mais dispor, para fins de melhoramento, das características valiosas embutidas no germoplasma de espécies extintas”. A expressão desse processo pode ser balizada pela afirmação de Mooney (2003, p. 193): “No início dos anos de 1980, avisamos aos governos, na FAO, que, significativamente, mais da metade da diversidade genética dos cultivos do mundo já estava perdida. Além disso, sugerimos que mais de 95% da diversidade dos cultivos principais estaria extinta nos campos em 2000. Por motivos agrícolas industriais, 95% (ou mais) da diversidade genética dos cultivos foi perdida”.

79. A possível erosão dos recursos genéticos vegetais é uma “ameaça que pode surgir a partir de mecanismos de seleção natural que fazem com que plantas transgênicas se tornem invasoras e dominantes num habitat agrícola natural, ou pelos mecanismos do mercado, apoiados em mudanças nos regimes de propriedade intelectual, que levam à expropriação dos direitos do produtor de replantar as suas sementes e manter as suas variedades locais”. (FONTE, 2005, p. 2-3)

genitores, o que se explica pela expectativa de obtenção de resultados positivos mais fáceis *vis-à-vis* projetos mais originais. Os esquemas de seleção partem, geralmente, das melhores variedades que são cruzadas para criar novas variedades, e a seleção se faz como num funil, reduzindo progressivamente a base genética na qual se funda e deixando de utilizar a totalidade da variabilidade genética disponível. (PESSANHA; WILKINSON, 2005, p. 15)

Esse processo, em linhas gerais, demonstra contradições, como o acesso à base genética pública pela iniciativa privada e, posteriormente, o acesso – pelos trabalhadores, por exemplo – ao produto “resultante”. Enquanto o acesso à primeira é livre, em relação ao segundo, requer compra. A busca das resoluções técnicas para objetivar interesses a curto prazo passa a inviabilizar as estratégias a longo prazo. Vemos, então, que:

Há, portanto, uma tensão no processo de melhoramento [...]: a eficácia de curto prazo necessita de redução da base genética, enquanto que a eficácia a longo prazo implicaria contrariamente a manutenção de uma base genética ampla, de modo que a escolha de técnicas mais eficazes a curto prazo tem gerado o abandono das técnicas eficazes a longo prazo [Joly e Hermitte, 1991]. (PESSANHA; WILKINSON, 2005, p. 15)

Esses dois aspectos, trazidos por Pessanha e Wilkinson, aplicam-se no que diz respeito à “temporalidade” entre a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar. A manutenção da base genética ampla e diversificada é fundamental para se pensar projetos de longo prazo e a soberania alimentar, tendo em vista que a alimentação humana é originalmente dependente da diversidade e variabilidade genética.

O desenvolvimento de produtos da biotecnologia moderna e da engenharia genética articula-se com outras demandas econômicas, políticas e jurídicas. Ou seja, o desenvolvimento de novos produtos pelas grandes corporações, bem como a sua utilização nos diversos recantos do planeta, exige medidas de controle e de intervenção em outras dimensões. Por exemplo, na política e no arcabouço jurídico, para que, somados e articulados ao controle técnico-científico, se estabeleça uma cadeia de

relações que objetivem, além da monopolização das fontes da vida e dos recursos naturais, as condições para a utilização dessas técnicas e tecnologias privadas, garantindo, de maneira ampliada, os lucros às grandes corporações desses setores⁸⁰.

Por entender ser oportuno, antecipo algumas questões – que serão posteriormente lapidadas – concernentes aos princípios que fundamentam as tomadas de decisões, práticas econômico-políticas, a perspectiva dos debates, bem como alguns marcos legais que buscam regulamentar a implementação desse processo. Tratam-se dos processos em disputa econômica e das perspectivas perante o tema que incidem na adoção dos princípios jurídicos que regulamentam as ações práticas, assim como a tomada de decisões por parte da racionalidade estatal no que concerne à produção e ao consumo de alimentos transgênicos.

Como já mencionado, há uma divisão política e de perspectiva entre os Estados Unidos e a União Europeia quando o assunto é a utilização dos produtos oriundos da biotecnologia moderna⁸¹. Esses princípios e perspectivas embasam a implementação prática da política e incidem nos critérios e recomendações das avaliações de riscos.

Há uma disputa entre interesses econômicos e pontos de vistas opostos, que se confrontam inclusive no que se refere à adoção de princípios jurídicos para a tomada pública e governamental de decisões sobre a produção e o consumo de alimentos transgênicos. Em geral, os atores favoráveis à liberação imediata dos transgênicos fundamentam sua posição nos *princípios de equivalência substantiva e do benefício da dúvida*, como no caso dos EUA e das empresas transnacionais detentoras da tecnologia, enquanto os atores contrários a esta liberação aderem ao *princípio da precaução*, como no caso dos governos,

80. São exemplos disso: pressões internacionais pelo fortalecimento dos direitos de propriedade, patenteamento (ou seja, uma malha de leis acerca da propriedade intelectual), propriedade industrial e lei de cultivares etc., fundamentalmente na direção da “harmonização” das técnicas e lógicas de controle.

81. É importante destacar que esses princípios que estão em jogo são, de maneira contraditória, implementados em países em desenvolvimento no que diz respeito ao conteúdo formal da norma jurídica reguladora e ao conteúdo material efetivamente realizado. Exemplo disso é o Brasil, que, do ponto de vista das normas, possui certa “rigorosidade” e se embasa fundamentalmente no “princípio da precaução”, porém, efetivamente, os interesses econômicos e de mercado acabam por interferir na tomada de decisões e defini-la, descartando a aplicação da norma.

algumas empresas alimentares, organizações civis e a população europeia. (PESSANHA; WILKINSON, 2005, p. 25-26, destaques nossos)

Esses aspectos, na verdade, externam e aplicam o conflito de valores e de interesses em torno da questão dos transgênicos e, sobretudo, de sua difusão. Fundamentalmente, são perspectivas conflituosas, mas intrassistêmicas, que incorrem em posições diferentes no que concerne à difusão do produto transgênico. Além disso, inserem-se nos debates científicos e nos dispositivos e critérios de análise e regulação de risco desses produtos. Esses elementos são importantes, porque demarcam sobremaneira a “forma” e o “conteúdo” das normas e dos processos que adentram ao arcabouço jurídico, bem como a efetiva implementação na materialidade social e nas condições de utilização dessas tecnologias.

Os Estados Unidos, o Canadá e a Argentina, os produtores mais importantes de transgênicos, apoiam o “**princípio de equivalência**” como base de regulação de riscos, *o que implica que um produto transgênico pode ser desregulado se se considera que ele não apresenta um risco maior que a sua contrapartida convencional*. A União Europeia, por sua parte, apoia o “**princípio de precaução**”, *que justifica uma ação preventiva contra o risco de danos graves e irreversíveis, mesmo que a prova científica não seja conclusiva*. (FONTE, 2005, p. 3, destaques nossos em negrito)

É relevante destacar que não se considera a possibilidade de alcance de uma “segurança absoluta” em relação aos riscos dos produtos transgênicos. Isso significa dizer que toda e qualquer aprovação de transgênicos traz, em si, riscos e incertezas em maior ou menor grau. De acordo com Pessanha e Wilkinson:

No sistema de biossegurança vigente, a avaliação de um alimento geneticamente modificado visa o estabelecimento de sua *equivalência substancial* e não trata de *segurança absoluta*, vista **como uma meta inatingível**. O objetivo é garantir que o alimento e quaisquer substâncias que tenham sido nele introduzidas sejam tão seguros quanto os seus análogos convencionais. (PESSANHA; WILKINSON, 2005, p. 26, destaques nossos em negrito)

Os elementos acima são instituídos pelas bases materiais e sociais e incidem nas formas e nos fundamentos jurídicos, políticos e científicos que balizam o debate, os encaminhamentos e as decisões políticas. Além desses aspectos, outras questões devem ser levadas em consideração ao tratar do tema em sua totalidade. Exceto algumas experiências e alternativas, é o poder econômico que, em larga medida, decreta e constitui a historicidade e a natureza do “objeto científico” – como veremos no capítulo 4 ao discutirmos a questão da formação humana – a partir dos pilares fundamentais do modo de produção em um específico período histórico. Determina, portanto, o argumento de autoridade acerca do tema em questão. Logo, desenvolve as condições objetivas (político-instrumentais) para, com esse controle científico, além de efetivamente construir a dominação – e certa unidimensionalidade – da ciência e do processo produtivo, obstruir – no mesmo movimento – alternativas, impedindo o campesinato de desenvolver seus procedimentos de produtivos e de conhecimentos e, conseqüentemente, de gerar alimentos de boa qualidade, alinhados à natureza, à biodiversidade em suas temporalidades.

O que se nota, no entanto, é que esse processo marginaliza e subordina o conhecimento científico-popular – por possuir outros valores e fins, não ser oriundo de métodos genuinamente artificiais nem ser desenvolvido nos centros de pesquisa, mas na base material natural e na comunidade onde esses saberes são aplicados e socializados. Desse modo, as biotecnologias modernas contribuem na dominação sobre os camponeses e povos tradicionais, bem como, a cada ano que passa, são determinantes para a diminuição sistemática das espécies naturais e da diversidade genética.

A biotecnologia e a transgenia, da forma como têm sido utilizadas na produção agrícola, são técnicas reducionistas que promovem as monoculturas e produzem severa erosão genética. Sem mencionar os efeitos nocivos que o consumo de seus produtos causa à saúde humana, são técnicas que eliminam a diversidade biológica. *E isso impede o melhoramento genético natural das produções.* (MACHADO, 2012, p. 48, destaques nossos)

Inseridos na lógica de acumulação do capital, esses processos atingem os povos do Campo e colocam em suspenso as condições – fundamentais e estratégicas, atuais e futuras – de implementação da soberania alimentar por, pelo menos, três frentes: 1) pela imposição/indução da monocultura e, portanto, a diminuição, e até o “fim”, da diversidade biológica e de produção das/nas pequenas unidades de produção camponesas; 2) pela causa da erosão genética e danos na biodiversidade; e 3) pela “dificultação” e até mesmo o impedimento do melhoramento genético natural.

Desse modo, o controle científico das “fontes da vida” não traz apenas o controle da base genética e de formas de produção, mas, fundamentalmente, torna-se imperativo da necessidade objetiva de intervenção e regulamentação em outras áreas e setores – para que comportem as exigências do mercado, portador, em seu escopo, dessas estratégias. Podemos destacar a incidência das pressões políticas sobre os poderes dos Estados-nação – sobre as funções e poderes do Estado – para a inovação do arcabouço jurídico e implementação das peças legais e das políticas “públicas” que ratifiquem e garantam os processos objetivos de adentramento e utilização dessas tecnologias em seus territórios⁸².

O enlace com a necessidade de regulamentação jurídica correspondente se dá pelo fato de que, nesse processo, transformam-se os recursos naturais e recursos genéticos de “bens” públicos e livres para uma condição de “bem” privado. Nesse sentido, as relações sociais motivadas por essas contradições e inovações devem pautar-se por essas normas específicas. E, dada a (cor)relação de forças imbricadas, a prescrição legal passa a ser a expressão do direito – das corporações – que está sendo introduzido por esse processo anteriormente analisado. A sua incidência no arcabouço jurídico se impõe porque o poder econômico busca as suas garantias, tendo em vista que:

82. A exemplo dos países – como o Brasil – que, quando assinaram a CDB, da qual veremos mais detalhes adiante, se comprometeram a discutir e aprovar peças legais com o intuito de regulamentar o acesso aos recursos genéticos, bem como organizar um arcabouço jurídico que correspondesse à implementação dos princípios e diretrizes trazidos pela referida convenção. Considerando a relação entre infraestrutura e superestrutura, vemos que uma peça legal é resultado da relação de forças e das bases materiais. Sobre essa questão, o que se efetivou com esse processo é que “os recursos genéticos que antes eram vistos como patrimônio da humanidade são colocados sob a soberania dos Estados nacionais no intuito de compatibilizar o seu uso sustentável, agora valorizado pelos avanços da biotecnologia e a proteção dos direitos das comunidades tradicionais e dos povos indígenas”. (PESSANHA; WILKINSON, 2005, p. 61, destaques nossos)

Trata-se de uma transformação do *status* dos *recursos genéticos*, que *passam de uma condição de bens livres para uma condição de bens privados de alto valor*, num contexto em que houve uma mudança na percepção pública dos riscos e das incertezas envolvidos na aplicação das novas biotecnologias ao sistema agroalimentar. (PESSANHA; WILKINSON, 2005, p. 41, destaques nossos)

As bases regulatórias, por vezes “contrárias” aos interesses das corporações, mas que, em grande medida, deixam brechas interpretativas, são costumeiramente tensionadas e questionadas juridicamente. Não entraremos em detalhes na análise desse fenômeno, mas é importante destacar que existe uma forte “judicialização” do processo de disputa⁸³. É, no entanto, mais um dos instrumentos e estratégias de se fazer valerem os interesses hegemônicos e a imposição de obrigações e de dependência sobre os produtores que utilizam essas tecnologias, num sistema de controle e com previsões punitivas sem precedente. Caso emblemático e exemplo dessa situação foi a judicialização do debate e do conflito de interesses acerca da utilização e liberação do cultivo comercial da soja Roundup Ready da Monsanto. Sem entrar em mais detalhes⁸⁴, acaba que,

83. “A ‘judicialização’ da política e dos conflitos é uma das consequências da consolidação dos direitos legais e refere-se à crescente expansão do Poder Judiciário e dos métodos judiciais, especialmente o poder de revisão das ações dos Poderes Executivo e Legislativo. Os processos envolvendo a produção/comercialização de sementes e grãos transgênicos demonstram a magnitude dos conflitos e interesses públicos e privados em torno seja do status dos recursos genéticos, seja dos riscos envolvendo a aplicação da engenharia genética ao sistema agroalimentar e seus efeitos sobre o meio ambiente”. (PESSANHA; WILKINSON, 2005, p. 42) Esse processo de “disputa” se dá pelo conflito de interesses e perspectivas, por vezes, entre as corporações e governos/Estados-nação, ou é movido e provocado pelas organizações civis e sociais, sobretudo, no que diz respeito ao alimento e a danos ao meio ambiente.

84. Enviado à CTNBio pela Monsanto em 1998, sendo o pedido aprovado em 29 de setembro do mesmo ano. Devido a um conjunto de irregularidades no processo de aprovação pela CTNBio, desrespeitando, inclusive, os espaços formais e protocolos, por exemplo, pela ausência de *quórum*, somado aos frágeis, e até mesmo inexistentes, estudos de possíveis danos ao meio ambiente e à saúde humana, tal decisão induziu a um processo intenso de judicialização. Com base no Código de Defesa do Consumidor, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e o Greenpeace moveram ação pública contra a Monsanto e a União. As bases para a ação pautaram-se na falta de estudos nacionais acerca da questão, bem como de estudos de impacto ambiental e de transparência no debate. Ainda em setembro de 1998, a 11ª Vara da Justiça Federal concedeu liminar proibindo a União de autorizar plantio e comercialização de soja transgênica, o que desencadeou um descompasso – e, por vezes, um vazio jurídico – entre a norma jurídica básica para a regulamentação da “produção” e o que ocorria de fato na

no final da cadeia de mediações – e implementação das normas –, incide em controle e dominação de quem utiliza a tecnologia. Embora com os olhos e o contexto desse tempo, esse processo se torna ilustrativo para compreendermos as “artimanhas” e formas estruturadas da razão capitalista que afetam a materialidade social. Nesse caso, ao decidir plantar a semente transgênica, o agricultor devia subscrever/assinar o Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta (TCRAC), que, dependendo da situação, aplica sanções estendidas a outras demandas, como o acesso a créditos advindos de instituições oficiais.

Analistas afirmam que o texto da medida provisória n. 131 não livraria da ilegalidade os agricultores que decidissem plantar soja transgênica em 2002, já que a medida provisória permite que agricultores plantem sementes multiplicadas e guardadas por eles próprios a partir do cultivo ilegal de soja transgênica na safra anterior. *O agricultor que plantar a semente transgênica e não assinar o TCRAC cometerá ato ilícito.* Ao assinar o TCRAC, o agricultor declara estar usando semente obtida de sua própria lavoura da safra 2002/2003, plantada ilegalmente com soja transgênica. Ocorre que a medida provisória não libera o agricultor do crime cometido anteriormente, de modo que na prática o agricultor poderá ser processado por ter descumprido a lei no ano anterior, e poderá ser julgado por descumprimento [...] de toda a legislação vigente. [...]

Assim, o agricultor que decidir plantar a semente transgênica e não assinar o TCRAC cometerá crime e não estará protegido pela lei; e o agricultor que assinar o TCRAC para plantar a soja transgênica estará confessando um crime sujeito a todas as penalidades previstas em lei. Além do mais, o agricultor será responsabilizado por qualquer dano

materialidade. O entendimento primeiro foi que ficaria suspensa a liberação até o governo definir regras de segurança e rotulagem de OGMs. Contudo, em 1999, o governo federal se posiciona favorável ao cultivo e comercialização de OGMs, mas ainda a Monsanto teve alguns empecilhos juridicamente, dado que os recursos por ela impetrados sofreram algumas derrotas e a manutenção da proibição. Mas, logo depois, um conjunto de peças legais buscou regulamentar esse processo, incluindo, entre várias, a Medida Provisória (MP) n° 131, de 26/9/03, que estabeleceu normas para plantio e comercialização de soja transgênica para a safra de 2004, o que deixa – juntamente com outras peças legais – possibilidades de judicialização do processo. (PESSANHA; WILKINSON, 2005) Essa referência ajuda a compreender o assunto e o ritual por que passou o debate de maneira mais detalhada e aprofundada.

ambiental provocado pela soja transgênica, e estará sujeito a pagar os royalties ou indenizar a Monsanto, já que a assinatura do TCRAC provaria a violação dos direitos de propriedade intelectual (PESSANHA; WILKINSON, 2005, p. 75, destaques nossos)

Soma-se a essas estratégias a necessidade de criação de leis, como a Lei de Biossegurança, e espaços oficiais, como a CTNBio, nos quais realizar os “rituais” de análises e de “discussões” que materializem a legalização e, portanto, a suposta aplicação do “princípio de precaução” acerca dos produtos com potenciais riscos à natureza e ao ser humano. Logo, a materialização do processo condiz com interesses exógenos e precedentes⁸⁵.

É preciso dizer, também, que ninguém nessa comissão foi eleito, não havendo, portanto, legitimidade democrática para a tomada de decisões dessa envergadura. Não bastasse isso, verifica-se um claro desrespeito às próprias instruções normativas. Esses problemas formais iniciam desde a não adequação dos processos enviados pelas empresas às normas internas aprovadas e se estendem até os procedimentos envolvendo a discussão dos pareceres e o encaminhamento de votações. *Constatei e deixei registrado em atas, que nessa comissão não há ambiente para a discussão científica, pois não se aceita a divergência e as críticas não são bem-vindas.* O “resultado das votações” já está praticamente pré-definido pela escolha dos membros, tendencialmente a favor de liberações de transgênicos no meio ambiente. Constatamos uma pressa desnecessária em encaminhar os processos logo para a votação, reduzindo o tempo de discussão de riscos. Mas, independentemente das breves e eventuais discussões, quando elas acontecem, constatamos que o resultado das votações não se altera [...]. (ANDRIOLI, 2017, p. 3, destaques nossos)

85. “[...] é necessário afirmar que, com base na minha experiência de participação na CTNBio, a realidade de aprovação generalizada de eventos transgênicos no Brasil está muito distante daquilo que a sociedade pode imaginar ao consumir produtos deles derivados, nos quais deve constar em rótulo a informação que passaram pela análise técnica dessa comissão. Inicio dizendo que, diferente do que estabelece o art. 225 da Constituição Federal de 1988 em seu Inciso IV, não são apresentados estudos prévios de impacto ambiental, atestando a inexistência de riscos ao meio ambiente. As Liberações Planejadas no Meio Ambiente (LPMAs) se restringem a avaliar a eficácia das tecnologias e são pobres em detalhes até sobre esta questão”. (ANDRIOLI, 2017, p. 1)

A área político-financeira também tem sua cota de auxílio ao processo de introdução dessas novas tecnologias, através da vinculação do fundo público para operacionalizar ações correspondentes a esses interesses. Vemos, então, que, a cada nova “descoberta/manipulação”, ou “produto novo”, se exige, a partir do binário “dominação-dependência”, a harmonização e a adaptação de mecanismos jurídicos e de controle para fazer valer os interesses e as novas prerrogativas de dominação trazidos e ampliados pela biotecnologia moderna e pela engenharia genética.

Compondo e correspondendo a esse processo todo, está a prática de “patenteamento”, através da qual se efetivam as estratégias de “dominação e expropriação do conhecimento” que foi desenvolvido durante séculos pelos camponeses e povos tradicionais. Isso é demonstrado porque, em regra, as decisões tomadas por órgãos de patentes no mundo não levam em consideração o entendimento de que tanto os recursos naturais e biológicos quanto os elementos culturais compõem patrimônio da humanidade.

No acesso a esses recursos e ao saber tradicional, violam-se frequentemente os princípios da Convenção sobre a Diversidade Biológica. Os chamados prospectores biológicos não pedem licença nem ao governo nem às comunidades locais [...]. Essa apropriação indébita de recursos biológicos até o ponto do patenteamento é chamada de “biopirataria”. **A decisão do órgão de patentes não leva em conta como o requerente da patente obteve o material biológico. O sistema internacional de patentes ignora completamente os esforços prévios dos que preservaram a biodiversidade.** Os direitos de propriedade dos proprietários originais e seu saber tradicional não são reconhecidos. (NILLES, 2003, p. 117, destaques nossos em negrito)

Considerando o entendimento acerca do “desenvolvimento desigual e combinado”, e que as decisões econômicas das grandes corporações têm incidência no mundo todo, as tecnologias oriundas dos processos da biotecnologia e da engenharia genética – “melhoramento” e “criação” de “novos” produtos – complementam-se ao processo de patenteamento, com novas interpretações e estratégias de atingir outras dimensões do processo produtivo, como veremos, tendo em vista que, a partir desse

procedimento, há a garantia político-jurídica para a privatização do patrimônio genético⁸⁶.

[...] a tendência geral de fortalecimento das legislações de propriedade industrial, gerada pelo advento dos novos produtos e processos biotecnológicos, tem também efeitos significativos sobre a segurança alimentar. Historicamente, é possível afirmar o fortalecimento dos direitos de propriedade intelectual sobre biotecnologias e recursos genéticos reflete uma tendência a longo prazo de transição do *status* dos recursos genéticos, que passam de uma condição de bens livres sem valor monetário para uma condição de bens privados de alto valor [Pessanha, 1993]. (PESSANHA; WILKINSON, 2005, p. 18)

Desse modo, além de promover a acumulação do capital para as grandes corporações, objetiva as condições para a dominação de grande parte dos povos e nações. O exemplo disso é que, “Enquanto 90% da biodiversidade encontra-se nos países em desenvolvimento, 95% de todas as patentes biológicas estão hoje concentradas nas mãos de atores dos países industrializados”. (NILLES, 2003, p. 117)

Contudo, esse processo não é uma via de mão única. Há contradições no percurso. Os camponeses e povos tradicionais, através de suas organizações e movimentos sociais, defendem e desenvolvem experiências contrárias a esse projeto reducionista e privatista, e que há lugares para proteger as sementes, a diversidade genética e outras fontes de patrimônio genético. Esses lugares são a natureza, as comunidades, os agroecossistemas, a pequena unidade de produção sustentável, a “memória coletiva”. Definitivamente, não são as redomas tecnológicas e laboratórios científicos dos centros de pesquisas sob o controle do poder privado.

86. Um exemplo desse processo pode ser dado pela patente de milho 744 888. “Em agosto de 2000, a empresa DuPont, recebeu do Órgão de Patentes (EPA) a patente EP 744 888, que abrange todas as variedades de milho que ultrapassam determinado teor de óleo e ácido oleico. Não se trata de uma manipulação genética, mas de um teor natural. Também se reivindicam direitos sobre a chamada cadeia produtiva, de ração e de alimentos, bem como a sua utilização. [...] Nisso, a proteção da patente não está vinculada a um modo de produção específico. Decisivo é exclusivamente o teor maior de óleo, completamente independente do modo e da forma da produção do milho. Com isso, a empresa delimita uma área muito abrangente, que lhe assegura direitos legais também sobre plantas e possibilidades de aproveitamento de milho que ainda são desconhecidas”. (NILLES, 2003, p. 119, destaques nossos)

1.3.2.3. Sobre os riscos e incertezas

Considerando a totalidade da análise aqui desenvolvida, vemos que existem muitíssimas razões para o receio frente aos riscos oriundos e potenciais desse processo, a partir das biotecnologias modernas. Assim, a preocupação e a precaução acerca dos impactos negativos sociais e ambientais, à biodiversidade, que os OGMs podem causar geraram grandes debates, levando, por exemplo, à elaboração e à aprovação do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, da Convenção sobre Diversidade Biológica⁸⁷. É oportuno destacar que, se foi e é necessário proceder sob medidas e normas de “segurança”, é porque o fundamento do processo está fortemente assentado nas “tendências” de riscos e danos à natureza e à sociedade. O referido protocolo, no entanto, não deixa de ser um consenso – “pelo alto” – dos interessados, ou seja, das grandes corporações, e expressa um conjunto de contradições, já que é a formatação de defesa das “positividades” resultantes das inovações, tomando um conjunto de precauções.

Ao reafirmar a abordagem da precaução contida no princípio 15 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o protocolo traz a seguinte afirmativa, que manifesta a sintomática trazida anteriormente:

Ciente de que a biotecnologia moderna se desenvolve rapidamente e da crescente preocupação da sociedade sobre seus potenciais efeitos adversos sobre a diversidade biológica, levando em consideração os riscos para a saúde humana; Reconhecendo que a biotecnologia moderna oferece um potencial considerável para o bem-estar humano se for desenvolvida e utilizada com medidas de segurança adequadas

87. Resultado dos indicativos da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento que apareceram na ECO 92. O referido protocolo é um acordo internacional sobre biossegurança, que entrou em vigor em 2003, e é um complemento da Convenção sobre Diversidade Biológica que ocorrera em 2000. O principal aspecto a ser destacado, no qual se pauta o protocolo, é o “princípio da precaução”. Nesse sentido, visa contribuir para garantir um nível adequado de “proteção” na transferência, no manuseio e no uso seguro de organismos produzidos pela biotecnologia moderna, por, potencialmente, terem efeitos negativos e de alto impacto na conservação e no uso sustentável da diversidade biológica, bem como evidentes riscos para a saúde humana. É importante destacar que, fundamentalmente o protocolo indica que as decisões devem levar em consideração o “equilíbrio” entre saúde pública e “benefícios” econômicos. No Brasil, o protocolo é promulgado pelo Decreto nº 5.705 de 16/2/06.

para o meio ambiente e a saúde humana; Reconhecendo também a importância crucial que têm para a humanidade os centros de origem e os centros de diversidade genética; Levando em consideração os meios limitados de muitos países, especialmente os países em desenvolvimento, de fazer frente à natureza e dimensão dos riscos conhecidos e potenciais associados aos organismos modificados [...]. (SENADO FEDERAL, 2011, p. 48)

Quando se trata da utilização dessa tecnologia para a produção de cultivos gerais e, em especial, alimentos, constitui-se, como ponto nodal, a questão das análises de riscos ao meio ambiente e à saúde humana e animal. Nesse ínterim é que entra o conceito de “segurança” alimentar e ambiental, especificamente ao que se refere aos OGMs, e que tem pautado grandes debates no seio da comunidade científica⁸⁸.

O debate, partindo de pontos de vista diferentes e contraditórios, demarca não só o posicionamento perante o tema – com os riscos e incertezas –, mas, sobretudo, expressa perspectivas distintas de projetos societários e, portanto, do lugar e da função da ciência e da tecnologia num projeto de desenvolvimento, e como esses processos em discussão contribuem para o enfrentamento dos problemas de fome.

As pesquisas que apontam para a existência de riscos para a saúde humana e ambiental são em grande número. Há uma gama de riscos indicados, mas poderemos exemplificar alguns a partir da literatura acessada. Concordando com Riechmann:

Existem *quatro grandes tipos de riscos* que seria preciso analisar:

- 1) *Riscos sanitários* (por exemplo, potencial alergênico dos novos alimentos recombinantes, ou difusão de novas infecções por meio de xenotransplantes);
- 2) *Riscos ecológicos* (por exemplo, redução da biodiversidade silvestre, ou contaminação de solos ou lençóis aquíferos por bactérias geneticamente manipuladas para expressarem substâncias

88. Destaca-se que esses elementos que envolvem transgenia e biotecnologia, entre outros aspectos, são incorporados ao conceito de segurança alimentar mais recentemente, dadas as questões nutricionais relacionadas e de saúde. Como veremos nos itens próximos, o conceito de segurança alimentar, a partir de sua origem, vai ganhando sentido e capacidade explicativa baseados em um contexto mais “geopolítico” e, portanto, por um viés econômico-político. Depois, dadas as condições objetivas, como estamos vendo, a discussão nutricional passa a compor o seu conteúdo histórico.

químicas); 3) *Riscos sociopolíticos* (por exemplo, redução da biodiversidade agropecuária, ou aumento das desigualdades Norte-Sul), em decorrência de uma “terceira revolução verde” com base na engenharia genética; 4) *Riscos para a natureza humana* (por exemplo, difusão de ideologias e práticas eugênicas, ou criação de novas “raças” de seres humanos para fins específicos. (RIECHMANN, 2002, p. 58, destaques nossos)

Não será feita uma análise detalhada de cada um dos tipos de riscos, apenas complementaremos o entendimento com outros autores. A partir de estudos de Altieri e Rosset (1999), Pessanha e Wilkinson destacam:

[...] os pesquisadores ressaltam entre os possíveis efeitos das novas proteínas (transgênicas) atuarem como alérgenos ou toxinas; alterar o metabolismo da planta ou do animal, fazendo com que produzam novos alérgenos ou toxinas; alterar a composição nutricional dos alimentos, reduzindo as quantidades disponíveis de nutrientes essenciais ou elevando a quantidade de elementos danosos à saúde humana [...]. (PESSANHA; WILKINSON, 2005, p. 24)

Riscos, incertezas⁸⁹ e poder de controle e dominação sobre o campesinato são efeitos combinados – e limites objetivados tanto para a segurança alimentar e nutricional quanto para a soberania alimentar – desse processo e das estratégias de reprodução do capital no Campo. Vemos, por exemplo, a identificação de diversos potenciais riscos ecológicos e de contaminação genética espontânea⁹⁰ pelas variedades transgênicas.

89. Inúmeros casos e causas de danos à saúde humana foram verificados e anunciados. Por exemplo, para citar alguns, as reações alérgicas em cidadãos norte-americanos a partir do consumo do “milho Starlink”; reação alérgica em seres humanos ao feijão transgênico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); aumento no teor graxo da soja RR, o que comprova a necessidade de mais investigações acerca dos impactos dessa cultura à saúde humana. (PESSANHA; WILKINSON, 2005)

90. Informações mais completas e pertinentes são encontrados, nas obras aqui consultadas, Riechmann (2002) e Pessanha e Wilkinson (2005). Mas vale destacar que se deve ter cuidado sistemático com a imprevisibilidade desses produtos sobre o meio ambiente. Como indica Riechmann (2002, p. 65), “Deve-se insistir em que os experimentos em laboratório não podem prever com certeza o comportamento do organismo transgênico no meio ambiente, que faz as vezes de laboratório toda vez que um produto é introduzido”. As lições são diversas, mas, fundamentalmente, como vimos, a aplicação e utilização das biotecnologias modernas e seus

Os engenheiros genéticos se empenham em levar ao extremo as propriedades mais extremadas de certos organismos: manipulação genética para obter mais toxidade, mais resistência contra os tóxicos, maior capacidade de sintetizar produtos químicos, maior capacidade de infecção, maior resistência contra a infecção, maior desenvolvimento corporal, maior definhamento corporal... É claro que, de modo geral, *levar ao extremo os extremos significa criar riscos de desestabilização (ou ruptura) dos complexos equilíbrios naturais e sociais existentes*, salvo se for possível um controle absoluto dos organismos extremosos. Eis o problema: *a vida é essencialmente incontrolável*. (RIECHMANN, 2002, p. 59)

Desse modo, o advogado controle dos riscos constitui-se numa falácia, tendo em vista que, fora dos procedimentos induzidos, tutorados e observados – como nos casos laboratoriais –, não há certeza de similaridade de reprodução desses produtos quando colocados na natureza. Vários aspectos acerca dessa questão já foram tratados, como o caso dos riscos das “contaminações biológicas”⁹¹, “transferência horizontal de genes entre diversas espécies”⁹², “polinização cruzada”⁹³, entre outros.

Mediante essa materialidade produtiva, econômica e social é que os valores proclamados no arcabouço jurídico indicam princípios nas tomadas de decisões acerca da liberação, cultivo e comercialização de OGMs, mas que, na implementação prática, tornam-se relativos.

produtos são determinadas por interesses econômicos e políticos, relegando a segundo plano a seguridade do meio ambiente e humana. O que tem sido visto, no entanto, é a materialização contraditória. Como destaca Riechmann (2002, p. 64), “Os ‘tecnóentusiastas’, partidários do rápido desenvolvimento comercial das novas biotecnologias, asseguram que os controles são rigorosos e os riscos ecológicos são levados em consideração, mas na maioria dos casos eles se enganam e/ou nos enganam. É muito difícil fazer prognósticos no longo prazo a respeito do comportamento dos OGMs em ecossistemas complexos: o número de interações possíveis entre os parâmetros determinantes é muito grande. No entanto, anteriores invasões de ecossistemas por plantas ou animais exóticos (bioinvasões) permitem sim prever os danos possíveis”.

91. De acordo com Riechmann (2002, p. 59), “Existe uma diferença fundamental entre contaminação química e ‘contaminação biológica’: a segunda está viva, pode multiplicar-se e propagar-se”.

92. Se dá “[...] por meio de vetores utilizados na engenharia genética – vírus ou plasmídeos manipulados geneticamente –, pode acarretar graves problemas de ‘contaminação genética’, e, no pior dos casos, o surgimento de ‘superpatógenos’ [...]”. (RIECHMANN, 2002, p. 59)

93. Há a possibilidade de transferência do OGM cultivado para espécies silvestres aparentadas com ele.

Do ponto de vista jurídico, podemos afirmar que a maioria das decisões tomadas no âmbito da CTNBio, na forma como ela tem funcionado, fere, no mínimo três princípios do Direito Ambiental: a *precaução*, a *sustentabilidade* e a *indenização*, restando fortes dúvidas em relação à *transparência*. Considerando que não há coexistência possível entre cultivos transgênicos e não transgênicos, se instituiu a possibilidade de contaminar a natureza desde as *liberações planejadas* no meio ambiente, fazendo valer uma normativa que, no caso das plantas de polinização aberta, como o milho, não é menos do que ridícula, em sua inadequação e insuficiência para conter o fluxo gênico. Com isso, *aos poucos, se extingue o direito de agricultores poderem produzir de outra forma*, conforme direito assegurado desde 1948 na Declaração dos Direitos Humanos da ONU, em especial o direito à alimentação e ao meio ambiente saudável. *O direito ao trabalho, neste caso, não é menos ofendido* porque um agricultor que deseje produzir milho não transgênico está impossibilitado de fazê-lo. *Poderá plantar, grãos limpos da contaminação, mas não saberá o que vai colher*, e não há o que possa fazer, de modo próprio, para impedir este fato. *E são milhões os agricultores familiares nesta situação*. (ANDRIOLI, 2017, p. 2, destaques nossos)

É notável, por exemplo, que as “liberações planejadas” e a “harmonização” das normas são a expressão do controle por uma “irresponsabilidade organizada” e a viabilidade da unidimensionalização do processo produtivo e de consumo.

Ao extinguir o direito de produzir de outra forma, também se extingue outro direito: a possibilidade dos consumidores poderem optar por outros produtos. E é sabido que *não há nenhum movimento de consumidores reivindicando produtos transgênicos*. O que *se verifica é o oposto, ou seja, a ampla maioria da população é contrária a esses produtos*, por uma diversidade de razões. Uma vez instituída a contaminação, como uma espécie de direito de pesquisador, se assume na regulação de transgênicos no Brasil o que o sociólogo alemão Ulrich Beck, internacionalmente famoso pelo seu conceito de sociedade de risco, denomina de “irresponsabilidade organizada”. E isso, com a con-

tribuição de cientistas, em defesa de um tipo de ciência reducionista, acrítica e decidida por voto de maioria! (ANDRIOLI, 2017, p. 2-3, destaques nossos)

Nessa mesma linha, é importante destacar que, devido à diferença fundamental entre “prever” e controlar riscos – tanto para o meio ambiente como para a saúde humana – num laboratório e, *a posteriori*, utilizar na natureza, as providências são tomadas apenas após observado e compreendido a uso do produto. Conforme Pessanha e Wilkinson (2005, p. 30),

No caso das novas tecnologias e dos alimentos transgênicos, o principal problema é o de que avaliações mais conclusivas só podem surgir após o produto ter sido produzido e consumido em larga escala pela sociedade, como num experimento prático em tempo real.

É notável, pela literatura acessada, que a Lei de Biossegurança, no interior dos Estados-nação, é o mecanismo que regulamenta esse processo, que, em grande medida, é a forma que garante a implementação dos interesses correspondentes e das condições prescritas e exigidas pelas grandes corporações. A norma legal, num contexto de relações de forças condensadas na base material e no interior da racionalidade estatal, expressa sobremaneira as condições fundamentais para a realização dos interesses hegemônicos. Como chamamos atenção anteriormente, é a implementação de um processo controlado. Aparenta positividade por evitar alguns exageros e atribuir certo grau de “autonomia” para países em desenvolvimento, fundamentalmente, mas vemos que, na (cor)relação de forças, o que predomina é a relação de dependência. E, nesse sentido, a CTNBio, por exemplo, corrobora com esse processo.

De acordo com a Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105, de 24/3/05⁹⁴), em âmbito nacional:

Artigo 10. A CTNBio, integrante do Ministério da Ciência e Tecnologia, é instância colegiada multidisciplinar de caráter consultivo e deliberativo, para prestar apoio técnico e de assessoramento ao Governo

94. Publicada no Diário Oficial da União em 28 de março de 2005.

Federal na formulação, atualização e implementação da PNB de OGM e seus derivados, bem como no estabelecimento de normas técnicas de segurança e de pareceres técnicos referentes à autorização para atividades que envolvam pesquisa e uso comercial de OGM e seus derivados, com base na avaliação de seu risco zoofitosanitário, à saúde humana e ao meio ambiente.

Parágrafo único. A CTNBio deverá acompanhar o desenvolvimento e o progresso técnico e científico nas áreas de biossegurança, biotecnologia, bioética e afins, com o objetivo de aumentar sua capacitação para a proteção da saúde humana, dos animais e das plantas e do meio ambiente. (SENADO FEDERAL, 2011, p. 20)

O que se nota, no entanto, é que, na avaliação dos produtos e de alimentos resultantes desse processo, concretiza a não aplicação fundamental de todos os procedimentos técnicos de biossegurança exigidos.

[...] a avaliação da segurança de um alimento geneticamente modificado deve envolver a investigação das seguintes variáveis: quantidades prováveis do alimento a serem consumidas pela população, incluindo o consumo médio e o extremo; descrição do alimento e do seu processo produtivo; histórico e qualquer possível efeito adverso à saúde humana relacionada ao organismo que está sendo modificado; descrição do processo de modificação genética; avaliação de possíveis efeitos adversos – nutricional, toxicológico ou microbiológico do alimento modificado –; e a avaliação de dados obtidos com pessoas que ingeriram o alimento modificado em condições controladas (Nutti e Watanabe, 2002). (PESSANHA; WILKINSON, 2005, p. 25)

Os processos de exames que identificam e avaliam os impactos e os riscos envolvidos na aplicação de novas biotecnologias comumente não são procedidos com rigorosidade. É verificável, através da literatura, que os encaminhamentos são expressivos e correspondentes aos interesses das corporações. No caso do Brasil, esse fenômeno é evidente, o que expressa um descompasso entre a obrigação prescrita da CTNBio e a sua real atuação, como fomos percebendo e expondo durante esta análise.

[...] a decisão técnica que assegura a inexistência ou irrelevância daqueles riscos se baseia, quase exclusivamente, em estudos realizados pelas próprias empresas interessadas na aprovação dos seus eventos. Poucos têm sido os casos em que os estudos produzidos pelas empresas são minuciosamente confrontados com estudos independentes, apesar destes últimos estarem cada vez mais disponíveis, especialmente em nível internacional. Nas oportunidades que presenciei a apresentação de estudos independentes, inclusive através dos meus pareceres, foi o comportamento de recusa e rejeição por parte da maioria dos membros que se manifestam nessa comissão, tentando desqualificá-los cientificamente, mas sem levar o debate adiante ou simplesmente desconsiderando sua importância. Esse tipo de atitude, somada ao fato da *maioria dos membros que participa da CTNBio serem pesquisadores da área de transgenia, portanto, potencialmente, interessados na aprovação desse tipo de tecnologia para suas próprias pesquisas, revela o caráter ideológico, sugestivo de fortes possibilidades de conflito de interesses e claramente pouco científico das aprovações realizadas no âmbito do trabalho dessa comissão.* (ANDRIOLI, 2017, p. 1, destaques nossos)

Vemos, então, que o “princípio da precaução” habita apenas as peças legais e o discurso hegemônico, com vistas a camuflar os verdadeiros interesses na introjeção dos produtos geneticamente modificados.

Assim, a biotecnologia moderna e a engenharia genética, sob a égide do capital, tornam-se limite estrutural para a implementação da soberania alimentar. Considerando a luta de classes e o interesse que veicula à soberania alimentar, a biodiversidade é base e condição material necessária para garantir a sua efetiva realização, além de ser direito fundamental e básico para a soberania dos povos. Os elementos discutidos neste item indicam a ameaça nas condições objetivas para a produção de alimentos.

É impressionante observar que *70% dos alimentos consumidos em todo o mundo são produzidos pela agricultura de pequena escala. As comunidades camponesas e indígenas, que produzem uma grande proporção destes alimentos, têm desenvolvido e conservado sementes durante milênios [...]. No entanto, hoje em dia as sementes estão*

ameaçadas em toda parte. A legislação limita cada vez mais o que os camponeses e camponesas podem fazer com as suas sementes e criminaliza-os, impedindo-os de exercer o seu papel como produtores de alimentos e ameaçando a nossa Soberania Alimentar. A destruição da biodiversidade agrícola também cresce a um ritmo alarmante: no final do Século XX, três quartos dos alimentos do planeta eram gerados a partir de apenas 12 espécies de plantas e 5 de animais. (WALTER; SUÁREZ; GRAAF, 2016, p. 8, destaques nossos)

Obviamente que se parte do entendimento de que a produção da ciência e do conhecimento nessas áreas não são um “mal em si”, tendo em vista que servem e contribuem com outras áreas estratégicas. Contudo, dadas as bases materiais de produção, assim como o que se converge em conteúdo concreto da perspectiva da soberania alimentar, vemos que são relações desafiadoras, tanto do ponto de vista epistemológico quanto do político⁹⁵. Desse modo, concordando com Mooney (2003, p. 197), “A razão para ir contra a engenharia genética poderá ser seguramente baseada no absurdo de se conseguir Soberania Alimentar através de manipulações que ignoram o contexto de vida daqueles que deverão ser alimentados”, bem como dos trabalhadores camponeses e povos tradicionais. São expressivos os diferentes limites.

As modificações dos germoplasmas só podem ser feitas artificialmente por meio de genética molecular, que tem altíssimos custos. E elas beneficiam apenas as multinacionais que as produzem, ao mesmo tempo em que implicam a total dependência dos produtores dessas empresas. *Isso leva ao comprometimento da Soberania Alimentar nos níveis local e nacional.* (MACHADO, 2012, p. 49, destaques nossos)

95. Retomando o que escreveu Riechmann sobre os riscos sanitários, ecológicos, sociopolíticos e para a natureza humana, citados anteriormente, é importante pensar o que se leva em conta nas decisões acerca das biotecnologias e da engenharia genética. Concordando com o autor, “Tenho a impressão de que hoje apenas os riscos do primeiro tipo – sanitários – estão sendo levados em consideração, de alguma maneira, nas decisões sobre biotecnologias que vão sendo adotadas; já as outras três categorias de riscos mal são consideradas ou nem são levadas em conta. Isto é inadmissível. Não tenho nada contra as técnicas de manipulação genética em si mesmas, mas denuncio relações de poder e propriedade e uma organização de P+D (Pesquisa e Desenvolvimento) que nos tornam estruturalmente incapazes de agir com a prudência que deveria prevalecer”. (RIECHMANN, 2002, p. 58)

O caminho teórico deste item vai explicitando um conjunto de aspectos que, além de já estarem fortemente estabelecidos, indicam a perspectiva de futuro sob essa lógica de desenvolvimento econômico, político e científico. Vemos que há um avanço rápido de uma “tirania” das grandes corporações que, cotidianamente, se expressam e interferem em diversas dimensões da vida social, que perpassam mediações, como vimos, inteirando e se realizando em “foros individuais”, por exemplo, influências e determinantes na “dieta alimentar”. O que temos, então, é a realização de “tirania e violência de novo tipo”, silenciosas, porém eficientes. Somam-se a isso os processos de industrialização e da transgenia, que estão estritamente imbricados com outras formas de controle, incidindo na inauguração e no fortalecimento da “ditadura” de um paladar uniforme e num prospecto ideológico que inclui uma falsa “diversidade e qualidade genética e alimentícia”.

Como destaca Carvalho:

A privatização do material genético pelas empresas multinacionais está sendo a via mais fácil e segura de controle oligopólico dos mercados mundiais de alimentos, estes indispensáveis para a vida humana. Portanto, o controle oligopolista das sementes, em especial das transgênicas e daquelas que vierem a lhe suceder, não afeta apenas a saúde humana e ambiental pelo que se desconhece dos seus efeitos no meio ambiente, em sentido amplo, mas, sobretudo, a Segurança Alimentar Mundial. (CARVALHO, 2003, p. 107, destaques nossos)

Vamos percebendo que o controle sobre o “patrimônio genético” é resultante de múltiplas determinações e, da mesma forma, tem incidência na relação substancial entre produção, armazenamento, distribuição e consumo de alimentos, afirmando uma perspectiva – oligopolizada – e negando e impondo limites à outra – democrática, justa e sob o controle dos povos –, como a que se vislumbra com a soberania alimentar. Assim como o modo de produção busca impor ao mundo um pensamento único, as grandes corporações, integradas cada vez mais, ou que procuram integrar todos os elementos e dimensões da cadeia alimentar, desde as sementes até a indústria mundial de alimentos, buscam, cada vez mais, terem o controle definindo e direcionando à “[...] natureza dos

alimentos a serem produzidos e consumidos; ensaiam estabelecer uma nova dieta alimentar de tendência universal construída a partir de apenas alguns produtos básicos que favoreçam os seus interesses oligopolistas [...]”. (CARVALHO, 2003, p. 112)

O que se materializa é uma imposição (violenta) que, tanto considerando seu aspecto objetivo quanto ideológico, tem incidência na destruição, primeiramente, mas também no descarte, na desvalorização daquilo que é autêntico, tradicional e autônomo, quando se fala de alimentação. Em contrapartida, a supervalorização da representação “fetichizada” do alheio e do processado⁹⁶.

Para além da redução e esterilização da biodiversidade, e, portanto, da diversidade genética, e combinados com isso, outros aspectos resultantes do desenvolvimento e da engenharia genética devem compor nossas preocupações. Assim, vemos o desenvolvimento desses produtos e processos científicos buscarem resultados convergentes e uma forte “inversão entre polos”, como o caso entre as sementes e os agentes químicos (insumos). É perceptível que, na atualidade, torna-se mais fácil e apropriado – aos interesses econômicos corporativos – manipular geneticamente e adaptar as sementes aos agentes químicos (por exemplo, aos herbicidas e outros), ou inseri-los nelas, do que desenvolver tecnologias químicas que possibilitem maior produtividade nas sementes, mas que pudessem resguardar o ambiente de maiores consequências negativas.

No entanto, isso também expressa contradições e limites. Esse processo tem destravado um círculo vicioso – em base material limitada – sem precedentes, e que, em longo prazo, se torna insustentável se não for modificado. É expressão dessa particularidade de uma crise estrutural

96. Ao considerar a capacidade explicativa do “desenvolvimento desigual e combinado”, vemos que esses aspectos são frutos desse processo. Por ser determinado autoritariamente pela mundialização do capital e pela ideologia neoliberal, territorializando suas formas de reprodução, ao mesmo tempo que milhões de camponeses foram – e continuam sendo – expulsos de suas terras, dada a correlação de forças objetivas e econômico-financeiras, tornaram-se, juntamente com povos indígenas e tradicionais, dependentes, reféns das tutelas políticas direcionadas, das ajudas governamentais de segurança alimentar e nutricional. A produção do “próprio alimento” ficou e continua a ficar cada vez mais impedida, e produtos locais, “des-territorializados”. Já o alimento produzido pelo “outro”, industrializado e fetichizado, além de ter sua produção completamente valorizada, tem sido também financiado. Não temos a comida de verdade, e ficamos refém da verdade sobre a comida, dada a carga ideológica acerca do consumo. As provocações e análises desta “nota” serão melhor desenvolvidas no decorrer da obra.

da forma de reprodução do capital. Vemos que, além da destruição ambiental e de sua diversidade genética, essas tecnologias sofrem sucessivas derrotas frente às reações da natureza. Porém, de acordo com essa racionalidade tecnicista e reducionista, essas reações são vistas como desafios limitantes à lógica, que devem ser superados e derrotados. Dada a prescrição do controle e dominação que foram constituídos, essas reações da natureza são também apropriadas e inseridas aos interesses do capital ao desenvolver novas tecnologias para combatê-las e transformá-las em novas técnicas de controle e de dominação, tanto da natureza como dos camponeses. Exemplo desse processo pode ser apreendido pela proliferação de pragas (insetos e ervas) que aparecem cada vez mais resistentes frente às sementes geneticamente modificadas e aos produtos químicos aplicados em diversos cultivos.

Considerando a perspectiva da soberania alimentar em suas múltiplas dimensões, temos, nesse modelo, decretada a sua inviabilidade. Em vez da biodiversidade e da diversidade genética necessárias para a materialização da soberania alimentar, “desenvolvidas e protegidas” pelos povos tradicionais e camponeses, na atualidade, temos uma “construção científica” de “variedades” que só têm lugar por ser dominada pelas grandes corporações. Portanto, protegida ao modo do capital privado e com o objetivo de obtenção de lucros.

Uma comissão de especialistas do Parlamento Alemão chegou à conclusão de que as estratégias dos conglomerados que apostam na tecnologia genética e na comercialização de sementes patenteadas fazem com que os alimentos se tornem escassos e mais caros. [...] A concentração da indústria de sementes em poucas variedades patenteadas, estéreis e/ou de alta produtividade, que prometem ganhos maiores, faz com que o espectro de variedades se torne cada vez menor. Também no âmbito das espécies, a diversidade vem diminuindo dramaticamente. (NILLES, 2003, p. 123-124)

Em síntese, esses processos encerram grandes linhas limítrofes e grandes riscos para a materialização dos princípios fundamentais advogados nas múltiplas dimensões da soberania alimentar. Primeiro, por ofenderem diretamente as “origens da vida” e as suas condições naturais de

reprodução, colocando em risco e de maneira sistemática a saúde animal, vegetal e, por consequência, humana. Segundo, pelo desenvolvimento combinado de fatores que incidem na restrição da diversidade genética, de plantas e gêneros alimentícios, e em forte controle, por meios jurídicos e políticos, do acesso a esses produtos. Ou seja, através da proteção às patentes, propriedade intelectual e variedades (híbridas e modificadas) desenvolvidas e controladas. Terceiro, porque a síntese desses processos é o desenvolvimento de um “biopoder” que destrava técnicas de controle e dominação nas diversas áreas e dimensões da vida econômica, política e social. Incidem, portanto, sobre os camponeses e povos tradicionais fundamentalmente, mas, também, sobre todas as pessoas, tendo inúmeros efeitos negativos reais, e outros potenciais, acerca das condições para a garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional.

As condições objetivas e o livre acesso pelos trabalhadores e povos tradicionais ao “patrimônio genético” – para uma agricultura sustentável – e aos recursos genéticos – para a alimentação diversificada, com qualidade biológica e nutritiva – constituem-se em pilares fundamentais do desenvolvimento dos cultivares que garantiriam a soberania alimentar.

1.4. FORÇAS SISTÊMICAS PERSUASIVAS E AS ALTERAÇÕES NOS HÁBITOS ALIMENTARES

Para início de reflexão, deixa-se claro que não se toma a questão dos hábitos alimentares como totalmente coerente e positiva quando relacionada ao problema da fome e da alimentação. Contudo, partimos do pressuposto de que a destruição e substituição desses hábitos alimentares originais, pelo desenvolvimento das relações do capital, inscrevem-se como problemas fundantes que envolvem as diferentes dimensões da questão alimentar, e que devem ser compreendidos com vista à superação de possíveis problemas por esse processo causados, bem como do que isso significa, como limite, para a concretização da soberania alimentar.

O processo de hegemonia ancorado em traços de dominação e homogeneização de hábitos alimentares é constructo de longa data. A literatura sociológica acerca da agricultura, fundamentalmente as elaborações que iniciaram as discussões acerca dos “regimes alimentares” (destruídos-

-instituídos), com o advento da lógica fordista de produção, demonstra que há um engendramento contraditório no seio das relações e dos fenômenos econômicos, políticos e sociais e das dietas alimentares. Correspondente a esses aspectos, demarcou-se, em certa medida, a natureza da relação entre os Estados nacionais e o sistema agroalimentar em escala mundial. (TRICHES; SCHENEIDER, 2015) De acordo com Harriet Friedmann, esse processo conta com pelo menos quatro séculos, e ganha mais força e intensidade nos últimos cem anos, quando se desvinculam, ou pelo menos enfraquecem, os enlaces relacionais mais próximos entre o homem e a natureza, e do homem perante os seus pares, em se tratando da providência alimentar, entre produção, consumo, quantidade e qualidade.

[...] a alimentação e a agricultura passaram a ser organizadas em escala mundial. A especialização da produção agrícola estendida entre continentes abriu um vasto espaço onde as pessoas e a origem dos produtos que consomem, entre o trabalho que realizam e os objetos que utilizam. Segundo a autora, a relação entre as pessoas, e, entre as pessoas e seu território tornam-se organizadas em uma escala para além da observação direta, o que para ela foi um divisor de águas na história humana.

Utilizando a alegoria do “Rei Midas”, Friedmann (1993a) aponta *dois princípios da agricultura industrializada: a durabilidade e a distância*. Para serem bons como o ouro, os alimentos deveriam durar como ouro e viajar tanto quanto ele. O princípio da distância refere-se ao esforço de tornar o local irrelevante. A localização da produção pode mudar tão rapidamente quanto as condições de mercado exigirem. Para que o alimento seja independente do local, é necessário que o seja do tempo. Alimentos que duram mais tempo podem viajar longas distâncias e esperar pelo melhor tempo, considerando as condições flutuantes do mercado. (TRICHES; SCHNEIDER, 2015, p. 7-8, destaques nossos)

O que está implícito nesses aspectos é, de fato, uma mudança no eixo central e nos pilares que sustentam o processo de produção dos alimentos. Sem despropósito, o que temos é uma substituição da natureza e da

necessidade humana pelo capital, como fator fundante⁹⁷. Ou seja, uma outra temporalidade e uma outra lógica. Novos imperativos é que dão o impulso. De modo prático, vemos o critério (princípio) da durabilidade opondo-se à lógica e ao tempo natural, bem como o critério (princípio) da distância opondo-se à potencialidade de produção do local, sua autonomia e a efetivação dos circuitos curtos (ou cadeias curtas) entre produção, circulação e consumo.

Como já destacava Josué de Castro (2008), a natureza (não modificada, transformada) não consegue – em geral – oferecer todas as condições e os nutrientes para uma boa alimentação, trabalhando com a hipótese da extração apenas. Há, portanto, a necessidade de transformar essa natureza, de forma deliberada e intencional, para que se tenha as condições de suprir todas as carências e necessidades alimentares⁹⁸. Na literatura analisada, podemos verificar, a partir de indicações resultantes de pesquisas, que existem hábitos alimentares não constituintes de uma alimentação adequada, por não atenderem a todas as necessidades orgânicas do indivíduo, confluindo em problemas de saúde.

É possível verificar, ainda, que esses problemas ocorrem tanto nas sociedades que cultivam formas de se alimentar pautadas na tradição e no costume, quanto – e principalmente – nas sociedades modernas, urbanizadas, onde a cultura de massa constitui o *habitus*⁹⁹, na qual não é na manutenção do hábito alimentar tradicional, mas, sobretudo, nesse *habitus* adquirido, a realização de “algo estranho” e de várias dimensões de ordem econômica com seus interesses. No entanto, o que está em jogo são os princípios e os objetivos que motivam a transformação dessas condições de produção, acesso ao alimento e da cultura de consumo.

97. O sistema agroalimentar, através de suas agroindústrias que controlam a produção de alimentos, utiliza, como critério fundante para delimitar o que deve ser produzido, o dólar, e não as proteínas e calorias. É nesse sentido que se afirma que o lucro e a fome são as duas faces em uma mesma moeda.

98. Além de por fatores econômicos e políticos, a presença da fome se dá também devidos a alguns elementos de ordem cultural – tradicional ou modificada. É importante destacar que se faz necessário compreender os hábitos alimentares das diferentes comunidades, e se estes conseguem atender a todas as necessidades orgânicas das pessoas.

99. O conceito de *habitus* empregado é correspondente ao entendimento de autores como Norbert Elias e Pierre Bourdieu. Para estes, é um conceito que correlaciona sempre o individual e o social e se constrói ao longo do processo histórico. Há uma especificidade no entendimento de Bourdieu que privilegia o campo social como espaço de construção do *habitus* e é semelhante ao da cultura. Ver: Bourdieu, 1990; e Elias, 2001.

A alteração dos hábitos alimentares e da cultura local (originais), causada pela lógica hegemônica, através do *marketing* da dominação dos processos e rotinas na produção de alimentos, tem tornado mais agudo o problema da fome¹⁰⁰. Numa estrutura na qual são reinantes as mediações de segunda ordem, as ciências e as tecnologias de alimentos encontram-se atravessadas por essa conjuntura e, portanto, advogam e materializam perspectivas dominantes.

A evolução desse processo de submissão e destruição do local se dá através de um conjunto de transformações, tais como: inovações tecnológicas, ideologia modernizante progressiva, distribuição eficiente, consumo de massa, publicidade, logística, durabilidade, higiene e sanidade, além de várias outras técnicas e formas de controle, como peças legais que expressam a defesa do interesse hegemônico e a ressignificação da produção local, por vezes em ameaça. Assim, constroem-se as condições e as razões de produção dos alimentos calcadas nos princípios de distância e durabilidade e, por consequência, no distanciamento de todas essas relações econômicas das pessoas e do local e/ou da região.

Como nas outras dimensões da vida social, o caso da alimentação também sofre as consequências frente às estratégias de acumulação do capital. O intenso apelo a um modo de vida moderno, veiculado pelas propagandas, visa ao convencimento de que os produtos industrializados, além de serem superiores quanto à qualidade, estão mais adaptados aos critérios da vida prática e cotidiana. É dessa forma que vemos uma rápida e intensa mudança, não só nas condições objetivas de produção e acesso aos gêneros alimentícios, mas, sobretudo, nos critérios de escolha da própria população. A população, paulatinamente, vai trocando os hábitos alimentares e a sua relação com a origem do alimento pelos

100. Como bem destaca Adas (1988, p. 62), “Partindo do princípio de que nas sociedades industrializadas as necessidades do ser humano é que devem se adaptar à produção e não esta às necessidades do homem (como na sociedade artesanal), o *marketing* tem utilizado a propaganda como um poderoso meio de criar novos hábitos e necessidades de consumo. É por isso que as empresas investem grandes somas de dinheiro em publicidade”. O ser humano tem sido conduzido pela mão da publicidade, e é resultante disso que parte da renda “que deveria ser canalizada para a compra de produtos alimentares fundamentais é desviada para a compra de outros artigos, muitas vezes supérfluos. [...] Estudos do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) têm demonstrado que, em São Paulo, a participação do item alimentação no orçamento doméstico tem caído ultimamente e que as despesas com a aquisição de bens domésticos [...] tem aumentado consideravelmente. Em consequência disso cai o nível alimentar, agravando-se a subnutrição e a fome”.

produtos que são lançados no mercado, principalmente pelas transnacionais¹⁰¹. Partindo do entendimento de Josué de Castro de que a fome é uma tragédia universal, cindida em duas escalas, a *crônica* (fome quantitativa, ou total) e a *oculta* (fome qualitativa, ou parcial), vemos que a degradação dos hábitos alimentares tem contribuído para isso.

[...] o mecanismo epidêmico da degradação dos hábitos alimentares é aquele que opera a substituição dos alimentos vivos, ricos em nutrientes, por mercadorias debilitantes da saúde do trabalhador. Essas últimas, em geral, são saturadas de sal, açúcar, gorduras, conservantes, aditivos químicos, que realçam sabores artificiais, além de possuírem fortes resquícios de agrotóxicos. Tal degradação alimentar, quando acompanhada de rotina ociosa, tabagismo, uso de bebidas alcoólicas, vida estressante e exposição aos poluentes, não exclusivos, mas tipicamente urbanos, fragiliza o organismo de cada trabalhador, que passa a ser afetado por várias doenças, de alto impacto epidêmico. (MACEDO, 2015, p. 313-314)

Para ilustrar essa questão, lanço mão de uma discussão desenvolvida por Adas (1988), que exemplifica (em parte, mas expressa bem a lógica e as estratégias) como ocorre esse processo, que na atualidade está ainda mais efetivo, apesar das inúmeras práticas de resistência.

No México, por exemplo, médicos que trabalham em aldeias rurais têm declarado ser bastante comum observarem muitas famílias vendendo os poucos ovos e frangos que possuem, para comprar Coca-Cola para as crianças, agravando, assim a deficiência de proteínas na alimentação infantil.

O leite em pó é um dos mais expressivos exemplos da força da publicidade na mudança dos hábitos alimentares. A mensagem publicitária o apresenta como substituto ideal do leite materno ou como complemento em caso de insuficiência deste. Entretanto, essa mensagem

101. A identidade dessa operação desenvolvida pelo *marketing* é colocar, em sua estratégia, não só a divulgação do produto industrializado em questão, mas, fundamentalmente, a ideia de que os hábitos alimentares originais são perfeitamente e necessariamente substituíveis. Há, portanto, um processo de destruição da cultura alimentar, e não apenas uma inserção de outros elementos para compor a dieta.

sugere subliminarmente que o leite materno é insuficiente quanto à quantidade e à qualidade, induzindo mães a utilizar o leite em pó e profissionais de saúde a indicá-lo. Em vista disso, muitas mães deixam de amamentar seus filhos com o próprio leite.

No Paquistão, mães de famílias de baixa renda têm substituído o leite materno por alimentos infantis industrializados, persuadidas pelas campanhas publicitárias de que esses alimentos têm maior valor alimentício.

Nas ilhas da América Central, as transnacionais contratam enfermeiras das maternidades para fornecer o nome e endereço das mulheres que dão à luz. Em seguida, funcionários dessas empresas vão até a casa das mães e oferecem gratuitamente produtos para seus bebês. É uma forma de as transnacionais fazerem propaganda de seus produtos, induzindo posteriormente à sua compra e ao seu uso frequente. (ADAS, 1988, p. 63)

Os hábitos alimentares considerados inadequados – pela lógica hegemônica capitalista –, oriundos e/ou cultivados, seja pela manutenção das tradições, seja por questões atravessadas pelo próprio ambiente natural, ou até mesmo pela falta de educação nutricional suficiente, fazem, portanto, suas vítimas. Anteriormente, destacou-se o que isso significa para a classe trabalhadora, e que deve ser colocado em relevo. Sobretudo, porque a desnutrição – por exemplo – é responsável por altas taxas de mortalidade infantil em vários países, além de compor os indicadores, como a baixa expectativa de vida.

A compreensão alcançada, portanto, quando se consideram as diferentes dimensões, é de que a fome se materializa, objetivamente, nas vítimas da lógica do sistema, mergulhadas na situação de pobreza, mas, além disso, há também um conjunto de tabus – a ignorância e os maus hábitos alimentares e de vida – que são também resultantes objetivos de todo o processo, como observamos¹⁰², e têm contribuído para o grande drama de bilhões de seres humanos.

102. Vários indicativos e elementos já foram explicitados no primeiro item deste capítulo. No entanto, dada a intencionalidade desta reflexão, retomam-se alguns aspectos.

O mecanismo da degradação dos hábitos alimentares abre as portas para doenças epidêmicas crônico-degenerativas, também chamadas de doenças crônicas não transmissíveis, cuja causa não está (Lessa, 1998) vinculada a um microrganismo propriamente dito. Delas, são exemplos as doenças cardiovasculares, cerebrovasculares, o câncer e o diabetes. Todas são caracterizadas, além da “(...) não transmissibilidade, pelo longo curso clínico e pela irreversibilidade” (Lessa, 1998, p. 29). Ademais, são (Lessa, 1998) doenças com longo curso assintomático, situando os trabalhadores como vítimas acomodadas atrás do biombo da suposta saúde perfeita. Quando são diagnosticadas, possuem um transcurso clínico lento, prolongado e permanente, colocando o trabalhador em estado de morbidade, no mais das vezes, vitalícia. Por serem degenerativas, em geral, impactam o portador, na melhor das hipóteses, incapacitando-o parcial ou totalmente, o que respectivamente estreita ou bloqueia a venda da sua força de trabalho. (MACEDO, 2015, p. 314-315)

Tratando-se da alimentação, as imposições objetivas a que estão submetidas as pessoas, fundamentalmente os trabalhadores, as levam ao estado mórbido. Os exemplos são fartos (que apreciamos cotidianamente), bastando apenas um olhar atento nos veículos de transporte (utilizados por trabalhadores e estudantes), nas ruas, nos ambientes de trabalho e estudo, na disposição dos produtos nos lugares onde as pessoas compram os gêneros alimentícios e/ou se alimentam.

Além das condições objetivas destacadas, a falta de conhecimento mais aprofundado coopera com essa questão de morbidade. O longo curso sem a percepção dos sintomas, pelo menos de forma intensa, “transcurso clínico lento, prologado e permanente” (MACEDO, 2015, p. 315), dessas doenças indivíduo crônico-degenerativas possibilita uma longa vida ativa para muitos trabalhadores e, de modo geral, acaba não sendo preocupação constante por parte do indivíduo, e muito menos das políticas públicas e das empresas privadas. No entanto, como destaca Macedo (2015, p. 315), “[...] da ótica da saúde pública, ao nível populacional, tais doenças são consequências altamente letais da degradação dos hábitos alimentares movida pelo complexo destrutivo. [...] em larguíssima medida, a incômoda antessala da morte [...]”. Nesse modo de vida e nessa realidade, uma grande quantidade de pessoas convive com um estado de

saúde profundamente complicado, apesar de não ser sentido objetivamente e constantemente. Considerando esses aspectos, vemos que:

O complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares, enquanto verdugo, mata preferencialmente aos poucos, destruindo em massa a vitalidade dos trabalhadores. Tais populações estão vivas, em muitos casos se alimentam com rotina diária; porém, contraditoriamente, a cada refeição debilitante estão ocultamente famintas de nutrientes ausentes, embora abarrotadas de calorias e de substâncias pouco nutritivas ou, de tudo, tóxicas. Pelo acúmulo dessas e ausência daquelas, são convertidos em potenciais mortos, que seguem sua trágica história aquém-túmulo, perambulando pelas ruas do mundo afora, na condição de mortos vivos. Situação que em tudo se assemelha a um genocídio. (MACEDO, 2015, p. 315-316)

O processo de subtração da vitalidade dos trabalhadores e a constituição da base favorável para o fortalecimento e desenvolvimento de epidemias¹⁰³ ainda são pouco conhecidos na base popular, se considerarmos as questões técnico-científicas. Ainda, hegemonicamente, os conhecimentos que possibilitam uma análise mais sistemática sobre esses aspectos circulam em espaços restritos e são constantemente escamoteados. Nas pautas dos movimentos sociais de base popular, bem como nas lutas sociais, tais aspectos aparecem e, de certa forma, compõem os fundamentos e princípios norteadores das propostas que visam à superação dessa materialidade, incluindo aqui os debates acerca da segurança e da soberania alimentar.

103. Em nota de rodapé, Rogério Fernandes Macedo, ancorado nas elaborações de Bloch (estudos comparados), explicita algumas evidências dessas questões materializadas. “[...] o exemplo apontado pela autora Kátia V. Bloch, tal como segue: ‘Evidências epidemiológicas e experimentais atestam que populações que ingerem dieta rica em carboidratos, geralmente do tipo complexo, têm baixas incidências de doenças coronarianas e de outras condições trombóticas. (...) Na Hungria, país com elevada ingestão de sal e baixa ingestão de gordura polinsaturada, tem havido um aumento da ingestão de gordura total e saturada e essas mudanças nutricionais se acompanham de um aumento na mortalidade global e por doenças cardiovasculares. A expectativa de vida no país aumentou apenas, 0,7 anos entre 1967 e 1987. Já na Bélgica, a diminuição da ingestão de sal e de gordura saturada e o aumento da ingestão de gordura polinsaturada vêm acompanhados de uma diminuição da mortalidade global e por doenças cardiovasculares. A expectativa de vida aumentou, 4, 6 anos entre 1967 e 1987’ (BLOCH *apud* LESSA, 1998, p. 49)”. (MACEDO, 2015, p. 315-316)

A alteração dos hábitos alimentares se dá, como vimos, através da apropriação e do consumo daqueles produtos que o complexo agroalimentar coloca à nossa disposição, desenvolvendo os mecanismos para que cheguem à nossa boca, mas, também, nos processos produtivos locais. Por meio de um raciocínio análogo, podemos afirmar que estratégias semelhantes, desenvolvidas pelas grandes empresas e políticas de governo, ocorrem no seio da produção do Campo e em pequena escala. Em certa medida, grande número de unidades familiares de produção deixou de cultivar seu próprio alimento, fazendo do seu território um espaço de circulação e territorialização das relações estritas do capital e, por consequência, utilizado para a produção de *commodities* (fundamentalmente, soja, cana de açúcar, pinus, eucalipto, “carne” bovina e suína, fumo e leite). Os gêneros alimentícios que ingressam para os indivíduos nessas unidades de produção são adquiridos no mercado, sobretudo, produtos industrializados.

É claro que a herança que o colonialismo nos deixou – com isso quero destacar que é um processo de longa história –, e que a agricultura de exportação continua a desenvolver, é a produção de uma verdadeira ruptura, inibição e deformação dos processos que visam à subsistência de seus povos¹⁰⁴. Com isso, é possível verificar que, dadas as formas de dominação, impera também a necessidade de construir os mecanismos que possam contribuir para o desenvolvimento de tecnologias que tornem mais eficiente a produção, tendo em vista a subsistência e o desenvolvimento local autônomo.

Entre o real e o ideal, partindo das condições materiais e conforme apontam as análises, está a perspectiva de formação humana, que, assim como a realidade, também é atravessada por contradições. No entanto, é através de um direcionamento que dê força ao seu caráter de oposição que se pode vislumbrar alguns passos iniciais em direção à compreensão e à superação dessas formas e expressões envolvendo a alimentação e as razões que a levam a ser retirada dos elementos essenciais da dignidade humana. São essas questões, que pulsam nos debates e que incidem no entendimento acerca do que é “comida de verdade” e da importância de saber a “verdade sobre a comida”, que aparecerão na V CNSAN.

Considerando esses aspectos gerais abordados, vemos que o melhor caminho é uma educação alimentar voltada para produtos do meio ambiente natural, ou mesmo do meio ambiente modificado, de qualidade

104. Esses aspectos veremos adiante, no capítulo 2, ao discutirmos a produção no campo.

garantida e que correspondam à estratégia da boa alimentação. A concretização desse processo se torna resistência frente à desestruturação de formas e hábitos alimentares locais. São nos alimentos próprios de cada lugar, somados aos conhecimentos e à produção de alimentos que correspondam às necessidades orgânicas das pessoas, que se devem embasar os programas e processos de “formação humana emancipadora” e “formação nutricional”.

1.5. A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, "DIPLOMACIA ESTATAL" E "AGROPODER"

O modo de produção capitalista, através dos estados de capitalismo avançado (monopolistas e imperialistas) e das grandes corporações, transforma todas as suas forças em instrumentos e oportunidades de dominação dos demais países e povos. O alimento como produto passa a compor esse arsenal de possibilidades. A discussão no item posterior demonstrará que, subjacente à noção de segurança alimentar, está também a potencialidade dos processos de dominação e de restrições nas negociações comerciais, como se nota pela lei de segurança e antiterrorismo aprovada nos Estados Unidos recentemente. Historicamente, sobretudo nos Estados Unidos, essa reflexão, com os indicativos de potencialidades e estratégias, já era construída nas negociações internacionais a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, compondo mais fortemente o seio da racionalidade estatal, especialmente nos órgãos de inteligência, desde a década de 70 do século XX.

As condições objetivas que possibilitaram, aos países de capitalismo avançado, a produção de excedentes de alimentos conformaram a máxima política e contribuíram para as leis e a organização do comércio mundial. Ilustra bem essa questão a declaração, em 1974, durante o governo do presidente Gerald R. Ford Jr.¹⁰⁵ (1974-1977), do então secretário de Agricultura dos Estados Unidos de que “*Food is power*” (“alimento é poder”, tradução nossa). Outro fato correspondente é que, nessa mesma época, a Agência Central de Inteligência (CIA) – o serviço secreto estadunidense – mostrava ao governo, em um de seus relatórios, que o país

105. Nasceu em 1913 e faleceu em 2006. Eleito pelo Partido Republicano, tinha como vice-presidente Nelson Rockefeller. Ford Jr. também havia sido o (40º) vice-presidente nos anos de 1973-1974.

dispunha de um forte instrumento de negociação e uma grande arma para ser utilizada na diplomacia internacional (GUIMARÃES, 1982; ADAS, 1988), principalmente com os países pobres. Esse instrumento de negociação era o excedente da produção de alimentos.

Dada a realidade mundial daquele período, com a presença forte da fome em muitos países de capitalismo atrasado, o excedente de alimentos se tornava um instrumento de imposição de condições comerciais e de expropriação de riquezas ou vantagens nas negociações. Como bem destacou Adas (1988, p. 69-70):

O próprio Gerald Ford, em 1973, em plena crise do petróleo desencadeada pelos países-membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), já havia declarado: “No comércio de alimentos, nós somos os árabes”.

Nos processos de dominação, exercidos pelos países de capitalismo avançado sobre os países de capitalismo atrasado, todos os recursos materiais garantidos pela base produtiva forte – incluindo o alimento – contribuem substancialmente para colocar as mais diversas condições que se traduzem em vantagens, por um lado, e, por outro, barreiras nos processos de negociações.

Nesse sentido, em menor ou maior intensidade, esse “agropoder” (ou seja, a chamada “diplomacia de alimentos”) vem sendo utilizado pelos países de capitalismo avançado desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Foi, e é, notória essa prática por parte dos Estados Unidos da América, desde o momento em que se torna uma potência, e cada vez mais, conforme aumenta suas áreas de influência política, econômica, militar e ideológica pelo mundo. É nesse sentido que,

[...] nos programas de ajuda ao exterior através da doação de alimentos, além de objetivos políticos havia também objetivos econômicos. Por exemplo, o país “ajudado” devia adotar medidas que facilitassem e assegurassem a entrada de capitais privados norte-americanos nas suas atividades econômicas, bem como abrir seus mercados à penetração de produtos norte-americanos. A “ajuda” à Índia pelos EUA, na década de 1960, foi condicionada a pelo menos dois compromissos do governo

indiano: a implantação de uma política de controle de natalidade e a compra de equipamentos para a agricultura. (ADAS, 1988, p. 70)

Esse exemplo demonstra a lógica em que se desenvolve a diplomacia de alimentos. Como há um processo de destruição em massa pela fome em todo o mundo, na geopolítica da fome e/ou na diplomacia de alimentos, os países de capitalismo atrasado (ou em desenvolvimento) são objetivamente os perdedores. Se há condições impostas nas relações econômico-comerciais, há também direcionamentos na natureza política econômica para os países em desenvolvimento. É por essa razão que um crescimento econômico que tem na centralidade a agricultura de exportação, em detrimento da produção de alimentos, como é o caso da maioria dos países de capitalismo atrasado, torna essas nações cada vez mais vulneráveis no processo de negociações, dada a característica política da diplomacia de alimentos, levando ao aprofundamento da dependência desses países frente aos de capitalismo avançado.

São esses aspectos que fazem com que, cada vez mais, se ampliem as áreas de cultivo correspondentes à agricultura para exportação, enquanto a desvalorização da produção de gêneros alimentícios (que iremos analisar com melhores detalhes no próximo capítulo) incide diretamente na organização político-econômica para o Campo. Tendo uma diminuição na produção e na disponibilidade de produtos alimentares internos, há, por consequência, a necessidade de importação e, portanto, o aumento da dependência econômica e política, não restando alternativa a não ser sofrer o processo de dominação imperialista.

Logo, podemos observar que a possibilidade de exportação de alimentos por parte dos países dominantes tem se tornado estratégica, sobretudo quando se trata das relações com países de capitalismo atrasado e em desenvolvimento, mas que possuem significativo poder militar. São exemplos disso países como Iraque, Índia, Irã e Vietnã. Com estes, até o final da década de 80, a diplomacia de alimentos por parte dos Estados Unidos da América foi fortemente utilizada, sendo a alternativa primeira, para depois recorrer-se ao conflito armado. (ADAS, 1988)

Vemos, então, que esses processos materializam um conceito de “segurança” que visa ao controle e dominação econômico-política e social (externa e interna). Mais elementos sobre essa questão veremos na sequência.

1.6. SEGURANÇA ALIMENTAR E SOBERANIA ALIMENTAR: HISTÓRICO, CONTEÚDO MATERIAL-POLÍTICO E O QUE ESTÁ SUBJACENTE A CADA DEBATE

O presente item desdobra-se em dois objetivos fundamentais. Busca compreender como se constituíram historicamente e materialmente os conceitos de segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar. Considerando a totalidade concreta, compreendemos que o processo de constituição do conteúdo material e histórico desses conceitos se dá a partir das (cor)relações de forças e contradições materiais imbricadas, movidas e tensionadas no interior do modo de produção capitalista, o que demarca perspectivas de projeto societário e de civilização também contraditórios.

Consiste, portanto, em analisar a gênese e o desenvolvimento desses conceitos e como estes vão adquirindo – a partir dos conteúdos histórico-material e político – capacidade explicativa no íterim do tensionamento constante entre a manutenção e a ruptura da ordem sistêmica vigente.

1.6.1. Segurança alimentar (e nutricional¹⁰⁶): a constituição e o conteúdo histórico do conceito

Em diversos momentos, em itens anteriores, apareceram indicações (aleatórias) acerca do entendimento com que se trabalha o conceito de segurança alimentar e nutricional. Considerando as análises já elaboradas, vemos que essa questão vai sendo desenvolvida e ganha espaço nas análises e nas discussões políticas de modo geral; passa a subsidiar um conjunto de políticas públicas a partir da expressão material, dos interesses envolvidos e das contradições que esse conceito representa.

A literatura, tanto dos aspectos históricos quanto dos fundamentos que envolvem a segurança alimentar, demonstra que essa categoria, esse

106. Faz-se necessário deixar claro que mesmo entendendo que conceito de soberania alimentar com o qual trabalho neste livro, ancora e contempla a questão nutricional, e mesmo que não se tenha considerado a dimensão da nutrição em separado nas reflexões, neste item, acolhe-se o conceito como hegemonicamente tem sido tratado no Brasil. Vale destacar que o adjetivo “nutricional” foi acrescentado nos debates que ocorreram no Brasil, mesmo que a expressão mais comumente utilizada no cenário internacional seja “segurança alimentar”.

conceito, vai ganhando força explicativa a partir de momentos e locais diferentes, que vão consolidando o entendimento, bem como as apropriações feitas, tanto pelos distintos países, quanto pelos organismos internacionais. No entanto, como nos alerta Maluf (2009), devemos ter cautela ao fazer a retrospectiva¹⁰⁷, e, por essa razão, o emprego do conceito de segurança alimentar se torna possível num contexto material em que os problemas de falta, de acesso e de produção dos alimentos e outras dimensões geram um contexto de insegurança pessoal e social (por exemplo, dos estados).

Esses aspectos passam a fazer parte dos arranjos sistêmicos e, portanto, da preocupação, no interior da racionalidade estatal. São desses elementos que aparecem as indicações acerca da necessidade da promoção sistemática e permanente de políticas públicas, além de consolidarem o entendimento de que esses problemas, por serem sistêmicos e universais, devem ser tratados para além das fronteiras nacionais.

Vemos, portanto, que a natureza dos debates e, por que não dizer?, o conteúdo material do conceito são construídos, anunciados e lapidados tendo como base as relações sistêmicas hegemônicas, como as ações estatais que visam colocar em prática um conjunto de indicações que são desenvolvidas a partir dos debates e cujo processo de aplicação ocorre de acordo com a perspectiva e o entendimento dos diferentes sistemas de governos. Porém, o fundamental é demarcar que “[...] a participação da iniciativa privada, notadamente das grandes corporações agroalimentares, tornou-se crescente pela gradativa retração da maioria dos governos, em consonância com as orientações dos principais organismos internacionais”. (MALUF, 2009, p. 30)

Dada a perversidade material que corrobora com a má distribuição da riqueza produzida, como já verificamos, muitas ações e políticas, mesmo que mínimas, se tornam significativas para a base social que, historicamente, sofreu os golpes objetivos da fome. É nesse sentido que, a partir dos anos de 1980, os movimentos sociais de base popular e entidades passaram a contribuir, de maneira sistemática e significativa, para a ampliação e, em alguns casos, para a ressignificação de entendimentos que

107. Anota o autor que problemas e questões inerentes à capacidade explicativa da segurança alimentar, ou inclusive nela, sempre se fizeram presentes ao longo da história. No entanto, dadas a ampliação do debate e as sínteses em elaboração é que podemos compreender as condições universais e explicativas do conceito em tempos mais recentes.

se desdobraram em novos elementos inseridos no enfoque da segurança alimentar. Como bem destaca Maluf (2009), sem abandonar a perspectiva inicial centrada na produção, o enfoque da segurança alimentar compreende que as questões se manifestam em várias escalas, desde indivíduos e domicílios, até âmbitos nacionais e global, apesar de serem distintas em cada uma dessas escalas, “comportam interações e relações de determinação recíproca”.

Embora a definição do conceito – sobretudo a construída aqui no Brasil – expresse um conjunto de elementos importantes para a classe trabalhadora, a sua natureza é determinada pelas correlações de interesses corporativos, e delas advém. O contexto determinante, em nível global, que incide no processo de desenvolvimento do conceito, é a forma como os países desenvolvidos – fundamentalmente Estados Unidos da América e países da União Europeia – trata as questões da alimentação, tanto no aspecto produtivo como nas demais mediações, incluindo o consumo. Diferentemente da maioria das nações, sabemos que a falta de alimento nesses locais de longa data deixou de ocupar a agenda política estatal e corporativa, a não ser quando vista como estratégia para otimizar o mercado da fome.

O acesso ao alimento é que compôs e compõe a centralidade da construção do conceito de segurança alimentar. E, considerando que a grande maioria das pessoas nos países desenvolvidos consegue objetivamente consumir¹⁰⁸ – em quantidade suficiente e de maneira regular –, há, por trás desses elementos, estratégias de fortalecimento interno do sistema produtivo.

O que se buscou com esse entendimento foi a “segurança e a estabilidade”. E, nesse sentido, diversas estratégias individuais e em blocos possibilitaram um “elevado grau de autossuficiência produtiva com base em modelos de agricultura intensiva e integração agroindustrial”. (MALUF, 2009, p. 33) A disponibilidade e a estabilidade de abastecimento alimentar passaram a ser garantidas, tendo como base os incentivos da produção interna local, uma boa administração de estoques – de natureza preventiva – e, também, através do comércio internacional, segmentos de produtos não garantidos internamente.

108. Vale destacar que indivíduos e grupos sociais que não têm rendimento suficiente para adquirir a alimentação, são subsidiados por programas sociais e de alimentos, com cobertura bastante ampla.

Desde o início do século XX, várias são as ações e estratégias políticas que começam a dar suporte a isso que, atualmente, se chama de segurança alimentar. Nos Estados Unidos, tem-se como referência a década de 30, quando se organizam, no processo de produção, pelo menos três aspectos que iriam incidir nessa questão: 1) a produção agrícola equilibrada; 2) a assistência alimentar (políticas e programas); e 3) a qualidade e/ou sanidade dos alimentos. Devido à crise de 1929, um conjunto de medidas compôs as ações governamentais, e, dentro dessa estratégia, a questão do abastecimento de gêneros alimentícios. Temos, por exemplo, o *New Deal*¹⁰⁹, colocado em prática pelo governo Roosevelt a partir de 1933. O problema da alimentação ganhou lugar de destaque, sendo discutido e abordado¹¹⁰ logo depois que se tomaram as medidas necessárias para a superação da crise bancária. É, notório, a partir da literatura, que os acordos e as ações tomadas, em relação às estratégias agrícolas, foram correspondentes à visão liberal, urbana e corporativo-industrial.

A lógica e as formas de intervenção na economia e na política durante o contexto da Segunda Guerra Mundial (e posteriormente) também deixam as suas influências acerca da questão da alimentação nos Estados Unidos. O próprio conceito de “segurança”, que passa a fazer parte da discussão sobre a alimentação, é oriundo e expressão do espírito desse momento histórico. É nesse contexto que se coloca, na agenda político-governamental, a manutenção de medidas para assegurar o produtor agrícola, mas se inserem outras ações, como a Lei da Refeição Escolar aprovada em 1946, bem como a inserção, no arcabouço jurídico, da promulgação de leis periódicas agrícolas a partir de 1948.

O que estava em jogo, nessa questão, era a articulação de programas que tivessem o apoio e direcionamento substancial do Estado e, ao mesmo tempo, suprissem demandas estratégicas, como as carências alimentares, por um lado, e, por outro, correspondessem à lógica e aos interesses econômicos tanto dos industriais como dos grandes produtores. Em 1954, foi aprovada a Lei de Desenvolvimento do Comércio Agrícola

109. O “Novo Acordo” entre os agentes econômicos, com vista à intervenção do Estado na economia para buscar a superação da crise econômica.

110. Destaca-se que, entre as estratégias, estava um conjunto de medidas com o objetivo de sustentar as condições de produção, reprodução e renda dos agricultores – em especial os agricultores de baixa renda. “Ações foram adotadas para promover o acesso aos alimentos em face do desemprego crescente, assim como foram criadas colônias agrícolas e estimulada a transferência de desempregados para o campo”. (MALUF, 2009, p. 35)

e de Ajuda, que visava à regulamentação para o incentivo de escoação do excedente da produção, composta por estratégias de exportações subsidiadas e doações de alimentos para países pobres. Portanto, além de incentivar o consumo de seus produtos, há também a inserção de novos hábitos alimentares, como foi visto na América Latina e Brasil com a introdução dos derivados de trigo para consumo rotineiro, que acabaram substituindo alimentos tradicionais. É desse período, mais precisamente a partir de 1964, a inserção do que conhecemos como “vale-alimentação”, que, em sua origem, visava ajudar pessoas e famílias que não conseguiam o acesso aos alimentos por seus próprios meios.

No entanto, mesmo com essas políticas e, de certa forma, com o suprimento necessário, até mesmo abundância da alimentação, nota-se um elemento “novo” no debate – sobretudo a partir dos anos de 1965: a sociedade nos Estados Unidos da América sofria de fome e má nutrição. De um lado, a subnutrição e, de outro, o “sobreconsumo” fizeram com que os debates e as políticas voltassem a se preocupar e buscar alternativas através de assistência alimentar, com a “qualidade” e o consumo em quantidade adequada dos alimentos. Esse entendimento passa a incorporar o conceito de “segurança”, o qual está mais relacionado à questão nutricional, e, em certa medida, o constitui até os dias de hoje.

Tal processo de organização social, política e econômica, bem como a tentativa de gerenciá-lo, é que vai compondo o conteúdo histórico da segurança alimentar e, portanto, a partir dos anos de 1980, os Estados Unidos acabam de “lançar mão” da noção do conceito como política pública, expressa na Lei de Segurança Alimentar em 1986, que estabelecia, no marco jurídico estatal, os diversos programas alimentares e agrícolas. De acordo com Maluf (2009, p. 37), por

[...] segurança alimentar entendia-se formar e gerir estoques governamentais de alimentos (escassez eventual e regulação dos preços ao consumidor), e adotar programas alimentares voltados para populações carentes e aspectos nutricionais.

Dada a natureza substancial das relações materiais, assim como a organização dos processos políticos e econômicos, temos a consolidação de uma prática que corresponde aos interesses de, pelo menos, três setores

hegemônicos: 1) sistemas de governos; 2) organismos internacionais que discutem e propõem as ações e metas para o mundo; e 3) os representantes do grande mercado/negócio alimentar. Desse modo, o que está implícito, nesses interesses, é o desenvolvimento das condições objetivas de incorporação do setor alimentar no processo de acumulação do capital. E, de acordo com Maluf (2009), os desdobramentos se dariam à medida em que se pudesse:

Intensificar a produção mesmo que com impactos sociais e ambientais negativos e expandir o comércio internacional em benefício dos países e setores econômicos mais produtivos (*food security*); (b) Regularizar os fatores que afetam a segurança dos alimentos (*food safety*); (c) adotar amplos programas alimentares ou de suplementação de renda para os segmentos sociais mais carentes. (MALUF, 2009, p. 37)

Com o fortalecimento do processo de neoliberalização da economia, de maneira mais intensa a partir da década de 1990, esses parâmetros foram, aos poucos, sendo elaborados para garantir a segurança alimentar. Então, passaram a figurar em segundo plano, como nos aponta a literatura – em vez de se considerar estratégica a segurança alimentar, a preocupação central passou a mover-se em direção à “segurança” da produção e da atividade agrícola e à garantia da renda dos agricultores.

Manteve-se a preocupação de garantir a indivíduos e domicílios o “acesso a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável”, com permanente ampliação dos programas de assistência alimentar, incluindo a edição de uma Lei de Prevenção à Fome (1988). Os levantamentos oficiais revelam que a insegurança alimentar vem se reduzindo desde 1995, porém, em 2004, 11,9% dos domicílios estadunidenses vivenciaram esta condição em algum momento do ano, sendo que um terço deles (4,4 milhões ou 3,9% do total) um ou mais dos seus membros sofreram fome (“insegurança alimentar com fome”). Os dois terços que puderam evitar a fome o fizeram reduzindo a variedade da dieta e recorrendo aos programas alimentares federais e fontes comunitárias de assistência. Esses percentuais são bastante mais elevados nos domicílios abaixo da linha oficial da pobreza, naqueles conduzidos por

mulheres solteiras com crianças e nos de população negra hispânica (NORD *et al.*, 2005). (MALUF, 2009, p. 38)

Dada a diversidade de programas de auxílios com vista à segurança alimentar nos Estados Unidos, em média, um em cada cinco habitantes acessa, pelo menos, um dos programas de assistência alimentícia conduzidos pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). Os quinze programas de assistência alimentar consumiram um total de US\$ 51 bilhões em 2005, valores que equivalem a 55% do total do orçamento destinado ao USDA, tendo, portanto, um direcionamento maior de valores para esses programas do que para a política agrícola. (MALUF, 2009) E, nessas estratégias,

Os cinco maiores programas consumiram, em 2005, 95% dos recursos totais: US\$ 31 bilhões para o vale alimentação (*Food Stamp*); US\$ 8 bilhões com refeições escolares (*School Lunch*); US\$ 5 bilhões com suplementação alimentar para mulheres e crianças; US\$ 2,1 bilhões com alimentações subsidiadas de crianças e adultos (*Child and Adult Care*); US\$ 1,9 bilhão com café da manhã escolar (*School Breakfast*) [...]. (MALUF, 2009, p. 39)¹¹¹

A nova Lei de Segurança de Alimentos dos Estados Unidos, Food Safety Modernisation Act, que tem por objetivo zelar pelas condições de segurança dos seus habitantes e pelo necessário cuidado com os seus alimentos produzidos, consumidos e comercializados, incorpora novos elementos e referenciais. Há a indicação de maior controle e aprimoramento da segurança dos alimentos (*food safety*), para garantir a inocuidade dos gêneros alimentícios colocados ao consumo, prevenir a circulação de alimentos com qualidade duvidosa ou ruim e com informações débeis, que possam causar danos à saúde. Além disso, nesses últimos anos, esses tipos de medidas de segurança foram elevados para um “alto grau de precaução”, com a aprovação da Lei de Antiterrorismo, por exemplo,

111. Maluf referencia-se em Oliveira (2006) ao trabalhar com os dados da presente citação. Ver: Oliveira, 2006.

[...] em decorrência, aparentemente, de dois fatores principais, (BUZBY; UNNEVEHR; ROBERTS, 2008; BROOKS; BUZBY; REGMI, 2009). Um é a precaução antiterrorista. Receia-se que alimentos possam ser utilizados para impingir terror à população americana. Por isso, medidas foram aprovadas desde 2002, como a Bioterrorism Act [...], para garantir que os alimentos produzidos em solo americano ou importados sejam inofensivos. Outro fator é o consistente aumento na importação de comida, principalmente de gêneros prontos para consumo. (LIMA, 2011, p. 70)

Medidas formalmente anunciadas como preocupação com a saúde pública podem, na verdade, esconder interesses protecionistas, erguidos essencialmente por motivos econômicos e políticos, causando externalidades negativas, tanto em âmbito interno como externo¹¹². Alguns apontamentos demonstram que a necessidade de melhorar as condições objetivas para a prevenção, conforme a lei, se dá devido ao fato de que há o aumento na importação de comida, de gêneros prontos de países em desenvolvimento ou pobres, tendo em vista que, até a iniciativa da aprovação da lei, essa relação se dava fundamentalmente com países desenvolvidos, em sua maioria da União Europeia e Canadá.

Dados recentes demonstram que, em geral, os programas de assistência alimentar e nutricional continuam recebendo volumosos valores. O exemplo pode ser verificado no ano fiscal de 2010, no qual 95 bilhões de dólares foram destinados a esses programas, representando, portanto, dois terços dos recursos designados ao USDA. Em 2011, o Programa de Assistência Nutricional Suplementar (SNAP) – antigo Food Stamp – demandou o volume de 65 bilhões de dólares. (LIMA, 2011)

112. “No plano interno, a agricultura intensivamente apoiada na mecanização e na utilização de insumos químicos e biológicos produz indesejáveis efeitos ecológicos. No plano externo, os incentivos estatais à produção e à exportação por meio de subsídios fortalecem artificialmente a competitividade agrícola norte-americana, prejudicando produtores e exportadores em outros países. Estes fatos não passam despercebidos e são moles de campanhas de contestação tanto no país, por pequenos agricultores e ambientalistas, quanto fora deste, seja por organizações não governamentais, seja por Estados em negociações internacionais. A despeito de todas as críticas e do flagrante desrespeito ao direito internacional, como no caso da concessão de subsídios agrícolas ao algodão, o modelo político que confere segurança alimentar ao país permanece inalterado”. (LIMA, 2011, p. 70)

Considerando essas informações, vemos que programas com essa envergadura e alcance demandam grandes volumes de recursos públicos incomuns na maioria dos países, e que, dentro dessa lógica, a reprodução sistêmica, além da base do fundo público, se dá também pelos processos com altos impactos ambientais e sociais, expressão da racionalidade do modo de produção vigente. Sendo o ponto nodal do conteúdo histórico da segurança alimentar o atendimento aos anseios e interesses primordialmente econômicos e políticos, através da mecânica da racionalidade estatal, a materialidade social nos Estados Unidos é composta também por problemas de fome e desnutrição que, por exemplo, na realidade infantil, são bastante dramáticos¹¹³.

Na Europa, esse processo começou um pouco mais tarde. Foi, sobretudo, a partir dos problemas da fome e da destruição como consequência da Segunda Guerra Mundial que a Europa colocou na pauta – em centralidade inclusive – a questão da alimentação. As iniciativas práticas contribuíram para um sistema de integração e um conjunto de políticas – como o Tratado de Roma de 1957 – que se mostraram eficientes, dada a grandiosidade dos problemas a serem enfrentados em um continente com vários países com infraestrutura destruída. De acordo com Maluf (2009, p. 40), esse tratado foi o início da integração e “trazia inscrito o objetivo da ‘garantia de segurança do abastecimento [alimentar] a preços razoáveis e estáveis aos consumidores e aos produtores’”. A Política Agrícola Comum (PAC), adotada a partir de 1967, portanto, assentava-se nessa base.

O quadro social pós-guerra caracterizava-se, sobretudo, pelas situações de escassez e pela busca da melhoria das condições tanto produtivas como de acesso, haja vista que um alto índice – chegando em torno de 65%, no final da década de 1950 – da renda individual ou familiar ficava diretamente comprometido com a aquisição de alimentos. Com o intuito de obter a segurança alimentar e avançar as condições materiais a um patamar mais elevado de autossuficiência, as políticas tiveram como orientação o aumento da produção e da produtividade.

113. Dados recentes do USDA apontam uma realidade que não é muito publicitada pelos veículos de comunicação. Uma em cada cinco crianças – de um total de dezesseis milhões – lutam contra a fome no país. Como sabemos, a literatura nos indica, de maneira generalizada, que uma boa alimentação e nutrição tem incidência e implicações para o futuro nas diferentes dimensões da vida humana, tais como: saúde mental e física, desempenho escolar e nas relações de trabalho. Disponível em: <<http://www.revistapublicitta.com.br>>.

A segurança no abastecimento e a progressiva redução do custo da alimentação no orçamento familiar resultaram na conjunção de aumentos na produção e na produtividade agrícola e agroindustrial, elevação do poder de compra das famílias e regulação dos mercados agrícolas. São bastante conhecidas as instituições que compuseram o Estado do bem-estar social europeu. No que se refere à regularização dos mercados, ela englobava compatibilizar, não sem tensões, os objetivos de atenuar o impacto dos preços dos alimentos sobre o poder de compra das famílias, em simultâneo ao estímulo à produção visando assegurar um bom padrão de vida para os agricultores. (MALUF, 2009, p. 40)

Para atingir os objetivos propostos, a racionalidade sistêmica operou com o “receituário do mercado” colocado em funcionamento no mundo naquele momento. Medidas protetoras contra o ingresso de produtos de outros países e regiões, atendimento às necessidades internas na manutenção e sustentação de preços e, fundamentalmente, políticas que visaram subsidiar os processos de exportações agroalimentares para comercializar o excedente produtivo dos gêneros alimentícios. Na prática, a lógica é coincidente com a forma desenvolvida e os mecanismos utilizados nos Estados Unidos da América, como vimos anteriormente. Os recursos do fundo público transferidos aos produtores foram e são em grande quantidade, e instigam uma natureza da prática de proteção – do ponto de vista econômico – bastante eurocêntrica.

Essa proteção é paga, em grande medida, pela sociedade europeia por meio do uso de recursos orçamentários próprios ou admitindo preços internos superiores aos internacionais, porém ela acarreta ônus para os demais países que sofrem a concorrência das exportações europeias subsidiadas ou têm dificuldades para colocar seus próprios produtos no mercado europeu. *Tratam-se de políticas alegadamente soberanas que, contudo, contêm componentes que comprometem a soberania e segurança alimentar dos demais países.* (MALUF, 2009, p. 41, destaques nossos)

Considerando que são praticamente uma “abertura de parênteses” na reflexão, esses aspectos corroboram com alguns apontamentos acerca das discussões feitas, em itens anteriores e posteriores, sobre o conceito

e a noção de “soberania” que devem ser aplicados ao se tratar da soberania alimentar – partindo de seus princípios fundamentais –, tendo em vista que a soberania nacional, no sentido clássico, reproduz a lógica hegemônica do espírito concorrencial em determinados aspectos, ou protecionistas em outros. O que, de fato, consolida a segurança alimentar no âmbito (intra)sistêmico parte das melhores condições objetivas, que, portanto, se tornam determinantes no conjunto das relações produtivas e comerciais, e corroboram substancialmente para os processos de dominação dos povos.

Há também alguns países altamente industrializados e com pequena área para cultivo agrícola. O maior exemplo é o Japão, que, devido a esse limite territorial para a produção de alimentos, ancora suas estratégias com vista ao objetivo da segurança alimentar, fundamentalmente, na importação e na proteção da prática e produção agrícola interna¹¹⁴, sobretudo, na busca de desenvolver elementos fundamentais que impeçam o desenvolvimento de um projeto agrícola que seja socialmente intolerável. “A orientação predominante no Japão, neste campo, englobava segurança e estabilidade na oferta de alimentos, garantia de uma dieta básica, proteção dos recursos nacionais e preservação de comunidades rurais”. (MALUF, 2009, p. 44)

Considerando os elementos até aqui debatidos, vemos que houve um processo de maturação, tanto das iniciativas econômico-corporativas, quanto das políticas públicas, que, ao buscarem a segurança alimentar, instituíram um regime alimentar e, portanto, um sistema agroalimentar, no qual a função da política indutora nacional é tratar o alimento, fundamentalmente, como mercadoria, e, nesse sentido, as práticas implantadas geram tensões também no plano internacional. Do ponto de vista dos países com condições objetivas para aplicar a dominação, o que está em primeira ordem é a instituição de um sistema de excedentes, para ser colocado como estratégia nas práticas e relações comerciais (dominação) e controle de outras nações. No entanto, essa política de excedentes, sobretudo a partir das crises no sistema do capital a partir dos anos de 1970, passa a ser regulada mais pelas forças transnacionais (industriais e financeiras) do que por políticas internas¹¹⁵.

114. Exemplo disso é a política de proteção à produção de arroz, que aplica aos produtores um preço superior ao de mercado. Essa política garante a autossuficiência interna nesse produto.

115. Como vimos, é consolidação e fortalecimento de um regime alimentar corporativo.

Dado que a organização econômica se tornou transnacional, há o aumento das dificuldades de regulação nacional de qualquer setor econômico-produtivo¹¹⁶. Vemos, portanto, nesse contexto, a explícita interferência em estruturas reguladoras nacionais pelas corporações transnacionais. O que, de fato, tem início, nessa perspectiva, é a regulação privada no âmbito global, que dá as cartas para o funcionamento e organização do sistema agroalimentar.

[...] a emergência da concepção de “segurança alimentar global” que fez parte da internacionalização da questão alimentar. Ela evidencia, de um lado, a interação e mútua determinação entre múltiplos fatores que condicionam, em âmbito internacional, a questão alimentar, como são as tendências da produção e consumo alimentar, as estratégias dos agentes privados e a atuação dos governos e outros organismos públicos. De outro lado, porém, *a questão da segurança alimentar global foi trazida à tona como expressão da produção e do comércio de alimentos em escala mundial, com o intuito de valorizar o papel dos mercados e do comércio internacional de alimentos*. Segundo McMichael (2004), *a epistemologia do mercado atingiu sua forma mais elevada na formulação neoliberal da segurança alimentar como sendo um arranjo global*. (MALUF, 2009, p. 52-53, destaques nossos)

De certa maneira, todos esses elementos e mecanismos contribuem, de forma substancial, para a conformação do “complexo modelo agroalimentar”, sendo as bases e o conteúdo histórico de como se entende as ações que visam à segurança alimentar. É importante destacar, seguindo algumas reflexões de Harriet Friedman, que assentar o ponto regulatório em interesses corporativos e competitivos significa que a regra sistêmica se materializa em constante instabilidade. E, do ponto de vista mais geral, esse processo todo, que foi se instalando no mundo, teve a sua difusão e implantação por alguns mecanismos fundamentais, tais como: a ação e os processos de territorialização das corporações transnacionais; o desenvolvimento pela racionalidade estatal nos mais diversos países;

116. A menos que seja para garantir a efetividade das decisões de interesse das grandes corporações, como analisamos anteriormente. Nesse sentido, falar em soberania nacional ou de regulação, tendo como fundamento os interesses sociais internos, pode incorrer em expressões conceituais que não revelam o verdadeiro movimento do real.

as políticas públicas correspondentes à efetivação desse processo; e, de igual forma, a forte influência de setores, também corporativos, sob a mesma ritualística e correspondendo a práticas análogas, através de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias.

Dado o engendramento da materialidade em que foi se constituindo, sendo lapidado e, fundamentalmente, tendo suas prerrogativas executadas, o conceito de segurança alimentar acolhe e representa, de maneira sistemática, as condições e razões objetivadas pelo grande negócio, dispondo do Estado como principal articulador num primeiro momento e, na atualidade, correspondendo aos interesses corporativos. Porém, há países em que o entendimento de segurança alimentar e nutricional indica alguns elementos que dinamizam a sua compreensão e instigam uma participação social, como o caso do Brasil.

Segurança alimentar é uma política pública aplicada por governos de diversos países que parte do princípio de que todas as pessoas têm o direito à alimentação e que cabe ao Estado o dever de prover os recursos para que as pessoas se alimentem. Para executar essa política, os governos se utilizam de diversos mecanismos: distribuição de alimentos, cestas básicas, tíquetes de refeições, instalação de refeitórios populares subsidiados, além de programas de renda mínima e de cartões para receber ajuda mensal em dinheiro, como é o caso, no Brasil, do Programa Bolsa Família. (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 714-715)

Do ponto de vista emergencial, colocar em prática essas ações corrobora para a amenização do problema sem, contudo, incidir em mudanças substanciais em curto prazo e em longo prazo. Salvaguardam-se algumas especificidades, tendo em vista que, nos processos de mediação, no conjunto da obra, podem atingir algumas dimensões sociais que se inscrevem como efeitos positivos, como medidas corretivas, e que contribuem para melhorar as condições sociais da classe trabalhadora. É o caso de algumas políticas públicas, que, embora permeadas de contradições, se tornam imperativos que orientam, a partir da necessidade, processos de inclusão e de valorização de práticas sociais, até então ausentes na vida dessas pessoas beneficiárias.

1.6.2. Segurança alimentar e nutricional no Brasil: entre a carga semântica, o debate (político) e as políticas públicas

Figurando no topo entre os países com maior desigualdade social, o Brasil sofre as consequências de sua constituição histórica e da composição de nossa genética social. Nesse sentido, os problemas da fome, da desnutrição, da subnutrição compõem o grande arsenal de limitantes objetivos para a composição de uma sociedade mais justa e igualitária. Como bem destaca Maluf (2009, p. 10):

Entre as manifestações de desigualdade encontra-se o acesso custoso ou insuficiente aos alimentos, ao mesmo tempo em que estes se constituem em fontes de vultuosos lucros apropriados pelas grandes corporações industriais e comerciais e pelos grandes produtores agrícolas.

A pobreza e a miséria percebidas cotidianamente são apenas a visão parcial desse grande problema, tendo em vista que este se amplia quando tratamos dos graves impactos às pessoas e à sociedade como um todo, das consequências da fome oculta, persistente e presente nas condições existenciais dos trabalhadores urbanos e rurais, que, dadas as condições materiais, sobrevivem com baixa renda.

É nesse sentido que podemos afirmar que, no

[...] contexto das políticas públicas brasileiras, a fome é o problema que coloca em pauta a temática da alimentação e nutrição. Ela é identificada como uma demanda, mas ainda hoje não suficientemente problematizada, o que sistematicamente adia a sua resolução política. (PINHEIRO; CARVALHO, 2010, p. 122)

Tal recorte analisa a experiência brasileira e é “demandado/induzido” pela própria apreensão do movimento da realidade e das contradições objetivas, que se traduzem em percepção e perspectiva. Em boa medida, possui conteúdo material e explicativo com características próprias e, portanto, se diferencia do que se constituiu nos Estados Unidos e na Europa.

Nos últimos anos, a experiência brasileira – sobretudo de 2003 até 2015 – tem sido considerada exitosa a partir da concepção e execução de políticas de combate à fome e à miséria, bem como pelo poder de indução e articulação intersetorial dessas políticas. Contudo, a distância, ou a diferença, nas formulações brasileiras acerca da segurança alimentar e nutricional em relação a outras partes do mundo (fundamentalmente no período entre 1994-2015) se dá substancialmente pelo imbricamento entre dois aspectos: 1) no Brasil, os movimentos e organizações sociais de base popular “sentem na pele” o que é ter uma classe dominante que cultua e cultiva uma perspectiva de capitalismo dependente, tem desprezo pelo povo trabalhador/pobre e pelo bem-estar da sociedade; e 2) se, por um lado, há um avanço na compreensão desenvolvida pelos movimentos e organizações sociais de base popular do que aponta e significa a segurança alimentar e nutricional, bem como a soberania alimentar, por outro, a classe dominante, por dentro do Estado, dificulta e – dependendo do contexto histórico e da relação de forças – faz avançarem pouco as medidas objetivas que foram pelas bases populares proclamadas¹¹⁷.

Com o processo de luta pela redemocratização do país na década de 80, o tema do combate à fome em suas diversas dimensões volta a compor os debates e as proposições das políticas públicas. Destaca-se, entretanto, os pequenos, mas significativos, avanços acerca do acesso ao alimento, possibilitados pelos programas de distribuição direta – de renda –, entre outros tipos de apoio nas mais diversas áreas estratégicas nesses últimos anos¹¹⁸.

117. Desenvolvemos também uma análise – porém optamos por não incorporar ao livro – sobre as principais ações e políticas de segurança alimentar e nutricional no período entre 1930-1980. Com base em autores como Silva (1995) e Pinheiro e Carvalho (2010), destacamos: a criação, em 1940, por Getúlio Vargas, dos Serviços de Alimentação e Previdência Social (SAPS), ligados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN), do qual Josué de Castro torna-se diretor em 1943; constituição – em substituição ao STAN – da Comissão Nacional de Alimentação (CNA) em 1945, ligada ao Conselho Federal de Comércio Exterior, com Josué de Castro na direção até 1954; oficialização do Plano Nacional de Alimentação em 1952; criação, em 1962, da Companhia Brasileira de Alimentação (COBAL); substituição da CNA pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), autarquia vinculada ao Ministério da Saúde; instituição do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (II PRONAN) para o período de 1976-1979. Além do percurso analítico desenvolvido na sequência deste capítulo, maiores evidências teremos no capítulo 3 ao discutirmos os relatórios finais das cinco CNSANs.

118. Vários indicadores sociais apresentaram melhora nessas últimas décadas. Dentre eles, podemos citar: escolaridade, aumento no nível médio da renda do brasileiro, diminuição no índice de mortalidade infantil, diminuição na desnutrição infantil, aumento da expectativa de vida, diminuição da fome total entre a população adulta, saúde, entre outros.

[...] nota-se que o Brasil dispõe de um bom número de programas públicos voltados para atenuar os malefícios causados pela privação de alimentos ou nutrientes, ao lado das ações de solidariedade e apoio de famílias e entidades para com aqueles indivíduos e grupos sociais que se encontram em estado de carência. Nos últimos anos, a sociedade brasileira vem sendo sensibilizada para a condição dos que não têm acesso adequado aos alimentos. Crescem também as referências à outra faceta da má alimentação que é a obesidade, presente entre ricos e pobres. (MALUF, 2009, p. 12)

Do mesmo modo que ocorreu em nível internacional, a concepção de segurança alimentar e nutricional no Brasil vai se constituindo no decorrer do tempo¹¹⁹. São vários os aspectos que compuseram o processo, desde a construção da noção lapidada historicamente, sua apropriação e o desenvolvimento conceitual que hoje tem sido hegemonicamente adotado no país, e que, pela natureza constituída, tem embasado as proposições de políticas públicas. De modo geral, o entendimento que se tem acerca do conceito, do seu conteúdo histórico, é composto pelos passos dados, pelas discussões desenvolvidas, por um período que contempla mais de três décadas.

A partir do processo de redemocratização do país na década de 1980, que já representava uma maior participação social, um conjunto de processos e estratégias ganhou força, na busca de implementar, de maneira prática, todas as aspirações que foram expressas nesse momento de transformação e de representação política. É esse o contexto que possibilita a ocorrência de um acúmulo conceitual e de capacidade explicativa expressando as contradições materiais, sendo, portanto, a base da questão da segurança alimentar e nutricional, hoje advogada e, de certa forma implementada na/pela sociedade brasileira.

As bases sociais, as investigações, os diagnósticos anunciam e denunciam, de forma objetiva, o processo de “insegurança alimentar e nutricional” que existia e que existe ainda na atualidade de nosso país.

119. Inegáveis são as contribuições e o pioneirismo de Josué de Castro. No entanto, essa noção mais atual, que está sendo adotada no país, tem seu escopo constituído fundamentalmente a partir dos processos que culminaram na redemocratização do Brasil e seguintes. Vale destacar que o alcance das elaborações de Josué de Castro no mundo possibilitou os pilares e as bases que passam a sustentar o debate acerca dos problemas da fome nas suas diferentes dimensões.

Os elementos teórico-conceituais, políticos e econômicos que, nesse processo de embate social, são tensionados passam a constituir e dar os subsídios para a composição da agenda da segurança alimentar e nutricional em elaboração no Brasil e, como consequência, apontam a necessidade urgente de se pensar a “política nacional” de soberania e segurança alimentar e nutricional.

No terreno da política pública no Brasil, a partir de 1985, a questão da segurança alimentar – que já se constitui em um arcabouço temático construído nesses diferentes momentos de discussões – passa a ser a estratégia e, fundamentalmente, a referência para as diretrizes e metas a serem alcançadas por ações e políticas públicas que visassem à superação da fome. Em outras palavras, as proposições nas inovações das peças legais e sistêmicas, de maneira geral, alimentavam-se no “caldo” dessas discussões e dessas elaborações.

As informações e as elaborações, tanto das discussões públicas, quanto dos documentos técnicos¹²⁰, passam a subsidiar as decisões e as implementações de políticas, além de irem constituindo o *corpus*, a potencialidade semântica e as chaves de abertura da participação popular. As informações levantadas e organizadas em pareceres técnicos, embora num primeiro momento não tenham induzido a muitas consequências práticas, trouxeram, em seu interior, um conjunto de informações e dados que se tornaram base das principais indicações de pautas e elementos a serem inseridos no arcabouço da temática, bem como deram substanciais direcionamentos nos passos seguintes das políticas e das discussões e elaborações.

No caso desse relatório técnico solicitado pela Superintendência de Planejamento do Ministério da Agricultura, dois aspectos fundamentais figuram no interior do documento: o primeiro diz respeito às diretrizes de uma proposta para uma Política Nacional de Segurança Alimentar; e o segundo é a indicação da necessidade de se instituir um Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). Além disso, o documento apontou alguns objetivos fundamentais: 1) atender às necessidades alimentares da população; e 2) buscar atingir a autossuficiência produtiva nacional de alimentos. (MALUF, 2009)

120. Um exemplo é o documento denominado de “Segurança alimentar: proposta de uma política contra a fome”, elaborado por uma equipe de técnicos correspondendo a uma demanda oriunda da Superintendência de Planejamento do Ministério da Agricultura em 1993.

Como sabemos, a partir da redemocratização do país, houve o aumento da participação da sociedade nas lutas, nas indicações, nas elaborações e proposições das políticas públicas. Além do conteúdo em questão, que se veiculava mais organicamente via participação, as formas e os espaços – o *lôcus* – de participação também tiveram avanços; as conferências (nacionais, estaduais, regionais e municipais) nas mais diversas áreas e esferas, nas quais se opera a racionalidade estatal, são o maior exemplo. É justamente nesse processo que um outro momento, em que se consolida um passo a mais nas discussões acerca da segurança alimentar, se torna referência no Brasil.

No contexto das mobilizações – que expressaram o espírito da época – na área da saúde é que se insere o debate da questão alimentar. Trata-se da Primeira Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição¹²¹ (que ocorre como uma conferência setorial) como parte constituinte da Oitava Conferência Nacional de Saúde¹²², na qual foi possível promover um amplo debate que contribuiu para uma renovada leitura acerca da alimentação e para a apreensão das contradições materiais que constituem a problemática, para subsidiar o entendimento em construção. É nesse momento que, segundo Schneider e Frozi (2015, p. 44), “[...] a alimentação deixa de ser vista somente como benefício e passa a ser considerada como direito”. (COSTA; PASCUAL, 2006) Além do conjunto de aspectos referenciais que ganharam contornos mais elevados, com força material nos passos seguintes, está a incorporação do aspecto nutricional, ou seja, um adjetivo a mais nesse conjunto categorial explicativo, que se faz presente entre nós até hoje¹²³.

Ela propunha a instituição de um Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição que formulasse a Política Nacional de Alimentação e Nutrição que viria a ser adotada, oficialmente, em 1999. O formato do conselho e várias diretrizes da política sugerida eram bastante próximas da proposição antes referida. Note-se, ainda, que a Conferência

121. Promovida pelo INAN em 1986.

122. Nessa conferência, reuniram-se técnicos e movimentos sociais de base popular.

123. No Brasil, portanto, se utiliza “segurança alimentar e nutricional (SAN)”. E, numa perspectiva histórica, vemos que as elaborações de Josué de Castro já tratavam a questão da fome com essa perspectiva mais multidimensional, incluindo, por exemplo, elementos fundamentais sobre a questão nutricional.

sugeriu a instituição de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional integrado, por Conselhos e sistemas nas esferas estadual e municipal, proposição que viria a ser retomada, em 2004, pela II Conferência Nacional de SAN e pelo CONSEA. (MALUF, 2009, p. 81)

As manifestações físicas (de maneira total ou parcial), tanto da desnutrição quanto da obesidade, agora são encaradas com maior rigorosidade pelos profissionais da saúde e apreendidas pelos trabalhadores que fazem o debate e o tensionamento com a racionalidade estatal. Na luta por políticas públicas, conseguem, a partir desses “problemas” – que são questões em potência e condições objetivas que demarcam as razões do debate –, propor “questões” com potencialidades de serem trabalhadas para construir possibilidades de resolução. A percepção e a apreensão sobre a totalidade e a complexidade do problema da fome alimentaram os debates acerca da necessidade de tratar essa questão com a perspectiva da multidimensionalidade que ela requer. De acordo com Pinheiro e Carvalho (2010, p. 122),

[...] evidências científicas e sociais confirmaram a necessidade de se abordar a má alimentação e nutrição como fenômeno capaz de gerar quadros nutricionais contraditórios e desiguais que explicam a coexistência da desnutrição e da obesidade.

Nos anos de 1991, 1992 e 1993, um conjunto de discussões, por parte da sociedade civil, possibilitou mais alguns passos significativos nesse processo. Temos por exemplo, com início em 1991, a elaboração e a divulgação de vários elementos, estratégias que configuram, nos anos seguintes, a proposta de uma política nacional de segurança alimentar. Essa proposição é oriunda do acúmulo de discussões desenvolvidas pelo Governo Paralelo¹²⁴, organizado pelo Partido dos Trabalhadores. Após o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo, em 1992, o presidente Itamar Franco assume o compromisso de elaborar políticas

124. Instituto criado pelo Partido dos Trabalhadores e presidido, na época, por Luiz Inácio Lula da Silva. A proposta desenvolvida pelo Governo Paralelo contemplava o acúmulo de discussões já manifestadas, por exemplo, no documento de 1985, e ampliava, trazendo para o debate novas dimensões da saúde e nutrição, que são transformadas em matrizes e compõem a unidade do escopo em termos de políticas de segurança alimentar e nutricional.

para o combate à fome como estratégia de governo, considerando fundamentalmente o conteúdo e a forma proposta no/pelo documento do Governo Paralelo¹²⁵. A literatura aponta que essas proposições tiveram um maior impacto e maior influência na elaboração das políticas e ações do Estado do que as anteriores, em pelo menos dois aspectos, como nos confirma Maluf:

Primeiro, o combate à fome foi incluído entre as prioridades do Movimento pela Ética na Política, no bojo da mobilização social que levou ao impedimento do Presidente Fernando Collor. Daquele movimento originou-se, em 1993, a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que tinha Herbert de Souza (Betinho) entre seus líderes e mobilizou milhares de pessoas sob o lema “A fome não pode esperar”. O *segundo* fator foi a aceitação da proposta do Governo Paralelo pelo então Presidente Itamar Franco, também em 1993, tomando-a como referência para a instituição do primeiro Conselho Nacional de Segurança Alimentar – Consea. (MALUF, 2009, p. 81-82, destaques nossos)

A incorporação, de forma gradativa, construída nos diferentes momentos e espaços e, sobretudo, a partir das proposições de diferentes e novos elementos, chega às condições de um entendimento mais global. Ou seja, à percepção da necessidade de que as diferentes dimensões, que foram, aos poucos, incorporadas no entendimento, fossem objetivo estratégico de qualquer governo. É a partir disso que se colocaria o objetivo de os governos pensarem as políticas de forma articulada e correspondente ao todo do processo que envolve a questão alimentar. Como bem destaca Maluf (2009, p. 82), o governo “[...] nuclearia as políticas de produção agroalimentar, comercialização, distribuição e consumo de alimentos, incorporando a perspectiva de descentralização e diferenciação regional”. (Destaques nossos)

125. O desdobramento dessa iniciativa foi a elaboração, em 1993, do “Mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar”, que culminou no plano de combate à fome. Há, nesse processo, a relevante contribuição do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). O IBASE é uma organização de cidadania ativa que não busca fins lucrativos e foi fundada após a anistia política de Herbert de Souza e seus companheiros de exílio, Marcos Arruda e Carlos Afonso. A sua efetivação data de 1981. Disponível em: <[http:// www.ibase.br](http://www.ibase.br)>.

Nota-se, portanto, certa similaridade com o que ocorre no mundo, e que a busca da segurança alimentar e nutricional dar-se-á como estratégia de longo prazo. É nesse sentido que o entendimento apontou para a necessidade de que, paralelamente a esse objetivo estratégico, as ações emergenciais para combater a fome, que afeta um contingente enorme de pessoas, pudessem estar presente nas políticas. Compõem também os diversos aspectos que buscam, no horizonte, a segurança alimentar e nutricional, o incentivo às práticas alimentares saudáveis, uma maior proximidade dos agentes estatais no controle da qualidade de alimentos, a vigilância nutricional e diversas outras medidas no campo da saúde¹²⁶. (MALUF, 2009)

A criação do CONSEA¹²⁷, que ocorreu em abril de 1993, representa mais um passo desse processo, pelo, qual as bases sociais passam a ter mais uma instância de discussão e proposição, bem como, portanto, para localizarem suas demandas. Há, nesse período histórico, dado o espírito do tempo lapidado pela/na participação da sociedade – na década anterior, na luta pela redemocratização do país –, significativo avanço, e a constituição desses espaços se inscreve como inovadora. No entanto, vemos que as ações se dão na (cor)relação de forças condensadas¹²⁸ e, nesse sentido, muitas foram as contradições que adentraram nesse processo e impediram mudanças mais substanciais.

Foi uma experiência marcada pelas naturais tensões entre os atores participantes, por exemplo nas relações entre a representação social e

126. Apesar desses aspectos se inscreverem como pontos positivos nesse processo, dada a natureza da forma e do conteúdo de ação da racionalidade estatal – já explicitada nos itens anteriores –, bem como as condições objetivadas na correlação de forças classistas, podemos apontar que as políticas públicas definidas a partir da constituição histórica da segurança alimentar e nutricional não são suficientes e não se inscrevem como puramente emancipatórias. Vemos que muitas dessas orientações estatais têm servido para ampliar a dominação dos trabalhadores. Para ilustrar, basta uma delas: a questão da vigilância sanitária que se coloca como poder de imposição e limite, por exemplo, para camponeses produzirem alguns produtos de valor agregado maior.

127. Órgão coletivo de consulta e assessoria da Presidência da República. Enquanto forma de representação, era composto pelo segmento governamental e não governamental. Sua primeira composição: “10 ministros de Estado e 21 representantes da sociedade civil designados por iniciativa do Presidente da República a partir de indicações do Movimento pela Ética na Política”. (MALUF, 2009, p. 82-83)

128. Traremos mais elementos teóricos no capítulo 3, na discussão acerca das concepções de Estado à luz do materialismo histórico dialético.

os setores do governo, bem como por limitações político-institucionais próprias das circunstâncias que caracterizaram o breve Governo Itamar Franco. (MALUF, 2009, p. 83)

Toda prática é transformadora. Assim, o acúmulo produzido pelo debate e no embate representa e demonstra a atuação da sociedade civil e da racionalidade estatal a partir da representação governamental. Como já demonstrado, são passos e espaços que vão introduzindo a questão da segurança alimentar e nutricional na agenda política conforme demandas de interesse nacional. Mesmo sendo um período relativamente curto – 1993 e 1994 –, avanços foram conquistados, como algumas iniciativas relevantes na implementação de programas que trataram da alimentação e da nutrição.

O segundo balanço das ações de governo no combate à fome e à miséria (PELIANO, 1994) destaca que algumas iniciativas e percepções oriundas dessas discussões ajudam a ressignificar políticas com certa longevidade, por exemplo: o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT); processos de descentralização da alimentação escolar; distribuição de alimentos às pessoas em vulnerabilidade social a partir de estoques públicos; ações que visavam ao atendimento à infância e aos assentamentos rurais; e programas de incentivo à geração de renda e trabalho.

O primeiro CONSEA, além de contribuir com os debates e nas elaborações de políticas perante o governo federal, realiza a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (I CNSA)¹²⁹ com o tema *Fome: uma Questão Nacional*, que teve grande adesão e participação de organizações e movimentos da sociedade civil. Toda a conferência, como locus de debate e participação, é um momento de síntese (do debate acumulado, expressado quase sempre no documento-base), espaço para reflexão, avaliação e formulação de novas agendas e ponto de partida das principais indicações, tanto para a sociedade civil, quanto para a racionalidade estatal¹³⁰. Segundo Burlandy (2009), a primeira conferência foi um

129. Realizada em Brasília entre os dias 27 a 30 de abril de 1994, teve quase dois mil participantes de diferentes lugares do país. Além dos delegados escolhidos nos encontros estaduais, também participaram observadores convidados.

130. Destaco ao leitor deste livro que fiz um estudo minucioso dos “cinco” documentos/relatórios finais das “cinco” Conferências Nacionais realizadas entre os anos 1994-2015. Como, no processo da pesquisa documental, a referida síntese ficou bastante longa, traremos, no capítulo 3, algumas questões centrais que permeiam o debate em todo esse processo e expres-

importante ponto de referência para as políticas de Estado daí em diante, voltadas à viabilização de condições de realização do DHAA, com perceptível foco em anseios da sociedade – mais de base popular –, sobretudo, na expressão do texto. Além disso, destaca Maluf:

O relatório final da conferência compunha-se de um documento político aprovado em plenário (“Declaração em defesa de uma política nacional de segurança alimentar”) e um documento programático consolidando as emendas apresentadas na conferência, com as condições e requisitos para uma Política Nacional de Segurança Alimentar organizados em três eixos gerais: a) ampliar as condições de acesso à alimentação e reduzir seu peso no orçamento familiar; b) assegurar saúde, nutrição e alimentação a grupos populacionais determinados; c) assegurar a qualidade biológica dos alimentos e seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis. (MALUF, 2009, p. 84)

Considerando o acúmulo dos debates, vemos que se construiu uma “espécie de consenso” – que expressa, de maneira generalizada, a confluência entre os passos dados até então –, em uma questão mais técnica e outra política. Contudo, a implementação do prescrito depende da forma como os governos acabam estruturando as suas políticas econômicas.

Em 1995, o relatório final da conferência é encaminhado ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, recém empossado. O problema alimentar e nutricional passa a ser protagonizado – e, portanto, mantido na agenda política – por segmentos da sociedade civil, o que confere a esse debate força política. Mas o Estado se retrai e o problema da fome ainda não se transforma em uma questão alimentar e nutricional. Em consonância com a política neoliberal, o modelo de desenvolvimento social se mantém voltado para os interesses do capital, em detrimento do bem-estar da população. (PINHEIRO; CARVALHO, 2010, p. 124)

sam o conteúdo material e histórico, as disputas e o imbricamento entre segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar, quando tratados tendo como referência a totalidade.

Como sabemos, no âmbito das políticas governamentais – governo Fernando Henrique Cardoso –, foi definida a estratégia de fortalecimento de uma política econômica expressiva do neoliberalismo. Assim, logo no início de seu mandato, o CONSEA é extinto¹³¹. Desse modo, as possibilidades de construção de uma política pública que visasse à implementação das ações práticas com vista à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) são, em grande medida, inviabilizadas¹³². Esse processo em construção em nível federal, que teve, enfim, vida curta, conseguiu deixar algumas contribuições, tendo em vista que vários governos estaduais e municipais passaram a incorporar essas referências e indicações de segurança alimentar e nutricional em suas ações políticas.

A característica de nossa racionalidade burocrática de priorizar políticas de governo, e não políticas de Estado, é materializada e bem expressiva no governo de Fernando Henrique. O Programa Comunidade Solidária, lançado logo após a extinção do CONSEA, é uma das expressões dessa prática. Segundo a literatura, o objetivo era de articular ações de governo com a participação da sociedade, não só na elaboração, mas, também, nas responsabilidades, buscando a inclusão social. No entanto, como era de se esperar, o Estado/governo não colocou em prática, efetivamente, a sua atribuição com vista a garantir a propagandeada proteção social.

A estratégia adotada pela Comunidade Solidária também contribuiu nessa direção. Ela pretendia “Combater a fome e a pobreza dentro de um plano de estabilização econômica” (IPEA, 1996). De um lado, conferia “selo de prioridade” a programas governamentais em áreas como mortalidade infantil, alimentação escolar, saneamento básico, agricultura familiar, ensino fundamental e geração de ocupação e

131. Maluf (2009, p. 84) destaca que praticamente não houve uma repercussão social dessa extinção, o que, para ele, demonstra o frágil enraizamento desse processo. Além desses aspectos, ele destaca também que, pelo menos, quatro fatores contribuíram para que isso ocorresse: 1) “a novidade do tema”; 2) “o caráter de transição do governo Itamar”; 3) “a zelosa resistência dos controladores da política econômica”; e 4) “a frágil atuação da maioria dos conselheiros, tanto os oriundos do governo quanto os da sociedade civil”.

132. Há a mudança de eixo no horizonte das ações governamentais. A discussão de uma política nacional de segurança alimentar e nutricional é retirada da pauta, sendo substituída pelo debate e preocupação com o combate à fome, que, embora pertinente, perante o acúmulo já construído, se torna reducionista.

renda; de outro lado, buscava a integração e convergência das ações em áreas geográficas (municípios) de maior concentração de pobreza. [...] é possível afirmar que ao se limitar a priorizar programas (em lugar de construir uma política) a Comunidade Solidária diluiu o objetivo da SAN, tendência que se viu reforçada porque esse objetivo foi subordinado à chamadas estratégias de desenvolvimento local integrado. (MALUF, 2009, p. 85)

Apesar das contradições, não se pode desconsiderar alguma pertinência desse programa na contribuição da constituição e do enfoque da segurança alimentar e nutricional no Brasil. Obviamente a extinção do CONSEA representou prejuízos devido à articulação já construída no processo entre as bases da sociedade e a racionalidade estatal. Porém, outros debates foram forjados e iniciativas indicadas em documento¹³³, como a realização da Cúpula Mundial de Alimentação.

[...] a elaboração do documento brasileiro à Cúpula Mundial da Alimentação por uma comissão tripartite (governo, sociedade civil e iniciativa privada), bem como a significativa delegação que participou da Cúpula em Roma, em 1996, colocaram em outro patamar a mobilização social pela SAN no país. Um dos produtos dessa mobilização foi a criação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), em 1998, uma rede nacional que congrega organizações sociais, pesquisadores e técnicos governamentais, com ramificações na forma de fóruns estaduais. O FBSAN conta, hoje, com mais de uma centena de entidades afiliadas, tendo desempenhado papel destacado na recriação do CONSEA com a eleição do Presidente Lula, em 2002, bem como na composição da agenda do Conselho e na articulação com outras redes que mantêm interfaces com a SAN (reforma agrária, economia solidária, agroecologia, povos indígenas, populações tradicionais, etc.). (CONSEA, 2009, p. 26)

133. Embora o texto do CONSEA passe uma visão mais otimista desse documento e do seu conteúdo – como veremos na citação –, há indicações de que não houve, em sua construção, muita participação da sociedade (de base popular) se comparado com o debate que precedeu a primeira conferência já referenciada. Outro aspecto é que o referido documento não teve sua devida defesa no pronunciamento oficial do representante do Estado brasileiro na Cúpula Mundial de Alimentação, refletindo que o tema não estava na centralidade das preocupações.

A repercussão prática foi pequena nesse momento, tendo em vista que as estratégias de governos não eram correspondentes às ações mais rigorosas perante o tema. No entanto, sobre o conteúdo do referido documento, há avanços, como destaca Maluf:

O documento, no entanto, teve dois significados importantes. Primeiro, ele apresentava um diagnóstico abrangente que revela um significativo avanço de concepção sobre o tema, sendo que as proposições nele contidas representavam o consenso possível naquele momento entre os representantes dos setores sociais envolvidos na comissão. Segundo, a opção pelo registro das divergências fornece o primeiro mapeamento dos conflitos existentes no interior da sociedade brasileira e no governo quanto às questões relacionadas com a SAN. *As controvérsias diziam respeito, principalmente, ao papel do comércio internacional, à condução da política econômica e aos rumos da reforma agrária* (Ipea, 1996). (MALUF, 2009, p. 86, destaques nossos)

Trabalhando com a materialidade de um sistema democrático, que entendendo ser o terreno ideal para uma política dessa natureza (haja vista que é pró-sistêmica, e não corresponde a mudanças de fundo mais radical), as contradições aparecem porque as forças que monopolizam e dominam o sistema se posicionam contrariamente a qualquer pequeno avanço – ou indicativo, ao menos em documento, de alternativas e novas demandas frente ao já praticado – que possa afetar, mesmo que de maneira frágil, as potencialidades dessa lógica para a expropriação da riqueza socialmente produzida e transformada em fundo público. A incompatibilidade entre democracia substancial e capital é também verificada nesse campo.

No conjunto de programas sociais voltados para os segmentos sociais mais carentes, os programas de alimentação e nutrição são exemplos paradigmáticos do padrão histórico de atuação do Estado no combate à pobreza no país. Esses programas eram, em parte, a representação desse padrão, pois sua atuação institucional acaba por refletir os mesmos problemas encontrados na implementação das políticas sociais no Brasil: a seletividade e a ineficiência; a superposição de clientelas; a expansão de coberturas às custas da quantidade e qualidade dos

alimentos distribuídos; a centralização federal da compra de alimentos; a inadequação dos produtos formulados aos hábitos alimentares da população; o elevado índice de evasão da clientela atendida e as dificuldades de captação de novos beneficiários. (PINHEIRO; CARVALHO, 2010, p. 124)

Como já indicamos, o *modus operandi* do capitalismo real, de economia de mercado, avança rumo à mercantilização da totalidade da vida social e da natureza. Desse modo, também, acolhidos sistemicamente estão a fome, o alimento, a nutrição, a desnutrição, entre outras dimensões¹³⁴. O que vemos é que as contradições latentes e sistêmicas se apresentam como possibilidades ao mesmo tempo em que os processos democráticos, antes advogados como alternativa pelo sistema do capital, hoje são suas principais vítimas. Considerando esses aspectos é que observamos um Estado parco na definição de prioridades à classe trabalhadora, enquanto se fortalecem cada vez mais as formas de controle e de ameaças aos direitos sociais. Os discursos midiáticos e de intelectuais alinhados com as forças hegemônicas colocam a participação e a luta social, o “populismo”, ou as iniciativas com base em princípios socialistas, como sendo os inimigos principais da democracia, sendo que esta agoniza pelos ataques do próprio sistema que a criou.

As discussões acerca da segurança alimentar e nutricional perseguiram, obviamente, dar as indicações gerais no terreno do entendimento, transformando a expressão documental em instrumento para que as mobilizações e as pautas tivessem respaldo em uma construção embasada técnica e politicamente.

O documento brasileiro à Cúpula Mundial propôs uma nova e ampliada definição de segurança alimentar: “*Segurança alimentar significa*

134. Destaca-se que, paralelamente a essas discussões aqui reconstituídas no tempo histórico, o setor empresarial também se manifestou – como veremos no próximo capítulo –, organizando-se politicamente com a fundação da Associação Brasileira de Agronegócio (ABAg). A intencionalidade dessa associação frente ao tema da segurança alimentar é manifestada publicamente em textos, colocando o tópico referido no eixo da responsabilidade social empresarial, dos representantes do agronegócio, os quais se posicionam como os principais promotores da segurança alimentar. Ainda acerca desses termos, a ABAg indicava a questão trabalhada como uma indutora de processos de desenvolvimento, o que, de fato, caracteriza implicitamente a apropriação e o olhar desse setor econômico e social frente ao alimento.

garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana”. Essa definição foi o ponto de partida para aquela que veio a ser aprovada na II CNSAN (2004) e adotada pelo Consea. (MALUF, 2009, p. 87, destaques nossos)

O segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso re-dimensionou algumas estratégias do ponto de vista administrativo, nas quais as responsabilidades até então encaminhadas pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) foram assumidas pela Área Técnica de Alimentação e Nutrição, criada no Ministério da Saúde (PINHEIRO; CARVALHO, 2009), que, efetivamente, pouco pôde desenvolvê-las em termos práticos, pelo quadro profissional reduzido e, sobretudo, pela falta de direcionamento da função desses profissionais, uma vez que não havia uma decidida orientação institucional.

Em 1998, foram iniciados as discussões e os processos para a formulação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Em 1999, mais um passo é dado e um marco fundamental é registrado: trata-se da aprovação, pelo Conselho Nacional de Saúde, de uma PNAN. É elaborada levando em consideração as bases propostas nas discussões e nas tentativas práticas com vista à promoção do DHAA. Fundamentalmente, o conteúdo implícito e explícito nessas discussões indicava a necessidade histórica de se ter efetivamente as condições objetivas – sobretudo pela política econômica – para a construção de uma política de segurança alimentar e nutricional.

O CONSEA foi reconstituído em janeiro de 2003 (no primeiro mês de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva) como instância consultiva e propositiva – portanto, com a finalidade de assessorar diretamente a Presidência da República. De modo geral, o conselho tinha a incumbência de propor as diretrizes da PNSAN, além de fazer o monitoramento da implementação dos programas e projetos que compunham o Programa Fome Zero e buscar prover os avanços conceituais, para dar conta do processo de execução de ações correspondentes ao enfoque da segurança alimentar e nutricional. (MALUF, 2009)

Nesse novo contexto, a promoção do diálogo entre setores do governo e setores da sociedade (de base popular) foi um dos méritos da atuação do CONSEA¹³⁵, sendo possível, a partir dessa articulação, manter, na agenda política do governo, a perspectiva da construção de uma política nacional para o tema. (PADRÃO; TREVISANI; CALDEIRA, 2015) O CONSEA, a partir de sua reconstituição, realizou quatro CNSANs¹³⁶, nos anos de 2004, 2007, 2011 e 2015. É importante destacar que, nos debates, fizeram-se presentes: pertinentes pesquisadores, agricultores, militantes de movimentos sociais, organizações comunitárias sociais, instituições privadas e representantes de ministérios e secretarias governamentais. Isso demonstra que o avanço no debate acerca do tema já congrega, entre vários aspectos, a necessária intersetorialidade e representações de diferentes segmentos sociais.

A II CNSAN, em 2004¹³⁷, teve como tema *A Construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. O principal destaque a ser dado foi a definição e a sistematização de um conjunto de fundamentos e princípios que visavam subsidiar a elaboração do Projeto de Lei Orgânica para a Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Seguindo a tradição das conferências no Brasil, essa também teve uma preparação anterior calcada em reflexões acumuladas e externadas em texto-base. Nesse sentido, a discussão foi pautada em grandes áreas e eixos temáticos, que, segundo Maluf (2009, p. 96), foram organizados da seguinte forma:

- (a) produção de alimentos, (b) acesso aos alimentos, (c) ações em alimentação e nutrição e (d) questões institucionais. Cada uma dessas

135. Foi observado um crescente número de constituição de conselhos em diversas partes do Brasil, tanto no âmbito das esferas estaduais quanto das municipais.

136. Sendo o espaço oficial para o debate e participação dos segmentos que compõem o tecido social, essas conferências buscaram alternativas de superação das linhas limítrofes identificadas “nas diferentes regiões do país por diversos agentes e movimentos que participam dos conselhos nacional, estadual e municipal”. (PADRÃO; TREVISANI; CALDEIRA, 2015, p. 67)

137. Realizada entre os dias 17 e 20 de março de 2004, em Olinda, Pernambuco. “[...] teve a participação registrada de 1.379 pessoas, sendo 1.111 delegados e 268 observadores. O número de delegados indicados pelas conferências estaduais (precedidas de conferências municipais ou sub-regionais) foi estabelecido de acordo com a população de cada Estado e a proporção de pessoas pobres nos mesmos, assegurada maioria de dois terços provenientes da sociedade civil; vagas especiais foram destinadas a representantes de segmentos com dificuldade de representação nos encontros estaduais (indígenas, quilombolas e portadores de deficiência)”. (MALUF, 2009, p. 96)

áreas englobava vários temas, tais como trabalho e renda, modelos de produção, recursos naturais, abastecimento e regulação de mercados, alimentação saudável, cultura alimentar, ações emergenciais, alimentação escolar, monitoramento e avaliação e participação social. (MALUF, 2009, p. 96-97)

Esse entendimento elaborado na conferência transformou-se em minuta da lei que foi apreciada e aprovada pelo Congresso Nacional. Trata-se da Lei nº 11.346, de 15/9/06¹³⁸. De acordo com Padrão, Trevisani e Caldeira (2015, p. 67),

Nesta trajetória, com avanços e retrocessos, apesar de previsto em diversos tratados e declarações internacionais, foi apenas em 2006, com a aprovação da LOSAN, que o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAAS) ganhou status legal.

A inclusão, no arcabouço jurídico, dessa temática significa, sem sombra de dúvidas, avanço. A referida lei, como descrito em sua minuta, “Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN¹³⁹ com vistas em assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada e dá outras providências”. (BRASIL, 2006b) Além de coroar a alimentação adequada como direito fundamental, a lei traz basicamente o conteúdo acumulado nos debates, transformando-o, agora, em imperativo legal. Destaca-se, no entanto, que, dada a forma como se estrutura a racionalidade estatal (nos diferentes níveis e esferas de governos) em fragmentos com certo grau de autonomia administrativa e orçamentária, normalmente, temas que se inscrevem como multidimensionais e intersetoriais, se transformados em políticas públicas sem essas prerrogativas, enfrentam linhas limítrofes.

A transversalidade do tema e o requisito da intersetorialidade dos programas e projetos, quando confrontadas com as sabidas dificuldades

138. Lei Orgânica de Soberania Alimentar e Nutricional. Em especial, no capítulo 3, ao retomarmos as CNSANs, mais elementos de sua imperatividade serão evidenciados.

139. Designação que contempla todos os envolvidos – instituições, movimentos sociais, instâncias de decisões e instrumentos de planejamento e gestão – que participam das políticas de segurança alimentar e nutricional.

para coordenar as ações de diferentes setores da administração pública e destes com a sociedade civil, deixam claro o papel a ser cumprido pelos Conseas como instâncias de “pactuação” ou de “concertação” de enfoques e interesses diferenciados. (MALUF, 2009, p. 95, destaques nossos)

Em 2007, foi realizada a III CNSAN¹⁴⁰, com o tema *Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional*¹⁴¹. A discussão desenvolvida teve certo grau de centralidade no processo de implementação e concretização dos princípios e das diretrizes que nasceram do debate anterior na constituição da LOSAN. Os eixos temáticos foram: 1) segurança alimentar e nutricional nas estratégias nacionais de desenvolvimento; 2) PNSAN; e 3) Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Como destaca o relatório final, os eixos temáticos foram discutidos e trabalhados levando em consideração (ou permeados por) algumas premissas. São elas: equidade; diversidade; sustentabilidade; soberania alimentar; DHAA; participação e controle social; descentralização; intersetorialidade. (CONSEA, 2007)

Dentre vários aspectos, podemos destacar a definição acerca de alimentação adequada e saudável¹⁴², que, do ponto de vista da elaboração conceitual, agrega um conjunto de dimensões fundamentais para a construção da política e para a realização humana.

140. Realizada em Fortaleza, Ceará, nos dias de 3 a 6 julho de 2007. A III CNSAN contou com a participação de diversos segmentos da sociedade civil organizada e representantes de órgãos públicos das três esferas de governo, totalizando mais de 2.100 representantes. Os participantes estavam divididos nas seguintes categorias: delegados estaduais, eleitos nas conferências estaduais conforme número de vagas definidas no regimento da conferência, mantendo a proporção de 1/3 de delegados governamentais e 2/3 da sociedade civil, incluindo-se cotas para segmentos específicos; delegados nacionais, representados pelos conselheiros do CONSEA Nacional e representantes do governo federal; 360 convidados nacionais e 70 internacionais oriundos de 23 países. Sua realização representa a consolidação de um amplo processo de mobilização e participação social pela afirmação da segurança alimentar e nutricional como um direito humano fundamental e uma expressão da soberania alimentar dos povos. (CONSEA, 2007, p. 7-12)

141. Note que o conceito principal que trabalhamos passa a se fazer presente de maneira mais explícita a partir desta III CNSAN, mesmo que, em diversos momentos durante a II CNSAN, já aparecesse, mas de forma implícita ou até mesmo subalternizada. No capítulo 3, durante a análise mais detalhada, aparecerá essa questão.

142. Eixo temático 2 (PNSAN), Diretriz 1 – Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável.

A alimentação adequada e saudável é a realização de um direito humano básico, com a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, pautado no referencial tradicional local. *Deve atender aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação, prazer (sabor), às dimensões de gênero e etnia, e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livre de contaminantes físicos, químicos, biológicos e de organismos geneticamente modificados* (CONSEA, 2007, p. 31, destaques nossos)

O coletivo se debruçou nas discussões, em grande parte na busca de encontrar caminhos e expressar as potencialidades implícitas e explícitas na Lei nº. 11.346, de 15/9/06, tendo em vista que os encaminhamentos e as deliberações (tanto para a constituição das diretrizes, quanto para as prioridades), de modo geral, eram direcionados com a intenção de vislumbrar as condições objetivas para construção da PNSAN para a garantia e realização do DHAA e da soberania alimentar.

Note-se que, aos poucos, o conceito de soberania alimentar passa a fazer parte dos debates, dos objetivos e, fundamentalmente, a ser advogado como estratégico ao se tratar questões inerentes ao direito à alimentação adequada e saudável. Em certa medida, pode-se trabalhar com a hipótese de que a sua inserção é sobretudo garantida pelo acúmulo do debate que vem sendo construído pelos movimentos sociais de base popular, e que suas representações nas conferências passam a abordar o tema, demonstrando a sua amplitude e pertinência num projeto societário de classe.

A III Conferência reafirmou que o objetivo da Segurança Alimentar e Nutricional implica uma concepção de desenvolvimento sócio-econômico que questiona os componentes do modelo hegemônico no Brasil geradores de desigualdade, pobreza e fome e com impactos negativos sobre o meio ambiente e a saúde. A busca desse objetivo requer que a PNSAN seja orientada por seis diretrizes integradoras dos diferentes setores de governo e da sociedade civil: (i) promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável; (ii) estruturar sistemas justos, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento

e distribuição de alimentos; (iii) instituir processos permanentes de educação e capacitação em segurança alimentar e nutricional e direito humano à alimentação adequada; (iv) ampliar e coordenar as ações de segurança alimentar e nutricional para povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais definidos pelo decreto n. 6.040/2007; (v) fortalecer as ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais políticas de segurança alimentar e nutricional; (vi) promover a soberania e segurança alimentar e nutricional em âmbito internacional. (CONSEA, 2007, p. 12)

A Emenda Constitucional (EC) n° 64, de 4/2/10, ao inserir a alimentação como um direito fundamental¹⁴³, corresponde a um avanço estratégico, especialmente por modificar a nossa Carta Magna, tendo um impacto positivo – pelo menos em potencialidade – nas relações entre o Estado e os cidadãos e cidadãs. Do ponto de vista prático, ampliam-se as condições e a eficácia vertical dos direitos fundamentais, ao “induzir” o poder público a adotar as políticas públicas e a expedir as normativas necessárias para garantir a efetividade dessas políticas e a segurança dos direitos. Também institui parâmetros que definem a eficácia horizontal entre os cidadãos e instituições, como nos atos organizativos, para pressionar o Estado e elaborar as proposições com vista a garantir esse direito fundamental.

Vale destacar que a aprovação dessa EC foi resultante de intensa e bem-articulada mobilização social, sobretudo por aqueles que estão diretamente ligados ao debate do direito à alimentação, pontuando, portanto, uma base social mais popular. A presente EC modificou o artigo 6° de nossa Carta Magna (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988), inserindo o direito humano à alimentação no rol dos direitos sociais fundamentais¹⁴⁴. O advento dessa EC, além de garantir o direito à alimentação, expõe e explicita graus de inconstitucionalidade de outras peças legais (infraconstitucionais) que materializam um conjunto de contradições, efetivando

143. É importante destacar que, desde 1993, o direito à alimentação foi elevado ao patamar daqueles garantidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, em decisão feita pela antiga Comissão para os Direitos Humanos das Nações Unidas.

144. Em sua ementa, “Altera o artigo 6° da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. [...] E em seu Artigo 1°, dá nova redação ao Artigo 6° da Constituição: ‘Artigo 6°: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição’”. (BRASIL, 2010b)

linhas limítrofes ao acesso e ao direito à alimentação. Ao sustentar a tese de aplicação direta do direito, transforma-se em forte instrumento de luta para a classe trabalhadora.

Outro marco importante, no arcabouço jurídico estatal, que visa corresponder à implementação da PNSAN, foi o Decreto nº 7.272, de 25/8/10, que regulamenta as ações do Estado a partir da Lei nº 11.346, de 15/9/06. Em linhas gerais, vale destacar algumas partes do mencionado decreto:

Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.

Art. 1º Este Decreto define as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, dispõe sobre a sua gestão, mecanismos de financiamento, monitoramento e avaliação, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, e estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 2º Fica instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, com o objetivo geral de promover a segurança alimentar e nutricional [...], bem como assegurar o direito humano à alimentação adequada em todo território nacional. (BRASIL, 2010a)

O conteúdo dessa peça legal é bastante interessante. Ao observar todos os dispositivos, vemos que, de certa forma, expressam, de maneira significativa, o acúmulo do debate, e inserem as grandes dimensões que o entendimento construído pôde garantir, agora na forma da lei. Do ponto de vista das noções até então construídas, percebe-se que estas foram contempladas nas suas diretrizes¹⁴⁵, que orientaram a elaboração da

145. De acordo com o artigo 3º do decreto: “I- promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; II- promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos; III- instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada; IV- promoção, universalização e coordenação das ações de

PNSAN. Nos objetivos¹⁴⁶, estão prescritas as instruções para as condutas no sentido de conhecer a materialidade social e agir sobre ela. Além disso, considerando os aspectos de gestão da política e do SISAN, estabelece os mecanismos e as formas para a adesão ao sistema por parte dos entes federados e organizações que não visam a fins lucrativos. Como sabemos, o “instrumento de pactuação definido pela PNSAN foi o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN)”. (PADRÃO; TREVISANI; CALDEIRA, 2015, p. 67)

O primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) foi elaborado em 2011¹⁴⁷ para o período que compreende os anos de 2012, 2013, 2014 e 2015. Além de se concretizar como um instrumento de monitoramento das metas que foram estabelecidas no

segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de que trata o art. 3º, inciso I, do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos indígenas e assentados da reforma agrária; V- fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional; VI- promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura; VII- apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei nº 11.346, de 2006; e VIII- monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada”. (BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2010a)

146. “Art. 4o Constituem objetivos específicos da PNSAN: I- identificar, analisar, divulgar e atuar sobre os fatores condicionantes da insegurança alimentar e nutricional no Brasil; II- articular programas e ações de diversos setores que respeitem, protejam, promovam e provejam o direito humano à alimentação adequada, observando as diversidades social, cultural, ambiental, étnico-racial, a equidade de gênero e a orientação sexual, bem como disponibilizar instrumentos para sua exigibilidade; III- promover sistemas sustentáveis de base agroecológica, de produção e distribuição de alimentos que respeitem a biodiversidade e fortaleçam a agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais e que assegurem o consumo e o acesso à alimentação adequada e saudável, respeitada a diversidade da cultura alimentar nacional; e IV- incorporar à política de Estado o respeito à Soberania Alimentar e a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, inclusive o acesso à água, e promovê-los no âmbito das negociações e cooperações internacionais”. (BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2010a)

147. O primeiro PLANSAN “foi elaborado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), incluindo um processo de consulta ao CONSEA, e aprovado pelo Pleno Ministerial da Caisan, composta por dezenove ministérios. Este Plano apresenta objetivos, metas e iniciativas voltadas para o acesso à alimentação adequada e à água, ao fortalecimento da agricultura familiar, ao abastecimento alimentar e à promoção da alimentação saudável e adequada”. (BRASIL/SISAN, 2014, p. 9)

conjunto de ações e políticas para a realização da segurança alimentar e nutricional, é um aporte para a consolidação do SISAN e um avanço nos debates e na institucionalização da PNSAN.

De maneira estratégica, o plano foi elaborado levando em consideração as metas e os objetivos contemplados no Plano Plurianual (PPA) para o período de 2012 a 2015. De modo geral, buscou-se inserir a questão da segurança alimentar e nutricional na “esfera estratégica do planejamento da ação pública a tão procurada intersectorialidade”. (SISAN, 2014, p. 9) Foi a partir desses elementos que houve uma articulação maior entre as funções e os setores do governo federal na busca de monitorar as metas, avaliar as políticas e, fundamentalmente, poder fazer uma análise mais completa e intersectorial dos resultados que vão se efetivando¹⁴⁸.

Também em 2011, foi realizada a IV CNSAN¹⁴⁹ com o tema *Alimentação Adequada e Saudável: Direito de Todos*. Ganhou centralidade nos debates, encaminhamentos, deliberações e proposições a busca de garantir o atendimento do propalado direito humano à alimentação adequada e saudável (DHAAS). Logicamente, alguns pontos das discussões acumuladas são radicalizados, tendo em vista que o discurso oficial, em algumas dimensões, colide com a materialidade social existente, em face da defesa, pelo discurso hegemônico, para a garantia da alimentação. O ponto, por exemplo, de buscar garantir alimento adequado e saudável

148. “Para garantir a intersectorialidade e a agregação das diversas áreas da SAN, participaram na discussão do Plansan 2012/2015 os dezenove ministérios que compõem a Caisan: Casa Civil e Secretaria-Geral da Presidência, Desenvolvimento Social (MDS), Agricultura, Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Desenvolvimento Agrário (MDA), Educação (MEC), Saúde (MS), Fazenda, Justiça, Meio Ambiente (MMA), Pesca e Aquicultura (MPA), Integração, Cidades (MCidades), Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Relações Exteriores (MRE), Secretaria de Políticas de 10 Orientações para a Elaboração de um Plano de Segurança Alimentar e Nutricional nos estados e municípios Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e Trabalho e Emprego (MTE)”. (BRASIL/SISAN, 2014, p. 9-10)

149. Realizada entre os dias de 7 a 10 de novembro de 2011 em Salvador, Bahia. As discussões foram organizadas sobre três eixos fundamentais: 1) avanços, ameaças e perspectivas para a efetivação do DHAAS e da soberania alimentar; 2) Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e 3) Sistema e Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Participaram “1.626 delegados e delegadas da sociedade civil e governamentais, eleitos em conferências municipais, territoriais/ regionais, do Distrito Federal e estaduais ocorridas por todo o país, processo que envolveu cerca de 75.000 pessoas e representantes de mais de 3.000 municípios. A eles se juntaram cerca de 400 convidados(as) nacionais e estrangeiros(as) de todos os continentes”. (BRASIL, 2011, p. 25)

insere definitivamente vários aspectos que devem ser ressignificados e transformados na prática produtiva dos alimentos.

Nesse sentido, as “novas bases para a produção e o consumo de alimentos foram discutidas e orientadas para a Soberania Alimentar; bem como para SAN”. (PADRÃO; TREVISANI; CALDEIRA, 2015, p. 68) Destacadamente, essa conferência teve a participação de diversos segmentos de trabalhadores e de seres sociais, que, de uma maneira ou de outra, expressam e têm correlação com a questão alimentar, colocando em vista o entendimento desenvolvido e acumulado durante os processos anteriores de discussões na sociedade. Desse modo, a composição da conferência expressa a complexa diversidade étnica-racial, social e cultural da sociedade brasileira e, de certa forma, mostra a multidimensionalidade das questões nas quais se deve ancorar a discussão e as bases materiais da alimentação.

Participaram agricultores(as) familiares, profissionais e técnicos(as) com variadas formações, gestores(as) públicos(as) dos três níveis de governo, povos indígenas, população negra e representantes dos povos e comunidades tradicionais – quilombolas, povos de terreiro, extrativistas, ribeirinhos(as), pescadores(as) artesanais, caiçaras, pantaneiros(as), geraizeiros(as), catingueiros(as), vazanteiros(as), marisqueiros(as), seringueiros(as), faxinalenses, comunidades de fundo de pasto, pomeranos(as) e povos ciganos. Um elevado percentual de participantes foi constituído de mulheres, além da importante presença de idosos, jovens e pessoas com deficiências e necessidades alimentares especiais. (BRASIL, 2011, p. 25)

A trajetória da discussão acerca da segurança alimentar e nutricional vai, aos poucos, se constituindo; por um lado, toda a estratégia para a efetivação das políticas públicas e, por outro, a identificação das bases e dos sujeitos sociais fundamentais para essa realização. É nesse sentido que a questão da soberania alimentar passa a ser o grande projeto. Primeiro porque esse olhar mais radicalizado impõe, ao momento histórico, que a busca por segurança alimentar e nutricional se inscreva como uma pertinente mediação, e, segundo, é que, a partir da inserção desses sujeitos sociais no debate, o processo de ideação – sobretudo da noção e das proposições políticas – se dá pela relação histórico-material com o problema em questão.

A Conferência debateu e deliberou sobre proposições voltadas para proteger, promover, respeitar e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável no Brasil e no mundo, direito fundamental e universal previsto na Constituição brasileira. Sua importância se vê aumentada num momento em que o mundo sofre as consequências de várias crises interligadas (econômica, financeira, alimentar, ambiental, climática, energética e política), algumas delas agravadas, desde o *diagnóstico feito na 3ª Conferência Nacional, em 2007. O encarecimento dos preços dos alimentos, o desemprego e os cortes orçamentários em programas sociais ampliaram ainda mais o número de famintos e de pessoas desprotegidas no mundo. Eventos climáticos têm afetado, com maior gravidade, tanto as condições de moradia quanto a capacidade de produzir alimentos dos mais pobres.* (BRASIL, 2011, p. 25, destaques nossos)

Vemos, portanto, que o debate teve que se preocupar com os dados que demonstram retrocessos e que constituem práticas e resultados que colidem com todo o discurso hegemônico que embasa a questão principal trabalhada. Vale destacar que o conteúdo explicativo e a experiência brasileira nas políticas públicas têm suas especificidades, fundamentalmente pela construção mais coletiva e pautada no debate articulado entre a base social e a racionalidade estatal. Os indicativos fundamentais da conferência são, portanto, a necessidade de aperfeiçoamento das ações em busca da segurança alimentar e nutricional, que, dada a (cor)relação de forças, estão sempre imbricadas no terreno da disputa; as condições objetivas de monitoramento (sociedade civil e Estado); e, sobretudo, o controle social, pelas bases populares, orientado pelos princípios da soberania alimentar. Além dessas questões, o explícito apontamento para a necessária busca e promoção das novas bases produtivas e de consumo no Brasil ressignifica e amplia o debate e o entendimento acerca da pauta alimentar.

Cabe avançar imediatamente: na concretização do direito à terra, nos programas da reforma agrária, reconhecendo a função social da terra, nas dimensões trabalhista, sociocultural, econômica e ambiental, conforme a Constituição; na garantia dos direitos territoriais e patrimoniais e no acesso à terra e recursos naturais para os povos

indígenas, incluindo não aldeados, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, como condição primordial para a garantia da Soberania Alimentar e realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. Os participantes da Conferência repudiam a violência no campo que resulta no assassinato de lideranças e trabalhadores da terra. (BRASIL, 2011, p. 27-28)

Outro aspecto importante nesse processo foi a aprovação do Decreto nº 7.794, de 20/8/12, que instala a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Tal decreto é uma resposta governamental às solicitações dos movimentos e organizações sociais¹⁵⁰. Destaca-se, como uma das razões, a forte luta desenvolvida pelas mulheres camponesas em 2012. Houve a participação efetiva de vários segmentos da sociedade de base popular na elaboração do conteúdo da proposta para o decreto, que não foi contemplada na íntegra, mas que, de certa forma, teve sua grande maioria incorporada no texto final. É a partir desse marco jurídico que se inicia um conjunto de ações e debates com vista à elaboração do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), tendo como responsável a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), paritária entre governo e sociedade civil.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, caput, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 50 da Lei no 10.711, de 5 de agosto de 2003, e no art. 11 da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, DECRETA:

Art. 1º- Fica instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

150. Os documentos apontam que a assinatura do decreto expressa “o compromisso do governo federal em integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutores da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, identificados em seu principal instrumento que é o PLANAPO, lançado em outubro de 2013”. (BRASIL, 2014, p. 3)

Parágrafo único. A PNAPO será implementada pela União em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios, organizações da sociedade civil e outras entidades privadas.

Art. 2º- Para fins deste Decreto, entende-se por: I – produtos da sociobiodiversidade - bens e serviços gerados a partir de recursos da biodiversidade, destinados à formação de cadeias produtivas de interesse dos beneficiários da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, para gerar renda e melhorar sua qualidade de vida e de seu ambiente; II – sistema orgânico de produção – aquele estabelecido pelo art. 1º da Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, e outros que atendam aos princípios nela estabelecidos; III – produção de base agroecológica – aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003, e sua regulamentação; e IV – transição agroecológica – processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica.

Art. 3º- São diretrizes da PNAPO: I – promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica isentos de contaminantes que ponham em risco a saúde; II – promoção do uso sustentável dos recursos naturais, observadas as disposições que regulem as relações de trabalho e favoreçam o bem-estar de proprietários e trabalhadores; III – conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados, por meio de sistemas de produção agrícola e de extrativismo florestal baseados em recursos renováveis, com a adoção de métodos e práticas culturais, biológicas e mecânicas, que reduzam resíduos poluentes e a dependência de insumos externos para a produção; IV – promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental

da agricultura e do extrativismo florestal, e priorizem o apoio institucional aos beneficiários da Lei nº 11.326, de 2006; V – valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais, especialmente àquelas que envolvam o manejo de raças e variedades locais, tradicionais ou crioulas; VI – ampliação da participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica; e VII – contribuição na redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres. (BRASIL, 2012)

O decreto ainda institui os instrumentos para a implementação da PNAPO. Destaca também as orientações gerais para a elaboração do PLANAPO, além de definir e orientar as competências atribuídas à CNAPO e à Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), entre outros aspectos.

A elaboração da Política e do Plano de Agroecologia levaram em conta as evidências de relação direta entre o crescente uso de agrotóxicos na agricultura e dramas socioambientais marcados especialmente pela degradação da saúde e da qualidade de vida da população, com destaque para as famílias rurais. É dever do Estado enfrentar a situação, vergonhosa, que faz com que o Brasil seja, desde 2008, o país no qual mais se consome agrotóxicos no mundo. (ANA, 2015, p. 3)

A partir do acúmulo teórico desenvolvido nas discussões e da inserção, no arcabouço jurídico, da necessidade de pensar estratégias e políticas que possam direcionar e fortalecer a produção de alimentos (com qualidade nutricional e ambientalmente correta), inicia-se, com um grupo de trabalho, a elaboração, em 2013, do Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PRONARA). Depois de um processo de construção, em 2014, o documento passou pela análise de setores do governo e seguiu para as avaliações dos ministérios. Em linhas gerais, esse documento aponta um conjunto de alternativas para a redução de veneno na produção (lavouras) e indica, fundamentalmente, a necessária transição para uma produção agrícola com base agroecológica, com o

intuito de garantir alimentos mais saudáveis e com melhor qualidade nutricional a todas as pessoas, tanto do campo quanto da cidade.

Segundo Fran Paula, integrante da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica para construção do Pronara, “o programa é hoje um avanço concreto de mudança. O Brasil se tornou uma grande lixeira tóxica das multinacionais. Os 06 eixos que estruturam o programa preveem medidas emergenciais de restrições e legislativas para frear o uso de agrotóxicos no Brasil”. São eles: “1) o Registro visa ampliar a oferta e o acesso aos agrotóxicos de baixo perigo e risco para a saúde e meio ambiente e reduzir a disponibilidade, uso e acesso aos demais agrotóxicos; 2) o Controle, Monitoramento e Responsabilização da Cadeia Produtiva, cuja proposta é avaliar, controlar, fiscalizar, monitorar e restringir o uso de agrotóxicos; 3) o Medidas Econômicas e Financeiras, que prevê medidas para desestimular a utilização de agrotóxicos, com ênfase nos produtos de maior risco e perigo toxicológico e ecotoxicológico; 4) o Desenvolvimento de Alternativas, que tem como objetivo a ampliação e o fortalecimento da produção, comercialização e uso de produtos fitossanitários de menor perigo e risco à saúde e ao meio ambiente, principalmente os apropriados para uso na produção orgânica e de base agroecológica e estimular o desenvolvimento e a implementação de práticas e técnicas de manejo visando a prevenção e controle de problemas fitossanitários que permitam a redução da dependência de insumos externos e criar zonas de uso restrito e zonas livres da influência de agrotóxicos e transgênicos; 5) o Informação, participação e controle social, com o propósito de garantir o acesso à informação, à participação e o controle social quanto aos riscos e impactos dos agrotóxicos à saúde e ao meio ambiente; 6) o Formação e capacitação, que propõe a qualificação da ação de profissionais, agricultores, consumidores e sociedade civil organizada em geral para o combate aos impactos e redução dos agrotóxicos e promoção da agricultura de base agroecológica e orgânica” [...]. (CELEIRO, 2015, *s/p*)

Considerando os objetivos do PLANAPO, entre vários aspectos, um dos grandes desafios é justamente desenvolver, potencializar e articular

[...] medidas concretas que possibilitem a transformação da realidade atual da agricultura brasileira, através da criação de políticas públicas que induzam uma crescente redução no uso de agrotóxicos e a promoção da agricultura de base agroecológica. (ANA, 2015, p. 3)

A V CNSAN ocorreu em Brasília, Distrito Federal, nos dias de 3 a 6 de novembro de 2015, com o tema *Comida de Verdade no Campo e na Cidade: por Direitos e Soberania Alimentar*¹⁵¹. As discussões ancoraram-se em três eixos principais: 1) comida de verdade: avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar; 2) dinâmicas em curso, escolhas estratégicas e alcance da política pública no campo da soberania e segurança alimentar e nutricional; e 3) fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Tomando como base o relatório final da quinta conferência, verifica-se que o tema indicou um debate acerca de acúmulo e avanços, tanto em respeito ao conceito e perspectiva, quanto à experimentação da sociedade brasileira nos últimos anos na busca e para a conquista do direito à alimentação adequada e saudável, assim como de aspectos das bases materiais direcionados à soberania alimentar. É fundamental destacar que a conferência se pautou num enfoque para o debate considerando a totalidade concernente ao tema e uma visão integradora que leva em consideração as diferentes dimensões e processos que encerram e materializam a realização do alimento no prato das pessoas. Obviamente que, devido às conferências anteriores, dado o acúmulo dos debates e o movimento do real (estruturas), as elaborações e proposições expressam esse avanço significativo e, de modo geral, as contradições que manifestam o processo material em construção.

151. “[...] participaram 2.107 pessoas com 54% de mulheres. Povos indígenas de várias etnias, população negra, povos tradicionais de matriz africana e povos de terreiro, povos ciganos, comunidades quilombolas e cerca de 30 identidades coletivas das comunidades tradicionais, expressão de nossa sociedade pluriétnica e de nossa diversidade sociocultural, bem como as representações dos vários segmentos urbanos e rurais, que muitas vezes vivem a situação de insegurança alimentar e nutricional, marcaram significativamente o sentido das propostas da Conferência. Destaca-se também a realização do Encontro Internacional, que reuniu representantes de 30 países de várias regiões do mundo. Em relação às Conferências anteriores, a 5ª Conferência contou com o maior número de participantes internacionais”. (CONSEA, 2016, p. 11)

Inscrevem-se como relevantes, durante a conferência, os atos de assinatura de decretos e de portaria interministerial que fortalecem a PNSAN. O Decreto nº 8.552, de 3/11/15, regulamenta a Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos e Produtos de Lactentes e Crianças da Primeira Infância (NBCAL). O ato é correspondente ao imperativo prescrito na Lei nº 11.265, de 3/1/06¹⁵². Outro decreto pertinente é o nº 8.553, de 3/11/15 (publicado no Diário Oficial da União no dia 4 de novembro), que institui o Pacto Nacional pela Alimentação Saudável. É correlato e correspondente ao imperativo da Lei nº 11.346, de 15/9/06. De acordo com o artigo 1º do decreto:

Fica instituído o Pacto Nacional para a Alimentação Saudável, com a finalidade de ampliar as condições de oferta, disponibilidade e consumo de alimentos saudáveis e combater o sobrepeso, a obesidade e as doenças decorrentes da má alimentação da população brasileira. (BRASIL, 2015)

E, correlata a essas demandas e indicações, está também a proposta de lançamento do PRONARA, que, em certa medida, compôs as discussões e teve o apoio da conferência¹⁵³. Inscreve-se como marco importante a publicação e o anúncio da portaria interministerial¹⁵⁴ que cria o Programa Nacional de Sementes e Mudanças para a Agricultura Familiar.

As cinco CNSANs que o CONSEA organizou nesse período aqui analisado se transformaram em espaços realmente participativos (em todas as etapas de cada conferência) e com o debate altamente qualificado. Notam-se os grandes avanços conseguidos em todas elas ao tratar da questão que compreende a sua realização enquanto local oficial de discussão, e, também, do seu reconhecimento, credibilidade e fortalecimento

152. Ementa: “Regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos”. (BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006a)

153. Destaca-se que, apesar do conteúdo do PRONARA ter sido levado em consideração nos debates, o lançamento do programa que estava previsto não ocorreu, conforme moção de repúdio nº 3: “Moção de repúdio ao não lançamento do Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PRONARA) na 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”. (CONSEA, 2015, p. 103)

154. Portaria Interministerial nº 1, de 21/12/15, anunciada pela ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, e pelo ministro de Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias. (CONSEA, 2015)

político como espaço de reflexão, avaliação das políticas, ações e programas de segurança alimentar e nutricional. Os eventos realizados demonstram que é possível conciliar (apreendendo) os conhecimentos científicos e populares na consolidação do entendimento e da noção acerca do tema. Além das dimensões dos saberes, foram espaços de trocas de experiências das diferentes organizações e movimentos sociais de base popular.

Esta temática, longe de se restringir às áreas da saúde e nutrição, é objeto de investigação, debates, políticas sociais, disputas e participação de amplos e diversificados segmentos governamentais e da sociedade civil que estão implicados com a agricultura, urbana e rural, com a cultura e a indústria alimentar, com o acesso à terra, as religiões, os movimentos de mulheres, de negros, de indígenas, as desigualdades de gênero e sociais, a sustentabilidade ambiental, entre outros campos de estudos e interesses. (PADRÃO, 2015, p. 6)

Considerando todo o processo, não nos resta dúvida de que houve significativos avanços nas diversas áreas e dimensões que compõem o tema e a problemática da alimentação; tanto nas condições teóricas, nos instrumentos de coleta de dados, no interesse pelo tema da sociedade de modo geral, quanto nas políticas que foram, a cada passo, sendo implementadas (dando concretude ao sentido e capacidade explicativa à política social de segurança alimentar e nutricional¹⁵⁵). Observando o conjunto de programas e ações que fazem essa intencionalidade, nos diferentes setores da gestão pública e níveis da federação, temos, portanto, o indicativo de que houve, e de que há, o envolvimento dos diferentes setores e instâncias que mantêm alguma ligação com o problema.

[...] o avanço da Segurança Alimentar e Nutricional no país, por seu caráter amplo e transversal – além de suas características interdisciplinares e intersetoriais – tende a contrariar interesses de diferentes

155. Considerando a atual conjuntura brasileira, Padrão, Trevisani e Caldeira (2015, p. 64) alertam que, “no atual cenário de crise econômica e política que atinge o país, é admissível que ocorram retrocessos, descontinuidades ou morosidades na implementação dos diversos programas que constituem a política de SAN. Esta perspectiva é decorrência da intrínseca relação entre a restrição de investimentos em políticas públicas sociais e as crises de acumulação do capital, em particular quando prevalece a opção por uma política ortodoxa, de austeridade fiscal, que acirra a disputa pelo fundo público”.

frações do capital, que se fortaleceram e ampliaram seus espaços no bloco instituído no poder, dificultando a efetivação dessa política. Um dos principais segmentos reconhecidos por essa característica é o capital produtor e exportador de commodities, que abarca, em especial, o agronegócio e as diferentes atividades atreladas a este mercado, como o setor de produção de sementes geneticamente modificadas e de agrotóxicos (FILGUEIRAS, 2014). O capital também cria barreiras para o atendimento às demandas de movimentos sociais, como: reforma agrária; ocupação de áreas nos centros urbanos para ampliação da agricultura familiar; e a demarcação de terras indígenas, para citar alguns exemplos que poderiam contribuir para a concretude da SAN. Esses enfrentamentos emergem e tendem ao acirramento num contexto de crise e disputa do fundo público. (PADRÃO; TREVISANI; CALDEIRA, 2015, p. 64)

Contudo, não se pode deixar de ponderar: numa perspectiva emancipatória da condição humana, essas políticas têm limitado alcance, haja vista que, rigorosamente, talvez se busque apenas uma espécie de saneamento dos problemas, para o bom funcionamento do sistema¹⁵⁶. O relatório final da V CNSAN é bastante expressivo. No conjunto do debate, estão as propostas que buscam o avanço das políticas, bem como as proposições que indicam os combates que deverão ser travados. É por essa razão que, anexado ao relatório, encontramos um conjunto de moções de apoio e de repúdio e manifestos frente a diversos aspectos, que, ao meu entendimento, expressam substancialmente as contradições objetivo-materiais e as linhas limítrofes para a implementação das políticas¹⁵⁷. Como a intencionalidade desta análise é demonstrar a constituição e o conteúdo histórico da segurança alimentar e nutricional

156. Maluf (2009, p. 11) faz alguns questionamentos importantes que ajudam a refletir – inclusive para este momento histórico que o Brasil atravessa, no qual pequenos avanços estão colocados em risco, dado o direcionamento das políticas que foram implementadas pelo governo de Michel Temer, bem como as que estão sendo implementadas pelo governo de Jair Messias Bolsonaro – sobre o ritmo dessas melhorias, assim como dos processos que delas advêm. Questiona ele: “[...] são precisos tanto tempo e sacrifício para obter pequenas melhorias, ainda que elas sejam constantes? Não há alternativa a um avanço no qual os ganhos se dão em ritmo de ‘conta-gotas’? Este é um tipo de questão na qual quantidade reflete qualidade, isto é, a lenta evolução favorável dos indicadores sociais pode estar expressando a baixa ou má qualidade dos processos que lhe dão origem. Essa qualidade é determinada, principalmente, pelas opções econômicas feitas pelo país”.

157. Essas questões serão retomadas no capítulo 3, ao tratarmos das CNSANs.

nal, há, paralelamente, contudo, também os avanços e delineamentos de estratégias que expressam, de maneira geral, interesses que colidem com todo esse processo analisado.

O sentido histórico e seus desdobramentos políticos, que carregam o tema principal, demonstram um mínimo acordo entre os trabalhadores e o capital, tendo em vista que os primeiros colocaram, nesse debate, algumas possibilidades de corrigir trágicas realidades e materializaram, de certa maneira, um processo de disputa e tensionamento das políticas públicas; enquanto o segundo vê também, nas ações do Estado, em busca de cumprir com esse objetivo, um conteúdo primoroso para corresponder ao seu interesse. Assim, considerando a necessidade de constituição histórica de um projeto societário da classe trabalhadora, as políticas de segurança alimentar e nutricional são plausíveis de disputas apenas como condições objetivas de mediação para a realização do processo de transição¹⁵⁸.

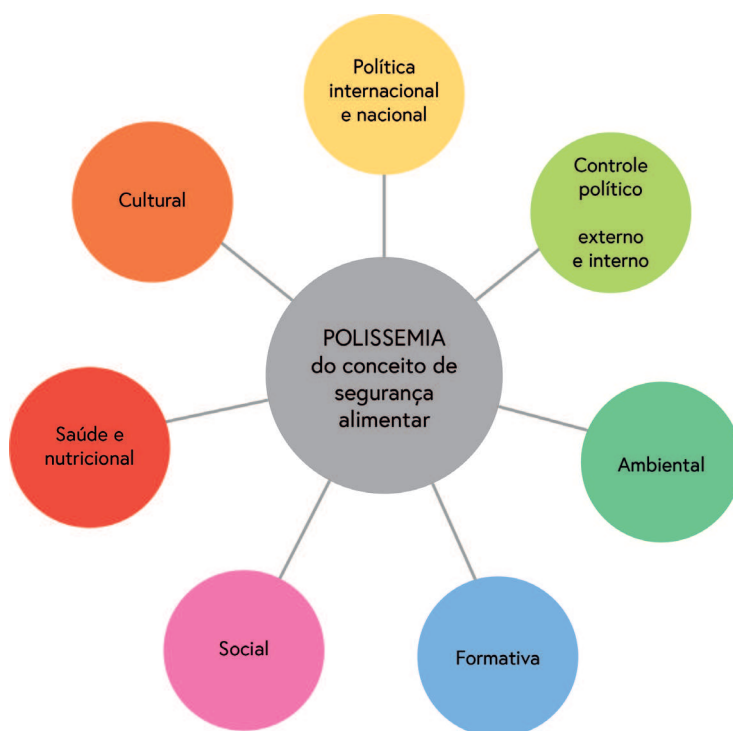
Concluimos que o conceito de segurança alimentar e nutricional é polissêmico. Dentro da noção, existem: polo externo e interno, com critérios de política, controle, poder hegemônico; polo ambiental, com critérios de produção limpa; polo formativo, com critérios de educação alimentar, saúde, hábitos, cultura alimentar; polo social, com critérios de garantia do acesso ao alimento e superação da insegurança alimentar e nutricional; polo de saúde/nutricional, com critérios de reconstituição e efetivação fisiológica humana; polo cultural, com critérios de preservação e valorização da cultura alimentar.

Vimos que, ao considerarmos o conteúdo histórico e as bases materiais que o constituem, bem como os critérios empregados nas interpretações e aplicações, tal questão possui sentido e intencionalidade diferentes e, em alguns aspectos e elementos, colidentes. É perceptível, através da

158. Para o bom entendimento da intencionalidade que se busca revelar nesta obra, é importante destacar que a partir de todo esse caminho percorrido no intuito de apreender os elementos centrais que compõem o conceito de segurança alimentar e nutricional, faz-se necessário destacar que há diferenças substanciais no sentido da ideia desenvolvida nos Estados Unidos e na Europa com a perspectiva construída no Brasil. Nos primeiros casos, vemos que há o “protagonismo” da racionalidade estatal na busca de seus interesses, e tem maior peso a ideia de “segurança”, tendo o alimento como uma de suas estratégias e instrumento. No Brasil, embora se tenha a relação direta com a racionalidade estatal, a constituição da perspectiva se dá com forte apelo das bases sociais populares. Já, no terreno da política e da implementação material dessas perspectivas construídas, os elementos fundamentais são correlacionados em ambos os casos, e correspondentes à manutenção da ordem, com pequenas diferenças – que no caso do Brasil, teremos melhores evidências na análise desenvolvida no capítulo 3.

literatura, que, em sua totalidade (como objeto e conjunto de relações), o tópico histórico compreende vários eixos e dimensões inter-relacionadas que o compõem e que, de acordo com o ponto de partida e/ou as bases político-materiais nas quais se assenta, um ou outro se sobressai, ou mesmo uma combinação de vários eixos.

Figura 3: A polissemia do conceito de segurança alimentar e nutricional



Em relação ao debate aqui proposto (e desenvolvido nesta gênese histórica do conteúdo material do conceito) e ao que está subjacente a essa discussão, vemos que, quando tomados pela racionalidade estatal e pelos interesses corporativos, os eixos e dimensões materiais de controle (enquanto política internacional e nacional, portanto, de estratégia e dominação econômico-política e ideológica) ganham sentido e força material acima dos demais; são prioritários. Em contrapartida, ao considerarmos a projeção em intencionalidade pelas bases sociais, os eixos e dimensões

ambientais, formativos, sociais, nutricionais e de saúde, além de serem considerados, seriam os fundantes do sentido das políticas tanto nacionais quanto internacionais.

A experiência brasileira expressa bem esse segundo aspecto e sentido geral, como veremos nos debates e embates desenvolvidos nas CNSANs.

1.6.3. Soberania alimentar: a constituição e o conteúdo histórico do conceito

Muita coisa já se elaborou acerca da soberania alimentar¹⁵⁹ nesses últimos 24 anos (1996-2020) a partir do seu anúncio e defesa durante o Fórum da Sociedade Civil, evento realizado em paralelo à Cúpula Mundial de Alimentação em Roma, no ano de 1996¹⁶⁰. Desse modo, o conceito e a perspectiva do tema vêm sendo desenvolvidos no mundo inteiro,

159. Como sabemos, o ato de assumir o conceito de soberania alimentar – de uma maneira universal, embora, de acordo com Edelman (2014), já houvesse um programa do governo mexicano do início dos anos 80 que adotava este termo – é feito pela Via Campesina. Parte dessa perspectiva político-social (da referida organização) o sentido que adotamos nesta obra. É a expressão do combate e do descontentamento frente às políticas neoliberais que, cada vez mais, instituíam e instituem um processo de crise agrária, fazendo com que a soberania alimentar fosse publicamente defendida por ocasião da realização da Cúpula Mundial de Alimentação da FAO. Destaca-se também que, em linhas gerais, a Via Campesina posiciona a concepção e a perspectiva de soberania alimentar sobre as bases de cinco dimensões fundamentais: a alimentar, a energética, a genética, a hídrica e a territorial. Considerado a concepção de totalidade concreta, vemos que essas dimensões são interseccionadas e interdependentes. Pressupõem, portanto, uma base material que possibilite essa condição e garanta substancialmente, a cada uma delas, o seu sentido fundamental. Ser, por um lado, a materialização de processos que negam as condições objetivadas pelo modo de produção capitalista, e, por outro, a expressão material dos valores inscritos em sua perspectiva. Além disso, também o debate da V CNSAN atribui, tanto à soberania alimentar quanto à segurança alimentar e nutricional, outras cinco dimensões: a social, a econômica, a política, a ambiental e a cultural. Estas (ao considerarmos a centralidade do alimento para a existência, as condições objetivas para o seu provimento, armazenamento, distribuição e consumo) são as expressões do fazer humano a partir da relação homem-natureza, na constituição da natureza como relação humana; e, por fim, também estabelecem o sentido percebido ao alimento no conjunto das relações da materialidade social.

160. Na Cúpula organizada pela FAO, é aprovada a Declaração de Roma com assinatura e compromisso dos 126 países-membros (em 1996). Afirma-se, através dessa declaração, o direito das pessoas de terem acesso ao alimento nutritivo e seguro, e o direito fundamental de todas as pessoas a não sofrerem fome. Vale reiterar que, no objetivo central da declaração, está o alcance da segurança alimentar, como resultado do compromisso e consagração da vontade política comum e nacional dos países-membros.

sobretudo nos debates que têm por objetivo discutir os problemas inerentes às crises (climática, energética, ambiental, alimentar, social etc.), as consequências da (des)ordem do sistema agroalimentar e as estratégias acerca da alimentação, desde o interesse e práxis da classe trabalhadora e dos pobres que lutam. E, nesse sentido, trata-se, de fato, de um devir histórico, da realização de uma utopia¹⁶¹.

A utopia concreta no sentido de Ernst Bloch é algo distinto da utopia abstrata dos utopistas que só confrontam a pífia realidade com a imagem do Belo e do Melhor, sem mostrar como a utopia pode explicitar e desenvolver-se concretamente a partir das condições sociais e quais sujeitos com quais práticas cuidam dessa explicitação e desse desenvolvimento.

A utopia concreta abrange na mesma medida o conceito e a antecipação “[...] o objetivo concretamente antecipado rege o caminho concreto” (Bloch, 1973). (ALTVATER, 2010, p. 333-334)

Considerando as contradições materiais que envolvem a questão da alimentação já analisadas – e que vamos ainda analisar nos próximos capítulos –, verifica-se que a maturação histórica dessas contradições não poderia conduzir o movimento do pensamento e a ação político-prática a outra direção a não ser a da apreensão desse movimento, contraditório do real, e a da “cunhagem” de tal conceito histórico (justificada no plano teórico e, fundamentalmente, na sua pertinência política para um projeto histórico-social que, em sua natureza, pressupõe a ruptura e a superação do modo de produção do capital). Nisso, e em vista disso, se assenta a necessidade do debate sobre a perspectiva da soberania alimentar (material, prático-política e utópica¹⁶²), observando que as práticas que expressam

161. Utopia no sentido de já aportar, na prática, germinações de um outro lugar e estado social-humano ideal, de outras condições objetivas e subjetivas e de relações sociais e produtivas. Ou seja, outra forma de produzir alimentos e de ver a vida. Uma utopia que pressupõe a negação do presente “empapado” pelo conteúdo das leis orgânicas do modo de reprodução do capital, portanto, o horizonte da ruptura e sua superação.

162. Já mencionamos, na introdução, o significado e entendimento que consideramos ao tratar dessa dimensão utópica da soberania alimentar, tendo como referência fundamental a utopia no sentido de que já aporta, na prática, germes de outro lugar, de outras formas de produzir os alimentos, de ver a vida e de reproduzir a existência. Partindo disso, ao considerar a questão do alimento e como este se insere nas relações sociais (e na totalidade concreta), faz-se presente a contribuição de Friedmann ao discutir e demonstrar elementos que contri-

seu sentido são as que poderão garantir as condições objetivas para a unidade da diversidade e os específicos direitos que compõem os interesses da classe trabalhadora (urbana e camponesa).

A renovação da agricultura e de sua relação com o mercado consumidor depende de trazer pessoas de todas as categorias da cadeia produtiva – consumidores, produtores e seus intermediários – em novas e cada vez mais conscientes relações, tanto entre si quanto entre si e a terra. Primeiramente essas relações, devem propiciar condições para que as pessoas possam proteger terras cultiváveis e pensar criativamente sobre todas as maneiras e lugares em que possam cultivar alimentos. Em segundo lugar, elas devem encontrar uma nova política que revele um modo de unir o cultivo dos alimentos ao consumo. Nesse sentido, um foco em política de saúde deve reconectar terra e alimento, os quais foram desarticulados pelo mercado no modo como este tem atuado até o momento. Em terceiro, essas relações devem explorar o potencial agroalimentar para uma renovação econômica “verde”. Em quarto, elas devem usar a educação pública para promover o letramento e as habilidades relacionadas ao cultivo e preparo dos alimentos. Finalmente, uma infraestrutura regional para [re]conectar produtores e consumidores e depois de tantos anos na disjunção deve superar o hiato que se abriu entre as culturas rurais e urbanas. Felizmente,

buem para a realização da soberania referida, a partir de experiências na região de Golden Horseshoe em Ontário, Canadá. Destaca a autora que “A primeira coisa que precisamos fazer é parar de ver cidades como objetos inertes e reconhecê-las como entidades orgânicas, e inextricavelmente ligadas ao ecossistema natural. O que precisamos urgentemente é uma alternativa para a utopia: um modelo que mire não a perfeição, mas a algo parcial e atingível. Minha proposta é Sitopia, do grego antigo, *sitos* (alimento) e *topos* (lugar). Sitopia, na essência, é uma forma de reconhecer o papel principal que o alimento tem em nossas vidas e de aproveitar seu potencial para moldar o mundo de uma maneira melhor. A boa notícia é que a sitopia já existe. Seja onde for que o alimento é valorizado e celebrado, desde jantares de famílias e cooperativas alimentares a movimentos internacionais como o *Slow Food* e o *Transition Towns*, há um crescente reconhecimento de que, longe de menosprezar o problema, o alimento se tornará o maior desafio do planeta. A solução é ampliar tal reconhecimento a ponto de afetar não apenas nossos hábitos diários, mas nossas estruturas socioeconômicas, nossa compreensão intercultural e nossos sistemas de valores – nossa própria concepção sobre o significado de viver na Terra. O alimento é o grande conector. Se nós conseguirmos aprender a compartilhar isso como uma ferramenta conceitual, nós podemos utilizá-la pra conformar um futuro melhor. (n.d.). As iniciativas que aqui descrevi apontam para essa direção, e a Soberania Alimentar é agora uma estrutura compartilhada para esse movimento”. (FRIEDMANN, 2016, p. 91)

todas essas mudanças estão sendo realizadas. Se esses fatores podem ser reconectados por meio de políticas e práticas conscientes, a Soberania Alimentar torna-se imaginável. (FRIEDMANN, 2016, p. 76-77)

A sua garantia é mediada pelo trabalho (como mediação de primeira ordem¹⁶³), e não por sua condição de exploração (pelas mediações de segunda ordem)¹⁶⁴.

Partindo desse pressuposto e considerando que as categorias analíticas e os conceitos são históricos, destaco a importância e tomo como ponto de partida o momento de “cunhagem” ou o “acunhar” do conceito¹⁶⁵, atentando para o aspecto e fato social no qual foi lançado, demarcando

163. Para Mészáros, em sua reflexão acerca da teoria da alienação, pautada nas elaborações de Marx, a “mediação de primeira ordem” é ontologicamente necessária, expressando a atividade produtiva vital, ou seja, “é um fator ontológico absoluto da condição humana”. (MÉSZÁROS, 2006, p. 78) É uma condição eterna do homem que se materializa através do trabalho no processo de transformação da natureza para satisfazer a suas necessidades.

164. Considerando a teoria da alienação, as mediações de segunda ordem podem aparecer como sendo naturais quando observada apenas a aparência da realidade, como no modo de produção do capital. A ação interventora do homem, através do trabalho, visa satisfazer às suas necessidades por meio de uma forma específica e determinada historicamente por uma organização social. É nesse sentido que Marx aponta a propriedade privada, a divisão do trabalho, o intercâmbio, o próprio trabalho (determinado nessa condição) como mediações de segunda ordem e que realizam objetivamente o processo de alienação. Ou seja, essas mediações é que dão a identidade da relação do homem com a natureza nesse determinado momento histórico. Assim, Mészáros (2006, 78) destaca que “O ideal de uma ‘transcendência positiva’ da alienação é formulado como uma superação sócio-histórica necessária das ‘mediações’: propriedade privada, intercâmbio, divisão do trabalho que se interpõem entre o homem e sua atividade e o impedem de se realizar em seu trabalho, no exercício de suas capacidades produtivas (criativas), e na apropriação humana dos produtos de sua atividade”. São mediações da “mediação de primeira ordem”. “[...] isto é, uma mediação historicamente específica da automediação ontologicamente fundamental do homem com a natureza. Essa ‘mediação de segunda ordem’ só pode nascer com base na ontologicamente necessária ‘mediação de primeira ordem’ – como a forma específica, alienada desta última”. (MÉSZÁROS, 2006, p. 78)

165. Cunhagem, imprimir “sentido” e “valor”, converter uma base material em expressão; acunhar, colocar cunha com vista a “separar” ou “segurar”. Houve um momento histórico, um fato social, no qual o conceito de soberania alimentar, resultante de processos, foi apresentado à sociedade. É visível, no entanto, nas produções teóricas, peças legais, políticas, debates e embates, uma simbiose (por analogia, um concubinato) entre segurança alimentar e soberania alimentar; ou seja, uma interdependência material e conceitual, mas que pulsa e é latente à busca da independência (no adiante, no horizonte, uma latência dialética) do conteúdo material da soberania frente ao conteúdo material da segurança alimentar e nutricional. No entanto, dadas as condições e leis materiais e objetivas, há, concomitantemente, a necessidade, em processo contraditório, de “separar” e “segurar” (acunhar) algo resultante da contradição principal e das contradições secundárias.

do uma oposição e uma manifestação política contrária às discussões da Cúpula Mundial de Alimentação¹⁶⁶. Creio que há um embaraçoso “(des) enlace” nesse processo, como tento descortinar através da nota acerca da cunhagem do conceito, tendo em vista a própria questão das contradições materiais que determinam a natureza, no arcabouço político e legal, da denúncia e do anúncio que expressam as relações de forças imbricadas.

O fato de trazermos, nesta discussão, a questão semântica e etimológica, e a importância da cunhagem do conceito, tem uma razão que expressa a análise aqui desenvolvida. É a busca de contemplar as contradições materiais, as (cor)relações de forças que incidem nas expressões conceituais e o que estas representam. O que significa, portanto, “acunhar” um conceito com essa magnitude? O que ele representa para o debate nas ciências sociais e na economia política atualmente, sendo a expressão de um acúmulo em um processo de construção coletiva da classe que vive do trabalho?

O contexto histórico e político-econômico em que se situa o posicionamento e o anúncio da soberania alimentar é bem demarcado pela Via Campesina:

Políticas neoliberais dão prioridade ao comércio internacional, e não a alimentos para a população. Não contribuíram em nada com a erradicação da fome no mundo. Pelo contrário, aumentaram a dependência dos povos por importações agrícolas e fortaleceram a industrialização da agricultura, assim colocando em risco a herança genética, cultural e ambiental de nosso planeta, bem como nossa saúde. Forçaram centenas de milhões de agricultores ao abandono de suas práticas agrícolas tradicionais, ao êxodo rural ou à imigração. Instituições internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e a OMC implementaram essas políticas citadas pelos interesses de grandes empresas e superpoderes trans-

166. Frente ao debate oficial que ocorria no contexto da Cúpula Mundial sobre a Alimentação (CMA) e girava em torno da concepção de segurança alimentar, as organizações camponesas “e, em especial, as delegadas mulheres presentes no fórum paralelo à CMA foram críticas em relação aos termos utilizados na discussão dos governos, que em sintonia com a hegemonia do neoliberalismo e com os princípios defendidos pela OMC, ajustaram a definição de segurança alimentar, tentando vincular o direito à alimentação à liberalização do comércio de alimentos, abrindo caminho para fazer da alimentação um grande e lucrativo negócio para as empresas transnacionais, a indústria química e de *fast-food*, entre outros”. (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 720)

nacionais [...]. A OMC é uma instituição completamente inadequada para lidar com questões relacionadas a alimentos e agricultura. Por isso, a Via Campesina quer a OMC fora da agricultura. (VIA CAMPESINA, 2003 *apud* MCMICHAEL, 2016, p. 85, destaques nossos)

Não descartando os significativos avanços que as contradições materiais e a participação social oportunizaram através das políticas de segurança alimentar e nutricional, destaca-se que o movimento histórico constituiu, não só no terreno do debate e das políticas, mas, sobretudo, na materialidade, a definitiva impossibilidade de conciliação entre a implementação dos processos hegemônicos do sistema agroalimentar e a possibilidade de garantia da soberania¹⁶⁷. Como nos alertava Florestan Fernandes (1980), ao se referir aos processos de luta social, não há reforma que seja capaz de unir uma minoria prepotente e uma maioria desvalida. Além disso, demarcamos a consciência dos intensos desafios que nos cercam, frente à crise estrutural do capital.

Como referenciamos, a LOSAN de 2006 (no Brasil) incorpora o conceito de soberania, mas mantendo o sentido clássico, que, ao meu entendimento, embora seja pertinente, não corresponde ao sentido que alcança e que exige a noção trabalhada. Vemos em seu artigo 5º:

A consecução do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional requer o respeito à “Soberania”, que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos. (BRASIL, 2006b)

Se consideramos a análise anterior do conteúdo histórico-político da segurança alimentar e nutricional, vemos que essa noção aplicada no Brasil, e também de modo geral, contribui para a comprovação de que o processo de implementação das políticas está na lógica dominante, na ordem da reforma, e não da ruptura. Cabe-nos a indagar: o que toleram os organismos internacionais? Que influências e estratégias utilizam?

167. De maneira lúcida, Maluf expressa bem a constituição dessa relação, quando destaca que “Deste modo se estabelece a conexão entre um objetivo de ações e políticas públicas (SAN) e um princípio (soberania alimentar) que o qualifica”. (MALUF, 2009, p. 22) Contudo, acrescento que, dada a correlação de forças imbricadas e a totalidade concreta do modo de produção capitalista, imputa também linhas limítrofes.

As políticas públicas de abastecimento alimentar, sob responsabilidade dos governos que controlam os aparatos estatais, estão subordinadas a forças políticas determinadas pela macroeconomia mundial e corroboradas pelas práticas dos organismos multilaterais de defesa dos mercados oligopolistas. Assim, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a organização Mundial do Comércio (OMC), criada na década de 1990, e o Banco Mundial, sempre defenderam, em primeiro lugar, os interesses das empresas, encobertos pelo manto da liberdade de circulação do capital e das mercadorias. E, no máximo, com o agravamento do problema do abastecimento alimentar, aceitam políticas governamentais compensatórias, que não afetam os interesses do mercado, para que a fome e a desnutrição não se transformem em tragédias sociais ou conflitos políticos internacionais [...]. (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 716, destaques nossos)

Há, portanto, diferenças substanciais. Enquanto se busca garantir a segurança alimentar e nutricional tendo como base a soberania do mercado correlacionada à soberania política dos países, a noção alimentar inscreve-se como possibilidade de ser realizável se ancorada sobre a base real da soberania dos povos¹⁶⁸, e não apenas uma “soberania discursiva”, ancorada na parcialidade política.

O tema da Soberania Alimentar está na ordem do dia. Já não se trata apenas de pensar a Segurança Alimentar, supondo que medidas devam ser tomadas pelos planejadores em termos de trocas internacionais, exportação/importação, ou até mesmo beneméritas doações de alimentos aos países mais explorados (justamente aqueles cujos camponeses foram arruinados pela política de subsídios dos “grandes”, neste setor mais e mais globalizado da produção capitalista). (WHITAKER, 2008, p. 324)

168. É nesse sentido que Maluf, se consideramos a expressão da política, aponta que “Soberania Alimentar implica também que as políticas adotadas em seu nome, particularmente pelos países avançados, não comprometam a Soberania de outros países [...]”. (MALUF, 2009, p. 23) É por esse entendimento que “O Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar (Havana-Cuba, 2001) afirmou o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população”. (BURLANDY; MALUF, 2010, p. 42) Cabe ainda destacar o entendimento de Machado e Machado Filho (2017, p. 85) de que a “Soberania Alimentar é precondição para a soberania política. Nesse sentido, a situação do Brasil é delicada e vulnerável”.

Os movimentos e organizações sociais de base popular que possuem relações com a terra e com as questões agrícolas (através e na busca da produção de alimentos, desenvolvimento rural e preocupação com as questões ambientais) é que foram os pioneiros e impulsionadores iniciais, responsáveis por colocar o debate no seio da sociedade, além de demonstrarem a pertinência da soberania alimentar para o mundo.

[...] um Sistema Alimentar sustentável permitiria às pessoas cultivar o que é bom para o solo, comer o que é bom cultivar e projetaria instituições políticas e sociais para possibilitar esses dois primeiros (Friedmann, 2003). O Sistema Alimentar atual faz o contrário: agricultores cultivam o que exigem os compradores corporativos dominantes, consumidores compram o que é oferecido pelos mesmos atores corporativos, e, dessa forma, ecossistema e saúde sofrem, assim como sistemas sociais e políticos, tanto rurais quanto urbanos. *A Soberania Alimentar tem a enorme tarefa de reverter tudo isso, de ser o diminuto rebocador que vira esse gigante navio.* (FRIEDMANN, 2016, p. 90, destaques nossos)

Há um conjunto de dimensões que a subscrevem nesse primeiro momento e demarcam a identidade da diferenciação da soberania alimentar frente à segurança alimentar¹⁶⁹. Podemos destacar, por exemplo: a crítica ao sistema agroalimentar, a discussão acerca da produção (base material e modos), as formas de acesso, os padrões e hábitos de consumo,

169. De acordo com Whitaker, “O conceito de Soberania Alimentar é diferente do conceito de segurança alimentar. A ideia de Segurança Alimentar, grosso modo, implica basicamente abastecimento adequado por um lado, e acesso, por outro lado, de todas as classes sociais aos níveis de consumo a elas correspondentes, necessário para a reprodução da sociedade. Ou seja, a sociedade, no sentido mais amplo, entendida como país – com o planejamento e recursos à importação quando necessário – deve manter o fluxo normal dos alimentos que se tornaram ‘habituais’ à população, enquanto essa população deve ter acesso a esse fornecimento, via salários que cubram o custo da cesta de consumo, e/ou ações afirmativas e políticas públicas para suprir dificuldades nesse acesso (cesta básica, bolsa-família, etc.). Já o conceito de Soberania Alimentar vai muito além, ou melhor, vai em direção diferente e mais racional. Implica independência total dos países, ou de regiões bem delimitadas, para produzirem ali mesmo o que a população local necessita ou deseja consumir, sem depender de sementes produzidas por transnacionais e dos pacotes tecnológicos para a agricultura que são viáveis apenas em grandes cultivos. Obviamente deixa-se de depender também da irracionalidade do transporte de alimentos que os encarecem e os tornam estéreis (desnutritivos) [...]”. (WHITAKER, 2008, p. 324-325)

a dimensão nutricional da alimentação e a aproximação da produção-consumo. Considerando esses aspectos, colocados frente às opções adotadas pela lógica hegemônica na busca de implementação da segurança alimentar, observamos que cada um deles ganha sentido e materialidade diferenciados, relacionando com o conceito, a concepção e a proposição da soberania.

As organizações camponesas contrapuseram então ao conceito de Segurança Alimentar o conceito de Soberania Alimentar. Partiram do princípio de que o alimento não é uma mercadoria, é um direito humano, e a produção e distribuição dos alimentos é uma questão de sobrevivência dos seres humanos, sendo, portanto, uma questão de soberania popular e nacional. Assim, soberania alimentar significa que, além de terem acesso aos alimentos, as populações de cada país têm o direito de produzi-los. (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 720)

É refutável a ideia de associar a soberania alimentar apenas com a autossuficiência produtiva nacional¹⁷⁰, embora essa necessidade e possibilidade seja extremamente relevante para a sua realização, tendo em vista que não há confiabilidade no comércio internacional, dadas as suas razões de ser, que, por princípio, negam a possibilidade da soberania alimentar no seu sentido original (em seus princípios constituintes e instituintes). A produção doméstica de alimentos, embora seja importante para as estratégias econômicas e políticas dos países, só terá relevância para a consolidação da soberania se embasada por outros princípios e processos que correspondam à “soberania popular”¹⁷¹. Embora se busque evitar, não se desconsidera a pertinente função das importações de

170. É importante destacar que a maioria das proposições políticas e de estratégias para objetivar a soberania alimentar assenta-se na ideia de soberania do Estado-nação (uma condição relevante – embora possuía limites –, cujos aspectos serão lapidados ao longo desta obra). Este ponto não pode ser totalmente descartado, tendo em vista o que nos demonstra a Lei Geral da Contradição; se tomarmos o aspecto da particularidade da contradição, vemos que há contradições qualitativamente distintas e que, portanto, no processo de dominação imperialista/monopolista, as condições internas (de concepção e objetivas) de uma nação podem se tornar fundamentais para se opor ao processo de dominação externa que traga as consequências negativas e que impeça a implementação das políticas e ações que garantam ao povo sua soberania (alimentar, política, de decisão etc).

171. Na concepção do desenvolvimento, da produção e das políticas públicas, além de do controle e organização do território e dos recursos naturais.

alimentos. O que deve ser discutido, portanto, são as regras, interesses e razões que balizam e subscrevem esse processo. De acordo com Burlandy e Maluf (2010, p. 42),

O Brasil é peça importante do sistema alimentar mundial e muitas das referidas críticas se aplicam ao nosso caso. As opções adotadas no período de hegemonia neoliberal foram na direção oposta daquela apontada pela perspectiva da Soberania Alimentar. *Assim, se avanço houve, ele se localiza no próprio reconhecimento dessa perspectiva e sua apropriação pelos Movimentos Sociais, com a incorporação gradativa e ainda parcial nas políticas públicas.* (BURLANDY; MALUF, 2010, p. 42, destaques nossos)

O entendimento que fiz questão de grifar na citação anterior expressa, em certa medida, a inserção feita anteriormente acerca da cunhagem do conceito. Apenas aparentemente deslocada, tal inserção evidencia a ligação orgânica entre o processo de tensionamento da busca de políticas de segurança alimentar e nutricional e a condição de perceber que estas não correspondem a um projeto de ruptura e/ou societário de classe. Portanto, ancorada nessa percepção, e relacionando com a base material, permitiu o enriquecimento da perspectiva e do conceito de soberania alimentar. A assimilação e a constituição de novos princípios para a produção de alimentos se dão, sobretudo, a partir dessa participação na ação propositiva, que põe em evidência tanto os limites de um conceito de segurança alimentar e nutricional, quanto a fecundidade da soberania alimentar¹⁷².

Como intervenção estratégica, a **Soberania Alimentar é híbrida ao abordar as necessidades imediatas (formais) e apresentar alternativas substantivas de longo prazo. No nível formal, invoca o direito das nações de proteger a produção e os produtores domésticos de alimentos, que “atualmente respondem por grande parte do alimento mundial”** (Via Campesina 2008). Já existem tentativas iniciais de redefinir constituições de Estado, institucionalizando-se a Soberania Alimentar.

172. Da base material, da totalidade contraditória e da unidade dos contrários, do impulso vital da “transição em potência”. Esses elementos serão trabalhados no último item do capítulo 3 de maneira mais substancial.

No nível substantivo, oferece uma alternativa ontológica: ^[173] defender direitos além dos direitos de mercado, com uma identidade agrária baseada em um complexo de valor que entrelaça a subjetividade e a preservação ecológica como precondição para a sustentabilidade social e ambiental. Defender “o modo camponês” não se refere a preservar uma “cultura”, mais do que isso, tem a ver com fortalecer práticas culturais que não reduzam o alimento e a agricultura à formulação de preços. Ao fazer isso, o movimento de Soberania Alimentar afirma a incomensurabilidade de culturas agroalimentares diversas com um regime alimentar monocultural que objetiva e fetichiza o alimento como um vetor de acumulação do capital. (MCMICHAEL, 2016, p. 86, *destaques nossos em negrito*)

O momento crucial e pertinente para o debate e consolidação da noção de soberania alimentar foi o Fórum Mundial sobre a Soberania Alimentar que se realizou em Havana¹⁷⁴, em 2001, “Pelo direito dos povos a produzir, alimentar-se e a exercer a sua soberania alimentar”¹⁷⁵. A apreensão das contradições materiais e sociais indica que a organização da classe trabalhadora deve, além de fazer o tensionamento com as bases econômicas, gerar novas proposições; esses aspectos que motivaram a realização do evento.

Nos reunimos para analisar por que a cada dia aumenta a fome e a desnutrição no mundo, por que se produziu a crise da agricultura

173. Considerando esses elementos substanciais, desenvolveremos no capítulo 2, o item “Apontamentos ontológicos e filosóficos e soberania alimentar”.

174. Realizar o fórum em Cuba foi uma opção política. Como registrado na declaração final, é um reconhecimento ao país que, apesar de sofrer o embargo econômico dos Estados Unidos por mais de quatro décadas, o que torna o uso de alimentos uma arma de pressão político-econômica, tem garantido o direito à alimentação adequada ao povo através de uma política estatal coerente e participativa, e que, de certa maneira, materializa aspectos fundamentais que compreendem a noção da soberania alimentar, com uma base material agrária adequada, valorização e apoio aos pequenos e médios produtores e a participação e mobilização de toda a sociedade.

175. “De 3 a 7 de setembro de 2001, nos reunimos em Havana, Cuba, 400 delegados e delegadas de organizações de trabalhadores do campo, indígenas, associações de pescadores, organizações não governamentais, organizações da sociedade civil, acadêmicos e pesquisadores de 60 países de todos os continentes no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar”. *Declaração final do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar*. Disponível em: <<http://www.cecaneperana.blogspot.com.br>>.

familiar, indígena, a pesca artesanal, os sistemas alimentares sustentáveis, por que os povos perdem soberania sobre seus recursos? Assim mesmo nos reunimos para construir coletivamente – sob a perspectiva dos povos e não das corporações alimentares multinacionais – propostas e alternativas viáveis e estratégias de ação em escala local, nacional e mundial que revertam as tendências atuais e permitam impulsionar novos enfoques, políticas e iniciativas capazes de assegurar um presente e um futuro digno e sem fome para todas as mulheres e homens do mundo. (FMSA, 2001)

A constituição do conceito e perspectiva do tema traz outras bases e princípios que são decisivos para consolidação das diferentes dimensões que compõem, na concretude e na cultura, a questão da alimentação no mundo. As diversas formas de produção que se dão a partir do trabalho familiar e grupal tradicional, desde que garantido o direito de acesso à terra, à água, a todos os recursos naturais, e a biodiversidade necessária, já se inscrevem como fundamentais por se revelarem decisivas para uma alimentação soberana, tendo em vista que contemplam uma diversidade cultural, social e ambiental. (BURLANDY; MALUF, 2010) Sob essa perspectiva, o debate acerca do abastecimento alimentar e das políticas públicas indica o redimensionamento no processo de conexão entre os modos de produzir e distribuir o alimento, com os padrões e os princípios da escolha no ato do consumo e com a compreensão e cultivo dos hábitos alimentares.

O Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, ao definir o conceito e perspectiva de soberania alimentar, indica qual é a materialidade e quais são os trabalhadores/sujeitos sociais (primeiramente) implicados no processo de sua implementação. A declaração final, composta por trinta pontos, é um documento fundamental para compreendermos o conteúdo histórico, as dimensões basilares e de transição da soberania (dadas pelo acúmulo do debate), a tomada de decisão de opor-se às discussões, as elaborações e, em certa medida, as políticas oriundas de organismos internacionais, ou orientadas por estes, para a questão (que ainda incidem nas políticas de segurança alimentar e nutricional). Vemos então que:

1) Soberania Alimentar é o *direito dos povos* definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, como base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental.

[...]

3) A *Soberania Alimentar dos povos* reconhece uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território; prioritariamente orientada a satisfação das necessidades dos mercados locais, e nacionais; uma agricultura que tenha como preocupação central o ser humano; que preserve, valorize e fomenta a multifuncionalidade dos modos camponeses e indígenas de produção e gestão do território rural. Assim mesmo, a Soberania Alimentar supõe o reconhecimento e valorização das vantagens econômicas, sociais, ambientais e culturais para os países da agricultura em pequena escala, das agriculturas familiares, das agriculturas camponesas e indígenas.

4) Nos pronunciamos pelo reconhecimento dos direitos, autonomia e cultura dos povos indígenas de todos os países como condição essencial para combater a fome e a desnutrição e alcançar o direito à alimentação para a sua população. A *Soberania Alimentar implica no reconhecimento à multiétnica das nações e o reconhecimento, a valorização das identidades originais dos povos*. Isto implica, também, o reconhecimento ao controle autônomo de seus territórios, recursos naturais, sistemas de produção e gestão do espaço rural, sementes, conhecimentos e formas de organização. Neste sentido, apoiamos as lutas de todos os povos indígenas e negros do mundo e nos pronunciamos pelo respeito irrestrito a seus direitos.

5) A *Soberania Alimentar* implica, além disso, a garantia ao *acesso a uma alimentação sã e suficiente para todas as pessoas*, principalmente para os setores mais vulneráveis, como obrigação irrestrita dos Estados nacionais e o exercício pleno de direitos da cidadania. O acesso à alimentação não deve ser considerado como uma compensação

assistencialista dos governos ou uma caridade de entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais.

6) A *Soberania Alimentar* implica em *colocar em marcha os processos radicais de Reforma Agrária integral adaptados as condições de cada país e região*, que permitam aos camponeses e indígenas – reconhecendo às mulheres a igualdade de oportunidades – um acesso equitativo aos recursos produtivos, principalmente terra, água e bosque, assim como os meios de produção, financiamento, capacitação e fortalecimento de suas capacidades de gestão e interlocução. A *Reforma Agrária, em primeiro lugar, deve ser reconhecida como uma obrigação dos Estados Nacionais* onde esse processo é necessário no marco dos direitos humanos e como uma eficiente política pública de combate à pobreza. Estes processos de Reforma Agrária devem estar controlados pelas organizações camponesas – incluindo o mercado de arrendamentos – garantir os direitos individuais dos produtores com os coletivos sobre as terras de uso comum e articulados com políticas agrícolas e comerciais coerentes. Nos opomos às políticas e programas de mercantilização da terra promovidas pelo Banco Mundial em substituição às verdadeiras Reformas Agrárias e aceitas pelos governos.

7) Apoiamos a proposta apresentada pelas organizações da sociedade civil, em 1996, para que os referidos Estados elaborem um Código de Conduta sobre o Direito Humano a Alimentação Adequada, que sirva efetivamente como instrumento para implementação e promoção deste direito. O direito à alimentação dos povos, incluído na declaração dos Direitos Humanos e ratificado na Cúpula Mundial de Alimentação em Roma em 1996, pelos Estados membros da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

[...]

16) Os *recursos genéticos são o resultado de milênios de evolução e pertencem a toda a humanidade*. Portanto, deve ser proibida a biopirataria e as patentes sobre seres vivos, incluindo o desenvolvimento de variedades estéreis mediante processos de engenharia genética. *As sementes são patrimônio da humanidade*. A monopolização por algumas empresas multinacionais das tecnologias de criação de organismos geneticamente modificados (OGMs) representam uma grave ameaça à Soberania Alimentar dos povos. Ao mesmo tempo, em virtude

de que se desconhecem os efeitos dos OGMs sobre a saúde e o meio ambiente, demandamos a proibição de experiências a céu aberto, produção e comercialização até que se possa conhecer com segurança sua natureza e impactos, aplicando estritamente o princípio da precaução.

[...]

18) Manifestamos a decisão de *integrar os objetivos de bem estar nutricional às políticas e programas nacionais*, incluindo os sistemas produtivos locais, promovendo sua diversificação para alimentos ricos em micronutrientes; defender a qualidade e inocuidade dos alimentos consumidos pelas populações e a decisão de lutar pelo direito a informação para todas as pessoas, sobre os alimentos que consome, reforçando a regulamentação de etiquetas nos alimentos e o conteúdo da publicidade alimentar, exercendo o princípio da precaução.

19) A *Soberania Alimentar deve basear-se em sistemas diversificados de produção, baseados em tecnologias ecologicamente sustentáveis*. É necessário articular as iniciativas de produção e consumo sustentáveis de alimentos gerados nos níveis locais por pequenos produtores com estabelecimento de políticas públicas que contribuam para a construção de sistemas alimentares sustentáveis no mundo [...]. (FMSA, 2001, destaques nossos)

Nota-se que a declaração é uma oposição clara ao conteúdo que compõe as bases materiais que sustentam o modo de produção capitalista, bem como as discussões e as matrizes fundamentais da segurança alimentar. Embora, por vários momentos, correlacionados e imbricados – dado que a realidade é mudança – devido à totalidade concreta e às suas contradições, os conceitos têm, fundamentalmente, materialidade, interesses, direções e projetos distintos, e, sobretudo, são colidentes.

Esse novo e transgressor conceito representa uma ruptura em relação à organização dos mercados agrícolas imposta pelas empresas transnacionais e os governos neoliberais no seio das negociações da OMC e da FAO, cujas orientações políticas já tinha violado as normas protecionistas para a agricultura familiar e camponesa implantadas por alguns governos nacionalistas e populares, mediante impostos sobre as importações baratas de alimentos, favorecendo o preço de alimentos

nacionais, outorgando faixas de preços e mantendo os poderes dos compradores públicos. (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 720)

A literatura registra a caracterização da proposição da implementação da soberania alimentar em uma de suas dimensões, que é a política pública indutora. É importante destacar a notoriedade, nas análises e nas elaborações, de um processo que explicita uma espécie de condicionamento entre os limites do momento histórico, quando se trata dos governos e das organizações estatais que implementam políticas, e os anseios inseridos nas manifestações documentais e nas proposições das políticas, quando assentadas no que há de mais genuíno da elaboração do conceito e da perspectiva de soberania alimentar.

Soberania Alimentar é o conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local. *Esse conceito revela uma política mais ampla do que a Segurança Alimentar, pois parte do princípio de que, para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir os seus próprios alimentos.* Acredita-se que, em todas as regiões do planeta, por mais diferentes e inóspitas que sejam, há condições de produzir os alimentos adequados para a população local. Portanto, as políticas públicas dos governos, Estados e instituições, e as políticas dos movimentos de agricultores e da população em geral devem ser direcionadas para garantir os recursos e as condições técnicas necessárias para alcançar a condição de produzir todos os alimentos básicos que um povo necessite em seu próprio território.

Os conceitos de Soberania Alimentar e de Segurança Alimentar têm sido defendidos nas últimas duas décadas como medidas públicas necessárias para combater os problemas mais trágicos da humanidade: a fome, a desnutrição e a alimentação aquém das necessidades básicas para a sobrevivência digna. (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 715, destaques nossos)

A soberania alimentar é expressão da soberania popular (instituinte da soberania do Estado-nação, enquanto mediação e fator material de transição com controle social popular, e “vir a ser” da soberania “universal”), no sentido de que, além do acesso ao alimento de que se necessita, há também as condições materiais e culturais objetivadas para a produção e para o consumo¹⁷⁶. Assim, o que se garante aos povos é a “soberania” sobre as suas existências. “E se a produção e a distribuição dos alimentos fazem parte da Soberania de um povo, elas são inegociáveis e não podem depender de vontades políticas ou práticas conjunturais de governos ou empresas de outros países”. (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 720) Além de contestar os ditames do capital, o processo de constituição do conceito de soberania alimentar coloca, à disposição da sociedade, estratégias para resistir, bem como faz a defesa aberta dos regimes e sistemas alimentares locais. O aspecto central dessa tomada de posição tem por objetivo combater e superar a tese central das empresas transnacionais de que a “única” e mais eficiente forma para garantir a segurança alimentar e nutricional é o livre comércio com produtos que desafiam o “tempo” e a “distância”¹⁷⁷.

A prática social dos trabalhadores tem sido assentada concomitantemente na luta social para a concretização da segurança tratada – tendo em vista que esta é uma necessidade imediata – e na prática material e social que embasa a busca do “novo” qualitativamente diferente que é a soberania alimentar. A luta pela implementação da segurança alimentar e nutricional se dá nos meandros contraditórios e na busca da superação entre a necessidade de afirmação do acesso ao direito à alimentação e a negação dos pontos e elementos fundamentais que são imperativos da lógica hegemônica do sistema agroalimentar¹⁷⁸.

176. Destaca-se que compõe essas condições a perspectiva de uma formação humana correspondente e das condições do desenvolvimento da ciência e tecnologia que tornem esse processo possível, entre outros aspectos.

177. Como mencionado anteriormente acerca da reflexão desenvolvida por Friedmann (1993), com base na alegoria do “Rei Midas”, sobre a os princípios de “durabilidade” e “distância” da agricultura industrializada e dos alimentos.

178. Esse aspecto é bem demarcado e expressado nos documentos e relatórios finais das CNSANs. Na elaboração e nas proposições das políticas de segurança alimentar e nutricional, são, aos poucos, inseridas as pautas e discussões da soberania alimentar. É mais notável a presença do conceito de soberania alimentar nos relatórios finais das CNSANs, sobretudo a partir da terceira conferência, ganhando cada vez mais espaço nas proposições.

Politzer, em *A terceira característica da dialética: a mudança qualitativa*, demonstra que a “lei da quantidade-qualidade”, sob diversas formas, tanto na natureza, quanto na sociedade, é precedida de uma preparação material a partir das contradições existentes, e que só pode ser revelada pela dialética. (POLITZER, 2002) É notável que a passagem da afirmação-negação da segurança alimentar e nutricional – nascida das necessidades sociais – para a soberania alimentar é a transformação material e incide em conceitos, entendimentos e concepções das sensações progressivamente acumuladas pela prática material e social. A apreensão, a sensação, é, de modo geral, uma percepção, um reflexo parcial da realidade. Mas, pela prática social, pelo trabalho, pelas experiências desenvolvidas pelos camponeses e povos tradicionais – que aprofundam essa realidade e conquistam a inteligência dos processos internos imbricados que, em princípio, lhes escapava –, acessa as leis objetivas, que, para além da aparência, explicam o real.

A prática social e a participação dos trabalhadores no debate das políticas – como já analisamos e traremos mais elementos posteriormente – demonstraram o que, de fato, está em jogo, possibilitando o entendimento de que é preciso apontar pautas mais radicais e, sobretudo, buscar as condições objetivas para a transformação da base material/econômica. De acordo com Politzer (2002, p. 62), “O limiar da sensação é ponto em que se opera a passagem da quantidade do excitante para a qualidade da reação [...]. Do mesmo modo é pela prática repetida que se constitui o conceito, partindo das sensações”.

A Via Campesina identifica que a contradição fundamental do regime alimentar corporativo é entre “uma agricultura centralizada, orientada por corporações, voltada para a exportações e industrial *versus* uma produção descentralizada e sustentável, de base camponesa e familiar, primariamente dirigida para os mercados domésticos”. Visto que as negociações comerciais ocultam essa distinção, a OMC é uma “instituição totalmente inapropriada para uma tomada democrática de decisões” no que diz respeito à Soberania Alimentar e à sustentabilidade social e ecológica (Via Campesina, 1999). (MCMICHAEL, 2016, p. 85-86)

Sem incorrer em reducionismo, vê-se que esses elementos apontados por Politzer e McMichael ajudam a iluminar esta relação entre a infraestrutura e a superestrutura (na particularidade) a partir da práxis social dos movimentos sociais que fazem o debate, alimentam as proposições de políticas que ressignificam o movimento do real e, portanto, os conceitos de segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar.

Conforme verificamos no processo de constituição histórica da segurança alimentar e nutricional, o conceito de soberania alimentar também evolui com a incorporação de novos debates. Outro momento importante para isso foi o Fórum Mundial pela Soberania Alimentar com o tema *É Hora da Soberania Alimentar*, realizado em fevereiro de 2007, em Selingue, Mali (África).

Nós, mais de 500 representantes de mais de 80 países, de organizações camponesas, agricultores familiares, pescadores tradicionais, povos indígenas, povos Sem Terra, trabalhadores rurais, migrantes, pastores, comunidades florestais, mulheres, jovens, crianças, consumidores, movimentos ecologistas e urbanos, nos reunimos com o povo de Nyéléni em Selingue, Mali, para fortalecer o *movimento global pela Soberania Alimentar*. O fizemos, tijolo por tijolo, vivendo em cabanas construídas a mão, segundo a tradição local e comendo a alimentação produzida e preparada pela comunidade de Selingue. Damos a nosso trabalho o nome de Nyéléni, como homenagem, inspirados na legendária camponesa maliense que cultivou e alimentou sua gente. (FMSA, 2007, *s/p*, destaques nossos)

É importante destacar que os organizadores e participantes do fórum deixam o recado à sociedade de que são capazes de assumirem o compromisso com a produção dos alimentos. É uma concepção de produção de alimentos que defende o interesse dos povos, considerando que as gerações atuais devem avançar em experiências e mediações práticas, a fim de embasar os processos soberanos que garantam a alimentação adequada numa perspectiva de futuro e tendo em vista o atendimento às próximas gerações¹⁷⁹.

179. O sentido da manifestação dos participantes (transcrita na citação anterior e na próxima citação) é importante pois pauta a necessidade de recolocar como estratégica a participação dos camponeses e povos tradicionais na produção dos alimentos. Considerando a crítica ao regime alimentar corporativo, bem como a conjuntura histórica que faz emergir esse conjunto

A maioria de nós é produtora de alimentos. Estamos dispostos, somos capazes e temos a vontade de alimentar a todos os povos do mundo. Nossa herança como produtores de alimentos é fundamental para o futuro da humanidade. Mas esta herança e esta capacidade para produzir alimentos nutritivos, de qualidade e em abundância, está ameaçada pelo neoliberalismo e pelo capitalismo global (FMSA, 2007, *s/p*)

O que se verifica nesse processo de discussão é que as organizações e movimentos sociais de base popular que construíram a perspectiva e o conceito de soberania alimentar estão a indicar e a defender que esta se inscreve em muito além. Trata-se de um projeto que transcende a questão da alimentação. São fundamentos e princípios imbricados que, por emergirem da base material e pela práxis dos trabalhadores, uma definição meramente acadêmico-política induzirá à parcialidade do que o conteúdo (histórico) expresso realmente representa. O processo participativo demonstra que, a cada momento, o conceito de soberania vai ganhando mais força explicativa e propositiva, agregando também o anseio sobre a conquista do conjunto de direitos dos povos de definirem a totalidade dos processos de suas próprias políticas de agricultura e de alimentação, o que, em mediação, protege e respeita a biodiversidade e potencializa a transformação social.

A Soberania Alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem

de princípios contraditórios, e, portanto, a relação entre soberania alimentar e agroecologia, por exemplo, esses elementos expressam o que defendeu McMichael: “[...] essa formulação concentra atenção na condição de pequenos agricultores, pescadores e criadores de animais do mundo e na mobilização em defesa da Soberania Alimentar em resposta à narrativa modernista que considera supérfluos os pequenos agricultores. (McMichael, 2006) Enquanto o primeiro regime alimentar estava arraigado nos movimentos sociais de agricultores migrantes na dinâmica cíclica do primeiro regime alimentar (Friedmann, 2005), a dinâmica do regime alimentar atual envolve movimentos sociais de agricultores que resistem a migração. (McMichael, 2005) [...] o ponto de vista mais amplo talvez seja que o regime alimentar do capital generalizou uma crise agrária de grandes proporções, registrada agora em um movimento crescente para estabilizar o Campo, proteger o planeta e fomentar tanto a Soberania Alimentar para combater novas investidas contra culturas agrícolas quanto a oposição a ‘cadeias de valor’ e apropriação de terras”. (MCMICHAEL, 2016, p. 36)

alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentárias, por cima das exigências dos mercados e das empresas. Defendendo os interesses de, e inclusive às futuras gerações. Nos oferece uma estratégia para resistir e dismantelar o comércio livre e corporativo e o regime alimentício atual, e para “ENCAUSAR” os sistemas alimentares, agrícolas, pastoris e de pesca para a prioridade das economias locais e os mercados locais e nacionais, e outorga o poder aos camponeses e à agricultura familiar, a pesca artesanal e o pastoreio tradicional, e coloca a produção alimentícia, a distribuição e o consumo sobre as bases da sustentabilidade, meio ambiente, social e econômica. A Soberania Alimentar promove o comércio transparente, que garanta o ingresso digno para todos os povos, e os direitos dos consumidores para controlarem sua própria alimentação e nutrição. Garante que os direitos de acesso e a gestão de nossa terra, de nossos territórios, nossas águas, nossas sementes, nossos animais e a biodiversidade, estejam nas mãos daqueles que produzem os alimentos. A Soberania Alimentar supõe novas relações sociais livres de opressão e desigualdades entre homens e mulheres, grupos raciais, classes sociais e gerações. (FMSA, 2007, *s/p*)¹⁸⁰

A análise, desenvolvida até aqui, sobre como a soberania alimentar vai se consolidando no seio dos debates e das proposições demonstra que há uma demarcação clara, enquanto conceito e conteúdo histórico, e se opõe (naquilo que é substancial) à noção de segurança alimentar e nutricional¹⁸¹. Sendo pertinente para um projeto societário e de classe, a grande questão está em como ir materialmente desenvolvendo

180. Três elementos importantes devem ser destacados a partir dessa citação: 1) noção de coevolução; 2) quem são os responsáveis pela produção de alimentos saudáveis; e 3) bases da vida como patrimônio da humanidade.

181. Vale destacar que são notórias, dentro da literatura e das peças políticas, as seguintes questões: 1) a maioria das elaborações que visam à síntese de entendimento assentado na segurança alimentar e nutricional (diga-se: os relatórios acerca das políticas implementadas e as elaborações teóricas de análises das políticas) insere vagamente o conceito de soberania alimentar; 2) em contrapartida, o conjunto de elaborações que são base da concepção deste último também insere vagamente e raramente uma proposição que busque a segurança alimentar e nutricional. Entende-se, portanto, ser expressão sintomática da radicalidade de cada um dos conceitos e que, de certa forma, evidencia o processo dialético que embasa o movimento do pensamento e da inserção da luta social como um processo formativo.

as condições para que isso seja realizável¹⁸². Dado o movimento do real e das forças hegemônicas extremamente eficientes, que, a cada dia, mês, ano, desconstroem possibilidades materiais¹⁸³ ainda existentes de soberania alimentar, como desenvolver, dentro das mesmas contradições, a partir da reação tensionada, um processo contra-hegemônico que possa, efetivamente, potencializar e dar força material à transformação de todo o acúmulo expressado nas discussões e no conceito referido?

O que temos é apenas a afirmação de que as elaborações e os acordos sobre soberania alimentar coletivamente construídos (nos diferentes espaços, tais como as conferências nacionais, os fóruns mundiais e outros, publicitados ou não) não ressoaram concretamente aos “ouvidos” estatais e de governos de modo geral. Ou seja, infelizmente, ainda não houve uma acolhida e uma efetivação prática, quando consideramos um dos pilares fundamentais, que é a política pública; ou ainda: não há a inserção da discussão mais avançada e progressista no interior do entendimento dos organismos internacionais, que discutem regularmente o problema da fome e da produção de alimentos no mundo¹⁸⁴.

A pertinência do debate feito no referido fórum também se dá pela demarcação da necessidade da luta social e a identificação contra quem e a quem devem se direcionar os processos de luta social. De maneira geral, a capacidade e a potencialidade dos povos de poder decidir sobre todas as dimensões – desde a produção até o consumo –, preconizadas pela soberania alimentar, defrontam-se com uma série de linhas limítrofes que impõem, cabalmente, as fronteiras da propalada autonomia decisória

182. Eis o “nó górdio” da questão fundamental e, sem sombra de dúvida, um dos pontos relevantes que esta obra visa analisar e debater. Como, sem permanecer no “otimismo da vontade”, analisar dados e experiências ainda nascentes e fragilizados, sem cair num idealismo simplesmente?

183. Como bem destaca Whitaker, ao referir-se aos aspectos hegemônicos do modo de produção capitalista e do sistema agroalimentar, “Tais políticas de produção mundial contribuem para esgotar reservas energéticas que a natureza levou bilhões de anos para produzir. Além disso, tais medidas podem falhar e/ou ser manipuladas, eliminando-se, portanto, a soberania dos países dependentes, já que as manipulações se fazem por meio dos pacotes tecnológicos, e podem evoluir para a escala política, reduzindo-nos todos à hegemonia dos possuidores dessas tecnologias”. (WHITAKER, 2008, p. 325)

184. A mediação do Estado será fundamental para a implementação da soberania alimentar num processo de transição, assim como tem sido fundamental na implementação do sistema agroalimentar correspondente aos interesses do capital. Questões de ordem geopolítica são e serão determinantes, tendo em vista que a mediação estatal – enquanto força material – é um dos elementos fundamentais a partir da efetivação das políticas econômicas.

(por parte dos povos) em relação às condições objetivas que movem o sistema agroalimentar contemporâneo. É nesse sentido que o documento final do fórum, em Mali, registra e explicita contra quem e contra o que os povos devem lutar. Diz o documento: “Contra que lutamos?”¹⁸⁵.

1) O imperialismo, o neoliberalismo, o neocolonialismo e o patriarcado, e todo sistema que empobreça a vida, os recursos, os ecossistemas e as agentes que os promovem, como instituições financeiras internacionais, a Organização Mundial do Comércio, os acordos de livre comércio, as corporações multinacionais, os governos que prejudicam a seus povos;

2) O *dumping* de alimentos a preços abaixo do custo de produção na economia global;

3) O controle de nossos alimentos e de nossos sistemas agrícolas nas mãos de empresas que privilegiam os ganhos às pessoas, a saúde e ao meio ambiente;

4) Tecnologias e práticas que desgastam nossa capacidade de produção alimentária no futuro, danificam o meio ambiente e põe em perigo nossa saúde. Estas últimas incluem os cultivo e animais transgênicos, tecnologia *terminator*, aquicultura industrial e práticas pesqueiras destrutivas, a chamada “revolução branca” e as práticas industriais no setor lácteo, as chamadas “novas e velhas revoluções verdes”, e os “desertos verdes” dos monocultivos e agro combustíveis industriais e outras plantações;

5) A privatização e a mercantilização dos alimentos, serviços básicos públicos, conhecimentos, terras, águas, sementes, animais e nosso patrimônios natural;

6) Projetos/modelos de desenvolvimento e indústrias de extração que despejam, expulsam a população e que destroem nosso meio ambiente e nossa herança natural;

7) Guerras, conflitos, ocupações, bloqueios econômicos, fome, despejos forçados e confiscação de suas terras, e todas as forças e governos que os provocam e os apoiam e os programas de reconstrução após conflitos e catástrofes que destroem nosso meio ambiente e capacidades;

185. As análises dos capítulos seguintes perpassarão essas questões indicadas.

8) A criminalização de todos aqueles que lutam para proteger e defender nossos direitos;

9) A ajuda alimentária que encobre o *dumping*, introduz Organismos Geneticamente Modificados em comunidades locais e nos sistemas alimentários e cria novos padrões de colonialismo;

10) A internacionalização e a globalização dos valores paternalistas e patriarcais que marginalizam as mulheres e as diversas comunidades agrícolas, indígenas, pastoris e pesqueiras no mundo¹⁸⁶.

A aspiração da soberania alimentar deixa claro que o que de fato se pressupõe é a construção de um novo “sistema alimentar”: uma nova forma de alimentar o mundo e que tipo de alimento que engendrará processos indutores que podem demarcar, refundar e ressignificar as relações homem-natureza/homem-homem. Trabalhando com a possibilidade objetiva da implementação da soberania alimentar, esta indicaria uma multiplicidade de dimensões sociomateriais e abordagens simultâneas complementares, que, para além da questão da alimentação no mundo, são indutoras de desenvolvimento de novos valores¹⁸⁷ econômico-sociais¹⁸⁸.

186. Disponível em: <<http://nyeleni.org/spip.php?article327>>.

187. Uma questão pertinente e facilmente notável nos documentos e debates é que a soberania alimentar vislumbra o humanamente necessário e suficiente, sendo o horizonte e beneficiário o povo. Quanto às outras discussões que têm a centralidade na segurança alimentar, vislumbra-se também o acesso ao alimento, mas tendo como processo indutor a garantia do acúmulo, da concentração e do lucro e, como beneficiárias, as corporações. Em relação aos “novos ou outros valores”, faremos uma discussão acerca disso no capítulo 4, em que abordaremos a agroecologia e a formação humana.

188. Entre esses aspectos, está justamente a contradição materializada nas maneiras produtivas de alimento entre as formas e condições de integração transnacionais de regiões produtoras e consumidoras, tendo como base a longa distância, o que dá o caráter do armazenamento e distribuição, e produtos padronizados, como um modelo, e, como outro, os sistemas alimentares que pressupõem o circuito curto com o movimento de produtos/alimentos (bior)regionais, que estreitam as relações e constroem aproximações entre produtores e consumidores. De acordo com McMichael: “Estes últimos sistemas são a meta do movimento de Soberania Alimentar e seu clamor por reduzir proporcionalmente os sistemas alimentares em nome do controle democrático, culinária apropriada e prática ecológica [...] Essa tensão central entre ‘alimento de procedência desconhecida’ e ‘alimento de procedência conhecida’ (McMichael, 2002) pressupõe uma redundância do regime alimentar – na medida em que prevê a realocação de sistemas alimentares como a solução não somente para uma tensão de regime alimentar, mas para uma questão de sobrevivência socioecológica em uma era pós-industrial-agrícola”. (MCMICHAEL, 2016, p. 34)

A visão de **Soberania Alimentar, no longo prazo, subverte o molde centrado no Estado**. Ela defende a *reterritorialização de Estados por meio da revitalização das ecologias alimentares locais e do reconhecimento dos direitos das pessoas à terra*. Essa visão expressa uma **episteme civilizacional** decorrente de uma aparente crise geral do capitalismo. Mais do que uma questão de declínio da hegemonia do Estado, *as contradições do regime alimentar corporativo são cumulativas no sentido de que a agricultura industrial é ecologicamente insustentável e socialmente excludente*. O movimento de Soberania Alimentar, reconhecendo a cumplicidade estatal no projeto neoliberal, busca reconstituir o Estado (e suas relações espaciais) por meio de uma política de “cidadania agrária” (Wittman, 2009). *Essas políticas visam colocar de novo em foco os direitos coletivos, formar coalizões com outros movimentos de justiça social e integrar as relações sociais às ecologias em vez dos mercados*. Como Marc Edelman diz, o “**campesinato**” **forma uma categoria política** e não analítica (2009). Patel considera os direitos à Soberania Alimentar como um “meio de mobilizar as relações sociais [...]”.

Em suma, trata-se de uma convocação ao direito de autogovernança, com esses direitos voltados aos fins sociais. (MCMICHAEL, 2016, p. 86-87, destaques nossos em negrito)¹⁸⁹

Considerando todos esses aspectos e dimensões – motivados e construídos nas discussões, nos debates e embates acerca da soberania alimentar – é que, em abril de 2010, na Conferência Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra¹⁹⁰, realizada em

189. Fiz questão de grifar alguns elementos da citação porque, em boa medida, expressam vários momentos analíticos desta obra. Além disso, já antecipam alguns aspectos de pelo menos cinco dos grandes pilares que sustentam a forma expositiva destes escritos, a saber: 1) a base material e a questão agrária; 2) as questões ontológicas, epistemológicas/científicas e filosóficas de fundo; 3) a política pública; 4) a pertinência e necessidade da agroecologia; e 5) a formação humana emancipadora.

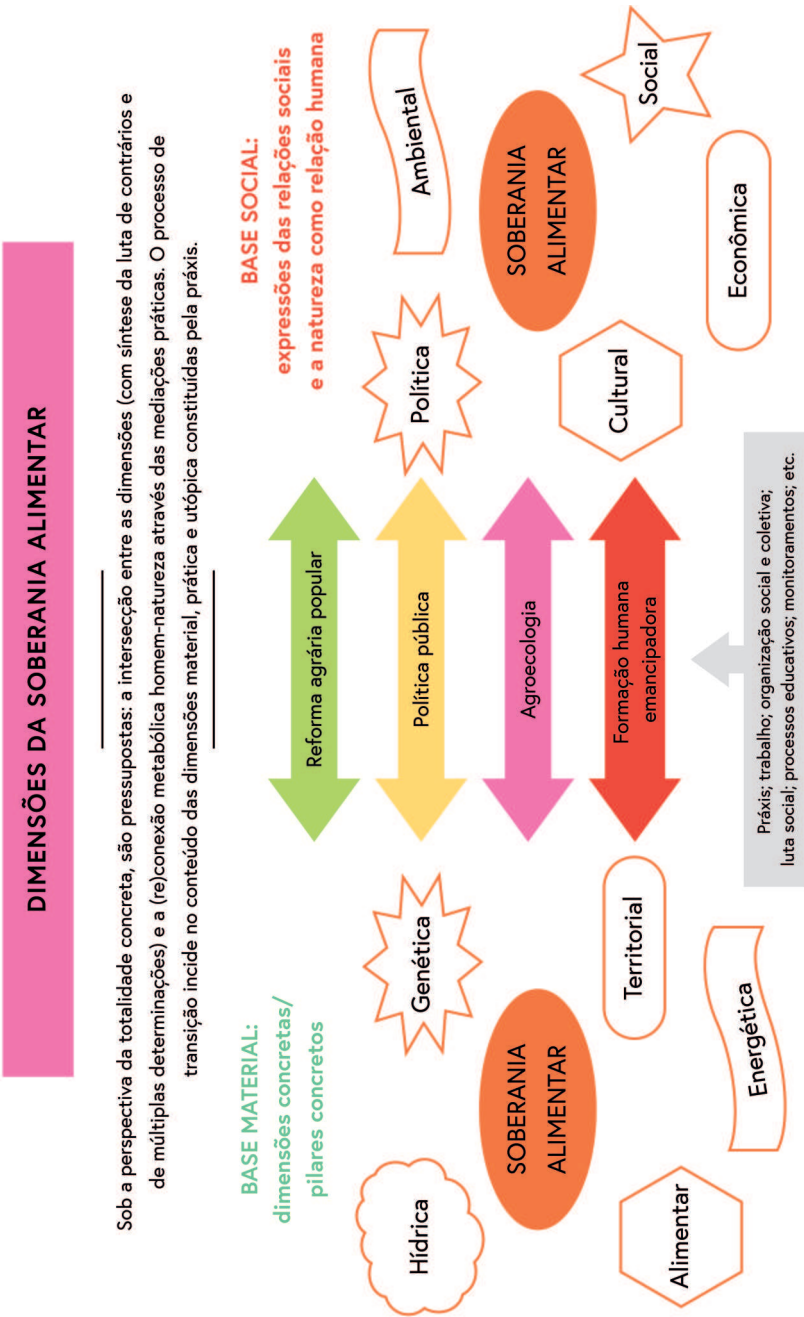
190. São bastante presentes nos textos acerca da soberania alimentar o combate ao patriarcado e a defesa das mulheres como sujeitos sociais importantes nesse processo. Nota-se, portanto, que, do ponto de vista simbólico, há também uma indicação para a valorização e construção de uma visão feminina de mundo, sobretudo por conceitos como “fertilidade” e “reprodução” social da humanidade e das relações harmoniosas entre humano-natureza. A relação homem-natureza, por estar fundamentada nas mediações de segunda ordem, tem sido caracterizada pela violência, dados os “instintos” e as leis objetivas do modo de produção capitalista.

Cochabamba, na Bolívia, a soberania alimentar foi ratificada como a expressão máxima do direito dos povos de controlarem (diretamente e para além do sentido de posse fundado pelo capital) as suas sementes, as suas águas e terras, o que, através do processo de intervenção na natureza para a produção do alimento, levaria a uma produção local e culturalmente apropriada, que objetivasse o acesso de todas as pessoas e diferentes povos aos alimentos suficientes, nutritivos e variados, e, por essa razão material, garantiria – religaria – a parceria respeitosa com a Mãe Terra.

A figura seguinte demonstra as dimensões da soberania alimentar a partir da consideração da “unidade do real” (da unidade dos contrários e do diverso). Pressupõe, portanto, na constituição de devir, uma consideração epistemológica desse sistema complexo e dinâmico (composto por interações) apontado no conteúdo material do conceito. Traz os elementos de uma unidade concreta, determinada pelos processos reais, de carácter natural e social e, de forma correspondente, social/natural, que vai se constituindo em sua historicidade (a partir de mediações práticas). E, principalmente, institui critérios e valores para a deviniência da soberania alimentar (no horizonte projetado, aquilo que na realidade fala do que é coextensivo ao “ser”), considerando uma multiplicidade de instâncias e uma complexidade de relações imbricadas, materiais e sociais.

É importante demarcar que tanto as dimensões que buscam expressar a base material quanto as que expressam a base social configuram a intersecção e interconexão entre o presente concreto e a projeção utópica, bem como o horizonte motivador dos processos e as condições objetivas para a transição. É nesse sentido que a expressão e a configuração da natureza de cada uma das dimensões como resultado de múltiplas determinações se constituirão através de mediações práticas. As circunstâncias são historicamente determinadas e só podem ser compreendidas dessa forma. Assim, numa perspectiva metodológica (das mediações práticas) para o processo de transição, vemos que essas dimensões são o reflexo das nossas necessidades e possibilidades materiais, ao mesmo tempo em que se colocam como devir e constituinte utópico (real-ideal) ao longo do tempo. As mediações práticas, portanto, é que poderão materializar esse processo.

Figura 4 – Dimensões da soberania alimentar



2. PRODUÇÃO NO CAMPO E CONCEPÇÕES DE POLÍTICAS: AGRONEGÓCIO, CAMPESINATO E AS CONDIÇÕES MATERIAIS NA/PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

O presente capítulo busca fazer uma análise acerca da produção no Campo e das políticas públicas correspondentes. À luz da totalidade concreta, tanto o processo de produção quanto as políticas de incentivo à produção são tomados como expressão das contradições e analisados a partir delas, que, portanto, definem e são parte constituinte das relações econômicas e sociais que incidem na “natureza” da base material e nas perspectivas de desenvolvimento para o Campo. Desse modo, verifica-se – numa perspectiva histórica – como as relações de reprodução do capital se “territorializam”, bem como as contradições objetivas daí advindas.

Considerando esses aspectos, a análise perpassa pela dinâmica da luta de classes e as condições objetivadas da geopolítica que nela se encerram, dado que é dessa contradição fundamental que provém e se constitui concretamente o território nas suas múltiplas dimensões e escalaridades. É partindo desse pressuposto que analisamos a forma do capitalismo no Campo a partir do agronegócio e como esse processo incide na dominação e, também, nas formas de resistência do campesinato.

Nesse sentido também, verificamos como o “trabalho”, enquanto categoria explicativa e em seu sentido prático – que medeia a relação homem-natureza –, se insere nesse processo e adquire sentido histórico em cada uma das condições materiais envolvidas expressas através do agronegócio e do campesinato. Ou seja, busca verificar qual é o sentido, o imperativo ou o impulso primário (e a finalidade) do trabalho, quando levada em conta a lógica do agronegócio e da agricultura camponesa.

À luz do materialismo histórico dialético (partindo da contradição principal e das contradições secundárias), buscamos compreender a questão agrária a partir das múltiplas determinações, relacionando-a com o processo de mundialização do capital, e, no recorte brasileiro, como isso incidiu na constituição de nossa “genética” econômica, social e política.

A análise, em sua totalidade, busca apreender e demonstrar as condições da base material tanto no sentido do momento histórico atual – e, portanto, quais são as ameaças e as potencialidades que ainda persistem – quanto no seu sentido “ideal” para a produção de alimentos sob a perspectiva da soberania alimentar – que incorpora também os processos necessários de resistência e reação, por um lado, e, por outro, as mediações práticas que comporão as “transições” dentro da “transição” fundamental.

Por fim, o presente capítulo traz uma análise de fundo filosófico – das grandes questões necessárias a serem pensadas e praticadas – que busca fazer alguns apontamentos ontológicos e filosóficos para refletir sobre as condições objetivas de produção de alimentos que possam contribuir e embasar a perspectiva da soberania alimentar.

2.1 QUESTÃO AGRÁRIA: ELEMENTOS DO AGRONEGÓCIO E DO CAMPEPINATO E SUAS CONTRADIÇÕES

2.1.1 Agronegócio (*agribusiness*): bases reais e a racionalidade do capitalismo no Campo

Discutir teoricamente este tema significa lançar mão de um conjunto de conhecimentos imbricados consolidados a partir das reflexões que visam compreender a questão agrária no mundo atual. De certa forma, tratam do processo de desenvolvimento capitalista nas suas diferentes dimensões e facetas, sobretudo aquelas que se materializam no Campo.

O destaque dado a esses aspectos, bem como a necessidade de aprofundamento teórico acerca da consolidação desse processo, justifica-se devido ao avanço do agronegócio nos últimos anos em nosso país. O conjunto de fatores e imperativos econômicos e políticos que dão sustentação ao processo material no decorrer da história recente, que objetivam o avanço do capital para novas fronteiras e que incidem na composição de novas relações de trabalho e na forma de ocupação do território material é um aspecto que determina a natureza sistêmica e o *modus operandi* do capital no Campo, com suas contradições, e que, portanto, deve ser compreendido. A apreensão teórica desse processo é fundamental tendo em vista o(s) objetivo(s) desta obra.

As sociedades humanas foram se acomodando na terra que lhes coube viver, formando suas culturas, seus valores e suas riquezas. Na modernidade, arbitrariamente, em geral pela força, as sociedades transformadas em Estados constituídos, demarcaram seus territórios com lápis de ponta fina sobre um mapa que apenas imitava a realidade. Cada vez que o lápis escorregava em mãos mais acostumadas às armas do que à arte, os povos eram chamados a defender a pátria, e longas e desaventuradas guerras redesenhavam o mapa, novamente sem se importarem com que gentes ficavam dentro ou fora do desenho. Desta forma, o território passou a ser o limite de honra dos chamados Estados nacionais e nele se impuseram a lei e o contrato social, a todos os habitantes, humanos ou não, aí localizados pelo acaso ou pela autodeterminação. (SOUZA FILHO, 2015, p. 11)

Historicamente, e com mais intensidade ainda atualmente, as corporações e monopólios imperialistas tomam as decisões e deliberam as suas orientações político-econômicas em *âmbito global*. As estruturas dos Estados nacionais (via de regra) são instrumentos na implantação e manutenção desse processo, tendo em vista que nascem e se consolidam como expressão dessas bases reais. E, nesse sentido, analisar a expansão da economia colonial a partir do século XV¹⁹¹ é importante para compreendermos o porquê das bases materiais e das condições objetivas, existentes até os dias atuais – quando se fala do processo de produção no meio rural, no Campo –, da fome, do modelo de “desenvolvimento desigual e combinado” que predomina na sociedade – dado o processo de mundialização do capital –, e incide também na divisão e nas relações de trabalho.

191. Vale destacar que, a partir das grandes navegações, os continentes asiático, americano, africano e a Oceania sofreram o processo de dominação das grandes potências econômico-políticas europeias da época, ocorrendo a implantação do capitalismo comercial e aumentando substancialmente essas relações comerciais no mundo. O *modus operandi* dessa etapa do capital se deu através da implementação das colônias na América e na Oceania e das feitorias na África e na Ásia, com o estabelecimento da divisão internacional da produção, segundo a qual, como sabemos, caberia às colônias a produção de produtos primários (como metais preciosos, matérias-primas, especiarias) e às metrópoles os produtos manufaturados/industrializados. “Essa divisão internacional da produção continuou norteando as relações entre as metrópoles e suas colônias e feitorias após 1750, quando foi implantado o capitalismo industrial em algumas nações europeias, nos Estados Unidos e no Japão (fase do neocolonialismo e do imperialismo)”. (ADAS, 1988, p. 36)

O processo coercitivo de implementação dessa divisão internacional da produção na história moderna, com seus arranjos locais, deixou de herança, fundamentalmente, duas consequências: 1) as nações colonialistas/imperialistas se beneficiaram amplamente, pois, através desse processo, houve a dinamização de suas atividades capitalistas, favorecendo a acumulação de capitais na mão da burguesia mercantil e comercial e do Estado burguês e, com o passar do tempo, consolidando o fortalecimento e a concentração de capitais na mão da burguesia industrial e financeira; e 2) em contrapartida, prejudicou fortemente os territórios dominados, deformando-os e impedindo o desenvolvimento econômico destes¹⁹².

Como sabemos, “produziram uma verdadeira ruptura, inibição e deformação do processo de desenvolvimento tecnológico das colônias”. (ADAS, 1988, p. 37) Caio Prado Jr. (2000), ao debater a *Formação do Brasil contemporâneo*, demonstrando o “sentido da colonização” e o processo de desenvolvimento dessa base advinda e a herança disso até os dias atuais – embora tenha havido mudanças substanciais, sobretudo no século XX, com o advento do processo de industrialização e urbanização –, destaca que se constituem, como parte integrante da economia brasileira, características fundantes da grande exploração agrícola da época colonial.

Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade, nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão e, em seguida, café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivos exteriores, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos,

192. Em agosto de 1917, Lênin, ao prefaciar a primeira edição de sua obra *O Estado e a revolução*, destaca que “A guerra imperialista acelerou e avivou ao mais alto grau o processo de transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado. [...] pois a maior parte das chamadas grandes potências exploram e escravizam, há muito tempo, várias nacionalidades pequenas e fracas”. (LÊNIN, 2010, 19-20) Para ele, o imperialismo é a fase superior do capitalismo.

articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira [...]. (PRADO JR., 2000, p. 20)

Esse processo de dominação imperialista – que incide na materialização de um “desenvolvimento desigual e combinado” –, de constituição das forças internas e impedimento, pelas forças externas, das condições objetivas de desenvolvimento interno (tanto nas ações e atividades artesanais e agrícolas, quanto na busca de um processo de industrialização) é sentido até hoje. Mesmo sendo apregoado atualmente um processo de “modernização” do Campo, temos, na verdade, a materialização do desenvolvimento desigual que combina as peculiaridades imbricadas na acumulação, que, por si, pressupõe a expropriação e a concentração da riqueza. Os aspectos fundamentais que incidem no desenvolvimento do capitalismo no Campo são resultantes da longa trajetória histórica – longa marcha¹⁹³ – dominada por essa lógica anteriormente destacada, que sintetiza as múltiplas determinações oriundas e resultantes do processo de mundialização do capital. Em tempos de continuidade imperialista e monopolista e do processo de acumulação do capital a qualquer custo, territórios de países em desenvolvimento, dominados e dependentes, são forçados a reproduzirem as relações de produção que comungam na mesma ação, a produção e concentração da riqueza e o aumento da fome, da pobreza e da miséria¹⁹⁴. Esse é o cenário e um dos aspectos que caracteriza a questão agrária atual.

O que está em jogo não é realmente a eficiência do capital, que pode ser aperfeiçoada pela maior ou menor realocação drástica dos recursos econômicos, mas, ao contrário, a verdadeira natureza da sua produtividade: uma produtividade que necessariamente define a si mesma por

193. De acordo com Guimarães (1982, p. 25), “A agricultura marcha a passos largos para a industrialização. Percorre todos os caminhos do progresso: substitui a economia natural pela economia de trocas; a fase da subsistência e do autoconsumo pela divisão do trabalho e a especialização; o isolamento autárquico pela dependência do mercado; a organização artesanal pela organização fabril. Todavia, as transformações por que vem passando, em sua marcha para o progresso, não lhe proporcionam unicamente resultados positivos. Ao industrializar-se, a agricultura, contraditoriamente, perde sua autonomia e sua eficácia econômica; e, mais do que isso, perde sua capacidade de autossustentar-se”.

194. Substância do mesmo movimento do real e da totalidade concreta contraditória. Adota-se, portanto, a noção de que, no processo de reprodução do capital, comungar essas questões é uma consequência necessária.

meio do imperativo da sua implacável autoexpansão alienada como produtividade destrutiva, que sem cerimônia destrói tudo que esteja em seu caminho. (MÉSZÁROS, 2011, p. 85)

A desestruturação das formas originais de produção e reprodução da existência, presentes nas áreas que foram ou são dominadas – econômica, tecnológica e politicamente –, tanto no período colonial como na atualidade, demarca a “constante lógica” e o “ímpeto” do modo de produção capitalista. Como exemplo disso podemos buscar o processo pelo qual a produção agrícola asiática, africana e americana, que estava fundamentalmente direcionada para garantir e corresponder às necessidades locais e de seus povos, foi ligeiramente desorganizada e substituída pela agricultura comercial e de exportação, correspondendo aos interesses das grandes corporações oligopolistas.

É resultante dessa demanda e dessa estratégia a forma adquirida da grande propriedade agrícola monocultora – a *plantation*. O objetivo dessa substituição, ou até mesmo a constituição dessa forma de produzir, era criar, nas colônias, as condições objetivas para a produção de matéria-prima adequada às necessidades do mercado externo, possibilitar o acúmulo de capital e a obtenção de lucros para as metrópoles. O colonialismo, portanto, orientou-se, notadamente, com fins de retirar da terra conquistada e de sua gente tudo o que pudesse beneficiar as metrópoles e sua classe econômico-política dirigente.

Os meios de produção ficaram centralizados nas mãos de uma minoria, e o acesso a eles tornou-se praticamente impossível para a maioria das pessoas, em razão da implantação de Estados que, sistematicamente, materializam os interesses das classes que dominam. (ADAS, 1988) Assim, “Para a grande maioria das populações restaram apenas as migalhas do grande banquete onde sentaram à mesa apenas as oligarquias locais e os representantes dos interesses colonialistas”. (ADAS, 1988, p. 38)¹⁹⁵

A possibilidade de produção para a subsistência nunca foi vista como estratégica pelo colonizador, mas apenas como “apêndice” da grande lavoura quando havia a necessidade de melhorar as condições de energia para a reprodução da força de trabalho.

195. No caso brasileiro, há, portanto, correspondente a esse espírito econômico-político, a concretização de um Estado escravista dos senhores da terra/latifundiários, trabalho escravo, monocultor e exportador.

A ordem existente destina uma divisão do trabalho particularmente abjeta aos povos privados de sua independência, sobretudo aos povos sujeitados ao domínio e ao saqueio colonial. Nas colônias – observa Marx no verão de 1853 referindo-se à Índia –, o capitalismo arrasta “povos inteiros no sangue e na sujeira, na miséria e no embrutecimento”. (LOSURDO, 2015, p. 28)

Com essa base estrutural, verifica-se o funcionamento das leis objetivas determinantes do processo de acumulação do capital e, portanto, o movimento do real e a ocupação dos territórios materiais. A grande lavoura passou a destruir-e-absorver – como no caso da África – as unidades familiares de produção, tanto as que cultivavam cereais, quanto as que tinham a criação de animais¹⁹⁶. Destinos análogos ocorreram nos demais continentes (como Ásia e América espanhola) – diferenciados apenas por algumas especificidades¹⁹⁷ –, sendo as consequências similares, tais como: extermínio da população nativa, introdução da *plantation*, escravização das pessoas, fome e miséria para a maioria da população, desestruturação da produção local destinada à alimentação.

Na continuidade desse processo – numa segunda fase da colonização –, há a consolidação das oligarquias internas (“nacionais”) diretamente ligadas a interesses externos. A partir dessa genética econômica, social e política, alianças que perduram até os dias atuais¹⁹⁸, garantindo a manutenção da estrutura fundiária injusta e das relações de trabalho assentadas no processo de exploração, são os grandes pilares da desigualdade social, causadores da pobreza e da fome de grande parcela das pessoas nos territórios que foram dominados.

196. “Na fase pré-colonial, a forma de produção na África consistia, de modo geral, na agricultura praticada em pequenos lotes rurais (milho, milhete, arroz, batata, inhame etc.) e na criação de pequenos rebanhos, e tinha por base o trabalho das famílias (unidades familiares de produção). A troca de produtos entre camponeses e os criadores de gado (pastores) proporcionava um equilíbrio alimentar, porque assim podiam consumir proteínas animais e vegetais necessárias à sua alimentação” (ADAS, 1988, p. 38).

197. Ao fazer um percurso sobre uma visão histórica – na revisão de literatura, mas que não será detalhada neste texto – acerca do processo de colonização nos diferentes continentes, verifica-se que o ponto de partida pode ter algumas diferenças, dadas as especificidades de cada materialidade, mas a lógica e a forma geral são basicamente as mesmas, com as quais fica fácil de verificar que as consequências foram e são parecidas na maioria desses territórios.

198. Veremos, no capítulo seguinte, no caso do Brasil, a formação do Estado patrimonialista.

A implementação dessa lógica de produção no Campo, como já apontado, desestrutura, num primeiro momento, a criação de subsistência nos locais em que esta existia¹⁹⁹, e, num segundo momento, já com a hegemonia da monocultura, a produção de gêneros alimentícios e de subsistência ficava sob o domínio do colonizador e, portanto, renegada a segundo plano. A produção dava-se a partir do trabalho em terras dos grandes proprietários arrendadas pelos pequenos produtores e pelos escravos, em sobrejornadas (após o dia de esforço na lavoura de monocultura) no pouco “tempo livre”, tais como feriados e domingos. Nota-se, pela literatura, que o processo de produção de gêneros visando à subsistência dos trabalhadores também foi transformado em estratégia de dominação e aumento da dependência da força de trabalho frente ao capital. É dessas relações que nascem as formas de controle e dominação que sempre estiveram e estão presentes no Campo brasileiro, aquilo que ficou popularmente conhecido como “fornecimento”, no qual o camponês, para poder trabalhar e buscar o sustento da família, fazia empreitas em troca de alimentos, às vezes pequena quantidade de dinheiro, que nunca mais conseguia pagar, adentrando numa lógica de total dependência frente ao seu patrão²⁰⁰.

Tratando-se da história do Brasil, vemos que, quando aumentava o preço do produto de exportação no mercado internacional, a produção de gêneros alimentícios de subsistência diminuía consideravelmente, observando que essa condição levava à ocupação da maioria das áreas de terras para corresponder à produção dessa demanda com vista à exportação²⁰¹ e, portanto, de igual forma, a força de trabalho escrava era ocupada também para esse fim. A consequência disso é óbvia. Nesses períodos, aumentava a fome, principalmente na população escravizada.

No período canavieiro, a crise da agricultura de subsistência chegou a atingir tão graves proporções que a metrópole teve de intervir através

199. Apesar das adversidades, havia a presença do campesinato, posseiros, quilombolas, indígenas...

200. Mesmo havendo resistências e luta de classe, algumas práticas – como essas – expressam e materializam características de “semifeudalidade”.

201. Esse processo se repete na atualidade pelo aumento das áreas para a produção de *commodities* (biocombustíveis, soja, madeira, proteína animal etc.). Ou seja, quanto mais áreas cultivadas, mais aumentam as potencialidades para as crises alimentares ou de abastecimento alimentar e, portanto, da fome.

de uma legislação que tornava obrigatório ao proprietário de terras destinar uma parte de seu domínio ao plantio de gêneros alimentícios de subsistência. É nessa época que surgem pequenos produtores dedicados à agricultura de subsistência praticadas em terras não doadas pela Coroa, mas cuja posse dentro dos critérios oficiais era ilegal. Foi desse modo que começaram a se formar as pequenas propriedades rurais no Brasil. Formaram-se, como se vê, como verdadeiros apêndices da grande propriedade. (ADAS, 1988, p. 42)

A pequena propriedade no Brasil fez-se como um “rebento” das contradições sociais e econômicas daquele período. Essa forma de organização territorial foi secundariamente considerada no processo de ocupação²⁰². Sempre foi vista como espécie de desafeto material mediante a lógica hegemônica implementada no território das colônias. Um mosaico de “nacos materiais” pintado com sangue de trabalhadores.

Esses tipos, que foram a gênese dos pequenos agricultores no Brasil, sempre foram tidos como “vadios”, “ociosos”, e qualificações semelhantes. Sempre foram qualificados como marginais pela autoridade da Colônia e pela ideologia dominante da época. Não resta dúvida de que esses “marginais” nada mais são do que reflexos criados pelo próprio sistema latifundiário implantado no Brasil. (SILVA, 1978, p. 20)

Com o advento da atividade mineradora no Brasil, já no final do século XVII, e devido ao aprofundamento da crise de alimentos em território colonial, houve uma pequena retomada e estímulo para o desenvolvimento de setores voltados à subsistência, o que acabou tendo a participação do pequeno produtor, mas também de alguns grandes proprietários. Em 1820, houve a extinção do regime de sesmarias e a ausência de arcabouço jurídico que regulamentasse a posse da terra, possibilitando o

202. Tivemos o colonato no Sul do Brasil, que, em alguma medida, demarcou certa especificidade na ocupação territorial. No entanto, como afirma Martins (2013, p. 140), “A forma camponesa do trabalho no regime colonato não pode ser compreendida senão pela mediação do capital que a determinava e da propriedade como instrumento de sujeição do trabalho que a constituía. Em vez de o latifúndio evoluir para a fragmentação que criaria uma classe (um terceiro estado, como diz Couty) de camponeses, de pequenos agricultores de café, subsidiários dos engenhos de beneficiamento que permaneceriam nas mãos dos grandes fazendeiros, de modo a instituir uma exploração indireta do trabalho [...]”.

aumento de produtores rurais. (ADAS, 1988) Essa conjuntura, somada à aprovação da Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico de escravos, representou as condições objetivas que fizeram com que a aristocracia rural, principalmente os produtores de café, propusesse, em 1850, a Lei de Terras²⁰³, conhecida até os dias atuais, que disciplinou o regime organizacional acerca do trabalho e do uso da terra, facilitando a implementação e a garantia dos interesses aristocráticos rurais.

Essa lei estabelecia que todas as terras devolutas só poderiam ser adquiridas em hasta pública com pagamento à vista, e que o fruto da venda de terras seria canalizado para financiar a vinda de “colonos” europeus (imigrantes).

A Lei de terras foi um entrave ao crescimento do número de pequenas propriedades destinadas à agricultura de produtos alimentares de subsistência. No entanto, favoreceu os grandes proprietários rurais, pois somente eles tinham recursos financeiros para adquirir novas terras. [...] colocou à disposição desses grandes proprietários a força de trabalho dos imigrantes, que foram submetidos à condição de servidão nas grandes lavouras de café – o chamado trabalhador “livre” num regime de propriedade privada da terra. (ADAS, 1988, p. 42)

Com a crise do escravismo no Brasil e os processos de constituição das novas relações de produção e da força de trabalho no Campo, aparece o colonato. Nota-se que não há uma transição imediata do trabalho escravo

203. Lei nº 6.012 de 18/9/1850. Traz conceitos jurídicos que ainda hoje são utilizados no Brasil. Essa lei foi regulamentada pelo Decreto nº 1.318, de 30/1/1854, e teve como objetivo dar conta dos aspectos prescritos na lei relacionados à ocupação das terras. Conceitos como posse, sesmarias, terra devoluta e o entendimento acerca dessas questões foram tratados na referida determinação. A Lei de Terras “procurou caracterizar o que são terras devolutas e visava a ser um instrumento jurídico para discriminar as terras públicas das privadas, além de impedir o acesso à terra devoluta, a não ser via compra. São inúmeros os estudos que caracterizam a Lei de Terras como um marco no processo de transição do trabalho escravo para o livre. Para Martins, ‘num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo, num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa’. [...] ao impedir o acesso à terra por outros meios que não sua compra, abriu a possibilidade de transformar a terra em renda territorial capitalizada, permitindo ao fazendeiro transfigurar seu capital, anteriormente investido em escravos, na aquisição de terras. [...] Mais recentemente, a historiografia tem procurado relativizar o caráter da lei como marco para a institucionalização da propriedade privada no país, ressaltando ora a existência anterior de um mercado de terra, ora as múltiplas intepretações sobre o direito à terra presente nos artigos da lei”. (MOTTA, 2005c, p. 279-280)

para o trabalho assalariado, mas, sim, para o “trabalho livre”²⁰⁴, que, sob as leis objetivas da dinâmica do desenvolvimento, pôde ser utilizado ou não. É nessa materialidade que o camponês colono busca alternativas de (re)produção. Em um momento, vendendo sua força de trabalho, em outro, se submetendo ao processo de arrendamento ou, ainda, buscando as condições objetivas da produção e reprodução da subsistência.

Essa crise deu lugar a um regime de trabalho singular, que ficou conhecido como regime de colonato, [...] que abrangeu a cultura de café, mas que também alcançou a cana-de-açúcar em São Paulo. Ele não pode ser definido como um regime assalariado, já que o salário em dinheiro é, no processo capitalista de produção, a única forma de remuneração da força de trabalho. Isso porque o colonato se caracterizou [...] pela combinação de três elementos: um pagamento fixo em dinheiro pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional em dinheiro pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos, como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador, portanto, um componente camponês pré-capitalista na relação laboral. Além do que o colono não era um trabalhador individual, mas um trabalhador familiar, modo camponês de trabalhar, estranho ao mundo do assalariamento e aos requisitos de sua efetivação. É, porém, a produção direta dos meios de vida, com base nesse trabalho familiar, que impossibilita definir essas relações como relações propriamente capitalistas de produção. (MARTINS, 2013, p. 35-36)²⁰⁵

Outro momento importante a destacar é quando começa a ocorrer o processo de transformação nos meios de produção e nas forças produtivas com a industrialização e a urbanização a partir do fim do século XIX

204. Vemos que, mesmo havendo essas mudanças, o necessário trabalho livre foi buscado fora do país, como sabemos, no processo de vinda dos imigrantes europeus, sobretudo no período entre 1886 e 1914. É nesse sentido que Martins (2013, p. 35) diz que a concepção instituída no momento pela classe dominante era de que “Uma sociedade cujas relações fundamentais foram sempre relações entre senhor e escravo não tinha condições de promover o aparecimento desse tipo de trabalhador. Seria necessário buscá-lo em outro lugar, onde a condição de homem livre tivesse outro sentido”.

205. Esses aspectos estruturantes, aqui trazidos por Martins, é que demarcam e expressam as formas de ocupação da força do trabalho do camponês no interior das relações de produção. Serão abordados de maneira mais detalhada em item posterior que visa discutir uma economia política do campesinato.

e início do século XX. Essa conjuntura e as transformações nas bases reais influenciam diretamente na produção agrícola, tendo em vista que a indústria passou a necessitar de matérias-primas (vegetais e outras) e a população trabalhadora urbana precisava de gêneros alimentícios.

A organização dessa materialidade (nova realidade) fez desenvolver, e até certo ponto consolidar, a produção considerável de alimentos paralelamente à grande produção dirigida à exportação, sobretudo o café. De qualquer modo, a sustentação e as bases para o desenvolvimento do processo industrial no Brasil se deram com a manutenção de relações de produção e forças produtivas vigentes no Campo, que se alimentavam da exploração do trabalho, incluindo as formas primárias de reprodução do camponês, que, mesmo que em pequena margem, não escaparam de serem expropriadas²⁰⁶. Ou seja, é com a captação da produção de excedentes do sistema capitalista no Campo (sistema agrário) que ocorre o crescimento das áreas consideradas modernas, urbano-industriais/comerciais. A produção da economia agrária era drenada cotidianamente para os centros urbanos com vista ao processo de industrialização.

A revolução urbana condenou, portanto, a revolução agrícola, o que fez com que o capitalismo agrário fosse reduzido, de fato, a um subcapitalismo, destinado a funcionar como força de alimentação, de propulsão e de sustentação dos “polos dinâmicos” da economia interna. [...] A economia agrária viu-se convertida em bomba de sucção, que transferia para outros setores da economia e da sociedade a maior parte da riqueza que conseguiu gerar, sem nunca dispor de meios ou de condições de pleno aproveitamento de suas próprias potencialidades de desenvolvimento econômico. (FERNANDES, 2008b, p. 176)

Josué de Castro, ao discutir a herança e o tipo de “desenvolvimento” econômico que recebemos do colonialismo, diz que se criou “nestas terras da América a indústria do ‘fique rico depressa’ para uns poucos e que foi, ao mesmo tempo, a ‘indústria da fome’ para a maioria”. (CASTRO, 2008, p. 269) Segundo ele, desses pilares econômicos e atitudes políticas calcadas nessa perspectiva, adquirimos uma atitude mental fiel às

206. Expressão do processo de “desenvolvimento desigual e combinado” e das correlações nas condições objetivas do processo de acumulação do capital.

tradições colonialistas²⁰⁷, com a tendência de conceber o progresso econômico com vista aos lucros a curto prazo e à exploração dos recursos abundantes, e não se preocupar com medidas estruturantes que possam definir o processo de desenvolvimento a longo prazo²⁰⁸.

Sob o influxo desta política antinacional cultivaram-se com métodos vampirescos de destruição dos solos os produtos de exportação, monopolizados por meia dúzia de açambarcadores da riqueza do país, construíram-se estradas de ferro exclusivamente para ligar os centros de produção com os portos de embarque destes produtos e instituiu-se uma política cambial a serviço destas manipulações econômicas. Por trás desta estrutura com aparência de progresso – progresso de fachada – permaneceram o latifúndio improdutivo, o sistema da grande plantação escravocrata, o atraso, a ignorância, o pauperismo, a fome. (CASTRO, 2008, p. 270)

Ao cotejar a lógica de desenvolvimento anteriormente destacada e as condições alimentares de grande parte da população, sobretudo das regiões mais empobrecidas do país, Josué de Castro destaca que houve um certo desequilíbrio, tanto na tomada das decisões, quanto na aplicação dos escassos recursos econômicos do país.

Outro aspecto de nosso desenvolvimento, pouco favorável à melhoria das condições alimentares, tem sido o relativo abandono a que foram

207. “É mesmo esta a característica essencial do desenvolvimento econômico de tipo colonialista, bem diferente do desenvolvimento econômico autêntico de tipo nacionalista. O colonialismo promoveu pelo mundo uma certa forma de progressos, mas sempre a serviço dos seus lucros exclusivos, ou quando muito associado a um pequeno número de nacionais privilegiados que se desinteressavam pelo futuro da nacionalidade, pelas aspirações políticas, sociais e culturais da maioria. Daí o desenvolvimento anômalo, setorial, limitado a certos setores mais rendosos, de maior atrativo para o capital especulativo, deixando no abandono outros setores básicos, indispensáveis ao verdadeiro progresso social. Como consequência desta visão egoística do progresso econômico se constituiu em vários países de economia dependente o que alguns sociólogos chamaram de uma ‘estrutura social dualista’ com a superposição de um quadro social bem desenvolvido sobre outro quadro de total estagnação [...]. Ainda hoje, perdura em certos meios uma atitude mental fiel às tradições colonialistas inclinada a conceber o progresso econômico em termos de lucros a curto prazo ou de simples injeção de dólares para a exploração imediata de certos recursos mais abundantes”. (CASTRO, 2008, p. 269).

208. O que está ocorrendo com o “pré-sal” brasileiro na atualidade.

relegadas as regiões mais pobres do país, onde a fome grassa mais alta proporção. [...] Este critério se impõe para não diluir as possibilidades de investimentos ao nível da inoperância e da improdutividade. Mas este critério não pode ser o de concentrar todos os recursos nas áreas adiantadas, onde existem centros germinativos em expansão, deixando à margem extensas áreas potencialmente capazes de participar do progresso econômico. E foi isso que aconteceu. A filosofia do desenvolvimento brasileiro nos últimos anos foi concebida dentro dessa ideia de desenvolver mais o já desenvolvido e não integrar no sistema econômico nacional as atuais áreas marginais [...]. (CASTRO, 2008, p. 270)

A crise do sistema capitalista mundial, ocorrida em 1929, demandou ao Brasil a necessária transição à industrialização, que teve um ritmo acelerado. Essa condição objetiva em movimento e em transformação constituiu-se em aumento significativo dos produtores rurais que passaram a se ocupar com a produção de gêneros alimentícios com vista a corresponder às demandas oriundas da população urbana agora em crescimento. No entanto, a constituição de um país cheio de contrastes advém da escolha, tomada pelas nossas classes dominantes, por esse processo econômico-político. Josué de Castro destaca que o retrato da realidade social brasileira, complexa, confusa, ao mesmo tempo que avança para a modernização em algumas regiões, é a causa fundamental de problemas sociais, como é o caso da fome.

De contrastes atordoantes, como este evidenciado entre o esplendor da vida urbana de algumas de nossas metrópoles e o atoleiro social, o marasmo da vida agrária em torno destas metrópoles. Contrastes como este de possuímos uma indústria de alto padrão moderno e uma agricultura de índole feudal, apegada à rotina, a mais conservadora. Assim é o Brasil. Assim se explica por que, apesar de todos os nossos surpreendentes sucessos no campo do progresso econômico, de nossa indústria pesada, de nossa indústria de automóveis, de Brasília e de outras metas surpreendentes alcançadas, somos ainda um país de fome, ainda somos uma das grandes áreas da geografia da fome. (CASTRO, 2008, p. 274)

O regime político autoritário implementado com o golpe empresarial-militar de 1964 desenvolve uma política econômica sob o domínio do imperialismo norte-americano, aos interesses do capital internacional²⁰⁹. As análises teóricas de Florestan Fernandes (2006; 2008b) ajudam a compreender as características do que podemos chamar de capitalismo brasileiro, notando, em sua estrutura, uma heterogeneidade que se expressa na dependência externa e no subdesenvolvimento. Esse é a expressão da conservação do “atraso” em um conjunto de aspectos que veiculam a acumulação de capital, tanto para a burguesia interna, quanto para a burguesia externa, e as condições conjunturais para perpetuação e manutenção de uma espécie de desequilíbrio na correlação de forças, impedindo a participação ativa e objetiva da classe trabalhadora nos direcionamentos desse processo.

Para manter essa situação a burguesia brasileira se esforça para evitar qualquer ameaça ao padrão de dominação, impedindo que o seu controle sobre o Estado se deteriore. A essa luta constante contra a organização política dos de baixo, Florestan chamou de contrarrevolução permanente. Portanto, é a heterogeneidade estrutural sob a égide da burguesia brasileira que suporta o capitalismo dependente; ela assegura que os empreendimentos do grande capital tenham o maior ganho possível e não sejam ameaçados pelas classes exploradas. (RODRIGUES, 2015, p. 27)

A análise desenvolvida por Fernandes (2008b) ilumina a questão agrária de modo geral; mas, fundamentalmente, sobre os elementos es-

209. De acordo com Harvey (2013, p. 31), ao discutir “como o poder norte-americano se expandiu” traz uma definição de imperialismo. Destaca ele: “[...] ‘imperialismo capitalista’ como fusão contraditória entre ‘a política do Estado e do Império’ (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e ‘os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo’ (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia). Com a primeira expressão desejo acentuar as estratégias políticas, diplomáticas e militares invocada e usadas por um Estado (ou por algum conjunto de Estados que funcionam como bloco de poder político) em sua luta para afirmar seus interesses e realizar suas metas no mundo mais amplo”. Esta noção reitera a análise desenvolvida no capítulo 1 acerca da “constituição histórica” dos debates e políticas de segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar.

pecíficos aqui pontuados, demonstra que só conseguimos apreender de forma mais clara se levarmos em consideração as condições objetivas que possibilitaram a criação e a manutenção, em alguns lugares a perpetuação, da pequena propriedade, representativa, em sua maioria, de relações de trabalho “não capitalistas”. No interior do debate dos anos de 1960 acerca da perspectiva de desenvolvimento do Campo brasileiro, havia os que acreditavam que esse processo tinha o predomínio de relações feudais, e outros que defendiam a presença e o predomínio de relações capitalistas, e que as relações consideradas atrasadas seriam superadas em questão de tempo²¹⁰. A elaboração desenvolvida por Florestan parece sintetizar esses debates em “oposição”, como destaca Rodrigues:

[...] Florestan defende que *relações “arcaicas”, “atrasadas”, longe de serem feudais e passíveis de superação, faziam parte do padrão de acumulação no capitalismo dependente, no qual o “atraso” se comportaria como meio de acumulação capitalista e determinante do padrão de dominação vigente*. Essas circunstâncias garantiriam um ambiente propício à atuação do grande capital que estaria assegurado quanto às elevadas taxas de exploração do trabalho e quanto à manutenção da ordem. (RODRIGUES, 2015, p. 27, destaques nossos)

Para Fernandes, portanto:

[...] o crescimento dos polos “modernos”, urbano-comerciais ou urbano-industriais, passou a depender de forma permanente da captação de excedentes econômicos da economia agrária, organizando-se uma verdadeira drenagem persistentes das riquezas produzidas no “campo”, em direção das cidades com funções metropolitanas. (FERNANDES, 2008b, p. 176)

210. Dentre outras, destaca-se a análise de Caio Prado Junior (1968) defendendo que o essencial na economia agrária (nas décadas de 50 e 60 do século XX) assentava-se na grande exploração rural, e que esta possibilitava o trabalho livre, noção vigorada pelo processo de transformação pelo qual passava o Brasil na industrialização e urbanização. Nesse sentido, essa visão era opositora dos entendimentos e discussões hegemônicos que se davam no seio do Partido Comunista Brasileiro, em que se apontava que o campo brasileiro era fortemente marcado por relações sociais e econômicas “feudais”, tendo em vista que as relações de trabalho eram significativamente demarcadas por relações de subordinação pessoais e de dependência. O debate, então, buscou apreender, a partir do contexto estrutural, decisivo na industrialização do país, e, portanto, da formação e composição da luta de classes inerente a esse processo.

O desenvolvimento econômico brasileiro, que combina essas questões econômicas, políticas e sociais apontadas²¹¹, demonstra que há uma subordinação (imposta) da produção agrária e, se analisada sob o paradigma da questão agrária e suas contradições, vemos que o campesinato, o trabalhador do Campo, é duplamente expropriado: tanto o pequeno produtor, quanto o trabalhador que vende força de trabalho nas fazendas de grande porte e/ou empresas rurais. Ou seja,

[...] a subordinação formal do trabalho ao capital, que se expressaria nos processos em que o trabalho do camponês passa a ser tutelado pelo capital; e a subordinação real do trabalho ao capital, vinculada à proletarização. (RODRIGUES, 2015, p. 32)

Dada a materialidade e suas contradições, essa subordinação não é unidimensional e muito menos estanque.

Os camponeses, quando expulsos de suas posses de terra, em sua migração por vezes para outros territórios, vendem sua força de trabalho diretamente ao capital, ou, em outros momentos, ocupam terras devolutas. Também devido à territorialização do modo de reprodução do capital e de seus produtos, por diversos mecanismos, nas pequenas propriedades, vão modificando a forma e o que se produz, colocando o fruto do trabalho familiar a serviço da grande indústria, dos bancos e do comércio de modo geral. O que vemos, apesar da relação de forças que influencia na dinâmica e no movimento do real, é que há o predomínio e uma imposição objetiva de produzir excedentes, tanto para o espaço urbano, quanto para a exportação.

[...] o proprietário do capital, principalmente a burguesia industrial, beneficia-se várias vezes da subordinação do campo à cidade, da agricultura à indústria. *Primeiro*, pela garantia de suprimentos de gêneros alimentícios e matérias-primas. *Segundo*, devido à administração de

211. Em *A crítica à razão dualista*, Francisco de Oliveira também aponta elementos dessa combinação desigual no processo de desenvolvimento, que dá uma identidade, uma particularidade específica, ao capitalismo brasileiro: “[...] reproduzir e criar uma larga ‘periferia’ onde predominam padrões não capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema” (OLIVEIRA, 2003, p. 69).

preços pelo poder público, de acordo com os interesses da burguesia industrial. Administração essa que se mescla com as políticas governamentais de crédito, modernização tecnológica, quimificação e outras, em favor da indústria. *Terceiro*, pela produção de divisas com as exportações de gêneros e matérias-primas, exportações essas favorecidas pelo poder público; divisas essas das quais se beneficiam bancos e indústrias ou o grande capital financeiro. *Quarto*, pela garantia de reserva de força de trabalho no mundo agrário, o que representa sempre um manancial, tanto para a expansão da indústria como para deprimir os níveis de salários reais na cidade. (IANNI, 1984, p. 247, destaques nossos)

A efetivação dessas possibilidades objetivas nas relações e no ciclo econômico de reprodução do capital ocorre fundamentalmente após 1964, quando, de acordo com Ianni (1984), o Campo brasileiro se tornou o grande produtor de excedentes para a indústria nacional, cidades e exportação. A base econômica e social do Brasil, historicamente constituída, expressa o estreito vínculo entre o “moderno” e o “atraso” e, por isso mesmo, dependente. A questão agrária brasileira expressa muito bem a conformação de um capitalismo marcado por processos de acumulação do capital que dão a identidade do “desenvolvimento desigual e combinado”, sobretudo se pensarmos as estruturas regionais das áreas econômicas, como as relações entre a agricultura e a indústria.

Em termos da sociedade brasileira, como um todo, as diversidades e desigualdades regionais constituem as bases do desenvolvimento desigual e combinado que caracteriza a formação social brasileira. Primeiro, uma região não repete a outra. São diversas e muitas formas de organização do trabalho, os graus de integração à economia de mercado, as articulações nacionais e estrangeiras. Segundo, cada região se articula com a outra, em termos de fluxos de capital, tecnologia e força de trabalho, mercadorias, gentes e ideias. (IANNI, 1984, p. 243)

A concentração da propriedade e da renda aprofunda substancialmente a desigualdade social e, como regra, coloca linhas limítrofes diversas

para a participação política da população. “As desigualdades regionais são criadas e recriadas por possuírem um papel econômico e político fundamental, são elas que estão na base da pauperização absoluta das classes subordinadas, especialmente no Campo”. (RODRIGUES, 2015, p. 29)

Concordando com Ianni (1984), que diz que a manutenção dessas desigualdades se dá, sobretudo, pela flexibilidade e as possibilidades de movimento de ocupação territorial interna, o processo de ocupação e povoamento parece não terminar. Essa possibilidade de mobilidade interna impede o aumento das tensões sociais e das contradições²¹², bem como facilita e potencializa, em alguns momentos, as oportunidades e a implantação de governos autoritários. Com base nesse entendimento, em grande parte da história foi possível um processo de desenvolvimento acompanhado de uma não conflitualidade intensa, mesmo havendo, de maneira implícita (às vezes explícita), a permanente luta de classes.

[...] esta imensa fronteira interna que o país tem, e que possibilita a movimentação de excedentes populacionais de áreas de tensão, tem sido um dos segredos (não é o único), um dos segredos de porque é possível a persistência de governos de cunho oligárquicos. O poder estatal pode ser razoavelmente autoritário porque existe uma fronteira, existe uma flexibilidade interna que possibilita que excedentes populacionais das áreas-problema, de tensão, sejam transferidos para áreas de certo modo territórios “livres”; fronteiras com possibilidades de construir fazenda, latifúndio, sítio, posse, colônia e assim por diante. (IANNI, 1984, p. 144)

Desse modo, a não saturação das contradições objetivas possibilita também a não resolução efetiva das questões e dos problemas regionais. Quanto à produção no Campo, a lógica foi a de fortalecer e ampliar as bases estruturais que se tornaram hegemônicas durante todo o processo de colonização. Houve, no período posterior ao golpe empresarial-militar,

212. Nas últimas décadas, esse processo de ocupação humana tem demonstrado que houve um aumento nas tensões sociais, sobretudo causado pelas contradições objetivas do desenvolvimento econômico e expresso pelo nascimento e pela luta dos movimentos sociais de base popular do Campo. Esses aspectos têm demonstrado, portanto, que há um processo da luta de classes permanente e que as contradições sociais fundamentam a questão agrária no Brasil e as suas possibilidades explicativas.

por exemplo, a ampliação das fronteiras agrícolas com a interiorização da exploração, tendo como casos mais notáveis as regiões do Centro-Oeste, Norte e Maranhão.

É nesse período que começa a defesa do que conhecemos como *modernização do Campo*. É, portanto, a penetração de forma mais consolidada do capitalismo no Campo, como sempre divulgada na expansão da grande empresa agropecuária. Esse processo deixa como resultado:

O aumento da produção agropecuária, mas também a destruição de milhares de pequenas unidades de produção, onde o trabalhador rural praticava a agricultura de subsistência; a alteração das relações de trabalho, transformando o colono em boia-fria; uma concentração ainda maior da propriedade da terra nas mãos de poucos, através da expansão da fronteira agrícola e, sobretudo, pela absorção das terras do pequeno e médio produtor rural pela empresa capitalista; a exacerbação dos conflitos no campo entre grileiros e posseiros, e entre fazendeiros e índios. (ADAS, 1988, p. 44)

Nesse processo objetivo e tensionamento das contradições materiais, ganha força e espaço o processo de aburguesamento e as condições para a internacionalização do latifúndio, característica que na atualidade está muito forte. É a partir desse momento que começa a ocorrer a entrada de capitais de empresas estrangeiras – e nacionais – como fator determinante do processo produtivo dessas unidades agrícolas, tanto financeiro como industrial. Correspondente a isso ocorre a intensificação do processo de ocupação do território material (utilização da terra) com a produção e a cultura direcionadas ao atendimento dos interesses dos países imperialistas, por meio dos monopólios das grandes corporações. A partir dessa reconstituição das leis básicas e objetivas de produção no Campo, podemos observar que foi e tem sido implementado um desenvolvimento capitalista desigual e combinado, e que reproduz a continuidade dependente que vem desde o período colonial.

Esse último aspecto é o que explica mais de perto a existência da fome no Brasil. Diante da busca de empréstimos no exterior para financiar o desenvolvimento brasileiro, a agricultura passou a arcar com um

grande ônus na obtenção de divisas; através da exportação, para o pagamento de juros ou serviços da dívida externa, que vinham-se acumulando ano após ano. Assim, durante o Estado autoritário, ocorreu uma grande expansão do cultivo de produtos destinados à exportação em detrimento das culturas destinadas à alimentação. O próprio governo lançava mão, em jornais, revistas e televisão, de certos *slogans* para estimular a exportação: “O que importa é exportar”, “Exportar é a solução”. (ADAS, 1988, p. 45)

Considerando essa base material, podemos, então, compreender o porquê da presença forte e constante da fome na história brasileira. De maneira mais intensa ainda, um conjunto de mudanças na produção e na economia ocorreu a partir dos anos de 1970, incidindo diretamente na produção agrícola. O processo de liberalização dos mercados e o crescimento do domínio do capital financeiro em escala global completam o sistema agroalimentar, que passa a ser caracterizado como processo de unidade de diferentes setores da economia e da produção. Ou seja, é a conformação do *agribusiness*.

A primeira formulação do conceito de agronegócio (*agribusiness*) é de Davis e Goldberg, 1957. Para os autores, *agribusiness* é um complexo de sistemas que compreende *agricultura, indústria, mercado e finanças*. O movimento desse complexo e suas políticas formam o modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com um ou mais *commodities* e atuam em diversos setores da economia. Compreendemos que essa condição confere às transnacionais do agronegócio um poder extraordinário que possibilita a manipulação e a dominação dos processos em todos os setores do complexo. (FERNANDES; WELCH, 2008, p. 48, destaques nossos)

As definições da estrutura produtiva, ou cadeias produtivas, do sistema agrícola (e, por conseguinte, alimentar em nível global) passam necessariamente pelo crivo e pela orientação das grandes corporações, que expropriaram e acumularam o conhecimento e a inovação que são base para a produção de insumos diversos, para o processamento e para a

produção de modo geral²¹³. Soma-se a essa influência a definição e organização da divisão internacional do trabalho.

Esses aspectos são facilmente percebidos se observarmos o Brasil, cabendo-lhe, fundamentalmente, a produção de matéria-prima – *commodities* – correspondente às demandas que lhe são impostas pelo capital em nível global. É com esse conjunto de aspectos que o agronegócio é tido como modelo de desenvolvimento econômico, tecnológico e científico, e cada vez mais ganha força na economia brasileira, tendo importância decisiva na balança comercial²¹⁴. A territorialização do capital no Campo, através da lógica do agronegócio, é a implementação objetiva da lógica de desenvolvimento sob a égide do capital, e demonstra que, para que haja a possibilidade de compreensão, a teoria em sua capacidade explicativa deve considerar o movimento da mundialização do capital.

2.1.2 Agronegócio no Brasil e dominação econômica, ideológica e política

A caracterização do agronegócio como um modelo “moderno” de desenvolvimento nada mais é que um *continuum* – no tempo, com similaridade espacial e dominação ideológica – da racionalidade conservadora implantada e desenvolvida sobre as bases da prática colonial que vigorou por muitos anos nos países colonizados. Como já mencionado em alguns momentos no texto, são vários os aspectos que confluem – a lembrar: o latifúndio, a monocultura, a exploração da força de trabalho e a produção com vista aos interesses dos países de capitalismo avançado – numa verdadeira *plantation* quando se trata dos aspectos hegemônicos concernentes às políticas, à produção e à ideologia.

213. Como destaca Paula (2017, p. 24), esses processos concluem “[...] o complexo agroindustrial como uma unidade composta pelas operações de fabricação de meios de produção, obtenção do produto agrícola, sua transformação, comercialização e serviços financeiros e de assistência técnica, e seus respectivos grupos sociais. Preponderantemente, o complexo agroindustrial constitui uma unidade de análise que coloca a agricultura como parte da dinâmica industrial e financeira”.

214. O foco é a balança comercial, e não a soberania alimentar.

Considerada uma espécie de “modernização conservadora”²¹⁵ – pelo pensamento crítico –, mantém a estrutura fundiária a serviço do interesse externo, hegemonicamente. Inclui-se também nessa definição política o processo de introdução de padrões tecnológicos que foram e são consumidos e os valores e conhecimentos que foram e são base do processo. Esse apontamento ganha conteúdo histórico devido ao conjunto de estratégias implementadas com o objetivo ao convencimento do imaginário social e à destruição dos valores e culturas que possam representar resistência. Esses objetivos foram aplicados através da “redentora” Revolução Verde²¹⁶, fortemente incentivada durante o período da ditadura empresarial e militar.

A essência da “revolução verde”, hoje gerida explicitamente pelo capital financeiro, que controla o pequeno grupo de multinacionais que detém a patente das sementes e a produção de fertilizantes e agrotóxicos, é mudar o ambiente e implantar as imensas monoculturas, incorporando grandes contingentes energéticos, via “insumos modernos”, produtos do petróleo, todos produzidos pelas multinacionais que, por sua vez, são controlados pelo capital financeiro que, assim, realiza a reprodução do capital em um novo segmento econômico, o agronegócio ou agricultura industrial. (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 54)

215. De acordo com Antônio Canuto (2004, p. 1), secretário nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), “Por trás do avanço tecnológico e de produção se esconde a mesma estrutura fundiária e as mesmas relações de trabalho aqui estabelecidas desde a época colonial. O agronegócio se propõe buscar e garantir a hegemonia ideológica deslocando a atenção do caráter concentrador e predador do latifúndio para colocar no seu lugar a intensa produtividade da ‘moderna agricultura’. Porém, ao contrário do que se apregoa, o agronegócio promove maior concentração de terra e de renda, gera desemprego, emprega mão-de-obra escrava, alimenta a grilagem de terras, é responsável pelo aumento desenfreado do desmatamento da Amazônia e do Cerrado, traz efeitos perversos sobre a saúde humana e deixa atrás de si um rastro de conflitos e violência”.

216. Expressão que passa a representar os processos inovadores nas práticas agrícolas e em tecnologias a partir dos anos de 1950, inicialmente nos EUA e Europa, e posteriormente em outros países. Incentivada financeiramente pela Fundação Rockefeller e ancorada num discurso (cínico) de que essas inovações dariam conta de erradicar a fome no mundo, “[...] teve como principal fundamento destruir os restos de guerra utilizando todo o lixo tóxico destinando-o à agricultura”. (SANTOS, 2015, p. 48) Esse processo político-ideológico levou Norman Ernest Borlaug – considerado um dos fundadores do movimento – a ganhar, em 1970, o Prêmio Nobel da Paz.

Esse processo produtivo agrícola brasileiro ganha novos contornos nas décadas de 80 e 90 do século XX, trazendo, em seu bojo, um conjunto de contradições das mais diferentes formas, que envolvem correlações de forças, mas, sobretudo, o Estado brasileiro como integrante e agente principal no fortalecimento desse processo. Constitui-se, portanto, numa fase complexa e desenvolvida que acolhe as orientações internacionais em questões relacionadas à divisão do trabalho e à produção, correspondendo à lógica monopolista e do avanço imperialista, bem como aos critérios para a partilha do mundo sob esses interesses.

Entretanto, a lógica destrutiva do capital, na composição e na forma como opera o agronegócio no Brasil, *oculta nas aparências o que é, de fato, a essência desse modelo*. Se por um lado, há uma visão hegemônica das classes dominantes e do governo de que o agronegócio é o melhor caminho para o aumento da produtividade, para a participação no Produto Interno Bruto (PIB), para geração de *superávit na balança comercial do país*, levando assim ao crescimento econômico, por outro lado, o que se oculta nessas relações é o fato dele sustentar-se em fatores como a *concentração do latifúndio; a destruição ambiental e, consequentes alterações climáticas; a superexploração do trabalho, escravo ou análogo; a ameaça às futuras gerações (como é o caso dos recursos hídricos) ou ainda, a diminuição das áreas de produção de alimentos, o uso de agrotóxicos e de transgênicos, a mecanização, o desemprego*, entre outros. (SANTOS, 2015, p. 42, destaques nossos)

O pressuposto da lógica que dá a sustentação tanto na forma quanto no conteúdo desse processo e as condições que objetivam o seu desenvolvimento são resultantes de vários fatores, mas, fundamentalmente, da conjugação entre a infraestrutura e a superestrutura. A base real (infraestrutura) abarca o dinamismo a que o capitalismo está propenso e a superestrutura condicionante e resultante das opções político-econômicas²¹⁷

217. Como já apontamos algumas questões e posteriormente ainda vamos desenvolver análises concernentes ao Estado e às políticas públicas acerca da segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar, faz-se necessário destacar, sobretudo devido à correlação entre a base material e a produção do alimento, considerando as diversas dimensões, que tento constituir no processo da análise, o entendimento sobre a superestrutura, que, em tese, não está diretamente ligada à produção. Para Stalin (1950 *apud* Politzer, 2002, p. 280), “A superestrutura

adotadas no Brasil até os dias atuais. Considerando o momento histórico brasileiro e a produção de *commodities*, vemos o aumento tanto interno quanto externo do comércio do álcool e do açúcar, por exemplo. Essa produção demanda objetivamente novas áreas de expansão, e o exemplo mais evidente é o caso do estado de São Paulo. Considerando que o petróleo é combustível fóssil, altamente poluente e fonte energética finita, considera-se, no caso, a produção de álcool a correspondência à demanda da divisão internacional da produção e do trabalho, sem destacar o papel de outros produtos como a soja e a laranja, por exemplo.

A produção dessas *commodities* é que efetivamente dá as coordenadas e as necessárias modificações da estrutura produtiva em nosso país. Esses aspectos têm possibilitado o aparelhamento e a junção dos processos de exploração e expropriação no Campo, que normalmente se deram separados no decorrer da história do capital.

A questão agrária brasileira tem duas faces combinadas: a expropriação e a exploração. Há uma clara concentração da propriedade fundiária, mediante a qual pequenos lavradores perdem ou deixam a terra, que é o seu principal instrumento de trabalho, em favor de grandes fazendas. (MARTINS, 1991, p. 50)

Do ponto de vista da direção da política agrícola, temos, a partir das últimas décadas, um cenário propício, considerando o fortalecimento da economia brasileira e o direcionamento mais determinado, por parte do Estado, em desenvolver esse setor da economia.

Assim, a exportação do setor sucroalcooleiro no Brasil contou com forte atuação de empresas privadas que se associaram e redefiniram suas organizações de classe para participação econômica e política na sociedade civil, assim como no âmbito do desenvolvimento do Estado. Este se constituiu no principal aliado e financiador das demandas

não está diretamente ligada à produção, à atividade produtora do homem. Ela liga-se à produção apenas de modo indireto, por intermédio da base. Além disso, a superestrutura não reflete as mudanças sobrevindas no nível do desenvolvimento das forças produtivas de um modo imediato e direto, mas, somente, após as mudanças na base, depois da refração das mudanças da produção em mudanças da base. Isto quer dizer que a esfera de ação da superestrutura é estreita e limitada”.

apresentadas, oferecendo excelentes condições de acesso aos recursos públicos e em montantes faraônicos, assim como atuando nas reformulações no código jurídico (Código Florestal) e na formulação de consenso na sociedade, especialmente através dos meios de comunicação de massa. (SANTOS, 2015, p. 43)

Como vemos, esse conjunto de forças entrelaçadas demonstra o processo de dominação que as relações de (re)produção do capital vão estabelecendo. Sob o capitalismo, um conjunto de fenômenos funcionais desenvolve as condições de infraestruturas físicas, mas também sociais, jurídicas e políticas, que sustentam esse processo em circulação. São, portanto, criados e aprimorados para corresponder e sustentar as condições objetivas de avanço e reprodução do capital. Nessa totalidade “orgânica”, podemos ver, por exemplo, como já mencionado, uma infraestrutura tecnológico-organizacional, o arcabouço jurídico estatal, o sistema de transporte, o sistema educacional, o sistema da gestão pública, o sistema financeiro, entre outros.

Essa dinâmica estrutural não teria a importância que tem se não fosse o fato de que os capitalistas cultivam, de modo ativo, o poder monopolista. Por meio disso, eles realizam um controle de longo alcance sobre a produção e o marketing, para estabilizar o ambiente empresarial, permitindo o cálculo racional e o planejamento a longo prazo, a redução do risco e da incerteza e, de modo mais geral, a garantia de uma vida relativamente pacífica e tranquila para si mesmos. Em consequência, a mão visível da empresa, como Chandler a denomina, foi muito mais importante para a geografia histórica capitalista do que a mão invisível do mercado, muito alardeada por Adam Smith, e pavoneada *ad nauseam*, nos últimos anos, como poder diretriz da ideologia neoliberal da globalização contemporânea. No entanto, é aqui que a imagem refletida da primeira contradição aparece à vista com mais clareza: de modo decisivo, os processos de mercado dependem do monopólio individual dos capitalistas (de todos os tipos) sobre os meios de produção da mais-valia, incluindo as finanças e a terra [...]. (HARVEY, 2005, p. 222)

Esse processo, no entanto, corrobora para a conformação de todo o sistema agroalimentar, que, no essencial, articula todas essas dimensões.

A globalização do Sistema Agroalimentar ganhou maior visibilidade, primeiramente a partir de maior liberalização do comércio sob os auspícios dos organismos multilaterais, em particular após o problemático fechamento da rodada Uruguai do GATT e a criação da OMC. A propagação de princípios liberais a partir dos anos de 1980, cancelados pelo Consenso de Washington, estimulou um grande número de países a adotar políticas de abertura ao circuito internacional de mercadorias e de capitais. Em tal contexto, *o segundo fenômeno a promover a integração global do Sistema Agroalimentar se refere à atuação das empresas multinacionais, diversificando seus investimentos, tanto em atividades quanto geograficamente*. Consequentemente, empresas nacionais e transnacionais são absorvidas por um processo de centralização de capital, na forma de fusões e aquisições, que extrapola os limites daquele sistema, *consolidando uma estrutura de mercado oligopolista, e convertendo o Sistema Agroalimentar em apenas mais um segmento da lógica geral de acumulação*. (PAULA, 2017, p. 30, destaques nossos)

O ponto de partida para a compreensão é, naturalmente, a totalidade do modo de produção capitalista, composta por uma base material que abarca o poder hegemônico dos países que possuem as condições objetivas mais avançadas para a reprodução do capital, e o Estado-sociedade onde se materializa o processo de desenvolvimento das relações de produção. Temos, portanto, um sistema vertical e uma relação “neocolonial” que compõem “semiperiferias híbridas” com tendências tanto coloniais quanto subimperialistas. (YEROS, 2007) Considerando a economia política internacional em funcionamento, essa dominação, que ocorre na totalidade contraditória, a partir das práticas imperialistas em diferentes escalas, tem como objetivo o controle e o direcionamento das contradições da acumulação em escala global.

Nesse sentido, o “desenvolvimento” das relações e das forças produtivas sob essa égide é resultante de um processo de dominação econômica e política pelos países com capitalismo avançado, que angariam as vantagens e os lucros.

Da mesma forma que o mestre "depende" do serviçal na famosa dialética de Hegel, o centro "depende" da periferia; porém, a característica estrutural chave desse relacionamento não é de "interdependência", mas sim de dominação. (YEROS, 2007, p. 154)²¹⁸

Desse modo, estratégias que poderiam angariar a força material para um processo de desenvolvimento²¹⁹ mais coerente e igualitário sofrem os golpes e as medidas impeditivas para que ocorram, por exemplo, no Brasil, as grandes linhas limítrofes para um processo de reforma agrária ou de uma revolução agrária²²⁰.

Emergida desse *modus operandi*, vemos também a estreita e cada vez mais fortalecida relação entre o agronegócio e as universidades, principalmente “públicas”, sejam elas federais ou estaduais, e centros de pesquisa, empresas, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)²²¹. Há um processo de imbricação orgânica porque, de modo geral, não há um controle social sobre a natureza e as razões das pesquisas técnico-científicas desenvolvidas nesses espaços. Muitas pesquisas de interesse privado e sob “encomenda-determinação” são realizadas²²², sobretudo, em áreas potenciais que podem causar transformações e mudanças nas forças produtivas. A utilização do espaço, do tempo, da força de trabalho qualificada e do recurso, no interior das universidades e dos centros de pesquisas, fundamentalmente públicos em sua maioria, são direcionados e capturados pelo capital²²³. A relação entre o geral (sistema global) e o particular (a produção de *commodities* no Campo) e os

218. Mesmo trabalhando com a noção do processo de desenvolvimento, de reprodução do capital “desigual e combinado”, ou seja, da unidade dos contrários, optamos em trazer esse aspecto apontado por Yeros, tendo em vista que expressa o lugar do “antagonismo na contradição”, ou o “antagonismo”, como uma das formas da luta dos contrários. (TSE-TUNG, 2004)

219. Que as bases da vida sejam patrimônio da humanidade e calcadas nas mediações de primeira ordem – como analisaremos mais aprofundadamente em itens posteriores.

220. Revolução agrária como processo resultante da ação dos camponeses e relação de forças na luta de classes, para além de uma proposta de resolução e reestruturação da questão agrária pela via institucional, como o caso da reforma agrária.

221. É uma instituição pública de pesquisa vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Criada em 1973.

222. Melhoramento genético de algumas espécies de plantas, transgenia, insumos e defensivos agrícolas etc.

223. Podemos conferir esses aspectos pelos editais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por exemplo.

conhecimentos necessários incidem na composição da arquitetura administrativa e das propostas pedagógicas, bem como nos planos de cursos dessas instituições.

Na medida em que, desde há algum tempo, o homem permite que os produtos de seu trabalho, operem como forças naturais, com consequência da retirada da força de trabalho humano dos processos diretos de produção, entra na produção uma força bem mais potente da sociedade humana: a *ciência como força produtiva*, em toda a sua acepção, que opera na base de uma total cooperação social. [...] Hoje em dia, a ciência está penetrando em todas as fases da produção e gradualmente assume o papel de “fator decisivo” no desenvolvimento das forças produtivas. (RICHITA, 1972, p. 17, destaques nossos)

Assim como o modo de produção capitalista geral, o agronegócio tem se mostrado tecnologicamente dinâmico. Esse aspecto, além de desenhar uma ocupação espacial típica – com aparatos tecnológicos de um lado e, do outro, poucas pessoas, baixo número de postos de trabalho, paisagem unidimensional, sem biodiversidade etc. –, tem sido a expressão inquestionável de uma ideologia de progresso e de sua inevitabilidade como “modelo” produtivo no Campo.

Nas áreas onde essa agricultura científica globalizada se instala, verifica-se uma importante demanda de bens científicos (sementes, inseticidas, corretivos) e, também, de assistência técnica. Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. São essas condições que regem os processos de plantação, colheita, armazenamento, empacotamento, transportes e comercialização, levando, com a racionalização das práticas, a uma certa homogeneização. (SANTOS, 2008, p. 89)

Um aspecto importante a tomarmos nota refere-se à luta de classes. As contradições materiais fazem emergir as lutas sociais que são rebentos desse processo histórico, significativamente representadas pelos movimentos sociais do Campo de base popular, nas últimas décadas²²⁴.

224. Considerando a intencionalidade organizacional da exposição e tendo por objetivo fazer,

Devido a isso, em parte, tem sido notável que o agronegócio buscou uma rearticulação, ou uma “articulação de novo tipo”, de/em suas organizações de base e de classe, tendo em vista a implementação de seus interesses. O poderio de influência nas decisões políticas de algumas entidades que já existiam foi rearticulado. Vemos, por exemplo, o fortalecimento da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA-Brasil) e, também, de suas estratégicas articulações com os governos, sobretudo na influência do direcionamento político administrativo e das políticas elaboradas e implementadas pelos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ciência e Tecnologia, Minas e Energia, entre outros. Além disso, surgem outras várias organizações para buscar o fortalecimento da classe dominante na produção de *commodities* e, por consequência, lócus de concepção e organização de estratégias político-técnicas e ideológicas.

Vemos, assim, o surgimento do Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial (Pensa)²²⁵, a União Nacional da Indústria Canavieira (Unica)²²⁶ e a Associação Brasileira do Agronegócio

neste item, uma discussão mais específica acerca do agronegócio, fez-se a opção em não discutir em maiores detalhes o papel significativo para a luta social protagonizada pelos movimentos sociais do Campo nestes últimos anos, destacadamente: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), entre outros. Esse debate será feito na sequência, no momento das discussões relativas ao campesinato e no item 2.4, acerca da “Questão agrária atual [...]”.

225. “O Pensa é um centro avançado, dedicado à Gestão e Coordenação de Agronegócios, desenvolvendo a excelência em pesquisas acadêmicas aplicadas ao ensino. Está estruturado em forma de rede envolvendo diversas instituições de ensino e pesquisa, pesquisadores, executivos, industriais e produtores rurais”. Criado em junho de 1990. Disponível em: <<http://www.pensa.org.br>>.

226. “[...] é a maior organização representativa do setor de açúcar e bioetanol do Brasil. Sua criação, em 1997, resultou da fusão de diversas organizações setoriais do estado de São Paulo, após a desregulamentação do setor no País. A associação se expressa e atua em sintonia com os interesses dos produtores de açúcar, etanol e bioeletricidade tanto no Brasil como ao redor do mundo. As mais de 120 companhias associadas à Unica são responsáveis por mais de 50% do etanol e 60% do açúcar produzidos no Brasil. A Unica é gerida por um Conselho Deliberativo, integrado por representantes de suas associadas e uma equipe de experientes executivos, especialistas e consultores técnicos, dedicados em tempo integral. Visa o domínio técnico corporativo, sustentabilidade, legislação, economia e comunicação. No final de 2007, a Unica abriu o seu primeiro escritório internacional no Estados Unidos e em 2008 na Europa, como parte de sua política de prover informações detalhadas e atualizadas sobre as importantes contribuições socioeconômicas e ambientais do setor de açúcar, etanol e bioeletricidade e interlocutores como consumidores, governos, ONGs, empresas e mídia”. Disponível em: <<http://www.unica.com.br>>.

(ABAg)²²⁷, entre outros. O que se nota é que há um sistema em funcionamento articulando as condições econômicas, políticas, tecnológicas e de conhecimento, e que consolida um “superpoder” no Campo, compondo a estrutura e superestrutura para o seu desenvolvimento. Estão prontas – ou pelo menos fortalecidas – as condições objetivas e subjetivas – especificamente na expressão da racionalidade estatal²²⁸ – para o processo de dominação interna e as reais possibilidades de expansão da lógica hegemônica de ocupação do Campo, hoje, com as monoculturas de interesse. A carga semântica e o conteúdo histórico do agronegócio (*agribusiness*) foram e continuam sendo constituídos nesse processo e nessa materialidade.

[...] consiste na construção e instalação de novas unidades produtivas, as quais são controladas por empresas multinacionais desde o momento da produção até a circulação. Essas empresas realizam pesquisas sobre terras férteis, sobre a fertilidade das sementes e transgenia, mapeamento de novos mercados, aquisição ou arrendamento de áreas produtivas, preparação do solo, aplicação de insumos: sementes, adubos, agrotóxicos, colheita, investimento em máquinas, armazenamento, loteamento nos portos e aeroportos para instalação de estrutura de armazenamento e carregamento, investimento em frotas, *marketing*, consultorias, investimento em ações, associações com bancos, indústrias, etc. Para isso, disputam as melhores fatias de terras férteis, em clima adequado, com boa infraestrutura e mão de obra disponíveis, bem como investimentos públicos do Estado, próximo aos grandes centros,

227. Foi criada em 10 de março de 1993. Sua apresentação oficial ocorreu no Congresso Nacional, pelo presidente fundador Ney Bittencourt. De acordo com a (ABAg), o agronegócio pode contribuir para: “Organização do processo de desenvolvimento sustentado; Integração à economia internacional; Eliminação das profundas desigualdades de renda e dos bolsões de miséria; Respeito ao meio ambiente”. Disponível em: <<http://www.abag.com.br>>.

228. Destacam-se as condições objetivas e subjetivas de dominação no interior da racionalidade estatal, pois, partindo das contradições na base material e na (cor)relação de forças – embora dinâmicas –, favorecem a lógica do agronegócio. No entanto, vale destacar que, mesmo havendo essas condições objetivas favoráveis ao agronegócio e, portanto, à subalternização do campesinato a esse processo, não há uma dominação simples e pura, haja vista toda a luta empregada pelos movimentos sociais do Campo contra o latifúndio, demonstrando que as contradições vivenciadas na base material têm fortalecido as condições subjetivas do campesinato, que vem colocando em prática suas lutas diversas, incluída nessas pautas a própria soberania alimentar.

sempre em articulação política e aliança com outras empresas estratégicas, dentre elas, as que monopolizam os meios de comunicação em associação com o capital internacional, com destaque para as “*joint ventures*”²²⁹ e as fusões. (SANTOS, 2015, p. 44)

O contexto histórico-geográfico e a expressão do capital através da ocupação das áreas – física e estratégicas – no Campo representam o que Harvey (2005, p. 132) chamou de “triplo imperativo da produção, mobilização e absorção do excedente de capital e da força de trabalho”. O que temos ainda – como resultando dessa dinâmica aplicada no Campo – é um processo demográfico de esvaziamento e envelhecimento desse provocado pelo êxodo rural, principalmente da juventude camponesa, o que representa, em certa medida, no Brasil, os resquícios de acumulação original, forçando muitos camponeses a se tornarem trabalhadores nos centros urbanos. Devido à ausência de políticas públicas que fortaleçam formas alternativas da produção no Campo, ainda temos, cotidianamente, o processo de migração da força de trabalho excedente ou sem condições objetivas de se reproduzir, do Campo para a cidade.

A acumulação original, de acordo com Marx, apoiava-se na expropriação violenta dos meios de produção, que punha excedentes de capital na mão de poucos, enquanto a maioria era forçada a se tornar trabalhador assalariado para viver. A migração da força de trabalho excedente do campo para a cidade, a concentração da riqueza pelos negociantes (pilhando o mundo por meio da troca injusta) e usurários (solapando a propriedade fundiária e a convertendo em riqueza monetária), além da extração do produto excedente do campo para o benefício da cidade, facilitaram a concentração social e geográfica dos excedentes. O ponto importante, no entanto, é reconhecer que os excedentes de capital e força de trabalho podem ser gerados *fora* da circulação do capital, e mobilizados mediante diversos processos de acumulação primitiva e concentração geográfica. (HARVEY, 2005, p. 132)

229. *Joint ventures* é uma expressão de origem inglesa que significa a união de empresas (duas ou mais) com a finalidade de realização de uma atividade econômica comum em/por determinado tempo. As motivações para o projeto comercial podem ser várias, mas fundamentalmente – a mais comum – é o aumento do lucro.

O processo descrito demonstra que, nessa base real, podemos observar, pelo menos por enquanto, a consolidação de uma situação social com as piores consequências advindas dessa lógica de expansão e acumulação do capital. As possibilidades de uma reforma, ou mesmo uma reforma agrária popular ou uma revolução agrária, que, de fato, coloque no horizonte uma reestruturação da ocupação do território em suas diferentes dimensões, tem, por um lado, o tensionamento das contradições e da luta de classes, e, por outro, no momento histórico atual, um fortalecimento do poder político e das condições de reprodução da burguesia latifundiária. Essas condições objetivas alimentam e nutrem o círculo vicioso historicamente presente, em que se estruturam e continuam a estruturar as desigualdades sociais e uma “realidade bárbara” tanto no espaço rural, quanto no espaço urbano. As condições materiais e ideais para a produção de alimentos que conjugam os princípios e valores da soberania alimentar, cada vez mais, estão ameaçadas.

Assim, a produção de *commodities* – destacadamente no Brasil, a soja, o etanol e o açúcar, a laranja, o eucalipto, e, em menor escala, o pinus – ganha espaço no território material, na opção política e no processo de dominação ideológica (como território imaterial). As origens da ocupação territorial, conforme vemos através da história, continuam sem muitas modificações apesar das contradições. Nesse sentido, há ainda uma contínua expulsão e expropriação dos trabalhadores rurais das pequenas unidades de produção, quilombolas, ribeirinhos, indígenas. E, como antes, há a prática de ocupação e fixação dessas empresas do agronegócio em territórios pertencentes à União, bem como a estratégia da grilagem, ainda persistente na ordem do dia de nossa atualidade, apesar do discurso da “modernidade incomparável” no Campo.

Ao acompanhar o movimento do real e as contradições inerentes aos processos de expansão do capitalismo agrário, vemos uma junção do interesse de ocupação de novas áreas ainda na condição de florestas, portanto, para ampliar o território de dominação por um lado, e, por outro, ser essa ação uma “válvula de escape” frente à luta de classes, a conflitualidade existente e as resistências – mesmo que ainda pequenas – dos movimentos sociais e das comunidades tradicionais do Campo. Temos, portanto, a invasão e a territorialização do capitalismo agrário nas florestas – com a consequente devastação – nos últimos anos,

como na Amazônia, tendo no horizonte o aumento das fronteiras agrícolas, sem, contudo, levar em consideração o processo de danos e impactos ambientais.

A expressão moderna do agronegócio, manifesta na tecnologia, na biotecnologia, na nanotecnologia, na engenharia genética, nas máquinas modernas, nas sementes transgênicas, enfim, nos pacotes tecnológicos, traz consigo as necessárias relações de complementaridade como contradição e que, na verdade, são nutrientes de sua reprodução, como o trabalho análogo ao trabalho escravo²³⁰ e a priorização de objetivos correspondentes apenas ao capital, e não aos seres humanos.

É uma modernização conservadora e faz parte da dinâmica e da relação imbricada entre o moderno e o atraso. Isso demonstra que “Aquilo que é tido como o seu contrário, na realidade o alimenta [...]”. (SANTOS, 2015, p. 45) Esses aspectos são trazidos pelo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicado em 2011:

[...] normalmente associamos o trabalho escravo ao que tem de mais atrasado, à produção de natureza rudimentar, caracterizando atividade residual, não tendo relação com o agronegócio, sinônimo de modernidade. Seria um resquício de um passado que está sendo superado. No entanto, numa passagem do relatório são estabelecidas relações entre trabalho escravo e o uso de tecnologia nessas fazendas. O estudo da OIT observou que a maioria dos empregadores entrevistados, envolvidos com a escravidão contemporânea no Brasil, utilizavam tecnologia de ponta ou padrões tecnológicos intensivos, como por exemplo, reprodução assistida, inseminação artificial, incluindo a produção de clones (CPT, 2015). (RODRIGUES, 2015, p. 38)

230. O relatório da OIT publicado em 2011 (disponível no site da CPT) traz dados que demonstram a existência de trabalho escravo nos últimos anos em grandes propriedades dedicadas à produção de açúcar, soja, pecuária, café e algodão. De acordo com os dados, de 1995 a 2011, em torno de 40 mil trabalhadores foram libertados dessa realidade no país. As condições são de realidade estarrecedora. Os trabalhadores vivem em barracos de lona, condições de trabalho extremamente degradantes, sem acesso à água potável, sem o descanso semanal, sem qualquer instalação sanitária. De acordo com o levantamento: 18% são analfabetos, 45% analfabetos funcionais e mais de 90% desses trabalhadores trabalham desde os onze anos de idade – aspecto que denota quadro de trabalho infantil generalizado nesses espaços. Outros dados demonstram também que, no período de implementação mais fortemente/especificamente do agronegócio, entre 1970 e 1993, houve mais de 85 mil trabalhadores escravizados no Brasil. (RODRIGUES, 2015, p. 37)

Se observarmos a materialidade social hoje e o avanço da modernização, vemos esses aspectos anteriormente abordados e qual modelo sustentam, ao pensarmos acerca de possíveis respostas para os seguintes questionamentos: 1) onde e como ocorre o trabalho escravo moderno?; 2) quais são as causas da destruição ambiental e das práticas predatórias em grande escala?; 3) quem faz a defesa da privatização da água?; 4) como ocorre e quais são as causas da morte e da diminuição da biodiversidade?; 5) como ocorre e qual o custo da concentração da terra?; 6) como se dá a exploração do trabalho nas cadeias produtivas?; 7) quem explora os recursos minerais/naturais e para que fim?; 8) por que ocorre o avanço notório do monocultivo sobre as áreas tradicionais de produção de alimentos?

As relações objetivas que confluem na composição da materialidade social e do conteúdo histórico para cada resposta desses questionamentos, as relações estabelecidas e as práticas concretas que sintetizam o processo de contradições demarcam a essência da questão agrária para os dias atuais. E, de modo geral, esse processo de avanço contribui para a mundialização do capital, e sua manifestação, em parte pelo agronegócio, demonstra que, se considerarmos as referências territoriais para a análise, vemos que os Estados Nacionais dependentes “cederam, em nível supranacional e, mais ou menos voluntariamente, parte de sua Soberania”. (BORDA, 2005, p. 64)

Portanto, como já demonstrado em linhas gerais a partir da análise desenvolvida neste item, existe uma continuidade da dominação externa na essência do agronegócio que remonta ao período da colonização, tendo em vista a centralidade da produção de *commodities*. Continuamos a produzir e enviar matérias-primas para os países de economia e capitalismo mais avançados, o que reconstitui *pari passu* os mecanismos pelos quais permanece e se perpetua a dependência. A fração de classe da grande burguesia brasileira, a classe dos latifundiários, é representante nata do capital estrangeiro, e, portanto, subordina os interesses nacionais às ordens externas.

Considerando as razões e o sentido do trabalho, da relação homem-natureza, da produção, da formação humana e social, sobretudo a partir do legado marxista, a partir das mediações de primeira ordem, a estrutura agrária pautada pela lógica do agronegócio é substancialmente o processo de negação de todos esses aspectos, ou dessas mediações

práticas. Ou seja, essa racionalidade do capital no Campo tem seus pilares calcados numa série de mediações de segunda ordem, em outras palavras, são mediações historicamente determinadas e que dão o sentido da relação do homem com a natureza e, portanto, sob o comando dos interesses privados. Embora com a aparência de moderno, é, na verdade, a expressão do que há de mais atrasado e conservador.

2.1.3 O campesinato: conceito, dimensão política e o Campo do campesinato

O presente item debate o campesinato e como este se insere nas contradições materiais e políticas frente à totalidade econômica-social constituída, operada e demarcada pelas relações do modo de (re)produção do capital no Campo. Nesse sentido, partimos da conceituação, perpassando pela discussão da dimensão política em que se insere e, além disso, discutimos a ressignificação do Campo (base material e social) a partir de sua multidimensionalidade com apontamentos para um projeto de Campo interessado nos trabalhadores e integrante de projeto societário humano e naturalmente emancipador.

2.1.3.1 Campesinato: o conceito e as questões acerca do processo de desenvolvimento do Campo

Muito se tem debatido e escrito acerca do campesinato nos últimos anos. São elaborações que vão desde a sua definição de identidade até o seu “lugar” no modo de produção, com suas relações sociais, com a natureza, posse e acesso à terra e as formas e atividades econômicas desenvolvidas, ocupação de postos de trabalho²³¹ etc. Considerando essas

231. Em relação aos índices de ocupação em postos de trabalho no Campo, vemos que a pequena unidade de produção tem supremacia. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD) *apud* IBGE (2006, p. 129), “Apesar de utilizarem individualmente poucos trabalhadores, os pequenos estabelecimentos de área inferior a 200 ha são muito mais intensivos em mão de obra que os outros grupos de tamanho. Isso se verifica pela relação entre o número de trabalhadores por unidade de área. Os pequenos estabelecimentos utilizam 12,6 vezes mais trabalhadores por hectare que os médios (área entre 200 e inferior a 2 000 ha) e 45,6 vezes mais que os grandes estabelecimentos (área superior a 2 000 ha). Assim, se por um

questões, a intencionalidade e o objeto da presente análise, acolhemos o entendimento acerca do campesinato enquanto unidade, mas não “*abrindo mão*” de sua diversidade, que envolve várias dimensões da vida material e social²³².

Desse modo, concordando com Carvalho (2005, p. 171), vemos que

O campesinato, enquanto unidade da diversidade camponesa, se constitui num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalistas ainda, que inseridos na economia capitalista.

Os processos de lutas sociais têm demonstrado que há um entendimento acerca da necessidade da unidade, mas, fundamentalmente, que esse processo não subalternize a diversidade desses povos do Campo.

É por isso que temos hoje um número expressivo, no Brasil, de denominações e/ou autonomações das frações que compõem o campesinato²³³: camponeses proprietários de unidade de pequenas parcelas de terras, agricultores familiares, posseiros de terras públicas, posseiros de terras privadas, povos da floresta (que usufruem de recursos naturais públicos), agroextrativistas, povos indígenas (já camponesizados), quilombolas, faxinalenses, ribeirinhos, caiçaras, pescadores artesanais e lavradores, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, açazeiros, geraizeiros, seringueiros, ocupantes que usufruem de fundos de pastos, arrendatários

lado os pequenos estabelecimentos detinham apenas 30,31% das terras, responderam por 84,36% das pessoas ocupadas em 31/12/2006”.

232. É, em linhas gerais e no terreno da particularidade, o que afirmou Harvey ao discutir a acumulação por espoliação, demonstrando que o esboço deixado por Marx acerca da acumulação primitiva é evidenciado atualmente. Harvey aponta que “[...] a acumulação primitiva envolve a apropriação e a cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes, bem como o confronto e a supressão. As condições de luta e de formação da classe trabalhadora variam amplamente, havendo, portanto, como o insistiu Thompson, entre outros, um sentido no qual a classe trabalhadora ‘se faz a si mesma’, ainda que nunca, é claro, em condições de sua escolha. O resultado é muitas vezes deixar vestígios de relações pré-capitalistas na formação da classe trabalhadora, assim como criar diferenciações geográficas, históricas e antropológicas no modo de definir a classe trabalhadora. Por mais universal que seja o processo de proletarianização, o resultado não é a criação de um proletariado homogêneo”. (HARVEY, 2013, p. 122, destaques nossos)

233. As denominações aqui destacadas foram compiladas das discussões desenvolvidas por diferentes autores: Carvalho (2005); Shanin (2008); Fabrini (2008); Costa e Carvalho (2012); Welch (2012); Alentejano (2012), entre outros.

(não capitalistas), serranos, caboclos, “colonizadores” (como os povos de fronteira no Sul do país), camponeses (novos) resultantes de assentamentos de reforma agrária.

A materialidade social demonstra, portanto, que não há idealização ou extinção total do modo de reprodução camponesa. Por múltiplas determinações, há formas concretas de organização e intervenção na natureza e na sociedade pelo campesinato.

No entanto, se é da maior relevância, do ponto de vista da historicidade dos territórios, a compreensão das distintas formas de campesinatos neles existentes, é indispensável, por outra parte, ressaltar que, para a compreensão da especificidade camponesa, conforme Shanin, “o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social (2005, p. 5)”. (COSTA; CARVALHO, 2012, p. 116)

A teorização, na tentativa de compreendê-lo, ganha intensidade e força, fundamentalmente, a partir do processo de industrialização do mundo e, portanto, da subjugação da agricultura frente à indústria²³⁴. Como sabemos, desde esse momento histórico, diferentes entendimentos, conclusões e distintas teses²³⁵ foram elaborados, buscando apreender a dinamicidade resultante do processo industrial sempre em desenvolvimento, principalmente de sua ocupação material do Campo, e, por con-

234. Embora na atualidade haja uma retomada teórica no sentido de compreender a participação e a atuação do campesinato, Ploeg (2008, p. 33) destaca que “A ciência gera tanto conhecimento como ignorância. Um dos ‘buracos negros’ criados pela ciência tem ocultado a forma como os camponeses atuam no mundo moderno. Isto significa que o fenômeno camponês tem sido relegado para lugares remotos, escondidos na história e na periferia”.

235. Desde o século XIX, surgiram várias teorias sobre a existência do campesinato no sistema e modo de produção capitalista. Tem como ponto de partida as elaborações desenvolvidas por Kautsky em sua obra seminal *A questão agrária*, escrita em 1898, na qual discute que, com a evolução do capitalismo no campo, a perspectiva de futuro era o fim do campesinato. Passado mais de um século, o campesinato ainda sobrevive. De acordo com Fernandes (2005, p. 15), “O desenvolvimento dessas teorias por meio de pesquisas e debates políticos acirrados constitui três distintos modelos de interpretação do campesinato ou paradigmas [...]. O paradigma do *fim do campesinato* compreende que este está em vias de extinção. O paradigma do *fim do fim do campesinato* entende a sua existência a partir de sua resistência. O paradigma da *metamorfose do campesinato* acredita na sua mudança em agricultor familiar”.

sequência, o que esse processo poderia acarretar frente ao futuro desses seres sociais, que historicamente tiveram e têm na terra a possibilidade de produção e reprodução de sua existência.

Como sabemos o campesinato teve seu desaparecimento “decretado” por diversas vezes²³⁶ – por exemplo Kaustky –, e, no entanto, em pleno século XXI, apesar das previsões negativas, constitui-se um dos movimentos socioterritoriais mais vigorosos. Demonstração disso é a criação da Via Campesina e a universalização da pauta e da luta social.

Nesse sentido, compreender e/ou delimitar o conceito de campesinato, em seu ponto nodal, deve estar ancorado no processo de contradições que contribuem para a sua expressão material também contraditória, porém persistente.

A delimitação conceitual de campesinato é um exercício político. Duas referências importantes para precisar o conceito de camponês são a história e a teoria. Da primeira, demarcamos sua natureza e da segunda as diversas interpretações a respeito de sua existência e perspectivas. O processo de formação do campesinato remonta à gênese da história da humanidade. Essa leitura histórica é importante para a compreensão da lógica da persistência do campesinato nos diferentes tipos de sociedades. A existência do campesinato nas sociedades escravocratas, feudal, capitalista e socialista é um referencial para entendermos o sentido dessa perseverança. (FERNANDES, 2005, p. 15, destaques nossos)

236. Considerando a provocação feita por Ploeg anteriormente, o “modelo explicativo” acerca do desenvolvimento da agricultura, em linhas gerais, contesta, por exemplo, as análises desenvolvidas por Chayanov (1975), sobretudo no que diz respeito às questões de autonomia, autossuficiência da unidade de produção com base familiar, tendo em vista que, dados os determinantes objetivos do desenvolvimento da agricultura, os camponeses passam a se comportar como “*homo economicus*”. De acordo com Ploeg, “Não faz sentido discutir se este modelo é verdadeiro ou não. O cerne da questão está no fato de este modelo ter se *tornado* verdadeiro, embora em graus diferentes e com resultados contrastantes durante o período de 1950 a 1990, quando a agricultura mundial foi dominada por grandes projetos de modernização. [...] Em consequência, de modo geral se assume que o campesinato *de fato* desapareceu, principalmente em espaços onde o projeto de modernização tem sido bem sucedido. Segundo as visões ‘modernista’ e ‘marxista’, os camponeses foram convertidos em ‘empresários’ ou em ‘proletários’ respectivamente”. (PLOEG, 2008, p. 33-34) Na sequência, Ploeg (2008) destaca que a maioria dos grupos agrários de hoje é constituída por uma mistura e com diferentes formas de ação interventora no processo de fazer agricultura. Assim, segundo o autor, não há uma teoria adequada que, de fato, compreenda e desvende a natureza dessa diversidade de grupos agrários.

De modo geral, tratar da questão agrária e buscar compreender o campesinato significa levar em consideração a multidimensionalidade de processos econômicos e políticos a que esses seres sociais/trabalhadores estão expostos. E, a partir da totalidade concreta, busca compreender as mudanças desencadeadas no mundo pelo avanço do modo de produção e suas crises. Sobretudo, considera o campesinato a partir das contradições objetivas manifestas na correlação de forças – materiais e políticas –, nas lutas sociais e, portanto, como fazem o processo de ocupação do território material e estão inseridos nas relações objetivas da infraestrutura e superestrutura que lhes garantem permanência na sociedade.

De igual forma, abarcando a totalidade concreta, faz-se necessário que possamos dar conta, através das elaborações teóricas e das pesquisas, da existência/permanência do campesinato no modo de produção capitalista, por um lado, e do lugar e das possibilidades de transformação social, impetrados pela luta social dos povos do Campo, por outro. É a partir desse entendimento que as perspectivas teóricas e paradigmas explicativos do *fim do campesinato*²³⁷, do *fim do fim do campesinato*²³⁸ e da *metamorfose do campesinato*²³⁹ ganham sentido e conteúdo histórico-material e, em certa medida, ideológico-político.

237. “Esse modelo de interpretação tem duas leituras. Uma baseada na diferenciação gerada pela renda capitalizada da terra que destrói o campesinato, transformando pequena parte em capitalista e grande parte em assalariado. A outra leitura do fim do campesinato acredita simplesmente na inviabilidade da agricultura camponesa perante a supremacia da agricultura capitalista”. (FERNANDES, 2005, p. 15)

238. Tem uma leitura mais completa/ampla do que a do fim do campesinato. “Entende que a destruição do campesinato pela sua diferenciação não determina o seu fim. É fato que o capital ao se apropriar da riqueza produzida pelo trabalhador familiar camponês, por meio da renda capitalizada da terra, gera a diferenciação e a destruição do campesinato. Mas, igualmente é fato que ao capital interessa a continuação desse processo para o seu próprio desenvolvimento. Em diferentes condições, a apropriação da renda capitalizada da terra é mais interessante ao capital do que o assalariamento. Por essa razão, os proprietários de terra e capitalistas oferecem suas terras em arrendamento aos camponeses ou oferecem condições para a produção nas propriedades camponesas. O arrendamento é uma possibilidade de recriação do campesinato, outra é pela compra da terra e outra é pela ocupação da terra. Essas são as três formas de recriação do campesinato. [...] O paradigma do fim do fim do campesinato tem duas vertentes. Uma desenvolve ações para o crescimento do número de camponeses por meio de uma política de reforma agrária e pela territorialização da luta pela terra. Outra desenvolve ações para a manutenção do número de camponeses, acreditando que garantir a existência é suficiente”. (FERNANDES, 2005, p. 16)

239. “[...] surgiu na última década do século XX e é uma espécie de ‘terceira via’ à questão do campesinato. Acredita no fim do campesinato mas não no fim do trabalho familiar na

O debate acerca da questão agrária demonstra que a diferenciação e o processo de dominação entre o modelo hegemônico de produção no Campo e o campesinato vão para além da forma e da extensão da propriedade. Inscrevem-se, fundamentalmente, na lógica que se estabelece nas relações produtivas a partir da terra como meio de produção, tendo como estratégia a forma adquirida das políticas públicas para esse setor.

Sabe-se que Karl Marx deu centralidade, em suas análises, ao desenvolvimento do capitalismo industrial e às contradições desse processo advindas. Quanto às consequências desses processos que pudessem atingir a agricultura, em especial, deixou apenas iniciais percepções e algumas indicações acerca das tendências futuras²⁴⁰, que, de certa forma, embasaram as análises de pensadores marxistas que dedicaram maior atenção a esses fenômenos, tais como Karl Kautsky, Lênin, entre outros.

Trataremos mais adiante da revolução realizada pela indústria moderna na agricultura e nas relações sociais de seus agentes de produção. Na agricultura, o emprego da maquinaria está, em grande parte, livre dos prejuízos físicos que acarreta ao trabalhador na fábrica, mas atua, de maneira mais intensa e sem oposição, no sentido de tornar superfluos os trabalhadores, conforme se verá pormenorizadamente mais tarde [...]. (MARX, 2008, p. 569)

Tomando dois exemplos diferentes, Marx demonstra que a utilização da máquina na agricultura objetivou, por um lado, nos casos dos condados de Cambridge e Suffolk, o aumento da área utilizada e da produção com a diminuição da população rural, da força de trabalho necessária, e, por outro, nos Estados Unidos, houve a inserção da máquina na

agricultura. Desse modo, usa o conceito de agricultor familiar como eufemismo do conceito de camponês. A partir de uma lógica dualista de atrasado e moderno, classifica o camponês como atrasado e o agricultor familiar como moderno. Essa lógica dualista é processual, pois o camponês para ser moderno precisa se metamorfosear em agricultor familiar. O camponês metamorfoseado em agricultor familiar perde a sua história de resistência, fruto de sua pertinência, e se torna um sujeito conformado com o processo de diferenciação que passa a ser um processo natural do capitalismo". (FERNANDES, 2005, p. 16)

240. De acordo com Marx (2008), se a agricultura depende da atividade científica, da maquinaria, dos insumos químicos, de sementes, através do sistema de trocas, por vezes de países distantes, e a manufatura patriarcal rural desapareceu como resultado desse processo, a indústria calcada na produção mecânica e o comércio exterior aparecem como necessidades para a agricultura.

agricultura e o aumento substancial da superfície cultivada, mas sem a diminuição dos trabalhadores no Campo. Neste último caso, ocorreu, fundamentalmente, a modificação nas relações de trabalho. Diz Marx (2008, p. 569): “Nos Estados Unidos, as máquinas agrícolas por ora substituíram trabalhadores apenas virtualmente, isto é, elas capacitam o trabalhador a cultivar uma superfície maior, mas não despedem realmente empregados”.

Outra mudança que ocorre nesse momento, destaca Marx, citando o exemplo da Inglaterra e do País de Gales, em 1861, a partir dessas transformações, sucedidas devido às leis objetivas do referido processo, é o aparecimento e aumento da demanda e da força de trabalho para a construção das máquinas, inclusive, tendo aquele ano como referência, foi possível demonstrar que o número de trabalhadores ocupados com a fabricação de máquinas era praticamente igual ao de trabalhadores ocupados com a agricultura: 1.034 e 1.205, respectivamente.

A indústria moderna atua na agricultura mais revolucionariamente que em qualquer outro setor, ao destruir o baluarte da velha sociedade, o camponês, substituindo-o pelo trabalhador assalariado. As necessidades de transformação social e a oposição de classes no campo são, assim, equiparadas às da cidade. Os métodos rotineiros e irracionais da agricultura são substituídos pela aplicação consciente, tecnológica, da ciência. O modo de produção capitalista completa a ruptura dos laços primitivos que, no começo, uniam a agricultura e a manufatura. Mas, ao mesmo tempo, cria as condições materiais para uma síntese nova, superior, para a união da agricultura e da indústria, na base das estruturas que desenvolveram em mútua oposição [...]. (MARX, 2008, p. 570)

Mediante esse entendimento, a partir das análises em um período que completaria o primeiro século após o que a história considera ser o marco da Revolução Industrial, Marx consegue observar que as bases reais de reprodução do camponês e sua forma de intervenção seriam superadas, dando-lhe outra função nas relações de trabalho, sob a égide das novas condições objetivas em constituição. Nesse sentido, é possível perceber – pelo nível de saturação das contradições objetivas até então nascidas e tensionadas durante esses anos – que o camponês é um obstáculo que logo seria superado, dadas a sua impossibilidade de resis-

tência material e sua cada vez mais frágil força política²⁴¹, e, portanto, seria integrado ou excluído do processo de produção, compondo parte do exército de reserva.

Com a preponderância cada vez maior da *população urbana que se amontoa nos grandes centros*, a produção capitalista, de um lado, concentra a força motriz-histórica da sociedade, e, do outro, *perturba o intercâmbio material entre o homem e a terra*, isto é, *a volta à terra dos elementos do solo consumidos pelo ser humano sob a forma de alimentos* e de vestuário, *violando assim a eterna condição natural de fertilidade permanente do solo*. Com isso, *destrói a saúde física do trabalhador urbano e a vida mental do trabalhador do campo [...]*. (MARX, 2008, p. 570, destaques nossos)

A partir dos debates feitos no seio do Partido Social Democrata alemão para balizar o posicionamento do partido e as suas ações perante os camponeses, Karl Kautsky, sobretudo em *A questão agrária* (1898), dá continuidade ao entendimento indicado por Marx em *O capital*. Nas palavras de Soto (2002, p. 37), “Este autor, enfatiza na sua obra, o caráter capitalista da agricultura moderna, as relações entre a grande e a pequena exploração e a tendência à proletarianização”. Considerada uma obra seminal acerca da questão agrária – ancorada nas análises feita por Marx em *O capital* e nas teorias sobre a mais-valia –, Kautsky desenvolve uma profunda e detalhada análise das leis objetivas de desenvolvimento da agricultura sob a égide do desenvolvimento industrial, pilar fundante dessa nova fase do sistema capitalista.

De igual forma ao observado nas indústrias, o capitalismo, ao penetrar no meio agrícola, nos Campos de modo geral, provoca o fenômeno de concentração da riqueza e, por consequência, além da concentração

241. Considerando a realidade atual, vemos que essa “tendência” apontada sofre ligeira tensão, tendo em vista os processos organizativos pelos movimentos sociais do Campo de base popular no mundo. Obviamente que, considerando a correlação de forças condensadas naquilo que é substancial para a reprodução do capital, ainda se encontra numa condição fragilizada. Porém, enquanto pautas políticas, considerando o longo prazo, vemos que essas questões estratégicas e fundamentais carregam uma carga e força material decisivas para uma civilização do futuro. Exemplo disso é o escopo (material e cultural) da soberania alimentar, bem como outros elementos estruturantes, apontados na sequência por Marx (na citação seguinte – chamada de atenção a partir dos destaques).

da produção, dá-se também a concentração da propriedade. As grandes propriedades – com fator tecnológico mais desenvolvido – destroem e passam a absorver as pequenas unidades de produção, e, em consequência, o processo de proletarianização das camadas mais pobres do Campo. Naquele momento, era comum esses trabalhadores não conseguirem reproduzir as condições objetivas para pagarem impostos e as dívidas criadas e cobradas pelos latifundiários e capitalistas. Nos dias atuais, soma-se a isso outros aspectos e outras relações político-econômicas que levam o campesinato a sofrer uma forte dominação frente ao modo de produção e à racionalidade capitalista.

Os operários que nada possuem – e entre eles, em primeiro lugar, os celibatários – são os que mais facilmente abandonam o campo. Mas quanto mais esmagadores se tornam para a agricultura os encargos que pesam sobre ela sob a forma de impostos, de dívidas, de esgotamento do solo; quanto mais a concorrência entre exploração camponesa e a grande exploração (ou a exploração ultramarina, de que ainda trataremos) se aguça; quanto mais a necessidade de enfrentar-se a competição acarreta os excessos de trabalho, o desprezo de todas as exigências da civilização, às vezes mesmo as mais simples exigências da vida, a degradação voluntária até a barbárie; quanto mais a gleba perde a possibilidade de encadear ao solo o próprio lavrador, tanto mais a emigração para a cidade se transforma em lei, também, entre os pequenos camponeses. (KAUTSKY, 1980, p. 238)

No movimento de transformação no Campo, observado por Kautsky, considerando um mesmo período de tempo, verificou-se que o processo de imigração ultrapassava em números o aumento populacional natural, acarretando, portanto, na intensa diminuição da população rural, e que esse fenômeno se dava tanto na pequena quanto na grande exploração. Em um dos espaços, devido à falta de condições objetivas de resistir ao avanço da lógica do capital, e, no outro, devido simplesmente à implementação da maquinaria na produção agrícola, que diminuía substancialmente a necessidade de mão de obra.

O crescimento da produção industrial, além de demandar um conjunto de diferentes produtos da agricultura, constitui o processo de desen-

volvimento. É para isso que o estabelecimento completo da propriedade da terra se torna uma condição necessária com vista a abrir caminho para a agricultura capitalista, uma agricultura moderna que reproduz a lógica da sociedade urbana.

Contudo, a agricultura não tem, na sociedade atual, uma existência independente. O seu desenvolvimento subordina-se, da maneira mais estreita, ao seu desenvolvimento social. Essa iniciativa e essa força revolucionárias que a agricultura não suscitava por si mesma lhe foram emprestadas pela cidade. O progresso econômico da cidade transformara inteiramente a situação econômica do campo e impusera uma transformação das suas condições de propriedade. O próprio desenvolvimento criara nas cidades as classes revolucionárias. Estas, insurgindo-se contra o domínio feudal, levaram aos campos a revolução política e jurídica, neles realizando, em meio a gritos de alegria da massa da população rural, frequentemente, mas às vezes também contra a sua resistência, as transformações necessárias. (KAUTSKY, 1980, p. 49)

Os avanços do conhecimento e das tecnologias passam a ser desenvolvidos de forma rápida e diversificada. Cada vez mais, a produção agrícola se concretiza a partir do desenvolvimento de novas técnicas e diferentes métodos de ocupação do solo, portanto, racionalizada. A divisão do trabalho passa a ser exigida de forma sistemática com o processo de privatização da propriedade da terra e das demandas cada vez mais pautadas pelo mercado. Vemos, portanto, que a produção agrícola, marcada pela produção de cereais e, de modo geral, pelo trabalho da família camponesa, passa a se prostrar aos interesses de outrem. A especialização na produção do Campo, pautada pelo mercado, contribui para a efetivação da dependência cada vez maior do trabalhador camponês aos interesses estranhos a ele, bem como o coloca em situação real que possibilita o aumento da taxa de exploração de mais-valia absoluta e relativa.

A organização da agricultura capitalista – seja na grande ou na pequena exploração – desenvolve um conjunto de aspectos que potencializam o seu pleno desenvolvimento partindo de novos conhecimentos, tais como o aperfeiçoamento e qualificação do trabalhador, o aumento da eficiência de seus métodos de produção, a “melhoria” das sementes e das raças

de animais, das ferramentas e dos instrumentos de produção. De modo geral, essa questão traz consigo a subjugação/dominação da agricultura frente ao mercado e desloca o sentido do trabalho do camponês para esse determinado fim. É, por essa razão e lógica, que, em grande parte, muitos trabalhadores camponeses, familiares, proprietários de pequenas unidades de produção se inserem com tanta dependência que buscam no mercado até seus gêneros alimentícios, pois se ocupam em produzir apenas para as demandas do mercado. O fruto do trabalho deixa de ser para suprir as necessidades, ou seja, valor de uso, e passa a ser para atender à demanda do comércio, portanto, valor de troca.

Atualmente o camponês não produz mais para si mesmo, não apenas como industrial, mas mesmo como agricultor, tudo de que se tem necessidade. Ele é obrigado a comprar não apenas os instrumentos, e instrumentos mais caros que os de outrora, mas ainda uma parte dos seus gêneros alimentícios, que a sua exploração especializada não proporciona, ou não proporciona em quantidade suficiente. [...] Mas quanto mais se desenvolve o comércio, tanto mais ele subordina o pequeno camponês. [...] O comércio se transforma numa fonte abundante de opressões para o lavrador. (KAUTSKY, 1980, p. 58-59)

O movimento da materialidade vai demonstrando que cada vez aumentam as linhas limítrofes para o camponês ter sua “autonomia” e as possibilidades objetivas de reproduzir a sua existência material. É, portanto, nesse cenário que, cada vez mais, o campesinato, dentro das possibilidades explicativas da teoria, figurava no sentido de comprovar o seu fim, ou, pelo menos, a partir do movimento observado, apontar o seu desaparecimento.

Na agricultura, como na manufatura, a transformação capitalista do processo de produção significa, ao mesmo tempo, o martirólogo dos produtores; o instrumental do trabalho converte-se em meio de subjugar, explorar e lançar à miséria o trabalhador, e a combinação social dos processos de trabalho torna-se a opressão organizada contra a vitalidade, a liberdade e a independência do trabalhador individual. A dispersão dos trabalhadores rurais em áreas extensas quebra sua

força de resistência, enquanto a concentração aumenta a dos trabalhadores urbanos [...]. (MARX, 2008, p. 570)

Como já é notável, tanto a grande propriedade (de exploração) quanto a pequena unidade de produção sempre renegam a segundo plano a produção de cereais e/ou alimentos. Não é uma razão em si mesma – como uma necessidade primeira – a produção de alimentos tendo em vista a materialidade no qual o homem trabalha. Simultaneamente à divisão do trabalho, às demandas estranhas, os camponeses, além de não produzirem para a sua alimentação, deixam de proteger, preservar e conhecer as sementes. Dá-se o fenômeno da apropriação-expropriação do conhecimento milenarmente acumulado pelos camponeses em sua relação com a natureza e a atividade com a terra.

As empresas – como analisado no capítulo 1 – passam a se especializar no “melhoramento” genético das sementes e em processos de artificialização da produção. São a elas que o camponês passa a recorrer e tem recorrido para atender a suas necessidades imediatas e metas de produção. Nesse sentido, quanto mais o processo de exploração e de dominação se especializa, tanto mais rápido é seu movimento de transações; quanto mais desenvolvido o comércio e o mercado ligados ao processo de produção agrícola, mais subordinam e oprimem o pequeno camponês.

A agricultura moderna, portanto, atinge limites altíssimos de subjugação e dominação do campesinato quando as conquistas da ciência moderna, a mecânica, a química, a fisiologia vegetal e animal passam a ser as estratégias, impostas por um lado, e, por outro, acolhidas por esses trabalhadores. Não se trabalham esses aspectos em sua totalidade como negativos em si, mas pelo contexto econômico-político e como são instrumentalizados, transformados em mediações no modo de reprodução do capital. Obviamente que, dessa forma, figuram mais negativos do que positivos, tendo em vista que são efetivamente instrumentos de dominação, e não de emancipação do trabalhador²⁴².

Considerando o entendimento que compõe o paradigma do *fim do fim do campesinato*, podemos verificar que a história vem demonstrando diferentes razões e condicionantes objetivos que circundam a existência

242. Como veremos no capítulo 4, que terá a centralidade da discussão, a formação humana, a ciência e a técnica sob o controle e direção do capital tornam-se dominação. Porém, sob o controle da classe trabalhadora, do trabalhador, direcionadas por este, tornam-se liberdade.

do campesinato na atualidade. Evidencia que o avanço do modo de produção capitalista ainda não conseguiu superar e transformar vários aspectos de organização da produção no Campo, além de apontar que as contradições objetivas ainda continuam a serem aprofundadas e tensionadas ao ponto de cotejarem pelo menos três possibilidades: o arrendamento, o acesso à terra pelos pequenos produtores através da compra e os processos de reforma agrária que são resultantes da pressão e mobilização política desenvolvidas pelos movimentos sociais do Campo, frutos dessas contradições.

Ainda nesta compreensão, o campesinato é visto como uma importante forma de organização social para o desenvolvimento humano em diferentes escalas geográficas. A produção familiar provoca impactos socioterritoriais contribuindo para o desenvolvimento regional e para a melhoria da qualidade de vida. (FERNANDES, 2005, p. 16)

Vemos, portanto, que as discussões trazem outros aspectos que vão para além da questão meramente produtiva, integrada ou não ao sistema. Pode ser apontado, por exemplo, que o acesso e o domínio do território possibilitam, de acordo com a forma de sua ocupação, potencialidades de resistência e, em certa medida, a garantia de sua existência e reprodução. A possibilidade objetiva da soberania alimentar, considerando as diferentes dimensões sociais, ecológicas, políticas e de formação humana, parece assentar-se, essencialmente, na possibilidade de se ter um modo de trabalho e relação com a natureza que seja resultante de certo grau de autonomia e da negação de mediações que estão embasadas na propriedade privada e no lucro, portanto, frente às condições objetivas de reprodução do capital. O que tem se demonstrado, mesmo com diferenciações, é que, na esteira das contradições, tem ocorrido também o processo de criação e recriação do campesinato e tensionamento nas discussões teóricas da “linearidade” apontada na tendência do desaparecimento do campesinato.

Retomando o paradigma explicativo da *metamorfose do campesinato*, que, em parte, faz a sua análise sob a perspectiva da lógica capitalista dualista do atrasado e do moderno, também utilizada na perspectiva que apontava o fim do campesinato pela sua superação, transformando-o em proletário – do Campo e da cidade –, esse entendimento crê no fim do

campesinato, mas não no fim do trabalho familiar camponês. Contribuição significativa para entender essas questões e, principalmente, a pertinência da produção desenvolvida pela agricultura familiar e sua inserção econômica vem da análise desenvolvida por Ricardo Abramovay (1998).

Como demonstrado em diversos tópicos anteriores, vemos que a questão agrária – com todos os seus pontos negativos – ainda está longe de ser resolvida em vários lugares do mundo. No Brasil, dado o forte processo de reprodução do capital, “desigual e combinado”, a questão agrária se torna um problema histórico. Tendencialmente, as análises, mesmo partindo de pontos de vista teóricos diferentes, sempre associaram a agricultura feita através do trabalho familiar ao “atraso”, ao “resíduo”. Partindo desses pressupostos é que vários apontamentos aqui destacados indicam que essa franja de classe social e “produtiva” não tem muita relevância para o progresso social e econômico, como prega e quer a dominação ideológica da racionalidade capitalista.

Ricardo Abramovay desenvolve, portanto, sua análise sob o “paradigma” do capitalismo agrário: a pertinência da agricultura familiar na lógica geral de reprodução do capital²⁴³. Está implícito e ancorado nesse entendimento o paradigma da *metamorfose do campesinato*.

A estrutura social da agricultura nos países capitalistas avançados tem sido pouquíssima estudada entre nós, deixando à sombra um fator decisivo: é fundamentalmente sobre a base de unidades familiares de produção que se constituiu a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas. (ABRAMOVAY, 1998, p. 20)

Há, a partir desse entendimento, o apontamento e, por que não dizer?, um tensionamento de possíveis limites explicativos de algumas teorias clássicas. Além de terem vislumbradas algumas tendências e contratendências que, no percorrer do tempo, não se realizaram, destacam que,

243. Vale destacar que esse “paradigma” não corresponde à perspectiva analítica adotada para o desenvolvimento desta obra. Ou seja, desenvolver uma análise acerca de paradigmas não corresponde ao método dialético. Sirvo-me, portanto, deste último na particularidade (como base real) da análise da questão agrária. No entanto, não podemos deixar de abordar algumas questões, tendo em vista que um conjunto de políticas – para a agricultura familiar – que são implementadas no Campo é elaborado a partir dessa concepção, desenvolvida por Abramovay.

em grande medida, trouxeram limites a enxergar aspectos particulares que se materializaram na agricultura no capitalismo avançado.

[...] o paradigma [...] com base no qual se estuda o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, cuja matriz são os trabalhos clássicos de Lênin (1899/1969) e Kautsky (1899/1970), [...] vem se mostrando cada vez menos capaz de dar conta de fenômenos contemporâneos decisivos. Por um lado, a associação entre desenvolvimento capitalista e ampliação do trabalho assalariado, tão cara ao trabalho de Lênin, encontra pouco respaldo empírico. Por outro lado, a ideia da necessária inferioridade econômica da agricultura familiar, fundamental no livro de Kautsky, tampouco é confirmada pelo que se observa nos países avançados. No paradigma dos clássicos marxistas, não há lugar sequer para que se coloque a questão, hoje decisiva, das razões pelas quais a agricultura familiar tem sido, nestas nações, a principal forma social do progresso técnico no campo. (ABRAMOVAY, 1998, p. 21)

Obviamente que, por trás dessa defesa, está uma questão de método e, antes disso, questões ontológicas relacionadas às mediações materializadas nessa configuração de integração da agricultura familiar, que, na análise mais geral dos clássicos, apresentam-se como mediações a serem negadas.

A chave de leitura trazida por Abramovay, embora seja a análise do mais avançado no modo de produção, encontra terreno firme na particularidade, tendo em vista que hoje, partindo de um ângulo da geografia agrária mundial de “mãos dadas” ao sistema econômico mundial, temos, nessa materialidade apontada, as condições objetivas de a agricultura familiar estar sistemicamente integrada, porque, em vários outros lugares, muitas matérias primas, de que o modo de produção precisa, são produzidas e extraídas em grande escala de diferentes locais, e que, portanto, demarcam – aí sim – uma questão agrária cheia de contradições e aspectos que demonstram que o processo de integração de um sistema social é a causa fundante da desintegração de grande parte²⁴⁴.

244. A definição de “agricultor familiar” aqui no Brasil se difere da europeia, sobretudo, pelos papéis diferentes a serem desempenhados, através das orientações oriundas da divisão internacional do trabalho. No Brasil, a tendência a ser elevada é a da inserção na lógica sistêmica e, por isso, para a produção de *commodities*, diferentemente da Europa, onde se insere mais na produção diversificada.

No entanto, partindo do pressuposto da necessidade histórica de tensionamento das contradições fundamentais que demarcam o *modus operandi* do modo de produção, e de como a materialidade social pode dar força material a algumas contradições, e tendo em vista um processo de transformação para outro modo de produção, várias questões devem ser levadas em consideração. Entre elas, a principal: o tensionamento necessário entre a racionalidade estatal/superestrutura e a utilização dessa racionalidade, tendo em vista a organização da produção e a implementação das políticas públicas²⁴⁵, em que se insere a integração do agricultor familiar, que, segundo essa concepção – incorporando avanços técnicos principais e correspondendo às políticas governamentais –, não pode, nem de longe, ser considerado como camponês.

[...] a agricultura familiar é um fenômeno tão generalizado nos países capitalistas avançados que não pode ser explicada pela herança camponesa, de fato, em alguns casos existente: na verdade o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais. [...] coube às políticas agrícolas garantir esta atomização na oferta, imprimir estabilidade aos preços, de maneira a manter a renda do setor num patamar cada vez mais institucionalmente definido e no mínimo suficiente para assegurar a produção abundante. [...] Na verdade, elas foram a *condição para que a agricultura desempenhasse um papel fundamental no próprio desenvolvimento do mundo capitalista*: o de permitir que o peso da alimentação na estrutura do consumo dos assalariados fosse cada vez menor, portanto que os orçamentos domésticos pudessem consagrar-se crescentemente à aquisição dos bens duráveis [...]. (ABRAMOVAY, 1998, p. 21-22)

A distinção conceitual entre essas duas fundamentais formas de produção – agricultura familiar e camponesa – tem ganhado clareza a partir

245. Abramovay nos dá a indicação de que incorreríamos em erro se imaginássemos que as políticas que fortaleceram a agricultura familiar nesses países foram resultantes da luta e da pressão a partir dos interesses dos próprios agricultores. Ao contrário, estão inscritas nas estratégias da racionalidade estatal/superestrutura com grau de maturação que subsiste na própria natureza do sistema. É a partir desses aspectos que, levando em consideração a materialidade, por exemplo, do Brasil, esse paradigma não dá conta, tendo em vista que as políticas para o campesinato são frágeis e são implementadas, em sua grande maioria, pela e após pressão dos movimentos sociais de base popular.

dos debates nos últimos anos. A raiz da diferença tem sido encontrada no ambiente econômico, cultural e social que dá a identidade dessas formas, tendo em vista que algumas dimensões são comuns entre elas, como o caso do trabalho familiar, mas que são utilizadas de forma diferenciada e com objetivos distintos. Como destaca Abramovay (1998, p. 23),

A própria racionalidade da organização familiar não depende [...] da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve.

Plínio de Arruda Sampaio (1998), ao escrever a apresentação da obra de Abramovay, destaca:

[...] o autor formula a tese de que as unidades de pequeno porte, alto volume de produção e elevada produtividade existentes hoje nos países capitalistas avançados descendem do campesinato tradicional, mas não tem mais nada a ver com ele. São entidades de natureza distinta, que operam segundo outra racionalidade e que não surgiram de forma espontânea. Foram criadas pelo Estado capitalista, por meio de políticas deliberadamente talhadas para reduzir o preço dos alimentos, a fim de liberar recursos do orçamento doméstico dos assalariados urbanos para a aquisição de produtos industriais. Nas condições concretas da Europa e dos Estados Unidos, as unidades familiares mostraram-se mais aptas do que as grandes para produzir alguns tipos de produtos alimentares e algumas matérias-primas a custos inferiores. A sustentação das unidades familiares e sua acelerada tecnificação mediante constante, sistemática e persistente intervenção do Estado capitalista, constituíram precondições da expansão industrial baseada no consumo de massas. (SAMPAIO, 1998, p. 12)

No entanto, o processo de metamorfose se consolida pela sua inserção no sistema hegemônico e na reprodução de sua lógica em escala menor. Sem sombra de dúvida, a capacidade explicativa dessa perspectiva tensiona e, de certa forma, indica a necessidade de re-exame da teoria do “resíduo” e/ou da “extinção progressiva” das pequenas unidades de produção familiar.

A secular desarticulação entre a pertinência econômica do trabalho na agricultura familiar e a nossa sociedade de modo geral poderá ser revista com o aparelhamento do potencial de transformação das milhões de pequenas unidades de produção familiar.

Com efeito, se a pequena unidade familiar não constitui um mero resíduo histórico de um processo de transformações capitalistas, mas uma unidade de produção apta – sob condições favoráveis – a incorporar progresso técnico e produzir a baixos custos, então a reforma agrária deixa de ser exclusivamente “um programa social” para se converter em elemento estratégico de um novo modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil. (SAMPAIO, 1998, p. 13)

De modo geral, Abramovay chama a atenção para as elaborações que tentaram compreender o “problema” camponês desde o final do século XIX, sobretudo para alguns limites, na visão dele, dessas análises, como foi já mencionado. Destaca as contribuições dos clássicos marxistas de um lado, e, de outro, as reflexões de Alexander Chayanov. Na visão de Abramovay (1998, p. 23), se partirmos do ângulo marxista,

[...] o camponês só poderá ser definido pela tragédia de seu destino social: ele será fatalmente extinto pela própria dinâmica da diferenciação entre os produtores (Lênin) bem como será incapaz de resistir à concorrência das grandes empresas agrícolas (Kautsky).

Sobre as contribuições de Chayanov, e também de Jerzy Tepicht, destaca que esses autores buscam a chave da compreensão justamente naquilo que os marxistas considerariam um contrassenso, “uma definição de campesinato cuja base seja a própria família e as determinações que a estrutura familiar impõe sobre o comportamento econômico”. (ABRAMOVAY, 1998, p. 23)

Não duvidamos, pois, que o futuro da teoria econômica reside não na construção de uma teoria única e universal da vida econômica, mas na concepção de vários sistemas teóricos que correspondam à série de ordens econômicas passadas e presentes e que deem conta das formas

de coexistência e de evolução próprias de cada uma dessas diferentes ordens. (CHAYANOV, 2014, p. 137)

Assim, o debate político-ideológico ganha novos contornos devido ao fato de que, pela forma e conteúdo da ação material de um conjunto de trabalhadores/camposinos, não são contemplados e o arcabouço teórico não consegue abarcá-los em suas explicações. É a partir desses aspectos que temos hoje o debate acerca da diferenciação e da distinção conceitual entre a agricultura familiar e campesinato ou entre agricultor familiar e camponês²⁴⁶. A razão dessa diferenciação conceitual, obviamente, se dá, sobretudo, devido a um conjunto de trabalhadores camponeses não estarem inseridos nesse processo, por exemplo, os trabalhadores sem terra, camponeses considerados tradicionais, indígenas e outras comunidades tradicionais.

Os limites dos espaços políticos de ação do então moderno agricultor familiar, fecham-se nas dimensões da diferenciação gerada na produção da renda capitalizada da terra. A sua existência, portanto, está condicionada às condições geradas pelo capital. Logo, as suas perspectivas estão limitadas às seguintes condições: agricultor familiar consolidado; agricultor familiar intermediário e agricultor familiar periférico. Da condição de periférico à condição de consolidado, formam-se os espaços políticos de sua existência. Esse seria o seu universo possível. (FERNANDES, 2005, p. 16)

A tentativa de apreender essa materialidade se inscreve insuficiente pois trabalha com a perspectiva da inserção e não discute os trabalhadores camponeses sem terra, por exemplo, que estão à margem, uma vez que não possuem a base material, que é a terra, para adentrar no critério explicativo da categoria e do processo de diferenciação. Há uma interface com parte da discussão do paradigma do *fim do fim do campesinato*

246. Talvez, implicitamente, já se tenha trazido essa diferenciação, mas, de modo geral, vemos que a definição de agricultor familiar não abarca todo o campesinato. Uma das razões está na sua centralidade econômica e na reprodução de aspectos que contribuem para a reprodução sistêmica. Por outro lado, o campesinato, além de incluir o conceito de agricultor familiar, abarca também outros modos de trabalho e organização, formas de luta e de intervenção na sociedade, de diferentes povos que vivem e trabalham no Campo.

sobretudo quando demonstra que também o capitalista coloca em sua estratégia a necessidade de manter o camponês trabalhando em sua terra como arrendatário, por exemplo, na medida em que se verifica que a renda capitalizada da terra se torna mais positiva ao capital do que os frutos colhidos a partir de uma relação de assalariamento.

É importante destacar que a análise acerca do campesinato e os paradigmas explicativos são oriundos da aplicação de método. Vemos que tanto o paradigma do *fim do campesinato* quanto o paradigma do *fim do fim do campesinato* são resultantes da análise que trata a questão agrária em sua totalidade concreta, em movimento e a partir de suas contradições expressas nas leis objetivas do desenvolvimento. Já o paradigma da *metamorfose do campesinato* sinaliza que as condições explicativas são “intrassistêmicas” (do modo de produção) e com vista a garantir o entendimento de que o processo de adaptação aos interesses do sistema é a alternativa recomendável e cabal. Ou seja, tem como fundamento o capitalismo agrário e as possibilidades de inserção nessa lógica.

Se levarmos em consideração os princípios fundamentais que embasam o método, vemos que as condições analíticas estruturadas no paradigma da questão agrária trazem como horizonte as possibilidades da superação da condição histórica e do modo de produção. “Essa condição implica a luta contra o capital e a perspectiva de construção de experiências para a transformação da sociedade”. (FERNANDES, 2005, p. 16) Em contrapartida, as condições analíticas, se partirmos do paradigma do capitalismo agrário, mantêm-se “dentro da bolha” (da ordem), primando pelo princípio da manutenção das condições existentes oferecidas pela lógica de reprodução da sociedade e do capital.

A análise da questão agrária é a que possibilita compreender a condição histórica do campesinato e como este se apresenta frente à realidade em seu estado momentâneo, considerando a realidade de condições que o cercam.

Aqui ainda encontramos a diferença mencionada acima entre os estados e as tendências. O teórico deve pesquisar as tendências gerais da evolução social; a política prática deve partir dos estados particulares que vê diante de si. As tendências da evolução social, assim como as da evolução agrícola, são essencialmente as mesmas em todos os recantos

civilizados, mas os estados que criaram variam extremamente nos diversos países, e mesmo nas diversas partes de um mesmo país, em virtude das diferenças de situação geográfica, de clima, de configuração de solo, de passado histórico e, por conseguinte, de poderio das classes sociais, etc.. (KAUTSKY, 1980, p. 17)

As possibilidades explicativas e o debate teórico-conceitual relativo ao campesinato na atualidade têm sido assentados nessas análises explicativas, que criam visões desenvolvidas a partir do século XIX. O grande debate iniciado naquele momento, que correspondia à tentativa de demonstrar as tendências gerais e a direção que estavam se movendo como consequência das objetivas mudanças pelo desenvolvimento das forças produtivas e do capitalismo de modo geral, bem como demonstrar quais seriam as possíveis políticas que deveriam ser adotadas frente a essas diversificadas transformações, pode hoje, já na segunda década do século XXI, verificar que alguns aspectos que foram apontados realmente se realizaram. Ou seja, analisando as leis objetivas do desenvolvimento, tutelou a teoria a externar as possibilidades de antecipação do que realmente viria acontecer.

Considerando o movimento do real, podemos verificar que²⁴⁷:

1) Houve a realização do “projetado” de que, no conjunto total da população, os residentes no Campo seriam apenas uma minoria, tendo, portanto, a diminuição populacional campesina ocorrida na maioria dos países.

2) Em alguns países, com vista à sobrevivência, muitos campesinos buscariam desenvolver trabalhos alternativos. Houve, e ainda há, muitas sociedades em pleno processo de “involução agrícola”²⁴⁸ e também, de modo geral, involução econômica nos processos de reprodução desse grupo social.

3) Outros processos estão acontecendo atualmente, como a criação e recriação do campesinato com pessoas que não são camponesas, que são

247. Esses aspectos que seguirão – numerados – estão embasados na análise de Shanin, 2008. Também são a expressão social das condições objetivas no terreno da particularidade e ajudam a compreender a questão muito bem tratada por Kautsky (1980, p. 17), anteriormente citada no que diz respeito aos “estados” e “tendências” acerca do campesinato.

248. Segundo Shanin (2008), foi o antropólogo americano Clifford Geertz que denominou o processo de “involução agrícola” como sendo a impossibilidade de a pobreza se resolver sozinha, tornando-se cada vez mais profunda e expulsando as pessoas do campo. Ver: Geertz, 1963.

“sem terras” e que as acessam através da política pública, como é o caso do Brasil, pela política de reforma agrária. Esse fenômeno tem ocorrido em diferentes países, envolve decisões governamentais e a mobilização dos movimentos sociais camponeses que buscam a terra para a sua reprodução enquanto tal.

4) “Na Rússia atual, há muitas vilas que são consideradas ‘vilas mortas’, nas quais só se encontram mulheres idosas morando nelas e a metade das casas já não existe mais”. (SHANIN, 2008, p. 24) As razões do abandono dessas vilas é que, em tais regiões, a agricultura era considerada difícil e/ou as terras não eram apropriadas para a produção. Desde que houve o fim do regime soviético, há russos – por razões étnicas – que estão retornando de outras ex-repúblicas soviéticas e, ao defrontarem-se com altos custos de vida nos espaços urbanos, estão fazendo a opção de ir morar nessas vilas, principalmente os mais jovens. Nesse sentido, há um reestabelecimento do campesinato resultante de razões étnicas.

5) Observa-se também, fundamentalmente na segunda metade do século XX e neste início de século XXI, que os camponeses buscam novas condições materiais para garantir a subsistência, como o turismo rural, novos métodos de produção e relação com a natureza e, por vezes, conciliam o trabalho no Campo com o trabalho assalariado, não camponês.

6) Há também a estratégia de se utilizar de trabalhos remunerados em fábricas e instituições públicas, por alguns membros da família, com o objetivo de fortalecer a unidade de produção camponesa e, em alguns casos, até comprar mais terras. É o caso de camponeses turcos que vão para a Alemanha trabalhar nas fábricas. Semelhante a esse processo, há também os mexicanos camponeses que vão trabalhar nos Estados Unidos e enviam significativas remessas de dólares para a sua terra de origem e para as famílias campesinas. Esse exemplo do México é emblemático haja vista que se procede uma exportação de seres humanos campesinos e uma importação de gêneros alimentícios.

Vemos que a possibilidade explicativa e/ou as condições de entendermos a permanência do campesinato no decorrer da história se dão se levarmos em consideração essa complexidade.

[...] podemos chegar a uma dupla conclusão. Primeiramente, que a vida e existência camponesa é sob um grau considerável definida por

não-camponeses, pelo governo e decisões governamentais, pelo movimento de fronteiras, pela mudança de natureza de regimes políticos, etc. Ao mesmo tempo, podemos concluir que a resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que alguém traga a solução. As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. Camponeses tem provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isso. (SHANIN, 2008, p. 25)

Considerando as elaborações de Marx (2008) que destacam que, no sistema capitalista, todo produto que é colocado em circulação no mercado assume a forma de mercadoria independentemente do modo e do conteúdo que possibilitaram a sua produção e, partindo do pressuposto de que, segundo a perspectiva do capital globalizado, todo meio e relações de produção inscritos em seu ciclo aparecem como “capital” (BARTRA, 2015), as relações que fundamentam o trabalho do campesinato, de modo geral, levam a esses pressupostos. Esses aspectos demonstram que, independentemente de quem se apropria desses produtos, seja o capitalista ou não capitalista, suprimindo as “necessidades” do sistema, estes são consumidos e compõem a base de sustentação da lógica e da reprodução sistêmica. A partir desse entendimento e fazendo a leitura da materialidade que se constituiu no caso do México, por exemplo, vemos que:

A pequena e média produção camponesa atual é produto da reprodução do capitalismo e está submetida à operação de sua lei econômica básica: a máxima valorização do capital. No caso específico do México, parte dessa produção camponesa foi “criada” pela reforma agrária pós-revolucionária e a outra parte gerada pelas necessidades de um capitalismo colonial e neocolonial. Em ocasiões excepcionais, essa produção pode ter se originado diretamente das formações sociais anteriores à chegada do conquistador espanhol Hernán Cortés – tudo isso no sentido de sua gênese histórica. No entanto, independentemente de sua origem, em todos os casos ela é permanentemente refundada pelas necessidades mutantes do capitalismo. Dessa maneira, o campesinato

mexicano de hoje é um produto da reprodução do capitalismo atual no país. (BARTRA, 2015, p. 6)

O que fica evidente até aqui é que o campesinato mantém-se presente até os dias atuais. Ainda assim, colocando em questão algumas indicações teóricas passadas que buscaram apreender o momento histórico e, daí, apontar o que poderia vir pela frente, não é possível compreendê-lo se retirarmos desse invólucro sistêmico que, em algumas partes do mundo, ainda faz o avanço de expansão apenas, e, em outras, já redimensiona o conjunto de forças e relações produtivas.

Certamente Marx não esgotou o estudo do problema camponês tal como este se apresenta no sistema capitalista mundial altamente desenvolvido. No entanto, defendo que não podemos empreender um estudo do campesinato do século XX sem tomar como ponto de partida o estudo de Marx. Desse modo, sem o apoio de uma compreensão crítica da economia capitalista, nada podemos dizer sobre uma economia camponesa que se reproduz submetida à lógica do capital global. Em relação ao problema específico da pequena e média produção rural, acredito que Marx contribuiu com os elementos teóricos fundamentais, ainda que não tenha trabalhado todos aqueles necessários à sua compreensão. Nesse sentido, contesto também a interpretação que considera os questionamentos de Marx sobre a produção das unidades camponesas uma simples metáfora.

No tomo III de *O capital*, Marx analisa o camponês a partir da perspectiva do capital em seu conjunto e do processo global de produção-circulação. Ao falar da produção camponesa, Marx está falando de um elemento inserido na reprodução do capital global, um elemento atípico, pode-se dizer, mas que de nenhuma maneira se reproduz de forma independente e com uma lógica própria. A partir dessa perspectiva, qualificar de “capital” os meios de produção nas mãos dos camponeses, definir uma parte do excedente que é transferido como “lucro que deixa de receber” e, finalmente, qualificar sua renda como um “salário autoconsignado” é a única abordagem correta e está longe de ser uma metáfora. (BARTRA, 2015, p. 4)

Em síntese, podemos dizer que as abordagens teóricas discutidas até aqui são unânimes no sentido de afirmar a dominação/subjugação do campesinato frente ao modo de produção capitalista. Implicitamente, em algumas questões abordadas no sentido de definir a “natureza” do campesinato, vemos que podemos trilhar um caminho não tão sólido: buscar as razões de sua existência nos dias atuais numa base histórico-genética que justificaria o caminho feito pelo campesinato na história, às vezes de “mãos dadas” com os determinantes do movimento do real e de suas transformações, recebendo destes as influências, às vezes em paralelo ao processo de desenvolvimento. Esse entendimento parece não dar conta, sobretudo porque, atualmente, seja qual for a forma e o nível de organização que possibilita a reprodução do campesinato – mais ou menos inserido, mais ou menos frágil –, se dá como resultante do processo determinante do modo de produção.

As relações socioeconômicas em si mesmas “não capitalistas” são, onde o capitalismo é dominante, produto do capitalismo e fator de sua reprodução. Independentemente de terem existido antes de seu domínio ou se historicamente criadas por ele, podemos afirmar que elas são, em um sentido lógico, resultado do capitalismo e, portanto, somente podem subsistir se o capitalismo as reproduz. (BARTRA, 2015, p. 5)

É por essa razão que se deve levar em consideração que a ação interventora do campesinato, por vezes, fortalece e, por outras, nega mediações sistêmicas (centrais para a reprodução do capital) em maior ou menor grau, mas, mesmo assim, de modo geral, quase sempre determinadas.

Quanto ao campesinato, o caminho percorrido até aqui, conduzido pelas análises, demonstra que, se atentarmos para os apontamentos iniciais do fim do século XIX, por marxistas e não marxistas, a respeito desses trabalhadores e compararmos fundamentalmente com o que está ocorrendo hoje – apesar dos determinantes econômicos e sociais –, nos indicam que as potencialidades de sobrevivência, as maneiras com que esses trabalhadores enfrentam os tensionamentos da materialidade social, nos levam a crer que são mais fortes e contundentes do que se poderia apontar naquele momento histórico. Mesmo considerando que há, de fato, a determinação do modo de produção, não se pode desconsiderar que, para

além da negação de algumas mediações que reproduzem a vida econômica hegemônica, a razão de sua permanência se dá também pela sua eficiência em desenvolver as alternativas necessárias de enfrentamento e reprodução.

A flexibilidade de adaptação, os objetivos de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar. (SHANIN, 2008, p. 25-26)

A caracterização diversificada da reprodução camponesa, embora acolhendo que é determinada pelas condições objetivas dadas a partir do funcionamento do sistema e, portanto, para este correspondente, se dá, sobretudo, porque tem seu significado primordial resistindo a desaparecer e porque alimenta um conjunto de aspectos políticos, sociais, formativos e econômicos que não dialogam com os determinantes do capital, ou pelo menos não aceitam ser convencidos facilmente por estes. É nesse sentido que a “existência da pequena e média produção agropecuária nas sociedades capitalistas deve ser explicada logicamente por meio da operação da lei econômica básica do capitalismo [...]”. (BARTRA, 2015, p. 6) Mas, obviamente, há um conjunto de relações que são ressignificadas, como a relação com a natureza na ação interventora sobre ela, nas relações humanas e sociais, na relação com o fruto do seu trabalho quando ainda suas condições objetivas não estão totalmente integradas ao sistema do capital²⁴⁹.

249. Ploeg também traz algumas contribuições importantes acerca da “vitalidade do campesinato” na atualidade ao trabalhar com dois conceitos imbricados – formulados por ele –, que são a “condição camponesa” e o “modo camponês de fazer agricultura”. De acordo com ele, esses conceitos “[...] levam a um enriquecimento teórico dos estudos camponeses, enquanto, ao mesmo tempo, aumentam sua utilidade prática. Assim, as características fundamentais da condição camponesa são (1) a luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de co-produção entre o homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a

2.1.3.2 A dimensão política na constituição e na definição do campesinato contemporâneo

Considerando os debates acumulados, sobretudo pelos movimentos sociais de base popular que compõem a Via Campesina, vemos que existe a indicação de que há diferenciação entre o entendimento do que é a agricultura familiar e o campesinato. Como observado, a leitura que se faz da *metamorfose do campesinato*, além de ser conservadora, traz consigo os limitantes de estar estruturada numa lógica dualista e resultante de um imperativo sistêmico unidimensional, além de instalada no “terreno” da particularidade. Devido aos limites dessa perspectiva, parece não conseguir apreender todo o movimento da realidade, e, por essa razão, pauta o reconhecimento da persistência do campesinato no decorrer da história, delimitando e identificando o camponês com o passado, como potencialidade de um “vir-a-ser” – mas “intrassistêmico” –, e o agricultor familiar com a ideia de futuro. Nota-se que, levando em consideração essa perspectiva, o trabalhador camponês teria sua condição de agricultor familiar forjada pela lógica e condição economicista, estaria “nas mãos” do processo de desenvolvimento do capital e apenas dentro das possibilidades de ser incluso nessa dinâmica.

Porém, como vemos atualmente, o campesinato, até pela sua condição histórica, faz o processo de tensionamento da realidade econômica, política e social através das lutas sociais, o que nos possibilita enxergar, no horizonte, alternativas e definições diversas. Não podemos ver o Campo e o campesinato apenas pela lente economicista.

É a partir desses aspectos gerais que trazemos uma questão-problema: como diferenciar o indiferenciável, tendo em vista que um não existe sem o outro (uma unidade do diverso, dos contrários), apesar de aspectos que dão certa especificidade dentro dessa totalidade contraditória? Desse modo,

Esse paradoxo recheado de caráter pejorativo dividiu os movimentos camponeses e criou políticas públicas fechadas dentro do espaço do

dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulamentam e fortalecem essas inter-relações”. (PLOEG, 2008, p. 39-40)

capital, e, portanto, delimitada na sua lógica, como por exemplo: Banco da Terra e suas derivações, Pronaf etc. (FERNANDES, 2005, p. 17)

Ancorado nos debates teóricos e embates políticos dos movimentos sociais do Campo, e nos limites e nas potencialidades da luta social no enfrentamento à racionalidade estatal e às condições objetivas materiais, a delimitação conceitual do campesinato passa a ser de fato um exercício político. Assim foi a definição de trabalhador rural e/ou agricultor e, mais recentemente, tem sido a definição do agricultor familiar, com vista a afirmar a implementação das condições de desenvolvimento interessado no capital.

A questão fundamental considerada aqui é que o agricultor familiar é um camponês. A diferença entre estes dois sujeitos – que são um – é ideológica, construída politicamente *para que a luta do campesinato se resumisse ao espaço da diferenciação, rompendo com a perspectiva da superação.*

Na construção ideológica dos princípios do capitalismo agrário, o capital deve ser visto como amigo e não como inimigo, como explica a construção ideológica dos princípios da questão agrária. Assim, conviver com as desigualdades geradas pelo desenvolvimento do capitalismo é natural. Produzir o espaço camponês ou do agricultor familiar dentro da lógica do capital torna-se a única opção. Aceitar suas políticas torna-se a única saída. Não há perspectiva fora do espaço do capital e lutar contra essa lógica é ser atrasado, perdendo a oportunidade dada pelo capital em tornar-se moderno (ou agricultor familiar). (FERNANDES, 2005, p. 17, destaques nossos)

Mediante a construção ideológica somada à concepção das políticas públicas, a aceitação das propostas de desenvolvimento da agricultura capitalista torna-se normal, “em regra”, no seio da maioria dos camponeses. Vemos que é contrassenso lutar contra essas proposições para a maioria dos trabalhadores do Campo, sobretudo para os agricultores familiares já remediados e/ou consolidados – conforme a definição que se usou anteriormente. É a partir dessas questões que vemos os camponeses e agricultores familiares incorporados na reprodução da lógica, ou lógica da reprodução, do agronegócio.

Esse conceito que explicita a agricultura familiar acaba colocando em um mesmo sentido – em linhas gerais – o capitalista e o camponês. E, como sabemos, essa lógica não é de propriedade do camponês, mas, sim, dos donos do capital. Desse modo, a produção resultante da ação interventora do camponês passa a ser contabilizada como do agronegócio e, em contrapartida, ideologicamente falando, desenvolve a concepção ilusória de que, de fato, o campesinato nada produz. Este é, visto apenas como um resquício de um passado histórico, ou ainda, frequentemente, apenas como um resíduo, constituído pelo desenvolvimento geral. Há, portanto, uma tendência de não considerar a sua pertinência no contexto histórico²⁵⁰.

Considerando as bases reais da produção econômica, as contradições objetivas e como estas questões adentram à superestrutura/razionalidade estatal como expressão dessas materialidades objetivas, vemos que a “natureza” da política pública é correspondente à concepção dominante quando se olha para a particularidade do Campo e seu papel na sociedade atual. Concluimos que são esses aspectos que determinam e dão a identidade das políticas públicas para o setor.

Vemos, no Brasil, que essas correspondem ao entendimento acumulado acerca das discussões da *metamorfose do campesinato*. Essa ideia se mostrou fortemente acolhida por grandes empresários e intelectuais, demarcando as políticas nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. O entendimento veiculado por esse “paradigma” de campesinato e do papel do Campo, nas pequenas unidades de produção, tem sido a instrução oficial na concepção das políticas para a agricultura camponesa desde o início dos anos de 1990, confirmada em momento síntese com o reconhecimento em lei²⁵¹, pelo Estado brasileiro, do agricultor familiar no ano de 2006.

Em contrapartida e para além do que o pensamento hegemônico empregou ao definir o camponês sempre no terreno da diferenciação a

250. Exemplo disso é a produção de alimentos. Como já mencionado, mesmo sendo a maioria dos alimentos produzida pelo campesinato, o discurso hegemônico para a implementação de novas tecnologias, destruição ambiental e o fortalecimento do agronegócio está calcado na suposta resposta que esse modelo daria para a superação da (in)segurança alimentar e nutricional.

251. Trata-se da Lei nº 11.326, de 24/6/06, na qual se estabelecem os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

partir das condições econômicas, trabalhar com o conceito de campesinato/camponês significa lançar mão de condições explicativas que contemplam processos de construção teórico-política e leituras históricas que angariam condições que fortalecem a perspectiva da superação²⁵². Ou seja, a resolução teórico-metodológica assenta-se no estatuto ontológico e no movimento do real resultante desse processo de tensionamento material instituído e instituinte das realidades do Campo e de seus trabalhadores. É com base no entendimento de negação da lógica de reprodução do capital que vemos a perspectiva e a função do campesinato como ponto de partida e fundamental para a implementação e consolidação da soberania alimentar.

O conteúdo histórico, as condições explicativas e o movimento do pensamento sobre o movimento do real na lapidação do entendimento desses conceitos de fato demonstra que é um exercício político dos mais importantes nos últimos anos, fundamentalmente no Brasil. Exemplos disso são a luta pela terra desenvolvida pelos movimentos sociais do Campo, a indicação de outras formas de se relacionar com a natureza, a recusa ao produtivismo e ao assalariamento, bem pautadas também por esses movimentos sociais e, portanto, vistas como inoportunas, fora de moda e, por que não?, como sinônimo de atraso. São amplamente exploradas pela mídia empresarial corporativa para desenvolver concepções negativas no imaginário social. A organização e a luta que se inscrevem fora ou contrárias à lógica do capital logo são vistas como abomináveis e sem sentido. Esse sentimento está muito presente, além de nos donos do capital que atuam também no agronegócio, na grande maioria dos agricultores familiares que, em suas unidades, produzem *commodities*.

Contudo, ao considerarmos o propósito da superação do modo de produção, bem como a implementação da soberania alimentar, vemos que a luta social, além de ser fator determinante, deve ser a constante nos processos de transição. Do ponto de vista do projeto societário de classe e de um outro processo civilizatório, o campesinato tem apresentado alternativas político-práticas. De acordo com Ploeg:

252. Com isso, afirma-se que, mesmo as políticas públicas para a agricultura familiar serem relevantes e pertinentes para a produção de alimentos, não são suficientes e, devido à tendência de fortalecimento da monocultura nas pequenas unidades de produção, constituem estratégias que não alcançam as condições objetivas para a soberania alimentar.

A agricultura implica, acima de tudo, *criar ativamente* coisas, recursos, relações e símbolos. [...] É no processo de trabalho e através dele que o progresso pode ser alcançado. Isto significa que *o processo de trabalho é uma arena muito importante de luta social para o campesinato*. A luta social não ocorre apenas nas ruas, nas ocupações de terras, nas fábricas ou nos grandes supermercados (isto é, fora dos domínios da produção e do trabalho), nem precisa haver cartazes ou discursos inflamados de todas as cores. *A luta social também deve ser vista como um esforço substancial para melhorar os recursos disponíveis, provocando pequenas adaptações que, no seu conjunto, contribuem para a criação de um bem-estar aumentado, de uma renda mais elevada e de melhores perspectivas de futuro*. Nesse aspecto, a cooperação é, frequentemente, um mecanismo-chave. (PLOEG, 2008, p. 43, destaques nossos)

O autor, ao assinalar, na citação, que a agricultura implica, acima de tudo, criar ativamente coisas, recursos, relações e símbolos, destaca – em nota – que

[...] a agricultura não deve ser apenas *analisada* como um processo de construção social (isto é, através de uma abordagem construtivista). De fato, na prática ela também é *experimentada como tal* pelos atores envolvidos. (2008, p. 318)

Tomando, em termos conclusivos, o que o nosso caminho percorrido na análise nos permitiu elucidar, e partindo do pressuposto de que a teoria que explica o modo de produção é aquela que apreende a lei básica e fundamental que preside a reprodução desse sistema – bem como formula, geral e abstratamente, o movimento do real, explicitando o desenvolvimento de suas determinações, ou seja, as condições teóricas para compreender as mediações e as contradições por meio das quais o sistema se realiza –, vemos que, aplicado esse arcabouço explicativo, há a demonstração de que o campesinato é historicamente dominado, e que a sua existência e suas perspectivas estão, portanto, nos limites do espaço do capital.

Mas é justamente por esses aspectos que não se pode aceitar tal condição como natural. E, desse modo, a contraposição ao sistema agroa-

limentar, ou ao domínio dos “novos impérios alimentares” objetivados pelas grandes corporações (PLOG) que incidem em formas e regimes alimentares (MCMICHAEL; FRIEDMANN), vem sendo realizada com significativas experiências que surgem das organizações locais ou regionais do campesinato, adotando processos que aplicam outros valores sociais. Girardi (2016), ao prefaciá-la edição brasileira da obra de McMichael (2016), destaca:

Como o próprio autor escreve, a abordagem da Questão Agrária no livro é situada no contexto histórico-mundial e examinada a partir das lentes do regime alimentar, de modo que a interpretação centra-se não somente na discussão clássica sobre o capital, mas principalmente *considera a “ecologia e os agricultores/camponeses como temas históricos; uma Questão Agrária reformulada refere-se a quem deve cultivar a terra e com que finalidade socioecológica”*. A perspectiva aqui apresentada é a da gestação, no interior da crise da agricultura industrial, de um *“novo campesinato com potencial de sustentabilidade agrícola”*, permitindo assim *maior proximidade da Soberania Alimentar* e considerando a agricultura industrial como alternativa. Com isso haveria então a possibilidade de “extrair uma lógica de reprodução de relações sociais e ecológicas”. (GIRARDI, 2016, p. 4-5, destaques nossos)

O conteúdo histórico e as condições objetivas que constituem os movimentos sociais do Campo em cada nação, assim como a Via Campesina, são a demonstração de que esses trabalhadores (sujeitos sociais coletivos) conhecem as determinações e contradições fundamentais que materializam a exploração, a expropriação, a destruição e as possibilidades de sua recriação, bem como as ameaças e linhas limítrofes para a produção de alimentos e a materialização da soberania alimentar. Desse modo, o que se quer demonstrar é:

[...] que o que chega ao seu prato (o que, quanto e com qual qualidade) não é exatamente fruto de sua própria escolha e muito menos da escolha dos agricultores, mas sim determinado por projetos muito mais amplos que submetem países, povos, agricultores e consumidores às necessidades do processo incansável de acumulação do capital.

Como esperança para o drama dos agricultores camponeses empobrecidos, daqueles seres humanos que não comem e dos que comem comida não saudável, estão as propostas da Soberania Alimentar capitaneadas pelos movimentos sociais e cuja agricultura camponesa de base agroecológica se apresenta como mais apta a fornecer resultado social e ambientalmente mais sustentáveis. (GIRARDI, 2016, p. 5, destaques nossos)

O que se visualizou é que o campesinato desenvolve diferentes formas de resistência. O indicativo disso é que devemos levar em consideração, na sua definição, não apenas a sua base e forma estrutural e organizacional para a reprodução econômica, mas, também, as potencialidades de resistência demonstradas ao longo da história que se assentam em matrizes históricas, políticas e culturais.

2.1.3.3 O Campo do campesinato e a resignificação a partir de sua multidimensionalidade: apontamentos para um projeto de Campo interessado nos trabalhadores

Ao analisar outros aspectos do desenvolvimento da indústria e suas tendências de influenciar a agricultura, sobretudo no que diz respeito à concorrência, em plena evolução, dos produtos de “além-mar” e aos domínios da concorrência dos gêneros alimentícios, Kautsky (*A questão agrária*) destaca que a crise agrária (como as crises gerais) é resultante do próprio processo de reprodução do sistema, que a coloca em constante pressão. Destacando que a superfície da terra é limitada e que o modo de produção capitalista se estende com muita rapidez, o processo concorrencial se inscreve ruinoso²⁵³. A regressão da produção de cereais, por exem-

253. Importante indicação que ajuda a elucidar e embasar a pertinência desta discussão (neste item) é dada por Hobsbawm (2011, p. 22-23) quando destaca que “[...] vários aspectos centrais da análise de Marx continuam válidos e relevantes. O primeiro, obviamente, é a análise da irreversível dinâmica global do desenvolvimento econômico capitalista e de sua capacidade de destruir tudo quanto se antepusesse a ele, até mesmo aqueles elementos do legado do passado humano do qual ele próprio se beneficiaria, como as estruturas familiares. O segundo é a análise do mecanismo de crescimento capitalista, pela geração de ‘contradições’ internas – surtos infundáveis de tensões e soluções temporárias, o crescimento levando a crises e mudanças, tudo produzindo concentração econômica numa economia cada vez mais globalizada”.

plo, e o aumento do operariado que precisava ou precisa de alimentação são elementos que confirmam e expressam essas crise e tensão constantes.

Enquanto isso, a parte dos gêneros alimentícios que as massas recebem vai decrescendo sem parar. A crise agrária, pois, só poderá desfechar numa crise de toda a sociedade capitalista. Que se abrevie ou se distenda esse termo, *o certo é que a crise agrária não pode mais resolver-se nos quadros da sociedade capitalista*. Se os entraves do regime dominante, até agora, apenas prejudiciais à agricultura do ocidente europeu, já começam a transferir-se para os seus concorrentes dos Estados Unidos, da Rússia, etc., isto não prova em absoluto que a crise agrária se aproxime do seu fim. Ao contrário, prova que alarga o seu círculo de influência. Há vinte anos, os economistas otimistas, sobretudo os liberais, nos profetizam o próximo fim da crise agrária. Há vinte anos, contudo, ela se agrava e amplifica. Não devemos ver no fato um fenômeno passageiro, mas um fenômeno constante, que revoluciona toda a vida econômica e política. (KAUTSKY, 1980, p. 270-271, destaques nossos)

O modelo de desenvolvimento hegemônico, em nosso momento histórico, atinge de forma letal a vida e vem comprometendo as condições objetivas de reprodução das espécies animais e vegetais, e esses aspectos são preocupantes se considerarmos o longo prazo e/ou futuro da sociedade. De forma contundente e contínua o Campo sofre violência. Ou seja, há um ataque sistemático contra as florestas, a água, o alimento, os povos/trabalhadores e os territórios que são ocupados e que reproduzem a vida em suas diferentes dimensões. Analisar o campesinato hoje, seu papel na construção de uma outra sociedade, é tarefa urgente e inadiável²⁵⁴. É a demonstração da retomada de vários debates pertinentes que não se colocavam na agenda até pouco tempo por diversos motivos. O contexto traz de volta antigas lutas, como a luta pela terra – desenvolvida pelos camponeses sem terra e/ou com pouca terra, indígenas e quilombolas –, bem como outras questões de grande relevância envolvendo a sociedade

254. De acordo com Hobsbawm (2011, p. 23), “Mao sonhou com uma sociedade renovada constantemente pela revolução permanente; o capitalismo realizou esse projeto com a mudança histórica, mediante o que Schumpeter, seguindo Marx, chamou de ‘destruição criadora’ permanente”.

e as condições materiais para a sua existência que, se não enfrentadas, põem em risco as formas de vida do nosso planeta.

Falar do rural [...] hoje é bem mais do que defender a reformulação democrática da estrutura fundiária ou mesmo o desejo de um controle mais efetivo sobre a produção e distribuição de alimentos. Os riscos ambientais cotidianamente denunciados pela imprensa impõem também que a sociedade tenha em mãos informações mais substanciais sobre os fenômenos relativos à preservação da natureza. (MOTTA, 2005a, p. 10)

O ponto nodal para esta discussão está na centralidade das questões a que devemos responder. O que medimos e/ou levamos em consideração para definir ou não a importância do Campo num projeto societário e de classe? Que coisas e produtos são produzidos e com qual qualidade se produz? O que a sociedade – e não apenas a racionalidade econômica e de mercado – espera que o Campo produza? Que conhecimentos e tecnologias são necessários para esse processo²⁵⁵?

No decorrer da história, fundamentalmente até o processo de industrialização a partir do fim do século XVIII, o conjunto de sentidos que abarcava o Campo poderia ser resumido na questão fundante do processo de desenvolvimento econômico. A partir da industrialização do mundo, o Campo passa a corresponder essencialmente a aspectos econômicos, mas, também, às necessidades históricas – como as apontadas anteriormente –, a outras dimensões da natureza, da vida em sociedade, da vida humana, do sentido do trabalho etc. Essas dimensões só podem ser alcançadas e lapidadas se ressignificarmos o olhar e o sentido que se dão para o Campo de maneira geral. É dessa forma que o Campo e o campesinato podem corresponder positivamente a uma tarefa histórica, no sentido de garantir as condições de sobrevivência dos homens, da natureza e da biodiversidade, e contribuir para a composição de uma outra sociedade constituída e constituinte de novas relações de produção e de garantia material da existência humana²⁵⁶.

255. Essas questões serão compreendidas e, em grande medida, respondidas também nas análises e reflexões que comporão o último capítulo quando discutirmos a agroecologia e a formação humana como “mediações práticas” e, portanto, estratégicas para a soberania alimentar.

256. Esses aspectos e essa tarefa serão trabalhados de forma mais completa em itens posteriores,

A necessidade histórica do modo de produção vigente tem levado ao processo de degradação e destruição das bases materiais que garantem a sua reprodução. Subalternizadas à lógica e ao tensionamento das contradições e mediações fundamentais para/na reprodução do sistema, as contradições e mediações secundárias são saturadas e, por essa razão, realocadas e transformadas, e assim apontam e se apresentam como potencialidades de superação das investidas destruidoras do capital.

Um terceiro desdobramento é negativo. Como a expansão espetacular da economia global ameaçou o meio ambiente, tornou-se urgente a necessidade de controlar o crescimento econômico desenfreado. Há um óbvio conflito entre a necessidade de reverter ou de pelo menos controlar o impacto de nossa economia sobre a biosfera e os imperativos de um mercado capitalista: crescimento máximo e contínuo na busca do lucro. Esse é o calcanhar de Aquiles do capitalismo. Não podemos, no presente, prever de onde partirá a flecha que lhe será fatal. (HOBSBAWM, 2011, p. 21)

Embora a racionalidade hegemônica encare esses elementos apenas como conteúdo político e ideológico, várias questões se tornam fundamentais para se pensar o momento histórico atual e ganham conteúdo histórico relevante no embasamento de uma outra sociedade possível e necessária. Considerando o Campo, vemos questões como: a biodiversidade, a agroecologia, a potencialização do trabalho vivo, a sustentabilidade, o desenvolvimento sustentável e diversificado, a soberania alimentar etc. presentes no anúncio dos elementos fundamentais para a sobrevivência das futuras gerações. O processo de esgotamento e destruição das matrizes que garantem as possibilidades de qualquer sistema se reproduzir, em sua dinâmica, faz com que haja o aparecimento dessas necessidades objetivas de reparação e superação²⁵⁷. Como bem apontou Marx,

sobretudo ao discutir alguns “fundamentos ontológicos e filosóficos e soberania alimentar” (no item 2.5) que devem embasar essa possibilidade objetiva e a inserção do campesinato nesse processo.

257. Os elementos fundamentais (ontológicos, filosóficos, epistemológicos e políticos) para essa defesa serão abordados em diferentes momentos desta obra, mas, sobretudo, no último item deste capítulo – já referenciado na nota anterior – e nas discussões acerca da agroecologia e formação humana emancipadora.

Mas, ao *destruir as condições naturais* que mantêm aquele *intercâmbio*, cria a *necessidade de restaurá-lo sistematicamente*, como lei reguladora da produção e em forma adequada ao *desenvolvimento integral do homem* [...]. (MARX, 2008, p. 570, destaques nossos)

Esses aspectos apontados têm impulsionado um conjunto de discussões e ações por parte da sociedade. Em grande parte, colocam em questão o culto à máscara e a objetivação da manutenção do *status quo*, mas há também consistentes debates que elevam de patamar as potencialidades objetivas transformadoras. Objetivamente, se alinharmos a tríade campo-campesinato-produto e cotejarmos com o processo economicista de financeirização, mercadoria, emprego, número de pessoas que vivem nesse espaço etc., com os quais operam a racionalidade tecnocrata, política e econômica, vemos que o Campo tem pouca expressão. Esse Campo não agroexportador não entra na conta ou, praticamente, não é visto como parte do sistema geral, ou, simplesmente, pertinente na totalidade.

É contrapondo a esses elementos que compõem a lógica hegemônica que Ploeg defende – ao discutir “uma gama ampla de equilíbrios interativos” que ocorrem numa unidade camponesa – que, para entender o processo de desenvolvimento no Campo, sob essa perspectiva, inscreve-se insuficiente aplicar apenas as leis gerais do desenvolvimento econômico. De acordo com o autor, vemos que:

[...] o desenvolvimento agrícola não pode ser compreendido como o desdobramento mais ou menos perfeito das leis fixas que supostamente devem governar a natureza e a economia. Em vez disso, é o resultado de interações e transformações contínuas que criam repetidas vezes novas constelações, cada uma com suas próprias regularidades e potenciais [...]. (PLOEG, 2016, p. 61)

É uma parte que pulsa quase que por conta própria nos limites da pressão do que é hegemônico e nas possibilidades de expansão das linhas limítrofes advindas de sua base vigorosa em constante transformação²⁵⁸.

258. De acordo com Ploeg (2016, p. 22), “A agricultura camponesa integra o capitalismo, mas de maneira conflituosa. Gera interstícios e atritos. É o berço da resistência que produz alternativas que atuam como crítica permanente aos padrões dominantes. Chegam aonde as fazendas capitalistas não chegam. A agricultura camponesa é ‘anaeróbica’ (Paz, 2006); é capaz

É nesse lugar, por exemplo, que vemos a produção de grande parcela da alimentação de boa qualidade, de nutrição desejável e gosto inquestionavelmente primoroso. Contribui significativamente com a base do que somos. São oportunamente ofertados, todos os dias, diversos produtos para consumo, entre os quais o mais importante é o alimento. Tendo em vista a lei primeira para o ser humano viver e se reproduzir, que é comer, beber, se vestir e ter um teto (MARX, 2008), milhões de famílias dependem do Campo, dos trabalhadores do Campo e, sobretudo, de um Campo que possa materializar, a partir dos valores fundamentais que orientem a ação interventora do homem em relação à natureza, uma forma honesta e legítima de reproduzir a vida.

Em grande parte, as dores sociais e os vários tipos de violência são resultados da destruição do Campo em suas dimensões fundamentais. Não há como ter uma sociedade substancialmente democrática, ou um país democrático, e não há como um governo fazer a gestão de uma Nação se o Campo não for revitalizado (e recampesinado) como lugar de reprodução da vida, como local para acolher o trabalhador. Em sua época, Josué de Castro alertava para essas questões.

É pela falta de amparo à economia agrícola que se desloca anualmente enorme massa humana do campo para as cidades, vindo a supersaturar a vida urbana, criando graves embaraços aos problemas de abastecimento e onerando terrivelmente o erário público com serviços assistenciais cujo custo desfalca necessariamente uma grande parcela de recursos que seriam mais bem aplicados numa política de produção agrária.

O que alguns sociólogos chamam de “cidades inchadas” [...] marginais improdutivos, oriundos do interior, são uma demonstração evidente de que, longe de se atenuar, se vai agravando no Brasil nos últimos tempos o desequilíbrio entre cidade e campo. (CASTRO, 2008, p. 282)

Ploeg traz a discussão da “recampesinização” como um movimento necessário e que se nota imbricado com as contradições materiais e so-

de sobreviver sem o oxigênio do lucro tão necessário à agricultura corporativa. Fazer parte do capitalismo também gera desequilíbrios. E através dos diversos ajustes, muitas das principais contradições se reproduzem na propriedade camponesa. Consequentemente, também a luta dentro da família camponesa, assim como no campesinato como um todo”.

ciais no processo de reprodução do capital no Campo. De acordo com o autor:

Em essência, a recampesinização é uma expressão moderna para a *luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência*. A condição camponesa não é, definitivamente estática. Ela representa uma linha através do tempo, com movimentos ascendentes e descendentes. Isto é, assim como a agricultura capitalista está continuamente evoluindo (expandindo-se e ao mesmo tempo mudando no sentido qualitativo, ou seja, através de uma maior industrialização dos processos de produção e de trabalho), também a agricultura camponesa está mudando. Uma de suas muitas mudanças é a *recampesinização*.

A recampesinização implica um movimento duplo. Em primeiro lugar, ela implica um aumento quantitativo: o número de camponeses aumenta através de um influxo exterior e/ou através da reconversão, por exemplo, de agricultores empresariais em camponeses. Além disso, a recampesinização implica uma mudança qualitativa: a autonomia é aumentada, ao mesmo tempo que a lógica que governa a organização e o desenvolvimento das atividades produtivas se distancia cada vez mais dos mercados. [...] a recampesinização ocorre tanto na Europa como em países do Terceiro Mundo. (PLOEG, 2008, p. 23)

Para além de seu potencial econômico, o Campo/campesinato produz e cultiva valores, e, por essa razão, presta valorosas contribuições de preservação ambiental, assim como pode oferecer e ampliar os serviços ambientais, tais como: água saudável, alimento saudável, clima amável, paisagens belas, diversidade ideológica, valores culturais e modos de vida. Essas dimensões aqui destacadas estão afastadas do projeto de Campo que tem sido implantado ultimamente, alavancado pelas relações do capital. O Campo como base material para o campesinato, conforme discutimos, só pode acontecer quando a relação com a natureza se dá com igual responsabilidade por ela, uma coexistência com ela. Os camponeses dependem de que a natureza esteja bem e que o conhecimento e as tecnologias estejam de acordo com essa relação amável e de coevolução. Mas esses aspectos devem ser compreendidos, defendidos por

todos e, sobretudo, estar no projeto de toda a sociedade. É perceptível, portanto, que, de modo geral, estamos a tratar de “outro” Campo que se faz necessário. O Campo, na visão dos governos, dos tecnocratas, dos donos do capital, é cálculo econômico “puro” e simplesmente, ou seja, produzir, exportar/vender²⁵⁹.

Devemos entretanto não exagerar este custo, não tender demasiado ao exclusivismo porque a realidade social não se cinge apenas no economismo puro, mas sim na expressão econômico-social de um povo. A solução ao dilema não está no atendimento exclusivo ao pão ou ao aço, mas simultaneamente ao pão e ao aço, em proporções impostas em face das circunstâncias sociais e das disponibilidades econômicas existentes. Todas as tentativas de exigir de qualquer coletividade um custo de progresso acima do tolerável acarretam ressentimentos e tensões sociais ameaçadoras. (CASTRO, 2008, p. 283)

O Campo como matriz produtiva de um conjunto de valores, de frutos e produtos que elevem a condição humana está para ser construído. Mas isso só será possível se a sociedade, como um todo, compreender a pertinência do Campo nessa estratégia. O que vemos é que, nas tentativas de resolução dos grandes problemas da sociedade atual, como a pobreza, a fome, a violência, o desemprego – para citar apenas alguns –, que nos apresentam os planejadores e tecnocratas, normalmente não aparece objetivamente o Campo – sobretudo nos países em desenvolvimento, como o caso do Brasil – como espaço/território e como possibilidade de implantação de políticas substanciais – ou das grandes políticas – para contribuir na resolução desses problemas.

Estamos vivenciando uma crise moral, ambiental e demográfica, da qual aparentemente não há regresso se não houver uma transformação profunda na sociedade, inserindo o Campo na elaboração e como parte das estratégias para a superação dessas questões. Isso é redimensionar a sua função, mas, sobretudo, dar-lhe o lugar estratégico que parece ser relevante para o futuro da sociedade. Tem que ser colocado na pauta –

259. A contraposição acerca dessa perspectiva hegemônica será desenvolvida com mais detalhes ao discutirmos a agroecologia, fundamentalmente no item “Questões ontológicas relacionadas ao valor e à necessidade de uma nova racionalidade para cálculo de ‘eficiência e produtividade’: *‘quantum’* e valores ressignificados”.

com vista à transformação –, acompanhado da pergunta: a longo prazo, o que o Campo pode oferecer?

As discussões acumuladas pelo campesinato apontam para essas questões. Buscam compreender o Campo partindo da sua unidimensionalidade – muito bem aproveitada pelo pensamento e projeto político hegemônico – tendo em vista contemplar a sua multidimensionalidade, que deve ser potencializada. Há uma necessidade histórica: o reconhecimento do verdadeiro valor do Campo e, posteriormente, a valorização dessas potencialidades como estratégias de desenvolvimento social e humano.

Alguns problemas já são denunciados e apontados com vista à sua superação. O Campo é lugar de dignidade humana, desde que potencializado para tal. Campo e cidade são “faces da mesma moeda”, mas não podemos continuar subestimando o primeiro para supervalorizar o urbano, e, por conseguinte, não podemos continuar destruindo o Campo para dar sustentação a uma “pseudoconstrução” da cidade e do meio urbano, já que esta não é lugar de todos que “moram” na cidade²⁶⁰. A ideologia dominante conseguiu passar a ideia de que a cidade é um espaço de propriedade de seus habitantes, mas, como sabemos, a cidade tem sido apenas o espaço de reprodução do capital, estando o território e as pessoas à disposição desse processo.

O Campo do campesinato, da produção de alimentos para todos, se constituirá após o reconhecimento de sua multidimensionalidade e/ou multisetorialidade, diferentemente da unidimensionalidade defendida – quase sempre – quando se fala com um político ou tecnocrata sobre valorização do Campo. Em regra, estes o pensam e o definem a partir do setor agropecuário, um setor da economia, um valor econômico. O Campo para o campesinato há de ser um setor de multifuncionalidade,

260. Marschner discute o rural e a “construção histórica de um espaço subalterno”, destacando que o caráter de subalternidade que a sociedade ocidental atribuiu ao mundo rural é fruto de um imaginário historicamente construído pelas leis objetivas de desenvolvimento e pelas perspectivas analíticas. Calçado nas contribuições de Maria Isaura de Queirós (1979) – que utiliza algumas teses de Max Weber –, Marschner afirma que a distinção entre urbano e rural é resultante da construção histórica, portanto, produto “das mentalidades sociais” baseadas em certos modelos de organização. “Em uma sociedade indígena essa distinção urbano-rural seria sem sentido, enquanto que para um membro de uma sociedade agrária a cidade seria entendida como um mero polo administrativo a serviço das comunidades rurais. Assim uma sociedade que se urbanizou entende as suas cidades como autônomas observando o rural como seu subalterno. São, para a autora, tipificações ideais no sentido weberiano. O contraste cidade e campo é uma reificação”. (MARSCHNER, 2011, p. 43)

no qual os âmbitos cultural, político, ambiental e social deem o sentido de ocupação desse espaço na territorialização das políticas públicas, na ação interventora dos trabalhadores camponeses. O conhecimento daí constituído deve contemplar todas essas dimensões, e não apenas a economia. O Campo é o espaço de efetivação simultânea dessas dimensões, e não apenas lugar de produção de lucro, de mais-valia. É espaço de realização do ser histórico-social, e não apenas do ser trabalhador que modifica a natureza obedecendo a forças estranhas, externas e antagônicas a seus interesses de classe.

Em que se aposta ao colocar essas questões acerca do Campo nos tempos atuais? Obviamente que em um novo projeto de sociedade. Mas em que se aposta nesse Campo? Nas suas potencialidades. A energia saudável e as condições objetivas que podem ressignificar o Campo, redimensioná-lo, estão nas comunidades agrárias, nos coletivos e grupos sociais, no camponato que se organiza para lutar através dos movimentos e organizações sociais de base popular.

Como está o tecido social no Campo? Em que economia deve se apostar? Mais uma vez, se perguntarmos a um tecnocrata, este vai dizer que a economia do Campo vai muito bem, pois demonstra eficiência econômica: grande quantidade na produção, influência na balança comercial de vários países, produção rápida, produção barata, produção correspondente à lógica do mercado e produção materializada em produtos idênticos. É o cálculo racional e a tradução do entendimento do economista tradicional²⁶¹.

Em contrapartida, se pensarmos sobre a lógica do “novo” camponato, vários aspectos devem ser considerados ao contrário: produção lenta e alinhada ao metabolismo natural, à biodiversidade, diversificação na produção, quase sempre um produto com um “preço” mais alto – quando se trata do alimento, por exemplo –, centrado no valor de uso. O fruto do trabalho do camponato tem essa centralidade no valor de uso, tendo em vista que primeiramente corresponde à sua reprodução, e o excedente, que, ao entrar no processo de circulação capitalista, se torna mercadoria,

261. Como bem destacou Chayanov (2014, p. 102-103), “Sabemos que a chave da vida econômica na sociedade capitalista consiste na fórmula seguinte utilizada para calcular as possibilidades de lucro: uma empresa é considerada lucrativa se o seu rendimento bruto, (Rb), deduzidas as despesas em capital circulante (custos materiais anuais, (Cm), e salários (S)), constitui uma soma igual ou superior ao total do capital constante e circulante da empresa, afetado (Ca) afetado de um juro calculado segundo a taxa em vigor no país e na época considerados [...]”.

tem também o objetivo de corresponder às demandas de produtos que esses trabalhadores não obtêm em sua unidade de produção, mas que, fundamentalmente, são adquiridos para o uso, para garantir a sua reprodução e, por vezes, para ampliar capital.

O que vemos é que há diferença no cálculo – na fórmula e critérios de cálculo – utilizado entre os empresários e os camponeses. Não é possível nem seria coerente calcular uma economia do Campo como se calcula a economia de uma empresa. É mais fácil fazer o cálculo econômico da produção capitalista do que da produção camponesa. Esta última nem sempre pode ser aferida em números e valores devido a sua multidimensionalidade e seus fins. A lógica estruturada para o cálculo econômico pouco vai adiante da questão do lucro²⁶². O indicativo que se tem, sobretudo a partir das elaborações teóricas e pautas políticas, é que se torna fator relevante apostar no campesinato e em outra forma de ocupação do Campo. É importante para o futuro das nações ou para um projeto societário de superação do modo hegemônico.

No estágio de desenvolvimento atual, do modo de produção com suas contradições, do poder político capitalizado pelo Estado nacional moderno, um novo projeto de país, de sociedade, tem a ver com profundas transformações na infraestrutura e na superestrutura. Portanto, tem a ver com o Estado, com governos e com um compromisso político. A que se compromete um governo? Considerando o tema aqui em debate, necessariamente devemos levar em consideração que a base real é que deve ser transformada. Não é um projeto do campesinato que deve ser implantado por um governo, mas, essencialmente, o que espera um país, a sociedade de um projeto no qual o Campo e o campesinato possam ser fundamentais com o trabalho, sua lógica de produção e de relação com a natureza.

Os problemas do Campo só se resolverão pelas pessoas do Campo e da cidade – da sociedade em geral –, e não apenas por detentores de cargos políticos e de governos, apesar de serem peças importantes. Não há como pensar o Campo como uma ilha, algo separado, residual, nem pelos camponeses nem pelos cidadãos. Só uma visão geral, constituída a partir da leitura de totalidade, deverá pautar e pontuar as potencialidades do Campo para um novo projeto de sociedade.

262. Esses aspectos serão trabalhados de maneira mais rigorosa em item posterior que visa debater uma “economia política do campesinato”.

2.2 OS SENTIDOS DO TRABALHO NO CAMPO: PRINCÍPIOS E FINS DO TRABALHO NO AGRONEGÓCIO E NA UNIDADE CAMPONESA

Vários elementos que definem as questões que intencionamos aqui abordar já se inserem nas discussões desenvolvidas anteriormente. No entanto, sendo o trabalho uma categoria explicativa fundante para compreendermos a relação do homem com a natureza e com os outros homens, e considerando as dimensões utópica e prático-material da soberania alimentar, alguns elementos que definem o sentido do trabalho no Campo devem ser retomados.

O ponto fundamental para a discussão desses aspectos está na possibilidade de se responder a algumas questões centrais: o que caracteriza o trabalho de um camponês?; qual o sentido primordial para o trabalho se levarmos em consideração as diferentes perspectivas de desenvolvimento anteriormente abordadas?; a que e a quem serve o fruto do trabalho do camponês?; ou ainda, tendo em perspectiva o processo de transformação, a que e a quem deve servir o fruto do trabalho do camponês²⁶³?

Mesmo considerando o processo de dominação do Campo e do campesinato, vale destacar que buscar respostas a esses questionamentos é fazer presentes as indicações advindas das contradições materiais que se manifestam no Campo. Estas não passam despercebidas pelos camponeses que conseguem fazer uma leitura coerente desse processo e inseri-las na pauta da luta social e das proposições que visam à transformação da sociedade.

A luta pela terra faz com que a sociedade seja literalmente reinventada, recriando o rural e resgatando “dimensões esquecidas”. Nela o campo ressurgue como um espaço emancipatório, como território fecundo de construção da democracia e da solidariedade, *ao transformar-se no lugar não apenas das lutas pelo direito à terra, mas também pelo direito à educação, à saúde, à organização da produção, pela soberania alimentar, pela preservação das águas*, entre outros. A redescoberta se

263. Registro que essas questões não são novas perguntas/problemas da pesquisa. São provocações que precisam ser levadas em consideração por trabalharmos a categoria central do trabalho em sua capacidade explicativa – “mediação de primeira ordem” – e como “princípio educativo”. As discussões acerca da soberania alimentar, agroecologia e formação humana – no capítulo 4 – ajudarão a assentar essas indagações.

vincula em parte à crescente consciência das populações camponesas a respeito de sua identidade, seus direitos, e seu papel na sociedade. (MARSCHNER, 2011, p. 42, destaques nossos)

Como verificamos nos paradigmas explicativos a partir do conjunto de categorizações para o trabalhador do Campo, vemos que atua, como grupo social, em diferentes relações de trabalho. Ou seja, a identidade do mundo do trabalho se dá a partir do funcionamento da lógica de reprodução do capital no Campo. Se considerarmos as relações de trabalho capitalistas, nas quais o camponês vende sua força de trabalho, durante um determinado tempo, em troca de salário, obviamente que o regime dessa relação o coloca nas condições de qualquer outro trabalhador que tem sua força de trabalho como mercadoria à disposição para colocar no mercado. Hegemonicamente, esse tipo de relação trabalhista tem ocorrido intensivamente na produção em grande escala, nas matrizes produtivas do agronegócio, e, dessa forma, a expropriação do trabalho se dá através da mais-valia absoluta e relativa.

O sentido primordial para esse trabalho é a produção de *commodities*; a separação e a alienação do fruto do seu trabalho se dá automaticamente, análogo ao operário que vende sua força de trabalho numa fábrica. A grande propriedade explora trabalho alheio e tem essa prática como um dos pilares fundantes. Também, como já mencionado, muitos pequenos produtores utilizam a sua unidade de produção apenas para produzir algum tipo de mercadoria demandada pelo mercado, sendo esse trabalhador familiar inserido na cadeia produtiva orientada pelo capital. Em sua maior parte, o trabalho é desenvolvido pelos membros familiares, mas, em alguns casos, há também a contratação de força de trabalho de terceiros. Desse conjunto de determinantes objetivos advém a concepção que orienta a sua ação na produção.

Parcela substancial do campesinato, na sua diversidade, ainda possui como referência política e ideológica, pelas mais diversas razões, os valores que constituem a empresa capitalista, sua concepção de mundo é marcada pela contradição entre afirmar a sua especificidade camponesa ou se compreender e comportar como fração em construção da pequena burguesia agrária. (CARVALHO, 2014, p. 18-19)

Essa condição não interessa ao campesinato enquanto integrante da classe trabalhadora, tendo em vista que o “descaracteriza como ser social”, que, em princípio, na definição de sua identidade, o coloca no desafio de uma relação mais estreita e respeitosa com a natureza na possibilidade do cultivo de produtos alimentares qualitativamente superiores. Como vemos, há, no Campo, o trabalho desenvolvido pelo campesinato nas suas diferentes formas e em diferentes territórios. O ponto de partida para a compreensão do sentido do trabalho nessas unidades de produção é, sem dúvida, a presença substancial do trabalho vivo necessário, tendo em vista o fruto que desse processo advém. Pensando nas possibilidades de materialização de todas as dimensões que compõem a soberania alimentar, indubitavelmente, é o que mais se aproxima do conteúdo substancial e que traz a carga semântica dessa categoria oriunda e lapidada das contradições objetivas do modo de produção e da luta de classes.

O processo de produção e reprodução da existência do campesinato se constitui para além das relações de trabalho, incluindo outras relações ambientais e processos naturais, como é o caso da relação com a terra. A partir dessa atividade, elaboram-se conhecimentos, saberes e tecnologias – biotecnologias – que o inserem numa totalidade, mas que demarcam um conjunto de procedimentos que o diferenciam como ser social. Há, portanto, uma relação imbricada entre o saber e o fazer, que – pelas diferentes dimensões envolvidas – não realiza apenas a produção, mas apreende e também desenvolve um conjunto de significados que compõem um mundo de relações de sentido, uma “totalidade simbólica”, conforme o entendimento de Lévi-Strauss, em que não há uma natureza em si, mas, fundamentalmente, uma natureza apreendida cognitivamente e simbolicamente nesse processo relacional. (MARSCHNER, 2011) O processo de intervenção-observação-intervenção que o camponês desenvolve em relação à natureza lhe apraz um sistema de significados e, portanto, um sistema cognitivo que, ao apreender o movimento e lógica do real (da natureza), adquire as condições para a constante adaptação ao meio e o conhecimento daquilo que se torna viável modificar, preservar, na busca de alternativas e respostas correspondentes às demandas sociais e naturais.

Ao trabalhar a terra, o camponês realiza outro trabalho: o da ideologia, que, juntamente com a produção de alimentos, produz, categorias sociais, pois o processo de trabalho, além de ser um encadeamento de ações técnicas, é também um encadeamento de ações simbólicas, ou seja, um processo espiritual. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 15 *apud* MARSCHNER, 2011, p. 47)

O Campo, de modo geral, expressa um complexo de relações que nos indicam algumas possibilidades de redefinição de sentido no seio da ação interventora da classe trabalhadora e nas condições objetivas de sua inserção. Instigado por essas questões de grande magnitude e pertinentes à existência humana de modo geral, e considerando a “pluridimensionalidade” que abarca o trabalho no Campo hoje, bem como as influências recebidas pelas determinações do capital, faz-se necessário pensar que, “de forma articulada, a dimensão do trabalho a partir da regulação entre a forma-social e o espaço-tempo em que a atividade de trabalho acontece”. (COSTA, 2010, p. 72)

A agricultura camponesa tem como orientação um modelo de agricultura que valoriza as relações entre as pessoas e respeita as comunidades e o meio ambiente. É capaz de produzir alimento e energia manejando os recursos naturais de forma racional e ecológica, sem degradação e contaminação. É um projeto que garante alimento saudável e faz da energia renovável produzida pelos próprios camponeses um elemento estruturante para promover um outro projeto de desenvolvimento. Um projeto que aproveite as potencialidades locais e que seja capaz de fazer do campo e das comunidades um espaço de vivência, de organização social, política e de produção, verdadeiras trincheiras na luta por uma sociedade justa e igualitária sem exploração. (ICPJ, 2008, p. 19)

A força de trabalho utilizada nas unidades de produção camponesas ganha contornos específicos por algumas práticas diferentes e, por vezes, complementares entre si. Nessa condição material de que, em certa medida, o trabalhador detém o meio de produção, a força de trabalho, alguns instrumentos de trabalho, vemos que o sentido deste tem sido determinado fundamentalmente pela necessidade de reprodução. Assim, o

camponês é tensionado por correlação de forças combinadas e, por vezes, conflituosas entre a demanda interna de sua unidade de produção e a demanda externa direcionada pelo mercado. Esses aspectos lhe dão o conteúdo organizacional e o direcionamento de sua ação na produção, cotejando os princípios potenciais de liberdade e de determinação. Essas questões são verificáveis, tendo em vista que, para ser possível a reprodução, o camponês pode produzir para a subsistência, e o excedente colocar na circulação para obter produtos que não consegue produzir em sua unidade. Isso evidencia que mesmo a produção colocada no mercado não tem por objetivo a acumulação ou transformação em valor de troca, mas visa à obtenção de outros produtos que servirão também de valores de uso.

É com base nessas possibilidades reais que vemos as diferentes formas de ocupação material dessas unidades de produção camponesas. Muitos camponeses tentam garantir a produção de um maior número de produtos para a sua subsistência. São propriedades que buscam produzir de forma diversificada. Outros adentram mais profundamente na lógica de produção de *commodities* e buscam, a partir da venda desses produtos, os demais que garantam a sua subsistência.

Esse caldo de experiências e discussões é que tem sido a base para a luta social do campesinato e a definição de estratégias para demarcar, perante a sociedade, a identidade e as razões de seu lugar na história futura.

Isso permite supor que os elementos básicos teórico-práticos para a refundação das suas concepções de mundo já se plasmam no cotidiano das suas pretensões de maneira a superar, ao menos no nível das ideias, a situação subalterna que os caracteriza como “povos sem destino” por uma proposta de se afirmarem como sujeitos sociais com intencionalidade de se tornarem um modo de produção diferente e não subordinado ao dominante. Modo este que responda não apenas à democratização da posse e uso das terras e à proposição de um modelo de produção (por exemplo, o agroecológico), e que seja capaz de dar conta da oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas para atender à demanda social [...] e para a exportação. (CARVALHO, 2014, p. 19)

Objetivamente, considerando a materialidade em contradição, o sentido da ação interventora do campesinato – no atual momento his-

tórico – é composto por um tensionamento que engloba resistência e ressignificação. O ponto central está, sobretudo, nos objetivos implícitos dessas mediações com a natureza, através do trabalho que visa contribuir materialmente com mudanças nas bases reais, sendo, ao mesmo tempo, dialeticamente dependente dessas transformações politicamente mediadas.

Esses aspectos ganham mais sentido, tendo em vista que se toma como pressuposto o caráter permanente da atividade sensível do homem no seu fazer cotidiano, sujeito a um conjunto de relações, que, dependendo das mediações circundantes e pontes para o exercício da produção, amparam o conhecimento de natureza desvendável das artimanhas que estão na composição do modo de produção. Levando em consideração dimensões ontológicas, filosóficas, políticas e epistemológicas, a concretude e a idealização que compõem a soberania alimentar definem o verdadeiro sentido para a ação humana e de ser social do campesinato.

2.3 LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA ECONOMIA POLÍTICA DO CAMPESINATO²⁶⁴ E AS DETERMINAÇÕES SISTÊMICAS SOBRE A SUA AÇÃO INTERVENTORA

O presente item busca identificar, fundamentalmente, os limites que encerram a atuação e as condições socioeconômicas do campesinato sob o modo de produção capitalista. Desse modo, inclui a questão da produção de alimentos, e busca fazer uma análise que possa corresponder a determinados requisitos aplicados aos grupos diferenciados que compõem o campesinato. Da mesma forma, busca constituir um entendimento que supere o dualismo e a dicotomia presentes em análises que separam os elementos socioeconômicos dos elementos agronômicos quando tentam compreender o campesinato.

Contudo – devido a assentar-se basicamente na perspectiva das teorias da modernização –, ganha centralidade a tentativa de demonstrar que as condições objetivas para a produção de alimentos pelo campesinato

264. Estudo detalhado e pertinente acerca do tema foi desenvolvido pelo professor Armando Bartra – citado e devidamente referenciado –, ao qual recorro, juntamente com outros autores, para suporte das reflexões que compõem este item.

são fortemente limitadas – mesmo considerando a sua dinamicidade²⁶⁵ –, ao considerar as forças repressoras e as determinações objetivas sob a égide capitalista²⁶⁶.

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção. (MARX, 2008, p. 57)

Partamos do pressuposto – já mencionado implicitamente nos itens anteriores – de que, no capitalismo, todo produto que é lançado no mercado assume necessariamente a “forma de mercadoria capitalista independentemente do processo específico de produção que lhe deu origem” (BARTRA, 2015, p. 4) e consideremos a atuação do capital em escala global, que, de maneira substancial, dá a identidade do processo de ocupação também dos instrumentos e meios de produção, por exemplo, as ferramentas e a terra.

Vemos que o rendimento oriundo do ciclo produtivo, que é utilizado para consumo do trabalhador camponês, inscreve-se como integrante do capital variável, e, parcialmente, mesmo não sendo transformado na “forma dinheiro”, materializa-se em espécie de “salário”, pois entra no custo dos gastos e dos custos de produção. Se quisermos compreender a totalidade concreta na singularidade ou particularidade do processo produtivo do campesinato, essas múltiplas determinações devem ser consideradas.

265. Como destaca Ploeg (2008, p. 39), “[...] os conceitos novos devem ir além da simplicidade dos esquemas tipo ‘preto-e-branco’. Eles precisam incluir graus, nuances, heterogeneidades e especificidades diferentes. Ademais, uma vez que o campesinato e o modo camponês de fazer agricultura representam, acima de tudo, processos dinâmicos que se desenvolvem ao longo do tempo – em muitas direções diferentes, e, por vezes, diametralmente opostas – esses conceitos devem facilitar a exploração e análise dos diferentes resultados desses processos”.

266. É pertinente esse debate também porque demonstra que uma análise mais socioeconômica do campesinato só é possível ser feita pelo seu grau de inserção ao modo de produção. O que demonstra limites nas teorias, por alcançar apenas uma parte. E, mesmo nesse contexto e nessa condição objetiva, é demonstrado que não se constituem as condições para a produção de alimentos e, por consequência, para a soberania alimentar, o que reforça a tese e o sentido utópico da soberania alimentar; para a sua realização, há a necessidade de uma outra civilização e, portanto, da superação desse modo de produção.

As expropriações contemporâneas expressam, a meu juízo, a base social fundamental para a expansão da relação capital-trabalho na atualidade, da mesma forma como foram o fulcro social para a expansão original do capital. As atuais expropriações incidem não mais unicamente sobre a terra e sobre instrumentos diretos de trabalho, mas sobre todo e qualquer freio socialmente imposto à plena disponibilização dos trabalhadores para o mercado. Como exemplo, *se multiplicaram as supressões de direitos laborais; exacerbou-se, celeremente, a conversão do que até então se constituiu como “natureza comum” em propriedade, seja de maneira direta, como as águas doces e salgadas, seja de maneira indireta, como a capacidade de reprodução biológica dos principais produtos agrícolas alimentares através de sementes transgênicas (trigo, milho e arroz, dentre outras). Finalmente, as expropriações contemporâneas incidem, doravante, sobre a própria composição orgânica do ser humano, por meio do patenteamento de elementos biológicos humanos*. Tais expropriações correspondem à manutenção e expansão da clássica expulsão do campo dos trabalhadores rurais, mas, por resultarem de uma situação quantitativa e qualitativamente nova – o capital-imperialismo-transnacional – apresentam também aspectos originais. Os novos processos são homólogos aos momentos formadores do capitalismo, mas não idênticos. (FONTES, 2011, p. 141-142, destaques nossos)

Na mesma perspectiva, Ellen Wood destaca:

Praticamente tudo, numa sociedade capitalista, é mercadoria produzida para o mercado. E, o que é ainda mais fundamental, o capital e o trabalho são profundamente dependentes do mercado para obter as condições mais elementares de sua reprodução. [...] [O mercado torna-se] o determinante e regulador principal da reprodução social. *A emergência do mercado como determinante da reprodução social pressupôs sua penetração na produção da necessidade mais básica da vida: o alimento*. (WOOD, 2001, p. 78, destaques nossos)

O estágio de desenvolvimento atual dominado pelas relações de alto grau de produtividade e de competição, que influenciam a formatação

da vida social em seu conjunto, passa a dar as coordenadas que incidem diretamente na base material em que se assenta a ação produtiva do campesinato.

Nesse sentido, se não entendermos que os meios de produção – mesmo aqueles que estão nas mãos do camponês – se reproduzem pela dinâmica do capital e que todo excedente cedido pelo trabalhador direto – seja ele operário ou camponês – transforma-se em mais-valia capitalizada, e se também não entendermos, enfim, que todo rendimento orientado ao consumo do trabalhador funciona como parte do capital variável global, não entenderemos nada. (BARTRA, 2015, p. 4)

Os aspectos destacados por Armando Bartra correspondem ou incidem mais sobre os trabalhadores do Campo que possuem a terra e acesso aos mecanismos possibilitadores de sua inserção no interior do sistema e no processo produtivo, correspondendo às leis de produção da pequena escala. No entanto, faz-se necessário também considerar que o aprisionamento a esses aspectos e a essas regras impossibilita que façamos uma leitura mais abrangente, para além das condições gerais da mera reprodução (econômico-material) do campesinato, haja vista que as unidades de produção camponesas ou seus territórios não são considerados capital em sua totalidade, no sentido moldado pelo sistema capitalista; ou seja, por sua natureza, não reproduzem algumas relações específicas constituídas por esse sistema. Ao contrário, em algumas dimensões, resistem. Na maioria dos casos, como anuncia Bartra (2015, p. 5), “no interior da unidade socioeconômica camponesa não atuam as categorias de salário e lucro”. Os estudos desenvolvidos por Chayanov também destacam esses aspectos ao discutirem as peculiaridades da organização econômica das unidades campesinas, em que o autor parte do pressuposto teórico de que a economia camponesa é definida por um conjunto de mecanismos tipicamente não capitalistas.

Para Chayanov, o trabalho é a única forma possível de renda para o camponês porque não existem salários e, portanto, está ausente o cálculo do lucro. [...] O objetivo fundamental da economia camponesa, segundo Chayanov é a satisfação das necessidades e não o lucro.

É por isso que o núcleo analítico de sua interpretação passa a ser a relação entre trabalho familiar e consumo. Assim, *Chayanov pode explicar porque, na Rússia, às quedas nos preços dos produtos agrícolas sucedia-se o aumento da produção, algo distinto da ação dos capitalistas que reagem com a redução da produção quando os preços caem.* (SOTO, 2002, p. 38-39, destaques nossos)

A possibilidade de apreensão do que ocorre no interior de uma unidade camponesa se dá com a consideração de outros fatores específicos, como a compreensão dos mecanismos por meio dos quais o camponês não capitania lucros e, de forma indireta, se “auto consigna um salário” (BARTRA, 2015). Vários aspectos que materializam o processo de reprodução do campesinato não fazem parte do elenco de relações inerentes à lógica do capital e dificultam uma análise mais radical e clara acerca dos custos de sua produção²⁶⁷. A um entendimento próximo a este chega José de Souza Martins ao discutir as relações de produção e a utilização da força de trabalho através da prática do colonato e da “produção capitalista de relações não capitalistas de produção”. Diz ele:

Minha hipótese é de que o capitalismo, na sua expansão, não só redefina antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução. Marx já havia demonstrado que o capital preserva, redefinindo e subordinando, relações pré-capitalistas. Provavelmente, o caso mais significativo é o da renda capitalista da terra [...]

A produção capitalista de relações não capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo – o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas ao capital, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não capitalistas. Nesse caso, o capitalismo cria a um

267. Vale destacar que há mais dificuldade em quantificar custos de produção no interior da unidade camponesa se comparado com o processo produtivo regido pela racionalidade sistêmica industrial-geral. A expropriação de sobretrabalho do camponês – indiretamente, não numa jornada de trabalho, por exemplo – se concretiza em um certo nível de quantificação, na soma da realização de toda a cadeia de mediações interpostas na reprodução do capital, que percorre o interior da unidade de produção do camponês e utiliza a força de trabalho familiar.

só tempo, as condições de sua expansão pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais e os empecilhos à sua expansão, pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ausente o trabalho caracteristicamente assalariado. (MARTINS, 2013, p. 36-37)

Nesse sentido, o enfoque teórico-metodológico utilizado para este debate visa escapar das leituras que acolhem o entendimento de que o campesinato é expressão e cultivo de um “outro” modo de produção, por exemplo, o anterior ao modo capitalista, ou até mesmo de que essa forma de organização produtiva goza de “algum grau de independência” ou de condições de reproduzir a sua existência paralelamente.

Considera-se que as especificidades que o campesinato adquire são oriundas das determinações da lei básica que preside a reprodução sistêmica capitalista com as mediações e contradições pelas quais opera. Concordando com Bartra (2015, p. 5), “A teoria de um modo de produção é a teoria da lei básica que preside sua reprodução [...]”. E, se assim compreendermos, verificar-se-á que “a teoria de uma formação social não pode ser a teoria da articulação de dois ou mais modos de produção, um deles sendo dominante”. (BARTRA, 2015, p. 5) Nesse sentido, parece ser pertinente o reconhecimento de que a organização de produção e reprodução do campesinato é subalterna, comungando e sendo síntese de relações capitalistas e de relações excêntricas a esse sistema, mas motivadas e/ou não apreendidas pela lei geral básica.

O que frequentemente são considerados “modos de produção subordinados ao capitalismo dominante” não são mais do que relações socioeconômicas (formas de produção ou circulação, relações jurídicas, políticas ou ideológicas etc.) excêntricas, ou seja, em si mesmas não capitalistas e que, no entanto, se reproduzem por meio da operação do modo de produção capitalista. A condição de possibilidade de sua existência somente pode ser explicitada pela teoria do modo de produção dentro do qual tais relações são reproduzidas e não por aquela relacionada aos modos de produção diferentes ou anteriores. (BARTRA, 2015, p. 5)

O eixo estruturante do modo de produção capitalista é, sem dúvida, o aspecto econômico direcionado com todo vigor à conquista do lucro. Nesse sentido, as coordenadas gerais para a compreensão estão assentadas no problema lógico-estrutural²⁶⁸ da sua formação social. Considerando o estágio de desenvolvimento econômico e como este incide diretamente nas formas organizacionais de produção e reprodução do campesinato, faz-se necessária a análise histórica, tendo em vista que é a partir desse processo que vamos reconhecer as premissas fundamentais sobre as quais a lei econômica básica operou e, sobretudo, as condições objetivas que implantam formas de organização diferenciadas no seio do campesinato. Como já notamos, há, no Campo, formas de produção e de ocupação socioterritorial distintas, e até mesmo com ideologias e projetos políticos divergentes. É a partir desse entendimento, muito presente na literatura recente, que está a questão de considerar as especificidades dos povos do Campo, seus afazeres, pautas e lutas.

A categorização do campesinato, que engloba um conjunto social em frações de classe, de acordo com a forma com que se expressam e ocupam o território em organizações socioterritoriais, traz, sob certo aspecto, o entendimento construído por Martins (1996a). Segundo esse entendimento, a formação econômico-social é resultante de dois aspectos da prática (práxis) que faz do ser humano sujeito de sua própria história; os dois aspectos referidos dessa práxis contemplam, portanto, a natureza que materializa o fundamento econômico e a sociedade que inscreve as condições e a identidade do social. O fazer humano se defronta com esse duplo aspecto da práxis – considerando, portanto, que o aspecto econômico é fator determinante –, como aponta Martins:

[...] o desencontro entre o econômico e o social na sociedade capitalista expressa o avanço do econômico em relação ao social, este atrasado

268. Bartra (2015) destaca que esse aspecto deve ser o ponto central para a análise do campesinato, em oposição às tendências explicativas que partem de uma solução “histórico-genética” e se valem de resquícios do passado em conceitos, como “herança histórica” e “remanescentes do passado”. Alerta para essas questões porque, em seu entendimento, são improcedentes e podem levar a análises limitadas. E, partindo do pressuposto da historicidade das categorias analíticas, temos que considerar que “O estudo lógico-estrutural de uma formação social que se reproduz pela operação de um modo produção e através de mediações específicas deve ser coerente com o seu nível de análise [...]”. (BARTRA, 2015, p. 6)

em relação àquele. O econômico anuncia possibilidades que a sociedade não realiza ou realiza com atraso. (MARTINS, 1996a, p. 19)²⁶⁹

Além dessa análise, outros apontamentos são importantes para compreendermos o Campo. Assentado nas elaborações de Henri Lefebvre, Martins vai destacar que o autor trouxe Marx para a nossa atualidade, sobretudo “seu método e sua concepção de que a relação entre teoria e prática, entre o pensar e o viver, é uma relação vital (e datada) na grande aventura de fazer do homem protagonista de sua própria história”, (MARTINS, 1996b, p. 9), possibilitando um distanciamento e uma apuração crítica de interpretações evolucionistas-deterministas agasalhadas na perspectiva marxista.

Esses aspectos retornam a uma questão importante que demonstra que, no metabolismo da reprodução de uma formação social, os processos históricos podem não ser compreendidos se tomados apenas como resultantes da operação econômica do modo de produção, ainda que o movimento de superfície e de classe seja constituído por sua base material.

Foi precisamente Marx quem primeiro descobriu a grande lei da marcha da história, lei segundo a qual todas as lutas históricas que se desenvolvem quer no domínio político, religioso, filosófico, quer em outro campo ideológico são, na realidade, apenas a expressão mais ou menos clara de lutas entre classes sociais, e que a existência e, portanto, também os conflitos entre essas classes são, por sua vez, condicionados pelo grau de desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de produção e de troca, que é determinado pelo precedente [...]. (ENGELS, 2003, p. 12)

Nem resultado mecânico, nem efeito automático de processos em decadência de modelos anteriores, mas, em parte, constituído pela atuação humana e luta de classes. “Em síntese, as classes são constituídas pela operação de um Modo de Produção, mas, ao mesmo tempo, são constituintes ou dissolventes desse mesmo modo de produção em um sentido histórico”. (BARTRA, 2015, p. 6) Outro aspecto pertinente que precisa

269. Considerando a atualidade brasileira, essa tendência se avoluma, tendo em vista as implicações frente ao Estado de exceção cada dia mais forte, para corresponder às demandas do capital financeiro.

ser levado em consideração é a motivação para continuar a ser camponês e acessar a base material que pode possibilitar a sua reprodução. Isso foi uma das razões que levaram Marx e Engels a se preocuparem em compreender melhor, sobretudo, a caracterização das classes sociais naquele momento histórico e, assim, verificar qual seria a relevância que o campesinato poderia ter no processo de luta a favor ou até mesmo contra o novo sistema econômico calcado na industrialização.

Considerando a intencionalidade desta obra, o objeto que está em debate e o que este representa para o campesinato (e para a sua atuação enquanto classe), impõe-se a necessidade de discutir como ocorrem e se materializam as relações econômico-políticas em que o campesinato está inserido ou são determinantes nas suas formas de reprodução²⁷⁰.

O posicionamento crítico frente à desigualdade nas trocas de seus produtos nas relações de mercado (de capital e de outros produtos necessários oriundos do processo industrial) traz implícito o questionamento acerca das condições objetivas que levam grande parte dos camponeses a colocar a sua força de trabalho no mercado, por não conseguir as condições de reprodução material de sua existência com o trabalho na terra. Uma das resistências daqueles que, historicamente, sempre viveram da terra²⁷¹ é justamente lutar para não serem proletarizados.

Os movimentos sociais camponeses, que são obviamente fruto das contradições objetivas – como já verificado –, representam essa condição por reconhecer a pertinência do Campo e do campesinato no projeto social. O acesso à parcela da terra não é só uma resposta à dada condição extrema de dificuldades de reprodução, mas, sobretudo, por entenderem seu lugar no processo e na formação social de um sistema com necessidade de transformação. Conjuntamente a essa estratégia mais ampla, encontram-se também os aspectos anteriormente anunciados, que demonstram que o acesso ao território como meio para esses sujeitos

270. A soberania alimentar “[...] é indissociável de um conceito de produção de pequena escala no qual a tônica é a autogestão e a diversidade criativa e criadora, é também pensado na perspectiva dos circuitos curtos de distribuição e consumo [...]”. (PAULINO, 2017, p. 10)

271. Em contrapartida, essa questão tem sido tensionada cotidianamente a partir das dificuldades objetivas no processo de reprodução nas unidades camponesas, que não conseguem ampliar sua base real para garantir a absorção da força de trabalho excedente e das gerações futuras. Ligada a isso, está também grande força político-ideológica que foi construída acerca do Campo, que impõe e incentiva as novas gerações a buscarem alternativas e deixarem de lado sua materialidade de origem.

trabalharem é condição material que garantiria um duplo aspecto: 1) a possibilidade de reprodução de sua existência com as contribuições à transformação social²⁷²; e 2) a possibilidade de escapar da necessidade de vender a sua força de trabalho. Para complementar a presente discussão, servimo-nos de um raciocínio desenvolvido por Armando Bartra ao estudar a realidade mexicana e o lugar do campesinato, mas que, pela sua capacidade de síntese, nos traz um conjunto de elementos que ajudam na compreensão do campesinato de modo geral.

A contrário do que desejam os “proletaristas”, a forma de origem e a base imediata de toda luta camponesa é o combate contra a proletarização.

Em primeira instância, toda classe explorada luta por sua existência dentro do sistema em que está inserida. O campesinato é uma classe explorada cuja anulação consiste em transitar (por meio de um longo e doloroso processo de depauperização) a outra condição diferente de exploração: a proletária. Dessa maneira, a luta camponesa por sua existência como classe é, essencialmente, uma luta contra a proletarização ou, mais especificamente, contra o longo processo de empobrecimento que constitui [...], essa transição forçada.

Politicamente falando, toda atitude favorável ou complacente diante da proletarização rural é automaticamente anticamponesa. Se, no México, for preciso constituir uma aliança operário-camponesa, esta dependerá da disposição dos supostos representantes do proletariado em apoiar e impulsionar a luta dos camponeses por sua existência enquanto classe, ou seja, a luta contra a proletarização. (BARTRA, 2015, p. 10)

Para compreender a exploração do trabalho camponês que ocorre pelas relações de reprodução do capital, tem-se a necessidade de reconstruir alguns aspectos e, fundamentalmente, apreender as mediações que colocam o fazer e o sistema camponês a serviço e no processo de valorização do capital. De acordo com Marx e Engels, (2002, p. 95),

272. Leva-se em consideração que a transformação social que garantiria a implementação da soberania alimentar não pode abrir mão de um conjunto de conhecimentos e fatores culturais, sobretudo de relação com a terra e com a natureza, que estão presentes no modo de ser e produzir do campesinato.

Com o dinheiro, todas as formas de intercâmbio e o próprio intercâmbio são postos como acidentais para os indivíduos. No dinheiro é que reside, portanto, o fato de todo intercâmbio dos indivíduos em determinadas condições, e não dos indivíduos como indivíduos.

Nessa estrutura, os trabalhadores estão completamente subordinados à divisão social do trabalho e, como dependentes uns dos outros, atuam nas condições materiais determinadas pelo processo geral.

Embora as categorizações de campesinato sejam amplas e diversificadas, fazer a análise dos aspectos que o definem como unidades socioeconômicas no sistema capitalista é importante porque dará as chaves de leitura do real para possíveis explicações de uma mínima unidade, tendo em vista a lei básica de reprodução de formação social e econômica reinante que consolida as condições materiais, em determinado momento histórico, dos povos do Campo. Encontramos o ponto de partida para compreensão desses aspectos no próprio Marx, ao discutir, em *O capital*, os processos que demonstram a passagem da noção de produção simples das mercadorias ao conceito da produção no sistema mercantil capitalista.

As condições da produção, são ao mesmo tempo as condições da reprodução. Nenhuma sociedade pode produzir continuamente, isto é, reproduzir, sem retransformar continuamente, parte de seus produtos em meios de produção ou em elementos da nova produção. Permanecendo constante as demais circunstâncias, ela só pode reproduzir ou manter sua riqueza na mesma escala substituindo os meios de produção, isto é, meios de trabalho, matérias-primas e matérias auxiliares, consumidos, por exemplo, durante um ano, *in natura*, por um quantum igual de novos exemplares, separados da massa anual de produtos e incorporados, de novo, ao processo de produção. Determinado quantum de produto anual, pertence, portanto, à produção. Destinado desde a origem ao consumo produtivo, esse quantum existe, em grande parte, sob formas naturais, que por si mesmas, excluem o consumo individual. (MARX, 1996, p. 199)

Além disso, em suas elaborações, “[...] é possível encontrar uma série de indicações que nos mostram as mediações históricas que nos levam da produção mercantil camponesa e artesanal à produção capitalista desenvolvida”. (BARTRA, 2015, p. 11)

Outro ponto que deve ser compreendido e considerado é que a produção camponesa advém de um processo imediato, que se diferencia substancialmente, em um conjunto de procedimentos e ações específicos e peculiares, da produção estritamente capitalista em *locus* especializado para esse fim. Vemos, por exemplo, que, mesmo sabendo que o produto a ser cultivado na unidade de produção camponesa é demandado pelo mercado e sua lógica, a decisão, a estratégia e os fins planejados podem ser diferentes, tendo em vista que o camponês é, em muitos casos, o proprietário do módulo de produção no qual as relações de trabalho irão se desempenhar²⁷³.

Devido à diversidade de práticas socioterritoriais implementadas no Campo atualmente e, por consequência, às diferentes formas de enfrentamento e convivência com a lógica do capital, não se encerra, suficientemente, um entendimento qualificadamente unânime do processo de exploração do camponês. A partir do estudo e lapidação das contradições “intrassistêmicas” no processo de produção em seu sentido restrito, alcançou-se a chave de compreensão da exploração do trabalho, como bem demonstrou Marx em *O capital*. Uma transposição mecânica de análise não dá conta de compreender as formas de exploração do camponês, aplicadas pelo capital. Mesmo considerando a totalidade concreta, o problema aqui em voga são faces qualitativamente diferentes, são expressões que se compõem a partir de condições tensionadas que guardam especificidades, sobretudo em sua base material.

[...] enquanto na produção capitalista o processo de trabalho corresponde a um processo de valorização, ou dito de outra forma, um processo de exploração de mais-valia, o processo de trabalho camponês

273. Faz-se necessário esclarecer que o presente argumento não expressa na totalidade o campesinato, tendo em vista que, se cotejarmos com a prática dos arrendatários de terras, por exemplo, veremos que a escala de “autonomia” de poder de decisão com certeza é bem menor do que de um proprietário de unidade de produção camponesa. De igual forma, assentam-se em dificuldade de aplicabilidade desse argumento também outros povos que ocupam o território priorizando um conjunto de lógicas diferenciadas, como podemos verificar através das práticas dos povos indígenas e quilombolas, entre outros.

somente se constitui em um processo de valorização por meio de uma série de mediações em que a exploração somente é consumada quando a produção camponesa estabelece uma relação com a circulação capitalista. (BARTRA, 2015, p. 12)

Vemos, portanto, que não é possível aplicar a mesma lei-lógica de observação para captar o processo de expropriação de trabalho na indústria e na produção camponesa. A cadeia de tensionamento e veiculação das relações, na segunda, apresenta-se mais complexa. Sobretudo, porque as práticas e relações que se consagraram a partir do desenvolvimento da industrialização no processo produtivo não podem ser apenas deslocadas para o processo produtivo no Campo. O circuito de relações que ensejam na exploração do camponês, por várias razões objetivas, ganha contornos diferentes apesar de ser regido fundamentalmente pela lei básica de reprodução, como apontamos anteriormente.

Nesse sentido, temos um processo produtivo do qual, de certa maneira, considerando apenas as relações que acontecem em seu interior, não se tem as condições de apreender a materialidade da exploração do camponês propriamente dita. Diferentemente do interior da fábrica – ou até mesmo na produção de *commodities* em grandes propriedades pelo assalariamento –, em que, em sentido estrito e imediato, temos as condições de verificar o processo de exploração com mais facilidade. Já no processo de produção em uma unidade camponesa, a estrutura da exploração se completa quando há a localização dessa produção no contexto do ciclo e da reprodução social do capital²⁷⁴. (BARTRA, 2015)

A compreensão da relação entre produção camponesa e a reprodução do capital global é fundamental para pensar a soberania alimentar, pois é a partir desse entendimento que se tornará possível ter a clareza do que deve ser negado, afirmado e construído para preparar as condições materiais para efetivação desse processo. O primeiro ponto a ser considerado é

274. Considerando as discussões que apresentam críticas e apontamentos de projetos acerca do Campo na atualidade, está, numa visão mais popular, a necessária leitura e observação das bases materiais em que se mantêm e o que fundamenta um possível equilíbrio entre: 1) o que se produz no interior de uma unidade camponesa; 2) a quantificação do que sai dessa unidade camponesa (fruto do trabalho); 3) o que entra nessa unidade camponesa na forma de pacotes tecnológicos, créditos, ferramentas e instrumentos de trabalho. Ao apontar esses indicativos, nota-se que, se entra mais do que sai – aqui já considerado o valor de troca –, materializa o processo de dependência sistêmica e exploração do trabalhador camponês.

a compreensão “intrassistêmica” e de efetividade econômico-política dessa relação. Do ponto de vista analítico, é preciso considerar o movimento da totalidade concreta, mas, em especial, a sua expressão no campo econômico, presumindo que o capital e suas determinações são os pilares e, portanto, a economia camponesa como uma possível consequência e materialização de resultados ideados pela racionalidade capitalista²⁷⁵. Considerando a questão de método, vemos que Bartra nos dá um indicativo interessante.

O processo imediato de reprodução não nos dá a chave da exploração do trabalho camponês, mas, sua descrição é indispensável como ponto de partida. Nessa descrição da aparência imediata da produção camponesa será realizada, primeiramente, uma reflexão a respeito das variações e particularidades [...]. (BARTRA, 2015, p. 12)

As análises acerca da questão agrária demarcam o arcabouço explicativo da categorização de campesinato, que, como vimos, não é uniforme. No entanto, aspectos potenciais que nos levam à compreensão da economia política camponesa estão salvaguardados a partir e pela análise das contradições imbricadas no produtor agrícola que já ocupa uma unidade de produção – seja ele agricultor familiar ou camponês tradicional –, tendo em vista que a saturação das relações de reprodução econômico-objetiva dar-se-á nesse processo. Contudo, não se pode desconsiderar as ações impetradas pelas demais formas de organização do trabalho no Campo, que, em sua maioria, são oriundas da percepção das contradições materiais inerentes ao processo de expropriação dos trabalhadores e reprodução do capital²⁷⁶.

275. Ou ainda, fazer o caminho inverso, partindo do trabalho camponês para se chegar às relações capitalistas. No indicativo trazido pelo segundo procedimento, está implícita – pelo que já construiu até aqui – a ideia de que o capital global figura como originário-determinante e, assim sendo, as categorias explicativas consolidadas – mas historicamente tensionadas – que explicam a reprodução do capital devem ser consideradas ao último termo.

276. A ênfase dada, neste ponto de reflexão, ao camponês que já possui uma unidade de produção não significa que há, de antemão, uma aceitação intrínseca do desenvolvimento de mecanismos de reprodução de mediações de segunda ordem, tendo em vista que estas são determinantes no processo de reprodução do sistema do capital. Como estamos tratando da produção camponesa e, portanto, do sentido do trabalho aí adquirido, o movimento do real, impulsionado por essa lógica do capital, será melhor apreendido nesse espaço onde as condições objetivas estão melhor estruturadas para tal, sendo potencial veículo de/para percepção

É nesse sentido que o pouco conhecido livro VI de *O capital* pode ajudar na compreensão do processo de trabalho camponês. Buscando compreender alguns elementos constitutivos da produção artesanal, Marx desenvolve uma teleologia desse processo, articulando os elementos constitutivos, para, ao fim, chegar a compreender se o produtor artesanal era ou não explorado pelo comerciante. Ao considerarmos a materialidade de reprodução do camponês anteriormente destacada, temos vários aspectos, como destaca Bartra (2015, p. 12), que, “[...] com leves matizes, [são] perfeitamente [aplicáveis] ao produtor agrícola [...]” e podem trazer impressões fundantes para a sua compreensão. Vários pontos importantes são trazidos em um resumo, feito por Bartra²⁷⁷, sobre o estudo desenvolvido por Marx no livro VI da obra *O capital*, de que lançarei mão pela clareza na exposição.

- a) A “base tecnológica” desta unidade de produção é a parcela e os instrumentos de trabalho.
- b) O “fator decisivo da produção” é “o manejo do instrumento de trabalho” em uma ocupação “individual e autônoma”, ou seja, a capacidade de trabalho concreta do camponês e sua família.
- c) O produtor “possui as condições de produção”.
- d) Por tudo isso, em princípio, “o produto pertence” diretamente ao trabalhador.
- e) Seu capital [...], tanto no que diz respeito à forma material como no volume de seu valor, é um capital dependente que, de nenhum modo, adquiriu ainda a forma livre do capital. Não constitui uma quantia determinada de trabalho objetivamente (valor em geral) que pode adotar e adota, a seu modo, esta ou aquela forma de

das contradições gerais, limites e possibilidades. A saída para essa resolução metodológica é que, a partir de um conjunto de generalizações concretas (que abarcam o campesinato), e considerando um pressuposto filosófico do estudo do “em-si” – como demarcaria Chasin (2009, p. 207): “[...] na ciência, almejando a reconfiguração mais adequada do em-si real, através da totalidade dos reflexos concretos [...]” –, possibilita, no processo de mediações, apreender, como força material e prática, os reflexos diversos que configuram o fenômeno material resultante do que é singular, particular e universal.

277. Destaca-se que esse estudo é de 2006, mas é trazido pelo autor nas discussões que compõem o material publicado em 2015, que utilizo para este estudo e está devidamente referenciado. Segundo o autor, essa discussão (de 2006) visava à compreensão da “[...] pequena produção não submetida formalmente ao capital como resultado de uma opção capitalista orientada no sentido de evitar a renda da terra”. (BARTRA, 2015, p. 12)

condições de trabalho de acordo com a ponderação por esta ou aquela forma de trabalho vivo para apropriar-se do trabalho excedente.” Dito de outro modo, seus meios e objetos de trabalho não são capital no sentido restrito.

- f) “Somente é possível converter seu dinheiro em capital em seu próprio ofício.” Em outras palavras, o dinheiro do camponês não é capital dinheiro no sentido estrito, pois está vinculado ao seu processo de trabalho concreto.
- g) Ainda que explore eventualmente “trabalho alheio”, “seu capital está relacionado à determinada forma do valor de uso e, portanto, não encara seus trabalhadores como capital”.
- h) “Não é o valor de troca, mas valor de uso do trabalho que aparece como objetivo final” de seu processo de trabalho. Contudo, pelo destino de sua produção, pode produzir “com vistas ao valor de uso imediato” quando o produto é destinado ao autoconsumo ou ao intercâmbio direto com outros pequenos produtores, ou então com vistas ao valor de troca quando seu produto se incorpora ao indiferenciado mercado capitalista.
- i) “Não é o valor de câmbio enquanto tal, nem o enriquecimento enquanto tal”, mas a reprodução de sua “existência conforme sua posição social apresenta-se aqui como objetivo e o resultado de seu trabalho e, eventualmente, da exploração do trabalho alheio”.
- j) A “lei” imanente que regula aqui a escala de produção é a capacidade de trabalho disponível e o “total do consumo previamente existente; não se regula, pois, pelos limites do próprio capital”. (BARTRA, 2015, p. 13)

Considerando, portanto, alguns conceitos já abordados, tais como “involução agrícola”, “descamponização”, e as tendências e contratendências gerais no processo de ocupação do território material (da realização do modo de produção no Campo), a percepção imediata demarca um *status quo* ao processo da produção camponesa como uma manifestação, “em primeira ordem”, de um trabalho concreto; em tese, os frutos do trabalho materializam o valor de uso e garantem a sua reprodução como uma unidade produtiva.

Tomando o fluxo geral da reprodução do capital, esses aspectos são apenas a aparência (imediata)²⁷⁸ que expressa, em certo grau, a caracterização e o que é essencial na unidade de produção camponesa. Porém, não são suficientes para compreender as relações materiais em/e sua essência que demarcam o processo de exploração do trabalhador camponês.

Ancorado na perspectiva marxiana acerca da relação entre essência e aparência²⁷⁹, verifica-se que olhar para os aspectos que se apresentam na forma material, embora seja o ponto de partida, não revela o que está subjacente ao processo de exploração e acumulação do capital, que é de fundamental importância para compreender e pensar as questões aqui abordas, sobretudo, no que diz respeito à relação de troca e de circulação a que está submetido o camponês.

O processo de análise acerca dessas questões nos leva a um questionamento importante: mesmo considerando que, na aparência imediata, sejam vistas, em certa medida, alterações de expressões no interior do campesinato, como esse processo, que nos aproxima de ver, na ação interventora do camponês, uma forma de trabalho concreto, se modifica – naquilo que é subjacente – e coloca essas mediações a serviço da valorização e exploração do trabalhador, sem, contudo, modificar substancialmente essa aparência imediata²⁸⁰?

278. A partir do olhar mais atento, de um conhecimento rigoroso acerca do campesinato, vemos que, nos dias atuais, até mesmo essa aparência imediata é diversificada e expressa relações combinadas em graus de diferenciação, espectros particulares de dependência do capital e, portanto, mediatas tensões contraditórias que constituem os processos de decomposição ou afirmação da estrutura material da unidade de produção camponesa.

279. Partindo da apreensão dessa relação e unidade material – aparência e essência – o importante é a compreensão da totalidade do processo de produção e reprodução das bases econômicas e do ser social, e não apenas saber como ocorre a produção dos bens materiais nessa materialidade imbricada e que demarca a natureza da relação e da inserção do campesinato nesse processo econômico. E, considerando o intercâmbio em que está necessariamente inserido o camponês, “O preço representa a aparência visível e o valor a essência oculta, na junção das duas definindo-se o fenômeno econômico. Como diz Carcanholo (2000), ‘(Para a dialética marxista) a realidade é a unidade de duas dimensões, essência e aparência, e nenhuma delas é mais importante que a outra. A diferença entre elas está no fato de que só a aparência é diretamente observável, a essência é a única que permite entender os nexos íntimos da realidade’”. (MAGALHÃES, 2004, p. 71)

280. É importante destacar que, em itens anteriores, as análises cercaram as diversas dimensões gerais que sofrem os camponeses devido ao processo de dominação do capital. Este ponto em especial – os aspectos tratados nos dois últimos parágrafos – não inclui o interesse de analisar como se dá o processo de “descamponização”, ou seja, pela lógica do desenvolvimento do capital, a expropriação do território de atuação do campesinato, entre outras questões,

O ponto fundamental para compreendermos esse fenômeno está no processo que ocorre entre o camponês e o capital, no qual se dá a relação de interdependência por meio da qual o produto do trabalho desenvolvido pelo camponês é colocado na circulação para obter os demais produtos-mercadorias resultantes da produção em outra escala de relações do capital, necessários para garantir as condições objetivas para a sua reprodução e, por consequência, ancorar o processo lógico, que ocorre no interior de sua unidade de produção camponesa, demandado pelo mercado. A veiculação desse processo de produção que ocorre na unidade camponesa ao seu entorno capitalista se dá, de acordo com Bartra, fundamentalmente por dois elementos.

O primeiro é que para este se reproduzir necessita incorporar valores de uso que ele mesmo não produz; o segundo é que uma parte do que ele produz não é destinada ao autoconsumo. Esses fluxos de valores de uso adotam a forma de trocas comerciais e acontecem no mercado capitalista. *Diante da produção camponesa, o capital se apresenta como único comprador e vendedor.* Na circulação, o camponês e o capital se enfrentam como compradores e vendedores e, na aparência, as mercadorias que troca são de natureza idêntica, de modo que, salvo em condições excepcionais, caberia fixar como regra geral uma troca de equivalentes. Na circulação não há nenhum motivo para que um comprador e um vendedor desenvolvam sistematicamente uma troca desigual, a menos que aquilo que troquem não seja da mesma natureza. (BARTRA, 2015, p. 14, destaques nossos)

Como vemos o valor de troca de um produto camponês – excedente – é um suporte para se obter outros produtos, que se inscrevem como valor de uso, tendo em vista que, embora postos no mercado, não têm como primeira demanda angariar lucros, mas garantir os meios de continuar se reproduzindo. Nesse sentido, vemos que a lógica como está formatada, ou seja, o imperativo e a formação da força de trabalho que age nas unidades de produção camponesa, é determinada e regida, antes de tudo, pelo funcionamento do mercado e pelo comércio, e não em sua totalidade,

mas, sobretudo, destacar como ocorre de fato a exploração do trabalho no interior de qualquer unidade de produção camponesa.

determinados pelas regras da produção especializada no modelo que ocorre no interior de uma indústria.

O processo de exploração do trabalhador camponês familiar acontece fundamentalmente nesse ínterim, tendo em vista que os bens que o camponês produz e os bens oriundos das relações capitalistas puras são diferentes e de valores desiguais, e entram em relação pela demanda objetivada da necessidade interna do trabalho familiar e pelo mercado. Já se apontou em diversos momentos que a produção camponesa oriunda de um objetivo, ou seja, em primeira instância, garantir a sobrevivência, e, por essa razão, centrada na diversificação da produção para autoconsumo, encontra as linhas limítrofes que impedem sua real autonomia, pois não há a possibilidade de produzir de tudo e a todos – na/da unidade camponesa – e, além disso, garantir os instrumentos de trabalho e outros insumos. Em algum momento, pelo menos parte dos produtos tornar-se-á mercadoria, para garantir a outra parte de produtos industrializados que são necessários. Como mercadoria, terá um valor de troca. E, no processo de circulação, uma metamorfose das mercadorias. Mas qual será a base substancial que possibilita esse processo de valoração?

De acordo com o conteúdo material, o resultado de todo processo é troca de mercadoria (M) por mercadoria (M), circulação do trabalho social materializado, e, atingido esse resultado, chega o processo a seu fim.

A divisão social do trabalho tanto especializa seu trabalho quanto pluraliza suas necessidades. Por isso mesmo, seu produto serve-lhe apenas de valor-de-troca. Mas o produto só lhe proporciona a forma equivalente geral, socialmente válida, depois de convertida em dinheiro, e este se encontra no bolso alheio. Para tirá-lo de lá, a mercadoria tem de ser, antes de tudo, valor-de-uso para o dono do dinheiro, e o trabalho nela despendido tem de possuir, portanto, forma socialmente útil, ou de ser reconhecido como elemento da divisão social do trabalho. (MARX, 2008, p. 133)

Nesse sentido:

[...] o processo produtivo camponês tem como objetivo imanente sua própria reprodução como unidade imediata de trabalho e

consumo de tal maneira que, mesmo que produza exclusivamente para a venda e adquira no mercado os produtos de seu consumo, seu objetivo continuará sendo o valor de uso. *O valor de troca surge, assim, como condição de possibilidade de intercâmbio de valores de uso que, desde uma perspectiva imanente do camponês, constitui o começo, o fim e o objetivo de tal circulação.* (BARTRA, 2015, p. 14, destaques nossos)

Para compreender o processo de produção e como ocorrem as mutações do fruto do trabalho entre o camponês e o capital, deve-se considerar a consumação das mediações entre a produção e o consumo – da unidade de produção²⁸¹ –, nas quais os produtos se tornam valores de uso e valores de troca. No entanto, mesmo os produtos transformados em valores de troca são condições fundantes e suportes para adquirir valores de uso. Verifica-se, com esse processo, que não há novos investimentos a partir de lucros, como ocorreria no processo industrial, mas redirecionamentos na utilização da produção a partir da circulação dos produtos e a aquisição de instrumentos que garantem o novo processo de reprodução.

O produto do trabalho do camponês só poderá estabelecer uma relação de troca a partir desses aspectos anteriormente destacados, tendo em vista que sua lógica originária – as mediações que o imputam materialidade – tem diferenciação com os princípios e imperativos que regem a circulação e a produção na lógica puramente industrial. A mercadoria camponesa é resultante de um conjunto de relações que, pelo menos na ordem da lógica material, são distintas da lógica e da lei básica da circulação geral. Podemos dizer que, no primeiro caso, a relação se concretiza através da mercadoria colocada em circulação para adquirir dinheiro, que, por sua vez, visa adquirir mercadorias que buscam garantir o processo de reprodução da unidade de produção.

281. Vale reiterar que, de todos os elementos que compõem o processo produção-consumo, há fatores decisivos, que são o trabalho familiar e a (posse da) terra, que materializam condições e formas de trabalho diferentes, se comparadas aos processos de trabalhos em espaços onde a força de trabalho é comprada como mercadoria. Há, portanto, peculiaridades na lógica que origina o produto.

A mercadoria capitalista se encontra desdobrada em valor de uso e valor de troca e este último passa a ser o elemento regulador de sua circulação. Assim, o processo que se configura com base nessa circulação não é M-D-M, mas D-M-D. Este raciocínio somente ganha sentido se entre o princípio e o fim existe uma diferença quantitativa, ou seja, se corresponde a D-M-D' onde D' é maior que D. (BARTRA, 2015, p. 15)

Como sabemos, a elaboração de Marx demonstra que a mercadoria é resultante do conjunto de relações aportadas a partir de múltiplas determinações e é meio para a valorização do capital. É portadora de valor, mas, sobretudo, de mais-valia, concretizando a “forma social” do produto resultante da ação interventora do homem no interior dessa lógica de produção, contendo nela a relação entre o trabalho necessário e o trabalho excedente. Este último é o aporte fundante e qualitativo da mercadoria que se consagra no processo de circulação e intercâmbio que, de certo modo, não tem o objetivo de concretizar o valor geral, mas realizar a mais-valia. (BARTRA, 2015) Esses fundamentos são pertinentes para apreendermos algumas das diferenciações que caracterizam o produto que é fruto estritamente das relações que se dão na lógica específica do sistema capitalista e o produto fruto de relações originárias qualitativamente diferentes, como o caso do produto camponês.

Ao se enfrentarem na circulação, a mercadoria produzida pelo camponês, portadora de valor de troca, e a mercadoria capitalista, portadora de mais-valia, se confrontam; na realidade, trata-se de dois processos produtivos diferentes cuja natureza se expressa nas especificidades de seus produtos.

Caso as mercadorias fossem vendidas pelo seu valor, a diferente natureza do produto camponês e do produto do capital seria irrelevante. Contudo, uma circulação desse tipo é incompatível com a reprodução do capital. A circulação capitalista é regulada pelos preços médios de produção e nestes o fator decisivo é a taxa geral de mais-valia transmutada em taxa média de lucro. A decomposição interna do valor de troca de cada mercadoria capitalista em um valor equivalente ao tempo de trabalho necessário e mais-valia recebe, com os preços de produção

como reguladores do mercado, um caráter social. Em geral, as mercadorias capitalistas se vendem para realizar a mais-valia, mas para cada capital individual essa mais-valia se apresenta sob a forma de uma taxa média de lucro. (BARTRA, 2015, p. 15)

A mercadoria capitalista, sendo resultante de uma lógica material com premissas que demarcam o sistema hegemônico, configura e expressa um mercado que tem como base o custo da produção, e não os valores materializados na produção. É com essa lógica e nesse mercado que o camponês adentra na “concorrência”. Em tese, “a mercadoria do pequeno agricultor não foi produzida como portadora de mais-valia [...] e seu valor não foi desdobrado em trabalho necessário e trabalho excedente”. (BARTRA, 2015, p. 15) Essa peculiaridade que determina uma espécie de limite qualitativo na configuração da forma e do conteúdo do processo produtivo, com vista a determinar um custo de produção, o impossibilita de adentrar e impor-se de maneira automática – pelo seu preço de produção – no mercado e na circulação geral²⁸².

O comportamento econômico das unidades de produção familiares (camponesas) materializa, de forma objetiva, sob a tomada de decisão dos integrantes dessa família, a articulação dos fatores terra, trabalho e capital, estritamente dependentes entre eles. É nesse sentido que se pode afirmar que há uma peculiaridade no processo produtivo, portanto, econômica, da ação interventora do campesinato. Não representa uma produção capitalista pura e simplesmente, apesar da subalternidade e dominação que sofre, tendo em vista que os camponeses não são – no sentido *stricto* dos termos – empresários e/ou proletários assalariados. A expressão máxima dessa peculiaridade econômica – articulando diferentes fatores – é a produção simples de produtos e mercadorias. De acordo com Ploeg:

282. Considerando esses aspectos, os “preços médios” dos produtos oriundos da agricultura, no caso específico do camponês, são definidos pelo mercado da compra. O preço se torna um regulador da produção. É comum verificar o aumento de plantio de um determinado produto de uma safra para a outra, quando este obtém um preço considerado “alto” (ou “bom”) se comparado ao seu preço nas safras anteriores. No entanto, da mesma forma, com a oferta em alta (pelo aumento da produção), o preço desse produto tende a cair.

A unidade camponesa é o resultado complexo e dinâmico das considerações e deliberações estratégicas da família agricultora. As autênticas unidades camponesas, como se apresentam em um determinado momento em um espaço específico, equivalem às diversas expressões da arte da agricultura presente no ajuste de cada um dos muitos equilíbrios envolvidos na unidade e na habilidosa coordenação de diferentes equilíbrios. Portanto, pastos e gado são adaptados, o insumo de trabalho é definido, o capital é formado, o conhecimento é desenvolvido e as redes são exploradas. *Os diversos equilíbrios são vinculados em um todo coeso que se traduz no planejamento organizacional da propriedade.* (PLOEG, 2016, p. 85, destaques nossos)

A explicitação desses aspectos teórico-metodológicos nos traz alguns elementos com os quais já podemos tirar algumas conclusões. De modo geral, como já mencionado, o camponês e o capital se confrontam no mercado – regido pelas regras do capital –, de acordo com Bartra (2015, p. 16), “como portadores de mercadorias aparentemente da mesma natureza”. No entanto, subjacente a essa aparência, verifica-se que é ocultado o enfrentamento de produtos qualitativamente diferentes que expressam a razão, a índole e a lógica dos processos de produção de que são provenientes. (BARTRA, 2015) Se, no processo capitalista, a “razão” – matemática – dos custos é totalmente separável e mensurável, na forma produtiva do camponês, esse processo de separação para cálculos e cálculos se torna mais difícil em se tratando de exatidão. O produto do trabalho familiar pode ser a única categoria explicativa socioeconômica e de “renda” no interior de uma unidade de produção camponesa²⁸³. E, considerando os estudos de Chayanov (1975), não há forma ou, pelo menos, há maior dificuldade de desagregar analiticamente e objetivamente as operações práticas que compõem o processo de produção nos estabelecimentos familiares. O fenômeno de renda líquida também falta, haja visto que o trabalho em troca de salários, que é o fenômeno social majoritário no sistema do capital, também é

283. Esse aspecto é fundamental ao pensarmos a soberania alimentar devido aos princípios sociais e humanos, bem como às suas dimensões imbricadas. Se o produto da ação camponesa for o alimento com qualidade biológica e nutricional correspondente a esses princípios inerentes à soberania alimentar, pode-se afirmar que as condições objetivas e as mediações para isso já sofreram significativas transformações.

praticamente inexistente na unidade de produção camponesa. Desse modo, o cálculo capitalista de lucro, que é outro aspecto, se torna difícil de aplicar nessa condição objetiva.

Vemos que a verificação do custo de produção da mercadoria apresenta-se maior na unidade camponesa e menor na forma capitalista, tendo em vista que, nesta última, as relações estão estritamente imbricadas e mais estruturadas, sobretudo no emprego do capital individual, levando em consideração que o fruto desse processo é um produto social, síntese do trabalho socialmente necessário. Há um intercâmbio permanentemente desigual no confronto desses produtos no interior do mercado, “não em termos de valores – o que é a regra da circulação capitalista – mas em termos de preços de produção”. (BARTRA, 2015, p. 16) É importante destacar que o processo de expropriação e transferência de valor que ocorre sobre o trabalho e o produto do camponês se torna completa a partir de várias mediações em suas diferentes manifestações, por exemplo, no mercado dos produtos, no *quantum* do trabalho e no mercado financeiro de empréstimos²⁸⁴.

Na medida que ingressam na circulação capitalista, as mercadorias de origem camponesa sofrem uma mutação, pois o que o vendedor considera primordial é a simples possibilidade de se estabelecer uma relação de troca, ou seja, seu valor de troca em geral. Por outro lado, as regras do jogo impostas a esse mercado pelas empresas capitalistas não colocam em primeiro plano o valor em geral das mercadorias, mas sim sua condição de portadoras de mais-valia. *O camponês vende para poder comprar e esse é o único fim que o condiciona ao mercado; já o capital vende para obter lucro e somente sob esta condição aceita o intercâmbio.* (BARTRA, 2015, p. 16, destaques nossos)

A materialidade demonstra que o trabalhador camponês coloca seu produto no mercado devido à necessidade de adquirir outros produtos.

284. Os produtores camponeses familiares que obtêm um certo grau de inserção na lógica do capital não apenas vendem e compram produtos no mercado regido pelas relações capitalistas, como, também, sendo quase uma regra geral, obtêm dinheiro adiantado em financiamentos via bancos ou cooperativas de créditos, no que há a exigência do pagamento de juros. Todos esses processos compõem a rede de mecanismos pela qual ocorre o processo de exploração e expropriação do camponês.

Essa condição objetiva faz com que o fruto de seu trabalho, por vezes, seja cedido por preço de mercado, inferior ao seu valor geral de troca e, até mesmo, ao seu custo de produção. É por esses aspectos que, diferentemente do capitalista, o camponês não pode deixar de vender o fruto de seu trabalho pelo fato de não obter lucros.

A opção de venda no mercado é feita pelo balanço da necessidade de aquisição de outros produtos de que não dispõe, para seu consumo e para o novo ciclo de produção. É nesse sentido que se verifica uma imposição e um limitante objetivo que possibilitam, no processo de circulação de mercadorias, a sua real expropriação, além de dificuldades em buscar outro ramo de economia, dadas as condições materiais nas quais e com as quais atua, que, em regra, não viabilizam – numa pequena unidade de produção – a obtenção da forma livre de capital, já que não obtém lucros reais.

Certamente, o camponês inserido na órbita mercantil necessita vender para poder comprar e somente pode comprar na medida em que tem algo a vender. Contudo, chega até aqui o limite da complementaridade dessas duas operações, já que na prática elas sistematicamente não coincidem no tempo. Esse fenômeno, mais ou menos generalizado em toda produção mercantil, inclusive a capitalista, agrava-se no caso do camponês por causa do ritmo lento e descontínuo da produção submetida aos ciclos naturais de trabalho agrícola, ao mesmo tempo que as necessidades de consumo vital são contínuas e, também, as necessidades de aquisição de meios de produção que são, evidentemente, anteriores à obtenção da colheita. (BARTRA, 2015, p. 33)

Para poder subsistir e se reproduzir, o camponês precisa vender. Ao mesmo tempo, isso é uma limitação devido ao fato de que, com esse processo, não consegue mudar as suas bases e seus meios de (re)produção, e, muito menos, acumular capital e obter meios mais rentáveis. Assim, fica refém e não tem condições objetivas de impedir o capital de dar todas as coordenadas como comprador na obtenção de suas mercadorias, em grande parte, abaixo do preço de produção. Essa primeira mediação aqui destacada é o processo que estabelece a incorporação do produto do camponês no mercado capitalista. Uma vez ocorrido esse processo, o

produto é transformado em mercadoria como as demais, tendo sua história individual ocultada e passando a figurar no rol das determinações do custo médio, com a potencialidade de materializar o lucro médio, mas agora já para as mãos do capital.

Destacadamente a partir da lei básica de reprodução do sistema hegemônico, todo produto daí oriundo, ou seja, toda a mercadoria, porta certa quantidade de mais-valia que se realizará na circulação. Partindo do pressuposto de que, na sua produção, em sua origem, há um capital, e considerando essa lógica, a venda da mercadoria só será realizada a partir do momento que essa transação garantir a recuperação do valor de custo e o lucro médio ou lucro superior à média. Nesse sentido, se o produto do camponês adentra o mercado em um valor abaixo, essa mais-valia implícita terá sua objetivação nas mãos do capital e pelas suas relações, mesmo que seja necessária uma série maior de transferências. (BARTRA, 2015)

Vemos, então, que o intercâmbio é desigual na relação entre o camponês vendedor e o capital comprador, mas também na relação inversa, que se constitui de não equivalentes e materializa as mesmas mediações que compõem o processo de expropriação.

Os meios de produção são adquiridos pelo capital não apenas porque permitem produzir mercadorias, mas porque permitem produzir mercadorias portadoras de mais-valia. Se, por um lado, capital como vendedor somente oferece seus produtos visando lucro, por outro, o capital como comprador somente os adquire diante da possibilidade de gerar com eles uma mais-valia. O camponês, ao contrário, adquire os meios de trabalho para incorporá-los a um processo de produção cujo objetivo é a reprodução do próprio produtor, tendo que obtê-los na medida em que sua reprodução não possa se garantir de outra maneira. O que seu consumo produtivo gerar ou não de mais-valia não entra em suas considerações substantivas. (BARTRA, 2015, p. 17)

O processo de exploração a que está submetido o camponês será compreendido de maneira mais adequada se apreendermos o movimento de pelo menos três aspectos: 1) custo de produção; 2) intercâmbio desigual; e 3) transferência de um excedente, praticamente obrigatória.

O intercâmbio desigual, embora diga muito, não explica todo o processo de exploração do campesinato. É apenas um dos pilares do processo. A compreensão mais abrangente se constitui a partir da apreensão de como essas relações se inserem e se constituem no interior do “processo global de produção-circulação do capital”. (BARTRA, 2015, p. 18) Há, no interior de uma unidade de produção camponesa com uma estrutura mais adequada ou, como se destaca na literatura, um “camponês melhor”, inserido no *modus operandi* do sistema, um círculo virtuoso para os interesses do capital, tendo em vista que um processo de constante circulação ocorre nessas propriedades, como uma unidade mercantil, e não só produtiva.

No processo imediato de produção, o camponês gera um excedente que é transferido no momento da circulação. Ao mesmo tempo, porém, o camponês reproduz a si mesmo como explorado nesse processo; o resultado do ciclo completo é um capital valorizado pelo trabalho camponês e uma economia camponesa recriada em condições de ser novamente explorada. (BARTRA, 2015, p. 18)

Além do intercâmbio desigual e da transferência de valor em seus produtos ao entrarem no mercado, o camponês também transfere valor na perda do excedente que não é colocado à disposição do mercado correspondendo estritamente a seus interesses, mas, pelo contrário, o imperativo categórico que lhe ordena a vender é a sua necessidade. Como já mencionado anteriormente, no interior desse processo, um conjunto de leis objetivas submetem o camponês a uma relação de exploração, que, no processo imediato de produção, não é possível perceber, mas, se considerada a temporalidade das relações, o ato de expropriação ocorre tanto antes da circulação como posteriormente, na circulação de um excedente já expropriado. É só a compreensão de uma totalidade concreta, manifesta no terreno da particularidade, que possibilita o “desvelamento misterioso”, o subjacente à exploração que sofre o camponês.

A produção camponesa está baseada na unidade do trabalhador e dos meios de produção e, portanto, conserva a união entre o produtor direto e seu produto, de tal modo que quando o camponês se vê submetido

como comprador e vendedor a um intercâmbio desigual, o mesmo sujeito, enquanto produtor está submetido a uma relação de exploração em que parte de seu trabalho lhe escapa na forma de produtos.

[...]

A exploração do camponês consoma-se no mercado no momento em que o excedente troca de mãos, mas a base dessa exploração encontra-se nas condições internas de seu processo de produção. Os efeitos expropriadores da circulação não se originam no ato de vender ou comprar, mas na natureza do processo imediato de produção e consumo no qual foram criados os produtos e vendidos e serão consumidos os adquiridos.

No caso que se refere ao operário, a condição para que a exploração seja possível – brilhantemente decifrada por Marx – localiza-se no mercado, com a aparição da força de trabalho como mercadoria. Contudo, o processo de exploração se consoma na produção, no prolongamento da jornada de trabalho para muito além do trabalho necessário. Já no caso camponês, a articulação entre os dois aspectos é igualmente férrea, mas se apresenta invertida: a condição para que a exploração seja possível concretiza-se no processo de produção, durante seu desenvolvimento em prol da reprodução e com meios que não receberam a “forma livre do capital”, mas a exploração se consoma, de fato no mercado, onde o camponês transfere seu excedente por meio de um intercâmbio desigual. (BARTRA, 2015, p. 18-19)

Todo o percurso analítico deste item lança luz e nos instrumentaliza na compreensão do movimento da realidade e na transformação social do camponês de acordo com o “desenvolvimento desigual e combinado”, anteriormente discutidos. Essas condições objetivas é que poderão possibilitar um processo de acumulação ou de decadência do camponês.

À luz dessas reflexões que demonstram o embaraçoso processo de exploração do campesinato e as condições objetivas a que estão submetidos, e considerando o propósito de implementação da soberania alimentar, vemos que mudanças radicais deverão ocorrer para que seja possível. Nessa materialidade social e com essa estrutura de funcionamento do sistema, não há as condições objetivas para a concretização do conteúdo que compõe substancialmente a soberania alimentar.

Um dos aspectos é a própria função dos trabalhadores do Campo. Grande parte desses trabalhadores atua na produção de mercadorias, e não de alimentos, e outra parte produz alimentos, mas está inteiramente submetida à lógica dominante, tendo em vista que esses alimentos se tornam mercadorias ao adentrarem no processo de circulação, fortalecendo o domínio imposto pelo sistema agroalimentar e industrial articulado pelas grandes corporações²⁸⁵. Outro aspecto observado é que há um conjunto enorme de mediações que necessariamente deverão ser negadas, caso contrário, não há nenhuma possibilidade de se pensar outro processo de produção de alimentos que corresponda aos objetivos que estão implicitamente idealizados nas discussões e pautas acerca da soberania alimentar.

2.4 QUESTÃO AGRÁRIA ATUAL: (COR)RELAÇÃO DE FORÇAS, CONSTITUIÇÃO DE TERRITÓRIOS E IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS

Alguns elementos acerca da intencionalidade deste item já foram mencionados na introdução deste capítulo. Em linhas gerais, parte-se do entendimento de que o acesso à terra e a constituição do território em que trabalhadores e povos tradicionais do Campo atuam são premissas básicas para a implementação da soberania alimentar. É por esta razão que a compreensão da luta de classes e das dinâmicas materiais e sociais que conferem concretude ao território deve ser levada em consideração na análise.

Considerando os determinantes e condicionantes da questão agrária em nível global, como processo de materialização da geopolítica mundial, busca trazer os elementos que demonstram a relação imbricada entre a dinâmica do sistema agroalimentar e as contradições inerentes à questão agrária na atualidade. Além disso, pretende verificar como essa relação articula-se ao longo do tempo e do espaço. É nesse sentido que a presente discussão procura ir além de uma análise unidimensional do processo de constituição dos “territórios” materiais, e incorpora as formas sociais de relação com a terra e demais elementos que constituem o território.

285. Exemplos: leite; frango; suínos etc.

Esses elementos conduzem à apreensão das contradições objetivas que incidem, que, para além das transformações e das mudanças agrárias – conduzidas por uma economia política do desenvolvimento e modernização –, devem levar em consideração outros elementos e fatores que tensionam uma perspectiva política de desenvolvimento e transformação e inserem as questões ecológicas e a produção de alimento saudável.

Colocados esses elementos fundamentais, o exame busca inserir o desafio da relação constituinte pelos processos reais de dominação a que sofrem as classes agrárias (os camponeses), com as lutas e experiências que conduzem à realização dos diferentes territórios, seu uso e, por consequência, com os limites e as potencialidades para a soberania alimentar. E, do ponto de vista teórico, coloca em questão e tensiona a formulação “teórica” que defende estritamente que a questão agrária será resolvida pelo avanço do capital²⁸⁶.

2.4.1 A constituição dos territórios materiais, conceito, categorias explicativas e o lugar das lutas sociais

A luta de classes no Campo e a forma de produção e reprodução a partir do trabalho e das perspectivas de desenvolvimento têm definido a questão agrária e os processos de ocupação da terra, que, em boa medida, contribuem na constituição dos territórios. O território (sua produção e seu uso) é resultante da ação humana, das relações e determinantes do capital, bem como das lutas sociais inerentes às contradições objetivas, consequências da totalidade desse processo.

É a partir desses aspectos que se tem a discussão do território (sua produção e seu uso) enquanto categoria explicativa e enquanto produção

286. De acordo com McMichael (2016, p. 91), “[...] o tema da questão agrária na atualidade poderia muito bem invocar uma questão ecológica, articulada não pelos analistas ou os que comandam a agroindústria, mas sim pelos que lidam diretamente com a lavoura. A ideia de uma ‘questão ecológica’ refere-se não apenas à degradação e/ou restauração do ecossistema, mas também a questões de ecologia *humana*, incluindo a superpopulação urbana, esboçada, por exemplo, na reconceitualização de Araghi da questão agrária em lugar do ‘grande cerceamento global de nossos tempos’ [...]”. Alguns elementos que condizem com essa intencionalidade e perspectiva já foram abordados, por exemplo, no subitem 2.1.3.3, “O Campo do campesinato e a resignificação a partir de sua multidimensionalidade: apontamentos para um projeto de Campo interessado nos trabalhadores”.

e forma de ocupação do espaço. Portanto, é fundamental para pensar nas condições de realização da soberania alimentar. Não há como pensar a produção de alimentos sem a terra e a constituição e produção do território (material) convergentes com as premissas fundantes da soberania alimentar. E, como pressuposto, subtemde-se que não é qualquer forma de ocupação geográfica e produção de “território”. Ou seja, a constituição da soberania alimentar depende de um “tipo” de território (adequado, tanto do ponto da base material, como das relações objetivas e sociais), mas a constituição do “arquétipo”²⁸⁷ desse território só será realizada por um conjunto de mediações, que englobam várias dimensões e mudanças substanciais na materialidade. Esses aspectos são importantes porque demonstram que, ao considerar a produção de alimentos como ação estratégica para a humanidade, a mudança de direção, tanto na ocupação da terra e da produção do território material como nas políticas (públicas), é uma necessidade histórica²⁸⁸. Josué de Castro, em *Geografia da Fome*, já apontava os limites da ciência geográfica, pela sua unidimensionalidade analítica superficial, desligada da materialidade.

E pagamos bem caro por esta despreocupação da ciência geográfica em face da realidade dinâmica. Daí a validade daquela frase pronunciada por um geógrafo e estadista britânico de que “o custo da ignorância geográfica tem sido incomensurável”. Grande parte das *dilapidações das riquezas naturais, da violência e do desequilíbrio provocado pelo homem nos quadros ecológicos regionais e mesmo das violências dos grupos culturais*, se deve ao pouco conhecimento das realidades geográficas em sua expressão dinâmica, exercida através do jogo de suas interações e implicações do natural sobre o cultural e vice-versa. (CASTRO, 2008, p. 241, destaques nossos)

287. Utiliza-se aqui o conceito preservando a noção grega “*arkhetypon*” (sobretudo utilizada pelos neoplatônicos), “*arché*”, que significa e expressa o princípio, o principal, e “*tipós*”, paradigma, modelo, forma.

288. É importante destacar que, nas elaborações até aqui desenvolvidas, já aparecem várias questões que, de forma objetiva, devem ser negadas, por não corresponderem às possibilidades reais de realização de todas as dimensões que são necessárias para compor e, de certa forma, ter o conteúdo histórico para compreendermos e darmos conta da soberania alimentar.

Atualmente, há um acúmulo de análises teóricas²⁸⁹ que redimensionam e ampliam o entendimento e o significado do território e sua presença no arcabouço categorial de várias áreas do conhecimento²⁹⁰. Há, portanto, resultante dessas elaborações, uma polissemia de sentidos, que fundamentam e compõem a sua verdadeira expressão enquanto categoria explicativa.

Ela é bem visível no verbete do dicionário *Les Mots de la Géographie*, organizado por Roger Brunet e outros (1993: 480 – 481). Ele reúne nada menos do que seis definições para território. Uma delas se refere à “malha de gestão do espaço”, de apropriação ainda não plenamente realizada; outra fala de “espaço apropriado, com sentimento ou consciência de sua apropriação”; uma terceira se refere à noção ao mesmo tempo “jurídica, social e cultural, e mesmo afetiva”, aludindo ainda a um caráter inato ou “natural” da territorialidade humana; por fim, um

289. Na revisão de literatura, vimos que são vários os autores que desenvolveram algum tipo de abordagem e reflexão sobre a questão da diversidade de territórios, da multiterritorialidade e/ou tipologias do território, bem como da produção de espaços. De acordo com Fernandes (2015, p. 29, em nota de rodapé), vemos, “por exemplo: Gottmann, 1973; Lacoste, 1988; Lefebvre, 1991; Oliveira, 1991; Raffestin, 1993; Souza, 1995, 2006; Santos, 1996, 2002; Moraes, 2000; Harvey, 2003; Haesbaert, 2004; Delaney, 2005; Ceceña, 2007; Palau, 2007; Peet, 2007; Saquet, 2007”. Pela natureza de seus trabalhos – que se ocupam em compreender os espaços e territórios rurais –, acrescento Fernandes (2008, 2015); Paulino (2008); Fabrini (2008) – tendo em vista que suas elaborações contribuem de maneira significativa para a discussão que se tece nesta obra. Do ponto de vista mais teórico-conceitual, destacam-se também os filósofos Gilles Deleuze e Felix Guatarri, que elaboram discussões em que o território (enquanto categoria) pode ser compreendido desde o sentido etológico ao psicológico. Embora suas elaborações não sejam tomadas especificamente para este estudo, vale destacar que, na obra, suas reflexões demonstram uma noção ampliada de território que abarca dimensões, transpassando do físico ao mental, do social ao psicológico, sempre aplicando “multiescalaridades”, que envolvem desde um galho de árvore “desterritorializado” até as “reterritorializações absolutas do pensamento” (HAESBAERT, 2009, p. 38) e que, em certa medida, embasarão algumas das reflexões nesta tese desenvolvidas.

290. “O território é uma das categorias de análise da Geografia e, recentemente, tornou-se um conceito muito utilizado por diversas ciências que se ocupam dos processos de produção do espaço [...]”. (FERNANDES, 2015, p. 30) E “[...] têm uma certa tradição também em outras áreas, cada uma com um enfoque centrado em uma determinada perspectiva. Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto ‘força produtiva’); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas

sentido figurado, metafórico, e um sentido “fraco”, como sinônimo de espaço qualquer. Uma outra definição é a que evoca a distinção entre rede, linear, e território, “areal” (de área), na verdade duas faces de um mesmo todo, pois o espaço geográfico é sempre areal ou zonal e linear ou reticular, o território sendo feito de “lugares, que são interligados”. (HAESBAERT, 2009, p. 39-40)

Corroborando com a intencionalidade de demonstrar a pertinência do território para as análises, mas, sobretudo, pela sua materialidade, se percebido o movimento do real que o compõe – fazendo referência à geograficidade como condição histórica –, temos também as contribuições de Milton Santos²⁹¹.

A geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do *conhecimento do que é Território*. O Território é o lugar em que se desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência [...]. (SANTOS, 2002, p. 9, destaques nossos)

Considera-se, portanto, sobretudo acerca da materialidade da questão agrária até aqui trabalhada e da base material em que se assenta a possibilidade de implementação da soberania alimentar, o território como uma realidade efetiva, concreta, de caráter ontológico, e não apenas como uma chave, um instrumento de análise no sentido epistemológico, mediato, como recurso conceitual formalizado. (HAESBAERT, 2009)

também no tratamento do ‘neotribalismo’ contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo”. (HAESBAERT, 2009, p. 37)

291. Como destaca Souza (2005, p. 253), “Milton Santos vai elaborar insistentemente sobre esta categoria de análise social, propondo ainda que o território usado seja compreendido como uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local. O território usado é uma categoria integradora por excelência [...]. O território usado se constitui em uma categoria essencial para a elaboração sobre o futuro. O uso do território se dá pela dinâmica de lugares. [...] O Lugar é o palpável, que recebe os impactos do mundo”.

E, nesse sentido, partamos da compreensão do território como expressão resultante das contradições objetivas de ocupação e produção do espaço, e do tensionamento promovido pelas relações socioeconômicas e de classes que estão em permanente contradição e conflitualidade²⁹², dado os interesses antagônicos e, por vezes, complementares, que materializam e disputam formas e perspectivas de desenvolvimento²⁹³. De acordo com Santos:

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro.

Afirma-se, ainda mais, a dialética no território e, ousaria dizer, a dialética do território já que usado o território é humano, podendo, desse modo, comportar uma dialética. Essa dialética afirma-se mediante um controle “local” da parcela “técnica” da produção e um controle remoto da parcela “técnica” da produção e um controle remoto da parcela política da produção. (SANTOS, 2005, p. 255; 257-258, destaques nossos)

Parte-se, portanto, da percepção de território não estático-passivo, mas, sobretudo, relacional. Assim,

O território, suas fronteiras e a população que o compõe são história. A história de um território é a história de movimentos, de migrações

292. “A conflitualidade é o processo de relações de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e/ou as superações das classes sociais, dos grupos sociais, das instituições, dos espaços e territórios (FERNANDES, 2008). As contradições produzidas pelas relações sociais criam espaços e território heterogêneos, gerando conflitualidades. [...] A conflitualidade é, portanto, um processo em que o conflito é apenas um componente”. (FERNANDES, 2015, p. 35)

293. As forças produtivas e as relações políticas, sociais e culturais estruturadas e estruturantes de classes sociais e grupos humanos, desenvolvidas e daí inerentes, com e a partir de seus lugares, condições e itinerários, é que constituem e demarcam o território enquanto particularidade no espaço e na base real, mas como totalidade concreta no conjunto dessas relações.

constantes, de conflitos entre países e/ ou favelas, de transformações de espaços e paisagens. (MYSKIW, 2005, p. 475)²⁹⁴

Considerando a base material para a implementação da soberania alimentar, a categoria de território deve ser e será aplicada, observando a sua perspectiva integradora, expressão “síntese” das múltiplas determinações objetivas, dando conteúdo material a cada dimensão imbricada nesse processo. Nesse sentido, vemos que o território é uma totalidade que expressa correlação e imbricação entre a natureza e o social, materializando uma unidade no diverso e uma diversidade na unidade.

A amplitude desta significação exige muita atenção de nossa parte, para não reduzirmos o espaço a um fragmento. O espaço é uma totalidade. É assim que Milton Santos define o espaço: como um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ação, que formam o espaço de modo indissociável, solidário e contraditório. (SANTOS, 1996, p. 51). Nesta definição estão contempladas a natureza e a sociedade. Por sistemas de objetos são compreendidos os objetos naturais ou elementos da natureza e os objetos sociais ou objetos produzidos por meio das relações sociais, que modificam e transformam a natureza, explicitando então a indissociabilidade. A indissociabilidade é uma palavra-chave porque une os sistemas de objetos e os sistemas de ações de modo contraditório e solidário expresso pelas conflitualidades geradas pelas diferentes intencionalidades [...]. (FERNANDES, 2008a, p. 276)

294. Também Milton Santos (2005) nos traz contribuições acerca do entendimento de que encontramos no território novos recortes, resultados da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, que ele chama de horizontalidades (“domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos por uma continuidade territorial”) e verticalidades (“formadas por pontos distantes, ligados por todas formas e processos sociais”). Assim, de acordo com Santos (2005, p. 260), “[...] as uniões horizontais podem ser ampliadas, mediante as próprias formas de produção e de consumo. Um exemplo é a maneira como produtores rurais se reúnem para defender seus interesses, o que lhes permitiu passar de um consumo puramente econômico, necessário às respectivas produções, a um consumo político localmente definido e que também distingue as regiões brasileiras umas das outras. Devemos ter isso em mente, ao pensar na construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base social territorial, encontrar um caminho que nos libere da maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade”.

Entendimento correspondente e complementar também é destacado por Haesbaert ao colocar em relevo a perspectiva integradora, ou o conjunto de mediações integradas que se expressam no território.

Encontramos aqui um outro debate muito relevante: aquele que envolve a leitura de território como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. Território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza) [...]. (HAESBAERT, 2009, p. 74)

Na mesma linha, Silva, ao discutir as contribuições teóricas de Jean Gottmann (1973)²⁹⁵ acerca do território e da soberania, destaca:

Infinitas são as possibilidades e extrapolações a partir da tentativa do estabelecimento de uma relação de causalidade em fenômenos geográficos – o que ao mesmo tempo pode não ser regra, pois valores subjetivos e culturais não podem ser desprezados, pois corroboram na desconstrução da lógica economicista que preconiza a riqueza (material) como elemento *a priori* para a instalação de grupos sociais em dada porção territorial [...]. (SILVA, 2014, p. 6)

Considerando esses aspectos, nota-se que as noções parciais, que, tendencialmente a cada área de conhecimento, ou até mesmo a uma perspectiva teórica, dariam certo prestígio a uma ou outra dimensão na análise, não conseguem abarcar a factibilidade relacional que constitui o território. É nesse sentido que se entende que o conceito de território – mais integrado – expressa a sua multidimensionalidade e a sua multiterritorialidade. É essa compreensão que embasa as definições e a composição do território material e do território imaterial²⁹⁶, que, imbricados, levam à transformação das práticas e dos espaços, sobretudo porque a realidade social produz cultura e consciência em conflito na relação desigual do

295. Referência utilizada tanto por Silva (2014) quanto por Fernandes (2015). Ver: Gottmann, 1973.

296. A relação entre território material e território imaterial tem ganhado espaço nas elaborações teóricas, sobretudo nas reflexões que envolvem os interesses em compreender as conflitualidades na base real da sociedade e suas manifestações refletidas na racionalidade estatal, nas políticas públicas e no sistema simbólico de modo geral.

poder. Considerando as dimensões²⁹⁷ indissociáveis do território, pode-se dizer que este se torna uma mediação espacial do poder e/ou das (cor) relações de forças econômico-políticas constituídas pelo processo histórico, bem como das interpelações e interpretações simbólicas e teóricas que advêm dessa mediação espacial da produção do território, ou nela estão assentadas.

O território é utilizado como conceito central para a implantação de políticas públicas e privadas, nos campos, nas cidades e nas florestas, promovidas pelas transnacionais, pelos governos e movimentos socioterritoriais. Essas políticas formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades. Neste contexto, tanto o conceito de território quanto os territórios passam a ser disputados. Temos disputas territoriais nos planos material e imaterial. (FERNANDES, 2015, p. 32)

Nesse sentido, o ponto de partida para o processo de implementação da soberania alimentar é a superação da concentração de terras na mão da classe latifundiária que as utiliza para a produção de *commodities*, bem como da dinâmica geográfica dos regimes alimentares²⁹⁸ e/ou do sistema agroalimentar. Além disso, são importantes a compreensão e a intervenção no contexto e nas condições materiais em que ocorrem a implementação de políticas e as ocupações dos territórios que demarcam os sentidos da luta de classes. Portanto, a questão agrária não é

297. De acordo com Fernandes (2015, p. 34), “As dimensões são formadas pelas condições construídas pelos sujeitos em suas práticas sociais na relação com a natureza e entre si. As múltiplas dimensões do território são produzidas pelas relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais. A dimensão une espaço e relação, construídos pelas ações e intencionalidades”. Sendo a multidimensionalidade um princípio do território, como uma expressão de “um todo”, contribui para a compreensão do princípio da totalidade.

298. De acordo com Coca (2017, s/p) “[...] o regime alimentar corporativo – predominante na atualidade – tem estabelecido sua hegemonia por meio de narrativas escalares que influenciam o imaginário coletivo transmitindo uma falsa noção da globalização. Ao mesmo tempo em que são exaltados os possíveis efeitos positivos desse processo, são negligenciadas as suas perversidades. [...] o regime alimentar corporativo se efetua por sua articulação escalar como possibilidade de auferir maiores lucros e obter o controle político social. Isso testifica que essa construção hegemônica se dá não pela definição de uma escala prioritária, mas pelo domínio de diversos níveis escalares”.

caracterizada apenas pela disputa com vista a ter “pedaços” de terra, mas pelas diferentes dimensões que comporão a indissociabilidade do material (da infraestrutura) e da superestrutura, a partir dessas contradições.

A questão agrária contemporânea refere-se, portanto, a como transcender o cálculo do valor de troca aplicado à agricultura. Trata-se de uma questão metodológica, referente à teoria de valor de Marx como uma relação social representada pelo preço, que dá objetividade às relações sociais (e ecológicas). O valor não é *intrínseco* ao trabalho, ou à natureza; antes, é fruto de combinações sociais de trabalho/natureza como *commodities* com valor de troca. A linguagem de valoração do capital é o valor monetário somente (determinado pelos intercâmbios de mercadoria em qualquer dado momento), mas a teoria do valor desmistifica essa linguagem alienada, explorando a possibilidade de crítica e contra-alienação. O que parece ser uma racionalidade universal é, na realidade, uma abstração e uma forma de negação do valor prático baseado no espaço. Em outras palavras, a teoria do valor implica (mas suprime) outras relações que incorporem formas e entendimentos distintos de valor. *Defendo, a seguir, que as “práticas camponesas” forcem esse reconhecimento na medida em que abordam a questão agrária buscando reparar a ruptura metabólica.* (MCMICHAEL, 2016, p. 184-185, destaques nossos)²⁹⁹

Os processos de produção no Campo, bem como as perspectivas de desenvolvimento que estão sendo construídas pelo campesinato, buscam demonstrar que a agricultura pode ser multifuncional. Dadas as condições objetivadas pelo sistema agroalimentar, a agricultura camponesa – ou a agricultura geral sob essa perspectiva da multifuncionalidade e contrária ao sistema agroalimentar – pode, além de garantir a produção, ser “compreendida como um princípio restaurador e regenerativo”. (MCMICHAEL, 2016, p. 185)

É a partir disso que os movimentos sociais camponeses buscam demonstrar que um camponês, ao perder a sua terra para o latifundiário, seja ele produtor de soja, cana, ou outras *commodities*, implica a mate-

299. Vários desses elementos presentes na citação serão retomados quando discutirmos a agroecologia e formação humana no capítulo 4.

rialização e o avanço de uma perspectiva e de um modelo de desenvolvimento que organiza a base territorial e as políticas de modo geral, e, portanto, vai, cada vez mais, intensificando o processo de dominação do campesinato. Não há sentido em fazer o debate acerca da soberania alimentar em regiões e países que têm a maioria de suas terras agricultáveis sendo utilizadas para a produção de *commodities* se não levar em consideração que, nesse processo de debate e prática, deve estar incluída a transformação nessa base material para a produção de alimentos. Desse modo, as relações sociais é que demarcam as disputas sociais e de perspectivas que incidem no controle e a implementação dos diferentes tipos de territórios (ou seja, “chega-se ao território”) que realizam – como base material – as diferentes intencionalidades³⁰⁰ e projetos.

Entendendo território em sentido amplo, percebemos que essa “necessidade territorial” ou de controle e a apropriação do espaço pode estender-se desde um nível mais físico ou biológico (enquanto seres com necessidades básicas como água, ar, alimento, abrigo para repousar), até um nível mais imaterial ou simbólico (enquanto seres dotados do poder da representação e da imaginação e que a todo instante re-significam e se apropriam simbolicamente do seu meio), incluindo todas as distinções de classe socioeconômica, gênero, grupo etário, etnia, religião etc. (HAESBAERT, 2009, p. 340)

O território, considerando essa concepção, é compreendido em sentido amplo para além do espaço de governança³⁰¹. A partir das contradições objetivas na materialidade, o território deve ser compreendido como materialização das “diferencialidades” e das conflitualidades

300. “A intencionalidade é compreendida parcialmente a partir da contribuição de Searle (1995). Compreendo-a como a opção histórica que as pessoas fazem e que determina a direção de seus pensamentos para a construção e defesa de ações políticas, como a escolha de paradigmas, correntes teóricas, políticas públicas, modelos de desenvolvimento, ou seja, leituras que direcionam as compreensões das realidades”. (FERNANDES, 2015, p. 34-35) Nas lutas sociais do campesinato, e na busca de implementação da soberania alimentar, essa intencionalidade tem conteúdo histórico advindo do acúmulo de práticas que, em certa medida, se tornam paradigmáticas em processo de negação-afirmação de mediações estruturadas e estruturantes que compõem as relações de produção material da existência e de potencialidade para novas práticas.

301. De modo geral, domina a aplicação do conceito de território e, sobretudo, constitui a primeira impressão e as implicações que determinam a tomada de posição e orientação no

objetivadas nas relações do capital e sociais, pela luta de classes frente ao processo de disputa de domínio material e produção dos territórios. (FERNANDES, 2015)

Pelo conjunto da literatura acessada, podemos considerar que essa perspectiva expressa a relação causal entre a base real, (infra)estruturante, e a superestrutura, que, a partir do movimento do real, são tensionadas constantemente. Nessa (cor)relação de forças, a “totalidade concreta” e o “concreto pensado” se compõem, como discutido por Kosik (1969), e, nessa constante contradição, definem a natureza do processo histórico. É partindo desses pressupostos que entendemos que a totalidade é um princípio do território, pois o conjunto de diferentes formas de relações se constitui no território, portanto, ele é um “todo” em sua multidimensionalidade, mesmo que, do ponto de vista espacial, esse “todo” se constitua como parte da realidade.

Além desses aspectos, para apreender a totalidade do território, há que se levar em conta as diferentes escalas em que se desdobram as diversas dimensões. Ou seja, a pluriescalaridade ou multiescalaridade como “um princípio básico para a compreensão das diferentes escalas dos territórios” (FERNANDES, 2015, p. 35), que, no processo de concreção, combina conflitos e correlações internas e externas, continuidade e descontinuidade, de acordo com a espacialidade referencial e suas contradições. Exemplo disso – de acordo com Lacoste (1988)³⁰² – é um “transterritório”, que, estando organizado em escala internacional, por sua natureza,

terreno da política. Concordando com Fernandes (2015, p. 32), “O território compreendido apenas como espaço de governança é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados”. Dados os conflitos, contradições, organizações, ações e relações sociais, essa forma de apreender o território se inscreve insuficiente. É baseada nessa perspectiva a organização do espaço (“multidimensional e o pluriescalar”) através de diferentes escalas, como: a municipal, as organizações regionais (exemplos: microrregiões e territórios da cidadania), nações etc., com vista ao direcionamento das políticas governamentais e que, dada a natureza da racionalidade estatal estruturada a partir do modo de produção, não expressa os interesses da classe trabalhadora. E, também, as organizações de projetos em escala transnacional que envolvem “todas as escalas dos espaços de governança [...]. Esses eixos são ‘transterritórios’ que reúnem territórios de diversos países a partir do conjunto de projetos implantados ou a serem implantados para atender, principalmente, os interesses das transnacionais para a produção de *commodities* do agronegócio e do hidronegócio”. (FERNANDES, 2015, p. 31)

302. A caracterização de espacialidade diferencial de Lacoste demonstra que podemos compreender a pluriescalaridade a partir de uma “territorialidade diferencial”, como o caso dos transterritórios.

constitui-se em composição com territórios em escalas nacional, provincial e municipal, que estão em permanente conflitualidade por disputas territoriais e diferentes interesses e direções. (FERNANDES, 2015) No campo da luta social e da conflitualidade, a pluriescalaridade ou multiescalaridade é referência que pode ser utilizada nos processos estratégicos, quando, num processo de tensionamento, as ações podem e devem ocorrer nas diferentes esalaridades e em diferentes setores na busca do êxito e dos resultados.

Retomando algumas indicações em reflexões anteriores, no sentido de considerar, como pressuposto para as condições de compreender a questão agrária atual, a lei básica de funcionamento do modo de produção capitalista, vemos que, quando se analisa a constituição da base real e territorial, temos relações genuinamente sistêmicas e outras “não sistêmicas”. Nesse sentido, condição material análoga ocorre na produção dos territórios.

O capitalismo se estabelece com a consolidação do território capitalista. Dizer que as relações sociais capitalistas produzem relações sociais não capitalistas também é dizer que os territórios capitalistas produzem territórios não capitalistas. Esta produção ocorre de modo desigual e conflitante, gerando disputas territoriais permanentes. As disputas territoriais não se limitam à dimensão econômica. Pelo fato de o território ser uma totalidade multidimensional, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões e, portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais [...]. (FERNANDES, 2015, p. 33)

A disputas territoriais, portanto, carregam tanto contradições objetivas quanto subjetivas. A (cor)relação de forças e o tensionamento dessas contradições objetivas que se materializam na luta social dão o sentido da política de resistência e de dominação, e que, por consequência, expressa, a partir desse entendimento do território, a delimitação da base real disputada, bem como demarca a natureza – no processo do “vir-a-ser” – dos territórios pleiteados.

Contribuição pertinente sobre a questão agrária na atualidade e sobre as condições de projeção, tendo como projeto a soberania alimentar, é

trazida por McMichael ao discutir a relação entre a reprodução social e reprodução do capital.

Enquanto o foco clássico da questão agrária referia-se à reprodução do capital, o movimento de *Soberania Alimentar* inverte isso como uma *questão de reprodução social, incorporada à prática agrícola*. Com isso, a *Soberania Alimentar* redefine o que significa ser moderno, além do racionalismo científico, a fim de abordar a atual emergência social e ambiental. Essa visão de modernidade defende uma concepção historicamente específica de multifuncionalidade: “a reforma agrária pode acabar com o êxodo rural massivo e forçado do campo para a cidade, levando a um crescimento urbano em níveis insustentáveis e sob condições desumanas” (Via Campesina, 2006). Além da redistribuição da terra, a visão busca reverter a associação do progresso com a urbanidade, contrapondo um “planeta de campos” à catástrofe do “planeta de favelas” do capitalismo neoliberal (AJL, 2011) e *reavaliando a agricultura como a chave para a reprodução social e ecológica em grande escala*. (MCMICHAEL, 2016, p. 186, destaques nossos)

Nesse sentido, a base real – como vimos até aqui – expressa “diferentes territórios produtores e produzidos por relações e classes sociais distintas” (FERNANDES, 2015, p. 29), e a apreensão desse movimento do real e suas expressões se torna significativa para as análises, sobretudo das contradições e das motivações sociais que levam às disputas dos territórios (materiais e imateriais) que ancoram a questão agrária atual. “O sentido da disputa está na essência do conceito de território, que contém como princípios: Soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade”. (FERNANDES, 2015, p. 33)

A relação entre “soberania alimentar e território é praticamente ‘umbilical’”. Não havendo a estratégia de desenvolver aqui um apanhado histórico minucioso de como o conceito de território passa a ganhar novos significados e dimensões – mesmo tendo já trazido algumas dessas questões –, considera-se que soberania compõe um dos aspectos fundantes do território enquanto conceito, haja visto que é constantemente resignificada. Na atualidade, dada a constituição do sistema econômico

mundial, por exemplo, a soberania já não pode ser vista com a mesma conotação construída até meados do século XX, assentada em fronteiras naturais e políticas de uma fração territorial. A evolução conceitual de território expressa a sobrevivência e transformação dos Estados e de suas relações de interdependência jurídicas.

Soberania é um princípio do conceito de território. Contudo, antes de ser um princípio, ela é uma necessidade humana para a liberdade. A soberania é uma construção histórica dos povos e de suas nações, como também é uma construção das classes sociais e de seus grupos internos. No entanto, a soberania não é poder político exclusivo do Estado sobre o território. A soberania do Estado é garantida pelas soberanias das múltiplas forças políticas sociopolíticas que garantem o Estado [...]. (FERNANDES, 2015, p. 34)

É nesse sentido que o conceito de soberania alimentar é também um “território”, tendo em vista que, de acordo com Fernandes (2015, p. 29), “Apresentar a soberania alimentar como território é um exemplo de como este conceito e o de segurança alimentar estão disputando as interpretações sobre a questão agrária atual”. A produção territorial e espacial é resultante das relações sociais promovidas a partir das relações econômicas e do conflito de classe, no processo de disputa por perspectivas de desenvolvimento e de sociedade, e, além disso, através das lutas sociais, por diferentes formas de produzir alimentos e de se alimentar.

A soberania alimentar “viola” ou “deve violar” e tensionar a noção de soberania constituída e dependente de uma direção político-estatal, tendo em vista que esta não é completa, devido às [cor]relações de forças, bem como demarca divisas, expõe a necessidade de intolerância e alimenta o conflito entre os povos. Partindo dessa perspectiva, as motivações favoráveis ao nacionalismo, se consideramos um projeto societário de classe e, por consequência a implementação da soberania alimentar, é uma linha limítrofe³⁰³.

303. Dada a estruturação da economia mundial na atualidade, as fronteiras se tornam frágeis e problemáticas para os Estados contemporâneos. Tanto é verdade que tem sido tema presente nas convenções e assembleias de organismos internacionais. É nesse sentido que, factualmente, as fronteiras territoriais e a possível soberania são a expressão simbólica “negativa da soberania estatal, pois esta é violada pelo poder econômico”, e “positiva contra a soberania dos

É, portanto, inegável que a evolução de conceitos jurídicos está diretamente relacionada com o aumento das possibilidades de relacionamento do homem, nas suas mais diversas formas de organização social, com o espaço que lhe é imediatamente ou potencialmente acessível. (SILVA, 2014, p. 7)

Há uma composição integrada entre espaço-território e a sociedade, e, por consequência, com a soberania de modo geral e, desse modo, fundamentalmente, com a questão da soberania alimentar. O aspecto central para apreender essa composição integrada é partir do princípio de que não é possível analisar, por exemplo, natureza e sociedade de forma isolada, tendo em vista que constituem uma explicação conjunta. Nem território nem soberania alimentar são conceitos puros. O primeiro pela dinamicidade e pela integração entre objetos naturais, artificiais e ações sociais, e o segundo pelas condições histórico-objetivas que o fazem nascer e, sobretudo, pelo processo histórico que, na teia das contradições materiais e mediações, se transformará em potencialidade de materialização. Nesse sentido, considera-se que tanto o tratamento analítico quanto as estratégias a serem aplicadas só darão conta se expressarem essa totalidade sistêmica contraditória.

Para o debate sobre a soberania alimentar é necessário recuperar o geógrafo brasileiro Josué de Castro, pioneiro na luta contra a fome no mundo, em 1946 escreveu *Geografia da Fome* e defendeu que a fome é uma questão política. *Este é o ponto central do debate sobre a Soberania e Segurança Alimentar e não é só disputa conceitual, mas uma disputa de modelo de desenvolvimento e de formas de organização política da sociedade, que produz diferentes territórios. É preciso conhecer quais organizações estão envolvidas, as relações e os territórios que produzem.* (FERNANDES, 2015, p. 15, destaques nossos)

povos tendo em vista que passa a impressão de que são barreiras totais e, por essa razão, impõe-se aos povos o cumprimento da ordem territorial estabelecida politicamente”. De acordo com Silva (2014, p. 5), “[...] parece ser inconcebível o mundo mercantilizado moderno sem uma compartimentação política que permita a salvaguarda dos interesses de determinado ente jurídico que conte com a envergadura político-administrativa de um Estado”.

A materialidade social, o território e seu uso são a expressão da relação forma-conteúdo de como se concretizam as ações humanas trabalhadas e, por sua vez, politizadas nas contradições. Desse modo, a soberania alimentar expressa que, em seu conteúdo analítico, está a potencialidade de pertinentes transformações materiais e político-ideológicas, bem como de contribuição, em parte, com a condição objetiva para uma “realização qualificada da história”. (CATAIA, 2011, p. 121)

Considerando o metabolismo do sistema do capital, vemos que as crises se tornam cada vez mais universais, tendo em vista que são protegidas e radicalizadas pela lógica sistêmica – pelas necessidades do capital –, como é o caso da fome no mundo e da qualidade do alimento que vem sendo produzido. A cada passo desenvolvimentista, seguindo os moldes e imperativos do sistema, nos distanciamos das condições objetivas de superação da fome e da realização da soberania alimentar³⁰⁴. É nesse sentido que se considera que as crises, em sua “espinha dorsal”, tendem a ser cada vez mais intensas e, portanto, tendencialmente, a conflitualidade política mais arraigada.

De posse dessas premissas, vemos que a diferenciação na produção do espaço e do território é constituída pelas relações econômicas e de classe. É nesse sentido que, na base da conflitualidade, estão as “[...] diversas classes e relações sociais que produzem diferentes espaços e territórios”. (FERNANDES, 2015, p. 31) Em outras palavras, tem a ver com como atuam os trabalhadores no Campo e com que contribuem na produção do território.

2.4.2 Lei geral da contradição, (cor)relações de forças e impactos socioterritoriais

Considerando a universalidade da contradição e que, como demonstra Mao Tse-Tung, a dialética materialista teve seu êxito comprovado nas análises de inúmeros aspectos da história humana, e também da história natural, os desafios que o presente tema em debate apresenta nos incentivam a recorrer a essas análises para ancorar as questões a que se propõe o item.

304. Apesar das resistências e contraposições desenvolvidas pelos movimentos e organizações sociais de base popular, ao juntar duas questões centrais, a ocupação do território material e

A concepção dialética do mundo nos ensina sobretudo a observar e a analisar o movimento das contradições nos diferentes fenômenos, bem como a determinar, a partir dessa análise, os métodos próprios para resolver tais contradições. Eis porque a compreensão concreta da lei da contradição inerente aos fenômenos é de uma importância extrema para nós. (TSE-TUNG, 2004, p. 45)

Nesse mesmo sentido,

Tendo tomado consciência da força dos laços que unem o específico ao universal, veremos, mais claramente, as relações entre contradição principal e contradições secundárias. De fato, um processo jamais é simples, precisamente porque deve sua existência específica a um grande número de condições, objetivas *que o prendem ao conjunto*. Disso resulta que todo processo é a sede de *uma série de contradições*. Mas, entre essas contradições, a principal é aquela que existe do começo ao fim do processo, e cuja existência e desenvolvimento determinam a natureza e a marcha do processo. As outras são contradições secundárias, subordinadas à principal.

[...]

Todas essas contradições não são justapostas. Elas se inter-relacionam e, de acordo com a primeira lei da dialética, estão em ação recíproca. Qual a consequência dessa interação? Em certas condições, uma contradição secundária assume tal importância que se torna, em dado período, a contradição principal, enquanto que esta passa para um segundo plano, o que não significa que tenha deixado de agir. Em resumo, as contradições não são fixas, elas mudam de lugar. (POLITZER, 2002, p. 97-98)

a soberania alimentar (também como território), vemos a implementação do entendimento, trazido nas discussões de Kosik (1969, p. 169), de que “[...] vários aspectos reificados da economia são momentos reais da realidade”. Destaca-se, a partir desse entendimento, que tendencialmente teremos – sobretudo nas regiões em que são base para o avanço das relações do capital – mais agrotóxicos colocados na terra, cada vez menos biodiversidade, mais industrialização e mercadorização dos alimentos, mais (bio)quimização do alimento e da água, maior quantidade de produtos geneticamente modificados e, portanto, menos territorialidade adequada para a produção de alimentos saudáveis.

Toda realidade é movimento e mudança. E, desse modo, o movimento é consequência de sua própria contradição interna, a partir de uma constante luta de contrários. De acordo com Politzer (2002, p. 71), “Essa contradição, essa luta é interna, isto é, não é exterior ao movimento considerado, mas, é a sua essência”. De fato, se não houvesse as contradições nas bases materiais, na sociedade, não haveria transformação e mudanças qualitativas e quantitativas.

Segundo o ponto de vista da dialética materialista, as modificações na natureza se devem fundamentalmente ao desenvolvimento das contradições internas desta. Na sociedade, as mudanças se devem principalmente ao desenvolvimento das contradições que existem no seu seio, isto é, a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, a contradição entre as classes e a contradição entre o novo e o velho; é o desenvolvimento dessas contradições que faz avançar a sociedade e determina a substituição da velha sociedade por uma nova. (TSE-TUNG, 2004, p. 43)³⁰⁵

Considerando que o espaço é a materialização da existência humana (LEFEBVRE, 2000; 2006) e que a constituição e definição de indivíduo, de grupo, de comunidade e de sociedade estão intimamente ligadas à existência de um território, um contexto geográfico territorial (HAES-BAERT, 2009), um projeto societal da classe trabalhadora está diretamente ligado à feitura da luta político-social e que, por essa razão, na luta de classes concreta e que ocorre latente ou abertamente, é expressada nos conflitos sociais. O conflito social enquanto tal, “independentemente dos protagonistas e da forma que assuma” (LOSURDO, 2015, p. 63), é condição de medida em intensidade da luta de classes em suas frações.

305. Eis a razão da soberania alimentar. De acordo com McMichael (2016, p. 201), “Em suma, a Soberania Alimentar é um movimento civilizacional, que combina uma crítica conjuntural à ‘Segurança Alimentar’ neoliberal (como um jogo de poder corporativo e um estratagema ao equiparar a agroexportação ao conceito de ‘alimentar o mundo’) com os princípios *longue durée* de autodeterminação reconfigurados como direitos democráticos para e de cidadãos e seres humanos. A ética central – o alimento como um direito, não uma *commodity* – expressa a politização contemporânea da ‘Segurança Alimentar’. Ao mesmo tempo, a Soberania Alimentar refuta o regime alimentar do capital como um todo, como uma estrutura institucionalizada que subordina uma diversidade de valores de uso a uma ordem política única, orientada para o valor de troca, nesse processo criando o ‘regime de fome’”.

[...] operando uma ruptura epistemológica radical com as ideologias naturalistas, a teoria marxiana da luta de classes põe o *conflito social* no terreno da história. [...] exatamente por fornecer uma chave de leitura do processo histórico, ela procura levar em conta as multiplicidades das formas nas quais o conflito *social* se manifesta”. [...] trata-se de analisar os conflitos que têm como protagonistas não indivíduos singulares, mas sujeitos sociais e que, de modo direto ou indireto, imediato ou mediato, remetem à ordem social, a esta ou aquela essencial articulação da divisão do trabalho e da ordem social. (LOSURDO, 2015, p. 63-64)

No processo de evolução das infraestruturas fundamentais do modo de produção capitalista com vista a tornar mais efetiva a dominação, houve uma “separação”, ou “falsa separação” (aparente), entre a economia e a política para ocultar o processo de dominação direta da burguesia. Essa aparência constitui-se pela impressão (desenvolvida pela ideologia) de que a burguesia se exime do processo de dominação – exceto através das relações de trabalho – ao “deixar” na mão do Estado, ou exigir dele, a dominação político-jurídica e o controle dos processos de luta³⁰⁶. Como bem demonstrado, não se pode esperar nada do Estado capitalista que não seja a “administração” dos conflitos e da luta de classes que está presente na base real da produção e das relações sociais, e, de maneira generalizada, esse processo de regulação na realidade conflituosa tende, cada vez mais, a ser parcial em favor da classe dominante³⁰⁷.

306. O poder político-estatal, através de suas funções de legislar, executar e jurisdicionar, é correspondente à lógica sistêmica hegemônica. Nesse sentido, ao fazer o processo de arbitramento dos conflitos que envolvem a luta pela terra, pela preservação ambiental, é possível verificar, a partir de análises de ações em que o poder judiciário é acionado, uma parcialidade, favorável a esses interesses, até pelo fato de que o arcabouço jurídico ordenatório e regulatório já pressupõe certo direcionamento. Ou seja, “[...] na análise dessas ações, que a identificação/qualificação do tipo de conflito e dos atores sociais envolvidos só pode dar-se na compreensão desse processo histórico em que se concretiza o caráter público do conflito. Fora do contexto histórico, ele é tratado como um conflito privado. O judiciário trata o conflito agrário no plano privado e as ações de ocupação como estratégias de esbulho, como um problema de caráter civil, desconhecendo-lhe a historicidade. [...] Essa práxis construiu um sentido de justiça circunstancial, contingenciado pelo poder econômico, comprometido com um modelo liberal de apropriação de riquezas”. (TÁRREGA; RODRIGUES, 2015, p. 96)

307. Postula, em fundamento a essas questões, a lei geral da natureza política da economia, como apontou Lênin *apud* Ostrovitianov (1947), numa resolução do IX Congresso do Partido Comunista Russo (Bolchevique), relativo aos sindicatos, em que afirma: “a política é a

Dados esses interesses do capital, o Estado é um ente funcionando em permanente estado de exceção que demarca, por vezes, conflitos com a sua própria estrutura jurídica vigente, desde que esta, ou quando esta, não consiga corresponder de forma eficiente aos interesses do capital e das necessidades objetivas de sua reprodução.

Nós devemos [...] manter fixo o olhar justamente sobre aquilo que a estátua da justiça (que, como lembra Montesquieu, era velada no momento da proclamação do estado de exceção) não devia ver, ou seja, que (como é hoje claro para todos) o estado de exceção é a regra, que a vida nua é imediatamente portadora do nexó soberano e, como tal, ela é hoje abandonada a uma violência mais eficaz quanto anônima e cotidiana. (AGAMBEN, 2015, p. 104)

Não há fidelidade ao arcabouço jurídico convencionado, que, em tese, já corresponde plenamente às garantias dos interesses do capital, sendo, de maneira prática, essas peças legais modificadas quando não correspondem às rápidas transformações, ou, até mesmo, quando há “ameaças” pela base popular, manifestadas nos conflitos de interesses que ocorrem nessa base material. Os interesses das grandes corporações que dominam o sistema econômico mundial são expressos nos princípios majoritários que estão na racionalidade e no arcabouço jurídico estatal, e, por essa razão, se tornam imperativos ordenatórios de toda a prática burocrática e do poder “público”. Inclui-se, nesse rol de aspectos, o “direito de polícia”. Se o ordenamento jurídico não garante o funcionamento e a imposição dos objetivos empíricos que pretende alcançar, resolve-se com a utilização do aparato policial. (AGAMBEN, 2015) O Estado, portanto, opera em regime de exceção para corresponder à lógica e ao ritmo da economia e das estratégias do capital, na maioria dos casos vitimando e criminalizando os camponeses trabalhadores e militantes dos movimentos sociais de base popular.

[...] o território dos Estados Modernos foi, obra dos direitos individuais, dividido por sua vez em lotes de terras privadas, também com lápis de ponta fina, demarcados, medidos, destruídos e melhorados.

natureza mais concentrada da economia, sua generalização e fim”. Disponível em: <<https://www.marxists.org>>. As análises do próximo capítulo demonstrarão esse processo.

Destruídos do ponto de vista dos animais, plantas e gentes coletivas, melhorados do ponto de vista da modernidade, expulsaram animais, plantas e gentes coletivas, transformaram a terra em local de produção de mercadorias, exclusiva para a acumulação da riqueza humana, local não permitido, sob pena de morte, para plantas e animais estranhos e daninhos à mercadoria produzida e não permitidos, sob outras penas, às gentes estranhas à produção. (SOUZA FILHO, 2015, p. 11)

A injusta e desigual distribuição da terra, a emblemática utilização que dela se faz e os efeitos realizados na vida das pessoas – exclusão, pobreza, fome, violência, criminalização – são as razões histórico-materiais da luta social³⁰⁸.

Por isto mesmo a questão da terra no Brasil está relacionada profundamente não somente com a formação das classes sociais, como também tem determinado o tipo de Estado burocrático, corrupto e sanguinário necessário para a manutenção do poder nas mãos dos latifundiários e grandes burgueses, lacaios e a serviço do imperialismo. (CLCP, 2006, p. 9)

A partir desses aspectos e da materialidade que compõe a questão agrária atual, entende-se que é na (cor)relação de forças e na conflitualidade (nas contradições materiais) que se dá a definição acerca da forma e do conteúdo dos processos de ocupação do território e se constitui operante a territorialização das relações objetivas e sociais fortemente marcadas pelo conflito nas mais diversas dimensões materiais e sociais. E, correlatos, os sentidos ideológicos que permeiam os processos de disputas, a caracterização da criminalização das ações contestatórias – tanto pelo Estado, quanto pela classe dominante – e o arcabouço jurídico que embasa a intervenção nesse processo de conflitualidade³⁰⁹.

308. De acordo com Martins *et al.* (2015, p. 91), “A mercantilização da terra e da força de trabalho humano, coisa que para o senso comum aparece como ‘natural’, resultou de um processo histórico que criou as condições de possibilidade do capitalismo. Entretanto, as mesmas leis históricas que presidem um determinado modo de produção criam dialeticamente as condições para que ele possa ser superado. O modo de produção capitalista carrega em seu interior o germe de sua destruição. Este processo se materializa por meio da luta dos trabalhadores [...]”.

309. Na atualidade, estabelece-se uma estreita relação entre conflito e violência, sobretudo porque há distorções de diversas matizes sobre os reais agentes desse processo, suas causas e,

Vários são os mecanismos ideológicos que trabalham na inversão do “entendimento majoritário” acerca do conflito, que expressam a luta de classes. Em materialidade que se constitui, sócio e historicamente, desigual, não só se deve tolerar, mas pressupor o conflito. É nesse sentido que as tomadas de posição do Estado capitalista frente a essas questões constituem a forma-conteúdo dessa correlação de forças entre os grandes “proprietários” e os camponeses pobres sem terra, com pouca terra e demais povos do Campo que lutam³¹⁰ pela posse de seus territórios diversos. (SAUER; SOUZA, 2008)

Se consideramos a materialidade da questão fundamental trabalhado nesta obra, bem como as contradições demonstradas até o presente momento, vemos que o discurso, veiculado pela mídia empresarial através das notícias (a serviço dos monopólios), que envolve o Campo assenta-se sobretudo em dois aspectos: a exaltação ao agronegócio pelo seu sucesso na balança comercial e as ações desenvolvidas pelos movimentos sociais

fundamentalmente, pelo afastamento do processo histórico que compõe a base real em que desembocam esses conflitos. Sob o olhar atento do poder jurisdicional, o processo de conflitualidade – em regra – tem apenas uma causalidade, que é a luta social desenvolvida pelos movimentos sociais, e, desse modo, nos processos de arbitramento pela função estatal judiciária, essa premissa já é pressuposta, em tendência de resultado em julgamentos. “Fortemente influenciado pelos meios de comunicação de massa, o senso comum estabelece uma ligação entre conflito e violência, definindo os movimentos sociais populares que disputam a posse da terra como agentes causadores da violência. Completamente, influenciado por um ‘discurso modernizador’ do grande agronegócio, a violência é associada a nichos não-modernos ou atrasados do Campo, quando, na verdade, a realidade é exatamente o contrário”. (SAUER; SOUZA, 2008, p. 53)

310. A busca pelo acesso à terra e sua posse (por exemplo, empreendida pelos movimentos camponeses) e a manutenção e demarcação de territórios (indígenas, quilombolas, posseiros, entre outros) constituem um polo da contradição principal no Campo, mas expressam múltiplas características que demarcam a natureza da luta e do conflito. Por ser expressão de agentes sociais em oposição – tomada a contradição principal no Campo –, que possuem compreensão diferenciada acerca da função e da posse da terra, esse processo constitui-se em confronto direto e prático e/ou em ações judiciais para dirimir o conflito. Esses conflitos, são, em certa medida, impulsionados pelas percepções em relação à constituição do outro, “sempre considerado invasor, e são pautadas em visões distintas sobre a história da ocupação do lugar. Nesses embates, são frequentes múltiplos agentes sociais que se chocam [...] o confronto se estabelece entre índios e o homem branco [...] entre lavradores e fazendeiros [...] entre fazendeiros e posseiros. Há ainda confrontos entre mais de dois agentes principais. [...] são palco de luta onde se sobrepõem lavradores, posseiros, comunidades indígenas, fazendeiros e o governo [...] área em disputa, terra pública. Há ainda, conflitos que ocorrem entre fazendeiros e trabalhadores rurais, que descontente com a sua condição, advogam a desapropriação das terras por eles trabalhadas, em nome da função social da propriedade [...]”. (MOTTA, 2005, p. 124)

através do fato social de ocupações de terras e dos conflitos, embates e tensões dessas ações advindos. Nota-se uma invisibilidade das ações dos povos do Campo acerca da produção de alimentos e da qualidade destes, exceto em espaços alternativos.

Dadas essas estratégias desenvolvidas pelo poder hegemônico econômico-político, o imaginário social busca construir um entendimento de que há uma relação estreita entre as ações dos movimentos sociais populares e os conflitos – regados com práticas de violência – que ocorrem no Campo e, por consequência, a conotação de que os movimentos sociais são a causa fundante da violência no Campo³¹¹.

Esta lógica acaba reforçando a noção de que as lutas sociais são anormalias, pois a harmonia e o equilíbrio seriam o “estado normal” de qualquer sociedade ou grupo humano. Essa noção – formulada por pensadores como Durkheim, Pareto e Parsons – considera qualquer conflito como uma perturbação, portanto, um mal que deve ser eliminado ou até mesmo reprimido. Em outros termos, o conflito seria uma patologia social (BOBBIO, *et al*, 2004, p. 226) a ser combatida, buscando o equilíbrio e a harmonia. (SAUER; SOUZA, 2008, p. 55)

As forças sociais em confronto quase só são manifestadas, definidas, externadas (como força prático-material) no conflito³¹². Se considerarmos

311. A consolidação desse entendimento fortalece a estratégia da “soberania policial”, que tem por objetivo criminalizar os pobres e trabalhadores organizados para poder oprimir e matar, conforme vemos nas análises e reflexões de Agamben, que expressam o que vemos na realidade atual. Segundo ele, “A entrada da soberania na figura da polícia não tem, portanto, nada de tranquilizadora”. (AGAMBEN, 2015, p. 99)

312. Os conflitos – de diversas naturezas – marcaram diferentes sociedades no decorrer da história. No entanto, considerando a questão agrária atual, destaca-se que os movimentos sociais constituem uma forma de luta que coloca no horizonte transformações substanciais e, por essa razão, causa no adversário-opositor também a necessidade de procurar alternativas diferentes à busca do consenso apenas. É por essa razão que a “racionalidade dominante” desenvolve as condições favoráveis conjunturais para enfraquecer e combater de diversos modos esses movimentos sociais. Como bem destaca Simmel (1983, p. 157 *apud* Paulino, 2008, p. 56), “[...] às vezes o mero confronto de elementos, mesmo quando ocorre sem qualquer propósito de agressão ou de outra forma de conflito, aparece aos olhos dos outros como uma ameaça e um ato hostil”. Não é à toa que o discurso defendido por setores dominantes da sociedade e pela mídia, de modo geral – se considerarmos como exemplo as mobilizações de 2013 para cá no Brasil, que possuem identidades diferentes, se relacionadas com as mobilizações dos movimentos sociais populares do Campo (MST, MAB, MPA etc.) –, é que quaisquer manifestações de base popular devam ocorrer tendo como princípio a pacificidade.

que a contradição é o motor do processo de transformação, o conflito, quando materializa, apreende e compreende a luta de contrários, torna-se externalidade das condições objetivas de tensionar os contrapontos. No entanto, vale destacar que a apreensão analítica desse processo conflituoso tem se apresentado fortemente influenciada pelas condições ideológicas que permeiam o discurso “explicativo” principal. Tomando os conflitos agrários – como vimos anteriormente –, mesmo sabendo que os movimentos sociais do Campo pautam suas lutas para além da disputa da terra simplesmente, essa oposição à concentração de terras, que é histórica, é tomada como um ataque ao “sagrado” e inquestionável valor que é a propriedade (privada) da terra, e, apenas por isso, a luta organizada passa a ser vista como uma patologia que deve ser tratada e erradicada do funcionamento do sistema hegemônico.

A organização e mobilização dos movimentos sociais agrários possuem este caráter de “unificar para a luta” por direitos, especialmente pelo direito à terra e, por extensão, ao trabalho, moradia, saúde, educação, enfim, uma vida digna no campo. Um dos problemas, no entanto, é que a chamada questão agrária possui uma disputa ideológica, constantemente reforçada pela mídia que reproduz a noção de “ameaça à harmonia social”. Isso transforma as ações dos movimentos sociais em “atos hostis”, naturalizando uma imagem distorcida sobre as reais causas dos conflitos e os verdadeiros promotores da violência no meio rural brasileiro. (SAUER; SOUZA, 2011, p. 56)

A estruturação e o desenvolvimento dos processos de acumulação do capital e, por sua vez, de dominação social foram sempre uma ocorrência geográfica-territorial. Vemos, pela prática e processo histórico, que, em fase de expansão, as relações capitalistas impõem reorganização espacial e, desse modo, interferem objetivamente tanto na base natural como social em algumas regiões e territórios.

A expansão do capitalismo desterritorializa outras relações sociais e extermina relações não capitalistas por meio do que Harvey (2003)

Além disso, esses setores dominantes buscam classificar essas lutas sociais como “ato ou ações de terrorismo”.

definiu como acumulação pela espoliação (*accumulation by dispossession*). Essas relações são compreendidas pela destruição de postos de trabalho, precariedade das relações de trabalho, destruição dos territórios camponeses e indígenas. A acumulação pela espoliação significa um estágio avançado das relações capitalistas, que necessitam cada vez menos da recriação das relações não capitalistas. É claro que essa condição faz com que o capital recrie com menos intensidade trabalhadores assalariados e territórios camponeses, aumentando o número de excluídos. Além da espoliação, há a tentativa de controle dos territórios [...]. Esses processos de disputa e espoliação ocorrem nos campos, nas cidades e nas florestas, em escalas diversas [...]. (FERNANDES, 2015, p. 36)

Novos espaços (e territórios) são ajustados para esse fim, e, por vezes, com a presença de lutas sociais e práticas de resistência, nas quais setores da economia e da política local atuam na direção de “superação” do tensionamento, ou, até mesmo, como parceiros nos processos de repressão à luta social. Está na agenda do modo de produção capitalista a eficiência em superar diversas adversidades geográficas espaciais e político-organizacionais de base popular, bem como identificar e otimizar parcerias com sujeitos e representantes dos poderes locais para a implementação de suas medidas, que se materializam (ou podem se materializar) exitosas do ponto de vista sistêmico³¹³.

As condições estruturais que determinam uma situação contrastante na agricultura nos levam a refletir sobre as relações de poder, pois em contraponto à depauperação com que se debate uma parcela importante do campesinato, há a vitalidade do negócio agrícola, que se alimenta de estratégias de controle territorial. Tal controle pressupõe o concurso de vários agentes do poder público e do setor privado,

313. As estruturas jurídico-políticas estão totalmente adaptadas para a operacionalização dos interesses do capital internacional em suas diferentes escalaridades. Muitos acordos e negociações – correspondentes ao interesse de grupos econômicos – se dão tendo como mediador e apoiador o Estado-nação e, por essa razão, não há diálogo nem interação com as regiões, seus municípios, sendo a tomada de decisão deliberada “por cima”, e/ou outras estratégias e negociações se dão com o diálogo, apoio e intervenção do poder local, sem levar em conta qualquer aspecto da “soberania nacional”. Este segundo caso ocorre mais em municípios com cidades de grande porte, bem como na esfera estadual, por exemplo.

que atuam em escalas que vão da local à global. Essa é a maneira pela qual, via de regra, tem sido alcançada a propalada eficiência produtiva, em que o critério de avaliação é meramente quantitativo, baseado nos recursos monetários amealhados ao fim do processo produtivo. (PAULINO, 2008, p. 219)

É nesse sentido que vemos ser aceito, com maior “naturalidade”, que os impactos socioterritoriais e as mudanças que ocorreram e continuam a ocorrer trouxeram um momento novo para a agricultura brasileira, no qual o sistema do agronegócio, através de um “domínio cada vez mais crescente sobre áreas de monocultivo de certos produtos (como cana-de-açúcar, soja, laranja, eucalipto, pastagens para gado de corte, entre outros)” (SANTOS, 2015, p. 41), tem sido a proposta das classes dominantes para o “desenvolvimento” do Campo brasileiro. Através de diferentes estratégias e intensas campanhas ideológicas, adquiriu hegemonia e certo consenso na sociedade, conseguindo legitimar uma visão e concepção do “senso comum” para a maioria das pessoas. Nota-se, portanto, que esse senso comum acolhe e reproduz o conteúdo ideológico de que o agronegócio, além de produzir comida, alimento, superou o latifúndio de velho tipo (atrasado). Desse modo, tanto os discursos quanto as definições políticas passaram a atestar, por exemplo, que o Brasil já não seria mais o país do latifúndio improdutivo, mas da empresa moderna rural, do agronegócio.

Essa mudança de “eixo” que está na base da “pseudossuperação” (em sua totalidade) do latifúndio de velho tipo para o agronegócio³¹⁴ é que, em certa medida, causou a mudança da natureza da luta social – mudança de foco e estratégias – e, portanto, a amenização do tensionamento das lutas feitas pelos movimentos sociais nos últimos anos, tendo em vista que um dos princípios que compunha as razões de ocupação de terras era justamente serem improdutivas, caracterização de sentido que não procede ao tratar da mudança para o agronegócio. O “ataque” ao agronegócio terá sempre maiores reações – com “requintes de crueldade” – por parte das forças dominantes que materializam o exercício do poder econômico e político, as quais, na maioria das vezes, usam da estratégia

314. Obviamente que latifúndio de velho tipo e agronegócio não são a mesma coisa. Porém, relações sociais e formas estruturais-materiais convivem, o que nos aporta ao entendimento de que não houve uma superação do latifúndio em sua totalidade.

da violência³¹⁵ por meio dos aparatos estatais e, outras vezes, de estratégias privadas³¹⁶.

[...] a discussão sobre a importância dos movimentos sociais agrários e os verdadeiros sujeitos da violência no meio rural exige que se estabeleça uma clara distinção entre conflito e violência. Se o conflito é a expressão de divergência de interesses, no âmbito do exercício do poder (para Marx, o conflito é resultado de interesses divergentes e contradições de classes na sociedade capitalista, portanto, possui uma base econômica), a violência é a exacerbação deste conflito com o uso da força (física, armada, econômica, política) que, para além do exercício do poder (Arendt), exclui e destrói o outro, o oponente. (SAUER; SOUZA, 2008, p. 56)

O conflito como um dos aspectos do processo de relações em enfrentamento (da contradição) se inscreve como potencialidade e qualificação de interações sociais, principalmente, por aprimorar o caráter integrador das razões objetivas que levam ao processo de enfrentamento ao opositor, bem como lapidar os princípios e a condição identitária, que dão a esses sujeitos sociais coletivos a condição social e política de tensionar o *status quo* do sistema. Nesse sentido, o processo de conflito permeia a mediação de reconhecimento de muitos sujeitos sociais³¹⁷ (TÁRREGA;

315. A violência é um dos meios mais utilizados para barrar o processo de territorialização das práticas, do modo de produzir do campesinato, das lutas sociais, bem como da ocupação e das disputas por territórios. Não esqueçamos também da “violência” de novo tipo, do “bio-poder”, implementado “silenciosamente”, que analisamos acerca do papel da biotecnologia moderna e da engenharia genética sob a égide do capital ao serem implementadas nos processos produtivos no Campo.

316. Exemplo característico ocorreu no Brasil com o êxito nas eleições presidenciais (em 2002) do Partido dos Trabalhadores (sobretudo no ano de 2003, primeiro ano de mandato do presidente Lula), em que houve um significativo aumento da violência no Campo, com assassinatos de trabalhadores camponeses, em que o imperativo da ação estava centrado na segurança privada. De acordo com Arendt (1994), tendencialmente a violência aparece quando o poder é colocado em risco. (SAUER; SOUZA, 2008) “Os dados da CPT e as consequentes manchetes de que os ‘conflitos no campo crescem na gestão Lula’ (O Estado de São Paulo, 09/4/04) materializam a ‘desconfiança’ de setores da classe dominante agrária em um governante historicamente identificado com os movimentos sociais que lutam pela terra. Essa ‘sensação de perda de poder’ levou grandes proprietários a organizar milícias privadas e a usar métodos e meios violentos para ‘defender as propriedades’, resultando em um aumento da violência”. (SAUER; SOUZA, 2008, p. 58)

317. Considerando as interpelações levadas aos tribunais que envolvem a luta social, vemos que “o discurso constitutivo do direito nega os sujeitos”. (TÁRREGA; RODRIGUES, 2015, p.

RODRIGUES, 2015), sendo as adjetivações constituídas e constituintes no potencial dessa relação de forças, bem como das demonstrações práticas acerca de perspectivas propostas na ocupação do território. Desse modo, “A ocupação possui um sentido econômico-social que implica a materialização de relações sociais e incorporação de novos espaços a uma determinada dinâmica de produção [...]”. (FABRINI, 2005, p. 342) E, nesse sentido, a “forma” como ocorre a ocupação é que determina o seu conteúdo – material, pós-ocupação – que expressa as anteriores relações sociais, econômicas e políticas, vividas no Campo e na sociedade de modo geral.

O próprio termo ocupação foi ressignificado pelas lutas sociais, possibilitando apreender o conteúdo histórico da base material em sua forma contraditória/conflituosa, mas, sobretudo, a potencialidade de redimensionar a ordem estabelecida. A força unificadora é material, tendo em vista que não se trata de idealizar o conflito, ou até mesmo considerá-lo de maneira equivocada, mas, fundamentalmente, reconhecer que é inerente ao movimento do real nas suas relações sociais, e se torna expressão da dinâmica política desse processo real.

Diferentemente da constante insistência de setores ligados à oligarquia, as ações dos movimentos sociais não “minam o Campo”, mas explicitam e materializam a resistência aos processos violentos que constituem a realidade agrária e o modelo agropecuário. (SAUER, SOUZA, 2008, p. 62)

Considerando a força material político-transformadora desse processo em contradição, gestada (aprimorada) na conflitualidade, é que os impactos socioterritoriais ocorrem demarcando naturezas e postulando os sentidos de desenvolvimento e de intervenção humana. Dominar o território é fonte indispensável de poder social e de fazer-se ser social.

É particularmente essencial compreender que a forma assumida pela propriedade territorial “amarra” relações sociais, organiza relações de classes, sustenta relações econômicas e relações políticas, edifica uma

96) Portanto, ser integrante de um movimento social (de base popular) é “não ser”, ou “ser em busca de...”. Os que lutam por melhores condições sociais só passam a ser reconhecidos como seres sociais perante os “olhos oficiais e estatais”, na maioria das vezes, na sua criminalização.

determinada estrutura de poder, alimenta relações de dominação, define limites para a participação democrática das diferentes classes sociais particularmente as classes trabalhadoras [...]. (MARTINS, 1988, p. 67 *apud* SAUER; SOUZA, 2008, p. 63)

O espaço-territorial no Campo, em sua forma-conteúdo, expressa a “ocupação capitalista” e uma “ocupação de resistência”, portanto, ancorada na contradição e, por consequência, no conflito entre a territorialização das relações capitalistas e de relações não capitalistas – ou relações que tensionam e buscam a negação das relações genuinamente capitalistas. Dada a transformação da terra em mercadoria (embora não componha um valor, tem preço no mercado), a ocupação que o sistema capitalista faz não necessariamente ocorre demograficamente e com as condições e necessidades de existência de relações sociais, tendo em vista que nem sempre o capitalista proprietário adquire terra para utilizar com atividades produtivas, mas, por vezes, apenas para especulação. Nesse sentido, nem sempre há “territórios vazios” dentro das relações do capital, porque, mesmo não sendo produtivos, fazem parte do conjunto de mediações da lei básica de reprodução do capital.

No entanto, o processo e a forma de ocupação (o apossamento) se efetivam, em regra, pela expulsão e/ou expropriação da terra e dos “territórios” de povos originais, posseiros e outros pequenos proprietários, com a utilização de diferentes métodos e estratégias. Nesse sentido, o conflito não é apenas a expressão de um fato social (que materializa algum tipo de violência física, por exemplo), mas, sobretudo, é a sobreposição de interesses de exploração às necessidades básicas de produção e reprodução da existência dessas pessoas. A invasão, como prática inerente das relações do capital, normalmente precede a ocupação e a instalação de relações objetivas de sua reprodução³¹⁸.

Contudo, o avanço e a intensificação dessas relações capitalistas geram, na estrutura social – desse novo espaço-território – resultante desse processo, os conflitos e as formas de resistência elaboradas e aplicadas por aqueles que ocupam o território para, a partir do seu trabalho, garantir a reprodução existencial. É nesse sentido que se percebe que a

318. Exemplo típico desse processo no Brasil, entre vários, foi a “frente pioneira”, a partir dos anos de 1970, “[...] essencialmente expropriatória, traz no seu interior e faz avançar as relações tipicamente capitalistas sobre o território tribal e camponês”. (FABRINI, 2005, p. 343)

força motriz do conflito está intimamente ligada com a natureza e o conteúdo do termo ocupação³¹⁹ e que, de certa maneira, embasa o embate ideológico (da luta de classes no Campo) acerca do significado de invasão e ocupação.

Dadas essas contradições (principal e secundárias), o processo de ocupação do espaço-território, resultante da resistência e ação dos povos e trabalhadores do Campo, não territorializa apenas relações produtivas e sociais, mas, sobretudo, territorializa o fruto da luta social e da organização social interessada, e, fundamentalmente, territorializa a luta como forma-conteúdo para o enfrentamento às relações do capital, tendo em vista que a constituição dos movimentos sociais de base popular também significa uma territorialização material, ou um conteúdo espaço-territorial que pode ou não se expandir, devido às contradições objetivas e às (cor)relações de forças nesse processo imbricadas.

Com este processo de análise, quer se demarcar que a luta social é condição imanente³²⁰ para a implementação da soberania alimentar. Ou seja, é expressão (social) da determinação social do método de transição, tendo em vista que a atuação para a realização da soberania alimentar se dá em diversos sentidos e contra todas as determinações político-materiais desenvolvidas pelo modo de produção capitalista. A luta social é condição política e mediação prático-material que visa esse horizonte de transformação³²¹.

319. Segundo Fabrini (2005, p. 343), no Brasil, “O termo ocupação assumiu, recentemente, novos conteúdos acrescentados pela luta desenvolvida pelos sem-terra, que passaram a questionar a apropriação de terra ordenada pelo capital por meio das ocupações de terra. Se entre os posseiros, por exemplo, eram eles que tinham suas terras invadidas e ocupadas pelos grandes proprietários de terra e empresas capitalistas para realizar a acumulação, agora é o latifundiário que vê suas terras ocupadas pelos camponeses sem terra para sobreviver do seu trabalho”.

320. Tomamos esse conceito em seu sentido filosófico, que é delimitado pelo espaço-tempo – do passado e do futuro – em sua condição inseparável da materialidade. Com isso, quer se afirmar que a soberania alimentar é oriunda da práxis dos trabalhadores (prático-produtiva e política), portanto, uma das implicações para a sua realização é a constante e efetiva luta social. O combate frente aos formalismos “práticos e ideológicos” do modo de produção é a expressão da força material transformadora da luta social.

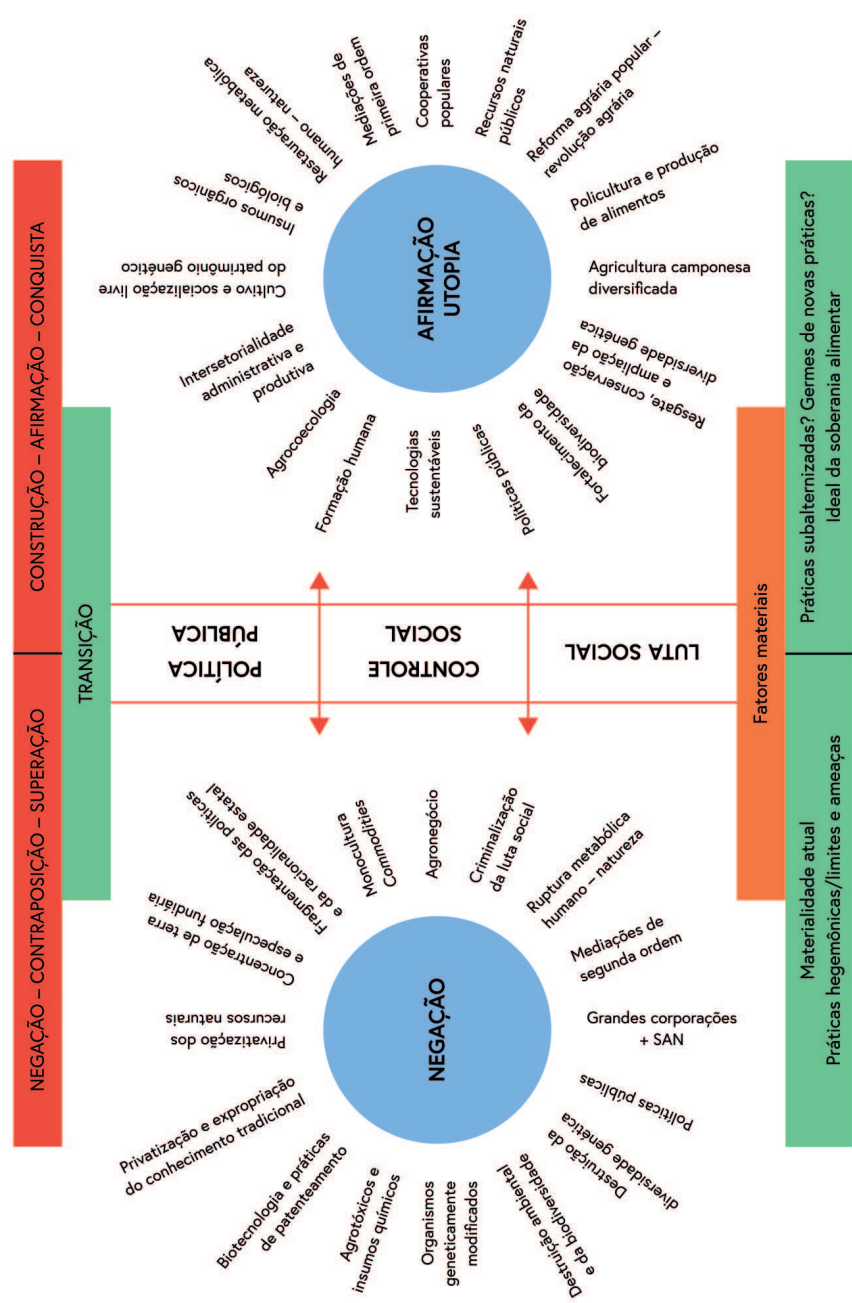
321. Como destaca Mészáros (2009, p. 182), “[...] a questão da mediação não pode ser tratada como intercâmbio especulativo de princípios filosóficos abstratos. O problema real não é a mediação individualística felizmente concluída e positivamente absolvida de toda a culpa possível pelo princípio da universalidade, como descrito por Hegel. Pelo contrário, é a mediação conflitiva/adversante envolvida na forma em que as *relações de poder* potencialmente mais destrutivas são tratadas na sociedade realmente existente pelo complexo intercâmbio entre suas classes opostas de forma antagônica”.

A soberania alimentar nasce e pauta-se na contradição e com a clareza de que há a necessidade de combate à agricultura industrial corporativa. Busca, portanto, a negação, a contraposição e a superação dessa investida global e das consequências materiais e sociais provocadas por esse processo. Ficam evidentes, na análise desenvolvida, as questões materiais, políticas e ideológicas que devem ser negadas. Nesse sentido, a construção, a afirmação e a conquista das condições objetivas para a transição necessária pressupõem, de maneira definitiva, o fortalecimento de fatores materiais e políticos, como a luta social, o controle social e a política pública. A constituição material e social da soberania alimentar perpassa, portanto, pela relação dialética entre a negação-afirmação até a utopia. Ou seja, negação das relações e práticas hegemônicas que configuram os limites e ameaças, e fortalecimento de práticas ora subordinadas que compõem germes para as novas práticas que configuram a projeção ideal-material (utópica) da soberania alimentar.

A Figura 5 apresenta elementos apreendidos no decorrer da análise e das indicações nas elaborações acerca da soberania alimentar. Vemos o que, nessa relação dialética, deve ser negado e afirmado nos processos de transição construídos a partir da relação entre a totalidade concreta e a particularidade na qual se efetivam as práticas. Além disso, chama-se atenção que esses elementos trazidos pela figura sintetizam alguns aspectos importantes até aqui analisados e lançam luz às análises dos próximos itens e capítulos.

Significa dizer que esses dois polos estão intimamente imbricados, ficando separados apenas para a exposição formal. Como estamos verificando, o processo de transição ocorrerá se as forças históricas indicadas e que incorporam o conteúdo material-político da soberania alimentar conseguirem ir, cada vez mais, desenvolvendo suas potencialidades – como vemos no polo da afirmação e utopia –, ao ponto de negarem e superarem as condições objetivas que dão a sustentação e que, na atualidade, se materializam hegemônicas, como descrito no polo da negação.

Figura 5 – Transição: fatores materiais de negação e afirmação pela soberania alimentar



2.5 FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS E FILOSÓFICOS E SOBERANIA ALIMENTAR

Por compreender que o conceito de soberania alimentar expressa radicalidade, para o momento histórico atual, em seu *status nascendi* – como ação primária e preparação – e em sua projeção ideal e utópica, algumas questões fundamentais devem ser tratadas nesta análise e elaboração. Pensar e realizar as condições objetivas de produção de alimentos e transformar-construir a base material necessária para isso, que corresponda ao prescrito na intencionalidade da soberania alimentar, constituem-se em tarefas históricas e inadiáveis. Nesse sentido, a partir das análises anteriores (tanto do capítulo 1, quanto deste), busca-se com este item discutir alguns elementos pertinentes à soberania alimentar, somados à preocupação central das condições humanas – do presente e do futuro – de produção e reprodução da existência como espécie e como grupos sociais.

Esta discussão é pertinente dado que é necessário indicar e fundamentar as possibilidades de negação e transcendência das mediações de segunda ordem, bem como evidenciar, do ponto de vista filosófico e epistemológico, necessidades e potencialidades que podem contribuir com o projeto societário que tenha em centralidade a mediação de primeira ordem.

A análise busca demonstrar e chamar a atenção para a intensificação da crise estrutural do capital e das suas estratégias de reprodução que, sistematicamente, afetam as condições de existência do conjunto da humanidade e, por consequência, impõem a necessidade histórica de se fazer algumas mudanças substanciais – em que se inscreve, por exemplo, a perspectiva da soberania alimentar – nas formas de como o metabolismo natural e social é controlado.

Os escritos anteriores são suficientes para demonstrar as evidências de que as condições objetivas, imputadas pelo modo de produção, exigem da humanidade uma tomada de posição, tendo em vista que o sistema (a essência) do capital, por não ter limites de expansão e avanço, acaba por se converter numa processualidade incontrolável e extremamente destrutiva. (ANTUNES, 2011) Nesse sentido, pensar as condições objetivas (que embasam a perspectiva) da soberania alimentar é pensar sobre esses elementos fundamentais.

Considerando as relações históricas primordiais – aspectos básicos da atividade social –, como a produção dos meios de subsistência, e, sendo estas supridas, a consequente produção de outras necessidades, que constituem o processo de reprodução das pessoas, suas relações e sua consciência, vemos que, no modo de produção capitalista, esses aspectos, assentados nas mediações de segunda ordem, não são garantidos a grande parte das pessoas³²². E, quando o são, estão de acordo com a natureza do modo de produção, apesar das contradições. Desse modo, com a intencionalidade de demonstrar e ancorar o ponto nodal desta análise, retomamos e partimos de Marx e Engels.

[...] temos de começar por constatar a primeira premissa de toda a existência humana, e portanto, também, de toda a história, ou seja a premissa de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem «fazer história». Mas da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas³²³. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de ano, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos. Assim, a primeira coisa a fazer em qualquer concepção de história é observar este fato fundamental em todo o seu significado e em toda a sua dimensão, e atribuir-lhe a importância que lhe é devida. (MARX; ENGELS, 2002, p. 30-31)

Gramsci, em *Concepção dialética da história*, ao discutir sobre os “problemas de filosofia e de história”, destaca que a filosofia de uma época é a combinação de muitos elementos, que culmina em uma determinada direção e “torna-se norma de ação coletiva, isto é, torna-se ‘história’ concreta e completa (integral)”. (GRAMSCI, 1991, p. 32) Considerando

322. “Nossa capacidade produtiva possibilitou, pelo menos potencialmente, que grande parte dos seres humanos passasse do reino da necessidade para o da afluência, da educação e de opções de vida antes inimagináveis, embora a maior parte da população do mundo ainda esteja por entrar nesse domínio”. (HOBSBAWM, 2011, p. 21)

323. Na nota de rodapé, destaca-se que há uma observação marginal de Marx: “Hegel. Condições geológicas, hidrográficas, etc. Os corpos humanos. Necessidade, Trabalho”.

a problemática discutida neste livro, vemos que o autor, no item “Que é o homem?”, traz um conjunto de elementos que ajudam a analisar e a compor os aspectos fundantes, com os quais se tece a presente análise. Ou seja, das premissas primeiras, que colocam o homem na condição de fazer história – como destacam Marx e Engels –, a essas condições, que, ao assumirem as condições históricas, passam a ser expressões das relações sociais e materiais.

A afirmação de Feuerbach: “O homem é o que ele come”, pode ser, se tomada em si mesma, interpretada de diferentes maneiras. Interpretação primária e imbecil: - o homem é, em cada oportunidade, aquilo que come materialmente, isto é, os alimentos têm uma imediata influência determinante sobre o seu modo de pensar. Recorde-se a afirmação de Amadeo³²⁴, segundo a qual, se alguém soubesse o que um homem comeu antes de um discurso, por exemplo, poderia interpretar melhor o próprio discurso. Afirmação infantil e, de fato, estranha até à ciência positiva, já que o cérebro não se nutre de feijão ou de batatas, pois alimentos reconstituem as moléculas do cérebro transformados em substâncias homogêneas e assimiláveis, isto é, que tem a “mesma natureza” potencial das moléculas cerebrais. Se esta afirmação fosse verdadeira, a história teria a sua matriz determinante na cozinha e as revoluções coincidiriam com as modificações radicais na alimentação da massa. *É o contrário que é historicamente verdadeiro, isto é, são as revoluções e o desenvolvimento histórico global que modificam a alimentação e criam os “gostos” sucessivos na escolha dos alimentos.* Não foi a colheita regular do trigo que extinguiu o nomadismo, mas, ao contrário, foram as condições emergentes opostas ao nomadismo que conduziram às colheitas regulares, etc.

Entretanto, é também verdade que “o homem é o que come”, na medida em que a alimentação é uma das expressões das relações sociais em seu conjunto e que todo agrupamento social tem uma alimentação fundamental própria; mas, da mesma maneira, é possível dizer que o “homem é o seu vestuário”, o “homem é a sua moradia”, o “homem é o seu modo particular de reprodução, ou seja, a sua família”,

324. Em nota de rodapé, “Amadeo Bordiga, ex-dirigente comunista, extremista, posteriormente expulso pelo partido”.

já que – na alimentação, no vestuário, na casa, na reprodução – residem elementos da vida social, nos quais, da maneira mais evidente e ampla (isto é, com extensão de massa), manifesta-se o conjunto das relações sociais. (GRAMSCI, 1991, p. 41-42, destaques nossos)

Partindo do pressuposto de que a concepção ontológica do mundo precede e dá sentido ao epistemológico e ao político, e, assim, caracteriza a natureza desses aspectos e os seus desdobramentos na história e na vida social, destaca-se a pertinência de discutir essas questões fundamentais. Kosik (1969, p. 113) afirma que “O homem não existe sem ‘condições’ e só é criatura social através das ‘condições’”. Considerando essas questões e as contribuições da perspectiva teórica marxiana, parte-se do entendimento de que esse materialismo não é mecânico nem pretende reduzir as análises filosóficas, a consciência social e a arte às condições econômicas apenas. No entanto, em condições dadas, esse processo analítico contribui para pensar o momento histórico-social.

O caráter social do homem, porém, não consiste apenas em que ele sem o objeto não é nada; consiste antes de tudo em que ele demonstra a própria realidade em uma atividade objetiva. Na produção e reprodução da vida social, isto é, na criação de si mesmo como ser histórico-social, o homem produz:

- 1) os bens materiais, o mundo materialmente sensível, cujo fundamento é o trabalho;
- 2) as relações e as instituições sociais, o complexo das condições sociais;
- 3) e, sobre a base disto, as ideias, as concepções, as emoções, as qualidades humanas e os sentidos humanos correspondentes. (KOSIK, 1969, p. 113)

Como já indicado, a crise estrutural do capital afeta o conjunto da humanidade e impõe a necessidade histórica de se fazer algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado³²⁵.

325. Uma premissa da maior importância. Mészáros dedica parte de seu livro *A crise estrutural do capital* (ver referências) para discutir “A necessidade do controle social”. Tomando como base as elaborações desenvolvidas por Isaac Deutscher em *A revolução inacabada: Rússia 1917-1967*, referenciado em nota de rodapé por Mészáros (ver: Deutscher, 1968),

Novas forças de produção e relações de produção se desenvolvem no interior do sistema (contraditório) e se materializam em antítese às leis hegemônicas do desenvolvimento existentes na/da produção e às tradicionais relações que são herdadas. O sistema orgânico resultante desse processo – enquanto totalidade contraditória – tem seus pressupostos. Esse sistema orgânico consiste na subordinação de todos os elementos da materialidade social a si próprio e, por vezes, a criação, a partir dele, dos órgãos que ainda lhe fazem falta. (MÉSZÁROS, 2011)

Como sabemos em formas precedentes, havia, no intercâmbio produtivo, certa objetivação em produtos das necessidades do uso e da autossuficiência. Essa forma de intercâmbio produtivo dava o sentido da relação entre os seres sociais, e destes com a natureza. Frente aos princípios que movem a reprodução do capital em operação, essas formas são vulneráveis, mas se fazem presentes, mesmo que em pequenas escalas, no interior do modo de produção. Ou seja, a questão da autossuficiência é posta como implícita, já que há certa dificuldade, de acordo com a racionalidade capitalista, de quantificar o valor de uso, ganhando “força e forma” o valor de troca, quantificável e fetichizado³²⁶. MéSZáros chama a atenção para esse tensionamento constante que a história vem demonstrando, que o modo de extração de sobretrabalho (mais-valia) adotado pelo capital é estritamente quantificável e vive em contraste com relações não capitalistas ou do tipo soviético, que se apresentam como forma basicamente político-social de controle de extração de sobretrabalho.

De modo geral, o modo de produção capitalista, em que cada relação econômica pressupõe outras relações que, a cada momento, são saturadas com vista a contemplar cada vez mais o projeto e a forma econômica burguesa. Cada novo elemento fundamental que é criado e ganha relevância no processo de reprodução do capital se torna, sistematicamente, um pressuposto, que demonstra o distanciamento de alguma possibilidade de formas que não são, genuinamente, relações de capital.

denuncia e anuncia que, se os problemas atuais oriundos do modo de produção colocam em risco a existência da humanidade, as resoluções para esses problemas só serão possíveis se forem construídas pela unificação da humanidade, destacando que essa unidade poderá ser encontrada no socialismo, e o princípio integrador vem da organização social.

326. No debate que faremos no último capítulo, acerca da agroecologia, esses elementos serão retomados sob críticas, fundamentalmente, no item 4.2, “Questões ontológicas relacionadas ao valor e à necessidade de uma nova racionalidade para cálculo de ‘eficiência e produtividade’: ‘*quantum*’ e valores ressignificados”.

Há, portanto, como destaca Mészáros, a composição de uma “gaiola de ferro” que dificulta possibilidades, impõe os limites e anula as condições objetivas de transformação fora da racionalidade sistêmica.

A unidimensionalidade – orgânico-instrumental – entre capital e política, uma evolução uma contraditória e a submissão da política frente ao poder do capital determinam o fim, ou, pelo menos, fragilizam de forma espantosa, ferindo o âmago daquilo que é a natureza da política, sua potencialidade nas deliberações supostamente autônomas ou como poderíamos pensar em um processo de desenvolvimento econômico-social sob a batuta de um controle, de um conjunto de limitações, de forma consciente. Na racionalidade do poder do capital, isso não está na pauta. É esse o aspecto que demarca uma das grandes contradições do sistema, que, no ápice de sua maturidade, intrinsecamente desenvolve as condições objetivas que denotam e demarcam a sua insustentabilidade.

Outra contradição básica do sistema capitalista de controle é que ele não pode separar “avanço” de *destruição*, nem “progresso” de *desperdício* – ainda que as resultantes sejam catastróficas. Quanto mais o sistema destrava os poderes de produtividade, mais libera os poderes de destruição; e quanto mais dilata o volume da produção tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfíxiante. O conceito de *economia* é radicalmente incompatível com a “economia” da produção do capital, que necessariamente causa duplo malefício, primeiro por usar com desperdício voraz os *limitados recursos* do nosso planeta, o que é posteriormente agravado pela *poluição e pelo envenenamento do meio ambiente humano*, decorrentes da produção em massa de lixo e efluentes. (MÉSZÁROS, 2011, p. 73)

Esses aspectos demandam a necessidade cada vez mais eficaz e irremediável de buscar a expansão do modo de produção a qualquer custo, mas, contraditoriamente, trazem consigo uma intransponível limitação histórica, sobretudo a dois aspectos: 1) a forma sócio-histórica do capitalismo e/ou do projeto burguês; e 2) a viabilidade propriamente dita do sistema em geral, que, em sua lógica cruel e expansionista, se apresentou fundamentalmente irracional³²⁷. (MÉSZÁROS, 2011) Nota-se, portanto,

327. O século XX demonstrou esses dois aspectos, levando à necessidade de adoção de algumas possibilidades amenizadoras ou restrições racionais, como o keynesianismo de Estado

que o modo capitalista de produção, objetivamente, não pode se concretizar com todas as suas artimanhas globalmente, tendo em vista a sua forma essencial, que prevalece universalmente, numa lógica e modo econômico de exploração do trabalho, na forma de extração e apropriação de mais-valia. A questão está justamente em que não haverá diálogo harmonioso entre as práticas e relações do sistema, entre a lógica pura do sistema com as contradições que são inerentes e resultantes desses processos.

Ricardo Antunes destaca a pertinência das análises de Mészáros acerca das questões que incidem na crise estrutural do capital, que, atualmente, vem se manifestando cada vez mais.

Sua aguda investigação, debruçando-se ao longo de todo o século XX, o leva a constatar que o sistema de capital, por *não ter limites para a sua expansão*, acaba por converter-se numa processualidade *incontrolável* e profundamente *destrutiva*. Conformados pelo que se denomina, na linhagem de Marx, como *mediações de segunda ordem* – quando tudo passa a ser controlado pela lógica de valorização do capital, sem que se leve em conta os imperativos humano-sociais vitais –, a produção e o consumo supérfluos acabam gerando a corrosão do trabalho, com sua consequente precarização e o desemprego estrutural, além de impulsionar uma destruição da natureza em escala global jamais vista anteriormente. (ANTUNES, 2011, p. 11)

Marx e Engels, em *A ideologia alemã*, ao criticarem o “materialismo contemplativo e inconsequente de Feuerbach”, destacam que há, tendencialmente, por parte do filósofo, uma certa dificuldade em lidar com o mundo sensível, e apontam alternativas com vista à transformação: “Ele não vê que o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada diretamente da eternidade, sempre igual a si mesma, mas antes do produto da indústria e do estado em que se encontra a sociedade [...]”. (MARX; ENGELS, 2002, p. 27) Intrínseca a esses aspectos está a

(Estado de bem-estar social) e até mesmo, como rebento desse movimento histórico, os processos revolucionários que levaram à consolidação do Estado intervencionista soviético, entre outros. Já no século XXI, e presenciando o avanço do sistema capitalista, podemos concluir que essas duas contraposições oriundas do processo histórico tensionaram o sistema capitalista, mas hibridizaram as relações do capital, que continuam avançando. (FRIGOTTO, 2006)

questão do humanismo, a partir do entendimento – marxiano – de que, se o homem é formado pelas circunstâncias, estas, portanto, deverão ser formadas humanamente. José Barata-Moura (1997), ao discutir a relação humanismo-naturalismo, chama atenção para a constitutiva responsabilidade dos humanos na tomada de decisões e nas orientações que embasam a configuração histórica material concreta do seu viver e da sociedade que se formará. As transformações na materialidade e o humanismo de Marx serão resultantes de “uma reivindicação permanente da feitura humana da história como empenhamento teórico e prático da racionalidade”. (BARATA-MOURA, 1997, p. 166) A ação interventora do homem se pautaria numa racionalidade não limitada a um intelectualismo abstrato e com o compromisso correspondente ao tecnicismo e à visão restritiva-unilateral da modernidade³²⁸. No entanto, o ponto de partida para essa questão está no processo de apreensão do movimento do real.

A racionalidade do real, para Marx, não é prescrita, mas inscrita; não é uma pura crença subjectiva inaugural, vocacionada para o desempenho tranquilizante de ulteriores funções «arquitectónicas» (*em especial, nos momentos de maior aperto crítico*), mas um horizonte de materialidade interactuante que desafia o encaminhamento (*humano, prático*) das próprias necessidades que vai formando. (BARATA-MOURA, 1997, p. 167, destaques nossos)

Um conjunto de linhas limítrofes, advindas da forma sócio-histórica do sistema, se apresenta perante o homem na atualidade e coloca em questão pontos centrais a serem observados acerca da existência da humanidade, que está em jogo e, por essa razão, tem sido colocada em pauta e no debate pelo pensamento crítico.

Por exemplo, a questão importante da relação do homem com a natureza (ou como Bruno diz (p. 110), as «antíteses na natureza e na história», como se estas fossem duas «coisas» separadas uma da outra,

328. São questões fundamentais como essas que, ao meu entendimento, demandam a análise acerca da relação imbricada entre soberania alimentar, formação humana e educação política e omnilateral – como veremos no capítulo 4.

como se o homem não tivesse sempre diante de si uma natureza histórica e uma história natural), da qual saíram todas as «obras imperscrutavelmente elevadas»* sobre «substância» e «consciência de si», desfaz-se por si própria com a compreensão de que a celebrada «unidade do homem com a natureza» desde sempre existiu em todas as épocas de formas diferentes, segundo o menor ou maior desenvolvimento da indústria, tal como a «luta» do homem com a natureza, até o desenvolvimento das suas forças produtivas numa base correspondente [...]. (MARX; ENGELS, 2002, p. 28)³²⁹

Nessa mesma perspectiva, há que se notar a interdependência entre a realidade e o humano.

A realidade não é (autêntica) realidade *sem* o homem, assim como não é (somente) realidade do homem. É realidade da natureza como totalidade absoluta, que é independente não só da consciência do homem mas também de sua existência, e é realidade do homem que na natureza e como parte da natureza cria a realidade humano-social, que ultrapassa a natureza e na história define o próprio lugar no universo. *O homem não vive em duas esferas diferentes, não habita, por uma parte do seu ser, na história, e pela outra, na natureza.* Como homem ele está junto e concomitantemente na natureza e na história. *Como ser histórico e, portanto, social, ele humaniza a natureza, mas também a conhece e reconhece como totalidade absoluta, como causa sui suficiente a si mesma, como condição e pressuposto da humanização.* (KOSIK, 1969, p. 228, destaques nossos)

O processo de “hominização” é constituído e constituinte dessa relação entre homem, natureza e forças produtivas. O que se nota é a necessidade histórica, perante o estágio de desenvolvimento do modo de produção. Segundo Mészáros (2011, p. 72), “Essa é a razão pela qual Marx, que insiste que os homens devem modificar ‘*de cima a baixo* as condições de sua existência industrial e política e, conseqüentemente, *todo o seu modo de ser*’ [...]”.

329. O Bruno referido na citação é Bruno Bauer e seu artigo (ver: Feuerbach, 1845), nota oito da obra que consulto, e a frase entre aspas portuguesas com asterisco refere-se a *Faust*, de Goethe (“Prólogo no Céu”).

Aparentemente pode chegar a nos propiciar uma leitura de que tal afirmação chega a ser idealista dada a materialidade em que o processo de reprodução do capital assenta a sua premissa fundamental. No entanto, como bem destaca Marx ao fazer a crítica a Proudhon³³⁰, produzimos sob a égide de determinadas relações de produção e sociais, mas “essas relações sociais determinadas são também produzidas pelos homens [...]” (MARX, 2007, p. 100), da mesma maneira que os produtos são frutos de nosso trabalho. É nesse sentido que se tem a estreita ligação entre as relações sociais e as forças produtivas, em que a transformação se dá no processo dialético imbricado: com a aquisição de “novas forças produtivas, os homens mudam seu modo de produção e, mudando o seu modo de produção, a maneira de reproduzir a vida, mudam todas as suas relações sociais”. (MARX, 2007, p. 100)

Esse movimento contínuo de desenvolvimento das forças produtivas, que incide na destruição de relações sociais – que, ora transformadas, ganham novas qualidades –, forma necessariamente novas ideias, que podem embasar o processo de afirmação ou de negação da lógica dominante, e é nesse sentido que podemos concordar com o entendimento de que “as transformações qualitativas da sociedade são, assim, preparadas por lentos processos quantitativos”. (POLITZER, 2002, p. 64) Dado o estágio e o sentido de desenvolvimento, vemos que as intervenções qualitativas, que podem ser tomadas como “construtivas” – na lógica intrasistêmica –, são, *a priori*, destrutivas.

E, no entanto, quando a própria existência da humanidade está em jogo, como de fato está a essa altura de uma crise sem precedentes na história humana, o único programa realmente praticável – em agudo contraste com a praticabilidade contraproducente de medidas manipuladoras que apenas agravam a crise – é o programa marxiano de reestruturação radical, “*de cima para baixo*”, da totalidade das instituições sociais, das condições industriais, políticas e ideológicas da existência atual, de “toda a maneira de ser” de homens reprimidos pelas condições alienadas e reificadas da sociedade de mercado. Excetuada a realização de tal “impraticabilidade” não há saída para a crise cada vez mais profunda da existência humana. (MÉSZÁROS, 2011, p. 72)

330. Crítica desenvolvida na obra *A miséria da filosofia*. Ver: Marx, 2007.

O pensamento crítico tem apontado a demanda pela necessária transformação da realidade com vista a negar o processo de reprodução do capital, bem como algumas alternativas. No entanto, nessa base real, que demanda é realmente praticável? É esse o aspecto fundamental que se tem buscado, a partir das análises, na tentativa de transformar em contramedidas e no instrumento de negação e superação de mediações de segunda ordem. Estrategicamente, o pensamento burguês tenta desqualificar a perspectiva marxiana, afirmando que a composição dessas elaborações está calcada em um determinismo econômico. É nesse sentido que Mészáros (2011, p. 72) destaca, mostrando que é exatamente o contrário, que “[...] o programa marxiano é formulado exatamente como a *emancipação* da ação humana do poder das implacáveis determinações econômicas”. As relações concretas e os fatos sociais não devem ser tomados como dados e imutáveis.

Quando Marx demonstrou que a força bruta do determinismo econômico, desencadeada pelas desumanizadoras necessidades da produção do capital, impera sobre todos os aspectos da vida humana, demonstrando ao mesmo tempo o caráter inerentemente *histórico* – ou seja, necessariamente *transitório* – do modo de reprodução predominante, ele tocou a ferida da ideologia burguesa: o vazio de sua crença metafísica na “lei natural” da permanência das relações de produção vigentes. E, ao revelar as contradições inerentes a esse modo de reprodução, ele demonstrou a necessária *ruptura* de seu determinismo econômico objetivo. Tal ruptura, todavia, teve de se consumir pela expansão aos limites extremos, submetendo absolutamente tudo – incluindo a suposta autonomia do poder de deliberação política – ao seu próprio mecanismo de controle estrito. (MÉSZÁROS, 2011, p. 73)

Esses aspectos incidem nas relações que demarcam a natureza da produção no Campo e embasam várias possibilidades para a elaboração de um projeto societário tendo no horizonte a realização da transformação, não só das condições materiais, mas também de um conjunto de outras dimensões necessárias para o processo de humanização. É por essa razão que vale a pena retomar a contribuição marxiana acerca da relação historicamente primária do homem com a natureza – uma relação da

natureza consigo mesma; e, nessa totalidade, o humano como uma parte específica da natureza (MÉSZÁROS, 2006) –, que, em sentido estrito, só teria sentido se fosse o fundamento do processo de *hominização*, tendo em vista que é partindo dessa questão que vemos, a cada processo histórico, essa relação ser ressignificada³³¹.

Na indústria, na técnica, na ciência e na cultura, a natureza existe para o homem como natureza *humanizada*, mas isto não significa que a natureza em geral seja uma “categoria social”. *O conhecimento da natureza e o domínio da natureza são socialmente condicionados, e neste sentido a natureza é uma categoria social que varia historicamente*, mas a absoluta existência da natureza não é condicionada por coisa alguma e por ninguém. (KOSIK, 1969, p. 229, destques nossos)

E é esse o ponto fundamental, haja vista que, dentro do sistema capitalista, essa relação passa a ser mais de dominação – correspondendo a interesses privados –, e não de coevolução histórica na natureza³³². Na década de trinta do século XX, Sir Albert Howard já previa as consequências negativas inquestionáveis desse processo, que compõem a ordem do dia, bem como colocava em questão as alternativas para a sustentabilidade apresentadas pelo próprio sistema. Em sua leitura sobre a base material do Império Britânico, antecipa questões fundamentais que vêm ocorrendo na produção agrícola sob a racionalidade do agronegócio.

O lento envenenamento do solo pelos adubos artificiais é uma das maiores calamidades que tem sido infligidas à agricultura e à humanidade [...].

A inundação do mercado britânico com alimentos baratos, produzidos em qualquer local e sob qualquer condição fez que os agricultores desse país jogassem para os ares a velha prática da agricultura mista (lavoura e criação, N.R.), para salvá-los da falência via redução dos custos da produção. Mas essa solução temporária foi seguida da

331. Segundo Mézáros (2006, p. 116), “Mesmo em relação à própria natureza, sem uma referência histórica concreta nada pode ser afirmado além de que ela é idêntica a si mesma, ao passo que a afirmação da relação parte-todo (o homem como parte específica da totalidade da natureza) exige uma concepção inerentemente histórica”.

332. Fundamenta a nossa discussão e perspectiva acerca da formação humana no último capítulo e embasa e reforça nosso argumento da agroecologia como uma “mediação objetiva-prática”.

perda da fertilidade dos solos. A mãe natureza demonstrou a sua desaprovção através do aumento, sem precedentes, das pragas e das doenças vegetais e por fim humanas. As máquinas pulverizadoras foram chamadas para proteger as plantas; as vacinas e os soros para proteger os animais. Em última instância sacrifica-se e queima-se os animais doentes. Esta política está falhando a olhos vistos. A população alimentada com produtos desequilibrados deve ser assistida por um dispendioso sistema de consultas médicas em hospitais e casas de recuperação. (HOWARD, 2007, p. 322)

Na obra *O capital*, mesmo em um contexto em que as forças produtivas ainda não estavam totalmente desenvolvidas, como estão atualmente, sobretudo pelo desenvolvimento da ciência e tecnologia, Marx já demarcava alguns aspectos relacionados à questão ambiental. De acordo com Marx *apud* Guhur (2015, p. 295):

[...] o *metabolismo entre o homem e a terra*, isto é, o retorno dos componentes da terra consumidos pelo homem, sob forma de alimentos e vestuário [...]. E cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade. [...] Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador [...].

Como já verificado, o processo produtivo sob esses princípios, que negam e transgridem o processo e a perspectiva de coevolução, transformou o homem em um ser violento contra a natureza, com um grande poder destrutivo e buscando lucros a qualquer preço, a despeito das consequências que já mencionamos e conhecemos.

A fim de definir o homem como uma parte específica da natureza, é preciso possuir não somente uma concepção histórica ampla da própria natureza, que leve em conta a possibilidade, na verdade a necessidade,

de diferenciação no interior da natureza (uma necessidade dependente da geração de condições incompatíveis com o estado de coisas anterior), mas também um fator particular que necessita de uma *forma peculiar de diferenciação*, que resulta na relação intrínseca entre homem e natureza. (MÉSZÁROS, 2006, p. 116)

Ainda sobre esses fundamentos,

Em suma, deve-se conceber o homem como uma série de relações ativas (um processo), no qual, se a individualidade tem a máxima importância, não é todavia o único elemento a ser considerado. A humanidade que se reflete em cada individualidade é composta de diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza. Mas o segundo e o terceiro elementos não são tão simples quanto poderia parecer. O indivíduo não entra em relação com os outros homens por justaposição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte de organismos, dos mais simples aos mais complexos. Desta forma, o homem não entra em relações com a natureza simplesmente pelo fato de ser ele mesmo natureza, mas ativamente, por meio do trabalho e da técnica. E mais: estas relações não são mecânicas. (GRAMSCI, 1991, p. 39-40)

É sob esses fundamentos que vemos que a proposição subjacente à capacidade mobilizadora e explicativa da ação interventora do campesinato com vista à produção de alimentos determina esses sujeitos sociais como seres sociais ativos, sendo a atividade sensível materializada no objeto dessa intervenção – no caso, a produção de alimentos saudáveis – a prerrogativa de colocar em pauta e de apresentar, de forma praticável, possibilidades para essa relação.

Vários estudos concluem que a produção relativa da agricultura orgânica/agroecológica *versus* a não orgânica é suficiente para suprir o atual consumo médio de calorias por todo o mundo (Pretty; Hine, 2001; Pretty; Morison; Hine, 2003; Badgley *et al.*, 2007). Jules Pretty *et al.* (2006) compararam 286 projetos por 37 milhões de hectares em 57 países do hemisfério sul e descobriram que as técnicas agroecológicas

aumentaram a produtividade dos plantios em uma média de 79% em mais de 12 milhões de propriedades agrícolas, com melhorias nos serviços ambientais. E Catherine Badgley e colegas (2007) examinaram 293 casos em uma base global de dados e concluíram que, em média, a agricultura orgânica no hemisfério norte produz 92% da produção agrícola convencional, mas, no Sul, a agricultura orgânica produz 80% *mais* do que a agricultura convencional. Além, disso constataram que se poderia produzir organicamente alimento suficiente para alimentar o mundo, mesmo sem expandir as terras agriculturáveis, e que as culturas de cobertura com leguminosas poderiam fixar nitrogênio a ponto de substituir as atuais aplicações de fertilizantes sintéticos (cujo uso excessivo prejudica a saúde do solo). (MCMICHAEL, 2016, p. 202)

O campesino, em sua imediaticidade, passa a corresponder, em possibilidade, a uma nova postura frente à existência humana e à natureza, em condições de contribuir na conformação do “corpo inorgânico do homem”. O ser camponês inserido nessa rede de determinações, porém de posse de um conjunto de traços particulares contraditórios à lógica hegemônica – ou pelo menos não alinhados ao substancial na reprodução do lucro, devido às condições objetivas –, no seu devir, passa a ser portador de uma possibilidade de reconstituição prático-social da objetividade e subjetividade humana e, portanto, de negação de um conjunto de práticas destruidoras das condições possíveis de reprodução da vida, além de cultivar potencialidades de uma “autoconstituição” de ser social que pode contribuir para o fortalecimento de condições efetivadoras de mediações de primeira ordem.

A partir da literatura, podemos perceber que há um princípio que é óbvio nesse processo de restauração das condições metabólicas para um caminho de coevolução homem-natureza. Trata-se da percepção de que tanto a preservação quanto a reconstituição das áreas e bases naturais (entendidas como biodiversidade) serão conseguidas com êxito (no longo prazo) quando incorporadas, na ação humana interventora, “economias” que envolvam processos diversificados de produção, tutelados por diretrizes de “segurança”, controle social e participação política. Ou seja, pressupõe a integração da agricultura produtiva com a conservação-reconstituição-conservação da biodiversidade e das bases produtivas

necessárias que potencializem o processo de coevolução. Nesse sentido, a ação interventora do campesinato e o manejo dos recursos naturais sob a perspectiva da agroecologia e da soberania alimentar tornam-se imprescindíveis nesse processo.

Figura 6 – Conservação, reconstituição e potencialização da biodiversidade

RECURSOS NATURAIS – AGROECOLOGIA – SOBERANIA ALIMENTAR		
↑ Preservação ↕ Conservação ↕ Ampliação	Nova e dinâmica ciência	De fertilidade do solo, produtividade agrícola, recursos naturais, diversidade genética, interações ecológicas.
↕ Recuperação ↕		Processo que, além de preservar as bases e fontes da vida, amplia a biodiversidade dos ecossistemas e dos agroecossistemas.
↕ Potencialização ↕		Constitui as bases para processos naturais autorregulatórios e de sustentabilidade e ampliação da biodiversidade. Conduz a processos (incluindo o produtivo) com diversidade e complexas interações naturais entre solo, plantas e animais.

Ver: Altieri (2009; 2012); Gliesman (2001).

Desse modo,

Essa situação somente pode ser modificada a partir de um esforço conjunto da sociedade. O primeiro passo, é convencer a todos do perigo, mostrando o caminho para a resolução do impasse. A conexão existente entre um solo fértil e culturas saudas, animais saudos e por último, mas não menos importante homens saudos, deve ser amplamente divulgada e reconhecida. Todas as organizações e entidades, todas as comunidades que dispuserem de área devem ser encorajadas a produzirem

as suas próprias verduras e frutas, leite e laticínios, cereais e carne para que fique bastante clara a importância dos alimentos produzidos no solo fértil. *Um importante item na educação, tanto em casa, quanto na escola, deve ser o reconhecimento acerca da superioridade quanto ao sabor, aroma, qualidade dos alimentos produzidos com húmus quando comparados com aqueles produzidos por produtos industrializados. [...] Os alimentos deverão ser classificados, comercializados e distribuídos de acordo com a forma como o solo é adubado.* (HOWARD, 2007, p. 322-323, destaques nossos)

O realinhamento da relação do homem com a natureza, por ora enfraquecida e desrespeitosa, tem recebido significativos sinais pelos posicionamentos dos camponeses que compõem alguma frente de luta social. É nesse sentido que se pode concluir que o substancial na efetivação da soberania alimentar está em que, mesmo em condições de subalternização desses sujeitos sociais, há a busca de práticas que revisitam conhecimentos pertinentes à sua ação interventora e agem em sentido contrário à alienação homem-natureza.

Pesquisas demonstram que as pequenas propriedades agrícolas são “amigas das condições climáticas”, tratando o solo com fertilizantes orgânicos que absorvem e sequestram carbono mais eficazmente do que a agricultura industrial, de tal modo que “a conversão de 10 mil fazendas de pequeno e médio porte para a produção orgânica armazenaria carbono no solo em nível equivalente a retirar 1.174 milhões de veículos de circulação” (Altieri, 2011). Para a Soberania Alimentar, a terra é examinada não pelas lentes das mercadorias, mas sim pelas lentes ecológicas, culturais e/ou multifuncionais como a base de uma agricultura agroecológica intensiva em mão de obra e de baixa aplicação de insumos químicos. É sobre esse princípio fundamental que o contramovimento ao regime alimentar se fortaleceu [...] para Soberania Alimentar defendendo que os campesinatos em nível global alimentam o mundo e resfriam o planeta. (MCMICHAEL, 2016, p. 203-204)

Há que se levar em consideração que o entendimento acumulado tem desenvolvido visões ecológicas e de intervenção humana revolucionárias

e de extrema importância para todos, adotando o enfoque que faz uma vinculação estreita entre a transformação social e a transformação da relação humana frente à natureza. O atual estágio de desenvolvimento econômico e industrial adquiriu grande potência de modificar os elementos da natureza, reduzi-los, impedir que se desenvolvam enquanto espécie viva. Essa questão tem sido cara ao campesinato, tendo em vista que, sem a privatização do conhecimento e dos discursos de razoabilidade, esses conhecimentos da dialética da natureza poderiam ser aprimorados por todos, transformando o resultado desse processo em bem público³³³, em saber desinteressado, mesmo nesse contexto, sendo um conhecimento prático, transformador. A continuidade dessas determinações objetivas da reprodução do sistema é que demarca a necessária transformação e o redimensionamento da relação do homem com a natureza, haja vista os problemas para as futuras gerações.

É dentro deste sentido da força do conhecimento crítico que Antonio Gramsci assinalava que, na luta política para o envolvimento das massas populares, era crucial repetir, de forma metódica e de diferentes modos, pequenas verdades para torná-las comuns a todos. Entretanto, sublinhava que a superação de um panorama ideológico – referência à sociedade capitalista – somente poderia ocorrer quando essas massas adquirissem o conhecimento e a consciência que as fazem entender, por si mesmas, a necessidade desta superação. (FRIGOTTO, 2014a, p. 111)

Se levarmos em consideração a formação do ser social sob a égide desse sistema, entendendo que “O ser é uma realidade objetiva, a consciência é o reflexo subjetivo dele” (POLITZER, 2002, p. 137-138), sem

333. Para demonstrar essa questão, evoco uma ideia veiculada pelo professor Antonio Inácio Andrioli ao proferir a aula inaugural, em 1/4/16, de um curso de especialização em Educação do Campo da UFFS (*campus* Laranjeiras do Sul), destacando as diferenças entre o conhecimento popular e o conhecimento que se produz na academia. Além de vários aspectos, anotou que, quando um pesquisador descobre ou elabora algo novo, apreende de conhecimentos que já estão elaborados, mas, por vezes, não sistematizados – sejam instrumentos, tecnologia, conhecimento de modo geral –, e logo visa individualizar, privatizar, patentear, ou até mesmo “esconder”, enquanto, no processo de produção de novos conhecimentos e experiências feito por trabalhadores, como os camponeses, estes fazem questão de “espalhar”, contar, divulgar aos outros e, de modo geral, dar publicidade à novidade e colocá-la à disposição dos demais trabalhadores.

a devida intervenção e controle social, isso contribuirá para o fortalecimento de um conjunto de processos negativos para sociedade devido ao fortalecimento dessas relações sociais e dessa lógica. É esse o contexto que demarca que os resquícios de relações e práticas sociais e econômicas do campesinato se tornam relevantes para corresponder as questões e contradições, demonstrando a historicidade vigorosa do pensamento ecológico e da necessidade de sua aplicação na atualidade.

Em suma, o humano e sua mundaneidade são, pois, constituídos ativamente pelos próprios homens, o que resulta numa sensibilidade histórica e socialmente produzida, bem distante da exterioridade abstrata e sem conteúdo, certeza sensível como produção humana, bem como a sensibilidade de seu produtor. Portanto, o caráter objetivo e objetivamente da atividade humana exige como pressuposto e resulta na posição de uma concretude, diversa de sua face inicial, formatada subjetivamente, pelas forças humanas objetivas de exteriorização e produção. (VAISMAN; ALVES, 2009, p. 14-15)

A espoliação da natureza pela civilização moderna com seus meios de transformação, a ciência moderna instrumental, potencializou o processo de alienação do homem nas suas diferentes formas, nas condições objetivas e, por consequência, nos aspectos espirituais humanos. Por obra do sistema e seu entendimento, transformaram a natureza em simples objeto de manipulação de geração de lucros. Se olharmos para a nossa realidade atual e considerarmos a ação humana cotidiana, há um número reduzido de seres sociais que ainda colocam na sua agenda uma “pitadinha” de respeito e convivência harmoniosa com a terra e com a natureza de modo geral. O espírito de preservação ecológica habita pouquíssimas consciências, e, mesmo assim, as possibilidades de se colocar em prática também são limitadas, haja vista o *modus operandi* da reprodução do capital. Do ponto de vista teórico, vemos que o princípio explicativo da noção marxiana de alienação do trabalho também já denunciava e vinculava a compreensão de que a alienação do homem no mundo produtivo é, fundamentalmente, a alienação do ser humano em relação à natureza, à sua natureza³³⁴.

334. De modo geral, Marx foi criticado por não ter explicitamente tecido algumas reflexões acerca da ecologia, ou seja, não haver tido preocupação ecológica, ou apenas ter dado maior

Partindo da materialidade socioeconômica contemporânea e considerando que a ideologia burguesa – o pensamento socioeconômico atual – não reconhece os fundamentos primordiais da interação entre os seres humanos e o seu meio, tem se reduzido a questão ecológica simplesmente a uma questão de valores morais, para seu entendimento, e a uma questão de lucro em sua manipulação. A compreensão das relações materiais, em evolução e/ou involução devido ao modo de produção, e, a partir dessas relações, do que deve ser negado, afirmado e superado ainda está muito presente apenas nos discursos.

Nesse sentido, as relações metabólicas entre os seres humanos e a natureza ainda não são apreendidas como possibilidades explicativas para a tomada de posição. Esse debate tem avançado de forma mais radical no seio do campesinato, mas, por as condições materiais serem desfavoráveis para a sua aplicação, ainda busca-se a divulgação para a sociedade como um todo, esperando acolhimento, bem como se tem pautado o sentido de um conjunto de políticas que envolvem a produção e a formação humana emancipadora, no entanto, ainda periféricas. De maneira mais radical e partindo da visão materialista – num entendimento de coevolução –, o debate desenvolvido pelo campesinato busca a superação do dualismo presente na moderna consciência ecológica burguesa, que alimenta uma contraposição entre uma espécie de antropocentrismo de um lado e, de outro, um ecocentrismo. A prática e o discurso não se complementam e, fundamentalmente, essa concepção não consegue reconhecer que, em sua unilateralidade substancial e dualismo explicativo, nada mais há além do que ir adiante no processo de alienação da sociedade capitalista.

Esses desdobramentos incidem diretamente, em grande parte, nas análises que buscam tratar dos problemas ambientais na contemporaneidade e se apresentam insuficientes ou equivocadas, por tratarem, por um lado, dos limites da natureza, ou seja, dos recursos naturais, e, por outro, da expansividade da capacidade humana. Ou seja, o ponto nodal da análise estaria em ponderar esses dois polos que, de certa maneira, expressam oposição, e não interação entre homem-natureza. Essa preocupação parece apontar para resoluções insuficientes, tendo em vista que

importância ao desenvolvimento tecnológico, que, a partir das mediações de segunda ordem, se tornou um problema para a natureza. No entanto, nos últimos anos têm aparecido manifestações e estudos que admitem que a capacidade reflexiva e explicativa do materialismo histórico dialético dá conta de várias questões e notáveis ideias concernentes à ecologia.

não leva em consideração a prioridade ontológica da natureza, e busca pautar os princípios e diretrizes explicativas a partir de um estatuto da natureza como um produto da intervenção humana apenas.

A compreensão lapidada por Marx ao destacar que o homem, ao interferir na natureza, modifica-a e, por essa razão, também sofre as influências dessa transformação, que o modificam, ancora a compreensão de que o processo de “evolução” é expressão de unidade do diverso (dos contrários) e não há separação nem antinomia (natureza-natureza/natureza-humano)³³⁵. Haveria, portanto, em outra sociedade, um princípio de equivalência no qual a natureza plenamente desenvolvida equivale ao humanismo e, de igual forma, uma humanidade plenamente desenvolvida equivale ao naturalismo. A constituinte dessa realidade seria a expressão da solução final do conflito entre o homem e a natureza, entre homens, entre a existência e ser, entre o reino da necessidade e o reino da liberdade, entre indivíduo e espécie. (FOSTER, 2000)

Embora a natureza – modificada – seja fruto da intervenção humana, deveria ser pautada no processo de mediações de primeira ordem, e não numa relação de dominação, como vemos estampada na materialidade e nos discursos de sustentabilidade e/ou desenvolvimento sustentável, anunciando que devemos nos preocupar com os limites da natureza e dos bens naturais, o que demonstra que há o estranhamento do ser social que interfere na natureza. A moderna consciência ecológica burguesa tem como consequência a tendência de girar interminavelmente em círculos, de forma tal que as análises e as práticas terminam no mesmo ponto em que se iniciaram, sem portarem melhores condições ao final do que na partida e, sobretudo, com muitos limites ao/para se ocuparem com os problemas reais do meio ambiente e da sociedade. (FOSTER, 2000)

Há muitas lacunas nas teorias sociais acerca desse entendimento. Por mais que se tenha uma preocupação na contemporaneidade acerca dos

335. “Para fugir da antinomia homem e natureza, instituída pela metafísica, Marx, em vários de seus textos, utiliza um interessante jogo dialético entre os termos *essência humana da natureza* e *essência natural do homem*, um jogo no qual cada termo cede ao outro seu valor semântico, assinalando, com isto, a impossibilidade de se demarcar uma fronteira nítida entre os dois polos desta relação. [...] Marx tenta captar a relação homem-natureza através de uma linguagem dialética que incorpora a essência de uma categoria como predicado da substância da outra”. (ROLO, 2015, p. 152) Como notamos, sob o modo de produção capitalista, a negação dessa perspectiva se dá pela materialização das mediações de segunda ordem.

problemas ambientais gerais, não nos parece dar com suficiência as condições explicativas que abarquem uma concepção materialista, histórica e dialética. As questões fundantes que abarcam as proposições de desenvolvimento e de produção do campesinato demonstram as virtudes pela sua capacidade de crítica e por derivarem de um implícito realismo e das defesas de se realocar, no devido lugar, a prioridade ontológica e material desse mundo natural, acolhendo o legítimo entendimento de dependência humana, em última instância, da natureza.

No entanto, os grandes problemas, que são consequências da lógica de desenvolvimento, também podem ser utilizados pelo sistema para ampliar o domínio e a exploração das pessoas. E, alinhado a essas questões, como bem destaca Mészáros (2011, p. 51), como há o problema objetivo, da relação entre “capitalismo e destruição ecológica”, que afeta diretamente as relações sociais e o modelo da civilização, o intenso discurso que mascara os problemas reais sobe ao palanque para afirmar modelos e desqualificar alternativas.

“O Deus que falhou”, na imagem da onipotência tecnológica, é agora recomposto e novamente apresentado sob o disfarce do “interesse ecológico” universal. Há dez anos a ecologia podia ser tranquilamente ignorada ou desqualificada como totalmente irrelevante. Agora, ela é obrigada a ser grotescamente desfigurada ou desqualificada de forma unilateral para que as pessoas – impressionadas o bastante com o tom cataclísmico dos sermões ecológicos – possam ser, com sucesso, desviadas dos candentes problemas sociais e políticos.

[...] Em termos claros, poderia até pôr em perigo a relação social de forças predominante. Da mesma forma, as pessoas deveriam esquecer tudo sobre cifras astronômicas despendidas em armamentos e aceitar cortes consideráveis em seu padrão de vida, de modo a viabilizar os custos da “recuperação do meio ambiente”: isto é, em palavras simples, os custos necessários à manutenção do atual sistema de expansão da produção de supérfluos. Para não mencionar a vantagem adicional que constitui o fato de se compelir a população em geral a custear, sob o pretexto da “sobrevivência da espécie humana”, a sobrevivência de um sistema socioeconômico que se defronta agora com deficiências derivadas da crescente competição internacional e de mudança crescente

na sua própria estrutura de produção, em favor dos setores parasitários. (MÉSZÁROS, 2011, p. 51-52)

O que Mézáros demonstra é que a forma com que o capitalismo trata essa questão corresponde à sua natureza e ao receituário mistificador do que está subjacente ao motor do desenvolvimento sistêmico. Não poderíamos esperar outra maneira de o capital tratar a ecologia. Demonstra apenas que o que ganha força são as falsas resoluções³³⁶ – que visam envolver a todos – para os problemas concretos que afetam objetivamente a toda a sociedade. A denúncia que o campesinato vem fazendo é que, no modelo de desenvolvimento implementado pelo capital, tem sido muito forte a manipulação da questão ecológica para beneficiar a reprodução do sistema.

É por essa razão que o ato que inaugurou a relação primordial do homem com a natureza, que foi o provimento do alimento, não é colocado como fundamental nos dias atuais ao considerarmos objetivamente o funcionamento do sistema “nervoso” central do modo de produção. O aproveitamento da questão ecológica nas alternativas de reprodução sistêmicas e em benefício da razão funcional do Estado industrial moderno não significa que não tenha havido contrapontos ou que possamos ignorá-los, ou seja, “O problema é suficientemente concreto, independentemente do uso que dele se faça nos dias atuais”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 52)

O modelo capitalista exige um afastamento do homem em relação à natureza, dá-lhe o *status* de superioridade na relação, para poder dominar e transformar a partir dos seletos objetivos colocados pelo sistema. Esse processo de alienação tem bloqueado o autêntico desenvolvimento de conhecimento e de práticas sensatas embasadas sobre o prisma, por exemplo, da (agro)ecologia. Da mesma forma, a crítica com base nessa relação dual apreende as relações, desenvolvendo algumas propostas e práticas pautadas no dilema, a ser superado, dessa oposição da humanidade contra a natureza. É nesse sentido que todas as ações e as explicações estão calcadas no pressuposto da “dominação da natureza”, faltando possibilidades explicativas e de ação que, de fato, expressem uma maneira completa, dialética e interessada na constituição de uma índole da interação, e não apenas da dominação.

336. Mais elementos críticos sobre isso serão trabalhados nas análises acerca da agroecologia no capítulo 4, fundamentalmente no item “Agroecologia: princípios, fundamentos e a sua relação com a soberania alimentar”.

Objetivamente, o problema da ecologia já se apresentou à humanidade há bastante tempo. No entanto, como vimos, pelas razões e necessidades de crescimento capitalista, pouco valor se deu a essa questão e investiu-se bastante no processo de mascaramento. A possibilidade da constituição de uma índole da interação homem-natureza foi atropelada no formato pelo qual o processo de desenvolvimento foi ocorrendo. Nesse sentido, a crítica desenvolvida por Marx e Engels (1845; 1846) trouxe a questão da ecologia e da interação apontando para o fundamento das dimensões que deveriam pautar o significado socioeconômico do processo de relação e intervenção do homem na natureza. Ao elaborarem a crítica a Feuerbach acerca de sua concepção idealista da história, Marx e Engels, em *A ideologia alemã*, destacam:

Feuerbach, portanto, nunca fala do mundo do homem nestes casos, refugia-se sempre na natureza exterior, e, para mais, na *natureza* que ainda não foi dominada pelos homens. Mas cada nova invenção, cada avanço da indústria, separa outro pedaço deste domínio, pelo que diminui continuamente a área que produz os exemplos ilustrativos das proposições de Feuerbach. A «essência» do peixe é seu «ser», a água – para nos ficarmos para esta proposição. A «essência» do peixe de água doce é a água de um rio. Mas esta deixa de ser a «essência» do peixe, e já não é um meio adequado de existência, assim que a sua água é conduzida para canais onde bastam os esgotos para privar o peixe de seu meio de existência. (MARX; ENGELS, 2002, p. 55)

O apontamento demonstra que Marx e Engels contemplavam, em sua compreensão, a necessária relação das condições materiais e de reprodução da existência humana com a história natural, definindo, portanto, uma concepção materialista da natureza, que, já naquele momento histórico, apontava a “necessidade de um materialismo ecológico ou a uma concepção dialética da história natural”. (FOSTER, 2000, p. 43, tradução livre)

Mészáros contribui também com esses aspectos ao referir-se a Marx e ao discutir a pertinência e a necessidade do controle social frente aos riscos colocados para a nossa existência biológica:

Torna-se desnecessário acrescentar que ele rejeitava categoricamente a alegação de que tais formas de desenvolvimento eram inevitavelmente inerentes à “essência humana” e que, conseqüentemente, o problema consistia em saber como poderíamos nos *adaptar* a essas formas no cotidiano. *Marx compreendeu perfeitamente, já naquela altura, que uma reestruturação radical do modo predominante de intercâmbio e controle humano é o pré-requisito necessário para um controle efetivo das forças da natureza, que são postas em movimento de forma cega e fatalmente autodestrutiva sobretudo em virtude do modo predominante, alienado e reificado de intercâmbio e controle humanos.* Causa, portanto, pouca surpresa o fato de o diagnóstico profético de Marx ser considerado pelos atuais apologistas do sistema de controle estabelecido nada mais do que um “anacronismo paroquial”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 53, destaques nossos)

Ao consideramos a perspectiva de análise desenvolvida por Marx em sua totalidade, trazendo para o debate a questão da ecologia, vemos que nos permite transcender as proposições idealistas, dualistas, espiritualistas e, também, o arcabouço explicativo do desenvolvimento sustentável (sistêmico) que vem sendo muito utilizado nos dias atuais, porque o ponto de partida ontológico é diferente.

O ponto de partida ontológico de Marx é o de que o homem é uma parte específica da natureza e, portanto, não pode ser identificado com alguma coisa abstratamente espiritual. “Um *ser* se considera primeiramente como independente tão logo que se sustenta sobre seus próprios pés, e só se sustenta primeiramente sobre os próprios pés tão logo deva a sua *existência* a si mesmo” – escreve Marx. A questão ontológica da existência e sua origem é uma questão tradicional tanto da teologia como da filosofia. O quadro no qual Marx a levanta – a definição do homem como uma parte específica da natureza, como “o ser-por-si-mesmo da natureza” – transforma radicalmente essa questão. (MÉSZÁROS, 2006, p. 150)

Ou seja, a resolução da questão está na compreensão prática e na organização de lutas classistas do proletariado no Campo e na cidade.

Incide aí a crítica mais profunda que recoloca o entendimento e as potencialidades práticas na histórica alienação da humanidade em relação à natureza. O alcance teórico desenvolvido por Marx coloca subentendida a problemática da ecologia – e, nesse sentido, o redimensionamento de todos os aspectos que circundam e compõem desde a produção ao consumo do alimento – por compreender profundamente e de maneira sistemática o processo de revolução científica – mais especificamente entre os séculos XVII e XIX – de mãos dadas a uma profunda compreensão filosófica da concepção materialista da natureza.

A vida da espécie, para o homem assim como para os animais, encontra sua base física no fato de o homem (como os animais) viver da natureza inorgânica, e como o homem é mais universal que um animal, assim também o âmbito da natureza inorgânica de que ele vive é mais universal. Vegetais, animais, minerais, ar, luz, etc., constituem, sob o ponto de vista teórico, uma parte da consciência humana como objetos da ciência natural e da arte; eles são a natureza inorgânica espiritual do homem, seu meio intelectual de vida, que ele deve primeiramente preparar para seu prazer e perpetuação. Assim também, sob o ponto de vista prático, eles formam parte da vida e atividade humanas. Na prática, o homem vive apenas desses produtos naturais, sob a forma de alimento, aquecimento, roupa, abrigo, etc. A universalidade do homem aparece, na prática, na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo: 1) como meio direto de vida, e igualmente, 2) como o objeto material e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o corpo inorgânico do homem; quer isso dizer a natureza excluindo o próprio corpo humano. Dizer que o homem vive da natureza significa que a natureza é o corpo dele, com o qual deve se manter em contínuo intercâmbio a fim de não morrer. A afirmação de que a vida física e mental do homem e a natureza são interdependentes, simplesmente significa ser a natureza interdependente consigo mesma, pois o homem é parte dela. (MARX, 2007, *s/p*)

Marx, desde os seus primeiros estudos, como nos *Manuscritos econômicos e filosóficos*, de 1844, ao analisar a alienação do homem em relação à natureza, traz implicitamente, de forma sensível, a questão da

ecologia. Em um olhar de totalidade, vemos que Marx entendia a estreita relação com a natureza, e em que medida essa relação entrava na história e na natureza da humanidade de modo geral, através da produção resultante dessa relação. É esse o sentido de sua expressão “corpo inorgânico do homem”, que alcança, do ponto de vista explicativo, que não são as coisas dadas pela natureza simplesmente, mas as dimensões “concreta e material” dadas pela estrutura historicamente objetivada da atividade produtiva, “na forma de seus produtos, dos bens materiais às obras de arte”. (MÉSZÁROS, 2006, p. 80) No entanto, em um processo produtivo em que reina o trabalho alienado, esse “corpo inorgânico do homem” lhe aparece estranhado, meramente externo e, como vemos, transformado em mercadoria.

Se levarmos em consideração a produção de alimentos e as dimensões que envolvem a soberania alimentar, vemos que é necessário colocar o debate com vista a um redimensionamento da relação homem-natureza. Como bem demonstrou Marx, a partir da forma organizacional do sistema capitalista tudo é “reificado” e as relações ontológicas fundamentais são renegadas. Uma vez que seu corpo inorgânico – a natureza já transformada a partir do trabalho – tem sido constituído a partir de uma relação alienada, a existência humana é confrontada com objetos transformados em mercadorias, impedindo a consciência da espécie, de sua condição de um ser genérico que, ao produzir, se autoproduz. Considerando esses aspectos, vemos que não será possível a implementação integral da soberania alimentar sem fazer esses ajustes e transformações causais.

Os princípios – políticos, econômicos, humanos, ecológicos, sociais, de saúde – da soberania alimentar não se realizarão de maneira integral sem mudanças radicais nas relações de produção e nas formas de produção do Campo.

A atividade produtiva na forma dominada pelo isolamento capitalista – em que “os homens produzem como átomos dispersos sem consciência de sua espécie” – não pode realizar adequadamente a função de *mediação* entre o homem e a natureza, porque “reifica” o homem e as suas relações e o reduz ao estado da natureza animal. (MÉSZÁROS, 2006, p. 80)

No entanto, é pertinente destacar que o ponto de partida da reflexão acerca de qual alimento a humanidade buscará consumir pode encontrar amparo na busca de alternativas e nas possibilidades já construídas pelos movimentos sociais campestinos, que, por vezes, não são compreendidos, e, por essa razão, acabam sendo vistos como proponentes de ações que não darão conta e/ou que buscam o retorno ao passado no exercício de relações e formas de produção primitivas. É nesse sentido que devemos considerar o apontamento dado por Marx de que o “corpo inorgânico do homem”, “a natureza trabalhada”, é resultante da estrutura e materialização de uma fase histórica, mas passível de transformação e, assim sendo, a mudança substancial deve também considerar essa questão. Assim, considerando esses aspectos limitantes, mas também as potencialidades, Mészáros apresenta-nos uma discussão que parece dar conta desse entendimento e dessa intencionalidade.

Assim, o protesto de Marx contra a alienação, a privatização e a reificação não o envolve nas contradições da idealização de algum tipo de “estado natural”. Não há vestígio de uma nostalgia romântica ou sentimental da natureza em sua concepção. Seu programa, nas referências críticas aos “apetites artificiais” etc., não advoga um retorno à “natureza”, à uma série “natural” de necessidades primitivas, ou “simples”, mas a “*plena realização da natureza do homem*”, por intermédio de uma atividade humana adequadamente *automediadora*. “A natureza do homem” (o seu “ser genérico”) significa precisamente uma *distinção* com relação à natureza em geral. A relação do homem com a natureza é “automediadora” num duplo sentido. Primeiro, porque é a natureza que se media consigo mesma no homem. E em segundo lugar, porque a própria atividade mediadora é apenas um atributo do homem, localizado numa parte específica da natureza. Assim, na atividade produtiva, sob o primeiro de seus aspectos ontológicos duais, a *natureza medeia a si mesma com a natureza*; e, sob o segundo aspecto ontológico – em virtude de que a atividade produtiva é inerentemente atividade social –, o *homem medeia a si mesmo com o homem*. (MÉSZÁROS, 2006, p. 81)

Sem sombra de dúvida, as mediações de segunda ordem já institucionalizadas na forma-conteúdo do modo de produção capitalista, nos pilares de sua sustentação e reprodução, no caso, a propriedade privada, o intercâmbio/circulação, a divisão do trabalho, já dominam também a forma e o conteúdo da relação mediata da atividade produtiva que envolve o Campo – e, no caso, a produção do alimento –, pois desnaturalizaram a “lei natural” e naturalizaram a “lei de funcionamento”, que corresponde às exigências do mercado e da produção de mercadorias³³⁷. É nessa condição que a “matéria morta”, expressa na forma de dinheiro (e do alimento), põe-se determinante e domina as necessidades humanas e o próprio tipo de desenvolvimento que tem, tanto na sua base empírica quanto no discurso vinculado, o movimento alienado correspondente à propriedade privada e/ou à economia *stricto sensu*. Esse processo trouxe ao seio do campesinato as imposições objetivas³³⁸ que possibilitam apenas a sua reprodução, como nos aponta Mészáros (2006), como indivíduo isolado e coisificado, materializando a condição de apêndice desse sistema de “determinações econômicas”.

São esses determinantes que anunciam e denunciam que a atividade humana não conduz à realização humana, ao processo de humanização ou hominização, porque a identidade das mediações está em segunda ordem, afastada do sentido ontológico e se interpõe “entre o homem e sua atividade, entre o homem e a natureza, e entre homem e o homem”.

337. Ao discutir a relação entre soberania energética e soberania alimentar, uma só luta na era da agroenergia, Moreno (2007, p. 8-9) chama atenção para que “Pensemos apenas no fluxo de caminhões nas estradas brasileiras que levam a soja até os portos de embarque... e dos laticínios de Minas Gerais levados até o Rio Grande do Sul, entre outros. Teóricos do Sistema Agroalimentar já criaram inclusive um conceito econômico ‘*food miles*’ (milhas dos alimentos) para calcular quanta energia é gasta para transportar por avião, por exemplo, frutas e hortaliças de vários lugares do mundo para suprir os mercados do Norte, em relação à energia alimentar (quilos/calorias) que estes mesmos produtos fornecem. Mas este conceito de ‘milhas dos alimentos’ também se aplica para entender como estão sendo completamente desestruturados os mercados e as redes de abastecimento locais, para a imposição do controle por grandes cadeias que manejam a produção e a circulação global de alimentos”.

338. Já foi mencionado anteriormente, mas esse fenômeno tem ocorrido fundamentalmente entre os camponeses que obtiveram um grau de inserção no sistema, no caso do Brasil, por exemplo, os denominados agricultores familiares. Da mesma maneira que, na lógica concorrencial das grandes empresas, esses agricultores competem entre si, no sentido objetivo (sobre tudo no conteúdo de sua produção, pela aquisição de produtos da indústria e instrumentos de trabalho) e subjetivo (a partir do cultivo de valores individualistas e enfraquecimento de laços comunitários e solidários).

(MÉSZÁROS, 2006, p. 81) A relação entre os humanos é inerente e implícita à relação homem-natureza, fundamentada em interposições fruto das mediações de segunda ordem na ação interventora do homem³³⁹ subalternizada a essas mediações. Desse modo, a ação primeira, ou a inter-relação do humano com a natureza, é transformada em relações que materializam as necessidades de reprodução do capital e a efetivação do trabalho assalariado – relação entre trabalho assalariado e capital. Relativo ao trabalhador individual, este busca as condições objetivas para a reprodução de sua capacidade física apenas. As outras dimensões humanas e sociais ficam definitivamente afastadas. Ou melhor, não existe conexão causal e direta com as outras dimensões, sob essas condições de atividade produtiva. As potencialidades humanas são castradas e direcionadas para a sua negação enquanto ser social completo e de liberdade. Desse modo, devido à forma adquirida dessa relação, “[...] os meios se tornam os fins últimos, enquanto os fins humanos são transformados em simples meios subordinados aos fins reificados desse sistema institucionalizado de mediações de segunda ordem”. (MÉSZÁROS, 2006, p. 82)

Os debates no seio do campesinato atuante através da luta social, com suas diferentes bandeiras, têm denunciado esse processo de estranhamento em relação à natureza e a lógica a que está submetido o trabalho no Campo. Mesmo no terreno da particularidade, essas questões e problemáticas estão presentes em diversos espaços – na luta social, na academia, na concepção e execução das políticas públicas etc. – e apontam a necessidade histórica do redimensionamento da ação interventora do homem. O conteúdo material e histórico desse debate aponta que as possibilidades de negação da alienação do homem frente à natureza e da sua atividade produtiva se apresentam inseparáveis da radical negação das mediações capitalistas de segunda ordem. A constituição da totalidade abriga as contradições e, de certa forma, tem se expressado de maneira significativa ao campesinato em recolocar a centralidade no Campo, mas

339. “[...] se a automediação do homem for ainda mediada pela forma capitalisticamente institucionalizada de atividade produtiva, então a natureza não pode mediar a si mesma com a natureza e o homem não pode mediar a si mesmo com o homem. Ao contrário, o homem é confrontado pela natureza de uma maneira hostil, sob o império de uma ‘lei natural’ que domina cegamente por meio do mecanismo do mercado (*intercâmbio*) e, de outro lado, o homem é confrontado pelo homem de uma maneira hostil, no antagonismo entre *capital e trabalho*”. (MÉSZÁROS, 2006, p. 81-82)

de maneira ressignificada, ecoando o entendimento de que devemos centralizar um conjunto de ações na agricultura,

porque é daí que sai a vida, sai o alimento, sai a energia. Não se pode falar em nada sem falar de agricultura antes. Ela está na base da economia, pelo alimento e, evidentemente, pela atividade energética por excelência. É a biomassa [...]. (VIDAL, 1997³⁴⁰)

340. Entrevista à *Revista Caros Amigos* em dezembro de 1997. Trecho retirado da quarta capa de *ICPJ: A agricultura camponesa e as energias renováveis: um guia técnico*, Instituto Cultural Padre Josimo, 2008.

3. ESTADO E POLÍTICA PÚBLICA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR

Não cabe no escopo deste capítulo fazer uma retomada detalhada das fases históricas do desenvolvimento do modo de produção do capital e das formas predominantes do Estado e seu papel nessas diferentes fases. Como já destacado, a realidade (concreta) é saturada de determinações (MARX, 1977), portanto, dinâmica.

E, nesse sentido, em relação à concepção de Estado, adotam-se, pois, as elaborações desenvolvidas pelos autores da tradição marxista; além do próprio Marx (1977; 2002; 2008), utilizo as contribuições e análises de Engels (2012; 2002), Lênin (2010), Gramsci (2004), Poulantzas (2000), O'Donnell (1981), Politzer (2002), Mészáros (2015), entre outros. Além disso, tomo também as interpretações de Montaño e Duriguetto (2011), Coutinho (2011), Frigotto (2006). Em relação ao Estado brasileiro, consideramos as contribuições principalmente de Faoro (1987; 1992), Comparato (2003), Fernandes (2008c), Oliveira (1988; 2003) e outros, bem como algumas pertinentes interpretações desses autores.

A inserção dessas análises nesta obra busca lapidar as percepções acerca dos limites das políticas de segurança alimentar e nutricional e de soberania alimentar. Por um lado, desvenda as condições das contradições que permeiam a questão agrária e a natureza das políticas de desenvolvimento para o Campo e, por outro, revela as condições e relações de forças, prescritas e presentes na racionalidade estatal, que imperam na forma como o campesinato é tratado e, por consequência, tem seus potenciais limitados e, por vezes, amputados. Contudo, dadas as relações de forças no interior desse processo, a presente análise também permite a apreensão dos limites e das potencialidades que poderão motivar o processo de luta e de transformação social.

3.1 CONCEPÇÃO DE ESTADO: ELEMENTOS FUNDAMENTAIS

Diferentemente de Hegel, que afirmava que o Estado era o elemento fundante da sociedade civil³⁴¹ e da família, Marx e Engels chegam à conclusão de que o conjunto das relações econômicas, com suas contradições, é que materializa a “forma” do Estado, sendo essas relações os aspectos fundantes de sua anatomia³⁴². Essa base real/material é que dá a identidade de sua natureza, seu arcabouço jurídico, sua lógica de funcionamento, afetando e sendo afetada pelas contradições materiais e sociais em sua infraestrutura. É “[...] na sociedade civil que se fundamenta a natureza estatal, e não o contrário, como supunha Hegel. Ou seja, o Estado é um produto da sociedade civil, expressa suas contradições e as perpetua [...]”. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 35) Desse modo, o Estado é um produto, uma consequência oriunda dos determinantes objetivos da base real, ou seja, é uma racionalidade constituída e constituinte de que uma determinada sociedade se vale para se organizar como tal. Sob autógrafo *ipsis verbis* de Marx, vemos:

341. Para Hegel, a sociedade civil é a esfera dos interesses particularistas – calcados nas bases das relações econômicas –, e o universal – a esfera da universalização – independente e com racionalidade própria seria o Estado. Esse entendimento é o ponto de partida para as análises de Marx na tentativa de compreender a natureza do Estado moderno e a sua relação com a sociedade civil. Destaca ele que “[...] para Hegel o *sujeito* é o Estado e o *predicado* é a sociedade civil” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 35). Porém, demonstra que isso acontece de forma inversa. Marx, portanto, define a sociedade civil – em seu tempo – enquanto sociedade burguesa, como a esfera na qual ocorrem os processos de produção e reprodução da vida material. É nesse sentido que Marx e Engels (2002, p. 42-43) destacam que “A forma de intercâmbio condicionada em todos os estádios históricos até nossos dias pelas forças de produção existentes, e que por seu turno as condiciona, é a *sociedade civil* [...]. Já por aqui se revela que esta sociedade civil é o verdadeiro lar e teatro de toda a História, e que é absurda a concepção da História até hoje defendida que despreza as relações reais ao confinar-se às ações altissonantes de chefes e de Estados”. Considerando isso, para Marx e Engels (2002), a sociedade civil abrange e expressa o intercâmbio material dos indivíduos, ou seja, estrutura econômica e sociedade civil são a mesma coisa.

342. Verifica-se que as – diferentes – formas que o Estado assume são correspondentes, em primeira instância, como destaca Frigotto (2006, p. 102, nota de rodapé nº 27) às “formas que a organicidade do capital constitui, embora não sem contradições, para o movimento de sua autovalorização”. Marx e Engels, em *A ideologia alemã* (2002, p. 101), destacam que “Pela emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular a par, e fora, da sociedade civil; mas ele nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão, tanto externa como internamente, para garantia mútua da sua propriedade e dos interesses”.

Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas, assim como as formas de Estado, não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela evolução geral do espírito humano, inserindo-se, pelo contrário, nas condições materiais de existência. [...] na produção social de sua existência os homens estabelecem relações, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual geral. (MARX, 1977, p. 24)

Nesse sentido, conforme Engels (2012), o Estado em si, ou o regime de funcionamento político, é o elemento subordinado, e as relações econômicas compõem o elemento fundante e dominante. A base real econômica e as condições materiais existentes em uma determinada sociedade, tais como o modo como os bens materiais são produzidos, distribuídos e consumidos, e as relações sociais estabelecidas para isso, são, portanto, a base da estrutura social e, logo, da consciência humana. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011)

Para Engels, o Estado se torna necessário a partir de determinado nível de desenvolvimento econômico e da divisão da sociedade em classes sociais, e, portanto, o Estado é consequência e expressão dessa divisão. Ou seja, ele começa a surgir concomitantemente ao surgimento das classes e ao processo de saturação dessa contradição principal.

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro; tampouco é “realidade de ideia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes

não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 2012, p. 213)

Considerando as discussões de Marx e Engels, o Estado não expressa uma universalização dos interesses da sociedade. Ao contrário, ao emergir das relações de produção, passa a expressar os interesses em jogo, inerentes às relações sociais de produção. Desse modo, no modo de produção do capital, fica fácil concluir que a burguesia, ao controlar os meios de produção e possuir as condições objetivas para controlar a força de trabalho (o trabalho) no processo de produção, se torna a classe dominante e estende o seu poder na configuração do Estado, tornando-o seu instrumento de dominação e expressão dos seus interesses, através de suas funções, instituições, normas e leis.

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a representação e exploração da classe oprimida. (ENGELS, 2012, p. 215-216)

Para Engels, portanto, o Estado é um “ente” que nasce por uma necessidade histórica, que é controlar, administrar, refrear o antagonismo dos interesses irreconciliáveis inerentes às classes sociais. É um rebento do seio do conflito dessas classes. Além disso, esse entendimento expressa o tensionamento que continua ocorrendo entre a sociedade civil e o próprio Estado, que, de certa forma, foi criado para corresponder à necessidade de se evitar a autodestruição da primeira. Porém, como aponta Miranda (2011, p. 23), “a criadora passa a ser regida pela criatura, justamente pelo sistema de segurança – o Estado – que criou para proteger de si mesma”.

Há, nesse sentido, uma necessária ligação entre as instâncias econômica e política no interior das funções do Estado. Essas instâncias não são lineares ou independentes uma da outra, mas imbricadas.

Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que serve o capital para explorar o trabalho assalariado. Entretanto, por exceção, há períodos em que as lutas de classes se equilibram de tal modo que o poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em face das classes [...]. (ENGELS, 2012, p. 216)

Nesse sentido, se o Estado na sociedade capitalista sempre foi fator material determinante no processo de constituição e “unificação da classe burguesa, a sua intervenção no âmbito econômico assume especificações no tempo e no espaço”. (FRIGOTTO, 2006, p. 102)

Como o Estado é a forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e se condensa toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns que são mediadas pelo Estado, adquirem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei assentaria na vontade, e para mais na vontade dissociada da sua base real, na vontade *livre*. Do mesmo modo o direito é, por seu turno reduzido à lei. (MARX; ENGELS, 2002, p. 101)

Considerando, conforme exposto nos capítulos anteriores, como entendemos a materialidade na qual estamos inseridos e com qual concepção a analisamos, temos, portanto, o reconhecimento do Estado como uma grande racionalidade síntese do movimento histórico real, da qual, dentro dos limites e possibilidades, são exaradas as políticas “públicas”.

Além disso, na maior parte dos Estados históricos, os direitos concedidos aos cidadãos são regulados de acordo com as posses dos referidos cidadãos, pelo que se evidencia ser o Estado um organismo para a proteção dos que possuem contra os que não possuem. (ENGELS, 2012, p. 216)

Com base nas discussões de Marx e Engels é que Lênin busca compreender teoricamente o Estado. Em um contexto diverso daquele experimentado por Marx e Engels, por exemplo, tendo em seu momento histórico a Revolução Soviética e uma sociedade russa sem um significativo avanço tecnológico, ou seja, sem um desenvolvimento industrial, Lênin escreve a sua obra *O Estado e a revolução*³⁴³, e nesta destaca que:

A questão do Estado assume, em nossos dias, particular importância, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista político prático. A guerra imperialista acelerou e avivou ao mais alto grau o processo de transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado. A monstruosa escravização dos trabalhadores pelo Estado, que se une cada vez mais estreitamente aos onipotentes sindicatos capitalistas, atinge proporções cada vez maiores. Os países mais adiantados se transformam (referimo-nos à “retaguarda” desses países) em presídios militares para os trabalhadores. (LÊNIN, 2010, p. 19)

Esse Estado monopolista imperialista passa a ser a instrumento fundamental no processo de acumulação do capital. Devido a isso, Lênin chama a atenção para os processos de dominação desempenhados pela maioria das grandes potências, que exploram e escravizam as nações pequenas e fracas. Os conflitos armados, as guerras imperialistas, são correspondentes a esse processo de fatiamento e de divisão de nações e setores estratégicos para a expropriação³⁴⁴. Dentre vários aspectos, destaca que o Estado é o aparelho repressivo utilizado pela burguesia para submeter os trabalhadores de acordo com os seus interesses. Portanto, a função repressiva é o núcleo principal do Estado burguês. “A luta das massas trabalhadoras, para se libertarem da influência da burguesia em geral e da burguesia imperialista em particular, é impossível sem uma luta contra os preconceitos oportunistas em relação ao ‘Estado’”. (LÊNIN, 2010, p. 20)

Além disso, a partir desse processo de dominação, como destaca ele, “Os inauditos horrores e o flagelo de uma guerra interminável” (LÊNIN, 2010, p. 19) tornam a situação das massas intolerável e, portanto,

343. Publicada originalmente em 1917.

344. Demonstrado anteriormente, sobretudo como foi se conformando o sistema agroalimentar e a forma hegemônica de produção capitalista no Campo.

aumenta a sua indignação³⁴⁵. Desse modo, em seu entendimento, é o processo constituinte de maturação da revolução proletária universal, como também de tensionamento da relação da classe trabalhadora com a burguesia e, portanto, com o Estado burguês.

A questão do Estado se põe concretamente: como nasceram historicamente, o Estado burguês e a máquina governamental necessária à burguesia? Quais tem sido as suas transformações no curso das revoluções burguesas e em presença dos movimentos de independência das classes escravizadas? Qual é o papel do proletariado em relação a essa máquina governamental?

O poder centralizado do Estado, característico da sociedade burguesa, nasceu na época da queda do absolutismo. As duas instituições mais típicas dessa máquina governamental são a burocracia e o exército permanente [...]. (LÊNIN, 2010, p. 49)

Considerando essa relação entre Estado e revolução para Lênin, o processo revolucionário deve levar em conta o caráter orgânico entre a burguesia e o Estado. É nesse sentido que a luta deflagrada pelos trabalhadores contra a classe dominante deve ter como estratégia a tomada do Estado, para, com esse instrumento, sob os interesses da classe trabalhadora (das massas), poder conferir as condições – com uma organização centralizada da força, da violência – para reprimir e controlar a resistência da classe exploradora e, além disso, poder dirigir a grande massa e, portanto, instalar a economia socialista.

Assim, o Estado como fator de força material torna-se um instrumento de mediação para a constituição do proletariado em classe dominante. É com esse processo que a ditadura do proletariado transforma os meios de produção, antes sob o domínio e propriedade da burguesia, em propriedade do Estado. Contudo, para Lênin, com base nas análises de Marx e Engels, interpretado por Montaño e Duriguetto,

345. Segundo Montaño e Duriguetto (2011, p. 42), “O marxista russo enfatiza que os principais instrumentos da força do poder do Estado são o exército e a polícia, e que a revolução violenta é inevitável. ‘Sem revolução violenta, é impossível substituir o Estado burguês pelo Estado proletário. (Lênin, 1961, p. 29-30)’”. Ou seja, “A questão das relações entre a revolução socialista do proletariado e o Estado adquire, por conseguinte, não só uma significação política prática, mas um caráter de palpitante atualidade, pois fará as massas compreenderem o que devem fazer para se libertarem do jugo capitalista em futuro próximo”. (LÊNIN, 2010, p. 21)

[...] o proletariado só precisa do Estado para utilizar provisoriamente seus instrumentos do poder contra os exploradores e para a supressão das classes. O Estado só existe porque existe conflito entre classes; com a supressão das classes, não há necessidade de Estado. O objetivo final da revolução é a destruição do aparelho de poder do Estado. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 42)

Gramsci, por sua vez, desenvolve sua teoria em um contexto diferente das elaborações de Marx e Engels. Como sabemos, Marx se debruçou na compreensão do processo de desenvolvimento no interior de um capitalismo concorrencial durante o século XIX, tendo como base para a sua análise – de sua economia política – a Inglaterra que objetivava o maior grau de desenvolvimento econômico-industrial. Gramsci, por outro lado, viveu em um contexto fundamentalmente demarcado por um capitalismo monopolista já no início do século XX e em seu país, a Itália, que, naquele momento histórico, dado o seu nível de desenvolvimento econômico, situava-se como um país de capitalismo atrasado.

Fiel ao materialismo histórico dialético – à ortodoxia marxista –, Gramsci avança sobretudo nas condições teóricas em captar o movimento da realidade e as “novas determinações” resultantes do processo de desenvolvimento. Como podemos perceber, a impressão que há é de uma ruptura com o pensamento de Marx. No entanto, o autor italiano traz novos elementos, especialmente da esfera política e do seu caráter histórico-concreto, que possibilitam uma análise mais coerente com o movimento da realidade e o processo de desenvolvimento social em seu contexto histórico.

De modo geral, para compreender a sua contribuição teórica, deve-se levar em consideração a sua concepção dialética da história. As contradições objetivas econômicas, o conjunto das relações sociais de produção, bem como o antagonismo das classes e as visões de mundo também antagonônicas desse processo, são as bases a partir das quais ele desenvolve o seu pensamento político.

O pensamento político de Gramsci, assim como o do próprio Marx, Engels e Lênin, é apreensão e expressão das contradições inerentes às relações de produção, portanto, situa-se sob o domínio da práxis e se relaciona com o conjunto de elaborações teóricas do seu tempo, mas não

se reduz a uma ação puramente intelectual, pois constitui-se com base em sua experiência política no interior da luta de classes. É a partir desse primado que as análises de Gramsci trazem elementos novos para a compreensão do Estado, da sociedade civil e da sociedade de modo geral.

Como assinala Coutinho (1996), Antônio Gramsci [...] empreenderá um desenvolvimento original a partir dos conceitos básicos de Marx, Engels e Lênin para pensar a sociedade civil e sua relação com o Estado a partir da situação concreta e histórica, não apenas na Itália, mas também das sociedades capitalistas desenvolvidas de seu tempo. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 43)

Gramsci coloca em relevo os fenômenos de ordem política resultantes da presença de diferentes organizações, tanto do capital quanto dos trabalhadores – “fatos novos” –, que vão se consolidando juntamente com a ordem liberal burguesa na virada do século XIX para o século XX, num cenário de capitalismo desenvolvido. Ou seja, a sociedade civil³⁴⁶ constitui-se a partir de instituições complexas e organizações sociais de trabalhadores, das massas de modo geral. Assim, as relações de poder e de organização de interesses se tornam cada vez mais complexas. Considerando esses aspectos, Gramsci destaca que há uma “socialização da política”, na qual o Estado se amplia e incorpora novas funções, incluindo, na sua própria natureza, as lutas de classes. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011)

O Estado para Gramsci não é constituído apenas pelo aparato político-militar com o qual a classe hegemônica controla e organiza os processos coercitivos sobre o conjunto das massas, mas é sobretudo um mecanismo ampliado que, no processo de dominação de classe, além de ter as prerrogativas de executar a violência e repressão, é capaz de convencer, persuadir e conquistar o consentimento das massas dominadas através de instituições e organismos privados da sociedade civil.

346. Considerando a síntese desenvolvida por Montaño e Duriguetto (2011, p. 43), “A sociedade civil em Gramsci é assim composta por uma rede de organizações (associações, sindicatos, partidos, movimentos sociais, organizações profissionais, atividades culturais, meios de comunicação, sistema educacional, parlamentos, igrejas etc.). É uma das esferas sociais em que as classes organizam e defendem seus interesses, em que se confrontam projetos societários, na qual as classes e suas frações lutam para conservar ou conquistar hegemonia”.

Nesse sentido, a dominação política e de classe não é puramente verticalizada, mas constitui-se também numa relação que envolve o conjunto da sociedade civil.

Para Gramsci, esse aspecto é importante, tendo em vista que nem sempre a classe dominada se apresenta passiva frente à ideologia dominante, pois, inerentemente ao conflito de classe, em diversos momentos, organiza resistências e oposição³⁴⁷ ao processo de dominação³⁴⁸. É nesse processo de relações de forças – relações de forças políticas – que se institui a hegemonia de uma classe social. Ou seja, segundo Coutinho (2011), é quando se pode falar em uma consciência ético-política de classe, e,

347. Nos seus “escritos políticos” (1910-1920), em texto publicado no jornal *Avanti*, em 24/12/1917, com o tema *A revolução contra o capital*, Gramsci destaca a experiência da Revolução Russa, que ocorre em um país que ainda não havia galgado um grau de desenvolvimento elevado do capitalismo. Esse fato, em seu entendimento, por não ter a sua raiz nas contradições objetivadas pela saturação das contradições econômico-industriais que pudessem ter elevado, ao mais alto grau de tensionamento, a luta de classes nas relações de trabalho industrial, revelou certo limite das análises desenvolvidas por Karl Marx em *O capital*. “Os fatos fizeram explodir os esquemas críticos dentro dos quais a história da Rússia deveria se desenvolver segundo os cânones do materialismo histórico. Os bolcheviques renegam Karl Marx: Afirmam – e com testemunho da ação explicitada, das conquistas realizadas – que os cânones do materialismo histórico não são tão férreos como poderia se pensar e se pensou. [...] E esse pensamento põe sempre como máximo fator da história não os fatos econômicos, brutos, mas o homem, a sociedade dos homens, dos homens que se aproximam uns dos outros, entendem-se entre si, desenvolvem através destes contatos (civilização) uma vontade social, coletiva, e compreendem os fatos econômicos, e os julgam, e os adequam à sua vontade, até que essa vontade se torne o motor da economia, a plasmadora da realidade objetiva [...]”. (GRAMSCI, 2004a, p. 126-127) Porém, Gramsci destaca que, se as ações dos bolcheviques renegam algumas afirmações (explicações e conclusões) de *O capital*, “[...] não renegam seu pensamento imanente, vivificador. Eles apenas não são ‘marxistas’; não construíram a partir das obras do Mestre uma doutrina rígida, feita de afirmações dogmáticas e indiscutíveis”. (GRAMSCI, 2004a, p. 126-127)

348. De acordo com Coutinho (2011, p. 131), “[...] é certamente um Estado de Classe, mas com características próprias da específica visão gramsciana do ‘Estado Integral’, resultante de uma dinâmica relação de forças entre classe dominante e as classes subalternas. ‘O Estado’, escreve Gramsci, ‘é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas esse desenvolvimento e essa expansão são concebidos e apresentados como força motriz de uma expansão universal’ (CC, 3, 41). Precisamente aqui reside a capacidade da classe dominante de não ser só dominante, mas de se tornar também classe dirigente”. Ainda considerando as contribuições de Gramsci *apud* Coutinho (2011, p. 131-132), vemos que “[...] a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo [...]”.

nesse entendimento acerca das “relações de força” como “equilíbrios instáveis”, assentam-se os fundamentos da noção de Estado para Gramsci. Segundo Gramsci, vemos:

Essa é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (CC, 3, 41). (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 2011, p. 131)

O Estado ampliado, para Gramsci, preserva de certa maneira a função de coerção e repressão à qual ele atribui a denominação de “sociedade política”³⁴⁹ – e, considerando o entendimento dos mestres Marx e Engels, incorpora a esfera da “sociedade civil” –, que, conforme destacamos, é constituída por uma ideia de consenso gestada em seu próprio interior. Desse modo, sociedade civil em Gramsci compõe e pertence à superestrutura, ou seja, ao Estado. Esse entendimento é diverso daquele desenvolvido por Marx, segundo o qual a sociedade civil se caracteriza e tem a sua natureza na infraestrutura econômica³⁵⁰ e passa a ser o imperativo das determinações que incidem na forma do Estado.

O que determina a especificidade e a novidade do conceito de sociedade civil em Gramsci é a sua contribuição para o enriquecimento analítico do modo como a esfera econômica determina a produção e a

349. Para Gramsci, a sociedade política é a esfera estatal e tem como função principal a dominação de classe. Essa esfera estatal é estruturada pelos aparelhos de coerção e de repressão, os quais a classe dominante utiliza para impor – de forma coercitiva – a sua dominação.

350. Vale destacar, no entanto, que esse entendimento acerca da sociedade civil desenvolvido por Gramsci não considera como secundária a esfera econômica, mas mantém a centralidade da base real/material como fator ontológico das relações sociais. Ou seja, o mundo da produção constitui o solo, a base da sociabilidade e das relações sociais – antagônicas – daí advindas.

reprodução da superestrutura no contexto histórico em que se operou a maior complexificação do Estado. Assim, “sociedade civil, em Gramsci, é um momento do Estado, ou, em outras palavras, o conceito de sociedade civil é precisamente o meio privilegiado através do qual Gramsci enriquece, com novas determinações, a teoria marxista do Estado” (Coutinho, 2006, p. 31). (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 44)

Se há diferença nas análises de Marx e Gramsci acerca da noção de Estado, muito se pode atribuir ao contexto social-histórico. No momento histórico em que vive, Gramsci busca compreender a composição de um Estado sob um conjunto de novas determinações que inexistiam ou não eram desenvolvidas plenamente no período de Marx. “Para Gramsci, o Estado ‘integral’ ou ‘ampliado’ se forma na conjunção de uma *sociedade política* (Estado *stricto sensu* ou Estado-coerção) e uma *sociedade civil* (esfera da disputa da hegemonia e do consenso) [...]”. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 44)

De modo geral, Gramsci demonstra que há uma intersecção entre o econômico e o político que determina as formas de poder. Ou seja, não há uma separação entre a sociedade civil e as bases reais da produção econômica. É nesse sentido que o Estado, para Gramsci, é a esfera em que se objetivam as condições de exercício do poder e do domínio burgueses. Desse modo, vemos que, para Gramsci, o Estado não é somente o aparelho de controle – repressivo – da burguesia, mas também é a força material de hegemonia³⁵¹ dessa classe dominante na superestrutura.

É partindo desses aspectos que o autor destaca a importância da percepção e compreensão do conjunto de processos e instituições por onde ocorrem as mediações que conformam e realizam esse domínio de classe e esse consentimento de classe³⁵². E, nesse sentido, segundo Montaña e Duriguetto (2011, p. 45), “A esfera da sociedade civil é a esfera das mediações do exercício da dominação de classe pelo exercício do convencimento”. É o momento organizativo das relações de produção e sociais,

351. Vale destacar que, para Gramsci, a hegemonia não é a dominação pura e simplesmente, mas, sobretudo, as condições de direção social – pela classe dominante – que têm, em certa medida, na sua efetivação, um consenso e um processo de aceitação da maioria e dos setores dominados.

352. O fortalecimento da dominação de classes é angariado pela capacidade de organizar e dirigir os processos que incidem na aceitação e no consentimento desse domínio de classe pelos grupos subalternos.

bem como instituinte da natureza do Estado, tendo como consequência necessária a produção de uma organização social, pautada, em sua maior parte, pelo convencimento.

A dinâmica que se processa no interior da sociedade política e da sociedade civil revela uma distinção em relação à “função” que exercem na conservação ou transformação das relações de poder entre as classes sociais. Enquanto na *sociedade política* a classe dominante exerce seu poder e sua dominação por uma ditadura através dos “aparelhos coercitivos de Estado”, na *sociedade civil* esse exercício de poder ocorre por intermédio de uma relação de hegemonia que é construída pela direção política e pelo consenso. Aqui os grupos e as classes sociais realizam a organização da representação de seus interesses e o encaminhamento de suas manifestações sociopolíticas através dos “aparelhos privados de hegemonia”, cuja adesão é voluntária ou “contratual”. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 46)

O consenso formado nesses processos contraditórios, que incorpora e expressa interesses de classes, está ancorado na racionalidade estatal, em uma base “socioinstitucional” que possui legalidade e uma estrutura burocrática própria – em funcionamento –, com relativa autonomia frente à sociedade civil, dada, coordenada e direcionada pela sociedade política³⁵³. Contudo, esse processo mediado e transformado em consenso e/ou consentimento, que possibilita o controle e a direção da classe ou do setor dominante, não exclui os processos antagônicos e a luta de classes. É nesse sentido que se nota em Gramsci que o consenso, o “razoável”, pressupõe o conflito, e a característica desse consentimento é resultante desse processo contraditório.

Na mesma linha, Guillermo O'Donnell (1981, p. 72) destaca que o “Estado é um componente especificamente político da dominação numa sociedade territorialmente delimitada”. Para esse autor, dominação ou poder – especificamente o político – é a capacidade real e potencial de

353. Nota-se que, para Gramsci, para compreender o Estado, essa distinção analítica entre sociedade civil e sociedade política faz-se necessária, tendo em vista que há que se considerar uma unidade na diversidade, que ocorre na maneira pela qual a classe dominante exerce a sua supremacia, tanto na sociedade política – manifesta nos processos de dominação material, coercitiva –, quanto na sociedade civil, pela direção ideológica, intelectual e moral.

regularmente impor a vontade e os interesses sobre outrem, dado que essa condição é possível devido à supremacia no controle dos meios de coerção física. Desse modo, sua noção de Estado expressa uma especificidade política, considerando-o um ente, um aspecto de um fenômeno maior, mais complexo, integrante do processo da dominação social. Nesse sentido, o processo de dominação concreta ocorre porque

A dominação é relacional: é uma modalidade de vinculação entre sujeitos sociais. É por definição assimétrica, já que é uma relação de desigualdade. Esta assimetria surge do controle diferenciado de certos recursos, graças aos quais é habitualmente possível conseguir o ajuste dos comportamentos e das abstenções do dominado à vontade – expressa, tácita ou presumível – do dominante. [...]. O primeiro é o controle dos meios de coerção física, mobilizáveis por si mesmos ou por meio de terceiros. Outro é o controle dos recursos econômicos. Um terceiro é o controle dos recursos de informação no sentido amplo, inclusive de conhecimentos científicos e tecnológicos. O último que interessa assinalar é o controle ideológico, mediante o qual o dominado assume como justa e natural a relação assimétrica de que é parte e, portanto, não a entende nem questiona como dominação. (O'DONNELL, 1981, p. 72-73)

De modo geral, a obtenção do controle de qualquer um desses recursos pressupõe o exercício de coerção em diferentes níveis e em diferentes esferas das relações materiais e sociais. A classe dominada sofre em seu cotidiano severas sanções, tanto explícitas, quanto na forma de impedimentos objetivos – políticos e econômicos – para acessarem esses recursos. Dessa forma, com o controle desses recursos, transformados em instrumentos efetivos de dominação, o Estado impõe a forma e o conteúdo para o funcionamento social que garanta a supremacia da classe dominante, de seu projeto e de seus valores. Com isso vemos que:

O Estado é um aspecto de certas relações sociais. Esta é a sua característica fundamental, de que dependem seus outros atributos. Já que as relações capitalistas de produção pressupõem que a classe dominante não possui os recursos de coação, o Estado tende a objetivar-se em instituições principalmente coercitivas. Nos termos dos sujeitos sociais

concretos, a relação entre capitalista e trabalhador implica a cisão de um terceiro, que são as instituições estatais. Mas o plano do Estado como aspecto (da sociedade) é fundamental, porque confundir o Estado com essas instituições seria subsumir um fenômeno mais amplo, naquela parte sua que é concretamente objetivada. A partir desta confusão, a relação capitalista-trabalhador apareceria como apenas “econômica”, enquanto que, como outra consequência da mesma causa, o estatal apareceria intervindo de fora, e só eventualmente ao interior dessa relação. A cisão que se produz assim entre a sociedade e o Estado, e a externalidade recíproca a que os condena, é o fundamento principal do mascaramento do Estado como fiador da dominação na sociedade e de sua opacidade. (O'DONNELL, 1981, p. 79-80)

A função desempenhada pelo Estado, bem como a fiança prestada por este às relações de produção e sociais, portanto, no bojo das contradições de classes, não é externa a essas relações, mesmo que – na aparência – possa parecer. Seu papel é correspondente e constitutivo a essas relações. Ou seja, o Estado não é uma coisa em si, e tanto o aspecto “especificamente político” quanto o econômico expressam dada relação material e social, na qual estão estritamente imbricados, o que nos leva a compreender a “primazia genética do econômico nas relações de produção e do coercitivo no Estado”. (O'DONNELL, 1981, p. 78) Assim, também, Politzer destaca que:

O caráter de um Estado é dado pelo seu conteúdo social real, seu conteúdo de classe. Um Estado é escravagista ou feudal, burguês e capitalista, ou proletário e socialista. Todo Estado é uma ditadura de classe: isto resulta da sua origem e do seu papel. O conteúdo representa a essência do Estado, ele precede a forma, e a determina. Cada classe social dominante escolhe a forma que melhor convém à sua ditadura de classe. (POLITZER, 2002, p. 333)

Considerando essa questão, vemos que, independentemente dos arranjos de efetivação do poder, a classe dominada não possuiu qualquer forma de direito político-social a não ser aqueles conseguidos – arrancados da classe dominante – através da luta social, e que o respeito a esses

direitos (conseguidos) também só é efetivado mediante a luta constante. Onde há o Estado, este sempre será o Estado de uma classe. Como destaca Politzer, “A primeira pergunta que se deve fazer, nos nossos dias, para julgar o caráter de um Estado é, portando, esta: *trata-se de um Estado burguês capitalista, ou de um Estado socialista de operários e camponeses?*”. (2002, p. 334, destaques nossos)

É nesse sentido que, para verificarmos o conteúdo social de um Estado, devemos levar sempre em consideração as relações de produção³⁵⁴. Estas estão a serviço de quem e de quê? Os meios de produção estão sob qual propriedade e direção? Atentando para esses pressupostos – o modo de produção do capital – que entendemos a caracterização e formatação estatal, por exemplo, a partir do pensamento econômico-liberal³⁵⁵, de um Estado liberal³⁵⁶ e um Estado intervencionista³⁵⁷. As especificidades e

354. Relacionados a essa questão estão os “meios ou formas de governo”, as formas de controle e as políticas de um Estado. Tudo isso corresponde diretamente aos interesses da classe à qual o Estado é instrumento necessário. É nesse sentido que se chama atenção para esses aspectos, tendo vista que representam o seu conteúdo. Para o Estado capitalista, portanto, são os meios capitalistas de reprodução que movem o Estado, na atualidade, sobretudo o capital financeiro.

355. O liberalismo – em linhas gerais – é uma corrente de pensamento organizada para responder aos interesses de classe da burguesia. Assenta-se numa concepção de liberdade e igualdade (formal), ou seja, a ordem burguesa como possibilidade de garantia da liberdade (individual) e da igualdade. Faz a defesa de que os indivíduos não podem ter restrições e impedimentos em suas ações por instituições como o Estado. Porém, como destaca Bobbio (1993), para o liberalismo, considerada a materialidade, liberdade e igualdade se transformam em valores “antitético”. Ou seja, a realização plena de um dos valores incorre na limitação do outro. Ser livre para poder concorrer e competir economicamente já é a expressão de uma base desigual. Além disso, a relação entre liberdade, igualdade e justiça social, sob essa tradição, em sua “natureza”, é um impasse.

356. “O liberalismo Econômico define o papel do Estado (liberal) pela ‘negativa’ à intervenção nas leis do mercado. Ou seja, o Estado é posto como uma instituição que paira acima dos interesses das classes – um mediador neutro que se ocupa na definição dos parâmetros [...], e que se coloca à margem das atividades econômicas. Estas são conduzidas pelos mecanismos autônomos do mercado”. A concorrência entre os ‘múltiplos capitais’ vai estabelecendo uma taxa média de lucro que serve de patamar para as relações intercapitalistas no conjunto da sociedade”. (FRIGOTTO, 2006, p. 104-105)

357. É uma consequência do movimento de reprodução e valorização do capital, portanto, da crise de autorregulação do mercado na fase do capitalismo concorrencial. A grande crise do capital – expressada pela depressão de 1929 –, além de colocar em questão a crença no capitalismo concorrencial, é ponto de partida para a defesa da necessária intervenção do Estado nos processos e programas econômicos. Corresponde, portanto, à demanda do modo de produção capitalista – em sua fase imperialista/monopolista – de dar sustento às suas formas de reprodução, bem como “conter” o processo iniciado de manifestação de forças anticapitalistas

formas adquiridas pelo Estado em diferentes fases históricas, por exemplo, demonstram o que expressa Frigotto (2006, p. 102): “Isto nos leva entender de imediato que a forma de Estado liberal e a forma de Estado intervencionista são apenas modos específicos de mediação às relações capitalistas de produção”.

A forma presente de Estado – intervencionista – não representa uma transgressão aos fundamentos reais das relações de produção capitalistas e, conseqüentemente, não transgride na essência os princípios do Estado liberal. O Estado intervencionista é apenas a expressão histórica do Estado ao exercer sua função de construtor ou unificador da classe capitalista, na fase imperialista das relações de produção. O Estado liberal ou Estado intervencionista não são “escolhas”, mas a própria forma do modo de produção capitalista gerir as crises que lhe são orgânicas, decorrências, em última instância, das formas que as relações capitalistas de produção vão assumindo dentro do movimento de acumulação, concentração e centralização do capital. “O imperialismo não é uma questão de escolha para uma sociedade capitalista: é seu modo de vida”. (FRIGOTTO, 2006, p. 102)

Poulantzas (1936-1979), em sua última obra, *O Estado, o poder, o socialismo*, desenvolve uma contribuição fundamental na/para teoria marxista de Estado. Partindo de uma análise mais teórica e geral, perpassa por uma teoria do Estado capitalista e traz, por fim, uma discussão que visa compreender essa forma (na concretude) na fase de desenvolvimento do modo de produção em seu momento histórico.

Nesse sentido, sua obra contribui para compreendermos como ocorre a relação entre economia e política; ou seja, é uma crítica da economia política, sem, contudo, deixar de considerar os determinantes das demais relações sociais, bem como as suas conseqüências a partir das contradições no processo de formação da “ossatura do Estado”. Portanto, compreende o Estado como o elemento fundamental na dominação política (de classe)³⁵⁸ e, também, a sua centralidade para assegurar e garantir as

e/ou revolucionárias. Podemos também destacar que, nessa forma de estado, há um “acordo” entre capital e trabalho que compõe as bases para um Estado de bem-estar social.

358. Ao abordar essa relação entre o Estado e as classes dominantes, em particular a burguesia, afirma Poulantzas (2000, p. 128-129, destaques nossos): “[...] o Estado tem um papel

condições econômicas para a acumulação do capital. A partir desse entendimento, também considera a importância das lutas e das relações de forças (de poder) de classe na definição da natureza dos processos de trabalho, das relações sociais de produção e de como esses aspectos incidem na forma do Estado.

Para Poulantzas, o Estado é uma relação social. Ou seja, este não é entendido como um instrumento apenas, nem como um sujeito racional (independente) indutor de determinações, portanto, também não é uma entidade com direito e direção própria. Através de um entendimento análogo às elaborações de Marx – ao escrever *O capital* –, as quais concluem que o “capital” é uma relação social, Poulantzas entende que o Estado também é uma relação social³⁵⁹. Desse modo, desenvolve a noção de Estado como expressão (uma condensação) de uma relação ou do conjunto das relações sociais. Assim, Poulantzas critica e completa as análises e noções que consideram o Estado como coisa-instrumento ou como sujeito.

[...] o Estado, no caso capitalista, não deve ser considerado como uma entidade intrínseca, mas, como aliás é o caso do “capital”, *como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado.*

[...] Estado como condensação de uma *relação*: compreender o Estado desse modo é evitar os impasses do eterno pseudodilema da discus-

principal de *organização*. Ele representa e organiza as classes dominantes, em suma representa, organiza o interesse político a longo prazo do *bloco no poder*, composto de várias frações de classe burguesas [...]. Organização, na perspectiva do Estado, da unidade conflitual da aliança no poder e do equilíbrio instável dos compromissos entre seus componentes, o que se faz sob a hegemonia e direção, nesse bloco, de uma de suas classes ou frações, a classe ou fração hegemônica. O Estado constitui, portanto, a unidade política das classes dominantes: ele instaura essas classes como classes dominantes”.

359. Poulantzas considera, portanto, que o Estado não é um mero instrumento que serve estritamente ao processo de dominação e de arbitrariedade de uma única classe – embora fique evidente que, dado o contexto e a materialidade, essa possa ser a principal função –, e passa a demonstrar que as contradições materiais e sociais, que perpassam as relações de forças, é que “determinam” a conformação do Estado. Para o autor, “O Estado, condensação material de uma relação contraditória, não organiza a unidade do bloco político no poder desde o exterior, como se resolvesse pela sua simples existência, e a distância, as contradições de classe. Bem ao contrário, é o jogo dessas contradições na materialidade do Estado que torna possível, por mais paradoxal que possa parecer, a função de organização do Estado”. (POULANTZAS, 2000, p. 136)

são sobre o Estado, entre Estado concebido como Coisa-instrumento e o Estado concebido como Sujeito. O Estado como *Coisa*: a velha concepção instrumentalista do Estado, instrumento passivo, senão neutro, totalmente manipulado por uma única classe ou fração, caso em que nenhuma autonomia é reconhecida ao Estado. O Estado como *Sujeito*: a autonomia do Estado, considerada aqui como absoluta, é submetida a sua vontade como instância racionalizante da sociedade civil. Concepção que remonta a Hegel, retomada por Max Weber e a corrente dominante da sociologia política [...]. (POULANTZAS, 2000, p. 130-131)

Tendo em conta as análises sob a perspectiva marxista, que visam buscar os elementos de transição ao socialismo, faz-se pertinente não considerar a materialidade institucional do Estado como fixa e determinada, mas, fundamentalmente, assentada no conjunto das relações (de produção, políticas e de classes). Porém, o processo de conformação da ossatura estatal possibilitou que esta, tendo uma autonomia relativa, reproduza também a diversidade de contradições no decorrer de seu funcionamento. A partir desses elementos, destaca Poulantzas:

[...] o Estado apresenta uma ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida à simples dominação política. O aparelho de Estado, essa coisa de especial e por consequência temível, não se esgota no poder do Estado. Mas a dominação política está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado. Se o Estado não é integralmente produzido pelas classes dominantes, não o é por elas monopolizado: o poder do Estado (o da burguesia no caso do Estado capitalista) está inscrito nesta materialidade. Nem todas as ações do Estado se reduzem à dominação política, mas nem são constitutivamente menos marcadas.

[...] Deve-se procurar o fundamento da ossatura material do Estado nas relações de produção e na divisão social do trabalho [...]. Não se trata aí de uma estrutura econômica em que as classes, os poderes e as lutas estariam ausentes. A busca deste fundamento já estabelece uma relação entre o Estado, com as classes e as lutas, embora não passe de um primeiro passo. (POULANTZAS, 2000, p. 12-13)

De modo geral, Poulantzas desenvolve uma profunda compreensão da materialidade institucional do tipo capitalista de Estado, e de como esse aparato – essa condensação material – incide nas formas e nas possibilidades das lutas sociais e de classe, mas também as expressa. Nesse sentido, a luta (as contradições) de classes³⁶⁰ institui a base material do Estado e configura a organização do seu funcionamento, fundamentalmente sobre duas grandes relações: a relação entre Estado e classe dominante (dirigente) e a relação entre Estado e as classes dominadas (dirigidas), ou seja, as massas.

Isso traz, inicialmente, à baila as transformações das relações de produção. Estabelecer a relação do Estado com essas relações significa desde já que as transformações do Estado em sua periodização histórica fundamental (estágios e fases do capitalismo: estágios concorrencial e imperialista – capitalista monopolista, fases desse último) levam a substanciais modificações das relações de produção e da divisão social do trabalho capitalistas. Se seu núcleo persiste, que é o que faz com que o Estado continue capitalista, não impede que eles passem por importantes transformações ao longo da reprodução do capitalismo.

Mas essas transformações sugerem então modificações na constituição e reprodução das classes sociais, de sua luta e da dominação política. [...] Isso é válido igualmente para as formas e regimes precisos de que se reveste o Estado no seio de um mesmo estágio ou de uma mesma fase do capitalismo, segundo as diversas formações sociais: tal ou qual forma de parlamentarismo, de presidencialismo, de fascismo ou de ditadura militar. As relações de classe estão presentes assim tanto nas transformações do Estado segundo os estágios ou fases do capitalismo, ou seja, nas transformações das relações de produção/divisão social do trabalho que elas implicam, como nas formas diferenciais de que se reveste o Estado num estágio ou fase marcado pelas mesmas relações de produção. (POULANTZAS, 2000, p. 125-126)

360. De acordo com Jessop (2009, p. 134), “[...] ele analisou o processo de trabalho em termos de uma divisão econômica, política e intelectual do trabalho e examinou as classes sociais em termos de sua reprodução *estendida*, mais que da perspectiva econômica ‘estreita’ de seu lugar na produção, na distribuição e no consumo”.

Dada essa materialidade e a conformação das relações, o Estado capitalista tem a sua base fundamental caracterizada por essas tensas dinâmicas de classes que, em seus próprios movimento e oposição de forças que se instituem em poder, se tornam determinantes para o estabelecimento da hegemonia.

Ao adotar essa abordagem estratégico-relacional para o poder do Estado, Poulantzas implicitamente rejeitou uma teoria geral do Estado em favor de análises históricas forma-analíticas da reprodução expandida (ou transformação) mediada pela agência da relação do capital. Ele reconheceu que a constituição histórica e formal do Estado não é pré-dada mas resulta de lutas passadas e é também reproduzida (ou transformada) em e por meio de lutas. Ele também se recusou a tratar o equilíbrio de forças como fixo e explorou como ele é modificado por meio de alterações no terreno estratégico-relacional do Estado, da economia e na formação social mais ampla, bem como por meio de mudanças na organização, na estratégia e na tática. (JESSOP, 2009, p. 134)

De modo geral, o Estado, sua política, suas estruturas, suas formas organizacionais traduzem – como consequência necessária e expressão da “condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe” (POULANTZAS, 2000, p. 131) – os interesses da classe dominante, não de forma automática e mecânica, mas por meio do conjunto de relações (de poder e de forças), materializando esse Estado como a expressão condensada da luta de classes em desenvolvimento, cuja função, portanto, passa a ser a de impulsionar, a partir dessa materialidade, esses interesses intrínsecos. Dessa forma, não se pode deixar de levar em consideração que esse processo não é linear, tendo em vista que, na ossatura própria do Estado, encontram-se também as fissuras, as contradições e interesses antagônicos das diversas frações de classe. Ou seja, o Estado não se reduz a essa condensação de relações de forças, pois compõem também a sua natureza, resistências próprias que ganham força através da consolidação de sua racionalidade e de sua organização funcional, cujos agentes internos também representam e expressam em suas ações esse processo contraditório e em disputa.

Uma mudança na relação de forças entre classes certamente tem sempre efeitos no Estado, mas não se expressa de maneira direta e imediata: ela esgota a materialidade de seus diversos aparelhos e só se cristaliza no Estado sob sua forma refratada e diferencial segundo seus aparelhos. Uma mudança de poder do Estado não basta nunca para transformar a materialidade do aparelho de Estado: essa transformação provém, sabemos, de uma operação e ação específicas. [...]

Ora, o estabelecimento da política do Estado em favor do bloco no poder, o funcionamento concreto de sua autonomia relativa e seu papel de organização são organicamente ligados a essas fissuras, divisões e contradições internas do Estado que não podem representar simples acidentes disfuncionais. O estabelecimento da política de Estado deve ser considerado como a resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado (o Estado-relação). (POULANTZAS, 2000, p. 133-134)

Poulantzas, ao desenvolver as análises acerca do declínio da democracia e da tendência de fortalecimento do estatismo autoritário (2000, p. 207)³⁶¹, faz a relação entre o processo da reprodução do modo capitalista e sua incidência em crise econômica, crise política e crise de Estado. Demonstra que essa tendência é gerada partir da correspondência às necessidades do modo de produção no estágio imperialista, do capitalismo monopolista. Para o autor essa forma de Estado tem consequência negativa para a democracia representativa, sobretudo – a partir da materialidade que ele analisa – no processo de transposição do poder político do Legislativo para o Executivo e na concentração do poder neste segundo. Além dessa questão, em passo posterior, uma articulação mais estreita no domínio e centralização do poder, uma espécie de fusão do poder entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, tendo incidência no processo de enfraquecimento do aspecto formal do Estado, ou seja, um declínio no prescrito do conjunto do arcabouço jurídico-legal³⁶². (JESSOP, 2009)

361. Para Poulantzas (2000, p. 208), estatismo autoritário é o termo que indica uma tendência a uma nova forma de Estado em que este adquire todas as condições de monopolização acentuada do conjunto de domínios da vida econômico-social, articuladas ao declínio decisivo das instituições da democracia política, bem como das restrições das chamadas garantias formais.

362. É importante destacar que, na democracia burguesa, as condições objetivas para exercer a liberdade política estão efetivamente ao alcance dos donos do capital. Quando essa liberdade

Este último aspecto é evidente, tendo em vista que, dado que as necessidades que nascem pelo processo de reprodução do capital impulsionam a transformação estrutural e colocam a conjuntura nacional e local sob esse imperativo, o que faz como que um conjunto de novas legislações seja elaborado, aprovado e aplicado em termos de urgência. A dinamicidade no conjunto legal, além de ser uma necessidade, torna-se uma consequência do processo material correspondente à reprodução econômica do modo de produção.

Essas mudanças são características permanentes e estruturais do Estado moderno. Elas correspondem a uma agudização peculiar dos elementos genéricos da crise política e estatal acompanhando a crise econômica de longo prazo que supostamente cerca toda a fase atual do modo capitalista de produção. Entre as mais importantes tendências da crise nessa fase estão: a politização da resistência da classe trabalhadora contra os esforços do capital para resolver a crise econômica; a politização da nova pequena burguesia devido ao aprofundamento da divisão social do trabalho nos níveis do próprio trabalho intelectual; a decomposição da tradicional aliança entre a burguesia e a antiga e nova pequenas burguesias; a crise ideológica que acompanha o crescimento dos novos movimentos sociais em frentes anteriormente “secundários”; a agudização das contradições no bloco do poder devido a divisão tendencial do trabalho [...].

Além disso, se o Estado desobriga-se ou intervém para moderar uma determinada tendência-crise em uma área, ele agrava outras tendências-crisis em outras áreas. [...] O crescente papel do Estado para promover a internacionalização do capital também acarreta problemas para a unidade nacional. Isso é especialmente claro em seu impacto nas regiões menos desenvolvidas e nas minorias nacionais. (JESSOP, 2009, 138)

política é ameaçada, ou quando, no processo de reprodução do capital, o arcabouço legal é empecilho, a burocracia estatal e o parlamento agem com vista a perpetuar alguns princípios legais favoráveis, como também resignificam e, se necessário, suspendem prerrogativas legais, por meio de medidas excepcionais. Essas características parecem ter marcado presença na história recente do Brasil.

O processo de intervenção do Estado³⁶³ nas incidências das crises econômicas, traz, portanto, um conjunto de consequências e novas contradições que tensionam a crise política e as fissuras no interior do Estado. Exemplo disso foi o momento histórico posterior à Segunda Guerra Mundial, nos países de capitalismo mais avançado, nos quais, para amenizar os aspectos mais intensos (selvagens) das crises capitalistas, o Estado acabou por assumir a responsabilidade em fazer a recuperação dos estragos e dos efeitos desse processo na materialidade social.

O processo de consolidação dessa tendência de estatismo autoritário³⁶⁴ também atinge os partidos políticos que, em momentos históricos anteriores, foram considerados veículos fundamentais para o diálogo com a administração. O poder efetivo (estatal) está ancorado e concentrado no sistema governamental e administrativo³⁶⁵ – que, de maneira hegemônica, expressa a condensação material das contradições que estão na base econômica –, e que, portanto, se fecha para a função representativa dos partidos e, em certa medida, para o parlamento no que tange à sua função ideal de representação.

No que concerne aos partidos de poder, verifica-se hoje em dia um afrouxamento dos elos de representação entre o bloco no poder e esses partidos que colocam em cena (muitas vezes ao mesmo tempo) ora

363. A intervenção do Estado – no entendimento de Poulantzas – significa que as normas legais são constantemente modificadas e elaboradas por iniciativa da administração estatal para poderem corresponder às demandas conjunturais, imediatas e, sobretudo, para atender às demandas dos setores que condensam a hegemonia no bloco do poder. É nesse sentido que a lei não pode estar submetida ao entendimento universal e às normas gerais mais rígidas – que, em certa medida, pelos critérios de representação, podem contemplar valores e interesses mais universais, do ponto de vista social, por exemplo –, oriundas sobretudo do parlamento, ainda no sentido de corresponder à sua função primordial de representação do povo-nação. Ou seja, o imperativo mais universal da lei é enfraquecido, para ceder lugar aos oportunismos.

364. Segundo Jessop, “Poulantzas previamente argumentou que os regimes de exceção são sempre temporários e ocorrem em resposta a conjunturas específicas. Dessa forma, como essas tendências-crise são traços permanentes do capitalismo contemporâneo, o estatismo autoritário deve ser visto como normal. [...] Isso envolve uma simbiose constante e uma intersecção funcional das estruturas normais e excepcionais sob o controle das cúpulas que comandam o aparato estatal e o partido dominante”. (JESSOP, 2009, p. 139)

365. “A administração tornou-se há muito tempo o elo central de elaboração do instável equilíbrio de compromissos no seio do bloco no poder, entre este e as massas populares. Mas se esse processo desloca o centro de decisão política, sempre ocorre pela obliquidade preponderante dos partidos agindo no interior da administração como vetores principais dos diversos interesses econômico-sociais [...]”. (POULANTZAS, 2000, p. 227)

determinadas frações desse bloco, ora alianças entre essas frações, ora alianças-compromissos características (mais ou menos declaradas) dessas frações com algumas das classes dominadas (tanto componentes da classe operária, quanto da pequena burguesia, antiga e nova, ou do campesinato: o exemplo clássico da “síntese republicana” na França expressa pelo Partido Radical). [...] Esse afrouxamento dos elos de representatividade, que por vezes se aproxima de um verdadeiro ponto de ruptura, acompanha a transformação do lugar institucional dos partidos de poder. (POULANTZAS, 2000, p. 226-227)

A herança que dessa materialidade advém é que os partidos políticos deixam de representar uma agenda de formulação política correspondente aos interesses oriundos da base social mais pobre. Há, portanto, nessa lógica uma supervalorização da individualidade e da autonomia do representante eleito, desconstruindo o ideário primeiro da pertinência de um partido classista, por exemplo, ou de um programa partidário comum.

A consideração na elaboração da política, estatal de certas reivindicações populares tornam-se assim cada vez mais aleatórias, não somente em razão dos interesses do capital monopolista que essas modificações favorecem, mas também porque esse aparelho administrativo é materialmente organizado de forma a excluir de seu campo de percepção as necessidades populares. (POULANTZAS, 2000, p. 233)³⁶⁶

Mészáros, em sua recente obra *A montanha que devemos conquistar*, no apêndice 1, “Como poderia o Estado fenecer?”, faz pertinente análise trazendo elementos para pensarmos as condições objetivas e limites acerca da superação do Estado³⁶⁷. Destaca que o processo histórico de

366. Estes aspectos serão percebidos e demonstrados ao analisarmos – em parte deste capítulo – as pautas e as políticas públicas exaradas a partir do debate e das agendas pleiteadas pelas classes populares acerca da segurança e soberania alimentar e nutricional.

367. Outros elementos que ajudarão a compreender esses aspectos se farão presentes na análise que desenvolvo no último item deste capítulo – “Na unidade dos contrários: as relações materiais, de forças, ‘transição em potência’ e soberania alimentar”. Visa, entre vários aspectos, debater as contradições e os processos dialéticos entre linhas limítrofes impostas pelo avanço capitalista e o processo de projeção das teses da soberania alimentar – na busca de apresentar uma reflexão que contribua no entendimento acerca dos processos de transição das condições que indicam a implementação de políticas de segurança alimentar e nutricional, processos de negação e a constituição material em direção à soberania alimentar.

consolidação do Estado efetiva uma regência opressiva da esfera política e demonstra também que, ao contrário das expectativas originais, concernentes à perspectiva marxista, os Estados “pós-capitalistas”³⁶⁸ acabaram por “fortalecer maciçamente o poder político sobre (e contra) o corpo social”. (MÉSZÁROS, 2015, p. 113)

Argumenta que as experiências socialistas não se constituíram em processos que levassem efetivamente ao fenecimento do Estado, e os elementos advogados como transitórios, como “a ditadura do proletariado”, passam a representar a forma permanente nesse processo. Segundo Mészáros (2015, p. 113), em vez de fenecer, “Ao contrário, o Estado assumiu o controle sobre todas as facetas da vida social, e a ditadura do proletariado foi promovida ao *status* de ser a forma política permanente de *todo* o período histórico de transição”.

Se o processo histórico não contemplou efetivamente as expectativas ao considerarmos as experiências socialistas, de igual forma, referente ao Estado capitalista também há elementos que, no processo histórico, contrariam significativamente as expectativas. De acordo com Mészáros (2015, p. 113), “[...] o próprio Estado capitalista [...] não se tornou um Estado extremamente autoritário: o tipo fascista de formação estatal permaneceu episódico na história do capitalismo até o presente”. Porém – de acordo com o autor –, o perigo de ditaduras de direita é eminente, como alternativa para resolução das condições de crises econômicas e os necessários ajustes para o processo de reprodução do capital³⁶⁹. Desse modo,

A “sociedade civil”, há muito estabelecida e articulada ao redor do poder econômico estruturalmente arraigado dos capitais privados em

368. Refere-se aos Estados socialistas.

369. Embora sejam tratados aspectos mais específicos concernentes ao Estado brasileiro, mais adiante, vale destacar, a partir desses aspectos, a caracterização do recente momento histórico pelo qual atravessou o país. Sem querer delimitar exatamente o período, mas destacam-se, fundamentalmente, os anos de 2014 até hoje, com a expressão e “marca aberta”, o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff (2016) e as (contrar)reformas econômicas e trabalhistas, que sintetizam um conjunto de elementos que manifestam, de maneira célere, o fortalecimento da expropriação do trabalho e práticas fascistas. Quanto à questão dessa prática para superação de crise aguda, Mészáros (2015, p. 114) destaca que “Qualquer reversão de tais relações de poder em favor do Estado autoritário em período de crise aguda é, na verdade, uma faca de dois gumes, que tanto ameaça quanto defende a ordem estabelecida ao romper o mecanismo normal de dominação estrutural e colocar em jogo a colisão frontal das forças antagônicas no lugar da esmagadora inércia da situação anteriormente aceita”.

competição, assegura e preserva a dominação capitalista do Estado político e, por meio dele, da sociedade como um todo. (MÉSZÁROS, 2015, p. 114)

E, partindo desses pressupostos, como potencializar as mediações que realizem as condições objetivas para a transcendência da forma histórica do Estado e, posteriormente, do próprio Estado? Há questões emblemáticas a serem enfrentadas, sobretudo no terreno da teoria e, por consequência, no processo de desmistificação ideológica – apreendida pelo Estado político burguês – acerca da “natureza” das formas de Estado e do poder político instituído. Se a ideologia burguesa coloca o Estado capitalista como sendo insuperável, imutável e, sobretudo, calcado na noção da liberdade individual e da não interferência na liberdade individual, vemos que, a partir desses aspectos, constituem-se os obstáculos materiais para os processos de transição. Esses elementos, portanto,

Impõe[m] ao seu adversário socialista o imperativo de prometer “liberdade da dominação do Estado” em futuro próximo, apesar de, na verdade, o poder socialista sustentado do Estado pós-capitalista (cujas modalidades estão muito longe de terem sido sequer tocadas, para não dizer completamente exauridas, por referências sumárias à “ditadura do proletariado”) contra a “sociedade civil” herdada, estruturalmente capitalista, ser uma condição *sine qua non* da mudança estrutural necessária. (MÉSZÁROS, 2015, p. 114)

A questão fundamental a ser levada em consideração é – ao meu juízo – a clareza que se deve estabelecer na ação, na práxis entre a intersecção e a ruptura no interior da velha formação social – ou da formação social herdada –, tendo em vista que o ato de libertação só será possível por um processo libertador correspondente. Aqui está um dos pontos nodais, considerando que, nessa relação imbricada, estão a pretendida superação do Estado e o Estado como fator que potencializa o processo de libertação e superação desse Estado histórico-concreto. Destaca Mézáros:

Já que o *ato* de libertação não pode ser separado do *processo* de libertação, e desde que o Estado político, apesar de condicionado, é também

e simultaneamente um fator condicionante vital, a emancipação socialista da sociedade da regência opressiva da esfera política necessariamente pressupõe a transformação radical da política propriamente dita. Isso significa que a pretendida transcendência do Estado apenas pode ser realizada por meio da instrumentalidade pesadamente condicionante do próprio Estado. Se este é o caso – e na verdade o é –, como poderemos escapar do círculo vicioso? Pois, mesmo que seja um consenso que o Estado político em suas características essenciais pertence à velha sociedade, a questão permanece: como transformar o Estado herdado em uma genuína formação *transicional* da estrutura que se tornou abrangente e necessariamente *autoperpetuante* no processo do desenvolvimento capitalista? (MÉSZÁROS, 2015, p. 114-115)

Do ponto de vista da teoria marxista e sua aplicação, chama a atenção para as experiências dos Estados socialistas implementados durante o século XX, processos que irromperam nos países subdesenvolvidos ao invés de nos desenvolvidos. Para o autor, estes elementos não se transformariam em razões para colocar em questão a validade do marxismo devido à sua concepção de Estado e ao fato de os processos históricos – nesses casos revolucionários – terem se concretizado de maneira diferente das tendências anunciadas. Segundo Mészáros:

Como argumentei em meu *Para além do capital*, a ideia de Marx de “desenvolvimento desigual” poderia dar conta a esse respeito. E, de todo modo, sua teoria se preocupava primariamente com a evidente necessidade de revoluções socialistas, e não com as circunstâncias e as modalidades inevitavelmente alteradas em seu desdobramento prático. (MÉSZÁROS, 2015, p. 115)

Desse modo, a forma e as relações condensadas no aparato estatal são substanciais linhas limítrofes para um processo de transformação social em direção ao socialismo. Em contrapartida, considerando o modo de reprodução do capital e a sua imbricação objetivo-material com as crises e as saturações das contradições, poderão ser potenciais vias de transformações. Contudo, o necessário processo de transformação do Estado pressupõe a incorporação de pautas e reivindicações populares,

propostas implementadas e controladas por uma vanguarda da classe trabalhadora nesse processo de transição.

Da mesma forma, inclui a soberania alimentar de maneira interseccionada com esse processo de transição. A condicionante positiva para a sua materialização imagina de maneira imbricada a superação do Estado capitalista, e, como fator material, a pertinência do Estado socialista nesse processo de transformação, que, no âmbito da totalidade concreta, insere a soberania alimentar e as políticas públicas a essa perspectiva correspondentes.

Vários aspectos que aos poucos vão se manifestando, que estão, de maneira latente, presentes, reforçam a tese de que a soberania (estatal), do Estado-nação (moderno), deve ser inscrita como fator material de transição e como mediação para isso, mas não encerra em fim último a expressão material que conduza à radicalidade da soberania alimentar, exceto nas condições materializadas em seu escopo de fator material, pela soberania dos povos.

3.2 A FORMAÇÃO E CONFORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

De modo geral, a busca de compreender o processo histórico de formação do Estado brasileiro tem sido ancorada em teorias sociais (ou a elas vinculada de maneira mais estreita) formuladas em outras regiões do mundo, em contextos histórico-econômicos específicos, que possuem capacidade explicativa, porém, podem se tornar limitantes, quando se contempla o Estado brasileiro em suas características e especificidades principais. Nesse sentido, sem ter as análises mais aprofundadas pautadas no conteúdo histórico-concreto do processo de formação (formatação) do Estado brasileiro, assenta-se, por exemplo, o ponto de partida explicativo em teorias de matriz marxista³⁷⁰ ou weberiana³⁷¹.

370. De acordo com Oliveira (2003, p. 126), “O marxismo, dispondo do mais formidável arsenal de crítica à economia clássica, tem uma teoria do desenvolvimento capitalista na própria teoria da acumulação do capital, mas falhou em especificar-lhe as formas históricas concretas, sobretudo em relação à periferia. Quando tentou, obteve algum dos grandes resultados de caráter mais geral, com a ‘via prussiana’ e a ‘revolução passiva’. [...] No caso latino-americano esse ‘etapismo’ levou a equívocos de estratégia política, e a teoria do subdesenvolvimento era considerada ‘reformista’ aliada do imperialismo norte-americano”.

371. Max Weber (1864-1920) é um liberal social com tendências pragmáticas. Desenvolveu uma teoria social, do Estado racional moderno. Para esse autor, o Estado faz o uso legítimo

As transformações sociais são determinadas por leis objetivas, gerais – concretas (totalidade concreta), e não apenas formais –, predominantes no processo de reprodução do modo de produção. Partindo desse pressuposto é que compreendemos como as sociedades mudam e os regimes econômicos e políticos emergem e entram em decadência (ou até mesmo desaparecem), como grupos sociais perdem poder ou se fortalecem e ocupam espaços de poder. Nem mesmo no funcionamento das instituições há fatores determinantes modelados a partir de leis gerais formais.

Tendo em vista o objetivo teórico deste item – de compreender a caracterização fundamental do Estado brasileiro, bem como o seu papel nas políticas de segurança alimentar e nutricional e nas indicações acerca da soberania alimentar –, e considerando a formação e as mudanças do Estado brasileiro, vemos a necessidade de assentar parte desta análise em uma perspectiva teórica weberiana, sem, contudo, abrir mão das contribuições de teóricos de base marxista.

Segundo Weber, a partir das formas de dominação e legitimação do poder³⁷² é que se estabelecem as formas de administração feitas pelo Estado, tais como: 1) a administração burocrática (burocracia), forma correspondente e efetiva do processo de dominação racional-legal;

da coerção, ou seja, sendo o Estado uma organização racional que representa uma forma de aplicação e manifestação política (ancorada na relação de dominação), expressa a racionalização e a racionalidade da sociedade moderna. Nesse sentido, para o autor, a dominação e a coerção presumem a legitimidade. Destaca que existem três formas de dominação: 1) a dominação legal, na qual a legitimidade é de caráter racional e normativo, com base nas normas jurídicas e nos regulamentos elaborados racionalmente, de modo que a obediência se dá em correspondência a essas normas impessoais e objetivas; 2) a dominação tradicional, cuja legitimidade assenta-se nas tradições e costumes – portanto, há nesta forma uma fidelidade que incide no processo de obediência à autoridade constituída por esses critérios; e 3) a dominação carismática, na qual a legitimidade é constituída por admiração e culto a alguma personalidade, induzindo a práticas de obediência que são orientadas mais por critérios emocionais do que racionais (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Nota-se, assim, que Weber dedica mais atenção a um aspecto particular da política. O weberianismo, o marxismo e o positivismo constituem os pilares fundamentais da teoria social moderna. Há, sem dúvida, uma marca na formação do Estado brasileiro desde sua origem até nossos dias: a estreita ligação entre o estamento burocrático e o patrimonialismo.

372. O Estado nas suas manifestações concretas é uma ferramenta capaz de impor legitimamente a dominação, mas, em grande parte, porque do outro lado encontra-se a obediência. Ou seja, quem obedece está, de certo modo, disposto a obedecer, tendo em vista que o que orienta essa relação é a crença na legitimidade da regra racional. Há um reconhecimento do que é legítimo e reconhecido na base racional do Estado.

2) a administração tradicional e o patrimonialismo; e 3) a administração do domínio carismático.

O patrimonialismo, para Weber, é uma forma de dominação tradicional, ou seja, existe o chefe do Estado – e é chefe segundo uma tradição – concebido como um poder hereditário, recebido por herança. Essa tradição de concepção do que é Estado, e de como ele se relaciona com a sociedade, se define e se caracteriza de maneira elástica. Nessa forma de legitimidade de poder, o chefe do Estado se torna praticamente um proprietário desse Estado, como bem vemos na tradição, toma posse do Estado, do título de chefe de Estado.

Daí advém todo o processo de “confusão/imbricamento” entre público-privado, não havendo linhas claras de divisão entre um aspecto e outro. O tesouro – nacional – é patrimônio e se confunde com o patrimônio dos chefes de Estado e de seus funcionários. É prática recorrente, portanto, os detentores de cargos e de poder se beneficiarem, muitas vezes, usando a máquina pública para corresponder a seus interesses privados. O Estado é dono dos fatores de geração de riqueza, ou, em determinadas formas de governo, controla-os. Esses aspectos expressam a relação estreita entre o poder econômico e o político que adentra naquilo que é substancial do estamento. Desse modo, a ocupação dos cargos se dá por meio do desfrute do prestígio.

Outro aspecto que devemos considerar é que o ordenamento jurídico, portanto, é correspondente a essa cultura político-econômica. Não há no ordenamento jurídico, quando este é colocado em prática, o critério da impessoalidade. Desse modo, não há no patrimonialismo a garantia prática dos direitos individuais, conforme prega o discurso hegemônico e os princípios legais presentes na maioria dos marcos jurídicos dos Estados, mas direitos de grupos sociais, famílias, que se intercalam por diversas gerações como “donos do poder” e da instituição estatal. A noção de que teríamos direitos – no sentido universal – é inexistente no Estado patrimonialista, tendo em vista que as garantias são de antemão dedicadas ao prestígio social, ou *status*.

Nesse sentido, para compreendermos o Brasil – o Estado brasileiro –, a discussão sobre o patrimonialismo nos oferece uma visão pertinente (alternativa) do processo que se constitui desde o período colonial, e é permanente, não no sentido lógico-dedutivo, mas no de que se enraizou

de tal forma que passa a compor o inconsciente social-nacional. Constitui, portanto, a cultura político-econômica, perpassando, no decorrer da história brasileira, por todos os períodos de mudanças em todos os regimes políticos e formas de governo.

O processo de formação e desenvolvimento do Estado brasileiro foi fortemente influenciado pelas condições históricas da colonização do Brasil pelos portugueses, que resultaram em alguns traços característicos: uma relação tutelar entre o Estado e a nação; a criação de uma burocracia fortemente centralizadora e intervencionista; e a formação de um empresariado dependente de autorizações, proteções e favores oficiais. (CASTOR, 2001, p. 27)

Temos, assim, nessa base patrimonialista nossa espinha dorsal. Desse modo, mudanças (pequenas) ocorrem, porém, há uma constante lógica patrimonialista na prática político-econômico-social que permanece como força material principal. A obra de Raymundo Faoro *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro* desenvolve uma análise pertinente acerca dessas questões, sobretudo, das heranças negativas (econômica, política e social) da nação brasileira. Busca demonstrar que as “mazelas” da sociedade brasileira são estruturadas, devido às formas relacionais e à estrutura de poder constituídas no Brasil. Ou seja, uma estrutura patrimonialista estamental,³⁷³ desenvolvida no Estado português³⁷⁴ e transportada para o Brasil Colônia.

373. Forma aplicada desde o início no Brasil (Colônia) e reforçada com a vinda da corte lusa em 1808. Constitui a base fundante dos outros momentos históricos, tais como: o processo de independência, o Império e a República. É nesse sentido que se destaca que, no Brasil, o Estado chegou antes da nação, ou ainda, que a nação brasileira foi “criada” pela “mão” do Estado.

374. A partir da instalação da dinastia de Avis (decorrência da Revolução de 1385), Portugal se torna um dos primeiros Estados (de capitalismo monárquico). O povo português foi “desde cedo associado à empresa mercantil das grandes navegações marítimas, sendo o monarca, incontestavelmente, o primeiro comerciante do reino”. (COMPARATO, 2003, p. 334) Além disso, Portugal possui características em sua formação estamental diferentes das dos demais Estados europeus. De acordo com Castor (2001, p. 12), “Conforme a classificação weberiana [...], Portugal viveu mais intensamente o processo patrimonialista do que o feudalismo. No primeiro, o monarca rege seus domínios auxiliado pela *entourage* de membros da corte e oficiais do reino, que lhe prestam obediência e serviços, e aos quais recompensa com benesses e prestígio; no segundo, o monarca mantém com os grandes senhores de terras uma relação de delicado equilíbrio de forças, na qual um e outros trocam apoio militar e político”. Este segundo caso foi a base da constituição de Estados (modernos) como: Inglaterra, França e Alemanha.

Para Raymundo Faoro, a sociedade brasileira – tal como a portuguesa, de resto – foi tradicionalmente moldada por um estamento patrimonialista, formado, primeiro, pelos altos funcionários da Coroa, e depois pelo grupo funcional que sempre cercou o Chefe de Estado, no período republicano. Ao contrário do que disse erroneamente em crítica a essa interpretação, o estamento funcional governante, posto em evidência por Faoro, nunca correspondeu àquela burocracia moderna, organizada em carreira administrativa, e cujos integrantes agem segundo padrões bem assentados de legalidade e racionalidade. Não se trata, pois daquele estamento de funcionários públicos encontrável nas situações de “poderio legal com quadro administrativo burocrático” da classificação weberiana, mas de um grupo estamental correspondente ao tipo tradicional de dominação política, em que o poder não é uma função pública, mas sim objeto de apropriação privada. (COMPARATO, 2003, p. 332)

A forma concreta do Estado brasileiro, de sua administração, é o Estado patrimonial³⁷⁵, e se relaciona com a forma social (sistema de organização social) com uma economia que se organiza sob essa lógica, que, acolhida pela cultura e pela sociedade, acaba por se reproduzir no conjunto das relações políticas e sociais.

Uma imutabilidade histórica, que se constitui através de arranjos intimamente relacionados nos campos econômico e sociopolítico. No primeiro, prevalece o capitalismo politicamente orientado. O Estado não assume o papel de fiador e mantenedor de uma ordem jurídica impessoal e universal que possibilite aos agentes econômicos a calculabilidade (termo caro a Weber, amplamente usado por Faoro) de suas ações e o livre desenvolvimento de suas potencialidades; ao contrário

A formação do Estado português foi diferente, “[...] os monarcas portugueses, ao invés de se aproximarem da aristocracia rural, cercaram-se por um ‘estamento burocrático’, (FAORO, 1970: 19) formado por parentes e amigos do Rei, militares e funcionários leais, cujo poder e prestígio não derivavam da propriedade sobre vastas extensões de terras e de servos, nem da capacidade de prover o monarca com grandes contingentes de soldados, mas da proximidade com o poder administrativo”. (CASTOR, 2001, p. 13)

375. Como destaca Comparato (2003, p. 334), “No Brasil, até recentemente, a elite funcional governante sempre dividiu o poder com membros da classe dominante, situados dentro do Estado (sobretudo nos órgãos legislativos), ou fora dele”.

intervém, planeja e dirige o mais que pode a economia, tendo em vista os interesses particulares do grupo que o controla, o estamento. (CAMPANTE, 2003, p. 153)

Expressa bem esses aspectos o que escreveu o filósofo Alceu Amoroso Lima³⁷⁶ *apud* Comparato, por ocasião da comemoração do primeiro centenário da independência do Brasil.

Foi-se vendo pouco a pouco – e até hoje vemos ainda com surpresa, por vezes – que o *Brasil se formara às avessas, começara pelo fim*. Tivera Coroa antes de ter Povo. Tivera parlamentarismo antes de ter eleições. Tivera escolas superiores antes de ter alfabetismo. Tivera bancos antes de ter economias. Tivera salões antes de ter educação popular. Tivera artistas antes de ter arte. Tivera conceito exterior antes de consciência interna. Fizera empréstimos antes de ter riqueza consolidada. Aspirara a potência mundial antes de ter a paz e a força interior. Começara em quase tudo pelo fim. Fora uma obra de inversão. (COMPARATO, 2003, p. 333, destaques nossos)

Sem dúvida, a interpretação corresponde, em boa medida, à nossa realidade histórica. Basta lembrar da nomeação e chegada de Tomé de Sousa como governador geral, que, desembarcando na Bahia em 1549, trouxe seu regimento de governo, além de várias recomendações detalhadas recebidas de D. João III, que imediatamente deveriam ser aplicadas, sobretudo, medidas de controle e vigilância sobre as pessoas e aos trabalhadores, controle da produção (por meio de concessões régias) e dos preços (fixados). Institui-se, portanto, um controle pormenorizado da vida econômica e social³⁷⁷. A história registra que o governador geral veio acompanhado de um “ministro da Justiça” (ouvidor-mor) e de um “ministro da Fazenda” (provedor-mor), além de ter o apoio de uma força de segurança (a soldadesca). Como bem destacado:

376. Ver: Cardoso, 1981.

377. Além dos aspectos destacados também havia: o controle acerca do deslocamento dos trabalhadores, que poderiam ir a uma outra capitania apenas com autorização prévia; e o controle e restrições às vestimentas de habitantes locais, que não poderiam usar determinados tipos de tecidos, como a seda.

Nesse conjunto, faltou apenas um pormenor: não havia povo. A população indígena não podia ser considerada como tal: era um elemento estrangeiro em suas próprias terras, e que competia manter submisso, ou, pelo menos, afastado quando representasse perigo. Nem se podia ainda incluir no conceito jurídico de povo, no sentido político do termo, o contingente de escravos e degredados [...]. (COMPARATO, 2003, p. 332)

O Brasil começou a existir politicamente alinhado aos interesses externos. Por essa razão entende-se que o Estado se constituiu antes mesmo de se ter uma nação. O Estado precedeu a sociedade, e, desde o seu primeiro dia, um conjunto de leis, alvarás, cartas régias, burocratas, tabelionatos e cartórios expressaram o poder do Estado e da burocracia, cujo fundamento patrimonialista, cartorialista e formalista integra a nossa genética social. Daí os contornos do Estado e da burocracia no Brasil. (CASTOR, 2001)

Considerando a dimensão econômica, de modo geral, o processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro fica refém, em boa medida, aos interesses, ao subjetivismo, de quem detém o poder político, que, como verificamos, está atento a corresponder aos interesses externos. No Brasil do século XIX, como aponta Florestan Fernandes, o senhoriato colonial escravista chama para si a responsabilidade de constituir um Estado e potencializar as relações econômicas com outras nações. É a partir desse momento que o patrimonialismo passa a vigorar entre nós. Mesmo tendo, no conjunto das relações políticas e sociais, grupos cultivando os princípios ideológicos liberais-burgueses, estes apenas se materializaram de maneira ambígua: apesar de, em determinados momentos, limitarem o patrimonialismo, não eram implementados a ponto de anulá-lo. Há, portanto, um arranjo de desenvolvimento econômico, como bem destaca Campante (2003, p. 154): “O capitalismo não brota espontaneamente na sociedade, mas vicia-se no estímulo e na tutela estatal: tire-se do capitalismo brasileiro o Estado e pouco ou nada sobrará, adverte Faoro”.

Durante o Império, os grupos que foram se consolidando como poder político (bloco de poder político hegemônico) e, em alguns casos, unificando o poder político-econômico são síntese de um processo de correlação de forças que se dá, fundamentalmente na constituição do estamento

(no Estado), em razão de alianças e confrontos que se davam de maneira aberta ou velada, materializando uma “dialética da ambiguidade”³⁷⁸.

Nem as classes dominantes (os grandes proprietários rurais e os comerciantes de importação e exportação) podiam impor quando quisessem a sua vontade ao Estado – foi o caso da Lei do Ventre Livre, que levou fatalmente ao fim da escravidão –, nem o Estado era livre de agir, como bem entendesse, contra o interesse econômico daquelas, como mostrou a Lei de Terras de 1850. (COMPARATO, 2003, p. 334)

Na dimensão sociopolítica – se partirmos do entendimento de Faoro –, o Brasil não tem a sua organização no tensionamento entre as classes sociais³⁷⁹. Para esse autor, houve um pensamento político dominante que foi determinando o processo de desenvolvimento econômico, sem ter levado em consideração os princípios do liberalismo. Diz ele:

Na verdade, um pensamento político que o arredou, que vitoriosamente lutou para arredá-lo da vida nacional – o que não é a mesma coisa. A corrente banida, porque banida e não-inexistente, atua, ainda que subterraneamente, irrompendo na superfície em momentos de desajuste do sistema e de crise.

[...] A ausência do Liberalismo, que expressava uma dinâmica dentro da realidade social e econômica, estagnou o movimento político, impedindo que, ao se desenvolver, abrigasse a emancipação, como classe, da indústria nacional. Seu impacto revelaria uma *classe*, retirando-a da névoa estamental, na qual se enredou. Interrompida ficou, em consequência, a luta do produtor na crise do sistema colonial e do produtor quando a Revolução Industrial penetra no país. O Liberalismo, ao se desenvolver autenticamente, poderia, ao sair da crisálida da *consciência possível*, ampliar o campo democrático, que lhe é conexo,

378. Expressão cunhada pelo sociólogo Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982).

379. Para Faoro, em seu texto *Existe um pensamento político brasileiro?*, o que houve foi a vitória de um pensamento político que sempre lutou para afastar as potencialidades de implementação de um processo genuinamente liberal burguês no Brasil. Esse processo demarca e caracteriza a organização política e econômica que incide na independência brasileira e nos períodos históricos posteriores.

mas pode ser-lhe antagônico. [...] O Estado seria outro, não o monstro patrimonial-estamental-autoritário que está vivo na realidade brasileira. [...]. (FAORO, 1987, p. 54-55)

Assim, “A clivagem primordial dá-se entre estamento burocrático e o restante da sociedade, incluindo neste ‘resto’ as camadas proprietárias ou não”. (CAMPANTE, 2003, p. 154) Uma sociedade de classes, na qual o processo de constituição sociopolítica se dê a partir dessa contradição, possui um potencial universalista e equalizador. Já uma sociedade que tem como fundamental uma prática estamental, patrimonialista, acaba por – em regra – privilegiar o particularismo e o interesse privado, tendo como consequência a instituição da desigualdade social.

O instrumento de poder do estamento é o controle patrimonialista do Estado, traduzido em um Estado centralizador e administrado em prol da camada político social que lhe infunde vida. Imbuído de uma racionalidade pré-moderna, o patrimonialismo é intrinsecamente personalista, tendendo a desprezar a distinção entre as esferas pública e privada. Em uma sociedade patrimonialista, em que o particularismo e o poder pessoal reinam, o favoritismo é o meio por excelência de ascensão social, e o sistema jurídico, *latu sensu*, englobando o direito expresso e o direito aplicado, costuma exprimir e veicular o poder particular e o privilégio, em detrimento da universalidade e da igualdade formal-legal. O distanciamento do Estado dos interesses da nação reflete o distanciamento do estamento dos interesses do restante da sociedade. (CAMPANTE, 2003, p. 154-155)

Com o advento da República, as formas de poder e as relações sociopolíticas permaneceram praticamente sem alterações, apesar de haver mudanças nas classes dominantes. Tomando como pressuposto essa base para o Estado brasileiro, a fundamental contradição se dá entre o quadro administrativo estatal, somado ao “chefe patrimonial” – ambos patrimonialistas, – *versus* o povo. Se considerarmos a perspectiva marxista acerca do Estado – conforme abordado em item anterior – e o entendimento que se dá acerca de sociedade civil, vemos que, na história do Brasil, com essa formação histórica, é difícil de identificar a sociedade civil

conforme a elaboração nos marcos teóricos marxistas. Por essa razão, tomada a forma explicativa de Faoro acerca da composição do Estado brasileiro, das relações e formas de poder, não se vê o “lugar” do povo e da classe trabalhadora na influência e no exercício de poder instalados. É nesse sentido que, no Brasil, os limites para o desenvolvimento social são muito fortes.

Para Faoro, as liberdades públicas estribam-se nas liberdades econômicas e somente uma estrutura social baseada em classes, expressão do domínio pleno da economia pelo sistema de mercado, pode abrir reais possibilidades para um Estado liberal-democrático. Caso contrário, tem-se o estamento, e o liberalismo e a democracia são superficiais. “Os estamentos florescem, de modo natural, nas sociedades em que o mercado não domina toda a economia, a sociedade feudal ou patrimonial” (Faoro, 1998:23). Ou seja, somente nas sociedades modernas e capitalistas é que o econômico sobrepuja e define o político e o social; nas sociedades atrasadas e pré-capitalistas ocorre exatamente o contrário. (CAMPANTE, 2003, p. 164)

A história brasileira para Faoro, portanto, vai sendo conformada pelos determinantes de uma composição estamental, patrimonialista, e não de uma sociedade de classes, tendo em vista que não só os cativos como os “homens livres” pobres não foram incluídos nos processos de relações produtivas e sociais propriamente capitalistas³⁸⁰. Porém, a base material em que se assentava o poder no Brasil se diferenciava da de Portugal, na medida em que, neste último, o estamento burocrático estava alinhado com o comércio, e, no primeiro, com uma economia de produtores agrícolas escravistas e pecuaristas (escravistas ou não); ou seja, a base do poder aqui no Brasil foi outra. Os grandes proprietários de terras (latifundiários) sempre detiveram grande poder, que, em Portugal, já havia sido superado desde pelo menos o tempo da dinastia de Avis. (CAMPANTE, 2003)

No período denominado de República Velha, a coalização de interesses entre Estado e as oligarquias rurais é expressiva. Porém, demarca uma contradição relevante, tendo em vista que há um descompasso entre

380. Embora seja considerado que, na totalidade concreta, há, no processo de acumulação do capital, o “desenvolvimento desigual e combinado”.

o poder econômico e o político. Ou seja, segundo Campante (2003, p. 171), “[...] nacionalmente, o sistema político permaneceu basicamente nas mãos das elites das regiões economicamente decadentes e politicamente patrimonialistas [...]”, o que diverge de grande parte da historiografia brasileira, que destaca o poder de influência da oligarquia cafeeira paulista nesse período sobre o Estado brasileiro³⁸¹. As relações de interesses entre a oligarquia rural paulista e os detentores do poder político – na República Velha –, no intuito de que as suas reivindicações fossem atendidas pelo poder federal, contribuíram de maneira significativa para que se instalasse a condução da modernização de maneira autoritária, após os anos de 1930.

A partir de 1930, o Estado assumiu a liderança do processo de modernização econômica e social do país, criando para isso um enorme aparato produtivo e de fomento, conhecido como “modelo desenvolvimentista”. Tendo exercido vital influência na vida do país durante décadas, tal modelo foi condenado à obsolescência por fatores externos e internos a partir da década de oitenta. (CASTOR, 2001, p. 27)

De certo modo, há uma ausência no processo de desenvolvimento brasileiro, também nesse período, de um projeto de uma burguesia nacional e, portanto, classista. Assim, o processo de modernização nacional excluiu um projeto tipicamente burguês e assentou-se, fundamentalmente, por uma via autoritária – Estado Novo, por exemplo –, de cima para baixo, em que o Estado se define pela união de interesses conservadores entre a burguesia fundiária, a burguesia industrial nascente e os setores político-burocráticos, que, em boa medida, ocupam e controlam o aparelho estatal.

Um desenvolvimento econômico e político tipicamente burguês e classista encontra no Brasil um conjunto de linhas limítrofes oriundas desse processo até então destacado. É com base nesse entendimento que Florestan Fernandes desenvolve sua análise. De acordo com Fernandes

381. De acordo com o autor, nesse período a economia paulista se apresentava bastante dinâmica. Contudo, sofreu marginalização política, tendo em vista que o processo de desenvolvimento econômico nessa região apresentava – em boa medida – princípios diversos aos cultivados estritamente no interior das relações patrimonialistas.

(1976)³⁸², os grupos que dominam economicamente o país sofrem de condicionantes que podem ser caracterizados como: 1) a fragilidade do setor popular (da classe trabalhadora dispersa ou desarticulada pela força repressiva)³⁸³; 2) um capitalismo instalado no Brasil tendo por base um processo de genuína dependência externa dos arranjos e interesses econômicos capitaneados pelos países de capitalismo avançado que possuem a sede das grandes corporações (o que Fernandes chamou de heteronomia³⁸⁴); e 3) a apropriação equivocada das ideologias – políticas estrangeiras – do liberalismo e também da democracia, que, na prática, acabam por serem aplicadas perfazendo processos, por vezes de imitações, por outras de não absorção completa de tais ideologias³⁸⁵. Esse processo heteronômico expressa a implementação de um “capitalismo politicamente orientado”³⁸⁶, tendo em vista a coligação dos interesses das classes dominantes externas com os da classe dominante interna, como bem destacado:

[...] veicula, internamente, uma situação de superexploração capitalista para compensar a adversidade da posição da burguesia interna como um sócio menor do capitalismo internacional; por outro lado, a debilidade histórica de um povo formado na condição escrava ou de profunda dependência pessoal e submetido a tal grau de exploração impossibilita uma dinâmica de luta de classes. Tudo isso faz das

382. Fundamentalmente na obra *A revolução burguesa no Brasil*.

383. Também, como vimos, apontada por Faoro.

384. Implementação de razões, interesses e valores externos (exógenos), com a articulação interna das forças sociais, como a união dos interesses dos setores comercial e industrial com a oligarquia rural, e a união desses setores com as burguesias dos países com capitalismo altamente desenvolvido (centrais). Esse acordo é que caracteriza a forma e o processo de desenvolvimento sem levar em consideração os interesses e as necessidades da maioria da população.

385. Esse aspecto demonstra, em certa medida, mesmo que num momento histórico de desenvolvimento industrial, por exemplo, a base fundamental política para a implementação desse processo, repetindo o que já verificamos anteriormente.

386. Nesse ponto reside uma pequena diferença de entendimento entre Faoro e Florestan Fernandes. Para Faoro, os impulsos externos são vetores de mudanças econômico-sociais, porém, não incidem em mudanças, de maneira determinante, na estrutura política da dominação, pois está assentada no “estamento, que instrumentaliza, descaracteriza e domestica a agressividade inovadora das ideologias alienígenas e das mudanças socioeconômicas internas” (CAMPANTE, 2003, p. 174-175). Para Fernandes (2008c), no entanto, essa apropriação ideológica do liberalismo acabou por induzir, em boa medida – mesmo que lenta e gradualmente –, um processo de modernização no Brasil. De igual forma, na implementação de aspectos fundantes do

camadas proprietárias mais um estamento que instrumentaliza o Estado do que propriamente uma burguesia. Esse estamento, em um caminho inverso ao trilhado pela burguesia anglo-americana, se consolida controlando o poder político e, a partir daí, estabelecendo a dominação socioeconômica. (CAMPANTE, 2003, p. 174)

Os grupos dominantes – dada a formação social do Brasil –, alinhados e inseridos em um contexto de capitalismo monopolista imperialista, colocaram em marcha de maneira efetiva esse processo. De acordo com Florestan Fernandes,

Quando a pressão de baixo para cima se intensificou de modo revolucionário prematuramente, ela foi pulverizada, esmagada e serviu de pretexto para as modalidades políticas de autodefesa da burguesia que lembram a autocracia e despotismo. De outro, na medida em que o estágio da formação do proletariado alcançou maior maturação e este procurou organizar-se para desenvolver-se como classe independente, o processo foi contido, interrompido ou interceptado pela violência organizada. Em consequência, as forças sociais que poderiam funcionar como contrapeso e colocar na cena histórica o problema da forma do desenvolvimento capitalista, nem isto puderam fazer. As tenazes da história se fecham pelas mãos dos homens: os homens que estão no poder, dentro das empresas, das instituições sociais e do Estado, e que não veem outra coisa senão a parte que poder retirar do butim, em associação com parceiros de várias categorias sociais de dentro e de fora. (FERNANDES, 2008c, p. 51)

Florestan Fernandes (2008c) destaca que durante muito tempo houve a defesa de que o desenvolvimento capitalista podia produzir resultados similares em diferentes lugares, dependendo do estágio de desenvolvimento em que estivesse e das potencialidades de amadurecimento. Porém, viu-se que essa defesa foi parte do processo de colonização e da transferência da ideologia dominante.

liberalismo, estes assumem critérios e características político-ideológicos que influenciam e constituem formas contraditórias ao processo patrimonialista. Como destaca Campante (2003, p. 175), “[...] embora limitada, desempenha papel ambíguo diante da dominação política patrimonial – ao mesmo tempo que a reforça, a deslegitima”.

Esse ponto é notório quando considerado o processo de mundialização do capital e do “desenvolvimento desigual e combinado”, no qual a prática das classes dominantes é tirar vantagem, a partir da dependência, tanto do moderno quanto do atraso. A partir dessa perspectiva, o que de fato ocorreu nos países da América Latina

[...] foi que os estamentos dominantes e privilegiados preferiram optar pela linha mais fácil de seus interesses e vantagens, dando prioridade total às soluções econômicas montadas no período colonial, com todas as suas aberrações. (FERNANDES, 2008c, p. 50)

Por mais que o processo de transformação capitalista, com seus limites, como destaca Fernandes, possa lograr êxitos e possibilitar processos de desenvolvimento, estes não poderão produzir os mesmos efeitos dos países de capitalismo avançado, sobretudo, porque o contexto histórico, a forma estatal e a estrutura da economia são substancialmente diferentes.

Por essa razão,

O ponto mais grave, que se configurou nas nações latino-americanas de maior envergadura econômica, demográfica e política, é que a revolução burguesa acabou se definindo e se desatando *pela coordenação com o polo externo* e através de iniciativas modernizadoras de monta, *desencadeadas pelo polo externo*. O Estado autocrático burguês (ou, como outros preferem, o Estado neocolonial ou, ainda, Estado de segurança nacional) acabou sendo o elo mediador pelo qual uma revolução que deixou de ser feita por decisão histórica está caminhando pela *modernização dirigida* e autocrática e por transformação de *estruturas previamente drenadas ou esterilizadas*. (FERNANDES, 2008c, p. 51)

O processo de modernização dos países em tempo de capitalismo monopolista e imperialista, e que não passaram por uma revolução burguesa, se dá por consequência histórica a partir dessas amarras destacadas anteriormente³⁸⁷. Esse estágio no processo de mundialização do capital

387. Florestan Fernandes destaca também o contexto histórico em que se travam as lutas entre os modelos econômico-políticos e ideológicos dos países com capitalismo *versus* os dos países socialistas. De modo geral, essa tensão contribui significativamente para as iniciativas

“[...] tende a unificar a autodefesa e a segurança da empresa mundial na esfera da produção, do mercado e das finanças”. (FERNANDES, 2008c, p. 52) Desse modo, a grande burguesia mundial, além de controlar o grupo dominante interno (a burguesia neocolonial e dependente), retira deste a crença de um processo revolucionário burguês, portanto, classista, de forma espontânea, induzida pelas contradições materiais oriundas do processo de industrialização. Desse modo,

A periferia verdadeira do capitalismo monopolista avançado está sendo montada agora, *em nossos dias*. Ela será profundamente modernizadora, provocará transformações nunca sonhadas da economia industrial e da sociedade de classes. Mas para manter o desenvolvimento desigual e combinado em termos das vantagens estratégicas das classes burguesas, do centro e da periferia, terá de despojar a revolução burguesa dos atributos que definiram a sua grandeza histórica na evolução da civilização moderna. (FERNANDES, 2008c, p. 52)

A análise desenvolvida acerca dos processos, bem como dos grandes pilares políticos e econômicos que compõem a nossa genética social, demonstra que:

Dessa tradição colonial, guardamos duas heranças poderosas: a presença dominante do Estado, cujo braço político-administrativo, representado pela burocracia estatal, sempre foi personagem central na vida dos indivíduos e das organizações brasileiras; e o nascimento e fortalecimento de uma elite econômica fortemente associada ao Estado e dependente dele para obter proteção contra a concorrência, controlar administrativamente os preços, limitar artificialmente a oferta e gozar de vantagens e subsídios na compra de matérias-primas e insumos industriais. Em outras palavras, instalou-se no país um “capitalismo protegido”, privatista na propriedade e semi-estatal na gestão. (CASTOR, 2001, p. 15)

de intervenção e direcionamentos dos mais diversos tipos, no interior dos países em desenvolvimento.

Podemos, portanto, destacar que esse modelo desenvolvimentista implementado fundamentalmente entre os anos de 1930-1990, apesar da mudança de eixo no fator econômico, da agricultura para o processo de urbanização e industrialização, manteve princípios e pilares que se conformaram por todos os períodos anteriores. Porém, nos anos de 1980, os sintomas de uma profunda exaustão econômica ganham forças no Estado brasileiro. Exemplo disso são as altas taxas de inflação continuada e de juros, o aumento do *déficit* público e, portanto, uma diminuição na capacidade do Estado de, através de créditos, alimentar a economia. Configurou um círculo vicioso no processo de realimentação econômica. Em certa medida, algumas causas são advindas de uma mudança no sistema financeiro e bancário, que deixa de cumprir a sua clássica função de incentivo à economia produtiva, passando para a especulação financeira. De modo geral, os recursos financeiros oriundos de diferentes fontes, tais como institucional, corporativa e poupança popular, e administrados pelo sistema bancário passaram a ser utilizados para financiar o *déficit* público (interno e externo), robustecendo o sistema da dívida pública.

Em um contexto mais recente – início da década de noventa do século XX³⁸⁸, com uma conjuntura político-ideológica pautada nos princípios do neoliberalismo –, já no governo de Fernando Collor de Mello, através da ideologia dominante, o Estado passa a ser duramente atacado³⁸⁹, sobretudo no que diz respeito às suas responsabilidades e funções através das políticas sociais. Há, portanto, correspondente às bases pretensamente modernas, a defesa de estratégias que visavam reorganizá-lo,

388. Resultante de um processo de transformação que expressa as mudanças e o fortalecimento das formas como o capital passa a se reproduzir em escala global, sobretudo, a partir da direta influência do Estado neoliberal e das políticas neoliberais, bem como do fortalecimento da lógica de mercado. Ancoradas na experiência dos Estados Unidos, Inglaterra e Canadá, na defesa de práticas privatizantes para revitalização econômica e como fundamento para as políticas, essas forças indutoras causam uma “espécie” de desmonte do aparelho estatal brasileiro e de empresas estratégicas que haviam sido criadas e organizadas para dar sustentação à proposta desenvolvimentista.

389. Partindo da tese construída durante a história de um Estado brasileiro patrimonialista e burocrático, há, portanto, uma “satanização” desse Estado e a defesa incondicional da necessidade de reorganizá-lo e ancorá-lo em bases modernas – conforme a defesa da ideologia correspondente –, nas quais os interesses das iniciativas privadas passam a ganhar espaço. De acordo com Campante (2003, p. 184), “O chamado neoliberalismo brasileiro dos anos 90 tem em comum com o liberalismo da República Velha e mesmo da Regência o fato de ser essencialmente depurado de conteúdo democrático. Liberalismo, em sentido estrito e em sua origem histórica, é bem diferente de democracia”.

com base nos princípios do neoliberalismo. Aliado a isso, no processo de mundialização do capital, os organismos e as agências internacionais, como OMC, Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros, passam a ser os instrumentos de veiculação das políticas neoliberais, do controle e das recomendações, cabendo aos Estados nacionais a implementação das políticas orientadas (ou “determinadas”).

Há, portanto, a abertura econômica – pautada na lógica do paradigma da competitividade internacional –, eliminando um conjunto de regras e proteções tributárias e aduaneiras, fundamentais para o período desenvolvimentista. Isso significou o primeiro passo de mudança na política econômica que havia sido adotada pelo país durante um grande período³⁹⁰. Faoro analisa a questão da “modernização” no Brasil³⁹¹, e destaca que é um país que não alcançou, nas dimensões econômica, política e social, a modernidade. Nesse sentido, esse processo de modernização sem modernidade industrial, por ser apenas modernizador, com políticas modernizadoras, não expressa objetivamente relações capitalistas impulsionadas internamente (uma força de desenvolvimento interior), mas corresponde expressamente a interesses externos.

O processo por necessidade externa, a progressão, impulsionado por uma vontade tecnocrática não é mais do que um fim subjetivo de um grupo de pessoas, incapaz, por não se irradiar como força interna, de se incorporar à história. Por isso, em certos casos, as modernizações, depois que chegam ao fim, que é quando a elite, [...] muda de objetivos, parecem nunca ter existido. Elas se circunscrevem ao tempo circular, com uma memória condicionada ao tempo precário, que duram enquanto outra onda se sobrepõe à atual, desfazendo-se ambas. A história que daí resulta será uma crônica de déspotas, de governos, de elites, de castas, de estamentos, nunca a história que realiza, aperfeiçoa, desenvolve. A história, assim fossilizada, é um cemitério de projetos, de ilusões e de espectros.

390. Segundo Castor (2001, p. 21), “Ao mesmo tempo, a rede de benefícios setoriais e regionais que havia sido cuidadosamente urdida desde a época getulista era desmontada”. Várias autarquias de fortalecimento econômico, órgãos públicos que estavam ligados ao fortalecimento da economia popular, foram literalmente extintas ou desmontadas, ou perderam a autonomia.

391. Texto-base da conferência proferida no Instituto de Economia Agrícola (IEA), “A questão nacional: a modernização”, publicado em 1992 na edição nº 14 da revista *Estudos Avançados* (ver: referências).

[...] O desenvolvimento não pode ser a matéria de decretos, nem é assim que uma nação aprende de outra. Uma elite não pode, pela compulsão, pela ideologia, gerar a nação. A nação, que quer se modernizar sob o impulso e o controle da classe dirigente, cria uma enfermidade, que a modernidade, quando ela aflorar, extirpa, extirpando os modernizadores. (FAORO, 1992, p. 19-20)

Desse modo, se o processo de industrialização no Brasil não gerou o liberalismo econômico, de igual forma, não surgiu a ordem política liberal, e esse processo de implementação de políticas modernizadoras e ajustes e redefinições da função do Estado expressa no máximo uma sombra ideológica que corresponde apenas aos interesses da classe dominante. Há, portanto, uma perversão no processo de implementação do “liberalismo” econômico. Destaca Faoro:

As modernizações, entre nós, procuraram, sem alcançar, a modernidade industrial, que, por serem modernizadoras, não seriam capitalistas. Por sua vez, o industrialismo não gerou o Liberalismo econômico, porque o Liberalismo econômico não se gera por decisão oficial. Daí não saiu uma ordem política liberal, perdida na sombra ideológica permeada pela elite. O Liberalismo econômico, ao se implantar, repetidamente, ao primeiro susto, mas fictício do que real, debaixo da proteção das baionetas. A recuperação da modernidade, para desvendar-lhe o leito por onde ela corre, não se faz do alto, pela revolução passiva, prussianamente ou pela burocracia. O caminho que leva a ela é o mesmo caminho no qual trafega a cidadania: essa via, que só os países modernos, e não modernizadores, percorreram, não tem atalhos. Os atalhos estão cheios de atoleiros de autocracias. Se o relógio da história não tem um curso fatal, ele não se deixa adiantar para que o relojoeiro queira alcançar, ao nascer do sol, o meio-dia, trapaceando o espectador e trapaceando-se a si próprio. (FAORO, 1992, p. 21-22)

O ajuste estrutural no Brasil visa implementar a pauta neoliberal, conforme o processo hegemônico em ascensão nesse contexto, como a proposição de mercados abertos, tratados de livre comércio, diminuição radical na intervenção estatal na regulação do mercado e da economia,

privatizações de estatais³⁹² e de serviços, portanto, a redução do setor público. Em contrapartida, esse processo passa a exigir do Estado medidas firmes contra a organização da classe trabalhadora. Dessa forma, o Estado passa a ser o grande gerente do sistema, e, de modo geral, o instrumento para canalizar recursos para a iniciativa privada, principalmente para a burguesia financeira.

[...] é também evidente que o processo de “emagrecimento forçado” da máquina estatal não decorreu exclusivamente de um projeto político e organizacional deliberado. Uma das razões determinantes para tal encolhimento foi, na realidade, a reorientação de recursos fiscais antes utilizados no custeio da máquina pública e na execução dos programas estatais para o financiamento da Dívida Pública. Com efeito, as políticas monetárias e cambiais adotadas a partir do segundo semestre de 1994 resultaram no aumento exponencial do estoque da Dívida Pública, enquanto a política de juros elevados para manter a atratividade do país ao capital externo e domar eventuais pressões inflacionárias resultou numa gigantesca transferência de recursos dos gastos e investimentos sociais para o setor financeiro, os investidores e financiadores do déficit governamental. (CASTOR, 2001, p. 23)

O contexto sociopolítico desse período, por mais que tenha havido reforma no Estado brasileiro, não negou o seu caráter patrimonialista, apenas o disfarçou através do discurso da modernização, tendo em vista que não estabeleceu efetivamente o Estado de direito. Muito ao contrário, continuou sendo conduzido por uma classe dominante conservadora em busca de realizar seus interesses, o que intensificou o dismantelamento estatal e o sucateamento dos já frágeis serviços públicos (o Estado mínimo).

[...] a partir de então, por força da própria estratégia governamental, iniciou-se, também, um processo de pauperização financeira e de sucateamento operacional do aparelho do Estado que vem progressivamente minando sua capacidade de cumprir seus papéis institucionais e

392. Como sabemos, com o programa de privatizações, a partir de 1992, foram transferidos para a iniciativa privada empresas e setores estratégicos: siderurgia, telecomunicações, produção de insumos básicos, petroquímica, transporte marítimo e ferroviário etc.

de prestar serviços públicos na dimensão e na qualidade exigidas por um país com graves carências e desigualdades sociais. (CASTOR, 2001, p. 27)

A influência da oligarquia rural, dos anos de 1930, é sucedida, na década de noventa, pela influência da oligarquia financeira. Ocorre, portanto, a substituição de um Estado patrimonialista “déspota” por um despotismo privado que, em grande escala, irriga os recursos públicos mais para a especulação financeira do que para o incentivo do setor produtivo. De acordo com Carvalho:

[...] o desenvolvimento político e econômico do modo de produção capitalista no Brasil é parte do capitalismo mundial, o imperialismo movimentando-se neste século sob cinco aspectos inseparáveis: primeiro, o domínio da vida econômica do planeta por intermédio dos monopólios. Segundo, a criação do capital financeiro especulativo e da oligarquia financeira que sangra a economia dos países dirigidos por presidentes fracos e sem sentimento de Nação e Pátria. Terceiro, o predomínio da exportação de capitais dos países centrais em detrimento da exportação de mercadorias. Quarto, a fusão de grandes empresas como anacronismo de uma suposta livre concorrência. Quinto, a partilha do mundo em áreas extrativistas entre as sete maiores e mais poderosas potências capitalistas, sob comando norte-americano. (CARVALHO, 2011, p. 40)

Como resultado disso, além da precariedade dos serviços públicos e das minguadas políticas genuinamente públicas, está necessariamente a diminuição das capacidades e das condições econômicas do Estado. Por mais que tenha havido o aumento de *superavit* primários – que burocratas menos atentos às questões fundamentais de gestão financeira e orçamentária do Estado brasileiro consideram como grande êxito da política econômica –, nada mais são do que a expressão da realidade objetiva da incapacidade do Estado – pela redução progressiva da capacidade – de interferir substancialmente na superação dos grandes problemas sociais e na implementação de políticas públicas efetivas.

As análises de Francisco de Oliveira (2003) ajudam-nos a compreender algumas características da sociedade brasileira, o processo de (sub) desenvolvimento incidente e possível pela lógica de reprodução do capital

e a relação com o Estado. Para esse autor, o subdesenvolvimento³⁹³ não é uma evolução truncada³⁹⁴, mas uma produção da dependência que se concretiza na conjunção do “lugar” do país na divisão internacional do trabalho capitalista articulado com os interesses das classes dominantes internas.

Em *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*, o autor, além de se penitenciar dos equívocos – sobretudo acerca das críticas direcionadas aos cepalinos³⁹⁵ – e da sua “forma tosca de ajudar a introduzir novos elementos na construção da especificidade da forma brasileira do subdesenvolvimento”, demonstra “como a articulação das formas econômicas subdesenvolvidas incluía a política, não como externalidade, mas como estruturante”. (OLIVEIRA, 2003, p. 128)

Desse modo, de acordo com o autor, o setor da economia considerado atrasado – pelas análises teóricas dos cepalinos e de Celso Furtado³⁹⁶ –, como o caso da produção rural (de subsistência), não é obstáculo para o desenvolvimento, muito pelo contrário, foi de fundamental importância para acumulação interna de capital. De acordo com Oliveira (2003, p. 129), “[...] a agricultura atrasada financiava a agricultura moderna e a industrialização”. Há, portanto, no processo de expansão capitalista no Brasil, um conjunto de dimensões imbricadas que embasam a forma de “modernização conservadora, ou de uma revolução produtiva sem revolução burguesa”, tais como:

[...] agricultura de subsistência, sistema bancário, financiamento da acumulação industrial e barateamento da reprodução da força de trabalho nas cidades [...], o papel do "exército de reserva" ocupado em atividades informais, [...], formas irresolutas da questão da terra. (OLIVEIRA, 2003, p. 130-131)

393. De acordo com Oliveira (2003, p. 128), “O termo subdesenvolvimento não é neutro: ele revela, pelo prefixo ‘sub’, que a formação periférica assim constituída tinha lugar numa divisão internacional do trabalho capitalista, portanto, hierarquizada [...]”. Segundo o autor, não é etapista nem evolucionista.

394. É o entendimento de que, apesar da dependência, o país pode se desenvolver.

395. Referente à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que, segundo Oliveira, foi influenciada por Weber e, nas margens, também por Marx.

396. Destaca Oliveira que essa tese não tinha sustentação histórico-material, tendo em vista que o Brasil do século XIX havia experimentado uma taxa de crescimento sem paralelo a outra economia capitalista nesse período.

O que se demonstra é que o fundamental nessa lógica da revolução “produtiva sem revolução burguesa” é que o atrasado é condição necessária para processo de acumulação, ou, como destaca Oliveira (2003, p. 131), é “condômino da expansão capitalista”, sendo o subdesenvolvimento expressão de uma exceção permanente do modo de produção e como este se reproduz e se alimenta em sua periferia.

O subdesenvolvimento finalmente é a exceção sobre os oprimidos: o mutirão é a autoconstrução como exceção da cidade, o trabalho informal como exceção da mercadoria, o patrimonialismo como exceção da concorrência entre capitais, a coerção estatal como exceção da acumulação capitalista. [...] O caráter internacional do subdesenvolvimento, na exceção, reafirma-se com a coerção estatal, utilizada não apenas nos “capitalismos tardios”, mas de forma reiterada e estruturante no pós-depressão de 1930. (OLIVEIRA, 2003, p. 131)

A partir do golpe empresarial-militar de 1964 – de acordo com o autor –, o processo prossegue sob a “via prussiana”, como sabemos, a partir de forte repressão política sobre a sociedade e sobre a organização dos trabalhadores nos sindicatos e movimentos sociais de base popular. Uma coerção estatal no mais alto grau, além da abertura ao capital estrangeiro e do aumento da presença de empresas estatais, ou seja, uma industrialização por uma “marcha forçada” sem, contudo, superar o patrimonialismo e o problema do financiamento interno para a expansão do capital. Nesse contexto, o endividamento externo é visto como a solução, e, a partir dessa política, abrem-se as portas à financeirização da economia e das contas do Estado brasileiro. Desse modo, sem o financiamento externo a economia brasileira não se moveria. (OLIVEIRA, 2003)³⁹⁷

Essa dependência financeira externa cria, também, uma dívida financeira igualmente espantosa, como a única política capaz de enxugar a liquidez interna produzida exatamente pelo ingresso de capitais especulativos. Mas é também um adiantamento sobre a produção futura, de modo que para produzir um PIB anual é preciso endividar-se na

397. Oliveira faz essa análise nos primeiros anos da década de 2000 e afirma que a situação econômica e a lógica de sua reprodução altamente dependente do setor financeiro, que subalterniza o setor industrial, é comparado à situação da pré-crise de 1930.

mesma proporção. Essa é a reiteração da financeirização da economia. (OLIVEIRA, 2003, p.135)

Considerando essas questões de fundo, pode-se afirmar que um processo de desenvolvimento que leve o país a outro patamar – como investimento em ciência e tecnologia, melhor desempenho no setor produtivo – fica fortemente comprometido, ou impedido, dado esse círculo vicioso dependente³⁹⁸. Dado esse marasmo econômico-social, as consequências se inscreveram dentro dessa lógica. As condições do Estado brasileiro são as condições de um Estado que não pode e não consegue desenvolver políticas autônomas. Não poderá, então, criar e implementar “políticas sociais substanciais”³⁹⁹.

Francisco de Oliveira destaca vários aspectos desse processo, por exemplo: a dívida pública se torna coerção de crescimento; a partir da década de 1980, regressão forte nas lutas sociais sindicais (em sindicatos autênticos, tais como do ABC, em São Paulo, petroleiros, bancários); mudanças nas bases técnico-materiais da produção, que incidem na relação de classes sociais, a qual, como destaca o autor, “foi truncada ou modificada”; a participação e inserção de integrantes-representantes da classe trabalhadora (ou nova classe, já formada sob os princípios da nova função do Estado) na máquina estatal, que passam a acessar e controlar o fundo público, fazendo, portanto, a ponte entre o interesse privado, o Estado e o sistema financeiro.

398. “O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. Resta apenas ‘acumulações primitivas’, tais como as privatizações propiciaram: mas agora com o domínio do capital financeiro, elas são apenas transferências de patrimônio, não são, propriamente falando, ‘acumulação’. O ornitorrinco está condenado a submeter tudo à voragem da financeirização, uma espécie de ‘buraco negro’: agora será a previdência social, mas isso o privará exatamente de distribuir a renda e criar o novo mercado que sentaria as bases para a acumulação digital-molecular. O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão”. (OLIVEIRA, 2003, p. 150)

399. A análise que fizemos na ocasião da pesquisa que deu base para este texto, acerca das políticas de combate à fome e à miséria, bem como das pautas e políticas acerca da segurança alimentar e nutricional, demonstra isso. Embora com significativos avanços, inscrevem-se insuficientes, e, no quesito temporalidade, podem ter vida curta, como estamos vivenciando, neste período pós-“golpe” (jurídico-institucional), o desmantelamento e redução de recursos das políticas sociais implementadas a partir de 2003.

Em termos gramscianos também a nova classe satisfaz as exigências teóricas: ela se forma exatamente num consenso sobre Estado e mercado sustentado pela formação universitária que recebeu, e por último é a luta de classes que faz a classe, vale dizer, seu movimento se dá na apropriação de parcelas importantes do fundo público, e sua especificidade se marca exatamente aqui; não se trata de apropriar os lucros do setor privado, mas de controlar o lugar onde se forma parte desse lucro, vale dizer, o fundo público. (OLIVEIRA, 2003, p. 149)

Também no texto de 1988, *O surgimento do antivalor*, Oliveira destaca que, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, a implementação de políticas pelos Estados nacionais⁴⁰⁰ incide na constituição do padrão de financiamento público da economia capitalista. O fundo público foi a base e o impulso das políticas macroeconômicas nesse período e tornou-se imprescindível para a acumulação capitalista a partir dessa época⁴⁰¹. De modo geral, é o fundo público que agiliza, mobiliza e faz acontecer a circulação do capital, seja na forma de títulos públicos, seja através dos incentivos e subsídios.

400. O autor refere-se às políticas originalmente anticíclicas de teorização keynesiana, implementadas pelos Estados de bem-estar social.

401. A partir da inclusão do fundo público como absolutamente necessário para a reprodução do capital, as condições de distribuição desse fundo têm incidência direta na relação social de produção. Ou seja, na sociabilidade capitalista, a projeção de utilização do fundo público não se assenta apenas nas demandas puramente de mercado, mas deve levar em consideração outras dimensões da vida social, tais como as dimensões imbricadas com a reprodução da força de trabalho. É nesse sentido que Oliveira discute a formação da “esfera pública” e da democracia “representativa” como de “irmãos siameses”. De acordo com Oliveira (1988, p. 22), “A estruturação da esfera pública, mesmo nos limites do Estado classista, nega à burguesia a propriedade do Estado e sua dominação exclusiva. Ela permite, dentro dos limites das ‘incertezas previsíveis’, avanços sobre terrenos antes santuários sagrados de outras classes ou interesses, à condição de que isto se passe através de uma reestruturação da própria esfera pública, nunca de sua destruição. [...] É uma negação dos automatismos do mercado e de sua perversa tendência à concentração e à exclusão. [...] a esfera pública e a democracia contemporânea afirmam, de forma peremptória que em qualquer outra época da história, a existência dos sujeitos políticos e a prevalência de seus interesses sobre a pura lógica do mercado e do capital”. Esses aspectos e essas questões trazidos por Oliveira lançam luz para compreendermos avanços, limites e contradições das políticas públicas indutoras (de segurança alimentar e nutricional e de soberania alimentar) e dos espaços que incidem nos posicionamentos possíveis da classe trabalhadora acerca da soberania alimentar.

Este pode ser sintetizado na sistematização de uma esfera pública onde, a partir de regras universais e pactadas, o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital, de um lado, e de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais.

Entretanto, a mudança mais recente das relações do fundo público com os capitais particulares e com a reprodução da força de trabalho representa uma “revolução copernicana”. [...] o fundo público é agora um *ex-ante* das condições de reprodução de cada capital particular e das condições de vida, em lugar de seu caráter *ex-post* típico do capitalismo concorrencial. Ele é a referência pressuposta principal, que no jargão de hoje *sinaliza* as possibilidades de reprodução. [...] A per-equação da formação da taxa de lucro *passa* pelo fundo público, o que o torna um componente estrutural insubstituível. (OLIVEIRA, 1988, p. 8-9)

No Brasil, portanto, dada a maneira com que o Estado se constituiu, como já destacamos, “o fundo público assumiu uma configuração limitada” (MENDES, 2014, p. 1185), tendo em vista que as condições objetivas para a acumulação e distribuição capitalista brasileira (fundamentalmente ao longo do século XX) têm substancial diferença das dos países de capitalismo avançado. Assim, a configuração do fundo público brasileiro se inscreve limitada, seja nas políticas e padrões de financiamento do próprio Estado, seja em seu papel de contribuição e direcionamento das políticas e dos gastos sociais.

É notória, portanto, a substancial diferença entre a utilização do fundo público para a reprodução do capital e para a reprodução da força de trabalho. Em boa medida, esta última deveria ser resultante de importantes políticas públicas e sociais, mas, de modo geral, o que tivemos, foi a priorização da primeira em detrimento da segunda. Há, no Brasil, portanto, forte aporte de fundo público imbricado com os capitais privados, o que elevou de maneira significativa o setor produtivo em áreas estratégicas da economia no período desenvolvimentista, porém, devido ao direcionamento dessas forças, não possibilitou a concretização da revolução burguesa no país.

Como já notamos, no Brasil, tendo a financeirização da riqueza na lógica de reprodução do capital, os mercados financeiros e o setor produtivo passam cada vez mais a disputar os recursos do fundo público. Desse modo, há uma forte pressão dos setores rentistas⁴⁰² e produtivos pelo aumento das despesas estatais com as suas demandas. Nos momentos de crise econômica e financeira, o Estado é quem “socorre” as grandes empresas e bancos e, como temos acompanhado, promove o ataque às políticas de seguridade social e a destruição e destituição de direitos sociais que, mesmo de forma modesta, são garantidos pelo fundo público⁴⁰³.

Considerando essa perspectiva de análise, conceituaremos “política pública” de acordo com o enfoque marxista, sendo uma expressão do Estado em sua natureza classista. Desse modo, o processo de formulação das políticas públicas como intencionalidade programática é correspondente e determinado por essa natureza de classe materializada na forma do Estado. Assim também, dada a especificidade da sociedade e do Estado brasileiros, vemos que os limites das condições básicas de desenvolvimento social, bem como de políticas de segurança e soberania alimentar, têm a ver com as suas bases patrimonialistas e com a classe

402. Há, por essa razão, o aumento das despesas financeiras do orçamento estatal, que passam pela remuneração dos títulos públicos, os quais têm se constituído em muitos países, mas principalmente no Brasil, como importante fonte de rendimentos para esses investidores. É através desse processo que ocorre o aumento constante de transferência de recursos do orçamento (fundo) público para amortização e pagamento de juros da dívida pública.

403. Como estamos verificando, o acelerado processo de mudanças da legislação, por exemplo, o teto dos gastos públicos (EC nº 95, de 16/12/16) – que limita por vinte anos os gastos públicos –, a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467, de 13/7/17, e MP nº 808, de 17/11/17) e a EC nº 103, de 12/11/19, que fez a Reforma da Previdência. Outro elemento condicionante é o aumento dos gastos com a dívida pública. De acordo com o Senado Federal, em notícia veiculada em 26/12/17, “O aumento nos gastos com o pagamento da dívida pública no Orçamento da União de 2018 vai diminuir os investimentos do governo. As despesas com o pagamento de juros, encargos e rolagem da dívida pública interna vão subir de R\$ 1 trilhão 285 bilhões em 2017 para R\$ 1 trilhão 778 bilhões em 2018. Isso significa um aumento de gastos com os encargos financeiros de R\$ 493 bilhões em um orçamento que vai crescer apenas R\$ 70 bilhões”. (SENADO FEDERAL, 2017) Também de acordo com dados veiculados pela Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), em março de 2018, do Orçamento da União executado e pago em 2017 igual a R\$ 2,483 trilhões, 39,70% foi para pagamento de juros e amortizações da dívida (sendo a maior fatia de recursos), 25,66% para a previdência social, 8,68% para as transferências a estados e municípios, enquanto a saúde teve 4,14%, a educação, 4,10%, a assistência social, 3,35%, o trabalho, 2,79%, a segurança pública, 0,37%, a ciência e tecnologia, 0,25%, ficando a maioria dos setores e áreas com menos de 1%.

burguesa e política representante dos interesses do capital internacional. À luz desse referencial aqui trabalhado, analisaremos o processo de debate desenvolvido nas CNSANs, na tentativa de apreender os limites e as potencialidades do processo, bem como demarcar os germes e as potências de constituição do novo.

3.3 AS CNSANS: LIMITES, CONTRADIÇÕES E ESPAÇOS DA DISPUTA DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DE SOBERANIA ALIMENTAR

Ao analisarmos, no capítulo 1, a gênese histórica e o que está subjacente ao debate entre as perspectivas e os conceitos de segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar, já mencionamos a realização das cinco CNSANs⁴⁰⁴. Sem dúvida foram momentos e espaços relevantes para a discussão e para as proposições de políticas e programas que buscaram enfrentar o problema da fome e da (in)segurança alimentar no Brasil. Porém, é oportuno trazer para este debate a afirmação de Ploeg ao discutir as relações entre “Estado-campesinato”, pois reflete, em boa medida, esse processo de participação social nas CNSANs.

O Estado é uma entidade que reflete e governa – direta ou indiretamente – as relações entre as economias urbana e rural e, portanto, as relações entre mercados e produtores primários, a natureza da migração e as inter-relações entre camponeses, comerciantes e processadores de alimentos. Mas é mais do que isso. *O Estado também é uma força autônoma que impõe sua própria marca na dinâmica rural. Portanto, o equilíbrio das relações de poder – a correlação das forças sociais contrastantes – é uma característica crucial que requer consideração.* (PLOEG, 2016, p. 103, destaques nossos)

Ao analisar os relatórios finais dessas cinco conferências nacionais, ocorridas no período de 1994 a 2015, vemos que tanto as concepções e o entendimento acerca do(s) tema(s) quanto as políticas implementadas no combate à fome são, em boa medida, oriundos desses momentos de

404. 1994, 2004, 2007, 2011 e 2015.

debates e articulação social⁴⁰⁵. Considerando o escopo de todos os relatórios finais, é perceptível que estes se estruturam sobre três aspectos principais, a partir dos quais é feito o debate e as proposições: 1) as condições materiais e sociais que demandam o debate, ou seja, uma análise da realidade – na qual aparecem dados e indicadores dos problemas relacionados às grandes dimensões concernentes à fome, à alimentação, ao sistema agroalimentar etc., – no que concerne aos elementos fundantes acerca da questão da alimentação e que embasam a concepção de segurança alimentar e nutricional, e como vai sendo inserido o conceito de soberania alimentar nesse processo; 2) os principais pilares e temas e suas grandes diretrizes (que expressam a materialidade, como limites, potencialidades, estratégias etc.) acerca da segurança alimentar e nutricional, bem como da soberania alimentar, a partir dos quais se faz o debate para a sustentação das propostas e demandas políticas; e 3) as moções, declarações e os documentos políticos – escritos e aprovados – que são importantes, pois manifestam os grandes temas que precisam ser debatidos e os grandes problemas a serem enfrentados. Além disso, expressam os limites e as possibilidades das políticas implementadas em cada período contemplado pelo processo de discussão de cada conferência. Como sabemos, através dessas conferências, a sociedade participa das discussões e das proposições da política pública. Esse locus de discussão no Brasil foi fortalecido desde o processo de redemocratização⁴⁰⁶.

405. Num primeiro momento fiz uma análise considerando item a item de cada um dos relatórios finais. Ou seja, seguindo a estrutura do texto. Contudo, ficou muito extensa (ultrapassando 160 páginas); de posse disso, cheguei à conclusão de que esta parte deveria ser redimensionada e tornada mais “enxuta”. Assim, a opção foi trazer alguns pilares e questões principais que permeiam o debate em todas as conferências e que são considerados fundamentais para o desenvolvimento dos temas imbricados que compõem este livro.

406. A participação da sociedade, sobretudo dos sujeitos sociais engajados nos debates de determinado tema, na definição de diretrizes e princípios e nas proposições de políticas públicas constitui um princípio orientador da organização e formalização do sistema público e da racionalidade estatal no Brasil há pelo menos três décadas. Porém, a definição de prioridades, diretrizes e princípios não garante a efetivação da política, tendo em vista que o Estado, como expressão da hegemonia da sociedade política, nem sempre acolhe e implementa as proposições que podem afetar as mudanças substanciais na lógica de reprodução do capital. As deliberações de uma conferência são a expressão do diálogo entre os diferentes interesses em jogo, que normalmente, como são proposições, são bastante avançadas no que diz respeito ao entendimento e concepção. É também espaço de conflitos, tendo em vista que, nesse processo democrático, o que está em jogo são também interesses colidentes, por exemplo, de parcela da sociedade civil e do mercado.

A I CNSA⁴⁰⁷ (*Fome: uma Questão Nacional*), realizada em 1994 – entre os dias 27 a 30 de julho –, buscou colocar os problemas da fome e da insegurança alimentar e o DHAA como aspectos relevantes e estratégicos a serem considerados no processo de desenvolvimento do país. Por essa razão, aponta-se que o problema da fome no Brasil deve ser tratado como uma “questão nacional” e o DHAA deve ser considerado um elemento fundamental na agenda de política de desenvolvimento.

A I Conferência Nacional de Segurança Alimentar foi resultado de todo um trabalho desenvolvido nos últimos anos por vários segmentos da sociedade preocupados com a fome, a miséria, a exclusão de milhares de brasileiros. Desde os primórdios, o desenvolvimento econômico e social no Brasil privilegiou uma elite, nacional e estrangeira, em detrimento das camadas menos favorecidas, sem poder de luta ou de barganha para reivindicar os seus mínimos direitos. (CONSEA, 1995, p. 7)

Do ponto de vista político, o espírito do debate nessa conferência teve como ponto de partida a percepção de que no Brasil se aprofundava o processo de neoliberalização da economia, sem contudo, ter avançado na resolução de problemas sociais básicos – o que, de acordo com dados levantados em 1993, foi possível perceber de maneira mais clara. O Brasil convivia com problemas tão antigos como a malária, esquistossomose, surtos de dengue e cólera, desnutrição etc., e com uma parcela de 32 milhões de miseráveis, que não tinham emprego, o que comer, onde morar, educação, nem assistência à saúde. (CONSEA, 1995)

Esse aspecto é a demonstração do que expressou Roberto Aguiar⁴⁰⁸ ao fazer uso da palavra na I CNSA: “[...] no Brasil, o Estado não tem qualquer projeto para si, nem solução para este País. [...] Só a sociedade tem projetos para o País”. (CONSEA, 1995, p. 55) Constatando que houve um crescimento na participação social nesse período, destaca que havia chegado a hora de a sociedade elaborar a conta a qual deve pagar. Em agosto de 1994, são atualizadas as informações do Instituto de Pesquisas

407. O termo “nutricional” passa a ser incorporado a partir da segunda conferência.

408. Economista e professor da Universidade de Brasília (UnB).

Econômicas e Aplicadas (IPEA) do Mapa da Fome⁴⁰⁹, demonstrando uma realidade vergonhosa, insustentável e contraditória.

Utilizando números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), de 1990, o Mapa da Fome indica que os municípios com até 50 mil habitantes (90,1% do total do país) concentram 36,2% das famílias brasileiras. E nesses municípios estão 54,6% das 9.175 mil famílias indigentes, consideradas como tais aquelas cuja renda familiar corresponde, no máximo, ao valor de aquisição da cesta básica de alimentos que atendam aos requerimentos nutricionais recomendados pela FAO/OMS/ONU, para a família como um todo. (CONSEA, 1995, p. 7-8)

Além do reconhecimento dos grandes problemas presentes na sociedade brasileira, manifesta a crítica (em seu documento político) acerca das políticas econômicas implementadas pelo governo Itamar Franco, as quais explicitam, de maneira objetiva, um movimento contraditório entre o discurso e a prática frente aos problemas da fome e da (in)segurança alimentar. Desse modo, como todas as peças documentais produzidas nesse processo, o documento político também destaca alguns pontos que deveriam ser base para a projeção do devir.

A II CNSAN, realizada em Olinda, Pernambuco, entre os dias 17 a 20 de março de 2004, teve como tema *A Construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*⁴¹⁰. Nesse sentido, a conferência contribuiu significativamente com os princípios gerais que embasam a perspectiva da segurança alimentar e nutricional no Brasil e, fundamentalmente, para estarem referendados nas ações e políticas públicas. Os princípios gerais são:

409. Elaborado em 1993 sob a coordenação de Anna Maria T. M. Peliano.

410. Praticamente dez anos depois da realização da I CNSA, perfazendo um período no qual as políticas neoliberais ganharam centralidade, como demonstrado anteriormente, mesmo tendo ocorrido uma rica discussão em 1994 com a participação do então presidente Itamar Franco, e com os documentos e proposições produzidos sendo entregues em 1995 ao presidente Fernando Henrique, as ações governamentais referentes à segurança alimentar pautaram-se em programas focais. A extinção do CONSEA por Fernando Henrique Cardoso foi bastante “significativa” (sintomática do “espírito do tempo”) no sentido de demonstrar que as pautas oriundas da sociedade seriam pouco valorizadas.

a) Adotar a ótica da promoção do *direito humano à alimentação saudável*, colocando a SAN como objetivo estratégico e permanente associado à *soberania alimentar*; b) Assegurar o *acesso universal e permanente a alimentos de qualidade*, prioritariamente, por meio da *geração de trabalho e renda* e contemplando *ações educativas*; c) Buscar a *transversalidade das ações* por intermédio de *planos articulados intersetorialmente* e com *participação social*; d) Respeitar a *equidade de gênero e étnica*, reconhecendo a diversidade e valorizando as *culturas alimentares*; e) Promover a *agricultura familiar* baseada na *agroecologia*, em conexão com o *uso sustentável dos recursos naturais* e com a *proteção do meio ambiente*; f) Reconhecer a *água como alimento essencial* e *patrimônio público*. (CONSEA, 2004, p. 5, destaques nossos)

Nota-se nessa citação que, no “terreno” dos interesses proclamados, as grandes questões debatidas e propostas na I CNSA são mantidas e reforçadas na II CNSAN e, de certa maneira, compõem as grandes preocupações nas conferências posteriores. É importante destacar também que aparece pela primeira vez nos debates e, fundamentalmente, nos documentos das conferências o conceito de “soberania alimentar”⁴¹¹.

Os princípios gerais, portanto, são colocados como princípios ordenadores, e as propostas e deliberações visaram compor o conjunto de ações, estratégias e definições dos grandes pilares que pudessem embasar uma “política nacional de segurança alimentar e nutricional”. As propostas oriundas dos diversos grupos temáticos foram agrupadas “segundo as principais dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional e seus respectivos eixos de ação estratégica [...]”. (CONSEA, 2004, p. 6) Foram, portanto, as propostas organizadas em quatro dimensões principais⁴¹²: 1) questões institucionais⁴¹³; 2) aspectos relacionados à

411. Nota-se, no entanto, que, embora presente, o conceito de soberania alimentar não ocupa centralidade nessa conferência, passando a ser mais explícita a sua perspectiva a partir da III CNSAN.

412. Com a intencionalidade de tornar a análise mais “enxuta”, será dada prioridade aos elementos que compõem as “propostas prioritárias”, e elementos porventura considerados expressivos nas “demais propostas”, que mereçam ser destacados, serão trazidos no conjunto da análise.

413. Dimensão composta por cinco subitens: direito humano à alimentação; institucionalidade; participação social; monitoramento, avaliação e indicadores; e soberania alimentar e relações internacionais.

produção⁴¹⁴; 3) aspectos relacionados ao acesso⁴¹⁵; e 4) ações de saúde e nutrição⁴¹⁶.

A III CNSAN, realizada em Fortaleza, no estado do Ceará, entre os dias 3 a 6 de julho de 2007, teve como tema *Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional*. De acordo com Chico Menezes, o então presidente do CONSEA, no período entre 2004 a 2007, a III CNSAN foi um momento de culminância de um processo constituído durante esse período e da tentativa de corresponder às prioridades e aos objetivos estabelecidos na II CNSAN, que orientaram as ações do CONSEA nesses três anos⁴¹⁷.

Em diversos pontos dos escritos desta obra, foi mencionado que é perceptível que a soberania alimentar vai ganhando espaço nos debates e nos documentos daí produzidos. Vale, portanto, demarcar, neste momento de elaboração, que a soberania alimentar compõe já o tema (o título) da conferência. Considerando o conjunto de análises, podemos emitir

414. Dimensão composta por dois subitens: reforma agrária, agricultura familiar, agricultura urbana e agroextrativismo; e recursos genéticos, transgênicos, sementes e o acesso e uso dos recursos naturais e da água.

415. Dimensão composta por quatro subitens: abastecimento; geração de emprego e renda e economia solidária; programas de transferência de renda; e mutirão, doação de alimentos e ações em situações emergenciais.

416. Dimensão composta por três subitens: ações de promoção de modos de vida e alimentação saudável e ações de vigilância; alimentação e educação nutricional nas escolas e creches; e cultura alimentar.

417. Alguns aspectos destacados por Menezes foram a etapa preparatória para essa conferência, em que milhares de pessoas em todo o país, em diferentes espaços e eventos, debateram a política pública de segurança alimentar e nutricional proposta na II CNSAN, e as tentativas de implementação nesse período. As etapas seguiram a mesma lógica das demais: “foram realizadas 536 conferências municipais e/ou regionais e 46 seminários e encontros preparatórios. Esses eventos contaram com cerca de 60.000 participantes”. (CONSEA, 2007, p. 8) Na etapa estadual, foram realizadas conferências nos 26 estados, com aproximadamente 9.000 participantes. Na etapa nacional, mais de 2.000 participantes, organizados em diferentes categorias. E, segundo Menezes, “[...] a partir dos resultados da III Conferência, está traçada uma importante agenda de trabalho para o Consea, em especial com a construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o estabelecimento de uma Política Nacional nesta temática”. (CONSEA, 2007, p. 3) Outro aspecto que merece destaque é a adoção de um sistema de cotas nas delegações estaduais. Segundo o relatório final, foi “[...] visando garantir a participação de segmentos da sociedade que se encontram em maior situação de insegurança alimentar e nutricional no País. Com base em dados estatísticos e informações dos órgãos responsáveis, foram definidos quantitativos de cotas para delegados dos povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades de terreiro e para a população negra”. (CONSEA, 2007, p. 8)

pelo menos três razões: 1) o acúmulo do debate e a percepção do conjunto de dimensões imbricadas que compõem o “*corpus*” do conceito, que se inscreve mais complexo e possui (em si) princípios para a superação e ruptura da ordem estabelecida pelo modo de produção capitalista; 2) o reconhecimento dos limites – por parte dos sujeitos sociais de base popular que cunharam (e dos que passaram a defender) o conceito de soberania alimentar – da/na relação de forças na tentativa de exigências com condições objetivas de impetrar ao Estado as obrigações de implementação das políticas públicas que indicassem o rompimento com a lógica hegemônica do sistema agroalimentar; 3) o entendimento de que, no processo de “mediação”, o Estado como força imperativa e provedor de políticas deve ser constantemente tensionado e tomado, partindo das transformações das bases econômico-materiais com o objetivo de sua superação.

Nota-se também que o próprio tema central da conferência é abrangente e multidimensional. A base está assentada numa proposição de desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional. Ou seja, as políticas inerentes à questão do alimento inserem-se num contexto mais amplo e são dependentes e expressão do tipo de desenvolvimento e das contradições na base material e, portanto, nas bases políticas.

A III CNSAN teve como objetivo geral a construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o SISAN. Nos objetivos específicos são pontuadas as grandes linhas de debates, que, sobretudo, demarcam e indicam o “lugar” da soberania e da segurança alimentar e nutricional nas estratégias do desenvolvimento sustentável necessário. Considerando isso, os objetivos específicos visaram propor:

- 1) Diretrizes de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional como eixos estratégicos para o desenvolvimento com sustentabilidade; 2) Bases para o marco regulatório e implementação do SISAN com vistas a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada, bem como garantir os mecanismos para a sua exigibilidade; 3) Diretrizes, eixos e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; 4) Orientações para que o *Estado brasileiro promova sua Soberania Alimentar* e contribua para a realização do Direito

Humano à Alimentação Adequada no plano internacional. (CONSEA, 2007, p. 7, destaques nossos)

Como já mencionado, para dar conta dos objetivos, a organização do debate teve como base três grandes eixos temáticos⁴¹⁸: 1) segurança alimentar e nutricional nas estratégias de desenvolvimento; 2) a PNSAN; e 3) o SISAN.

A IV CNSAN, realizada em Salvador, Bahia, entre os dias 7 a 10 de novembro de 2011, com o tema *Alimentação Adequada e Saudável: Direito de Todos*, buscou construir compromissos para a efetivação do DHAAS, conforme previsto no artigo 6º da Constituição Federal (CF) – inserido a partir da EC nº 64, de 4/2/10 –, e para promover a soberania alimentar tendo como instrumentos a Política e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. (BRASIL, 2011)

Como já mencionado, o processo de discussão ocorreu sobre as bases de entendimento construídas nas etapas anteriores, e as proposições foram organizadas a partir dos “três grandes eixos temáticos”: 1) avanços, ameaças e perspectivas para a efetivação do DHAAS e da soberania alimentar; 2) o PLANSAN; 3) Sistema e Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional⁴¹⁹.

Passados pouco mais de quatro anos da realização da III CNSAN, a IV CNSAN também foi um momento de avaliar a implementação das demandas que foram acolhidas, colocar em debate elementos novos oriundos desse processo, mas, sobretudo, identificar os avanços e as ameaças, e fazer o balanço dos limites e das possibilidades na correlação de forças no e com o “interior” da racionalidade estatal. É importante destacar a participação dos sujeitos sociais – povos, camponeses e comunidades tradicionais⁴²⁰ –, que, além de terem, de algum modo, relações com o tema,

418. Permeados por oito premissas: 1) equidade; 2) diversidade; 3) sustentabilidade; 4) soberania alimentar; 5) direito humano à alimentação adequada; 6) participação e controle social; 7) descentralização; e 8) intersetorialidade.

419. De acordo com o relatório final, “Contribuíram também para a redação das proposições, documentos resultantes dos Seminários Nacionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e de Alimentação e Nutrição no Sistema Único de Saúde (SUS), Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN – 10 anos), todos estes realizados em 2010”. (BRASIL, 2011, p. 12)

420. De acordo com o relatório final da IV CNSAN, “A expressão ‘povos e comunidades tradicionais’, utilizada ao longo do relatório, conforme deliberação em Plenária, compreende: agroextrativistas, caiçaras, catingueiros, comunidades do cerrado, comunidades de fundo e

também expressam e fazem a luta social no Campo e na cidade, bem como colocam de maneira radicalizada o debate do tema da alimentação (em seu sentido genuíno) com vista à transformação social.

É perceptível que, no decorrer da realização das conferências, os participantes são cada vez mais representativos dos povos e comunidades tradicionais e organicamente ligados com “proclamação”, “conceituação” e “constituição do conteúdo material-histórico” do tema da soberania alimentar.

A V CNSAN teve como tema *Comida de Verdade no Campo e na Cidade: por Direitos e Soberania Alimentar*⁴²¹. Ocorreu em Brasília, Distrito Federal, entre os dias 3 a 6 de novembro de 2015 e teve como objetivo geral

Ampliar e fortalecer os compromissos políticos para a promoção da Soberania Alimentar, garantindo a todos e todas o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), assegurando a participação social e a gestão intersetorial no Sisan, na Política e no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. (CONSEA, 2015, p. 15)⁴²²

As discussões também se pautaram em três eixos temáticos principais: 1) comida de verdade: avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar; 2) dinâmicas em curso, escolhas estratégicas e alcances da política pública no “campo” da soberania e segurança alimentar e nutricional; 3) fortalecimento do SISAN.

fecho de pasto, extrativistas, faxinalenses, geraizeiros, marisqueiros, pantaneiros, pescadores artesanais, pomeranos, povos ciganos, povos de terreiro, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, retireiros, ribeirinhos, seringueiros, vazanteiros e outros”. (BRASIL, 2011, p. 23)

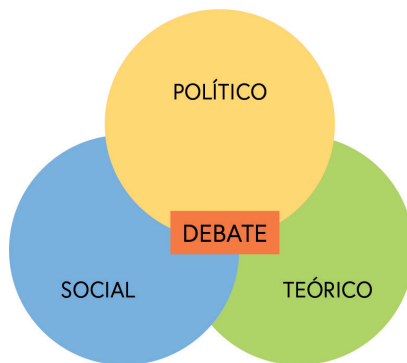
421. Vale a pena destacar a pertinência do conteúdo trabalhado na carta política da V CNSAN, que traz a denúncia de linhas limítrofes e a percepção de desafios.

422. Como objetivos específicos temos: “1) Identificar os avanços e obstáculos para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada e apresentar proposições para garantir, a todos e todas, comida de verdade no campo e na cidade; 2) Avaliar, segundo a perspectiva do desenvolvimento socioambiental sustentável, os desafios atuais da PNSAN para avançar na realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e na promoção da Soberania Alimentar em âmbito nacional e internacional; 3) Avançar no comprometimento dos três poderes da República e nas esferas municipal, estadual e distrital e nacional, e ampliar a participação e o compromisso da sociedade brasileira no processo de construção do SISAN, reafirmando o pacto social em torno do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Soberania Alimentar”. (CONSEA, 2016, p. 15)

Os relatórios finais são riquíssimos em conteúdo propositivo, portanto, complexos, pois trazem os valores proclamados que sintetizam o debate realizado – embora mediado pela “mão” do Estado, ocorre sem muita clausura, já que é a aplicação do direito à voz, e não do poder de decisão (na forma e conteúdo do “poder”) –, bem como expressam a denúncia acerca das condições materiais e políticas que impedem a realização da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar.

Nesse sentido, vemos que os relatórios finais das CNSANs trazem, no interior dos valores proclamados, conteúdos para o debate social, político e teórico acerca do tema. Ou seja, as CNSANs produzem uma expressão-síntese de elementos da dimensão utópica (do devir histórico em potência), bem como geram germes (do novo) e condições prático-materiais que induzem e demarcam a “natureza” de ações, programas e políticas públicas.

Figura 7 – A intersecção do debate social, político e teórico em segurança alimentar e nutricional



No decorrer da análise é possível perceber os grandes eixos e pilares que compõem e permeiam todas as conferências e que dão a sustentação à noção da segurança alimentar e nutricional no Brasil, bem como integram (na relação) a perspectiva da soberania alimentar⁴²³, e inscrevem-se como condições e relações objetivas para a efetiva realização dessas perspectivas. Nesse sentido, para efeito desta análise, buscamos trazer

423. Aprendemos também que esses grandes eixos e pilares traduzem as grandes diretrizes e estratégias que balizam a constituição do SISAN e do PLANASAN.

os principais e grandes eixos presentes, por entender que, ao considerar a totalidade (concreta), a contradição, a particularidade, a universalidade, a singularidade, a historicidade e a mediação (ou as mediações), por estarem os elementos teórico-materiais imbricados, e estreitamente interseccionados, lançam luz e indicam as condições objetivas para a materialização dos dois temas em voga no processo de mediação (transição) e travessia.

3.3.1 A base material e a reforma agrária (popular)

Em relação a este aspecto, vemos que todas as conferências pontuam a “questão agrária” como fundamental e estrutural para compreender esses processos e a base material (ideal) para efetivar as condições objetivas para a segurança alimentar e nutricional e para a soberania alimentar. Isso posto, vemos então a demanda da reforma agrária (popular/classista)⁴²⁴ e da garantia, do respeito e demarcação dos territórios indígenas e quilombolas, bem como de outros “povos tradicionais”, com todas as políticas públicas necessárias, como fundamentais. Em relação à reforma agrária (popular), encontramos:

O Brasil apresenta a segunda pior distribuição de renda do mundo. A democratização da terra, através da Reforma Agrária, é hoje exigência fundamental para que o Brasil alcance a condição de Segurança Alimentar. Por meio da correção das imensas distorções da estrutura fundiária será possível desencadear um novo processo de desenvolvimento rural igualitário, sustentável e apto para contribuir decisivamente para a conquista da cidadania por milhões de excluídos e a efetiva democratização da sociedade brasileira. (CONSEA, 1995, p. 128)

424. Para efeito desta análise, acolhemos e aplicamos a categoria de reforma agrária popular conforme o entendimento dos últimos documentos formulados pelos movimentos sociais do Campo de base popular, em especial – no Brasil – pelo MST. Primeiro porque a política de reforma agrária deve ser estrutural para a perspectiva de desenvolvimento econômico-social, e não apenas uma política social. Segundo, por considerarmos uma “mediação prática” e ponto de partida para o processo revolucionário (uma revolução agrária) advogado, e a constituição de uma outra hegemonia. Terceiro, por ser condição de territorializar práticas (com conteúdo material) correspondentes aos anseios prescritos na projeção (utópica) da soberania alimentar.

Desse modo, a reforma agrária (popular) deve ser massiva com todas as políticas necessárias para uma mudança estruturante e para a realização de suas múltiplas dimensões, tais como: distribuição de terras, planejada e executada de forma integrada, com apoio irrestrito aos acampamentos e assentamentos, com ampla participação da sociedade na coordenação e com interação de equipes técnicas que possam potencializar os programas e políticas para a produção, armazenamento, distribuição de alimentos etc. O indicativo é da necessidade de fortalecimento dos agricultores familiares e camponeses, da diversificação de culturas e a priorização da produção de alimentos básicos e desenvolvimento de atividades produtivas nos setores secundários e terciários (agroindustrial e agroflorestal).

Além disso, compõem a totalidade do processo a demarcação das terras indígenas e regulação de posse dos remanescentes de quilombos, bem como a compatibilização da execução da reforma agrária (popular) com a política de preservação do meio ambiente e conservação dos recursos naturais (solo, vegetação e água), como patrimônio público/dos povos (da humanidade). Esses princípios devem fundamentar a elaboração e reformulação da legislação agrária no intuito de eliminar as linhas limítrofes que impedem a agilização dos processos de reforma agrária e outras políticas correlacionadas. (CONSEA, 1995)

Esses elementos são reforçados e evidenciados no documento da III CNSAN:

[...] [é] preciso realizar reforma agrária ampla, imediata e irrestrita e a promoção da agricultura familiar enquanto política pública estratégica ao desenvolvimento, incluindo a demarcação e titulação de terras indígenas e quilombolas. (CONSEA, 2007, p. 13)

Os documentos fazem menção – na IV CNSAN – também à política necessária para o abastecimento alimentar. Em oposição à lógica hegemônica, indicam que a política nacional de abastecimento devia priorizar a participação da agricultura familiar com o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁴²⁵, por exemplo, e o fortalecimento

425. Já mencionamos que, quando se trata do alimento que chega à mesa dos consumidores, a maioria é oriunda da agricultura camponesa. Porém, mesmo sendo demonstrada a sua eficiência, na política de abastecimento esse setor é pouco valorizado, tendo, portanto, uma lógica

da produção local tendo como objetivo a garantia da produção de alimentos suficiente para todos. Nesse sentido, a valorização estratégica desse setor – incluindo a realização da reforma agrária popular –, com vista ao abastecimento alimentar, redimensionaria a produção, o armazenamento, a qualidade, o acesso e a cultura alimentar.

Cabe avançar imediatamente: na concretização do direito à terra, nos programas da Reforma Agrária, reconhecendo a função social da terra, nas dimensões trabalhista, sociocultural, econômica e ambiental, conforme a Constituição; na garantia dos direitos territoriais e patrimoniais e no acesso à terra e recursos naturais para os povos indígenas, incluindo não aldeados, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, como condição primordial para a garantia da soberania alimentar e realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. (BRASIL, 2011, p. 27)

Em relação à base material de produção de alimentos – o Campo – os documentos destacam algumas questões bastante pertinentes. Ao discutirmos nesta obra a questão agrária, já se expôs um conjunto de ameaças para as condições suficientes e ideais da produção de alimentos num futuro próximo. Desse modo, o documento traz a questão de se pensar uma política energética sustentável que, além de potencializar a produção agroecológica, não comprometa as condições básicas para a soberania e segurança alimentar e nutricional.

Exemplo disso é a presença desse debate também na V CNSAN, acerca do direito à terra e ao território e da vulnerabilização de grupos sociais rurais, tema no qual se teve o maior número de proposições oriundas dos debates e etapas anteriores, e, sendo assim, também o número maior de proposições prioritárias. Expressam as necessidades em se avançar nos elementos básicos para um desenvolvimento social mais justo, bem como demonstram também a lógica de dominação imposta pelo capital no Campo, e que, portanto, deve ser combatida. De acordo com o documento, deve-se:

de valorização dos que dominam os produtos que já estão na ponta da cadeia de mediações e próximo do consumo.

Garantir que os povos e comunidades tradicionais tenham a titulação e proteção de suas terras e territórios; o consentimento livre e informado, com base em consultas diretas ou a seus representantes sobre quaisquer políticas que possam afetar suas terras e/ou sua qualidade de vida (conforme Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho); e a ampla participação nos processos de formulação e implementação de ações com base em propostas endógenas de desenvolvimento baseadas na diversidade socioambiental e na valorização dos conhecimentos e técnicas desses povos.

Construir políticas públicas que garantam a promoção dos direitos individuais e coletivos, o cooperativismo e o associativismo de povos e comunidades tradicionais, urbanos e rurais, povos indígenas aldeados e não aldeados, buscando seu fortalecimento com base no respeito aos territórios e suas diversidades étnicas, valorizando e respeitando seus modos de próprios de viver e realizar a interação entre as políticas públicas. (CONSEA, 2015, p. 41)

Fica evidente nos documentos que o acesso à terra e a garantia do território para camponeses e povos tradicionais devem compor, fundamentalmente, uma política de desenvolvimento econômico e social estruturante, e não apenas uma política social subordinada ou de garantia de direitos sociais mínimos. Desse modo, a realização tanto da segurança alimentar e nutricional quanto da soberania alimentar perpassa por esses processos e garantias fundamentais de acesso ao território, controle social dos recursos naturais, das bases materiais ideais, bem como das políticas públicas correspondentes a esses princípios e objetivos.

3.3.2 Ações e políticas públicas: emergenciais e estruturantes

Esta questão da imbricação entre o “emergencial” e o “estrutural” é contemplada nos anseios que permeiam as CNSANs. A atuação da sociedade e dos órgãos estatais deve levar em consideração esses dois pontos interseccionados. Ademais, outros grandes pilares são reiterados e devem ser implementados para concretizar os objetivos prescritos na presente

diretriz, demarcando a preocupação central inerente às condições de acesso universal à alimentação adequada e saudável.

As propostas aprovadas versam e buscam corresponder, fortalecer e compor indicações acerca da orientação da política econômica que contemple a segurança alimentar e nutricional; geração de trabalho e renda; programa intersetorial de alimentação adequada e saudável (articulado com outros programas: o PAT, o PAA e o PNAE); estratégia Fome Zero; ações estruturais; alimentos especiais (para grupos específicos); fortalecimento do Programa Bolsa Família (PBF); ampliação das ações do PNAE; expansão das redes de saneamento e abastecimento de água; criação de novos mecanismos que ampliem o PAT; política nacional de habitação articulada com a PNSAN; definição da composição da cesta básica com base nas diretrizes alimentares de promoção do DHAAS (com alimentos regionalizados e com condições de monitoramento dos custos); revisão da correlação entre alimentação saudável e produção industrial⁴²⁶; e Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena. (CONSEA, 2007)

Manifestas a intencionalidade e a caracterização desse “novo projeto nacional” – a ideiação proclamada, por exemplo, já na I CNSA –, apresentam um conjunto de “ameaças”⁴²⁷ a esse processo, bem como evidenciam diversas “oportunidades”⁴²⁸. Destacam, porém, que a efetivação desse processo ocorreria se considerado em sua totalidade, com as mediações necessárias para um tratamento de conjunto, perpassando pelos seus eixos principais. Ou seja, deveria ser encarado fazendo a necessária correlação

426. O documento aponta a necessidade de se “*Investir no desenvolvimento de tecnologias que atendam aos princípios da Alimentação Adequada e Saudável* (baixo teor de refinamento, gorduras, sal e açúcar e sua comercialização a preços acessíveis à toda a população). Isso exige mudanças imediatas nas práticas de industrialização de alimentos. Este princípio deve nortear a produção industrial em geral e não estar restrita apenas para o grupo dos chamados ‘alimentos para fins especiais’”. (CONSEA, 2007, p. 35, destaques nossos)

427. O conjunto de ameaças destacado tem a ver, sobretudo, com o próprio modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e sua incidência no Campo e do sistema agroalimentar hegemônico. São elementos que expressam as principais questões já trabalhadas nos capítulos 1 e 2, acerca da questão agrária e outros pontos pertinentes que são abordados no decorrer desta obra. No intuito de evitar repetições demasiadas, indico aos interessados que possam consultar o Documento Programático da I CNSA.

428. Dentre várias, destaco algumas: uma base material para a produção ainda favorável dada a riqueza e diversidade dos recursos naturais; momento sócio-político favorável; preocupação da sociedade com a miséria e a fome e as demandas para implementação de políticas estruturantes, como já mencionado. Ver as “oportunidades” com mais detalhes no Documento Programático da I CNSA.

entre o “emergencial e o estrutural”⁴²⁹, fortalecendo a “cidadania e democracia”⁴³⁰ e, com isso, ampliando e fazendo cumprir a “responsabilidade do governo”⁴³¹ para essas ações, demarcando claramente a “responsabilidade da sociedade civil”⁴³², o que colocaria a relação entre “Estado e sociedade”⁴³³ em outro patamar, em suas diferentes esferas, setores e dimensões, partindo da “ação local”⁴³⁴ concreta.

429. “Não deve haver contradição entre o emergencial e o estrutural, entre alimentar famintos e lutar para mudar o modelo de desenvolvimento existente. [...] As ações de curto prazo devem ser convergentes com os objetivos de médio e longo prazos”. (CONSEA, 1995, p. 141)

430. Busca indicar a necessidade de dar centralidade à participação e ao controle social nos diversos setores e funções do Estado. “O Combate à Fome e à Miséria deve ser visto como um dos fatores mobilizadores do exercício da cidadania, não como atitude isolada, mas sim amparada em ampla ação coletiva”, além de considerar que “O pleno e definitivo acesso a uma alimentação adequada, por todos os habitantes do território brasileiro, somente será garantido através da implementação de políticas efetivas que visem, a começar pela reforma agrária, a mais democrática distribuição de riquezas geradas pela sociedade, da terra, da renda, dos serviços e bens de consumo, entre eles os alimentos”. (CONSEA, 1995, p. 145)

431. De acordo com CONSEA (1995, p. 146), “O atendimento do direito básico à alimentação não pode ser resolvido via mercado, do qual a maior parte da população brasileira está impossibilitada de participar. A produção de alimentos voltada à satisfação das necessidades básicas daqueles que passam fome não pode ser determinada pelas leis de mercado. O acesso aos alimentos, enquanto direito, inclusive para garantir o direito primário à vida e à saúde requer que o Estado, em conjunto com a sociedade organizada, tenha papel coordenador e fomentador na orientação dos agentes econômicos sobre o que produzir, como, quanto e para quem”.

432. “O papel do Estado na garantia da Segurança Alimentar é absolutamente insuficiente e ineficaz se suas instâncias decisórias e executivas não forem democratizadas, se inexistirem instrumentos que permitam a participação, fiscalização e acompanhamento por parte da sociedade civil organizada”. (CONSEA, 1995, p. 148) Destaca que ações de cidadania não substituem o papel do Estado, mas o pressionam. A responsabilidade da sociedade civil perpassa por obter instrumentos objetivos para a participação, destacando, dentre vários aspectos, o papel da universidade e da pesquisa, conselhos deliberativos em políticas e direcionamento das pesquisas, bem como fazer valer os princípios constitucionais, por vezes deixados de lado pelos entes federados.

433. “Para implementar uma Política de Segurança Alimentar, como elemento integrante de um Projeto Nacional, é necessário fazer mudanças profundas nos procedimentos do Estado, alterando a sua natureza – historicamente excludente, elitista e autoritária – e o engajamento de toda a sociedade”, tendo em vista que “Construir uma nova relação Estado-Sociedade no Brasil implica buscar a democratização do processo decisório e assegurar mecanismos eficazes que garantam a participação da população nas decisões e no controle da ação estatal”. (CONSEA, 1995, p. 148-150)

434. “A fome que tem que ser erradicada é a fome concreta de pessoas concretas, que moram numa rua, numa quadra, num bairro, num pequeno município ou área rural. Assim, às iniciativas do poder público, devem somar-se iniciativas das comunidades locais [...]”. (CONSEA, 1995, p. 151) De acordo com o documento, a ação local requer processos de mudanças na legislação que valorizem iniciativas de produção local e de formação tendo em vista a vocação produtiva dessa localidade, bem como desenvolvam projetos educacionais acerca da

É importante demarcar que, é perceptível que, em todas as conferências, essa relação entre o emergencial e o estrutural pauta o debate desenvolvido pelas bases sociais. Contudo, fica evidente que, na implementação dos programas e políticas, têm maior expressividade e maior acolhimento (por parte do Estado) as questões emergenciais. Como modificações estruturantes, em boa medida, não ocorreram sistematicamente e de maneira qualificada no período em análise, esse processo de “travessia” e avanço não é percebido materialmente, ou seja, ficando o registro mais no terreno da proposição reivindicatória, e não com as condições objetivas para redimensionar significativamente os rumos do projeto de desenvolvimento nacional.

3.3.3 Financiamento, dotação vinculada de orçamento

Considerando que a perspectiva de conformar uma PNSAN⁴³⁵ foi o mandato e anseio maior que orientou e impôs as razões para a convocação e realização da II CNSAN, as questões institucionais se tornam relevantes. É partindo desse pressuposto que aparece o direito humano à alimentação como prioridade; as propostas a esse direito vinculadas destacam sua necessidade e apontam alternativas da/para sua garantia, mesmo antes da criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, EC nº 64, de 4/2/10, no artigo 6º da CF, para inserir explicitamente o direito ao alimento como um direito básico e estabelecer, na forma da lei, princípios para constituir um sistema nacional de segurança alimentar e nutricional.

Vale destacar que o CONSEA, recriado em 2003, busca, a partir dessa II CNSAN, pontuar as principais estratégias na pauta do então presidente Lula, e que a implementação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional deveriam estar ancoradas e protegidas pelos princípios legais. Ou seja, para garantir a efetivação das políticas, deve ser garantida a sua institucionalidade, para, a partir desse marco jurídico,

alimentação visando ao “[...] consumo de alimentos presentes nos hábitos alimentares, o acesso às informações que permitam a consciência para a conquista de uma alimentação adequada e de boa qualidade”. (CONSEA, 1995, p. 151)

435. Soma-se a necessidade de um sistema nacional de segurança alimentar e nutricional e do PLANSAN, entre outras políticas e programas.

Aplicar uma política econômica com *redistribuição de renda* que privilegie o desenvolvimento e o crescimento econômico, *negociando de forma soberana* os acordos com os organismos internacionais, como premissa para a existência de uma política nacional de SAN e do Direito Humano à Alimentação [...]. (CONSEA, 2004, p. 11, destaques nossos)

Faz parte desse processo de garantia de institucionalidade a garantia de orçamento⁴³⁶ – nos diferentes níveis de governos –, gestão participativa e controle social. Além disso, demanda a alteração do decreto que cria o CONSEA com vista a contemplar dois terços da sociedade civil organizada em sua composição, bem como instituir equipes interdisciplinares nos diferentes níveis e setores governamentais para corresponder às exigências inerentes às políticas de segurança alimentar e nutricional.

A PNSAN, para se tornar efetiva, precisa da garantia de recursos financeiros. Nesse sentido, o debate da III CNSAN propôs “Criar um Fundo Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, de caráter intersetorial, gerido pelo Consea [...]” (CONSEA, 2007, p. 63)⁴³⁷, com vinculação de receitas, como ocorre em outras áreas, e recolhimento com base em práticas econômicas e transação comercial. As diretrizes, estratégias e os critérios para o uso dos recursos que comporiam esse fundo teriam a definição dos CONSEAs – municipais, estaduais e nacional – em sua competência de deliberação. Da mesma forma, os processos de acompanhamento e monitoramento da aplicação desses recursos seriam de responsabilidade dos CONSEAs. O entendimento construído pelo coletivo da III CNSAN acerca das fontes para compor fundo, externado em proposição, ficou assim definido:

1) Recursos doados por pessoas físicas e jurídicas que terão possibilidade de deduzir até 6% desse valor doado do Imposto de Renda devido no respectivo ano fiscal; 2) 10% dos valores de multas advindas de infrações ambientais e de infrações sanitárias à legislação de alimentos; 3) 10% dos valores de alíquotas do ICMS e do IPI recolhidos de cigarros, produtos agrotóxicos, alimentos, bebidas não saudáveis [...]

436. O documento traz também (nas demais propostas) a seguinte: “Garantir no mínimo 5% do orçamento de cada um dos três níveis de governo, mediante lei federal e criação do fundo de SAN [...]”. (CONSEA, 2004, p. 21)

437. Inclui as esferas estaduais e municipais.

conforme as normas da coordenação geral das políticas de alimentação e nutrição, do Ministério da Saúde, e bebidas com qualquer teor alcoólico, bem como de outras fontes tais como CIDE, CPMF, ITBI, ISSQN, ISS oriundo de eventos que promovam o consumo desses produtos; 4) Outras fontes de recursos, tais como valores de multas advindas de empresas públicas e privadas que provoquem desastres ambientais que causem situações de insegurança alimentar, recursos financeiros apreendidos pelo poder público frutos de atividade criminosa; 5) Taxas sobre latifúndios produtores de cultura não alimentares ou que tenham mais de 50% de sua produção voltada para a exportação, a fim de criar principal meio de financiamento do Fundo Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. (CONSEA, 2007, p. 63)

Essas proposições que visavam pavimentar os meios para a obtenção de recursos financeiros para garantir as condições de implementação de políticas públicas eram tidas como estratégia fundamental. Porém, observando algumas questões implícitas no documento, verifica-se que o coletivo externava uma certa preocupação, dada a (cor)relação de forças nas disputas pelo fundo público, sobretudo por entender que, quando novas proposições colocam em questão algumas práticas recorrentes, que já estão na ordem dos interesses “reconhecidos” pelo Estado brasileiro, aparecem os ataques e resistências pelos “donos do poder”. Essas orientações, de acordo com o documento, indicam que são necessárias mudanças nas políticas estruturantes. É só a partir desse pressuposto que serão realizáveis tais propostas.

Isto pressupõe uma mudança na concepção do papel da política macroeconômica e de políticas setoriais (industrial, de infraestrutura, científica e tecnológica), cujas prioridades não podem mais ser definidas a partir, exclusivamente, de uma lógica intra-econômica, mas devem ser orientadas por objetivos sociais e por uma visão de desenvolvimento pautada na eficiência econômica e, ao mesmo tempo, na ética, na sustentabilidade ambiental, na universalização da cidadania e na radicalização da democracia. (CONSEA, 1995, p. 88)

Desse modo, a segurança alimentar e nutricional é colocada como um objetivo básico e estratégico para o desenvolvimento nacional, visando a uma articulação horizontal e vertical em todas as políticas econômicas e sociais nas diferentes esferas estatais, que passasse a ser uma questão tomada como referência por toda a sociedade brasileira.

A Segurança Alimentar a nível domiciliar somente será garantida mediante um conjunto de políticas articuladas dentro do princípio do planejamento convergente, orientado pela análise de indicadores de desenvolvimento humano, desenvolvido com articulação intragovernamental, descentralização política, administrativa e financeira, *parceria e solidariedade, com base em prioridades definidas localmente*. (CONSEA, 1995, p. 89, destaques nossos)

Em relação ao “Financiamento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”, o documento da IV CNSAN também aponta que é condição fundamental ter uma política orçamentária que corresponda à materialidade e ao aspecto intersetorial que pressupõe a natureza do SISAN. As políticas para a efetivação do SISAN devem ter a estratégia da progressividade e participação da sociedade civil nas definições orçamentárias⁴³⁸, fidelizando o sistema à base material, tendo como horizonte a garantia do DHAAS. De acordo com o documento há a necessidade de aperfeiçoamento do SISAN tendo como meios:

a- Dotações orçamentárias incluída no Plano Plurianual (PPA) e nas Leis Orçamentárias Anuais (LOA), nas três esferas de governo, compatíveis com os compromissos estabelecidos nos respectivos planos de SAN em cada esfera, garantindo que estes sejam integralmente executados, isentos de corte ou contingenciamento; b- Inclusão, nos PPAs e LOAs dos Estados, Distrito Federal e Municípios, de ação orçamentária com recursos suficientes que assegurem o apoio à gestão, inclusive com a criação de um fundo de gestão para a implementação do Sisan, para cofinanciamento das instâncias de gestão intersetorial (câmaras, comitês ou grupos intersetoriais de governo, a exemplo da Caisan),

438. “Participação democrática da sociedade civil e dos movimentos sociais e populares nos processos de elaboração dos orçamentos públicos [...]”. (BRASIL, 2011, p. 88)

bem como das instâncias de controle social (Conseas e Conferências, a exemplo do PPA do Governo Federal 2012/2015); c- Planos Plurianuais que facilitem a intersectorialidade através da articulação e integração de ações e programas públicos, a exemplo do PPA 2012/2015 do Governo Federal. (BRASIL, 2011, p. 87-88)

Nesse sentido, considera decisiva e uma necessidade histórica a criação de arcabouço jurídico que regule e garanta o repasse de recursos públicos dentro do SISAN, para que os princípios e os objetivos proclamados durante as discussões⁴³⁹ possam ser efetivamente colocados em prática e realizados.

Na V CNSAN, um bloco de questões e proposições busca demarcar o lugar estratégico da gestão e financiamento do SISAN. Além disso, há também o pacto federativo que reforça a tese da necessidade de garantir orçamento próprio para funcionamento do sistema e que contemple em sua lógica operacional a intersectorialidade e transversalidade das políticas – garantindo a implementação das ações, a participação social, comunicação e divulgação dos CONSEAs, monitoramento a partir da construção de indicadores de processos e resultados, a construção do pacto federativo para a realização do direito humano à água – que convergem no fortalecimento da soberania e segurança alimentar e nutricional e no DHAA. Dentre as pertinentes proposições destaca-se:

Garantir orçamento próprio para os CONSEAs através do Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Assegurar dotação orçamentária [...] para os programas, estratégias e ações relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nos diferentes setores envolvidos com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), assim como objetivos, metas e iniciativas específicas no Plano Plurianual (PPA).

Assegurar financiamento e participação social no monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), [...]

439. Nesse ponto em especial, as condições reais para a participação, o monitoramento e o controle social devem ser garantidas.

Regulamentar o financiamento e o cofinanciamento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) nas três esferas de Governo [...].

Construção de indicadores de processos e resultados para verificar o alcance dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional e de Pacto Federativo em torno da realização do Direito Humano à Água, garantindo envolvimento dos Estados, Municípios e bairros e parcerias institucionais com o Poder Judiciário e Ministério Público e Comitês das Bacias Hidrográficas para ampliar o acesso à água. (CONSEA, 2015, p. 70)

Embora, por um lado, tenha havido o aumento de políticas setoriais para combate à miséria, à fome e à pobreza e, por outro, a implementação de programas e políticas de fortalecimento das condições de produção de alimentos, a garantia pela vinculação de receitas não foi materializada. O ponto de partida continuou a se dar mais por “vontade política” do que de uma maneira estruturada de política de Estado.

3.3.4 "Estado regulador" com poder de implementação de políticas públicas na perspectiva da segurança alimentar e nutricional

As discussões prescritas no documento convergem para apontar a necessidade da intervenção do Estado para corresponder às proposições feitas. Destaca o documento da III CNSAN que se torna necessário:

Recuperar a capacidade reguladora do Estado, orientando-a no sentido de sobrepor o interesse público à lógica privada estrita, e de adotar uma perspectiva inclusiva na direção de um país justo e soberano, respeitador dos seus povos, dos direitos humanos e da natureza. (CONSEA, 2007, p. 24)

Os debates trazem elementos que buscam demonstrar que, nesse período histórico, há o enfraquecimento dos Estados nacionais e o aumento das condições de dominação dos interesses financeiros pelas grandes corporações, estratégia adotada desde os anos de 1980, na qual as

políticas neoliberais acabam por contrariar os interesses dos povos e afetam diretamente a “soberania alimentar do país”. A política econômica, além de restringir as condições para a implementação e ampliação de atividades produtivas, geradoras de emprego, transfere volumosos recursos do fundo público para o ganho financeiro especulativo e para o pagamento e abastecimento da dívida pública.

A lógica econômica predominante limita os investimentos e a implementação das políticas necessárias para a construção de estratégias de desenvolvimento que enfrentem as causas históricas da pobreza e da desigualdade social no Brasil. Ela também, torna o País fortemente dependente da exportação de produtos de baixo valor agregado, oriundos de modelos produtivos injustos, porque concentram os ganhos e a propriedade, e insustentáveis no uso dos recursos ambientais. (CONSEA, 2007, p. 16)

Mediante a materialidade definida, a alternativa apresentada seria composta pelo fortalecimento do mercado interno e aprofundamento do processo recente de redução das desigualdades – experimentado nos anos anteriores (próximos) – pela desconcentração da renda e da riqueza; ou seja, o Estado como mediador distributivo da renda para as camadas mais pobres, aumentando também a capacidade produtiva nos diversos setores que pudessem gerar emprego e renda e fortalecer os empreendimentos locais. Observa-se que há uma crescente relevância das políticas sociais adotadas pelo governo. Porém, dada a natureza dessas políticas, acompanha-se um conjunto de conflitos com a orientação econômica, que, com a correlação de forças condensadas nessas relações, colocam em risco sua efetividade e preparam as condições dessas “políticas sociais ficarem restritas a ações de proteção frente aos efeitos danosos da política macroeconômica”. (CONSEA, 2007, p. 16) Desse modo, os objetivos e valores propalados na III CNSAN acerca de um Estado regulador forte encontram linhas limítrofes e não têm as condições necessárias para serem implementados.

Esse descompasso e falta de interação opera também na forma e composição da racionalidade estatal. A hierarquização entre os diferentes setores e áreas responsáveis pela formulação e implementação das políticas

econômicas e sociais, que recebem diferentes estímulos com interesses distintos, tende a ter um resultado que expressa essas contradições. Por exemplo, as questões inerentes à segurança alimentar e nutricional não compõem a agenda dos burocratas e daqueles que decidem a política econômica. Destaca o documento que,

[...] pela baixa participação da área econômica nos espaços institucionais que definem as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e de outras políticas sociais, acentuam os problemas apontados e impedem que a Segurança Alimentar e Nutricional possa exercer, mais efetivamente, o papel de um dos componentes na construção de um novo modelo de desenvolvimento. (CONSEA, 2007, p. 16)

Se o objetivo dessa parte do documento foi contextualizar as bases materiais e suas contradições para, a partir disso, ancorar as proposições, lança-se também um olhar sobre as políticas públicas implementadas com o objetivo de promover o DHAAS e seus resultados. Como sabemos, o alcance dessas políticas atingiu milhões de pessoas vítimas da iniquidade do modelo de desenvolvimento econômico. De acordo com o documento:

O conjunto dessas políticas tem sido o principal responsável pelo fato de o número de pessoas em pobreza extrema ou indigência no Brasil ter diminuído. É reconhecida a iniciativa do atual Governo Federal no sentido de reformar o Estado para possibilitar a afirmação destas políticas que realizam o DHAA. *Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelam que o número de pessoas em pobreza extrema caiu 26,2% de 2001 a 2005. Já a população vivendo em condições de pobreza caiu 11,5%, de 60,9 milhões de pobres (36,5% do total da população brasileira), em 2001, passou para 53,9 milhões de pobres (30,3%), em 2005. Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) também identificou redução da pobreza, com aumento na participação dos mais pobres na renda total. Segundo a pesquisa, 8,4 milhões de pessoas deixaram de ser extremamente pobres no Brasil, entre 2003 e 2005. Apesar disso, a desigualdade de renda permanece bastante elevada.* (CONSEA, 2007, p. 16-17, destaques nossos)

Os anseios manifestados pelos participantes das conferências demarcam a necessidade de fazer a disputa também por dentro do Estado. Por essa razão, destacam que a realização da segurança alimentar e nutricional requer uma nação em que o Estado seja instrumento e se declare favorável pela conquista de um país onde impere a justiça social, posicionamento não presente na maior parte da história do Brasil. Hegemonicamente – como já discutido no capítulo 2 e no início deste –, a expansão da reprodução do capitalismo no Campo cada vez mais “censura” as alternativas e diminui as possibilidades de transformação do tipo de desenvolvimento hegemonicamente adotado.

O processo de modernização conservadora da agricultura e o padrão de desenvolvimento rural no Brasil constituem outra expressão do modelo econômico dominante, na forma da hegemonia do agronegócio empresarial, apesar da importância da agricultura familiar na produção de alimentos para o mercado interno e na sustentação de algumas das cadeias de produtos de exportação. O segmento do agronegócio – produto histórico da articulação entre o capital financeiro, o capital industrial e a grande propriedade territorial – baseia-se em um modelo que poupa mão-de-obra e usa intensamente a mecanização, irrigação, e insumos industriais como agrotóxicos, sementes, transgênicos e rações. (CONSEA, 2007, p. 17)

O macrodesafio da necessidade de fortalecimento do papel regulador do Estado que vise à promoção do DHAA e à soberania alimentar é trazido pelo coletivo como estratégico, sobretudo, nas esferas da produção, abastecimento, distribuição, comercialização e consumo dos alimentos. Destaca o documento da IV CNSAN que, entre várias tarefas, o Estado deve ter:

Efetiva regulação sobre a expansão das monoculturas, com atenção especial sobre aquelas dirigidas para a produção de agrocombustíveis, celulose e para o mercado de créditos de carbono, vedando-se o financiamento público àquelas cuja expansão se dá sobre áreas de produção de alimentos ou que provocam o deslocamento de outras culturas para a áreas de produção de alimentos, preservação florestal ou terras

tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais.

[...] Implementação de um efetivo marco regulatório que garanta o direito dos agricultores e agricultoras familiares, camponeses e camponesas, assentados(as) da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e população negra, rural e urbana, ao livre uso da agrobiodiversidade e autonomia no uso e conservação das sementes e cultivares locais tradicionais e/ou crioulas. (BRASIL, 2011, p. 35)

Ainda nesse macrodesafio, as questões inerentes à criação de instrumentos legais para a regulação e restrição de aquisição de terras por estrangeiros – pessoas físicas ou jurídicas – ou empresas nacionais de capital estrangeiro são propostas. Exigem também que o Estado/governo brasileiro adote o princípio da precaução em defesa da soberania alimentar da população brasileira⁴⁴⁰ e medidas que possam reduzir e substituir progressivamente a utilização de agrotóxicos, fortalecendo a prática produtiva agroecológica.

Ademais, relacionado à questão da precaução como princípio orientador das ações do Estado, são cobradas medidas como: regulação da ingestão diária aceitável de agrotóxicos (IDA); rotulagem obrigatória com as informações acerca dos produtos com a presença de OGMs e informação nutricional dos produtos para os portadores de necessidades especiais alimentares; regulação obrigatória das propagandas e publicidades de produtos que causam danos à saúde; medidas para combater o oligopólio e monopólio de produtos agrícolas e redes varejistas de supermercados; moratória ao uso de novas tecnologias – nanotecnologia e biologia sintética –, regulando-as a partir de diálogo com a sociedade; ações práticas com vista a evitar a pecuária extensiva e monocultura em grandes áreas de terra em territórios como a Amazônia, tendo em vista que essas práticas empobrecem o solo e colidem com as culturas alimentares regionais. (BRASIL, 2011) Inscreve-se como fator fundamental que o Estado possa fortalecer o monitoramento e controle social, além de

440. Atitude política com vista a proteger a diversidade dos recursos genéticos do processo de apropriação e mercantilização pelas grandes empresas multinacionais e nacionais, visando também à proibição “imediate” da utilização dos transgênicos na alimentação humana, fundamentalmente, na alimentação escolar. (BRASIL, 2011)

demonstrar que um “outro” processo de desenvolvimento deve ser implementado sobre novas bases. Segundo o documento,

Destacamos que é preciso *promover novas bases para um modelo de produção e consumo* no Brasil, orientadas nos princípios da Soberania Alimentar, sustentabilidade, justiça social e climática e participação social, fortalecendo o papel regulador do Estado com relação à aquisição de terras por estrangeiros e no combate aos monopólios no Sistema Agroalimentar. (BRASIL, 2011, p. 27, destaques nossos)

A legislação que cria e regulamenta a gestão pública da alimentação escolar e outros equipamentos e políticas de alimentação e nutrição, inclusive os do Sistema Único de Saúde (SUS), também é vista como estratégica nesse macrodesafio, e o coletivo pauta que sejam ampliadas as condições para isso⁴⁴¹. Desse modo, é perceptível que os anseios projetados são, sem dúvida, de elevada relevância. Porém, a implementação de todo esse processo só se realizará se estiver no “horizonte” e nos objetivos de um Estado que seja a expressão dos imperativos latentes e reais dos interesses das bases populares e do republicanismo em seu sentido mais avançado.

3.3.5 Sistema de funcionamento e execução de políticas: pactos de gestão, ações nas diferentes esferas da administração pública

No período que tomamos como recorte histórico, verificamos alguns avanços nesses aspectos relacionados à concepção de ações, programas e políticas, aos sistemas de funcionamento e execução das políticas exaradas. Obviamente que nos referimos tanto aos aspectos propositivos nos documentos como também aos processos de implementação das políticas de segurança alimentar e nutricional. É perceptível nos documentos finais que as ações, programas e políticas públicas inerentes à segurança ali-

441. Considerando a Resolução CNF nº 380, de 9/12/05, do Conselho Federal de Nutrição (CFN) e a Lei nº 11.9470, de 16/6/09, colocam como estratégicas as seguintes garantias: nutricionista como responsável técnico que priorize o cardápio regional e, nas práticas administrativas, que os gestores cumpram o mínimo de 30% de aquisições de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar, proibindo a terceirização dessas práticas. (BRASIL, 2011)

mentar e nutricional compuseram diretrizes indutoras que potencializaram práticas importantes e possibilitaram, aos poucos, a reorganização e o fortalecimento de relações causais e ações articuladas que contemplam a multidimensionalidade dessas políticas. Podemos citar como exemplo o PAA, o PNAE, o PBF, entre outros, que trazem experiências e germes para essa pactuação.

Contudo, há um descompasso entre essas duas dimensões relacionais de concepção e execução das ações, programas e políticas. No entanto, é importante demarcar que, para a objetivação dos anseios registrados, pactos de gestão, ações e interações nas diferentes esferas da administração pública, bem como a intersectorialidade das ações e repartições administrativas, são fundamentais para a realização desse processo, justamente porque a natureza e multidimensionalidade da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar exigem essas condições.

Considerando que a natureza do documento programático (da I CNSA, por exemplo) é prioritariamente pautar o Estado brasileiro, centraliza suas intencionalidades para serem realizadas no âmbito do Estado. Destaca o documento que “A Segurança Alimentar é uma prioridade nacional cujos principais responsáveis são os governos federal, estaduais e municipais”, e que a política de “Segurança Alimentar deve determinar a direção das políticas governamentais definindo um novo padrão de desenvolvimento econômico e social do país”. (CONSEA, 1995, p. 137) Nesses elementos destacados, vemos a necessidade de interlocução das diferentes esferas de administração.

Assim, o documento registra, enaltece e anuncia oficialmente à sociedade civil e à sociedade política que os pequenos, mas significativos, avanços foram conquistas de uma trajetória de luta da sociedade através das organizações e movimentos sociais de base popular, que, a partir da busca do aperfeiçoamento da democracia, colocam na agenda pública temas de relevância para a maioria das populações, como a questão da segurança alimentar e nutricional, e apontam que a sua realização pressupõe a transformação também dos elementos burocráticos e a organização da racionalidade estatal, que são sistematizados de maneira fragmentada. Desse modo, destaca-se que esses processos cultivaram princípios fundamentais que se transformam em bases para se pensar as políticas públicas e que, além de serem aplicados, devem ser propalados a todos/as. São eles:

1) A alimentação adequada e saudável, reconhecida como direito humano fundamental e universal de todos e todas e como obrigação do Estado; 2) A Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional como eixo estratégico do desenvolvimento socioeconômico do país, baseado na erradicação da fome, da miséria e das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero; 3) A participação da sociedade civil, garantidas as condições para sua efetiva realização, compreendida como o alicerce para o diálogo social, para a formulação, a execução, o monitoramento e o aperfeiçoamento continuado das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional; 4) O fortalecimento do papel regulador do Estado, que deve colocar a proteção do direito à alimentação e da Soberania Alimentar acima dos interesses de mercado que violem estes princípios; 5) A intersetorialidade na concepção e na gestão das políticas públicas de SAN, potencializando o alcance e a efetividade dessas políticas e permitindo que se faça mais e melhor neste campo; 6) O respeito e a garantia dos princípios de etnodesenvolvimento como eixo orientador das políticas públicas de SAN, universais ou específicas, para povos indígenas, população negra e povos e comunidades tradicionais, mediante políticas afirmativas de combate ao racismo e às diversas formas de discriminação. (BRASIL, 2011, p. 30-31)

Nesse sentido, a realização articulada de todos esses anseios pressupõe pactos de elaboração e gestão, tanto na verticalidade quanto na horizontalidade das ações estatais, na ocasião da materialização da política pública. É considerando esses pressupostos que a IV CNSAN defende que haja uma “gestão e articulação intersetorial”, em que o conjunto de proposições busca indicar as necessidades e os mecanismos para que seja implementado na prática, nos processos de funcionamento dos órgãos dos diferentes poderes e nas diferentes esferas administrativas o SISAN. Para esse momento histórico, ganha relevância a pertinência de interação e articulação de algumas políticas já existentes. O documento destaca a importância de:

Propor formas de interação entre as instâncias responsáveis pela formulação e controle social da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), para desenvolver e fortalecer a cultura e a prática da intersetorialidade e potencializar estratégias compartilhadas e complementares para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável. (BRASIL, 2011, p. 83)

Além desses aspectos, evidencia a necessidade de descentralização do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional com a elaboração dos planos municipais de segurança alimentar e nutricional de maneira articulada com os planos estaduais e nacional, considerando as especificidades locais e regionais com as condições objetivas para materializar parcerias entre a sociedade civil, o Estado e os movimentos sociais populares. Desse modo se tornaria possível a institucionalização da PNSAN, incluindo nos marcos regulatórios e leis orgânicas os componentes do SISAN. A proposição de uma “pactuação federativa” é vista como fundamental para que as ações sejam implementadas. Tem como aspecto relevante que, a partir do conhecimento da sociedade em geral, se tenha uma maior cobrança e acompanhamento dos compromissos assumidos por todas as partes responsáveis e envolvidas no SISAN. Por essa razão demandam:

Instituir e iniciar o funcionamento do Fórum Tripartite (reunião da Caisan com representantes de suas similares estaduais e municipais) e dos 26 Fóruns Bipartites (reuniões da câmaras intersetoriais estaduais com suas similares municipais), com a participação dos Conseas, a fim de criar condições para que seja firmado o primeiro Pacto Nacional de Gestão pelo Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável, que visa consolidar os compromissos, competências e atribuições de gestão do Sisan, nas três esferas de governo. (BRASIL, 2011, p. 84)

Em linhas gerais verifica-se que, em grande medida, buscou-se implementar esses princípios e aspectos fundamentais nas ações, nos programas e nas políticas públicas. Porém, é perceptível que houve poucos avanços e transformação nas bases estruturais, que definem as grandes linhas e estratégias das políticas macroeconômicas, dadas as suas estruturas enrijecidas e com forte controle econômico-político. Esses aspectos demonstram que a exigência multidimensional dos temas em debate

encontra linhas limítrofes no interior das relações de forças condensadas e nas estruturas (burocráticas) organizacionais da administração pública, dados os seus interesses divergentes, ordenamento jurídico-burocrático e setorial, bem como as diferentes relações com as bases sociais.

3.3.6 Geração de trabalho e renda e segurança alimentar

Desde a I CNSA aparecem as demandas para uma política econômico-social que gere emprego e renda e potencialize a pesquisa correspondente a esses aspectos. De acordo com o seu documento final, vemos que:

Para assegurar efetivamente a Segurança Alimentar é necessário, em primeiro lugar, efetuar uma reforma estrutural no atual modelo econômico, reorientando a *alocação dos recursos públicos para setores e atividades econômicas que favoreçam o aumento de renda da maioria da população. A geração de empregos e a redução do custo de vida, em especial da alimentação, da habitação popular, da saúde, do transporte e da educação*. Terão prioridade as políticas sociais e as de: ensino, pesquisa e extensão; geração de emprego e renda; produção agropecuária, agroindustrial, artesanal, de abastecimento e de alimentação. As políticas tributária e comercial externa serão ajustadas aos objetivos da Segurança Alimentar. Serão criadas linhas de financiamento específicas para pequenos e micro empresários, pequenos produtores rurais, trabalhadores assentados e para o capital de trabalho de desempregados e trabalhadores do setor informal. (CONSEA, 1995, p. 136, destaques nossos)

Quanto ao apontamento de que a política de segurança alimentar deve compor as estratégias fundantes para o projeto nacional, o documento destaca que a segurança alimentar devia estar estreitamente ligada à soberania nacional. Isso do ponto de vista de se ter as condições de garantir alimentação adequada a todos, bem como ter a possibilidade de elevar os níveis e indicadores acerca da qualidade de vida da população. Correspondente ao entendimento de países como Estados Unidos e da União Europeia, destaca que a “Segurança Alimentar é uma

questão estratégica de segurança nacional [...]”. (CONSEA, 1995, p. 137) Esses grandes pilares são reforçados nas demais CNSANs, e demarcam os documentos que, para se garantir o acesso à alimentação, é estratégica a geração de emprego e renda, que pode ser fortalecida e garantida através da economia solidária. Nesse sentido, ganha centralidade, portanto, a indicação de que há a necessidade do fortalecimento da produção e do consumo locais (circuito curto).

Tais aspectos, no entanto, seriam materializáveis se combinados com um conjunto de políticas amplas – urbanas e rurais –, que em boa medida potencializassem a geração de emprego e renda como estratégia de combate à pobreza e fortalecimento do desenvolvimento regional sustentável, colocando no horizonte o avanço da política interna de abastecimento alimentar. Correspondente a isso está a indicação de redimensionamento das formas e “organizações econômicas cooperativas, associativas, comunitárias de geração de emprego e renda na perspectiva da economia solidária, estimulando o comércio e o consumo local [...]”. (CONSEA, 2004, p. 16)

Nesse sentido, reaparece a reforma agrária como estratégica para geração de emprego e renda e o fortalecimento de redes de economia solidária, feiras orgânicas municipais, com uma relação mais estreita com as cooperativas de consumo urbano, que, segundo o documento, potencializariam a comercialização dos produtos da agricultura familiar, aquicultura e pesca, fundamentalmente através da compra direta entre o produtor e consumidor. Tida como um macrodesafio que se fez presente em todas as conferências anteriores, a IV CNSAN pontua a necessidade da ampliação da garantia da geração de trabalho – emprego – e renda, que deve ser tarefa estatal inalienável e com urgência histórica. Compõem essa demanda os indicativos da necessidade de se ter políticas públicas orientadas para qualificação social e profissional – inclui-se em outra proposição políticas específicas para a juventude; aumento real do salário mínimo; fortalecimento da economia solidária; e fomento de dinâmicas organizativas, como associativismo, cooperativismo, autogestão com fomento financeiro solidário, somadas à promoção de um comércio solidário e justo⁴⁴². (BRASIL, 2011)

442. O documento destaca que esse conjunto de iniciativas deve estar articulado com as demais políticas sociais que visam garantir o acesso à alimentação em quantidade, regularidade e qualidade suficientes para as famílias e pessoas em vulnerabilidade social.

3.3.7 Participação social e controle social: condições de exigibilidade, monitoramento e avaliação

As “mediações práticas” nos processos de travessia para as condições materiais de realização da soberania e segurança alimentar e nutricional estão necessariamente imbricadas com a participação social e controle social. Partindo desses princípios basilares é que nas conferências aparece com bastante presença a necessidade de constituir os mecanismos e ferramentas que possam garantir a exigibilidade, o monitoramento e a avaliação permanente dos processos políticos em suas múltiplas dimensões.

Nesse sentido, o “monitoramento” do sistema ganha relevância no conjunto de proposições acerca desse eixo. Percebe-se, nas discussões sobre a segurança alimentar e nutricional, que o monitoramento – tendo por base o controle social – é imprescindível para o êxito da implementação das políticas referentes ao tema. O coletivo, portanto, elabora um conjunto de “princípios do sistema de monitoramento”, indicando a necessidade de se “adotar um sistema de monitoramento que permita uma ampla e criteriosa análise da situação da Segurança Alimentar e Nutricional no País [...]” (CONSEA, 2007, p. 59) e que tenha por base os aspectos fundantes da soberania alimentar e do DHAA, integrando o SISAN regimentalmente. De acordo com o documento, os princípios orientadores para o SISAN são:

- 1) Realização progressiva do DHAA, com garantia da Soberania Alimentar; 2) Foco nas populações vulneráveis na perspectiva não racista, não sexista, não homofóbica e não classista; 3) Transparência e acesso irrestrito aos dados e métodos adotados; 4) Enfoque da universalização e da indivisibilidade dos direitos e da ética; 5) Ampla participação social, considerando a diversidade étnica, racial, de gênero e cultural; 6) Respeitar os direitos adquiridos e os resultados positivos conquistados; 7) Responsabilização dos setores que integram o Sisan; 8) Criar um mecanismo de integração de informações dos programas, suas metas físicas e financeiras, e tornar público à sociedade [...]; 9) Os Conselhos estaduais e municipais integrarão o sistema de monitoramento. (CONSEA, 2007, p. 59)

Com vista a corresponder às condições objetivas de funcionamento do sistema de monitoramento, aprovou-se também proposição que visa garantir que esse sistema seja efetivado nas três esferas de governo. Além disso, garantir ainda os recursos financeiros necessários nas peças orçamentárias, bem como os “recursos” humanos para o desenvolvimento das atividades. O coletivo propôs também dimensões de segurança alimentar e nutricional, como matriz para embasar a seleção e análise dos indicadores de monitoramento. As dimensões descritas no documento são:

- 1) Produção, condições de comercialização e disponibilidade de alimentos; 2) Acesso ao trabalho digno, renda e condições básicas de vida; 3) Acesso à alimentação saudável, logística de distribuição e tendências do consumo alimentar; 4) Saúde e acesso à prestação aos serviços públicos de saúde; 5) Perfil alimentar, nutricional e de morbidade das doenças que apresentam relação direta com a alimentação dos grupos populacionais [...]; 6) Acesso, permanência e promoção à educação e inclusão digital com qualidade social; 7) Programas e políticas públicas relacionadas com a segurança alimentar e nutricional sustentável; 8) Segurança dos alimentos quanto à questão higiênico sanitária, nutrientes, transgênicos, resíduos químicos, contaminantes físicos e biológicos, de acordo com as normas da legislação em vigor; 9) sustentabilidade socioambiental; 10) Acesso e regularização da terra, água de qualidade, habitação e saneamento ambiental e infraestrutura; 11) Acesso à extensão rural; 12) Acesso aos serviços da assistência social; 13) Garantia da Soberania Alimentar nos acordos internacionais de comércio; 14) Auto percepção da insegurança alimentar; 15) Facilidade de acesso às políticas públicas; 16) Incidência de obras públicas na segurança alimentar e nutricional das populações atingidas; 17) Acesso à tecnologia digital. (CONSEA, 2007, p. 59-60)

O sistema de monitoramento do SISAN deveria estar articulado com outros sistemas, conselhos e funções públicas⁴⁴³ com alimentação

443. Câmara Interministerial; Comissão Especial de Monitoramento de Violações do DHAA; Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; Comissão Permanente do DHAA do CONSEA; Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) – Nacional e Indígena; Sistema de Vigilância Sanitária (SIVISA); Ministério Público e Defensoria Pública, entre outros.

periódica dos dados, prioritariamente dos grupos em situação de vulnerabilidade econômico-social e de vigilância epidemiológica e sanitária. O objetivo principal atribuído a essa estrutura de funcionamento é, a partir de investigação e documentação das informações, fazer o encaminhamento de reparação de casos de violação do DHAA, bem como subsidiar os responsáveis pela elaboração e execução das políticas públicas. O documento também advoga favoravelmente pela articulação desse sistema de monitoramento com outros sistemas de monitoramento e avaliação de impactos socioeconômicos e ambientais de projetos⁴⁴⁴ implementados em nome do “desenvolvimento”, mas que colocam em risco a segurança alimentar e nutricional das populações diretamente afetadas e do entorno.

Entende-se necessária também a realização de “censos e pesquisas” permanentes e condições objetivas para isso, com o propósito de ter diagnósticos atualizados principalmente em relação às populações em situação de vulnerabilidade, compondo informações referentes à segurança alimentar e nutricional que possam estar à disposição de toda a população. De acordo com o documento, destacam-se os seguintes levantamentos:

- 1) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), com ênfase na investigação suplementar sobre a condição de segurança alimentar e nutricional; 2) Pesquisa Nacional sobre Orçamentos Familiares (POF/IBGE); 3) Censo Agropecuário (IBGE); 4) Sistema de Informação de Assistência da Saúde Indígena (Siasi/Funasa); 5) Censo Populacional; 6) Censo Quilombola (Fundação Cultural Palmares e coordenações estaduais e nacional [...])/Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir [...]; 7) Censo da população indígena (aldeado e não aldeado); 8) Pesquisa Nacional em Demografia e Saúde (PNDS); 9) Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN); 10) Pesquisa Nacional sobre Impacto da Iodação do Sal no Brasil (PNAISAL); 11) Pesquisa Nacional sobre Alimentação Escolar e dados Educacionais (INEP); 12) Informações da Relação Anual de Informação Sociais do Ministério do Trabalho (RAIS); 13) Pesquisa do Mapeamento da Economia Solidária e o Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES); 14) Chamadas Nutricionais (MS/MDS) e

444. Por exemplo, projetos de energia, industriais, de monocultura, de conservação ambiental.

dados do Cadastro Único (MDS); 15) Pesquisa de Zoneamento Agroecológico; 16) Censo Pesqueiro e Aquícola (IBGE); 17) Munic – Módulo sobre Conseqs Municipais (MDS). (CONSEA, 2007, p. 61)

No sentido de avançar na coleta de dados com maior proximidade da materialidade, o documento também propõe que a realização das pesquisas amostrais se faça com a participação popular. Um conjunto de propostas busca dar os indicativos gerais para a organização formal e de funcionamento dos “sistemas estaduais, distrital, territoriais e municipais”. Em linhas gerais, expressam os pressupostos discutidos anteriormente, potencializando as condições objetivas da “articulação de políticas nas várias esferas” de administração e funcionamento das instituições públicas, participação e controle social⁴⁴⁵.

Outra dimensão que ganha relevo nessa diretriz é a “vigilância sanitária” – com a pauta para o fortalecimento e garantia das ações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) com vista a garantir o controle da qualidade dos alimentos, bem como a regulamentação da comercialização, rotulagem e propaganda. Dentre várias iniciativas exigidas pelo documento, destacamos:

Garantir e reforçar os sistemas de avaliação de risco, monitoramento e análise de alimentos, assegurando sua sanidade microbiológica, física e química, também relacionada aos resíduos de agrotóxicos e aditivos alimentares nos limites estabelecidos, e aos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs); para tanto garantir laboratórios públicos em quantidade e qualidade para realização de análise de alimentos e acessibilidade à análise toxicológica humana, com ampla divulgação destas atividades e resultados. (CONSEA, 2007, p. 51)

As condições de “exigibilidade, monitoramento e avaliação” dar-se-iam pela implantação do sistema de monitoramento da segurança alimentar e nutricional, intersetorial e integrado, correspondendo ao

445. Enquadram-se nesse entendimento geral as propostas que versam sobre: CONSEAs; fóruns regionais de CONSEAs; conselhos municipais; sustentabilidade do CONSEA Nacional; exigibilidade do DHAA; criação de ouvidorias de segurança alimentar e nutricional; divulgação da LOSAN; estímulo à criação de “Órgãos Intersetoriais para Povos e Comunidades Tradicionais”; regulamentação da LOSAN; e participação social.

prescrito no Decreto nº 7.272, de 25/10/10. Objetivam, portanto, desenvolver as condições para a valorização da cultura alimentar, e que esse processo se torne subsídio para a elaboração das políticas públicas, contendo, entretanto, a participação e o controle social capazes de aferir a realização progressiva do DHAA⁴⁴⁶. Os instrumentos e estratégias devem levar em consideração, além da produção, elementos para a sustentabilidade, observatórios de preços de alimentos e utilização dos meios de comunicação pelo Estado para levar o conhecimento dessas estratégias para a população. (BRASIL, 2011)

A realização prática desses elementos trouxe consequências positivas tendo em vista que diversas políticas estratégicas para a segurança alimentar e nutricional foram, em sua forma e conteúdo, incorporando essas condições. No entanto, trata-se de “políticas subordinadas” de inclusão, que visam atacar as consequências – como a fome, desnutrição, problemas de saúde etc. –, e não as causas e políticas fundantes dos problemas sociais reais, como veremos nas análises posteriores das políticas implementadas.

3.3.8 Educação e cultura: patrimônio alimentar, conhecimentos tradicionais, educação alimentar etc.

Compondo as estratégias e os eixos centrais nas discussões acerca da segurança alimentar e nutricional estão a educação e a cultura. Em linhas gerais, aparecem em diversos momentos os apontamentos para ações e para a necessidade da educação (dos processos formativos) que

446. Faz-se presente também a cobrança para que o Estado crie e assegure objetivamente as condições para que a sociedade possa exigir os direitos proclamados, que passam a compor o SISAN. Decorrente dessa demanda – entre várias sugestões – está a indicação para a realização de encontros nas três esferas de governo com a participação da sociedade civil após dois anos da realização das CNSANs para avaliar a implementação e cumprimento das propostas. (BRASIL, 2011) Além disso, as conferências indicam que há a necessidade de monitoramento – pelos indicativos e determinações sociais – das empresas para verificar se elas aplicam as normas técnicas inerentes aos produtos alimentares, regulamentação da propaganda, rotulagem e comercialização de alimentos industrializados e ricos em gorduras trans e saturadas, sódio e açúcares. Há a defesa também de que a utilização e a comercialização de suplementos nutricionais possam ser apenas via prescrição nutricional, considerando, no entanto, que o processo formativo dos profissionais de nutrição coloque essas questões como fundamentais e basilares.

corrobores com a implementação dos princípios e diretrizes que embasam a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar nas diversas dimensões, para que estas possam ser referenciadas socialmente.

Em relação à cultura, ganham relevo diversos elementos que indicam para a elevação do respeito e do cultivo do conhecimento tradicional na/ para a produção de alimentos, assim como nas reflexões e análises acerca das mudanças na cultura alimentar, que fortalecem e/ou se distanciam e negam a perspectiva da segurança alimentar e nutricional, bem como a soberania alimentar.

Desse modo, os documentos apontam diversos elementos fundamentais que envolvem esses dois pilares importantes. Desde a alimentação e educação nutricional nas escolas e nas creches, até propostas que demarcam de maneira contundente a necessidade de inovar na legislação acerca do PNAE, com imperativos que podem efetivar o processo de descentralização da alimentação escolar, aumento do recurso *per capita*, universalização para toda a educação básica e a garantia de profissional de nutrição para acompanhar e orientar a alimentação escolar⁴⁴⁷.

Além disso, cobram do Estado intervenção no sentido de restringir, por via legal, práticas institucionais que combinam desestruturação de hábitos saudáveis alimentares com a difusão de hábitos alimentares prejudiciais à saúde e à nutrição. Exemplo disso é o que destaca o documento da II CNSAN: seria necessário

Criar leis federais que proíbam, nas escolas, a comercialização e a propaganda de alimentos inadequados do ponto de vista nutricional e que regulamentem a propaganda e as estratégias de marketing, priorizando aquelas dirigidas às crianças e aos adolescentes. (CONSEA, 2004, p. 18)⁴⁴⁸

Partindo do pressuposto de que a segurança alimentar e nutricional seria realizável com a contribuição da educação – perfazendo seu papel

447. Esses princípios e diretrizes foram em grande medida correspondidos na estrutura enquanto forma e conteúdo do PNAE.

448. Essas recomendações foram incorporadas em regimentos e recomendações legais, como no caso do estado do Paraná, que aprovou legislação específica para regulamentar as cantinas nos estabelecimentos de ensino da rede estadual. No objetivo principal está a restrição da comercialização de alimentos não saudáveis ou de qualidade nutricional insuficiente, entre outros aspectos.

estratégico –, os debates nas conferências indicam que os temas relacionados aos princípios e diretrizes fundamentais da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar devem ser inseridos nos processos educativos e formativos nas instituições de ensino em suas diferentes modalidades e níveis, por exemplo:

Inserir no PPP (Projeto Político Pedagógico) e nos currículos de graduação e pós-graduação o desenvolvimento dos temas sobre SAN e saúde como, por exemplo, direito humano à alimentação, alimentação e cultura, hábitos alimentares saudáveis, direito do consumidor, ética e cidadania, aleitamento materno, agroecologia, economia familiar, associativismo, práticas agrícolas e de aquicultura e pesca, reaproveitamento de alimentos, entre outros. (CONSEA, 2004, p. 18)

Ganham enfoque e pertinência práticas que fortaleçam tal intenção, como a horta escolar, que, além de complementar a alimentação escolar, deveria compor o processo pedagógico nas escolas federais, estaduais e municipais, com vista a ser o incentivo para a comunidade e as famílias desenvolverem essas práticas. Para que se pudesse trabalhar todas as dimensões inerentes a essa questão, apontou-se também a necessidade de se

Criar um Programa Nacional de Alimentação Saudável que atenda às diferentes realidades, com materiais didáticos de apoio, promovendo a educação alimentar nas escolas [...] com "cantina saudável", visando a restrição de alimentos não saudáveis. (CONSEA, 2004, p. 32)

A relação saúde, educação e nutrição deve ser cada vez mais “orgânica”, tendo em vista que o subsídio de dados e informações acerca da saúde e estado nutricional passa a ser importante na composição do conteúdo para os processos educativos inerentes aos aspectos de conhecimento sobre a boa alimentação, bem como para a concepção de políticas públicas articuladas.

Um fator importante foi o indicativo acerca da formatação das políticas usadas hegemonicamente. O documento deixa o indicativo de que a política universal deveria ser determinada pelo local, e não como ocorre de maneira hegemônica, com a política tratando realidades totalmente

diferentes e contraditórias de maneira igual, o que reforça as diferenças e contribui decisivamente para o aumento das desigualdades sociais e para a diminuição da diversidade de alternativas alimentares e produtivas.

A importância dos processos de formação continuada dos profissionais de educação, saúde e nutrição também ganha destaque. Concernente à educação, aparece nas proposições o resultado de um caldo de discussões desenvolvido pelos movimentos sociais do campo de base popular e setores da academia, que incide na constituição da perspectiva da educação do campo. Destaca o documento:

Garantir uma política educacional voltada para a realidade dos quilombolas e indígenas com formação e capacitação dos professores e comunidades, criação de escolas polos com ensino fundamental e médio nos territórios quilombolas e indígenas.

Implementar uma *política de Educação do Campo*, nos diferentes níveis de ensino, em consonância com o proposto nas diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo rural: a- Reconhecimento e valorização da pedagogia da alternância; b- Currículos voltados às necessidades e realidades locais e ao calendário agrícola; c- Aplicação da lei do Fundef no que se refere ao pagamento do diferencial para os alunos das escolas do campo. (CONSEA, 2004, p. 32, destaques nossos)

Referente ao aspecto da cultura alimentar, vemos que o debate nas conferências elabora um conjunto de propostas que demarcaram a necessidade de desenvolver políticas públicas visando às condições de as pessoas consumirem alimentos saudáveis e expressivos das culturas locais. Do mesmo modo, para que esse processo fosse exitoso, o conhecimento acerca da qualidade dos alimentos e das necessidades nutricionais deveria compor os fundamentos dos processos de formação cultural das pessoas. Esses processos de formação são destacados como estratégicos nos diversos espaços e para todas as pessoas. Enfatiza o documento:

Valorizar a cultura alimentar, a partir do resgate de hábitos alimentares, produtos e espécies historicamente inseridos nos sistemas alimentares locais/regionais. Para isso, *estimular iniciativas interdisciplinares*

de pesquisa, promovendo estudos que possibilitem a identificação e conhecimento das culturas alimentares das diversas regiões e etnias. Esses estudos deverão também orientar a composição de cestas básicas locais/regionais. (CONSEA, 2004, p. 19, destaques nossos)

Ganha centralidade também a necessidade de definir políticas de alimentação e nutrição a comunidades e grupos específicos, que potencializem o desenvolvimento local sustentável, podendo revalorizar os conhecimentos tradicionais, tanto da produção quanto da preparação dos alimentos com assistência técnica integral. Com isso, possibilita-se o aprimoramento dessas práticas, sem, contudo, incidir em perda de autonomia e controle do conhecimento tradicional. Nesse sentido é que se propõe que se deve “Estabelecer como eixo transversal das políticas públicas de SAN o respeito à diversidade cultural e aos hábitos alimentares de cada região”. (CONSEA, 2004, p. 33) E, considerando que o consumo também é propulsor de produção e que as práticas de consumo podem ser redimensionadas por processos educativos e práticos, há a indicação da necessidade de estimular o consumo consciente, que valorize os alimentos que são produzidos de maneira ambientalmente sustentáveis, podendo, assim, incentivar e fomentar a agricultura orgânica e, por consequência, a promoção de práticas alimentares mais saudáveis.

Desse modo, a intencionalidade implícita e explícita do debate, de instituir processos permanentes de educação e capacitação em segurança alimentar e nutricional e no DHAA, possui um conjunto de propostas que buscam garantir as condições objetivas para que esses processos formativos atendam sujeitos sociais em período de formação, produtores e consumidores, gestores das políticas, controle social, pesquisadores e comunicação social etc. Explícita e implicitamente é perceptível que o entendimento oriundo desse debate parte do pressuposto de que a realização objetiva da segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar dependerá em boa medida desses processos permanentes de educação e capacitação. Ou seja, a segurança alimentar e nutricional, bem como a soberania alimentar, será socialmente referenciada pela educação, se esses processos de formação estiverem integrados nos diversos espaços públicos e nas diversas políticas implementadas. O entendimento, portanto, aponta a necessidade de processos formativos (que busquem

corresponder ao emergencial e ao estrutural) permanentes em educação alimentar e nutricional que sejam orientados sob o entendimento acumulado acerca da soberania alimentar, do DHAA e da segurança alimentar e nutricional, de forma que

(i)- possibilitem o empoderamento e a autonomia do sujeito tanto nas escolhas alimentares, expressas na produção e consumo de alimentos, quanto a exigibilidade desse direito; (ii)- resgatem e valorizem as histórias alimentares regionais nutricionalmente adequadas; (iii)- reconheçam e preservem os saberes populares e a biodiversidade local em diálogo com o conhecimento científico e acadêmico. (CONSEA, 2007, p. 43)

A proposta que indica e defende as “ações permanentes” para “promover a alimentação adequada e saudável com base nos princípios agroecológicos e nas diretrizes alimentares” (CONSEA, 2007, p. 43), visando corresponder ao prescrito na LOSAN. Essas ações devem buscar garantir a promoção de uma alimentação saudável e da saúde nos diversos espaços, envolvendo todas as pessoas – a começar pelos grupos prioritários – e nas diferentes fases da vida, desde o aleitamento materno. As ações e proposições formativas concatenadas devem resgatar, lapidar e resguardar o “patrimônio alimentar”. De acordo com o documento, é preciso:

Promover a revitalização e resgate do patrimônio alimentar do povo brasileiro, concretizado nas dimensões biológicas, simbólicas e culturais do alimento e da alimentação, num movimento de educação alimentar e nutricional oposto à globalização da alimentação, do consumo e das dietas inadequadas. Esse resgate e revitalização devem contribuir para a promoção da saúde, da soberania alimentar e da preservação da identidade alimentar e cultural no Brasil. (CONSEA, 2007, p. 43, destaques nossos)

Um dos pilares dessa indicação diz respeito aos “conteúdos e diretrizes curriculares” de projetos de formação humana. Um conjunto de proposições versa sobre a necessidade de a temática acerca da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar ocupar os documentos oficiais nas instituições oficiais de educação. Destaca o documento:

Inserir e atualizar os conteúdos de educação alimentar e nutricional e inserir os de DHAA sob a ótica da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional nas diretrizes curriculares nacionais e nos projetos políticos pedagógicos, de maneira transversal, com a realização de dinâmicas práticas, teóricas e avaliativas que envolvam toda a comunidade escolar, incluindo sindicatos e associações dos profissionais de educação, secretarias de ensino e conselhos afins à educação, com respeito ao patrimônio e à cultura alimentar, [...] respeitando as diversidades como parte dos princípios orientadores para a formulação de programas e políticas voltadas para a educação infantil, ensinos fundamental, médio e superior. Para tanto, promover a formação permanente dos profissionais de educação na temática de segurança alimentar e nutricional sustentável e otimizar a dimensão pedagógica do Programa de Alimentação Escolar. (CONSEA, 2007, p. 43)

Além dessas indicações, uma outra, que reforça esse entendimento, é de que a concepção do DHAA e da segurança alimentar e nutricional deve estar presente na grade curricular dos cursos das “áreas de ciências humanas e sociais, agrárias, saúde e outras áreas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional”. (CONSEA, 2007, p. 45) Outros profissionais que atuam na área de saúde também deveriam receber formação para desenvolverem ações de segurança alimentar e nutricional.

Nesse sentido, para a realização desse grande eixo e, portanto, dessa diretriz, vários outros pilares com propostas foram indicados. São exemplos: programa intersetorial de saúde; fomento de pesquisa sobre alimentação e nutrição; estabelecimento de mecanismos de rotulagem e publicidade; criação e fortalecimento de fóruns e observatórios acerca do tema; promoção de capacitação dos conselheiros; capacitação das populações do Campo e urbanas; capacitação de manipuladores de alimentos; destinação de recursos para campanhas educativas; criação de centros de educação permanentes em segurança alimentar e nutricional; educação para o consumo sustentável; criação e fortalecimento de centros de referências acerca do tema; educação alimentar e nutricional nos sistemas públicos⁴⁴⁹.

449. SISAN; SUS; Programa Saúde da Família (PSF); Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS); Unidades Básicas de Saúde (UBS); Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Também na IV CNSAN aparece com destaque a necessidade de “Formação para a Segurança Alimentar e Nutricional” ao

Na V CNSAN, a relação entre “educação e cultura” é instigada a partir da noção – que leva em consideração a totalidade concreta – do significado e da capacidade explicativa (em seu conteúdo material) de “comida de verdade”. Assim, vemos que nesse debate há aspectos importantes que indicam princípios e elementos para a formação humana tendo em vista a transformação. Desse modo, a temática *Comida de Verdade: Avanços e Obstáculos para a Conquista da Alimentação Adequada e Saudável e da Soberania Alimentar*, devido à sua natureza, estimulou amplo debate – considerando a análise do passado e as perspectivas de futuro – acerca desses aspectos. Dada a diversidade de concepções sobre “comida de verdade” e como estas se inserem no debate juntamente com os demais temas centrais, o coletivo participante da V CNSAN entendeu oportuno – além de necessário – apresentar esse acúmulo na forma de um manifesto⁴⁵⁰ dirigido a toda a sociedade.

Considerando essa construção teórico-conceitual vemos que o referido manifesto traz a definição do que se conseguiu de entendimento sobre “comida de verdade”. E, subjacente a isso, expressa as grandes matrizes de formação (humana)⁴⁵¹ como sendo fundamentais para a compreensão e construção dessa questão a partir de suas múltiplas determinações e na intersecção de suas múltiplas dimensões. De acordo com o documento:

considerar o SISAN. Há a defesa para a constituição de uma política de formação continuada em segurança alimentar e nutricional. Para isso, ganham centralidade as proposições inerentes a processos formativos com o intuito de qualificar a atuação dos gestores das políticas, conselheiros, operadores de direitos, servidores públicos e trabalhadores. Além disso, processos para a formação de uma cultura em direitos, prioritariamente aos sujeitos sociais em situação de insegurança alimentar e nutricional, tendo como matriz o DHAA, bem como a realização da internalização das suas dimensões, tanto pelas pessoas, quanto pelos gestores públicos. (BRASIL, 2011) Esses elementos – com um entendimento mais de totalidade concreta – também ganham relevância na V CNSAN.

450. “Manifesto da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional à Sociedade Brasileira sobre Comida de Verdade no Campo e na Cidade, por Direitos e Soberania Alimentar”. (CONSEA, 2016, p. 28)

451. Reitera-se que no documento não aparece a categoria de formação humana, mas formação e/ou educação. Coloco esse conceito por ser central nesta obra – fundamentalmente no capítulo 4 – e que aparece subjacente – pela necessidade e natureza das questões fundamentais – a todo o debate. Esses elementos pontuados na definição antecipam os grandes pilares que inserem a agroecologia e a formação humana como estratégicas para a soberania alimentar, como veremos.

A Comida de Verdade é a salvaguarda da vida. É saudável tanto para o ser humano quanto para o planeta, contribuindo para a redução dos efeitos das mudanças climáticas. Garante os direitos humanos, o direito à terra e ao território, a alimentação de qualidade e em quantidade adequada em todo o curso da vida. Respeita o direito das mulheres, a diversidade dos povos indígenas, comunidades quilombolas, povos tradicionais de matriz africana / povos de terreiro, povos ciganos, povos das florestas e das águas, demais povos e comunidades tradicionais e camponeses(as), desde a produção ao consumo. Protege e promove as culturas alimentares, a sociobiodiversidade, as práticas ancestrais, o manejo das ervas e da medicina tradicional, a dimensão sagrada dos alimentos.

Comida de Verdade começa com o aleitamento materno. Comida de Verdade é produzida pela agricultura familiar, com base agroecológica e com o uso de sementes crioulas e nativas. É produzida por meio do manejo adequado dos recursos naturais, levando em consideração os princípios da sustentabilidade e os conhecimentos tradicionais e suas especificidades regionais. É livre de agrotóxicos, de transgênicos, de fertilizantes e de todos os tipos de contaminantes. (CONSEA, 2015, p. 28)

Partindo desse entendimento, o eixo que buscou discutir os processos permanentes de educação alimentar e nutricional e de preservação dos conhecimentos tradicionais (pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do DHAA) pretende orientar o Estado a implementar ações de educação alimentar e nutricional nos diversos espaços e instituições de ensino (oficiais, públicos e privados) nos diferentes níveis de educação/formação e com diferentes estratégias e pesquisas – criação e fortalecimento de núcleos de agroecologia nas universidades. Aponta a necessidade de se criar um plano nacional de educação alimentar, para:

Promover estratégias de educação alimentar e nutricional para desestimular o consumo de alimentos ultraprocessados e estimular o consumo de alimentos agroecológicos da agricultura familiar camponesa, indígena e quilombola e tratar o tema de forma integral com todas as

dimensões (educação, saúde, produção, consumo, entre outros).

Incentivar os(as) jovens agricultores(as) para permanecerem na área rural, através de reformas curriculares com temas direcionados à vida no campo e criação de bolsas de estudos para garantir essa permanência. (CONSEA, 2015, p. 58)

Postos esses elementos, vemos que o entendimento que incorpora os anseios dos coletivos que pautam e fazem o debate social, político e teórico acerca da perspectiva da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar coloca os processos de formação humana como mediação prática fundamental. Os anseios sistematicamente presentes em todas as conferências demonstram também que não houve significativos avanços no período analisado, pois a semelhança das proposições tem obviamente característica afirmativa, por um lado, mas, por outro, é a demonstração de que, substancialmente, são ações e políticas a serem de fato constituídas e desenvolvidas para que efetivamente materializem esses valores proclamados.

3.3.9 Segurança alimentar e nutricional e "soberania alimentar" e a relação com a biotecnologia, transgenia e biossegurança

Esses aspectos estão presentes e com grande relevância nas CNSANs, devido ao fato de que se considera a relação entre a biotecnologia e a engenharia genética, a transgenia e as peças reguladoras de biossegurança como problema estruturante, dado o avanço da dominação das relações do capital. Desse modo, temas como “recursos genéticos, transgênicos, sementes e o acesso ao uso dos recursos naturais e da água” se tornam fundamentais na possibilidade explicativa e do entendimento, bem como problemas reais, ameaças e determinantes nos processos de materialização da dominação do campesinato, dificultando sobremaneira a realização tanto da segurança alimentar e nutricional quanto da soberania alimentar.

Esses elementos, embora mencionados, não compuseram as questões centrais na I CNSA, diferentemente do sentido e lugar de pertinência que ganham a partir da II CNSAN. Considerando o sistema agroalimentar vigente, os processos de reprodução do capitalismo no Campo, percebe-se

que o papel da transgenia e da biotecnologia nesse modelo assume diversos aspectos que interferem na produção de alimentos, nas condições objetivas para uma autonomia do campesinato, por um lado, e, por outro, para a soberania nacional e dos povos, bem como na própria materialidade (composição orgânico-material) do alimento. Exemplo desse entendimento encontra-se prescrito na seguinte proposição prioritária:

Proibir a produção e a comercialização dos alimentos transgênicos por entender que ferem a Soberania Alimentar dos povos e não fornecem garantias que confirmem que estes alimentos não fazem mal à saúde, à agricultura e ao meio ambiente, respeitando o princípio da precaução. (CONSEA, 2004, p. 15)

Ignorando em certa medida as reais relações de forças, o coletivo busca identificar as potencialidades de um Estado com forças imperativas materiais para um movimento contraditório ao hegemônico. É nesse sentido que o documento expressa e defende a necessidade de o Estado estruturar políticas que possam reduzir os danos causados – nas diversas dimensões da natureza e do social – pela prática da monocultura em grande escala.

É urgente aplicar o princípio da precaução, ratificado pelo governo brasileiro em relação aos produtos transgênicos, estabelecer a rotulagem obrigatória de todos os alimentos transgênicos, assegurando ao consumidor o direito à informação, e manter a moratória ao uso da tecnologia “terminator” (sementes estéreis). Além disso, é indispensável revisar a Lei de Biossegurança na direção de impedir a produção e comercialização de produtos e cultivos transgênicos, modificar a composição e funcionamento da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) para expressar as diferentes visões existentes na sociedade e na comunidade acadêmica e ampliar a participação e o controle social.

[...] estruturar uma política para reduzir progressivamente o uso de agrotóxicos e banir imediatamente o uso daqueles que já foram proibidos em outros países e que apresentam graves riscos à saúde humana e ao ambiente, com o fim de subsídios fiscais. (BRASIL, 2011, p. 28)

Contrapondo esses aspectos hegemonicamente implementados estão as proposições que indicam a necessidade de se estabelecer uma política pública de produção agrícola composta por programas diversos que fortaleçam a autonomia dos camponeses e a prevenção e conservação dos conhecimentos historicamente construídos e dos recursos genéticos locais, por exemplo: sementes crioulas, bancos de sementes, plantas nativas, entre outros. Considerado esse conjunto de necessidades históricas, imbricada a esse processo está a questão da biodiversidade, que também ganha centralidade. Expressão de um processo contraditório, o debate registrado nos documentos da III CNSAN considera estratégica a promoção e implementação da agroecologia, por um lado, e, por outro, indica a necessidade do controle social, político e científico inerente aos princípios e valores implícitos nas discussões de biossegurança e transgenia. O documento expressa que é necessário

[...] intensificar o apoio à agricultura familiar e agroextrativismo com incorporação da Agroecologia nas políticas de desenvolvimento rural, bem como revisar a Lei de Biossegurança, especialmente, suspender a liberalização de produtos transgênicos. (CONSEA, 2007, p. 13)

No processo de desenvolvimento, essa condição tem que ser garantida, para que possa oferecer mais oportunidades à agricultura familiar e aumentar a sua capacidade de diversificar a produção de alimentos, ao mesmo tempo em que regule e coloque linhas limítrofes ao avanço das monoculturas e do controle científico e econômico pelas grandes corporações, angariando pela biotecnologia⁴⁵².

3.3.10 Segurança alimentar e nutricional e "soberania alimentar" e a relação com a biodiversidade, sustentabilidade e agroecologia

Em oposição a alguns aspectos que impedem as condições objetivas para a realização da soberania alimentar – anteriormente destacados –,

452. À luz da análise desenvolvida no capítulo 1 acerca desses aspectos, podemos evidenciar os grandes limites a serem enfrentados. E, mesmo tendo sido eixo central nos debates, na realidade, pouco se avançou dada a relação de forças imbricadas nos processos de desenvolvimento e da elaboração e execução das políticas estruturantes.

o grande conteúdo político-material a ser realizado, apontado nos documentos finais, incorpora as estratégias para a construção dessa realização na totalidade concreta entre a biodiversidade, a sustentabilidade dos processos de produção, a agroecologia, a valorização do local e, sobretudo, a composição de uma relação orgânica entre homem e natureza. Desse modo, indica-se a necessidade de estruturar sistemas justos, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos. Fazem-se presentes no debate, de maneira mais forte e explícita, questões fundamentais para um novo sistema de produção e garantia da alimentação adequada e saudável. Ganha centralidade nessa diretriz um conjunto de proposições que demarcam a base material (territórios e sistemas) para a segurança alimentar e nutricional e, também, os princípios fundantes para a soberania alimentar. Assim, reitera-se a necessidade histórica de implementação da reforma agrária. Destaca o documento:

Realizar a reforma agrária ampla, imediata e irrestrita, enquanto uma política pública estratégica ao desenvolvimento econômico e social do País, dando prioridade ao assentamento das famílias em luta pela terra: acampadas, famílias atingidas por barragens, bem como trabalhadores sem terra, famílias brasileiras que estão sendo expulsas de terras estrangeiras nas regiões de fronteira, mulheres arrimos de família, jovens e famílias vivendo em áreas de risco, suprimindo de infraestrutura necessária as famílias assentadas. Realizar a regularização fundiária das terras dos povos indígenas, populações tradicionais, ribeirinhos e quilombolas. Regulamentar e efetivar o cumprimento integral da norma constitucional que prevê a função social da propriedade nas dimensões ambiental, econômica, sócio cultural e da legalidade das relações de trabalho [...]. (CONSEA, 2007, p. 35)

Um conjunto de outras medidas também é pontuado para garantir o processo de reforma agrária correspondente ao novo projeto de desenvolvimento e política alimentar. Desse modo, é perceptível que os anseios projetados são sem dúvida pertinentes, porém, a implementação de todo esse processo só se realizaria se estivesse no “horizonte” e nos objetivos do Estado.

Ganha centralidade também um conjunto de propostas que visam garantir o acesso à água de qualidade como um direito humano básico. Compõem essa demanda propostas que visam tratar a questão de maneira multidimensional. É nesse sentido que questões como manejo sustentável, distribuição descentralizada da água, apoio a experiências da sociedade de pequenas obras de infraestrutura para captação de água – com qualidade e baixo custo, programa de cisternas, preservação e recuperação de vegetação às margens das nascentes, “[...] aplicação de sanções e punições pela contaminação da água por agrotóxicos e resíduos químicos das indústrias e aviação agrícolas” (CONSEA, 2007, p. 36) – são abordadas, bem como condições para garantir o acesso e utilizar a água como meio de produção para pesca e aquicultura familiar.

Outra questão apontada como estratégica e necessária é a promoção da agroecologia. Para isso, o documento indicou programas massivos de créditos – em especial para investimentos –, subsídios e incentivos fiscais para facilitar os processos de transição e conversão agroecológica dos agricultores que utilizam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Desse modo, seria possível incentivar de maneira planejada esses processos de transição para a produção agroecológica. Considerando a intencionalidade implícita nas proposições anteriores, indica ainda a reformulação do PRONAF em quesitos orientadores, desburocratização e direcionamento também para sistemas agroflorestais e para agrobiodiversidade⁴⁵³.

Para além da produção agroecológica, aborda-se a necessidade de incentivar a comercialização direta em espaços públicos, visando potencializar as práticas alimentares mais saudáveis, bem como o consumo consciente, a educação ambiental, comércio justo e solidário e, dessa forma, fortalecer a economia solidária e os circuitos curtos. A afirmação desses valores anteriormente destacados poderia se dar com a refutação e combate a práticas hegemônicas que incidem nas linhas limítrofes para a implementação da agroecologia nas suas diferentes dimensões. É nesse sentido que, já na III CNSAN, apontou-se a necessidade de implementação de um programa intensivo de redução no uso de agrotóxicos⁴⁵⁴.

453. Essa reformulação do PRONAF é necessária devido ao fato de que, enquanto política, em sua forma e sistema de operação, acaba por fortalecer formas de produção em pequena escala, mas organicamente vinculada aos interesses e à lógica hegemônica.

454. Entende-se que aqui está o germe do PRONARA, aprovado em 2014.

A promoção da agrobiodiversidade é trazida pelos documentos como elemento estratégico na PNSAN. É indicada a necessidade de se

[...] criar um programa nacional de conservação e manejo sustentável da agrobiodiversidade que contemple ações de conservação das sementes, em especial as crioulas, tradicionais, das raças locais de animais, do patrimônio florestal, faunístico e pesqueiro nos diversos biomas [...]. (CONSEA, 2007, p. 37-38)

Como vimos, o modo de produção hegemônico coloca em risco todas essas questões elementares para um desenvolvimento sustentável. Além dos aspectos levantados anteriormente, os documentos defendem a criação de condições para reprodução das sementes crioulas ou tradicionais e que estas sejam consideradas patrimônio do povo e fontes de vida, e não mercadorias controladas pela iniciativa empresarial. Defende o documento:

Implementar programas que fomentem o uso livre e autônomo das sementes crioulas ou tradicionais sob um enfoque agroecológico e que favoreçam a multiplicação de experiências como casas de sementes, bancos de sementes e outras desenvolvidas pelas organizações populares. Definir um marco jurídico específico sem exigência de enquadramento dessas variedades nos sistemas atuais de registro e sem seu patenteamento ou qualquer forma de propriedade intelectual, entendendo as sementes como bens culturais que integram o patrimônio dos povos a serviço da humanidade e não podem ser confundidas como mero insumo agrícola regulado por interesse de empresas privadas e o seu uso não pode ser fator limitante para o acesso ao financiamento, crédito e seguro agrícola, assegurando a sua reprodução e comercialização por meio das organizações sociais. (CONSEA, 2007, p. 38)

A realização dos objetivos implícitos nas demandas anteriores incidiu em mais algumas proposições correlacionadas. Foi demandada também a criação de um Programa Nacional de Mudas e Sementes, assim como o fortalecimento de pesquisa e assistência técnica que visassem à transição agroecológica e ao desenvolvimento dos sistemas “policultores” sustentáveis. A implementação dessa política não deve ser unidimensional, mas

levando em consideração a interação social entre instituições públicas oficiais e as organizações sociais de base popular, com destinação de recursos financeiros e gestão compartilhada tanto dos recursos quanto das estratégias políticas.

O tema da biossegurança também compõe e motiva proposições ao discutir essas questões. Dentre vários aspectos motivadores, destaca-se a indicação da necessidade de se rever a Lei de Biossegurança, para que, a partir da peça legal, se possa impedir a produção e comercialização de produtos e cultivos modificados geneticamente. Entende-se que a continuidade e a efetivação da lógica do agronegócio são ameaça à soberania alimentar dos povos, pois “[...] causam danos irreversíveis ao meio ambiente, prejudicam a saúde e inviabilizam a agricultura familiar por manter o controle das sementes nas mãos das grandes empresas”. (CONSEA, 2007, p. 38)

3.3.11 Controle dos recursos naturais: os recursos naturais como patrimônio natural da humanidade

O controle dos recursos naturais – pela soberania dos povos – é defendido em todas as conferências. As razões são diversas: dentre elas, destaca-se, por um lado, que os recursos não devem ser vistos como mercadorias ou sujeitos à privatização. Por outro lado, faz-se a defesa de que as práticas produtivas e de conhecimento que não potencializam os recursos naturais como mercadoria, além da produção de alimentos em quantidade e qualidade suficientes, garantem processos produtivos sustentáveis.

Por fim, compondo as propostas prioritárias é colocada a água como um bem natural fundamental para a realização da soberania alimentar. É perceptível, através das proposições, que a necessidade de manifestação da garantia de os povos terem acesso e controle da água com qualidade, a ser considerada como bem público, é contradição objetiva do modelo de desenvolvimento que se implantou no Campo, que ameaça essa possibilidade. Destaca o documento que é preciso

Tratar a água como elemento de Soberania Alimentar e aperfeiçoamento de legislações que regulamentem a sua utilização racional e que

a reconheçam como Patrimônio Natural Cultural Tradicional e, além disso, como um bem público. (CONSEA, 2004, p. 16)

Em outras propostas aparecem, ou em alguns aspectos são reforçados, temas pertinentes para consolidar a soberania alimentar, como o caso do controle (político-social) dos recursos genéticos, sementes, produção científica, tecnologias (limpas) etc., e contrários às políticas de incentivo aos transgênicos, visando à autonomia nacional na produção dos alimentos. Desdobra-se dessa demanda a necessidade de democratização da informação, com a veiculação, pelos meios de comunicação, das informações para esclarecimento e conhecimento público acerca dos transgênicos e das leis que os regem. E, como possibilidade de subsidiar essas demandas, inscrevem-se necessárias as pesquisas acerca dos transgênicos e seus impactos na saúde e no meio ambiente.

O Projeto de Lei de Biossegurança que tramitava na Câmara dos Deputados ganha apoio dos participantes da II CNSAN, e a Lei de Biossegurança aprovada passa a ser criticada nas demais conferências – como vimos –, por se tornar instrumento para a inserção de interesses exógenos. Além disso, tendo em vista garantir a soberania nacional, é proclamada a defesa de redimensionamento de acordos internacionais. Destaca o documento:

Que os acordos internacionais não permitam o patenteamento de recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados, bem como o uso de quaisquer outros instrumentos de propriedade intelectual que violem os direitos da sociedade brasileira sobre seus recursos genéticos e conhecimentos populares, sementes e plantas. (CONSEA, 2004, p. 26)

Quanto ao controle dos “recursos naturais”, advoga o documento que seria estratégico

Instituir e fortalecer programas de conservação, preservação e recuperação de recursos naturais necessários para a garantia da Segurança Alimentar dos povos [...], reconhecendo, demarcando, titulando e garantindo a posse da terra por meio da regularização fundiária. (CONSEA, 2007, p. 47)

Contudo, na materialidade social e política, vemos que esses elementos não adentraram o Estado, ou não foram por ele acolhidos, de maneira substancial. Embora tenhamos algumas frágeis iniciativas de incentivo – mais no terreno da intencionalidade legal e da política do que de fato em aplicação – para o desenvolvimento desses processos anteriormente destacados, não têm sido, na mesma medida, implementadas ações que evitem ou coloquem linhas limítrofes para os processos de expropriação, privatização, controle e destruição dos recursos naturais etc. pelas grandes corporações.

3.3.12 DHAAS

Presente no debate em todas as conferências, é a partir da III CNSAN que o DHAAS passa a ocupar centralidade nos documentos finais, com destaque maior ainda na IV CNSAN⁴⁵⁵. Enquanto conceito é perceptível que angaria uma condição “explicativa” que expressa o entendimento de se construir projetos e condições objetivas – de segurança alimentar e nutricional e de soberania alimentar – sem deixar de corresponder aos direitos sociais e humanos na imediaticidade (no emergencial).

Passados mais alguns anos, períodos políticos e formas de governo, e considerando o passado, o conjunto de debates e as propostas feitas nas conferências anteriores, as mudanças mais radicais e necessárias ainda estavam por ocorrer. Embora alguns avanços no país possam ser percebidos, a realidade mundial é preocupante. Destacam os participantes da conferência:

Afirmamos que todos os sete bilhões de habitantes do planeta têm direito à Alimentação Adequada e Saudável todos os dias e a estarem protegidos contra a fome e outras formas de Insegurança Alimentar e Nutricional. A capacidade de acesso a essa alimentação é limitada ou nula para um bilhão de pessoas, três quartos dos quais vivendo no meio rural e com grande maioria de mulheres e negros(as). O modelo hegemônico de produzir, comercializar e consumir alimentos e

455. Sobre tudo devido à EC nº 64, de 4/2/10, que insere o direito à alimentação como direito social.

os instrumentos de sua regulação não têm sido capazes de assegurar esse direito e devem ser transformados. Apesar do enorme aumento da capacidade de produzir alimentos no mundo, vivemos a inaceitável situação de não ter a fome erradicada da face da Terra, ao mesmo tempo em que arcamos com os impactos socioambientais e de saúde desse modelo hegemônico de produção e de consumo. (BRASIL, 2011, p. 26)

Um dos resultados em entendimento político da IV CNSAN, por exemplo, foi a manifestação da necessidade das profundas alterações nos processos e na ordem mundial, que incidem diretamente na regulação das condições de segurança alimentar e nutricional. Entre as alternativas presentes no documento para esse objetivo está o fortalecimento das Nações Unidas e de espaços multilaterais, desde que os processos fossem compostos por ativa participação das organizações populares da sociedade civil. Além disso, expressa que todos os países deveriam buscar as condições para terem suas políticas, de maneira soberana e participativa, para garantia da soberania alimentar e do DHAAS e como matrizes de cooperação dos países em desenvolvimento, reforçando a função da FAO.

Em especial à experiência brasileira implementada, sobretudo a partir do ano de 2003, o coletivo destaca que reconhece e valoriza os avanços significativos conseguidos, que são atribuídos em boa medida à mobilização social pela segurança alimentar e nutricional e pela soberania alimentar. Enfatiza a busca de implementar as políticas a partir desses debates construídos, que se materializaram em políticas intersetoriais e possibilitaram a milhões de pessoas o acesso ao alimento. No entanto, o coletivo faz a defesa de “seguir aprofundando a democracia em nosso país e o processo de desenvolvimento com distribuição de renda, com participação e controle social, na elaboração, execução, monitoramento e avaliação das políticas”. (BRASIL, 2011, p. 26) Reconhece que o caminho trilhado pelo Brasil é reivindicado em praças públicas pelo mundo, o que demonstra uma proposta pertinente para o início das transformações⁴⁵⁶.

A compreensão dos avanços, ameaças e perspectivas para a realização do DHAA e da soberania alimentar apontou grandes desafios compostos

456. “A trajetória de democracia participativa empreendida pelo CONSEA, entre outros espaços de participação social, deu decisiva contribuição para materializar a decisão brasileira de enfrentar a crise alimentar com programas e ações que buscam a soberania e a segurança alimentar e nutricional em um contexto internacional adverso”. (BRASIL, 2011, p. 26)

por um conjunto de outras proposições. A partir da análise da materialidade, objetivam recolocar as demandas necessárias para corrigir a base material e buscar as transformações objetivas nos aspectos econômicos, sociais, culturais e do sistema agroalimentar, visando à constituição das novas bases correspondentes e necessárias à implementação do DHAA e da soberania alimentar.

É nesse sentido que aparecem as demandas para que a soberania alimentar, o DHAA e a segurança alimentar e nutricional sejam considerados como eixos estratégicos para o desenvolvimento social, e ocupem a centralidade das políticas públicas estruturantes. Nota-se que o entendimento presente nessas demandas faz dessas proposições “âncoras” multidimensionais. Vemos, por exemplo, a exigência de que:

As políticas públicas devem articular todo o sistema alimentar, desde a produção até o consumo, garantindo uma alimentação que atenda os princípios da variedade, qualidade, equilíbrio, moderação, prazer e sabor, às dimensões de gênero, raça e etnia, respeitando as especificidades culturais e regionais e as formas de produção ambientalmente sustentáveis, valorizando a agricultura orgânica e/ou agroecológica, livres de contaminantes físicos, químicos e biológicos e de organismos geneticamente modificados. (BRASIL, 2011, p. 33)

A inserção, nas políticas, dos princípios do etnodesenvolvimento é defendida no documento no intuito de corrigir e superar as iniquidades históricas sofridas por diversos segmentos da população como o primeiro passo para a implementação de condições para a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar. É partindo desse entendimento que traz indicativos e exigências para o respeito à autodeterminação desses povos, combate ao preconceito e racismo institucional, garantia de titulação de territórios, participação desses povos na elaboração das políticas, nos processos da formulação e execução de ações, valorização de suas técnicas e conhecimentos – num primeiro momento –, acesso diferenciado aos recursos e políticas que visam à implementação da segurança alimentar e nutricional, realização de pesquisas e inquéritos epidemiológicos nessas comunidades tradicionais, com vista a colher os elementos fundamentais para subsidiar a elaboração das políticas públicas diversas.

3.3.13 Sujeitos histórico-sociais "responsáveis"

Ao longo do debate fica claro que o “campesinato” – nas suas diversas expressões e frações – e demais povos do Campo, a partir de suas práticas de intervenção e relação com a natureza e nas formas de produção sustentáveis, além de serem os primeiros beneficiários no processo, se constituem em sujeitos histórico-sociais “responsáveis” pela tarefa histórica de materialização dos princípios e diretrizes tanto da segurança alimentar e nutricional quanto da soberania alimentar. É importante destacar que não é de maneira delegada, mas pela própria expressão desenvolvida ao longo da história, ao conceberem e desenvolverem sistemas de produção que permitem uma relação de interdependência e de coevolução com a natureza, e não de dominação apenas, o que determina uma oposição ao sistema agroalimentar hegemônico.

Esses aspectos devem ter correspondência necessária nas políticas públicas como “mediações práticas”. E, nesse sentido, vemos que os documentos finais registram esses elementos em diferentes momentos, e indicam para a necessidade de ampliar e coordenar as ações voltadas para povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais definidos pelo decreto nº 6.040, de 7/2/07. O conjunto de propostas visa corresponder ao entendimento construído ao longo das discussões referentes aos povos e grupos específicos, tanto na perspectiva do direito quanto na perspectiva do papel desses sujeitos sociais e suas contribuições na implementação das políticas de segurança alimentar e nutricional.

De maneira resumida, as proposições destacam a pertinência de se ter “estratégias diferenciadas nas políticas” que respeitem e correspondam ao modo de vida e aos interesses desses distintos grupos, para que possam fazer a gestão socioambiental de suas terras e territórios. Para isso, deve-se garantir o acesso ao território e aos recursos naturais, bem como cultivar o respeito à cultura de cada povo e à agrobiodiversidade. Além disso, os processos implementados sobre esses princípios teriam que ter a capacidade de incluir produtivamente esses sujeitos sociais com a promoção de “tecnologias sustentáveis” e adequadas que também potencializassem os conhecimentos e técnicas tradicionais.

A formulação das políticas também deveria objetivar a “reparação histórica” para com esses povos, tendo em vista que a situação de insegurança

alimentar e nutricional vivida por estes é constituinte dos processos excludentes sofridos ao longo da história. Como instrumento de emancipação e reparação histórica, aponta-se que é necessária a realização de “ações educativas permanentes” para esses povos, bem como a implantação de escolas públicas diferenciadas de acordo com a diversidade cultural⁴⁵⁷.

Outra dimensão a ser observada seria a “ética ecológica”⁴⁵⁸ vivenciada por esses povos, sendo, portanto, necessária a promoção de políticas públicas que buscassem conhecer, compreender, respeitar e aplicar os princípios e valores nesses processos cultivados. Somada a isso, a promoção de “estudos e pesquisas” acerca dos modos de organização e gastronomia desses povos seria estratégica para cultivar o “patrimônio cultural alimentar”. As demais propostas versam sobre: produção e comercialização, DHAA, impacto de projetos e implementação de programas de segurança alimentar e nutricional para populações excluídas.

457. É importante destacar que os documentos finais das conferências também apontam a necessidade de superação das desigualdades sociais que têm por base imperativos ligados a questões de gênero, etnoraciais e geracionais. Esses elementos aparecem porque são a expressão também das preocupações e das vivências dos grupos sociais que compõem o público de base popular da discussão nas CNSANs. Na V CNSAN temos a discussão das desigualdades de gênero e implicações na produção e no consumo da alimentação saudável, que traz a questão da mulher para a centralidade do debate, sobretudo no que diz respeito ao reconhecimento de seu papel estratégico para a realização da soberania e segurança alimentar e nutricional. Várias dimensões são abordadas, tais como: melhoria do acesso às políticas públicas, aos territórios, aos recursos financeiros, bem como a importância do conhecimento acerca da produção alimentar cultivado pelas mulheres. Vemos a defesa para “Reconhecer o papel estratégico das mulheres na luta pela garantia da Soberania Alimentar, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais, garantindo acesso a políticas públicas (documentação, crédito, financiamento, assistência técnica, comercialização, educação, saúde, geração de renda) em especial para os povos e comunidades tradicionais. Promover o protagonismo das mulheres no desenvolvimento sustentável com implementação de programas de qualificação profissional das mulheres em situação de vulnerabilidade social, no meio rural e urbano, possibilitando geração de trabalho e renda, oportunizando a aquisição de alimentação de qualidade; reconhecimento, valorização e remuneração do trabalho das mulheres no desenvolvimento rural sustentável, na produção e preparo de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, assegurando a presença das mulheres nos espaços de organização política, controle social e de decisão, tanto no nível governamental quanto na sociedade civil”. (CONSEA, 2016, p. 47)

458. Tem a ver com diversas questões que foram aparecendo desde o capítulo 1 desta obra, mas indica sentido aos elementos debatidos no capítulo 4, sobretudo no item “Questões ontológicas relacionadas ao valor e à necessidade de uma nova racionalidade para cálculo de ‘eficiência e produtividade’: ‘*quantum*’ e valores ressignificados”, bem como em outros itens e subitens do referido capítulo.

3.3.14 A relação entre alimento, saúde e nutrição: questões centrais para o debate da segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar

Considerando o conteúdo material e o arcabouço explicativo da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar, vemos que a saúde e a nutrição são fatores fundamentais e compõem a totalidade concreta da perspectiva desses temas imbricados. A materialidade social demonstra que esses dois aspectos são expressões inter-relacionadas e motivadas tanto pela falta quanto pela qualidade dos alimentos.

As contribuições de Josué de Castro já demonstraram esse entendimento, tendo em vista que as relações causais da fome, desnutrição, doença etc. incidem com veemência na fisiologia humana. São questões que compõem a totalidade do problema. E, partindo desse pressuposto, os aspectos da desnutrição, fome, doença se tornam fatores-chave na relação entre alimento, saúde e nutrição e, portanto, nas discussões acerca da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar⁴⁵⁹. Essa relação tem sobressalto nas discussões desde a I CNSA, como vemos:

A desnutrição é o grande fator de risco de mortalidade de crianças por doenças infecciosas. Dados do Ministério da Saúde indicam que em crianças desnutridas o número de morte por sarampo aumenta em mais de 50 vezes. O baixo peso ao nascer é associado a até 75% das mortes nos dois primeiros meses de vida, principalmente, por

459. As indicações da I CNSA apresentaram como ponto de partida assegurar saúde, nutrição e alimentação a grupos populacionais determinados. Ou seja, são prioridades: combater a desnutrição e reduzir a mortalidade materno-infantil; proteger a saúde e o estado nutricional do grupo materno-infantil; fortalecer o PAT; ampliar o PNAE; proteger outros grupos específicos. Além disso, é preciso assegurar a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilo de vida saudáveis. (CONSEA, 1995) Assim, os apontamentos concernentes à relação entre alimentação, saúde e nutrição determinam que devemos prestar atenção para a tomada de iniciativas em diferentes escalas e em diferentes temporalidades. E, desse modo, preocupam-se em apontar (urgente e primeiramente) alternativas políticas para grupos e populações determinados. Partindo dos dados e indicadores demonstrados através do Mapa da Fome, colocam central importância nessas políticas direcionadas e corretivas das injustiças sociais. É notável, portanto, que o entendimento expresso no documento não deixa de considerar que o êxito nas correções mais imediatas não descarta o necessário processo de transformação e redimensionamento das questões estruturantes.

complicações infecciosas. Já o desmame precoce aumenta em 14 vezes o risco de morte por diarreia, em 2,5 vezes por infecções respiratórias agudas e 1,2 vez por outros processos infecciosos. *O relatório conclui que a desnutrição, enfermidades parasitárias e outras doenças que atingem as crianças, que já foram erradicadas de Países desenvolvidos, mas ainda comuns no Brasil, podem ser evitadas com determinadas medidas, já que existem recursos técnicos e materiais disponíveis.* (CONSEA, 1995, p. 9, destaques nossos)⁴⁶⁰

A discussão da saúde sempre ocupou centralidade nos documentos e debates nas CNSANs. A I CNSA traz indicativos a partir da consideração de que a “saúde” é mais do que “sistema de saúde”. É a expressão da qualidade e das condições de vida das pessoas. Nesse sentido, saúde não pode ser transformada em mercadoria e deve ser garantida por políticas públicas. Quanto ao sentido desse aspecto em relação à alimentação, destaca o documento:

A miséria e a fome são fatores determinantes de inúmeros problemas de saúde. A alimentação é um direito elementar de todo ser humano, confundindo-se com o próprio direito à vida. *O atendimento ao direito à alimentação não pode depender tão somente do sentimento, condição e disposição de solidariedade de pessoas e instituições da sociedade civil ou da sensibilidade-conveniência deste ou daquele governante. Precisa ser assumido como um dever da coletividade e expressar-se nas ações governamentais.* A solidariedade deve transformar-se em princípio ético da sociedade e dos governos. (CONSEA, 1995, p. 177, destaques nossos)

Pauta, portanto, atenção especial à forma com que o sistema de estava sendo implementado no Brasil, tendo em vista que, de acordo com o documento, as políticas públicas, historicamente, conduziram a “uma sociedade vulnerável à doença, mal assistida e desprotegida”. (CONSEA, 1995, p. 177) Reitera-se a necessidade de mudança paradigmática de uma assistência médica hospitalar para a preventiva, bem como se

460. O relatório apontou que, nessa época, a cada mil crianças nascidas, mais de sessenta morriam de doenças como malária, esquistossomose, dengue e cólera.

considera estratégico o SUS descentralizado, com atenção para grupos sujeitos a riscos ou com necessidades diferenciadas⁴⁶¹. Aponta-se a importância da universidade pública para esse setor, através da pesquisa e extensão, integração de hospitais universitários e formação popular com vista à saúde preventiva.

Hoje a luta é implantar o Sistema Único de Saúde. Esse objetivo deve integrar-se à ação da sociedade em sua luta por uma Política de Segurança Alimentar e expressar-se na política nacional, estadual e municipal de saúde; na prioridade aos programas de prevenção e nas novas formas de gestão e serviços de saúde com participação dos trabalhadores e da população e no incentivo à realização de consórcios entre os municípios. (CONSEA, 1995, p. 178)

Algumas propostas indicam a necessidade do controle social tanto na efetivação das ações e políticas, quanto na exigência para que os governantes cumpram os requisitos prescritos na legislação, relacionados à obrigatoriedade e ao financiamento. Outro aspecto que ganha relevância nesse eixo é a relação mais específica entre alimentação, desnutrição, educação e saúde. Com base nesse entendimento é que saem as indicações acerca do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)⁴⁶², e processos de trabalho comunitário e orientação às famílias para evitar a desnutrição, bem como ações de educação e saúde com ênfase para a orientação alimentar e nutricional⁴⁶³.

Assim, as pesquisas científicas acerca da alimentação natural e a divulgação desses estudos deveriam ser ações fundamentais. Considerando o sistema agroalimentar hegemônico, destaca o documento a necessidade de “criar programas de divulgação dos alimentos naturais, seu valor nutritivo e utilidade para a saúde e prevenção de doenças”, e “incluir nos veículos de comunicação e nos currículos educacionais questões voltadas para o aproveitamento do valor nutritivo dos alimentos, de modo

461. Por exemplo: populações rurais, povos indígenas, crianças, jovens, mulheres em todas as fases da vida e adultos de rua.

462. Inclui-se “a vigilância do estado nutricional de escolares, indicadores de avaliação de programas e serviços de saúde e nutrição e a avaliação do estado nutricional de todos os membros da família”. (CONSEA, 1995, p. 180-181)

463. A orientação alimentar e nutricional deveria estar pautada no respeito aos padrões culturais e aos hábitos alimentares regionais da população, assegurando-os.

regionalizado”. (CONSEA, 1995) Esses elementos deveriam se tornar ações estratégicas⁴⁶⁴.

Desse modo, na relação entre alimentação e nutrição, destaca-se que deveriam ser incorporados em todas as políticas públicas, tanto na área econômica quanto na área social, metas, princípios e objetivos inerentes à segurança alimentar e ao estado nutricional das pessoas. Assim, a promoção da segurança alimentar se iniciaria em nível domiciliar, perpassando pelas estratégias de desenvolvimento – econômico-social – que visassem à superação da fome e da miséria, à instituição de uma produção agrícola sustentada e, portanto, à garantia da segurança alimentar. Além desses aspectos, destacou-se ser central o estímulo e condições objetivas para a realização de ações educativas envolvendo a área da alimentação e nutrição em nível comunitário e em outros espaços e setores da sociedade. Destaca o documento:

Os programas de alimentação e nutrição devem ser encaminhados no sentido de serem uma alternativa para garantir o direito constitucionalmente assegurado do cidadão de alimentar-se adequadamente, eliminando-se o caráter clientelista dos mesmos. Deverão ser adaptados a diversas realidades regionais e orientar-se segundo os princípios da descentralização, da parceria e do controle social. (CONSEA, 1995, p. 199)

Desse modo, nas atribuições do Estado através das políticas de saúde – de prevenção e controle de doenças –, devem estar contempladas estratégias de promoção à saúde que levem em consideração a alimentação e nutrição, sobretudo, acerca das condições biológicas dos alimentos. A promoção da saúde é multidimensional e tem relação direta com a alimentação. Perpassa por condições desde o aleitamento materno, orientação alimentar e nutricional para famílias e grupos específicos, acompanhamento do estado nutricional de crianças, gestantes, nutrizes, promoção de estudos e pesquisas sobre hábitos, práticas e culturas alimentares e valor nutricional dos alimentos, bem como sua qualidade biológica e sanitária, entre outros aspectos. Desse modo, inscreve-se pertinente que:

464. “[...] revisão curricular em todos os níveis de formação, de modo a que abranjam conteúdos relativos à saúde e a educação nutricional, respeitando as características regionais”. (CONSEA, 1995, p. 182)

A proteção do produtor e do consumidor aumentando a vigilância sanitária sobre a qualidade e a segurança dos alimentos em todas as fases de sua produção e comercialização efetivando a divulgação contínua de informações sobre a qualidade dos alimentos, composição, embalagem e rotulagem dos produtos. (CONSEA, 1995, p. 200)

Para além dessas questões, dada a materialidade social, o documento também indica estratégias de caráter mais emergencial que possam contribuir na recuperação nutricional, combate e controle das carências nutricionais específicas, promovendo o atendimento alimentar aos desnutridos, aos grupos biológicos e sociais de riscos. Desse modo, a implantação do SISVAN é vista como relevante. Essa preocupação se faz presente também na II CNSAN, na qual destaca-se que a realização da segurança alimentar e nutricional perpassa, sem sombra de dúvidas, pela implementação de ações em saúde e nutrição. As discussões na conferência organizam essa dimensão em três grandes aspectos que buscam redimensionar práticas e culturas que foram se constituindo ao longo do processo de desenvolvimento do modo de produção e do sistema agroalimentar hegemônico, e trouxeram sérias consequências, que incidem diretamente na saúde e na vida cotidiana das pessoas.

O primeiro aspecto é composto pelo indicativo da necessidade de promoção de modos de vida e alimentação saudáveis e ações de vigilância. Para a realização dessa demanda, um conjunto de propostas prioritárias é apresentado, do qual destacam-se as mais abrangentes:

Fortalecer o Sisvan no setor de saúde em consonância com a Política Nacional de Alimentação e Nutrição [...].

Prevenir e controlar os distúrbios nutricionais e as doenças associadas à alimentação e à nutrição em todas as etapas do ciclo de vida por meio de ações voltadas para a redução do baixo peso ao nascer, da desnutrição, das patologias infecciosas, das carências de micronutrientes, da obesidade, das doenças crônico-degenerativas, dos desvios alimentares e nutricionais, incluindo atenção a grupos de portadores de necessidades especiais e em situação de vulnerabilidade social, garantindo também a promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis. (CONSEA, 2004, p. 17)

Esses aspectos destacados como necessários dependem de a racionalidade estatal e a sociedade desenvolverem ações de intervenção em saúde no sentido estrito, acesso aos alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, bem como formação profissional que contenha, em seu conteúdo, os princípios fundantes da segurança alimentar e nutricional.

Outro aspecto levantado nesse processo de contextualizar a materialidade que induzia à necessidade de se pensar a segurança alimentar e nutricional foi a questão do sobrepeso (excesso de peso) e da obesidade. Demonstram os dados que houve significativo aumento no número de pessoas nessa situação, e é um fenômeno que está presente nos diversos segmentos e classes sociais⁴⁶⁵. Na totalidade de reprodução do sistema agroalimentar e de abastecimento alimentar no país estão as “forças indutoras” para a desestruturação de hábitos alimentares saudáveis e a constituição de hábitos que correspondem e dão respostas mais imediatas à lógica do sistema. Conforme destaca o documento da III CNSAN, este fenômeno

Está associado a um maior consumo de alimentos ricos em gorduras e açúcares, à urbanização do País, à automatização de atividades do cotidiano, ao aumento da cobertura de transportes motorizados e à redução da prática de atividades físicas. (CONSEA, 2007, p. 19)

465. É a materialização do processo denominado por especialistas de “transição nutricional”. De acordo com o Ministério da Saúde (2013, p. 15), “A transição nutricional foi acompanhada pelo aumento da disponibilidade média de calorias para o consumo. Em 2009, o consumo energético diário médio da população foi superior ao recomendado [...]. Essa média se assemelha às encontradas em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, com as maiores médias entre os adolescentes do sexo masculino e as menores entre os idosos”. Vários são os fatores que influenciam esse processo de transição nutricional. A literatura aponta exemplos como: o excesso de trabalho e estresse em grandes centros e o pouco tempo para as refeições, o que induz à procura por alimentos de preparo rápido e refeições rápidas (*fast-food*); a colocação no mercado – por parte da indústria de alimentos e sua adaptação às exigências da realidade da vida social – de uma grande variedade de produtos congelados de rápido preparo e consumo e de paladar aceitável (caso das massas); e até mesmo a inserção da mulher no mercado de trabalho – sua ausência em casa incide na alteração da alimentação caseira e, por consequência, entre os membros da família; entre outros fatores. De acordo com McMichael (2016, p. 216), a transição nutricional pode ser definida como “mudança de dietas vegetarianas para o consumo de proteína animal, óleos e gorduras, açúcares processados e carboidratos e frutas vegetais associados à agricultura industrial”.

Acrescenta-se a isso outros fatores que contribuem significativamente para o aumento da obesidade. Por exemplo: a maioria da população, por possuir baixo poder aquisitivo – visando ao menor custo e por não portar informações dos riscos e limites nutricionais de vários alimentos –, acaba por acessar produtos industrializados (processados e ultraprocessados) que entram no mercado com baixo preço, porém, com baixíssima qualidade nutricional. Mais uma vez a perversidade sistêmica acaba por atingir de forma mais dura as classes sociais baixas, nas quais se nota, portanto, o rápido crescimento da obesidade entre as pessoas mais pobres⁴⁶⁶.

A conclusão é que devem ser fortalecidas as ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde. O debate traz um conjunto de proposições bastante amplas. Porém, em linhas gerais, podemos observar que visam pautar a necessidade em fortalecer as ações da PNAN na atenção básica à saúde e efetivar a articulação entre os sistemas públicos. A promoção da saúde através da alimentação adequada e saudável só seria possível se levasse em conta a integração dessas ações, melhorando as práticas preventivas, o controle e tratamento das carências nutricionais e doenças diversas. É por essa razão que, além dos profissionais de saúde, pauta-se a presença de nutricionistas nessas equipes. De acordo com o documento,

A promoção de uma alimentação saudável engloba um escopo amplo de ações que contemplam a formação de hábitos alimentares saudáveis desde a gestação, o aleitamento materno [...], respeitando os hábitos alimentares culturais regionais [...]. (CONSEA, 2007, p. 49)

Um dos pilares importantes nessa diretriz é composto pelas demandas que visam ao fortalecimento da política nacional de nutrição no SUS

466. “A dupla carga de doenças (de um lado, problemas como baixo peso, doenças provocadas por carências e por infecções; de outro, sobrepeso, obesidade e doenças crônicas não transmissíveis) se evidencia como um fenômeno recente em países em desenvolvimento. As populações pobres, ao contrário de estarem ‘protegidas’ da obesidade, sofrem maior risco de atingirem peso excessivo do que os mais ricos. Além disso, se tiverem sofrido de desnutrição na infância, apresentam risco ainda maior de desenvolver formas mais graves de doenças crônicas não transmissíveis (pressão alta, diabetes tipo II, doenças cardiovasculares, dislipidemias)”. (CONSEA, 2007, p. 20)

– “Alimentação e Nutrição no SUS”⁴⁶⁷ – nas três esferas de governo e à materialização de ações de alimentação e nutrição – especializadas – para todos os ciclos de vida, correspondendo aos objetivos de prevenir e melhorar as condições humanas frente a diferentes doenças. Ganham destaque, por exemplo, algumas sugestões que buscam demarcar a necessidade de:

Incorporação de ações de educação alimentar e nutricional nos programas de educação alimentar e nutricional nos programas de prevenção e controle das doenças crônicas não transmissíveis (diabetes, hipertensão, obesidade, dislipidemias, osteoporose e alguns tipos de câncer) e doenças genéticas (anemia falciforme, doença celíaca, fenilcetonúria, galactosemia, intolerância à lactose e outras). (CONSEA, 2007, p. 50)

Além desses aspectos, ter as condições para o monitoramento – por meio do SISVAN –, atenção especial aos grupos específicos e em insegurança alimentar e nutricional, estímulo ao consumo de alimentos de produção agroecológica, ações intersetoriais articulando políticas de educação, abastecimento alimentar, transferência de renda, acesso à terra e ao trabalho, assistência social, economia solidária, aquicultura, agricultura familiar. Considerando que as ações devem levar em conta as diferentes fases da vida, o documento também pautou a ampliação da licença-maternidade, destacando a necessidade de

Ampliar a licença-maternidade para seis meses a todas as mulheres, inclusive as que trabalham no setor público, nas três esferas de governo, tendo em vista os benefícios para o aleitamento materno exclusivo e para o fortalecimento do vínculo mãe e filho. (CONSEA, 2007, p. 50)

Durante a IV CNSAN, a pauta principal nesse eixo é o fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional. As proposições buscam reforçar o lugar estratégico dos programas, ações e políticas públicas de saúde, bem como de ações de

467. Essa proposta principal contém um conjunto de outras dezessete propostas. Para este texto traremos apenas alguns destaques mais gerais.

promoção da alimentação adequada e saudável. É nesse sentido que se pauta, nessa relação da “alimentação, nutrição e SUS”, o fortalecimento da implementação da PNAN com financiamento para diversas ações, como promoção do aleitamento materno, atenção alimentar aos grupos específicos em vulnerabilidade e insegurança alimentar e nutricional, acompanhamento das doenças e suas relações com a alimentação, vigilância alimentar e nutricional com ações que efetivem a intersetorialidade que o tema requer. Outro aspecto importante que se torna demanda é a questão da “regulação e sanidade dos alimentos”⁴⁶⁸. (BRASIL, 2011)

Alguns avanços foram evidenciados nesse período, porém, não foram suficiente para afastar a preocupação central dos participantes da V CNSAN, que apontam que a atenção à saúde e à segurança alimentar e nutricional demanda, em linhas gerais, um conjunto de políticas que potencializem processos formativos em diferentes setores e para diferentes sujeitos sociais – qualidade dos alimentos e riscos para saúde causados por alimentos – somadas às intervenções inerentes às políticas de saúde. Na legislação aparece a necessidade de regulamentação de rotulagem, propaganda, procedimentos produtivos e de vigilância, entre outros aspectos. Dentre várias proposições, destacamos a necessidade de:

Promover um novo modelo agroalimentar que prime pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, que garanta autossuficiência com relação aos alimentos para consumo interno, a preservação de sementes crioulas, da sociobiodiversidade, solo e água, como forma de reduzir as doenças crônicas que abalam a sociedade.

Garantir profissionais capacitados para promoção e avaliação das ações de educação alimentar e nutricional no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), no Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (Suas), por meio da incorporação de nutricionista na equipe Estratégia de Saúde da Família e atenção básica, promovendo modos de vida saudáveis, com ampliação e capacitação das equipes multiprofissionais de atenção básica à saúde, Programa de Agentes Comunitários de Saúde das equipes do Centro de Referência em Assistência Social. (CONSEA, 2015, p. 54)

468. Com vigilância sanitária, implementação do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), fiscalização no uso de aditivos alimentares, OGMs, rotulagem obrigatória, regulação da propaganda etc.

É perceptível que o descompasso entre os valores proclamados e os valores efetivamente realizados é grande e notório. Sobretudo porque, assim como em outras questões, dado o imbricamento material entre alimento, nutrição e saúde, as linhas fundamentais que ganham força no interior do sistema agroalimentar andam efetivamente na contramão das proposições. Apenas como ilustração, poderemos considerar algumas questões pertinentes. Como é, no terreno prático, fazer política de saúde com o aumento sistemático da aplicação de agrotóxicos e utilização de OGMs nas culturas alimentares? Ou como pensar condições resolutivas para a desnutrição, o sobrepeso e a obesidade, com o avanço cada vez maior dos alimentos industrializados que se fazem presentes nas mesas dos consumidores?

3.3.15 Comida de verdade no Campo e na cidade

O acúmulo do debate foi demandando a necessidade de uma definição mais clara acerca do entendimento do que é alimentação quando se discutem os conceitos de soberania e segurança alimentar e nutricional. É isso que a definição de “comida de verdade” expressa; para além de se ter as condições do conjunto de mediações desde a produção ao consumo, isso também deve fazer parte do entendimento geral na/da sociedade⁴⁶⁹. Ainda acerca desse aspecto o documento final da V CNSAN aponta:

Comida de Verdade garante a Soberania Alimentar; protege o patrimônio natural e genético; reconhece a memória, a estética, os saberes, os sabores, os fazeres e os falares, a identidade, os ritos envolvidos, as tecnologias autóctones e suas inovações. É aquela que considera a água alimento. É produzida em condições dignas de trabalho. É socialmente justa. Comida de Verdade não está sujeita aos interesses de mercado. (CONSEA, 2015, p. 28)

469. Destaca-se que esse conceito é explicitado com mais veemência apenas na V CNSAN. Contudo, a sua “carga” semântica vai se constituindo no interior dos debates anteriores. É perceptível, no entanto, que esse conceito expressa a síntese de um conjunto de dimensões que vão sendo lapidadas e trabalhadas quando se busca a totalidade concreta dos temas imbricados. Por essa razão, entendemos ser um grande eixo (em sua capacidade de síntese e explicativa) que perpassa tanto a perspectiva da segurança alimentar e nutricional construída aqui no Brasil, quanto a da soberania alimentar. Vários elementos acerca disso terão complementaridade na carta política da V CNSAN.

Assim como destacava Josué de Castro que a fome não é apenas consequência de fenômenos naturais – um fenômeno natural –, mas, essencialmente, consequência dos atos políticos – ou seja, uma praga social criada pelo próprio homem –, o ato de comer também extrapola a necessidade biológica e se inscreve como um ato político e cultural relevante no processo de hominização.

Comer é um ato político. Comida de verdade é aquela que reconhece o protagonismo da mulher, respeita os princípios da integralidade, universalidade e equidade. Não mata nem por veneno nem por conflito. É aquela que erradica a fome e promove a alimentação saudável, conserva a natureza, promove saúde e a paz entre os povos.

A alimentação no Brasil é resultado do encontro de povos e culturas que formaram nossa nação e carrega em sua história a dor e o sofrimento dos povos originários e africanos escravizados, que se perpetuaram nas restrições de acesso à terra e aos modos de produção. (CONSEA, 2015, p. 28, destaques nossos em negrito)

Os debates são colocados também como um chamamento ao poder político – o Estado como fator material (indutor e regulador) – e à sociedade civil à revitalização da “comida de verdade”. Embora tenha-se vivenciado nas últimas décadas avanços no âmbito da segurança alimentar e nutricional, com o despertar da sociedade⁴⁷⁰ e do governo sobre a qualidade da alimentação, ainda se faz necessário avançar muito nas condições de garantia da “comida de verdade”.

Em 2010, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 64, na qual o Direito Humano à Alimentação Adequada foi consagrado. [...] gerou grande impacto, por meio do fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, da priorização das populações mais vulneráveis e do reconhecimento da diversidade dos Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040/2007), com a promoção da visibilidade da matriz produtora de alimentos na diversidade cultural

470. Como destaca o manifesto que integra o relatório da V CNSAN (2016, p. 28), fundamentalmente “[...] com a participação dos povos e comunidades tradicionais, organizações e movimentos sociais em sua construção e implementação orientadas pelo respeito à sociobiodiversidade”.

e alimentar. Além disso, houve fortalecimento do controle social; redução da mortalidade infantil, que estava vinculada a altos índices de desnutrição; estímulo ao consumo de alimento *in natura* e a redução no consumo de produtos alimentícios ultra processados. (CONSEA, 2015, p. 29)

A saída do Brasil do Mapa da Fome, em 2014, foi uma das grandes conquistas e expressão – mesmo não contemplando com radicalidade todas as dimensões que foram compondo o entendimento acerca da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar – dos intensos debates, resultado de uma parte da sociedade civil mobilizada, e que foi determinante na construção das políticas públicas e na criação e no fortalecimento de um sistema nacional de segurança alimentar e nutricional⁴⁷¹; porém, ainda existem pontos para superação⁴⁷².

É importante destacar que os resultados conquistados são devidos ao esforço de uma parcela da população que coloca em suas lutas a necessidade de pensar a alimentação que qualifique a vida de todos. É nesse sentido que vemos que há ainda a necessidade de abranger toda a sociedade, pois parte da sociedade brasileira que tem condições de acesso ao alimento, por razões de hábito e aceitação de novos valores – dada a hegemonia do modelo e sua força de impor hábitos de consumo de alimentos industrializados –, acaba se afastando de uma alimentação adequada e saudável, e, portanto, da possibilidade de debater e saber o que se entende por “comida de verdade”. De acordo com os participantes da V CNSAN, para comer uma “comida de verdade”, todos devem conhecer a “verdade sobre a comida”!

Conclamamos toda a população brasileira a tomar conhecimento sobre Comida de Verdade e Direito humano à Alimentação Adequada! E a envolver as instituições de ensino, pesquisa e extensão, organizações da sociedade civil, escolas públicas e privadas como parceiros na

471. Cita: PAA; PNAE; PRONAF; Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC); Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2); e promoção da agricultura agroecológica.

472. De acordo com o manifesto da V CNSAN (CONSEA, 2016, p. 29), “Apesar das lutas e conquistas, ainda persistem elevada concentração fundiária, crescimento da monocultura, liberação de transgênicos e incentivo ao uso de agrotóxicos. Enfrentamos uma grande crise hídrica, bem como a expansão do consumo de produtos alimentícios ultra processados nas dinâmicas alimentares da população brasileira”.

orientação para uma produção, comercialização e consumo de uma alimentação adequada e saudável, participando e exercendo controle, cobrança e fiscalização social sobre as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Inspirados por uma ética alimentar, reafirmamos o valor da diversidade alimentar e cultural do país. (CONSEA, 2015, p. 29)

Considerando a “intersectorialidade” e a “multidimensionalidade” necessárias para a realização da soberania e segurança alimentar e nutricional, o coletivo defende:

Que as três esferas de governo garantam políticas públicas de acesso à terra, à água potável, ao saneamento ambiental urbano e rural, às sementes crioulas e assistência técnica de qualidade e à regularização fundiária dos territórios indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, bem como dos assentamentos e territórios de identidade de cidadania; que fortaleçam a agricultura familiar e camponesa e os povos e comunidades tradicionais para a produção, o consumo e a comercialização socialmente justa e sustentável de alimentos livres de agrotóxicos e aditivos químicos e transgênicos. Além disso, é necessário que sejam fortalecidas e ampliadas as ações de promoção e proteção da saúde, especialmente a regulamentação da publicidade de alimentos, a rotulagem e o acesso à informação para as pessoas com deficiência e necessidades alimentares especiais. (CONSEA, 2015, p. 29)

A definição de “comida de verdade” amplia e esclarece a demanda de revitalizar, recuperar, reconstruir não só as condições objetivas e políticas para a produção de um alimento de qualidade, mas também – conforme destaca Josué de Castro (2008) – as condições que, ao revalorizarem fisiologicamente o homem, potencializam o ressurgimento de uma nova civilização. Demarca também o “lugar”, os “sujeitos sociais”, os “fatores determinantes e mediações práticas”, a “cultura” para que a comida de verdade possa ser garantida e referenciada socialmente.

3.3.16 Intersetorialidade

A realização dos objetivos previstos nos debates das conferências e, fundamentalmente, o direcionamento desse processo de desenvolvimento anteriormente pautado serão possíveis se a PNSAN for implementada levando em consideração o conjunto de diretrizes integradoras⁴⁷³ que devem incidir nas ações governamentais em seus diferentes setores e na sociedade civil. Percebe-se, portanto, a reiteração da intersetorialidade como aspecto fundamental para a implementação da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar.

Dado o pouco tempo durante o qual a pauta do combate à fome e as pautas de segurança alimentar e nutricional tiveram “maior espaço” na racionalidade estatal e nas políticas públicas, não houve a superação desses quadros, mas apenas pequenos avanços. Com isso, as deliberações das conferências são constituídas de dois aspectos fundamentais: 1) desenvolver ações e programas prioritários, mas com o indicativo do início imediato e concomitante com 2) a construção do SISAN e do PLANSAN. Estes últimos, mesmo inscritos sob a égide da urgência, devem contemplar estratégias de curto, médio e longo prazo.

É nesse sentido que os debates buscam também reconhecer os avanços adquiridos nas políticas de segurança alimentar e nutricional. Sobretudo a partir da II CNSAN, em 2004, houve a “[...] incorporação política da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada na agenda pública do Brasil⁴⁷⁴ [...]”. (CONSEA, 2007, p. 13) Mesmo sendo considerado um curto período, os documentos chamam a atenção para a melhora nos indicadores sociais e humanos, demonstração de que houve a redução da pobreza, da fome e da desnutrição, e superior (pois conta com muitos limites ainda) acesso à alimentação, com destaque para a importância das políticas sociais de transferência de renda e proteção social, recuperação de emprego e aumento no valor real do salário mínimo, implementadas no país correspondendo, em boa

473. Ver as referidas seis diretrizes integradoras no capítulo 1, item 1.6.2, “Segurança alimentar e nutricional no Brasil: entre a carga semântica, o debate (político) e as políticas públicas”.

474. Entre diversos aspectos a declaração destaca – a partir de 2003 – a recriação e consolidação dos CONSEAs e a realização das conferências nacionais, bem como a “[...] progressiva apropriação das diferentes dimensões de soberania e segurança alimentar e nutricional pelas redes, articulações, fóruns e movimentos sociais”. (CONSEA, 2007, p. 13)

medida, às demandas levantadas nas CNSANs. Também de acordo com o documento da III CNSAN, por exemplo, vemos:

No campo da produção, ações importantes de apoio à agricultura familiar, Agroextrativismo e pesca foram implementados, com destaque para a expansão do PRONAF e a criação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Igualmente importante tem sido a reorientação e ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, bem como a retomada da Política Nacional de Alimentação e Nutrição. (CONSEA, 2007, p. 13)

O referido documento destaca que a incorporação do “enfoque” da segurança alimentar e nutricional, além de fortalecer a participação social, contribuiu significativamente para ressignificar os processos de gestão de políticas, tendo em vista que potencializou a integração entre ações e programas na direção da intersectorialidade. Cada vez mais, esse aspecto vai ganhando força no conjunto de proposições e das políticas, tendo em vista que as políticas de segurança alimentar e nutricional, já em sua natureza, devem ser multidimensionais, que esses princípios devem estar presentes desde a concepção até a implementação, e que os gestores devem ter a compreensão desses aspectos⁴⁷⁵.

Desse modo, a declaração final também aponta as principais prioridades a serem objetivadas, bem como os processos e caminhos a serem percorridos para a implementação dessa intencionalidade. Consideradas o ponto de partida das discussões e o horizonte a ser conquistado, ganham centralidade: a necessidade de construção de processos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico que contemplassem a segurança alimentar e nutricional, a progressiva realização do DHAA e a soberania alimentar (CONSEA, 2007), tendo como instrumentos fundamentais a PNSAN e o SISAN.

Nota-se que, no documento, os anseios propostos se inscrevem e são correspondentes à implementação de políticas públicas que pudessem expressar novos valores sociais, democráticos, éticos e de direitos humanos

475. A questão da intersectorialidade é condição obrigatória, dado que os objetos são multidimensionais, para a implementação das políticas emergentes de segurança alimentar e nutricional (e da soberania alimentar). Primeiro porque essa multidimensionalidade exige ações articuladas induzidas por políticas públicas também articuladas. E, segundo, porque há a

geradores de outras dinâmicas e mediações que, no processo de maturação das intervenções – tanto da sociedade civil, como do Estado –, constituíssem práticas “contra-hegemônicas”. Desse modo, considerando a natureza do documento e o que ele visou representar, foi elencado um conjunto de propostas principais, as quais se assentaram nos grandes temas e pilares que o entendimento acerca da soberania e segurança alimentar e nutricional foi contemplando, e são as matrizes fundantes para a concepção e capacidade explicativa desses conceitos imbricados.

Vemos, então, a reiterada indicação de que as políticas econômicas e sociais devem subordinar o crescimento econômico às prioridades sociais e de sustentabilidade ambiental, ao mesmo tempo em que se mantenham e melhorem as condições para que a população possa ter acesso à alimentação. Nesse sentido, indica-se também que o papel do Estado deve ser redimensionado. Aponta-se a necessidade de fortalecimento do Estado em sua capacidade de regulação, distribuição de riqueza e promoção de direitos, bem como de ser instrumento para a preservação do ambiente e de promover a integração soberana entre os povos. Além disso, defende-se uma nova organização funcional que potencialize o exercício multidimensional e intersetorial nas políticas públicas.

Nota-se que, enquanto valores proclamados, se evidenciam, no “terreno da projeção”, princípios balizadores da soberania alimentar que entendem ser o Estado uma força motriz de transformação e garantia de direitos. Porém, essa perspectiva bastante avançada deve compor tanto a prática material, quanto o horizonte das lutas sociais e dos debates. A integração de programas e ações inerentes à segurança alimentar e nutricional é considerada como prioritária, incluindo, nesse processo, as dinâmicas de desenvolvimento territorial, reforçando, portanto, a pertinência do local nas diferentes dimensões que compõem os diversos processos para a garantia⁴⁷⁶ do DHAA para todos, tendo uma atenção especial para os segmentos mais vulneráveis, reconhecendo as exigências da diversidade desses segmentos. Outro aspecto indicado é a necessidade do prosseguimento e ampliação das condições de promoção do

identificação de que as grandes linhas limítrofes para se pensar e implementar políticas dessa natureza estão também na “forma” setorial, fragmentada, hierarquizada da racionalidade estatal e de suas funções imperativas materiais.

476. Indica a necessidade de incorporar princípios, mecanismos e condições objetivas de exigibilidade perante o poder estatal do DHAA.

direito à renda⁴⁷⁷ aos segmentos em condições socioeconômicas mais vulneráveis.

Cada vez mais, no conjunto das discussões, algumas questões vão se tornando imprescindíveis para se pensar as condições objetivas – tanto na base material quanto na política pública – para a implementação da soberania e segurança alimentar e nutricional e do propalado desenvolvimento econômico-social sustentável. Em relação à intersectorialidade, vemos que há o entendimento que a PNSAN e demais políticas afeitas, por “natureza”, devem pautar-se na intersectorialidade e na transversalidade; ou elas serão assim, ou não serão. Desse modo, as grandes dimensões que compõem os temas de soberania e segurança alimentar e nutricional e de DHAA devem ser o ponto de partida para as ações (políticas), os projetos, programas e planos que as promovam, nos diferentes territórios, níveis estatais e nos diferentes setores da racionalidade estatal e da sociedade. Além disso, há a necessidade de articulação dos diferentes instrumentos, tecnologias e processos de “planejamento” integrado (com vista à planificação), ação orçamentária, processos formativos (de maneira continuada) para os diversos setores e segmentos do Estado e da sociedade civil, pelos quais os processos de mediações perpassam na implementação da soberania e segurança alimentar e nutricional, bem como na garantia do DHAA.

Garantir a articulação dentro dos territórios entre os diversos equipamentos públicos, políticas públicas, sistemas e programas governamentais e não-governamentais nas três esferas de governos com o objetivo de fortalecer a intersectorialidade do PNSAN, articulando com os conselhos de direitos para o exercício do controle social e para a formação de redes a fim de viabilizar a transformação do modelo hegemônico atual de produção, comercialização e consumo de alimentos e seus respectivos instrumentos de regulação para a construção de uma rede de SAN, incorporando os princípios agroecológicos, da sociobiodiversidade, da estratégia de economia solidária com participação da Sociedade Civil, com objetivo de contribuir para a superação dos desafios políticos e organizacionais no SISAN.

477. Articulando programas de transferência de renda e geração de oportunidades produtivas e de acesso aos bens materiais, para os beneficiários.

Formação permanente para lideranças públicas e privadas e organizações da sociedade civil e do poder público das três esferas governamentais, respeitando as culturas tradicionais e hábitos alimentares, com o objetivo de disseminar informação e compreensão [...]. (CONSEA, 2015, p. 69)

Em linhas gerais, os debates expressos nos documentos destacam que a experiência brasileira demonstra que a visão e implementação setorializada e fragmentada das políticas públicas inscrevem-se ineficientes, tendo em vista que instituem práticas e ações dispersas que levam a resultados que se distanciam dos princípios, diretrizes e objetivos que se buscou atingir. De posse desse entendimento e percepção é que a questão da intersectorialidade (como organicidade, mecanismo, composição da gestão e do poder), de maneira implícita e explícita, compõe um dos grandes eixos para a materialização da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar. A concepção, a constituição e a execução das políticas públicas devem levar em consideração a integração e a interação dos diferentes órgãos, instituições, repartições e setores da sociedade, para a materialização do compromisso comum e da garantia dos direitos políticos e sociais.

É importante destacar que a concepção de intersectorialidade que se constitui nos debates pressupõe a participação e o controle social como requisitos essenciais da legitimidade das ações, dos programas e políticas públicas. Impõe-se, portanto, dada a exigência da natureza e concretude (na totalidade) dos objetos em questão, e das condições objetivas operacionais nas práticas administrativas e nas relações de forças.

3.3.17 Política internacional

Considerando que o objetivo é pontuar alternativas que podem viabilizar a realização da soberania e segurança alimentar e nutricional, as “negociações internacionais” ganham centralidade no debate e nas proposições das conferências, fundamentalmente porque é a partir da natureza dessas negociações que se pode garantir as condições favoráveis ou os grandes limites para a realização da soberania e segurança alimentar e nutricional.

O debate indica que é necessário adotar medidas para preservar a soberania e a segurança alimentar e nutricional frente à lógica de exportação dos produtos da agricultura brasileira. Ou seja, a política agrícola de exportação, sendo uma opção-base para o desenvolvimento, deve ser concretizada sem causar danos e prejuízos à produção de alimentos para o consumo interno,

[...] com as negociações internacionais refletindo e potencializando as políticas nacionais de desenvolvimento, conforme as prioridades estabelecidas na Lei de Segurança Alimentar e Nutricional, e garantindo a proteção dos biomas. (CONSEA, 2007, p. 25)

Alerta-se também para que essas negociações internacionais valorizem a diversidade da produção nacional – não ficando dependente, em grande parte, da política de *commodities* – e, mesmo que haja abertura para o mercado, setores sensíveis como a agricultura familiar, o agro-extrativismo, a aquicultura e a pesca artesanal não sofram processos que levem ainda mais à sua desestruturação. Embasado nesses elementos é que há o indicativo de que as negociações devem priorizar o comércio justo e solidário.

O documento da III CNSAN, por exemplo, aponta os graves riscos e ameaças à garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional, presentes na “natureza” das políticas hegemônicas de reprodução dos interesses do capital. Destaca o documento:

Especial atenção deve ser conferida por todas as instâncias governamentais, com participação e controle social, à expansão das monoculturas (como a cana-de-açúcar e os eucaliptos) e os OGMs (transgênicos), em relação aos seus impactos sócio-ambientais, na saúde do trabalhador e na segurança alimentar e nutricional do país. (CONSEA, 2007, p. 25)

Considerando esses aspectos, a defesa mais geral é de promover a soberania e a segurança alimentar e nutricional em âmbito internacional, que demarca um conjunto de elementos e proposições pertinentes acerca dos processos imbricados e da especificidade dos conceitos. Como já mencionado algumas vezes no decorrer do processo de discussão, o

conceito de soberania alimentar vai ganhando espaço nos documentos e propostas e, diferentemente de nas conferências anteriores, a partir da III CNSAN, uma ênfase maior é dada para a soberania alimentar, sobretudo como princípio para a atuação do governo brasileiro em sua atuação internacional. Destaca o documento:

Pautar a atuação internacional do governo brasileiro pela defesa do princípio da Soberania Alimentar, que reconhece o direito de cada país definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o DHAA para toda a população, respeitando as múltiplas características culturais dos povos, de modo que o exercício da Soberania Alimentar não comprometa ou coloque em risco a Segurança Alimentar e Nutricional de outros países, garantindo que os acordos e/ou tratados internacionais não interfiram na Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. (CONSEA, 2007, p. 53)

Nas proposições em que se destaca os “alimentos e modos sustentáveis de produção”, vemos a preocupação e indicação para rejeitar a condição do alimento como simples mercadoria, e esse entendimento deve ser balizador para a tomada de posição do Brasil (ou grupo de países) nas negociações comerciais. Quanto ao aspecto do “abastecimento alimentar”, nas trocas comerciais internacionais, que estas possam contribuir no abastecimento alimentar doméstico, todavia subordinadas aos interesses e estratégias políticas de desenvolvimento nacionais. Para tanto, os documentos propõem um conjunto de “diretrizes de negociação comercial” em que se demanda a participação da sociedade civil organizada nesses processos de negociação comercial. Para a objetivação disso, destaca a necessidade do acesso a dados e informações acerca dos impactos, para o conjunto da população, dessas negociações comerciais, como condição fundamental e qualificada para a análise e tomada de posição frente ao direcionamento político para essas negociações.

O conjunto de nove diretrizes de negociação o internacional perpassa por indicações acerca de: suspensão dos subsídios à exportação que afetam negativamente a renda e produção dos pequenos agricultores nos países em desenvolvimento; níveis adequados de proteção tarifária

para produtos de segurança alimentar – Mercosul – e adequação da tarifa externa comum do bloco; revisão das diferenças de tarifas cobradas entre produtos processados e matérias-primas; ampliação de mercados com agregação de valor à produção nacional em suas potencialidades sustentáveis da diversidade – ambiental – brasileira; fim das barreiras não comerciais e financiamentos públicos às grandes corporações multinacionais e empresas nacionais que desenvolvem monoculturas não alimentares; garantia da proteção de culturas alimentares brasileiras, fundamentalmente as *in natura*, e desenvolvimento de políticas contrárias às patentes e outras formas de apropriação por estrangeiros dos conhecimentos e patrimônios naturais tradicionais; criação de sistema de monitoramento com vista a identificar empresas que empregam trabalho infantil, precário e escravo e destruição ambiental; proteção – salvaguardada em lista – de produtos especiais oriundos da agricultura familiar e segmentos em risco. (CONSEA, 2007) Reitera-se também o aprofundamento das “relações comerciais e cooperação Sul-Sul” pelos países em desenvolvimento⁴⁷⁸, considerando efetivamente as prerrogativas e os princípios de soberania e segurança alimentar e nutricional na formulação e implementação das políticas inerentes, com participação social. Nesse sentido, a “cooperação internacional” pode:

Desenvolver, ampliar e aperfeiçoar mecanismos de cooperação internacional que promovam a Segurança Alimentar e Nutricional e produção local de alimentos nos países beneficiários e que os produtos a serem distribuídos não sejam transgênicos e provenham da agricultura familiar e de cooperativas de produção familiar dos países em desenvolvimento. (CONSEA, 2007, p. 54)

Considerando a “política internacional”, o documento também destaca a necessidade de participação do país na definição das normas que compõem o “*codex alimentarius*” (código alimentar), tendo em vista:

[...] a incorporação das recomendações da estratégia global de nutrição, atividade física e saúde, tais como as ações de rotulagem e

478. Destaca-se nos fóruns multilaterais de negociações, a exemplo do Grupo de Países em Desenvolvimento (G-20), criado em 2003, bem como no Mercosul, criar fontes de financiamento comuns.

publicidade, especialmente bebidas alcoólicas, e redução da ingestão energética procedente das gorduras e açúcares simples, a limitação do consumo de sal, o equilíbrio entre as gorduras saturadas e gorduras insaturadas, a redução do consumo de gorduras trans e aumento do consumo de frutas e hortaliças, submetidas ao maior controle sobre resíduos de agrotóxicos. (CONSEA, 2007, p. 54)

A questão dos biocombustíveis também aparece como problema, e o documento aponta para a necessidade de se pensar alternativas para a questão agrária no Brasil e no mundo. De acordo com o entendimento publicado em propostas, vemos que é pertinente:

Garantir que os acordos bilaterais, visando o aumento da produção de biocombustíveis para o abastecimento do mercado internacional, não interfiram na quantidade de alimentos produzidos internamente, tendo em vista que o aumento da produção do biocombustível poderá se ampliar nas áreas utilizadas/utilizáveis para a produção de alimentos, assim como em áreas de pastagens. (CONSEA, 2007, p. 55)

O sistema de “patentes” também é mencionado pelo coletivo, e as proposições defendem que, no âmbito internacional, sejam excluídas as normas que permitem os processos de patenteamento, e, por consequência, a apropriação e privatização dos elementos naturais, presentes na fauna e na flora, por empresas cujos interesses econômicos e de lucros entrem em conflito com o direito ao controle dos bens naturais pelos povos. As demais propostas que compõem esse grande eixo reafirmam necessidades já presentes de maneira explícita ou implícita em proposições mencionadas anteriormente, por exemplo: PPA e as propostas para este, ou seja, intervenção e contribuição nos processos de elaboração das diretrizes e leis orçamentárias com definição de ações estratégicas e programas para o fortalecimento de políticas internas soberanas.

Outro aspecto já presente nas conferências anteriores e reafirmado, por exemplo, na IV CNSAN, em sua declaração política, refere-se à política externa e aos acordos comerciais internacionais. Segundo o documento, “A política externa deve defender e respeitar os princípios do DHAAS e da Soberania Alimentar nas relações internacionais,

conforme o Art. 4º da Constituição”. (BRASIL, 2011, p. 29) Desse modo, inscreve-se como condição ao Brasil (e outros países, também) o apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e DHAA em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei nº 11. 346, de 15/9/06. A partir desse entendimento, são desenvolvidas as discussões e elaboradas as proposições que envolvem os três conceitos fundamentais discutidos na IV CNSAN, e que, para o coletivo, devem pautar as discussões, os acordos e as negociações político-econômicos, incentivando a função ativa do Estado e governo brasileiro, dada a sua liderança política no cenário mundial (fundamentalmente no combate à fome e à miséria).

Nesse sentido, as proposições iam na direção de cobrar que o governo brasileiro pudesse coordenar discussões e ações nas grandes questões que preocupam a humanidade, e que essas questões fossem base para as negociações internacionais. Por isso, as proposições – com destaques principais em nota de rodapé – traziam temas como: mudanças e crises climáticas⁴⁷⁹; negociações internacionais⁴⁸⁰; acordos e tratados internacionais⁴⁸¹; cooperação Sul-Sul⁴⁸².

A defesa dos princípios do DHAAS e da soberania alimentar nas negociações e relações internacionais também aparece como um macrodesafio. Considerando a conjuntura e o papel do governo brasileiro

479. Que se “Adote um tratamento conceitual de grandes temas em negociação que contribua para o alcance do objetivo principal da Convenção do Clima”. (BRASIL, 2011, p. 80) Há, portanto, a necessidade histórica de medidas que diminuam a emissão de gases e outros poluentes na atmosfera, nos solos e nas águas, para que os ecossistemas sejam preservados e, em outros casos, recuperados/regenerados, pois só assim a produção de alimentos segura e de qualidade poderá ser efetivada.

480. O âmbito das negociações comerciais e da implementação das políticas públicas oriundas desse processo deve estar de acordo com princípios e diretrizes constituintes da soberania e da segurança alimentar e nutricional. Indica-se também que seriam necessários mecanismos que salvaguardassem, na alçada da OMC, os produtos oriundos da produção da agricultura familiar e camponesa, e que garantissem critérios e condições para que, nos processos de abertura comercial, esses produtos fossem protegidos.

481. “Regulamentar, com ampla participação da sociedade civil, o Decreto nº 6.476/2008, que promulga o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura da FAO, atuando em nível internacional pela efetiva implementação dos direitos sociais dos agricultores já afirmados nesse tratado e pela Convenção sobre Diversidade Biológica”. (BRASIL, 2011, p. 81)

482. Avançar em termos de cooperação entre os países latino-americanos e africanos com vista à realização da soberania e segurança alimentar e nutricional.

(durante os mandatos do presidente Lula) na geopolítica mundial naquele momento histórico, os participantes da IV CNSAN são instigados a indicar que o Brasil devia ser proativo (dar continuidade) e liderar iniciativas para colocar essa pauta nos debates internacionais, de forma a

Promover o debate sobre as estruturas de governança global no contexto [...] de confluência de várias crises (alimentar, econômica, energética, ambiental e climática) ressaltando a importância do multilateralismo orientado pela perspectiva da participação social [...]. (BRASIL, 2011, p. 39)

Também na V CNSAN, esse grande eixo da política internacional ganha espaço, demandando a atuação internacional e cooperação Sul-Sul a partir dos princípios e diretrizes da política nacional de segurança alimentar e nutricional. Assim, traz um conjunto de proposições que busca incentivar o Brasil em seu protagonismo de liderança adquirido a partir do ano de 2003. Considera-se estratégica uma maior interferência e participação – tendo como pressuposto a experiência brasileira nas políticas de segurança alimentar e nutricional – nas instâncias internacionais e nos espaços de governança global de segurança alimentar e nutricional⁴⁸³, bem como avaliações de impactos na soberania e segurança alimentar e nutricional e no DHAA causados pelos acordos internacionais multilaterais. Em relação às propostas prioritárias, temos:

Promover o papel da agricultura familiar, camponesa e indígena como um dos elementos estruturantes das estratégias nacionais e regionais de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, por meio do estímulo à produção local de alimentos baseada em modelos diversificados e de base agroecológica, em estratégias soberanas de abastecimento alimentar e em articulação com os preceitos de uma alimentação adequada e saudável.

483. O documento destaca, por exemplo: “[...] o Comitê de Segurança Alimentar Mundial das Nações Unidas (CNA), a FAO, o Programa Mundial de Alimentos (PMA), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola das Nações Unidas (FIDA), Organização Mundial da Saúde (OMS), OMC, Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) e outras instâncias multilaterais. Essa participação requer reforço institucional e envolvimento dos atores do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan)”. (CONSEA, 2016, p. 61)

Envolver-se com os compromissos assumidos na 2ª Conferência Internacional de Nutrição (ICN2), bem como atuar em relação às iniciativas internacionais em curso voltadas para a nutrição na direção de: i) assegurar que a coordenação e implementação das políticas estejam a cargo do poder público; ii) garantir a efetiva participação social por meio de mecanismos que assegurem a presença dos(as) afetados(as) pela insegurança alimentar; iii) fortalecer as capacidades dos Estados e dos movimentos e organizações sociais dos países que manifestem interesse em combater a fome e a desnutrição; iv) criar e implementar medidas internacionais que combatam a volatilidade dos preços dos alimentos, a especulação em torno de *commodities*, a regulação de mercados de alimentos, incluindo a propaganda, e que promovam um comércio justo; v) proibir a participação do setor empresarial no processo de decisão e na gestão e na implementação de estratégias e políticas, sejam elas internacionais e nacionais; vi) fortalecer mecanismos regulatórios supranacionais para a prevenção e controle de doenças crônicas não-transmissíveis; vii) implementar a Década de Ação e Nutrição; viii) recomenda-se que o governo apoie e participe ativamente de discussão elaboração de um tratado global sobre alimentação saudável na próxima Assembleia Mundial da Saúde, o fórum máximo da Organização Mundial da Saúde. (CONSEA, 2015, p. 61)

Ainda sobre essa questão, temos de forma mais explícita algumas percepções que deram um sentido mais amplo à soberania alimentar, em relação ao entendimento que se deu até então, nas conferências anteriores. Em linhas gerais, constitui-se uma noção de soberania alimentar para além do aspecto territorial nacional. Ou seja, mesmo ainda centrada no horizonte da política pública, essa noção busca contemplar o entendimento de que as condições objetivo-materiais e ideais para a sua realização dependem em grande medida das relações internacionais – e os valores e princípios nelas implementados –, desde que estas sejam orientadas pela participação e pelo controle social⁴⁸⁴.

484. O documento demanda que o Brasil possa atuar em diversos espaços relevantes de negociação, instigando que estes fortaleçam a soberania alimentar e a segurança alimentar e nutricional e, sobretudo, tomem os seus princípios e diretrizes para fundamentar e definir critérios e a natureza das negociações e das políticas. Tem-se essas oportunidades nas políticas e acordos entre os países, como: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS); União de Nações

Para concluirmos, destacamos também que, a partir da II CNSAN, foram aprovadas moções que, em boa medida, expressam as grandes questões que preocupam e que fortalecem os defensores e debatedores dos temas imbricados. Trouxemos alguns elementos acerca das moções aprovadas na V CNSAN. Foram elaboradas e aprovadas um total de 49 moções, sendo: 22 de apoio, 18 de repúdio, quatro de recomendação, duas de reivindicação. Ademais, defesa, elogio e aplauso tiveram uma cada. As moções trazem conteúdos, dados e definições pertinentes acerca (da intersecção) dos temas da soberania alimentar e da segurança alimentar e nutricional. Além disso, são a expressão do espírito filosófico-político do momento histórico, por apontarem elementos tanto do ponto de vista da “afirmação” quanto da “negação” de relevantes aspectos (materiais) que circundam e compõem o conteúdo histórico dos conceitos fundamentais do debate.

As moções foram também organizadas por grandes temas/pilares. Considerando que a V CNSAN é a mais recente realizada, terão destaque fragmentos de algumas das moções, por expressarem conteúdos importantes para a compreensão das diferentes dimensões do objeto desta obra. As moções ficaram organizadas conforme descrito a seguir.

Agrotóxicos e transgênicos: 1) moção de apoio à criação, consolidação e certificação de áreas contínuas livres de agrotóxicos no país⁴⁸⁵; 2) moção de apoio para que o SUS faça o exame da colinesterase sanguínea

Sul-Americanas (UNASUL); Comunidade de Estados Latino-Americanos (CELAC); e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Exige também que o Brasil ratifique o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e que sejam considerados princípios e diretrizes de soberania e segurança alimentar e nutricional. Além desses aspectos, que fortaleça as iniciativas de colocar em prática os Planos Regionais de Segurança Alimentar, Nutrição e Combate à Fome 2025, com o fortalecimento da agricultura familiar, tendo como princípio a participação social nesses blocos.

485. Entre várias questões importantes está a definição da fração ideal para garantir as condições de uma produção agroecológica. De acordo com o CONSEA (2016, p. 102), vemos “Que uma das dificuldades enfrentadas pelo(a) agricultor(a) ecologista é que em geral a sua propriedade está rodeada de outras que utilizam agrotóxicos cada vez mais perigosos e que barreiras naturais como cercas vivas e zonas de neutralização nem sempre são eficientes para impedir a contaminação da produção agroecológica; que tais medidas de forma alguma impedem a contaminação dos solos, do ar, das águas de superfície e dos lençóis freáticos da região; e que os(as) agricultores(as) tiveram de aprender que terraços para evitar a erosão somente são eficientes se houver consenso e colaboração entre vizinhos(as). [...] no caso das Unidades de Conservação (UCs), as zonas de amortecimento e os corredores ecológicos são componentes vitais para a qualidade da preservação ambiental (Art. 25, §2º da Lei nº 9.985/2000) [...] oferecendo plenas condições para sua definição como áreas contínuas livres de agrotóxicos; e, ainda, que o parâmetro de delimitação dessas áreas gira em torno de um raio de 10 quilômetros [...]”.

(plasmática)⁴⁸⁶; 3) moção de repúdio ao não lançamento do PRONARA na V CNSAN⁴⁸⁷; 4) moção de apoio à área livre de transgênicos e de agrotóxicos nas áreas de proteção ambiental em todo território brasileiro; 5) moção de repúdio ao Projeto de Lei (PL) nº 3.200, de 6/10/15, que pretende revogar a Lei de Agrotóxicos (Lei nº 7.802, de 11/6/89)⁴⁸⁸.

Água: 6) moção de recomendação da produção e manutenção do alimento água – gestão dos recursos hídricos e saneamento ambiental e campanhas educativas.

Agricultura urbana e periurbana: 7) moção de apoio ao fortalecimento da agricultura urbana e periurbana.

Biofortificação: 8) moção de repúdio à falta de debate público sobre o tema da biofortificação⁴⁸⁹.

486. “É inadmissível que o Brasil ainda autorize as grandes corporações que produzem e comercializam venenos que contaminam quem planta e que consome alimentos e ainda degradam o meio ambiente. Vamos dar um basta à indústria química das multinacionais que estão fazendo a seleção química da espécie humana!”. (CONSEA, 2016, p. 103)

487. “Desde 2008, o Brasil ocupa o primeiro lugar no *ranking* mundial de consumo de agrotóxicos. Enquanto nos últimos dez anos o mercado mundial desse setor cresceu 93%, no Brasil esse crescimento foi de 190% (Anvisa). Atualmente 70% dos alimentos *in natura* consumidos no país estão contaminados por agrotóxicos (Dossiê Abrasco – um alerta sobre o impacto dos agrotóxicos na saúde). Esta situação alarmante resulta do uso exagerado (7,3 litros de agrotóxicos por habitante/ano)”. (CONSEA, 2016, p. 103)

488. PL de autoria do dep. federal Covatti Filho (PP/RS), “[...] flexibiliza totalmente o sistema normativo de agrotóxicos por colocar todo o processo de registro sob a responsabilidade de uma Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários (CTNFito), [...] vinculada ao Ministério da Agricultura [...]. Altera o nome de agrotóxicos para defensivos fitossanitários; Vincula os atos dos órgãos de Meio Ambiente (IBAMA) e Saúde (Anvisa) aos pareceres técnicos da CTNFito; [...] compromete o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (Pro-nara), elaborado no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, e desta forma inviabiliza a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)”. (CONSEA, 2016, p. 104-105)

489. “[...] iniciativas de biofortificação são desenvolvidas em diversas partes do país justificadas pelo discurso de combate à fome e às carências nutricionais que restringem o debate a ações voltadas para as consequências e sintomas, sem avaliar condicionantes e determinantes. Além disso, são escassos os estudos realizados sobre ao tema, com lacunas importantes de conhecimento, inclusive sobre a eficácia e os riscos relacionados à saúde e aos impactos ambientais. A biofortificação corresponde à manipulação genética de sementes para produzir alimentos com conteúdo maior de um micronutriente específico. Há por isto uma seleção artificial de determinados cultivares em detrimento de outros, podendo representar a perda de autonomia dos(as) agricultores(as) e ameaças à Soberania Alimentar. Não existe a segurança de que a maior concentração de um nutriente específico seja benéfica e segura à saúde. Além disso, alto consumo de micronutrientes pode fazer mal à saúde”. (CONSEA, 2016, p. 106, destaques nossos)

Bolsa Família: 9) moção de apoio ao PBF⁴⁹⁰.

Cestas básicas: 10) moção de reivindicação da continuidade da ação de distribuição de alimentos.

Criminalização de movimentos sociais: 11) moção de apoio aos companheiros perseguidos pela investida neocolonial⁴⁹¹.

Cultura alimentar: 12) moção de recomendação da imediata formação e implementação do Colegiado Setorial de Cultura Alimentar no Conselho Nacional de Política Cultural⁴⁹²; 13) moção de defesa da cultura alimentar⁴⁹³.

Estudos e inquéritos: 14) moção de recomendação à realização de estudos e inquéritos de segurança alimentar e nutricional periódicos.

490. “[...] beneficia mais de 13 milhões famílias, [...] contribui ainda para ampliar o acesso à alimentação e para melhorar as condições de saúde e educação da nossa população. *Ele consome menos de 0,5% do PIB e muda concretamente a vida de mais de 50 milhões de brasileiros e brasileiras* [...]”. (CONSEA, 2016, p. 107, destaques nossos)

491. Considerando o momento histórico atual, vemos que: “Os aliados internos desses predadores poderosos: as seis famílias proprietárias da grande imprensa nacional, ponta de lança da burguesia neocolonial, que neste momento busca o domínio hegemônico sobre a burguesia nacionalista. Nessa guerra contra a soberania nacional, o segmento neocolonial não se limita, nem por princípios éticos, nem por considerações morais e atinge todo(a) e qualquer cidadão(ã) nacionalista que defenda a verdadeira democracia e o progresso socioeconômico do povo brasileiro. Reputações são pisadas e jogadas na lama, juntamente com as respectivas famílias, prática pouco original, aliás, pois tem origem mafiosa. Não basta destruir a liberdade, há que se eliminar a imagem pública ao custo de qualquer tipo de prática. Sílvio Porto, ontem, Gilberto Carvalho, hoje, são vítimas dessas práticas que visam a destruir um partido político, que cometeu erros, mas não pode ser anatematizado como foram os partidos políticos nos regimes fascista e nazista. Nesse sentido, utilizar a imagem desses dois companheiros de reputação ilibada para atacar sua capacidade de luta de forma covarde, atinge cada um de nós, lutadores(as) da Segurança Alimentar e Nutricional, uma vez que ambos estão na origem de projetos tão importantes como o PAA, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e o diálogo com a Sociedade Civil. Como seres humanos e democratas, só nos cabe repudiar essa investida conservadora que atenta contra nossos companheiros, nossa dignidade e nossa democracia”. (CONSEA, 2016, p. 107)

492. Traz para a discussão a indissociabilidade entre soberania alimentar-segurança alimentar e nutricional-cultura alimentar. Denuncia os fatores que esfacelam e impactam as culturas alimentares brasileiras. “Negar nosso direito é garantir a nossa morte”. (CONSEA, 2016, p. 108)

493. É uma moção longa e traz um conjunto de conteúdos-matrizes para discutir a formação humana a partir da perspectiva que abrange os grandes pilares dessa discussão. Serão, portanto, base para a reflexão e análise no capítulo 4. Ainda reivindica processo de regulamentação do Decreto nº 8.471, de 22/6/15, “[...] que altera o regulamento do Suasa e normatiza a agroindústria artesanal para bebidas e produtos de origem animal [...], para que defenda os modos de ser e viver dos grupos sociais do Brasil que têm sido atacados e perseguidos [...] em razão de interpretações arbitrárias excessivas e abusivas de normas sanitárias por agentes do poder público”. (CONSEA, 2016, p. 109)

Internacional: 15) moção de apoio à realização de convenção global sobre alimentação saudável; 16) moção de elogio e aplausos à Cruz Vermelha Brasileira e aos voluntários.

Meio ambiente: 17) moção de repúdio à poluição dos rios e dos lençóis freáticos pelo esgoto e lixo urbano; 18) moção de repúdio ao gás por fracionamento hidráulico (*fracking*)⁴⁹⁴; 19) moção de apoio às energias limpas⁴⁹⁵.

Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos e Produtos de Lactentes e Crianças da Primeira Infância (NBCAL): 20) moção de aplauso à regulamentação da Lei nº 11.265, de 3/1/06; 21) moção de repúdio às empresas que fabricam e comercializam alimentos infantis que infringem a NBCAL.

PAA: 22) moção de apoio à transformação do PAA em política de Estado do governo; 23) moção de apoio ao PAA e solicitação de recursos financeiros.

PAA e PNAE: 24) moção de reivindicação para garantir a execução do PAA e PNAE para quilombolas e indígenas.

Pesca artesanal: 25) moção de repúdio às ameaças ao direito da mulher na pesca artesanal; 26) moção de apoio à incorporação da pesca

494. Chama a atenção para a meta do Brasil junto à ONU (COP 21) de reduzir em 43% os gases de efeito estufa até 2030, e destaca que a obtenção do gás por esse método traz “[...] danos irreparáveis ao meio ambiente e à saúde [...], contaminações de água, dos solos e do ar por mais de 600 substâncias químicas e radiativas, e constituindo-se em verdadeira ameaça para a produção de alimentos [...]”, e que, “[...] mesmo diante dos perigos do *fracking* como alternativa energética, o governo brasileiro autorizou a Agência Nacional de Petróleo (ANP) a leiloar blocos de exploração, inclusive em cima dos Aquíferos Serra Grande e Guarani no Paraná e São Paulo [...]”. (CONSEA, p. 110)

495. Faz a crítica à matriz de produção e consumo de energia e defende as energias limpas e renováveis. Entre vários aspectos, destaca “[...] 3) Que ‘a era do petróleo deveria acabar antes do petróleo’, e que é absurdo o atual ‘passeio dos biocombustíveis’ pelo país em detrimento da produção e do consumo locais e regionais; 4) Que a LOSAN (Lei nº 11.346/2006) e o Decreto nº 7.272/2010 definem alimentação saudável como baseada na biodiversidade e agroecologia; que o Brasil é um dos poucos países que possui uma Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, mas que, apesar disso, transporta os alimentos orgânicos com veículos a diesel, embala-os em plásticos à base de petróleo, refrigera-os com energia de carvão ou gás e cozinha-os com gás butano o que não é ecologicamente correto; 5) Que existem numerosas tecnologias disponíveis para gerar a nível local energias limpas e eficientes para a sustentabilidade da produção, da armazenagem, do transporte e do preparo de alimentos e da atividade econômica em geral, por exemplo, biodigestores para qualquer tipo de biomassa, biodigestor sertanejo e caseiro, caixas de gelo solar, placas de energia solar fotovoltaica, fogões de pirólise, fogões a biogás, aerogeradores, rodas d’água, bioplásticos e agrocombustíveis como o óleo vegetal, o etano, o biometano etc. [...]”. (CONSEA, 2016, p. 111)

artesanal e da aquicultura familiar pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁴⁹⁶; 27) moção de apoio à inclusão do peixe pirarucu na Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGM-Bio).

Povos ciganos: 28) moção de apoio para acesso dos povos ciganos às políticas de segurança alimentar e nutricional.

Populações negras e povos e comunidades tradicionais: 29) moção de apoio para produção de dados socioeconômicos das populações negras e povos e comunidades tradicionais para a política de soberania e segurança alimentar e nutricional.

População em situação de rua: 30) moção de apoio à segurança alimentar e nutricional para a população em situação de rua.

Povos indígenas: 31) moção de repúdio ao Centro Global de Gastronomia e Biodiversidade⁴⁹⁷.

Povos tradicionais de matriz africana: 32) moção de repúdio a dispositivos ou mecanismos legais que busquem coibir a segurança alimentar e nutricional de povos tradicionais de matriz africana através do impedimento do abate tradicional⁴⁹⁸.

496. “Considerando o importante papel que a pesca e a aquicultura desempenham para a Soberania Alimentar e a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e no mundo; [...] praticada por cerca de um milhão de pescadores e pescadoras e suas famílias distribuídas em todo o território nacional, as quais garantem a produção de alimentos e transmissão dos conhecimentos tradicionais; [...] representa uma oportunidade para diversificar ainda mais os sistemas produtivos da agricultura familiar e promover a inclusão social, principalmente pelo acesso justo e igualitário às águas públicas; [...] vimos [...] apoiar a incorporação das atribuições e políticas de apoio e desenvolvimento da pesca artesanal, da aquicultura familiar e das águas públicas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário”. (CONSEA, 2016, p. 114)

497. “Considerando os retrocessos dos direitos no Brasil, especialmente de povos indígenas e dos povos e comunidades tradicionais diante de leis como a Lei nº 13.123/2015 e a PEC nº 215/2000, os crescentes investimentos internacionais e das indústrias alimentícia, farmacêutica e cosmética visando à apropriação dos conhecimentos tradicional e patrimônio genético; [...] o processo atual de espetacularização e transformação da sociobiodiversidade amazônica em *commodities*; [...] falta de transparência sobre o uso de erário público e a concessão de prédios públicos e investimentos no setor privado [...]; [...] o processo de dominação simbólica cultural e econômica como prática daqueles que chegam para expropriar riquezas e conhecimentos e o não protagonismo dos(as) titulares de direitos e mestres e demais profissionais amazônicos; Os(as) delegados(as) reunidos(as) durante a 5ª CNSAN repudiam o Centro Global de Gastronomia e Biodiversidade e pedem a suspensão imediata de seu processo junto ao poder público [...], uma vez que se trata do erário público e do mapeamento da sociobiodiversidade e plantas medicinais tradicionais”. (CONSEA, 2016, p. 116)

498. “[...] repudia todo tipo de ação como manifestações, leis, quaisquer outros dispositivos ou mecanismos legais que busquem coibir a Soberania Alimentar e Nutricional dos povos

Regulação da publicidade: 33) moção de repúdio contra empresas que realizam ações publicitárias direcionadas às crianças⁴⁹⁹; 34) moção de repúdio à propaganda de estímulo ao consumo de álcool⁵⁰⁰.

Restaurante popular: 35) moção de recomendação para a implantação de restaurantes populares nos municípios com até 80 mil habitantes e cozinhas comunitárias nos municípios enquadrados pelo território.

Saúde: 36) moção de apoio à criação de uma política alimentar saudável direcionada às pessoas idosas carentes com doenças incapacitantes; 37) moção de apoio à ANVISA pela adoção de medidas regulatórias para o controle da obesidade e outras doenças crônicas; 38) moção de apoio à inclusão da perspectiva do DHAAS nos programas de atenção básica à saúde.

Semiárido: 39) moção de repúdio à extinção do Instituto Nacional do Semiárido.

tradicionais de matriz africana através do impedimento do abate tradicional. [...] tais manifestações contrariam nosso direito de autodeterminação e exercício de cidadania cultural que define, no presente caso, o abate tradicional como uma prática que promove uma morte digna ao animal que vai nos alimentar. [...] no Brasil, povos com línguas, indumentárias e principalmente portadores de um sistema alimentar próprio sofrem sistematicamente as consequências de um racismo ambiental, perseguição de seu sagrado, sendo alvo, também, de um genocídio através da ‘satanização’ desse sistema alimentar”. (CONSEA, 2016, p. 116-117) 499. Manifesta “[...] repúdio contra todas as empresas que realizam ações publicitárias direcionadas às crianças, o que é ilegal e antiético e desrespeita a sua vulnerabilidade e condição de pessoas em peculiar fase de desenvolvimento [...]. A publicidade de produtos alimentícios ultraprocessados com altos teores de sódio, açúcares e gorduras dirigidas às crianças é um obstáculo à alimentação saudável, segundo o Guia Alimentar da População Brasileira, e contribui para a epidemia mundial de obesidade infantil, que já atinge um terço das crianças brasileiras de todas as regiões [...] e classes socioeconômicas, e também para a alta incidência de doenças crônicas associadas (diabetes, hipertensão, etc.) pelo estímulo ao seu consumo excessivo e habitual”. (CONSEA, 2016, p. 117) Destaca ainda que, além dos meios de comunicação empresariais, as estratégias comerciais invadem escolas (públicas e privadas) e grandes eventos, como Copa do Mundo e Olimpíadas, o que contribui significativamente para a destruição de hábitos alimentares regionais.

500. “No Brasil, 9% da população é de alcoólatras sendo que estes já desgraçam as suas vidas e as das suas famílias. O álcool tem relação direta e indireta com as dez principais causas de morte no Brasil, tais como infarto cardíaco e derrame cerebral e, ao longo do tempo, homicídios e acidentes de trânsito com pouco tempo de seu uso. O Brasil é campeão mundial de acidentes com morte no trânsito. 75% destas tem relação direta com o álcool. No mundo, a ingestão de álcool combinado com tabagismo mata mais do que todas as outras juntas. O álcool quando não mata, mutila; não só em acidentes de trânsito, mas tem relação direta com o aumento de doenças mentais, principalmente a depressão”. (CONSEA, 2016, p. 117)

SISAN: 40) moção de apoio ao cofinanciamento e criação do Fundo de Segurança Alimentar e Nutricional; 41) moção de repúdio à falta de apoio do poder público estadual e municipal à participação na V CNSAN.

Terra e território: 42) moção de repúdio à PEC 215/2000⁵⁰¹; 43) moção de apoio à regularização das terras Tuxá no município de Rodelas (Bahia); 44) moção de repúdio ao Projeto MATOPIBA⁵⁰²; 45) moção de repúdio à PEC 215/2000 e ao enfraquecimento do artigo 68 da CF de 1988; 46) moção de apoio à inclusão do direito à terra e ao território no artigo 6º e do limite da propriedade da terra no artigo 186; 47) moção de apoio à demarcação do território de Linharinho do município de Conceição da Barra no estado do Espírito Santo.

Transgênicos: 48) moção de repúdio à liberação da tecnologia *Terminator* (Gurt)⁵⁰³; 49) moção de repúdio ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 30/4/15, que altera a Lei de Biossegurança para liberar os produtores alimentícios de informar ao consumidor sobre a presença de componentes transgênicos.

Concluimos esta análise, na qual se deu voz aos sujeitos sociais e políticos que fizeram o debate nas CNSAN, com a percepção de que foram momentos importantes da democracia brasileira. Esse longo caminho

501. “[...] tem o intuito de dificultar e impedir a demarcação de terras indígenas e quilombolas, interferindo drasticamente em nosso bem viver e nossas culturas, e permite a exploração dos nossos recursos sem consulta prévia, violando frontalmente a Constituição Federal e a Convenção nº 169 da OIT. [...] Sem território, não há Comida de Verdade, não há vida e muito menos Soberania Alimentar”. (CONSEA, 2016, p. 120)

502. Repudia-se o “projeto MATOPIBA (nova fronteira agrícola do agronegócio) que envolve os estados do Tocantins, Maranhão, Piauí e da Bahia pelos diversos danos socioambientais [...], impactando fortemente na Segurança Alimentar e Nutricional da população dessa região [...]”. (CONSEA, 2016, p. 120-121)

503. “Dentre as possibilidades de transgenia, uma das mais preocupantes em estudo e em desenvolvimento pelas grandes multinacionais na área de sementes trata das Tecnologias de Restrição de Uso Genético (Gurt, sigla em inglês), mais conhecida como tecnologia *Terminator*. Essa tecnologia visa a desenvolver cultivares incapazes de germinar em sua segunda geração, ou seja, quando os grãos colhidos são replantados pelos(as) agricultores(as) – caracterizando o que popularmente se difundiu como ‘sementes suicidas’. A tecnologia visa reforçar a privatização das sementes, fortalecendo a capacidade de cobrança de *royalties* por parte das empresas, impedindo os(as) agricultores(as) de multiplicarem suas sementes e obrigando-os(as) a adquirir em todas as safras sementes patenteadas. A comunidade internacional, por meio da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) da ONU, decretou uma moratória à realização de pesquisas de campo, desenvolvimento, comercialização e difusão de sementes com o uso de Tecnologias de Restrição de Uso Genético (Gurt). Esta decisão vem sendo

percorrido, buscando extrair os posicionamentos, questões, demandas e proposições fundamentais que compuseram as discussões nas cinco CNSANs, em um período de 21 anos entre a realização da I CNSA e a da V CNSAN, possibilitou-nos compreender que a concepção de segurança alimentar e nutricional no Brasil tem especificidades que a fazem mais avançada do que o debate em geral, no mundo. Sobretudo, em muitos aspectos diverge do conceito de segurança constituído pelas nações desenvolvidas, e contrapõe seu peso semântico, como verificamos no primeiro capítulo. É por essa razão que a experiência brasileira é considerada exitosa pelos organismos internacionais e por algumas nações.

Ademais, no Brasil, a intersecção entre a concepção e a perspectiva (proclamadas) da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar é um fato. Ou seja, a participação de parte da sociedade civil ligada ao debate e à preocupação com o tema de segurança alimentar e nutricional nas conferências demarca um entendimento que se pauta também nas discussões e na concepção de soberania alimentar. Isto se explica por alguns aspectos: 1) as organizações e os movimentos sociais da sociedade civil que fazem o debate nas conferências – no caso, os dois terços dos delegados e participantes das conferências nas suas diversas etapas – em grande medida são os mesmos que fundamentaram e pautaram a concepção de soberania alimentar apresentada em 1996 em Roma; 2) dado isso como pressuposto, temos, portanto, a inserção e o fortalecimento – ganhando espaço e centralidade a cada conferência – da concepção e perspectiva da soberania alimentar. No entanto, as contradições na base material (infraestrutura) se expressam na superestrutura⁵⁰⁴; fundamentalmente,

reafirmada em todas as Conferências das Partes (COPs) desde o ano de 2006. No Brasil, as preocupações em torno do avanço desta tecnologia levaram à sua proibição por meio da Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/2005). Recentemente, o PL nº 1.117/2015, apresentado pelo Dep. Federal Alceu Moreira (PMDB/RS), permite isenções específicas para o uso do *Terminator* mas, ao mesmo tempo, a redação deixa uma lacuna gigantesca que permite que a tecnologia seja usada para qualquer cultura, quando for considerada benéfica para a biossegurança. Por quase duas décadas, a tecnologia controversa *Terminator* foi amplamente condenada por agricultores(as), organismos científicos, governos e sociedade civil/movimentos sociais como uma ameaça à Soberania Alimentar, biodiversidade e direitos humanos. [...] repudiamos a liberação deste tipo de tecnologia em qualquer contexto, sob qualquer perspectiva ou justificativa, em função dos graves riscos desta liberação”. (CONSEA, 2016, p. 122)

504. Também no “interior” da V CNSAN houve a elaboração da Carta da Tenda Josué de Castro, que também traz elementos e questões importantes. Entre vários aspectos demonstra que, nas contradições objetivas e nas relações de forças (condensadas), o que mais ganha

os valores proclamados nas conferências não incidem diretamente e com a mesma intensidade – ou seja, ocorrem sem a correspondência efetiva material – nas transformações das grandes questões estruturantes que potencializariam e tornariam real a implementação da segurança alimentar e nutricional – como mediação – e da soberania alimentar – como um horizonte maior e mais estratégico para o futuro da humanidade.

Nota-se que devemos ter um certo cuidado no processo de “incorporação discursiva” da soberania alimentar no arcabouço propositivo da segurança alimentar e nutricional. Sobretudo porque o Estado, por certo, poderá usar isso como estratégia e, aos poucos, ir fazendo o “sequestro semântico” do conceito de soberania alimentar. É por essa razão a preocupação em lutar para aplicar e manter o conceito de soberania alimentar com toda a sua radicalidade.

força e se materializa com potencialidade de dominação é a lógica sistêmica e os processos dominantes do capital, contrários ou limitadores das condições objetivas para a realização da segurança alimentar e nutricional, do DHAA e da soberania alimentar, por exemplo: “[...] os(as) participantes relataram violações do DHAA e da SAN, tais como: a) manutenção da dívida ativa dos agricultores(as) que foram beneficiados(as) pelo Pronaf, mesmo após a perda total de suas produções por intempéries climáticas; b) oferta de doces, refrigerantes, entre outros alimentos considerados não saudáveis em creches privadas para crianças de educação infantil; c) violação da vida – Escola Global de Gastronomia da Amazônia; d) a biofortificação de sementes sendo pesquisada e realizada livremente por grandes corporações internacionais em parceria com empresas públicas brasileiras, assim como a fortificação de alimentos sem maiores estudos sobre a sua real necessidade e impacto; e) a terceirização dos serviços de alimentação, utilizando recursos públicos em alimentação não adequada, dando lucro às empresas privadas que boicotam a agricultura familiar e a produção orgânica e agroecológica, além de promover o grande sistema alimentar, que transforma a comida em uma mercadoria; f) a espetacularização da comida; g) o uso do alimento como *commodities*; h) os chefs propagandistas da indústria de alimentos; i) a fome de alguns por dinheiro; j) a não profissionalização das compras institucionais para povos e comunidades tradicionais; k) a não existência da gestão de resíduos na 5ª CNSAN; l) a defesa da alimentação saudável enquanto dever individual e não direito humano, provocando a ‘culpabilização da vítima’; m) parte dos organizadores da 5ª CNSAN não tendo claro o papel da educação permanente que este espaço se constitui, convidando artistas globais por se identificarem enquanto chefs naturalistas para promover atividade integradora. A organização informa ainda que a participação da referida artista se deve por ser jovem e representante da pluralidade; n) isenção de impostos para indústrias de insumos químicos e agrotóxicos, quando do outro lado temos produtores orgânicos e agroecológicos pagando imposto e tendo de provar/certificar que não usaram venenos na sua produção; o) é violação de nossa alimentação adequada a falta de terra para plantar, a não atenção por parte do governo nas demarcações das terras onde é preciso plantar para termos uma boa alimentação no dia a dia; p) contaminação dos rios do Amazonas por mercúrio, em função da extração do ouro, principalmente o rio Madeira. O governo do Estado liberou extração com cuidados que nada resolvem”. (CONSEA, 2016, p. 136)

3.4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS: DADOS, ALCANCE, LIMITES E POTENCIALIDADES

Muito se escreveu até aqui acerca dos valores proclamados, das políticas e demandas pautadas. Faz-se necessário, no entanto, relacioná-los com a materialidade e verificar o que realmente foi acolhido e como esses programas, políticas e ações foram de fato implementados. Nesse sentido, buscamos analisar algumas das políticas públicas que são consideradas principais quando se trabalha com os conceitos de segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar no Brasil⁵⁰⁵. Reitera-se que o esforço de análise desses programas e políticas corresponde à intencionalidade prescrita na “hipótese” da presente pesquisa. Busca, no entanto, conferir se os programas e as políticas implementados garantem ou não a realização efetiva da segurança alimentar e nutricional no país. E, no âmbito da aplicabilidade, a partir das contradições objetivas, bem como da totalidade concreta, indica os limites e as potencialidades.

Considerando as duas décadas em que ocorreram as cinco CNSANs, – no plano da implementação das políticas – podemos dividir esse período em dois momentos fundamentais. O primeiro momento podemos demarcar entre 1994 e 2004 – período entre a realização da I CNSA e da II CNSAN. Como vimos, os valores proclamados e as proposições apresentadas na primeira são de extrema relevância para o debate por

505. Além de algumas considerações gerais lançadas no início deste item, no processo de pesquisa e estudo realizado como base deste livro, foi desenvolvida uma análise mais específica acerca dos seguintes programas e políticas: Programas de Transferência de Renda (PBF); PNAE; PAT; PAA; II Plano Nacional de Reforma Agrária; políticas e programas para a Reforma Agrária; PNAN; programa de acesso à água no semiárido rural: Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Programa Água para Todos. Destaca-se que a escolha desses programas – dentre os vários que visam articular ações de segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar – visou compor uma amostra, e não se deu de forma aleatória, mas por critérios percebidos durante a pesquisa, por contemplarem fatores e dimensões advogados inerentes ao “acesso” de grupos vulneráveis e de trabalhadores (PBF + PAT), ao incentivo à produção camponesa e a mudanças na matriz produtiva (incluindo a de alimento) com vínculo com a política pública (PNAE + PAA), à dimensão da saúde e da educação (PNAN), ao território e à reforma agrária como mediação prática (Programa Nacional de Reforma Agrária, ou PNRA) e às condições objetivas com maiores limitantes para a produção, como o caso do semiárido, bem como às tecnologias sociais para a resolução do problema, entendendo a água como alimento (P1MC). Contudo, devido ao grande volume de páginas e a intencionalidade de dar, nesta obra, centralidade às questões analíticas mais gerais, optou-se em não inserir essa análise.

trazerem elementos fundantes do problema. Porém, no terreno das ações práticas, dos programas e políticas, não houve significativos avanços. Foi um período com pequenas ações (se considerada a “lei da correspondência necessária”) ao ser comparado com o que foi implementado posteriormente. O segundo momento compreende o período de 2004 a 2015, entre a realização da II CNSAN e a da V CNSAN, no qual se verifica uma correlação mais estreita e orgânica entre o debate público feito nas conferências e as ações práticas, os programas e as políticas implementados⁵⁰⁶.

Considerando o período histórico relacionado ao primeiro momento, vemos que as iniciativas e a organização das políticas de “proteção social” no Brasil se caracterizavam pela fragmentação institucional com explícito domínio da intencionalidade de alcançar resoluções setoriais para os problemas relacionados à fome e à desnutrição, portanto, não alterando as formas estabelecidas de “recursos” e poder, tanto na horizontalidade dos setores, quanto na verticalidade dos poderes e esferas estatais. Com base nessa estratégica política, a alocação e a liberação dos recursos financeiros foram insuficientes.

A partir do debate construído, tanto nas CNSANs quanto em outros espaços, vai se fortalecendo a ideia de que a intersetorialidade na política é condição necessária⁵⁰⁷. Essa concepção acaba se fortalecendo e influenciando – em boa medida – a elaboração das ações, dos programas e políticas nesse segundo momento histórico, conforme demarcado anteriormente, o que incide na necessidade de se pensar o Sisan, a PNSAN e o PLANSAN.

506. Vale destacar que alguns programas e ações de combate à fome – que são fortemente apoiados pelos debates na II, III, IV e V CNSANs – são implementados com a posse do presidente Lula, mesmo antes da realização da II CNSAN. Porém, relembra-se que um conjunto de proposições que fundamentaram o debate da I CNSA, em 1994, foi resultante dos debates e pautas organizados pelo Governo Paralelo – como vimos. Porém, a partir do impedimento da presidenta Dilma Rousseff, os limitantes ganham força e já é possível perceber o desmanche e o enfraquecimento de várias ações e políticas que vinham sendo implementadas, e que tinham no horizonte possibilidades de fortalecimento e ampliação.

507. No II PLANSAN (2016-2019), ao se fazer a avaliação e chamar a atenção para as lições aprendidas a partir do I PLANSAN (2012-2015), é destacado que a “[...] a elaboração do I Plano buscou dar conta da amplitude do conceito e os programas e ações governamentais, considerando as suas múltiplas interfaces. O I Plano buscou concretizar a intersetorialidade, pressuposto da SAN, dando visibilidade e propondo um monitoramento sistemático dos programas e ações que deveriam, em última instância, garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada da população brasileira, conforme determinado pela Lei 11.346/2006”. (CAISAN, 2016, p. 12-13, destaques nossos)

Desse modo, é perceptível a interconexão entre esses grandes pilares, na análise das principais ações, programas e políticas de segurança alimentar e nutricional, levando em consideração o I PLANSAN (2012-2015) e a sua composição no que diz respeito às ações, aos programas e políticas⁵⁰⁸. Entende-se que o PLANSAN expressa o acolhimento e a síntese do entendimento construído ao longo do tempo, bem como as relações de forças entre a sociedade e o Estado – sem, contudo, deixar de considerar que já são proposições que “sobreviveram” ao crivo da racionalidade estatal – e que, portanto, fica subentendido que a realização da segurança alimentar e nutricional perpassa fundamentalmente pelo conjunto das ações, dos programas e políticas no PLANSAN elencados.

O I PLANSAN (2012-2015) foi elaborado a partir de oito diretrizes da PNSAN, pelas quais foram sendo desenvolvidas as ações, os programas e políticas de segurança alimentar e nutricional. De acordo com a FAO (2014, p. 39-40), vemos que cada diretriz embasa um conjunto de temas e ações políticas que visam corresponder às prerrogativas e aos princípios das discussões inerentes à segurança alimentar e nutricional no Brasil.

Tabela 1 – Ações, programas e políticas

Diretrizes	Ações, programas, políticas e responsáveis
1) Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável	PBF Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) Benefício de Prestação Continuada (BPC) MDS PNAE Ministério da Educação (MEC)/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) PAT Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) Equipamentos de segurança alimentar e nutricional – bancos de alimentos, cozinhas comunitárias, restaurantes populares MDS Distribuição de cestas de alimentos a grupos vulneráveis específicos MDS

508. Vale destacar que, em 5/5/16, em Brasília, foi aprovado pelo Pleno Executivo da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) o II PLANSAN 2016-2019. Este foi elaborado pela CAISAN e pelo CONSEA tendo como base as deliberações da V CNSAN. Além das lições aprendidas no processo de implementação do I PLANSAN (2012-2015), o II PLANSAN busca contemplar e corresponder a outras demandas impetradas pelo movimento do real e da materialidade social em transformação.

2) Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos	PRONAF MDA Abastecimento de mercados institucionais pela agricultura familiar MDA, MDS e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)/Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) PAA e compra dos 30% da agricultura familiar pelo PNAE Ações de abastecimento Unidades de apoio à distribuição de alimentos pela agricultura familiar e centrais de recebimento, bancos de alimentos em centrais de abastecimento (CEASAs) MDS Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos (REFAP) e Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (PROHORT) MAPA/CONAB Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM); Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM-AF); Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio) e formação de estoques públicos MAPA/CONAB Fomento a atividades produtivas rurais MDS Pesca e aquicultura Ministério da Pesca e Agricultura Fortalecimento da agroecologia e PLANAPO Conservação, manejo e uso sustentável da agrobiodiversidade Assistência técnica e extensão rural MDA Seguro da agricultura familiar MDA Garantia-safra MDA Reforma agrária MDA/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) Desenvolvimento territorial MDA Autonomia econômica das mulheres rurais MDA Mecanismos de gestão, controle e educação voltados para o uso de agrotóxicos e transgênicos Ministério da Saúde (MS)/ANVISA e MAPA Vigilância sanitária MS/ANVISA e MAPA

3) Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do DHAA	Educação alimentar e nutricional MDS e MS Guia alimentar da população brasileira MS Projeto Educando com a Horta Escolar MEC/FNDE Formação de agentes de educação e capacitação de conselheiros da alimentação escolar MEC/FNDE Programa Saúde na Escola MEC/FNDE e MS Ações de formação e capacitação para agentes públicos sobre DHAA MDA Pesquisa em segurança alimentar e nutricional Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI)
4) Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais	Regularização fundiária de terras indígenas e quilombolas MDA/INCRA e Fundação Nacional do Índio (FUNAI) Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI) Ministério da Justiça (MJ)/FUNAI Saúde indígena MS Ações relacionadas à comercialização de produtos da sociobiodiversidade Ministério do Meio Ambiente (MMA) e MAPA/CONAB Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais MDS Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana SEPIIR
5) Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde MS	PNAN Brasil Carinhoso – suplementação de ferro e Vitamina A Estratégia intersetorial de controle e prevenção da obesidade Saúde da família Regulamentação da publicidade de alimentos Estratégia Alimentar e Amamenta Brasil Atenção nutricional da Rede de Atenção à Saúde Vigilância alimentar e nutricional

6) Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente	Programa de Cisternas – para consumo e produção de alimentos MDS e Ministério da Integração Nacional (MI) Saneamento básico em comunidades rurais MS/ Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) e MDA/ INCRA
7) Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar e nutricional e do DHAA no âmbito internacional e nas negociações internacionais	Cooperação humanitária e técnica em segurança alimentar e nutricional – principalmente Sul-Sul Ministério das Relações Exteriores (MRE) e órgãos federais
8) Monitoramento da realização do DHAA	Implementação da matriz multidimensional de indicadores de SAN CAISAN Monitoramento da violação do DHAA Secretaria dos Direitos Humanos (SDH)

Ver: FAO (2014, p. 39-40).

A realização da segurança alimentar e nutricional só pode ser garantida mediante a articulação entre as políticas sociais e as políticas econômicas. Ao ser compreendida como resultante de uma soma de dimensões, tais como: condições para a alimentação, acesso e posse da terra, educação, habitação, trabalho e renda, transporte, serviços de saúde, acesso e controle dos recursos naturais, meio ambiente, liberdade etc., torna-se um imperativo pensar a integração de um conjunto de políticas, por um lado, e, por outro, políticas que já tragam em sua proposição a integração e a intersecção dessa multidimensionalidade que o objeto e a demanda requerem.

Considerando que o não acesso ao alimento a muitas pessoas sempre esteve estreitamente vinculado à ausência de renda é que as políticas de transferência de renda foram fortalecidas no Brasil, sobretudo a partir do ano de 2003.

Os gastos federais em 2013 com Programas e Ações de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil totalizaram cerca de R\$ 78 bilhões. Os gastos com Programas sociais aumentaram mais de 128% entre 2000 e 2012, enquanto a parcela desses Programas no Produto Interno Bruto aumentou 31%. Em 2013, os Programas relacionados à Proteção Social representaram a maior parte dos recursos federais despendidos na Segurança Alimentar e Nutricional, enquanto os Programas relacionados com a produção e distribuição de alimentos, inclusive os destinados à promoção da Agricultura Familiar, foram responsáveis por um sexto destes dispêndios. (FAO, 2014, p. 8)

A parcela do fundo público federal colocada em políticas sociais, de acordo com a CAISAN (2014, p. 25), “Em 2012, alcança R\$ 744 bilhões, o que corresponde a 16,9% do Produto Interno Bruto”.

A literatura apresenta que as políticas de segurança alimentar e nutricional tiveram significativa valorização – houve evolução do gasto em políticas sociais nos orçamentos da União –, o que incidiu na potencialidade e fortalecimento das políticas sociais. Essas mudanças qualitativas e quantitativas se deram porque o governo federal ampliou em mais de cinco vezes, entre 2004 e 2013, o orçamento para essas políticas (como demonstram os dados na sequência), deslocando-as na direção das prioridades públicas, de uma situação essencialmente subalterna para “maior” potencialidade estratégica, nos princípios e diretrizes da perspectiva da segurança alimentar e nutricional no Brasil.

O entendimento aplicado na elaboração da PNSAN e do PLANSAN leva em consideração que a garantia do acesso ao alimento requer também o necessário fortalecimento das condições para o abastecimento alimentar no Brasil. Desse modo, nesse mesmo período, há também significativos avanços na política de produção e no fortalecimento da agricultura familiar em sua função estratégica para o abastecimento e para a manutenção e garantia de preços dos alimentos.

Em linhas gerais, buscaram-se a inclusão produtiva e condições de geração de renda para as pessoas que vivem no/do Campo. É a partir dessa estratégia que vários programas vão sendo criados, outros fortalecidos, reorganizados e desburocratizados. Exemplos desse encaminhamento são o PRONAF (crédito e incentivo à produção) e a criação e

consolidação de uma política de aquisição de alimentos da agricultura familiar, seja pelo PAA, PNAE ou outro, que busca suprir mercados institucionais e, portanto, condições objetivas para uma política de comercialização para o setor da agricultura familiar e camponesa.

Além disso, vemos ações, programas e políticas que visaram

[...] fortalecimento do papel da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), ampliação da rede armazenadora, a reestruturação e ampliação das Centrais de Abastecimento (CEASAs) e a criação do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (PROHORT). (CAISAN, 2014, p. 27)

Outros objetivos foram: articular e criar as condições objetivas para processos de transição agroecológica, como a PNAPO⁵⁰⁹; instituir a PNGATI⁵¹⁰; redimensionar e fortalecer as construções de cisternas no semiárido; e instituir o Programa Água para Todos em 2011, entre outras ações, programas e políticas.

A experiência brasileira nas políticas de segurança alimentar e nutricional e na busca de garantir as condições objetivas de acesso, produção, participação e exigibilidade torna o país uma referência. É nesse sentido que uma das grandes dimensões do I PLANSAN é composta pela demanda para que o Estado brasileiro se posicionasse em âmbito internacional acerca da temática e buscasse, na realização de acordos econômico-políticos internacionais, levar em consideração os princípios fundantes da segurança alimentar e nutricional, bem como da soberania alimentar.

Nota-se também que houve avanços significativos na intersectorialidade das políticas de segurança alimentar e nutricional. A (re)criação e atuação do CONSEA, sobretudo no segundo momento histórico, demarca um avanço importante na direção da implementação da intersectorialidade, sob dois aspectos: em sua forma e no conteúdo. Em sua forma, por

509. Instituída pelo Decreto nº 7.794, de 20/8/12. Vale destacar que o processo de elaboração do conteúdo presente no decreto teve a participação da parcela da sociedade civil que faz essa discussão da necessidade de produção de alimentos com qualidade e com o uso racional dos recursos naturais e da preservação da biodiversidade.

510. Corresponde mais diretamente à quarta diretriz. Instituída pelo Decreto nº 7.744, de 5/6/12. De acordo com a CAISAN (2014, p. 27), “Até dezembro de 2012, 2.040 comunidades foram certificadas e 207 comunidades foram tituladas, com área total de 995,1 mil hectares, alcançando 12.906 famílias”.

contemplar na sua composição representantes da sociedade civil ligada ao tema e escalões (altos escalões) do governo, o que pode contribuir para a efetivação de demandas.

Os compromissos assumidos pelo Governo Federal desde 2003, ao objetivar o combate à fome e à miséria no país, trilharam a construção da agenda da Segurança Alimentar e Nutricional enquanto uma política pública de Estado, num amplo processo intersetorial e com participação da Sociedade Civil, definindo os marcos legais e institucionais dessa agenda [...]. (CAISAN, 2014, p. 29)⁵¹¹

Vemos que, já em 2003, sobretudo pelo que é apresentado em documentos avaliativos, a formulação pelo CONSEA – de maneira negociada entre governo e sociedade civil – da proposta do Plano Safra da Agricultura Familiar trouxe significativas contribuições para a composição de um processo com visão intersetorial e que fortaleceu as políticas que visaram garantir a segurança alimentar e nutricional. Também elabora e apresenta propostas para as modificações que se materializaram no PNAE, sobretudo as possibilidades de conexões entre as esferas administrativas e sua ampliação, atendendo um maior número de beneficiários.

Uma linha limítrofe também se apresenta nesse período. Ao verificar o PPA para 2004 a 2007, e o orçamento de 2004, vemos que o CONSEA não conseguiu interferir de maneira objetivo-qualificada – devido à relação de forças condensadas –, e a quantidade de recursos financeiros foi considerada insuficiente para a implementação, de maneira efetiva, do que havia sido concebido enquanto políticas e ações. E, portanto, da garantia das condições objetivas para impulsionar e fomentar a intersetorialidade e as grandes prioridades da agenda econômico-política e social.

Outro aspecto anotado que impôs limites à realização em conteúdo do que prescreveu a forma, ou do que se buscava alcançar com a composição do CONSEA, foi a baixa participação dos representantes dos altos escalões dos diferentes ministérios nos momentos de debates e de trabalhos. Isso dificultou colocar em prática a intencionalidade de implementação da intersetorialidade, e, por consequência disso, também

511. Reitera-se: CONSEA, CAISAN, LOSAN, SISAN, PNSAN, PLANSAN, conferências, comitês técnicos temáticos (CTs), arcabouço jurídico (leis, decretos, portarias, etc.), sistemas de estrutura e funcionamento e eletrônicos, entre outros aspectos.

houve dificuldades no monitoramento, desde a concepção à implementação das ações, programas e políticas planejadas.

Como já se mencionou diversas vezes, um avanço significativo, que induzirá, a partir daí, as políticas, foi a promulgação da LOSAN (Lei nº 11.346, de 15/9/06), que institui, na forma da lei, o SISAN. No SISAN, ao serem aplicadas suas prerrogativas, visou-se colocar em funcionamento processos integradores gestados através dos conselhos e conferências, que, como vimos, congregam organizações e movimentos sociais (de base popular), entidades e diversos setores governamentais das diferentes esferas.

Considerando a questão da forma, podemos verificar a prescrição do entendimento. De acordo com a legislação, integram o SISAN:

- 1) A Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), que aprova as diretrizes e prioridades para a Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; 2) O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), órgão de assessoramento imediato à Presidência da República; 3) A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) integrada por ministros de Estados e Secretários Especiais responsáveis pelas pastas relacionadas à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional; 4) Os órgãos e entidades de Segurança Alimentar e Nutricional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e 5) As instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse à adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN. (CONSEA, 2017, p. 11-12)

A instituição da Câmara Interministerial, que “[...] tem como principal atribuição coordenar e monitorar a execução das ações previstas na Política e no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional” (CONSEA, 2017, p. 14), sob a presidência exercida pelo MDS⁵¹²,

512. Vale destacar que tanto a presidência da CAISAN quanto um conjunto de políticas estavam, até 2016, ancorados no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e que, por ato do presidente Michel Temer (após o golpe jurídico-institucional e o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff), extinguiu-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), havendo, portanto, a fusão com o MDS, sendo constituído o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

compõe o espaço formal para o debate e a participação e responsabilização dos altos escalões do governo frente aos desafios impostos pelos problemas inerentes à segurança alimentar e nutricional.

Nota-se também que o arcabouço jurídico – as bases legais – foi, aos poucos, sendo composto e inovado, dado que a materialidade e as necessidades de implementação de políticas direcionadas a essa natureza careciam de um conjunto de normas que possibilitassem, por um lado, afirmar rituais e instrumentos e, por outro, preencher – ou até mesmo contrapor – práticas e procedimentos de gestão e administração pública. É nesse sentido que todas as “novas políticas”, programas e ações exigiram um reordenamento jurídico ou flexibilização das normas vigentes⁵¹³.

Considerando que a lei é um imperativo legal, em boa medida impulsionou – ou até mesmo tensionou – práticas de administração pública consagradas e cristalizadas. Vemos, portanto, que nesse aspecto houve avanços, tendo em vista que, além de estabelecer as condições procedimentais práticas, contribui para a constituição de uma nova cultura administrativa que contempla as necessidades de “frações” da classe trabalhadora – enquanto sujeitos sociais e em resposta às suas organizações sociais – que se viam objetivamente impedidas de participar de muitas políticas, ou eram “sujeitos sociais” “invisíveis”.

Apesar dos limites, a incorporação das ações, programas e políticas de segurança alimentar e nutricional na agenda pública e de gestão governamental contribuiu significativamente com a intersectorialidade, tendo em vista que houve a integração de várias ações, setores e repartições dos governos⁵¹⁴, com a amenização e para a resolução de problemas sociais. Exemplos disso são a criação, adequação, ampliação de ações e orçamento, programas e políticas, entre outros aspectos.

513. Vimos, no entanto, que esses elementos não são neutros nem garantem autonomia frente à relação de forças condensadas no interior da sociedade civil e dos processos burocráticos, e que, portanto, em alguns casos, a inovação de normas jurídicas apresentou-se fortemente contraditória, como o caso das políticas de reforma agrária e regularização fundiária através do II PNRA, analisado como base para esta elaboração. Além disso, as peças legais exaradas tiveram origem majoritariamente no Poder Executivo (desse segundo período). Não podemos deixar de destacar que, pelo Poder Legislativo, propostas e peças legais contrárias a essas prerrogativas e princípios continuaram avançando.

514. De maneira mais explícita há o reconhecimento desse aspecto no relatório final da III CNSAN (2007).

3.5 SOBRE AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: DIMENSIONAMENTO E ALCANCE À LUZ DA BASE TEÓRICA

Como já mencionado em diversos momentos no decorrer desta obra, a ONU, em suas metas para o milênio, colocou como objetivo a redução da fome pela metade até o ano de 2015. Como já evidenciado, esse objetivo não foi alcançado, e pequenas mudanças nos números e indicadores devem-se à experiência brasileira, de acordo com a FAO, pelas políticas e programas principais, bem como pelos programas e ações complementares⁵¹⁵.

Ao analisar os números podemos verificar que o Brasil conquistou importantes avanços sociais nesse período. Esses avanços estão fundamentados em diversos fatores, dentre os quais podemos destacar a política de valorização do salário mínimo, aumento de créditos, investimentos nas principais áreas de infraestrutura e, mais especificamente ao objeto desta obra, a reconstrução e ampliação significativa de uma matriz de políticas sociais de combate à desigualdade e de inclusão social – abrangendo as de segurança alimentar e nutricional –, expressando e possibilitando “germes” de práticas que indicam a possibilidade, a longo prazo, da soberania alimentar.

É perceptível que esse conjunto de pilares e elementos – os aqui analisados e outros –, ao ser implementado através das políticas públicas, incidiu em mudanças na estrutura social brasileira que possibilitaram as condições objetivas para várias políticas inclusivas para a classe trabalhadora. Vemos, portanto, que houve as condições reais – iniciais – para se buscar, aos poucos, ir consolidando uma rede de proteção social e,

515. A FAO destaca a pertinência também do conjunto de programas e ações complementares implementado pela Estratégia Brasil sem Miséria/Plano Brasil sem Miséria (PBSM) a partir de 2011. Enfatiza que tal estratégia possui objetivos ambiciosos de erradicar a extrema pobreza no país. Um material relevante (com mais de oitocentas páginas) para compreendermos esse plano foi organizado por Tereza Campello, Tiago Falcão e Patrícia Vieira da Costa em 2014, com apoio e publicação do MDS. A então presidenta Dilma Rousseff, ao prefaciá-la, destaca que “Nos últimos anos, o povo brasileiro percebeu que o crescimento econômico não se traduz, de forma natural, em redução da pobreza e das desigualdades. Percebeu que é necessária a atuação decidida e firme do Estado. O Brasil tem mostrado que não quer mais deixar de garantir a sustentabilidade social do crescimento econômico por dar as costas a uma parcela significativa da população. Neste novo século, o país finalmente passou a reconhecer em todos e em cada um dos seus cidadãos sua maior riqueza. O Brasil está convicto de que precisa de todos os brasileiros”. (ROUSSEFF, 2014, p. 16)

em boa medida, ir reconhecendo e garantindo direitos sociais básicos em diversas políticas públicas, e, por consequência, a ampliação da oferta de serviços públicos para a classe trabalhadora.

Em relação às políticas de segurança alimentar e nutricional, vemos que, do ponto de vista de sua institucionalização, se obteve significativos avanços. Esse aspecto pode ser compreendido ao verificarmos as dimensões conquistadas nesse período em sua “forma e conteúdo”, que, aos poucos e de maneira correlacionada, oportunizaram a materialização das políticas. Mesmo com limites, não há dúvida de que o Estado brasileiro ampliou a sua capacidade e as condições iniciais na direção da efetiva realização do DHAA. Uma questão que é considerada pertinente, fundamentalmente para a realização I PLANSAN, foi a sua correlação com o PPA (2012-2015).

A organização proposta para o Plano Plurianual do Governo Federal (PPA 2012 – 2015) facilitou esse processo. Foi estruturado por meio de programas temáticos e composto por metas e iniciativas que deixaram mais evidentes as ações estratégicas do Governo Federal, buscando articular um conjunto de esforços para a atuação intersetorial. Os PPAs anteriores estavam organizados por “ações orçamentárias”, colocando em segundo plano o caráter estratégico da ação governamental. (CAISAN, 2016, p. 13)

Porém, informações trazidas pelo II PLANSAN acerca da implementação da primeira versão demonstram que os valores autorizados para o plano não foram executados em totalidade nos quatro anos de sua vigência, ou seja, R\$ 31,4 bilhões que estavam autorizados não foram executados na soma dos quatro anos de vigência.

Tabela 8 – Orçamento do I PLANSAN

Ano	2012	2013	2014	2015	Total
Autorizado	R\$ 75,44 bilhões	R\$ 84,33 bilhões	R\$ 85,53 bilhões	R\$ 89,02 bilhões	R\$ 334,32 bilhões
Executado (liquidado)	R\$ 61,52 bilhões	R\$ 78,32 bilhões	R\$ 80,00 bilhões	R\$ 83,08 bilhões	R\$ 302,92 bilhões

Ver: CAISAN (2016, p.13)516

516. O documento do II PLANSAN destaca que os valores que compõem a tabela incluem as transferências do PBF e a do BPC – da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) –, que

Não desenvolvemos uma análise – mais rigorosa – para identificar o que impôs as linhas limítrofes para a execução do orçamento autorizado. Contudo, o exposto, de maneira mais implícita do que explícita, nos debates das conferências e em documentos que fazem o balanço e avaliação do I PNSAN, como CAISAN (2014; 2016), indica razões elementares da composição e do funcionamento burocrático da racionalidade estatal. É nesse sentido que, além desses aspectos apreendidos no terreno da concepção, vemos que, apesar da louvável pertinência desse período histórico para o Brasil, na relação de forças, os interesses organicamente populares não ultrapassam as linhas limítrofes que demarcam o “estado de conforto” da reprodução do capital.

Mészáros, ao discutir os “limites da ação política” e as críticas desenvolvidas por Marx, sobretudo na tarefa de elucidar e demonstrar a nossa grande tarefa histórica da abolição do Estado, ajuda-nos a compreender essas questões aqui referenciadas, tais como o distanciamento entre os valores radicais proclamados – em todas as conferências – para a necessidade de mudanças em aspectos estruturantes da ordem produtiva e econômica e o que “foi possível implementar”. Isso expressa o que Marx demonstrou, que:

Do ponto de vista político, o *Estado* e o sistema de sociedade não são duas coisas diferentes. *O Estado é o sistema da sociedade.*

garantem o benefício assistencial (um salário mínimo) ao idoso acima de 65 anos ou à pessoa com “deficiência” que incida em impedimento físico, mental, sensorial, intelectual de longo prazo. Ainda em relação ao II PLANSAN (que é composto por nove grandes desafios), vemos que os números de alocação percentual dos recursos financeiros executados em 2017, por desafio, tiveram centralidade no desafio 1, com 89% dos recursos alocados em “Promover o acesso universal à Alimentação Adequada e Saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional”. (CAISAN, 2018, p. 7) Isso demonstra que o objetivo principal é a garantia de condições para o acesso, lógica predominante em ambos os PLANSANs. Desse modo, os demais desafios, que, em linhas gerais, buscam o fortalecimento e promoção da inclusão produtiva rural, produção de alimentos saudáveis e estruturação da agricultura familiar, promoção do abastecimento e acesso de alimentação saudável, estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias, prevenção de agravos decorrentes da má alimentação, ampliação de disponibilidade hídrica e acesso à água, implementação do SISAN e apoio de ações de segurança alimentar e política internacional, dividiram a alocação dos demais 11% dos recursos, demonstrando que ainda é preciso avançar bastante nos processos de fortalecimento das políticas integradas e básicas para a segurança alimentar e nutricional.

[...] diante das consequências que brotam da natureza associal dessa vida civil, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria, dessa rapina recíproca das diferentes esferas civis, diante de tais consequências, a *impotência é a lei natural da administração*. (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2015, p. 118-119, destaques nossos)⁵¹⁷

Ainda nessa linha de entendimento, segundo Mészáros (2015), Marx (1975) demonstra que as boas intenções, as belas palavras, disposições e proposições são baratas; “[...] o que são caras, são a perspicácia e as ações eficazes”, e, neste caso, elas são mais do que caras. Elas estão longe das possibilidades de sua plena efetivação. Ou seja, o conteúdo semântico radical dos escritos ficou longe de ser contemplado na íntegra na efetivação das políticas públicas. Esses propósitos colocados nas cinco CNSANs expressam, em boa medida, o entendimento de Poulantzas ao destacar que:

[...] o papel do Estado diante das massas populares, tanto quanto não pode ser reduzido a uma ilusão, a uma mistificação ideológica pura e simples, não pode ser reduzido ao Estado-Providência de funções meramente “sociais”. O Estado organiza e reproduz a hegemonia de classe ao fixar um campo variável de compromissos entre as classes dominantes e as classes dominadas, ao impor muitas vezes até às classes dominantes certos sacrifícios materiais a curto prazo com o fim de permitir a reprodução de sua dominação a longo termo. (POULANTZAS, 2000, p. 188)⁵¹⁸

517. A referência de Marx utilizada por Mészáros: MARX, Karl. *Critical Marginal Notes on the Article by a Prussian*. MECW, 1975, v. 3, p. 197.

518. Vale anotar o momento histórico que estamos atravessando após o golpe (jurídico-institucional) de retrocessos e desmontes das políticas e direitos sociais que coadunavam com os interesses da classe trabalhadora e com os pobres e miseráveis deste país. Não sei se poderíamos afirmar que as políticas implementadas a partir de 2003 chegaram a causar “sacrifícios materiais à classe dominante”, mas, por certo, estabeleceram algumas linhas limítrofes para a livre aplicação de sua voracidade sobre a posse do fundo público. Como afirmam Monteiro, Dallagnol e Dayrell (2016, p. 76-77), “Este contexto de mobilização política e defesa no Brasil, vive hoje um momento crítico. As forças reacionárias da sociedade contam com uma estrutura política dirigida pelos interesses das grandes empresas e do capital internacional, que hoje financiam, corrompem e interferem em setores significativos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e – através dos meios de comunicação – afetam as suas perspectivas ideológicas, a fim de deslegitimar as conquistas obtidas com a Constituição de 1988 e as políticas populares implementadas a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.”

Embora Poulantzas tenha se referido mais especificamente à necessária preservação e reprodução (ampliada) da força de trabalho, esse entendimento parece elucidar as iniciativas tomadas acerca da segurança alimentar e nutricional, tendo em vista que o autor demarca que é preciso levar em consideração que muitas medidas econômicas e sociais também são oriundas da articulação e da luta das classes dominadas. Ou seja,

[...] do que se pode designar sob a noção, social e historicamente determinada, de “necessidades” populares: da segurança social à política relativa ao desemprego e ao conjunto de domínios assinalados do consumo coletivo. [...]

[...] as famosas funções sociais do Estado dependem diretamente, simultaneamente em sua existência e nos seus ritmos e modalidades, da intensidade da mobilização popular: ora efeitos das lutas, ora tentativa de desativamento antecipado dessas lutas por parte do Estado. (POULANTZAS, 2000, p. 188)

O que se nota é que as políticas, programas e ações que abarcaram a chamada PNSAN são resultantes das demandas elencadas nas conferências⁵¹⁹. Porém, são acolhidas pelo Estado, de maneira mais explícita, aquelas que visam atacar os problemas mais imediatos e estão na ordem da correção histórica e garantia mínima dos direitos. Essas políticas afirmativas e inclusivas não conseguem o enfrentamento direto com as políticas hegemônicas – como já destacado em vários momentos –, o que conserva as potencialidades de reprodução do capital com a amenização dos seus danos prático-materiais, históricos, atuais e explícitos. Isso demonstra que não há dualidade, mas a conjunção de processos que sintetizam as relações de forças.

[...] não existem também, de uma parte funções do Estado a favor das massas populares, impostas por elas, de *outra parte* funções econômicas a favor do capital. Todas as disposições tomadas pelo Estado capitalista, mesmo as impostas pelas massas populares, são finalmente

519. Como destaca Poulantzas (2000), não há medidas sociais “puras” do Estado providência. O Estado capitalista, pela sua natureza, jamais implementou medidas sociais puras que visem ao “bem-estar” das pessoas e à justiça social. Isso demonstra que todo e qualquer pequeno avanço nessa direção tem a ver com a força social mobilizada.

e a longo prazo inseridas numa estratégia em favor do capital ou compatível com a sua reprodução ampliada. É levando em conta a relação de forças com as classes dominadas e suas resistências, que o Estado leva a cabo as medidas essenciais em favor da acumulação do capital e elabora-as de maneira política, ou seja, de maneira tal que elas possam, por meio de certas concessões às classes dominantes (as conquistas populares), garantir a reprodução da hegemonia de classe e da dominação do conjunto da burguesia sobre as massas populares. (POULANTZAS, 2000, p. 188-189)

É notável que, desde a I CNSA, o que se pauta é tornar os princípios, diretrizes e valores que compõem a matriz da segurança alimentar e nutricional, do DHAA e, posteriormente, da soberania alimentar estratégicos e base para um projeto nacional e de desenvolvimento (econômico-social). Contudo, isso não é colocado em prática em sua integralidade. O que vemos são políticas novas sendo implementadas, programas e projetos novos implementados, a partir desse processo de mobilização, mas que se circunscrevem paralelos, marginais, tendo em vista que o fator material e indutivo do modelo de desenvolvimento hegemônico continua também intocado, e definido e fortalecido pelas políticas macroeconômicas.

Já se mencionou também acerca da correspondência necessária entre o que se pautou nas conferências e o que realmente foi implementado, entre a expressão simbólica e a sua efetiva implementação na materialidade. Aqui há um distanciamento considerável entre a radicalidade das proposições e a efetividade das políticas. Ao analisarmos as proposições de cada uma das conferências, vemos que a maioria dessas proposições não foi acolhida. E aquelas que se tornaram expressão de políticas, ações e programas também não correspondem à radicalidade da proposição. Desse modo, considerando a análise de Poulantzas, vemos que:

[...] a assunção pelo próprio Estado de certas reivindicações materiais populares que podem encobrir, no momento em que são impostas, uma significação bastante radical [...], pode a longo termo favorecer a hegemonia de classe. Essas “conquistas populares” podem, quando de uma mudança de relações de forças, ser progressivamente despojadas

de seu conteúdo e caracteres iniciais, e isso de maneira oblíqua e dissimulada. (POULANTZAS, 2000, p. 189)

Se considerarmos a totalidade concreta (base material e as políticas), e as análises até aqui desenvolvidas, concluímos que o avanço substancial nas políticas está mesmo sob o comando da reprodução do capital em sentido estrito. Além do mais – contemplando-se as contradições materiais e sociais –, a própria composição e consolidação da segurança alimentar e nutricional com estratégia de “desenvolvimento” demarca que o que está em jogo e implícito na concepção das políticas na verdade não é a segurança alimentar e nutricional das pessoas, mas, sobretudo, a segurança do sistema de reprodução do capital e, nesse sentido, a inserção do regime e do sistema agroalimentar nesse processo de reprodução do capital. É com esse objetivo fundamental que o Estado como força material indutora age.

O atual Estado oscila perpetuamente entre dois termos da alternativa, omitir-se e/ou participar no mais das vezes. Em lugar de um Estado onipotente, trata-se antes de um Estado encostado na parede e diante de um fosso.

Os limites que traçam o horizonte da ação do Estado na economia estão ligados às relações de produção capitalistas. [...]. Podemos expressar isso ao dizer que o Estado capitalista é constituído de um *limite negativo geral* a suas intervenções, ou seja por uma *não-intervenção específica* no “sólido núcleo” das relações de produção capitalistas. (POULANTZAS, 2000, p. 195)

Vemos que, por parte do governo, houve um pouco mais de abertura ao diálogo com as bases sociais mais pobres – por um período de pouco mais de uma década –, mas longe do ponto de transformar o aparelho econômico do Estado a fim de conduzir uma política diferente e correspondente a um projeto que tenha acolhido, na hegemonia, as demandas dessa base social pobre. Os tecnoburocratas foram pautados, mas não vigiados e controlados pelas massas populares. Porém, não se deve negar que os pequenos avanços conquistados foram materializados a partir da “pressão” popular e da “resposta” na centralidade do Poder Executivo. Isso demarca, em boa medida, devido à urgência histórica das demandas,

que o avanço tenha se dado, sobretudo, a partir de ações e programas, e não de políticas de Estado.

Outro aspecto importante relaciona-se ao sentido da “segurança” alimentar anteriormente apontado, tendo em vista que expressa a relação de forças e as contradições em tensão na base material, que, portanto, incidem na maneira da aplicação desse conceito por parte do Estado e do sentido e papel do “alimento” nesse processo. O avanço ou o aumento das linhas limítrofes que expressam os interesses em disputa no conteúdo histórico e polissêmico de segurança alimentar depende fundamentalmente de como o Estado – através de seu governo – dialoga com as bases e aplica o seu sentido nas políticas exaradas.

3.6 A NECESSIDADE DE CONHECER AS AGENDAS POLÍTICAS E OS PROGRAMAS ADOTADOS E DE AVANÇAR NAS CONDIÇÕES OBJETIVAS DE MONITORIZAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Retomando uma ideia central já trabalhada, de que, além da fome, existem outros aspectos que incidem na definição de soberania alimentar, e que esses aspectos são de caráter biológico, material, social e político, vemos que, fundamentalmente, as iniciativas e estratégias de enfrentamento, na maior parte dos países, estão em boa medida assentadas na concepção dos direitos humanos⁵²⁰. Além disso, tem-se a tarefa histórica de

520. A discussão e o debate acerca do direito à alimentação e à nutrição como um direito humano na maioria dos países têm por objetivo opor-se às formas como o Estado (em cada realidade interna) tem encarado os problemas da fome, da desnutrição e das políticas adotadas pelas agências internacionais e empresas sob orientação das Nações Unidas. Notem que, de fato, esse debate difere (em ligeiro grau) do que já tratamos entre a oposição conceitual e de perspectiva da soberania alimentar trazida pela Via Campesina, para fazer frente às políticas de segurança alimentar, da fome e das condições de produção e natureza dos alimentos. Encarar o debate e a implementação da soberania alimentar na perspectiva dos direitos humanos é insuficiente, porém de extrema relevância – como transição em potência. Não podemos negar essa intersecção e imbricamento entre soberania alimentar e direitos humanos por considerarmos a totalidade concreta, porém, entendendo que a soberania alimentar deve ser constituída para além dessa dimensão de estar inserida apenas como direito (inserida num marco histórico e modo de produção que não tenham em sua espinha dorsal o processo de hominização como princípio), compondo o essencial de um outro projeto de sociedade e de civilização, portanto, de uma outra hegemonia. Verifica-se através da literatura que os direitos humanos são ponto de partida e ferramentas que têm ajudado algumas iniciativas importantes, quando se trata do direito à alimentação e à nutrição.

pensar nas estratégias e nas formas de enfrentar a incapacidade atestada de Estados-nação e dos organismos internacionais para a superação da fome e dos problemas inerentes a ela, e das outras questões relacionadas ao provimento do alimento⁵²¹.

Ao longo das últimas décadas, a privatização e a mercantilização da natureza resultaram numa multiplicação das lutas locais que utilizam os direitos humanos contra a apropriação dos recursos da biodiversidade agrícola, da terra e da água pelas grandes empresas e pelos Estados. Como tem resistido os movimentos camponeses, os povos indígenas e outras comunidades locais – e quais são as alternativas que apresentam? (ODAN, 2016, p. 10)

Embora fundamentais, inscrevem-se limitantes tendo em vista que são circundadas por relações objetivas de caráter dominante por um lado, e dependente por outro – como relação e efeito combinados –, da forma estatal e das relações de forças imbricadas nesse processo. Portanto, as iniciativas tomadas não garantem processos transformadores nas relações materiais na direção correspondente à soberania alimentar. Desse modo, centram-se nas demandas políticas que são apresentadas aos Estados nacionais, como as questões emergentes acerca das sementes devido ao avanço da biotecnologia, e em como esses conhecimentos têm contribuído e podem contribuir ainda mais para os processos de privatização de “patrimônios genéticos”, entre outros aspectos.

Os Estados devem, portanto, assumir a sua responsabilidade e cumprir as suas obrigações relativas aos direitos humanos, adotando políticas e leis mais fortes que reconheçam e protejam os direitos das camponesas e camponeses de guardar, utilizar, trocar e vender sementes, como previsto no Tratado das Sementes da FAO e debatido atualmente nas negociações para uma Declaração da ONU sobre os Direitos dos

521. Essa questão de enfrentamento e/ou substituição ou suplantação dos organismos internacionais (FAO e OMC, por exemplo) – embora esteja inserida no processo de transformação da totalidade concreta nesta obra advogado – precisa ser tratada com maior clareza pela Via Campesina e por todos os movimentos sociais de base popular, homens e mulheres que estão inseridos na luta pela materialização da soberania alimentar. Ao meu entendimento, além de ser uma “lacuna” nos escritos e nos debates, inscreve-se como uma questão da maior relevância ao considerarmos o caminho que queremos trilhar na direção da “utopia” necessária.

Camponeses e de Outras Pessoas que trabalham em Áreas Rurais. Nas últimas décadas, estes e outros direitos têm sido cada vez mais negligenciados pelos Estados, em nome da promoção de uma agenda favorável às grandes empresas que protege os direitos de propriedade intelectual, muitas vezes por meio de acordos comerciais. (ODAN, 2016, p. 8)

No âmbito da sociedade civil, o debate e a luta social têm sido feitos, apontando alternativas para o fortalecimento das políticas públicas a partir das interconexões e relações entre sementes⁵²², o direito à alimentação e à nutrição e a biodiversidade⁵²³. Além disso, estão ancorados na necessidade de buscar alternativas com vista ao controle dos recursos naturais pelos povos. Por essa razão manifestam as preocupações com os processos de desenvolvimento advindos da mundialização da reprodução do capital, e como estes afetam o acesso e a posse da terra, das florestas e dos recursos aquáticos. Nota-se, também, pertinente preocupação no sentido de ressignificar a relação entre os espaços rurais e urbanos nos sistemas alimentares e a partir destes.

Desse modo, a sociedade civil, a partir dos movimentos e organizações sociais, tem construído significativas contribuições no sentido de identificar, denunciar e até mesmo monitorar os principais obstáculos à implementação da soberania alimentar. Assim, sob esse entendimento – que ainda são passos iniciais –, buscam-se as garantias para a realização progressiva de alguns elementos básicos acerca dos direitos à alimentação

522. “A luta pelo direito humano à alimentação e à nutrição adequadas não tem dado atenção suficiente às sementes e à biodiversidade agrícola, mas chegou a hora de reverter esta tendência. Os sistemas de sementes camponesas alimentam o mundo e são resilientes à ocorrência de desastres naturais. No entanto, enfrentam graves ameaças devido à crescente captura das sementes e da natureza pelas grandes empresas e à destruição acelerada da biodiversidade agrícola”. (SUÁREZ; RAHMANIAN; ONORATI, 2016, p. 19)

523. Segundo dados da FAO (2009) oriundos da análise de um período de 100 anos, fundamentalmente a partir dos processos de industrialização do século XX, nota-se que houve a perda de cerca de 75% da diversidade genética vegetal. Esse fato é resultado do abandono, por parte de agricultores de todo o mundo, do cultivo de variedades e raças locais, substituídas pelas variedades geneticamente uniformes e de alto rendimento colocadas no mercado. De igual forma, em torno de 30% das raças de gado correm risco de extinção; os dados apontam que se perde em torno de seis raças a cada mês. O resultado desse processo pode ser entendido muito bem pelas informações publicizadas pela FAO, que, tendo como referência a ano de 1999, por exemplo, vê-se que em torno de 75% dos alimentos do mundo foram gerados a partir de apenas doze plantas e cinco espécies de animais. (SUÁREZ; RAHMANIAN; ONORATI, 2016)

e à nutrição. A caracterização e a identificação desses elementos básicos são de fundamental importância na diferenciação e na indicação das contradições fundamentais entre as agendas e as teses principais da soberania alimentar e do agronegócio industrialmente organizado. Atualmente, a partir do avanço da biotecnologia aplicada ao setor agrícola, vemos que a questão das sementes ganha lugar de relevo e preocupação nas discussões e pautas políticas dos movimentos e organizações sociais do campo. Passa a compor a agenda de discussões inerentes aos problemas da fome e da alimentação no mundo.

[...] as sementes são a espinha dorsal negligenciada deste direito humano e que é preciso priorizar novas formas de respeitar, proteger e realizar o acesso e a utilização das sementes, plantas e animais na realização progressiva do direito à alimentação e à nutrição, no quadro da Soberania Alimentar. (ODAN, 2016, p. 10)

É a partir disso que grande parte das discussões em espaços públicos coloca a necessidade de se avançar em direção à monitorização – com suas condições instrumentais e de conhecimento – do direito à alimentação e à nutrição⁵²⁴ que revele, de maneira concreta, os grandes desvios e deficiências não só do acesso aos alimentos e da nutrição, mas, fundamentalmente, das condições orgânicas e dos recursos naturais, que, ao serem negados e desconstituídos como patrimônio dos povos, passam a compor a violação dos direitos civis, humanos e sociais. Aponta-se, portanto, que as metodologias e as investigações que são resultantes das iniciativas dos organismos públicos (nacionais, regionais ou mundiais), por adotarem procedimentos que contemplam grandes escalas, acabam expressando índices que não revelam efetivamente os problemas de fome, desnutrição e elementos relacionados à alimentação em suas diferentes dimensões biológicas, sociais e culturais. E, neste sentido,

524. “O Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequada é o princípio fundamental do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) das Nações Unidas, o principal fórum internacional para o debate e a tomada de decisões sobre questões que afetam a Segurança Alimentar. Até agora, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC) da ONU tem sido o principal organismo a monitorizar o Direito à Alimentação e à Nutrição durante as suas revisões periódicas, enquanto que a Segurança Alimentar – um resultado essencial da realização do direito à alimentação e à nutrição – ainda é mal avaliada”. (ANDERSON, 2016, p. 14)

esses instrumentos, indicadores e métodos são expressão, em sua grande maioria, dos interesses correspondentes ao mercado e do mascaramento da realidade objetiva.

Até 2013, o *principal indicador para medir a Insegurança Alimentar* na grande publicação anual da FAO, *O estado da insegurança alimentar mundial* (SOFI, na sigla em inglês), era a *Prevalência de Desnutrição (PdD)*. No entanto, a *PdD é uma medida agregada bruta de deficiências calóricas crônicas graves num país inteiro*; portanto, dificilmente pode ser considerada uma medida de Segurança Alimentar, que “existe quando todas as pessoas, a todo momento, têm acesso físico e econômico a uma quantidade suficiente de alimentos seguros e nutritivos que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida saudável”. O uso da PdD resultou numa grave subestimação da dimensão real da Insegurança Alimentar causada pela escassez a curto prazo ou sazonal, pela discriminação que impedem as mulheres ou sub-populações marginalizadas de terem acesso a alimentos e pela chamada “fome oculta” (deficiência de vitaminas e minerais). (ANDERSON, 2016, p. 14, destaques nossos)

A FAO, por reconhecer limites na identificação dos dados, introduziu novos indicadores a partir d'*O estado de insegurança alimentar mundial* (SOFI) de 2013. Esses novos indicadores, além de apreciarem aspectos que demonstram vulnerabilidade e riscos, visam buscar elementos e informações que demonstrem os limites e problemas ligados à disponibilidade, ao acesso e à utilização dos alimentos com maior precisão. De acordo com a literatura sobre esses aspectos, o que se notou foi uma aproximação mais matizada do estado de insegurança alimentar, porém, os SOFI 2013, SOFI 2014 e SOFI 2015 revelaram concepção de desenvolvimento econômico com claras tendências neoliberais e dados favoráveis aos interesses do livre comércio e da agricultura industrializada, bem como orientada para a exportação como alternativa para se atingir e implementar o estado de segurança alimentar⁵²⁵.

525. Esses elementos reforçam e confirmam, em certa medida, a minha defesa (já externada em itens anteriores), e de outros autores que estudam o problema da fome e do alimento no mundo, de que os princípios e as políticas de segurança alimentar (e nutricional) são correspondentes à ordem sistêmica. Mesmo a experiência brasileira, na qual é perceptível uma

Em setembro de 2015 houve, por parte da ONU, a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, bem como dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A segurança alimentar faz-se presente no “Objetivo 2: acabar com a fome, alcançar a Segurança Alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável”. Vale relembrar também que, nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, tinha-se a meta de diminuir a fome no mundo pela metade até 2015.

As preocupações com a forma como o progresso em direção à Segurança Alimentar serão avaliadas no futuro, baseiam-se, em parte, no histórico pouco inspirador de utilização dos dados sobre a fome pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e pelo SOFI, para além do indicador utilizado, Prevalência de Desnutrição (PdD). Durante uma época de enorme volatilidade de preços, crescentes desigualdades globais e uma produção de alimentos cada vez mais vulnerável devido às alterações climáticas, o relatório oficial da FAO afirmava que a Insegurança Alimentar havia sido drasticamente reduzida e que o ODM 1 (reduzir a fome pela metade) tinha sido alcançado em 72 países, enquanto outros estavam no caminho certo para alcançá-lo – implicando que deveriam ser aplicadas ainda mais políticas neoliberais, uma vez que estavam a funcionar tão bem. É fácil mentir com estatísticas; é ainda mais fácil chegar a conclusões erradas quando os dados não estão desagregados por país, gênero ou sub-população, ou quando a medição não está centrada nos dados certos. (ANDERSON, 2016, p. 15)

Essa opção política assumida recentemente pelas Nações Unidas demonstra o direcionamento futuro para as políticas indutoras que terão sua aplicação no interior de cada país, tendo em vista que, em sua grande maioria, acabam – por dependência político-econômica – acatando essas macro-orientações. Enquanto texto, a Agenda 2030 traz um conjunto de princípios e iniciativas pertinentes; também expressa em sua centralidade a correspondência aos interesses econômicos e estratégias de desenvolvimento em vez de políticas (públicas) nas quais estejam os mecanismos maior incidência efetiva no combate à fome e nos valores proclamados, se comparada com as indicações oriundas da FAO, ainda não se inscreve como força motriz para transformações mais efetivas.

fundamentais para a superação da fome e dos problemas relacionados a produção, acesso, consumo e qualidade dos alimentos. Nessa lógica, o enfrentamento dos problemas e das causas das situações de insegurança alimentar tem sido buscado nos próprios resultados do desenvolvimento econômico. Dadas as condições objetivas e as relações de produção, temos aí uma incompatibilidade, ou seja, a prioridade é o crescimento econômico, e não o combate à fome ou as garantias humanas de acesso a uma alimentação de qualidade e em quantidade suficiente.

A Agenda faz-nos regressar ao passado ao caracterizar os Direitos Humanos como “necessidades”, abrindo perigosos caminhos para a sua mercantilização – o que é particularmente pernicioso se considerarmos a forte influência das grandes empresas sobre a concessão da Agenda 2030 e a crença generalizada, em muitos fóruns da ONU, de que o setor privado detém a chave para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O Objetivo 2 não faz nenhuma menção ao Direito à Alimentação e à Nutrição, não estando alinhado ao Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) e ignorando provas substanciais de que a aplicação deste direito tem resultado em melhorias significativas na Segurança Alimentar. A agenda 2030 e os ODS têm sido arrastados pela “revolução dos dados”, na qual dados quantificáveis manipulados por “peritos” tecnocráticos são vistos como o principal caminho para o conhecimento, se não o único. Dentre os ODS propostos, tem sido dada ênfase à medição dos resultados, em vez de monitorizar as formas pelas quais tais resultados são alcançados. (ANDERSON, 2016, p. 15)

Os indicativos da literatura, no intuito de avanço ou contraponto a essa política de gestão da informação acerca da fome e dos problemas inerentes à alimentação no mundo, são de que as avaliações da insegurança alimentar, da desnutrição e de outras questões problemáticas que compõem a totalidade do processo devem estar centradas no conhecimento e nas informações correspondentes à materialidade social. Ou seja, que as informações sejam expressão real dos problemas. Há, inclusive, a indicação da necessidade de se obter as informações com a participação direta das pessoas que são vulneráveis ao fenômeno da

fome ou vivem em situação de fome, tendo em vista que se trata de violência física, fisiológica, social e moral, e não apenas de dado estatístico.

Como já identificado, as condições objetivas de processos que materializam as violações do “direito à alimentação e à nutrição” têm relação direta com as ações e omissões dos governos e com os abusos e as políticas econômicas implementadas nas ações das grandes empresas transnacionais ou a favor destas. Desse modo,

A monitorização do progresso é essencial para determinar se as agências governamentais e as organizações não-governamentais que trabalham com questões como a fome, Insegurança Alimentar e o Direito à Alimentação e à Nutrição estão no caminho certo. Neste processo de monitorização, é essencial escolher indicadores que reflitam as experiências das pessoas, permitam comparar as diferentes abordagens para a Insegurança Alimentar e utilizem abordagens baseadas nos Direitos Humanos. Para que seja possível alcançar o direito à alimentação e à nutrição, os sistemas alimentares precisam ser fundamentalmente transformados. (ANDERSON, 2016, p. 16)

Há, portanto, no processo de monitorização e controle dessas questões inerentes, a necessidade de ter diversos instrumentos para serem acionados quando necessário. É o caso, por exemplo, da garantia de instrumentos jurídicos para fazer valer o direito à alimentação⁵²⁶. Embora haja, em grande parte dos países, o reconhecimento do direito à alimentação, as condições para que esses direitos se façam valer são ainda muito limitadas. É perceptível através da literatura que ainda são poucos os países que avançaram em termos de legislação para uma garantia mínima desses direitos. E, sendo assim, a primeira possibilidade tem sido ancorar a pauta pelo direito à alimentação e à nutrição como direito humano. Como destaca Anderson (2016, p. 16), “As vozes das pessoas que mais contribuem para a Segurança Alimentar (que são também as que

526. O reconhecimento legal e a possibilidade de recorrer a tribunais quando esses direitos forem violados são anunciados como instrumentos importantes nos debates. A necessidade de assentar o direito à alimentação e à nutrição como direito humano manifesta de forma implícita essa fragilidade do arcabouço legal em vários países. Desse modo, a alternativa é defender como direito humano, que, em regra passa, a ser protegido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

mais sofrem com as consequências da Insegurança Alimentar) não têm sido suficientemente ouvidas [...]”. Porém, os processos de mobilizações continuam a crescer⁵²⁷. O que se nota é uma crença forte nos indicadores por parte de organismos governamentais, e que são essas informações que se tornam fundamentais na elaboração das políticas indutoras de segurança alimentar.

A pressão por parte de interesses velados que lucram com o *status quo* explica a razão pela qual alguns países confiam excessivamente em indicadores. No entanto, os indicadores revelam muito pouco sobre os caminhos viáveis para acabar com a fome ou sobre as formas de atingir este objetivo por meio de abordagens que tem uma boa relação custo-eficácia, como uma governança mais democrática, a agroecologia e a Soberania Alimentar, sem aumentar a dependência de empréstimos predatórios e da importação de insumos de alto custo. (ANDERSON, 2016, p. 16)

Outro aspecto a ser considerado é que o conhecimento de indicadores ajuda fundamentalmente no processo de controle e fortalece as pautas, de modo a garantir possíveis avanços nas políticas, porém, estas acabam sendo limitadas e limitantes, por constituírem-se na relação de forças inerentes ao processo de conformação estatal. Considerado isso, aponta-se que não é suficiente apenas a monitorização nessa dimensão.

Enquanto outras iniciativas criaram ferramentas para que os Estados monitorizem a realização do Direito à Alimentação e à Nutrição, *esta nova iniciativa reconhece que a Soberania Alimentar é o único caminho a seguir*. Para isso, avalia as condições necessárias para a Soberania Alimentar, incluindo o quadro jurídico e institucional para o Direito Humano à Alimentação e à Nutrição, os direitos das mulheres, o acesso e o controle dos recursos pelos produtores e produtoras de pequena escala, a participação política genuína na formulação de políticas públicas e a ausência de discriminação na promulgação de políticas e programas ligados à alimentação – todas estas questões

527. Uma convergência de lutas ganha espaço quando se busca ultrapassar as escalas menores – nacionais, locais e regionais. Exemplo disso é a própria convergência global das lutas pela terra e pela água realizada na África em março de 2015.

sobrepõem-se e cruzam-se, mas ainda não foram plenamente integradas nos principais mecanismos de análise nem, consequentemente, nas soluções destinadas a eliminar a fome e a desnutrição. (ANDERSON, 2016, p. 17, destaques nossos)

Assim, parte da literatura indica que avanços deverão ocorrer nas condições de monitorar os principais obstáculos à realização da soberania alimentar. Já há, portanto, algumas iniciativas nesse sentido, como o projeto iniciado pela Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (FIAN Internacional) em parceria com a academia e instituições científicas, movimentos e organizações sociais, na busca de construir indicadores mais amplos e que possam oferecer mais elementos para implementar a soberania alimentar. Ou seja, faz-se necessário:

[...] desenvolver um contraponto aos instrumentos de monitorização existentes, baseado na Soberania Alimentar e nos Direitos Humanos; demonstrar o impacto da participação popular, da responsabilização baseada nos Direitos Humanos e da coerência política na operacionalização das obrigações ligadas aos Direitos Humanos; criar uma maior sinergia entre os movimentos globais e locais e os processos políticos; promover a coerência na defesa dos Direitos Humanos em relatórios internacionais; e oferecer recursos e mecanismos de análise abrangentes às pessoas que trabalham com o direito à alimentação e à nutrição. (ANDERSON, 2016, p. 17)

Nota-se, no entanto, que o debate relacionado às questões da alimentação no mundo (produção e direito) está assentado em três grandes pilares: 1) garantir as possibilidades de os povos terem acesso e controlarem os recursos naturais (terra, biodiversidade, água e sementes); 2) enfrentar os processos de dominação do capital implementados através das grandes empresas e buscar alternativas de superação; e 3) inserir a soberania alimentar e o DHAA (como mediação) nos processos de formulação das políticas públicas (econômicas e sociais), bem como desenvolver as condições objetivas e de conhecimento para que os movimentos e organizações sociais de base popular possam fazer a monitorização e, com isso, executar processos de controle social.

E, finalmente, ao considerarmos as necessidades das condições de monitoramento e controle social pelas bases sociais populares, vemos que o escopo dos determinantes e critérios para esses processos deve estar pautado na totalidade concreta e considerar as multidimensionalidades em intersecção que compõem a relação (orgânica) entre homem e natureza, por um lado, e, por outro, a apreensão das múltiplas determinações objetivas que convergem para as violações dos direitos humanos e sociais, em especial a violação do direito humano à alimentação e à nutrição.

3.7 NA UNIDADE DOS CONTRÁRIOS: AS RELAÇÕES MATERIAIS, DE FORÇAS, "TRANSIÇÃO EM POTÊNCIA" E SOBERANIA ALIMENTAR

Ancoramos o processo de análise na busca de compreender as contradições objetivas no interior das linhas limítrofes impostas pelo avanço capitalista e o processo de projeção, constituição e implementação dos princípios e “teses” da soberania alimentar. Desse modo, a discussão e a análise que compõem este item assumem uma natureza e perspectiva filosófico-política, com o intuito de lançar luz sobre as potencialidades e sobre as condições objetivas do processo de travessia (transição, transições e mediações) necessário, frente ao contexto em que se assenta o problema desta obra e ao conteúdo histórico em disputa e em construção.

Frequentemente, falamos da “substituição do velho pelo novo”. Tal é a lei geral e imprescindível do universo. A transformação de um fenômeno em outro, por saltos cujas formas variam segundo o caráter do próprio fenômeno e segundo as condições em que ele se encontra, eis o processo de substituição do velho pelo novo. Seja em que fenômeno for, há sempre uma contradição entre o velho e o novo, o que determina uma série de lutas de curso sinuoso. Dessas lutas, resulta que o novo cresce e se eleva à posição dominante, enquanto que o velho, ao contrário, decresce e acaba por morrer. Assim que o novo conquista uma posição dominante sobre o velho, o fenômeno velho transforma-se qualitativamente num novo fenômeno. Daí resulta que a qualidade de um fenômeno é sobretudo determinada pelo aspecto principal da

contradição, o qual ocupa a posição dominante. Logo que muda o aspecto principal da contradição, o aspecto cuja posição é dominante, a qualidade do fenômeno sofre mudança correspondente. (TSE-TUNG, 2004, p. 74)

Inserido num processo histórico – mas sobretudo na mão do tempo – no qual há um modo de produção, funcionando a partir de uma lógica acelerada, fundamentalmente num processo de transformação da natureza que pressupõe a sua destruição, como assentar, inserir o processo de constituição e construção da soberania alimentar? Ao mesmo tempo em que este se torna uma necessidade histórica, o “desenvolvimento desigual e combinado” retira, agride, destrói “as suas” bases materiais e os sujeitos sociais fundamentais, responsáveis, que, pelas premissas (pelo processo de ideação), foram concebidas e eleitos, respectivamente, para esse processo de construção da soberania alimentar⁵²⁸. Ou seja, há que se buscar o “ponto nodal” contraditório entre o vultoso e revolucionário significado do conceito e as “pequenas experiências prático-materiais”, incipientes, que correspondem à concepção da soberania alimentar, além do mais, frente à avalanche de processos dominantes que incidem diretamente em limites, a cada dia que passa, para o desenvolvimento dessas alternativas.

Nas considerações feitas até aqui, com frequência nos deparamos com o problema da mediação. [...] O conhecimento das mediações, em particular das formas de mediações *reais* pelas quais são produzidas as formas de manifestação imediatas da sociedade, pressupõe um posicionamento crítico-prático, crítico-dialético, em relação à realidade social: o ponto de vista crítico-prático do proletariado revolucionário. A classe burguesa, até mesmo quando se trata de seus representantes científicos mais significativos, é obrigada a deter-se na imediatidade de suas formas sociais e, por essa razão, não é capaz de conhecer

528. São questões de natureza política e filosófica acerca das tratativas que o espírito de nosso tempo deve desenvolver frente à tensão gerada pelos imperativos do modo de produção do capital e que expressam o entendimento de Joan Martinez-Alier (2002) *apud* McMichael (2016, p. 183), “entre o tempo econômico, que prossegue de acordo com o ritmo acelerado imposto pela circulação do capital e da taxa de juros, e o tempo geoquímico-biológico controlado pelos ritmos da natureza, [...] e que expressa na destruição irreparável da natureza e de culturas locais que valorizam seus recursos de modo diferente [...]”. (Destques nossos)

dialeticamente essa sociedade em sua totalidade e em seu devir, ou seja, em termos ao mesmo tempo teóricos e históricos. (LUKÁCS, 2015, p. 82-83)

Notamos que a classe trabalhadora – ao contrário da classe burguesa, que se atém à imediatricidade –, por pautar-se no ponto de vista da totalidade e na busca da constituição de processos práticos para a construção do “devir histórico”, torna-se capaz de fazer o uso adequado da “categoria de mediação” (MÉSZÁROS, 2002) nos processos de “travessia e transição”. Há, portanto, um aspecto a ser considerado: como mediar e ensinar as contradições, no terreno da urgência histórica, e não apenas pelos processos de maturação mecânica e determinações economicistas, representados por um processo de autodestruição do sistema? Este item propõe-se a externar e, sobretudo, discutir algumas inquietações minhas⁵²⁹, mas também subsidiar teórico-metodologicamente aos que buscam adentrar no debate e na práxis tendo em vista, e nos objetivos, o desenvolvimento das condições efetivas de realização da soberania alimentar.

Considerando as grandes questões que foram aparecendo no processo de análise (já com alguns passos dados na investigação de aspectos fundantes que compõem a totalidade contraditória e o caráter universal da existência humana), impõe-se a necessidade – até para o autoesclarecimento – de tratarmos de algumas questões de fundamento “ontofilosófico” e “político” que podem corroborar com esse processo em busca da defesa e implementação da soberania alimentar a partir das contradições. Partindo da fecundidade da contradição, esses elementos aqui destacados vão ao encontro do que destacou Politzer,

[...] que o homem que estuda a ciência progride, resolvendo sem cessar, as contradições decorrentes do próprio estudo. Assim também, o militante revolucionário, conhecendo a força fecunda da contradição, faz

529. Encontrei correlação e ancorei estas inquietações em um questionamento feito por Mézáros (2015). Destaca-se, na quarta capa de seu livro *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado*, o questionamento: “A difícil questão para nós é: quanto tempo pode a perversa normalidade de uma ordem socioeconômica e política antagônica, com sua irreprimível tendência de afirmação global de seu domínio, manter sua dominação sem destruir a própria humanidade? Esse é o tamanho da montanha que devemos escalar e conquistar”.

sua a máxima de Maurice Thorez: “a crítica e a autocrítica são o nosso pão de cada dia.” Crítica do trabalho realizado pelos companheiros e crítica de cada um, ao seu próprio trabalho (autocrítica). (POLITZER, 2002, p. 75)

Considerando o terreno da particularidade em que se assenta a questão alimentar (a soberania alimentar) – como ponto de partida –, vimos até então que a base material, as relações do trabalho dessa base advindas, a ocupação do território e as políticas públicas (calcadas na noção de segurança alimentar e nutricional) constituem as condições objetivas para o aparecimento da luta por soberania alimentar (como um elemento “novo”), ao mesmo tempo que expressam “a montanha que devemos conquistar” e, portanto, transformar e suplantam as suas relações genuínas⁵³⁰. A partir desses pressupostos, concebe-se o entendimento de que a contradição é inovadora e a luta dos contrários se desenvolve no tempo⁵³¹, e, com isso, a ação prática deve se assentar na percepção objetiva e adequada dessas contradições em processo.

[...] assim como a sociedade, assim como a natureza viva, o universo físico tem uma história. As mudanças qualitativas põem, assim, em evidência, em um dado momento do processo histórico, aspectos novos que são resultantes da vitória sobre o que é velho. Mas, isto não é possível, a não ser pelo fato de as forças do novo se desenvolverem contra o velho, no próprio seio do velho.

[...]

Não basta constatar o caráter interno da contradição. É preciso ver, ainda, que essa contradição é *luta entre o velho e o novo*. É no seio do velho, que nasce o novo; é contra o velho que o novo se desenvolve.

530. Não podemos deixar de levar em consideração a centralidade, abordada por Marx e Engels, da necessidade de abolição da propriedade privada dos meios de produção, tendo em vista que, a partir dessa base, o modo de produção “[...] forja para os indivíduos ‘cadeias de relações’ em que eles se veem enredados com manifesto prejuízo e lesão de um desenvolvimento cabal de sua plena humanidade”. (BARATA-MOURA, 1997, p. 46) Sendo o uso da terra, de tecnologias e de biotecnologias pautado hegemonicamente por essa perspectiva, incidem sobre os trabalhadores e povos do Campo essas situações concretas.

531. Politzer (2002, p. 73) faz referência a um dos enunciados stalinianos da lei (da contradição): “[...] luta dos contrários é tomada como ‘luta entre o velho e o novo, entre o que morre e o que nasce, entre o que perece e o que desenvolve’”.

A contradição se resolve quando o novo supera definitivamente o velho. Aparece, então, o caráter inovador, a *fecundidade* das contradições internas. O futuro se prepara na luta contra o passado. Não há vitória sem luta. (POLITZER, 2002, p. 74)

Nessa mesma direção,

O “novo” gera-se, desenvolve-se, irrompe, do “velho” e, finalmente, ao longo de vicissitudes mais ou menos atribuladas, triunfa dele. Como um dado passo dos *Grundrisse* convida a pensar, “há que refletir em que as novas formas produtivas e relações de produção não se desenvolvem a partir do nada, nem do ar, nem do seio da Ideia que se põe a si própria, mas no interior e em oposição ao desenvolvimento existente da produção e às relações de propriedade tradicionais, transmitidas”.

O trabalho do subjectivo é indispensável, enquanto ingrediente e agência da própria materialidade do ser, mas supõe sempre um quadro objetivo em que dialecticamente se exerce. “Assim, as formas econômicas em que os homens produzem, consomem, trocam, são *transitórias e históricas*. Com novas faculdades produtivas adquiridas, os homens mudam o seu modo de produção e com o modo de produção eles mudam todas as relações econômicas, que não foram senão as relações necessárias desse modo de produção determinado”. (BARATA-MOURA, 1997, p. 52, destaques nossos)

A objetivação da soberania alimentar será instituinte e instituída por mudanças qualitativas na totalidade. Esses aspectos podem expressar uma solução fecunda dessa contradição. O que se tem neste momento histórico e o que se anuncia com a questão da soberania alimentar é o indicativo de que a ação praxica deve ocorrer entre aquilo a que se aspira e o que deve ser transformado na sociedade atual. Por determinações objetivas, os trabalhadores e povos camponeses dão um (primeiro) passo para sair da situação real, reprovável e insustentável a que estão submetidos pela caracterização e natureza do atual modo de produção.

Fundamentado nessas contradições materiais (vistas nos itens e capítulos anteriores), temos, portanto, um conceito de segurança alimentar

e nutricional já consolidado⁵³². É relevante que a sociedade se preocupe com todo o seu arcabouço e o que ele representa em termos de política (econômico-social). No entanto, esse conceito tem se materializado em “máscara”, “véu”, e, com isso, vem ofuscando e atrapalhando o entendimento e a compreensão do “novo”, que é a soberania alimentar⁵³³. Tem-se a clareza – dada a historicidade – de que a soberania alimentar é um conceito dialético e multidimensional e de que se consolidará apenas a partir do momento em que as bases materiais e as leis determinantes objetivas correspondentes forem consolidadas. O processo que tem ocorrido nesses embates e debates acerca da alimentação configura a “unidade dos contrários”, os quais combatem entre si, porém, são inseparáveis. Ou seja, uma unidade indissociável. (POLITZER, 2002)

Sobre esses aspectos da unidade e luta dos contrários, em uma nota de rodapé, Politzer nos dá alguns indicativos que abarcam pelo menos duas dimensões do que se tenta construir em análise neste item: a primeira é do ponto de vista teórico que poderá iluminar esse processo em mediação; a segunda, trabalhada em raciocínio análogo às questões da alimentação, elucida também a natureza e as contradições inerentes ao sistema agroalimentar da atualidade, que, em certa medida, são as razões que legitimam o aparecimento da discussão da soberania alimentar.

A economia política marxista é preciosíssima para o estudo da unidade dos contrários, porque esta é encontrada em todos os níveis da economia. Exemplo: a mercadoria é unidade de contrários. Por um lado,

532. Enquanto fundamento e base para as políticas que coadunam com o bom funcionamento das relações do capital, porém, materialmente não realiza os seus próprios princípios semânticos prescritos. Ajuda-nos a compreender essa questão o que destacou Mészáros (2002, p. 557): “Em uma escala historicamente relevante, *uma* era de transição *se inicia no momento em que as forças dominantes da velha ordem são forçadas por uma crise aguda a adotar remédios que seriam totalmente inaceitáveis a elas se aquela crise, introduzindo, desse modo, um corpo estranho na estrutura original, com consequências em última análise destrutivas, não importa o quanto sejam benéficos os resultados imediatos*”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 557, destaques nossos)

533. Externo esse entendimento a partir do acesso aos relatórios finais das CNSANs (fundamentalmente a partir da III CNSAN), nas quais temos como participantes, debatedores e delegados, em sua grande maioria, sujeitos sociais que expressam e representam a busca da soberania alimentar, e não da segurança alimentar. O ponto fundamental aqui é que, sendo uma conferência um espaço oficial, tanto as angústias e os protestos quanto as proposições desses sujeitos sociais ficam sob o manto (em seus limites) da superestrutura estatal.

é um valor de consumo (produto consumível), do outro lado, é um valor de troca (produto que se troca). São na verdade, *contrários*, pois que um produto não pode ser trocado senão quando *não é consumido*, e não pode ser consumido *se não for trocado*. Marx desenvolveu, genialmente, todas as consequências desta contradição interna em *Le Capital*, obra-prima da dialética. *Observação*: nas crises que sacodem periodicamente, o capitalismo, esta unidade de contrários aparece em toda a sua plenitude: as massas não podem *consumir* seus produtos, porque esses produtos são, no regime capitalista, necessariamente mercadorias, e é preciso, pois, para poder consumi-los, isto é, *trocá-los* por dinheiro. (POLITZER, 2002, p. 76)

O conteúdo desses elementos trazidos por Politzer, embasado nas análises de Marx, foi mostrado no caminho analítico percorrido até aqui com vista ao problema discutido nesta obra. Com esses elementos quer-se demonstrar que o processo hegemônico de produção no Campo – sendo a contradição interna permanente –, o que está subjacente ao debate e os elementos (prático-materiais) que incidem nas contradições manifestas entre segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar, tanto do processo natural (Campo-base material), quanto de um processo social, estão suficientemente desenvolvidos e exigem, portanto, um “início”, “uma continuidade” de ações práticas, com as quais várias experiências de trabalhadores, pesquisadores e organizações sociais são correspondentes. E é a partir dessas experiências que se luta por soberania alimentar e se colocam os devidos questionamentos à lógica sistêmica dominante, como pode ser ilustrados pela citação a seguir.

Mas a hegemonia da cultura ocidental trouxe um duplo paradoxo. Ao mesmo tempo em que se enunciavam teoricamente os direitos fundamentais da pessoa humana, criava-se uma categoria de mercadoria tão complexa, que trazia em seu bojo a justificativa para a fome e a miséria a partir das necessidades de acumulação do capital. Daí não se colocar o direito à alimentação como fundamental. E na continuação do paradoxo (duplo), temos hoje fome, em meio à maior abundância na produção, a partir dos grandes cultivos.

Daí as desoladoras paisagens provocadas pela monotonia das *plantations*. Mas, em meio a essas novas versões do latifúndio monocultor que caracteriza nossa formação (Prado Junior, 1993), já se pode perceber, graças aos assentamentos de Reforma Agrária, a formação de mosaicos diversificados, próprios da agricultura camponesa, com suas hortas, pomares, criações, cultivos variados. Recupera-se ali as defesas que estavam perdidas a partir dos grandes cultivos, recupera-se gradativamente o meio ambiente, a partir da construção de sistemas com agrobiodiversidade. (WHITAKER, 2008, p. 326)

A questão fundamental, portanto, da soberania alimentar está em não generalizar apressadamente a perspectiva que se tem em processo sem o devido tensionamento das condições objetivas e da apreensão dessas condições contraditórias pela teoria⁵³⁴. As condições determinadas (relacionais), e que, por essa razão, não impedem o contraditório do/no horizonte possível de se realizar, dado o processo de desenvolvimento materialmente instituinte, abrem novas portas, constroem e expõem novos desafios da historicidade. Assentar o avanço e o progresso objetivo do problema da soberania alimentar, considerando as questões do tempo e qualitativas, expressa claramente o que Barata-Moura (1997) enfatizou: contra a clausura do sistema está o materialismo consequentemente prosseguido. Ou seja, dada a materialidade da questão, a totalidade em que se insere a soberania alimentar, o processo pode ser expressado nas condições em que

Tece-se e entretece-se de expansões e de travagens, de acelerações e de retardamentos, de experiências que mostram o despontar de possibilidades novas e de recuos que em muitos casos configuram verdadeiras regressões. (BARATA-MOURA, 1997, p. 55)

534. As discussões de Mao Tse-Tung (salvaguardando as diferentes intencionalidades de análise) acerca da universalidade da contradição e da particularidade da contradição são muito pertinentes para apoiar esses aspectos aqui discutidos. Segundo ele, o segundo aspecto (a particularidade da contradição) nem sempre era bem-compreendido pelos camaradas, em especial os dogmáticos. Então, chama a atenção que: “[...] nas contradições, o universal existe no particular. Igualmente não compreendem como é importante, para dirigirmos o curso da nossa prática revolucionária, o estudo do particular nas contradições inerentes aos fenômenos concretos face aos quais nos encontramos. Nós devemos, pois, estudar com atenção especial a particularidade da contradição, reservando espaço suficiente ao seu exame”. (TSE-TUNG, 2004, p. 46)

Na dimensão da filosofia política e da luta política, como tratar a questão da soberania alimentar anunciada tendo pela frente uma materialidade e uma superestrutura política constituídas sistematicamente tão adversas aos fundamentos que dão base à soberania alimentar? O ponto de partida se dá através da clareza teórico-política entre, por um lado, os limites impostos pelas práticas oportunistas inseridas na lógica sistêmica – que subordina os trabalhadores em geral aos interesses e à forma de operação do Estado capitalista, e, fundamentalmente, trata “[...] os camponeses como classe secundária na luta de classes” (CLCP, 2006, p. 5) – e, por outro, as possibilidades de desenvolvimento de processos revolucionários políticos e prático-produtivos que possam ir consolidando o caminho de transformação. Como vimos, um dos pertinentes pilares para a consolidação da soberania alimentar será a “política pública”, e, por questões óbvias que caracterizam o nosso momento histórico e a natureza do Estado capitalista, esse processo encontra uma série de dificuldades.

O que temos em curso, no entanto, é que:

Na era do imperialismo, a ação do Estado é guiada pela necessidade de salvar o capitalismo e, em particular, de retardar a hora da crise econômica. O Estado é o principal instrumento da ruína, e do empobrecimento da maioria da população do país, da servidão e da pilhagem sistemática dos povos colonizados. [...] A fim de poder cumprir essas tarefas, ele continua, mais do que nunca, e em primeiro lugar, sendo instrumento de opressão do proletariado e das grandes massas trabalhadoras.

Assim, o Estado é a muralha da classe exploradora, e seu papel é *decisivo* para a defesa de um modo de produção que já se tornou antiquado. O Estado, que era o instrumento de dominação da classe economicamente mais poderosa, torna-se então, o instrumento de manutenção desse poder econômico, desde que ele começa a ser minado *em sua base* pelas contradições geradas por seu próprio modo de produção. As condições objetivas para a mudança do modo de produção já existem. Mas, a ação de classe exploradora que se opõe à aplicação da lei de correspondência necessária, a ação do Estado burguês, torna-se o *principal obstáculo* às mudanças necessárias. Este obstáculo deve ser

destruído, mas para isso, são necessárias condições *subjetivas* também, isto é, a *luta política* [...], organizar as massas populares, defender e estender as liberdades democráticas, e enfim, criar o *seu próprio poder de Estado*. (POLITZER, 2002, p. 331-332)

O que se quer indicar é que há de fato uma grande montanha que se deve conquistar, e que a soberania alimentar que nasce no processo de negação intencional da lógica produtiva e da ideologia burguesa não possui ainda, em seus começos, qualquer base – ou, para não ser tão pessimista, há incipientes bases econômico-materiais e sociais – que, por impulso próprio, se movimente pela contradição interna em direção à superação da base econômica hegemônica. E, nesse sentido, as condições subjetivas e objetivas materializadas na produção (nas experiências e germes de novas práticas agroecológicas, por exemplo), na luta política e no controle social é que podem colocar em marcha os passos iniciais e as condições de estes irem ganhando forças e potencializando o processo transformador, criando a sua própria base (necessária). A intervenção externa de natureza política (não estatal), ou seja, o apoio consciente das massas trabalhadoras, é fundamental. É preciso que as novas ideias políticas – e especialmente as acerca da soberania alimentar – impulsionadas pela classe trabalhadora tenham conquistado a maioria das pessoas, e que estas tenham reduzido significativamente o apoio e a confiança dedicados à política hegemônica, burguesa. Como destaca Politzer:

É por isso que o marxismo coloca com razão a questão do Estado no rol das condições *subjetivas* da mudança do modo de produção.

Eis, portanto, o que a dialética nos ensina: ainda que um Estado seja sempre o reflexo de uma base econômica, a solução do problema do Estado, do problema político, deve, em determinados casos, prece-der historicamente a edificação da base econômica que será específica do novo Estado. (POLITZER, 2002, p. 332)

As inquietações do autor referidas no início deste item não são gratuitas. Sobretudo porque faz-se necessário ver o que é possível sustentar de maneira orgânica, sem que fique assentado numa base que apenas

contemple as linhas limítrofes entre política e voluntarismo. O que temos, de um lado, são as políticas insuficientes para os problemas da fome e da alimentação de modo geral, e, do outro, os camponeses lutando, política e praticamente para demonstrar a viabilidade da soberania alimentar. Por parte do campesinato, vemos que as suas práticas estão desamparadas de políticas públicas, de base material, de tecnologia e de financiamento, ou apenas bastante fragilizadas. A soberania alimentar é um problema social (real pela materialidade), mas não apreendido pela sociedade em geral como uma questão social e estratégica de desenvolvimento. E, nesse sentido, embora apareça (ainda de forma frágil) no terreno político, ao lado da segurança alimentar e nutricional, não comparece e não compõe os elementos materiais da consciência social (exceto nas frações de classe organizadas). O pressuposto é a transformação na base material e na consciência social que dê o devido lugar para a soberania alimentar num projeto societário e de classe.

Segundo Marx, a questão é qual categoria é de fato abrangente, a política ou a social? A política, dada a forma como se constitui, não pode evitar a substituição da autêntica universalidade da sociedade por sua própria parcialidade, impondo assim seus próprios interesses sobre os dos indivíduos sociais, e apropriando-se, para si própria, do poder de arbitrar, os interesses parciais conflitantes em nome de sua universalidade usurpada. (MÉSZÁROS, 2015, p. 118)

Esse é o sentido e o aspecto fundamental para os quais buscou-se chamar atenção e que parecem ser centrais para o objeto desta obra. Por quem, para quem e como se referenciará socialmente a soberania alimentar? Que mediações práticas são necessárias e correspondentes? O que temos é uma contradição nos tempos atuais entre o político e o social, tendo em vista que substancialmente esses aspectos têm sido inconciliáveis. O que está subjacente ao debate entre segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar são também esses elementos. Sair das políticas reformadoras e/ou, por vezes, políticas “substitucionistas”, portanto, implica toda uma ordem de mediações sociais, que, para se concretizarem, necessitam de forças materiais e sociais correspondentes. Porém, cotidianamente vemos que o fio condutor com que se construiu

as bases materiais das quais emerge a soberania alimentar apresenta-se para a atualidade como um agudo problema – humano, social e natural.

A soberania alimentar é uma questão social e, dados esses aspectos destacados anteriormente, não figura no terreno da política apenas – ou nas estratégias da sociedade política –, pois esta é expressão maior das condições que objetivam os seus limites e as dificuldades de sua implementação. Como destaca Mészáros (2015, p. 119), o “[...] caráter antagônico da própria base social, perpetua como tal pela estrutura política, o Estado seria irredimível [...]”. Há, portanto, a grande tarefa histórica da abolição do Estado, como anunciou Marx. Essa é a condição para resolver as contradições fundantes no seio da sociedade civil, tendo em vista que “[...] articula-se à ideia de que o Estado e a política em geral, como conhecemos, são, por sua própria natureza incapazes de abolir a si mesmos”. (MÉSZÁROS, 2015, p. 119) O Estado é um fator material⁵³⁵, e um dos mais poderosos. As condições objetivas e subjetivas de dar o direcionamento desse fator material são o que está em jogo permanentemente pela luta de classes. Nesse sentido, no processo de transição,

O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar, pouco a pouco, todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível o conjunto das forças produtivas.

Naturalmente, isso só poderá realizar-se, no princípio, por uma violação despótica dos direitos de propriedade e das relações burguesas de produção, isto é, por medidas que, do ponto de vista econômico, parecerão insuficientes e insustentáveis, mas que no desenrolar do movimento ultrapassarão a si mesmas, acarretarão novas modificações na antiga ordem social e serão indispensáveis para transformar radicalmente todo o modo de produção. (MARX; ENGELS, 2005, p. 76)

535. Entendem-se por fator material (aplicado ao Estado) as condições objetivas que este tem de impor processos que, de acordo com a sua natureza, são capazes de implementar a forma social e econômica da produção material da sociedade. Desse modo, em uma sociedade que tem como ponto fundamental a propriedade privada dos meios de produção, a existência do Estado deve ser permanente, como força para garantir o controle da sociedade pela classe dominante. Num projeto societário de classe (trabalhadora), justifica-se transitório e como fator material para as mediações necessárias de transformação.

Assim, ancorar um conjunto de políticas na racionalidade dominante, sem que as bases tenham as condições de direcionar o fator material, propriamente dito, não constitui avanço na direção de um projeto mais radical. No que concerne à questão da soberania alimentar, que por vezes figura como parte das discussões e elaborações da segurança alimentar e nutricional, bem como na atuação do CONSEA, por exemplo, embora tenha consequências positivas para a sociedade, não transforma radicalmente a situação material. O que temos no Brasil – que ilustra muito bem – é que o que há de mais avançado na prática social na tentativa de enfrentamento da fome e da questão alimentar é a segurança alimentar e nutricional, e não a soberania alimentar, embora, de forma explícita, enquanto conceito (perspectiva e intencionalidade), não haja dúvida de qual é a mais revolucionária. As CNSANs têm sido o espaço de exposição e “depósito” do máximo da energia, da força política e, por que não?, do intelecto político das bases, dedicados às alternativas de resolução dos problemas concernentes à alimentação.

Nesse sentido, a construção efetiva da soberania alimentar, por mais que perpassasse uma “revolução política, agrária, de formação humana, politécnica/tecnológica”, é, antes de tudo, perpassada por uma “revolução social”, sendo que é só desse modo que a construção pode se dar, em certa medida, independente dos limites aprisionadores e/ou dimensões práticas que convergem com as condutas “autoperpetuadoras” de exploração socioeconômica.

Calcados nesses aspectos se assentam a grande contradição e o conjunto de mediações do problema analisado nesta obra. Dada a materialidade social (a base real), o que temos é um problema de como se resolverá e se removerá na prática a contradição entre a parcialidade (material)⁵³⁶ da soberania alimentar e a universalidade (ou totalidade) à qual corresponde o sistema agrícola e agroalimentar na atualidade. Objetivamente temos uma luta política, desenvolvida pelos movimentos e organizações sociais pelo mundo, frente ao problema, sem, contudo, apresentar em igual teor e potência – pelo menos por enquanto – as condições objetivadas para a luta socioeconômica. A unidade dialética entre a luta política e socioeconômica está fortalecida no âmbito dos embates e debates “formalizados”, mas materialmente fragilizada.

536. Sem domínio político. Ou seja, nesse caso não é a aplicação da “parcialidade política” que, no modo de produção atual, tem força e domínio sobre a universalidade social.

A ausência das condições objetivas para a implementação das estratégias e medidas que convergem, de maneira substancial, para a soberania alimentar pode (ou até tem demarcado, ao meu entendimento) levar à frente e fortalecer as políticas que incidem no desenvolvimento do projeto político adversário. Levando em consideração o aspecto e pertinência social da soberania alimentar, o processo revolucionário (proposto e que pode ser implementado) transcende, portanto, o aspecto político e a ideia do local/nação. Como essa particularidade e parcialidade, neste momento histórico, poderá angariar a condição objetiva de sua universalidade⁵³⁷?

Entende-se, portanto, que o movimento fundamental, que deve ser priorizado e tensionado efetivamente, deve atingir as condições objetivo-materiais que estão por fora da racionalidade política (superestrutura), hoje hegemônica. Só assim a política em perspectiva, a partir desse processo, adquire a sua universalidade (transcendendo “o pautar” e o embate feitos no interior da estrutura política) por estar assentada no aspecto social.

A validade das teses constituídas nas discussões acerca da soberania alimentar é inquestionável. No entanto, parecem ser confusos, ainda, os critérios últimos que darão a base e que definem a sua pertinência na totalidade das ações e atividades humanas. Fundamentalmente na clareza dos limites e das contradições, frente à conspiração histórica das circunstâncias às quais a classe trabalhadora (e camponesa) é submetida e nas quais atua, por vezes, pelo imperativo da necessidade e, por outras, pelas pautas mais radicais. Ou seja, nesse processo contraditório, o que tem angariado mais potência? 1) O processo de inserção na política associada ao Estado moderno e que, portanto, usurpa o poder social da decisão,

537. Aplicando as possibilidades elucidativas do raciocínio análogo e salvaguardando as devidas proporções e relações com o que se discute aqui, Mészáros (2015, p. 123) nos dá indicativos pertinentes para assentarmos esta discussão e as questões centrais trazidas, sobretudo, a parcialidade da política que suplanta (devido às condições objetivadas) a universalidade do social. Diz ele, ao discutir os principais traços da teoria política de Marx: “O domínio da parcialidade sobre a sociedade como um todo é sempre sustentado pela política como o complemento necessário à iniquidade das relações materiais de poder estabelecidas. Isso explica a impossibilidade de a sociedade emancipar-se do domínio da parcialidade sem transcender radicalmente a política e o Estado. Em outras palavras, se age *politicamente* o proletariado permanece na órbita da parcialidade [...], enquanto a realização da revolução *social* advogada por Marx envolve inúmeros outros fatores, muito além do nível político, com a maturação das condições objetivas relevantes”.

por substituí-lo como imperativo categórico dos processos? Ou 2) os processos que, mesmo nos menores passos, conseguem, de algum modo, reconstituir (negar radicalmente), no meio social, alguns aspectos usurpados pela forma política e material-econômica, colocando em marcha em direção contrária à hegemonia?

Nesse sentido, também a luta social empregada pelos movimentos camponeses, seus processos e pautas precisam ser avaliados constantemente para que se possa potencializar aqueles que angariam maior força material correspondente ao anseio a ser conquistado⁵³⁸.

A composição essencial de “três elos multidimensionais” interseccionados que definem a soberania alimentar – 1) material: alimentar, energética, territorial, genética, hídrica; 2) social: econômica, social, política, ambiental, cultural; e 3) de mediação: material, prático-política e utópica – a inscreve como um conceito de fato revolucionário, como mencionado anteriormente. No seu patamar mais alto, ou seja, considerando o que a soberania alimentar realmente significa e representa, a partir da ideação (projeção) da utopia, há, de fato, a percepção de que centralizar a força na política (estatal), num primeiro momento, é objetivamente optar pelo caminho (mais) inadequado, “pedregoso”, para servir à finalidade desejada. Ao mesmo tempo, a busca em se aproximar dessa finalidade é correlata à capacidade de resistir, transformar e descartar completamente os meios que se tornam as restrições objetivas. Portanto, no projeto classista, os trabalhadores devem ter as condições objetivas e serem “capazes de operar em relação direta uns com os outros, sem a intermediação mistificadora e restritiva ‘do manto da política’”. (MÉS-ZÁROS, 2015, p. 128)

Mediante as leis objetivas no interior do modo de produção – que já foram retomadas algumas vezes –, desencadeou-se a necessidade de

538. O conjunto de experiências acumuladas pelos movimentos camponeses e a prática social revolucionária de vários militantes têm trazido o necessário tensionamento para dentro dos movimentos sociais através da avaliação e disputa sobre os rumos, métodos de organização e de luta. Apenas pequenos avanços em políticas reformadoras dão-nos conta de que é preciso radicalizar as lutas sociais. Para se pensar efetivamente num processo de construção da soberania alimentar, tem de ocorrer “[...] o caminho revolucionário capaz de efetivamente conquistar a terra através da destruição completa do latifúndio por apoiar-se num programa revolucionário de transformação para o campo, por considerar os camponeses pobres como força principal para as transformações democráticas revolucionárias de nosso país, assentadas na aliança operário-camponesa”. (CLCP, 2006, p. 5)

se pensar em soberania alimentar, e vemos que a constituição de seus pré-requisitos, ao se impor como enorme desafio no curso de seu desenvolvimento, há de levar em consideração a constante necessidade de transformar radicalmente tanto as circunstâncias quanto as pessoas envolvidas no processo. Como se pode verificar, a necessidade social no conceito de soberania alimentar não se resume apenas às determinações materiais, mas expressa uma compreensão dialética do que falta e pode ser realizado considerando as tendências da realidade objetiva no tempo. Ou seja, o êxito em sua implementação é inseparável da consciência social, que, mesmo frente às tensões adversas, apreende as contradições e condições em transformação, retirando destas as lições que se inscrevem favoráveis e em potência do que se tenta transformar. Há, portanto, um longo processo para novas condições, tendo em vista que não são apenas a transformação ou destruição de um conjunto de mediações, mas uma nova organização da produção da existência. Karl Marx, em *A guerra civil na França*, destaca:

As classes trabalhadoras sabem que têm de passar por diferentes fases da luta de classe. Sabem que a *substituição* das condições *econômicas* da escravidão do trabalho pelas condições do trabalho livre e associado só pode ser o *trabalho progressivo do tempo* (essa transformação econômica), que isso requer não apenas uma mudança da distribuição, mas uma nova organização da *produção* – ou, antes, requer a liberação (desobstrução) das formas sociais de produção no atual trabalho organizado (engendrado pela indústria atual), libertando-as dos grilhões da escravidão, de seu caráter de classe – e o estabelecimento de sua harmoniosa coordenação nacional e *internacional*. Elas sabem que essa obra de *regeneração* será continuamente atrasada e impedida pela resistência de direitos adquiridos e egoísmos de classe. Elas sabem que a atual “ação espontânea das leis naturais do capital e da propriedade fundiária” só pode dar lugar à “ação *espontânea* das leis da economia social do trabalho livre e associado” mediante um *longo processo* de desenvolvimento de novas condições, tal como ocorreu com a “ação espontânea das leis econômicas da servidão”. Mas elas sabem, ao mesmo tempo, que grandes passos podem ser dados desde já pela forma comunal de organização política e que é chegada a hora de iniciar esse

movimento para elas mesmas e para o gênero humano. (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2015, p. 132)

Trazendo essas questões para a particularidade da implementação da soberania alimentar, vemos que estão imbricadas com a mudança da totalidade, porém, as primeiras tarefas devem ser iniciadas e desenvolvidas através do trabalho progressivo no tempo⁵³⁹. Retoma-se aqui a problemática anunciada no início desta seção. Mesmo havendo o tensionamento político e a inserção de políticas públicas com vista à segurança alimentar e nutricional, ou até mesmo à soberania alimentar, há efetivamente uma extensão bastante limitada, tendo em vista que as bases e condições materiais de produção em geral, em sua forma lógica de reprodução, continuam inalteradas. Isso demonstra muito bem que a força de dominação do capital sobre o trabalho é econômica, e não política. “Tudo o que a política pode, é fornecer as ‘garantias políticas’ para a continuação da dominação já materialmente estabelecida e enraizada estruturalmente”⁵⁴⁰. (MÉSZÁROS, 2015, p. 134) O processo de dominação do capital não pode ser superado tendo como primado, neste contexto histórico, apenas a política (estatal).

Há uma especificidade sócio-histórica que, num primeiro momento, tem sido denunciada pelos movimentos sociais de base popular, anunciando alguns processos de intervenção, que indicam a destruição/superação do processo hegemônico de reprodução do capital. No entanto, o que é realmente fundamental é a compreensão dialética do historicamente específico (soberania alimentar) com o “trans-histórico” (a condição humana). Considerando isso, deve-se questionar: o que tem ligado efetivamente os primeiros passos (que se tem dado) com as estratégias materiais de um longo processo de superação e transformação?

A citação a seguir sintetiza de maneira bastante clara algumas questões centrais abordadas na presente obra. E, de maneira bem específica – se aplicado um raciocínio análogo –, colocada nas dimensões das discussões da alimentação e do processo de implementação da segurança

539. Num imbricamento concomitante entre organização e luta social, controle social, tensionamento político, práticas agroecológicas, práticas de formação humana expressivas desses conteúdos materiais inerentes e em processo.

540. Esses aspectos foram demonstrados quando reconstruímos o processo de constituição histórica do conceito de segurança alimentar.

alimentar e nutricional e soberania alimentar, expressa bem alguns processos em transição.

Há épocas na história – normalmente em períodos de transição – em que as contradições internas das formações sociais particulares vêm à tona com maior clareza do que em circunstâncias normais. Isso porque em tais épocas as forças principais do confronto social em andamento defendem demandas rivais mais claramente como alternativas hegemônicas entre si, o que confere não apenas uma maior fluidez, mas também uma maior transparência ao processo social. Quando as forças em disputa se acalmam, em modo de interação mais firmemente regulado (na verdade, em uma larga extensão, tornado rotineiro ou institucionalizado), sob o predomínio de uma delas – e, para os participantes, por um período de tempo que parece indeterminado –, as linhas de demarcação social se tornam cada vez mais obscuras. O conflito que anteriormente era agudo, perde sua borda cortante e seus animadores parecem ser assimilados ou “integrados”, pelo menos naquela hora. (MÉSZÁROS, 2015, p. 144)

Outro aspecto que compõe as inquietações e preocupações do autor tem a ver com a “temporalidade” da soberania alimentar. Ou seja, embora seja historicamente necessário o primeiro passo, a relação entre o otimismo da vontade ou vontade otimista⁵⁴¹ (pelos seus protagonistas) e a realidade é bastante desigual e desafiadora. Volta-se, portanto, em um ponto nodal, que é: qual a temporalidade adequada, frente ao processo de (cor)relação de forças políticas e contradições materiais, no qual estas aumentam as barreiras objetivas para a sua realização? O que está em jogo não é apenas a forma com funciona o sistema (no caso, para garantir o alimento para a sociedade), mas, sobretudo, a base material, que, assolada pelo sistema hegemônico (como já demonstrado), poderá

541. Nas discussões gramscianas, aparecem essas questões como positivas, tendo em vista que ajudam e motivam (considerando a visão de mundo dos que se propõem a lutar) as pessoas frente às questões difíceis da luta. Ao contrário, ele vê no pessimismo do intelecto mais negatividade. Dados os enormes desafios e linhas limítrofes encontrados nos dias atuais, e frente às relações de forças, talvez no “intelecto” se acomodaria com maior conforto e aconchego uma concepção “cética” da soberania alimentar. Ou, quando muito, uma satisfeita inscrição na parcialidade político-social intrassistêmica. Contudo, ao combinar a radicalidade do conceito com a utopia, a interconexão entre ambas é a condição que devemos perseguir.

inscrever-se incapaz para a garantia ideal da produção de alimentos com qualidade. O conteúdo material de algumas bases (projetadas/ideadas) da soberania alimentar pode deixar de “existir” (como bases genéticas, biodiversidade, solos etc.) dadas as condições de irreversibilidade (categoria que a cada dia ganha mais conteúdo material pelo avanço das forças destrutivas do modo de produção do capital).

Dadas as condições objetivas, a temporalidade da soberania alimentar assenta-se numa perspectiva e escala de longo prazo no tempo. Desse modo, a partir do materialismo histórico dialético, vemos que as contradições presentes no movimento do real e no modo de produção são também apreendidas e tensionadas em virtude da relação de forças e circunstâncias que podem potencializar formas concretas para a sua realização. Mesmo tendo já o anúncio da crise estrutural do capital, no âmbito agrário, apesar das contradições (e dos deslocamentos das contradições, muito bem aplicados pelo “desenvolvimento desigual e combinado”), há ainda possibilidades de válvulas de escape (primeiro na totalidade extensiva, e, “concluída” esta, na totalidade intensiva, apesar de já conviverem com menor ou maior intensidade) para o capital (tanto territorial e econômico, quanto político), o que, além de postergar a saturação das contradições, expande os limites e a destruição da base material⁵⁴², base esta, como se tem destacado, ideal para a implementação da soberania alimentar.

Demarcados alguns aspectos que ajudam a pensar a temporalidade objetiva (da necessária travessia e mediação), o que se deve também levar em consideração é a temporalidade subjetiva da classe trabalhadora acerca da questão da alimentação. Nesse sentido, o alcance mais bem-definido – como já demonstrado – está no campesinato organizado em movimentos sociais. Parece ser pertinente um olhar atento sobre os aspectos que têm envolvido os determinantes objetivos que incidem na luta social em prol da soberania alimentar e os processos sociais gerais (as relações sociais com o alimento), sobretudo, para compreender a correlação contraditória entre a temporalidade subjetiva (da franja de classe envolvida mais diretamente) e a escala histórico-objetiva do tempo, inserida na visão que motiva e faz lutar, e a relevância desse processo todo para a sociedade em geral.

542. Considerando esse processo e esse dinamismo, o capital tem demonstrado fôlego em suas estratégias de dominar, subjugar e punir as forças que se lhe opõem (nas diversas regiões do mundo).

Esse aspecto último é importante apreender com radicalidade, para poder equilibrar as tendências e as contratendências de algumas antecipações idealistas de longo prazo que podem tirar o foco fundamental da luta social no presente, ou, até mesmo, inserir no presente a energia maior em mediações que não são correspondentes a um processo efetivamente revolucionário⁵⁴³. Para a implementação da soberania alimentar, utilizar a política em sua forma de parcialidade moderna não é estratégico. Com esse *status*, esta constrange e dificulta os movimentos emancipatórios e, portanto, a intensidade de sua utilização como instrumento deve ser determinada pelo processo transformador das bases reais e econômicas.

Sendo o “novo” emanado do “velho”, e sendo esse novo, pelo menos nas condições explicativas atuais, colocado no horizonte e na temporalidade do longo prazo, a questão fundamental a se superar são as dificuldades que se multiplicam ao tentarmos operacionalizar no contexto da temporalidade imediata. E, nesse sentido, confirma-se que a mudança é na infraestrutura, e, que por essa razão, dessas transformações advêm as mediações políticas necessárias que possibilitam antecipar estratégias e perspectivas, que se assentam, fundamentalmente no período histórico do longo prazo, em estratégias imediatamente praticáveis.

A classe trabalhadora deve buscar as mediações necessárias e estar vigilante frente às falsas mediações que são cotidianamente construídas pelo modo de produção e pela ordem estabelecida. As pressões, as pautas, os debates e embates acerca da soberania alimentar que temos hoje, assentados numa temporalidade imediata e visando a uma temporalidade de longo prazo, devem compor estratégias que, no processo histórico, possam ir otimizando, como destaca Mészáros (2015, p. 163), “*muitas transições dentro da transição*” principal.

Harriet Friedmann, na conferência inaugural “Paradoxo das transições: conectando mudanças incrementais com transformações profundas nos sistemas alimentares” (*Paradox of transitions: connecting incremental changes with deep transformations in food systems*) do III Encontro

543. Exemplo disso é “[...] o modo pelo qual se constituiu o sistema marxiano trouxe com ele tanto a definição radicalmente negativa da política como a abominação das mediações como prática miserável da conciliação e da cumplicidade com a ordem estabelecida. [...] mesmo para a política socialista, um papel extremamente limitado, estritamente transitório”. (MÉSZÁROS, 2015, p. 158)

Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (III ENPSSAN), realizado na cidade de Curitiba, Paraná, nos dias 8, 9 e 10 de novembro de 2017 (Universidade Federal do Paraná, *campus* Jardim Botânico)⁵⁴⁴, destaca que ocorreu e continua a ocorrer uma uniformização das opções alimentares. Embasa sua análise nos processos de transição e suas contradições internas, que demarcam processos (nas contradições objetivas) de afirmação, resistência e resiliência no avanço e na oposição da mundialização do capital e de suas estratégias de dominação e acumulação.

Utilizando a linguagem metafórica (assentada na analogia, “argumentos análogos”), compara o momento histórico atual (no que diz respeito à questão da alimentação no mundo) com o período que abarcou os processos de transição sociotécnica dos navios a vela (já insuficientes em tamanho, tecnologia, segurança e eficiência para cumprir as novas demandas) para os navios a vapor (que representavam avanço, o novo, a superação, para corresponder às demandas e, portanto, materializar a utilização e incorporação de novos conhecimentos e novas tecnologias oriundos da Revolução Industrial)⁵⁴⁵. Através do raciocínio análogo, Friedmann (2017) analisa esse processo e destaca que este ajuda-nos a compreender e a pensar as possibilidades das transformações e transições no sistema agroalimentar, e como as suas contradições e sistemas “alternativos” (experiências e práticas agroecológicas, por exemplo) podem ir se afirmando no processo de produção de alimentos e se consolidando em “fenômeno” novo e fundamental para a soberania alimentar.

544. Os apontamentos aqui destacados acerca das contribuições de Friedmann baseiam-se nas minhas anotações ao acompanhar a sua palestra.

545. De acordo com Harriet Friedmann, várias das primeiras unidades dos navios a vapor explodiam. Ao mesmo tempo os navios a vela se tornavam cada vez maiores na tentativa de resistir e competir, porém mais frágeis e sujeitos a eventos trágicos. Friedmann dá o exemplo dos navios a vela que se tornaram maiores nos últimos trinta anos daquele período no qual ocorria a transição. Com esse exemplo quis demonstrar que o sistema em crise busca também alternativas e resoluções tecnológicas intrassistêmicas como tentativa de resistir ao avanço, ao crescimento e à preponderância do novo. Se, por um lado, nos navios a vela, havia limites devido à tecnologia insuficiente para corresponder às demandas objetivas da época, por outro, a nova tecnologia também não dava conta de garantir as demandas em sua totalidade. Contudo, esse processo concorrencial a partir das condições objetivas, além de ser um teste de tempo, instituiu a forma mais eficaz para aquilo que as demandas e necessidades apontavam. Nesse sentido, constitui a hegemonia de um modelo como superação do outro.

Com essa metáfora, busca demonstrar também que as transições fundamentais, necessárias, ocorrem normalmente em períodos longos (que somam décadas e até dezenas de décadas). Demarca, no entanto, que as transições constituintes do desenvolvimento histórico-científico e técnico, induzido pelas leis objetivas coordenadas pelo “modelo de desenvolvimento”, integram demandas e imperativos que vão se compondo e se tecendo nas contradições objetivas. Assim, dada a relação de forças, há a preponderância de “modelos hegemônicos” que, no entanto, não escapam às contradições e aos germes do novo.

Considerando que a transição de um modo/modelo ao outro depende de períodos de tempos (em grande medida longos), em regra costuma-se não perceber as potencialidades em curso, ou até mesmo duvidar delas, as quais, dadas as condições objetivas, vão se constituindo em contraposição⁵⁴⁶. A possibilidade da transformação, partindo desses pressupostos, deve levar em consideração que há a necessidade de “*muitas transições menores*”, tendo em vista que o “*novo regime não fica claro em um primeiro momento*”. (FRIEDMANN, 2017, destaques nossos)⁵⁴⁷

Nas últimas décadas há o questionamento do modelo de desenvolvimento que se expande em ritmo acelerado, ao mesmo tempo que verificamos a ampliação e a inovação das demandas, que podemos exemplificar com as necessárias mudanças na forma de a sociedade produzir, armazenar, transportar e consumir os alimentos. Entre os processos que incidem na necessária transformação de como a sociedade constitui o seu alimento, os regimes alimentares desenvolvem as condições e materializam o processo de transição. Ou seja, tomando o exemplo com o qual fazemos a analogia, a transição é a unidade da implementação das “duas técnicas” fundamentais que são substanciais na mudança: a que se “afirma” e ganha espaço material, e a que está sendo, ou que deve ser, superada.

No caso da metáfora utilizada, da passagem dos navios a vela para os navios a vapor, alguns experimentos (formas práticas) e tecnologias tiveram que se unir (madeira e ferro, resultando na explosão de muitos

546. Por exemplo, elementos de indução transformadora, presentes nos Programas Nacionais de Aquisição de Alimentos e de Alimentação Escolar, entre outros programas e políticas, com os germes do “novo”, potenciais em sua natureza, que podem se fortalecer no tempo.

547. Tem a ver com a ideia da utopia como negação do presente, com aporte na prática de germes do novo e de um outro lugar, lucidez na projeção, com um porém: uma “dose” de “miopia” para enxergar com clareza o horizonte material, causada e interposta pelas condições objetivas materiais de dominação.

navios novos), para que a nova técnica (navio a vapor que incorporava novas bases tecnológicas) pudesse ir se afirmando até se tornar fenômeno novo e expressão da superação de condições objetivas que demarcavam o (então “velho”) modelo/sistema, para o “novo tempo histórico”. Há uma relação de forças objetivas entre a “afirmação do novo” pelo “novo” e a “revalorização do novo” pelo “velho”.

Além disso, a experiência e o conhecimento acumulados acerca dos “navios a vela” possibilitaram, por algum tempo, a ampliação de suas potencialidades, como mencionado anteriormente, em tamanho, o que, no entanto, não conseguiu manter a sua segurança e eficiência devido aos limites tecnológicos frente às demandas que impulsionavam os transportes marítimos⁵⁴⁸.

Em relação ao alimento, vemos que esse último aspecto ocorre, sobretudo a partir das iniciativas sistêmicas. Diferentes iniciativas e políticas visam amenizar, adaptar, reformar, ampliar, porém, não superar os problemas da fome, da desnutrição, da forma de produzir, de armazenar, de distribuir e de consumir os alimentos. Esses elementos estão prescritos na lógica da acumulação. Vemos que as alternativas apresentadas pelo sistema agroalimentar em relação à alimentação assemelham-se às alternativas da produção agrícola e industrial em geral. Em outras palavras, estamos fazendo com o nosso corpo o que fazemos com o solo. Ou seja, cada vez mais, inserindo elementos e suplementos externos, sintéticos e químicos.

Harriet Friedmann (2017) destaca também que a “transformação”, as “transições e mudanças” acontecem em escalas de tempo e de espaço. Em relação à questão do regime alimentar e seus problemas, a partir da apreensão de suas contradições e crises, estas vão potencializando ou destruindo alternativas de resoluções e superação. Ou seja, de acordo com o contexto da totalidade, os elementos que constituem os processos de produção e obtenção de alimentos (energia, insumos, matéria química e/ou orgânica) é que determinam a “natureza” do regime alimentar e do sistema agroalimentar.

A apreensão do pensamento crítico demonstra que há a necessidade e urgência histórica de uma mudança em todo o sistema agroalimentar.

548. Essa afirmação, ao utilizarmos a linguagem metafórica, podemos comparar com a intencionalidade implícita e explícita do desenvolvimento sustentável, que visa fazer reparos e reformas sistêmicas com o intuito de manter e ampliar a acumulação de capital, como veremos a seguir nas considerações introdutórias da análise da agroecologia.

Contudo, de acordo com Friedmann (2017), o alimento é mais complexo do que uma transição tecnológica, e, por consequência, as mudanças são também mais complexas do que uma transição tecnológica da navegação, conforme demonstrada e utilizada metaforicamente, para compreendermos as possíveis mudanças e transições nos regimes alimentares⁵⁴⁹.

Ao pensarmos os alimentos (soberania e segurança alimentar e nutricional), hoje devemos perguntar: o que é então o alimento? E como os alimentos são vistos pelas formas de produção e regimes alimentares? De acordo com Friedmann, obtemos dois tipos de conhecimento e prática que demarcam esses aspectos que compõem a “natureza” dos alimentos, que constituem a contradição e estão em conflito: os sistemas lineares e os sistemas circulares.

Nos sistemas lineares, temos a hegemonia e a determinação dos recursos financeiros e da lógica de reprodução do capital, o que incide sistematicamente em alimentos “monoculturais e industriais”, que se fazem cada vez mais em um indutor de dependências dos elementos estruturantes que compõem essa lógica, e de medidas prático-políticas que fortalecem as diretrizes de reprodução do capital e, por consequência, da destruição da natureza e da diminuição e destruição da diversidade dos recursos naturais.

Nos sistemas circulares pressupõem-se “outros valores”. Ou seja, precisam (no arcabouço do conhecimento) de outras formas de cálculos. Mudar a forma com que medimos, e considerar a variedade dos ecossistemas locais, sob a perspectiva da ecologia, é o primeiro passo. Sabemos que a maior deficiência no mundo é de micronutrientes. Porém, poderemos retirar da produção essa possibilidade, desde que sejam consideradas a biodiversidade e as condições naturais de sua reprodução. Então, o que deve ser repensado, em termos de expressão da real contradição nos processos produtivos, é como produzir sobre essa lógica agroecológica, como compreendê-la e quais valores intrínsecos comporão os parâmetros para “medir” a produção.

549. Para Harriet Friedmann, no processo histórico, as movimentações de populações também possibilitaram as movimentações de alimentos e a introdução de novos produtos de alimentos em diferentes regiões e culturas. De igual forma, potencializaram a expansão das fronteiras de *commodities*. Particularmente, entendo que a expansão das fronteiras de *commodities* se dá fundamentalmente pela movimentação do capital, e não pelo movimento das populações apenas.

Não pode se basear no peso – apenas –, mas fundamentalmente levar em consideração a biomassa, os ecossistemas, a resiliência⁵⁵⁰, a biodiversidade dos sistemas naturais. O indicativo é que devemos misturar o que temos e o que precisamos, e essa mistura determinar a característica dos processos produtivos⁵⁵¹. Essa mistura também institui o ponto de partida no determinado momento histórico. Porém, a consciência de classe deve ter clareza do que precisa ser fortalecido.

A metodologia necessária, no entanto, abarca o além do “*quantum*” extraído da base natural (natureza, solo, água etc.), na forma de produtos da ação interventora do homem. Deve incorporar, no processo metodológico de “medição”, a cultura, a ciência e os recursos locais e os introduzidos no processo dentro desse processo cíclico. E são várias as perguntas orientadoras (para a mediação e transição) que devem propor o horizonte. Como chegar de um estado de insustentabilidade para um estado de sustentabilidade? Quais acordos em curto, médio e longo prazo devem pactuar a ação conjunta entre o Estado, órgãos e organismos nacionais e internacionais e os povos? Como e por que ocorre a entrada de insumos externos nos processos produtivos, já que, na natureza, nada é desperdiçado? Tudo é ou pode ser alimento nesse processo cíclico? Como a produção se tornou hegemonicamente tóxica, e os seus processos pautados nas resoluções que vêm de fora das unidades produtivas? (FRIEDMANN, 2017) Como podemos e do que precisamos para constituir a soberania alimentar, transformando o alimento em seu valor de uso como fonte e materialização de “qualidades metabólicas”, e reconstituir conexão entre o ser humano e o seu meio ambiente? (MCMICHAEL, 2016)

De acordo com Friedmann (2017), a agricultura cíclica ressoa em algumas práticas nos Estados Unidos. Os industriais estão se dando conta dessa necessidade. Porém, busca-se primeiramente mais potencialidade

550. “A capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade potencialmente exposta a ameaças e adapta-se resistindo ou mudando com o fim de alcançar e manter um nível aceitável em seu funcionamento e estrutura. Determina-se pelo grau no qual o sistema social é capaz de auto-organizar-se para incrementar a sua capacidade de aprendizagem sobre desastres passados com fim de alcançar uma melhor proteção futura e melhor das medidas de redução do risco de desastres”. (ABRANCHES, 2009, *s/p*)

551. Germes do “novo”, com o fortalecimento desses processos compostos por esses elementos novos, por exemplo: práticas agrícolas que visem à transição agroecológica, à busca de diminuição da escala de tempo do processo de produção do alimento e consumo, aos circuitos curtos etc.

de angariar recursos, e, também, ao longo do tempo, reconstituir condições para poder contar com as bases materiais naturais para continuar se reproduzindo. A indução dessa prática é um indicativo da percepção de insustentabilidade desse modelo na sua forma hegemônica, e que, portanto, tem obrigado esses produtores a fazerem os incrementos necessários. Correspondente a isso, estão no horizonte as possibilidades de transição, tendo em vista que se buscam alternativas de como fechar os ciclos quebrados, ir fechando em partes, um passo de cada vez, já que, em cada quebra e ruptura metabólica da natureza, há uma possibilidade de produzir algo que pode se tornar uma potencialidade de angariar recursos e lucros.

Esses últimos exemplos enfatizados por Friedmann (2017) não são de todo negativos. Mesmo que tenham, como correspondência necessária, as condições de reprodução econômica desses produtores, são, em contrapartida, a demonstração de que a “salvação” não é garantida 100% pelo que vem de fora, os insumos e produtos químicos e sintéticos. São, portanto, o imperativo da contradição final/principal, tensionada ao máximo e expressada nos perigos da irreversibilidade.

Essas práticas estão demandando o apoio aos circuitos curtos e “modelos” produtivos locais. Porém, embora sejam iniciativas e objetivos importantes para os processos de transição, ainda são insuficientes. O horizonte (mais radicalizado) a que se quer chegar é a agroecologia. De acordo com Friedmann (2017), esse processo necessita de subsídios, temporalidade em longo prazo, mudança de estado das coisas, pensar em termos de décadas e séculos (pois, segundo ela, mudanças históricas substanciais ocorrem em séculos, são transições de longo prazo).

Como mencionado anteriormente, o alimento (as condições para obtê-lo em todos os processos) é diferente da mudança de um padrão tecnológico (no caso, os navios a vela e a vapor necessitam basicamente de energia fóssil) utilizada metaforicamente, embora esta traga processos de transição. O alimento é composto por relações mais complexas e multidimensionais. É nesse sentido que se aponta a necessidade de constituição de nichos menores de alimentação orgânica e agroecológica, como parte das inovações em diversas escalas, para ir reformando, reconstituindo ou mudando os sistemas e as bases orgânicas, tendo em vista que o sistema agroalimentar hegemônico está em crise.

Qual é a tarefa dos intelectuais nesse processo? Friedmann (2017) destaca a importância dos intelectuais que potencializam e ampliam os conhecimentos relacionados aos aspectos culturais, sociais e biológicos, à natureza de maneira geral. É, portanto, um conhecimento integrado (conhecimentos bioculturais) que contribuirá para evolução dos povos e da estruturação de novas paisagens e práticas produtivas em oposição às desenvolvidas pelo sistema agroalimentar hegemônico. Enfatiza, nesse sentido, as experiências da produção orgânica (que reconhece a escala) e da agroecologia, que institui processos diversos, diferentemente do sistema de produção dependente de subsídios e suplementos externos, por exemplo, os de fertilidade.

Considerando essa discussão filosófico-política, concluímos que o movimento do pensamento na apreensão do real em uma época de transição e/ou com vista ao processo de transição histórica deve ter clareza dos aspectos metodológicos da “mediação”. Nesse sentido, com o intuito de lançar luz à análise e à discussão que já fizemos, e que faremos na sequência, bem como assumir a pertinência histórica da soberania alimentar, retomo Mészáros, a partir de sua obra *Estrutura social e formas de consciência: a determinação do método*.

Com relação ao método, a *mediação* é a categoria mais importante tanto teórica quanto prática em nossa época de transição histórica. Não pode haver surpresa nisso. *Teórica, porque em vista a magnitude do desafio que temos de enfrentar, nada pode ser conquistado com êxito sem uma concepção intelectualmente coerente e verdadeiramente abrangente da mediação*. E, na *prática, porque é impensável instituir na ordem social estabelecida as mudanças qualitativas exigidas sem adotar as formas apropriadas de mediação prática que podem fazer historicamente viável no futuro nosso ineludível modo de reprodução sociometabólica – como seres mediados por si próprios da natureza que devem assegurar até no mais longo prazo suas condições de existência numa interação plenamente adequada com a natureza*. Tais mudanças qualitativas são necessárias em absoluto porque a destrutividade crescente de seus antagonismos consolidados e definitivamente explosivos torna insustentável ao extremo a ordem existente de reprodução social, sob o domínio do capital. (MÉSZÁROS, 2009, p. 277, destaques nossos)

Esses fundamentos teóricos, que buscam elucidar, de maneira radicalizada, a questão da “mediação”, trazem as condições para compreendermos essa imbricada relação entre a gênese e o conteúdo histórico-material da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar, frente à realização dos próximos passos. O que está em questão nesse processo contraditório é se a “mediação” está objetivamente sendo trivializada ou radicalizada por parte da práxis da classe trabalhadora e dos movimentos sociais de base popular. É sobre esses aspectos que nos alerta Mészáros:

No discurso teórico e político adequado à perspectiva privilegiada do capital na fase descendente de desenvolvimento do sistema, a questão da mediação é, via de regra, trivializada. Tende a ser reduzida a um núcleo apologético do conceito, apenas às exigências manipuladoras para assegurar a perpetuação das relações estabelecidas. É por isso que a questão vital da mediação é definida como *equilíbrio* das forças identificadas no conflito real ou potencial, no interesse de uma *acomodação reconciliadora* projetada; e assim considerada marginal em seu campo de ação, o que deixa intocadas as determinações estruturais da ordem estabelecida. (MÉSZÁROS, 2009, p. 277)

Esses elementos trazidos por Mészáros ajudam-nos a avaliar o processo da luta, do debate e do embate acerca da “política pública” que envolve a questão alimentar no Brasil e no mundo, desenvolvido pela franja popular organizada da sociedade civil frente ao Estado⁵⁵². Ao meu entendimento, a “mediação” tem sido mais “apologética”⁵⁵³ do que uma prática-material radicalizada, mesmo reconhecendo os significativos avanços, entre eles a consciência de um novo processo e devir histórico, ou seja, da própria soberania alimentar.

Nesse tipo de concepção, permanece oculto o fato de que a racionalidade pretendida com o “equilíbrio” e a “iluminada acomodação

552. Em relação ao debate e embate no mundo, poderemos ver elementos desse processo na pesquisa que deu base para este livro, no apêndice C: “A questão alimentar: elementos, linhas limítrofes e iniciativas no mundo na atualidade”.

553. No sentido de apresentar, dar “uma” razão de fazer a “defesa”. Isso se justifica pelo alcance do movimento e pela relação do pensamento com o movimento do real, o que dá a conotação do sentido utópico do devir, em grande parte pela negação do instituído a partir das relações de reprodução do capital.

interessada em si própria” se molda à realidade tosca da relação de forças preestabelecida e necessariamente reimposta numa base contínua da ordem hierárquica de dominação e subordinação consolidada. Consequentemente, o “equilíbrio consensual” é uma farsa à qual, sob o domínio do capital, não pode haver “alternativa alguma”, como por vezes se reconhece de maneira explícita. (MÉSZÁROS, 2009, p. 277)

Isso posto, denota também que, na realização do “devir”, a soberania alimentar traz, em seu conteúdo material e político, a ruptura com essa tendência de acomodação reconciliadora, inscrita nas políticas de segurança alimentar e nutricional, e, até mesmo, no prescrito dos direitos humanos. A luta social, o controle social na busca da mediação real de transição histórica e, como parte integrante, a soberania alimentar compõem-se por conteúdos materiais que transgridem a ordem e constituem novos processos.

Nesse sentido, vemos que as lutas sociais e os significativos avanços em condições objetivas de alargar o terreno do controle social, que vêm se realizando em diversos lugares e setores da sociedade, são um indicativo importante. Sobretudo porque são expressões e germes das condições de realização da transição histórica, como bem destaca Mézáros (2009, p. 278):

Isso só é viável se o *sujeito histórico* conclamado a instituir tal transformação estiver de fato no controle do processo vislumbrado de reestruturação radical, na qualidade de um *sujeito mediado e controlado* por si próprio [...].

As questões evocadas nesta seção buscam demonstrar que a substancialidade das mediações necessárias, em seus desdobramentos práticos, deve incorporar a elaboração e a instituição prática dos princípios fundamentais operativos que vão compondo as novas formas de intercâmbio social.

A única mediação viável e sustentável de forma indefinida entre a humanidade e a natureza, assim como dos indivíduos sociais entre si, como a característica definidora da nova forma histórica, é inconcebível sem um sujeito social ativo que possa intervir autonomamente no processo social em curso. Nesse sentido, a mediação em questão pode adquirir seu significado apropriado apenas enquanto mediação dos indivíduos sociais por si próprios, os quais exercem seu controle

genuíno sobre o processo de reprodução social como *sujeitos reais livremente associados* de sua ação *planejada de modo abrangente*, junto aos detalhes práticos de sua implementação. Isso quer dizer, os *conceitos de controle e mediação* de si próprios, *além da autonomia genuína dos reais* sujeitos históricos agindo conscientemente *devem marchar todos juntos se quisermos conferir um sentido tangível e viável à ideia de mediação*, no lugar dos postulados especulativos que vimos antes, adequados apenas para ofuscar e idealizar as relações de poder hierarquicamente reforçadas da mediação antagônica que dominam a ordem estabelecida. (MÉSZÁROS, 2009, p. 283, destaques nossos)

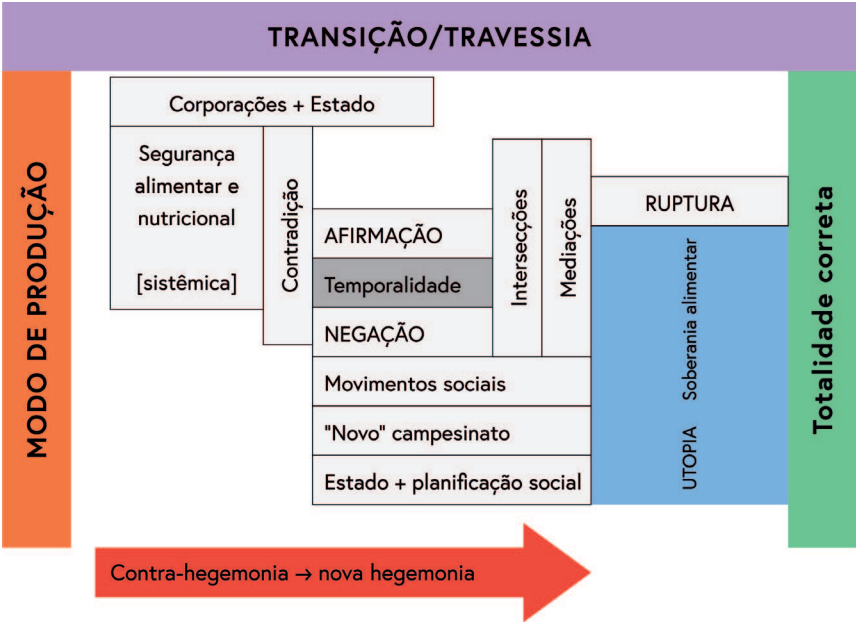
A constituição da transição histórica, do novo devir utópico, da soberania alimentar qualitativamente orientada e de novas formas de reprodução social perpassa por essas exigências. Incorpora o tensionamento das contradições no interior do modo de produção e na constituição do processo de transição/travessia na direção de uma nova forma histórica e, portanto, com os sujeitos sociais ativos e capazes – um “novo” campesinato, de maneira consciente e planejada, interseccionando processos de negação-affirmação-negação – a percorrer o caminho e realizar a tarefa histórica que lhes cabe no tecer das contradições principais quando tomada a totalidade concreta. Como bem demarcava Altvater:

O desenvolvimento é expansivo do ponto de vista quantitativo, mas os recursos naturais de onde as estratégias de desenvolvimento se nutrem são limitados. Por isso, todo jogo de soma positiva precisa, a uma certa altura, transformar-se em jogo de soma zero ou negativa. Trata-se de uma *lei da natureza, de que não podemos nos subtrair com a tese do crescimento com preservação ambiental ou da desvinculação entre o crescimento econômico e o consumo dos recursos naturais [...]*. Assim, com o passar do tempo, torna-se inevitável a transição entre um jogo de soma positiva a um jogo de soma negativa.

Numa *fase de transição*, será inevitável aumentar a eficiência do aproveitamento de recursos naturais com base nas tecnologias disponíveis [...], para diminuir o consumo e o agravo da natureza (as emissões tóxicas do desperdício causadas por processos ineficientes de produção). (ALTVATER, 1995, p. 311, destaques nossos)

Vemos, então, a necessidade histórica para os processos de transição de modelos de produção e de organização social, que a cada dia tornam-se mais urgentes⁵⁵⁴.

Figura 8 – Elementos do processo de transição e travessia



Nesse sentido, em relação à particularidade deste objeto de análise (a realização da soberania alimentar), vemos que, entre várias questões, além de uma revolução agrária iniciada com uma reforma agrária popular, da luta social e do controle social pelos “povos” (das bases materiais e recursos e das políticas públicas), somam-se as medições prático-produtivas através da agricultura agroecológica e da formação humana, politécnica/tecnológica e omnilateral, que abordaremos na sequência.

554. De acordo com Altvater (1995, p. 315 – 316), “Da Revolução Industrial até o auge do fordismo, que pôde ser facilmente atingido com energias fósseis, mas cujo reverso se abre um abismo, se passaram-se mais de 200 anos; um curto período de tempo, em que se gastaram recursos naturais fósseis resultantes de muitos milhões de anos terrestres. Será preciso reivindicar um período menor para a implementação da revolução solar, caso contrário poderia acontecer de ela ocorrer numa Terra desabitada”.

4. SOBERANIA ALIMENTAR: A CENTRALIDADE ESTRATÉGICA DA AGROECOLOGIA E DA FORMAÇÃO HUMANA EMANCIPADORA

O caminho teórico percorrido durante a análise advoga e institui a agroecologia⁵⁵⁵ e a formação humana politécnica/tecnológica e omnilateral)⁵⁵⁶ como fundamentais para a concretização, na materialidade econômico-social e na composição formal do *corpus* explicativo e de estudo, da soberania alimentar. Como conceito e necessidade real, que se impõe pelas suas múltiplas dimensões imbricadas, o presente capítulo faz o debate com base nesses dois pilares fundamentais: a agroecologia⁵⁵⁷

555. O termo agroecologia, na concepção que temos hoje, com sua capacidade explicativa, ganhou relevância a partir dos anos de 1980, fundamentalmente através das elaborações de Miguel Altieri e, na sequência, as de Stephen R. Gliessman. Esses pesquisadores – em universidades estadunidenses – expressam, portanto, a vertente americana de agroecologia. Também há a vertente europeia – surgida na Espanha (Andaluzia), onde busca-se uma articulação da agroecologia com o conhecimento sociológico e a expressão de uma intersecção entre conhecimentos e disciplinas científicos naturais e sociais, bem como a relação destes com o conhecimento popular desenvolvido na prática produtiva pelas comunidades tradicionais. Destacam-se como expoentes Eduardo Sevilla-Gusmán e Manuel González de Molina, ambos da Universidade de Córdoba, Espanha, ligados ao Instituto de Sociologia e Estudos Campesinos. Atualmente há um conjunto de elaborações teóricas, e diversos autores têm trazido suas contribuições para o debate no Brasil e no mundo.

556. Consideramos a grande contribuição de Marx e de outros pensadores que desenvolveram suas ideias e a crítica ao modo de (re)produção do capital, constituindo uma nova e radical concepção de formação humana emancipadora. Verifica-se que o fundamental nessa concepção está na intersecção, ou na articulação, entre o espírito e matéria, entre os determinantes externos e interioridade, entre objetividade e subjetividade, portanto, constituintes do ser social. Partindo do “trabalho” como mediação de primeira ordem (como ato ontológico-primário) do ser social, Marx conclui que é a práxis que define esse ser social, e não o espírito racional. Desse modo, não há separação, exclusão ou soma entre espírito e matéria, interioridade e determinantes externos, entre objetividade e subjetividade, mas síntese e relação multideterminadas reciprocamente. A totalidade desses processos e relações define a realidade social e o conteúdo histórico dessas relações.

557. Deve-se, no entanto, deixar claro que não será desenvolvido um debate aprofundado e com detalhes, dada a complexidade do tema da agroecologia e as diversas áreas de conhecimento imbricadas, o que daria uma outra obra analítica. Terá centralidade, portanto, uma discussão que as insere como um dos elementos fundamentais para a realização da soberania alimentar – uma potencialidade de mediação prático-material – e para base e percepção de princípios e valores para a formação humana.

e a formação humana emancipadora – que se “somam”/interseccionam aos outros já analisados –, com o intuito de demarcar a inserção e a (cor)relação desses temas com a soberania alimentar. Busca considerá-las como conceitos e categorias historicamente situados – dinâmicas – e a força social a cada uma delas correspondente no processo de mediação.

Em relação à agroecologia, vimos, durante os debates, bem como nas elaborações teóricas investigadas, que esta é colocada como uma estratégia e mediação transformadora – e de negação – dos processos implementados pela agricultura hegemônica de mercado em grande escala. Nesse sentido, trabalhando com o entendimento de uma necessidade histórica, vai além do sentido de ser apenas uma alternativa para produção agrícola e de alimentos⁵⁵⁸. É considerando esses elementos que há a intencionalidade de debater e evidenciar os limites e possibilidades – a partir das questões objetivas materiais – em ancorar os processos de mediação em direção à soberania alimentar.

Trabalhar-se-á com o entendimento da centralidade da agroecologia como fundamento para transição dos processos produtivos no Campo e da relação do homem-natureza, fundamentalmente no que diz respeito à produção de alimentos. Nesse sentido, trabalha-se com a perspectiva da agroecologia como fator material e matriz formadora/formativa (mediação prática), através da qual é possível ressignificar a intervenção material e a produção do conhecimento necessário para a realização de uma produção agrícola sustentável. Além disso, a apreensão dessa dinâmica pode contribuir com novos valores e novas bases para fundamentar a formação humana (a base politécnica), bem como a intervenção humana nos processos de produção e reprodução da existência. E, por consequência desses elementos imbricados, o sentido da relação humana com a natureza. Tendo esses aspectos como ponto de partida e base da intencionalidade, destaca-se que:

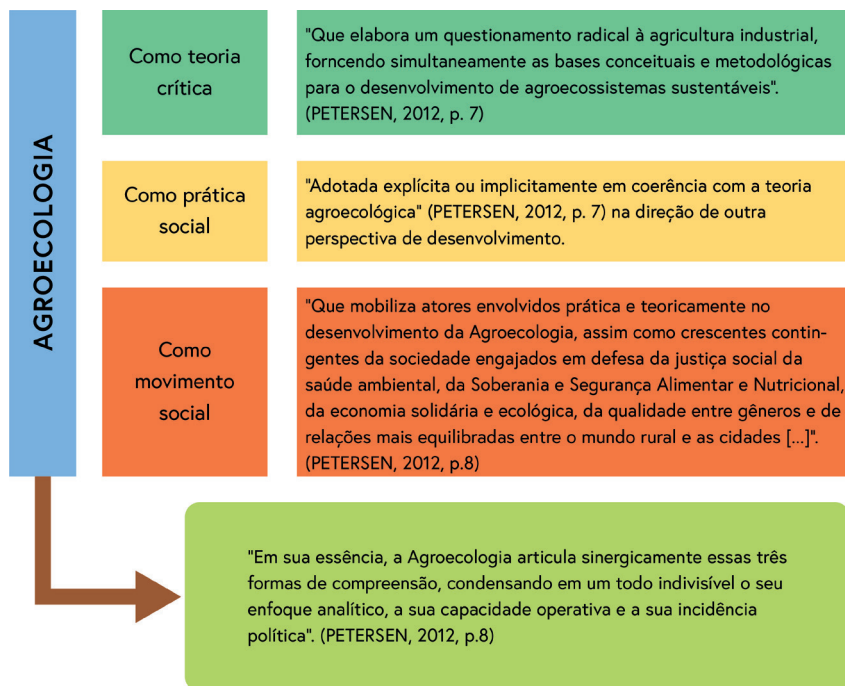
558. Conforme vemos as defesas, teses e os projetos advogados pelos movimentos sociais da Via Campesina de um outro “projeto” de Campo, nos quais a agroecologia é inserida como estratégica. Destaca-se que, ante à consciência e à demanda de se posicionar frente aos limites do modo hegemônico de produção agrícola, “conceitos e ideias” foram sendo gestados. É nesse sentido que há a categorização ao longo do tempo, correlacionada à agroecologia, de “práticas alternativas agrícolas”, “agricultura alternativa”, “biodinâmica”, “permacultura”, “orgânica”, “biológica”, “ecológica” e, mais recentemente, “agroecológica”, que expressa os princípios e fundamentos ontológicos, filosóficos, político-econômicos etc., que a embasa.

Um conceito base dessa forma de compreender a *Agroecologia é a coevolução entre os sistemas naturais e sociais, entre ambiente e cultura, sendo que os seres humanos têm a capacidade de direcionar essa coevolução* (Gliessman, 2000). *As populações do Campo, sua cultura e suas formas de organização e resistência são elementos centrais no processo de coevolução*; no entanto, não se pode desconsiderar a hegemonia das relações capitalistas no Campo no direcionamento dessa coevolução. Esse processo é dinâmico, pois, conquanto os sistemas tradicionais de produção reflitam a experiência adquirida por gerações passadas, o conhecimento que eles materializam continua a se desenvolver no presente, num processo permanente de adaptação e mudança (Wilken, 1988 *apud* Gliessman, 2000). (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 61-62, destaques nossos)

A agroecologia é um rebento (um “produto”) da condição histórica, e ganha centralidade na discussão como matriz científica, tecnológica, produtivo-econômica e cultural. E, considerando a dinâmica produtiva na lógica do capital, a agroecologia tem sido a “materialização” de “outras práticas”. Portanto, é estratégia de resistência e mediação – na luta e unidade de contrários –, tendo em vista as bases da vida e como esse processo pode contribuir para o objetivo da produção geral e de alimentos calcada no valor de uso e como potencialidade de melhoria da condição humana e da reprodução das condições de vida no planeta⁵⁵⁹. Assim, de acordo com Petersen (2012), o acúmulo e o avanço do debate acerca da agroecologia demonstram que ela vai assumindo três acepções.

559. Como destaca McMichael (2016, p. 183), “A transcendência abrange o reenquadramento da questão agrária como questão ‘alimentar’, reconhecendo que, como valor de uso, o alimento possui qualidades metabólicas que conectam os homens a seu meio ambiente”. Nesse sentido, pressupõe as condições objetivas para a negação e superação das práticas (das relações de reprodução do capital) que colocam o ser humano como um “meio” cujo fim é o capital, na direção e para uma visão integrada do homem com a natureza, com as condições de coevolução.

Figura 9 – Agroecologia: acepções



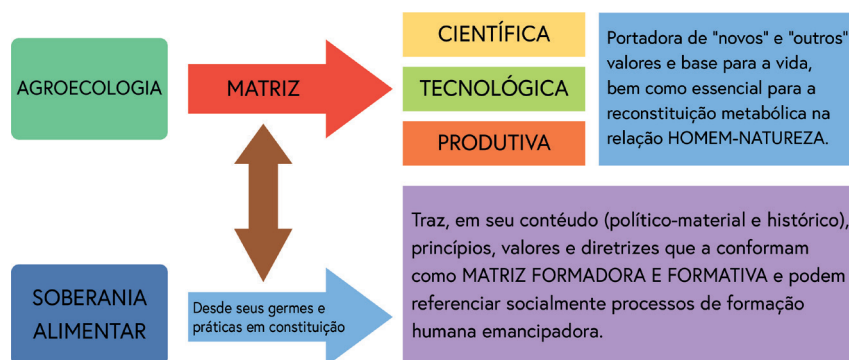
Ver: Petersen (2012, p. 7-8).

Em relação à “formação humana”, partir-se-á da compreensão da relação desta com as condições materiais de produção e reprodução da existência aprofundadas e ancoradas nas bases do entendimento que compõem as grandes dimensões e a problemática da soberania alimentar desenvolvida ao longo do livro⁵⁶⁰. Parto do princípio de que a soberania alimentar só será socialmente referenciada a partir da formação humana adequada e correspondente aos seus princípios fundamentais. Os processos de mediação das relações produtivas e de trabalho (no Campo) – de acordo com a “ideação utópica” da realização da soberania alimentar –,

560. Para a formação integral (ou educação omnilateral), ao relacioná-la com a questão do alimento, devem ser considerados os conhecimentos acerca da produção, distribuição, armazenamento, bem como das causas e consequências que incidem em distúrbios na fisiologia humana e nos âmbitos gerais da vida social. Em linhas gerais, os princípios para se repensar a produção dos alimentos estão ancoradas nas necessidades básicas/vitais (universais) da humanidade.

ao serem constituídos, devem ser considerados matrizes formadoras/formativas – também em sua natureza dinâmica e em transformação – para os processos de formação humana emancipadora.

Figura 10 – Intersecção: agroecologia, soberania alimentar e formação humana



Trata-se, portanto, de refletir e fazer a vinculação das bases e matrizes da soberania alimentar, para que, dentro do movimento contraditório e numa perspectiva que se coloca em postura antagônica às mediações de segunda ordem (relações do modo de produção capitalista), possam potencializar e desenvolver as bases materiais, sociais, científicas e culturais (“multiestratégicas”) que contribuam com o desenvolvimento das diferentes dimensões do ser humano, embasando a práxis revolucionária. E, nesse sentido, ganha lugar relevante o “princípio explicativo e educativo do trabalho”, a partir das bases materiais e condições objetivas da relação do homem com a natureza no processo de produção dos alimentos⁵⁶¹.

4.1 AGROECOLOGIA: PRINCÍPIOS, FUNDAMENTOS E A SUA RELAÇÃO COM A SOBERANIA ALIMENTAR

Os elementos relacionados à “desordem” do sistema agroalimentar hegemônico, expressa na, natureza da questão agrária, das políticas

561. Conforme alguns elementos já apontados no conteúdo desenvolvido no capítulo 2, no item “Os sentidos do trabalho no Campo [...]”.

públicas e da formação humana, demonstram dois aspectos que ajudarão a compreendermos a pertinência da agroecologia no redimensionamento desses contextos e para a realização da soberania alimentar. Sobretudo no sentido da definição de McMichael (2016, p. 216), que coloca a soberania alimentar como “contramovimento a diretrizes alimentares neoliberais, que politiza a privatização da ‘Segurança Alimentar’ e projeta uma visão democrática de uso da terra e provisão de alimentos”.

O primeiro aspecto é considerar que o avanço de reprodução do capital ainda não conseguiu se territorializar em todos os espaços do planeta – embora, como vemos, siga em ritmo acelerado. Portanto, ainda existem recursos naturais e territórios que não sofreram as consequências danosas desse processo⁵⁶², pelo menos, de “exploração” e destruição da natureza⁵⁶³. Em relação a isso, fundamenta-se a importância da agroecologia, a partir dessa base material em reprodução – (não modificada/humanizada) –, para conduzir os primeiros passos de um processo desafiador e em direção a uma relação mais harmônica com os ecossistemas e agroecossistemas⁵⁶⁴, e com vista a potencializar a realização das

562. Embora tenhamos consciência e conhecimento de que, em boa medida, territórios e recursos naturais (reservas) já estão sob posse privada e são reservas de capital para serem utilizados nos momentos estratégicos e mercados de futuro. Além disso, não podemos deixar de considerar o papel do Estado como guardião das reservas e recursos naturais para que estes possam ser privatizados e colocados à disposição do capital nos momentos que a este convier. 563. É importante destacar que a literatura alerta que, onde a Revolução Verde não se territorializou, tem que se desenvolver estratégias para evitar que ela entre. Indica que é importante não passar por ela para depois buscar caminhos para sair, fazer a transição e superar. “Por isso Marx procurou – até o fim de sua vida – estratégias que poderiam impedir que o capital penetrasse naqueles territórios que ainda não havia conquistado plenamente, de modo a permitir o seu desaparecimento o mais cedo possível, pois, em relação ao amadurecimento das contradições estruturais do capital, não era indiferente até onde iria se estender a esfera de dominação de seu modo de produção. [...] o aumento correspondente em recursos materiais e humanos auxiliaria no desenvolvimento de novas potencialidades produtivas, e, portanto, postergaria a crise”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 593) Tendo em vista a perspectiva da totalidade concreta, é estratégico considerar essas condições no intuito da aplicação da produção agroecológica. Como base material, são espaços que contêm e protegem a biodiversidade, e, desse modo, são fontes de recursos naturais que podem ser ainda remanejados para outros territórios que foram devastados pelos processos da Revolução Verde.

564. “Para a ciência da Agroecologia, que busca aplicar os princípios da ecologia à agricultura, o conceito de Agroecossistema é a unidade básica de análise e intervenção. A Agroecologia fornece as bases para desenhar e manejar os agroecossistemas, a fim de que sejam produtivos e sustentáveis, e garantam, hoje e no futuro, as condições para que a humanidade tenha alimentos, fibras, plantas medicinais, aromáticas e cosméticas, madeira, água, ar puro, solos e paisagens protegidos. O conceito de ecossistema é mais conhecido e amplamente utilizado

mediações de primeira ordem. Além disso, que possa referendar uma interação articulada e inter-relacionada entre a evolução/condição humana e a natureza, e sobre isso assentar as bases e as condições objetivas para a realização da soberania alimentar. Concordando com Gliessman, vemos que:

A única opção que nos resta é preservar a produtividade, *a longo prazo, da superfície mundial cultivável*, enquanto mudamos os padrões de consumo e de uso para beneficiar a todos, *tanto produtores quanto consumidores*, de forma mais equitativa. [...]

A preservação da produtividade da terra agrícola, a longo prazo, requer a produção sustentável de alimentos. A sustentabilidade é alcançada *através de práticas agrícolas alternativas, orientadas pelo conhecimento em profundidade dos processos ecológicos que ocorrem nas áreas produtivas e nos contextos mais amplos dos quais elas fazem parte.* A partir desta base, podemos caminhar na direção das mudanças socioeconômicas que promovem a sustentabilidade de todos os setores do sistema alimentar. (GLIESSMAN, 2001, p. 52, destaques nossos)

O segundo aspecto refere-se à inserção da agroecologia frente ao processo desencadeado pelas mediações de segunda ordem, que são as bases de reprodução do modo de produção capitalista – sobretudo no Campo através da Revolução Verde – com consequências drásticas para a vida no planeta. Como vimos, esse processo destruiu sistemas básicos de produção e reprodução da vida, desestruturou e desconsiderou a natureza como um bem vital, bem como destruiu e vem destruindo a biodiversidade, a fertilidade natural dos solos, as formas de produção de alimentos diversificados *in natura*, entre outros aspectos.

pelos estudiosos da natureza. Ab'Saber (2006) afirma que o conceito foi usado pela primeira vez em 1935, por Arthur Tansley, que dizia ser o *ecossistema* 'o sistema ecológico de um lugar'. [...] Os ecossistemas têm uma estrutura composta por fatores abióticos: radiação solar, temperatura, água e nutrientes; e fatores bióticos: organismos vivos que interagem no ambiente. A interação entre os fatores abióticos determina a biodiversidade dos ecossistemas, ou seja, as comunidades de organismos vivos. As interações dinâmicas entre os componentes estruturais determinam o funcionamento dos ecossistemas. É importante perceber a diversidade de espécies que interagem nos ecossistemas, plantas, insetos, microrganismos, pequenos e grandes animais". (MONTEIRO, 2012, p. 66, destaques nossos)

Aos problemas da desertificação e de perda de solo, acrescenta-se o de seu empobrecimento e poluição industrial. Nos solos, realiza-se a maior parte da reciclagem de nutrientes que mantêm a biosfera. A diversidade da biomassa microbiana é crucial para o funcionamento dos processos de formação e equilíbrio dos ecossistemas. A ilusão de que se pode indefinidamente maximizar a produtividade e a rentabilidade agrícolas pela monocultura, uso sistemático de pesticidas e fertilizantes industriais e pela transformação dos alimentos em *commodities* está conduzindo a um círculo vicioso de diminuição da diversidade microbiana dos solos e a seu consequente empobrecimento. (MARQUES FILHO, 2016, p. 165)

Sabemos que a agroecologia é uma construção recente e o debate conceitual está em pleno desenvolvimento. Constituída pelo movimento do pensamento na “reprodução espiritual e racional da realidade” – nos termos de Karel Kosik (1969) –, a partir do tensionamento das contradições objetivas, como foi sendo demonstrado ao longo desta obra, vemos que:

Constitui, em resumo, um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses) “que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e des-culturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura” (Leff, 2002, p. 42). (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 57)

Considerado o modo de (re)produção do capital no Campo, observamos que a racionalidade técnica coloca os indicadores de eficiência centrados apenas nos aspectos econômicos e nos processos produtivos artificiais e exógenos, excluindo de seu cômputo os processos e a dinâmica natural⁵⁶⁵.

As estratégias de desenvolvimento convencionais revelaram-se fundamentalmente limitadas em sua capacidade de promover um desenvolvimento equânime e sustentável. *Não foram capazes nem de atingir os*

565. Caporal e Costabeber destacam que a “[...] agricultura convencional ou agroquímica (um modelo que, reconhecidamente, é mais dependente de recursos naturais não renováveis e, portanto, incapaz de perdurar através do tempo) [...]”. (CAPORAL; COSTABEBER, 2015, p. 266-267, destaques nossos)

mais pobres, nem de resolver o problema da fome, da desnutrição ou as questões ambientais. [...]

Só uma compreensão mais profunda da *ecologia humana* dos sistemas agrícolas pode levar a medidas coerentes com uma agricultura realmente sustentável. *Assim, a emergência da Agroecologia como uma nova e dinâmica ciência representa um enorme salto na direção certa. A Agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais*, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (Altieri, 1987). (ALTIERI, 2009, p. 19-21, destaques nossos)

A insustentabilidade do sistema hegemônico é “admitida pelo próprio sistema” quando este começa a desenvolver a concepção e fazer a defesa⁵⁶⁶ do desenvolvimento sustentável⁵⁶⁷. Considerando o descompasso

566. Pelo menos no discurso, com rápido impulso e em resposta às condições materiais da degradação da vida, nas suas diversas expressões, no Campo.

567. Reiteram-se as defesas, feitas no percurso da análise desta obra, de que o conceito de desenvolvimento sustentável é controverso, sobretudo pela sua origem – é um conceito gerado sobre as mesmas bases do conceito de desenvolvimento em seu sentido dominante intrassistêmico, portanto, sobre as mesmas bases político-econômicas – e pelas razões primordiais através das quais são feitas a sua defesa, como veremos a seguir. É um conceito que vai sendo gestado desde os anos finais da década de sessenta (século XX), através de publicações que alertam para a finitude dos recursos naturais, como o caso do *Relatório Meadows*, produzido em 1972 pelo Clube de Roma, e da “teoria” do “ecodesenvolvimento” de Ignacy Sachs, *Relatório Blundtland*, desenvolvido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente da ONU em 1987, sendo a Conferência Mundial (Eco 92), no Rio de Janeiro, o *lôcus* onde se dá a institucionalização e a afirmação mundial do conceito e entendimento acerca do desenvolvimento sustentável (CANDIOTTO; CARRIJO; OLIVEIRA, 2008). De acordo com Valdemar Arl (2008, p. 155), “Desenvolvimento é uma condição universalmente desejada, exatamente em função da sua imprecisão, ou seja, de possível ambiguidade diante das visões diferentes de sociedade. Desta forma ‘sustentável é mais um rótulo ou adjetivo afixado ao conceito tradicional – desenvolvimento, e que o deixa do mesmo modo, polissêmico’. (MONTIBELLER FILHO, 2001)”. Assim, ‘No início da década de 1980, a ideia do desenvolvimento sustentável começa a ser divulgada através da publicação, pela União Internacional de Conservação da Natureza (UICN), da Estratégia de Conservação Mundial (WCS). Tal estratégia foi preparada por instituições como a UICN, UNEP (Programa de Educação Ambiental das Nações Unidas), WWF (World Wildlife Fundation), FAO (Food and Agriculture Organization), e UNESCO (Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas), com a Participação de mais de 100 países [...]’. (CANDIOTTO, CARRIJO; OLIVEIRA, 2008, p. 214-215) Há, portanto, apropriações diferenciadas sobre as referências de sustentabilidade. Autores como Altieri e Gliessman, ao elaborarem sobre a agroecologia, também utilizam os termos “sustentabilidade” e “agricultura sustentável”, contudo, é notória a diferença de concepção ao com-

entre a ideologia e a base material, esses elementos são bem demonstrados por Galeano:

É verde aquilo que se pinta de verde. Agora as gigantes da indústria química fazem sua publicidade na cor verde. O Banco Mundial lava a sua imagem, repetindo a palavra ecologia em cada página de seus informes e tingindo de verde seus empréstimos. “Nas condições de nossos empréstimos há normas ambientais estritas”, esclarece o presidente da suprema instituição bancária do mundo. Somos todos ecologistas, até que alguma medida concreta limite a liberdade de contaminação.

Quando se aprovou, no Parlamento do Uruguai, uma tímida lei de defesa do meio-ambiente, as empresas que lançam veneno no ar e poluem as águas sacaram, subitamente, da *recém-comprada máscara verde* e gritaram sua verdade em termos que poderiam ser resumidos assim: “*os defensores da natureza são advogados da pobreza, dedicados a sabotarem o desenvolvimento econômico e a espantarem o investimento estrangeiro*”. (GALEANO, 2014, p. 326-327, destaques nossos)

Por se tratarem de propostas meramente terapêuticas, são, de acordo com Marques Filho (2016, p. 531), “[...] confissões da doença da insustentabilidade ambiental do capitalismo”. Por um lado, é o reconhecimento de que a prática predatória e a degradação dos recursos naturais são contradições objetivas que demarcam a crise fundamental da reprodução desse modelo. Por outro, os meios e processos de produção são fortemente afetados pela “evolução” dos sistemas socioeconômicos integrados

pará-los discurso sistêmico hegemônico. E, retomando o entendimento de “desenvolvimento desigual e combinado” utilizado nas reflexões precedentes, vemos que a questão da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável aparece nos países com maior potencial de capitalismo avançado – com tecnologias e políticas mais adequadas ao que defendem –, mas impulsiona processos produtivos altamente predatórios e degradantes dos recursos naturais nos países em desenvolvimento, como o caso de o Brasil ter se tornado, em poucos anos, o maior consumidor de agrotóxicos, muitos deles já proibidos em diversos países. Além disso, a primeira saída proposta tem a ver com os aspectos tecnológicos, tendo em vista que aponta para a necessidade da substituição das tecnologias e dos pacotes tecnológicos mais agressivos e de alto valor econômico por outros insumos que possam incidir em menores impactos, desde que os objetivos econômicos empresariais sejam garantidos. Essa visão estritamente econômica e técnica é controversa e não atinge a centralidade ecológica inerente aos problemas ambientais causados por essa forma monocultora de fazer agricultura.

e dependentes dos recursos naturais⁵⁶⁸. Nesse sentido, Gliessman nos reitera a eminente necessidade histórica de repensar e superar o sistema agroalimentar.

A despeito de seus sucessos, contudo, *nosso sistema de produção global de alimentos está no processo de minar a própria fundação a qual foi construído*. As técnicas, inovações, práticas e políticas que permitiram aumentos na produtividade também minaram a sua base. Elas retiraram excessivamente e degradaram os recursos naturais dos quais a agricultura depende – o solo, reservas de água e a diversidade genética natural. Também criaram dependência de combustíveis fósseis não renováveis e ajudaram a forjar *um sistema que cada vez mais retira a responsabilidade de cultivar alimentos das mãos de produtores e assalariados agrícolas, que estão na melhor posição para serem os guardiões da terra agricultável*. Em resumo, a agricultura moderna é insustentável – ela não pode continuar a produzir comida suficiente para a população global, a longo prazo, porque deteriora as condições que a tornam possível. (GLIESSMAN, 2001, p. 33, destaques nossos)

O desenvolvimento da produção agrícola, em última instância, não é algo meramente técnico ou que advém apenas disso. Mas é dependente de múltiplas dimensões, tais como econômica, social, cultural, política etc.⁵⁶⁹, e deve considerar o longo prazo da permanência e sustentabilidade.

568. Ajuda-nos a compreender esses aspectos a elaboração de Hespanhol ao destacar que “Esse processo de incorporação de preocupações ambientais em relação à agricultura fomentou a discussão e levou à formulação de perspectivas de análise e de intervenção antagônicas e conflitantes entre si e que, em última instância, refletem diferentes interesses e posicionamentos sobre os modelos de desenvolvimento dos países e sobre a própria sustentabilidade. [...] a) a que ainda concebe o desenvolvimento científico-tecnológico como a única via capaz de resolver os problemas derivados da escassez de alimentos e do esgotamento dos recursos naturais; b) aquelas que se opõem a esta perspectiva tecnológica e propõem formas mais sustentáveis, que poderiam ser agrupadas sob a denominação de Agricultura Alternativa, como por meio da Agroecologia que é proposta como um ‘enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencional para estilos de desenvolvimento rural e agricultura sustentáveis’ (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 71)”. (HESPANHOL, 2008, p. 122) Esse segundo aspecto demarca também a historicidade do conceito de agroecologia.

569. Guhur destaca que não há “conceituação única e consensual de agroecologia”, sobretudo quando se busca o seu sentido político. De acordo com Guhur, “Na esteira do debate ambiental hegemônico, existe uma pressão por reduzi-la a seus aspectos técnicos e mesmo uma

de das condições naturais. Diferentemente da agroecologia, o que está subjacente a essa intencionalidade hegemônica é a possibilidade de integrar ou reintegrar uma “racionalidade ecológica-ideológica interessada”, que sirva como remédio ou como “potencialidade” de reparos ao sistema⁵⁷⁰, como bem destaca Altieri (2009, p. 20), para “[...] fazer ajustes mais abrangentes na agricultura convencional, para torná-la ambiental, social e economicamente viável e compatível”. Ou seja, os reais problemas de destruição dos recursos naturais e da natureza de modo geral podem ser resolvidos com o processo de substituição de tecnologias intrasistêmicas, portanto, cabendo ao sistema desenvolver as alternativas⁵⁷¹.

Em síntese, o que tem se tentado fazer para minimizar a degradação da base material, consequência da dinâmica predatória, é a implementação de ações terapêuticas e “marcos regulatórios”, que objetivamente não são respeitados pelo próprio modo de produção⁵⁷². Portanto, materialmente não é nesse entendimento que se insere a agroecologia.

Os enfoques que percebem o problema da sustentabilidade somente como um desafio tecnológico da produção não conseguem chegar às razões fundamentais da não-sustentabilidade dos sistemas agrícolas.

tentativa de apropriação pelo ‘capitalismo verde’. A Via Campesina, por seu lado, vem amadurecendo uma posição cada vez mais coerente, em que a Agroecologia passa a ser assumida como ‘(...) modo de vida, no interior dos antagonismos, das contradições e dos conflitos com a forma hegemônica do capital sobre o campo – o agronegócio – e a humanidade planetariamente – o capitalismo’ (Tardin, 2015)”. (GUHUR, 2015, p. 296)

570. Ao discutir os problemas dos agrotóxicos e a força dessas multinacionais, Bruno Milanez (2008) *apud* Oliveira (2016, p. 506) destaca que “Por comercializarem produtos com grande impacto sobre a saúde e o meio ambiente, essas companhias têm procurado construir uma imagem positiva e vêm apresentando como social e ambientalmente responsáveis. Assim, algumas delas, Syngenta, Basf, Monsanto, Dow, Milenia e DuPont – integram o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, uma associação ‘criada com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa”.

571. De acordo com Caporal e Costabeber, “[...] estilos de agricultura que estão surgindo a partir das orientações emanadas das correntes da ‘intensificação verde’, da ‘revolução verde verde’, ou ‘dupla revolução verde’, cuja tendência, marcadamente ecotecnocrática, tem sido a incorporação parcial de elementos de caráter ambientalista ou conservacionista nas práticas agrícolas convencionais (*greening process*), o que se constitui numa vã tentativa de recauchutagem do modelo da Revolução Verde, sem, porém, qualquer propósito ou intenção que até agora lhe deram sustentação”. (CAPORAL; COSTABEBER, 2015, p. 267)

572. De acordo com Marques Filho (2016, p. 531), “Um adágio famoso de Gramsci dita que ‘a história ensina, mas não têm alunos’. Ela, em todo o caso, ensina [...]”.

Novos agroecossistemas sustentáveis não podem ser implementados sem uma mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido. Para serem eficazes, as estratégias de desenvolvimento devem incorporar não somente dimensões tecnológicas, mas também questões sociais e econômicas. Somente políticas e ações baseadas em tal estratégia podem fazer frente aos fatores estruturais e socioeconômicos que determinam a crise agrícola-ambiental e a miséria rural que ainda existem no mundo em desenvolvimento. (ALTIERI, 2009, p. 21, destaques nossos)

Considerando o arcabouço analítico acerca da agroecologia, vemos que o conceito de sustentabilidade possui carga semântica, conteúdo histórico e capacidade explicativa diferentes dos que são comumente utilizados pelo discurso e modelo hegemônicos. Gliessman destaca que “A sustentabilidade é, em última instância, um teste de tempo: um agroecossistema que continua produtivo por um longo ‘período’ de tempo sem degradar sua base de recursos [...] pode ser dito sustentável”⁵⁷³. (GLIESMAN, 2001, p. 565)

Em relação à soberania alimentar – dado a concepção histórica do conceito, bem como as condições ideais da base material para que se realize de fato –, a agroecologia constitui-se em um dos grandes pilares e dimensão fundamental quando tratada a soberania alimentar em sua totalidade. A agroecologia passa a ser uma condição para uma agricultura não agressiva frente aos recursos naturais, que fortalece o processo de inclusão social através de outras possibilidades socioeconômicas aos trabalhadores camponeses.

Se as condições objetivas garantirem a materialização dos princípios advogados, a produção de alimentos sob essas condições garantirá efetivamente a segurança alimentar e nutricional – como pressuposto e constituinte da soberania alimentar – para os produtores e consumidores.

573. Também, amparando esse entendimento, Candiottto, Carrijo e Oliveira (2008, p. 216) destacam que “Na visão de Ehlers (1999), a concepção de sustentabilidade agrícola vem à tona para reduzir os problemas sociais, bem como a degradação da biodiversidade e dos recursos naturais do planeta, incluindo-se, neste contexto, os solos, a água, o ar, a fauna e a flora, diante da perplexidade observada nos sistemas convencionais de produção de alimentos que provocam danos irreversíveis ao meio ambiente e ao homem”.

Além desses aspectos, a constituição da agroecologia demanda o desenvolvimento de conhecimentos correlatos que dão centralidade na busca da compreensão da dinâmica dos agroecossistemas. Desse modo,

A Agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. O objetivo é trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas (Altieri, 1987). (ALTIERI, 2009, p. 23, destaques nossos)

O desafio impetrado por essa relação entre soberania alimentar, agroecologia e formação humana é justamente desenvolver as condições sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e científico-educacionais para (re)construir agroecossistemas produtivos que possam garantir a quantidade e a qualidade dos alimentos, bem como o DHAA⁵⁷⁴. Correlacionada a isso, a constituição desses agroecossistemas produtivos, além de suprir essas necessidades humanas, deve angariar as condições de recuperar e conservar a natureza e seus bens naturais e ressignificar, a partir desses valores – com as gerações atuais e futuras –, as formas de

574. A literatura acerca da agroecologia – Altieri e Gliessman, por exemplo – nos traz as condições para identificar, mensurar e monitorar componentes e relações ecológicas capazes de garantir a concretude de padrões e perspectivas sustentáveis na agricultura. A partir desses elementos, também demarcam esses componentes e as suas relações com os aspectos sociais, econômicos e culturais fundamentais para o desenvolvimento de sistemas alimentares, “outras práticas e agriculturas”, e para conduzir à autonomia indivíduos e grupos sociais no processo de intervenção na natureza, em ambientes de trabalho e de vida plenamente sustentáveis.

conhecimento e de formação humana necessárias para correlação e coevolução entre humanidade-natureza.

O fortalecimento da agricultura camponesa – sobretudo daquela que não está inserida (em sua totalidade) no processo de reprodução do agro-negócio – pode ser o ponto de partida. Além disso, constitui-se essencial a agroecologia como caminho e dinâmica de emancipação da prática agrícola determinada pela lógica do agronegócio. Esses aspectos são expressos no entendimento de Gliessman ao destacar o papel da agroecologia na agricultura do futuro.

A agricultura do futuro deve ser tanto sustentável quanto altamente produtiva para poder alimentar a crescente população humana. Esse duplo desafio significa que não podemos simplesmente abandonar as práticas produtivas convencionais como um todo e retornar às práticas tradicionais ou indígenas. Embora a agricultura tradicional possa fornecer modelos e práticas valiosos para desenvolver uma agricultura sustentável, não pode produzir a quantidade de comida requerida para abastecer centros urbanos distantes e mercados globais, pelo seu enfoque de satisfazer necessidades locais e em pequena escala. (GLIESSMAN, 2001, p. 53, destaques nossos)

A demanda por alimentos em quantidade e qualidade requer, portanto, uma nova prática agrícola que possa estar assentada em princípios e conhecimentos populares, mas que não seja a expressão apenas dessa possibilidade, e que tenha as condições tecnológicas adequadas. Tampouco seja mantenedora de princípios da Revolução Verde. Enquanto processo de transição, o desenvolvimento agrícola deve estar sobre as bases e aspectos da conservação de alguns elementos da agricultura tradicional, enquanto as mediações possam explorar e referendar os conhecimentos, as técnicas e os métodos ecológicos modernos que possam garantir as condições objetivas para a produção necessária⁵⁷⁵. Nesse sentido, 575. Em resumo, de acordo com Altieri (2009, p. 25), os elementos técnicos básicos de uma estratégia agroecológica devem estar assentados em três grandes pilares: 1) conservação e regeneração dos recursos naturais (solo; água, germoplasma; fauna e flora benéficas); 2) manejo dos recursos produtivos (diversificação; reciclagem dos nutrientes e matéria orgânica; regulação biótica); e 3) implementação de elementos técnicos – a) definição de técnicas de regeneração, conservação e manejo de recursos adequados às necessidade locais e ao contexto agroecológico e socioeconômico; b) o nível de implementação pode ser o da microrregião,

Na Agroecologia, *a preservação e ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas é o primeiro princípio* utilizado para produzir auto-regulação e sustentabilidade (Altieri, Anderson e Merrick, 1987). Quando a biodiversidade é restituída aos agroecossistemas, numerosas e complexas interações passam a estabelecer-se entre o solo, as plantas e os animais. (ALTIERI, 2009, p. 24, destaques nossos)

Considerando o movimento da materialidade a partir das contradições objetivas, o conteúdo da agroecologia⁵⁷⁶ como elemento fundante da soberania alimentar, e, na particularidade, para a prática de cultivar alimentos (nas suas diversas origens e cultivos), adquire o que Gliessman (2001, p. 27) chamou de “[...] dupla identidade: num sentido, ele é projetado para ensinar ecologia no contexto da agricultura; em outro, ele ensina agricultura a partir de uma perspectiva ecológica”. Ou como destacam Caporal e Costabeber:

A Agroecologia é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis [...]. (CAPORAL; COSTABEBER, 2015, p. 270)

O que se aplica nesse entendimento é a potencialidade de processos de transições dentro da transição principal expressa na contradição principal. Desse modo, alcançar a aplicabilidade desse conteúdo não significa abarcar um estado de coisas que deve ser estabelecido no terreno do ideal pelo qual o movimento da realidade deverá se regular. Ao contrário, a predisposição do conteúdo inerente à agroecologia e a sua contribuição para a realização da soberania alimentar estão justamente nesse movimento

bacia hidrográfica, unidade produtiva ou sistema de cultivo; c) a implementação é orientada por uma concepção holística (integrada) e, portanto, não sobrevaloriza elementos isolados; d) a estratégia deve estar de acordo com a racionalidade camponesa, incorporando elementos do manejo tradicional de recursos.

576. “[...] em ambos os campos, o da ciência pura da ecologia e o da ciência aplicada da agronomia [...]” (GLIESSMAN, 2001, p. 27), ou, ainda, a partir das reflexões de Guzmán Casado *et al.* (2000), Caporal e Costabeber destacam que “[...] mais do que uma disciplina específica, a Agroecologia se constitui num campo de conhecimento que reúne várias ‘reflexões teóricas e avanços científicos, oriundos de distintas disciplinas’ que têm contribuído para conformar o seu atual *corpus* teórico metodológico” (CAPORAL; COSTABEBER, 2015, p. 271, destaques nossos)

do real que supera – ou pode superar – o estado de coisas considerado um “horizonte qualitativo e temporal”. Ou seja, como, nesse processo, mediar e ensinar as contradições no terreno da urgência histórica⁵⁷⁷? Contudo, as condições objetivas para esse processo em movimento são resultantes das premissas atualmente existentes que demarcam a “condição histórica e o conteúdo material” dessas duas questões imbricadas, a agroecologia e a soberania alimentar.

4.2 QUESTÕES ONTOLÓGICAS RELACIONADAS AO VALOR E À NECESSIDADE DE UMA NOVA RACIONALIDADE PARA CÁLCULO DE “EFICIÊNCIA E PRODUTIVIDADE”: “QUANTUM” E VALORES RESSIGNIFICADOS

Como demonstrado no decorrer das reflexões nos capítulos anteriores, o modo de produção capitalista visa ao lucro permanente e ilimitado; assim, as necessidades essenciais das pessoas também acabam sendo submetidas a esses objetivos e transformadas em elementos de reprodução e acumulação do capital. Além disso, instituiu-se, no entendimento dominante, os critérios que constituem a expressão da eficiência, da produtividade, e os valores correspondentes⁵⁷⁸. Há um esforço de natureza epistemológica presente

577. Reconsiderar a discussão feita no capítulo 3, mais especificamente no item “Na unidade dos contrários: as relações materiais, de forças, ‘transição em potência’ e soberania alimentar”. Também deve ser considerado o que destaca Ciavatta (2014, p. 195): “[...] compreender a história como processo não é apenas uma questão acadêmica ou científica, mas também política, como é a própria questão do conhecimento e da ciência”.

578. Correspondente a interesses privados, individualistas e exclusivamente pautados nos critérios econômicos que buscam o lucro. De acordo com Howard, “Como seria de se esperar, a invasão da pesquisa agrícola pelos métodos estatísticos foi seguida pela entrada em cena da economia. Foi cópia da bem-sucedida aplicação às indústrias e às lojas dos cálculos e dos custos. [...] julgava-se que seria muito simples aplicar esses mesmos princípios à mãe natureza e ao trabalho agrícola. O resultado tem sido a produção copiosa de cálculos e custos econômicos baseados em nada, pois o solo permanecerá para sempre um livro fechado. A natureza não usa livros de contabilidade. Praticamente cada atividade agrícola adiciona ou subtrai uma quantia desconhecida do capital dos solos – a fertilidade – quase todas as operações, como uma cultura, resultam quase sempre numa transferência do capital dos solos para o balanço econômico do agricultor. A validade desses cálculos está muito próxima da mais pura adivinhação, não valem nem mesmo o papel em que foram escritos. As únicas coisas que importam numa exploração agrícola são: o crédito do agricultor, isto é, o que os outros pensam dele, incluindo seus empregados e o gerente do banco com que ele trabalha; os gastos anuais totais, as entradas anuais totais; a valorização anual do imóvel, isto é, as condições em

nas discussões acerca da soberania alimentar e da agroecologia, que, para além de denunciar e superar os aspectos negativos da “desordem” do sistema agroalimentar, busca a inclusão de outras dimensões que qualificam a capacidade explicativa e de apreensão da materialidade, fundamentalmente visando ao longo prazo e à sustentabilidade socioecológica⁵⁷⁹. Como destaca McMichael (2016, p. 178), faz-se necessária “[...] a inclusão de dimensões adicionais da análise do regime alimentar com o propósito de problematizar sua ontologia e enriquecer seu impacto político-analítico”.

Elementos importantes já foram destacados por Engels em 1876:

A ciência social da burguesia, a economia política clássica, só se ocupa preferentemente daquelas consequências sociais que constituem o objetivo imediato dos atos realizados pelos homens na produção e na troca. Isso corresponde plenamente ao regime social cuja expressão teórica é essa ciência. Porquanto os capitalistas isolados produzem ou trocam com o único fim de obter lucros imediatos, só podem ser levados em conta, primeiramente os resultados mais próximos e mais imediatos. Quando um industrial ou um comerciante vende a mercadoria produzida ou comprada por ele e obtém o lucro habitual, dá-se por satisfeito e não lhe interessa de maneira alguma o que possa ocorrer depois com essa mercadoria e seu comprador. O mesmo se verifica com as consequências naturais dessas mesmas ações. [...] Com o atual modo de produção, e no que se refere às consequências naturais como as consequências sociais dos atos realizados pelos homens, o que interessa prioritariamente são apenas os primeiros resultados, os mais palpáveis. E logo até se manifesta estranheza pelo fato de as

que se encontra o solo, o gado (vivo ou abatido) ao término do ano. Se somente esses fatores interessam, nada mais será importante”. (HOWARD, 2007, p. 288-289)

579. Esses elementos serão tratados com mais especificidade adiante. Mas pressupõem a superação da noção abstrata de natureza, que acomoda os conteúdos que conformam o entendimento econômico majoritário. Além disso, (esse novo) demanda uma relação mais estreita entre “novos” valores e atividade científica, que insira o contexto dos trabalhadores camponeses e dos sistemas nos quais os povos (urbanos e rurais) reproduzem a sua existência em sua radicalidade, com seus problemas concretos. Ou, como destacou Josué de Castro (1965b, p. 475), “Para resolver-se este dilema faz-se necessária a estruturação de uma nova teoria científica de desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos para ser posta à prova nos campos da realidade social. Deverá esta nova teoria integrar à Economia, os fatores humanos, de forma a fazer do desenvolvimento econômico o meio de proporcionar a todos, não só os *bens de necessidades* que lhe fazem falta, mas também os *bens de dignidade* que suas consciências reclamam”.

consequências mais remotas das ações que perseguiram esses fins serem muito diferentes e, na maioria dos casos, até diametralmente opostas [...]. (ENGELS, 2006, p. 8-9, destaques nossos)

A expressão teórica sobre essas bases – do regime social hegemônico – particulariza e prioriza os elementos que correspondem à otimização da produção por objetivos e interesses específicos e prioritariamente através de atividades expressamente especializadas⁵⁸⁰. É partindo da crítica a esses aspectos que as elaborações teórico-conceituais acerca da agroecologia buscam demonstrar que outros critérios e outros valores devem ser considerados nos “cálculos” de eficiência e produtividade. Fundamentalmente, esses cálculos devem levar em consideração – em temporalidade – o longo prazo, bem como outras variáveis e outros valores para além de critérios econômicos e financeiros.

Os métodos atuais para determinar a renda nacional e setorial podem estar conduzindo terrivelmente mal os indicadores do desenvolvimento econômico sustentável. *Deliberadamente os registros da renda nacional ignoram os bens naturais*, pressupondo que a produtividade desses recursos é irrelevante para a saúde econômica nacional. *Nada pode estar mais longe da verdade*, especialmente para os países e setores econômicos como a agricultura que dependem dos recursos naturais. (ALTIERI, 2009, p. 108, destaques nossos)

A expressão teórica econômico-política do regime social capitalista sintetiza, portanto, a separação e a dicotomia entre homem e natureza ao priorizar os aspectos tecnológicos e artificiais como sendo os responsáveis pelos índices de produtividade e pela eficiência da produção⁵⁸¹.

580. McMichael (2016) faz uma discussão acerca do regime alimentar e as suas relações de valor. O autor indaga “Quais valores?” e discorre acerca da questão do valor que embasa os regimes alimentares e fundamentam o entendimento dominante. De acordo com o autor, “A análise do regime alimentar tem sido moldada pelo ‘capitalcentrismo’ [*Capital-centrism*]. Essa análise tem ressaltado a importância da agricultura como fonte de matérias-primas e alimentos da qual a indústria e a força de trabalho, bem como o exercício do poder estatal, têm dependido. Não obstante, ela apresenta uma narrativa unilateral da formação do mundo moderno” (MCMICHAEL, 2016, p. 177).

581. Esses aspectos ocupam, além do entendimento da expressão teórica, o entendimento da grande maioria das pessoas – se tratado como “senso comum”. É muito presente e forte a expressão disso – principalmente quando se trata do alimento – por parte dos trabalhadores do

Os sistemas de contabilidade, tanto das empresas como dos países, incluem uma cota de consumo de capital. Esse custo, uma depreciação anual do capital, é subtraído da receita líquida no cálculo da renda anual. Como outras formas de capital, *a base de recursos naturais proporciona um fluxo de benefícios econômicos ao longo do tempo, mas as mudanças em sua produtividade têm escapado historicamente aos registros contábeis. As mudanças no capital humanamente construído têm preferência nos sistemas contábeis, implicando que a produtividade do recurso natural é de valor insignificante nos atuais sistemas de produção. Países, empresas e agricultores justificam a depreciação de recursos materiais, tais como edificações e tratores, na medida em que estes desgastam-se ou ficam obsoletos, mas ignoram as mudanças ocorridas na capacidade produtiva dos recursos naturais.* (ALTIERI, 2009, p. 82, destaques nossos)

Pautada nesses objetivos, a consequência têm sido os altos custos sociais e naturais. É nesse sentido que deve haver o redirecionamento tanto da análise econômica de seus princípios e objetivos, quanto das políticas de subsídios agrícolas⁵⁸². Esse processo, pela sua natureza – se consideradas as categorias de totalidade (concreta) e temporalidade –, acaba por ignorar valores fundamentais que são expressão da ideia e condição material da coevolução homem-natureza.

A análise da relação de valor revela, desse modo, como o regime alimentar do capital explora a força de trabalho e a natureza juntas. Insistindo que o ato do trabalho é simultâneo à transformação da natureza, Araghi desmonta o binário sociedade/natureza, postulando uma unidade na exploração do trabalho humano e seu componente natural. Desse modo, o valor é um conceito metodológico que permite Araghi (Marx) desmistificar o preço (e o pagamento dos serviços de ecossistema) como uma representação fetichizada das relações sociais

Campo e da cidade ao defenderem que a eficiência está na agricultura convencional – modelo da Revolução Verde – e de que a produção que visa à sustentabilidade é ineficiente e não dá conta das demandas objetivadas nas necessidades humanas, sociais e de mercado.

582. “A possibilidade de uma mudança epistêmica permeia a Questão Agrária do Século XXI, que não diz mais respeito a contribuições políticas da agricultura para a formação do Estado, mas sim ao valor da agricultura. Em suma, a questão epistêmica refere-se a como compreendemos o ‘Valor’”. (MCMICHAEL, 2016, p. 180, destaques nossos)

e ecológicas inerentes à produção de mercadorias. (MCMICHAEL, 2016, p. 182)

Mesmo dentro dos ditames da reprodução do capital – de um sistema agroalimentar corporativo inserido nesse processo –, a perspectiva da agroecologia e da soberania alimentar busca anunciar a necessidade de se pensarem os processos de sua realização a partir de uma visão alicerçada, não em um conceito abstrato de valor – de troca e de mercado –, mas, fundamentalmente, em princípios ontológicos que embasam as experiências práticas de cooperação e da reparação da materializada e avançada “ruptura metabólica”⁵⁸³. O sentido que está implícito nesse processo não é de apenas melhorar a natureza, mas, basicamente, se aproximar dos processos da natureza, e disso apreender valores, princípios e elementos epistemológicos.

A sustentabilidade agrícola, embora de reconhecida importância em todo o mundo, tem pouca participação na definição de políticas econômicas. Ela não é medida por nenhum indicador comumente empregado, nenhuma convenção lhe atribui valor e nenhuma definição amplamente aceita a descreve. Quando a sustentabilidade agrícola é deixada de fora da política econômica, parecem lógicas as distorções que ameaçam a sustentabilidade. (ALTIERI, 2009, p. 81, destaques nossos)

A contabilização da utilização dos recursos naturais, nos cálculos de definição e parâmetros da eficiência e produtividade, conduz necessariamente ao tensionamento e à necessidade de refletir acerca do real valor do fruto da produção e do sentido das políticas de incentivos agrícolas. Considerando que, assim como a sociedade, a natureza viva e os elementos físicos da natureza têm uma história (POLITZER, 2002), essa necessidade de ressignificar os critérios e valores para o cômputo do processo produtivo – presente nas discussões da agroecologia – é a expressão da mudança qualitativa e a demonstração de que os determinantes objetivos e subjetivos – “forças do novo que se desenvolvem contra o velho, no seio

583. Para fundamentos teóricos dessa afirmação, ver capítulo 2, sobretudo o item “Fundamentos ontológicos e filosóficos e soberania alimentar”.

do velho” – podem conduzir às transformações necessárias, já que há, nesse processo, “elementos contrários que se combatem”.

Os poucos estudos comparativos dos *métodos de cálculo da renda nacional, utilizando o registro dos recursos naturais e convencionais*, mostram que *o que se considera renda, na verdade, significa perdas na forma de esgotamento e degradação dos recursos naturais*. Como a exaustão dos recursos naturais é realmente uma forma de consumo de capital, os métodos convencionais de contabilização superestimam a renda e desviam-se do planejamento econômico. Somente *quando a depreciação dos bens naturais for tratada com a mesma seriedade que a depreciação dos bens humanos*, os políticos e a população conhecerão a realidade; *enquanto isso não acontecer, a sustentabilidade continuará um castelo no ar*. (ALTIERI, 2009, p. 108, destaques nossos)

Com base nesses aspectos, a questão da temporalidade⁵⁸⁴ se torna central quando se discutem essas questões. Os aspectos fundamentais dispostos na base material exigem a busca de alternativas para a manutenção a longo prazo da capacidade produtiva. Nos determinantes políticos e econômicos hegemônicos, os recursos naturais e o meio ambiente são “hipoteticamente presumidos”. (ALTIERI, 2009, p. 108) Contudo, esquece-se que estamos em um período em que diversos recursos naturais já não são abundantes ou estão esgotados.

O conteúdo histórico central dessas contradições é expresso na agroecologia quando esta visa fundamentar esse novo jeito de “fazer agricultura”, em alguns aspectos: a nova racionalidade deve contemplar em seus cálculos tanto as perdas pelos processos de degradação dos recursos naturais no processo produtivo do tempo presente quanto a necessidade de mensurar a ameaça às “receitas” e “possibilidades” futuras de produção.

Ao considerar a totalidade concreta, bem como essa forma de compreender o “ideal” da produção agrícola e de alimentos, vemos que há uma inversão dos resultados. A compreensão-padrão e as expressões

584. Tem a ver com o descompasso entre a imposição do ritmo acelerado no processo de reprodução do capital e o tempo geoquímico e biológico. Além disso, com o papel da agroecologia nos processos de preservação, conservação, recuperação, ampliação e potencialização dos recursos naturais.

teóricas reproduzem erroneamente esses resultados ao colocar fundamentalmente como critério o aumento da receita e do lucro, sem levar em consideração que a objetivação prática desse processo causou a diminuição significativa da riqueza, se colocados os bens naturais para compor o cálculo⁵⁸⁵. Essa inobservância dos recursos naturais – conforme o entendimento constituinte da sustentabilidade⁵⁸⁶ – nos cálculos do processo produtivo convencional, segundo Altieri (2009)⁵⁸⁷, é justificada a partir de duas linhas de raciocínio:

Uma delas é de que a escala da economia humana é pequena em relação à quantidade de capital natural. **A outra** é a de que o capital humanamente construído é um substituto quase perfeito para o capital natural. Entretanto, *nenhuma dessas suposições se sustentam no mundo de hoje. Quanto à primeira delas*, a escala econômica mundial é enorme, e abundam evidências de degradação e esgotamento de recursos. **Em relação à segunda**, os recursos naturais, são mais apropriadamente vistos como complementos ao capital humanamente construído do que como substitutos diretos do mesmo. *A tecnologia agrícola, por exemplo, teria um desempenho muito melhor em solos sadios do que em solos degradados.* (ALTIERI, 2009, p. 83, destaques nossos em negrito)

585. Adiante, veremos que isso decorre da maneira como a ciência moderna, sob a égide do capital, trata a natureza, recortando-a e abstraindo-a. A descrição da natureza pelas ciências naturais e sociais se dá numa parcialidade interessada, a partir da historicidade do “objeto científico” referendado pelos processos da dominação econômica produtiva capitalista.

586. “Se a sustentabilidade é compreendida como a capacidade de um sistema de manter sua produtividade quando submetido a estresses e perturbações, então, de acordo com princípios básicos de contabilidade, os sistemas de produção que danificam a estrutura do solo ou exaurem seus nutrientes, matéria orgânica ou biota, são insustentáveis”. (ALTIERI, 2009, p. 83-84)

587. Altieri (2009), ao discutir essa questão, trabalha com a ideia de “capital natural”. Ou seja, na interação entre os recursos naturais e as potencialidades humanas, desenvolvidas nessa lógica do capital, que compõem a produção, nos registros contábeis, esse “capital natural” não é ou é pouco considerado. Destaca-se que o autor, ao desenvolver uma análise econômica da agricultura sustentável, faz o “cotejo” entre os modelos de contabilidade convencional e da que inclui no cálculo também os recursos naturais. Os resultados obtidos manifestam diferenças substanciais, bem como demarcam que unidades de produção sustentáveis, mesmo não obtendo, por vezes, rendimentos financeiros iguais aos das convencionais, quando colocados no cômputo – através de indicadores – os recursos naturais, podem ser consideradas mais eficientes e produtivas em relação às convencionais.

É notório, na literatura acerca da agroecologia e da soberania alimentar, o esforço em demonstrar que, para evidenciar as condições e capacidades produtivas de unidades de produção, o fundamental assenta-se na questão da “qualidade” do produto, por um lado, e, por outro, na capacidade de um sistema manter a sua produtividade, a sua sustentabilidade (no teste de tempo/de longo prazo). Desse modo, considerando a perspectiva da soberania alimentar – em seus valores e princípios –, os critérios qualitativos e as consequências naturais e sociais devem embasar os princípios orientadores para a produção de alimentos.

[...] precisamente porque *o conceito de valor* com que Marx (e Araghi) trabalha(m) *insiste na unidade original do trabalho e da natureza*, reconhece-se de modo implícito a possibilidade de expressões alternativas a essa relação. Isto é, o “valor” narra historicamente o capitalismo como uma forma alienada de reprodução social. Permite, portanto, a possibilidade de transcendência, expressando valor em outros termos que não o de preço. (MCMICHAEL, 2016, p. 182, destaques nossos)

As relações materiais de produção e reprodução da existência e como estas se materializam – a partir das mediações de segunda ordem – na produção de alimentos demonstram que há uma inversão de valores, e que devem ser ressignificados. Concordando com McMichael, vemos que:

[...] o projeto do regime alimentar marginaliza culturas alimentares subsistentes que representam, de fato, as populações majoritárias do mundo. Nesse sentido, *a agricultura industrial deve ser considerada uma alternativa, não o contrário, assim como a norma analítica. É a partir das culturas alimentares subsistentes que podemos extrair uma lógica saudável de reprodução de relações sociais e ecológicas, em oposição à força degradante e incapacitante da dinâmica da agricultura capitalista de sub-reprodução do trabalho social e dos ecossistemas.* (MCMICHAEL, 2016, p. 178, destaques nossos)⁵⁸⁸

588. Esses aspectos destacados por McMichael acerca da agricultura industrial demonstram a negatividade dos processos e resultados da biotecnologia, da engenharia genética e da concessão de patentes de material biológico.

Esses aspectos trazem à tona que tanto as políticas hegemônicas quanto a epistemologia referente à questão alimentar ou ao sistema agroalimentar estão em crise e limitadas em suas intervenções, tendo em vista que estas expressam a forma como se materializam as relações sociais e de valor. Essa base é instituinte da forma como compreendemos “o valor” e, portanto, dos princípios de ação prática produtiva no que diz respeito aos alimentos.

O movimento de Soberania Alimentar, em versão ampliada, representa uma multiplicidade de engajamentos e experimentos cruciais com a restauração da reprodução socionatural e suas capacidades sustentáveis. Isso impõe a ampliação e a recuperação de valores que reconstituam a diversidade e suplantem a homogeneidade do regime de troca de valores. (MCMICHAEL, 2016, p. 178, destaques nossos)

A superação do modo hegemônico – das relações de produção ocorridas no Campo – e da simplificação do valor sob o *status* prioritariamente econômico perpassa pela forte inserção da soberania alimentar – da produção de alimentos, sob essa perspectiva – na questão agrária. De acordo com McMichael (2016, p. 182), “[...] o reenquadramento da Questão Agrária como questão ‘alimentar’, reconhecendo que como *valor de uso*, o alimento possui qualidades metabólicas que conectam os homens a seu meio ambiente” (destaques nossos). É nesse sentido que a soberania alimentar e a agroecologia trazem, em suas “projeções”, as condições analíticas para que se constituam estratégias objetivo-políticas para ressignificar e superar “[...] o cálculo de mercado abstrato” (MCMICHAEL, 2016, p. 182) do sistema agroalimentar e as imposições objetivas que levam à desvalorização da ecologia e das culturas assentadas em princípios de interação metabólica entre o humano e a natureza. Há, nesse processo, os múltiplos valores de ordem prática na produção e reprodução da existência que são subordinados ou até mesmo apagados pela expressa sobreposição do valor de troca e das composições de preços⁵⁸⁹.

589. De acordo com McMichael, “O regime alimentar vem moldando progressivamente uma forma de agricultura que valoriza seu produto unicamente como mercadoria. A bioeconomia representa o mais alto estágio de mercantilização em matéria de cultivos substituíveis. Nesse caso, o valor de troca elimina o valor de uso, e as culturas tornam-se investimentos fungíveis – como nos múltiplos usos do milho, soja, óleo de palma e açúcar, por exemplo, como

A convergência que manifesta o entendimento acerca da perspectiva da soberania alimentar e da agroecologia na direção de “refundar”, reintegrar o processo de coevolução entre homem e natureza – pautado na mediação de primeira ordem, ou seja, superar a ruptura metabólica entre humano e natureza – é de que deve haver a (re)combinação simbiótica entre o tempo econômico que visa à produção e à reprodução da existência material e o tempo geoquímico e biológico controlado pelos processos de reprodução da natureza. É nesse sentido que a busca das condições objetivas que podem redefinir os valores fundantes da perspectiva epistemológica (e da política) e da composição dos elementos que fundamentam os processos de cálculos, que possam incorporar as dimensões culturais, biológicas, ecológicas, perpassa, além de diversas dimensões, pela materialização da soberania alimentar e da agroecologia.

Considerando esses aspectos, deve-se ter clareza de que o movimento na direção da soberania alimentar e da agroecologia busca inverter a “natureza” e a organicidade da reprodução social, incorporando, nesse processo, novas práticas agrícolas a partir do mais avançado como constructo social – de conhecimento e de tecnologia – correspondente a essa perspectiva. Assim, Cunha destaca que no horizonte está a necessidade de uma combinação entre o “novo” e o “ancestral”⁵⁹⁰:

O que há de interessante nessa reação é que não se trata apenas de reconfigurar a cadeia de fornecimento ou de restabelecer a autonomia da preferência do indivíduo soberano em suas decisões de consumo. Trata-se de uma nova forma de comportamento baseada em um padrão de valores que defino como “Novo-Ancestral” (N-A), a partir do

alimento, ração animal, combustível, cosmético, estabilizante etc. *Para as culturas mencionadas, sua conversão de alimento para valor de troca é o derradeiro fetichismo da agricultura*, como um processo de insumo-produto voltado à produção indiscriminada de mercadoria visando o lucro. Para a Via Campesina, essa é a *agricultura sem agricultores*, em que a agroindustrialização refere-se, em última análise, a combinar insumos mercantilizados (sementes, fertilizantes, antibióticos, material genético privado, pesticidas e assim por diante) com terra ou água ou pecuária para gerar produtos, como ingredientes de *commodities* processados com o propósito de abastecer a força de trabalho ou o maquinário, sem pensar nas consequências sociais ou ecológicas”. (MCMICHAEL, 2016, p. 179, destaques nossos)

590. “O padrão ‘Novo-Ancestral’ reflete a criação de novos valores (no sentido econômico) que expressam, de forma indissociável, a qualidade, a representação social ou local e a forma de transação, marcadas pela mediação (antiga ou ancestral) da personalidade da escolha, da avaliação e da forma de negociação face a face”. (CUNHA, 2016, p. 55)

reconhecimento de novos valores atribuídos aos alimentos, associados a formatos organizacionais antigos ou ancestrais. (CUNHA, 2016, p. 54)

Numa concepção econômico-financeira simplesmente, esse entendimento pode ser tomado como um recuo ou retorno à subsistência. Porém, se tomado como *um processo de mediação*, é a expressão da luta e unidade de contrários, por ser um início para materializar a diminuição de dependência das relações do capital, por um lado, e, por outro, constituir-se em expressão de novos valores e princípios que podem conduzir às condições objetivas de autonomia dos trabalhadores e das unidades de produção. Considerando esses aspectos, McMichael, ao retomar a concepção de “recampesinização” de Ploeg (2008), destaca:

Van der Ploeg distingue sua conceitualização do campesinato daquela de um historicista que confinaria o campesinato ao passado e/ou à periferia, referindo-se à “condição camponesa” [...]. Essa condição deriva da crise do regime alimentar corporativo ou do que ele considera um complexo de impérios alimentares movidos pela cadeia de suprimentos. É centrada em uma prática camponesa de coprodução com a natureza viva, que “visa e materializa-se com a *criação e o desenvolvimento de uma base autocontrolada e autogerida de recursos*”, a qual pode ser fortalecida pelo engajamento em múltiplas atividades/outras atividades agrárias [...]. **Nesse caso, embora as lentes de mercado retratem a agricultura camponesa como estagnada, na realidade, a reprodução e o desenvolvimento de recursos são definidores do campesinato e a condição de sua emancipação.** (MCMICHAEL, 2016, p. 194-195, destaques nossos em negrito)

Nesse sentido:

Qualquer que seja o método utilizado para avaliar a sustentabilidade das pequenas propriedades, ele deve fornecer um indicador da situação de, *no mínimo, quatro atributos*: a) manutenção da capacidade produtiva do agroecossistema (capacidade produtiva); b) preservação da base de recursos naturais e da biodiversidade (integridade ecológica); c) fortalecimento da organização social e diminuição da pobreza

(saúde social); d) fortalecimento das comunidades locais, manutenção das tradições e participação popular no processo de desenvolvimento (identidade cultural). (ALTIERI, 2009, p. 62, destaques nossos)

Considerando esses atributos objetivados, há, portanto, a incidência de imperativos de valores que permitem outras relações sociais de produção e novos conhecimentos. Entendido que há a necessidade de transformações radicais para o que tem sido advogado no processo de constituição ideal-normativa, material, prático-política e utópica da agroecologia e da soberania alimentar, o primeiro passo devem ser as condições de transformação e transição nos processos produtivos e das condições da base material.

4.3 A NECESSIDADE DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E NÍVEIS FUNDAMENTAIS DESSES PROCESSOS DE TRANSIÇÃO

A agroecologia inscreve-se como potencialidade teórica e prática para o processo fundamental e indutor das mediações necessárias – estabelecidas pelas práticas sociais – para a transição advogada⁵⁹¹ em direção à soberania alimentar e à implementação prática das determinações e premissas – referentes à questão agrária, às políticas públicas, à formação humana etc. – que vão ganhando forças na dinâmica do processo de transformação desse tensionamento das contradições. A percepção, por determinada parte da sociedade, dos problemas que ameaçam a condição da natureza e a humana (cujas alternativas, portanto, vão aos poucos ganhando significado e lugar prático, por exemplo, através da agroecologia e da formação humana) revela as bases materiais que os transformam em “questões emergentes”. Além disso, a partir dessas intervenções e experiências prático-materiais, paulatinamente revela-se o conteúdo histórico e teórico subjacente a essas duas questões imbricadas. Percebe-se que

591. Embora aplicado ao contexto e à particularidade aqui discutida, em sentido mais teórico-conceitual podemos cotejar com o entendimento de Ciavatta (2014, p. 215) quando destaca que “O conhecimento produzido vai depender da pertinência das contradições recíprocas e reconhecimento do caráter mediador dessas contradições na constituição histórica da realidade. Dessa forma, não será nunca um conhecimento acabado, mas limitado e provisório, aberto a novas apreensões e a novos reconhecimentos”. Considerado, portanto, essa concepção de particularidade, a agroecologia “é um campo das mediações”. (CHASIN, 2009; CIAVATTA, 2014)

materializa e expressa – em estágios avançados – o que já demonstravam as reflexões de Engels elaboradas em 1876. Destaca o autor:

Contudo, não nos deixemos dominar pelo entusiasmo em face de nossas vitórias sobre a natureza. Após cada uma dessas vitórias a natureza adota sua vingança. É verdade que as primeiras consequências dessas vitórias são previstas por nós, mas em segundo e em terceiro lugar aparecem consequências muito diversas, totalmente imprevisas e que, com frequência, anulam as primeiras. Os homens que na Mesopotâmia, na Grécia, na Ásia Menor e outras regiões devastavam os bosques para obter terra de cultivo nem sequer podiam imaginar que, eliminando com os bosques, os centros de acumulação e reserva de umidade, estavam assentando as bases da atual aridez dessas terras. Os italianos dos Alpes, que destruíram nas encostas meridionais os bosques de pinheiros, conservados com tanto carinho nas encostas setentrionais, não tinham a ideia de que com isso destruíam as raízes da indústria de laticínios em sua região; e muito menos podiam prever que, procedendo desse modo, deixavam a maior parte do ano secas as suas fontes de montanha, com o que lhes permitiam, chegado o período de chuvas, despejar com maior fúria suas torrentes sobre a planície. Os que difundiram o cultivo da batata na Europa não sabiam que esse tubérculo farináceo difundia por sua vez a escrofulose. Assim, a cada passo, os fatos recordam que nosso domínio sobre a natureza não se parece em nada com o domínio de um conquistador sobre o povo conquistado, *que não é o domínio de alguém situado fora da natureza, mas que nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramos-nos em seu seio, e todo nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada.* (ENGELS, 2006, p. 7, destaques nossos)

Como já mencionado, o conhecimento das drásticas consequências das formas como seres humanos passaram a intervir na natureza, a partir das características que o modo de produção foi adquirindo, já é uma realidade⁵⁹². O que está em jogo, no entanto, são as formas de enfrentamento

592. Há uma sobreposição determinante do econômico em relação às demais dimensões. Como destaca Foladori, “O problema não é técnico ou de desconhecimento. É social, derivado da vigência da aplicação do capital na terra. A seleção de modalidades econômicas, de

a essas consequências. Ao referir-se às condições materiais e ao conteúdo histórico da agroecologia, por exemplo, busca-se destacar e compreender o seu lugar no terreno desse processo de enfrentamento. Como destacou Engels (2006, p. 7), “Com efeito, aprendemos cada dia a compreender melhor as leis da natureza e a conhecer os efeitos imediatos como as consequências remotas de nossa intromissão no curso natural de seu desenvolvimento”.

O que verificamos, porém, é que o conhecimento das consequências naturais de nossas ações não obtém conhecimento correspondente aos problemas sociais oriundos desse processo. Como destaca Engels (2006, p. 7)

Mas, se foram necessários milhares de anos para que o homem aprendesse, em certo grau, a prever as remotas consequências naturais no sentido da produção, muito mais lhe custou aprender a calcular as remotas consequências sociais desses mesmos atos.

Entende-se, portanto, que a agroecologia se insere nesse contexto de, além de buscar a resolução e superação das consequências naturais, visar também, de maneira articulada, à superação das consequências sociais em suas expressões explícitas, como a fome, a desnutrição, a “má qualidade” do alimento etc. Obviamente, o conhecimento e o desenvolvimento científico são relevantes, mas não bastam. Como destacam diversos autores da perspectiva aqui utilizada, realmente é preciso revolucionar completamente a ordem estabelecida. Desse modo:

[...] Agroecologia não se trata [...] de se contrapor “à evolução das forças produtivas”, substituindo técnicas as mais “modernas e avançadas” por práticas arcaicas e supersticiosas. *Trata-se de escolher as tecnologias apropriadas, de acordo, com parâmetros que não são redutíveis à “eficiência” fetichista da acumulação capitalista*, num momento em que o capitalismo financeiro pressiona por apostas tecnológicas cegas, de uma irresponsabilidade social total, como no caso dos OGMs ou da decodificação do genoma. (GUHUR, 2015, p. 294, destaques nossos)

tecnologias de produção, de cultivos para cada parcela não é um resultado exclusivamente agrônomo, nem sequer é prioritariamente agrônomo. É, primeiramente, econômico”. (FOLADORI, 2001, p. 182, destaques nossos)

Nesse sentido, também destaca Altieri que:

A produção estável somente pode acontecer no contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente. A Agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento. O objetivo é que os camponeses se tornem os arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento (Chambers, 1983). (ALTIERI, 2009, p. 27)

A multidimensionalidade da agroecologia e os processos de produção de alimento na perspectiva da soberania alimentar incidem na articulação entre práxis social e conhecimento que leve em consideração o agroecossistema – sustentável⁵⁹³ –, como “particularidade” e unidade de “um todo”. Ressignificam, portanto, o sentido da ação e o objetivo constituinte dessa ação interventora na realidade material e social. Os princípios e a intenção fundamentais não são o desenvolvimento de uma maximização da produção – através de um propósito específico ou uma determinada forma de atividade apenas –, mas fundamentalmente a otimização e potencialização do agroecossistema no qual o ser humano se insere e com o qual se relaciona.

A literatura que constitui o *corpus* teórico e metodológico da agroecologia coloca a “transição agroecológica” como um dos conceitos centrais. Insere-se nesse conceito e intencionalidade o sentido do que indicou Marx ao destacar que, no intercâmbio entre homem-natureza, há momentos históricos de necessidade de uma “restauração metabólica”⁵⁹⁴,

593. “[...] descrevemos um agroecossistema sustentável como o que mantém a base de recursos da qual depende, conta com um uso mínimo de insumos artificiais vindos de fora do sistema de produção agrícola, maneja pragas e doenças através de mecanismos reguladores internos e é capaz de se recuperar de perturbações causadas pelo manejo e colheita”. (GLIESSMAN, 2001, p. 565)

594. Em sentido mais estrito, a “transição agroecológica” contribui. De acordo com Andreote *apud* Marques Filho (2016, p. 165), “No solo e nas plantas há a maior fonte de biodiversidade genética e metabólica do planeta: cerca de um bilhão de células vivas para cada grama de solo; são 30 mil espécies diferentes. [...] A planta seleciona os microrganismos que vão se associar a ela. Se a biodiversidade do ambiente é alta, a seleção é mais eficiente. Se essa diversidade é reduzida, aumentam as chances de colonização por organismos oportunistas, os patógenos, o que explica a maior ocorrência de doenças em raízes em áreas de monocultura,

que, nos processos produtivos, “[...] ao destruir as condições naturais que mantêm aquele intercâmbio, cria a necessidade de restaurá-lo sistematicamente, como lei reguladora da produção e em forma adequada ao desenvolvimento integral do homem⁵⁹⁵”. (MARX, 2008, p. 570) Partindo desses aspectos, vemos que a agroecologia não se restringe apenas a objetivar experiências e práticas de agriculturas sustentáveis ou de base ecológica. Insere-se, fundamentalmente, em processos de organização social do campesinato que, no horizonte, colocam a necessidade de superação do modo de produção capitalista.

Em decorrência da separação antagônica entre cidade e campo e da “alienação material dos seres humanos dentro da sociedade capitalista das condições naturais que formam a base de sua existência” (Foster, 2005, p. 229), *uma falha irreparável surgiu no metabolismo entre o homem e a terra. Governar racionalmente esse metabolismo “excede completamente as capacidades da sociedade burguesa” (ibid.). Restaurá-lo exige uma ordem social qualitativamente orientada*, que só pode ser alcançada na sociedade dos indivíduos livremente associados, que, como sujeitos históricos autônomos, estejam no pleno controle do processo produtivo, esse conscientemente subordinado à satisfação das necessidades humanas, e não a uma riqueza fetichizada. (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 63, destaques nossos)

pois a biodiversidade é restrita”. Considerando esses elementos, ganha sentido o que escreveu McMichael ao discutir questões centrais acerca dos regimes alimentares. No item “[...] um mundo pós-regime alimentar”, destaca: “Diferentemente do caráter emergente do regime corporativo-ambiental de Friedmann, o cenário de Campbell é de um binário desigual em que o *regime de alimentos de procedência conhecida é ‘um novo subconjunto pequeno, porém importante, de contralógica’ para o regime de alimento de procedência desconhecida [...]*. De modo intuitivo, Campbell observa que os regimes alimentares anteriores tinham a ‘habilidade de distinguir o que Marx havia (...) descrito como uma ruptura metabólica irreparável, ainda que invisível, que separou de modo progressivo a interação entre os humanos e a natureza (...)’. *Essa ruptura metabólica, a interrupção de ciclos nutrientes que reabastecem o solo (Foster, 1999), que pode muito bem promover a descentralização agroalimentar, uma vez que os humanos são forçados a recuperar o solo, a biomassa e a biodiversidade a fim de sobreviver em uma era pós-combustível fóssil*”. (MCMICHAEL, 2016, p. 35, destaques nossos)

595. Rever as bases desse entendimento no capítulo 2, especialmente no item “Fundamentos ontológicos e filosóficos e soberania alimentar”, e no capítulo 3, no item “Na unidade dos contrários: as relações materiais, de forças, ‘transição em potência’ e soberania alimentar”.

Cada vez mais é consistente a imposição objetiva dessa restauração metabólica – como fruto e condição da história – e de mudanças substanciais nas formas de intercâmbio do homem com a natureza. Há nesse contexto um elemento importante. O que se nota é que as condições naturais começam a anular – ou não conseguem mais atender – a efetividade proposta pelos grandes saltos de produtividade (ou da equivocada fertilidade) sob a indução do desenvolvimento tecnológico. Se partirmos do pressuposto de que a “produção” agrícola é resultante da interação entre técnica e natureza, o desequilíbrio nessa relação – já apontado – expressa as linhas limítrofes desse processo⁵⁹⁶. A tendência, portanto, é uma maior aplicação de mecanismos artificiais para o aumento da produção, tendo em vista que a vitalidade natural é cada vez mais sufocada e destruída.

[...] é uma tendência a aplicações sempre crescentes de capital no solo (na forma de máquinas e insumos industriais), ainda que com rendimentos físicos decrescentes (reveladores de uma diminuição da capacidade produtiva do solo, de sua fertilidade), até que em um determinado momento acontece uma crise ecológica. (FOLADORI, 2001, p. 185)

Nesse sentido, dados esses elementos objetivos, induz-se à necessidade de modificações e transformações, tanto na prática relacional homem-natureza, quanto no arcabouço teórico-científico e tecnológico, tendo em vista que o acúmulo pelas inovações tecnológicas das últimas décadas começa a perder a sinergia e a eficiência programada. Vemos então, partindo desses pressupostos, um exemplo:

[...] a conclusão lógica do desmatamento, do declínio dos recursos hídricos e da degradação dos solos agricultáveis, [...] cuja sinergia começa a anular os saltos de produtividade agropecuária possibilitados pelas inovações tecnológicas do último meio século. Assim, uma das vias pelas quais podemos sucumbir a um colapso socioambiental é a via “clássica” dos colapsos de várias civilizações anteriores: *o colapso alimentar*. (MARQUES FILHO, 2016, p. 166, destaques nossos)

596. Com essa premissa, destaca-se que não entendemos ser possível uma produção “puramente” artificial, isolada ou autônoma frente às leis objetivas naturais.

Retomando a questão fundamental – conforme entendia Marx – de que a produção social e o pleno desenvolvimento humano pressupõem a primazia da mediação de primeira ordem, nas condições de destruição desse metabolismo e necessidade de restaurá-lo de maneira sistemática⁵⁹⁷, a agroecologia se inscreve como central. Se a agricultura é um conjunto de processos objetivos, estes não devem pautar-se apenas nas trocas econômicas, mas, fundamentalmente, nas trocas bioecológicas. Assim, a soberania é consequência da soberania da terra, da biodiversidade, da diversidade genética, da soberania das sementes (não patenteadas), da água não contaminada como patrimônio da humanidade, do trabalho não alienado, da justiça social etc. Nesse sentido:

A reavaliação refere-se a uma luta essencial que agora, no âmbito dos termos da Questão Agrária, diz respeito à Soberania da Terra (Borras; Franco, 2012). Para um campesinato emergente (século XXI), a terra não é somente um objeto de luta a assegurar, mas também em restauração (por biorrecuperação e o uso da agroecologia para práticas restauradoras) com o propósito de criar recursos como “capital ecológico”, a fim de restaurar direitos anteriores (incluindo a das mulheres) à segurança da terra, garantir a identidade territorial/cultural (cf. Escobar, 2008) e restabelecer a autossuficiência alimentar. A recuperação da terra implica assegurar novas concepções de “cidadania agrária” (Wittman, 2009), conforme proposto pelo MST, no Brasil, em relação ao reposicionamento da mão de obra agrária no corpo político (reposicionando a cidadania para além da urbanidade) e à introdução da conservação ambiental em uma noção coletiva de cidadania. (MCMICHAEL, 2016, p. 199, destaques nossos)

Ainda sobre esses aspectos e a contribuição da agroecologia nesse processo, temos:

597. Estudos desenvolvidos na Holanda, sob a coordenação de Annelies Veraart, da Universidade de Wageningen, demarcam que a “memória” dos ecossistemas passa a ter uma mais lenta regeneração, frente às perturbações, quanto mais o sistema estiver próximo do estágio conhecido como “ponto crítico”. Ao trazer essa discussão, Marques (2016, p. 509) destaca que, “[...] quanto mais degradamos um sistema vivo, menos energia disponível esse sistema tem para se refazer, mais tempo requer para se restaurar e, portanto, mais rapidamente uma próxima crise o impulsiona em direção a seu ponto crítico”. Esses elementos ajudam a embasar a nossa preocupação em trazer as questões da “urgência histórica” e da temporalidade nesse processo de transição.

[...] é esta a contribuição específica que pode trazer a (agro)ecologia: por meio da *reconstrução ecológica e cultural da agricultura, contribuir para a restauração da fratura metabólica, uma forma adequada ao pleno desenvolvimento humano*; algo que, entretanto, só pode ser plenamente alcançado numa ordem social qualitativamente orientada, que supere as relações capitalistas, uma vez que *governar racionalmente esse metabolismo “excede completamente as capacitações da sociedade burguesa* (Foster, 2005, p. 229)”. (GUHUR, 2015, p. 296, destaques nossos)

A consolidação da agroecologia pressupõe um processo de negação-afirmção-superação, tendo como ponto de partida a realidade histórica com o impulso de diferentes e pequenas experiências prático-materiais. Nesse sentido, o entendimento conclui que o ponto de partida é a realidade e o conhecimento locais em que se expressa a contradição inovadora que se fortalece no tempo⁵⁹⁸. Esse entendimento – fundamental para a agroecologia – reconhece que:

[...] *as populações do campo são portadoras de um saber legítimo, construído por meio de processos de tentativa e erro, de seleção e aprendizagem cultural, que lhes permitiram captar o potencial dos agroecossistemas com os quais convivem há gerações. Basta lembrar que a esmagadora maioria das espécies agrícolas e dos animais domésticos atualmente existentes é obra do trabalho coletivo e milenar dos*

598. Sobre o entendimento que considera o ponto de partida na realidade e no conhecimento locais, deixa-se claro que os autores que discutem a agroecologia demarcam que, nesses aspectos, estão por vezes entendimentos errôneos utilizados por “[...] setores pouco informados que interpretam esta expressão como algo que vai em direção ao atraso. Na verdade, o ‘partir’ quer significar um ponto de início de um processo dialógico entre profissionais com diferentes saberes, destinado à construção de novos conhecimentos. Neste processo o conhecimento técnico é fundamental, até porque o salto de qualidade que propõe a Agroecologia e a complexidade da transição à estilos de agriculturas sustentáveis não permitem abrir mão do conhecimento técnico-científico, desde que este seja compatível com os princípios e metodologias que podem levar a uma agricultura de base ecológica”. (CAPORAL; COSTABEBER, 2015, p. 272, nota de rodapé nº 10). Além disso, seguindo as contribuições dos mesmos autores, estes destacam que a perspectiva da agroecologia “[...] joga um *papel central à dimensão local, por ser portadora de um potencial endógeno, rico em recursos, conhecimentos e saberes que facilita a implementação de estilos de agricultura potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural*”. (CAPORAL; COSTABEBER, 2015, p. 273, destaques nossos)

povos camponeses, e não de institutos de pesquisa, universidades ou empresas. (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 62, destaques nossos)

Kosik, ao discutir a relação entre “economia e filosofia”, traz alguns elementos e questões que ajudam na discussão – da realidade primeira –, sobretudo quando alerta para os perigos de se fazer uma investigação que se requer ser científica, mas parte do já provado, um arcabouço explicativo que já se enrijeceu no tempo e não expressa as contradições e o movimento do real. Se considerarmos a insustentabilidade do modelo, a privatização da vida e do conhecimento (desenvolvido, acumulado, socializado durante milênios pelos camponeses) pelos processos da biotecnologia, da engenharia genética e do sistema de patentes, em que a ciência se torna mercadoria vendável e os seres vivos (biológicos) “inventos”, apesar de serem expressões da ciência recente, demarcam que os direitos da sociedade cada vez ficam mais frágeis e com maiores linhas limítrofes para o acesso. Nesse sentido, há a importância de se reconsiderar e valorizar os conhecimentos tradicionais⁵⁹⁹ (como ponto de partida), tendo em vista que o acúmulo e a descrição hegemônica da ciência são, na verdade, instrumentos de dominação sobre a classe trabalhadora.

O homem tem sempre uma certa compreensão da realidade, anterior a qualquer enunciação explicativa. Sobre este estágio de compreensão pré-teórica, como estrato elementar da consciência, se apoia a possibilidade de cultura e de instrução, mediante a qual o homem passa da compreensão preliminar ao conhecimento conceitual da realidade. É profundamente errônea a hipótese de que a realidade no seu aspecto fenomênico seja secundária e desprezível para o conhecimento filosófico e para o homem: deixar de parte a aparência fenomênica significa barrar o caminho ao conhecimento do real.

599. “A aplicação da ciência à agricultura é um fato relativamente novo, e iniciou-se em 1834, quando Boussingault lançou os fundamentos da química agrícola. Anteriormente todos os avanços agrícolas eram o resultado do trabalho de uns poucos agricultores excepcionais, e cujas inovações eram copiadas pelas vizinhanças até tornarem-se bem conhecidas. O progresso caminha através da imitação. Após 1834, os cientistas tornaram-se peças fundamentais nas descobertas e inovações”. (HOWARD, 2007, p. 269) Nas suas análises, o autor aponta que um peso exagerado na produção científica, descolado da materialidade e em “fazendas experimentais”, potencializou uma forma restrita de produção de conhecimento de inovações, que desconsidera os trabalhadores e os conhecimentos tradicionais.

Investigar o modo em que a economia existe em primeiro lugar e o mais das vezes para o homem, significa ao mesmo tempo investigar o modo mais fundamental em que tal realidade se dá. Antes mesmo de que a economia se torne objeto de especulação, explicação e interpretação científica, ela já existe para o homem, sob um aspecto determinado. (KOSIK, 1969, p. 58, destaques nossos)

O processo de incorporação dos conhecimentos locais, assentando o ponto de partida, sem, contudo, deixar de considerar o conhecimento teórico-técnico acumulado nas especificidades e campos de conhecimento, expressa a relação dialética inscrita na materialidade em que se buscam as condições objetivas da/na transição agroecológica. Como destacam Caporal e Costabeber (2015, p. 271-272),

[...] num horizonte temporal, partindo do conhecimento local que, integrando ao conhecimento científico, dará lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais, alimentando assim, permanentemente, o processo de transição agroecológica.

Esse processo é lento – como processo, deve-se começar e ir desenvolvendo aos poucos, nas condições e temporalidades necessárias –, pois envolve, além dos elementos relacionados à política, ao conhecimento, também as condições da base material, por exemplo, do solo e do território, entre outros aspectos. De acordo com Görgen:

Muitos técnicos, partidários da agroecologia, não conseguem pensar em termos de transição, de passagem, de uma mudança de acordo com as condições reais da vida do pequeno agricultor e levam o camponês a tentar uma transição brusca. De um dia para o outro largar todas as práticas de Revolução Verde e praticar a agroecologia. A maioria dos casos resultou em decepção e uma volta humilhante do agricultor a praticar os meios da Revolução Verde.

Não podemos esquecer que a terra está contaminada e dependente dos insumos químicos. Ao redor continuam as práticas da monocultura e do uso intensivo de venenos. O pequeno agricultor não é uma ilha. As práticas dos vizinhos afetam as suas. E muitos conhecimentos

básicos de uma agricultura diversificada, ecológica e sem venenos, foram esquecidos.

[...] É preciso ir reforçando a partir de práticas concretas os elementos que diminuem a dependência e aumenta a autonomia do campo na construção de um novo jeito de produzir a terra. (GÖRGEN, 2004, p. 70)

Considerando esses pressupostos, o conceito e o processo de transição agroecológica adquirem grande complexidade pela necessidade de impulsionar novas redes tecnológicas e organizacionais, bem como demandar novas formas e ferramentas metodológicas de intervenção e potencialização das condições objetivas – no processo produtivo no Campo –, que incidem no processo deliberado e intencional acerca da tríade negação-afirmação-superação das condições produtivas hegemônicas no Campo.

A partir das elaborações de Gliessman (2001), é possível destacar que o processo de transição, bem como os processos de conversão – transição agroecológica – para os agroecossistemas sustentáveis, pode ser caracterizado em diferentes níveis, circundados por objetivos específicos e conhecimentos que podem dar conta desses objetivos. É importante destacar que esse processo, pela sua natureza, é lento, tendo em vista que a conversão, de acordo com Gliessman (2001, p. 572), “para um manejo do agroecossistema fundamentado em princípios ecológicos resulta em um conjunto de mudanças na ecologia do sistema”. Corroborando com esse entendimento, Görgen destaca que, por se tratar de um processo de passagem, transição, não é capaz de ser materializado em um passo só, mas através de diversos processos de transição, tendo no horizonte a transição agroecológica principal. Destaca o autor:

É preciso ir dando passos ano a ano. Por vários motivos: A terra que usamos está contaminada por adubos químicos e pelo uso de venenos; As sementes “melhoradas” pelas empresas multinacionais são viciadas no pacote químico e substituí-las completamente é um processo demorado; O meio ambiente, especialmente o solo, ao nosso redor está desequilibrado e os insetos, fungos e plantas concorrentes, indicadoras (ditas “daninhas”), estão fora de controle; Nós não temos recursos

financeiros sobrando para arcar com três a quatro anos de transição de uma agricultura para a outra bancando eventuais prejuízos; Não dispomos de conhecimentos suficientes que nos deem segurança para enfrentar todos os problemas e desafios que nos surgem no dia a dia; Não temos assistência técnica e pesquisa suficiente na área agroecológica para acompanhar todos os pequenos agricultores que iniciam um processo de passagem, de transição. (GÖRGEN, 2004, p. 72)

Soma-se a isso também o redimensionamento e reordenamento do conjunto de ações e práticas na unidade de produção, tais como: planejamento (sob a perspectiva da planificação do modo de produção), práticas de campo, gestão, filosofia, inclusive *marketing*⁶⁰⁰.

Para muitos produtores, a conversão rápida a um desenho e manejo sustentáveis do agroecossistema não é possível nem prática. Como resultado, muitos esforços de conversão avançam em passos mais lentos na direção da meta derradeira da sustentabilidade, ou, simplesmente, adotam como foco o desenvolvimento de sistemas de produção de alimentos um pouco mais consistentes do ponto de vista ambiental. Na diversidade de esforços de conversão observados, três níveis distintos podem ser identificados (Hill, 1985). (GLIESSMAN, 2001, p. 573-574)

A literatura acerca da agroecologia traz um conjunto de indicações das ações práticas necessárias para constituir os primeiros passos, que devem se tornar ações permanentes⁶⁰¹. A partir das indicações de Gliessman, sintetizamos: o primeiro nível – e, também, o primeiro passo – pode ser caracterizado com a necessidade de redução do uso de insumos externos que são danosos e violentos para a natureza. Porém, o alcance desse objetivo pressupõe a melhoria e o incremento de “práticas

600. Não será aprofundado nesta obra, pela sua especificidade, mas Gliessman (2001) elenca um conjunto de princípios que podem servir como linhas mestras orientadoras em todo o processo de conversão e transformação.

601. De acordo com Görgen (2004), podemos destacar, por exemplo: recuperar e manejar o solo; livrar-se dos venenos agrícolas; diversificar a produção e escapar da monocultura; produzir para o autoconsumo familiar; controlar as sementes e mudas; garantir a disponibilidade de água; ter matas e pomares; dominar conhecimentos básicos; construir infraestrutura correspondente aos princípios, diretrizes e valores inerentes a essa perspectiva de produção.

convencionais”⁶⁰² que possam contribuir com mais eficiência para a produtividade. De acordo com Gliessman (2001, p. 574), “A meta desta abordagem é a utilização de insumos de forma mais eficiente, fazendo com que uma menor quantidade se torne necessária, e reduzindo, ao mesmo tempo, os impactos negativos de sua utilização”. A percepção dessa necessidade tem impulsionado a busca de alternativas práticas e conhecimentos que têm colaborado para a diminuição dos impactos degradantes da agricultura convencional.

O segundo nível desse processo de transição é caracterizado, fundamentalmente, pela substituição de práticas convencionais por práticas alternativas⁶⁰³ (com suas bases numa dinâmica correspondente à revitalização do “(agro)ecossistema”). De acordo com o entendimento de Caporal e Costabeber (2015, p. 275) ao discutirem esse processo de transição a partir das elaborações de Gliessman (2001), “A meta seria a substituição de insumos e práticas intensivas em capital, contaminantes e degradadoras do meio ambiente por outras mais benignas sob o ponto de vista ecológico”. Nesse passo, acrescenta-se uma maior quantidade de processos cíclicos-biológicos intercambiáveis e interacionais (vegetais e animais), para reconstituição da fertilidade e da biodiversidade, bem como de suas dinâmicas.

O terceiro nível é mais complexo pressupõe um estado de coisas correspondente a uma reconfiguração do real⁶⁰⁴. Gliessman (2001) aponta que esse nível se caracteriza pelo redimensionamento na base material, através dos agroecossistemas – redesenho de ocupação do território – que possam objetivar práticas iminentemente ecológicas e, portanto, processos ecológicos⁶⁰⁵. Nesse caso, angaria já a responsabilidade de

602. As “práticas convencionais” a que se refere não dizem respeito às práticas agrícolas ao modo da Revolução Verde pura e simplesmente. Mas à implementação de práticas tradicionais que foram sendo abandonadas ao longo do tempo, desde que estas sejam melhores e mais eficientes.

603. “A meta, neste nível de conversão, é substituir os produtos e práticas baseados no uso intensivo de recursos e degradadores do ambiente por outros mais benignos. [...] Neste nível, a estrutura básica do agroecossistema não é grandemente alterada e, consequentemente, muitos dos mesmos problemas que ocorriam em sistemas convencionais também ocorrem nestes sistemas baseados na substituição de insumos”. (GLIESSMAN, 2001, p. 574)

604. Dado o caráter multidimensional da agroecologia, pressupõe todo um contorno objetivo (natural e social) de determinantes e condições objetivas para a produção e reprodução, uma expressão determinada da mediação capaz de garantir o processo em implementação.

605. “[...] em vez de se encontrar maneiras mais consistentes para resolver problemas, evita-se, em primeiro lugar, que eles apareçam. [...] Os problemas são identificados e, portanto, prevenidos através de uma abordagem de desenho e manejo internos, adequados ao tempo e ao lugar, em vez da aplicação de insumos externos”. (GLIESSMAN, 2001, p. 575)

superação de relações causais ainda presentes nos níveis anteriores, que são correspondentes ao modo convencional de produção⁶⁰⁶.

A agroecologia e a necessidade da transição agroecológica são as demonstrações de que há uma intersecção e interconexão entre as agressões ao meio ambiente (ecológicas) e as agressões contra as condições de existência dos produtores de alimentos e produtores diretos de modo geral. (GUHUR; TONÁ, 2012) Desse modo,

[...] transição agroecológica, entendida como um processo gradual e multilinear de mudança que ocorre através do tempo nas formas de manejo dos Agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de inputs industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. Essa ideia de mudança se refere a um processo de evolução contínua e crescente no tempo, porém sem ter um momento final determinado. Entretanto, por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada Agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais. (CAPORAL; COSTABEBER, 2015, p. 272, destaques nossos)

A compreensão desenvolvida indica que a agroecologia como campo de conhecimento, por se nutrir de diversos saberes, disciplinas, conhecimentos e experiências dos trabalhadores camponeses, inter-relacionando todos esses elementos, possui um enfoque científico e permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com potencial explicativo e orientador, para além do desenho e manejo de agroecossistemas, processos de desenvolvimento rural e sustentável. (CAPORAL; COSTABEBER, 2015)

606. Aplicando nesse contexto a dialética e a característica de sua “terceira lei, a mudança qualitativa”, vemos que, nesse nível, é um ponto de síntese em que se angariou uma mudança qualitativa. Esse processo em “desenvolvimento” de evolução e coevolução pôde materializar o “salto qualitativo”. Considerando a soberania alimentar, vemos que o resultado da aplicação dos princípios da agroecologia, além de alcançar as formas e bases para uma produção mais saudável, potencializa as bases para produtos alimentares com qualidade biológica também superior.

A agroecologia é uma construção recente e ainda em desenvolvimento, como já mencionado, e a compreensão adequada advém e deve ser situada sobre as bases histórico-materiais dessa concepção em lapidação. Nesse sentido, os fundamentos epistemológicos desse campo de conhecimento e matriz científica presumem princípios ontológicos que divergem dos materializados nos arcabouços explicativos principais da ciência sob a orientação do capital. Como destacam Caporal e Costabeber ao referendar o entendimento de Noorgard:

Segundo Noorgard, *as bases epistemológicas da Agroecologia* mostram que, *historicamente, a evolução da cultura humana pode ser explicada com referência ao meio ambiente, ao mesmo tempo em que a evolução do meio ambiente pode ser explicada com referência à cultura humana*. Ou seja: a) os sistemas biológicos e sociais têm potencial agrícola; b) este potencial foi captado pelos agricultores tradicionais através de um processo de tentativa, erro, aprendizado seletivo e cultural; c) os sistemas sociais e biológicos coevoluíram de tal maneira que a sustentação de cada um depende estruturalmente do outro; d) a natureza do potencial dos sistemas social e biológico pode ser mais bem compreendida dado o nosso presente estado do conhecimento formal, social e biológico, estudando-se como as culturas tradicionais captaram este potencial; e) o conhecimento formal, social e biológico, o conhecimento obtido do estudo dos sistemas agrários convencionais, o conhecimento de alguns insumos desenvolvidos pelas ciências agrárias convencionais e a experiência com instituições e tecnologias agrícolas ocidentais podem se unir para melhorar tanto os agroecossistemas tradicionais como os modernos; f) o desenvolvimento agrícola, através da Agroecologia, manterá mais opções culturais e biológicas para o futuro e produzirá menor deterioração cultural, biológica e ambiental que os enfoques das ciências convencionais por si sós (Noorgard, 1989). (CAPORAL; COSTABEBER, 2015, p. 274, destaques nossos)⁶⁰⁷

Esses aspectos demarcam o processo de transição agroecológica e demonstram a sua complexidade e multidimensionalidade. Nesse sentido, a agroecologia é uma mediação (prática). Nota-se, no entanto, que, para a

607. Opõe-se à noção abstrata de natureza expressa nas ciências.

materialização desse processo de transição agroecológica, a agroecologia é compreendida para além de ser instrumento metodológico, através do qual é possível um entendimento mais apurado dos sistemas agrários, e que, por essa solução problemas e impulsiona alternativas de que o conhecimento agrônomo⁶⁰⁸ não consegue dar conta.

A agroecologia oferece orientações básicas para o desenvolvimento de agroecossistemas que se beneficiam dos efeitos da integração proporcionados pela biodiversidade de plantas e animais. Tal integração favorece as complexas interações e sinergismos, assim como torna mais eficientes as funções e os processos do agroecossistema, tais como: a regulação biótica de organismos prejudiciais, a reciclagem de nutrientes e a produção e acumulação de biomassa, permitindo, assim, que o agroecossistema estabilize seu próprio funcionamento. O objetivo final do modelo agroecológico é melhorar a sustentabilidade econômica e ecológica dos agroecossistemas, ao propor um sistema de manejo que tenha como base os recursos locais e uma estrutura operacional adequada às condições ambientais e socioeconômicas existentes. Ao se adotar uma estratégia agroecológica, os componentes de manejo são geridos com o objetivo de garantir a conservação e aprimorar os recursos locais (germoplasma, solo, fauna benéfica, diversidade vegetal etc.), enfatizando o desenvolvimento de metodologias que valorizem a participação dos agricultores, o conhecimento tradicional e a adaptação da atividade agrícola às necessidades locais e às condições socioeconômicas e biofísicas. (ALTIERI, 2012, p. 114-115)

Vemos, no entanto, que outras variáveis ganham relevância nesse processo de mediação e travessia. São exemplos as variáveis sociais, que buscam ressignificar e redefinir, na experiência-prática, partindo de bases técnicas de um “agroecossistema”, as relações objetivas necessárias que, além de possibilitarem a compreensão das diversas formas de dominação dos camponeses na atual política econômica, potencializem, nessa relação

608. Entende-se que o conhecimento possui linhas limítrofes para resolver essas questões ou contribuir para os processos de transição, tendo em vista que os avanços técnicos e científicos conduzem a sua potencialidade para outras direções, por estarem impulsionados por objetivos qualitativamente diversos aos da agroecologia. Nesse sentido, em vez de resolver, acabam por contribuir no agravamento desses problemas.

dialética, o processo de transição agroecológica. Além disso, embora a questão da sustentabilidade tenha assento na base material e possua sua origem – carga semântica e conteúdo histórico – na ecologia, ou em termos ecológicos, deve ser compreendida para além da sustentabilidade ecológica. Ou seja, outros sistemas sustentáveis devem ser constituídos ao mesmo tempo, e que, portanto, são constituintes das condições objetivas para a sustentabilidade em termos de totalidade concreta.

Ainda que devamos definir a sustentabilidade principalmente em termos ecológicos, também é verdade que a sustentabilidade ecológica não pode concretizar-se em um contexto social e econômico que seja incapaz de lhe servir como suporte. Os Agroecossistemas, embora funcionem ecologicamente, são manipulados em alto grau pelos seres humanos. Em função disso, suas características ecológicas estão intimamente ligadas aos sistemas econômicos e sociais construídos pelo homem. Algumas dessas ligações, como, por exemplo, a influência de forças econômicas sobre a agricultura, acabaram de ser discutidas. (GLIESSMAN, 2001, p. 600, destaques nossos)

Não se negam conhecimentos formais e técnicas desenvolvidas pela tradição acadêmica, contudo, aponta-se a necessidade de reorientação e uso desses fundamentos epistemológicos a partir de um conjunto de princípios e valores, que pressupõem uma “outra” ontologia de social, a expressar práticas, experiências e relações sociais – ou práxis intelectual e política – que busquem a superação do modo de produção capitalista. Desse modo, os processos de pesquisa, construção de conhecimento e formação humana, sob a perspectiva da agroecologia, tendo no horizonte a produção de alimentos, correspondem ao pretendido pela soberania alimentar e constituem-se em análise de conjunto.

4.4 A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM SISTEMAS E AGROECOSSISTEMAS SUSTENTÁVEIS

Considerando as discussões que abarcam a conceituação de agroecologia no que diz respeito à produção de alimentos, vemos que estas

convergem para o entendimento de que a materialização/materialidade desse processo pode garantir a sustentabilidade dos sistemas alimentares. Há, por parte dos pesquisadores em agroecologia, um grande esforço em demonstrar que a implementação das condições objetivas de realização de uma agricultura sustentável⁶⁰⁹ correspondente aos princípios constituídos a partir da apreensão da sinergia entre o natural e o social é, na verdade, a realização “programática” de inclusão de forças em ação – natural, política, social, cultural etc. – que incidem em sistemas alimentares, ou base material em condições para a produção de alimentos, biologicamente e nutricionalmente superiores.

À medida que reconhecemos a influência de fatores sociais, econômicos, culturais e políticos sobre a agricultura, devemos também mudar nosso enfoque, da sustentabilidade dos agroecossistemas para a sustentabilidade de nossos sistemas alimentares. Estes têm uma amplitude global e compreendem todos os aspectos da produção, distribuição e consumo de alimentos. Incluem: a) as relações econômicas entre proprietários de terras e assalariados agrícolas, produtores e consumidores de alimentos, cidadãos de países desenvolvidos e de países em desenvolvimento; b) os sistemas políticos que controlam esses relacionamentos; c) as estruturas sociais que influenciam o relacionamento das pessoas com a produção e o consumo de alimentos; d) os sistemas culturais que influenciam os valores e crenças das pessoas. Para que os sistemas alimentares sejam sustentáveis, todos os seus aspectos humanos devem dar suporte à sustentabilidade de seus aspectos ecológicos.(GLIESSMAN, 2001, p. 600, destaques nossos)

O que Gliessman destaca é a necessidade de articulação entre vários fatores que contribuem para os processos de mediação e da intersecção entre a sustentabilidade dos agroecossistemas e dos sistemas alimentares. O alimento produzido é a expressão da combinação e materialização

609. “A agricultura sustentável é aquela que reconhece a natureza sistêmica da produção de alimentos, forragens e fibras, equilibrando, com equidade, preocupações relacionadas à saúde ambiental, justiça social e viabilidade econômica, entre os diferentes setores da população, incluindo distintos povos e diferentes gerações. Inerente a esta definição está a ideia de que a sustentabilidade agrícola não tem limites de espaço ou tempo – ela envolve todas as nações e todos os organismos vivos, e estende-se no futuro, indefinidamente”. (GLIESSMAN, 2001, p. 600 – 601)

de determinados princípios no interior de um agroecossistema⁶¹⁰. Concordando com Howard, “Os alimentos deverão ser classificados, comercializados e distribuídos de acordo com a forma que o solo é adubado”. (HOWARD, 2007, p. 323)

Ter clareza acerca desses aspectos é fundamental, dado que o agroecossistema expressa os valores materializados nos processos produtivos oriundos das bases sociais vigentes⁶¹¹. Como destaca Gliessman, “[...] cada agroecossistema desenvolve-se no contexto de uma ampla base social e ecológica, e a partir dela sustenta-se”. (GLIESSMAN, 2001, p. 601) E, partindo desses pressupostos, a realização da soberania alimentar pressupõe a agroecologia no processo de mediação e na sua conformação nos processos de interação dos componentes sociais, culturais, econômicos e naturais.

[...] a Agroecologia proporciona as bases científicas e metodológicas para a promoção de estilos de *agriculturas sustentáveis*, tendo como *um de seus eixos centrais a necessidade de produção de alimentos em quantidade adequadas e de elevada qualidade biológica para toda a sociedade*. (CAPORAL; COSTABEBER, 2015, p. 277, destaques nossos)

Como fator material e como diretriz emancipatória da soberania alimentar, a agricultura sustentável passa a ser a materialização das interconexões e interações entre os elementos sociais e ecológicos dos agroecossistemas. Desse modo, as bases material, teórica e técnica devem ser

610. Podem ser resultantes das mediações práticas (combinadas/interseccionais), como a reforma agrária (popular), a política pública, a agroecologia e a formação humana. Como destaca Görgen, “Terá que se produzir alimentos com menos máquinas, menos químicos e mais trabalho. Também nisto o mundo camponês é horizonte de esperança numa sociedade que extingue postos de trabalho. E trabalhar, numa perspectiva humanizada e humanizadora, dá sentido às existências pessoais e coletivas. No mundo camponês, o trabalho tem sentido ético, é um valor humano”. (GÖRGEN, 2004, p. 86)

611. Temos aqui um critério de qualidade fundamental (biológico-nutricional) para os alimentos. Embora, na imediatidade, seja um interesse prescrito ao Campo, indica a pertinência para a tomada de consciência dos moradores urbanos, dado que são consumidores dos alimentos. Como argumenta Howard, “Devemos tomar todas as medidas para evitar que os campos [...] sofram uma exploração meramente financeira. Isso é essencial, pois o *principal patrimônio é o ser humano e uma agricultura sadia praticada por vigorosos camponeses é o mais seguro suporte do futuro da nação*”. (HOWARD, 2007, p. 323, destaques nossos)

correspondentes à operacionalização das atividades vitais que incidem nas condições objetivas e reprodução desse processo da unidade de produção e do agroecossistema para a produção de alimentos com qualidade adequada e em quantidade suficiente. De igual forma, ao ir tecendo as transformações nos fundamentos sociais e nos fundamentos ecológicos dos agroecossistemas, ocorrem as mudanças fundamentais no sistema como um todo.

De acordo com Gliessman (2001, p. 601), “Qualquer agroecossistema específico é modelado por fatores locais, regionais e globais, oriundos tanto dos componentes sociais quanto dos componentes ecológicos de sua base”. Nesse sentido, as transformações advogadas devem dar as condições para que as preferências humanas, frente às bases sociais e ecológicas, possam ser orientadoras de uma concepção que, no momento da projeção das unidades produtivas, possa potencializar esses valores.

Para desenhar agroecossistemas produtivos, saudáveis e sustentáveis, os ecossistemas naturais de cada local são a principal referência. A biodiversidade deve ser estimulada nos agroecossistemas, de tal forma que espécies nativas estejam presentes e cumpram não apenas funções ecológicas – conservação das águas, produção de biomassa, quebra-ventos, estabelecimento de microclimas, refúgio para a biodiversidade –, mas também funções econômicas, criando produtos para o autoconsumo das famílias e para a geração de renda monetária – alimentos, madeira, lenha, água para beber, plantas medicinais, artesanato. Plantas e animais domesticados e cultivados ou criados no local também devem ser espécies adaptadas às condições ecológicas locais. A biodiversidade também é promovida ao serem priorizadas variedades de plantas e raças animais com base genética ampla e adaptadas localmente, e pela utilização dos policultivos, diversificação de forrageiras e sistemas agroflorestais. (MONTEIRO, 2012, p. 70)

Em virtude das características e dos objetivos desses processos em interação – formas sustentáveis em termos de agricultura e de produção de alimentos –, vemos que, tendencialmente, se tornam mais adequados para unidades de produção com menor porte, ou seja, encontram nestas as condições mais favoráveis de desenvolvimento e expansão. Do ponto

de vista das percepções, considerando que o sistema agroalimentar hegemônico também estrutura a produção e a distribuição global de alimentos na utilização de grandes quantidades de energias para transporte, a ideia da produção de alimentos em bases sustentáveis – principalmente locais – traz também a vinculação dessa necessidade com a questão energética. Nesse sentido, recentemente concebeu-se o conceito de alimergia⁶¹², que busca compor, em sua capacidade explicativa, mais essa dimensão no processo de produção de alimentos, e que visa à garantia da materialização da sustentabilidade.

Desse modo, a agroecologia como mediação prática constitui-se na interconexão de múltiplas dimensões. Considerando os apontamentos desenvolvidos por Machado e Machado Filho (2017), expressamos na sequência, de maneira sintetizada, essas dimensões através da Figura 11, "Dimensões da agroecologia".

612. "Alimergia é um novo conceito em agricultura, pecuária e floresta que procura desenvolver formatos produtivos que integrem, de maneira sinérgica, a produção de alimentos e de energia com a preservação ambiental. A alimergia visa à Soberania Alimentar e Energética das comunidades e dos povos de maneira integrada e harmônica com os ecossistemas locais. No entanto, isso só será possível com a utilização de sistemas agrícolas de base ecológica, em especial a Agroecologia, que implica sistemas complexos de policultivos. Porém, a alimergia não é apenas um novo conceito que procura unir, em um processo produtivo integrado e sistêmico, alimentos, meio ambiente e energia. É um novo paradigma, necessário para responder aos desafios e às exigências objetivas que a comunidade humana e a sobrevivência da vida da biosfera colocam em termos energéticos, alimentares e ambientais para o presente e, dramaticamente, para a construção do futuro". (GÖRGEN, 2012, p. 53-54, destaques nossos) Podemos verificar que esse entendimento – a partir do que já analisamos acerca da "inversão" de valores aplicada pela "racionalidade econômica" no computo da produção – é uma oposição à crise material e epistêmica, pois o "Fetichismo correlato das relações de valor de troca representa uma crise de irracionalidade não somente material, mas também epistêmica. O melhor exemplo disso é que os agrocombustíveis aumentam as emissões de carbono, não solucionam a crise energética e ameaçam as terras comunitárias, pradarias e florestas existentes – das quais uma grande parcela (e, em última instância, a totalidade) da humanidade depende e onde uma substancial porção de alimentos é produzida [...]". (MCMICHAEL, 2016, p. 180)

Figura 11 – Dimensões da agroecologia

ESCALA	Indissolúveis; indissociáveis; integrais; indivisíveis; interdependentes.	"É básica. A validade da tecnologia de processo depende da escala: a produção deve ser em quantidade tal que atenda à demanda mundial". (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 192)
SOCIAL		"O processo produtivo pressupõe o respeito à condição humana. [...] envolve a mudança do regime social". (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 194)
POLÍTICA		"[...] a tecnologia deve consubstanciar um arcabouço político que lhe dê sustentação teórica, que venha a ser comprovada pela prática". (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 194)
ECONÔMICA		"Qualquer proposta produtiva deve gerar resultados financeiros positivos a quem execute. A diferença é que esses resultados não comprometam ou agredam as demais dimensões, especialmente a qualidade ambiental e o balanço energético". (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 194)
AMBIENTAL		"[...] os procedimentos agrícolas devem eliminar ou, pelo menos, minimizar a contaminação ambiental. [...] Os procedimentos agroecológicos sempre são definidos a partir da proteção ambiental". (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 195-196)
ENERGÉTICA		"A vida depende de energia. Quanto maior a atividade vital – no caso a produção – maior a demanda energética. Este axioma é a pedra de toque da agroecologia, porque não se terá alimento para a humanidade, se o sistema não receber as quantidades correspondentes de energia". (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 196)
CULTURAL		Opõe-se aos pacotes tecnológicos ligados à difusão da Revolução Verde. "Qualquer tecnologia de uso social deve-se ajustar ao padrão cultural dos usuários". (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 197)
ADMINISTRATIVA		Pressupõe que a tecnologia empregada deva ser administrada pelo produtor, ao contrário do que vemos acontecer na lógica do agronegócio, em que o agricultor segue o pacote multinacional. Ou seja, o produtor não é "dono do seu negócio". "É sabido que a má administração ou a falta dela se encontra entre as causas principais do insucesso da produção limpa". (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 197)

TÉCNICA	Indissolúveis; indissociáveis; integrais; indivisíveis; interdependentes.	Decisiva. É condição para realizar o processo produtivo e colocar em prática a teoria, respeitando todas as dimensões. Pressupõe não agressão às bases naturais para a produção e de fertilidade, respeito à biodiversidade, plantio direto, rotação de culturas, entre outras diversas formas de intervenção para compor a totalidade do processo com as técnicas desenvolvidas pela agroecologia. "[...] essas técnicas têm sido desprezadas pelos currículos escolares, os profissionais se formam sem o seu domínio. Há, portanto, uma necessidade urgente de formação". (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 198)
ÉTICA		"É axiomático que esse conjunto de procedimentos se concretize em uma conduta ética de respeito aos cidadãos e à natureza. [...] Como se vê a agroecologia implica relações humanas cordiais, respeitosas, civilizadas, [...] solidárias". (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 198)
SOBERANIA ALIMENTAR		"Como corolário óbvio do atendimento às diversas dimensões, a agroecologia leva à Soberania Alimentar, tanto dos produtores como do país. Porque, além de procedimentos limpos que respeitam e protegem o ambiente, ela reduz substancialmente os custos e está livre dos controles externos e das multinacionais, como acontece no agronegócio. [...] As sementes são patrimônio da humanidade e os produtores têm o direito de usá-las. Não se pode patentear a vida, motivo pelo qual as patentes de sementes ferem a ética e, nesse sentido, são inaceitáveis. Nem um país ou produtor têm Soberania Alimentar e, portanto, política, se suas sementes são controladas por multinacionais". (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 198-199)

Fonte: Machado; Machado Filho. (2017)

A partir da caracterização de cada uma das dimensões da agroecologia e da intersecção entre ambas, podemos verificar a sua potencialidade e estratégia para a soberania alimentar, como ciência e como conjunto de práticas (ALTIERI, 2012). A articulação entre ciência (bases científicas da agroecologia) e o conjunto de práticas orientadas para a produção sob essas perspectivas é que definirá substancialmente cada uma dessas dimensões no processo histórico. Nesse sentido, o imbricamento entre agroecologia e soberania alimentar fornece as bases científicas, os

valores, um arcabouço metodológico e técnico, entre outros elementos, para fundamentar a integração entre a produção da existência humana e a formação humana emancipadora.

4.5 SOBERANIA ALIMENTAR E FORMAÇÃO HUMANA EMANCIPADORA

Se a tarefa é a construção de uma nova sociedade, (outros) seres humanos históricos/sociais devem ser formados. De acordo com Frigotto,

Um olhar atento sobre a história desde o momento que o ser humano se reconhece como tal, revela que duas práticas sociais, ainda que diversas, coexistem em todas as formas de sociedade: o trabalho e os processos educativos. (FRIGOTTO, 2012a, p. 273)

E, neste sentido, parte-se do pressuposto de que a soberania alimentar, em suas múltiplas dimensões, só será socialmente referenciada por processos de formação humana organicamente vinculados por/aos processos de trabalho que correspondam aos seus princípios e objetivos. Além disso, entende-se que estão presentes na soberania alimentar princípios ontológicos, epistemológicos e políticos que a tornam matriz formadora/formativa, e, assim, podem contribuir com as condições objetivas para processos educativos, na perspectiva da emancipação⁶¹³.

Considerando a problemática discutida nesta obra – soberania alimentar em suas dimensões material, prático-política, utópica, e sua inserção na crítica “radical” à “(des)ordem” do sistema agroalimentar e ao modo de produção –, inscreve-se oportuno considerar que o seu escopo abarca tarefas teórico-políticas de transformação. Nesse sentido, entre diversos aspectos, a problemática que envolve a formação humana assenta-se no reconhecimento de que o capital é expressão de um conjunto

613. Questões, elementos e aspectos fundamentais que comporão esses processos terão um tratamento mais específico adiante. Porém, é importante trazer para esta discussão o construto teórico da utopia e sitopia apontado por Friedmann (2016), presente no capítulo 1. Além disso, vale retomar a discussão desenvolvida por Marx em sua obra *Sobre a questão judaica*, na qual aponta que não basta a emancipação política, religiosa, mas que o fundamental é a emancipação humana.

de relações que acabam por “assinar” a sua “carta-testamento” de incapacidade civilizatória, assumindo ser o fator material da barbárie, como materializado na má qualidade da alimentação e no fenômeno da fome, nas doenças degenerativas que têm vínculo direto e indireto com a alimentação, entre outros aspectos já referenciados.

Em decorrência da *clara incapacidade orgânica do capital democratizar o imenso avanço das forças produtivas* e considerando, ao contrário, que *a tendência do crescente monopólio privado da ciência e tecnologia atrofiam-lhe sua virtualidade humanizadora*, [...] autores também mostram – *na contracorrente* – *que a alternativa do socialismo continua em pauta e nunca se mostrou historicamente tão necessária*. Isto, todavia, [...] *não significa nem que o fim do capitalismo está próximo e nem que a alternativa socialista está eminente*. Mas, para todos, é evidente, que se a humanidade quiser evitar a barbárie e a destruição das condições materiais da vida humana, a lógica do desenvolvimento de tipo fordista e pós-fordista, do passado e do presente, devem mudar. (FRIGOTTO, 2002, p. 49, destaques nossos)

Nesse sentido, integra esta análise a tentativa de explicitar a concepção de formação humana relacionada ao “projeto de sociedade” que está na origem e no desenvolvimento da perspectiva da soberania alimentar em suas múltiplas dimensões. Dados os grandes desafios que se apresentam ao nosso tempo, percebidos e destacados no escopo desta obra, trata-se de demonstrar – mediado pela teoria – a necessidade histórica de constituir processos educativos e de formação humana – ancorados na capacidade explicativa e transformadora da relação trabalho-educação correspondente ao processo de materialidade e materialização da soberania alimentar – que possam conduzir as gerações vindouras na disputa contra-hegemônica e, principalmente, na compreensão das condições cada vez mais inviáveis da sociedade capitalista e na construção de uma outra hegemonia.

Como expressão desse processo, vincula-se a compreensão da necessidade de uma subjetividade coletivo-social que possa materializar a práxis revolucionária para a superação da reprodução do capital no Campo, do sistema agroalimentar, entendendo-os na inserção da totalidade das rela-

ções concernentes ao modo de produção capitalista, portanto, bases limitantes de processos de humanização e de construção de outra hegemonia. Considerando a análise desenvolvida até aqui, vemos que há um tensionamento entre os riscos para as condições da existência natural-humana e a superação dessas condições⁶¹⁴. O conteúdo histórico da temporalidade – que se configura entre a ameaça e a afirmação do contradito da ameaça – é que deve ser mediado pela formação humana emancipadora. Reitera-se, no entanto, que entendemos que o potencial emancipador dos processos educativos, das instituições educacionais, deve ser realizado na prática, e não por postulados abstratos, previamente e arbitrariamente organizados. Ou seja, o caminho e as condições objetivas para a superação – a nossa utopia – desse conjunto de relações econômicas e políticas – tendo nas dimensões (mediadoras) as que compõem o escopo da soberania alimentar⁶¹⁵ – dependerão, de maneira significativa, das mediações e prerrogativas particulares fundamentais nesse processo de superação.

Nesse sentido, a partir das categorias de análise utilizadas (totalidade/universalidade, particularidade/singularidade, contradição, historicidade, mediação, práxis, travessia, entre outras), a soberania alimentar expressa, a partir das categorias de conteúdo (questão agrária, Estado, políticas públicas, trabalho, agroecologia, formação humana, politécnica etc.), que há um enorme desafio científico e de formação humana para corresponder ao seu conteúdo histórico e ao seu projeto político. Ou seja, trata-se de extrair, das grandes dimensões que compõem a soberania alimentar e dos embates teóricos construídos – demonstrados ao longo do livro –, alguns pontos fundamentais para a formação humana emancipadora, bem como o horizonte do desenvolvimento e da educação omnilateral⁶¹⁶, politécnica/tecnológica. Isso porque a compreensão e a

614. Considerando esses elementos, ganha sentido a afirmação de Frigotto (2014b, p. 30) de que “O pressuposto do qual partimos provisoriamente é de que ‘a debilidade de nossa imaginação’, [...] que nos leva a pensar ser mais fácil a destruição total da natureza do que o ‘colapso do capitalismo tardio’, deriva da debilidade teórica das forças historicamente empenhadas na superação das relações sociais capitalistas filiadas à utopia socialista”. (FRIGOTTO, 2014b, p. 30)

615. Por exemplo: a base material (questão agrária); a relação entre Estado-sociedade civil-políticas públicas; formação humana; a luta de classes no Campo; a agroecologia; saúde; controle social etc.

616. “Omnilateral é um termo que vem do latim e cuja tradição literal significa ‘todos os lados ou dimensões’. Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser

ação em cada uma das dimensões pressupõem análises multidimensionais e de conjunto. Trata-se, portanto, de ir confrontando os conteúdos de formação humana implementada pela “herança” – condição histórica/socializada/reproduzida – dominante, correspondente ao economicismo, tecnicismo e pragmatismo, que materializam uma educação unilateral alinhada aos interesses dos donos do capital.

Sob o modo de produção capitalista, a divisão social e técnica que estrutura o trabalho, estrutura, igualmente, a produção da ciência – um fato que aponta para a analogia, o a afinidade estrutural, entre mercadoria e ciência. *Tal qual a mercadoria, a ciência resulta de uma fabricação.*

Essa divisão de trabalho que perpassa o mundo da ciência acha-se assentada na atividade funcional de *três atores sociais principais: os cientistas, que produzem o conhecimento científico, os professores, que tratam de transmiti-lo aos alunos, e a sociedade, que consome a ciência na forma de produtos tecnológicos.* Cada uma destas funções acha-se organizada em espaços institucionais distintos e especializados: o espaço especializado do laboratório científico, o espaço especializado da escola e o espaço especializado do mercado de troca. [...]

Regendo a organização destes espaços especializados, como um maestro que não aparece em cena, há o quarto ator, de quem pouco se fala nos manuais de ciência: o financiador da pesquisa científica – na sociedade contemporânea, o capital – que, através de todo tipo de pressões, define os rumos dos projetos científicos segundo seus interesses. No interior de um campo de relações marcado pelos conflitos de classe, este quarto ator, seja diretamente ou pela via do Estado, é que dita o sentido do empreendimento científico – coisa que se faz pela busca sem tréguas de inovações tecnocientíficas para serem inseridas no mercado. (ROLO, 2015, p 140, destaques nossos)

humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza. O que é especificamente humano, neles, é a criação deles pelo próprio homem (Mészáros, 1981, p. 181)”. (FRIGOTTO, 2012b, p. 265)

Como sabemos, a ciência e o conhecimento são resultantes da apreensão e interpretação humana do movimento do real – das coisas-objetos, dos fatos, dos fenômenos etc.⁶¹⁷ – a partir das práticas de estudo e pesquisa, ancoradas em instrumentais metodológicos e, por vezes, tecnológicos, dependendo da natureza da pesquisa. Somado a esse desafio está o da aplicação dos seus resultados, dado que essa aplicação se materializa a partir da relação de forças no interior das relações de produção e das formas sociais⁶¹⁸. Considerando esses aspectos, vemos que as indicações de Arendt, em sua obra *A condição humana* (1958), ficam cada vez mais evidentes, como destaca Arl:

“O humano do futuro parece motivado por uma rebelião contra a existência humana tal como lhe foi atribuída [...] ele a deseja trocar por algo produzido por ele mesmo” (ARENDT, 1958). E, na medida em que o *afastamento da existência humana da natureza se realiza*, necessita-se *aumentar o nível de artificialização* para poder continuar vivendo, *afastando-se cada vez mais da ciência da vida e exercendo uma vida dominada pela ciência*. Interrompem-se os ciclos e segmenta-se a teia da vida, e *gastam-se fortunas com tecnologias e produtos para sustentar a vida nesta nova condição*. (ARL, 2008, p. 161, destaques nossos)

Essa condição, portanto, tem evidentes demonstrações que a fazem insustentável. Nesse sentido, as discussões e elaborações dos temas e dimensões imbricadas que compõem a perspectiva da soberania alimentar, fundamentalmente, buscam contrapor a direção em que caminha o modelo hegemônico da sociedade, da ciência, do trabalho e da educação⁶¹⁹.

617. Porém, como vimos, sob a égide do capital, buscam-se nas particularidades orgânicas do modo de produção, e não da totalidade concreta. Desse modo, de maneira determinante, conduzem os processos pragmáticos e orientados, nos quais o capital e a ciência impõem as linhas limítrofes nos procedimentos e na atuação dos cientistas e professores, bem como aos consumidores do fruto da ciência, que objetivamente estão interligados a outras dimensões que embasam a sua inserção no processo produtivo.

618. Vemos, por exemplo, no modo de produção capitalista, a produção científica e tecnológica prioritariamente a serviço das grandes corporações. Além de ser instrumento de dominação, é expressão de sua não neutralidade.

619. O que chama atenção é que Arendt (2005) demonstra que, considerando a forma hegemônica da relação homem-natureza, e de o humano buscar as suas respostas frente às “necessidades” históricas, cada vez mais há uma dependência da ciência instrumental dirigida,

Relacionado a isso, a soberania alimentar e a agroecologia demandam o fortalecimento e a produção de conhecimento a partir da inserção de uma relação ecológica, tendo em vista formas e relações de produção mais sustentáveis. O que está na pauta na atualidade, a partir desses imperativos, são: 1) a construção das condições necessárias – da atividade humana – para a materialização das mediações correspondentes ao que é substancial tanto na soberania alimentar, quanto na agroecologia; e 2) a busca pela superação – através da atividade “prático-crítica”, ou “crítica de um modo prático” (BARATA-MOURA, 2003), desenvolvida pelos trabalhadores – dos limites e das condições objetivas a cada passo no processo de implementação da soberania alimentar e da agroecologia.

Vemos que as teses de Marx – segunda e terceira – sobre Feuerbach demarcam aspectos fundamentais para processos de/em transformação. Portanto, ajudam-nos a entender que, através do trabalho, pode-se ir germinando práticas e conhecimentos que contribuam para esses processos de transformação e autotransformação.

A doutrina materialista da transformação das circunstâncias, têm de ser transformadas pelos homens e que o próprio educador tem que ser educado. Daí que ela tenha de cindir a sociedade em duas partes – uma das quais fica elevada acima dela.

A coincidência da mudança das circunstâncias e da atividade humana ou autotransformação só pode ser tomada e racionalmente entendida como práxis revolucionária. (MARX, 2002, p. 108)⁶²⁰

somada à técnica, dado o nível cada vez mais alto de artificialização da vida. Na busca de alternativas, precisamos entender que necessitamos mais de “vida e natureza” do que da exacerbada artificialização dos processos de reprodução da existência. Nesse sentido, em vez dessa oposição entre ciência e técnica *versus* vida e natureza, precisamos de politecnia e de ciência que compreendam a vida e a natureza, e que possam potencializar uma relação mais harmoniosa entre humano-natureza.

620. Tese terceira. Barata-Moura traz uma contribuição importante para compreendermos o fundamental nessa terceira tese, de que os processos de transformação objetiva e da consciência ocorrem de maneira concomitante e relacionados, portanto, é um processo unitário. De acordo com ele, “De um modo geral, as concepções materialistas até então desenvolvidas faziam primordialmente depender a alteração das realidades de uma prévia reforma cultural que levasse os homens (e, em particular, os investidos de responsabilidades de governo), devidamente orientados por mestres esclarecidos e empenhados no bem da humanidade, a dar um novo rumo à sua existência coletiva. Por detrás destas propostas estava a convicção de que

Amparados por esse entendimento filosófico da maior importância e trazendo esses elementos para a particularidade, vemos que uma primeira “prescrição” de conteúdo histórico da soberania alimentar está na necessidade emergencial de construir as condições objetivas (ideais) para a produção de alimentos e a formação da consciência dos trabalhadores e consumidores. Ou seja, tem a ver com as bases materiais, com as relações de trabalho, com processos formativos – concepção e perspectiva formativa unitária, politécnica/tecnológica, omnilateral –, com políticas públicas, que, aos poucos, podem ir se tornando capazes de realizar o “ideário” prescrito tanto na perspectiva da soberania alimentar quanto da agroecologia através dos processos de produção agroecológicos⁶²¹.

Como base material, a partir da particularidade do Campo, constituiu-se, portanto, o “retorno” à identidade biológica – relacional e orgânica –, (re)inserindo a espécie humana ao *corpus natural*, como parte integrante da natureza. Se há o retorno a essa identidade (biológica) como espécie, em constante inter-relação e interdependência com a natureza, teremos, portanto, a associação à natureza como corpo inorgânico do homem. Isso incide, portanto, nos fundamentais princípios básicos de uma “nova” condição humana e constituição de uma nova ordem socio-política, e de uma nova ordem sociometabólica.

Esses elementos ganham centralidade – pela objetivação e pela discussão da formação humana para esse contexto –, como vimos pela demanda e urgência histórica da reconstituição metabólica homem-natureza.

haveria uma relação de causalidade unidirecional entre educação e os comportamentos, bem como a de que, de alguma maneira, uma camada à parte (simplificando, os intelectuais e dirigentes) deveria ser elevada acima da sociedade para se desempenhar desse magistério dos que se encontravam abaixo e tinham de ser ensinados a melhor encaminhar os seus destinos. *É contra estas duas dicotomizações que Marx principalmente investe nesta tese.* Nem a transformação está exclusivamente suspensa de uma educação prévia (saída como por encanto dos «bons sentimentos» ou das excelsas «intenções» de desvairados «melhoradores» do mundo), nem aqueles que estão vocacionados para ministrar são eles próprios exteriores à realidade a transformar (que, entretanto, os formou) e ao processo da sua transformação (que igualmente os tem que envolver). Materialmente, a dinâmica é outra: os educadores tiveram eles próprios que ser educados, e a prática (revolucionária) da transformação também transforma os que a levam a cabo”. (BARATA-MOURA, 2003, p. 3, destaques nossos)

621. Corejamos esses elementos com o que destaca Frigotto (2009, p. 70), “[...] capaz de cumprir o ideário gramsciano da escola unitária e elevação moral e intelectual dos jovens para atuarem como sujeitos na sociedade em que vivem”. Essa afirmação se deu por ocasião das discussões acerca dos princípios fundamentais e da matriz pedagógica da Escola Politécnica Joaquim Venâncio da Fiocruz.

Porém, devemos considerar e compreender que as condições objetivas ideais para tal estão na “[...] suposição da propriedade privada ter sido positivamente revogada”. (MARX, 2011, p. 5) Contudo, como germes (contribuidores) desse processo de transição, a soberania alimentar e a agroecologia devem ser constituídas também a partir de novas práticas sociais e produtivas, desde reais, deliberadas, intencionais e incorporadas nos processos de formação humana emancipadora.

Por conseguinte, o caráter social e o caráter universal de todo o movimento; da mesma forma que a sociedade produz o *homem* como *homem*, também ela é *produzida* por ele. *A atividade e o espírito são sociais em seu conteúdo, assim como em sua origem; eles são atividade social e espírito social.* O significado *humano* da natureza só existe para o homem *social*, porque só neste caso a natureza é um *laço* com outros homens, a base de sua existência para outros e da existência destes para ele. Só, então, a natureza é a *base* da própria experiência humana dele e um elemento vital da realidade humana. A existência *natural* do homem tornou-se, com isso, sua existência *humana*, e a própria natureza tornou-se humana para ele. Logo, *a sociedade é a união efetiva do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo realizado do homem e o humanismo realizado na natureza.* (MARX, 2011, p. 5, destaques nossos)

A soberania alimentar e a agroecologia enquanto projetos e processos, ao mesmo tempo que desafiam o *status* e *modus operandi* da ciência moderna e seus resultados tecnológicos – sob a égide do capital⁶²² –, buscam ser a gênese das novas condições e relações sociais, produtivo-econômicas e humanas, bem como do arcabouço analítico que contribua

622. Esse desafio pode ser a superação dos processos desta materialidade expressada por Howard: “Quando se faz o uso da ciência para produzir novas variedades de altos rendimentos que exaurem até o último grama de fertilidade dos solos, adubos mais baratos e de efeito mais rápido, máquinas que realizam cultivos mais profundos e mais pesados, galinhas poedeiras que põem ovos até a morte, e vacas que se desfalecem num oceano de leite, deve estar faltando um pouco de bom senso por parte dos responsáveis por estas pesquisas. A pesquisa agrícola tem feito dos fazendeiros, não produtores de um alimento de melhor qualidade, mas sim hábeis saqueadores dos recursos naturais. Eles têm aprendido a obter lucros às expensas da posterioridade, a transferir parte do capital da fertilidade do solo e das reservas de seu gado para sua conta de lucros e perdas”. (HOWARD, 2007, p. 290)

para a constituição de uma nova sociedade. Nesse sentido, a formação humana implícita nesse processo depende da ação na práxis revolucionária, como destacou Marx.

A questão de saber se ao pensamento humano pertence a verdade objetiva – não é uma questão da teoria, mas uma questão *prática*. É na práxis que o homem tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno, do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não-realidade do pensamento – que está isolado da práxis – é uma questão puramente *escolástica*. (MARX, 2002, p. 107-108)⁶²³

A materialização das condições objetivas da soberania alimentar e o fortalecimento das práticas agroecológicas – de agricultura sustentável – conferem-nas, em projeto e processo – por terem intersecção e serem complementares –, uma dimensão estratégica⁶²⁴. Para além de serem potencialmente as condições de sobrevivência e de resistência dos povos do Campo, são alternativas e importante tarefa na transformação material das relações de produção e na constituição de novas práticas e novas condições para existência humana⁶²⁵ de modo geral. Como destacou Acácia

623. Tese segunda. É considerando esse entendimento que defendemos que a soberania alimentar é a indicação necessária histórica constituída pela práxis dos trabalhadores camponeses e povos tradicionais.

624. Com isso, verifica-se que: 1) a apreensão de conteúdo que envolve soberania alimentar e agroecologia demanda clareza de que, sob essa perspectiva, a agricultura como fazer humano é a intersecção material de sistemas de natureza ecológica, política, econômica, social e científica; 2) a base material da ciência é por natureza sistêmica, multidisciplinar; 3) os processos de formação humana constituem-se de forma integral por relacionarem e aplicarem, materialmente, “variáveis” sociais, tecnológicas, políticas e culturais através da ação praxica do campesinato; 4) o campesinato é reconhecido como referencial técnico, de articulação sociocultural, econômico, portanto, politécnico na/para a constituição de novas formas de fazer agricultura e da construção de novos conhecimentos correspondentes.

625. Esses elementos têm a ver com a preocupação em demonstrar que o conteúdo histórico e político da soberania alimentar e da agroecologia, por mais diversas e grandiosas que sejam as linhas limítrofes, não é mera ficção ou um pensar imaginado. Portanto, inscreveu-se historicamente necessário serem transformados em objeto de indagação. Contudo, devem ser afirmados pela prática. Nesse sentido, Barata-Moura, ao dissertar (interpretar) sobre a segunda tese, destaca que “[...] um pensar imaginado como isolado da prática carece de realidade, é uma mera ficção; não faz por isso sentido convertê-lo em objeto de indagação. *Todo o pensar, como atividade humana específica, se dá no interior de um viver, que é constitutivamente prático*. O pensar é uma função vital, e esta é radicalmente um processo de trocas materiais com o mundo e com os outros. *Sem todo um contorno de materialidade, não há cabeça que pense, nem*

Kuenzer ao discutir a dimensão prática da produção (e da produção científica), a partir do conteúdo implícito e explícito nas teses (primeira e segunda) de Marx sobre Feuerbach:

São Marx e Engels que dão suporte a esta conclusão, quando afirmam ser a práxis o fundamento do conhecimento, posto que o homem só conhece aquilo que é objeto ou produto de sua atividade e porque atua praticamente, o que conferirá materialidade ao pensamento. A verdade objetiva, dizem os autores, enquanto concordância entre pensamento e realidade, não é um problema que se possa resolver teoricamente pelo confronto entre diferentes pensamentos; a verdade só se constituirá a partir da relação entre pensamento e realidade, e só assim será prática.

A prática é o fundamento e o limite do conhecimento; assim, o objeto concebido como atividade subjetiva, como produto da ação do sujeito sobre o objeto, não nega a existência de uma realidade independente do homem e exterior a ele; o que esta concepção nega é que o conhecimento seja mera contemplação, à margem prática; o conhecimento é o conhecimento de uma realidade que deixa de ter existência imediata, externa ao homem, independente dele, para ser uma realidade mediada pelo homem. (KUENZER, 2002, p. 58-59)

A construção do debate acerca da soberania alimentar e da agroecologia, bem como as iniciativas prático-materiais, cada vez mais vem ganhando densidade histórica. Porém, como apontado em diversos momentos, as linhas limítrofes também são poderosas. No plano teórico e epistemológico, o arcabouço analítico-explicativo que vai aos poucos se consolidando nos traz ferramentas para lidar com a problemática do sistema hegemônico de produção agrícola e de alimentos, considerando o contorno material – cadeias de relações – em que os trabalhadores camponeses, como destacaria Barata-Moura (1997, p. 46), num contexto desses, “[...] se veem enredados com manifesto prejuízo e lesão de um desenvolvimento cabal da sua plena humanidade”.

A produção de alimentos e de outros produtos “em conjunto com a natureza”, pautada em projetos sob a perspectiva da soberania alimentar

pensar que se exercite; mesmo quando se pense o «além», é sempre desde um «aquém», e para um «aquém» que se pensa”. (BARATA-MOURA, 2003, p. 2, destaques nossos em negrito)

por envolver dimensões técnicas, políticas e culturais, exige processos educativos embasados numa concepção de formação humana, com metodologias adequadas, em que os trabalhadores camponeses, nesse movimento de concreção (objetivo e subjetivo), passem a dominar as condições para uma intervenção na natureza e na sociedade de forma consciente e organizada.

A formação humana, portanto, se inscreve como a possibilidade de dar as condições aos trabalhadores de pautarem suas ações buscando a síntese e a criação das mediações – a partir da práxis revolucionária – entre o horizonte da projeção ideal e utópica da soberania alimentar (no momento histórico atual, mais “abstrata” do que concreta)⁶²⁶ e o “império” do sistema que se deve superar.

Daí toda a crítica do «utopismo», em geral, patente em todos estes contextos, e a necessidade renovada de constituir e empregar uma metodologia científica que habilite os humanos a uma penetração teórica fundada e a uma transformação prática esclarecida na e da realidade que sofrem e em que se movimentam. (BARATA-MOURA, 1997, p. 46)

Ao meu entendimento, neste momento histórico, a apreensão mais atenta e mais crítica do movimento do real coloca algumas questões. Onde reside a “idealização”⁶²⁷ da sustentabilidade ou “idealização” mais pura do real? No projeto hegemônico de desenvolvimento sustentável, ou na perspectiva da soberania alimentar com suas múltiplas dimensões? Como as contradições são objetivas e delimitam o início e o fim históricos de determinadas relações – a partir da unidade e luta de contrários –, ao se trabalhar com a hipótese da manutenção da vida natural e da existência humana, compreende-se que a “idealização” da sustentabilidade e do real reside no projeto do modo de produção hegemônico por não “abrir mão” de suas prerrogativas de lucro e acúmulo de capital, e, por essas razões, de sua insustentabilidade. Em contrapartida, na aparência do concreto, dadas as linhas limítrofes que devem ser superadas, vemos

626. De acordo com Barata-Moura (1997, p. 48), “[...] Marx trata sempre de deixar sublinhado que mesmo a categoria mais abstrata – e, por isso, de validade mais abrangente – nunca deixa de ser um produto de relações históricas determinadas e de possuir um âmbito, também determinado, de aplicabilidade”.

627. No sentido idealista.

que ficamos mais próximo e presos à conclusão de que o “utopismo” reside na perspectiva da soberania alimentar, e a demarca. Desse modo, essas contradições expressas serão resolvidas nas relações materiais e sociais, em que o ser humano, na interação pertinente entre atividade social, formação humana e o espírito social em processos constituídos, pode, aos poucos, conformar novas práticas transformadoras.

A reunião e o tratamento dos temas – problemas – que compõem o *corpus*, o escopo da soberania alimentar, exigem sempre análises radicais, de conjunto e multidimensionais. Cada particularidade ou componente desses temas-problemas pressupõe o processo de mediação que visa ao impulso de transições – orgânico da perspectiva – dentro da transição principal necessária. Dentro dessa perspectiva de soberania alimentar do “múltiplo”, são-nos apresentadas as condições e as necessidades históricas – “no reduto de uma totalidade circunscrita” (como procuramos demonstrar ao longo da análise) – do “põe-se” e “contrapõe-se”, do “age” e “interage” (BARATA-MOURA, 2015, p. 2), articulando teoria histórica, práxis revolucionária e *poiésis*, buscando o sentido mais avançado de cada uma dessas dimensões imbricadas. Como expressa Marx (2002), na tese dez a Feuerbach, de acordo com o novo materialismo, o ponto de vista fundamental e a direção a ser perseguida pela nossa práxis é a “sociedade humana ou a humanidade social”, e não a sociedade civil como pautava o velho materialismo. Demarca também, na tese oitava a Feuerbach, que “Toda a vida social é necessariamente prática. Todos os mistérios que levam a teoria ao misticismo encontram a sua solução racional na *práxis humana* e no compreender desta práxis”. (MARX, 2002, p. 109) Esse processo infinito como dinâmica social e de transformação, no qual o humano se produz, registra as suas interpretações e suas intervenções, demonstra, portanto, que o desenvolvimento humano (omnilateral) é multideterminado e que envolve correlações e (inter)relações que tensionam, de maneira recíproca, as ideias e as condições materiais em que os homens concretos estão inseridos e atuam⁶²⁸. Corroborando com esse entendimento, vemos que:

628. Considerando que a base econômica é o determinante fundamental, as proposições, princípios, valores, diretrizes e políticas que constituem a perspectiva da soberania alimentar são expressões da contradição e do conflito de classes no Campo.

A práxis humana se manifesta, além disso, também sob um outro aspecto: ela é o cenário onde se opera a metamorfose do objetivo no subjetivo e do subjetivo no objetivo, ela se transforma no centro ativo onde se realizam os intentos humanos e onde se desvendam as leis da natureza. A práxis humana funde a causalidade com a finalidade. Mas se partirmos da práxis humana como da fundamental realidade social, de novo descobrimos que também na consciência humana sobre o fundamento da práxis e em uma unidade indissolúvel, se formam duas funções essenciais: a consciência humana e ao mesmo tempo registradora e projetora, verificadora e planificadora: é simultaneamente reflexo e projeto. (KOSIK, 1969, p. 114)

A motivação para esse processo ocorrer é a insistência na práxis e na luta pela transformação da materialidade econômico-social. Por consequência, o pensamento revolucionário se revela a partir disso, o que, por sua vez, expressa a ideação da práxis como propulsora da ação prática. Sem pensamento revolucionário, não há ação e práxis revolucionárias. Nesse sentido, a formação humana invocada, ao ser considerado o objeto desta análise e obra, deve ter as condições de colocar os trabalhadores como os principais “responsáveis” (na condição de produtores ou de consumidores) pelas transformações necessárias e para a materialização da soberania alimentar.

A produção de alimentos (sob esse entendimento) institui as condições objetivas para o “ponto de mutação”, que coloca como ponto nodal a agroecologia como forma de entender, explicar e “(re)campesinar” a produção no Campo (agricultura, pecuária, agroflorestas etc)⁶²⁹. É a construção da consciência de espécie, de classe e intergeracional. O fortalecimento e a ampliação dessas práticas (formativas) contribuirão para que a soberania alimentar cada vez mais deixe de ter o seu conteúdo material nas margens e ocupe a centralidade das dimensões econômica, política e social.

629. O Campo tem que ter camponeses, agricultores plenos (produtores, pesquisadores da natureza, cientistas, biotecnologistas tradicionais), e não consumidores de receitas químicas e de pacotes tecnológicos.

4.6 FORMAÇÃO HUMANA EMANCIPADORA: RELAÇÃO TRABALHO-EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO POLITÉCNICA/ TECNOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO OMNILATERAL

Considerando esse entrelaçamento orgânico das bases material (infraestrutura), econômica, política e cultural advogadas na perspectiva da soberania alimentar, a formação humana correspondente à projeção e à ideação que vão sendo constituídas pressupõe uma educação politécnica/tecnológica, no sentido marxiano e marxista-gramsciana. Partindo das elaborações de diversos pesquisadores no Brasil⁶³⁰ da relação entre trabalho e educação, vemos que o entendimento convergente demarca que a educação politécnica tem originalidade no arcabouço teórico elaborado por Marx e, portanto, expressa a concepção marxiana de educação. Ou seja, está organicamente ligada à sua crítica radical e rigorosa às relações sociais e de produção.

A educação politécnica ou tecnológica e o trabalho como princípio educativo, nas poucas passagens da obra de Marx e Engels, não estão vinculados a dimensões especificamente dos projetos e métodos pedagógicos, e sim à concepção dos processos sociais e educativos, que dentro do terreno contraditório e numa perspectiva antagônica às relações sociais capitalistas pudessem desenvolver as bases sociais, culturais e científicas das múltiplas dimensões do ser humano no horizonte da *práxis* revolucionária, para a transição a um novo modo de produção e organização da vida social. (FRIGOTTO, 2009a, p. 71)

Sabemos que Marx não escreveu nenhum texto para abordar a especificidade da temática da educação ou do “problema pedagógico”. Esses elementos – com nuances de especificidade da questão pedagógica – têm tratamento ocasional⁶³¹, mas podem ser extraídos de sua obra geral,

630. Ver Saviani, Frigotto, Kuenzer, Machado, entre outros.

631. A partir das minhas leituras dos textos de Marx (e Engels), destaco a presença desses aspectos de caráter pedagógico mais específicos em *Crítica ao Programa de Gotha* (MARX, 2000), *A ideologia alemã* (MARX; ENGELS, 2002) e *O capital* (MARX, 2008) em seu capítulo XIII, quando discute “A aaquinaria e a indústria”. Pertinente peça a ser consultada também – que utilizo para a elaboração das análises deste item – são os *Textos sobre educação e ensino* (MARX; ENGELS, 2011). Podemos avançar também no entendimento relacionado a essas questões através da obra de Mario Alighiero Manacorda, em seu escrito *Marx e a pedagogia moderna*.

tendo em vista que a questão da educação politécnica/tecnológica está organicamente vinculada ao conjunto de sua análise, sobretudo, sobre as bases e centralidade da categoria trabalho. Embora a categoria trabalho tenha ocupado centralidade no decorrer da análise nos capítulos anteriores, devido à relação trabalho-educação, torna-se necessário retornar a alguns aspectos fundamentais para a discussão proposta neste capítulo.

Como sabemos, o trabalho contém fundamentalmente dois sentidos: 1) o ontológico (como mediação de primeira ordem); e 2) o histórico (a forma que o trabalho adquire no interior ou a partir das relações de produção num determinado momento histórico)⁶³². Em seu sentido ontológico – por ser um componente eminentemente humano⁶³³ –, é a condição que constitui o ser humano e social, tendo em vista que é através do trabalho que se transforma a natureza e se busca suprir necessidades (de qualquer natureza). Nesse sentido, como o trabalho é a atividade vital para produzir e reproduzir a existência, em sua dimensão ontológica perpassa todos os processos históricos e modos de produção.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo de forças naturais. (MARX, 2008, p. 211)

Seu sentido histórico é a expressão que o trabalho adquire na forma – também – histórica da sociedade. Ou seja, o processo de trabalho numa estrutura social determinada. Esse sentido é fundamentalmente constituído pelo “modo de produção” vigente – suas relações econômicas e de

632. Desse modo, o trabalho, além de ser categoria explicativa, mediação, é também um princípio educativo. Como destacado: “E o trabalho é princípio educativo porque é através dele que o ser humano produz a si mesmo, produz a resposta às necessidades básicas, imperativas, como ser da natureza (mundo da necessidade), mas também e não separadamente às necessidades sociais, intelectuais, culturais, lúdicas, estéticas, artísticas e afetivas (mundo da liberdade)”. (FRIGOTTO, 2009a, p. 72)

633. Mediação de primeira ordem. Fator primário da relação homem-natureza.

trabalho –, como nos últimos séculos, a forma histórica do capitalismo. Reitera-se que, nessa forma histórica de relações capitalistas, o trabalho adquire “sentido negativo”⁶³⁴, tendo em vista que ao homem/trabalhador resta apenas a alternativa de vender a sua força de trabalho e cumprir os contratos estabelecidos na materialização das mediações de segunda ordem para reproduzir a sua existência, já que não é detentor dos meios de produção.

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar. Este, ao trabalhar, torna-se realmente no que antes era apenas potencialmente: força de trabalho em ação, trabalhador. Para o trabalho reaparecer em mercadorias, tem de ser empregados em valores-de-uso, em coisas que sirvam para satisfazer necessidades de qualquer natureza. O que o capitalista determina ao trabalhador produzir é, portanto, um valor-de-uso particular, um artigo especificado. A produção de valores-de-uso não muda sua natureza geral por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob o seu controle. (MARX, 2008, p. 211)

E, nessa forma relacional (de produção e de trabalho), a definição de sua atividade – em seu tempo de trabalho – é feita pelos donos dos meios de produção. Assim, a reprodução do capital e a sustentação do modo de produção capitalista se dão através da exploração dos trabalhadores na geração de mais-valia absoluta e relativa.

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho.

Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. (MARX, 2008, p. 219)

634. Ocorre a partir dos determinantes das mediações de segunda ordem.

A maturação dos processos no interior do metabolismo social do capital, que fez emergir a sociedade de classes, introduziu, entre os seres humanos e na relação destes com a natureza, um segundo sistema de mediações (ANTUNES, 2012), as quais passam, a partir daí, a determinar a natureza dessa relação (homem-natureza), bem como o sentido do trabalho. A constituição das formas de reprodução do capital – sistema sociometabólico do capital (MÉSZÁROS, 2006) –, sob o impulso dessas mediações de segunda ordem, acaba dominando e subordinando todas as funções produtivas, de trabalho e de reprodução da existência e vida humana, de educação – da finalidade em si, primordial, vital para a humanização e para um desenvolvimento omnilateral –, como meios e estratégias para garantir a reprodução do capital⁶³⁵. De acordo com esse entendimento:

[...] para que uma formação social sobreviva no tempo é preciso que ela conjugue simultaneamente duas formas distintas de produção: a produção da vida societária e suas próprias condições de produção. “A condição última da produção é a reprodução das condições de produção”. A escola, de acordo com a organização social, pode ser mais ou menos mediada por um conjunto de processos culturais, mas a sua função precípua é vincular o trabalho à educação. (MARTINS *et al.*, 2015, p. 92)

Karl Marx (em 1868), nas “Instruções aos delegados do conselho central provisório” da Associação Internacional do Trabalho, destaca:

Seria ótimo que as escolas elementares iniciassem a instrução das crianças antes dos nove anos. *Porém, por agora, só nos preocupamos com antídotos absolutamente indispensáveis para resistir aos efeitos de*

635. Diferentemente das formações sociais escravistas e servis, nas quais os processos de qualificação do trabalho ocorriam através da própria atuação pelo trabalho, com o desenvolvimento cada vez mais complexo e especializado das forças produtivas no interior do capitalismo, os processos de qualificação para o trabalho ganham espaços específicos para tal fim. Ou seja, o modo de produção capitalista passa a ter a necessidade de instituições e instâncias para a educação e qualificação da força de trabalho. Nesse sentido, passam a compor o rol de instrumentos e estratégias para a reprodução “ampliada” do capital. Como sabemos, essas instituições próprias, fora da produção propriamente dita, são resultantes e expressão do trabalho intensivo do capital em aprimorar cada vez mais – seja pelo desenvolvimento científico-tecnológico, seja pela qualificação (direcionada e especializada) da força de trabalho para atuar no interior das forças produtivas – a própria atividade e “coordenação” motora do sistema produtivo.

um sistema social que degrada o operário até o ponto de transformá-lo em um simples instrumento de acumulação de capital e que fatalmente converte os pais em mercadores de escravos de seus próprios filhos. Os direitos das crianças, e dos adultos terão de ser defendidos, já que não podem fazê-los eles próprios. Daí o dever da sociedade de combater em seu nome. (MARX; ENGELS, 2011, p. 84, destaques nossos)

Advogam-se a necessidade da resistência frente aos determinantes objetivos da dominação de classe e a necessidade da compreensão histórica, política e filosófica da compleição e índole “mutiladora” das relações capitalistas de produção. Além disso, a partir dessa compreensão das contradições presentes nesse processo, buscar as potencialidades e os instrumentos para processos de mediação – dentre vários, a formação humana – é uma necessidade histórica, e, mesmo estando inserida nessa realidade, a sociedade deve buscar o desenvolvimento de alternativas para superar os ditames unidimensionais do processo de reprodução do capital. Como já dito – dado o trabalho na sua forma alienada⁶³⁶ –, há imbricações, desdobramentos e consequências no conjunto de atividades vitais humanas, alcançando as diversas dimensões da vida social e das suas formas de reprodução e expressão⁶³⁷, que incidem nos processos de formação humana, e que, portanto, demarcam a sua perspectiva.

Compreende, antes de tudo, que as crianças e adolescentes terão de ser preservados dos efeitos destrutivos do atual sistema. Isto só será possível mediante a transformação da razão social em força social e, nas atuais circunstâncias, só podemos fazê-lo através das leis gerais impostas pelo poder do Estado. [...]

Partindo disto, afirmamos que a sociedade não pode permitir que pais e patrões empreguem, no trabalho, crianças e adolescentes, a menos que se combine este trabalho produtivo com a educação. (MARX; ENGELS, 2011, p. 84-85)

636. Karl Marx, nos *Manuscritos econômicos filosóficos de 1844* (2007), e István Mészáros, em sua obra *A teoria da alienação em Marx* (2006).

637. De acordo com Antunes (2012, p. 6), “[...] desde aspectos econômicos até os políticos, dos aspectos morais aos estéticos, que, obviamente, afetam profundamente todo o processo de constituição, de formação, de *educação* dos seres humanos [...]”.

Ainda nas “Instruções aos delegados do conselho central provisório”, Marx demarca e demonstra o seu entendimento acerca da educação.

Por educação entendemos três coisas:

- 1) Educação intelectual.
- 2) Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares.
- 3) Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais.

À divisão das crianças e adolescentes em três categorias, de nove a dezoito anos, deve corresponder um curso graduado e progressivo para sua educação intelectual, corporal e politécnica. Os gastos com tais escolas politécnicas serão parcialmente cobertos com a venda de seus próprios produtos. (MARX; ENGELS, 2011, p. 85)

Vemos, portanto, que a concepção de educação esboçada no entendimento de Marx preconiza a politecnicidade⁶³⁸, tendo em vista a nítida defesa de que esse processo deva ser resultante da intersecção e interconexão das diferentes dimensões materiais e sociais em que os seres humanos estão inseridos. A direção apontada é de uma educação multilateral, de humanização, e que busca, através dos processos de trabalho e educativos, a omnilateralidade. A educação politécnica/tecnológica se materializa como resultante da combinação entre o trabalho produtivo – pago com a educação intelectual –, a educação corporal/física e a formação politécnica. Considerando esses elementos, vemos que:

A Educação Politécnica tem por base filosófica e pedagógica o materialismo histórico-dialético (MHD), um método de conhecimento focado na investigação do *trabalho humano em suas relações com a totalidade social*. Essa importância que o *trabalho* assume como categoria central do MHD não é difícil de se perceber: **o trabalho é uma necessidade natural eterna que medeia o metabolismo entre homem e natureza e,**

638. De acordo com Saviani (2003) *apud* Frigotto (2012, p. 276), “Politecnicidade diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno”.

portanto, a própria vida humana. Como falou Marx: “*Toda a assim denominada história mundial nada mais é do que o engendramento do homem mediante o trabalho humano*”. (MARTINS *et al.*, 2015, p. 89, destaques nossos em negrito)

Anuncia também o autor alemão que a implementação desses princípios – a educação politécnica/tecnológica – garantirá a elevação da classe operária a nível acima das classes aristocrática e burguesa. (MARX, 2011) Reside nesse processo o fundamento e o sentido do “trabalho como princípio educativo”, bem como o caráter construtivo de processos que visam, de maneira radical, à transformação e à superação do modo de produção capitalista, tendo em vista que, em última instância, é a real finalidade da educação politécnica/tecnológica⁶³⁹. Considerando esses elementos, podemos relacionar esse entendimento com os objetivos desta obra, a partir do que destaca Frigotto:

As pesquisas sobre trabalho-educação podem encontrar um terreno fértil ao buscar desvendar, ao *mesmo tempo*, as *mediações de segunda ordem*, ordenadas pelo capital, cujo horizonte teórico é de natureza-funcional, e *os elementos ou indícios de novas relações sociais e formativas*, cujo fundamento são as mediações de primeira ordem *que vinculam trabalho e educação, cultura e tecnologia, como expressões de “um novo industrialismo” e de melhoria da qualidade de vida e busca de dilatação de tempo de liberdade – de fruição, gozo e realização*

639. De acordo com Rodrigues, “Nessas indicações, encontra-se o embrião fundamental do *trabalho como princípio educativo*, que busca na transformação radical da sociedade sua última finalidade. Nesse sentido, *os principais vetores da concepção marxista de educação* são: 1) Educação pública, gratuita e única para todas as crianças e jovens, de forma a romper com o monopólio por parte da burguesia da cultura, do conhecimento. 2) A combinação da educação (incluindo aí a educação intelectual, corporal e tecnológica) com a produção material com o propósito de superar o hiato historicamente produzido entre o trabalho manual (execução, técnica) e trabalho intelectual (concepção, ciência) e com isso *proporcionar a todos uma compreensão integral do processo produtivo*. 3) A formação omnilateral (isto é, multilateral, integral) da personalidade de forma a tornar o ser humano capaz de produzir e fruir ciência, arte, técnica. 4) A *integração recíproca da escola à sociedade* com o propósito de *superar o estranhamento entre as práticas educativas e as demais práticas sociais*”. (RODRIGUES, 2009, p. 114, destaques nossos) É importante destacar que o acúmulo de discussões e elaborações da perspectiva de educação do Campo, desenvolvida pelos movimentos sociais de base popular do Campo, expressa e assenta-se fundamentalmente nessas quatro indicações.

humana (Manacorda, 1990 e 1991). Pesquisas que se pautem numa perspectiva histórica, necessariamente vincularão formas sociais da produção material da existência ou formas sociais de produção da “sobrevivência”, presentes nos movimentos e nas lutas sociais e processos de formação humana. (FRIGOTTO, 2002, p. 47, destaques nossos)

A formação humana a partir da perspectiva marxiana/marxista precisa dar conta de apreender – nos seus marcos teóricos e conceituais – as concepções de homem, sociedade e educação presentes nessa perspectiva (RODRIGUES, 2009), além de materializar, na integração dos processos de trabalho e educação, as condições objetivas para a realização da educação politécnica e do projeto societário da classe trabalhadora.

Como uma via de apoio à construção de uma nova forma de sociabilidade humana – a sociedade sem classes – a concepção politécnica de educação estabelece uma crítica aos fundamentos dessa escola que se tornou hegemônica no decorrer do desenvolvimento capitalista, criticando a função que ela veio a assumir no interior dessa dinâmica: a de formar o aluno para ser “capital humano”, isto é, somente um elo a mais na engrenagem da produção econômica alienada. No sistema escolar capitalista, a educação científica e cultural é desenhada segundo esta exigência de formação instrumental do aluno. (MARTINS *et al.*, 2015, p. 92)

Desse modo, a formação humana e a educação politécnica/tecnológica, a partir das condições de apreender as contradições objetivas na base material – infraestrutura –, devem compreender como vem ocorrendo a formação do trabalhador através da “(des)qualificação profissional”, a fim de ir buscar os elementos fundamentais para a superação dessa forma parcializada, unilateral, determinada, instrumental, que ocorre nos processos de formação humana e na relação entre educação e trabalho, na maioria das vezes desconexa. É nesse sentido que se faz necessária a compreensão de como essa articulação entre as forças produtivas (tecnológicas), inserida nessa lógica hegemônica (capitalista), pode também ser potencialidade de contribuição para uma educação politécnica e no processo de conversão de uma ciência de dominação numa força popular.

Nesse sentido, vemos a educação politécnica/tecnológica assentada, mas não prisioneira, nessa infraestrutura; porém, pode, além de tensionar as relações capitalistas, identificar e desenvolver estratégias de formação humana emancipadora – a partir do patamar de desenvolvimento tecnológico –, que indiquem as possibilidades para que o trabalhador possa ir dominando os processos de trabalho e de desenvolvimento da ciência, sob os seus interesses de classe⁶⁴⁰.

Outra dimensão da educação politécnica/tecnológica, considerando esses pilares, é colocar de maneira clara o objetivo da construção de uma sociedade socialista. Gramsci, nos escritos políticos em seu artigo “Estado e soberania”⁶⁴¹, ao fazer referência sobre o professor Balbino Giuliano⁶⁴², contrapondo-o, traz alguns elementos que confirmam a dimensão socialista na/da politécnica, indicando, portanto, a função pedagógica do socialista frente aos problemas concretos.

Giuliano não foi “fiel” ao espírito universal, embora, como socialista, tivesse o *dever pedagógico de adequar os operários e os camponeses às necessidades históricas universais*, tais como essas se concretizam e se definem na função histórica da classe trabalhadora. Enquanto foi socialista, os problemas concretos que teria de enfrentar eram: *educar os espíritos imaturos da classe trabalhadora para o exercício concreto da soberania do trabalho, educá-los para a fundação do novo Estado* que irá organizar a sua ação com base no ato produtivo, no dinamismo do trabalho, substituindo o Estado capitalista (condicionado pela propriedade privada dos meios de produção e de troca, um Estado que adora o bezerro de ouro, monstruoso Moloch que sacrifica a vida), *educá-los para pôr fim à propriedade privada*, nos planos individual e nacional. (GRAMSCI, 2004b, p. 223, destaques nossos)

640. Algumas análises de referência e importante contribuição acerca dessa questão podemos encontrar no livro *A pedagogia da fábrica*, de Acácia Zeneida Kuenzer (1985).

641. De acordo com nota de rodapé da obra consultada, o referido texto foi publicado no *Energie nuove*, nº 7-8, 1-28 de fevereiro de 1919.

642. De acordo com Gramsci, o professor Balbino Giuliano, no artigo *Perché sono uomo d'ordine* (“Porque eu sou um homem de ordem”, tradução nossa), propôs uma polêmica aos que ainda acreditam no socialismo. Mais conteúdos acerca das considerações feitas por Gramsci acerca desse debate, ver: Gramsci (2004b, p. 219-222).

É prerrogativa desse processo compreender e materializar a relação entre essa concepção de formação humana e a ação prática dos trabalhadores na direção da sociedade sem classes. Nesse sentido, a politecnia é fundamental no processo revolucionário:

[...] seria o projeto socialista-revolucionário de uma nova sociedade que possibilitaria, por um lado, proporcionar unidade teórico-política à concepção politécnica de educação e, por outro, impedir a sua “naturalização”, isto é, impedir o equívoco de se entender que a formação politécnica seria o caminho “natural” demandado pelo modo de produção capitalista. Em outras palavras, a politecnia – apoiada em sua dimensão socialista – representaria uma profunda ruptura com o projeto de educação profissional e, fundamentalmente, com o projeto de formação humana postos pela sociedade burguesa. (RODRIGUES, 2009, p. 117)

A práxis revolucionária só se efetiva no terreno concreto onde se objetivam as contradições que são a expressão das relações de exploração e alienação. Não há dimensão da vida humana que não esteja inserida – em alguma medida – nos processos materiais (reais) de alienação. Ou seja, não há imperativos individualizados que possam estar em nível superior ao das forças das relações de capital. Nesse sentido, as condições de superação das relações do capital se dão fundamentalmente por relações sociais gestadas na materialização de alternativas coletivas da classe trabalhadora. E, entre essas alternativas, a própria educação⁶⁴³.

Sintetizando o debate acerca deste item, consideramos as elaborações de Frigotto que expõem elementos fundamentais, que ajudam a compreendermos a formação humana à luz da perspectiva materialista histórica dialética, e expressam um conjunto de aspectos que utilizaremos para as análises subsequentes – na particularidade do Campo, soberania alimentar, agroecologia etc.

Na perspectiva da superação das relações sociais capitalistas e no seio de suas contradições, Marx sinaliza três conceitos relativos à formação

643. Os fundamentos e os princípios da educação socialista demarcam a sua direção e os seus destinatários. São os indivíduos/sujeitos sociais, coletivos, e não os indivíduos isolados, os quais estão na centralidade dos ideais da educação moderna e tradicional.

que estão intrinsecamente ligados [...]: o TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO, ligado ao processo de socialização e de construção do caráter e da personalidade do *homem novo*, que internaliza, desde a infância, a sua condição de ser da natureza e que, portanto, implica produzir, com os outros seres humanos, seus meios de vida e não viver da expropriação do trabalho de seus semelhantes; a *formação humana omnilateral* [...], ligada ao desenvolvimento de todas as dimensões e faculdades humanas, em contraposição à visão unidimensional de educar e formar para os valores e conhecimentos úteis ao mercado capitalista; e, finalmente, o de EDUCAÇÃO POLITÉCNICA *ou tecnológica*, ligada ao desenvolvimento das bases de conhecimentos que se vinculam ao processo de produção e reprodução da vida humana pelo trabalho, na perspectiva de abreviar o tempo gasto para responder às necessidades (essas sempre históricas) inerentes ao fato de o homem fazer parte da natureza e de ampliar o tempo livre (tempo de escolha, de fruição, de lúdico e de atividade humana criativa), no qual a omnilateralidade pode efetivamente se desenvolver. (FRIGOTTO, 2012a, p. 274-275)

O ponto nodal a se considerar é que o “conteúdo histórico” de cada uma dessas categorias e conceitos é definido e prescrito pela dinamicidade do real nas suas contradições. Do ponto de vista material, trabalha-se com o entendimento da “não imanência” e, portanto, da necessidade de apreender os processos em andamento, que saturam as contradições objetivas e que, assim, refletem a capacidade explicativa dessas categorias e conceitos, na composição do plano orientado pela práxis no processo de travessia. Nesse sentido, o que se quer afirmar é que, mesmo reconhecendo que, a cada dia, no modo de produção do capital, se destravam mais potenciais de destruição e alienação – que nos levam a concluir e a entender que não há lugar para a positividade no desenvolvimento do conhecimento, da ciência e da tecnologia nesses marcos produtivos e sociais –, a construção de uma educação politécnica/tecnológica e omnilateral se inicia desde já, e desde esse lugar; ou seja, no interior do modo de produção capitalista. Por essas razões, entende-se que:

A educação politécnica resulta, assim, no plano contraditório da necessidade do desenvolvimento das forças produtivas das relações capitalistas de produção e da luta consciente da necessidade de romper com os limites intrínsecos e insanáveis destas mesmas relações. [...]

O terreno próprio do desenvolvimento humano omnilateral (em todas as suas dimensões) do caráter radicalmente educativo do trabalho, dos conhecimentos, da ciência e da tecnologia somente terão a sua efetiva positividade e a capacidade de dilatar as qualidades e potencialidades humanas quando as relações sociais classistas sob o capitalismo forem superadas. (FRIGOTTO, 2012a, p. 275, destaques nossos)

Entre o marco da realidade e o horizonte utópico que demarcam os desafios históricos para a classe trabalhadora, vemos então que a educação interessada a essa classe, como contraposição à educação burguesa e como mediação e realização de processos de travessia, tem seu germe e se forja no plano histórico do real. Seu conteúdo, porém, precisa ter sua base nos pressupostos e na relação – não polarizada – entre totalidade e particularidade, entre o estrutural e o conjuntural, no tempo e no espaço⁶⁴⁴. De igual modo, nas contradições principais e secundárias e no caráter principal dessas contradições.

Nesse sentido, a partir dos processos de formação humana, busca-se apreender e evidenciar elementos nas “[...] mediações e contradições singulares, particulares e universais da realidade que queremos compreender [...]” (FRIGOTTO, 2009b, p. 171), e, portanto, corroborar com os processos formativos concomitantes com a práxis revolucionária. Isso posto, deixa-se claro que o ponto fundamental que nos embasa não é o significado ou o sentido semântico dos conceitos de soberania alimentar e de agroecologia, mas, essencialmente, o conteúdo histórico-material de cada um deles e o que eles expressam em termos de disputa nos processos de formação humana e no plano educativo.

644. Categorias com base no materialismo histórico dialético.

4.7 SOBERANIA ALIMENTAR, AGROECOLOGIA E A RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO HUMANA EMANCIPADORA, EDUCAÇÃO POLITÉCNICA/TECNOLÓGICA E EDUCAÇÃO OMNILATERAL

Partamos de uma demarcação no entendimento – que pode ser facilmente demonstrado por um extrato de conteúdo das análises feitas até este ponto da obra, correlacionadas aos fundamentos dos conceitos e categorias que compõem o presente item – de que somos herdeiros de processos de dominação escravocrata, imperialista e colonizadora. Os donos do poder econômico-político (classe dominante) concebem a classe trabalhadora – do Campo e da cidade – e tratam-na como mera ferramenta, insumo, instrumento dos seus privilégios e dos interesses orgânicos dessa condição de classe dominante.

Portanto, nessa lógica objetivada, a classe trabalhadora passa a ser força dinâmica-motriz do sistema – atomizada na individualidade de cada ser humano e coletiva na materialização do conjunto de relações produtivas⁶⁴⁵ –, portanto, os trabalhadores devem “comportar” ao máximo os processos de dominação, tensão e de extração de mais-valia⁶⁴⁶. Assim, tanto na concepção quanto na condição material, a maioria das pessoas está desprovida da potencialidade de pensar e compreender as relações produtivas e de exploração. Desse modo, referendamos o entendimento de que a vida social é essencialmente prática e determina a sua

645. “Com a mercantilização da vida econômica e a venda da força de trabalho humano acha-se dado o quadro instável e conflituoso da produção – e isto por um desenvolvimento necessário. O aprofundamento da divisão social e técnica do trabalho faz com que a produção se torne cada vez mais especializada e, por consequência, socializada, enquanto que a apropriação da riqueza cada vez mais individualizada ou corporativizada”. (MARTINS *et al.*, 2015, p. 91) No âmbito do trabalho sob a forma capitalista, vemos na atualidade o abismo da dominação imputada ao trabalhador através da ideologia do ser “empresário de si mesmo”, do ser empreendedor, e, materialmente, pela flexibilização de regras jurídicas – que regulamentam determinadas relações entre capital e trabalho –, que potencializa substancialmente a precarização das condições de trabalho. A implementação desses elementos no Brasil na atualidade está se dando de maneira acelerada.

646. Esses aspectos passam a ser referendados nos processos formativos tecnicistas-unilaterais. Como destacado: “Obliteração intelectual dos adolescentes, artificialmente produzida com a transformação deles em simples máquinas de fabricar mais-valia, é bem diversa daquela ignorância natural em que o espírito, embora sem cultura, não perde sua capacidade de desenvolvimento, sua fertilidade natural. Essa obliteração forçou finalmente o Parlamento inglês a fazer a instrução elementar condição compulsória para o emprego ‘produtivo’ de menores de 14 anos em todas as indústrias sujeitas às leis fabris”. (MARX, 2008, p. 457)

forma histórica através dos processos materiais e históricos de transformação do real. Vemos então que:

A natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadorias, e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Esta relação não tem origem na natureza, nem é mesmo uma relação social que fosse comum a todos os períodos históricos. Ela é, evidentemente, o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, do desaparecimento de toda uma série de antigas formações da produção social.

Também as categorias econômicas que observamos antes trazem a marca da história. (MARX, 2008, p. 199)

Ajuda-nos a compreender esses elementos a elaboração de Barata-Moura sobre a tese oitava de Marx a Feuerbach:

Aquilo que conduz a este tipo de desdobramentos e de transposições alienantes não é nenhuma fatalidade misteriosa nem nenhum imperativo da Natureza, mas o próprio curso do devir histórico social em que os homens estabelecem e desenvolvem entre si determinadas modalidades (praticamente formadas e praticamente transformadas) de relacionamento. (BARATA-MOURA, 2003, p. 6)

A historicidade tanto das relações sociais hegemônicas quanto das categorias explicativas expressa que o ponto de partida na direção da travessia, ou seja, qualquer movimento de transformação, deve ser a partir da realidade existente. Desse modo, ao tratarmos do “terreno” da particularidade relacionado à politecnia, temos:

A compreensão adequada do sentido de educação politécnica implica situá-la como resultado de um embate dentro de um processo histórico que padece, até o presente, da dominação de uns seres humanos sobre os outros, e, conseqüentemente, situá-la na constituição das sociedades de classes e de grupos sociais com interesses inconciliáveis e antagônicos. (FRIGOTTO, 2012a, p. 272)

No Campo, essas relações sociais inconciliáveis – em vários momentos demarcadas ao longo deste livro – se expressam ao longo da história. De um lado, a defesa (ideológica, política e econômica) ilimitada do latifúndio (de velho e novo tipo) e, recentemente, do agronegócio (expressão da produção de *commodities*, da concentração da terra, da destruição da biodiversidade e da natureza etc.), com processos de marginalização, dominação e criminalização dos povos e trabalhadores do Campo e de suas organizações sociais; e, do outro, as práticas de resistência desenvolvidas pelo campesinato através de suas organizações coletivas (para manutenção de territórios, práticas produtivas, tradição e cultura etc.), lutas pelo acesso ao território, ampliação de políticas públicas e pela implementação de um projeto de desenvolvimento – partindo de uma reforma agrária popular – assentada em critérios e princípios ecológicos, de justiça social e de sustentabilidade. É nesse sentido que o campesinato – organizado, consciente de sua tarefa histórica e de classe – defende a agroecologia como processo de mediação prática⁶⁴⁷, podendo contribuir significativamente para os processos de travessia⁶⁴⁸ para a materialização da soberania alimentar. Portanto,

[...] restaurar a saúde ecológica não é o único objetivo da Agroecologia. De fato, a sustentabilidade não é possível sem a preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais. O estudo da etnociência (o sistema de conhecimento de um grupo étnico local e naturalmente originado) tem revelado que o conhecimento das pessoas do local sobre o ambiente, a vegetação, os animais e solos pode ser bastante detalhado. (ALTIERI, 2009, p. 26)

647. De acordo com Görgen, a “[...] agroecologia está se legitimando como a nova grande síntese filosófica, científica, agronômica e tecnológica incorporando as grandes contribuições das várias correntes de agricultura ecológica, desenvolvendo conhecimentos científicos, mas respeitando e se somando à sabedoria camponesa e indígena construída em 12 mil anos de produção de alimentos em convivência com a natureza. A agroecologia é a nova ponta da tecnologia agrícola e ela só é possível de ser praticada por comunidades camponesas. É impossível a convivência entre agroecologia e latifúndio, agroecologia e monopólios”. (GÖRGEN, 2004, p. 86-87, destaques nossos)

648. Ao longo dos escritos, diversos elementos necessários à travessia foram sendo apontados, o que demarca que esses processos angariam diversos sentidos, escalaridades e dimensões. Dada a totalidade do objeto discutido nesta obra, vemos que são processos que compõem desde a “reconstituição” fisiológica do homem (alimentação, saúde, nutrição etc.), educação (formação humana) até a produção, política pública, luta social, controle social etc.

A literatura acerca da agroecologia e de sua (cor)relação com a soberania alimentar busca demonstrar – e vem conseguindo –, a partir desses marcos, que são práticas sociais (nas relações entre humano-natureza e nas relações socioeconômicas) que se opõem radicalmente à lógica da agricultura convencional capitalista. Além disso, não representam – pura e simplesmente – um retorno às relações sociais e práticas produtivas já ultrapassadas e/ou superadas pelo processo de desenvolvimento das relações e forças produtivas⁶⁴⁹, como se imputa pejorativamente acerca do campesinato e em ontologias modernistas que anulam o campesinato e o colocam na condição de pré-moderno ou retrógrado. (MCMICHAEL, 2016) O que se demanda é que práticas hegemônicas que têm centralidade no processo de produção no Campo sejam ressignificadas e, ao longo do tempo, substituídas.

Do ponto de vista da formação humana emancipadora, a soberania alimentar e a agroecologia são possuidoras de princípios “indutores” de criação e de ressignificação de valores formativos. Vemos, por exemplo, a agroecologia como ciência buscando apreender e “[...] compreender as práticas sociais de pessoas transformando a natureza ou relações sociais de produção. Trata-se, portanto, de uma ‘economia política do ambiente’”. (MARTINS *et al.*, 2015, p. 87) Nesse sentido, constitui-se essencial para a soberania alimentar. Através da prática transformadora material, a partir desse horizonte, processos educativos e de formação humana

649. Esse segundo aspecto, pelo fato de ainda compor fundamentalmente uma ideação (uma projeção) – mesmo considerando já diversas experiências e experimentos práticos acerca da agroecologia e das condições de produção do campesinato que indicam a sua eficiência –, induz ao entendimento e às afirmações (no meio social) de que, dada a demanda cotidiana de gêneros alimentícios (de origem vegetal e animal) no mundo, a agricultura camponesa não conseguirá dar conta. Ou seja, no discurso hegemônico, ela é tida como incapaz de dar conta de uma produção expressiva e suficiente às demandas. Parece ser evidente que o que está subjacente a esse entendimento da impossibilidade, ou descrença de que a agricultura camponesa, através da produção agroecológica, supra as demandas, é o que se entende por alimento e a falta de acesso aos dados relacionados a isso. Como sabemos, a maioria dos alimentos que chegam à mesa das pessoas tem sua origem na produção camponesa: os básicos, mas também grande parte dos industrializados, tendo em vista que a matéria-prima teve sua origem através do trabalho camponês. Outro aspecto tem a ver com a análise do real (a aparência do modelo e o que se inscreve cotidianamente no imaginário social), quando se trata dessa discussão da produção agroecológica e da sua relação com a sua ocupação de território e base material, demandando a “(re)campenização” em pequenas unidades produtivas – por isso a pauta da reforma agrária popular – e, portanto, a temporalidade necessária, o momento em que as condições objetivas ideais colocariam a produção camponesa em outro patamar.

precisam incorporar outros conhecimentos que os processos de intervenção na materialidade acabam revelando, os quais, na forma hegemônica utilizada pela ciência, não são considerados ou inscritos como fundamentais no processo civilizatório. É nesse sentido que

O conhecimento camponês sobre os ecossistemas geralmente resulta em estratégias produtivas multidimensionais de uso da terra, que criam, dentro de certos limites ecológicos e técnicos, a auto-suficiência alimentar das comunidades em determinadas regiões (Toledo *et al.*, 1985). Para os agroecologistas, vários aspectos dos sistemas tradicionais de conhecimento são particularmente relevantes, incluindo aí o conhecimento de práticas agrícolas e do ambiente físico, os sistemas taxonômicos populares e o emprego de tecnologias de baixos insumos. (ALTIERI, 2009, p. 26)

Considerando as análises desenvolvidas pelos autores da relação trabalho e educação, podemos compreender que, na especificidade aqui discutida, primeiro se busca conceber a “natureza como uma relação humana”⁶⁵⁰ e que, portanto, ganha significado e conteúdo histórico – demarcado pelo sentido (ontológico e histórico) dessa intervenção. A partir disso, entende-se que os processos naturais – como causalidades biológicas, físicas, geoquímicas –, em si, são independentes do homem e da sociedade, mas, ao sofrerem a intervenção humana, as formas e os objetivos desse processo determinam o sentido e o conteúdo histórico dessa relação natural-humanizada⁶⁵¹. Dessa forma, o que tem sido advogado pela agroecologia

650. Rolo (2015). Também em Lukács vemos que “[...] a expressão ‘natureza’ nessas exposições de Marx não se refere ao simples ser biológico. O termo ‘natureza’ é aqui um conceito de valor que se origina do ser social. Ele designa a intenção voluntária e espontânea do homem de realizar em si mesmo as determinações do gênero humano. Naturalmente, a expressão ‘natureza’ contém simultaneamente o indicativo para a base biológica irrevogável da existência humana”. (LUKÁCS, 2013, p. 176)

651. No sentido econômico, “Assim é que os processos naturais relacionados à terra só adquirem valor – (sentidos humanos, no vocabulário de Marx) – no interior das relações sociais e como decorrência delas. O que quer dizer, em outras palavras, que a terra jamais cria riqueza, por si só. Tomados em si, os processos naturais nada mais são que cadeias de causalidades biológicas, químicas e físicas totalmente alheias aos homens e as sociedades”. (MARTINS *et al.*, 2015, p. 90) No entanto, o trabalho humano por si só, sem os bens e processos naturais, também não cria valor. Desse modo, Marx faz a discussão da economia política da “natureza” subjacente ao valor de uso e ao valor de troca, sobretudo como ocorre no modo de produ-

e pela soberania alimentar, nas suas diversas dimensões, institui-se como base, uma politecnia, que – ao considerar a relação entre trabalho e educação – define processos formativos de natureza ético-política interessada para a classe trabalhadora do Campo. (MARTINS *et al.*, 2015)

São os homens – enquanto agentes práticos inteiros – que transformam as realidades, e não apenas as ideias. É por isso que a mudança das mentalidades é, sem dúvida, da maior importância (e não é indiferente o sentido em que ela ocorra), mas não constitui só por si o fator prático determinante das transformações. Estas têm mesmo que ser realizadas, e são os homens que pelo seu comportamento prático as operam, de dentro de um sistema determinado de relações (presentes e herdadas) que oferecem um dado leque de possibilidades reais a explorar. (BARATA-MOURA, 2003, p. 3)

Trata-se, portanto, de buscar as transformações na base material sob essa perspectiva, e, ao se construírem processos materiais nessa direção, a base material tornar-se-á constituída de elementos, fatores e valores que dão à agroecologia e à soberania alimentar as condições de serem matriz formadora/formativa, por portarem conteúdos materiais que compõem um conjunto de práticas e conhecimentos que devem ser valorizados e evidenciados. Isso, porém, pressupõe a ação na práxis “política-direcionada” para a sua realização⁶⁵².

ção capitalista. Porém, é preciso levar em consideração que a natureza é fonte (primeira) de valores de uso. Desse modo, ao se pensar uma nova relação entre humano-natureza, esse aspecto deve ser levado em conta. E, no sentido da composição da base material, vemos que os imperativos determinantes para o sentido da ação humana podem decretar o deserto verde (ou sem o verde ou sem a dinamicidade da vida) ou a biodiversidade. Essas são opções que a espécie humana poderá escolher para se relacionar e dar o significado de sua ação no processo de produção e reprodução da existência.

652. Os desafios referentes a essa relação entre prática e teoria que vai se constituindo através da agroecologia e da soberania alimentar, no uso de interações de espécies naturais, de relações sociais e de objetivos multidimensionais visando à sustentabilidade, são muitos. A nossa condição de entender a complexidade dessas interações necessárias depende de um processo de formação humana integrada (trabalho-educação) e dos conhecimentos construídos nesse processo acerca das interações ecológicas, humanas e de tecnologias sociais. Um exemplo acerca desses desafios – considerada a particularidade aqui analisada, e que demonstra também processos em transição – é trazido por Gliessman, que diz: “O desafio para os agroecologistas é, então, colocar esse conhecimento ecológico no contexto da sustentabilidade. É importante que combinemos o amplo conhecimento dos agrônomos sobre a ecologia e

Se na agricultura convencional o modelo é a fábrica, na Agroecologia a referência é a natureza, sua lógica, seu funcionamento. Na natureza nada está isolado, tudo se relaciona: nela não existe insumo, matéria-prima, subproduto, resíduo, uma vez que todos os produtos podem ser tanto o fim como o começo: um insumo de determinado processo é produto de outros processos. O método científico aqui tem que ser sistêmico, pois todas as partes se relacionam formando uma teia de múltiplas determinações (método da totalidade).

A agricultura sempre será a ação do ser humano na natureza, logo, uma “artificialização” da natureza. A Agroecologia busca aproximar a agricultura da natureza e para isso o agricultor precisa compreender ecologia, bioquímica, termodinâmica, fisiologia, genética, biologia... mas todos estes fatores interagindo dentro de uma totalidade: eles determinam e mantêm a biodiversidade de um ecossistema que estruturalmente é condicionada por fatores abióticos (não vivos): como luz, temperatura, umidade, ventos, e, por fatores bióticos (organismo vivo, sua população, suas comunidades, ecossistema). (MARTINS *et al.*, 2015, p. 87, destaques nossos)

Os fundamentos inerentes a essa forma de relação e intervenção na natureza, com a “correspondente” formação humana classista, interessada no fortalecimento da agroecologia e na materialização da soberania alimentar, demarcam também uma concepção de natureza, de trabalho e de ciência radicalmente diferente dos “pressupostos” que embasam esses três aspectos – natureza, trabalho, ciência – no modo de produção capitalista⁶⁵³.

o manejo de cultivos com populações de uma única espécie com o vasto conhecimento dos ecologistas sobre interações de espécies e processos em comunidades. É hora de redirecionar grande parte dos recursos que geraram todo conhecimento sobre sistemas de cultivo de uma só espécie, para integrar os conhecimentos ecológico e agrônomo. E fazer isso com a meta mais ampla de desenvolver a habilidade de manejar toda a comunidade de organismos que interagem, tanto cultivados quanto não cultivados, e de entender como cada espécie contribui para a sustentabilidade de todo o sistema. Esse é um processo extremamente complexo, que requer uma abordagem sistêmica e a interação de muitas disciplinas, mas o resultado final será entender melhor como pode ocorrer uma transformação efetiva na agricultura”. (GLIEMAN, 2001, p. 433)

653. A causa agroecológica pressupõe uma nova maneira de fazer ciência que vise à emancipação da classe trabalhadora, uma educação politécnica, haja vista que a história vem mostrando cada dia mais os laços fortemente imbricados, indissolúveis, entre produção científica, tecnologia e a ação predatória do capital. (ROLO, 2015)

A força material da teoria construída no interior desses processos deve conduzir à transformação da base material (território, relações de produção e de trabalho), constituindo ecossistemas e agroecossistemas correspondentes a essa perspectiva⁶⁵⁴. O ecossistema e/ou o agroecossistema, ao irem se consolidando, tornam-se “unidades de análise” e, nessa concepção, são matrizes de conteúdo formativo, possibilitando, a partir da necessidade de manejo e intervenção – através do trabalho –, o desenvolvimento e aplicação teórica das diferentes ciências e “disciplinas”. O agroecossistema é a materialização de um ecossistema já resultante da ação humana.

[...] o conjunto de práticas adotadas por muitos agricultores de baixa renda em todo o mundo em desenvolvimento representa uma rica fonte para os ecólogos interessados em compreender os mecanismos que operam num agroecossistema complexo, como as interações entre a biodiversidade e as funções do ecossistema ou o uso da sucessão natural como modelo para o desenho de agroecossistemas. Apenas recentemente ecólogos começaram a reconhecer as virtudes dos agroecossistemas tradicionais diversificados, cuja sustentabilidade é mantida em função dos complexos modelos ecológicos que seguem. O estudo de agroecossistemas tradicionais e das práticas empregadas por camponeses na manutenção e utilização da biodiversidade também pode acelerar consideravelmente a emergência de princípios agroecológicos, que são urgentemente necessários para desenvolver agroecossistemas mais sustentáveis e estratégias de conservação da agrobiodiversidade, tanto nos países industrializados como naqueles em desenvolvimento. (ALTIERI, 2012, p. 161)

Esse resultado é o que demarca e expressa o sentido dessa intervenção e expõe a “natureza como uma relação humana”. (ROLO, 2015)

Ele é o local da produção agrícola compreendida como um ecossistema e implica numa relação que busca alterá-lo, para promover o nível adequado de bens e retorno econômico da família; altera-se, mas mantém

654. Como discutido no item “A necessidade da transição agroecológica e níveis fundamentais desses processos de transição”.

um estado de equilíbrio dinâmico geral, buscando a produtividade do sistema ao longo do tempo. *O enfoque técnico-científico convencional vê o solo como suporte físico e as plantas como cultivo; ele não enxerga o solo como organismo vivo e dinâmico, as interações ecológicas e muito menos as socioeconômicas que acontecem.* (MARTINS *et al.*, 2015, p. 88, destaques nossos)

Os elementos presentes nos destaques da citação anterior expressam, a partir de como se organizou a ciência moderna, a sua estreita articulação com o poder econômico (do ponto de vista do objetivo da ciência) e seu viés mecanicista e positivista, os quais, portanto, materializam a sua visão reducionista. Trabalha com um conceito de natureza apenas como objeto, e não como composição orgânica entre homem-natureza. É partindo dessa preocupação que nos alerta Altieri (2012, p. 161-162) que “[...] mais pesquisas devem ser conduzidas e com urgência, antes que este legado ecológico neolítico seja perdido para sempre, vítima do desenvolvimento da agricultura industrial”.

Quando se trata de estabelecer processos de formação humana, construção de conhecimento e ensino de ciência em uma nova perspectiva ético-política, além de se partir da crítica radical ao sistema capitalista como um todo e, também, analisar os processos de formação humana e educação, e como estes foram se configurando ao longo do período histórico desde o advento do capitalismo, faz-se necessário identificar os elementos fundamentais que adentram e perpassam os processos – de maneira “naturalizada”, irrefletida e inconsciente – e dão a sustentação às suas diretrizes. Destaca-se esse intento, tendo em vista que é no contexto da contradição entre capital e trabalho, e como esse contexto se materializa no processo produtivo no Campo, que se torna possível desvelar os instrumentos e funções ideológicas da formação humana (intra)sistêmica como estratégia de formação e adaptação das consciências, tanto para os processos de produção alienada, quanto para a defesa de valores e de práticas que incidem na plena dominação da maioria dos camponeses.

Vemos, então, que a ideologia do capital adentra o conjunto de instituições de educação e de formação humana, das políticas educacionais e de produção, e, desse modo, acaba por influenciar na forma como os camponeses são “qualificados”, fortalecendo cada vez mais a sua

atuação na sua unidade de produção para atender a interesses exógenos; ou seja, há uma constante de ações que visam à sua adaptação ao modelo hegemônico.

Esse processo se dá assentado nos interesses da produção por duas dimensões estruturantes: a primeira diz respeito aos processos de educação e qualificação dos trabalhadores/agricultores (na mais plena dicotomia entre trabalho e educação, entre instituição educacional e matriz produtiva no/do entorno) visando ao imediatismo da produção, sobretudo de “culturas” agrícolas – em pequena escala – que se inserem pela circulação, na lógica das *commodities*; e a segunda diz respeito à intensificação da utilização das tecnologias especializadas, portanto, treinamento técnico-instrumental – para a utilização de receituários e insumos agrícolas gerais –, que determinam o afastamento, por parte do agricultor, da preocupação com a qualidade do produto, mesmo quando o caso é a produção de alimentos⁶⁵⁵. Assim, o imperativo categórico ético leva o trabalhador camponês a agir apenas a partir dos interesses do capital, mesmo que “aparentemente” dê a impressão de que age a partir de seus interesses, focado apenas no “particular”, sem fazer a correlação com o universal – obviamente determinado pelo modo de produção –, e não considerar os processos de socialização do trabalho e da totalidade social⁶⁵⁶.

A maior institucionalização da ciência nos grandes centros urbanos leva ao progressivo “esvaziamento” da capacidade das comunidades agrícolas de elaborarem o conhecimento necessário à produção de sua vida. O grande laboratório da vida humana, onde o camponês elaborava seu conhecimento da natureza, é substituído pelo laboratório especializado, este cada vez mais articulado com o capital. É importante

655. O conhecimento, a pesquisa, a ciência, assim como as instituições educacionais, pesquisadores, veiculadores e consumidores desses conhecimentos, como elementos integrantes ao modo de produção, que fornecem as “condições” de produção e industrialização do alimento, sentem-se realizados ao alcançarem, mesmo que de forma cega, o ideal do produto pronto para ser consumido. Porém, nada explicitam das consequências que o alimento pode causar ao ser consumido, pois o que importa é que ele passou a ser uma mercadoria.

656. Ao tratarmos desses elementos presentes nas duas dimensões estruturantes, queremos destacar que esses fenômenos têm hegemonia na maioria das relações, formas, níveis e instituições educacionais e de formação humana (incluindo projetos políticos pedagógicos de cursos, bem como a “organização curricular”). É contra esses aspectos que, no terreno da contradição, emergem a educação do Campo, a agroecologia, a soberania alimentar e, por consequência, a luta e organização social e coletiva como matriz pedagógica e formativa.

sinalizar o que acarreta para o tipo de conhecimento produzido: para que um fenômeno entre no laboratório científico, é preciso que ele seja recortado de seu habitat natural, isolado, perdendo assim sua relação com o “todo natural”. (ROLO, 2015, p. 167)

A construção do conhecimento (científico), a qual, portanto, incide na efetivação de uma formação humana e de processos educativos de maneira desintegrada, fragmentada, correspondente às mediações de segunda ordem, apenas consegue propor resoluções para um amontoado de problemas desconexos e particularistas. Do mesmo modo, serve para a proposição de políticas e programas de formação aparentemente inclusivos, porém, subordinados aos interesses que são mediados pelas relações de produção hegemônicas⁶⁵⁷.

As dimensões estruturantes que compõem a conformação dessa natureza de formação humana trazem inúmeros prejuízos e ficam distantes ou pouco têm de germe de uma educação politécnica/tecnológica, de omnilateralidade. Dois aspectos fundamentais ficam explícitos nesse processo: o primeiro é que se afasta de qualquer possibilidade de compreender a função e a dimensão da totalidade concreta e social na formação, tanto de estudantes – vinculados a processos educativos escolares –, quanto dos trabalhadores, seja do Campo ou da cidade; e o segundo constitui-se na construção de conhecimentos e resoluções técnico-científicos (nos diferentes níveis) que não dão conta de resolver problemas que atacam as dimensões sociais e ambientais, por estarem, pelos seus princípios, para outros objetivos direcionados⁶⁵⁸.

657. Materializa esse entendimento o conjunto de políticas e programas (de educação e qualificação profissional) – insuficientes, limitados, embora necessários – exarados no Brasil e em outras partes do mundo, que visa corresponder aos processos de inclusão e inserção do campesinato na lógica do modo de produção.

658. Esse segundo aspecto é muito visível quando se trata da alimentação. Como vimos ao longo da análise, há uma esterilidade das soluções científicas em diversos pontos, desde o processo de quimização da produção de alimentos (efetivado pelo camponês, aplicando o agrotóxico, forçando o processo de maturação do gênero alimentício, para poder colher antes) até sua industrialização – portanto, no interior da indústria –, que, na maioria dos casos, se distancia das condições da qualidade biológica e nutricional dos alimentos, e se aproxima da condição de o alimento ser “tudo” – uma contradição em si –, corpo sintético, marca, embalagem, *marketing*, doença, fome, “dejetos com valor econômico agregado” etc., menos saudável e capaz nutrir adequadamente a fisiologia humana. É nesse sentido que, sob a correspondência dos interesses do sistema agroalimentar, a noção de segurança tem relação direta e

Esse processo de formação humana, fragmentado e imediatista, impede que as pessoas tenham condições de realizar objetivamente, na materialidade em que atuam, a interlocução entre o particular e o universal. O foco, partindo desses pressupostos, é a supervalorização do particular – no caso dos processos educativos no Campo, o território, a comunidade, o assentamento etc., como se bastassem em si mesmos – em detrimento do universal. Chama-se atenção para esse aspecto, sobretudo, para não se incorrer no risco de colocar a agroecologia, a soberania alimentar, a educação do Campo, entre outras questões, também sobre esse prisma, esquecendo das condições objetivas universais, da totalidade concreta, que incidiram no aparecimento dessas questões e propostas, totalmente imbricadas.

A exemplo disso, embora tratando dos objetivos de componentes curriculares – portanto, no terreno da especificidade –, mas pertinente para a análise que estamos fazendo, Martins destaca:

*A falta de compreensão do modo como a totalidade social, ditada pela contradição capital/trabalho, determina as singularidades sociais leva à pulverização dos objetivos curriculares, já que não se tem claro quais são as leis básicas do desenvolvimento da sociedade humana e, por consequência, as formas de eliminar a sociedade classista. Assim que o problema de água enfrentado por uma comunidade parece nada ter a ver com o mesmo problema enfrentado pela comunidade vizinha, ou que a fome que afeta a população de um país capitalista periférica não guarda relação alguma com o preço das ações das bolsas de Tóquio ou Londres. (MARTINS *et al.*, 2015, p. 93, destaques nossos)*

Isso demonstra que, através dessa perspectiva de formação humana, o que se consegue é exatamente negar aos sujeitos em formação as condições para se ter a visão unitária do mundo, da totalidade concreta⁶⁵⁹.

de dependência com o “químico”, e, em contrapartida, o biológico e a vida são tomados como riscos. Por essas razões e sentidos que é tolerada a presença de agrotóxicos e conservantes nos alimentos, e não modula a preocupação principal da vigilância sanitária e de saúde, por exemplo. No entanto, são grandes as preocupações com os riscos de elementos biológicos na produção de alimentos pelos pequenos agricultores.

659. Por isso a necessidade de uma educação integrada e numa perspectiva relacional dos conteúdos materiais de reprodução social. De acordo com Ramos, “A proposta de integração

Todavia, cotejando com as análises e reflexões anteriores, também deve ser preocupação de primeira grandeza aos socialistas o conteúdo implícito no entendimento de Gramsci de que “[...] também a doutrina do materialismo histórico tem seus problemas concretos nos planos educativo e espiritual. Porque os intelectuais do socialismo têm deveres imediatos, quando traduzem na prática a meditação filosófica”. (GRAMSCI, 2004b, p. 223) Cabe, portanto, aos trabalhadores e intelectuais afirmar, renovar, a teoria através de sua prática; ou seja, que não ocorra pelas suas ações práticas a refutação à teoria que possui vigor material e conteúdo histórico. De acordo com Sevilla-Guzmán:

A Agroecologia utiliza um enfoque integral no qual as variáveis sociais ocupam um papel muito relevante, uma vez que apesar de partir da dimensão técnica (artificialização ecocompatível da natureza para obter alimentos) e seu primeiro nível de análise seja a propriedade rural; a partir dela, se pretende entender as múltiplas formas de dependência que o funcionamento atual da política, da economia e da sociedade gera sobre os agricultores. Mas além disto, a Agroecologia considera como central a matriz comunitária em que o agricultor está inserido; ou seja, a matriz sociocultural que dota de uma práxis intelectual e política a sua identidade local e a sua rede de relações sociais. A Agroecologia pretende então, que os processos de transição nas propriedades da agricultura convencional para agricultura ecológica, se desenvolvam nesse contexto sociocultural e político e que suponha propostas coletivas que transformem as formas de dependência anteriormente assinaladas. (SEVILLA-GUZMÁN, 2006c, p. 14 *apud* PEREZ-CASSARINO, 2012, p. 159)

Logo, considerando a agroecologia e a soberania alimentar como expressões-síntese dessa relação entre o particular e o universal, são, portanto, pontos de partida e bases para a ação na práxis dos trabalhadores,

[...] ao definir de forma mais clara as finalidades da formação: possibilita às pessoas compreenderem a realidade para além de sua aparência fenomênica. Sob essa perspectiva, *os conteúdos de ensino não têm fins em si mesmos nem se limitam a insumos para o desenvolvimento de competências. Os conteúdos de ensino são conceitos e teorias que constituem sínteses da apropriação histórica da realidade material e social do homem*”. (RAMOS, 2005, p. 114, destaques nossos)

que definirá a identidade e as condições objetivas de uma formação humana interessada, e que pode confirmar a força material da teoria advogada e da perspectiva de transformação; assim, a problemática da educação e formação humana remete à problemática na qual estão fundadas. Portanto, os elementos e valores inscritos e advogados pela agroecologia e pela soberania alimentar, ao serem inseridos nos processos educativos, podem conduzir ou dar as condições para que os seres humanos reajam positivamente tanto a novas alternativas de vida, desse modo socialmente conscientes e intencionados, quanto aos determinantes sociais alienados e estranhos aos interesses da classe trabalhadora.

Na politécnica, as respostas para os problemas sociais não são dadas no nível da engenharia ou do gerenciamento dos processos, mas no nível do político – o elemento científico é somente um dos momentos deste processo. Somente situando-se como agente político pode a classe trabalhadora enfrentar diretamente as questões científicas relacionadas à sua emancipação. (MARTINS *et al.*, 2015, p. 95)

Mesmo correspondendo, primeiramente, ao imperativo da reprodução, as forças materiais e sociais inicialmente colocadas em movimento na busca da realização da agroecologia e da soberania alimentar são, no momento histórico, mais de cunho ontológico-formal (pelos elementos que constituem o projeto de ideação, ou a projeção intencional). Contudo, dado que também são materializados processos educativos concomitantes (formais e não formais), de conteúdo-científico e de organização social, são igualmente de cunho ontológico-objetivo. Esse processo demarca a constituição de uma formação humana capaz de ir dialeticamente compondo os fundamentos, princípios e prerrogativas da inserção prática transformadora dos trabalhadores.

A doutrina do materialismo histórico é a organização crítica do saber sobre as necessidades históricas que dão substância ao processo de desenvolvimento da sociedade humana; não é a afirmação de uma lei natural, que se realizaria “absolutamente”, para além do espírito humano. É autoconsciência que estimula a ação, não ciência natural que esgota seus objetivos na apreensão do verdadeiro. Embora a

“necessidade” histórica transcenda o arbítrio do indivíduo entendido como pura razão, como célula empírica da sociedade, ela é imanente a todo indivíduo, é momento concreto do espírito universal que realiza a lei essencial de seu desenvolvimento: portanto, ela é “práxis”, superação contínua, contínua adequação do indivíduo empírico à universalidade espiritual. (GRAMSCI, 2004b, p. 223)

Além do anúncio e da luta pela implementação da agroecologia e da soberania alimentar, está o grande número de práticas espalhadas pelo mundo que demarcam a intencionalidade clara dos trabalhadores mais diretamente vinculados com a luta social e com a produção de alimentos de qualidade. O que está subjacente a esse processo é a realização do “cunho ontológico-objetivo”, que indica para uma dinâmica indutiva de integração de conhecimentos e de comunidades humanas singulares – diferentes povos do Campo e da cidade –, que apresentam de maneira objetiva outras bases, que incidem na exigência de outros conhecimentos, de outras relações de trabalho e humanas, bem como aplicam conhecimentos e valores que contrapõem o economicismo e o tecnicismo. Vemos aqui o germe de condições diferenciadas, nas quais o trabalho, como princípio educativo no fazer da agricultura agroecológica, sustentável e de produção de alimentos, constitui-se em potencialidade de se tornar cada vez mais social e na direção da superação das mediações de segunda ordem.

“Pessoas” e “natureza” são entidades diferentes. No entanto, são combinadas na prática da agricultura, que envolve a construção do devido equilíbrio que precisa atingir diversos objetivos. Ele deve fornecer uma produção suficiente (que permita “viver da terra”). Mas também precisa reproduzir a natureza, preferencialmente enriquecendo-a, aprimorando-a e diversificando-a. Usar e transformar a natureza também implica pessoas capazes de lidar com a diversidade, incerteza e caprichos. (PLOEG, 2016, p. 60)

Por essa razão, a correlação (interseccionada) entre soberania alimentar, agroecologia e formação humana (politécnica/tecnológica e omnilateral), quando expressão em desenvolvimento, avanço quantificativo

da ação dos homens, constitui em matriz fundamental para o sentido do trabalho e da educação⁶⁶⁰. Assim:

[...] o ensino da ciência na perspectiva politécnica de formação é um momento eminentemente político de esclarecimento da classe trabalhadora. Ancorado em um grau de consciência capaz de incidir sobre a *universalidade do conjunto das relações sociais*, a educação científica tem por finalidade fazer com que a classe trabalhadora ultrapasse a consciência imediata, refém de preconceitos e distorções ideológicas, e assuma uma consciência unitária e ativa da vida. (MARTINS *et al.*, 2015, p. 95)

A busca de corresponder materialmente aos princípios e diretrizes da soberania alimentar e da agroecologia tem demonstrado que o caminho percorrido – nessa curta história – traz consigo os germes de aspectos e práxis fundamentais: 1) os que procuram realizar uma mudança prática na forma de transformar a natureza, portanto, incidindo na natureza dos objetos daí oriundos, incluindo o alimento, bem como ter como aliadas as forças da natureza, deixando claro o salto de qualidade dessas ações para fins humanos; e 2) os que se propõem a exercer influência sobre o conhecimento e consciência de outras pessoas. O objetivo é que possam contribuir, e efetivamente passem a executar os interesses e objetivos ideados, nos diferentes “lugares”, nos “territórios” de produção agroecológicos, nas relações sociais cultivadas pela luta social⁶⁶¹ etc., que vão aos poucos sendo desenvolvidos pelos camponeses.

660. De acordo com Ploeg, “O processo de trabalho é, portanto, organizado de maneira artesanal com o trabalho manual e mental sendo intimamente imbricado. Nesse sentido, a existência de centros externos de comando está fadada a consequências prejudiciais (Sennett, 2008). A agricultura precisa estar sintonizada com as especificidades de tempo e espaço. Em *Agronomia social*, Chayanov (1924, p. 12) escreveu, ‘é impossível trabalhar com projetos’. Tudo isso favorece decisivamente a unidade camponesa como modelo organizacional: é a instituição mais apropriada para gerenciar a coprodução. Coprodução exclui padronização, quantificação completa e planejamento apertado. Portanto, requer a unidade camponesa, já que esta associa o desenvolvimento bem equilibrado da coprodução às aspirações emancipatórias do campesinato”. (PLOEG, 2016, p. 60)

661. No caso da soberania alimentar, um exemplo que serve para ilustrar é a relação dialética entre produção-consumo de alimentos. Cada um dos polos – com suas diversas mediações – exerce influência sobre o outro. No entanto, o sentido e a dimensão dessa interação dialética dar-se-ão pela formação humana correspondente.

Defendemos com esse entendimento que a formação humana através da educação politécnica/tecnológica e omnilateral é expressão, consequência e apreensão de conteúdo desse processo. Quanto mais se desenvolvem as experiências práticas e os debates acerca dessas duas matrizes estruturantes – soberania alimentar e agroecologia –, mais autônoma passa a ser a práxis transformadora a partir desses princípios, bem como consegue se desenvolver como “complexo” próprio de processos de trabalho, mesmo inserida – em boa medida – na atual divisão social do trabalho, devido à divisão de classes. Porém, são elementos que contribuem com força material para a contraposição aos interesses do capital.

Desse modo, sendo a soberania alimentar e a agroecologia “rebentos” do processo histórico, que ganham “razão material”, densidade política e urgência histórica a cada novo avanço das relações do capital – como já muito bem demonstrado na gênese histórica dos conceitos –, vemos que, a cada pequeno avanço desenvolvido pelos trabalhadores, movimentos e organizações sociais nessa contraposição vão se descobrindo e realizando coisas novas. Novas necessidades aparecem, demandando novos posicionamentos científicos, éticos e políticos. Nesse sentido, o processo de trabalho e formação humana imbricado com os princípios advogados pela soberania alimentar e agroecologia impõe, no plano social, não só uma “constante crescente” que contribui para a disseminação desses valores, mas também o necessário aperfeiçoamento prático-material para a realização dos objetivos inerentes a essas matrizes estruturantes.

A formação (processo unitário de interação entre formação e organização), ou seja, interação teoria e prática, ação e reflexão em processo onde o técnico e o político são inseparáveis, tem sido um dos instrumentos fundamentais na construção dos acúmulos abordados na construção da agroecologia popular. Formação e organização política são partes de uma mesma lógica, a da luta popular, cujos sujeitos históricos são os trabalhadores. (ARL, 2008, p. 165-166)

Em relação ao trabalho necessário e com o sentido advogado tanto pela soberania alimentar quanto pela agroecologia, necessita de aperfeiçoamento e, concomitantemente, de sua disseminação, através das

práticas resultantes – na produção de alimentos, de manejos agroecológicos, na constituição dos agroecossistemas –, para o aprimoramento tecnológico, sem perder o horizonte dos fins humanos e sociais. Esse processo de reprodução do trabalho para essas condições e objetivos confere, certamente, um sentido ontológico aos seres sociais envolvidos, diferente do obtido na inserção dos processos hegemônicos. Como destaca Arl,

É necessário, porém construir uma nova consciência, [...] onde o humano se coloca como parte alicerçada na bioética. Trata-se de uma visão sistêmica capaz de conectar o local com o global, o imediato com o futuro, o concreto com o político. (ARL, 2008, p. 165, destaques nossos)

Estes elementos trazidos por Arl demarcam, de maneira pertinente, as grandes questões que devem compor a base da formação humana, da soberania alimentar e da agroecologia, bem como devem impulsionar os processos de transição dentro da transição principal.

As experiências implementadas de agroecologia e os conhecimentos desse processo apreendidos comprovam que é possível fazer agricultura sustentável. Esse aspecto referenda o entendimento filosófico de que a prática expressa e “baliza” – na temporalidade – o alcance transformador das elaborações teóricas já desenvolvidas acerca do problema. Como já demonstrado, além de redimensionar o sentido da relação homem-natureza, avançar na compreensão da “lógica” da reprodução natural e, a partir disso, intervir no sentido de combinar os processos de reprodução natural com a agricultura interpõem a demanda da criação de novas e diversas ferramentas e tecnologias que contribuam para a efetivação desse processo.

Na agroecologia, por exemplo, não é possível desvincular prática produtiva de ciência. Ou seja, ela se apresenta como ciência e como prática (ou ciência prática), tendo como referência o saber acumulado do camponato. Essa integração é que possibilita o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis. Com isso, a agroecologia e/ou a produção agroecológica não se encaixam nos “moldes” do conhecimento científico tradicional (ou convencional), mas fundamentalmente se constituem através da prática. Portanto, estarão incompletas enquanto houver

dicotomias, por exemplo, entre concepção e execução de processos produtivos e educativos. Essa mediação é que aplica o conhecimento científico nesse processo envolvido, que pode ser sistematizado, mas saturado na prática aplicada à conformação do agroecossistema.

Vemos que, a partir das relações objetivas que desse processo advirem, se inscrevem também os processos de formação humana constituídos e constituintes de novos conhecimentos, técnicas e tecnologias que também “balizarão” e comporão a identidade e a constituição do “novo” ser social⁶⁶². A tarefa fundamental das elaborações acerca da agroecologia e da soberania alimentar, em alguns aspectos bastante evidente, deve representar o que destacou Gramsci, que:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas originais; significa também, e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las por assim dizer, transformá-las, portanto em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de pessoas seja levada a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e original do que a descoberta, por parte de um “gênio”, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI *apud* ARL, 2008, p. 163)

662. Ao meu entendimento – sobretudo a partir da literatura acessada acerca da agroecologia –, um elemento central, que ainda carece de desenvolvimento e, portanto, de clareza teórica, é a questão da “tecnologia” ideal para essa nova proposta de fazer agricultura e como ocorreria esse processo de mediação. Sabemos, como nos demonstrou Marx, que a ciência e a técnica aplicadas no modo de produção capitalista têm como função manter a subjugação do trabalho e do trabalhador pelo capital, ou seja, são um meio de controle e exploração do trabalho. Em relação à agroecologia, essa preocupação ganha relevo, sobretudo, quando se pensa a produção para a grande demanda além da necessidade – de produção, distribuição, armazenamento e consumo – dos próprios produtores camponeses, bem como a dinâmica do tempo natural e a alternativa ideada e defendida pela agroecologia da não violência contra a natureza. Esses elementos aparecem nas dimensões “agronômica e científica”, fundamentalmente, e na dimensão cultural da agroecologia, porém, carecem de acúmulo de experiências práticas que demonstrem a efetividade frente às grandes demandas. As discussões acerca da agroecologia parecem apontar para o aumento do trabalho vivo e a diminuição do trabalho morto. Nesse sentido, inscreve-se como necessidade buscar compreender e demonstrar como se desenvolverão as técnicas e tecnologias que servirão para libertar o homem e a natureza da violência explícita que vêm sofrendo através da tecnologia como fator resultante das relações sociais e de classe sob a égide do capital.

Como vimos, os processos educativos que consolidam a formação humana (tecnicista, unidimensional ou politécnica/tecnológica e omnilateral) são de naturezas distintas e com objetivos também distintos. Portanto, a diferença entre conhecimentos construídos é substancial, entre as formas de intervenção na natureza e produção agrícola, quando entendido o trabalho como princípio educativo. Na perspectiva convencional, a prerrogativa fundamental é dada pela privatização do conhecimento, com sua expressão e sua eficiência já consolidadas nos pacotes tecnológicos como fatores materiais. Nesse caso, o conhecimento principal para o trabalhador está mais na administração e aplicação do conhecimento sistematizado e tácito. Na perspectiva da politécnica – na potencialidade agroecológica –, as prerrogativas fundamentais são análises multidimensionais, integradas, e a socialização do conhecimento. O trabalhador precisa conhecer a dinâmica de reprodução e interação entre os seres vivos, para poder, a partir desse conhecimento, organizar e induzir, através dos manejos nos agroecossistemas, o equilíbrio natural e aumentar a potencialidade produtiva.

4.8 A RELAÇÃO ENTRE SOBERANIA ALIMENTAR, AGROECOLOGIA, AGRICULTURA CAMPONESA E EDUCAÇÃO POLITÉCNICA/TECNOLÓGICA

Para corresponder à discussão desses pontos, é importante deixar claro que o processo de investigação demonstrou que: 1) a partir das discussões e pautas dos movimentos sociais do Campo, a agroecologia ganha centralidade nos processos de produção de alimentos quando o objetivo é a qualidade e o contraponto ao sistema agroalimentar hegemônico; 2) a implementação da agricultura camponesa deve pautar-se nos princípios (científico-técnicos, econômicos e culturais) da agroecologia; 3) insere-se no conjunto das questões relevantes para esse processo a educação politécnica/tecnológica; e 4) as discussões e pautas acerca da soberania alimentar, elaboradas pelos movimentos, organizações sociais – fundamentalmente do Campo, mas não só –, instituições de ensino e pesquisa etc., colocam a agroecologia desenvolvida através da agricultura camponesa como estratégica e mediação prática nos processos de transição e

ocupação de terra/território, não só como meio de produção, mas como lugar de reprodução da vida. Soma-se a isso a necessidade de uma formação humana que envolva e desenvolva todas as dimensões materiais e de perspectiva que compõem as grandes dimensões da soberania alimentar. Como destaca Caldart:

[...] há elementos da concepção de politecnia, em seus fundamentos e em algumas práticas originárias, que podem nos ajudar a compreender e pensar sobre nossas práticas educativas, talvez até superar alguns de seus dilemas atuais, em vista dos *desafios de resistência projetiva da agricultura camponesa*, compreendida no bojo do projeto de *Reforma Agrária Popular*. Mas para isso *é preciso que sejamos capazes de atualizar, com o mesmo método e rigor, a leitura das contradições do modo de produção capitalista, que permitiu a formulação sobre educação politécnica* no século XIX (Marx) e sua elaboração prática no século XX, especialmente no contexto da revolução russa. Em nosso caso, precisamos incluir, para a atualidade, a especificidade das contradições sobre o modo de fazer agricultura. (CALDART, 2015a, p. 23, destaques nossos)

Considerando esses aspectos, num primeiro momento, esses elementos básicos serão tomados no terreno da particularidade (no caso do Campo, inseridos nas contradições inerentes à questão agrária na atualidade) e veiculados mais diretamente – dentro dessa particularidade – aos aspectos objetivos e às condições “territoriais” – base material – da produção dos alimentos. Mas, somadas a essas questões, além de ponto de partida e atuação do campesinato, estão – como vimos – as grandes dimensões que compõem a perspectiva da soberania alimentar.

A perspectiva assumida encontra-se no próprio método desenvolvido por Marx: *apreender/cultivar os germes de futuro* (futuro a ser construído pelo caminho do socialismo) *pela análise dos fatos materiais existentes e as contradições impulsionadoras do movimento ou processo real*. E estamos nos referindo aos “fatos materiais” da produção, da luta social e das próprias práticas educativas em que estamos envolvidos. (CALDART, 2015a, p. 23, destaques nossos)

Destacam-se esses elementos tendo em vista que se busca compreender o “lugar” da formação humana na totalidade do processo. Desse modo, do ponto de vista de análise e exposição, devemos trabalhar a partir de dois aspectos, ao meu julgamento fundamentais, imbricados e interseccionados (na base material e no processo analítico), mas que exigem um tratamento separado, visando com essa intencionalidade: 1) trabalhar a dimensão da formação humana e o seu lugar para a classe trabalhadora do Campo; e 2) trabalhar a dimensão da formação humana (necessária) no sentido mais amplo a partir das demandas – extraídas, apreendidas – que compõem a totalidade concreta e explicativa da soberania alimentar.

4.8.1 Formação humana emancipadora e politecnia a partir das discussões da agroecologia

Desenvolvidos pelos movimentos sociais do Campo, fundamentalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o debate e a construção de uma perspectiva de educação que busca expressar e materializar as matrizes formadoras/formativas e de conteúdo que compõem a totalidade dos processos (prático-materiais, identificados e apreendidos pelo movimento do pensamento nos processos de lutas e de produção, no seio do campesinato brasileiro), na busca de construção de um novo projeto de desenvolvimento do Campo, da luta por reforma agrária (popular) e políticas públicas, objetivaram um acúmulo significativo de produções e análises, propostas e implementação de diversas experiências produtivas e educacionais no Brasil⁶⁶³. O que se busca, a partir disso, são as possibilidades e potencialidades constituídas na relação entre a ação praxica do campesinato (na agricultura camponesa tradicional e agroecológica) e a educação (em processos educativos e de formação humana) de perspectiva politécnica/tecnológica, com vista ao

663. Como já mencionado acerca dessas questões em diversos momentos desta análise. Portanto, não entraremos em detalhes, devido à intencionalidade deste capítulo, mas destacamos, por exemplo: as discussões e elaborações no livro *Pedagogia do Movimento Sem Terra*; as diversas experiências com os cursos de educação integrada em agroecologia (nível técnico); os cursos de licenciatura em Educação do Campo em diversas áreas do conhecimento; outras licenciaturas e cursos de bacharelado em regime de alternância; pós-graduações *latu e stricto sensu*; experiências com os “complexos de estudos” implementadas em escolas de áreas de reforma agrária; escolas itinerantes; entre outras.

enfrentamento dos desafios na formação dos camponeses, tendo no horizonte a superação do modo de produção do capital.

A situação objetiva nos impõe como prioridade *resistir* (“*lutamos para não morrer*”) e nossa estratégia *nos exige* resistir projetando e construindo o futuro. Isso vale para a *produção como vale para a educação*. As práticas educativas que protagonizamos não podem se descolar da realidade atual, dura para os trabalhadores em geral e especialmente para os trabalhadores camponeses. Mas os problemas da realidade precisam ser enfrentados pelo *confronto*, ou seja, sem que sejam naturalizados ou eternizados. *Nossa juventude precisa ser preparada para o trabalho necessário e na perspectiva de sua emancipação humana*. Isso, *é fundamental na formação da geração de trabalhadores para a luta social e para assumir o comando da produção social*. Talvez a perspectiva da *formação politécnica* seja um caminho para que se trabalhe estes desafios como síntese e não como soma linear, certamente mais pobre do que as contradições atuais possibilitam e nosso projeto histórico exige. (CALDART, 2015a, p. 23-24, destaques nossos)

Considerando esses elementos pertinentes, pelo menos cinco aspectos compõem as bases para esta análise – e para a composição de um grande programa de formação humana emancipadora –, que, em boa medida, já se encontram devidamente situados ao longo do livro e comportam esta discussão.

1) A compreensão acerca da agricultura camponesa, seus sujeitos histórico-sociais, suas relações econômico-sociais e políticas preponderantes nos marcos do capital, na busca de processos para as mediações práticas (a “resistência projetiva”), e o estatuto ontológico, filosófico e político dessa resistência projetiva, instituído pelo horizonte utópico, de projeção, que, em grande parte, insere-se – como força e fator materiais na orientação de um devir – nos processos e relações necessárias das mediações em direção à agroecologia e à soberania alimentar.

2) A compreensão e o pressuposto da centralidade do conceito de politécnica (educação politécnica/tecnológica), tanto em sua concepção seminal (perspectiva e prática socialista), quanto em sua pertinência e inserção no debate nos marcos do capitalismo e suas contradições. Situa-se

no horizonte da especificidade relacionada à formação dos camponeses e da agroecologia, que, na sua implementação, institui materialmente as matrizes formadoras/formativas e de conteúdo⁶⁶⁴.

3) A compreensão das dimensões estruturantes que compõem a agroecologia e que incidem em elementos básicos. Estes devem compor a relação entre trabalho-educação e, portanto, entre a instituição educacional e o mundo do trabalho, resguardando as especificidades entre as etapas e os ciclos de formação humana, níveis e modalidades de processos formativos.

4) A compreensão de que é necessário avançar substancialmente na elaboração de projetos e planos (político-científicos) pedagógicos que busquem potencializar a materialização de práxis que vão redimensionando os desafios de formação humana para o trabalho no Campo. Nesse aspecto, ganha centralidade a necessidade de uma formação sob a perspectiva da educação politécnica/tecnológica considerando os elementos substanciais advogados pela definição da agricultura camponesa sustentável, da agroecologia e da soberania alimentar.

5) A compreensão da necessidade de desenvolver os objetivos inscritos (que incidem em elementos básicos de formação humana) tanto na agroecologia quanto na soberania alimentar, num processo de tensionamento e de relação entre esses princípios e prerrogativas e as atuais políticas educacionais e de formação humana determinadas pela forma de produção capitalista. Nesse aspecto, a partir dessa relação, inscreve-se necessário buscar construir as condições objetivas para que se possa garantir, no território de atuação dos camponeses (áreas de reforma agrária

664. No Brasil, por exemplo, destacamos as experiências e as elaborações teóricas acerca de práticas de educação implementadas em áreas de reforma agrária, as quais buscam corresponder às elaborações e práticas construídas historicamente no processo de luta pela terra e de outros direitos (fundamentalmente pelo MST, mas também pelos diversos movimentos sociais do Campo). Buscam-se enfrentar os desafios de formação das diferentes gerações (dos camponeses) e a perspectiva da educação politécnica. Elaboração pertinente tem sido desenvolvida por Caldart e outros teóricos (ver: CALDART, 2015b, 115-138) sobre as matrizes formadoras (sentido mais universal/da totalidade) e matrizes pedagógicas (sentido mais específico/da particularidade). Correspondente ao Campo, a concepção de educação e de formação humana assenta-se nas matrizes formadoras como o trabalho, a luta social, a organização coletiva, a cultura e a história. As ações materiais a partir desses elementos buscam evidenciar como essas matrizes formadoras do ser humano transformam-se ou podem se transformar (a partir das disputas) em matrizes pedagógicas para a implementação de processos formativos e organizacionais das instituições educadoras e em outros espaços.

e/ou outras comunidades dos povos do Campo), o trabalho como princípio educativo.

Do ponto de vista da formação humana emancipadora e a partir da compreensão de que a politecnia é a condição para acabar com a dicotomia instituída entre a educação – estabelecida nas instituições educacionais – e o trabalho realizado pela classe trabalhadora⁶⁶⁵, a agroecologia é a expressão e indução para a modificação necessária do arcabouço das matrizes formadoras/formativas, dos currículos e dos conteúdos, e, em boa medida, da “forma” institucional educativa (em seus tempos e espaços educativos), sobretudo, o lócus de produção do conhecimento⁶⁶⁶. Como destaca Petersen:

A iniciante, mas já significativa experiência da internalização do enfoque agroecológico em nossas organizações oficiais de ensino, pesquisa e extensão rural tem apontado para a necessidade de profundas reformulações no *modus operandi* das mesmas para que o conceito de Agroecologia se torne efetivamente operativo. Dentre elas, duas são centrais: a) a *superação da dicotomia entre produção e disseminação de conhecimentos* que fundamenta as abordagens difusionistas que permanecem orientando os procedimentos operacionais dessas instituições; b) a *aproximação entre instituições científico-acadêmicas e os atores sociais que moldam as realidades empíricas nas quais pretende intervir*. (PETERSEN, 2012, p. 12-13, destaques nossos)

665. Sobre a construção coletiva de entendimento e experiências em educação, que vem sendo feita fundamentalmente pelo MST, Caldart destaca que “Nosso pressuposto básico é da necessária relação entre projeto educativo e projeto histórico. Assumimos o projeto histórico da classe trabalhadora: porque é a nossa classe e porque é a classe portadora de futuro: sociedade, humanidade. Isso nos compromete, onde quer que atuemos, com objetivos de formação de lutadores e construtores da ‘república do trabalho’ sociedade sem exploração, do trabalho e da natureza, sem desigualdades de classe e sem antagonismo entre cidade e campo, capacitados a entender e a enfrentar/trabalhar sobre as contradições de seu tempo”. (CALDART, 2015c, p. 179)

666. Com isso, queremos demarcar a grandiosidade da tarefa histórica para a realização da agroecologia e, a partir desta, a construção de outros novos conhecimentos interessados na classe trabalhadora. Como vimos, ao longo do livro revela-se como o capital regula economicamente, ideologicamente, juridicamente e politicamente a produção do conhecimento das/nas diversas ciências; cada vez mais desenvolve e aperfeiçoa essas formas de regulação. Nesse sentido, vale retomar a centralidade de categorias como a luta social, o controle social, o monitoramento, que são perfeitamente aplicáveis também no universo de produção e socialização do conhecimento científico, pois lhes darão outras razões e substâncias.

O avanço científico moderno, na forma hegemônica, a partir de uma concepção de natureza abstrata, recortada (construída após ser manipulada e compreendida) em lugares específicos (laboratórios científicos, com recortes específicos), sob os ditames do capital, além de impor essa visão, excluiu – foi excluindo aos poucos – os trabalhadores (no caso aqui tratado, os camponeses) das possibilidades do desenvolvimento e compreensão de conhecimentos que emergem das relações de trabalho e dos processos de reprodução da natureza. Embora as elaborações acerca da agroecologia já componham considerável arcabouço explicativo, ainda há muito o que desenvolver. Nesse sentido, esse processo exige o “retorno ao território”, à natureza, à totalidade com suas múltiplas dimensões, mas, sobretudo, a presença do “trabalhador” como sujeito histórico da produção do conhecimento⁶⁶⁷ – para as ciências da natureza e sociais –, e não apenas como força executora e aplicadora de receituários e manuais que compõem a totalidade da engrenagem de reprodução do capital⁶⁶⁸. Como destacou Howard:

O estudo dos problemas agrícolas deve ter seu início, a partir do Campo e não do laboratório. [...] Sob esse ponto de vista um agricultor observador e mesmo um simples trabalhador que tenha passado suas vidas em estreito contato com a natureza podem ser de extrema valia para o pesquisador. O ponto de vista de todos os camponeses do mundo é digno do maior respeito. Há sempre bons motivos para o uso de

667. “Requer também uma revisão radical dos papéis exercidos pelos atores mais diretamente envolvidos nessas atividades, sobretudo no sentido de atribuir protagonismo a agricultores e agricultoras nos processos de inovação”. (PETERSEN, 2012, p. 13)

668. Demarcam-se esses aspectos porque, ao meu entendimento, estamos em um momento histórico de “consolidação de processos que poderão levar ao fim” dos conhecimentos tradicionais e camponeses acerca da natureza, das espécies, do patrimônio genético que, durante séculos, foram sendo aperfeiçoados pelos povos do Campo. Esses conhecimentos que interessaram ao capital foram e estão sendo expropriados e privatizados. Tivemos, portanto, alguns séculos em que esses conhecimentos – que compõem uma noção de natureza real (em sua temporalidade e diversidade) –, além de serem subjugados, obtiveram pouco avanços de conteúdo, método e cultivo nas instituições educacionais, para corresponderem às demandas dos momentos históricos que se seguiram. Isso possibilitou, então, a prevalência dos conhecimentos que objetivam a produção interessada na razão privatista, e não na reprodução natural. Nesse sentido, o retorno ao território, ao natural, como base material e lócus de produção de conhecimento, só será possível com a combinação dos “resquícios” de conhecimentos tradicionais, combinados com o avanço científico da agroecologia, que, dadas as condições de sua realização, só será possível pela ampla socialização dos conhecimentos produzidos nesse processo.

suas técnicas. Em assuntos como as culturas mistas, eles ainda são os pioneiros. (HOWARD, 2007, p. 324, destaques nossos)

O trabalho na produção agroecológica deve, aos poucos, ser apreendido e apropriado pelas instituições educacionais e pelos processos formativos gerais. Isso pode alimentar o conteúdo formativo – a partir das contradições –, pois esse trabalho realizado, que precisa trazer produtos para a materialidade da vida, vai paulatinamente expressando os desafios encontrados que subsidiam a compreensão dos complexos fenômenos imbricados. Destacam-se, por exemplo, os fenômenos naturais, econômicos, políticos, técnicos, que trazem, em si, uma base que constitui uma relação de construção de conhecimentos, de matriz formadora e de conteúdo, e, no terreno da especificidade, de ensino-aprendizagem às diferentes gerações, vinculado ao mundo do trabalho⁶⁶⁹.

As iniciativas mais avançadas de reformas institucionais coerentes com a perspectiva agroecológica demonstram que as melhores práticas de ensino em Agroecologia são aquelas que incorporam a pesquisa e a extensão como método pedagógico. Indicam também que as abordagens mais efetivas de pesquisa agroecológica são as que mobilizam as comunidades rurais para o exercício de formulação dos problemas e para o levantamento e o teste de hipóteses para solucioná-los. O bom extensionismo, por sua vez, é aquele que fomenta dinâmicas locais de inovação técnica e sócio-organizativa voltadas à valorização dos potenciais ambientais, econômicos e socioculturais presentes nos territórios rurais. (PETERSEN, 2012, p. 13)

As relações de produção (a partir da base material em construção para a possibilidade da agroecologia) e a formação humana (educação) do trabalhador (camponês) podem, e devem, compor as condições da construção e distribuição, de maneira igualitária, do saber necessário à veiculação da concepção de mundo desses trabalhadores⁶⁷⁰. Trata-se, nesse

669. Reiteramos aqui o entendimento de Marx ao fazer a crítica a Feuerbach (ver teses cinco e seis) acerca do seu materialismo contemplativo, por não compreender que o homem, além de ser um objeto sensível, é também uma atividade sensível, ou seja, constitui-se a partir dela.

670. A educação do trabalhador a partir das relações capitalistas – para atuar no interior de uma empresa, por exemplo – pressupõe a distribuição desigual do conhecimento, do saber,

contexto, de compreender que a educação do trabalhador não deve ser apenas no desenvolvimento de suas habilidades técnicas ou da dimensão técnica da agroecologia, mas, sobretudo, uma educação que tenha no horizonte a constituição do trabalhador com a “faculdade” de observação e que lhe dê as condições para a intervenção material que leve em consideração as múltiplas dimensões que compõem a materialização de uma agricultura agroecológica e sustentável.

A Agroecologia nasceu como enfoque científico exatamente ao procurar decifrar as complexas racionalidades econômico-ecológicas camponesas que proporcionam esse conjunto interconectado de benefícios para a sociedade. A essência do método agroecológico está na valorização dessa sabedoria camponesa para que ela seja elevada a outro nível na espiral de conhecimentos por meio do encontro sinérgico com os saberes provenientes de várias disciplinas acadêmicas. A opção pela Agroecologia é, portanto, a opção pela agricultura familiar camponesa. (PETERSEN, 2012, p. 14, destaques nossos)

Considerando a perspectiva marxista, assenta-se nesse processo uma matriz formadora/formativa que tem a ver com a relação do homem com a natureza a partir da agroecologia. O humano (ser orgânico/social), para conscientemente colocar em prática a máxima de que “se faz a si mesmo” – em seu intercâmbio com a natureza –, em um estágio de desenvolvimento como o atual, encontra à sua frente um essencial problema e conteúdo filosófico, e, portanto, deve construir e colocar em

dado que isso é o que vincula, na maioria das situações, a sua concepção de mundo e a extensão da força de trabalho na totalidade dos processos. Em contrapartida, como destaca Howard, “A união entre proprietários rurais e os trabalhadores auxiliará a pesquisa a abandonar toda a noção de falsa superioridade assim como o abandono de métodos herméticos [...]”. O pesquisador do futuro, diferirá do agricultor apenas em um item, qual seja o conhecimento científico e a experiência abrangente, que as viagens ao exterior fornecem. O pesquisador do futuro, terá seu sucesso, como profissional, condicionado à melhoria real que possa trazer aos agricultores. [...] A linha mestra dos pesquisadores do futuro precisa assentar-se sobre o solo fértil. Para iniciar o trabalho, o solo deve estar em boas condições de fertilidade. As respostas das culturas e dos animais às boas condições dos solos precisam ser cuidadosamente observadas. Eles constituem nossos melhores e mais aprofundados especialistas. [...] *A eficiência da agricultura no futuro seria, dessa forma, medida pela diminuição no número de melhoristas vegetais. Quando os solos tornarem-se verdadeiramente férteis, serão necessários apenas uns poucos melhoristas*”. (HOWARD, 2007, p. 324-325, destaques nossos)

prática conhecimentos oriundos da dinâmica da origem da vida, e a sua compreensão material deve se dar através da convivência harmoniosa com o imperativo especial da natureza, que é a sua capacidade autocriadora. Ou seja, a reconstituição da biodiversidade, nas suas dinâmicas vitais, que, em tese, não depende – ou depende pouco – de um processo de gerenciamento humano, dado que as origens da vida estão na base material orgânica, rica em recursos e patrimônios naturais⁶⁷¹. A preservação da biodiversidade, tendo esta como potencialidade de produção de valores de uso e de alimentos, já exige um conhecimento mais específico de manejo, de interação, de compreensão de dinâmicas que devem ser desenvolvidas em processos de formação humana e politecnia.

O que se quer demarcar – no processo dialético humano-natureza e trabalho-educação – é a negação do reducionismo ecológico apartado da história e da intervenção histórica, o qual caracteriza um conjunto de discussões que se apresentam como expressão de matriz formadora, e que, portanto, rejeitam o caráter dialético fundamental da “coevolução” natureza-humanidade-natureza humanizada. A questão fundamental que envolve a agroecologia como mediação material para a soberania alimentar e para os processos de formação humana interessada, através de sua base politécnica/tecnológica, está em demonstrar objetivamente as condições para reatar substancialmente o fator material que compõe a linguagem dialética de interação e luta entre o humano e a natureza, no sentido de que o essencial em cada uma dessas particularidades constitui o fundamental na outra.

É assim, que a categoria “essência da natureza” ganha predicado “humana”, tornando-se “essência humana da natureza”, enquanto que a categoria “essência do homem” ganha o predicado “natural”, complementando o par dialético por meio da noção de “essência natural do homem”. (ROLO, 2015, p. 152-153)

A grande questão que a agroecologia, a agricultura sustentável e a soberania alimentar deverão responder – ou buscam responder – é:

671. Esse processo indica a necessidade do reequilíbrio na transição – no espaço e no tempo/ numa temporalidade – entre a diminuição da força brutal (pela técnica e artificialização da “vida”) imposta pelos humanos à natureza e o aumento gradativo das interações das forças orgânico-naturais no processo de reconstituição.

como, a partir das condições históricas atuais, colocar-se-á em prática o primado ontológico que embasa a concepção marxiana/marxista da “história social da natureza”, ou da sociedade humana como resultante de um processo natural, dado o contingente desequilíbrio, ou “o equilíbrio interrompido” (FOSTER, 2000)⁶⁷² pela violenta intervenção humana através da Revolução Verde? Vemos assim os determinantes que instituem os processos de trabalho e de formação humana tendo como base material e mediação prática a agroecologia, em processos de transição, e a natureza como objeto científico e, portanto, como matriz formadora e matriz de conteúdo em sua totalidade concreta. Ajuda-nos a compreender, ao considerarmos essa referência, que o objeto científico, o método, a constituição das categorias e ferramentas de análise e de intervenção na práxis, além de serem históricos, constituem-se concretos e complexos.

O ponto fundamental a se destacar a partir do exercício de intervenção material articulada às bases científicas da agroecologia, no qual incidem os processos de formação humana, está em perceber como se desdobram as relações entre o trabalho e o conhecimento – entendidas de acordo com o materialismo histórico dialético –, tendo em vista que o trabalho objetiva a forma como o trabalhador sente o mundo sensível e, portanto, constitui a sua concepção social acerca dele. Esses elementos são aqui destacados considerando que essa concepção de relação determina substancialmente o objeto do conhecimento científico. Assim, a natureza – humanamente constituída pela agroecologia – tem que ser apreendida como objeto científico, para que a relação entre trabalho-conhecimento, trabalho-educação, possa ser realizada. Se a natureza em sua totalidade, em sua dinâmica, não for entendida como objeto científico e laboratório científico – expressão prática da mediação social da construção de conhecimento –, temos a demonstração de que, nas relações fundamentais, ainda persiste a forte presença das mediações de segunda ordem⁶⁷³.

672. Há que compor os processos de mediação instigados pela prática agroecológica, a “contingência” e a “coevolução”.

673. Damos essa ênfase devido às defesas presentes nos capítulos anteriores, em que se entende que o ontológico precede e determina o substancial ao epistemológico e ao político. Nesse sentido, destacamos as contribuições de Leff, segundo o qual a agroecologia constitui as referências de um outro projeto de Campo e deve desenvolver as condições autônomo-objetivas

Como destaca Rolo (2015, p. 153), “[...] o objeto científico, por sua vez, como contrapartida desse processo, exerce uma relação de determinação sobre a organização do trabalho e sobre o modo como a natureza é disposta para o homem”. Essa relação entre produção e ciência e produção da ciência demonstra, a partir da condição histórica, o elo de interação metabólica ou a “ruptura” metabólica e a condição posta entre a “essência da natureza” e “essência natural do homem”. (MARX, 2007)

Muitas das questões ou problemas ontológicos e filosóficos não se tornaram ainda questões ou problemas epistemológicos que possam ser tratados como conteúdos formativos na perspectiva da contra-hegemonia e da construção da nova hegemonia. Nesse sentido, o fortalecimento da agroecologia e a aplicação de suas bases científicas para o desenvolvimento da agricultura agroecológica sustentável podem ir revelando essas questões e contribuir com processos de formação humana nessa direção.

4.8.2 Formação humana emancipadora e politécnica a partir das discussões e dimensões da soberania alimentar

Ao trabalharmos, nos capítulos e itens anteriores, os limites e potencialidades nos processos que delineiam as contradições objetivas da materialidade social, vimos que a totalidade concreta da soberania alimentar, em suas múltiplas dimensões, demanda e constitui processos de formação humana emancipadora da mesma maneira imbricada. Se, por um lado, há a eminente demonstração e o vaticínio de um futuro problemático e sombrio para a humanidade e a natureza – podendo ser até mesmo irreversível –, por outro, vaticina-se uma utopia já bem-delineada em suas condições ideais que deverão inspirar o enfrentamento ao

para isso, com vista a superar as prerrogativas do “*biobussines*” (bionegócio/agronegócio), “pretensamente sustentáveis” e que mantêm, na lógica hegemônica, as condições de expropriação do campesinato e da natureza. De acordo com Leff, diante da tentativa de uma aparente transformação na geopolítica “[...] de uma economia ecologizada que hoje em dia revaloriza o sentido conservacionista da natureza – reabsorve e redesenha a economia natural dentro das estratégias de mercantilização da natureza, reduzindo o valor da biodiversidade em suas funções como provedora de riqueza genética, de valores cênicos e ecoturísticos e de sua capacidade de absorção de carbono (*biobussines*)”, a Agroecologia se encrava no contexto de uma economia política do ambiente”. (LEFF, 2002, p. 40)

modelo e à desordem do sistema agroalimentar hegemônico e as possíveis transições prático-políticas correspondentes à realização da soberania alimentar.

Foi reiterada dezenas de vezes nesta obra a insustentabilidade econômico-política, ético-social, técnico-científica, ambiental e ecossistêmica do agronegócio como um todo, desde o seu paradigma tecnológico até sua agricultura industrial linear. Isso nos impõe a demanda objetiva da solução e a superação desse quadro. Considerando as múltiplas dimensões da soberania alimentar (tanto as de base, as sociais, como as de mediação), essas necessariamente se transformam em matrizes e fontes fundamentais para a composição de processos material-formativos e de conteúdos para a formação humana emancipadora na direção do conceito universal de ser humano (do futuro). Esses elementos nos remetem aos aspectos seminais de compreensão da cultura como expressão de um tempo e como forma de “(re)criação” das relações sociais e da sociedade como uma totalidade. A apreensão e compreensão da cultura histórica da civilização, permeada pelas suas contradições, possibilita também a vermos o conhecimento marcado pelas necessidades históricas emergentes e, portanto, pelas disputas sociais inscritas na totalidade de um determinado tempo histórico⁶⁷⁴. Com isso, queremos conferir à historicidade da soberania alimentar uma base unitária que demanda ações imperativas que integram trabalho, ciência e cultura. Ou seja, confere, neste momento histórico, o historicismo como método – de acordo com Gramsci –, indicando materialmente as possibilidades de superação do enciclopedismo que expressa a separação entre trabalho e educação.

A perspectiva da soberania alimentar traz consigo um projeto unitário, radical e multidimensional. É materialidade a ser constituída (ainda a ser apreendida) e pressupõe as ciências (da natureza e sociais aplicadas). Pressupõe o trabalho como princípio educativo e, somado com a ciência necessária e a cultura, constitui-se em unidade prático-teórica, que, portanto, permite compreender a historicidade do conhecimento imbricado nesse processo. Nesse sentido, constitui-se o contexto que indica a relação estrita entre o “universal” e o “singular” quando se trata das atividades socialmente produtivas (gerais e específicas) e da formação humana

674. É a contraposição inserida em cada processo (nos processos), pois o conhecimento é marcado pelas demandas e “ordens” hegemônicas do modo de (re)produção vigente.

correspondente⁶⁷⁵ capaz de unir organicamente – como defendeu Gramsci – o *logos*, o *ethos* e o *tecno*s. Ou ainda, como é destacado:

Esta nova realidade técnico-produtiva, como vimos, não só demanda para aquele conjunto de trabalhadores exigidos no processo produtivo bases de conhecimento científico (unitárias), cuja universalidade lhes permita resolver problemas e situações diversas, como também visa a um trabalhador capaz de consumir bens culturais mais amplos. Os princípios científicos da nova base técnica são unitários e universais. Sob este ponto de vista a distinção entre setor primário, secundário e terciário da economia não faz muito sentido. (FRIGOTTO, 2010, p. 186)

O movimento social que se estabelece na direção da soberania alimentar recoloca como central no debate também epistêmico a questão das relações de valor e, por essa razão, aponta para a direção da ressignificação dos processos de formação humana. A soberania alimentar incorpora uma política socioeconômica não localista, mas global; há, portanto, uma ontologia social e política que prevê processos de formação humana que constituem e lapidam valores contrários aos cultivados pelos processos de reprodução do capital a qualquer custo⁶⁷⁶.

675. Nesse processo e projeto (que engloba diversos lugares materiais e sociais, diversas áreas e formas de conhecimento), a formação humana (politécnica/tecnológica) é o meio pelo qual o conhecimento científico torna-se, para o trabalhador, a força material produtiva e, portanto, a ciência em seu sentido fundamental de força produtiva (nas diversas formas tecnológicas, instrumentais e ferramentais) interessada na classe trabalhadora, subentendendo a sua pertinência no processo de coevolução homem-natureza.

676. De acordo com Frigotto, “Da unidade da ciência da natureza e da ciência dos homens e da compreensão de que a ideologia é, em si mesma, parte da história, derivam três aspectos a serem considerados no projeto da pedagogia socialista na formação do homem novo. O primeiro é de que a pedagogia socialista necessita, no processo de formação humana nas diferentes práticas sociais e, em particular, na escola, afirmar a inseparabilidade do mundo da natureza do mundo dos homens. No contexto predatório das bases da vida pela degradação do meio ambiente, modificação das sementes e produção de alimentos que atentam à saúde, esse aspecto assume centralidade. Do mesmo modo, é fundamental confrontar as teses da *segurança alimentar*, defendidas pelos ideólogos do agronegócio, com a defesa da *soberania alimentar*. A primeira ainda está na lógica do mercado, dos agrotóxicos e do lucro. A segunda está na ordem do direito a uma alimentação de qualidade ligada à saúde e à vida. Como consequência, trata-se de desenvolver as bases e a prática da ciência da agroecologia como parte fundamental do projeto da pedagogia socialista. O segundo aspecto é de que a ontologia materialista não separa a materialidade e a subjetividade do ser humano como ser social. Neste sentido, uma determinada ideologia, ou concepção de mundo subjetivada pelas massas,

4.8.2.1 Soberania alimentar e a ideia do universal, da totalidade concreta e da utopia

Assim como Marx (1997, p. 71) afirmou que a ciência só pode desempenhar o seu genuíno papel na República do Trabalho, podemos analogamente dizer que a soberania alimentar também só será socialmente referenciada e materializada em sua integridade na República do Trabalho. Com isso, o que se busca destacar é que o que está no horizonte ou o que se busca para o futuro é uma outra civilização.

Também Gramsci (2004, p. 94) destaca que “Crítico a própria concepção de mundo significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído”. Tem a ver, portanto, com a materialização do momento ético-político da ação enquanto classe, frente à necessidade social que se impõe. A soberania alimentar, portanto, é uma das necessidades sociais que incitam o pensamento crítico a ultrapassar o nível fenomênico, levando-nos a compreender, de maneira mais integrada, as leis que regem a vida social imbuída do/no provimento da alimentação⁶⁷⁷.

Se a luta hegemônica se desenvolve sob uma mesma materialidade histórica, complexa, conflitante e antagônica, as alternativas em jogo no campo dos processos educativos se diferenciam tanto pelo processo quanto pelo conteúdo humano e técnico-científico. A educação ou mais amplamente a formação humana ou mesmo os processos de qualificação específicos para fazer face às tarefas econômicas, numa perspectiva socialista democrática, têm como horizonte permanente dimensões éticas e políticas inequívocas: “os socialistas estão aqui para lembrar ao mundo que em primeiro lugar devem vir as pessoas e não a produção” [Hobsbawm, 1992b, p. 268]. (FRIGOTTO, 2010, p. 184-185)

torna-se parte dessa materialidade. [...] Por fim, o *terceiro* aspecto é que a ontologia materialista por pautar-se na ciência da história, não é mecanicista nem determinista”. (FRIGOTTO, 2017, p. 215-216, destaques nossos)

677. Considerando a politecnia, esse movimento possível de transição orienta a ressignificação dos valores, dos processos educativos e do trajeto formativo que organicamente atribuem sentido à integração do conteúdo material nos processos de formação humana.

O que esta análise vem demonstrando é que está sendo constituído o trajeto teórico-prático-material da soberania alimentar. Portanto, ajuda-nos a compreender – neste momento histórico – a concepção de Hegel (2007) acerca do movimento dialético sob três momentos fundamentais: a certeza sensível, a percepção e o entendimento. O que temos, fundamentalmente, é a certeza sensível da “necessidade” da soberania alimentar, porém, como já demonstrado, com apenas germes materiais inscritos, o que incide em pouco conteúdo teórico-material afirmativo. O movimento do pensamento vem constituindo uma percepção (semântica) que expressa as condições atuais explicativas da necessidade histórica do objeto, mas tem priorizado as análises particularistas e mantido as dimensões desintegradas. O “entendimento” na percepção hegeliana, que expressa o momento em que o movimento do pensamento consegue apurar as conexões internas dos fenômenos e leis objetivas, em relação à soberania alimentar ainda depende de avanços.

Consideramos esses elementos importantes trazidos por Hegel, que ajudam no entendimento desse processo, porém se resguardando do caráter idealista de sua síntese e da “natureza” do movimento da história na qual o “concreto”, a história, se torna concreta na ideia/no ideal. A partir de sua contribuição nas bases do movimento dialético e do que distingue e aproxima a dialética hegeliana e a dialética marxista, trazemos também as contribuições de Marx (1977), que demonstra que quanto mais se desenvolve concretamente um conceito, uma categoria, na história, mais sobressalto tem em sua abstração e em sua capacidade explicativa. Com isso, chamamos a atenção acerca da percepção e do “entendimento” da soberania alimentar ao ponto em que esse movimento vai se constituindo historicamente.

Nesse sentido, o conceito de soberania persegue expressar fatores materiais que estão além da soberania política, estatal, moderna, arquitetada e articulada pelos parâmetros da racionalidade estatal uniforme aos interesses corporativos, tendo em vista que esta apresenta uma contradição em si, por não garantir a soberania das nações⁶⁷⁸ nem

678. Quem toma as decisões que incidem em processos homogeneizadores no interior dos Estados-nação quando se trata de diversos elementos relacionados diretamente aos alimentos são as grandes corporações transnacionais, como vemos nas intervenções e indicações para a harmonização do arcabouço legal sob a orientação hegemônica global referente a sementes, sanidade, agrotóxicos, transgenia etc.

soberania alimentar. Porém, considerando que há o entrelaçamento fundamental entre o fazer humano e a política (o sentido político dessa ação humana), a concepção, a perspectiva, de “soberania” que expressará em sentido completo a soberania alimentar pressupõe a “soberania popular”, dos “povos”, com as condições objetivas para definir o seu destino social em todas as suas dimensões, devendo, no processo de travessia, definir a natureza e organicidade da função do Estado como fator material⁶⁷⁹.

Essa intencionalidade – prescrita no entendimento de um horizonte de mais longo prazo – é demonstrada através da *Declaração do Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e Trabalhadoras, Povos do Campo, das Águas e das Florestas*⁶⁸⁰, ao definir claramente a soberania dos povos (e não dos Estados-nação) sobre o território, o alimento e a energia, entrelaçando-os:

A Soberania territorial, que compreende o poder e a autonomia dos povos em proteger e defender livremente os bens comuns e o espaço social e de luta que ocupam e estabelecem suas relações e modos de vida, desenvolvendo diferentes culturas e formas de produção e reprodução, que marcam e dão identidade ao território;

A Soberania Alimentar como direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação adequada a toda a população, respeitando suas culturas e a diversidade dos jeitos de produzir, comercializar e gerir estes processos;

A Soberania energética como um direito dos povos, o que demanda o controle social sobre as fontes, produção e distribuição de energia, [...]. (DENUTTPCAF, 2014, p. 230-231)

Com isso, reitera-se e demarca-se que a defesa prioritariamente da soberania alimentar como uma condição estrita da soberania do Estado-nação (sob esse modo de produção) se inscreve insuficiente e traz em si uma contradição básica, que já foi demonstrada em diversos momentos desta obra. O entendimento e a defesa que deve ser feita, portanto,

679. Rememoramos Marx (2000, p. 46): “[...] que é o Estado quem necessita de receber do povo uma educação muito severa”.

680. A citação é composta, na ordem, pelos pontos dois, três e sete da referida declaração.

subscrevem a ampliação do conceito de soberania à soberania política dos povos⁶⁸¹.

Nesse sentido, o “movimento” da soberania alimentar articula a construção (à qual também está articulado) de uma perspectiva histórica alternativa e contra a que vem se consolidando no interior estrutural e conjuntural do sistema agroalimentar corporativo. Não são concepções que estão alicerçadas em contextos e conceitos abstratos de valor como nos apresenta o mercado. São, no entanto, concepções que preanunciam uma ontologia social e política que valoriza diretamente a relação humano-natureza, mas, fundamentalmente, indica as reais possibilidades de fortalecimento das práticas que são organizadas por redes e sistemas de cooperação. Inscrita nesse processo está a indicação da superação de rupturas historicamente constituídas: 1) a “ruptura” – divisão – relacional entre o urbano e o rural (uma ruptura social); 2) a ruptura relacional entre homem-natureza (ruptura metabólica); e 3) a ruptura (orgânica) entre produtor e consumidor. Em certa medida, é o contraponto às condições explicativas do movimento do real/social como expressões da contingência “forçada” da civilização ocidental (CASTRO, 1965) através dos determinantes objetivos dos interesses privados ou corporativistas no modo de produção do capital.

Desde os meados do século XIX vem desenvolvendo-se entre nós um tipo de ensino universitário, não mais preocupado em transmitir uma imagem unitária do mundo, mas em fornecer estereótipos de suas realidades parciais, didaticamente mutiladas, no suposto interesse das ciências. O tremendo impacto do progresso científico acabou por fragmentar a cultura, por pulverizá-la em pequenos grãos de saber. Cada especialista da ciência, agarra-se com unhas e dentes ao seu grão de poeira, virando-o e revirando-o sob a poderosa lente do seu microscópio, para penetrar-lhe no microcosmo, com pasmosa indiferença e

681. Deve ser o contradito das organizações cujas deliberações afetam o mundo. Como destaca Galeano ao referir-se ao BM e ao FMI: “O banco se chama mundial, da mesma forma que o fundo monetário se chama internacional, mas estes irmãos gêmeos vivem, cobram e decidem em Washington. Quem paga manda, e a numerosa tecnocracia jamais cospe no prato em que come. Sendo, como é, o principal credor do chamado Terceiro Mundo, o Banco Mundial governa nossos escravizados países que a título de serviço da dívida, pagam os seus credores externos 250 mil dólares por minuto, e lhes impõe sua política econômica [...]”. (GALEANO, 2014, p. 327)

maciça ignorância por tudo mais que se passa em derredor. (CASTRO, 1965a, p. 56)

Na mesma direção, porém, num período que soma mais de cinco décadas da ocorrência das análises de Josué de Castro, destaca Eduardo Galeano:

A saúde do mundo está feita um caco. “Somos todos responsáveis”, clamam as vozes do alarme universal, e a generalização absolve: se somos todos responsáveis ninguém é. Como coelhos, reproduzem-se os novos tecnocratas do meio ambiente. É a maior taxa de natalidade do mundo: os *experts* geram *experts* e mais *experts* que se ocupam de envolver o tema como o papel celofane da ambiguidade. Eles fabricam a brumosa linguagem das exortações ao “sacrifício de todos” nas declarações dos governos e nos solenes acordos internacionais que ninguém cumpre. Estas cataratas de palavras – inundação que ameaça se converter em uma catástrofe ecológica [...] não se desencadeiam gratuitamente. [...] as estatísticas confessam... os dados ocultos sob o palavreado revelam que 20% da humanidade comete 80% das agressões contra a natureza, crime que os assassinos chamam de suicídio, e é a humanidade inteira que paga as consequências da degradação da terra, da intoxicação do ar, do envenenamento da água, do enlouquecimento do clima e da dilapidação dos recursos naturais não renováveis. (GALEANO, 2014, p. 325-326)

É, no entanto, a constituição das condições explicativas assentadas na parcialidade e nos fragmentos da realidade, sem conexão com a particularidade e totalidade concretas⁶⁸². É por essa razão que, no seio do sistema agroalimentar, ou, como definem autores já citados, nos regimes alimentares, ou impérios alimentares, o alimento é uma parcialidade no todo, tendo em vista que, constituído por critérios de valores sistêmicos, encerra

682. De acordo com Castro, cria-se uma civilização de especialistas tendo como dirigente “homens de rigorosa visão técnica, mas de visão cultural deficiente e de deplorável miopia política”. Além disso, como afirmou Ortega y Gasset – destacado por Castro –, esse modelo de produção científica tem sido responsável pela formação de “novos bárbaros”, que representam uma espécie de “ameaça” à vida da cultura, por serem “homens que sabem cada vez mais de cada vez menos”. (ORTEGA Y GASSET, 1940 *apud* CASTRO, 1965a, p. 56)

em si uma condição também parcial, por exemplo, ser apenas contribuidor de reprodução e revitalização da força de trabalho ou mercadoria que se realiza apenas na sua circulação. Desse modo, vemos o descompasso entre o total da produção suficiente e a existência da fome.

Nesse sentido, a forma como se garante o provimento da alimentação – produção, armazenamento, distribuição, acesso – tem apenas o objetivo de inserir essa necessidade básica de reprodução da vida como um importante insumo como outro qualquer, a exemplificar, como o agrotóxico e o adubo químico. Não é por acaso que a oferta de alimentos sob essa égide é fundamentalmente de processados e ultraprocessados – verdadeiros suplementos químicos. Considerando isso, o importante não é o que incide na totalidade da fisiologia humana, mas o que esse insumo, no conjunto das relações, representa para o acúmulo do capital, tanto como mercadoria quanto como “provedor” de força de trabalho. Além disso, tomando as necessidades para a reprodução desse modelo e condições de provimento do alimento, deixa-se de lado a preocupação com o esgotamento de recursos naturais existentes/excedentes e com danos socioambientais ao longo de futuras gerações.

Como destacado anteriormente, no plano político a soberania alimentar – a partir da perspectiva que defendo – só pode ser compreendida a partir de uma “geopolítica”, tendo como base a economia política, e não fatores econômicos (intra)sistêmicos. Não há condições de compreendê-la a partir de relações mercadológicas e comerciais. É por essa razão que entendemos a segurança alimentar como uma parcialidade explicativa e uma parte do processo de reprodução das relações do capital. Portanto, considerando a formação humana emancipadora necessária, põem-se à frente das ciências sociais aplicadas e das ciências naturais esses grandes desafios.

Esse entendimento de “universalidade”, “totalidade concreta”, de “utopia”, que se insere na perspectiva da soberania alimentar considerando as potencialidades em transição, demarca a (cor)relação entre o estrutural e o conjuntural. Destaca-se isso porque cada dimensão social e material com a qual a civilização vai se organizando ganha universalidade sob essa perspectiva. Por exemplo, a questão da saúde se amplifica e se torna mais complexa; ou seja, a conceituação de saúde passa a ser muito mais do que sistema de saúde, ou uma condição temporal biológica do ser humano. Passa a representar a totalidade dos processos imbricados

na tríade indivisível entre a “saúde social”, a “saúde fisiobiológica” e a “saúde ambiental”. Nesse sentido, se considerarmos as questões da fome, da nutrição (desnutrição e subnutrição), da obesidade, da saúde, da doença, da qualidade biológica do alimento, da educação e reeducação alimentar etc. como potenciais temas de análise e reflexão, só ganharam e ganharão sentido e conteúdo concreto sob a perspectiva da soberania alimentar, se analisadas levando em consideração a totalidade concreta com as suas múltiplas determinações, que as expõem à superfície da sociedade como relação social.

A consequência natural da especialização e da técnica é não abordar os problemas universais. Por essa razão é que em alguns momentos deste livro foi manifestada a preocupação com a tendência de análises parciais, sobre os estremecimentos de superfície, e não da particularidade como uma expressão de totalidade concreta. A soberania alimentar exige que sua radicalidade não seja depreciada. Portanto, compreender o provimento (ou as condições futuras de provimento) da alimentação sob a perspectiva da soberania alimentar é, sobretudo, encarar cada fenômeno real em sua perspectiva universal e em seus múltiplos aspectos, dimensões e correlações.

A resolução dos problemas relacionados ao provimento da alimentação no mundo – que se expressam nas dimensões econômica, social, política, ambiental, ética etc. – perpassa fundamentalmente pelas mudanças nas bases materiais que incidem na qualidade ambiental e biológica, bem como nas relações econômicas, políticas e sociais. A relação entre soberania alimentar e formação humana assenta-se justamente em constituir essa imbricada condição material entre o conceito universal de homem e a totalidade das relações que o poderão constituir; além disso, considerar como esses elementos perfazem em sentido na concretude de cada ser social.

4.8.2.2 A questão da mediação, transição e (cor)relação entre o presente histórico e o futuro

As discussões desta obra demarcaram diversos problemas e questões fundamentais com os quais as consciências críticas – ao irem se fazendo materialmente e unindo o processo de intervenção material de todas as pessoas com o seu sentido histórico e representativo de classe do futuro,

que potencialmente é o objetivo da nova civilização – poderão e deverão se ocupar no processo de fortalecimento e de implementação de uma outra civilização e, portanto, da soberania alimentar. Extrai-se, a partir da questão agrária (como categoria de conteúdo), que um outro Campo e uma outra forma de produção do Campo devem ser construídos. É nesse sentido que há a necessidade histórica, urgente, da efetivação da “revolução agrária”, tendo como parte integrante e mediação a “reforma agrária popular”. A constituição desse processo traz a imbricação e a intersecção de diversas outras questões, como o fator material da luta e a organização social da classe trabalhadora, materializando assim processos formativos, tanto no âmbito da luta e da organização social, quanto no processo material-produtivo. Nesse sentido, a motivação do processo deve levar em consideração que:

A questão se resolve assumindo que tal *mediação* é feita no interior dos movimentos sociais, e não de forma abstrata em outros espaços não conectados diretamente com as lutas sociais específicas do Campo, de onde seria importada para ser adaptada nas lutas destes movimentos sociais. São, portanto, os próprios movimentos sociais os operadores desta mediação [...]. (FREITAS, 2017, p. 243, destaques nossos)

É a demarcação objetiva (enquanto método) da transição socialista e do processo revolucionário, desde essa base material, no sentido de afirmar que existem outras formas e lógicas de produção e de desenvolvimento, que, além de começarem a contestar, buscam se soltar das amarras da forma hegemônica da (re)produção do capital e projetam o futuro da classe trabalhadora, da humanidade, da civilização, mas que, portanto, necessitam da base material, com suas condições objetivas, para se solidificarem. Com isso quer se afirmar que a luta, a organização social, o controle social (cada vez mais popular) estão inscritos como parte integrante do processo de transição e travessia, sem os quais a soberania alimentar não se materializará.

A construção da Reforma Agrária Popular só pode ser conquistada por um amplo leque de forças populares representadas pelo conjunto dos trabalhadores do Campo e da Cidade. E assume também uma perspectiva

necessariamente internacionalista porque a luta dos trabalhadores contra a ordem do capital é internacional no atual estágio de hegemonia do capital financeiro e das empresas transnacionais que atuam em todo mundo. O modelo de agricultura popular camponesa tem sido também a construção a partir das experiências dos trabalhadores de muitos países, culturas, organizações e lutas. (MST, 2014, p. 205, destaques nossos)

Nesse sentido, a projeção e a busca da “reforma agrária popular” como mediação da/para a “revolução agrária”, e desta para uma outra sociedade com soberania dos povos, requerem na prática a agroecologia substancialmente e concomitantemente aplicada nas suas diversas dimensões. Ou seja, em suas dimensões de escala, social, política, econômica, ambiental, energética, cultural, administrativa, técnico-científica, ética, que, devidamente combinadas e interseccionadas, constituem o corolário da soberania alimentar. (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017) Esse processo dialeticamente imbricado desenvolve a demanda da apreensão e do controle social das especificidades e das formas de dominação no atual momento histórico e no devir histórico, oriundas do processo diversificado de reprodução do capital.

A materialização de uma nova civilização, bem como da soberania alimentar, incorpora a demanda material de que, na dimensão político-científica, deve compor uma plataforma de conteúdo histórico, por meio da contradição estabelecida entre a apropriação privada, pelo capital, do patrimônio genético e da biodiversidade e o conhecimento desenvolvido e socializado por milênios através da atuação do campesinato e dos povos tradicionais. O horizonte da redução da biodiversidade, da erosão genética, da manipulação das sementes, do patenteamento dos conhecimentos tradicionais, milenares, populares e sociais – objetivo fundamental da agricultura industrial – deve compor os processos de discussões no interior das instituições educacionais e dos programas de formação humana⁶⁸³. Podemos expressar como exemplo a educação profissional sob essa perspectiva.

683. Por entender que a educação politécnica ou tecnológica tem seu conteúdo historicamente determinado e expressa as contradições do desenvolvimento das forças produtivas, das relações sociais e de classes. Nesse sentido, a dinâmica dos processos de formação humana a partir das bases da agricultura camponesa exige, além da dominação de processos, por exemplo, de transição agroecológica, uma perspectiva da totalidade. O sentido de uma operação técnica deve ser constituído a partir desses elementos.

A Educação Profissional do Campo [...] inclui a preparação para diferentes profissões que são necessárias ao desenvolvimento do território cuja base de desenvolvimento está na agricultura: agroindústria, gestão, educação saúde, comunicação, mas sem desconsiderar que a produção agrícola é a base de reprodução da vida e [...] isso significa tomar como objeto de estudo e de práticas a construção de uma nova matriz científico-tecnológica para o trabalho no Campo produzida desde a lógica da agricultura camponesa sustentável, situando esta matriz no contexto mais amplo de transformações das relações sociais e do sistema hegemônico de produção. [...] Do ponto de vista da *organização do trabalho pedagógico trata-se de assumir a Soberania Alimentar, a Reforma Agrária, a Agroecologia e a Cooperação como eixos articuladores e organizadores do currículo para a formação [...] dos trabalhadores da agricultura*. (CALDART, 2010, p. 236-237, destaques nossos)

Desse modo, de um lado, objetivamente estão as contradições inerentes aos aspectos de impedir a totalidade da dominação do capital sobre a propriedade dos recursos naturais e de conhecimentos desenvolvidos pelos povos; do outro, está desenvolver processos de resistência aos avanços dos conhecimentos e formas de controle destravadas pelo poder econômico por ocasião de “sistematizações” feitas pela biotecnologia, pela nanotecnologia e pela engenharia genética. São problemas fundamentais, tendo em vista que, a partir dessas contradições nas bases materiais (entre formas e modelos de fazer agricultura), fundamentam os conteúdos sociais e políticos formativos, além de darem o sentido histórico do conceito de natureza e de ciência.

Considerando as prerrogativas dessa lógica (dialética), o seu enfrentamento perpassa pela intersecção entre o debate e a disputa teórico-científica, e, sobretudo, pelo enfrentamento prático-político no sentido de resgatar conhecimentos e elementos objetivo-materiais colocados em risco através das práticas científicas que trazem as erosões genéticas ocorridas ao longo do avanço da Revolução Verde. Esses aspectos serão materializáveis pela reorientação da pesquisa e das políticas de pesquisa.

Enfim, para que a estratégia internacional e as políticas nacionais de relance da economia camponesa pobre disponham de todos os trunfos necessários, as próprias políticas de pesquisas devem ser maciçamente orientadas, ou mais exatamente reorientadas, em proveito do camponato e das regiões desfavorecidas. Para contribuir de maneira eficaz com a redução da pobreza, a pesquisa para o desenvolvimento agrícola deverá estar muito mais atenta do que no passado às necessidades e às possibilidades, mas também e, principalmente, ao saber e à experiência dos camponeses. Ela deverá tirar partido de toda a diversidade de espécies, de variedades e de raças locais de plantas e de animais domésticos que ela, até então, negligenciou, para melhorá-los em proveito da maioria. Deverá estudar os sistemas de produção complexos, combinando culturas, criações e arboricultura, que os camponeses criaram paulatinamente para renovar melhor a fertilidade e reduzir os riscos biológicos e econômicos aos quais se acham confrontados. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 546)

Concomitantemente, e somadas a isso, devem estar a valorização e a condição objetiva da prática produtiva através da agricultura agroecológica.

A Agroecologia como base para a sustentabilidade e organização social e produtiva da agricultura familiar e camponesa, em oposição ao modelo do agronegócio. A Agroecologia é um modo de produzir e se relacionar na agricultura, que preserva a biodiversidade, os ecossistemas e o patrimônio genético, que produz alimentos saudáveis, livre de transgênicos e agrotóxicos, que valoriza saberes e cultura dos povos do campo, das águas e das florestas e defende a vida. (DENUTTPCAF, 2014, p. 231)

O processo de mediação pressupõe que a ciência expresse essas contradições e se materialize, enquanto conteúdo explicativo, na relação dialética e conexão interna desses fenômenos⁶⁸⁴. Portanto, o conteúdo material

684. Destaca-se que, onde há a implementação, por parte do camponato, de formas complexas e (bio)diversificadas de agricultura, sustentáveis e de alto rendimento (territorial), além de se depender pouco, ou não se depender, de recursos não renováveis, perfazem-se, de acordo com Mazoyer e Roudart, “[...] laboratórios em que se elaboram as formas de agricultura

e científico que compreende o *corpus* da soberania alimentar permeia e entrelaça, em cada fator material ou força teórica de suas dimensões, a ideia do universal e singular, da essência e aparência, da totalidade e particularidade, da afirmação e da negação, entre outros aspectos.

Como notamos, não há uma fácil consequência ou um anseio vivo natural pelo mais radical pressuposto colocado no horizonte da soberania alimentar. Isso está para ser construído. E, se está para ser construído, poderemos chegar ou não às condições de sua realização. É perceptível, a partir desta análise, que o “novo espírito”, que conformará as novas condições materiais para a formação humana correspondente, inclui a sua realização pela coletividade, pela ciência desempenhando o seu genuíno papel, pela socialização “sem máscaras” do conhecimento historicamente e socialmente construído.

A filiação a esse novo projeto societário e às necessidades práticas advogadas pela perspectiva da soberania alimentar, depende das condições objetivas e teóricas que potencializem a reação contra as deformidades do modo de produção do capital, ao tratar o alimento, e o que incide negativamente sobre as pessoas, ao meio-ambiente e às relações sociais⁶⁸⁵. Assim, os sujeitos sociais responsáveis estão em diversos lugares e setores, desde o trabalhador camponês até o agente político, os consumidores, pesquisadores, extensionistas, entre outros, que somam esforços e se propõem a contribuir para a criação e o fortalecimento da nova realidade e de uma outra hegemonia. Desse modo, vemos que os processos de formação humana ganham sentido nos diversos níveis de relações: econômica, social, política, ambiental, cultural, perfazendo uma (cor)relação imbricada entre o estrutural, o conjuntural e o emergencial.

mais preciosas para o futuro da humanidade. Somente o estudo ecológico e econômico aprofundado, e a compreensão precisa desses sistemas agrários que são o fruto da experiência multissécular e sempre renovada do campesinato, podem permitir aos pesquisadores identificar e propor melhorias apropriadas e transferir, adaptando-os, certos conhecimentos de uma agricultura em favor de outra”. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 547)

685. O que se nota é que os sujeitos histórico-sociais inseridos nesse processo, processo manifestam, prática e teoricamente, que não se deve fazer e que não é possível qualquer tipo de aliança com os processos que reproduzem essa sociedade insustentável e injusta.

4.8.2.3 Formação humana emancipadora: movimento dialético no interior das condições estruturantes, conjunturais e emergenciais

Ao discutir os desafios do vínculo entre trabalho e educação na luta e construção da reforma agrária popular, Caldart destaca que “Estamos diante de uma empreitada intelectual de fôlego, mas que efetivamente precisa do desenvolvimento prático para que a elaboração teórica necessária possa avançar”. (CALDART 2015c) Em linhas gerais, ao considerarmos a dialética do concreto (a totalidade concreta, compondo também a ideia do monismo materialista), evidencia-se que os processos objetivos que poderão levar à materialização da soberania alimentar (portanto, dando o sentido da formação humana) serão fomentados e desenvolvidos através da relação combinada entre as questões estruturais, as questões conjunturais e as questões emergenciais.

Nesse sentido, é possível pensar em educação alimentar mediante as condições de produção, oferta e acesso descritas nos capítulos anteriores? A resposta é positiva, em especial, se essa posição estiver embebida do conteúdo material e dialeticamente imbricada nos processos que estejam levando a mudanças estruturais na direção da garantia da produção de um alimento saudável. É possível e necessário agir no emergencial e no presente histórico, desde que esse ato seja correspondente às mudanças fundamentais que garantam um devir histórico que vise integrar, desde as origens, essas condições.

Na mesma direção, podemos indagar quais parâmetros e princípios devem ser levados em consideração ao pensarmos em políticas de saúde quando o ar, a água, o alimento e o solo estão contaminados com agrotóxicos, com OGMs e outros agentes químicos. Com essa base material é possível desenvolver objetivamente educação alimentar e/ou desenvolver práticas saudáveis que visem garantir a qualidade de vida e saúde sem as mudanças substanciais?

Por que são constituintes dos processos de formação humana os valores que negam os elementos naturais/biológicos e os identificam como ameaças e riscos quando se trata da alimentação, por um lado, e, por outro, dão substancial acolhimento para os elementos químicos como fator de segurança? Esses últimos aspectos e essa tendência colocada têm hegemonia nos programas e currículos das ciências da alimentação.

E, nas ciências da saúde, atacam-se, fundamentalmente, apenas os efeitos, e não as causas (por essa razão, têm aumentado significativamente os grandes centros especializados em “tratamento” de câncer, por exemplo), além de comumente não se identificarem ou tratarem com maior rigurosidade as incidências de saúde pelos elementos químicos.

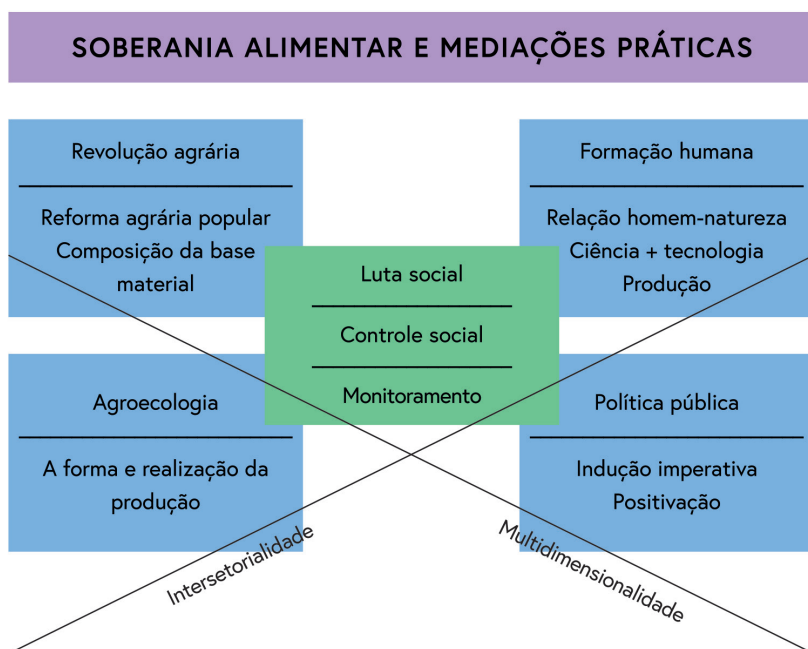
O escopo do conteúdo da soberania alimentar possui um princípio integrador de formação humana por contrariar o caráter fragmentário, parcial e imediatista sob o qual se pensa o trabalho, o alimento, a produção, a relação homem-natureza na perspectiva da ideologia do capital. Nesse sentido, institui demandas de educação politécnica/tecnológica, pela necessidade de restauração das bases reais conduzida pelas contradições internas em múltiplos contextos e através da relação dialética entre totalidade-particularidade, entre universal-singular, concreto-abstrato, que incidirá também nas condições do alimento⁶⁸⁶. No processo de sua constituição como escopo material, também vão sendo potencializadas as matrizes formativas para os processos de formação humana. São as grandes questões ontológicas, epistemológicas, políticas, éticas, estéticas que estão nas bases da perspectiva da soberania alimentar e da agricultura camponesa (agroecológica e com sustentabilidade) que devem se fazer presentes nesses processos.

A soberania alimentar, como projeto de materialização das suas dimensões (de base e sociais – da imagem “ideal/abstrata” refletida no seu conceito), será implementada, como fomos verificando, sob múltiplas determinações, mas incidentes nas “mediações práticas” da reforma agrária popular (revolução agrária), da política pública, da agroecologia e da formação humana emancipadora. Cada uma dessas mediações práticas e dimensões de transição/travessia é constituída pela contínua luta social, pelo controle social, pelo monitoramento e pela cooperação que

686. Esses elementos são bem-evidenciados, por exemplo, na conceituação de comida de verdade, no Campo e na cidade, trazida sobretudo nas discussões da V CNSAN. E, para comer a comida de verdade, é preciso saber a verdade sobre a comida. O alimento é um resultado do conjunto de relações produtivas e sociais; portanto, um princípio integrador e uma relação social. Além disso, podemos “vaticinar” que, com alimentos (mais) saudáveis e de melhor natureza biológica-nutricional, precisar-se-á de menos hospitais; com (mais) fertilidade, biodiversidade, agrobiodiversidade, diversidade genética, agroecologia, produção integrada com a formação humana, tecnologias adequadas, precisar-se-á de menos melhoristas e extensionistas “missionários” e também de menos tecnocratas do “meio ambiente” e do “desenvolvimento sustentável”; na transição, com (mais) segurança alimentar e nutricional com vida/biológica, menos segurança alimentar com agentes químicos.

materializem o imbricamento intersetorial, com a multidimensionalidade e a intersetorialidade exigidas na construção dos processos de travessia, como veremos na figura seguinte.

Figura 12 – Soberania alimentar e mediações práticas



O desenvolvimento do conceito de soberania alimentar faz-se necessário já que é um conceito de relevância histórica fundamental para a classe trabalhadora (primeiramente), mas também para o processo civilizacional assentado em outras bases e relações sociais. As formulações desses pressupostos básicos indicam a complementaridade e o desenvolvimento (relacional) imbricado do real-ideal, do objetivo-subjetivo, do trabalho-educação, do estrutural-conjuntural, entre outros pilares fundamentais, e devem ser apreendidas pela lógica e contradições objetivas internas dos seus múltiplos contextos. Como destaca Mészáros,

[...] a tarefa teórica consiste na identificação e na elucidação de todas aquelas pressuposições e pré-condições objetivas que tenham

uma relação importante com qualquer ponto particular da questão. O empreendimento crítico parte da imediatez do *fenômeno* investigado e, por meio da compreensão e da explicação das condições e pressuposições relevantes da sua composição estrutural, age como parteira das conclusões que emergem objetivamente. Essas, por sua vez, constituem as pressuposições e pré-condições necessárias de outros conjuntos de relações neste sistema dialético e inerentemente objetivo de determinações recíprocas. (MÉSZÁROS, 2002, p. 518)

As mediações práticas, portanto, não emergiram do nada, mas são premissas e pré-condições inerentes dos limites do sistema agroalimentar, elevados acima das suas condições (de si próprio), enquanto sistema e lógica hegemônica. Ou seja, esses limites extrapolam as possíveis resoluções e reformas sistêmicas. No entanto, as crises apenas anunciam, mas de modo algum produzem automaticamente a nova forma histórica. (MÉSZÁROS, 2002)

CONCLUSÃO

A presente obra poderia ser concluída em poucas linhas se tomássemos em analogia a afirmação de Karl Marx acerca do genuíno papel da ciência. Como sabemos, para o autor, a ciência só desempenhará o seu genuíno papel na República do Trabalho. De igual modo, a soberania alimentar, em sua radicalidade concebida, só se materializará e desempenhará o seu genuíno papel na República do Trabalho; é uma condição material e histórica que se almeja alcançar. Ou seja, para podermos concluir (neste marco histórico), precisamos ter esse entendimento de maneira clara e como “termo deferido”, que se carrega de sentido ao apresentar os processos de mediações prático-necessárias para a transição. Concluo este livro com uma sensação de ter cumprido uma tarefa importante de análise e reflexão, porém, com um conjunto de preocupações que pulsam e permeiam indagações. Ao meu juízo, indagações de condensação concreta do entendimento que tensiona os grandes limites objetivos e materiais de sua realização, bem como das formas como o conceito e o entendimento acerca da soberania alimentar têm sido aplicados⁶⁸⁷.

Com isso, quer se afirmar que a soberania alimentar não é apenas um teste de oposição ao sistema agroalimentar hegemônico e/ou ao regime alimentar corporativo demarcado no tempo, mas que a sua realização pressupõe, através dessa oposição, a materialização de todos os elementos imbricados em sua totalidade e dos processos transformadores, induzidos pelas energias vitais que os compõem: natural e político-social. Nesse sentido, na sua integralidade, a soberania será desse modo objetivada, ou não será⁶⁸⁸.

687. Vale destacar que, em diversos momentos do livro, já se anteciparam conclusões de maneira explícita, e outras já se apresentaram demarcadas e subtendidas nas elaborações que, aqui, apenas retomaremos de maneira rápida.

688. Insisti muito nesse aspecto ao longo desta elaboração teórica, por entender a radicalidade do conceito. Não é gratuito, porque a projeção e a constituição de seu conteúdo e projeto no marco deste tempo histórico se dão, fundamentalmente, pela necessidade da negação dos princípios, diretrizes e valores materializados nos processos do sistema agroalimentar. Como vimos, a forma como está inserida a questão do alimento e da alimentação e como isso tem

Contudo, concluímos que experiências e práticas por esse horizonte motivadas têm sido da maior relevância para a melhoria das condições objetivas nas bases materiais e políticas do provimento do alimento, bem como do debate teórico-científico acerca do tema.

A soberania alimentar ainda é uma projeção programática que, por si só, não fará um processo revolucionário na totalidade concreta, mas inscreve-se como uma das mediações dos fatores e elementos fundamentais de um processo revolucionário, de ruptura e de superação da (des)ordem do capital. Sendo ainda algo a construir – mesmo considerando os germes para esse novo, com força material (uns que estão sendo constituídos e outros que ainda não morreram pelas mãos da prática de (re) produção do capital) – é que as mediações práticas dentro da totalidade material, não como conjunto estruturado e somatório, mas no imbricamento de elementos naturais e sociais, serão também constituídas por um processo em devir. Desse modo, a soberania alimentar é uma realização (um devir) condicionada e interseccionada com outras realizações transformadoras que só se materializarão colocando em movimento essas forças transformadoras. O provimento do alimento como uma “unidade do real” demarcada pelas suas múltiplas determinações objetivo-sociais, como vimos, não é fora do tempo e apenas momentâneo (separado), indiferente à temporalidade (substancial – natural e social) do real. Ou seja, desenvolve-se no tempo, no espaço e radicalmente imbricado na historicidade que lhe dá a identidade. Isso também demarca as condições para a construção do conhecimento e do entendimento acerca do tema⁶⁸⁹.

incidido na sociedade é uma das expressões de maior desigualdade produzidas pelo modo de (re)produção do capital.

689. Assumimos a perspectiva de Marx; segundo ele, até mesmo as categorias mais gerais só têm validade para o seu tempo. Considerando a particularidade na qual, sob a perspectiva da soberania alimentar, se busca compreender a realidade, parte-se do entendimento de que, em qualquer trabalho científico, ou até mesmo num conjunto de trabalhos científicos, as suas conclusões ocorrem dentro de um embate e num determinado momento histórico (no interior do campo científico), que é caracterizado pelas condições materiais do fenômeno na relação com a atividade humana que busca compreendê-lo e na realidade intervir. Somos conscientes de que nenhum trabalho individual ou de grupo esgota as diferentes dimensões e ângulos do objeto, que, por vezes, na apreensão do movimento do real, pelas suas condições objetivas, não possibilita ao movimento do pensamento apreender elementos fundamentais de sua totalidade concreta. Contudo, essas construções teóricas demarcam os processos e as possibilidades de disputa de entendimento de determinados temas e objetos científicos em sua historicidade.

Sob esses elementos e o caminho analítico que compõe o escopo desta obra, concluo que a soberania alimentar não é um lado (numa análise dualista) nem um polo separado, independente (para uma análise binária). Assume-se, portanto, a perspectiva do imbricamento (material-teórico) tensionado, em disputa, na construção do devir projetado e da negação denunciada. Esses aspectos, ao meu ver, ajudam a evitar a priorização tanto do otimismo da vontade (nas lutas políticas e elaborações teóricas) quanto do ceticismo (uma perspectiva cética) em relação à sua possibilidade de realização material. Em termos de conclusão, vemos que a dimensão utópica da soberania alimentar é que lança luz às demais e, de maneira geral, determina o conteúdo e o sentido das demais dimensões que devem ir se constituindo e se fortalecendo no tempo.

Se olharmos com as prerrogativas do capital e com as lentes do tempo presente, sem dúvida nenhuma podemos chegar logo à conclusão de que a soberania alimentar é em si uma perspectiva cética (BERNSTEIN, 2015); de que a agroecologia não dará conta da produção em quantidade suficiente para a população mundial, já que, em relação à qualidade da produção agroecológica – se contempladas todas as suas dimensões –, não deixa muita margem para a discussão ou dúvida quando comparada com a do alimento oriundo do sistema agroalimentar hegemônico. Nesse sentido, assumimos a soberania alimentar à luz dessa dimensão utópica, e não cética, por entender que as bases teóricas, de definição, de como se entendem algumas forças materiais e aspectos estratégicos que as compõem, por vezes possuem concepções limitadas, devido aos “limites” do tempo histórico, e que a mudança do real poderá revelar as condições melhores de apreensão e aplicação prática de algumas categorias, conceitos e relações sociais.

Conclui-se também que, numa perspectiva mais teórica e de aplicação do conceito de soberania alimentar, deve-se levar em consideração a articulação entre as dimensões de base (base material: alimentar, genética, energética, hídrica e territorial; e base social: econômica, política, cultural, ambiental e social) e as dimensões práticas de transição (material, prático-política e utópica), que, em tese, são as condições práticas de realização das demais sob a perspectiva advogada. Ao meu entendimento, é essa interconexão que institui a dimensão utópica da soberania alimentar, por apontar quais são os germes do novo que lhe sustentam

materialmente – cada uma das dimensões (com força material) – e em que base se assentarão os devidos passos do seu devir histórico.

Os movimentos e organizações sociais de base popular, cientistas, intelectuais, entre outros, por compreenderem o sistema agroalimentar – bem como o regime alimentar corporativo –, buscam demarcar oposição e negar essa lógica hegemônica. Ao anunciarem a soberania alimentar, também a constituem como mediação, como uma negação da tese e constituição da antítese, e assentam na projeção ideal, nas dimensões de base e dimensões sociais, a qualidade da síntese possível. Contudo, entre o presente e o futuro, o devir histórico é de que deve ser construído materialmente o processo de mediação e travessia, perfazendo então as transições dentro da transição principal.

É partindo desse entendimento que as mediações práticas nesta obra advogadas, de reforma agrária popular e revolução agrária, das políticas públicas, da agroecologia e da formação humana emancipadora, constituídas e conduzidas por participação, monitoramento e controle social, são percebidas e constituem as dimensões materiais, prático-políticas e utópica que subscrevem a intencionalidade de contraposição à (des)ordem do sistema agroalimentar.

Vemos, no entanto, a partir dessas ideias saturadas na análise e, sobretudo, do escopo desenvolvido nesta obra, que devemos considerar alguns pilares referenciais da soberania alimentar: 1) a soberania alimentar é claramente um combate ao sistema agroalimentar correspondente aos interesses das grandes corporações e, no atual momento histórico, a contraposição à agricultura industrial e à sua destruição ecológica e social; 2) é a defesa e a construção de princípios, diretrizes e prescrições de/para um novo “sistema alimentar” ou uma “nova ordem alimentar” sustentável e socialmente justa, com a reorganização e centralidade na agricultura camponesa, no sujeito histórico-social do campesinato; 3) como já mencionado anteriormente e por diversas vezes durante a obra, é uma projeção, um novo programa para concretizar as condições objetivas de uma tarefa histórica de escala mundial de provimento de alimento com diversidade, quantidade e qualidade suficientes; 4) inscreve-se também como um conjunto de fundamentos teórico-práticos que visam à reconexão da ruptura metabólica (de constituição de um novo intercâmbio humano-natureza, bem como de um novo sociometabolismo

humano-natural), iniciando pelos processos locais que articulam provimento do alimento, natureza, comunidade etc., tendo os povos como definidores do destino desses processos.

Esses pilares referenciais evidenciados nesta obra ganham sentido e movimento na aplicação da dialética (ou na dialética do real (ou dialética da materialidade); em suma, no movimento da realidade, terão conteúdos materiais e condições (ou não) para uma síntese que materialize processos transformacionais⁶⁹⁰. Isso é um ponto nodal, tendo em vista a busca pela realização material dessa programática, pois, sob a perspectiva dialética, nos impede de considerar que a soberania alimentar como projeto de ideação já tenha “presumida”, em seu escopo, a sua incapacidade de garantir o projetado⁶⁹¹. Com isso quer demarcar-se que são as condições estruturais e a relação de forças que potencializarão o projeto e a sua realização, não realização, ou a sua impossibilidade. Ou seja, a resolutiva material para isso encontra-se no desenvolvimento e tensionamento da contradição e na evolução das leis e condições objetivas do processo.

690. Chamo atenção a esse aspecto de apreendermos o movimento contraditório dialético para buscar lançar luz a, ou quem sabe refutar, compreensões veiculadas nos debates acerca da soberania alimentar de que, em vários aspectos e condições por ela advogados, há um retorno ao passado. São várias as indicações que algumas análises trazem, por exemplo: a forma como a soberania alimentar busca inserir o camponês, as tecnologias necessárias, as condições de trabalho e as comunidades rurais no grande embate entre uma possível ecologia econômico-política e a economia política. É nesse sentido que assumimos o risco de uma análise que considera a totalidade concreta (com todas as suas contradições, apreendidas ou não pelo pensamento) e, em relação à soberania alimentar, a sua dimensão utópica como expressão de toda a sua radicalidade. Ao considerarmos as contradições, os projetos e processos em disputa, podemos concluir e afirmar que a soberania alimentar poderá (também) não ser materializada. Ou seja, é perceptível pela análise que não é uma questão de dar certo ou não. É uma questão de ser materializada ou impedida e derrotada pelos determinantes materiais, naturais, políticos, culturais, econômicos etc. Esse esforço é para demonstrar que há limites nessas críticas, tendo em vista que projetam conclusões no seu sentido ideal, mas analisam a soberania, em diversos momentos e aspectos, sob o prisma das condições servientes ao capital e pelos parâmetros analíticos pró-sistêmicos.

691. É perceptível a carência de uma maior clareza em alguns aspectos. Por exemplo, como as elaborações acerca da soberania alimentar situam e colocam o campesinato, e que campesinato, nessa tarefa. Outro exemplo dessa preocupação é trazido por Bernstein ao discorrer sobre as contribuições de McMichael nas análises dos regimes alimentares. Destaca Bernstein (2015, p. 290): “Praticamente uma ‘ecologização’ da análise do regime alimentar pela ‘descoberta do campesinato e de suas virtudes, especialmente na forma expressa por *La Via Campesina*’ como movimento de resistência baseado no ‘modo camponês’”. A crítica indica isso e demarca que pode ser um limitante. Isso é bom para o desenvolvimento do entendimento e para que as análises possam prestar atenção nesses aspectos.

É partindo desses pilares referenciais que evidenciamos as linhas limítrofes do modo de (re)produção do capital e, portanto, como particularidade na totalidade concreta, do sistema agroalimentar, e buscamos compreendê-las a partir das dimensões materiais, prático-políticas e utópica da soberania alimentar, que nos dão a condição de concluir a pertinência, a necessidade histórica e as potencialidades estratégicas das “mediações práticas” e das dimensões analisadas neste livro.

A soberania alimentar precisa de uma base material correspondente. Essa base material deve ter as possibilidades (naturais e biológicas) de garantir a fertilidade, a qualidade, a diversidade e as condições (político-sociais) de produção, armazenamento, transporte, distribuição e acesso aos alimentos no mais alto patamar do socialmente justo e das alternativas ecológicas sustentáveis. É a partir dessa percepção que se argumentou com tanta veemência (na análise da questão agrária) contra a forma de reprodução do capitalismo no Campo, bem como que a implementação desses processos cada vez mais se distanciará das condições objetivas inscritas na intencionalidade (na perspectiva) da soberania alimentar.

A soberania alimentar não pode ser pensada e construída sem levar em consideração a relação Campo-cidade em sua unidade dialética, como buscamos demonstrar ao longo da análise. Porém, essa relação (condições objetivas, características, mediações, potencialidades, políticas etc.) ainda deve ser elaborada e aprofundada pelos defensores, pesquisadores e lutadores da soberania alimentar. Menciona-se com ênfase a imprescindibilidade dessa relação dialética, porém, sem apontar as estratégias fundamentais. Obviamente que as ações, programas e políticas (como exemplo: I PLANSAN) à jusante trazem germes dessas possibilidades, mas que devem ser radicalmente aprofundados.

Além das bases materiais e através das condições naturais e dos recursos naturais suficientes, são também necessárias as condições territoriais (fundamentalmente mais direcionadas para a sua função conceitual e de materialização de diversas relações do que operacional, como base apenas de implementação de interesses exógenos e sem levar em consideração as suas forças internas) resultantes das relações sociais que tenham em vista os conflitos e processos de luta de classes. As premissas aqui colocadas constituem a conclusão necessária de um processo de transformação e de superação dos determinantes hegemônicos que dominam

a produção no Campo e, na mesma investida, exploram trabalho, subalternizam e destroem experiências e alternativas de produção e acesso aos alimentos.

Pudemos verificar esses aspectos a partir da análise da questão agrária. Esse caráter dominador e expansionista, além de avançar na ocupação do território para a produção de *commodities* (com todas as consequências ecológicas que vimos), desenvolve e objetiva, política e ideologicamente, a dominação sobre a agricultura camponesa e familiar. Tem nesse processo, além da “assinatura probatória estatal”, a sua bula com o receituário fundamental para que essas mediações se realizem. A exemplo disso, no caso brasileiro, vemos que a aplicação conceitual territorial e do desenvolvimento por parte do Estado condiz com o fortalecimento do agronegócio, com “entradas” de políticas compensatórias e frágeis, com pouco poder de indução material transformadora na direção advogada pela perspectiva da soberania alimentar, as quais, além de manterem o açoite sobre o campesinato e povos tradicionais, contribuem com muito pouco nos processos de transformação e de alteração das forças hegemônicas.

É considerando esses aspectos que constituem a base material/territorial (com condições para a reprodução sociometabólica homem-natureza, bem como do alimento de qualidade) que a reforma agrária popular (e a revolução agrária) defendida pelos movimentos sociais do Campo de base popular é tomada como uma condição *sine qua non*, estrutural/estruturante e mediação prática para construir e, ao longo do tempo, garantir as condições objetivas advogadas na/para a realização da soberania alimentar. Frente às condições de negação, tem-se a necessidade de instituir as condições objetivas e, portanto, da afirmação dos germes do novo.

Ao se tratar dessa base material “ideal para a realização plena” é que se toma como parte integrante – combinada com a superação do latifúndio (de velho e novo tipo), da monocultura não alimentar, com a reforma/revolução agrária popular – a agroecologia com vista a ser implementada com todas as suas dimensões, e, portanto, também é tomada como uma mediação prática fundamental para a concretização da base material advogada. Sob a perspectiva da soberania alimentar, inscreve-se como a forma de produção de alimentos saudáveis, bem como

condição importante para o desenvolvimento de práticas e bases produtivas ecologicamente sustentáveis com os quesitos naturais necessários, como as condições hídrica, genética, alimentar, territorial e energética. É nesse sentido que o desenvolvimento dessas práticas agroecológicas é tomado como base material-científica para processos formativos que podem integrar a produção material da existência com a formação humana emancipadora.

Na questão da relação da soberania alimentar com o Estado, vemos que ainda é muito frágil e centraliza-se fundamentalmente no que chamei de “valores proclamados” que publicitam as aspirações e as intencionalidades programáticas do dever-ser. Ou seja, essa relação tem sido identificada nas demandas e indicações que, em tese, balizariam e motivariam os processos de intervenção do Estado para a realização dos princípios, diretrizes e valores inscritos na perspectiva da soberania alimentar e, concomitantemente a isso, implementariam as condições para a perspectiva de desenvolvimento advogada, por exemplo, através das políticas públicas socialmente equitativas, ecologicamente sustentáveis e equilibradas e potencialmente transformadoras. Na verdade, são elementos que deverão ser materialmente problematizados e, por que não dizer?, mais fortemente instigados, tendo em vista que fica claro que a direção e a marcha adotadas pelo Estado, em sua maioria, são contrárias a essas prerrogativas. Isso demonstra que não será apenas pelos apelos e demandas que o Estado protegerá e fortalecerá a agricultura camponesa ou contribuirá de maneira substancial com a implementação da soberania alimentar. Como notamos, os Estados estão fortemente imbricados e comprometidos com o fortalecimento do modo de (re)produção do capital. Quando tomada a organização do orçamento e do arcabouço jurídico, por exemplo, por parte dos Estados, através dos seus diferentes poderes, esferas e funções, isso é notório. Fica evidente o descompasso dos apoios financeiros para o desenvolvimento da agricultura entre a produção de *commodities* e de alimentos. Além disso, como vimos, nas aprovações de peças legais esses descompassos e interesses contraditórios também são evidentes.

Em relação à dimensão “prático-política” que se institui como um grande eixo desta análise, vários elementos são fundamentais. Retoma-se a afirmativa, agora em termos de conclusão, de que a hipótese de pesquisa

se confirma. Ou seja, as políticas públicas não garantem ou não materializam as prerrogativas da segurança alimentar e nutricional⁶⁹² e, portanto, ficam distantes; a maioria das políticas públicas estruturantes apoiadas pelo Estado é colidente com a soberania alimentar. Nesse sentido, o conceito de segurança alimentar e nutricional expressa as contradições da lógica destrutiva do capital e serve de suporte ideológico, material e político para o seu agravamento. Este constitui-se pela continuidade da fome, da defesa e provimento de um alimento que mata e incorpora a destruição das bases da vida pela violência contra a natureza. Resultantes desse processo, a luta e a utopia pela soberania alimentar encontram as linhas limítrofes nas relações capitalistas de produção no Campo, nas políticas públicas de produção, distribuição, acesso e de formação humana que dessa base material derivam.

Temos, então, a afirmação conclusiva de que, nos marcos históricos atuais (dadas as (cor)relações de forças condensadas), as elaborações, as pautas e os acordos sobre soberania alimentar coletivamente construídos pelas bases sociais, em seus diferentes momentos e espaços, não ressoaram concretamente aos “ouvidos estatais”, de governos nas diferentes esferas, dos organismos internacionais que discutem regularmente o problema da fome e da produção de alimentos no mundo, portanto, não sendo acolhidos na sua radicalidade necessária.

Não há uma prática/efetivação dos princípios, diretrizes e valores inerentes ao prescrito na soberania alimentar substancialmente definindo a natureza da política pública. O que tem ocorrido são processos indutivos que atendem e dão respostas a situações mais emergenciais; além disso, há o descompasso entre quantidade e qualidade no arcabouço das políticas. Quando alguma política incorpora elementos qualitativos de indução de alternativas e experiências mais próximas ao concebido nos embates e debates, tem seus limites determinados, por exemplo, pelas condições objetivadas na quantidade; ou seja, a “quê” aquela política deve corresponder. Exemplos dessa questão poderemos ver nos PAA e PNAE, que, se, por um lado, na sua execução nas bases (de produção, comercialização e consumo) apreendem e materializam princípios e valores qualitativos significativos (como criação de circuitos curtos entre

692. Essas políticas públicas se aproximam mais da carga semântica de “segurança” (de acordo com o que vimos de sua polissemia), sob o ideal e interesses do Estado capitalista fundamentalmente.

produção-consumo, produção sem agrotóxicos, contribuição dos produtores camponeses com o atendimento das necessidades de pessoas de baixa renda, incentivo à produção diversificada etc.), por outro, em relação ao seu alcance quantitativo, restringem-se ao básico e ficam distantes da possibilidade de processos indutivos de transformações mais radicais, como a transformação da produção e perspectiva de desenvolvimento para o Campo⁶⁹³. São processos importantes, mas controlados e em dimensões limitadas.

Esse último aspecto é demonstrado pela própria caracterização e implementação do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) no Brasil. Da condição de ser uma política de reestruturação e de tensionamento da questão agrária brasileira, passou a ser uma proposta que englobou, como vimos, interesses contraditórios e benefícios para setores que já ocupam lugares estratégicos da agricultura e do Estado, reforçando, nesse sentido, as linhas limítrofes para os avanços na reforma agrária popular. Do mesmo modo, os demais programas analisados, PBF, PAT, Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e a PNAN, servem para demonstrar a importância do papel do Estado nesse processo, mas que deve ser ressignificado pela relação de forças, bem como trazem um conjunto de elementos que conduzem a mudanças qualitativas, porém devem ser ampliados⁶⁹⁴.

Após o desenvolvimento das discussões que fecham a presente tese, relacionadas à agroecologia e à formação humana emancipadora, que completam o processo de revelação das grandes questões que devem ser enfrentadas (na natureza, na política, nas questões sociais, na educação etc.), é que se torna mais fácil perceber o quanto as políticas implementadas (PBF, PNAE, PAT, PAA, II PNRA, PNAN e P1MC) demonstram-se frágeis, subalternas, subordinadas e limitadas. Ou seja, é a “parcialidade” da política no sentido *stricto* que se revela desnuda quando confrontada

693. A política pública de provimento do alimento de qualidade deve ser parte integrante e motivada por uma perspectiva de desenvolvimento e de agricultura mais ampla, que atenda a esses princípios, diretrizes e valores da soberania alimentar, bem como constitua a base para o desenvolvimento das potencialidades das práticas camponesas e dos povos tradicionais na/para produção de alimentos.

694. Relembramos o leitor e a leitora que, na pesquisa-base para esta obra, essas políticas e esses programas foram analisados, o que nos deu o atestado conclusivo da pertinência, por um lado, e da insuficiência por outro. Contudo, devido a ser uma análise extensa, não se incorporaram esses escritos na exposição, senão apenas como conteúdo conclusivo.

com a ideia de totalidade concreta (com suas múltiplas determinações e contradições) que trabalhamos ao longo da obra. E, como diversas vezes já destacado, uma distância enorme entre os “valores proclamados” e os “valores efetivamente implementados”.

Contudo, mesmo com limites, as políticas implementadas demonstram que o Estado como fator material é de fundamental importância e pode contribuir de maneira definitiva com os processos de transição e com a realização da soberania alimentar. Obviamente, desde que se tenham as condições objetivas, de participação, controle social e monitoramento, entre outros aspectos, correspondentes a tal tarefa. Fica claro que as condições objetivas para esses procedimentos e os exemplos exitosos são compostos por uma combinação de processos, setores e forças sociais e políticas.

A partir das análises desenvolvidas nesta obra que demonstram os avanços das relações de reprodução do capital, estes deslegitimam e desautorizam qualquer alternativa sistêmica de combate à fome e em relação à totalidade das condições do provimento da alimentação. Dos anúncios, denúncias e análises desenvolvidos por Josué de Castro até a atualidade, o que houve foi a complexificação dos problemas relacionados à fome e à alimentação, com a flagrante incapacidade do modo de (re)produção do capital de resolver, por exemplo, o problema ao qual poderemos atribuir ser o mais básico de todos, que é a distribuição e acesso aos alimentos, já que não há falta na produção, excluídas aqui as condições de qualidade. Mesmo que haja, no interior do sistema, uma estratégia para garantir o acesso ao alimento às pessoas (que não é tão oneroso para os orçamentos, portanto, poderia ser uma básica estratégia política), essa resolução é parcial, tendo em vista que outros aspectos são fundamentais, como a qualidade do alimento e das múltiplas relações sociais incidentes sob essa nova forma de provimento da alimentação.

Além disso, como vimos, a tendência é sempre o fortalecimento das práticas hegemônicas. Nesse sentido, com base em Friedmann (2017), McMichael (2016), Paula (2017) e Bernstein (2015), vemos que as relações econômicas e políticas conduzidas pelas grandes corporações (varejistas e companhias agroalimentares) cada vez mais buscam se apropriar e incorporar, nas suas práticas e induções, demandas e experiências

ambientais que “qualifiquem” (sob suas perspectivas) a segurança alimentar e “nutricional”. Há, obviamente correlacionado a isso, o sequestro semântico de categorias (sociais) que compõem processos de resistência e alternativas (portanto, um arcabouço categorial que tem outras bases) – por exemplo: mercados justos, economia solidária, bem-estar animal, criação de relações de maior proximidade entre produtor e consumidor –, as quais demandam novos reordenamentos de territórios para esses objetivos, mas que são apropriadas pela ideologia dominante, como bem demonstrou Galeano ao destacar “que é verde o que se pinta de verde”. Embora nem todos esses elementos sequestrados tragam sentido da ruptura em sua origem, em alguns aspectos são dissonantes da égide fundamental e hegemônica da acumulação, mas, sob essa racionalidade dirigida, passam a incorporar processos de dominação.

Esses elementos aprofundam a mercantilização de um conjunto de valores e passam a ideologicamente conduzir ao entendimento de que há a preocupação com natureza. Nada disso, são para melhorar a condição humana, talvez, como vimos, amenizar situações extremas de miséria e pobreza e garantir o controle e a segurança, mais interessados ao sistema do que à alimentação e à nutrição. Antes, é aprofundar a dominação e o aumento dos lucros e da acumulação. Com isso quer-se demarcar que a constituição de outra sociedade e da soberania alimentar é, em si, uma necessidade histórica, ou a sociedade continuará *ad eternum* convivendo com esses problemas constituídos e com as falsas resoluções apresentadas pelo modo de produção do capital.

Um elemento importante incorporado pela soberania alimentar, mas que deve ser aprofundado teórica e materialmente, que entendo dever ser defendido, é a relação dos processos de provimento do alimento entre o local e as escalas mais amplas (regional, nacional e global). Considera-se que, do ponto de vista material (o alimento), a soberania alimentar deva ser concretizada localmente. A forma anunciada traz elementos como o tipo de alimento, circuitos curtos, autossuficiência, respeito à natureza e à biodiversidade etc. Essas são as premissas básicas de contraposição à produção que tem como fundamento primeiro critérios como durabilidade-longevidade, distância, resiliência etc., implementados pelo sistema agroalimentar. Em termos de planificação, é importante constituir também formas e processos que possibilitem a evolução para

outras escalas territoriais (distância) e quantidades para abastecimento dos consumidores (não produtores) de alimentos⁶⁹⁵.

Mesmo tendo centralidade a escala local – para a sua efetivação material e como expressão da totalidade concreta –, o conceito de soberania alimentar expressa fatores materiais, sociais e culturais que estão para além da soberania política (estatal, moderna, correspondente aos interesses corporativos) pelas suas contradições inerentes e presentes na atualidade, tendo em vista que essa perspectiva de soberania tem sido servicial aos interesses das grandes corporações, como vimos, não garantindo nem soberania nacional, nem soberania alimentar. O conceito de soberania que expressará, na materialidade, o sentido radical e completo da soberania alimentar pressupõe a soberania dos povos (popular) com as condições objetivas (econômico-político-sociais) para definir o seu destino social em suas múltiplas dimensões. Tendo isso como prerrogativa é que a soberania política, daí advinda (do povo e estatal), pode ser mediadora de processos de transição na transição principal. Com isso, deixo claro que o “soberano” é o povo/trabalhador, o que implica uma soberania universal, com as condições objetivas de se materializar em sua integridade no local. Concordando com Edelman (2014), a falta de especificidade sobre o “soberano” – nas elaborações e nos debates desenvolvidos pelos defensores da soberania alimentar – dificulta, em certa medida, a se pensar no terreno da prática sobre os mecanismos fundamentais (regulatórios e necessários) para consolidar e reforçar na integridade a soberania alimentar. É por essas razões que concluo que a soberania alimentar, em sua forma radicalizada, em sua totalidade concreta, em sua universalidade, será socialmente referenciada e implementada pela soberania dos povos.

Esse elemento deverá ganhar mais centralidade nos debates acerca da soberania alimentar, ou, por que não dizer?, temos de definir, com maior clareza, se este é ou será o entendimento comum (o arquétipo) – o qual defendo –, já que diversas análises são construídas, embora não sejam

695. O provimento de alimento mais próximo às condições naturais – com menor longevidade – exige maior cuidado, reposição e maior quantidade de produtos. E vemos que os processos naturais de produção exigem maior tempo devido à dinâmica da natureza. Como então adequar essa relação de uma temporalidade maior para a produção de produtos com menor durabilidade, consumo mais rápido e próximo à sua origem de produção? São elementos que se constituem nos processos de agroecologia, mas que merecem maior atenção nas discussões acerca da soberania alimentar e como se operará essa dinâmica.

genuinamente excludentes ou inconciliáveis – tomando diferentes escalas –, por vezes com a centralidade na soberania do Estado-nação, mas que podem se tornar limitantes para a compressão acerca do conceito e da perspectiva de soberania alimentar.

Tomado o sistema agroalimentar e o regime alimentar corporativista (e excluídos os termos de: justiça social, qualidade nutricional dos alimentos e respeito à natureza), condições e potencialidades de produção de alimentos em quantidade suficiente – nos marcos históricos atuais – para todas as pessoas já existem. Basta direcionar de maneira consciente as forças e os fatores produtivos para tal, bem como constituir as condições de distribuição e acesso do alimento como um direito humano, sem restrições, num acordo entre capital e trabalho. Essas mediações garantiriam sobremaneira, num primeiro momento, o combate à fome e à miséria.

Contudo, como vimos, a soberania alimentar é constituída por prerrogativas que vão muito além desses elementos. Para além da ausência de alimentos e das condições de acesso, estão também as questões integradoras e as múltiplas determinações que incidem na qualidade nutricional e biológica dos alimentos (negadas, conflitivas e inegociáveis com o modo de reprodução do sistema agroalimentar) e na qualidade fisiológica e de saúde dos seres humanos⁶⁹⁶. Portanto, sem a radical transformação do modelo e, fundamentalmente, a sua superação, esses aspectos se tornam praticamente impossíveis, como fomos verificando ao longo do livro. Esses pontos mencionados expressam a relação entre o estrutural, o conjuntural e o emergencial. A relação é fortemente defendida pelos que advogam e lutam pela soberania alimentar nos debates, embates e na literatura; no entanto, na elaboração da programática, do programa político, essa relação deve ser mais evidenciada e definida com melhores detalhes.

696. O alimento de qualidade nutricional e biológica como melhor vacina já era defendido por Josué de Castro em 1947. A dimensão da saúde trabalhada de maneira implícita nesta obra é uma das grandes questões incorporadas pela soberania alimentar, sobretudo por ser a expressão, na vida humana, da ausência e da “qualidade ou não” do alimento. Não trabalhamos de maneira mais específica acerca dos efeitos relacionados ao alimento no campo da saúde, porém, fica evidente que um dos elementos fundamentais da saúde é uma alimentação saudável. Como exemplo, é uma dimensão que sintetiza múltiplas determinações que intercamiam e interseccionam elementos de transição entre o estrutural, o conjuntural e o emergencial. Sob esta lente, podemos entender que a violência perpetrada contra a natureza pelos agrotóxicos é a constituinte das condições do aparecimento, cada vez em maior número, de hospitais especializados em câncer, que ocupam centralidade no discurso hegemônico como expressão de saúde ou de avanços nos cuidados de saúde.

Em relação à formação humana emancipadora, identificamos que as condições de uma educação politécnica/tecnológica que materialize uma educação omnilateral devem ser perseguidas, e que, portanto, inscrevem-se como mediação prática fundamental para os processos de transição. É nesse sentido que, ao considerarmos a totalidade concreta e as suas transformações, e, dentro destas, as formas e condições de os homens produzirem e reproduzirem a existência, vislumbra-se que as projeções da soberania alimentar e da agroecologia são matrizes formadoras fundamentais. Como destacamos no decorrer da análise, para uma nova sociedade, um novo “homem” precisa ser formado. Nos termos de Marx (2000), ao elaborar a crítica ao Programa de Gotha, a formação do homem do futuro está implicada e há que combinar – desde que sejam garantidas as medidas preventivas de proteção – o trabalho produtivo com o ensino, desde uma tenra idade, por ser esse processo um dos mais poderosos meios de transformação da sociedade atual⁶⁹⁷.

Esses processos de formação humana emancipadora gestados e desenvolvidos no interior dessas relações contribuirão de maneira definitiva para as resolutivas e superação de um conjunto de problemas sociais e ambientais, e, portanto, poderão, além de referenciar socialmente a soberania alimentar em suas múltiplas dimensões, fortalecer e/ou instituir novos valores e referenciais para se pensar os processos de produção e reprodução da vida na sua integridade e integralidade, bem como, até por consequência, os processos formadores integrados com a ação praxica transformadora da classe trabalhadora. É nesse sentido que a luta social e o controle social pelas organizações e movimentos sociais de base popular (e pelos povos) em diferentes escalas territoriais e de poder devem urgentemente se fortalecer.

É perceptível também que ainda há algumas questões que deverão ser melhor desenvolvidas e radicalmente explicitadas pelos seus teóricos e defensores, quando se trata da soberania alimentar. Já mencionamos nesta conclusão, mas há lacunas (e/ou, de acordo com Bernstein (2015), 697. Ver também as elaborações e os autores da pedagogia socialista: Krupskaya e Pistrak (2000); Shulgin (2013); Makarenko (1981). Autores brasileiros articulados com os movimentos sociais do campo têm elaborações pertinentes para as questões analisadas e debatidas nesta obra, como Luiz Carlos de Freitas e Roseli Salete Caldart, entre outros, por exemplo, as pertinentes discussões através da coleção *Caminhos para a Transformação da Escola*. Uma fonte pertinente para pesquisa temos em *Pedagogia socialista: legado da revolução de 1917 e desafios atuais*. (CALDART; VILLAS BÔAS, 2017)

uma ideologização) relacionadas à forma como a projeção da soberania alimentar vê e inclui o campesinato. Tal provocação demarca que a perspectiva da soberania alimentar por vezes institui responsabilidades grandiosas para uma concepção de campesinato que incorpora materialmente ações frágeis e superadas, que, em tese, não darão conta das referidas responsabilidades. O entendimento, com o qual concordo e pelo qual advogo, deve tensionar com clareza essa questão, embora compreendendo que o movimento da realidade na direção da transformação não se fará separado dos processos de transformação dos sujeitos sociais envolvidos e que darão conta da tarefa histórica. Contudo, são impressões e alertas que devem merecer maior atenção, porque, em certa medida, expressam uma idealização – defendida pela soberania alimentar – que pode não ser suficiente, ou até mesmo enganadora.

Esse aspecto parece ser “melhor” compreendido quando autores tratam da necessária “recampesinização”, que, além da ocupação territorial, inclui outros fatores, como pudemos ver no debate acerca da questão agrária e a constituição dos territórios. Também conclui-se que, se tomadas as análises sob as medidas da lei básica da reprodução do capital (como critérios econômicos e conceitos de valor), teremos limites incidentes nas condições de enxergar o verdadeiro potencial do campesinato na constituição da nova ordem e da nova forma de controle sociometabólico.

Outro elemento que deve ser melhor debatido tem a ver com a questão e o “equilíbrio” da não negação do constructo científico-tecnológico como produção social, mas sem tomá-lo em seu automatismo. O debate sob a perspectiva da soberania alimentar deve avançar na direção de fazer a crítica ao constructo ideológico-científico e às linhas limítrofes daí advindas, mas se debruçar em apontar à classe trabalhadora as potencialidades já construídas, sejam em termos metodológicos ou tecnológicos que poderão ser apropriados.

Por isso chamamos a atenção acerca da necessidade de diferenciar biotecnologias (bem comum protegido *versus* livre acesso) de biotecnologias corporativas. A literatura dá maior ênfase à ideia de que os recursos naturais e genéticos devem ser patrimônio da humanidade e de livre acesso. Recortando esses aspectos, por exemplo, em relação às sementes, são exarados incentivos (ideias) de práticas como troca de sementes

crioulas e banco de sementes crioulas. Contudo, algumas provocações críticas instigam a pensar que não se identifica com clareza se essas práticas bastante relevantes, mas primárias, dão conta da totalidade dos processos e das necessidades. É partindo desse pressuposto que há a indicação de desenvolvimento de biotecnologias tradicionais que não firam os princípios e valores da soberania alimentar (para além da produção de cada camponês, com outros sujeitos sociais e instituições de pesquisa e sociais envolvidas), dirigidas e controladas socialmente, mas com/como desenvolvimento científico e de tecnologia.

Considerando que a soberania alimentar, além de ser um combate forte em movimento à agricultura industrial, pela sua dinâmica e pelas consequências ecológicas, é antes de tudo um projeto político-social, grande parte das alternativas apresentadas não deixa claro como ocorrerá a incorporação de potencialidades desenvolvidas pela evolução do pensamento humano e das tecnologias (concebidas pelo modo de produção capitalista, mas que sejam aproveitadas) que poderão impulsionar mediações pertinentes à realização da soberania alimentar. Ganha centralidade o combate àquelas questões que estão no cerne do sistema agroalimentar, mas, por vezes, são negligenciadas potencialidades subjacentes que poderão ser otimizadas como fator material e de indução no processo de transição para uma nova forma histórica de provimento dos alimentos. Creio que para o processo de transição deve haver avanços nesses entendimentos, haja visto que a conformação de uma nova ordem tem o seu ponto de partida assentado nas condições predecessoras que deverão aos poucos ser superadas.

Outro aspecto relaciona-se à dinâmica de estrutura (física) e funcionamento (racional) da soberania alimentar num suposto estágio evoluído de suas prerrogativas. Ou seja, o que está por trás desse aspecto é, de maneira geral, a forma do exercício do controle social advogado na literatura, e até mesmo nesta obra. Como sabemos, no modo de produção do capital, e em especial do sistema agroalimentar, há a articulação dos mecanismos fundamentais de sua reprodução nas diferentes escalas (territoriais, políticas, institucionais, sociais etc.), situando, nesse conjunto de mediações inerentes, os núcleos do exercício de poder interessado e, por consequência, do controle de maneira global. Mesmo havendo as contradições, como verificamos, há a constituição da hegemonia sob

diversos aspectos e estruturas de poder (Estados, organismos e agências internacionais, a exemplo da OMC, OCDE, FAO etc.).

Os movimentos sociais de base popular que integram a Via Campesina, ao se oporem ao sistema agroalimentar através da soberania alimentar, incorporam em seu “escopo”, em suas “fronteiras”, vários aspectos de grande escala, mas, fundamentalmente, buscam determinar a sua realização e materialização nas bases, no local. O alimento se torna soberano quando é provedor de vida, e não de morte, quando incorpora a vida biológica, fisiológica e cultural da pessoa, e de todas as pessoas, quando, em sua natureza física, traz e veicula qualidade nutricional e biológica, quando, em sua composição, elementos danosos à vida e à natureza não se fazem presentes, ou seja, quando é comida de verdade. Contudo, essas prerrogativas naturais e sociais serão também sua concretização nas condições de demarcar essa oposição no âmbito global, conforme defendemos neste livro por entendermos que a sua efetiva realização integral se dará em uma forma histórica social correspondente⁶⁹⁸. Creio que, entre esses elementos, vemos que há maior clareza quando se trata das questões inerentes ao local, ao circuito curto, às redes de produção e consumo, às potencialidades da agroecologia, mas ainda ficam incompletos os elementos que confortariam nas malhas do “controle social” nas diferentes escalas (territoriais, políticas, sociais, institucionais etc.) em âmbito global.

Por fim, considerando a soberania alimentar em sua dimensão utópica, como projeto político, como uma programática e devir históricos, são necessárias algumas indicações para os futuros embates, elaborações e proposições, em que vemos a necessidade de investir e/ou se avançar. Através desta obra e de outros escritos, vemos que temos um acúmulo grandioso de entendimento e compreensão do que deve ser feito. Por isso identificamos muito fortemente as expressões prescritivas de que, para a materialização da soberania alimentar, são necessárias, por exemplo, a reforma agrária popular, as políticas públicas, a agroecologia, a formação humana emancipadora, além de outras questões que aparecem nos diferentes escritos e documentos, como os produzidos nas CNSANs, nos encontros internacionais e fóruns internacionais para a

698. Talvez haja limite nessas questões pela própria condição histórica do objeto/fenômeno na atualidade, pelo seu *status nascendi*, real e atual, que se apresenta mais em condições objetivas de refutação e negação, ainda dando os primeiros passos de afirmação e transformação.

soberania alimentar. Contudo, o caminho teórico-analítico percorrido demonstra que não basta dizer e demonstrar o que deve ser feito para as mediações práticas de transição, a exemplo das citadas anteriormente, mas onde (em que base material-territorial), como e quem deve fazer. São inquietações que sobraram, estão latentes e, portanto, devem ser expostas.

Essas inquietações e perspectivas estão prescritas, ou são motivadas, ao meu julgamento, no entendimento de a soberania alimentar ser um dever e ir se constituindo com outras relações estruturais e transformacionais na direção de uma outra sociedade, entendida como resultante da práxis da classe trabalhadora. Se a soberania alimentar incorpora também uma programática, um projeto político, que se coaduna e se materializa sob a égide da soberania dos povos, há que se propor uma partilha do mundo na contraposição do que fazem costumeiramente as grandes corporações, os grandes Estados-nação e/ou os organismos e agências internacionais.

Buscando alternativas e condições objetivas para a transição proposta, já há uma construção grandiosa que demonstra o que deve ser feito, cabendo, então, nos passos seguintes – em diferentes escalas e dimensões –, declarar e avançar o “como” e o “quem” deve fazer, para além das clausuras do Estado. Vimos, a partir da experiência brasileira e de outros países⁶⁹⁹, que há espaços para dizer o que deve ser feito, mas o como será feito, com que potencialidade, em que condições e quem fará são prerrogativas presumidas do Estado, sob a batuta movimentada pelas relações de forças condensadas. São questões básicas da dialética, tendo em vista que a transição não se encerra na negação ou na antítese, mas no movimento que configura qualitativamente a síntese e as relações de forças imbricadas nas contradições objetivas que permitem continuar os processos de mudanças.

É com base nesse contexto que ousamos defender como um ponto de partida a elaboração de um grande programa. São pré-requisitos básicos para um conjunto de proposições de planificações relacionais de produção e sociais que tenha no horizonte uma planificação mais global. É preciso ir mapeando territorialmente, politicamente, socialmente o que

699. Uma análise mais aprofundada de outras experiências de institucionalização de políticas públicas que contemplem elementos da perspectiva da soberania alimentar ajuda na ampliação de percepção de estratégias e dos limites em diferentes realidades político-econômicas, já que – como aponta a literatura – são mais de quinze casos no mundo.

deve ser negado e o que deve ser implementado. São questões que não se realizarão na imediatidade, mas estarão colocadas. Mesmo que o socialismo não tenha se realizado em sua integralidade enquanto conteúdo e territorialidade, não significa que não esteja colocado, latente, como potencialidade e, sobretudo, como necessidade histórica. Na atualidade, a maioria dos estudos constata experiências, o que é importante, mas é também pertinente demarcar nomeando o território, o local, onde se devem territorializar as outras práticas.

Tomando como exemplo a presente elaboração teórica, podemos expressar que essa programática deveria indicar onde as prerrogativas poderiam se materializar e se territorializar. Em relação à base material concreta, há que se buscar responder e indicar: onde se realizará a reforma agrária popular, em que locais e territórios os planos de recuperação de solo, da natureza, das águas devem ser implementados, quais territórios comporão os Zoneamentos Ecológicos Econômicos (ZEEs), quais tipos e variedades de alimentos serão produzidos em cada área programada e planejada, que quantidades de bases de recursos naturais preservados e utilizáveis serão necessárias para a realização dessas tarefas, em quais locais ocorrerão a transformação de determinados produtos para agregação de “valor” e atendimento de demanda alimentar específica, como e onde ocorrerão os processos de armazenamento, transporte e distribuição de alimentos. São exemplos que devem estar “desenhados no mapa”.

Em relação às políticas públicas, a programática deve indicar: quais políticas públicas, como implantar, quais recursos devem ser garantidos, como será feito o controle e o monitoramento, quais os principais objetivos das políticas, quais valores, princípios e cálculos deverão subsidiá-las, como gestar e gerir os processos de concepção e implementação das políticas públicas (locais nacionais e internacionais), como enfrentar e superar os organismos e agências internacionais, entre outros elementos.

Em relação à agroecologia e à sua integração com a formação humana emancipadora, que tecnologias de transição podem e devem ser aproveitadas, quais tecnologias e processos deverão e poderão ser desenvolvidos. Em relação à formação humana emancipadora, tendo como referências essas bases materiais em transformação e as condicionantes a

serem superadas, quais são as matrizes formadoras⁷⁰⁰, matrizes pedagógicas e matrizes de conteúdo, quais práticas interventoras, que processos formativos, quais instituições, que tecnologias desenvolver, que currículos implantar etc.

Nesse sentido, verificamos que o que deve ser combatido e feito – já bem desenvolvido no conceito de soberania alimentar – e a grande programática de planificação é que poderão potencializar a articulação material e política e a relação dialética entre o universal-singular, totalidade-particularidade, mediação-historicidade-travessia, em suas múltiplas dimensões advogadas e como fundamento de nossa caminhada de construção dessa tarefa histórica.

E, se a análise exposta neste livro é sustentável, e defendemos que é, cabe reiterar a questão central colocada pela proposta da reforma agrária popular: que alimentos os seres humanos, mundialmente, querem consumir? Na esteira dessa questão vital para a saúde e para a preservação da natureza, base da vida, está implícito: que formação humana, que ciência, que tecnologia e que políticas públicas se tornam necessárias e imprescindíveis?

700. Em relação às matrizes formadoras (trabalho, cultura, luta social, controle social, organização coletiva, história), já foram apontadas pelos estudos desenvolvidos por coletivos e intelectuais ligados aos movimentos sociais do Campo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Hucitec; Editora da Unicamp, 1998.

ABRANCHES, S. *Estratégia internacional para a prevenção de riscos e desastres*: terminologia da UNISDR para a prevenção de catástrofes. Nações Unidas, 2009. Disponível em: <<https://www.ecopolitica.com.br>>. Acesso em: 14/11/17.

ACD. A dívida pública é o centro dos problemas nacionais. Auditoria Cidadã da Dívida, 02/3/2018. Disponível em: <<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/divida-publica-e-o-centro-dos-problemas-nacionais/>>. Acesso em: 9/4/18.

ADAS, M. *A fome*: crise ou escândalo. São Paulo: Moderna, 1988.

AGAMBEN, G. *Meios sem fim*: notas sobre política. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

AGROBIOBRASIL. Biotecnologia. Associação das Empresas de Biotecnologia na Agricultura e Agroindústria. Disponível em: <<http://agrobiobrasil.org.br/biotecnologia>>. Acesso em: 27/1/2018.

ALENTEJANO, P. Estrutura fundiária. In: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 353-358.

ALTIERI, M. *Agroecologia*: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

_____. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

ALTIERI, M.; ROSSET, P. Ten reasons why biotechnology will not ensure food security, protect the environment and reduce poverty in the developing world. In: *AgBioForum*, v. 2, n. 3-4. Columbia, p. 155-162, 1999. Disponível em: <<http://www.agbioforum.org>>.

ALTVATER, E. *O preço da riqueza*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

_____. *O fim do capitalismo como o conhecemos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ALVES, K. P. de S.; JAIME, P. C. A política nacional de alimentação e nutrição e seu diálogo com a política nacional de segurança alimentar e nutricional. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 11. Rio de Janeiro, nov. 2014, p. 4331-4340. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014001104331>. Acesso em: 18/7/17.

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia. *PRONARA já: pela implementação imediata do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2015.

ANDERSON, M. D. Avançar em direção à monitorização do direito à alimentação e à nutrição centrada nas pessoas. In: *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição: manter as sementes nas mãos dos povos*. Ed. 8. FIAN Internacional *et al.* 2016, p. 14-17.

ANDRIOLI, A. I. Texto escrito para pronunciamento em 5/10/2017, por ocasião do encerramento de mandato na CTNBio. In: OLIVEIRA, C. de. Ao deixar a CTNBio, especialista expõe esquemas na liberação de transgênicos no Brasil. Rede Brasil Atual, 6/10/17. Disponível em: <<https://www.rede-brasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2017/10/especialista-aponta-ilegalidades-nos-esquemas-de-liberacao-de-transgenicos-no-brasil/>>. Acesso em: 15/12/17.

ANTUNES, C. *A educação em Mészáros: trabalho, alienação e emancipação*. Campinas: Autores Associados, 2012.

ANTUNES, R. Introdução. In: MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 9-16.

ARENDT, H. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ARL, V. Agroecologia: desafios para uma condição de interação positiva e coevolução humana na natureza. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 155-168.

BARAKAT, H. N.; KHALIL, H. Do pão à liberdade: subsídios para o pão e o direito à alimentação no Egito. In: *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição: manter as sementes nas mãos dos povos*. Ed. 8. FIAN Internacional *et al.* 2016, p. 59-61.

BARATA-MOURA, J. *Materialismo e subjetividade: estudos em torno de Marx*. Lisboa: Editorial Avante, 1997.

_____. As teses das teses. In: *O Militante*, n. 263. Lisboa: Universidade Clássica de Lisboa, mar./abr. 2003.

_____. *O baile das máscaras: um olhar sobre “a Europa”*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2015. Texto proferido em palestra no Rio de Janeiro, no dia 27/8/2015, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

_____. *Traços do pensar filosófico*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2015b. Texto proferido em palestra em Curitiba em 2015.

BARNET, R. J.; MÜLLER, R. E. *Poder global*. Rio de Janeiro: Record, 1974.

BARROS, F. M. de. O. *et al.* In: MAZZON, J. A. (Org.). *40 anos do PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador: conquistas e desafios da política nutricional com foco em desenvolvimento econômico e social*. São Paulo: Editora Blücher, 2016.

BARTRA, A. *Economia política do campesinato*. Coletânea de Textos da ENFF, n. 21. São Paulo, abr. 2015.

BERNSTEIN, H. Soberania alimentar: uma perspectiva cética. In: *Sociologias*, ano 17, n. 39. Porto Alegre, mai./ago. 2015, p. 276-336.

BESSE, G.; CAVEING, M. *Politzer*: princípios fundamentais de filosofia. Curitiba: Hemus, 2002.

BOBBIO, N. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BOMBARDI, L. M. *Pequeno ensaio cartográfico sobre o uso de agrotóxicos no Brasil*. São Paulo: LABGEA/USP; Blurb, 2016.

BORDA, O. F. Globalização e segunda república. In: SADER, E. (Coord. Ed.). *Cadernos de pensamento crítico latino-americano*, v. 6. São Paulo: Expressão Popular; CLACSO, 2008, p. 61-69.

BRAHIM, T. Cultivar a esperança para o Saara Ocidental: levar o meu povo à autossuficiência. In: *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição*: manter as sementes nas mãos dos povos. Ed. 8. FIAN Internacional *et al.* 2016, p. 57-58.

BRASIL. Lei nº 11.265, de 3/1/06. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 2006a. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 30/8/16.

_____. Lei nº 11.346, de 15/9/06. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 2006b. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23/8/16.

_____. Decreto nº 7.272, de 25/8/10. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 2010a. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 24/8/16.

_____. Emenda Constitucional nº 64, de 4/2/10. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 2010b. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 25/8/16.

_____. Presidência da República. Secretaria-Geral da Presidência da República. Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Proposta PRONARA: Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos. Brasília/DF: 2014. Disponível em: <[http:// https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/pronara-programa-nacional-de-reducao-de-agrotoxicos-aprovado-por-merito-na-cnapo-em-agosto-de-2014.pdf](http://https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/pronara-programa-nacional-de-reducao-de-agrotoxicos-aprovado-por-merito-na-cnapo-em-agosto-de-2014.pdf)>. Acesso em: 30/8/16.

_____. Decreto nº 8.553, de 3/11/15. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 30/8/16.

_____. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!. Brasília/DF: ASCOM/MDS, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 6/7/17.

BUCK, P. S. Prefácio da edição norte americana. In: CASTRO, J. de. *Geopolítica da fome*: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. vol.1 e 2. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965, p. 9-11.

BURITY, V.; MACHADO, F.; CUPSINSKI, A. Grande povo Guarani e Kaio-wá e a sua luta por direitos e pela vida no Brasil. In: *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição*: manter as sementes nas mãos dos povos. Ed. 8. FIAN Internacional *et al.* 2016, p. 65-68.

BURLANDY, L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 3. Rio de Janeiro, mai./jun. 2009, p. 851-860.

BURLANDY, L.; MALUF, R. S. Soberania Alimentar. In: CONSEA. *A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil*: indicadores e monitoramento, da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília/DF: CONSEA, 2010.

CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Balanço das Ações do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN 2012-2015). Brasília/DF: MDS, 2014.

_____. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN 2016-2019). Brasília/DF: MDS, 2016.

_____. II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN 2016-2019): balanço da execução 2016/2017. Brasília/DF: MDS, 2018. Disponível em: <<https://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 11/5/18.

CALDART, R. S. Educação profissional na perspectiva da educação do campo. In: CALDART, R. S. *Caminhos para a transformação da escola: reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 228-241.

_____. Seminário: educação politécnica e agricultura camponesa (relatório-síntese). In: CALDART, R. S.; STEDILE, M. E.; DAROS, D. (Orgs.). *Caminhos para a transformação da escola: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo*, v. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2015a, p. 19-41.

_____. Caminhos para a transformação da escola. In: CALDART, R. S.; STEDILE, M. E.; DAROS, D. (Orgs.). *Caminhos para a transformação da escola: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo*, v. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2015b, p. 115-138.

_____. Desafios do vínculo entre trabalho e educação na luta e construção da reforma agrária popular. In: CALDART, R. S.; STEDILE, M. E.; DAROS, D. (Orgs.). *Caminhos para a transformação da escola: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo*, v.2. São Paulo: Expressão Popular, 2015c, p. 177-219.

CAMPANTE, R. G. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. In: *Revista de Ciências Sociais*, v. 46, n. 1. Rio de Janeiro, 2003, p. 153-193.

CAMPOS, A. de.; ALVES, A. M. O Programa Água Para Todos: ferramenta poderosa contra a pobreza. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (Orgs.). *O Brasil sem miséria*. Brasília/DF: MDS, 2014, p. 468-490.

CANDIOTTO, L. Z. P.; CARRIJO, B. R.; OLIVEIRA, J. A. de. A agroecologia e as agroflorestas no contexto de uma agricultura sustentável. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 213-232.

CANUTO, A. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. In: *Revista NERA*, ano 7, n. 5. São Paulo, ago./dez. 2004, p. 1-12.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis. In: NOVAES, H.; MAZIN, Â. D.; SANTOS, L. (Orgs.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p. 263-283.

CARVALHO, H. M. de. Introdução. In: CARVALHO, H. M. de. (Org.). *Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2003, p. 7-14.

_____. O oligopólio na produção de sementes e a tendência à padronização da dieta alimentar mundial. In: CARVALHO, H. M. de. (Org.). *Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2003, p. 95-112.

_____. (Org.). *O campesinato no Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. As lutas sociais no campo: modelos de produção em confronto. In: CALDART, R. S.; ALENTEJANO, P. (Orgs.). *MST: universidade e pesquisa*. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 17-38.

CARVALHO, M. de. Partido, estado e democracia: a crítica do revisionismo contemporâneo. In: ORSO, P. J.; GONÇALVES, S. R.; MATTOS, V. M. (Orgs.). *Educação, Estado e contradições sociais*. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 37-73.

CASTOR, B. V. J. Os contornos do Estado e da Burocracia no Brasil. In: *Cadernos ADENAUER*, ano 2, v. 2, n. 3. São Paulo, 2001, p. 9-26.

CASTRO, J. de. *Geopolítica da fome*: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população, v. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965a, p. 1-220.

_____. *Geopolítica da fome*: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população, v. 2. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965b, p. 221-483.

_____. *Geografia da fome*: o dilema brasileiro: pão ou aço. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CATAIA, M. A. Território político: fundamento e fundação do Estado. In: *Sociedade & Natureza*, v. 23, n. 1. Uberlândia, jun. 2011, p. 115-125.

CHASIN, J. *Marx*: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

CHAYANOV, A. *Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas*. In: *Cuadernos Políticos*, n. 5. México D.F, jul./set. 1975, p. 15-31.

_____. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: CARVALHO, H.M. de (Org.). *Chayanov e o campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 99-137.

CIAVATTA, M. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 191-229.

CLCP – Coordenação das Ligas de Camponeses Pobres. *Nosso caminho*. Goiânia: Coordenação das Ligas de Camponeses Pobres, 2006.

COCA, E. L. de F. A abordagem teórico-metodológica dos regimes alimentares e a escala geográfica. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Curitiba, 2017. Disponível em: <<http://www.singa2017.com.br>>. Acesso em: 20/12/17.

COMPARATO, F. K. Raymundo Faoro historiador. In: *Estudos Avançados*, v. 17, n. 48. São Paulo, mai./aug. 2003, p. 330-337.

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Relatório final da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar: fome, uma questão nacional. Brasília/DF: 1995.

_____. Relatório final da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Olinda: 2004.

_____. Relatório final da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional. Fortaleza: 2007. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br>>. Acesso em: 24/8/16.

_____. Construção do sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira. Brasília: 2009. Disponível em: <<http://www.fao.org.br>>. Acesso em: 21/8/16.

_____. Relatório final da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: alimentação adequada e saudável, direito de todos. Salvador: 2011. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/site/relatorio-final-4a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: 24/8/16.

_____. Relatório final da V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar. Brasília/DF: 2015. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br>>. Acesso em: 29/8/16.

_____. Legislação básica do sistema de segurança alimentar e nutricional. Brasília: Presidência da República, 2017.

COSTA, J. G. da. O processo educativo no Projeto Saberes da Terra do Território Cantuquiriguaçu: limites e possibilidades. Dissertação de Mestrado em Educação. UFPR, Curitiba, 2010.

COSTA, F. de A.; CARVALHO, H. M. de C. In: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 113-120.

COUTINHO, C. N. *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

CUNHA, A. R. A. de A. Abastecimento alimentar: a superação do padrão velho-obsoleto para o novo-ancestral. In: CRUZ, F. T. da.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016, p. 53-68

DE MEO, P.; OMIZZOLO, M.; CONFALONIERI, P. Do trabalho escravo até à sua mesa de jantar: trabalhadoras e trabalhadores migrantes na agricultura italiana. In: *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição: manter as sementes nas mãos dos povos*. Ed. 8. FIAN Internacional *et al.* 2016, p. 85-88.

DENUTTPCAF. Declaração do Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e Trabalhadoras, Povos do Campo, das Águas e das Florestas. Por Terra, Território e Dignidade! In: CALDART, R. S.; ALENTEJANO, P. (Orgs.). *MST: universidade e pesquisa*. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 227-235.

É oficialmente lançado o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PRONARA). O Celeiro. 11/11/15. Disponível em: <<https://oceleiro.com.br/pronara>>. Acesso em: 30/8/16.

EDELMAN, M. Food Sovereignty: forgotten genealogies and future regulatory challenges (abstract). In: EDELMAN, M. *et al.* *The Journal of Peasant Studies: Critical Perspective on Food Sovereignty*, v. 41, n. 6. 2014, p. 959-978. Disponível em: <<https://tandfonline.com>>. Acesso em: 18/7/18.

ENGELS, F. Prefácio da terceira edição. In: MARX, K. *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2003.

_____. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem (1876). In: *Trabalho Necessário*, ano 4, n. 4. Rio de Janeiro, dez. 2006. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4603#:~:text=Assim%20%C3%A9%20com%20efeito%20ao, trabalho%20criou%20o%20pr%C3%B3prio%20homem>>. Acesso em: 26/8/17.

_____. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ESCOBAR, L. G.; VÉLEZ, G. A luta pelas sementes livres dos povos latino-americanos: experiências do Brasil, Equador, Colômbia, Honduras e Guatemala. In: *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição*: manter as sementes nas mãos dos povos. Ed. 8. FIAN Internacional *et al.* 2016, p. 72-75.

EUROPA e Ásia Central em transição para novas formas de desnutrição. FAO in Portugal. 17/3/2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/portugal/noticias/detail/en/c/852844/#:~:text=Europa%20e%20%C3%81sia%20Central%20em%20transi%C3%A7%C3%A3o%20para%20novas%20formas%20de%20desnutri%C3%A7%C3%A3o,-17%2F03%2F2017&text=Lisboa%20%2D%20O%20crescimento%20econ%C3%B3mico%20e,acarreta%20outras%20amea%C3%A7as%20%C3%A0%20sa%C3%BAde>>. Acesso em: 4/3/18.

FABRINI, J. E. Ocupação. In: MOTTA, M. (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 342-345.

FAO. *O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil*: um retrato multidimensional. Relatório 2014. Brasília/DF: 2014.

FAORO, R. Existe um pensamento político brasileiro? In: *Estudos Avançados*, v. 1, n. 1. São Paulo, out./dec. 1987. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141987000100004w.scielo.br>. Acesso em: 19/3/17.

_____. A questão nacional: a modernização. In: *Estudos Avançados*, v. 6, n. 14. São Paulo, jan./abr. 1992, p. 7-22. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000100002>. Acesso em: 19/3/17.

FENAZZI, S. Suíços decidem sobre segurança alimentar. SWI. 3/9/17. Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/por/democraciadireta/vota%C3%A7%C3%B5es-de-24-de-setembro-de-2017_su%C3%AD%C3%A7os-decidem-sobre-seguran%C3%A7a-alimentar/43458768>. Acesso em: 4/3/18.

FERNANDES, B. M. A questão agrária no Brasil hoje: subsídios para pensar a educação do campo. In: GOVERNO DO PARANÁ. *Cadernos Temáticos: educação do campo*. Curitiba: SEED-PR, 2005, p. 15-22.

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-301.

_____. Soberania alimentar como território. In: TÁRREGA, M. C. V. B; SCHWENDLER, S. F. (Orgs.). *Conflitos agrários: seus sujeitos, seus direitos*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2015, p. 29-52.

_____. A política agrária que precisamos. In: SADER, E. (Org.). *O Brasil que queremos*. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017, p. 205-2018.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C.A. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, B. M. (Org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 45-69.

FERNANDES, F. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

_____. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.

_____. Anotações sobre capitalismo agrário e mudança social no Brasil. In: FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Globo, 2008b.

_____. Reflexões sobre as “Revoluções Interrompidas”: uma rotação de perspectivas. In: SADER, E. (Coord. Ed.). *Cadernos de pensamento crítico latino-americano*, v. 6. São Paulo: Expressão Popular/CLACSO, 2008c, p. 45-59.

FMSA - Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar. Declaração final. Havana: 2001. Disponível em: <<http://neaep.blogspot.com.br>>. Acesso em: 4/10/16.

_____. Declaração final. Selingue: 2007. Disponível em: <<http://nyeleni.org>>. Acesso em: 5/10/16.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>>. Acesso em: 10/7/17.

FOLADORI, G. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da Unicamp; Imprensa Oficial, 2001.

FONTE, M. Apresentação. In: PESSANHA, L.; WILKINSON, J. *Transgênicos, recursos genéticos e segurança alimentar: o que está em jogo nos debates?*. Campinas: Armazém do Ipê, 2005, p. 1-5.

FONTES, V. Expropriações contemporâneas: um primeiro debate teórico. In: ALIAGA, L.; AMORIM, H.; MARCELINO, P. (Orgs.). *Marxismo: teoria, história e política*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 141-156.

FOSTER, J.B. *La Ecologia de Marx: materialismo y naturaleza*. Espanha: El Viejo Topo, 2000.

FRANCO, J.; JU, K. K. Terra e paz em Myanmar: duas faces da mesma moeda. In: *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição: manter as sementes nas mãos dos povos*. Ed. 8. FIAN Internacional et al. 2016, p. 65-68.

FREITAS, L. C. de. A pedagogia socialista: devolvendo a voz aos pioneiros da educação russa. In: CALDART, R. S.; BÔAS, R. L. V. (Orgs.). *Pedagogia socialista: legado da revolução de 1917 e desafios atuais*. São Paulo: Expressão Popular, 2017, p. 233-259.

FRIEDMANN, H. Soberania alimentar na região de Golden Horseshoe em Ontário, Canadá. In: CRUZ, F. da.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016, p. 69-94.

_____. *Paradox of transitions: connecting incremental changes with deep transformations in food systems*. Curitiba: UFPR/III ENPSSAN, 2017. Texto proferido em palestra no dia 8/11/17.

FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, G. (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 25-54.

_____. *A Produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

_____. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. In: *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 7, supl. 1. Rio de Janeiro, set. 2009a, p. 67-82.

_____. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40. Rio de Janeiro, jan./abr. 2009b, p. 168-194.

_____. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

_____. Educação politécnica. In: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012a, p. 272-279.

_____. Educação omnilateral. In: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012b, p. 265-272.

_____. A cientificidade do conhecimento e os processos coletivos de transformação da realidade social. In: CALDART, R. S.; ALENTEJANO, P. (Orgs.). *MST: universidade e pesquisa*. São Paulo: Expressão Popular, 2014a, p. 109-135.

_____. As novas e velhas faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2014b, p. 29-69.

_____. O legado de Marx para a construção do projeto da pedagogia socialista. In: CALDART, R. S.; BÔAS, R. L. V. (Orgs.). *Pedagogia socialista: legado da revolução de 1917 e desafios atuais*. São Paulo: Expressão Popular, 2017, p. 207-232.

GALEANO, E. Anexo 2 – Um comentário oportuno de Eduardo Galeano. In: MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. *A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno*. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 325-330.

GIRARDI, E. P. Prefácio à edição brasileira. In: MCMICHAEL, P. *Regimes alimentares e questões agrárias: estudos camponeses e mudança agrária*. São Paulo: Editora Unesp; Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016, p. 1-5.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001.

GÖRGEN, S. A. *Os novos desafios da agricultura camponesa*. Curitiba: IAP/SEMA, 2004.

_____. Agrocombustíveis. In: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 51-57.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. *Cadernos do cárcere*, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

_____. *Escritos políticos*, v. 1 (1910 – 1920). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

GUHUR, D. M. P. Questão ambiental e agroecologia: notas para uma abordagem materialista dialética. In: NOVAES, H.; MAZIN, Â. D.; SANTOS, L. (Orgs.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p. 285-298.

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 57-65.

GUIMARÃES, A. P. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização*: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 2007.

HESPAÑHOL, R. A. de M. Agroecologia: limites e perspectivas. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 117-136.

HOBBSBAWM, E. *Como mudar o mundo*: Marx e o marxismo, 1840 – 2011. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HOWARD, S. A. *Um testamento agrícola*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IANNI, O. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

IBASE. Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas: documento síntese, jun. 2008. Rio de Janeiro: IBASE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibase.br>>. Acesso em: 12/7/17.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro: MPOG/IBGE, 2006. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br>> Acesso em: 17/7/17.

_____. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008 – 2009: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

ICPJ - Instituto Cultural Padre Josimo. *A agricultura camponesa e as energias renováveis*: um guia técnico. Porto Alegre: Padre Josimo Edições, 2008.

IPSA - Iniciativa Pela Soberania Alimentar. *O texto da Iniciativa pela soberania alimentar*. Lausanne: Alliance para Overheve Nutricional, 2017. Disponível em: <<https://www.xn--ernhrungssouvemitt-iwbmd.ch/>>. Acesso em: 5/3/18.

JAIME, P. C.; VAZ, A. C. N. Projeto CadSISVAN: Avaliação da evolução temporal do estado nutricional das crianças de 0 a 5 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família, acompanhadas nas condicionalidades de saúde. In: FAO. *O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil*: um retrato multidimensional. Relatório 2014. Brasília/DF: 2014, p. 73.

JESSOP, B. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. In: *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, n. 33. Curitiba, jun. 2009, p. 131-144. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782009000200010&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acesso em: 8/3/17.

KONÉ, M.; JACOVETTI, C. a convergência global da lutas pela terra e pela água na África Ocidental: a construção de um povo forte e unido. In: *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição: manter as sementes nas mãos dos povos*. Ed. 8. FIAN Internacional *et al.* 2016, p. 54-56.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

KUENZER, A. Z. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, G. (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 55-75.

LEFEBVRE, H. *Para compreender o pensamento de Karl Marx*. Lisboa: Edições 70, 1966.

_____. *A produção do espaço*. Sergipe: GPECT, 2006 . Disponível em: <<http://grupogpect.org>>. Acesso em: 3/7/16.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. In: *Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, v. 3, n. 1. Porto Alegre, jan./mar. 2002, p. 36 -51.

LÊNIN, V. I. *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LIMA, T. A nova Lei de Segurança de Alimentos dos Estados Unidos e suas possíveis externalidades para o comércio internacional. In: *Boletim de Economia e Política Internacional*, n. 7. Brasília/DF; Rio de Janeiro, jul./set. 2011.

LONGLEY, S. O preço da sua chávena de chá: violações de direitos humanos nas plantações de chá na Índia. In: *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição: manter as sementes nas mãos dos povos*. Ed. 8. FIAN Internacional *et al.* 2016, p. 62-64.

LOSURDO, D. *A luta de classes: uma história política e filosófica*. São Paulo: Boitempo, 2015.

LUKÁCS, G.. *Para uma ontologia do ser social*, v. 2 São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Reboquismo e dialética: uma resposta aos críticos de história e consciência de classe*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MACHADO, L. C. P. Agrobiodiversidade. In: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 46-50.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. *A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MAGALHÃES, R. A. L de. Valor, essência e aparência e o conceito de mais-valia extraordinária. In: *Economia*, v. 5, n. 1. Niterói, jan./jun. 2004, p. 67-97.

MALUF, R.S. *Segurança alimentar e nutricional*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

MARQUES, B. F. (Colab. MARQUES, C. R. S.). *Direito agrário brasileiro*. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

MARQUES FILHO, L. C. *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

MARSCHNER, W. Lutando e ressignificando o rural em campo: notas epistemológicas. In: *Interações*, v. 12, n. 1. Campo Grande, jan./jun. 2011, p. 41-52.

MARTINS, A. *et al.* Seminário sobre o ensino de ciências da natureza nas escolas do campo. sistematização dos estudos e debates. In: CALDART, R. S.; STEDILE, M. E.; DAROS, D. (Orgs.). *Caminhos para transformação da escola: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo*, v. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 73-112.

MARTINS, J. de. S. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, J. de. S. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996a.

_____. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1996b.

_____. *O cativo da terra*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital, v.2. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Disponível em: <<http://www.histedbr.fe.unicamp.br>>. Acesso em: 14/10/16.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. *Crítica ao Programa de Gotha*. Ridendo Castigat Mores Ed, 2000. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/gotha.html>>. Acesso em: 8/1/18

_____. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K. ENGELS, F. *A ideologia alemã; teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. *A miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria de Proudhon*. São Paulo: Editora Escala, 2007.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844: terceiro manuscrito, propriedade privada e comunismo. Marxists.org. 8/11/07. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugueses/marx/1844/manuscritos/cap04.htm>>. Acesso em: 12/9/11.

_____. Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844. Marxists.org. 8/9/11. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscripts/index.htm>>. Acesso em: 3/4/16.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia alemã*: teses sobre Feuerbach. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. *O manifesto comunista e cartas filosóficas*. São Paulo: Editora Centauro, 2005.

_____. *Textos sobre educação e ensino*. Campinas: Navegando, 2011. Disponível em: <<http://www.marxists.org>>. Acesso em: 26/9/17.

MAZIN, Â. D. Breves apontamentos sobre a política de Reforma Agrária no Brasil, entre 2002 e 2012. In: NOVAES, H.; MAZIN, Â. D.; SANTOS, L. (Orgs.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p. 81-101.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. *Histórias das agriculturas no mundo*: do neolítico à crise contemporânea. Brasília/DF: NEAD; São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

MCMICHAEL, P. *Regimes alimentares e questões agrárias*: estudos camponeses e mudança agrária. São Paulo: Editora Unesp; Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília/DF: 2003.

_____. Desenvolvimento agrário como estratégia para o país: um balanço. Brasília/DF: MDA, 2007. Disponível em: <<https://sistemas.mda.gov.br/pdf>>. Acesso em: 11/8/17.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Programa Bolsa Família/Dados. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 12/7/17.

MENDES, Á. O fundo público e os impasses do financiamento da saúde universal brasileira. In: *Saúde & Sociedade*, v. 23, n. 4. São Paulo, dez. 2014. p. 1183-1197. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902014000401183&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 24/3/17.

MÉNDEZ, D.; EPEJO, G. La mirada sociológica hacia la alimentación: análisis crítico del desarrollo de la investigación em el campo alimentario. In: *Política y Sociedad*, v. 51, n. 1. Madrid, abr. 2014, p. 15-49. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5209/rev_POSO.2014.v51.n1.42472>. Acesso em: 6/2/17.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MIRANDA, S. G. A configuração do capitalismo, a reforma do Estado e a educação. In: ORSO, P. J.; GONÇALVES, S. R.; MATTOS, V. M. (Orgs.). *Educação, Estado e contradições sociais*. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 17-36.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. *Estado, classe e movimento social*. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

MONTEIRO, C. A. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. In: *Estudos Avançados*, v. 17, n. 48. São Paulo, mai./aug. 2003, p. 7-20. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200002>. Acesso em: 18/4/17.

MONTEIRO, D. Agroecossistemas. In: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 65-71.

MONTEIRO, F. T.; DALLAGNOL, A.; DAYRELL, C. A. Luta e resistência pelo uso da biodiversidade agrícola e pela soberania alimentar no Brasil. In: *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição: manter as sementes nas mãos dos povos*. Ed. 8. FIAN Internacional *et al.* 2016, p. 76-77.

MOONEY, P. R. Capacidade de recuperação, resistência, arrependimentos... e reclamações. Algumas questões importantes da luta de ¼ de século por sementes e soberania. In: CARVALHO, H. M. de (Org.). *Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2003, p. 191-208.

MORENO, C. Apresentação – Soberania energética e soberania alimentar: uma só luta na era da agroenergia. In: BRAVO, E. *Agrocombustíveis, cultivos energéticos e soberania alimentar na América Latina*: aquecendo o debate sobre agrocombustíveis. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 5-20.

MOTTA, M. Apresentação. In: MOTTA, M. (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a, p. 9-11.

_____. Conflitos de Terra. In: MOTTA, M. (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b, p. 123-124.

_____. Lei de Terras. In: MOTTA, M. (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005c, p. 279-280.

MS - Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília/DF: MS, 2013.

MS - Ministério da Saúde; CNS - Ministério da Saúde-Conselho Nacional de Saúde. Apresentação de Slides. Avaliação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição. In: Seminário nacional de alimentação e nutrição: PNAN – 10 anos. Brasília/DF: MS, 2010. Disponível em: <<http://www.189.28.128.100/nutricao/docs/evento/pnan10/avaliacao>>. Acesso em: 14/7/17.

_____. Sistema Único de Saúde. Relatório Final do Seminário Nacional de Alimentação e Nutrição no SUS – PNAN 10 Anos. Brasília/DF: MS, 2010. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br>>. Acesso em: 18/7/17.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Programa Agrário do MST. VI Congresso Nacional do MST. In: CALDART, R. S.; ALENTEJANO, P. (Orgs.). *MST: universidade e pesquisa*. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 173-225.

MYSKIW, Â. M. *Território*. In: MOTTA, M. (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 474-475.

NÉSPOLI, J. H. S. As crises do capital e a história. In: *Revista História e Luta de Classes*, ano 11, v. 20. Paraná, set. 2015, p. 85-93.

NILLES, B. Jamais patentear a vida. In: CARVALHO, H. M. de (Org.). *Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2003, p. 113-133.

O'DONNELL, G. Anotações para uma teoria do Estado (I). In: CEDEC: *Revista de Cultura e Política*, n. 3. São Paulo, nov./jan. 1981, p. 71-93.

ODAN - Observatório do direito à alimentação e à nutrição. Prefácio/Introdução. In: *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição: manter as sementes nas mãos dos povos*. Ed. 8. FIAN Internacional *et al.* 2016, p. 8-12.

OIT divulga pesquisa sobre trabalho em condição de escravidão no Brasil. CPT - Comissão Pastoral da Terra. 26/10/11. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/854-oit-divulga-pesquisa-sobre-trabalho-em-condicao-de-escravidao-no-brasil?highlight=WYJvaXQiLDIwMTF>>. Acesso em: out. de 2016.

OLIVEIRA, A. U. de. *A mundialização da agricultura brasileira*. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

OLIVEIRA, F. de. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. In: *Novos Estudos Cebrap*, n. 22, v. 3. São Paulo, out. 1988, p. 8-28. Disponível em: <<http://www.novosestudos.uol.com.br>>. Acesso em: 24/3/17.

_____. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

ORÇAMENTO de 2018 prevê aumento de gastos com a dívida pública. Senado Notícias. 26/12/17. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2017/12/orcamento-de-2018-preve-aumento-de-gastos-com-a-divida-publica>>. Acesso em: 9/4/18.

ORR, L. J. B. Prefácio da edição inglesa. In: CASTRO, J. de. *Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população*, v. 1 e 2. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965, p. 13-17.

OSTROVITIANOV, K. As leis básicas do desenvolvimento da economia socialista. In: *Problemas: Revista Mensal de Cultura Política*, n.4. nov. 1947. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/ostrovitianov/ano/mes/leis.htm>>. Acesso em: 12/10/16.

PADRÃO, S. M. Editorial. In: *Revista Advir*, n. 34. Rio de Janeiro, dez. 2015.

PADRÃO, S. M.; TREVISANI, J. D.; CALDEIRA, F. Conferências de segurança alimentar e nutricional no Brasil. In: *Revista Advir*, n. 34. Rio de Janeiro, dez. 2015, p. 63-73.

PAIVA, A. G. de; VALE, T. C. de. S. C. Direitos humanos, políticas públicas e partidos políticos no Brasil (1995 – 2015): o caso da segurança alimentar (dos projetos). III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, mai./jun. Vitória: UFES, 2017. Disponível em: <<http://www.pdpp2017.sinteseevento.com.br>>. Acesso em: 10/7/17.

PAULA, N. M. de. *Evolução do sistema agroalimentar mundial: contradições e desafios*. Curitiba: Editora CRV, 2017.

PAULINO, E. T. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 213-238.

_____. Comida e soberania ou segurança para o mercado de alimentos? Geopolítica e contra hegemonia em foco. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Curitiba, 2017. Disponível em: <<http://www.singa2017.com.br>>. Acesso em: 20/12/17.

PELIANO, A. M. T. M. (Coord.). *II balanço das ações de governo no combate à fome e à miséria*. Brasília/DF: IPEA, 1994.

PEREZ-CASSARINO, J. A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia. Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. UFPR, Curitiba, 2012.

PESSANHA, L.; WILKINSON, J. *Transgênicos, recursos genéticos e segurança alimentar: o que está em jogo nos debates?* Campinas: Armazém do Ipê, 2005.

PETERSEN, P. Agroecologia em construção: terceira edição em um terceiro contexto. In: ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012, p. 7-14.

PINEDA, C.; SÁNCHEZ, O. Honduras: ameaças e estratégias de resistência em matéria de sementes tradicionais. In: *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição: manter as sementes nas mãos dos povos*. Ed. 8. FIAN Internacional et al. 2016, p. 79.

PINHEIRO, A. R. de. O.; CARVALHO, M. de. F. C. C. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 15, n. 1. Rio de Janeiro, jan. 2010, p. 121-130. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232010000100018&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 19/7/16.

PLOEG, J. D. van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

_____. *Camponeses e a arte da agricultura: estudos camponeses e mudança agrária*. São Paulo: Editora Unesp; Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal; São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PRADO Jr., C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

PSCHORN-STRAUSS, E. Soberania alimentar africana: valorizar as mulheres e as sementes que guardam. In: *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição: manter as sementes nas mãos dos povos*. Ed. 8. FIAN Internacional et al. 2016, p. 51-53.

PVDC - Programa Vida Digna no Campo. *Vida digna no campo: desenvolvimento rural, política agrícola, agrária e de segurança alimentar*. São Paulo: Coligação Lula Presidente 2002, 2002. Disponível em: <<http://www.agr.feis.unesp.br>>. Acesso em: 8/8/17.

RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). *Ensino médio integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Editora Cortez, 2005, p. 106-127.

RIBEIRO, M. *Movimento camponês, trabalho e educação*. Liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RIBEIRO, S. Camponeses, biodiversidade e novas formas de privatização. In: CARVALHO, H. M. de. (Org.). *Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2003, p. 51-72.

RICHITA, R. *Economia socialista e revolução tecnológica*. São Paulo: Paz e Terra, 1972.

RIECHMANN, J. *Cultivos e alimentos transgênicos: um guia crítico*. Petrópolis: Vozes, 2002.

RIGON, S. do. A.; SCHMIDT, S. T.; BÓGUS, C. M. Desafios da nutrição no Sistema Único de Saúde para a construção da interface entre a saúde e a segurança alimentar e nutricional. In: *Cadernos Saúde Pública*, v. 32, n. 3. Rio de Janeiro, mar. 2016, p. 1-10. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2016000300709>. Acesso em: 13/7/17.

RODRIGUES, F. de. C. A questão agrária no Brasil: as contribuições de Caio Prado Junior, Florestan Fernandes e Octávio Ianni. In: NOVAES, H.; MAZIN, Â. D.; SANTOS, L. (Orgs.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p. 21-39.

RODRIGUES, J. Educação Politécnica. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. *Dicionário da educação profissional em saúde*. Rio de Janeiro: Fundação Osvaldo Cruz/Escola Politécnica Joaquim Venâncio, 2009, p. 112-119. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br>>. Acesso em: 27/9/17.

ROLO, M. A natureza como uma relação humana, uma categoria histórica. In: CALDART, R.S. STEDILE, M.E; DAROS, D (Orgs.). *Caminhos para transformação da escola 2: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 139-175.

ROUSSEFF, D. Prefácio. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (Orgs.). *O Brasil sem miséria*. Brasília/DF: MDS, 2014, p. 15-20.

SAF-PAA - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Portal/PAA. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sistemda/secraria/saf-paa>>. Acesso em: 10/7/17.

SAGE, C. Abstract. In: SAGE, C. *Environment and food*. New York: Routledge, 2011. Disponível em: <<https://www.researchgate.net>>. Acesso em: 18/7/18.

SAMPAIO, P. de. A. Apresentação. In: ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Hucitec/Editora da Unicamp, 1998, p. 11-13.

SANTOS, M. J. dos. *et al.* Programa um Milhão de Cisternas Rurais: matriz conceitual e tecnológica. In: UNOPAR *Cient. Exatas Tecnol.*, v. 8, n. 1. Londrina, nov. 2009, p. 35-43. Disponível em: <<http://revista.pgskroton.com/index.php/exatas/article/view/627>>. Acesso em: 19/7/17.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: Vários Autores. *Território, territórios*. Niterói: PPGG/UFE, 2002.

_____. O retorno do território. In: OSAL: *Observatório Social de América Latina*, ano 6, n. 16. Buenos Aires, jun. 2005, p. 251-261.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, S. de. F. A questão agrária no Brasil: da modernização conservadora ao agronegócio. In: NOVAES, H.; MAZIN, Â. D.; SANTOS, L. (Orgs.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p. 40-63.

SAUER, S.; SOUZA, M. R. de. Movimentos sociais na luta pela terra: conflitos no campo e disputas políticas. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Orgs.). *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. Brasília/DF: MDA; São Paulo: Uniara, 2008, p. 53-87.

SCHNEIDER, O. M. F.; FROZI, D. Desafios para a representação da universidade no contexto da segurança alimentar e nutricional. In: *Revista Advir*, n. 34. Rio de Janeiro, dez. 2015, p. 42-54.

SENADO FEDERAL. Biossegurança e transgenia: dispositivos constitucionais, Lei nº 11.105/2005. Índice Temático. Brasília/DF: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011.

SHANIN, T. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 23-47.

SILVA, A. A. Soberania dos Estados e concepções de fronteira em Gottmann. In: *ACTA Geográfica*, v. 8, n. 16. Boa Vista, jan./mar. 2014, p. 1-9. Disponível em: <<http://revista.ufrb.br>>. Acesso em: 29/7/16.

SILVA, A. C. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. In: *Estudos Avançados*, v. 9, n. 23. São Paulo, jan./abr. 1995, p. 87-107. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000100007>. Acesso em: 2/9/16.

SILVA, J. F. G. da. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SINGER, P. *Dinâmica populacional e desenvolvimento*. São Paulo: Cebrap, 1970.

SISAN - Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Orientações para a elaboração de um Plano de Segurança Alimentar e Nutricional nos Estados e Municípios. Brasília/DF: 2014. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea>>. Acesso em: 25/8/16.

SORRE, M. Prefácio da edição francesa. In: CASTRO, J. de. *Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população*. v. 1 e 2. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965, p. 19-23.

SOS Rosarno. A luta contra um sistema de semiescravidão. In: *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição: manter as sementes nas mãos dos povos*. Ed. 8. FIAN Internacional *et al.* 2016, p. 88-89.

SOTO, W. H. G. *A produção do conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil: As contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva*. Santa Cruz do Sul/SC: EDUNISC, 2002.

SOUZA, M. A. A. de. Apresentação. In: SANTOS, M. O retorno do território. *OSAL: Observatório Social de América Latina*, ano 6, n. 16. Buenos Aires, jun. 2005, p. 251-254.

SOUZA FILHO, C. F. M. de. Prefácio. In: TÁRREGA, M. C. V. B.; SCHWENDLER, S. F. (Orgs.). *Conflitos agrários: seus sujeitos, seus direitos*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2015, p. 11-13.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. de. Soberania alimentar. In: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 714-723.

TÁRREGA, M. C. V. B.; RODRIGUES, B. L. R. A função socioambiental da terra, os sujeitos de direitos e as suas lutas. In: TÁRREGA, M. C. V. B.; SCHWENDLER, S. F. (Orgs.). *Conflitos agrários: seus sujeitos, seus direitos*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2015, p. 93-113.

TRANSIÇÃO Nutricional. Portal Estilo de Vida Saudável. UNIFESP-NISAN. Disponível em: <<http://www.saude.br>>. Acesso em: 14/7/17.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. In: *Cuadernos de Desarrollo Rural*, v. 12, n. 45 Bogotá, jan./jun. 2015.

TSE-TUNG, M. *Sobre a Prática e Sobre a Contradição*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

VAISMAN, E.; ALVES, A. J. L. Apresentação. In: CHASIN, J. *Marx, estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 7-23.

VÉLEZ, G. A rede de sementes livre da Colômbia: a luta pelas sementes, a fonte da vida. In: *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição: manter as sementes nas mãos dos povos*. Ed. 8. FIAN Internacional *et al.* 2016, p. 78.

WALTER, B.; SUÁREZ, S. F.; GRAAF, M. de. Prefácio. In: *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição: manter as sementes nas mãos dos povos*. Ed. 8. FIAN Internacional *et al.* 2016.

WELCH, C. A. Conflitos no campo. In: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 141-149.

WHITAKER, D. C. A. Soberania alimentar e assentamentos de reforma agrária. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Orgs.). *Reforma Agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. Brasília/DF: MDA/São Paulo: Uniara, 2008, p. 323-340.

WILLIS, L. C. As ameaças à agrobiodiversidade da perspectiva das mulheres indígenas das terras baixas do norte da Guatemala. In: *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição: manter as sementes nas mãos dos povos*. Ed. 8. FIAN Internacional *et al.* 2016, p. 79-81.

WINTER, L.; MAÏGA, V. H. A Democracia direta apoiará o direito à alimentação e à nutrição na Suíça?. In: *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição: manter as sementes nas mãos dos povos*. Ed. 8. FIAN Internacional *et al.* 2016, p. 82-84.

WOOD, E. M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

YELA, M. M.; LÓPEZ, G. J.; GUZMÁN, N. T. Equador: a conservação das sementes nativas e da agrobiodiversidade como base para a soberania alimentar. In: *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição: manter as sementes nas mãos dos povos*. Ed. 8. FIAN Internacional *et al.* 2016, p. 77-78.

YEROS, P. A geopolítica da reforma agrária. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Orgs.). *Geografia agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 151-176.

ZEMELMAN, H. Prefácio. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 7-11.

ZIMMERMANN, C. R. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil. In: *SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 3, n. 4. São Paulo, jan. 2006, p. 144-159. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-64452006000100009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 12/7/17.



Este livro foi editado pelo Projeto de Extensão Editorial LPP/UERJ, com a participação de estagiários, técnicos-administrativos e docentes da UERJ, e composto em Europa (títulos) e Sabon (texto).

Soberania Alimentar garantirá Comida de Verdade a todas as pessoas. É condição objetiva-material para proteger o patrimônio genético e natural, reconhecer o conhecimento produzido e socializado por milênios, e a diversidade biológica aprimorada pela ação humana como patrimônio da humanidade. Reconhece e respeita a memória social e natural, os sabores, a estética, as tecnologias e inovações, e as práticas que não violentam a natureza.

É a possibilidade integradora das bases e dimensões materiais de sua condição [territorial, alimentar, hídrica, genética, energética] com as bases e dimensões sociais [ambiental, política, cultural, econômica] para um projeto e processo de transição na direção de um devir histórico com desenvolvimento justo, igualitário, ambientalmente e socialmente sustentáveis, que respeita e coloca em prática princípios de integralidade, equidade e universalidade. Além disso, produz alimento em quantidade e qualidade suficientes, com condições dignas de trabalho, considerando a água como alimento e patrimônio natural, livre, e de todos, bem como é o *actus essendi* de promoção da saúde coletiva e da saúde ambiental.

É a explicitação prática de que comer, se alimentar, é também um ato político, e de que para comer [Alimento de Verdade] deve-se conhecer a [Verdade sobre o Alimento]. Neste sentido, é principiológica e correspondente à formação humana politécnica e *omnilateral*.